



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "B" AO Nº 161 TERÇA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal**Rogério de Castro Pastori**
Diretor da Secretaria de Atas e Diários**Roberta Lys de Moura Rochael**
Coordenadora de Elaboração de Diários**Deraldo Ruas Guimarães**
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários**Ilana Trombka**
Diretora-Geral do Senado Federal**Florian Augusto Coutinho Madruga**
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações**Hélio Lopes de Azevedo**
Coordenador Industrial**Quésia de Farias Cunha**
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL	
1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE	
Ata da 16ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de maio de 2015 (Republicação) (em conjunto com a 17ª Reunião da CMA) (vide item 1.3).....	4
Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de agosto de 2016.....	41
Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de agosto de 2016.....	90
1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS	
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2016.....	115
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2016.....	124
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2016.....	129
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2016.....	144
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2016.....	168
Ata da 24ª Reunião, Conjunta, realizada em 2 de agosto de 2016 (em conjunto com a 71ª reunião da CDH) (Vide Item 1.4).	185
1.3 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA	
Ata da 17ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de maio de 2015.	
1.4 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH	
Ata da 71ª Reunião, Conjunta, realizada em 2 de agosto de 2016	197
Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de agosto de 2016.....	216
Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2016.....	226
Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2016.....	252
1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE	
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2016	284
Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de setembro de 2016.....	311
1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI	
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2016.....	331
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2016.....	362
1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR	
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2016	388
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2016.....	391
1.8 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT	
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2016	410
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2016	436



ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2015, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO- CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO- CDEIC; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE- CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE- CMA, DO SENADO FEDERAL.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, reuniram-se as seguintes Comissões: do Congresso Nacional, Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO/CN); do Senado Federal, de Assuntos Econômicos (CAE/SF) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA/SF); da Câmara dos Deputados, de Finanças e Tributação (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC/CD), no plenário 2, do Anexo 11 da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Sr. Alexandre Antonio Tombini, para discorrer sobre o tema: *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil - referentes ao 2º semestre do exercício de 2014, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 70/1 de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal*. E, o Presidente do BACEN, por sua iniciativa, iria atender ao Requerimento no 22/2015- CFT/CD, de autoria do Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS), e também, ao Requerimento no 80/2015-CFFC/CD, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Delegado Waldir (PSDB/GO). Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: Deputados: Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD; Aluisio Mendes, titular da CFT/CD; Andres Sanchez, titular da CFT/CD; Benito Gama, titular da CFT/CD; Caio Narcio, titular da CMO/CN; Carlos Henrique Gaguim, titular da CMO/CN; Carmen Zanotto, suplente da CFFC/CD; Celso Maldaner, suplente da CFT/CD; César Halum, titular da CMO/CN; Conceição Sampaio, suplente da CDEIC/CD; Danilo Forte, suplente da CMO/CN; Delegado Waldir, titular da CFFC/CD; Edinho Bez, suplente da CFFC/CD; Edmilson Rodrigues, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; Elizeu Dionizio, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Enio Verri, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; Esperidião Amin, suplente da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Evair de Melo, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Expedito Netto, suplente da CMO/CN; Fernando Monteiro, titular da CFT/CD; Flávia Moraes, titular da CMO/CN; Giuseppe Vecchi, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN; Herculano Passos, suplente da CDEIC/CD; Hildo Rocha, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Hissa Abrahão, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD; Hugo Leal, titular da CMO/CN; Izalci, suplente da CMO/CN; Jaime Martins, titular da CMO/CN; João Fernando Coutinho, titular da CMO/CN; Jorge Solla, suplente da CMO/CN e suplente da CFFC/CD; José Rocha, titular da CMO/CN; Júlio Cesar, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD; Julio Lopes, suplente da CMO/CN; Keiko Ota, titular da CDEIC/CD; Lázaro Botelho, titular da CMO/CN; Leio Coimbra, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Leo de Brito, titular da CFFC/CD e suplente da CMO/CN; Leopoldo Meyer, suplente da CMO/CN; Luiz Carlos Busato, suplente da CMO/CN; Luiz Carlos Hauly, titular da CFT/CD; Luiz Carlos Ramos, suplente da CDEIC/CD; Marcelo Aro, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD; Mauro Pereira, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD; Nelson Marchezan Junior, suplente da CFT/CD; Nilto Tatto, titular da CMO/CN; Pauderney Avelino, titular da CFT/CD; Pedro Fernandes, suplente da CMO/CN; Professora Dorinha Seabra Rezende, suplente da CMO/CN; Raimundo Gomes de Matos, suplente da CMO/CN; Ricardo Teobaldo, titular da CMO/CN; Samuel Moreira, titular da CMO/CN; Soraya Santos, titular da CFT/CD; Valtenir Pereira, titular da CFFC/CD, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Vanderlei Macris, titular da CFFC/CD; Vicente Candido, titular da CFFC/CD; Vitor Valim, suplente da CMO/CN e suplente da CFFC/CD; Wadson Ribeiro, titular da CMO/CN; Walter Ihoshi, titular da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD e Zeca Dirceu, titular da CMO/CN; – Senadores: Benedito de Lira, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Davi Alcolumbre, suplente da CMO/CN, suplente da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Eduardo Amorim, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF; Hélio José, suplente da CMO/CN e suplente da CAE/SF; Rose de Freitas, titular da CMO/CN e suplente da CAE/SF; Valdir Raupp, titular da CMO/CN, titular da CMA/SF e suplente da CAE/SF e Wilder Moraes, titular da CMO/CN e titular da CAE/SF. Compareceu, ainda, a Deputada Geovania de Sá – PSDB/SC, parlamentar não integrante das Comissões participantes. ABERTURA: às quatorze horas e quatorze minutos, a reunião foi iniciada sob a direção da Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senadora



Rose de Freitas (PMDB/ES). Tomaram assento à Mesa de trabalhos o Sr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil e Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do BACEN. A Presidente informou a participação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para atender o Requerimento no 80/2015-CFFC/CD, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Delegado Waldir (PSDB/GO), que “Requer seja convidado o Ministro ALEXANDRE TOMBINI, Presidente do Banco Central, para prestar esclarecimentos a respeito de atrasos nos repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais”, aprovado com alteração pela CFFC/CD, em reunião realizada em 20/05/2015. Em seguida, a Presidente convidou para comporem à Mesa de trabalhos os presidentes das comissões participantes que estavam presentes: Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Júlio Cesar (PSD/PI), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; e o Deputado Vicente Candido (PT/SP), Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Logo após, a Presidente anunciou a presença Sr. Luiz Awazu Pereira da Silva, Diretor de Política Econômica, do BACEN. Em prosseguimento, ressaltou a honra em receber os convidados e teceu comentários sobre a economia brasileira atual. Em sequência, a Presidente informou que de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser apartado desde que permitisse. Conforme o estipulado no *artigo 398, inciso X* do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. A seguir, a Presidente divulgou a abertura da lista de inscrição para o debate e passou a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil. Às quatorze horas e vinte e seis minutos, o Sr. Alexandre Antonio Tombini cumprimentou a Presidente da CMO, os presidentes das comissões participantes e os parlamentares presentes e fez apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, dividindo-o em três partes: 1. Demonstrações financeiras; 2. Economia global; e 3. Economia Brasileira, abordando: Atividade econômica, Mercado de Trabalho, Crédito e Sistema Financeiro Nacional, Setor externo, e Inflação. Em continuação, prestou esclarecimentos sobre o Requerimento no 22/2015-CFT/CD, de autoria do Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS), demandando a sua presença para “prestar informações acerca da infringência, por parte do governo federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme apontado pelo Tribunal de Contas da União.” E logo após, prestou informações sobre o Requerimento no 80/2015-CFFC/CD, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Delegado Waldir (PSDB/GO), solicitando sua presença para “prestar esclarecimentos a respeito de atrasos nos repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais”. Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, o Presidente do Banco Central do Brasil finalizou a sua exposição. A Presidente anunciou o início do debate e comunicou que inicialmente daria a palavra aos presidentes das comissões participantes, aos autores dos requerimentos e aos parlamentares inscritos, pelo prazo de 5 minutos. O Deputado Esperidião Amin (PP/SC) sugeriu que o tempo fosse reduzido para 3 minutos. Em seguida, a Presidente concedeu a palavra aos presidentes das comissões: Deputado Vicente Candido (PT/SP), Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; e Deputado Júlio Cesar (PSD/PI), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, que teceram questionamentos relativos ao tema. O Presidente do BACEN respondeu a todos os questionamentos. Foi assegurada réplica ao Deputado Júlio Cesar e o palestrante respondeu as suas perguntas. Logo após, a Presidente passou a palavra aos autores dos requerimentos. O Deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP) fez questionamentos sobre o assunto do Requerimento no 80/2015-CFFC/CD, de sua autoria. O Deputado Delegado Waldir (PSDB/GO), dispensou o uso da palavra e afirmou que aguardaria a resposta do palestrante às questões levantadas pelo seu par. Em seguida, o Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) pronunciou-se sobre o assunto do Requerimento no 22/2015-CFT/CD, de sua autoria, e levantou questionamentos. O Presidente do BACEN respondeu aos autores dos requerimentos. Foi assegurada réplica aos Deputados Nelson Marchezan Junior e Vanderlei Macris e o palestrante respondeu aos parlamentares. Prosseguindo os trabalhos, a Presidente passou a palavra ao Deputado Pauderney Avelino (DEM/AM), Líder da Minoria no Congresso Nacional, que fez questionamentos sobre o tema da reunião. O Presidente do BACEN respondeu ao Líder. Logo após, a Presidente anunciou que chamaria os inscritos na lista para o debate e seria concedido 3 minutos para cada interpellador, sendo formado grupo e após a exposição de todos, a palavra retornaria ao Ministro que responderia ao grupo de interpelladores. Logo após, fez o uso da palavra o Deputado Julio Lopes (PP/RJ) que interpellou o expositor. Às dezesseis horas e dezenove minutos, o Presidente



em exercício, Deputado Alfredo Kaefer (PSDB/PR), deu prosseguimento ao debate concedendo a palavra ao Deputado Benito Gama (PTB/BA), que teceu questionamentos relativos ao tema. Interpelaram, ainda, o expositor, sobre o tema, os Deputados Evair de Melo (PV/ES) e Edinho Bez (PMDB/SC). Às dezesseis horas e trinta minutos, a Presidente, Senadora Rose de Freitas, reassumiu a condução dos trabalhos outorgando a palavra aos demais oradores inscritos. E assim, fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares: Senador Hélio José (PSD/DF), Deputada Geovania de Sá (PSDB/SC) e os Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Alfredo Kaefer (PSDB/PR), Leo de Brito (PT/AC), Izalci (PSDB/DF), Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) e Expedito Netto (SD/RO). A Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate e passou a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil para responder aos questionamentos feitos pelos debatedores e fazer suas considerações finais. O Presidente do BACEN respondeu aos questionamentos dos parlamentares. Foi assegurada réplica aos Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Izalci (PSDB/DF), e o Ministro respondeu aos seus questionamentos e, concluiu a exposição agradecendo aos presentes e a Presidente. ENCERRAMENTO: às dezessete horas e trinta e nove minutos, a Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Alexandre Antonio Tombini, da sua equipe técnica, dos presidentes das comissões envolvidas e dos demais parlamentares presentes. E informou que no dia 27 de maio, às 13 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, haveria reunião de audiência pública com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, em atendimento ao art. 84, da Resolução no 01/2006-CN, para prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei no 01/2015-CN – que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências” - (LDO 2016). Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata.

Senadora ROSE DE FREITAS

Presidente

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a primeira reunião conjunta de audiência pública em 2015, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, a Comissão de Finanças e Tributação; a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos; a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e a Comissão de Fiscalização e Controle; do Congresso Nacional, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Eu gostaria de convidar para tomar assento à mesa a Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputada Soraya Santos, do PMDB; assim como o 1º Vice-Presidente, Deputado Manoel; pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, convido para compor a Mesa o seu Presidente, Deputado Júlio Cesar, do PSD, do Piauí, assim como a 1º Vice-Presidente, Deputada Keiko Ota.

Por favor, tomem assento no plenário.

Pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, convido o Presidente, Deputado Vicente Candido, do PT, de São Paulo; assim como o 1º Vice-Presidente, Deputado Valtenir Pereira, do PROS, do Mato Grosso, a quem convido para tomarem assento à Mesa.

Pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, convido o seu Presidente, Senador Delcídio do Amaral, do PT, do Mato Grosso.

Caso o Senador não esteja presente — e sei que o Senador Raimundo Lira, do PMDB, da Paraíba, encontra-se adoentado —, não tenho nome de outro representante dessa Comissão.

Pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, do Senado Federal, convido o seu Presidente, o Senador Otto Alencar, do PSD, da Bahia; assim como o Vice-Presidente, o Senador Ataídes Oliveira, do PSD de Tocantins.

Anuncio também a presença do Diretor de Administração do Banco Central, o Sr. Altamir Lopes, e do Diretor de Política Econômica, o Sr. Luiz Awazu Pereira da Silva.

Eu quero ressaltar a importância para esta Comissão do tema que será debatido aqui, que é a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas da política monetária, creditícia e cambial, evidenciando, com certeza, o pacto e o impacto do custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balan-



ço do segundo semestre do exercício de 2014, em atendimento ao estabelecido no § 15 do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informo a participação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, para atender o Requerimento nº 80, de 2015, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris, do PSDB, de São Paulo, e do Delegado Waldir, do PSDB, de Goiás, que *“requer que seja convidado o Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, para prestar esclarecimentos a respeito de atrasos de repasses do Tesouro Nacional aos bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais”*.

O referido requerimento foi aprovado, com alteração da CFFC da Câmara dos Deputados, em reunião realizada em 20 de maio de 2015.

Homenageio o Dr. Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central, pela disposição de participar do debate democrático público para prestar esclarecimentos a estas Comissões, como também para responder as perguntas que serão feitas pelos Srs. Parlamentares.

Informo que também compõem a Mesa os representantes das Comissões que aqui estão.

Eu quero, Dr. Tombini, agradecer a sua presença. Eu tenho que levar a conhecimento público que o senhor foi a primeira pessoa que ligou para esta Comissão, há quase 1 mês, dizendo que estava inteiramente à disposição para comparecer ao debate e esclarecer todos os atos que estão sendo adotados pelo Governo e também esclarecer sobre os balanços e metas que por ele foram divulgados.

Sr. Presidente do Banco Central, Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, esta Comissão Mista de Orçamento recebe com honras as pessoas que aqui estão. Todo brasileiro incumbido de responsabilidades públicas, ocupando cargos, com disposição de ajudar o Brasil, seja ele de qualquer Governo, mas que pretenda participar de um debate democrático, tem este espaço para fazer uma construção positiva.

Por isso, realizar esta audiência pública conjunta de seis Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para tratar do cumprimento dos objetivos, das metas e das políticas monetárias, sobretudo para falar sobre o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre de 2014, é de suma importância para todos nós, Parlamentares, para a imprensa presente e para todos os presentes.

Registro a presença de uma comitiva do Espírito Santo que participa de um encontro de Prefeitos. Nós contamos com a participação dos Parlamentares que aqui estão com a mesma preocupação. Vamos debater questões cruciais para o atendimento do nosso atual cenário econômico, que, por mais crítico que seja, ainda tem a obrigação de dar respostas à população brasileira.

Recentemente, o Presidente Tombini destacou que a política monetária está e continuará vigilante para garantir que os efeitos dos ajustes de preços sobre a inflação ocorram no curto prazo e para que a inflação medida pelo IPCA retorne para o centro da meta de 4,5% no final de 2016.

Como nós sabemos, todos nós, a prévia inflacionária para os últimos 2 meses, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, está em 7,9% e, portanto, acima do teto da meta de 6,5% — este proclamado pelo Governo inúmeras vezes.

Em outra frente, analistas estimaram que a taxa oficial de juros anual do Brasil, a SELIC, hoje em 13,25%, chegará a algo entre 13,5% e 13,75% no final de 2015. E, para o Produto Interno Bruto, PIB, a perspectiva de queda permanece no patamar de 1,1% e com a diminuição da produção industrial na faixa de 2,5%.

Nós já destacamos algumas vezes que a economia brasileira passa este ano por um período crítico; alguns o chamam de período de transição. Isso nós vamos saber avaliar com a presença de V.Sa. aqui.

De fato, vemos a retirada de estímulos econômicos, cortes expressivos do orçamento da União em áreas sociais extremamente significativas. O País, que já vive essa sofreguidão, de repente vê um corte no orçamento da saúde em cerca de 21% — um área que é tão precária para todos os brasileiros.

Sobre esses cortes expressivos no orçamento da União e sobre o avanço dos preços administrados nós gostaríamos de ouvir V.Sa.

É necessário também que nós possamos, como eu disse ao senhor na sala contígua, vislumbrar alguns sinais de que todos esses ajustes possam realmente nos levar à recuperação da confiança do povo brasileiro, dos consumidores, dos empresários e de todos aqueles que vivem e trabalham no País, e não só aqueles que não fazem parte diretamente de um segmento da economia do Brasil. Refiro-me, sobretudo, aos consumidores, ao povo brasileiro, aqueles que vivem a expectativa da construção de uma base sólida e ter a retomada do crescimento econômico sustentável e que, mais à frente, existam sinais positivos para que nós possamos superar essa crise que assola o País e afeta, sem dúvida, todos os brasileiros.



Então, antes de passar a V.Sa., de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado federal, o senhor vai dispor de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo haver apartes caso V.Sa. permita.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o nosso expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto objeto deste encontro, desta matéria.

O prazo é de 5 minutos, e o interpelado tem igual tempo para responder, facultadas réplicas e trélicas, pelo prazo de 2 minutos.

Vamos abrir uma lista de inscrição. Os oradores...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sra. Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes da questão de ordem, deixe-me só terminar essa questão que eu levantei.

Eu gostaria de ter uma pessoa junto à Mesa para fazer as inscrições. A Sra. Carla vai acompanhar os trabalhos. Temos um livro aqui, Dr. Tombini, o qual chamamos de “carômetro”, utilizado para reconhecermos os Parlamentares.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Senadora Rose, apenas um esclarecimento: como autor de um dos requerimentos da Comissão de Fiscalização

e Controle, gostaria de saber se V.Exa. dará prioridade de manifestação aos autores dos requerimentos ou se haverá necessidade de inscrição.

E, também, diferentemente do que pensa o Deputado Amin, eu gostaria de manter o tempo regimental de 5 minutos para fazermos as perguntas.

Essa é a questão de ordem que eu gostaria de apresentar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Macris, precisamos ordenar um pouco os nossos trabalhos, levando em conta que nós teremos votações em ambas as Casas — na Câmara, há uma votação de urgência, a da Reforma Política, e, no Senado, a das medidas provisórias.

Portanto, concederíamos a palavra ao Dr. Tombini; em seguida, usariam a palavra aos Presidentes de Comissões. Logo após, asseguraríamos a palavra aos autores dos requerimentos, os quais já foram citados, para as perguntas.

Indago se V.Exas. concordam com essa ordem nos trabalhos? *(Pausa.)* Então, para falar a esta Comissão Mista de Orçamento e às demais Comissões realizadoras desta reunião, concedo a palavra, por 30 minutos, ao Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Exma. Sra. Senadora Rose de Freitas, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Exma. Sra. Deputada Soraya Santos, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Exmo. Sr. Deputado Júlio Cesar, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Exmo. Sr. Deputado Vicente Candido, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas; Exmos. Srs. Senadores e Deputados, é sempre uma grande honra retornar a esta Casa para discorrer sobre os objetivos e as metas das políticas monetária, creditícia e cambial; sobre o impacto e o custo fiscal das operações do Banco Central do Brasil e os resultados demonstrados em seu balanço, referentes ao segundo semestre de 2014, em atendimento ao estabelecido no §5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal —, bem como para atender aos requerimentos mencionados: Requerimento nº 22/2015, da CFT, de autoria do Deputado Nelson Marchezan Junior, e nº 80/2015, da CFFC, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris e Delegado Waldir.

Eu distribuí uma apresentação. Há vários eslaides. Não vou usá-los na minha apresentação inicial, mas servem como material de referência, inclusive, para os nossos debates. Gostaria de passar, então, aos resultados do Banco Central.

O Banco Central do Brasil apresentou resultado líquido positivo de 25 bilhões e 600 milhões de reais no segundo semestre de 2014. Como determina a lei, o resultado apurado no segundo semestre de 2014 foi transferido ao Tesouro Nacional em março de 2015.

O resultado apurado com a administração das reservas internacionais e com os derivativos cambiais totalizou 65 bilhões e 200 milhões de reais positivos. De acordo com a legislação em vigor, esse resultado é compensado por meio de operação específica de equalização cambial com o Tesouro Nacional, não impactando o resultado consolidado do Banco Central. Como foi positivo, esse montante foi transferido ao Tesouro Nacional, atendendo a preceitos legais.



A propósito, diante das condições de mercado, o Banco Central, após ter liquidado todas as suas posições com *swap* cambial no final de março de 2013, voltou a realizar os leilões desses instrumentos, acumulando posição vendida em câmbio no montante de 119 milhões de dólares equivalentes — equivalentes porque são transações liquidadas em reais.

Essa é a posição do final do segundo semestre de 2014.

Em 31 de março deste ano, 2015, o Banco Central comunicou a não renovação do programa de leilões de *swap* cambial e de venda de dólares com compromisso de recompra, por considerar que os objetivos o programa já haviam sido satisfatoriamente atingidos, notadamente a manutenção da estabilidade financeira nacional.

O programa de *swap* cambial mostrou-se importante instrumento de política, contribuindo para assegurar a estabilidade financeira, prover liquidez e proteção cambial aos agentes econômicos e corrigir disfunções no mercado cambial em momentos de maior volatilidade.

Por fim, para concluir as minhas considerações sobre as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao segundo semestre de 2014, eu gostaria de ressaltar que o relatório da auditoria independente foi emitido sem

qualquer ressalva e que as citadas demonstrações foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional em fevereiro de 2015.

Exmas. Sras. Deputadas e Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Deputados e Srs. Senadores, antes de abordar os aspectos que considero relevantes sobre o cenário externo, a economia brasileira e a condução da política monetária, discorrerei sobre dois requerimentos de audiência pública que tratam do processo das estatísticas fiscais que tramita no Tribunal de Contas da União.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sra. Presidente, peço a palavra para levantar uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Foi distribuída aqui a palestra com detalhes da apresentação, mas nada está sendo projetado na tela; e nós não estamos conseguindo acompanhar a leitura que o Presidente do Banco Central está fazendo, qual é a página, enfim, qual é o resumo que ele está fazendo. Se pudesse haver a projeção, seria importante para que a gente acompanhasse melhor, inclusive porque há a palestra distribuída e já impressa para todos os membros desta Casa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos tentar fazer um entendimento. O Presidente diz que esse é o demonstrativo que está aqui, mas sobre alguns temas ele está improvisando.

Indago: o senhor poderia explicar se está improvisando sobre o texto ou sobre algum dado que não consta no relatório?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Exma. Presidenta.

Como mencionei anteriormente, Deputado Júlio, esse é um conjunto de dados para referência. São assuntos relativos à prestação de contas e também ao cenário econômico, assunto no qual poderemos entrar ao longo dos debates.

Eu estou fazendo no momento um discurso no qual eu tenho algumas anotações, mas eu posso improvisar também, de maneira que projetar esse discurso na tela não seria devido.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Se V.Sa., pelo menos, fizer referência à página, a gente poderá assimilar melhor o discurso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, vamos permitir que o convidado fale, e as dúvidas que forem consideradas...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - É um direito do expositor fazer a sua exposição.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente.

Caso haja dúvidas no processo, peço a V.Exa. que peça o devido esclarecimento.

Presidente Tombini, V.Sa. pode continuar com a palavra.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito obrigado. Muito obrigado pela compreensão.

Então, como eu falava, antes de adentrar nos assuntos do setor, do cenário internacional, da economia brasileira e da condução da política monetária, eu vou aqui discorrer sobre dois requerimentos a que fiz menção, relativos ao processo das estatísticas fiscais que tramitam no Tribunal de Contas da União.

Primeiramente, vou fazer referência ao Requerimento nº 22/2015-CFT, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Nelson Marchezan Junior, que solicita *“informações acerca da infringência, por parte do Governo Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme apontado pelo Tribunal de Contas da União”*.

Em relação a esse tema, eu gostaria de apresentar os seguintes esclarecimentos.

No primeiro julgamento que fez, por meio do Acórdão nº 825, de 15 de abril de 2015, a Corte de Contas, sem ainda adentrar em todos os aspectos de mérito ou considerar todos os argumentos no âmbito do



contraditório, o que é próprio dessa fase ainda inicial, concluiu que a LRF teria sido inobservada pela realização de operações vedadas de crédito entre bancos públicos e a União.

Uma questão de fundo nesse caso é se as operações mencionadas no referido Acórdão seriam de crédito ou, por outro lado, seriam oriundas da prestação de serviços financeiros, nos termos dos contratos firmados entre os bancos públicos e a União.

A propósito, cabe ressaltar que, como é do conhecimento de V.Exas., nem todas transações ativas ou passivas entre instituições financeiras e o Poder Público

se resumem a operações de crédito, podendo se caracterizar, alternativamente, como de prestação de serviços bancários.

A esse respeito, os aspectos jurídicos que diferenciam as operações de crédito das de prestação de serviço foram bem explorados em recente parecer emitido pela Consultoria-Geral da União, órgão da Advocacia-Geral da União, que, ao analisar os contratos entre os bancos oficiais e o Poder Público, concluiu pela existência de prestação de serviço bancário.

Trata-se de questão eminentemente jurídica afeta à natureza desses contratos, que preveem, inclusive, que os bancos atuem como mandatários de vários Ministérios no pagamento de benefícios sociais, podendo ou não exercer a faculdade de suportar com recursos próprios esses pagamentos, mediante ressarcimento.

Desse modo, a conclusão da questão não está circunscrita à esfera de atuação do Banco Central do Brasil, mas depende do deslinde do debate jurídico ora em curso no Tribunal de Contas da União. A partir de agora, a Corte de Contas começará a analisar os recursos de mérito que pediram o reexame das conclusões iniciais daquele Tribunal.

Em relação ao Requerimento nº 80/2015-CFFC, de autoria dos Exmos. Srs. Deputados Vanderlei Macris e Delegado Waldir, que solicita *“esclarecimentos a respeito de atrasos nos repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais”*, gostaria de prestar os seguintes esclarecimentos: trata-se do mesmo caso a que se refere o Requerimento nº 22/2015-CFT, mas abordado a partir da manifestação do Procurador-Geral do Banco Central em entrevista coletiva concedida em 17 de abril de 2015.

Na ocasião, o Procurador-Geral manifestou sua opinião preliminar de que os contratos em tela, firmados entre a União e os bancos públicos, seriam de prestação de serviços e que, em assim sendo, não ensejariam descumprimento da LRF.

De todo modo, como mencionei há pouco, a conclusão sobre a natureza jurídica desses contratos dar-se-á no âmbito do debate jurídico ora em curso no Tribunal de Contas da União e a partir da manifestação de várias autoridades e ex- agentes do Estado que foram chamados a prestar esclarecimentos.

Exma. Sra. Senadora, Presidente desta Comissão Mista de Orçamentos, eu gostaria de passar então ao restante do meu pronunciamento.

Primeiro, falarei brevemente da nossa visão sobre o cenário externo. A principal mensagem é que a economia global continua em recuperação gradual, impulsionada pelos Estados Unidos, o que, combinado com a divergência de política monetária entre as principais áreas econômicas do planeta, tem contribuído para o fortalecimento do dólar norte-americano perante várias moedas.

Na segunda parte deste pronunciamento farei um relato sobre a economia brasileira, que passa por ajustes importantes e necessários para a construção de fundamentos mais sólidos para a retomada do crescimento econômico sustentável mais à frente.

Nesse sentido, o ano de 2015 deve ser encarado, como V.Exa. mencionou, como um ano de transição muito importante, fundamental para migrarmos para um modelo de crescimento mais ajustado à nova realidade da economia brasileira.

Por fim, irei discorrer sobre a condução da política monetária, política ora desenhada para assegurar que os efeitos dos ajustes em preços relativos em curso na economia brasileira e os impactos desses ajustes sobre a inflação fiquem circunscritos ao curto prazo e para que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA, a inflação medida por ele, convirja para o centro da meta de 4,5%, em dezembro de 2016, como V.Exa. mencionava na sua introdução.

Em relação à economia global, na nossa visão ela segue em recuperação, se expandindo gradualmente, mas de forma desigual. Os Estados Unidos figuraram como principal motor da atividade econômica global em 2014, quadro que deve ser mantido em 2015. Vemos isso a despeito de uma expansão econômica menos vigorosa no primeiro trimestre de 2015, em relação àquela verificada no último trimestre do ano passado.

O inverno rigoroso no início do ano e a consequente moderação do consumo das famílias parecem ser as principais razões para esse arrefecimento momentâneo. De qualquer forma, esperamos uma retomada do



consumo nos primeiros trimestres, levando-se em conta a melhora da situação financeira das famílias e a recuperação consistente do mercado de trabalho naquele país.

A inflação americana, por sua vez, continua comportada: abaixo da meta informal de 2%. Mas as perspectivas positivas, principalmente para o mercado de trabalho, dão suporte a uma eventual elevação dos juros básicos pelo Banco Central daquele país, o Federal Reserve, ainda este ano.

Na Europa, no entanto, o nível da atividade econômica continua fraco e desigual, mas indicadores recentes sugerem um cenário um pouco melhor do que a expectativa apontava há alguns meses.

O programa de expansão monetária do Banco Central Europeu, o menor preço do petróleo e a desvalorização do euro são fatores que contribuem para melhorar o nível de atividade nos próximos trimestres e afastar o risco de deflação persistente na Zona do Euro.

O Japão continua a buscar formas de aumentar a sua taxa de expansão e evitar o risco de cair em uma espiral deflacionária. O amplo programa de estímulo monetário ainda não foi capaz de produzir o efeito esperado de levar a inflação a 2%. O Japão não cresceu em 2014, mas obteve uma expansão da atividade acima do esperado para o primeiro trimestre deste ano. Não há, ainda, como saber se essa recuperação é sustentável, e aí as reformas estruturais, nesse caso, seriam importantes para consolidar uma tendência mais positiva para aquela economia.

A China, economia importante para o Brasil, mantém em curso seu processo de desaceleração gradual de crescimento, fortalecendo a percepção de que o ritmo de mudança do seu modelo de desenvolvimento econômico permanece sob controle, ou seja, com mais ênfase no consumo doméstico, menos nas exportações; mais ênfase no setor de serviços, menos ênfase no setor industrial.

Por fim, as economias emergentes, em geral, têm apresentado perda de dinamismo. Há vários fatores que explicam essa tendência, que tem sido observada já há alguns anos. Entre eles, destaca-se o processo de normalização das condições monetárias nos Estados Unidos, que teve início em 2013, e a queda dos preços das *commodities* — produtos com grande participação na pauta de exportações de boa parte das economias emergentes.

A propósito, os preços das *commodities* apresentaram uma nítida tendência de retração desde o primeiro semestre de 2011, quando atingiram o pico do período pós-crise financeira global. O processo começou com a queda dos preços das

commodities agrícolas e metálicas, e, a partir de meados do ano passado, o preço do petróleo também caiu fortemente.

Os preços dos três grupos de *commodities* — agrícola, metálico e petróleo —

retraíram-se entre 35% e 50% em relação ao pico observado nos últimos anos no período pós-crise financeira global.

No Brasil, pressentindo os riscos que este momento poderia trazer à estabilidade financeira, nos preparamos oferecendo instrumentos de proteção contra risco cambial, de forma a atender satisfatoriamente a demanda existente. Esse programa, com regras claras e estáveis, cumpriu bem o seu papel e contribuiu para a manutenção de nossa estabilidade financeira.

Em síntese, como mencionei, a economia global está em recuperação, embora desigual, e essa desigualdade, nos respectivos ciclos econômicos, também tem se refletido na condução das respectivas políticas monetárias.

Por um lado, na Zona do Euro, no Japão, os bancos centrais estão ampliando os seus estímulos monetários; por outro, nos Estados Unidos, o processo de normalização das condições monetárias avança.

Com efeito, um movimento que tem chamado a atenção no bojo da gradual recuperação da economia americana é a tendência ao fortalecimento do dólar norte-americano relativamente a várias moedas. Portanto, é uma tendência global com implicações inclusive para os Estados Unidos, uma vez que parte do seu crescimento depende da economia mundial, e uma valorização excessiva de sua moeda pode afetar o ímpeto de sua expansão.

É preciso reconhecer, entretanto, que o processo de normalização nos Estados Unidos é complexo. O aumento de juros pelo FED é, provavelmente, o evento de política monetária mais esperado, mais anunciado e mais preparado da história. Apesar do cuidado do FED com a comunicação desse importante evento, não há como se ter certeza sobre a reação efetiva dos mercados ao fato em si, quando ocorrer.

No Brasil, temos que estar com nossa economia em ordem e estabilizada para esse momento, usando a receita padrão, reforçando o arcabouço de política econômica e mantendo fundamentos macroeconômicos sólidos. Essa é a lição que aprendemos para evitar que o risco de uma “reprecificação” abrupta de nossos ativos traga consequências negativas e duradouras para o futuro crescimento do nosso País.



Exmas. Sras. Senadoras e Sras. Deputadas, Exmos. Srs. Deputados e Srs. Senadores, a partir de agora, gostaria de apresentar minhas considerações sobre o cenário doméstico.

A economia brasileira passa por uma série de ajustes importantes e necessários, os quais vou detalhar em seguida. Por isso, 2015 será um ano de transição e de construção de bases mais sólidas para a retomada do crescimento econômico sustentável à frente. Essa transição implica um ritmo de atividade mais reduzido, o que já se reflete nas expectativas dos agentes econômicos para o crescimento do ano corrente.

Embora contracionistas no curto prazo, à medida que os ajustes comecem a produzir seus efeitos, eliminando distorções, melhorando a alocação dos recursos na economia e aumentando os incentivos ao investimento, testemunharemos a recuperação da confiança dos consumidores e dos empresários.

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias deve crescer de forma moderada e em linha com a distensão esperada para o mercado de trabalho e a desaceleração da expansão dos rendimentos e do crédito.

O investimento, por sua vez, deve retrair-se, influenciado principalmente pela ocorrência de eventos não econômicos e pela perspectiva de menor dinamismo da atividade.

Por fim, espera-se contribuição positiva do setor externo com a expansão do volume exportado e a contração das importações. Do lado da oferta, a expectativa é que haja expansão do setor agropecuário com a contribuição de mais uma safra recorde de grãos e crescimento modesto do setor de serviços. Com relação ao setor industrial, esperamos retração.

A projeção é de que a safra de grãos cresça 4,2% em 2015, com expansão de mais de 26% da produção de trigo e mais de 10% da produção de soja.

No setor industrial, o desempenho não é homogêneo. O segmento extrativo deve registrar expansão em 2015, com um aumento da produção de minério de ferro e de petróleo. Porém, espera-se recuo da atividade no segmento da transformação.

Em síntese, a expectativa é de um desempenho fraco no primeiro semestre, com ligeira melhora a partir da segunda metade do ano, e um desempenho mais favorável em 2016, como consequência do aumento da eficiência do nosso sistema econômico, em decorrência dos próprios ajustes ora impostos e da melhora da confiança dos agentes econômicos, entre outros fatores.

Em relação ao mercado de crédito, temos observado desaceleração gradual do seu ritmo de expansão ao longo dos últimos anos.

Como V.Exas. bem sabem, o Brasil, há pouco mais de 10 anos, possuía um mercado de crédito muito aquém da dimensão do nosso País. O número de brasileiros que acessavam esse mercado era restrito, e o volume de crédito estava relativamente estagnado em torno de 25% do Produto Interno Bruto, patamar inferior ao observado em várias economias emergentes à época e muito distante da registrada em economias avançadas, com mercados mais profundos.

A combinação de várias transformações macro e microeconômicas, entre elas o aumento do emprego e da renda e a ampliação da capilaridade do sistema financeiro, inclusive com o fortalecimento do cooperativismo de crédito, favoreceu o processo de inclusão financeira e o desenvolvimento do mercado de crédito nos últimos anos.

Esses desenvolvimentos fizeram com que o volume de crédito rompesse certa estagnação e se expandisse de forma gradual e sustentável até o patamar em que se encontra hoje, em torno de 55% do Produto Interno Bruto.

Como mencionei há pouco, nos anos mais recentes, temos observado gradual desaceleração do ritmo de crescimento do crédito, e essa tendência deve ser mantida no corrente ano de 2015.

Quanto ao sistema financeiro, ele está sólido, bem capitalizado e com índices de inadimplência em patamar historicamente baixo. Essa solidez é também o resultado de respostas tempestivas do Banco Central do Brasil a qualquer indício de surgimento de vulnerabilidade do sistema. Isso é possível porque possuímos um monitoramento contínuo e tempestivo do sistema financeiro, por meio de aparatos de infraestrutura de mercado que nos permita ter acesso a informações em diversos níveis de detalhe.

No que concerne ao setor externo da economia brasileira, o País apresenta um balanço de pagamentos equilibrado, com a economia brasileira atraindo capitais estrangeiros em montante suficiente para financiar o resultado do déficit de transações correntes. E esses capitais são representados majoritariamente pelo ingresso de investimento direto no País. O IDP em 2014 superou os 96 bilhões de dólares, representando pouco mais de 93% de cobertura do déficit de transações correntes observadas no período. O ingresso das demais modalidades de capitais manteve-se dentro da expectativa, destacando que a taxa de rolagem dos financiamentos atingiu 154% no ano passado.

Para o ano em curso, 2015, nossa expectativa é de que haja redução do déficit de transações correntes, tendo em vista que deveremos voltar a observar o superávit na balança comercial, além de menor



déficit na balança de serviços e menor remessa de lucros e dividendos ao exterior. O ingresso de capitais estrangeiros deve se manter em linha com o observado em anos anteriores, e o investimento direto no País responderá pela quase totalidade do financiamento do déficit em transações correntes.

Diante desse cenário, vislumbro o comportamento do balanço de pagamentos dentro do padrão de normalidade neste e nos anos à frente, ressaltando que o fato de a taxa de câmbio situar-se em patamar mais depreciado do que o observado nos últimos anos contribui favoravelmente para a redução do déficit em transações correntes.

No âmbito da política fiscal, o Governo Federal vem propondo e adotando amplo, profundo e consistente conjunto de medidas fiscais que inclui contenção de despesas correntes e parafiscais, eliminação de subsídios, realinhamento de tarifas públicas, bem como medidas de cunho mais estrutural. Com esse conjunto de medidas, busca-se assegurar uma trajetória favorável para a dívida pública, mas o objetivo de boa parte dessas medidas vai além disso. Pretende também aperfeiçoar os incentivos econômicos por meio da eliminação da distorção de preços relativos e o estabelecimento de regras mais equilibradas e sustentáveis para acesso aos benefícios sociais, da melhor qualidade do gasto público e do fortalecimento do mercado de capitais.

A adoção de forma completa e inequívoca desse conjunto de medidas contribuirá para que a transição seja mais rápida e para que os benefícios logo comecem a aparecer.

Como mencionei em outras oportunidades, entendo que o fortalecimento da política fiscal por meio de um processo consistente e crível de consolidação de receitas e despesas, rigorosamente conduzido, facilita, ao longo do tempo, a convergência da inflação para o centro da meta. Isso porque tanto a literatura quanto as melhores práticas internacionais identificam que um desenho de política fiscal consistente e sustentável contribui para aumentar a potência da política monetária.

Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas, Exmos. Srs. Senadores e Deputados, vou me dedicar agora às considerações sobre a condução da política monetária e sobre as perspectivas para a inflação no horizonte relevante da política monetária.

Atualmente, estamos observando a continuação de dois importantes processos de ajustes de preços relativos na economia, que são independentes e têm causas diversas, mas que têm ocorrido concomitantemente.

O primeiro é o realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais, em particular devido ao fortalecimento do dólar norte-americano contra várias moedas — uma tendência global. Mencionei há pouco a visão sobre esse processo e como nos preparamos e devemos continuar a nos preparar para esse movimento.

O segundo é o realinhamento dos preços administrados em relação aos preços livres, iniciado em 2014 e intensificado neste início de ano. Esses ajustes de preços pressionam a inflação mensal no curto prazo, fazendo com que essa atingisse um patamar elevado no primeiro trimestre do ano, acumulando uma variação de 3,8% naquele período. Desde o mês de abril, entretanto, observamos a inflação mensal em patamar inferior ao registrado nos 3 primeiros meses do ano.

Mas, para atingir o nosso objetivo de colocar a inflação na marca de 4,5% no final de 2016, é imprescindível que a política monetária se mantenha vigilante e em sintonia com o conjunto da política macroeconômica. Como tenho reiterado, cabe à política monetária o dever de conter os efeitos de segunda ordem decorrentes dos ajustes de preços relativos ora em curso. É fundamental, para o sucesso do nosso processo de ajuste em 2015 e para as perspectivas de iniciar um novo ciclo de

crescimento sustentável mais à frente, que esse cenário de convergência se materialize como resultado da vigilância da política monetária.

Como tenho afirmado em outras oportunidades, estamos testemunhando alguns avanços. Por exemplo: observamos, recentemente, uma pequena, mas contínua redução das expectativas de inflação para 2016, confirmando o que já observávamos para os anos subsequentes de 2017, 2018 e 2019.

Certamente, esses avanços estão embasados em vários fatores, em especial, no compromisso firme da política monetária com a convergência e na eliminação de incertezas que pairavam sobre o realinhamento dos preços administrados. Mas, como também tenho reiterado, os avanços alcançados no combate à inflação, a exemplo desses cenários mais favoráveis vindos de indicadores de expectativas de médio e longo prazo, contudo, ainda não se mostram suficientes.

Por isso e por tudo o que mencionei anteriormente, faz-se necessário manter a política monetária vigilante. Com essa postura consistente com o quadro de ajustes da política macroeconômica, conseguiremos assegurar a convergência da inflação para a meta de 4,5% em dezembro de 2016, cujos benefícios, uma vez feito isso, deverão se estender para além do próximo ano. Essa é a tarefa para a qual fomos mandatados pela sociedade, e é o objetivo que vamos cumprir com determinação e perseverança.



Exmas. Deputadas e Senadoras, Exmos. Deputados e Senadores, essas foram as minhas considerações iniciais. Coloco-me à disposição de V.Exas. para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quero agradecer ao Dr. Tombini pela exposição.

Vamos iniciar o debate, mas eu gostaria, inicialmente, de conceder a palavra aos Presidentes das Comissões, para as suas indagações e, em seguida, para autores de requerimento.

Quero perguntar se o Plenário aceita delimitarmos, por proposta do Deputado Esperidião Amin, o tempo de 3 minutos para a pergunta, a fim de que todos possam fazer uso da palavra. Estão de acordo?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, eu acho apenas que, talvez, os requerentes...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Os requerentes terão 5 minutos. Eles sempre são diferenciados, Deputado.

Com a palavra, inicialmente, o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, o Deputado Vicente Candido, do PT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sra. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, demais colegas aqui da Mesa, Presidente Júlio Cesar, Presidente Soraya Santos, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu não tenho uma pergunta específica para o Presidente Tombini, mas quero parabenizá-lo aqui pela apresentação, pelos números que nos trouxe, pela expectativa positiva de retomada do crescimento econômico ainda para este ano, para o fim deste ano de 2015, e uma retomada mais robusta para o ano que vem.

Talvez, Presidente, fosse bom que o senhor tecesse comentários sobre a questão do crédito disponível do BNDES e dos demais bancos públicos, que foram fundamentais na crise de 2008 e 2009 para garantir o crescimento econômico e a distribuição de renda. Nós estamos vivendo um período muito parecido, com a Operação Lava-Jato sendo o centro da crise, sobretudo para o setor de óleo e gás, o que precisaria, talvez, ter um olhar diferenciado do Governo, das autoridades monetárias, no tocante à cessão de crédito para empresas envolvidas que precisam continuar tendo aporte de recursos e que, neste momento, têm dificuldades. Eu acho que um olhar do Banco Central, neste caso, nos ajudaria muito. Uma conversa mais estreita com a PETROBRAS, que é significativamente importante neste processo como indutor do desenvolvimento de crescimento econômico, também seria bastante razoável. Eu creio que a retomada do crescimento neste setor, que representa 15% da economia brasileira, é relevante para o Brasil. Eu acho difícil retomar o crescimento sem resolver esse problema das empresas que estão atingidas na Operação Lava-Jato, sobretudo a PETROBRAS e a Sete Brasil. A autoridade monetária poderia nos dar aqui um caminho, a luz de como resolver essa questão. Sem crédito é difícil crescer. Essas empresas hoje estão muito afetadas por essa operação.

Os bancos brasileiros, na mesma linha dos bancos internacionais, são proibidos de ceder crédito para empresa que está sendo investigada. Então, nós estamos num caminho, numa sinuca de bico, vamos dizer assim, na gíria. A autoridade monetária, dirigida por V.Sa., pode ter um papel significativo neste processo.

Acho que, no que depender do Congresso Nacional, das nossas Comissões, faremos todo o esforço para ajudar a viabilizar os chamados acordos de leniência, para que essas empresas tão logo possam voltar a receber crédito das autoridades dos bancos nacionais e internacionais.

Então, eu queria que o senhor pudesse tecer alguns comentários sobre essa questão que nos preocupa muito, neste momento.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Exmo. Deputado Vicente Candido, obrigado pela sua colocação. De fato, o Banco Central do Brasil, na condição de regulador e supervisor do sistema financeiro nacional, obviamente acompanha desdobramentos da economia real. V.Exa. mencionou importantes desenvolvimentos, digamos assim, não econômicos, mas que têm um reflexo sobre a economia do País. V.Exa. menciona uma cadeia de óleo e gás, que é uma cadeia que tem uma importância grande na questão da geração dos empregos e também dos investimentos, uma participação significativa na economia nacional.

Em relação ao nosso trabalho de regulador, obviamente não vinculado a esse caso específico, é um caso relevante; mas, em termos gerais, nós determinamos às nossas instituições reguladas que adotem os critérios da boa prática bancária na concessão de crédito, levando em consideração os riscos envolvidos, a capacidade econômica das contrapartes, entre outros fatores. Naturalmente que, em algum grau, esse tipo de desenvolvimento tem algum reflexo na capacidade de emprestar. Eu acho que aqui é um processo que vai se resolver, em algum momento. O importante é que sejam preservadas, na medida do possível, as atividades econômicas, incluindo o crédito e respeitados esses critérios que são observados.

Na parte da entidade reguladora supervisora, não há nenhuma antecipação. Inclusive, eu acho que é preciso ter serenidade, acompanhar os desenvolvimentos que estão todos os dias nos jornais. Acima de



tudo, é preciso que o critério de concessão de crédito seja objetivo, respeitando a boa prática bancária, independentemente dos desenvolvimentos não econômicos.

Naturalmente, empresas que entram em processo de recuperação vão ter impacto sobre a qualidade de seu crédito, e isso vai ser refletido, digamos, pelo menos, na questão das provisões.

Então, eu acho que V.Exa. toca em um assunto bastante relevante do ponto de vista econômico, apesar de a origem não ser econômica, e que reflete também na concessão de crédito. O Banco Central vem monitorando isso com cuidado, até mesmo porque são cadeias amplas que envolvem milhares de empresas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, A Presidente Soraya Santos, do PMDB do Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA SORAYA SANTOS - Eu queria cumprimentar o Alexandre Tombini, a Senadora Rose de Freitas, Presidente da CMO, os Senadores, todos os Presidentes de Comissão que me ladeiam e os Deputados e as Deputadas.

Eu vou deixar, Presidente Alexandre Tombini, a cargo do nosso Deputado Nelson Marchezan Junior que tem um requerimento que toca na questão das pedaladas fiscais... S.Exa. não se fazia presente no momento em que o Presidente Alexandre Tombini falava sobre o assunto e citava uma questão jurídica defendida na prestação de serviço interpretada pela AGU. E, por sinal, eu quero cumprimentar a militância da Procuradoria que está sempre perseverando no sentido da PEC 443.

Então, nós queríamos saber alguns exemplos e interpretar melhor: qual foi o entendimento da AGU nessa prestação? Não ficou claro para mim esse entendimento. Eu queria deixar registrado, também, duas perguntas: uma consideração que foi feita pelo jornal *O Globo* de segunda-feira, chamando atenção para o fato de que os bancos privados que tinham um repasse, uma aplicação de 65% do saldo da caderneta de poupança que eram alocados no Sistema Financeiro de Habitação. Hoje, o repasse caiu para 36%. Eu queria saber se esse dado está correto e saber se isso não prejudica por demais o financiamento da casa própria.

Outro ponto que eu também gostaria que o senhor nos respondesse é em relação à questão da alta dos juros, que já é uma prática dos anos 90. Estávamos com muita serenidade de não ter que usar esses artifícios novamente para o

controle da crise econômica. Então, eu queria saber se nós não teríamos outra alternativa menos danosa para a população do que a adoção dos juros altos.

Com isso, Presidente, seguindo a ordem, eu posso passar a palavra para o Presidente da CD, que é o Deputado Júlio, e ele responderia em bloco, para que seja otimizado o tempo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Júlio Cesar, do PSD do Piauí.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Presidente Tombini, o senhor falou que a meta é chegar em dezembro de 2016 com 4,5% de inflação, quando hoje é mais de 8%. Mas o que é que está acontecendo no Brasil? O País tem registrado aqui Restos a Pagar de exercícios passados de mais de 200 bilhões. As desonerações, Presidente Tombini, de todos os setores, inclusive da indústria e da folha, chegam a 112 bilhões. O subsídio do BNDES está em 25 bilhões. O subsídio dado nos últimos 3 anos à energia, ao *diesel* e ao álcool é de mais de 60 bilhões.

O que é que está acontecendo no Brasil? O investimento está diminuindo, a inflação está crescendo, os juros estão crescendo, a produtividade da indústria está em queda, o crédito está diminuindo, a taxa de juros, aumentando, o desemprego está aumentando, as exportações, com a subida do dólar, tiveram um mês positivo, mas, o ano passado todo foi negativo, a taxa Selic aumenta, e a poupança cai. Mas, acima de tudo, Presidente, o que me preocupa é a capacidade de contribuir do povo brasileiro. A receita está negativa, todos os tributos em relação a igual período do ano passado.

O que é que eu questiono, Presidente? É o lucro dos bancos. Veja bem: os cinco maiores bancos do Brasil — eu não vou citar os nomes porque todo mundo conhece — tiveram um lucro maior do que a capacidade de investir do Governo: 62 bilhões no ano passado. O *spread*, que já foi o maior do mundo, continua alto, com altas taxas de administração que têm contribuído para esse excessivo lucro do sistema financeiro brasileiro, um sistema financeiro que sobrevive só de serviços e tarifas. Eu fui pegar a arrecadação dos serviços e tarifas do sistema financeiro: ela é 30% maior do que o seu custo na folha de pagamento com os encargos.

Então, eu não vejo com tanto otimismo o Brasil sair desta em curto prazo, e torço para que eu esteja errado. Porque, com tantos dados negativos, com tantas coisas acontecendo negativamente no Brasil, eu não vejo como sair desse buraco.

Além do mais, Sr. Presidente, o Tesouro Nacional retém recursos arrecadados através dos Refis que pertencem aos entes federados. E por diversas e diversas vezes, na Comissão de Finanças, identificamos e conseguimos que o Tesouro pagasse, apesar de que, com bastante atraso.



Então, eu gostaria que V.Exa. fizesse uma explicação mais convincente, menos otimista, porque esta de cair de 8% para 4,5% é excessivamente otimista sobre a recuperação da economia do Brasil. Porque o que eu vejo que o Governo está dizendo todo dia com esses cortes, com esse reajuste fiscal, é que não será suficiente para recuperar em curto prazo esses problemas monetários, financeiros e econômicos que vive o Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria, Presidente, que o senhor respondesse aos Presidentes de Comissão, e, em seguida, nós passaremos aos autores dos requerimentos.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Exma. Sra. Presidente da Comissão.

A Exma. Deputada Soraya Santos fez três indagações. A primeira, em relação à questão da prestação de serviços versus operações de crédito. Eu mencionei que são aspectos jurídicos que estão sendo examinados — eu não sou advogado —, e o parecer da Consultoria-Geral da União, órgão da Advocacia-Geral da União, avaliou que os referidos eventos eram relacionados a contratos entre bancos oficiais e poder público, contratos de prestação de serviços. Essa é a avaliação da Consultoria Geral da União.

Esse parecer está num processo, eu imagino que no Tribunal de Contas. Caso nós tenhamos disponibilidade, não haveria problema em compartilhar com V.Exa. Então, em relação a isso, há uma avaliação jurídica. Essa avaliação foi feita pela Consultoria-Geral da União, e é isso que está sendo avaliado, entre outras coisas, no procedimento em curso no Tribunal de Contas da União, no momento.

Em relação à questão do direcionamento da poupança, hoje, nós temos, na caderneta de poupança, algo em torno de 600 bilhões de reais, aproximadamente. Estou falando em grandes números só para termos uma noção. Uma parte dessa poupança rural está vinculada a direcionamentos para o setor da agricultura, agropecuária, e um contingente expressivo desse valor é poupança para o setor imobiliário.

Hoje, a caderneta de poupança tem um recolhimento compulsório de 20%. Além disso, há um adicional de 10%, com 30% de recolhimento compulsório. E há 65% direcionado ao setor imobiliário, ficando 5% dos depósitos para livre alocação, digamos assim, pelo sistema. E, desses 65%, 80% para o Sistema Financeiro da Habitação, e o restante tem que ser aplicado no setor imobiliário, mas pode ser aplicado no SFI e em outras modalidades.

Há uma série de operações elegíveis, para cumprimento dessa exigibilidade por parte do sistema financeiro. Esse rol de aplicações elegíveis inclui uma série de produtos relacionados ao setor imobiliário, e os bancos têm que cumprir 80% desses 65% para o SFH, e os outros para o sistema financeiro de habitação geral, de maneira que o que não for aplicado desse montante tem que ser depositado no Banco Central do Brasil.

Então, aqueles que não aplicam a totalidade do direcionamento deixam depositados no Banco Central do Brasil. Então, dentro das diversas modalidades de aplicação, isso vem sendo cumprido pelo sistema.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Aqui eu acho que há uma mistura. As operações elegíveis são diversas, são amplas, fazendo com que esses recursos, em acordo com a Resolução, com a legislação em vigor, sejam destinados para o setor imobiliário, mas não especificamente para o financiamento da casa própria, de novas construções, ou isso ou aquilo. Quer dizer, esse recurso vem sendo direcionado, e o que não for direcionado tem que ser esterilizado no Banco Central do Brasil.

Então, não é assim: o descumprimento da Resolução. Se não direcionou dentro daquelas operações elegíveis — pode-se não concordar com as operações elegíveis; isso é outra dimensão —, é preciso esterilizar no Banco Central.

Por último, a alta dos juros. Enfim, esse é um instrumento da política monetária, um instrumento que vem sendo usado. Como eu falei durante a apresentação inicial, progressos têm sido obtidos em relação a esse processo de convergência, e nós estamos comprometidos em trazer a inflação para 4,5% em dezembro de 2016. Eu vou falar um pouquinho em resposta ao Deputado Júlio Cesar: esse é um remédio que infelizmente tem que ser aplicado nesse momento.

Em relação às considerações do Deputado Júlio Cesar, várias considerações que estão acontecendo em relação à receita tributária, em relação à evolução no crédito, aos investimentos, etc. Procurei dar uma visão não tão otimista, mas digamos assim, tratar o ano de 2015 como um ano de transição. Vejamos a evolução da economia brasileira, por exemplo, a crise financeira global de 2008/2009. No material que foi distribuído a V.Exas., há um gráfico, na página 20, que mostra a evolução do Produto Interno Bruto, do crescimento econômico, em várias economias do G-20. E o que nós vemos nesse gráfico é que todas começando lá em zero, em 2008, e a economia brasileira nesse período cresceu 20%.



A economia brasileira nesse período cresceu 20%. Outras economias. A economia da Coreia do Sul cresceu 22% nesse período, ou seja, de 2008 a 2014. Os Estados Unidos cresceram 8,7%. A Europa, no final de 2014, ainda estava num nível de produto inferior ao do começo de 2008. Ou seja, há uma recuperação das economias emergentes. O Brasil recuperou-se, saiu rapidamente da crise em 2008, 2009, com o uso de políticas fiscais e macroeconômicas, em geral, contracíclicas, ou seja, injetou estímulos. Os países do G-20 combinaram isso, fizeram uma saída. Então, nós vemos aquela saída em V no gráfico, lá em 2008, 2009. Depois, chegou a um nível, a um platô, a partir de 2011, 2012. Coincidentemente, tem a ver, também, com a evolução dos preços das *commodities*, que fizeram com que os nossos termos de troca andassem de lado e declinassem a partir de então, certo?

Mas o que eu quero dizer a V.Exa., Deputado, é que o que nós estamos fazendo agora... As mesmas políticas que funcionaram em 2008, os estímulos, não produziram crescimento nos últimos 2 anos, está certo, mas acabaram por, digamos assim, afetar os fundamentos macroeconômicos, em particular os colchões de proteção que nós tínhamos na área fiscal.

Então, o que se está fazendo agora é restabelecer esses fluxos fiscais, ajustar algumas perdas de receita por decorrência de ajustes de política fiscal no passado — estão sendo ajustadas. Eu não vou entrar aqui... Já falei das 4 dimensões do ajuste fiscal, tantos das reformas estruturais quanto da redução dos subsídios ou do corte de despesas e também da receita, enfim, desse conjunto todo para restabelecer, digamos, as bases da política fiscal e preparar o Brasil, ali na frente, para um novo ciclo de desenvolvimento, de crescimento econômico sustentável.

Então, nesse período, é natural, é um período de transição, o Governo é afetado em suas receitas, tem que fazer um ajuste pelo lado das despesas, num momento em que a economia não está vigorosa. Então, é um momento de preparar o Brasil para ali na frente.

Como eu mencionei, também, nós temos um evento importante agora, que é a própria normalização das condições monetárias nos Estados Unidos. Eu acho que nós temos que chegar a esse momento, que deve ser mais para o final do ano, com a economia brasileira rebalanceada, com menos vulnerabilidade possível, para enfrentar esse momento e, a partir daí, de 2016, ter condições de dar início a um novo processo de recuperação. Essa recuperação, da forma como nós antevemos, no momento, vai ser algo gradual, em função de tudo o que vem acontecendo em 2015. Mas, numa perspectiva um pouco mais ampla, vemos que a economia brasileira cresce 20% nesse período pós-crise. Ela não está parada. Ela chegou num nível que estabilizou esse crescimento, e agora temos que passar por esse ajuste para criar as bases para frente.

Então, eu não vou entrar nos detalhes, como V.Exa. mencionou, em relação à meta de inflação de 4,5%. É verdade, hoje está acima de 8%, no acumulado em 12 meses. Esse nível acumulado em 12 meses vai ficar com a gente, porque são tarifas públicas em que se mexe de 12 em 12 meses. Mas, no começo do ano que vem, já vamos ter uma queda significativa na inflação acumulada em 12 meses. Na mensal, já estamos vendo agora e veremos ao longo dos próximos meses uma queda na inflação. O mercado, os participantes de mercado hoje esperam a inflação, para o ano que vem, caindo para 5,5%. Nós dissemos que vemos esse movimento como um movimento positivo, porém não suficiente para o atingimento do nosso objetivo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - E a carga tributária do sistema financeiro?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bem, quanto à carga tributária do sistema financeiro, houve, recentemente, a elevação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 20%, também refletindo o cenário que V.Exa. mencionava anteriormente. O setor está saudável, está bem capitalizado, tem nível de reserva suficiente, ou seja, nós temos que enfrentar esse período de desaceleração da economia. É importante que se tenha um sistema saudável, capaz de enfrentar esse período de transição. Acho que isso é importante.

Agora, o que V.Exa. menciona em relação ao desempenho desse segmento, em parte, acho que está refletido na decisão recente de elevação da Contribuição Social sobre Lucro Líquido — CSLL do sistema financeiro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sra. Presidente, só para concluir. Mesmo assim, Sra. Presidente, o aumento de 15% para 20% da carga tributária do sistema financeiro não vai dar 2/3 da carga tributária da indústria e do comércio.

Por fim — tenho um assunto que havia esquecido —, os 20 maiores devedores do BNDES, Presidente, devem 170 bilhões! Por questão de segredo fiscal e bancário, eu não vou citá-los. Esses 170 bilhões, quase todos recursos capitalizados pelo Tesouro Nacional, correspondem a 42% dos 400 e poucos bilhões capitalizados subsidiados pelo Tesouro Nacional.

O que o senhor pode falar sobre essa concentração dos 20 maiores devedores do BNDES?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - O BNDES é o Banco Nacional do



Desenvolvimento, que tem uma fatia grande do mercado de empréstimo de longo prazo. Olhando para frente, na linha do que já foi inclusive apresentado pelos Ministros do Planejamento e da Fazenda, é importante que o uso dos recursos escassos do BNDES sirva também para alavancar o mercado de capitais brasileiro. Este mercado avançou bastante ao longo das últimas décadas na questão da abertura de capital das empresas, mas precisa avançar mais em relação a instrumentos de dívida privada, de dívida do setor privado, como debêntures, enfim, dívidas mais de médio e longo prazo.

A visão dos Ministros da Fazenda e do Planejamento e também do próprio Presidente do BNDES, que anunciaram recentemente, há algumas semanas, é a combinação dos recursos escassos do BNDES com recursos oriundos do mercado de capitais, para então alavancar o financiamento de longo prazo, para a economia brasileira não ficar só restrita ou muito dependente da fonte BNDES. V.Exa. já mencionou a necessidade de capitalização ou de aporte de recursos do Tesouro Nacional àquela instituição. Olhando para frente, uma orientação nesse sentido parece bastante salutar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agora, passaremos a palavra aos autores de requerimento.

Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris, do PSDB de São Paulo. Em seguida, terão a palavra Deputado Delegado Waldir, do PSDB de Goiás; o Deputado Nelson Marchezan Junior, do PSDB do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sra. Presidente, quanto tempo eu tenho?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem 5 minutos como autor de requerimento.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente, depois, eu gostaria de pedir a palavra como Líder.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sra. Presidente, peço para marcar o meu tempo, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Ministro Alexandre Tombini, muito obrigado pela presença, atendendo a requerimento de nossa autoria.

Antes de eu fazer as perguntas seguintes, queria só fazer uma pergunta inicial: o senhor participou das reuniões em que foi tomada a decisão sobre o atual ajuste econômico? O senhor participou das reuniões e das decisões que foram tomadas sobre o ajuste? Só “sim” ou “não”.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Há diversas reuniões. De algumas, participei.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Algumas. Muito bem.

Eu queria fazer aqui uma leitura, se me permite, de uma decisão do Tribunal de Contas da União, que, em seu relatório, diz o seguinte:

“Documentos submetidos pela equipe de auditoria junto à Caixa Econômica Federal, Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério do Desenvolvimento Social comprovam que, ao longo dos exercícios financeiros de 2013 e 2014, recursos próprios da Caixa foram utilizados para pagamento de dispêndios de responsabilidade da União, no âmbito dos seguintes programas de Governo: Bolsa Família, Seguro-Desemprego e Abono Salarial”.

Diz ainda:

“De acordo com o teor do documento, encaminhado pelo Departamento Econômico do BACEN, a equipe de auditoria do Tribunal de Contas” — aí, eu ressalto — “restou demonstrado que os passivos gerados em razão da realização dos referidos adiantamentos não eram registrados pelo BACEN”.

Ou seja, referidos adiantamentos não eram registrados pelo Banco Central no rol das obrigações da Dívida Líquida do Setor Público — DLSP, como bem informa o referido documento.

Diz ainda:

“O Departamento de Supervisão Bancária informou que, ao final de agosto último, a Caixa Federal registrou em seu ativo 1 bilhão, 740 milhões e 500 mil reais de valores a receber do Governo Federal, referentes aos pagamentos relativos aos programas sociais”.

Ou seja, o Departamento de Supervisão Bancária da Caixa registrou no seu ativo esse valor. Esses valores, Sr. Presidente, foram registrados na subconta COSIF do uso interno da Caixa Federal — Programas Sociais, “conta não abrangida na coleta automática de dados da apuração do resultado fiscal”.

Aí, vem a seguinte questão:

“(…) No entanto, ao final do mês de agosto de 2014, uma semana após a apresentação da representação que deu origem aos presentes autos, o Departamento Econômico do Banco Central decidiu que tais passivos deveriam passar a ser registrados nas estatísticas fiscais de endividamento, posto que o registro de referidos adiantamentos seria compatível com o que determina a metodologia de apuração da Dívida Líquida do Setor Público”.



Portanto, o que houve? Uma mudança de interpretação do Banco Central? É isso que houve? Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer.

Por exemplo, se os senhores afirmaram que é um problema de interpretação da norma, por que o Banco Central passou a captar essas dívidas do setor público com esses bancos oficiais somente após o início da auditoria do Tribunal de Contas da União, como ficou claro no relatório? O expediente encaminhado pelo Tribunal acendeu a luz vermelha do Banco Central? Ou seja, houve essa mudança de interpretação? Por que só aí houve uma mudança de interpretação? Não é responsabilidade do Banco Central captar esses empréstimos, para apurar a real necessidade do financiamento do setor público, senão, estará sendo maquiado o resultado?

Sr. Presidente, essa é a minha maior preocupação. Com essa mudança de interpretação, o resultado anterior não estaria sendo maquiado, principalmente o resultado da Dívida Líquida do Setor Público? O Banco Central falhou, Sr. Presidente, na atenção devida a esse movimento que acabo de mostrar?

Se os senhores afirmaram que é apenas uma questão de interpretação, eu tenho aqui minhas preocupações, porque aqui houve uma interpretação diferente.

Eu gostaria que V.Exa. pudesse dar essa resposta.

Há ainda outra questão que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Gostaria que V.Exa. me dissesse qual a sua maior preocupação hoje em relação a três problemas, de acordo com a

ordem de importância. Como Presidente do Banco Central, com a responsabilidade que tem, quais são as maiores preocupações que o senhor tem? Peço que me aponte três delas, em ordem de importância.

Como se explica o aumento permanente da taxa de juros, uma vez que a lógica dessa política econômica é aumentar juros para diminuir inflação? Como se explica aumento de juros e aumento de inflação?

Finalmente, Sra. Presidente, faço a última pergunta. O senhor está desde janeiro de 2011 no Governo. Eu vejo dois aspectos: os senhores que têm responsabilidade pela economia deste País estão vendo um Governo irresponsável, um Governo que, ao longo dos últimos anos, mostrou a tragédia da má gestão. Basta a ver a situação econômica em que nós vivemos hoje. O senhor está desde janeiro de 2011. O Ministro Levy já de um recado claro nesta semana: *“Olha, se continuarem atuando no Governo desse jeito aí, eu, daqui a pouco, peço o boné! Eu vou embora!” “Não, não, vem aqui e tal.” “Não, sente de novo, e vamos nos acertar aqui.”*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Vou concluir, Sra. Presidente. Então, V.Exa. está desde 2011. O senhor disse aqui que, a partir de determinado momento, se passou a afetar os fundamentos macroeconômicos. Ou seja, quando se percebeu uma gestão complexa como esta que estamos vivendo, uma tragédia da má gestão, levando a situação econômica como nós estamos, o senhor, lá atrás, não percebeu que os fundamentos da macroeconomia estavam sendo, de alguma maneira, afetados por essa tragédia da má gestão do Governo?

É isso aí. Quero que V.Sa. entenda que é apenas um questionamento de interesse social e principalmente pela atribuição que nós temos de fiscalização aqui na Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção que deu, como sempre, presente aqui na Comissão, para debater com a gente os interesses do País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Presidente, eu gostaria de dar a palavra a outros autores de requerimento para responder em conjunto, pergunto se V.Exa. concorda.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir, do PSDB de Goiás. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sra. Presidenta, eu estava até agora na Comissão Parlamentar de Inquérito da PETROBRAS. Então, a minha participação aqui ficou prejudicada. Abstenho-me de fazer as perguntas, considerando que o Deputado Vanderlei Macris já fez muitas delas. Apenas, vou ouvir as respostas.

Agradeço a V.Exa. e ao Alexandre Tombini por comparecer aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradeço a V.Exa. também por estar presente nesta Comissão.

Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Marchezan Junior, do PSDB do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Senadora Rose de

Freitas, Presidente Alexandre Tombini, demais colegas presentes, este é um Governo conhecido pelos comandantes que não sabem de nada. Para iniciar, é bom relatar que a decisão do Pleno, do Tribunal, foi



dada por unanimidade pelo Pleno. Não foi um apontamento de um técnico sem manifestações prévias com relação à pedalada fiscal.

Esta audiência aqui, na verdade, não é a audiência do meu requerimento, porque eu entendia, Ministro, que este é um assunto tão especial que deveria ter uma audiência específica para ele, e assim foi aprovado na Comissão.

Por uma compreensão, sempre pertinente à Deputada Soraya, S.Exa. trouxe para cá a audiência na expectativa de que o senhor pudesse responder de forma mais efetiva à questão da pedalada. O senhor não o fez no início da sua manifestação. A Presidente Soraya reiterou a pergunta. O senhor entrou na linha de que não sabe o que aconteceu. O senhor não é advogado. Então, o senhor leu para nós uma parte da defesa que foi encaminhada ao Tribunal de Contas da União, o Deputado Macris fez a pergunta no mesmo sentido, e eu vou lhe dar uma outra oportunidade, para ver se nós não precisamos realmente fazer a audiência aprovada para tratar especificamente dos controles do Banco Central sobre o sistema

financeiro, que não é a pauta integral desta audiência pública, Presidente, nós entendemos.

Eu vou, então, ser repetitivo, porque a D. Maria que está em casa assistindo tem duas questões que ela não entende. Se a dona Maria receber 20.000 reais na sua conta, o Banco Central pega, a Receita pega, ela vai para a malha fina. Como é que um gerente da PETROBRAS coloca 100 milhões numa conta no exterior? Como é que nós temos colegas aqui, Senadores e Deputados que aumentaram sua renda em 100%, 200%, 2.000%, 3.000% a sua renda com movimentações bancárias.

O Banco Central tem alguma forma de pegar só desvios financeiros até 100 mil reais, vamos dizer, 200 mil reais? Ele só pega peixe pequeno? Com o COAF, Ministério da Fazenda, com a Receita, o próprio Banco Central, todos esses controles só pegam peixe pequeno, só a D. Maria e o Seu João? Ladrão de galinho, aqui, cito o meu colega.

Eu queria voltar à questão da pedalada, ou como diria aqui o nobre líder do DEM, do passeio ciclístico; 40 bilhões não é mais uma pedalada, é um passeio ciclístico. O Ministro da Fazenda está no Conselho dos Bancos, indica 4 conselheiros, para Caixa, para o Banco do Brasil, para o BNDES. Eu fui Diretor de banco, Presidente. Meus colegas eram processados por darem crédito de 500 mil, lá no BANRISUL, e o Banco Central entendeu que para 500 mil reais, 1 milhão, não tinham garantia suficiente. Então, eles foram processados pelo Banco Central porque não deram garantia suficiente. O senhor quer me dizer, Presidente — e a pergunta é bem objetiva —, que o Banco Central não recebeu nenhum apontamento de um acionista da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, do BNDES ou do Ministro da Fazenda de que o seu Governo tomou 40 bilhões, 40 bilhões? E não me diga que isso é uma prestação de serviço, Presidente, porque vamos combinar: se o Estado deve para a D. Maria, porque ele se comprometeu a lhe repassar um benefício social, alguma questão na área rural, algum valor, e não tem esse valor no caixa, ele pode ligar para o Presidente da Caixa Econômica e dizer *“passa para a D. Maria o dinheiro que eu não tenho para passar; quando der, eu te pago”*.

Eu não sei em que doutrina e em que ordenamento jurídico do mundo isso não é empréstimo. Eu não entendo muito bem ou estou entendendo errado a situação e lhe dou a oportunidade de me explicar de novo. Como é que não houve

uma decisão do Banco Central para apontar que isso era um empréstimo ilegal, um ato de tomar crédito ilegal, um financiamento do Governo de forma vedada pelo arcabouço jurídico brasileiro de 40 bilhões?

Eu vou ser mais claro: não houve nenhum apontamento de nenhum servidor, de nenhum funcionário do Banco Central dizendo *“olhem, colegas, isto aqui não está de acordo com a legislação vigente”*? Nenhum, Presidente?

Eram essas as minhas perguntas a que eu gostaria que o senhor respondesse, para que não precisássemos fazer uma nova audiência pública.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Presidente do Banco Central, Sr. Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sra. Presidenta. Começo pelas perguntas dos Deputados Vanderlei Macris e Delegado Waldir,

que assinaram um requerimento. Então, começo respondendo a eles.

Na introdução, já fiz menção a esse requerimento e lembrei que um parecer da Consultoria-Geral da União, vinculada à Advocacia-Geral da União, examinando esses eventos, definiu ou avaliou como sendo originário de prestação de serviços. Essa é uma avaliação jurídica, não é em relação a isso que o Banco Central está prestando esclarecimentos ao Tribunal de Contas. Eu queria deixar isso registrado. Em relação àquele fato, é um assunto cujo deslinde jurídico se dará justamente no procedimento ora em curso no Tribunal de Contas da União.

Em relação à questão mais específica dos eminentes Deputados, eu gostaria de dizer o seguinte. Em primeiro lugar, o Banco Central tem a sua estatística fiscal. Nós compilamos dados do Banco Central. Temos



18 mil séries de dados — V.Exa. deve conhecer, tendo sido egresso do sistema financeiro, o conjunto de informações estatísticas que o Banco Central trabalha e atualiza. O Banco Central, em várias dessas estatísticas, é fonte primária. Em algumas outras, toma bases externas para compilar essas estatísticas.

Então, nós temos hoje em torno de 18 mil séries estatísticas, e, inclusive, séries fiscais. Não somos órgãos de controle fiscal nem controle contábil da União. Nós temos esse acervo de dados, inclusive fiscais, para atender aos nossos objetivos, qual seja: subsidiar as decisões de política monetária, tendo em vista a repercussão que a variável endividamento público ou a relação do setor público não

financeiro com as instituições financeiras tem sobre demanda agregada e nível de preços de inflação.

Nós seguimos uma metodologia internacional, apurada em conformidade com o Manual de Estatísticas do Fundo Monetário Internacional, cuja última versão data de 2014. Nós temos seguido essa metodologia.

A compilação de estatísticas fiscais pelo Banco Central, então, é para atender primeiramente ao nosso objetivo lá de trás, de 1991, que era ver o impacto do setor público sobre a economia como um todo e aí ajustar nosso instrumento de política monetária, para atingir nossos objetivos. E, em 1991, não havia metas de inflação, mas havia a estabilidade de poder de compra entre os nossos objetivos.

As estatísticas do Banco Central — a metodologia é conhecida desde 1991, portanto antes da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que se deu no ano de 2000; V.Exas. bem sabem —, as nossas estatísticas, são produzidas por uma metodologia que tem como base a evolução dos ativos e passivos do setor público não financeiro junto ao Sistema Financeiro Nacional, junto a entidades do Sistema Financeiro Nacional. Se há uma entidade que não é do Sistema Financeiro Nacional, a nossa metodologia não vai pegar hoje, como não pegou em 1991 e como não pegou depois da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós focamos a nossa metodologia “abaixo da linha”, que é essa variação de ativos e passivos, como eu mencionei. Essa é diferente da “acima da linha”, que são as despesas e as receitas, o próprio Tribunal de Contas da União, o órgão de controle, o Tesouro Nacional, o Ministério do Planejamento. Inclusive, o Tribunal de Contas já reconhece que a nossa metodologia foi feita com esse objetivo lá de trás.

As estatísticas macroeconômicas têm natureza, características e definições próprias, que são referenciadas em manuais internacionais, e têm que ser comparadas internacionalmente. Estão entre essas características: ter uma metodologia pré-definida, de conhecimento público, amplamente divulgada e aceita; ter fonte de dados que garantam periodicidade, tempestividade, integridade, abrangência e qualidade das estatísticas; ter procedimentos operacionais consolidados que permitam a verificação da qualidade dessas estatísticas. Então, nós temos que seguir esses preceitos.

V.Exa. se refere a alguns números. Esses números nós veremos nos esclarecimentos, são números relacionados com, por exemplo, relação de setor público com entidades não financeiras, entidades não reguladas, entidades que não têm o balanço regulado pelo Banco Central, que não seguem nossas orientações — portanto, não estavam e não estão na nossa estatística, na nossa metodologia. Essa metodologia não muda para se adequar.

Obviamente, se alguém decidir lá na frente que tem que mudar, nós vamos ter que fazer uma nova estatística. Vai ter que haver a estatística do “abaixo da linha”, para contar ações internacionais, uma estatística nova para atender a uma determinação. Mas aí eu já estou indo mais à frente.

Nossa estatística, de novo, relação entre instituições financeiras e setor público não financeiro, variação de passivos e ativos. Temos outras fontes, como a Conta Única do Tesouro, no Banco Central, e algumas outras fontes externas, por exemplo, balanços de pagamentos. Então, são essas as bases que nós adotamos.

Também, na nossa contabilidade do “abaixo da linha”, metodologia conhecida, nós usamos o critério de caixa. Quem é egresso do sistema sabe que essa contabilidade, que é uma contabilidade fiscal e econômica, nesse caso de que nós estamos falando, segue a metodologia do conceito de caixa. Então, se há um conjunto de compromissos para serem pagos nos próximos 5 anos, a cada ano em que esse pagamento for efetivado, aí, vai entrar no conceito do “abaixo da linha”. Agora, no COSIF — Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, na contabilidade das instituições financeiras, segue um regime de competência. Então, lá vai estar registrado um crédito contra terceiros. Mas, na contabilidade fiscal, só quando esse pagamento já estiver vencido ou quando for efetuado é que entrará na estatística fiscal. Essa é a nossa metodologia, desde sempre, não mudou, desde 1991, não mudou com a Lei de Responsabilidade Fiscal e não mudou hoje, está da mesma forma.

Então, essas são algumas considerações iniciais, que são estatísticas, com o objetivo de municiar primeiro o Banco Central, como formulador, com toda a política monetária, que precisa saber como se dá o impacto do Governo sobre a demanda agregada, sobre o nível de preço, sobre a inflação, para definir os seus instrumentos no que se refere à sua parte na política macroeconômica.



Dito isso, há essas particularidades com relação às fontes de dados, fidedignidade das fontes, em relação à característica da contraparte ser uma instituição financeira, em relação ao tipo de contabilidade que nós usamos, que é contabilidade caixa, e não competência, como é o caso da contabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

É basicamente isso. Nós temos que ter a comparabilidade internacional e seguimos o Manual de Estatísticas Fiscais do Fundo Monetário Internacional. Vem sendo seguida essa metodologia, e esperamos que continuemos a segui-la, porque é uma metodologia conhecida, aceita pelos participantes e pelos economistas, aceita para comparações internacionais.

Quanto à questão da verificação das operações, é importante observar, Deputado Vanderlei Macris, em relação à sua pergunta específica, que, antes da instauração do procedimento pelo Tribunal de Contas, a área de fiscalização do Banco Central já havia abordado a evolução de passivos da União na contabilidade de instituições financeiras, o que inclusive ensejou ajustes em seus procedimentos de elaboração de estatísticas, em linha com o padrão metodológico que nós adotamos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então houve uma mudança de concepção, não é?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - No início de 2014, em

decorrência dos trabalhos de acompanhamento contínuo da supervisão do Banco Central, o BC identificou variação relevante, em conta do COSIF, de instituição financeira, associada à entidade da administração federal.

Em 19 de março de 2014, em função dessa constatação, foi requisitada à instituição financeira que discriminasse a origem da referida variação. Em resposta, a instituição informou que os montantes relacionados à ocorrência, lançados em conta de uso interno, a que V.Exa. se referia, eram referentes à antecipação de pagamento de benefícios sociais.

Em 8 de abril de 2014, a supervisão do Banco Central diligenciou a solicitação de outras informações relativas à composição do saldo da referida conta, bem como a lançamentos contábeis e a instrumentos contratuais correlatos. A instituição financeira prestou as informações solicitadas, em 24 de abril de 2014, destacando

adicionalmente que já havia recorrido à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal junto à AGU, em 26 de dezembro de 2013, portanto antes do nosso trabalho de verificação — consultou para resolução de controvérsia jurídica com os órgãos da União.

Em 16 de maio de 2014, a supervisão do BC finalizou o relatório sobre o assunto, recomendando o encaminhamento de consulta jurídica à Procuradoria-Geral do Banco Central. Nós temos um rito, que é seguido, em relação a ações de fiscalização, a dúvidas que surgem no meio do processo — não tem nada a ver com a estatística fiscal, ainda está no âmbito da fiscalização.

A Procuradoria-Geral concluiu seu parecer em 11 de agosto de 2014, e, no final de agosto de 2014, a documentação reunida sobre o caso foi encaminhada da área de fiscalização para a área de política econômica do Banco Central do Brasil, quanto à análise e sobre as providências cabíveis.

Como resultado final, no final de setembro, após a análise do caso pela área de política econômica, sob a ótica própria da metodologia de produção de estatísticas fiscais, à luz dos correlatos critérios de abrangência, cobertura, padrões internacionais e procedimentos operacionais, foi efetivada a incorporação às estatísticas fiscais do BC de dados relacionados aos repasses do Tesouro à Caixa vinculados ao pagamento de programas sociais.

Aqui está a linha do tempo em relação aos procedimentos internos do Banco Central: detecção pela supervisão; consulta à instituição afetada pelo trabalho; réplica; esclarecimento de que estava em processo de conciliação e arbitragem, para definição dessa prestação de serviço; e consulta à Procuradoria-Geral, com o retorno do resultado dessa consulta para a supervisão do Banco Central. Isso foi informado de pronto ao departamento econômico, que registrou nas estatísticas fiscais.

Então, o nosso procedimento interno é um procedimento robusto, segue padrões internacionais, e essas contas foram ajustadas. Não houve mudança metodológica. Houve simplesmente detecção pela supervisão dessa acumulação numa conta que era de passagem. E o registro foi efetuado.

Quanto à pergunta específica de V.Exa., eu presto esses esclarecimentos precisos em relação ao que se passa no Banco Central.

Já atendendo à pergunta do Exmo. Deputado Nelson Marchezan Junior, é isso. Primeiro, as nossas estatísticas seguem metodologia consagrada internacionalmente, pelo Fundo Monetário Internacional. Ela tem essas características. O “abaixo da linha”, definido pelo Banco Central, desde 1991, se dá por meio das relações, ou seja, dos ativos e passivos, entre setor público não financeiro, de um lado, e as instituições financeiras, de outro. Um fundo, algo que não é instituição financeira e tem relação com o setor público, não é capturado pela nossa estatística. Não era em 1991, não foi a partir de 2000.



Diga-se que, incidentalmente, a estatística do Banco Central passou a ser o padrão de aferição, o “abaixo da linha”, do resultado fiscal, porque já era uma estatística bem considerada. Dentre aquelas tantas outras séries estatísticas, esta é uma estatística bem reputada, que segue padrões internacionais e que tem data de divulgação definida, cronograma — 1 ano antes é definido quando vai ser divulgada

—, mês a mês, uma tempestividade mensal, e tem alguma credibilidade, senão não seria usada da forma como é e também não teria sido, digamos, emprestada para aferição do resultado fiscal do setor público anual.

São esses os esclarecimentos. Eu posso acrescentar, porque V.Exa. adicionou mais alguma coisa.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Só para ver se eu entendi, pela resposta do Deputado Vanderlei Macris. Então, isso foi detectado no Banco Central em uma auditoria. É isso? Foi detectado?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Auditoria, não; trabalho de supervisão, trabalho de regulação e supervisão. Detectamos no final de 2013 e início de 2014. Foram feitas as consultas à instituição. A instituição respondeu inclusive que estava em processo de arbitragem junto à Advocacia-Geral da União. Os esclarecimentos foram prestados. As consultas internas foram procedidas.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Então, isso não passou em branco pelos servidores concursados do Banco Central, desde 2013?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Respondendo à sua pergunta, não.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Não passou em branco. Então, desde 2013, o Banco Central sabe que isso está ocorrendo. O senhor afirmou aqui que considera correto. Então, isso pode estar ocorrendo ainda? A Caixa, o BNDES e o Banco do Brasil ainda podem estar financiando o Governo Federal?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não foi isso que eu disse, não.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mas podem estar? Ou não estão?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não foi isso que eu disse.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu estou perguntando.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não vou responder em tese. A nossa estatística tem metodologia consagrada. Nós seguimos os nossos procedimentos operacionais, que são de conhecimento público. Se no futuro detectarmos, nós vamos trabalhar.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Neste ano não foi detectado?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bem, respondendo à outra parte da sua pergunta, nós temos um sistema hoje de prevenção à lavagem de dinheiro, que V.Exa. mencionava inicialmente. No que cabe ao Banco Central do Brasil, como regulador do sistema financeiro, nós temos que nos certificar de que as instituições financeiras estão seguindo as políticas de prevenção à lavagem de dinheiro. Uma instituição que não é financeira e não está sob o nosso escopo nós não vamos regular nem supervisionar. As instituições financeiras que são reguladas e supervisionadas pelo Banco Central têm que seguir procedimentos claros de prevenção à lavagem de dinheiro.

O órgão central desse sistema, V.Exa. bem sabe, é o COAF, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, aonde as notificações chegam. Naturalmente, o Sistema Financeiro Nacional tem uma participação em 5% da economia. É uma estrutura importante, onde se dão as relações econômicas de toda a parte financeira, como V.Exa. bem sabe.

Desde a aprovação da lei de prevenção à lavagem de dinheiro, de 1998, mais de 5 milhões de notificações foram feitas pelo Sistema Financeiro, seguindo a regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central. Foram feitas

notificações das instituições financeiras para o órgão central. Isso não quer dizer que toda notificação tenha por trás uma irregularidade. Mas foram feitas mais de cinco milhões. Só no ano de 2014 foram feitas 800 mil. Então, é um processo que está funcionando. Várias das coisas que estão aí hoje são oriundas inclusive deste processo de monitoramento. As instituições financeiras têm que cumprir e informar os órgãos de controle. E aí o órgão de controle central vai fazer um juízo sobre aprofundar ou não trabalhos na questão da prevenção à lavagem de dinheiro. Então, é isso basicamente.

Só para dar uma noção da dimensão do negócio, são 30 mil operações de câmbio por dia, sete milhões de operações de câmbio por ano, no País. Então, nós estamos tratando de um segmento robusto em relação ao número de operações. São 9 bilhões de dólares transacionados por dia, aproximadamente. Ou seja, são mais de 2,2 trilhões de dólares transacionados na casa de câmbio, em uma economia como o Brasil, que hoje é a sétima maior economia do mundo, com 372 milhões de dólares em reserva. É uma economia mais aberta economicamente do que já foi no passado e em que não tem aquela lógica da escassez de vida. Tem uma lógica, claro. Prevenção à lavagem de dinheiro tem que ser firme em qualquer mercado, seja



de câmbio ou de outros ativos. Enfim, inclusive ativos não financeiros, como é o caso. Então, nós estamos atentos. O sistema está operando, está funcionando e vai continuar funcionando no futuro.

Basicamente, são essas as minhas considerações em relação aos dois requerimentos.

Obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou fazer uma observação. Hoje nós temos que aproveitar ao máximo a presença do Presidente do Banco Central para termos a oportunidade de debater e esclarecer todos os pontos de vista importantes para encaminhamento do trabalho desta Comissão e das demais Comissões. Nós estamos, às 16 horas, com início da Ordem do Dia nos dois plenários. Temos mais quinze inscritos e, ainda, o pedido de palavra de Líder, que antecede a inscrição de todos os senhores oradores. Eu vou pedir a compreensão do Deputado Pauderney Avelino. Poderia até suceder o fato oposto, mas eu vou respeitar o Regimento e dizer que considere o tempo de 3 minutos para cada orador.

Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino. Só quero dizer que me referi a S.Exa., que ficou esperando uma resposta. V.Exa. dispõe de 3 minutos como Líder.

Com a palavra, por 1 minuto, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu não vou nem usar o meu direito de réplica.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Poderia tê-lo feito na hora. Eu não o impedi.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não. Eu gostaria apenas de obter a resposta a duas perguntas que o Presidente não respondeu e que eu fiz também. Diante da crise, qual a sua maior preocupação? Como Presidente do Banco Central, me diga três maiores preocupações que lhe afetam hoje em relação à crise da economia. Segundo, como explica o aumento permanente dos juros, uma vez que a macroeconomia hoje atua nesta direção? Ou seja, aumentar juros para diminuir a inflação? Como se explicam aumento de juros e aumento de inflação? Só isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Acabou? V.Exa. foi rápido demais.

Com a palavra o Sr. Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito bem.

Inflação e estabilidade financeira são as missões do Banco Central. São essas que sempre me preocupam. Em relação a juros e inflação, nós estamos, como eu estava mencionando no início, tratando de dois choques de preços relativos no momento: a valorização internacional do dólar, que tem repercussões internas de um lado, e o ajuste do preço relativo referente aos preços administrados, que subiram na faixa de 13% a 14% no acumulado de 12 meses. O que nós estamos fazendo com a política monetária é circunscrever esses ajustes de preços relativos, que são positivos para a economia em médio prazo, a este ano de 2015. Nós vimos uma deterioração das expectativas da inflação para este ano, fechando o ano, segundo o mercado, acima de 8%; para o ano que vem, segundo este mesmo

mercado, 5,5%; para o ano seguinte, 5%; para 2018, 4,7%; para 2019, 4,5%. Ou seja, o trabalho está sendo feito, e algum resultado estamos vendo em relação à convergência da inflação para a meta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Líder Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só 1 minuto. Deputado Macris, V.Exa. tem direito a 1 minuto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Considero apenas que o Presidente não tem preocupação nenhuma. Eu pedi três, só. Ele não respondeu porque eu acho que ele não tem preocupações.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não posso comentar o que foi abordado pelo Presidente, mas eu posso atender V.Exa.

V.Exa. tem direito à réplica e à tréplica. Se não estiver satisfeito, por favor, se manifeste.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sra. Presidente, eu só pedi ao Presidente do Banco Central que me desse três preocupações maiores hoje, como gerente da economia — um dos gerentes da economia. Presidente do Banco Central, quais são as três preocupações maiores, em ordem de importância, em relação à crise econômica que temos hoje?

É importante para mim ouvi-lo. Eu sou um brasileiro importante.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bom, como Presidente do Banco Central, eu vou repetir: inflação, inflação e estabilidade do sistema financeiro.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Perdão. Inflação, inflação e estabilidade do sistema financeiro. Está bem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Sr. Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Presidente Rose de Freitas, demais Presidentes das Comissões, Presidente do Banco Central, Diretores, Sras. e Srs. Parlamentares, eu sempre tive uma preocupação



com relação à questão da fiscalização do sistema financeiro pelo Banco Central. Fui autor de projeto de decreto legislativo para sustar portaria do Banco Central e tudo o mais.

V.Exa., Presidente, sabe que o Banco Central tem o *déficit* de pessoal, e esse déficit compromete o bom trabalho de fiscalização feito pelo órgão. Isso me preocupa. Qual é a providência que V.Exa. está tomando para resolver esse problema?

Outra questão que eu quero colocar: V.Exa., como Presidente do Banco Central — e o Banco Central é o guardião da moeda; responsável, portanto, pela inflação —, esteve aqui no final do ano passado e afirmou que a inflação iria convergir para o centro da meta já no segundo trimestre de 2015, e que o Banco Central não seria complacente com a inflação.

O que nós estamos vendo — não vou dizer que o Banco Central esteja sendo complacente — é que a inflação saiu da aba superior da meta. Aponta a inflação, segundo o relatório Focus, para 8,37% este ano.

A outra questão que eu gostaria de colocar aqui, Sr. Presidente, é com relação ao endividamento das pessoas físicas no Brasil e a esse choque que a equipe econômica está dando agora. O Sistema Financeiro de Habitação está lamentavelmente comprometido, e isso nos preocupa muito, porque este é o setor que mais emprega no País, juntamente com o agronegócio. E o que nós percebemos é que os saques que estão sendo efetuados na Caixa Econômica Federal deverão reduzir em 25 bilhões o valor destinado ao financiamento habitacional.

Ah, e eu gostaria que V.Exa. também tivesse sensibilidade com relação a uma notícia que saiu na *Folha de S.Paulo*, dizendo que os bancos e construtoras querem que o Banco Central libere pelo menos parte do depósito compulsório da poupança, que soma cerca de 120 bilhões de reais. Esta hipótese está em análise no Banco Central?

V.Exa. é membro da equipe econômica — está no Banco Central, é responsável pelo combate à inflação e, como guardião da moeda, obviamente é responsável pela política monetária. Nós entendemos que a política de emprego e a política monetária se entrelaçam, e o Governo induziu a população a se endividar. Uma vez as pessoas se endividando, a inflação vai aumentando. V.Exa. já estava no Governo em 2011, quando houve um aumento desse endividamento. E nós entendemos que isso não pode acontecer de forma aleatória.

Agora, o Ministro Levy, novo coordenador da política econômica, vem e dá um tranco na economia, colocando-a em risco. Quer dizer, a Caixa Econômica estará sem recursos para o financiamento habitacional. E eu não estou falando das pequenas empresas, estou falando das grandes empresas que lançaram empreendimentos no Brasil inteiro e estão tendo dificuldades de fazer o repasse, em razão do aumento substancial dos juros para o financiamento. Isto, a meu ver, coloca em risco um setor extremamente importante para o nosso País.

Por fim, Sr. Presidente, o Orçamento de 2015 traz um crescimento do PIB de

3 pontos percentuais, em descompasso com a realidade. Ou seja, há aí uma diferença em torno de 4 pontos percentuais. Nós fizemos uma conta aqui: cada ponto do PIB da receita administrada é de 0,63%, que vai gerar em torno de 20 bilhões de reais de redução apenas com a redução do PIB, e da receita previdenciária, em torno de 2 bilhões. Isso significa 22 bilhões de reais a menos só em relação ao PIB, sem contar com as despesas obrigatórias que o Ministro Levy disse que estão fora de controle.

Gostaria que V.Exa. se pronunciasse.

Agradeço a complacência da Presidente Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria só esclarecer o seguinte: vários Deputados se ausentaram por um motivo óbvio: a Ordem do Dia. Vou fazer dois blocos de perguntas apenas, para que todos que estão aqui possam participar efetivamente.

Concedo a palavra ao Presidente Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Exma. Sra. Presidente. Em relação aos recursos humanos, nós temos 4 mil funcionários no Banco Central, aproximadamente. O Banco Central tem nove — digamos assim — regionais, mais Brasília. Nós tratamos não só do Banco Central clássico, na condução da política monetária, mas também somos supervisores e reguladores do sistema, como V.Exa. bem aludiu — e conhece bem a matéria.

O que nós estamos fazendo nesse período de escassez, em que todo o Governo, as autarquias, enfim, as agências reguladoras estão sofrendo o impacto da restrição orçamentária é procurar, dentro do envelope orçamentário que nos compete, trabalhar para preservar o máximo possível as atividades relacionadas à supervisão do sistema. Então, nós já estamos protegendo os recursos dentro desse novo envelope. São os recursos justamente relacionados a essas matérias que V.Exa. mencionou: se a supervisão está sendo olhada com prioridade dentro de um envelope de recurso menor em função do ajuste das contas.



Em relação à inflação, enfim, vamos focar então hoje no que está acontecendo, entre outras coisas, nessa valorização do dólar no mundo, também com repercussão aqui. V.Exa. se lembra de que, no começo do ano passado, o real ficou entre 2,20 e 2,25 em relação ao dólar por 6 ou 7 meses até que lá para setembro começou a subir para 2,50, 2,80, depois foi a 3,20 ou 3,30. Agora, está como está.

Esse processo não é restrito ao Brasil. É um momento de fortalecimento do dólar, porque a economia americana estava crescendo mais do que em outras regiões e tinha que normalizar suas condições financeiras. Então, esse é um. O outro são os preços administrados que subiram, que foram retirados, a nova lei retirou o auxílio subsídio, por exemplo, do consumo da energia elétrica, ou seja, do subsídio ao consumidor final, de maneira que tem havido impactos grandes nos preços administrados, e isso se reflete. Mas, o importante é fazer com que eles se circunscrevam ao curto prazo, se houver deterioração, como tem havido, é na expectativa de inflação de curto prazo, e que as expectativas para o ano que vem e os seguintes estejam bem ancoradas na meta de inflação. Esse é o nosso trabalho.

A questão sobre o Orçamento eu não entendi muito bem, porque o crescimento da economia subjacente ao Orçamento da forma como ele está hoje, inclusive dos anúncios que foram feitos na sexta-feira pelo Ministro da área econômica, está numa contração de 1,2%. Por quê? O Governo acredita nisso? Não é, é a metodologia que é utilizada. Acordou-se desde o início desta gestão, desde o...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - O projeto de lei que foi mandado para cá e que foi aprovado aqui previa um aumento de 3%. Menos 1,2%, são 4,2%.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Certo. Isso tem que ser atualizado, porque a metodologia é seguir as expectativas que são externas ao

Governo, do mercado que está na faixa, hoje, de contração de 1,2% do PIB, e é esse o número que eu entendo que a equipe econômica tem trabalhado para fixar...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - A lei orçamentária foi aprovada com 3 pontos do PIB.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Foi aprovada. Então, enfim, está sendo ajustada no sentido do descontingenciamento...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Isso significa 22 bilhões a menos, só com relação ao PIB.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Em relação a outra questão relevante que V.Exa. coloca, o Banco Central segue todos os segmentos. Esse é um segmento particularmente importante, pelo que V.Exa. mencionou. Enfim, nós estamos sempre estudando, digamos, as questões relacionadas a setores específicos, e essa questão não é diferente. Estamos estudando esse assunto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos fazer um bloco agora e outro bloco depois.

Concederei a palavra aos Deputados Julio Lopes, Benito Gama, Evair de Melo, Edinho Bez e Senador Hélio José. Serão 3 minutos para cada, improrrogáveis.

Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sra. Presidente Rose de Freitas, Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados, quero retornar à questão aqui das pedaladas, porque não me senti atendido. Sr. Presidente, de fato não entendi quando o senhor disse “*abaixo da linha*” e “*instituição não financeira*”.

Interessado no desperdício e no absoluto descontrole da questão do Bolsa Família, lendo um acórdão do Tribunal de Contas da União, de 10 de setembro do ano passado, onde aquele Tribunal diz que analisadas 1.600 milhão contas, 400 mil tinham irregularidades, o Tribunal se refere, inclusive, a uma ilegalidade no contrato entre a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Ação Social, irregularidade essa que preveria ao projeto de licitação que fosse licitado por conta individualizada e não pelo conjunto da prestação de serviço, e isso está em discussão ainda.

Mas, eu não entendi, Sr. Presidente, e fiz um requerimento de informação ao Ministro da Fazenda exatamente para saber que observações teria feito o Ministério

da Fazenda e o Banco Central a essa questão. Claro que houve, sim, empréstimos concedidos, inclusive os regulados pelo Banco Central. Assim é a resposta do Ministério da Fazenda: “*À guisa de exemplo, a referida sistemática encontra amparo no contrato firmado entre a União, por meio do Ministério da Ação Social, e a Caixa, sendo prevista a compensação entre as partes na ocorrência de saldos positivos ou insuficiência de recursos, conforme cláusulas contratuais específicas assim redigidas*”.

E aí ele se refere à cláusula 10ª do contrato, da qual eu vou ler aqui só o final, dizendo o seguinte: “*Os recursos de que trata o caput serão creditados à CONTRATADA em Conta Suprimento específica para cada programa objeto desse contrato, com movimentação e reserva pela CONTRATADA, cujos respectivos saldos serão remunerados financeiramente em base diária pela CONTRATADA pela variação da taxa extramercado do Banco Central – DEDIP, sendo assim controlados em conta no exercício financeiro*”.



Como o senhor diz que o Banco Central não regula essa ação ou a Caixa Econômica Federal não é um agente financeiro do Governo Federal entre o Ministério do Desenvolvimento Social, se é essa a resposta da consulta que fiz ao Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Kaefer) - A resposta será dada no bloco.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eu gostaria ainda, Sr. Presidente, na mesma linha do que perguntou o Deputado Vanderlei Macris, saber qual seria a verdade do que se especula agora sobre a possibilidade de liberação de recursos da reserva custodiada no Banco Central, em relação à ampliação da liberação desses recursos não só do FGTS, mas também do compulsório. Existem tais rumores na mídia de uma maneira geral, tendo o Banco Central elevado o juro no Brasil — a taxa SELIC é uma das maiores do mundo —, como amplamente foi divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Kaefer) - Com a palavra o Deputado Benito Gama, do PTB da Bahia, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - Sr. Presidente, Sr. Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco do Central, e sua equipe aqui presente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, primeiro eu quero dizer da alegria de ver o Ministro

presente nesta Casa do Congresso Nacional, para discutir esses temas que pertencem realmente ao País e a todos nós brasileiros. Vejo S.Exa. liderando esse processo hoje extremamente complexo da política monetária do Brasil e do controle da inflação.

Dentro do seu pronunciamento, Sr. Ministro, eu gostaria de esclarecer dois pontos. V.Exa. disse que, em dezembro de 2016, estaríamos no centro da meta de 4,5% da inflação. E logo depois, parece que V.Exa. fez referência a 2018 ou 2019. É só para eu me esclarecer com relação isso.

Qual seria esse ponto de inflexão, seria em janeiro, com os preços administrados, ou não? Haveria uma tendência de antes de janeiro haver os preços administrados? Como essa dúvida ficou? Eu gostaria de V.Exa. um esclarecimento.

Do ponto de vista de política monetária e de controle da inflação, realmente o Banco Central, sob a sua liderança, juntamente com a Diretoria e o quadro técnico do Banco, hoje é uma ilha de prosperidade e de tranquilidade quanto a esse controle da política monetária e das políticas da economia brasileira. Eu não estou tranquilo, como nenhum brasileiro está tranquilo hoje, mas seguramente estou um pouco esperançoso sobre a eficácia e a eficiência desse projeto que V.Exa. lidera.

Eu teria duas perguntas. Com relação ao resultado do Banco Central a que V.Exa. se referiu no início do seu pronunciamento e aos 25 bilhões do resultado do segundo semestre de 2014, quais seriam as duas principais contas de receita e de despesa desse item? E quanto a essa receita das reservas cambiais de 65 bilhões? Fala-se muito também sobre essa questão do carregamento da reserva brasileira. Gostaria que V.Exa. pudesse fazer um esclarecimento sobre isso.

A outra pergunta é com relação ao Banco Central como órgão regulador. Falou-se da Caixa Econômica com relação aos programas sociais. Mas, também sobre a Caixa Econômica no ano passado, houve a informação de que a Caixa teria apropriado como receita algumas contas individuais de poupança e correlatas, que foram apropriadas como lucro. Depois não houve desdobramento, pelo menos na imprensa e aqui no Congresso, sobre o resultado desse processo. Gostaria de saber se V.Exa. poderia fazer um esclarecimento com relação a isso.

E o outro ponto da gestão do sistema financeiro é com relação às intervenções com que o Banco Central opera ao longo de vários anos. Não é um

processo somente deste Governo. Mas parece-me que, ao longo dos últimos anos, esse processo de intervenção do Banco Central não chega ao fim ou, se chega, chega muito lentamente.

Quero dizer que eu realmente fico muito feliz em ver V.Exa. afirmar aqui que as suas preocupações são o controle da inflação e a estabilidade do sistema financeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Kaefer) - Muito obrigado, Deputado Benito Gama.

O próximo inscrito deste bloco é o Deputado Evair de Melo, do PV do Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Alexandre Tombini, eu vou ser bem sucinto para cumprir aqui o tempo. V.Exa. me perdoe se eu for repetitivo em alguma pergunta, já que as funções da Casa fazem com que estejamos em muitas atividades.

No começo, V.Exa. falou muito em ajustes e ajustes. Eu só escuto falarem em ajustes nos últimos dias. A minha pergunta é bem objetiva: no que nós nos equivocamos no passado e temos que corrigir hoje? Onde,



na condução da política econômica, nós cometemos erros que temos que corrigir, para não cometê-los no futuro ou comprometer os ganhos que pensamos para o futuro?

Nesta Casa tramita uma legislação relativa ao ato cooperativo. O cooperativismo consolida-se cada vez mais no Brasil como uma economia de rede que tem levado oportunidades a muitos brasileiros, principalmente ao setor agropecuário, em que eu milito e trabalho. Sobre isso eu tenho algumas perguntas. O que o Banco Central conhece e pensa a respeito do ato cooperativo como política de incentivo à economia principalmente desses cooperados do Brasil inteiro? Qual é a avaliação que V.Exa. faz das cooperativas de crédito, que têm crescido muito no Brasil nos últimos anos e, repito, são uma potência no setor agropecuário? O que Banco Central avalia, pensa e consolida a partir daí?

Eu também queria que V.Exa. falasse da questão de alguns Estados ainda terem bancos estaduais. V.Exa. conhece as dificuldades do setor e do segmento. O

que o Banco Central tem hoje de acompanhamento e de orientação para esses bancos estaduais?

A última questão é sobre o HSBC, que estaria indo embora, estaria fechando as portas, estaria abandonando o barco — eu não sei qual expressão usar, porque estamos lendo muitas coisas nos últimos dias. Qual foi a avaliação que o HSBC fez para tomar a decisão de abandonar esta terra fértil que seria o Brasil? De quem foi o equívoco? Foi um erro nosso, ou foi um erro de interpretação, ou foi algum plano estratégico de orientação ao HSBC?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Kaefer) - Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Edinho Bez, do PMDB de Santa Catarina, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Primeiro, Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Presidente do Banco Central, que sempre tem atendido os nossos convites, o que é importante.

Registro que nós estamos um pouco tristes até, porque aprovamos na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle o convite, e não a convocação, para o Banco Central e a FEBRABAN virem prestar esclarecimentos à nossa Comissão, mas eles se negaram a se fazer presentes. Nós vamos tomar outras medidas obviamente.

Acredito que o Presidente do Banco Central não deva estar sabendo disso. Inclusive, nós não convidamos S.Exa. porque houve um acordo para fossem convidados os diretores ou algo parecido. O tema eram as taxas de juros. Eu não sei se eles começaram a fugir, mas nós vamos tomar outras providências.

Já que eles não vieram, quero aproveitar para perguntar ao Presidente sobre as taxas de juros, que nós estamos debatendo há muito tempo. Eu fui Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de que hoje sou membro, e tenho conhecimento da área financeira, que é a minha formação inclusive. Mas ninguém consegue explicar essas altas taxas de juros no Brasil.

Veja, por exemplo, a questão do cartão de crédito e do crédito rotativo cobrado pelos bancos, Sr. Presidente. Vamos botar a mão! Isso não é possível! Muitas pessoas acabam comprometendo o seu orçamento e não conseguem mais pagar o cartão de crédito e o próprio crédito rotativo. E os bancos sujeitam tais pessoas a refinanciarem a dívida, o que é uma alternativa, cobrando juros de 2,5% a 3%, dependendo da taxa.

Está na hora de nós pensarmos nisso e não aceitarmos mais o cartão de crédito cobrando 10% a 12% ao mês, com uma inflação de menos de 1% ao mês. Não tem explicação para isso! O *spread* do banco não justifica o que o pessoal vem explicando. Eu também estranho muito a ausência de explicação sobre isso.

Eu estou encerrando, Sr. Presidente, porque o tempo é curto e é preciso colaborar, uma vez que estamos na Ordem do Dia. Na realidade, quando se fala em ajuste fiscal, eu não vejo saída. Nós estamos aprovando o ajuste aqui, estamos discutindo, estamos colaborando porque temos que pensar no País acima de tudo. Agora, eu não vejo uma saída para o País a não ser pela produção, produzindo incentivando, desde lá do interior, a agricultura, o comércio, a indústria, a agropecuária. Enfim, a produção é que vai aumentar o PIB e possibilitar que busquemos o equilíbrio.

No entanto, há por parte de muitos uma certa desmotivação no que tange às taxas de juros e aos incentivos. Eu vou citar um exemplo aqui, para encerrar, de uma empresa de Santa Catarina conhecida nossa, que tem 1.200 funcionários. Essa questão não tem muito a ver com V.Exa. Mas, como Presidente do Banco Central, V.Exa. poderá ajudar o Ministério da Fazenda e a Receita Federal a resolver a situação. A empresa, com 1.200 funcionários, estava devendo cerca de 100 milhões de reais. Como ela é viável, ofereceu em dação um terreno avaliado pela Caixa Econômica Federal em 75 milhões de reais, parcelando a diferença. Isso manteria a empresa. Mas a Receita Federal — também é culpa nossa no que tange à legislação — não aceita, meu caro Deputado Benito Gama, um terreno em dação avaliado acima do que se estava pedindo



para reduzir a dívida. Agora, se a empresa falir, a dação é aceita, ou seja, ela primeiro tem que falir, para depois ser aceita a dação como garantia de pagamento.

Nós estamos revendo isso, estamos avaliando o projeto de lei. Isso não diz respeito diretamente por V.Exa. Mas, como Presidente do Banco Central, V.Exa. poderia nos ajudar nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de fazer uma proposta. A Ordem do Dia já se iniciou na Câmara e no Senado. Como há mais

oradores inscritos, proponho que todos sejam incluídos num bloco, para que o Presidente respondesse. Estamos de acordo? *(Pausa.)*

Vou ler o nome de todos os inscritos: Senador Hélio José, Deputado Edmilson Rodrigues, Deputado Alfredo Kaefer, Deputada Geovania de Sá, Deputado Leo de Brito, Deputado Mauro Pereira e Deputado Izalci.

Tem a palavra o Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, Sr. Altamir, Diretor de Administração do Banco Central, demais Parlamentares aqui presentes, nós últimos somos praticamente sobreviventes, pois ficamos aqui até o limite da exaustão das nossas forças.

Sr. Alexandre Tombini, V.Exa. é um servidor público de carreira como eu, concursado, que faz um trabalho excelente no Banco Central. Quero saber de V.Exa. sobre o concurso que o Banco Central solicitou em agosto de 2012. Em março de 2014, ocorreu a homologação final do concurso, depois de totalizados os 18 meses. O prazo final para chamar os aprovados é setembro de 2015.

O Banco Central é um dos órgãos que mais sofrem com a falta de pessoal, em função dos diversos pedidos de aposentadoria de servidores que já completaram o tempo de serviço.

O Banco Central recebeu, nos últimos anos, autorização para a contratação de até 500 desses novos servidores.

Eu gostaria, querido Presidente, de manifestar aqui o meu apoio aos candidatos aprovados que ainda não foram convocados, pois o Banco Central é uma instituição fundamental para garantir a estabilidade econômica do País.

Se V.Exa. puder responder, eu gostaria de saber como anda essa questão e se seria possível darmos uma boa notícia, uma boa nova a essas pessoas que querem ajudar o País e ajudar V.Exa. e o Banco Central a ter cada vez mais excelência na administração.

Mas, Sr. Presidente, eu queria fazer algumas perguntas sobre as operações compromissadas do Banco Central em que são utilizados títulos do Tesouro. É da essência do Banco Central regular a liquidez da economia, com vista a manter a taxa de juro próxima à meta estabelecida pelo COPOM.

Há uma série de detalhes aqui que não vou ler, para ganhar tempo. Vou direto às perguntas. Eu queria saber de V.Exa. por que o Banco Central expandiu tanto a sua venda de títulos ao mercado por meio de operações compromissadas? Isso teria alguma relação com o fato de a equipe econômica anterior não desejar mostrar nas estatísticas públicas um crescimento da dívida do Tesouro? Será que havia essa questão?

Outra questão. Alguns analistas argumentam que uma das formas de contabilidade criativa adotadas até o ano passado consistia em não rolar integralmente a dívida mobiliária vincenda do Tesouro. Com isso, os demonstrativos não apresentavam elevação significativa da dívida. O Tesouro pagava em dinheiro parte da dívida vincenda, e isso aumentava a liquidez da economia e forçava o Banco Central a fazer operações compromissadas.

Na prática, isso significava que o Banco Central tinha assumido o papel de rolar a dívida pública. Os títulos que o Tesouro não vendia acabavam sendo vendidos pelo Banco Central. Por isso eu pergunto: na sua opinião, Sr. Presidente, isso caracteriza financiamento indireto do Banco Central ao Tesouro?

Hoje no Senado, daqui a pouquinho, vamos votar as MPs 664, 665 e 668 como base do nosso Governo, querendo ajudá-lo a cada vez fazer o melhor, com algumas mudanças que já foram feitas. Vamos, portanto, apoiar essas medidas tão difíceis.

Então, seria importante sabermos de V.Exa. se, dada essa situação de forte restrição fiscal, o Tesouro tirava dinheiro para quitar parte da dívida em *cash*. Eu também queria saber se esse dinheiro não vinha de alguma transação interna entre o Banco Central e o Tesouro.

Sr. Presidente, era isso o que tinha a perguntar. Eu teria mais algumas questões a fazer, mas sei que precisamos ganhar tempo e sei do compromisso de V.Exa. Quero inclusive parabenizá-lo e trazer o abraço de um formando pela UnB, como V.Exa. Estamos juntos na luta por um Brasil cada vez melhor.

Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço à Sra. Presidente Rose de Freitas e à Mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará, por 3 minutos.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente Rose de Freitas, quero primeiro externar meu agradecimento ao Sr. Alexandre Tombini pela presença e pela boa vontade em debater de forma aberta e transparente.

Registro que tenho certa frustração pela nossa dificuldade de tempo, já que há várias atividades sendo realizadas ao mesmo tempo, o que inviabiliza um debate mais profundo sobre questões estratégicas.

Em segundo lugar, eu gostaria de me somar à luta dos concursados do Banco Central. Falo como um paraense que acompanha uma situação realmente perigosa de quase fechamento da sede do Banco Central no meu Estado. Há 2 ou 3 meses, manifestei-me sobre o tema, dizendo que estamos com apenas 59 funcionários, sendo vários em processo de aposentadoria, para cobrir toda a Região Amazônica, mais de 50% do território nacional.

Realmente, não dá para reclamar de pedaladas e, ao mesmo tempo, inviabilizar a ação da autoridade monetária e reguladora do sistema. Sem funcionários qualificados concursados, nem se exerce autoridade nem se consegue trabalhar para um sistema tão complexo, tão abrangente.

Portanto, eu aqui manifesto a necessidade urgente de serem chamados os concursados.

Também quero dizer que propus, num dos debates aqui, o aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido — CSLL. Isso é um passo a ser dado, embora ainda muito tímido. Com a Contribuição em 15%, arrecadam-se em torno de

10 bilhões. Enquanto isso, os bancos tiveram ano passado 80 bilhões de lucro líquido — líquido! Em nenhum país do mundo isso ocorre.

Quando eu vejo um banqueiro reclamando do Lula e da Dilma, lembro que eu tenho direito de reclamar, que o desempregado tem direito de reclamar porque agora perdeu o seguro-desemprego, que o pescador tem direito de reclamar, que a viúva tem direito de reclamar. Se banqueiro reclamar demonstra ingratidão. O Bradesco está com 4 bilhões e pouco de lucro até agora, e não se completou nem meio ano. Então, a CSLL deveria ir para 30, pelo menos, para que os muito ricos paguem por essa crise.

Há uma coisa fundamental. A Argentina teve coragem. O Equador teve coragem, convidou técnicos brasileiros e auditou sua dívida. A nossa Constituição determina auditoria da nossa dívida pública. Mas por que isso nunca é feito? Por que tanto medo do poder do capital financeiro? A soberania nacional fica sendo constrangida.

Ora, 14,5 bilhões são corroídos em menos de 5 dias, com o pagamento do quase 1,4 trilhão da dívida pública. Então, por que fazer essa crueldade contra desempregados, pescadores e viúvas? Para economizar 14,5 bilhões de reais e manter uma dívida impagável, cujos títulos chegam a 70% de ágio? Essa é uma coisa inacreditável. Nenhum economista, nenhum matemático, nenhum menino que estuda aritmética pode concordar que seja justo tirar dos muito pobres e, por exemplo, pagar títulos da dívida pública, com até 70% de ágio.

Infelizmente, não dá para eu continuar, porque sei que seria antipático e inviável. Mas apresento esses temas para dizer que há soluções outras, que não o caminho que está sendo trilhado pelo Governo. Infelizmente, há outras questões importantes como o combate à inflação, uma inflação que é baseada principalmente não na demanda aquecida, mas nos preços do alimento, por conta da crise climática, mas também os preços administrados pelo próprio Estado. E, na verdade, quem acaba pagando o pato novamente são os pobres.

Foi falado aqui em produção, e concluo com isto: não haverá aumento da produção industrial e, portanto, a economia tende a entrar numa recessão profunda. Parece-me que a Presidente Dilma está dando uma orientação, porque ela tem consciência do que está sendo feito. Inclusive, o Banco Central obedece a uma orientação de uma política econômica e está colocando a corda no próprio pescoço. Nós sabemos que a crise se aprofundará com a recessão, com as indústrias fechando postos, o desemprego aumentando e a crise social se aprofundando, porque até os benefícios sociais foram reduzidos, com os pacotes de maldade.

Infelizmente, há outras questões a apresentar...

Eu me expresso assim de forma emocionada, Presidente, não se sinta de forma alguma... Eu tenho o maior respeito por V.Exa. Sei do seu profissionalismo, sei que é um homem de carreira, sei, no entanto, que há uma orientação. Acho que alguém tem de falar, tem de mudar o rumo dessa prosa, porque o Brasil não pode afundar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Kaefer, do PSDB.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, tenho uma série de indagações a lhe fazer, mas vou resumir, senão a Senadora Rose de Freitas pega no meu pé.



Quero voltar à situação da SELIC *versus* inflação, no momento em que não temos inflação de demanda. Trata-se de uma inflação por preços administrados. Muito pelo contrário, os preços estão começando a refrear, não por conta de taxas de juros, da taxa SELIC, mas porque a demanda está caindo. A crise econômica e o desemprego estão chegando, então há o recrudescimento disso.

Por que aumentar mais a taxa SELIC e qual será o impacto disso no mercado de cartão, de taxas de juros, dos juros do comércio e assim por diante? Esta é uma questão.

Segunda pergunta: tenho uma bronca, há muito tempo, com o tamanho da nossa reserva internacional e pela forma como ela é administrada. Nós temos 400 bilhões de reais, para arredondar a conta, de reservas, que nos remuneram a 1% de juros ao ano, enquanto, na verdade, não temos reserva líquida, não temos aqui resultado que não seja proporcionado por endividamento e por emissão de títulos, que nos custam taxa SELIC. Considerando que temos uma dívida de 2,5 trilhões de reais e que as reservas dão quase a metade desse valor, por que esse montante? Não poderíamos ter metade desse valor em reservas? Com a aplicação de 200 bilhões de dólares no tesouro americano, num convênio, será que não teríamos a possibilidade até de um cheque especial nos organismos internacionais, para se, eventualmente, precisarmos de mais recursos em dólares, nós os tenhamos? Por que onerar esse custo, com esse diferencial?

Outra pergunta: qual é o impacto que o senhor considera que terá o aumento em 5 pontos da CSLL — Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos? Que freio o Banco Central tem, ou o sistema tem, para não transferir isso efetivamente para o consumidor, através de aumento de tarifa, taxas e assim por diante?

Eu queria que o senhor abordasse também o caso do HSBC, que está indo embora. Como disse o nosso colega Deputado Evair de Melo, qual é o impacto da concentração bancária cada vez maior que nós temos no Brasil?

Vamos falar dos depósitos compulsórios. No momento de crise e voltando a inflação de demanda, que não existe, não há impacto em cima de depósito compulsório, que é um mecanismo para você retirar meio circulante.

E eu queria falar sobre o estresse do sistema. Nós aprovamos aqui na MP 608, de 2013, uma regra da Basileia, com a qual nós trouxemos créditos presumidos de resultados... Fugiu-me o termo agora. Isso conseguiu contrabalançar muito bem o sistema para equilibrar na Basileia. Como está hoje e que nível de informação nós temos com a inadimplência?

O senhor disse aqui que o Banco Central — e de fato teria que ser — é o guardião da moeda e o controlador do sistema financeiro. Como está essa situação hoje?

Tenho uma pergunta para senhor sobre o seguinte: nós temos no Senado uma proposta de independência do Banco Central. Eu estou ansioso para que o Senado a aprove e para que a Câmara também possa debater-la. Eu gostaria muito de participar dessa discussão. Sou um defensor do Banco Central independente. Como o senhor analisa a autonomia do Banco Central, com essa situação em que a Fazenda e a própria dita “pedalada fiscal” mostraram que o nosso Banco Central não é tão autônomo, como deveria ser — independente não é, por circunstância legal —, e é influenciado sim pelo Poder Executivo.

Seriam essas as minhas questões.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Deputada Geovania de Sá, do PSDB de Santa Catarina.

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - Boa tarde, Presidente Rose. Parabéns por este momento aqui, com o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

A minha pergunta vai ao encontro do que o Senador Hélio José trouxe há poucos instantes, referente aos concursados do Banco Central. Na semana passada, Presidente, nós realizamos uma audiência pública que tratou exatamente da situação dos concursados que realizaram o concurso em 2013. A Lei nº 9.650, de

1998, dispõe sobre o quadro de servidores do Banco Central e estabelece a necessidade de 6.470 especialistas. Observa-se que, atualmente, estão em atividade 4.041 servidores. E a perspectiva, em 2015, é de 700 aposentadorias. A nossa grande preocupação é com a defasagem de, aproximadamente, 40% do quadro. E dos 1.035 concursados que já foram capacitados, um grande investimento, somente 350 foram chamados.

Na semana passada, o Aviso nº 49, de 2015, do Banco Central, emitido pelo Presidente, solicita a nomeação de mais 458 concursados. O que nós queremos saber aqui é qual a expectativa de ser atendido esse quantitativo solicitado ao Ministério do Planejamento. O Ministro esteve em nossa audiência pública e não nos respondeu, assim como a Casa Civil, infelizmente.

Lembro também que houve um concurso de auditores fiscais da Receita Federal, e a Presidente da República já encaminhou a nomeação das vagas e mais 50% do restante.

Então, nós queremos saber do Banco Central qual é a expectativa de serem chamados os concursados?



Muito obrigada, Presidente. Obrigada, Senadora Rose.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Passo a palavra ao Deputado Leo de Brito, do PT do Acre.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sra. Presidenta Rose de Freitas, Sr. Presidente Tombini, Sras. e Srs. Deputados, evidentemente, o que aflige todos nós, toda a população do nosso País, neste momento, é exatamente o momento da nossa economia e a questão do ajuste que nós votamos recentemente aqui, na Câmara dos Deputados, e que está sendo votado agora no Senado Federal.

Vejo como importante, neste momento em que se fala de ajuste, verificarmos experiências outras de ajustes em nosso País que tenham sido exitosas. Se formos olhar, por exemplo, para 2003 — e aí eu queria pegar esse parâmetro — o Presidente Lula assumiu o nosso País em uma situação econômica complexa, complicada. E, ao contrário do que se esperava naquele momento, ele fez um ajuste.

Naquele momento, o Risco País estava na casa dos 1.460 pontos, nós tínhamos uma taxa de câmbio em crescimento; nós tínhamos uma entrada líquida de capital externo em queda; nós tínhamos reservas internacionais de 37,8 bilhões de dólares, sendo que 20,8 bilhões de dólares eram do FMI. Hoje, nós temos as reservas internacionais, segundo dados do próprio Banco Central do dia 25 de maio, de 372,1 bilhões de dólares.

Nós tínhamos uma dívida líquida do setor público em 60,6%, a inflação em 12,5%, os juros a 24% e o desemprego na casa dos 12%. Então, naquele momento, inclusive, foi feita a chamada “reforma da Previdência”, e as consequências daquele ajuste que foi feito inicialmente pelo Presidente Lula todos conhecem: pagamos o FMI. Para além disso, nós nos tornamos credores do FMI e pudemos passar, a partir daquele momento, para um importante ciclo de desenvolvimento, eu diria que para uma fase gloriosa de crescimento econômico com inclusão social, fortalecimento dos investimentos e das políticas públicas como um todo.

Eu queria que o senhor, na condição de autoridade econômica do nosso País, fizesse um parâmetro dessas duas situações, do cenário de 2003 e do cenário atual. E a pergunta que eu faço é exatamente neste sentido: quais são as perspectivas de que isso venha a acontecer novamente? Todos nós estamos esperando que o atual ajuste dê resultado, aliás, votamos para isso.

É um momento em que o trabalhador, aliás, todo mundo, de alguma maneira, vai pagar a conta. Agora, a Presidenta anuncia a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos. Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores queremos o Imposto sobre Grandes Fortunas e sobre heranças, também. Mas eu queria saber se a perspectiva é a mesma, de que possamos, pós-ajuste, ter um novo ciclo de desenvolvimento econômico.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, do PMDB do Rio Grande do Sul. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Izalci, do PSDB do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, quero aqui reforçar a palavra da minha colega Deputada Geovania de Sá e também do meu colega Senador Hélio José, com relação à questão do concurso, para que possamos reforçar o time, que talvez esteja deixando de cumprir as suas obrigações por falta de pessoal. Eu acho muito estranho o Banco Central não ter

acompanhado as pedaladas e os empréstimos da Caixa Econômica para o Tesouro e não ter tomado nenhuma providência.

Acho também estranho, durante tantos anos, não ter controlado as atividades do BNDES, especialmente em face dos grandes tomadores de empréstimos. Ou seja, não agiu preventiva e muito menos posteriormente.

Agora, a pergunta que faço: eu estive, recentemente, em Curitiba, e ouvimos lá a doleira Nelma Kodama, que estava revoltada por ter recebido 18 anos de prisão. Ela só fez 900 operações de importação e exportação e pegou 18 anos. O Leonardo Meirelles, que é da Labogen, fez mais de 3.900 operações de importação e exportação e câmbio, com empresas, coisas fictícias, e jamais teve problemas e não recebeu nenhuma penalidade até agora. São bilhões e bilhões de importações e exportações fictícias. Ao responder a indagação que fiz, ela disse o seguinte: “O Banco Central não tem controle disso”. Eu me lembrava — muitos anos atrás, alguém me falou, não sei onde eu ouvi isso — de que o Banco do Brasil tinha certo controle disso.

Eu fui pesquisar, durante a audiência pública dos depoimentos, e verifiquei que, em 2006, quando começaram as operações maiores da PETROBRAS, veio para esta Casa uma MP — se não me engano, a Medida Provisória nº 615, de 2006 —, flexibilizando a questão da importação e da exportação, que foi transformada em lei aqui. Inclusive, ela chegou a dizer, em relação à questão do COAF — nós perguntamos como, com um volume desses de desvio de recursos e de movimentação de contas bancárias, o COAF não toma nenhuma providência —, ela disse simplesmente que um gerente qualquer do Banco do Brasil — ela citou



o nome dele, Raul não sei das quantas — e mais um operador de câmbio bastavam para justificar qualquer operação, dizendo que estava o.k., e morria o assunto. Ninguém fiscalizava.

Portanto, eu pergunto a V.Exa. que providências estão sendo tomadas. O que o Banco Central está fazendo, em termos de fiscalização das operações? V.Sa. acabou de dizer que são milhões e milhões em operações. Mas algum mecanismo tem que haver de controle, senão, não tem sentido — não é? São 4 mil operações de empresas fictícias que sequer receberam qualquer produto de exportação e importação! É uma coisa maluca, no Brasil, não haver esse tipo de controle.

Então essas eram as minhas indagações, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Hauly, do PSDB do Paraná.

Em seguida, para encerrar, falará o Deputado Expedito Netto.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sra. Presidente Rose de Freitas, Srs. Presidentes das outras Comissões, Sr. Ministro Tombini, Srs. Diretores do Banco Central, Sras. e Srs. Parlamentares, eu estava revendo o artigo do ex- Ministro e ex-Deputado Antônio Delfim Netto de hoje, intitulado: *O furo é mais embaixo*.

Analiso, olhando abaixo do artigo o retrato do País: o crescimento do PIB, negativo; o crescimento da produção industrial, negativo; a taxa de inflação, ascendente — 8,3%; o déficit em conta corrente, 3,9% projetado; a dívida bruta, 63%; a taxa de juro real, 5,5%; o superávit primário, 1,2%; o déficit nominal, 8%; a balança comercial, 6,7%; os juros da dívida 9,2%; a balança de industrializados em negativos 61%; o crescimento do PIB mundial, 3,4%.

O mundo já se recuperou, e nós continuamos patinando. E o fator que o Ministro Delfim coloca é o seguinte: foi todo o sacrifício pela reeleição a qualquer custo. E sacrificou-se o ajuste fiscal.

Mas, de qualquer maneira, Sr. Ministro e Srs. Diretores, em relação ao ajuste fiscal, a minha experiência — 24 anos aqui no Congresso Nacional, vendo vários planos econômicos, um pouco antes, como Secretário da Fazenda, quando participei da Assembleia Constituinte, e da tragédia também dos Planos Collor 1 e 2 e dos Planos Sarney — diz que esgotou. Não há mais possibilidade de continuarmos com o ajuste e de remendo em remendo.

As reformas fatiadas do Ministro Mantega não deram certo. O Governo vai colher o ajuste fiscal que está sendo discutido agora, no Senado, e ainda tem um pedaço aqui, na Câmara dos Deputados. Mas confesso, na minha experiência, que somente reformas profundas, estruturais, poderão nos tirar desta situação de desequilíbrio, do déficit das contas públicas, da conta corrente, da balança de pagamento, da balança comercial, da desindustrialização do País, da volta da

inflação, do desemprego. Com o aumento dos impostos e das contribuições, diminui mais o poder aquisitivo. Não adianta: vai tirar dinheiro de banco, vai para os juros, e o cidadão é quem vai pagar.

O cidadão não tem mais capacidade de endividamento. Esgotou-se a capacidade de endividamento. A carga tributária brasileira, para o trabalhador que recebe até dois salários mínimos, é a mais alta do mundo: 53,9%, segundo o IPEA. A taxa de juros para o cidadão trabalhador também é a mais alta do mundo.

Então, nesse contexto, Sr. Ministro, eu não quero... O Banco Central, na minha opinião, nunca deverá ser autônomo. Nunca! O Banco Central tem que ser ligado ao Governo. Essa coisa de Banco Central autônomo é bom para banqueiro, mas não é bom para o País.

E, se for para trabalhar as reformas, nós estamos aqui para trabalhar as reformas. Remendo, nós não demos apoio e não queremos dar apoio para remendo, Senadora Rose de Freitas. Queremos mudanças estruturais. Para fazer mudanças, a Presidenta Dilma tem que chamar um pacto nacional, um entendimento nacional. Os Prefeitos estão aí; os Governadores, na semana passada. No final do ano, Prefeitos não terão dinheiro para a folha de pagamento. Não há solidariedade com nenhum Prefeito e Governador por parte do Governo. Não estou falando do Banco Central, estou falando do Executivo. O Executivo tem fugido. Tanto que estão aí 2 mil, 3 mil Prefeitos, não sei quantos.

Então, a situação é dramática. Não tem dinheiro para o FIES, não tem dinheiro para as embaixadas no exterior, não tem para o Seguro Rural, não tem dinheiro para isso e para aquilo. E o Banco Central tem essa imensa responsabilidade, que não é dele, que é o ajuste fiscal. Então, se o Governo não cumpre com a sua parte, como é que pode ser o guardião da moeda e do crédito do País?

Então, deixo aqui a preocupação, a crítica, mas também a grande preocupação com a necessidade imperiosa de reforma do País. Nosso País precisa de reforma, Senadora Rose de Freitas, senão vai ficar cada vez pior. Não adianta essa situação de que todos falam aqui, e esse problema vai persistir.

Não invejo a posição dos diretores do Banco Central neste momento de crise. E não invejo nenhum Governador, nenhum Prefeito, nenhum Secretário de Finanças



Municipal ou Estadual, e nem os dois Ministros, o da Fazenda e do Planejamento, porque a situação, realmente, é mais difícil. Vocês são, hoje, o alvo realmente da atenção do País, para solucionar algo que vem já remontando de problemas e problemas. Desde a Constituição de 1988, esse Estado brasileiro não cabe mais dentro do que tem aqui. É preciso fazer uma revisão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra, para encerrar, o Deputado Expedito Netto, do Solidariedade.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Em nome da Senadora Rose de Freitas, da Exma. Senadora Presidente desta Comissão, eu gostaria de cumprimentar todos aqui presentes.

Sr. Presidente do Banco Central, nesta Casa nós trabalhamos para quem realmente trabalha para o futuro do nosso País, pessoas em que nós podemos investir. Essas pessoas são os trabalhadores, Sr. Presidente, é esse povo que nós defendemos nesta Casa.

Apesar de a economia brasileira estar praticamente estagnada, mas com a inflação ainda resistente, o Banco Central tem aumentado seguidamente as taxas de juros. Em sua visão, essa política está correta, já que atinge diretamente a vida do trabalhador? Além do corte anunciado pelo Governo, no Orçamento, quais são as medidas que o Governo pretende tomar para não atingir ainda mais o bolso do trabalhador? Se tem alguém que nós temos que defender, esse alguém é o trabalhador, Sr. Presidente. E nós precisamos de medidas já, em defesa do trabalhador.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Com a palavra o Presidente do Banco Central. Muitas perguntas, não é, Presidente? Vai ter que usar o poder da memória escrita aí.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sra. Presidenta. Enfim, vou tentar ser sucinto nas respostas, por questão de tempo, também.

Vou começar pela ordem. O Deputado Julio Lopes fez duas ou três indagações. A primeira, em relação a se o Banco Central não regula a Caixa Econômica Federal. Naturalmente, regula. O que eu mencionava é que na metodologia que nós adotamos desde 1991, o conceito de abaixo da linha é a variação de ativos e passivos do setor público não financeiro. — a Caixa é fora; Governo, dentro. A relação desse setor público não financeiro, o Governo, com o Sistema Financeiro, incluindo os bancos públicos. Então, nessa relação, certamente, a Caixa Econômica está no rol, digamos, das operações que, no abaixo da linha, vão ser computadas para efeito do resultado primário e da dívida pública.

Em relação à questão de uma contradição entre compulsório e liberação de compulsório, acho que V.Exa. está correto, na minha avaliação. Enfim, não deve haver essa contradição, ainda que políticas sejam acionadas. Mas eu acho que é uma boa prática que não haja contradição nas políticas, por exemplo, no combate à inflação. Eu acho que V.Exa. se referia a isso.

Em relação às indagações do Deputado Benito Gama, ele mencionava a questão que eu disse aqui, que o nosso compromisso é trazer a inflação para o centro da meta de 4,5% em dezembro de 2016. É nisso que nós estamos focados no momento. E ele... Confusão em relação a 2018. Em 2018... A expectativa do mercado para 2018 está em 4,7%. Não é a nossa projeção, nós não temos projeção tão longa assim. Eu estava me referindo à expectativa do mercado, que está em 4,7%, pela coleta que nós fazemos toda semana, e, para 2019, já está em 4,5 %. É a isso que eu me referia. Mas o nosso compromisso é trazer a inflação para o centro da meta de 4,5%, em dezembro de 2016, e o mercado, nesse caso, ainda está com a expectativa de inflação em 5,5%, para dezembro de 2016.

As principais rubricas, eu mencionava, do resultado de 25 bilhões, são aí juros com operações com títulos, enfim, é a grande rubrica, e outras receitas e despesas financeiras, que têm aí, operações de equalização, enfim, têm essas duas rubricas, para atender às indagações do Deputado Benito Gama.

Em relação ao déficit de pessoal, a que se referia o Deputado Pauderney Avelino, eu já mencionei que, dentro do envelope orçamentário e também de pessoal, nós estamos priorizando as ações de fiscalização, de maneira que não haja comprometimento do trabalho nessa área, assim como nas outras. Certamente, essa é uma área prioritária do Banco Central. Nós estamos fazendo gestão em relação aos concursos, preocupação de vários Senadores, Hélio José, e de Deputados, Izalci e Deputada Geovania. Em relação aos concursos, estamos fazendo gestão para ter o máximo de contingente possível, ainda em relação ao concurso de 2013. V.Exas. mencionaram, inclusive, gestões que nós temos feito nesse sentido.

Os números são um pouco diferentes, talvez, em relação ao potencial de aposentadoria, mas são números expressivos. Há uma preocupação.

Eu vou voltar às questões, mas é porque eu estava, em resposta ao Deputado Pauderney Avelino, já entrando na questão do pessoal.



Guardião da moeda, Inflação convergindo neste ano... Bom, enfim, já mencionei aqui, anteriormente, o choque de preços relativos que estamos vivendo no momento, e, enfim, o que o trabalho do Banco Central está objetivando. Está objetivando trazer a inflação para 4,5%, em dezembro de 2016, de maneira a conter os efeitos, digamos, secundários desses ajustes de tarifas e também do preço internacional do dólar, que tem se valorizado aí no mundo. Então, contendo os desdobramentos inflacionários desses dois grandes ajustes, para trazer a inflação a 4,5%, em dezembro de 2016.

Endividamento das pessoas físicas, Sistema Financeiro de Habitação, enfim... Já mencionei anteriormente, em resposta a outro Parlamentar. Quero dizer que esse é um segmento importante da economia. Nós acompanhamos, estamos avaliando o desenrolar dos acontecimentos na área do setor de construção, na área do setor de habitação.

O mais, dando sequência, o Deputado Evair de Melo perguntou em relação ao fato de que estamos fazendo ajustes, o que aconteceu, enfim, em relação à economia brasileira. Perguntou também sobre a posição do Banco Central relativa ao Ato Cooperativo e também aos bancos estaduais e HSBC. Enfim, o que eu mencionava... Nós temos aqui... Na apresentação que eu passei para V.Exas., tem um gráfico que mostra que o Brasil cresceu 20% desde janeiro de 2008, ou seja, saiu rapidamente da crise. Desde 2011, 2012 também, com os preços internacionais das *commodities* declinando, o nosso crescimento desacelerou. Mas, no conjunto do pós-crise financeira global, maior crise dos últimos 80 anos, o Brasil cresceu 20%. Nós precisamos, agora, reequilibrar. Eu acho que a questão dos fluxos fiscais é muito importante para retomar a confiança e criar base para um crescimento sustentável à frente.

Então, acho que esse é um processo... Nós saímos rapidamente da crise, 2008, 2009. Os países do G-20, todos adotaram políticas contracíclicas. A economia cresceu bastante; entra um declínio dos preços da *commodities* depois de 2011. O crescimento desacelera bastante, nós também tínhamos excesso de crescimento de crédito. Colocamos algumas medidas na área macroprudencial, reduzimos a evolução no crédito doméstico, para evitar problemas maiores à frente, que eu creio que evitamos. E os estímulos que foram concedidos, ali, a partir de 2012, 2013, não produziram os efeitos de crescimento, de maneira que esses estímulos na área fiscal reduziram os fluxos fiscais. Neste momento, esses fluxos precisam ser reestabelecidos nessa área. Então, eu acho que é onde nós estamos, hoje, no conjunto das políticas macro.

O Banco Central tem dado uma grande atenção ao setor de cooperativismo de crédito. V.Exa. deve ter conhecimento das iniciativas do Banco Central. Enfim, é um setor que recicla poupança local, é importante, foi bem na crise. Nós achamos que tem crescido, apesar de inúmeras cooperativas não estarem expandindo. Estão até consolidando, mas o número de cooperativados tem crescido, os ativos sob administração têm expandido de forma expressiva. É algo importante.

O Ato Cooperativo é uma questão tributária. Não temos opinião a respeito. Isto é com a área fazendária do Governo.

Em relação aos bancos estaduais, o Banco Central acompanha, como os outros bancos. Enfim, nesse caso em que há uma rotação de 4, ou de 8 em 8 anos, é importante que essas administrações se pautem pela prudência. Assim como qualquer outra instituição financeira, nesse caso também é assim. Nós acompanhamos com rigor a evolução desse tipo de instituição também.

Eu acho que a questão do banco estrangeiro, que V.Exa. mencionou, está aí, houve já uma divulgação, um anúncio público do controlador, do controle do HSBC, sobre o interesse de alternativas para a filial brasileira, ou, no caso, a subsidiária integral brasileira. Enfim, é uma questão, até o momento, de cunho privado. Não temos nenhuma informação que V.Exas. não tenham em relação a esse assunto. Naturalmente, se algo ocorrer nesse caso, haverá uma notificação imediata ao Banco Central, que avaliará, sob os aspectos societários e da concorrência, algum negócio eventualmente proposto no caso dessa entidade financeira que V.Exa. está mencionando.

Não sei se foi V.Exa., mas alguém perguntou sobre a concentração. Obviamente que... Bom, enfim, foi perguntado anteriormente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Ah, sim, Deputado. Bom, já adentrando esse assunto, porque eu acho que é a mesma instituição a que V.Exa. se referia, naturalmente, não há nada de concreto, que nós saibamos. Naturalmente, quando houver, se houver, o Banco Central tem que ser acionado para avaliar, entre outras coisas, as condições de concorrência. Nesse caso, enfim, essa avaliação seria realizada, e obviamente que o Banco Central tem instrumentos mitigadores dos efeitos da concentração sobre a concorrência, que... Enfim, é difícil falar sobre um caso hipotético, não existe nada, mas, numa situação concreta, seriam acionados.



O Deputado Edinho Bez também falou, referiu-se a um convite. A minha assessoria mencionou que esse convite... O Banco Central não foi notificado a respeito desse convite para a CFFC, para tratar do assunto taxa de juros, que eles mencionaram. Certamente, eu não tinha conhecimento disso, agora tenho. E essa notificação, chegando ou não chegando, nós vamos tomar as providências para que seja atendido esse pedido da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Eu falava do crédito rotativo, do cartão de crédito. Naturalmente crédito rotativo possui taxa elevada. Só queria lembrar que, no Brasil, nós temos também outra instituição neste mercado de cartões de crédito, que se refere ao pagamento parcelado sem juros. Então, quando colocam todas essas taxas do crédito rotativo, que são elevadas, mas, no parcelado sem juros, a taxa de juros do conjunto do cartão de crédito é elevada, porém em linha com as outras modalidades do crédito pessoal. Não é muito diferente. Mas é algo que estamos sempre olhando, e certamente teremos que nos debruçar sobre esse assunto no futuro.

A questão da Receita Federal passo às autoridades, a questão que o Deputado Edinho Bez fez em relação ao aceite em dação de pagamento de bens imobiliários para dívidas tributárias, imagino. O Senador Hélio José mencionou a questão do concurso. Então, estamos fazendo gestão para ter o máximo possível, dentro desse prazo de setembro de 2005. Agradeço a preocupação dos Parlamentares com o quadro de funcionários do Banco Central do Brasil.

Em relação a operações compromissadas, eu queria esclarecer que são operações estritamente de controle da liquidez. Nós temos no Brasil uma liquidez ampla — isso não é de hoje, é de muito tempo —, liquidez com prazos curtos. Em relação à operação compromissada, V.Exa. mencionou que o Tesouro, enfim, deixa vencer, e nós, por questão até de controle da taxa de juros, fazemos o enxugamento da liquidez. Primeiro, os títulos que estão em nossa carteira não são de nossa emissão, são de emissão do Tesouro. Estão orçados na dívida mobiliária do Tesouro. Quando esse título está dentro do Banco Central, como o Banco Central faz parte do setor público, ele consolida. Então, esse título não está sensibilizando a Dívida Bruta do Governo Geral, digamos assim. Quando ele, no seu exemplo, deixa de colocar lá ou rola menos de 100% do que está vencendo, esse dinheiro vai para o mercado, o Banco Central pega título da carteira que o Tesouro colocou lá, que está orçado lá atrás, na dívida mobiliária do Tesouro. Quando ele coloca para enxugar essa liquidez no mercado, numa operação compromissada, esse título que lastreou essa entrada de recursos no Banco Central, que está agora em poder do público, ele automaticamente entra na Dívida Bruta do Governo Geral, ou seja, não ganha nada. Não iria fazer isso para não ganhar nada, não existe nenhum benefício do ponto de vista das estatísticas, nada disso. Então, exatamente esse é um instrumento de controle da liquidez que o Banco Central...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, mas está em torno de 1 trilhão, e 2% de aumento nas últimas decisões implicam, pelo menos, 66 bilhões de perda.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Mas 2 trilhões cá ou lá dão no mesmo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Então, tira-se dos pobres e endivida-se o País em nome da superação da crise. É assim uma coisa incompreensível.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Naturalmente, se o mercado estivesse disposto a financiar o Governo a taxas menores, o Governo aproveitaria essas taxas menores.

Há também questões do Deputado Edmilson Rodrigues em relação à Regional de Belém. Nós temos várias áreas do Banco Central atuantes na Regional de Belém, entre elas a Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania, que está lá presente. Nós temos multiplicadores lá nessa Regional. Nós temos fiscalização também ali. Nós temos uma gerência técnica. Nós temos Meio Circulante. E nós temos também o Departamento Econômico, e o chefe da área econômica já participou de reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central. Essas nossas reuniões são de 6 em 6 semanas.

Entendo a sua preocupação. É preocupação nossa também de manter a prioridade. Demos prioridade também, neste último concurso, na alocação de funcionários, contingente proporcional à Regional, mas demos prioridade na alocação à Regional de Belém.

O Deputado Alfredo Kaefer fez uma relação entre SELIC e inflação, dizendo que a inflação é de preço administrado, que não se deveria aumentar a SELIC, que o tamanho das nossas reservas internacionais é excessivo para a remuneração, e pergunta se não seria o caso de pegar o cheque especial nos organismos internacionais, como no passado, enfim; impacto da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que tipo de atitude poderíamos ter; a questão do HSBC, que eu já mencionei, e a questão de Basileia em relação à situação da inadimplência.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - O sistema propriamente dito, a solidez.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - A solidez do sistema, muito bem. Então, começando pela solidez do sistema, o sistema está nas nossas apresentações aqui. Em comparações internacionais, o nosso



sistema é bem capitalizado, bem provisionado. Na Lâmina 52, está lá o Índice de Basileia. Esse é o último dado disponível numa comparação internacional. São dados do FMI, logo uma fonte externa. O Brasil está com 16,7; Alemanha, com 18, em termos de Índice de Basileia. Em relação a provisões para inadimplência sobre o capital, o nosso está em 11%, é o maior deles. No que tange a ativos líquidos sobre passivo de curto prazo, de acordo com esses dados do FMI, o Brasil está bem posicionado, do ponto de vista da capacidade do sistema, para absorver choques e riscos. Eu acho que é

algo que nós... Obviamente V.Exa. não precisa se preocupar, desde que nós nos preocupemos no Banco Central, como sempre.

O tamanho das nossas reservas, isso é como um seguro. Eu acho que essa conta tem que ser ajustada, porque uma coisa é remuneração em moeda local a 12%, 13%, e uma remuneração em dólar a 1%. Obviamente que, se for converter para a mesma moeda, talvez a diferença não seja tanta, mas esse é um aspecto importante. Inclusive, o *swap* serve um pouco para mitigar, é um *hedge* nas reservas, porque, quando o real se desvaloriza, o balanço do Banco Central aumenta, e aí no caso, no *hedge*, você dá proteção para o setor privado. Quando o real se valoriza, o valor do ativo no balanço do Banco Central encolhe em reais, mas, pelo *swap*, um terço da reserva nós recebemos do setor privado. Então, é um aspecto sem dúvida relevante, mas eu acho que o nosso nível de reserva, em torno de 15% do PIB, está num intervalo intermediário em relação aos demais países. Mas é um colchão importante. Eu acho que dá certa tranquilidade para o País.

Em relação à inflação, o que eu tenho dito aqui é que existe esse preço administrável, sim. A inflação e a valorização do dólar são fenômenos que estão acontecendo. Um é local e o outro, global, e estão acontecendo mais ou menos ao mesmo tempo, de maneira que a política monetária entra para conter as consequências desse efeito.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bem, enfim, ela aumentou. Bom, se não fizesse sentido, em nossa opinião, não teria sido elevada. Então, é um instrumento forte, mas necessário neste momento, enfim, para conter justamente isso, para que esses preços relativos ajudem a economia ali na frente, para que os sinalizadores, em termos de preços públicos, sejam mais precisos para alocação de recursos, para o setor privado poder investir ali na frente e ter uma clareza maior em relação a esses preços.

Por outro lado, a valorização do dólar tem esse desdobramento, o repasse cambial para dentro da inflação doméstica, e nós temos que conter isso, de maneira que a depreciação — e V.Exa. conhece bem essa matéria — seja real e não nominal, ou seja, se o dólar se fortalece e o real se enfraquece, que a inflação não tire essa competitividade do produto nacional com a outra mão. Então, por isso, nós temos que conter a inflação. É esse o trabalho do Banco Central nesse momento.

Bem, em relação à autonomia, acho que o Banco Central não consegue operar um dia sem autonomia operacional. Em relação a questões de organização institucional, de independência, acho que o Parlamento é quem melhor dirá, o resto do Governo também. Enfim, o Governo com a sua orientação. Mas em relação ao Banco Central, aqui foi dito: sem autonomia, você não consegue operar um dia o Banco Central. Certamente, eu não estaria à frente do Banco Central se não tivesse autonomia operacional, o que é muito diferente de independência e de autonomia de júri na lei. Mas é importante, senão não se consegue tocar uma instituição da complexidade do Banco Central, com supervisão, enfim, com uma série de responsabilidades.

A Deputada Geovania de Sá, a questão do Banco Central eu já mencionei. O Deputado Leo de Brito mencionava a experiência de 2003, agora. Eu acho que tem algum paralelo, sim. A situação lá era bastante mais dramática, no meu entendimento, em relação ao próprio ambiente internacional. Apesar de estarmos vindo da maior crise dos últimos oitenta anos, já se passaram oito, nove anos, e a economia nesse período pós-crise cresceu 20%, atingiu um platô. Agora, precisa — digamos — reorganizar-se macroeconomicamente para dar outro salto ali na frente. Tem fontes de crescimento à vista, infraestrutura, uma série de questões nas quais eu não vou entrar aqui, mas nós precisamos reequilibrar o macro, o fiscal e o particular, ancorar a inflação na meta.

O que nós estamos vendo no mundo é que, apesar dos falsos positivos de recuperação, de retorno à normalidade, parece que agora mais áreas estão tendo um crescimento maior. Aproxima-se o período de normalização da política monetária nos Estados Unidos. Perguntavam-me se isso era bom para o Brasil ou não. Acho que há os riscos de transição, mas se estão apertando a política, ou se vão apertar, é porque lá a economia subjacente está ganhando velocidade, está ganhando fôlego. Isso ajuda o comércio internacional. É um parceiro importante. Está na região. Acho que, ajustando a nossa política macroeconômica,



ancorando bem a inflação, iniciando esse processo de ajuste nos Estados Unidos, nós passamos bem, se estivermos preparados. Estamos nos preparando para isso.

Ali, na frente, você vai ter um quadro internacional melhor do ponto de vista de crescimento, crescimento da economia global, crescimento do comércio. Nós vamos estar mais preparados para isso, para pegar daqueles 20% que acumulamos desde janeiro de 2008 e retomarmos aí um crescimento econômico sustentável à frente. Acho que é imperativo fazer esse ajuste agora, senão nós vamos patinar 4 anos ou mais nesse processo.

Deputado Izalci, também já respondi à questão...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só não entendi a resposta. Vai chamar ou não vai chamar? Eu não entendi.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não sou eu que chamo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas está prevista alguma decisão?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Se depender de mim, eu chamo todo mundo. Há uma restrição orçamentária. O envelope encolheu. Nós estamos fazendo a gestão, mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tem nenhuma previsão de chamar agora, na prática?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Eu quero que seja o máximo possível dentro da...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem decide é o Planejamento? Não é isso?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - A política de funcionalismo quem que defende?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não sei. Eu estou perguntando a V.Exa. Eu não sei como está o andamento.

Eu gostaria de passar para os interessados é: qual o posicionamento do Governo, seja Banco Central, seja Planejamento, seja Fazenda? Qual é o tratamento? Qual é a expectativa? Qual é a previsão, se existe, para que eles possam planejar a sua vida também? Vão fazer outro concurso?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - O Banco Central está fazendo gestão para ter o máximo possível de funcionários desse concurso de 2013.

O Deputado Luiz Carlos Hauly...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não fiz só essa pergunta, não. Fiz várias perguntas.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Ah, fez várias perguntas. Deixe-me ver aqui.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A questão da Kodama, lá do doleiro. Eu fiz várias perguntas.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - De fato. Em relação ao BNDES era...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em relação ao BNDES é sobre todas essas operações aí, esse sigilo todo e ninguém sabe de nada. O Banco Central também acho que não acompanhou isso.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Em relação ao sigilo, a Lei nº 105, a Lei do Sigilo Bancário, define o que é passível de ser compartilhado. Então, essa é uma questão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas o Banco Central está fiscalizando, está controlando isso? O sigilo também é para o Banco Central?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Banco Central não tem acesso às informações?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - O Banco Central não tem sigilo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Com relação ao BNDES?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não tem sigilo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eles abrem tudo para o Banco Central?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - O Banco Central é o regulador de todos os bancos, inclusive do BNDES. Não há sigilo contra o regulador.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E, pelo Banco Central, no BNDES está tudo o.k.?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Está previsto na Lei 105.

Como está tudo o.k.? O BNDES é sujeito à supervisão, tem uma série de trabalhos sempre em andamento. Enfim, ninguém está o.k., ninguém está fora.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas há algum questionamento que o Banco Central fez e que eles não atenderam, ou que está pendente, ou que estão providenciando?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Em relação a informações, imagino que não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está tudo o.k. lá?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não, as informações que nós solicitamos a entidades reguladas... nós queremos ter acesso a essas informações. Se não, não podemos supervisionar nem regular uma instituição.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas teve acesso às informações e detectou alguma coisa? Eu quero saber isso.



O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Nós temos acesso às informações de todas as entidades reguladas, informações ativas de operações de crédito. Enfim, se é muito, se é pouco, se é para Fulano, Beltrano, isso não interessa. O que interessa é a saúde.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Se tem garantia ou não também não interessa?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Interessa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - As garantias estão todas o.k.?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Isso interessa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Friboi, por exemplo, a...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria...

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Eike Batista, por exemplo. Eike Batista é um exemplo, o Banco Central detectou alguma questão do financiamento do Eike Batista com relação ao BNDES?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Eu não vou fazer comentários sobre...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou dando um exemplo.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Sim. É óbvio que o Banco Central acompanha.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria, desculpe, Sr. Presidente do Banco Central, Deputado Izalci...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente Rose, não adianta eu perguntar nada. ele não responde nada! Para quem eu vou perguntar?

Com relação à Kodama, as operações...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou permitir que ele conclua as respostas, mas quero ponderar pelo bom senso aqui. O senhor faz a pergunta, ele responde, e nós não ficamos nesse bate-bola, alguém empurrando alguém na parede, porque o esclarecimento é fundamental. Para o senhor...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu sei, Presidente, é só a resposta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ele dará. Eu também quero entender a resposta, mas eu não estou entendendo... É, eu me senti assim também. Portanto, o senhor pergunta e o Presidente responde, por favor.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Presidente. Em relação às operações de prevenção de lavagem de dinheiro, nós temos um sistema hoje reconhecido na área do sistema financeiro nacional, já foi submetido a exames externos por parte do GAFI, o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo no mundo. O sistema segue as melhores práticas internacionais.

Como é esse sistema? O sistema em relação às instituições financeiras reguladas e supervisionadas pelo Banco Central tem que seguir alguns princípios básicos, tem que ter uma estrutura para seguir a questão do conhecimento do cliente. No caso desse cliente levantar algum apontamento, alguma observação das instituições financeiras, deve proceder à comunicação ao órgão central do sistema de prevenção à lavagem de dinheiro, que cuida de vários segmentos, inclusive o sistema financeiro, que é o COAF. Nós acompanhamos não só a regulação. Inclusive ampliamos a lista de operações que deve ser acompanhada pelas instituições financeiras no segmento de combate à lavagem de dinheiro. Ampliamos recentemente o rol de operações para chamar a atenção. Isso está definido. Nós definimos a regulação do Conselho Monetário junto com o Banco Central. Acompanhamos como as instituições estão fazendo a prevenção à lavagem, se elas estão notificando, quais são os controles que elas têm, quais são as listas que elas acompanham. As pessoas politicamente expostas, como V.Exa. e eu, devem ser acompanhadas com uma atenção especial. Então, nós nos certificamos nas nossas avaliações tanto remotas quanto *in loco* se isso está sendo seguido pelas instituições financeiras.

Bom, não é à toa que as instituições financeiras desde a aprovação da lei já fizeram mais de 5 milhões de notificações ao COAF. Só no ano passado foram 800 mil. O sistema está funcionando. Vários dos casos que estão aí... Eu não sei exatamente o caso que V.Exa. mencionou, mas vários entraram nessa rede. Foi feita uma avaliação e foi aprofundada a investigação. O Banco Central não é órgão de investigação. O Banco Central é órgão regulador do sistema financeiro. Então, nós regulamos apenas instituições financeiras, mas neste quesito há de haver um sistema robusto, tem de haver notificação e obviamente, se soubermos de alguma notificação inadequada ou que não houve notificação, no caso, também nós vamos atuar. Nós já atuamos preventivamente e esse sistema funciona. Está certo e está produzindo aí notificações da ordem de quase 1 milhão por ano nesse mercado. Eu estava aqui mencionando que o mercado é ativo, como outros mercados, mercados de títulos, etc, mas mercado cambial aí no Brasil gira a 9 milhões por dia na média, ou seja, 2,2 trilhões por ano de dólares. Há 30 mil operações/dia, que dá um total aí de aproximadamente 7 milhões de operações/ano.



Enfim, a economia é a sétima ou a oitava do mundo e tem relação com os setores... Agora, o sistema é bom, o sistema funciona e tem detectado e tem dado início a várias dessas investigações que V.Exa. certamente conhece.

Enfim, eu acho que era isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu tenho direito a uma replicazinha de 1 minuto ou não, pelo Regimento? Posso usar minha réplica.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Izalci, V.Exa. sabe que já usou e que pode usar mais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bem, obrigado.

Não, eu só quero dizer que até entendo que o sistema pode estar esperando corretamente. Imagine se não estivesse. O que eu estou dizendo... Talvez não seja do Banco Central isso. Talvez o Banco Central tenha detectado o problema, tenha repassado para outros órgãos e esses órgãos não tenham resolvido o problema. A minha indagação, porque é evidente que eu tenho de perguntar isto aqui, na CPI ou em algum lugar: A Nelma, que é uma doleira, disse a nós — e é por isso que estou colocando a V.Exa., — que existe uma fragilidade na legislação. Tanto é que ela fez 900 operações, mas para a Labogen, através de Leonardo Meirelles, fez 4 mil operações de importações e exportações, com câmbio, com empresas fictícias e fantasmas. Então, quer dizer, não detectaram as empresas porque eram fantasmas. Não houve operação de fato.

Então, se o Banco Central detectou e cobrou do COAF, que não resolveu a situação, é uma coisa. Agora, se o Banco Central não detectou essas operações realmente o volume é muito grande. E perguntei a V.Exa. sobre a medida provisória que veio para cá, porque, se não me falha a memória, eu sabia que o Banco do Brasil tinha um controle antigamente, e parece que não tem mais. E a partir dessa medida provisória foram flexibilizadas essas operações de câmbio, de importações e exportações.

Seria só esse comentário: se essa legislação que nós aprovamos aqui — aliás, nós não, porque eu não estava aqui —, quando a aprovaram, essa legislação flexibilizou e dificultou esse controle porque realmente o fato existe.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não. Inclusive, Sra. Presidenta, de 2006 para cá, o número de notificações desse sistema é bastante elevado. Agora, só para um esclarecimento adicional a V.Exa., as instituições financeiras têm corresponsabilidade nessa matéria. Ou seja, um dos princípios basilares da prevenção à lavagem de dinheiro é o conhecimento do cliente. Então, conheça o seu cliente, que é importante. Por exemplo, se uma empresa é contumaz nesse tipo de operação, obviamente a instituição financeira deve ter conhecimento a respeito dessa empresa, deve saber do que se trata. De outra sorte, seria um caso hipotético — tratando-se de um caso hipotético — o Banco Central teria de...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Se V.Sa. pudesse encaminhar à Comissão aqui ou para algum lugar aqui do Congresso, sobre a questão da Labogen, que fez quase 4 mil de operações que deram quase 4 bilhões de reais. É um valor significativo, quer dizer, deveria ter sido detectado. Se foi detectado, se pudessem mandar para nós ou para a CPI ou para a Comissão Mista de Orçamento, eu agradeceria a S.Exa.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Nos termos da lei, o que nós tivermos, poderíamos enviar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Agradeço aos Líderes que aqui conseguiram ficar no final desta reunião, por estarmos já em processo de votação, pediria ao Senador Hélio José e ao Deputado Valtenir Pereira... Agradeço pelo comparecimento, Sr. Presidente, da sua equipe também, Dr. Alexandre Tombini, Dr. Altamir Lopes, Diretor de Administração, Luiz Pereira da Silva, da Diretoria de Política Econômica.

Peço ao Deputado e ao Senador que acompanhem V.Sa. até a saída da nossa Casa.

Informo que para amanhã, dia 27 de maio, às 13 horas, está confirmada a reunião de audiência pública com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, em atendimento ao art. 84, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, para discussão do Projeto de Lei nº 01/2015, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016, e dá outras providências.

Está encerrada a reunião.



ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia dezesseis de agosto do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Paulo Rocha, Roberto Muniz, Cristovam Buarque, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Valdir Raupp, José Medeiros, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, José Aníbal, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Cidinho Santos, Fátima Bezerra e Garibaldi Alves Filho. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Jorge Viana, Telmário Mota, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Omar Aziz, Kátia Abreu, José Agripino, Ricardo Franco, Alvaro Dias, Lúcia Vânia e Eduardo Lopes. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 35 de 2016 (Aviso nº 642-GP/TCU), de 26 de julho de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 014.246/2016-3, na sessão de 13/7/2016, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, acerca dos coeficientes de participação dos estados e do Distrito Federal nos recursos do FPE para o exercício de 2017; Aviso nº 36 de 2016 (Aviso nº 84/2016-BCB), de 26 de julho de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao segundo trimestre de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 37 de 2016 (Aviso nº 285/MF-DF), de 28 de julho de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando o programa de recompras de títulos da dívida pública mobiliária federal externa dentro das operações de administração de passivo realizadas no terceiro bimestre de 2016, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 20 de 2004; e Aviso nº 39 de 2016 (Ofício nº 11.058/SE-MF), de 28 de julho de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de junho de 2016, além de tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em atendimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43 de 2001. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a presidência inicia a primeira parte da pauta e esclarece que esta tem como objetivo a realização de audiência pública interativa a fim de debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 241 de 2016, que “altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal”, em atendimento ao Requerimento nº 19 de 2016, de iniciativa sua e do senador Cristovam Buarque, tendo como expositores o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto de Almeida; o chefe da Assessoria Especial do ministro da Fazenda, Marcos Mendes; o professor do Departamento de Economia da Hobart and William Smith Colleges – NY/EUA, Felipe Rezende; e o professor Doutor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas – Unicamp, Pedro Linhares Rossi. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os(as) senadores(as) Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Lindbergh Farias, Fernando Bezerra Coelho, José Aníbal, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz e Fátima Bezerra. Em seguida, a presidência inicia a segunda parte da pauta, destinada à apreciação dos seguintes itens extrapauta: Item 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 20 de 2016, de autoria do senador Ricardo Ferraço e outros, que “requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 71 da Constituição Federal, que o Tribunal de Contas da União (TCU) avalie a possibilidade de cessão de contratos de exportação de bens nacionais e serviços técnicos de terceiros para empresas comerciais exportadoras brasileiras (tradings), de tal forma que estas venham a assumir de forma direta a responsabilidade formal destes contratos e possam garantir a sua execução”. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 20 de 2016-CAE. Item 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 21 de 2016, de autoria do senador José Aníbal e outros, que “requer, nos termos dos arts. 58 e 71 da Constituição Federal, seja solicitada por esta Comissão de



Assuntos Econômicos, a quem compete opinar sobre política de crédito, a manifestação do Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar se existe algum impedimento de ordem legal que possa afetar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na concessão do financiamento de longo prazo para a PPP Linha 6-Laranja do Metrô de São Paulo”. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 21 de 2016-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento:

Tribunal de Contas da União. Aviso nº 35, de 2016, encaminhando cópia de acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do processo na sessão de 13 de julho de 2016, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, acerca dos coeficientes de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos do FPE para o exercício de 2017.

Banco Central do Brasil: Aviso nº 36, de 2016, de 26 de julho, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao segundo trimestre de 2016, as razões delas determinantes e a proposição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Aviso nº 37, de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando o programa de recompras de títulos da dívida pública mobiliária federal externa, dentro das operações de administração de passivo realizadas no terceiro bimestre de 2016, em atendimento à resolução do Senado Federal nº 20, de 2004.

Aviso nº 39, de 2016, de 28 de julho, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daqueles Ministérios no mês de junho de 2016, além de tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

A pauta. É uma audiência pública interativa, que ocorre por requerimento apresentado por mim e pelo Senador Cristovam Buarque, para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal.

Os convidados são: Sr. Mansueto de Almeida, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Sr. Marcos Mendes, Chefe da Assessoria Especial do Ministro da Fazenda; Sr. Felipe Rezende, Professor do Departamento de Economia da Hobart and William Smith Colleges, Estados Unidos; Pedro Linhares Rossi, Professor Doutor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp).

Convido os nossos palestrantes a tomarem lugar à mesa. *(Pausa.)*

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 19, de minha autoria, como disse, e de autoria do Senador Cristovam Buarque, promove, nesta terça-feira, dia 16 de agosto, audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir um novo regime fiscal.

Trata-se da PEC do chamado limite de gastos, proposta pelo Governo interino do Presidente Michel Temer, cuja aprovação promoverá uma mudança significativa na gestão pública nacional pelos próximos 20 anos.

É importante destacar o período de repercussão dessa proposição, pois, muito embora seja anunciada como medida de ajuste fiscal do atual Governo, na prática, sua eficácia recairá efetivamente nos quatro ou cinco governos que virão após a gestão dos autores da proposta. Daí por que, Srªs e Srs. Senadores, reveste-se de fundamental importância o aprofundamento desse debate, exatamente para que o Congresso Nacional possa decidir da forma mais adequada possível sobre algo que avançará de maneira tão contundente nas próximas administrações do País.

Além disso, Srªs e Srs. Senadores e todos que nos acompanham, mais do que uma alteração constitucional que impacta outros governos, a proposta traz um dos debates mais importantes para o País nos últimos tempos. Trata do papel do Estado para a sociedade, para a vida das pessoas. A política fiscal – *grosso modo*, arrecadar e gastar – é definidora do modelo de desenvolvimento que queremos para o País. Numa sociedade tão desigual como a nossa, o Estado tem um importante papel a cumprir.



Aprovada a matéria como foi proposta, ficam os próximos governos impedidos de fazer política fiscal, mesmo que a conjuntura exija. Ficam as próximas administrações reduzidas em seu poder de decisão de escolha de prioridades. Afinal, os gastos públicos, excetuado o pagamento de juros e algumas outras exceções, estarão condicionados à inflação pelos próximos 20 anos, independentemente do crescimento da economia no período.

Por isso, a importância deste debate, para que possamos ouvir as diversas posições sobre a conveniência de promovermos uma mudança tão radical em nosso regime fiscal.

Muito embora a matéria ainda esteja na Câmara dos Deputados, diante da relevância do tema e entendendo que a Comissão de Assuntos Econômicos tem a obrigação de exaurir este debate, apresentamos, eu e o Senador Cristovam Buarque, este requerimento, que apenas inicia as discussões sobre a proposta nesta Casa, até porque, pelo que considero um defeito do Regimento da Casa, no Senado, as PECs tramitam apenas na Comissão de Constituição e Justiça, mesmo aquelas que tratam de assunto de natureza eminentemente econômica, como é o caso.

Tenho a convicção de que a CAE poderá prestar um papel decisivo neste debate e, ao final, dotar o Senado Federal de todos os elementos necessários para que votemos uma proposta cuja aprovação pode impactar enormemente os próximos 20 anos da vida nacional.

Gostaria muito de agradecer a presença de nossos convidados, Dr. Mansueto de Almeida, Dr. Marcos Mendes, Dr. Felipe Rezende e Dr. Pedro Linhares.

Esta reunião está sendo realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-61 2211.

Os convidados já estão aqui. Podemos iniciar, portanto, as apresentações.

Cada convidado fará sua exposição por vinte minutos, podendo ter um tempo de mais dez minutos se for assim necessário. Em seguida, nós abriremos a fase de interpelação dos Senadores e Senadoras inscritos.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, conforme a presença em plenário. A ordem de exposição será: em primeiro lugar, o Sr. Mansueto Almeida; em segundo lugar, o Sr. Marcos Mendes; em terceiro lugar, o Sr. Felipe Rezende e, em quarto lugar, o Sr. Pedro Linhares Rossi.

Com a palavra o Sr. Mansueto Almeida.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Bom dia! Quero agradecer a gentileza da Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente da Comissão, pelo convite. Quero agradecer também a gentileza da presença de todos vocês, Senadores, assessores, jornalistas. Quero agradecer também aos meus companheiros de Mesa aqui. É muito bom a gente ter esse tipo de debate. É essencial para a tomada de decisão que o País precisa passar ter cada vez mais um debate transparente e aberto.

Eu costumo falar o seguinte: ajuste fiscal é, por natureza, um ajuste político. Vocês não vão encontrar em nenhum livro de economia como se deve fazer um ajuste fiscal. Ajuste fiscal tem que ser debatido exaustivamente, tem que ser decidido nesta Casa. Esta Casa é que vai fazer o ajuste fiscal.

O que o Governo vai encaminhar para o Congresso é uma proposta. Essa proposta tem que ser debatida profundamente, de forma transparente, para se chegar a um eventual consenso.

É preciso, no Brasil, a gente perder o medo de debater. A gente tem que ter transparência, tem que sentar à mesa e debater qualquer tipo de ideia. Uma coisa que prejudicou o crescimento deste País anos atrás, décadas atrás, foi justamente a falta de debate. Então, é muito bom a gente estar numa democracia e poder debater e respeitar o contraditório.

Fico muito feliz de ter sido convidado para falar sobre desafios do ajuste fiscal nesta Casa e nesta Comissão, que tem sido bastante importante para o aprofundamento de ideias econômicas e o crescimento do País. Então, agradeço a oportunidade de debater aqui com meus amigos, colegas pesquisadores, com os Senadores e com todos vocês que estão presentes aqui na CAE.

O primeiro ponto é um diagnóstico rápido que vou fazer sobre aonde nós chegamos. Vou enfatizar que o desequilíbrio que o Brasil passa não decorreu de má vontade ou de boa vontade de ninguém. Normalmente, quando se aumenta o gasto público, quando se faz política pública, as intenções sempre são boas. Só que, infelizmente, a gente chegou a um grau de desequilíbrio fiscal muito grande.

No primeiro ponto, eu vou falar o seguinte: o Brasil, dado o nosso nível de desenvolvimento.... Qual é o nível de desenvolvimento do Brasil? A gente está falando de um país de renda média; de um país que, há dois, três anos, tinha uma renda média em torno de US\$10,5 mil. Essa renda *per capita* do Brasil está caindo para algo como US\$7,5 mil.

Então, o Brasil é um país de renda média. O Brasil não é um país rico. Para um país de renda média, quando a gente compara os dados do FMI – se a gente não gostar do FMI, a gente pode pegar o Banco Mundial, o



Banco Interamericano, pode pegar qualquer dado de qualquer instituição internacional –, para o nosso nível de desenvolvimento, o Brasil tem um gasto público alto. Esse é o gasto público do setor público. Inclui o pagamento de juros.

No ano passado, o gasto público do Brasil foi em torno de 43% do PIB. A média dos países desenvolvidos é 39% do PIB; a média dos países emergentes é 31,5% do PIB. Logo, o Brasil tem um gasto público alto. Vocês poderiam me falar o seguinte: “Parte desse gasto público são juros.” Vamos supor que o Brasil não paga juros, vamos supor que o que o Brasil pagou de juros no ano passado não tivesse ocorrido. Essa conta de 43% do PIB ia cair para 35% do PIB. A gente ainda teria um gasto acima da média dos países emergentes. Mesmo que a conta de juros fosse zero, mesmo que se decidisse dar um calote na dívida pública e pagar zero de juros, o gasto público do setor público, no Brasil, no ano passado, teria sido de 35% do PIB, acima da média dos países emergentes.

Como o Brasil gasta muito, e, normalmente – uma observação –, quanto um país deve gastar, se muito, pouco ou médio, essa é uma decisão política. Dado que o Brasil tem um gasto elevado pelo nosso padrão de desenvolvimento, que é um país de renda média, a carga tributária do Brasil é também acima da média da dos países emergentes. Essa é uma escolha social. Isso não tem nada a ver com a decisão de uma pessoa bem ou mal-intencionada. Essa é uma decisão política. Para sustentar o nosso gasto, precisamos de uma carga tributária alta. O problema é que nossa carga tributária, que é acima da média da dos emergentes.... Nos países emergentes, a carga tributária média é 27,6% do PIB. No Brasil, está mais ou menos 36% do PIB. Vocês vão me falar o seguinte: “Eu escutei algum economista dizer que a carga tributária do Brasil era 36% do PIB.” Era. Não é mais. Trinta e seis por cento do PIB está errado. A carga tributária do Brasil é em torno de 33% do PIB. É alta, comparando-se com os países emergentes. Comparando-se com as economias desenvolvidas, é menor.

Vale a pena dizer que, em teoria economia, a gente tem algo que se chama “paradoxo de Robin Hood”. O que é? Em geral, os países que deveriam gastar mais com o social são os países mais pobres, mas é justamente o contrário: os países que mais gastam com o social são os mais ricos. O que a teoria econômica mostra, na minha interpretação, é o seguinte: à medida que o país vai ficando rico, consegue-se tributar mais sem atrapalhar o desenvolvimento.

Quando olhamos para países como a Alemanha, França, Itália.... Vamos pegar a Alemanha, que é o segundo maior exportador do mundo. A Alemanha tem uma carga tributária baixa? Não. A Alemanha tem uma carga tributária alta. A carga tributária da Alemanha é acima de 40% do PIB, só que a produtividade do trabalhador na Alemanha é muito maior do que a do Brasil.

Então, se a gente quiser, no Brasil, no futuro, tributar mais – essa é uma escolha política –, a gente precisa também aumentar nossa produtividade. O que não é possível é, com a produtividade que a gente tem, cobrar, aumentar muito a carga tributária, porque isso vai atrapalhar o crescimento da economia. Vocês conversam com empresários, vocês conversam com acadêmicos, possivelmente vocês já escutaram isso várias vezes. Portanto, mais uma vez, para o nosso nível de desenvolvimento, o Brasil tem uma carga tributária muito acima, seis pontos do PIB, pelo menos, acima dos mercados emergentes.

Em período recente, aconteceu um problema. Qual foi? Como vocês sabem, grande parte da despesa pública é indexada à inflação. Ela tem regras próprias, mesmo quando o PIB cai 3%, 4%, essa despesa continua a crescer – eu vou mostrar os dados mais à frente. Mas, em período recente, a gente teve um problema, que foi o baixo crescimento, atrelado ao crescimento de gastos, tanto com a tendência que já vem, desde o início dos anos 90, como novos programas que foram criados...

Eu não estou discutindo o mérito dos programas, eu estou dando só o dado. Dado que novos programas foram criados e houve uma queda de PIB, a despesa sobre o PIB aumentou e, nesse período, o Governo perdeu, de carga tributária, quase dois pontos do PIB.

Este ano, a arrecadação sobre PIB vai ter uma nova queda. Comparando 2011, quando a carga tributária era 18,7%, com o resultado deste ano, a gente vai ter uma perda de carga tributária de 1,8% do PIB. Então você teve, em um período de 2011 a 2016, uma perda de carga tributária de 1,8% do PIB. Simultaneamente, a despesa sobre PIB aumentou bastante. A despesa sobre PIB é um dado do Tesouro Nacional. Está disponível na internet. Isso é despesa primária do Governo central. O que é Governo central? É Tesouro mais Previdência. Isso aí não tem pagamento de juros.

O Brasil gastava 13,8% do PIB em 1997. Isso aumentou para 18,5% do PIB no ano passado. Este ano, esse dado vai para perto de 20% do PIB. Aí vocês vão me falar o seguinte: como é que, em um ano em que o Governo precisa controlar o gasto, a despesa sobre PIB vai crescer meio ponto do PIB? É porque o PIB está caindo. Quando o PIB está caindo, a despesa sobre PIB cresce. Não tem mágica. Na realidade, se você olhar a despesa primária deste ano, de acordo com o último relatório de avaliação bimestral, ela será de R\$1,240 trilhão. No ano passado, a despesa primária do Governo central foi de R\$1,158 trilhão. Se vocês fizerem a diferença, verão



que o crescimento nominal é 7%. A inflação esperada para este ano é 7,2%. Então, apesar de a despesa primária este ano não crescer em termos reais – ela vai crescer em termos nominais, próxima à inflação esperada –, a despesa sobre PIB vai aumentar, por quê? Porque o PIB está caindo.

Dado isso, os últimos gráficos para a gente ver exatamente onde a gente está e o tamanho da piora fiscal. Isso aí é o resultado nominal do setor público. Em dezembro de 2013, o Brasil tinha um déficit nominal de 3% do PIB. O déficit nominal do setor público brasileiro – Estado, Município e Governo Federal –, em dezembro de 2013, era 3% do PIB. O déficit nominal hoje do setor público brasileiro é 10% do PIB. Isso não é algo normal. Um país com um déficit nominal tão grande é um país que está passando por uma crise muito séria, ou uma crise bancária, ou uma crise decorrente de um problema muito sério no sistema imobiliário. No auge da crise americana, quando houve o estouro da bolha financeira, o déficit nominal dos Estados Unidos chegou perto de 9% do PIB. Nosso déficit nominal hoje está em 10% do PIB. É muito sério, e esse déficit nominal foi agravado por uma queda muito forte do primário.

O Brasil, do final de 2002 até meados de 2008, conseguia economizar, por ano, entre 3% e 4% do PIB. A gente chama de superávit primário do setor público tudo o que o setor público do Brasil arrecada menos o que ele gasta. Sem incluir na conta da despesa os juros, o Brasil conseguiu, por anos, economizar entre 3,5% e 4% do PIB, e hoje a gente está com um déficit primário de 2,5% do PIB, um déficit primário muito grande. Qual é o problema de o Brasil ter um déficit primário de 2,5% do PIB? O problema de o Brasil ter um déficit primário de 2,5% do PIB, além da conta de juros que a gente paga, é que a nossa dívida vai passar a crescer constantemente. Aí vocês vão me falar o seguinte: mas qual é o problema de o Brasil ter um crescimento da dívida? A dívida do Brasil hoje é 68% do PIB. A dívida do Japão é um pouquinho maior: é coisa como 240% do PIB.

Vocês vão me falar: “Por que o Brasil não pode ser o Japão?” Por dois motivos. Primeiro, para padrões de país emergente, a nossa dívida já é a maior do mundo: antes, o país emergente de maior dívida, há quatro anos, era a Índia, que tinha uma dívida de 66% do PIB; o Brasil já ultrapassou a Índia como país emergente mais endividado. Por que o Brasil não pode se comparar com Estados Unidos, Alemanha e Japão? Porque, nesses países, o Governo consegue se financiar a um juro real negativo. Por algum motivo, nesses países, as pessoas estão dispostas a emprestar seu dinheiro ao Governo e receber de volta, depois de dez, vinte anos, um valor menor. Isso, no Brasil, acontece? As pessoas estão dispostas a emprestar ao Governo, durante dez, vinte anos, a um juro real negativo? Infelizmente não. Se o Brasil conseguisse financiar a sua dívida como fazem os Estados Unidos, como faz o Japão ou a Alemanha, o tamanho da nossa dívida não seria o problema, mas o Brasil não é a Alemanha, o Brasil não é os Estados Unidos, o Brasil não é o Japão. O Brasil só consegue financiar a sua dívida com juros muito altos. Então, dado o nosso nível de desenvolvimento, dado o custo que a gente paga na dívida – eu não posso forçar alguém a emprestar ao Governo a um juro zero, isso tem que ser voluntário –, dado o nosso padrão de desenvolvimento, a nossa dívida é muito alta. Então, a gente terá que estancar o crescimento da dívida e, para isso, o Brasil terá que economizar, terá que transformar esse déficit primário em um superávit primário.

Aí, vocês vão me falar: “Tudo bem, mas como é que a gente deve fazer isso?” Aí, entra o debate político. Qual é a velocidade desse ajuste? A velocidade desse ajuste é novamente um debate político. Se você conversa com alguém do setor financeiro, ele gostaria de que essa passagem do déficit primário para um superávit primário ocorresse em um, dois anos. Isso é impossível. Dado o ponto de partida, isso é impossível. Qual será a velocidade do ajuste? Quem decide a velocidade de ajuste não é um técnico dentro de um gabinete, são Deputados e Senadores.

Dito isso, por que a gente não corta o gasto? Por que a proposta do Governo de fazer um ajuste fiscal não é um corte radical de gastos? Vocês são Deputados, Senadores, muitos já foram governadores, vocês sabem claramente que o setor público não é uma empresa privada. Numa empresa privada, quando se tem que fazer um ajuste, você fecha um departamento rapidamente. Setor público não é assim, porque cada ministério, cada órgão público, quando é construído, há, por trás, alguma demanda. Não é fácil, nem é desejável que qualquer governo tenha capacidade de cortar rapidamente o gasto público.

Na história do Brasil, nos momentos em que a gente teve que fazer rapidamente corte de gasto público, para aumentar o primário, o gasto que foi sacrificado foi investimento público. Aí, não tenho o dado de 1999, mas, de 1998 a 1999, houve uma forte queda do investimento público. De 2002 a 2003, no início do governo Lula, por uma desconfiança de mercado – os dados eram bons, mas, mesmo assim, o governo quis mostrar que seria até mais responsável do que o mercado esperava –, a gente teve que rapidamente aumentar o primário, e houve novamente uma queda do investimento público. No ano passado, em 2015, houve novamente uma queda muito forte de investimento público.

Então, dá para fazer ajuste fiscal rapidamente, em um, dois anos? Infelizmente não. Não dá para fazer ajuste fiscal rapidamente, em um, dois anos. Se alguém souber de alguma forma e falar assim: “Ah, mas eu



escutei, de uma consultoria internacional que a gente pode contratar, que ela pode fazer um ajuste fiscal de R\$150 bilhões ou R\$170 bilhões.”

Eu adoraria ver se isso é possível. Não conheço nenhum país do mundo que tenha feito ajuste fiscal numa proporção de dois pontos do PIB, rapidamente, em um ou dois anos.

Dito isto, a gente chega à questão da despesa primária. A despesa primária no Brasil cresce quase que continuamente, desde o início dos anos 90, em parte, por decisões nossas. Quando eu falo decisões nossas, estou colocando decisão da sociedade. A gente colocou uma série de coisas na Constituição, e tudo que está lá na Constituição é um desejo da sociedade. Mas tudo que a gente colocou na Constituição implica, do outro lado, a questão do financiamento. A gente colocou lá na Constituição que o Brasil teria um sistema público de saúde integral, universal e gratuito; que era dever do Estado prover serviço de educação; que o Estado iria investir em transportes, etc. Tudo isso se materializou no aumento do gasto público e, conseqüentemente, em um aumento da carga tributária.

Vamos lembrar que, de 1968 até 1994, a carga tributária do Brasil flutuou em torno de 25% do PIB. Aí vocês vão me falar o seguinte: quer dizer então que o Brasil antes, o Brasil da década de 80 tinha condições de financiar todas as suas despesas com uma carga tributária bem menor, de 25% do PIB? A resposta é “não”. O problema é que, lá atrás, quando a gente não conseguia financiar com carga tributária, quem é que fechava a conta? A inflação.

Nos anos 90 – a gente deixou isso explícito –, o Brasil teve que aumentar a carga tributária para ser de acordo com a despesa primária. Mas se você olha o dado, a barra vermelha é o final do mandato presidencial. Desde o início dos anos 90, todos os Presidentes da República que entraram no Palácio do Planalto, ao sair, deixaram para trás uma despesa primária maior. Sem exceção, todos os Presidentes da República do Brasil, do início dos anos 90 até hoje, quando saíram, deixaram para trás uma despesa primária maior, o que significa que há algo estrutural no crescimento da despesa pública no Brasil. Isso aí é a despesa primária, Governo central. Repetindo: despesa primária não tem juros, e aqui é só o Governo central.

Se eu olho para este gráfico aqui, eu tinha despesa primária de 10,8% do PIB em 1981; no ano passado, foi para 19,5% do PIB; este ano, vai para 20% do PIB. Se eu pego de 1991 a 2015, eu tenho um crescimento de praticamente nove pontos do PIB. Eu quero saber o seguinte: explique-me para onde foi esse crescimento da despesa. É difícil? Não, é fácil. Para onde foi esse crescimento da despesa? Está aqui. A maior parte desse crescimento de quase nove pontos do PIB da despesa primária foi para programas que a gente chama de transferência de renda, inclusive seguro-desemprego, abono salarial e Previdência.

O que são programas de transferência de renda? É quando o Governo tributa João e Maria e transfere o dinheiro para José e para Renata. Isso é programa de transferência de renda – inclusive Previdência. Então, grande parte do crescimento, 65% do crescimento da despesa primária do Brasil decorreu de programas de transferência de renda. Em geral, as pessoas acham o seguinte: “Ah, não, é que no Brasil se inchou muito o setor público; começou-se a construir um bocado de órgão de que não se precisa; começou-se a contratar muita gente.” Seria bom que isso fosse verdade, porque tornaria o ajuste fiscal muito mais fácil. Infelizmente, isso não é verdade.

Quando você olha despesa com pessoal sobre PIB, de 1991 até 2015, cresceu 0,4% do PIB, em um crescimento da despesa primária de quase nove pontos do PIB. Se vocês abrirem isso por década, grande parte desse crescimento ocorreu depois da Constituição, quando servidores públicos eram celetistas e foram transformados em estatutários.

De 1990 a 1994, você tem o aumento da aposentadoria para o servidor público de um ponto do PIB em quatro anos. Depois, esse dado fica estável. Então, basicamente é isso que explica o crescimento da despesa primária.

Dado isso, nada aconteceu no ano recente? Não, no ano recente, foram criados novos programas. Não me cabe como técnico falar se o mérito dos programas é bom.

(Soa a campanha.)

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Quando você cria programa para, por exemplo, dar casa mais barata para pessoas pobres, quando você cria programas para subsidiar pessoas pobres, isso é muito bom. O que não se pode fazer no Brasil é dar subsídio para pessoas ricas. Infelizmente, nos últimos anos, a gente também deu muito subsídio para pessoas ricas, que não precisavam.

Mas, além do problema estrutural, nos últimos anos, a gente fez uma série de outros programas que tiveram um impacto fiscal muito grande.

Em 2009, o Governo gastava com essas contas, que estou chamando com um conceito de subsídio mais amplo, R\$5 bilhões. No ano passado, o Governo gastou com essas contas R\$62 bilhões. Eu não estou falando



nada se esses programas foram certos ou errados. Eu estou falando apenas o seguinte: dado que se resolveu gastar com novos programas, isso foi mais uma pressão do lado do gasto público. Aquela conta de subsídio é empréstimo, subsídio agrícola e do BNDES. Era uma conta de R\$5 bilhões, uma conta que, em 2010, era R\$8 bilhões. No ano passado, essa conta foi para R\$23 bilhões. Quanto será essa conta, aquela primeira coluna, em 2016? Essa conta, em 2016, será de R\$30 bilhões. Quanto será essa conta no próximo ano? Essa conta, no próximo ano, será de R\$30 bilhões.

Vocês vão me perguntar: “Por que o Governo não corta subsídios?” O Governo não corta subsídios, porque parte desses contratos está em aberto. Quando alguém foi comprar um caminhão financiado pelo BNDES, em fevereiro ou março de 2013, a taxa de juros nominal era de 2,5% ao ano. O Governo emprestou, em 2013, a 2,5% ao ano. O juro no Brasil hoje já é muito maior, a inflação hoje é muito maior do que esse juro. Esse empréstimo que foi dado lá atrás, em 2013, continua em aberto, o que significa que o Governo, todos os meses, tem que pagar ao BNDES pela perda que o BNDES está tendo, que está ocorrendo por ter emprestado lá atrás, por cinco ou seis anos, a um juro muito baixo.

Então, essa conta de subsídio só vai diminuir quando esses contratos acabarem. Infelizmente, não dá para reduzir isso rapidamente.

Conta de Desenvolvimento Econômico. A desoneração que foi dada às contas de energia no setor elétrico criou um passivo para o Governo, e o Governo teve que fazer transferência para essa Conta de Desenvolvimento Energético. Não vai haver mais essas transferências, mas isso criou uma despesa que foi significativa em 2013 e 2014.

Minha Casa, Minha Vida. Minha Casa, Minha Vida é um programa bom? Claro.

(Soa a campanha.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria pedir para fazerem silêncio, principalmente a assessoria, e também alguns dos nossos Senadores que estão conversando.

Acho que é um tema de grande relevância, o Dr. Mansueto está fazendo uma exposição, um esforço para ser ouvido. Eu gostaria de pedir silêncio.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – É claro que o Minha Casa, Minha Vida é um programa bom, mas, novamente, a gente criou um programa cujo custo é de R\$18 bilhões por ano e não discutiu o financiamento. Vocês vão me falar o seguinte: “Espera aí, mas a sua tabela está mostrando que o custo do Minha Casa, Minha Vida, caiu de quase R\$18 bilhões em 2014 para R\$12 bilhões em 2015.” Caiu em termos. O que se fez? A gente jogou o que faltou ali para uma conta de vocês, para uma conta dos trabalhadores: para o FGTS.

O FGTS bancou, de subsídio do Minha Casa, Minha Vida, no ano passado, R\$12 bilhões. Então, parte dessa conta que diminuiu, na verdade, não diminuiu. A gente jogou para o FGTS.

Desoneração da folha. A gente – a gente, sociedade, sociedade brasileira, via Congresso Nacional – aprovou uma desoneração da folha. Novamente, a intenção foi muito boa, mas isso gerou uma perda de receita para o Governo, de R\$25 bilhões. No ano passado, no Governo Dilma, foi proposta uma revisão desse programa, que foi modificado. Qual será o custo desse programa neste ano? R\$18 bilhões. Mesmo com a modificação do ano passado, esse programa terá um custo de R\$18 bilhões.

Ou seja, quando eu olho esses quatro programas, o custo que eu tinha que era de R\$10 bilhões em 2010, no ano passado, foi R\$62 bilhões e, neste ano, será algo em torno de R\$62 bilhões a R\$65 bilhões. Infelizmente, a gente criou programas novos. Falo infelizmente do ponto de vista fiscal. A gente continuou com gasto fiscal crescendo no ritmo que vinha, e a gente criou programas novos, tendo uma perda de receita. Isso explica a crise fiscal.

E aí eu entro num ponto que acho fundamental. É legítimo, é desejável que a esquerda no Brasil, que os partidos de esquerda, partidos de centro-esquerda debatam o aumento de gasto social, tributar mais rico. Isso é um debate legítimo e um debate que se espera da esquerda em qualquer país do mundo. Em qualquer país do mundo, a gente espera que a esquerda tenha o debate de tributar mais os ricos e gastar mais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – E da direita. Isso é de todo mundo: de esquerda, direita, se é de direita...

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Correto, Senador, correto. Mas tem algo fundamental. Quando olhamos o nosso gasto social, há algo no Brasil que é uma anomalia. É uma anomalia que cabe a nós corrigir. Eu defendo isso por uma necessidade que chamo aritmética; é o nosso gasto com Previdência. Isso são dados de 2009.

A razão de dependência é pessoas com mais de 64 anos de idade sobre a população em idade ativa, de 15 a 64 anos de idade. No Brasil, essa razão de dependência era de 10, em 2009; no Japão, 34. O Brasil já gastava com Previdência mais do que o Japão.

Aí, vocês vão me dizer: “A gente não precisa se preocupar porque o Brasil vai demorar muito a envelhecer como o Japão.” Infelizmente, não. Eu vou ter a sorte de ficar velho e ter vários companheiros com quem jogar baralho, porque, quando a gente olha, o envelhecimento da população brasileira vai ser muito rápido. Ele vai ser muito mais rápido do que o que ocorreu em vários países da Europa no século XX. O Brasil tem hoje uma razão de dependência que está em torno de 12. Mais ou menos em 2046, daqui a 30 anos, essa razão de dependência vai ser em torno de 32%, que é o Japão hoje, um país que tem uma das maiores proporções de pessoas com mais de 65 anos, com relação à população em idade ativa. Ou seja, daqui a 35 anos, o Brasil será um país considerado, entre aspas, “velho”, como o Japão.

Qual é o problema? O problema é que, em geral, em países em que a proporção de pessoas com mais de 65 anos de idade aumenta muito, o crescimento cai, e um número menor de pessoas têm de produzir o que antes era produzido por um número maior, exatamente o que estou falando. Isto aqui: em 2015, para cada pessoa com mais de 65 anos, o Brasil tinha oito pessoas em idade ativa, em idade de trabalhar. Daqui a 25 anos, em 2040, essa proporção vai cair pela metade. Para cada uma pessoa com 65 anos, o Brasil vai ter quatro. Daqui a 25 anos, o que aquelas oito pessoas estão produzindo hoje terá de ser produzido por aquelas quatro, o que significa que a produtividade, a capacidade de trabalho daquelas quatro tem de ser pelo menos igual ao daquelas oito.

É fácil um país duplicar a produtividade em 25 anos? É extremamente difícil! Os casos, na economia, de países que conseguiram duplicar, ter um crescimento tão forte de produtividade, em um espaço tão curto de tempo, é uma coisa raríssima. Então, a gente corre o risco de se tornar um país velho, e um país velho ainda de renda média. É diferente do Japão, que, quando se tornou um país velho, já era rico. O Japão não cresce há duas décadas e meia, o Japão não cresce desde o início dos anos 90. Só que, quando o Japão parou de crescer, ele já era um país rico. O nosso dilema é que a gente corre o risco de se tornar um país velho como o Japão – velho não no sentido pejorativo, com uma proporção maior de idosos –, sem ter se tornado rico. E isso é um grande desafio para os nossos filhos e netos.

Se a gente não fizer nada na reforma da Previdência, se o Congresso decidir o seguinte: eu não quero fazer reforma da Previdência. É uma decisão legítima? Sim. Só que a gente vai ter que aumentar a carga tributária em dez pontos do PIB só para o déficit da Previdência não aumentar. O déficit da Previdência este ano, no Regime Geral de Previdência Social, será de R\$149 bilhões, 2,5% do PIB. Essa é a projeção do Ministro Nelson Barbosa do ano passado.

No Ministério da Fazenda, no ano passado, estimava-se o seguinte: de 2016 a 2060, só a despesa previdenciária do INSS vai crescer nove pontos do PIB. Se a gente não quiser fazer reforma de Previdência, o Brasil terá que aumentar sua carga tributária em dez pontos do PIB apenas para evitar que o déficit da Previdência cresça, e não terá espaço para gastar com nada mais. E a gente sabe que vai ser necessário aumentar gasto também com outras funções.

Então, é inevitável – a gente tem que deixar o discurso ideológico de lado –, é essencial, que o Brasil faça a reforma da Previdência, não por questão de bondade ou maldade, mas porque, se não fizer, a gente não terá condições de pagar o que a gente está prometendo aos nossos aposentados e àqueles que irão se aposentar.

Mais um minuto, vou terminar.

Qual é a proposta do Governo? A proposta do Governo é... Em geral, vários países do mundo que fizeram ajuste fiscal cortaram direitos, você teve queda nominal de despesa. A proposta do Governo não é essa, a proposta do Governo é: vamos controlar o crescimento da despesa, vamos estabelecer um período de tempo em que o crescimento da despesa total será zero.

Mas aí, aqui nesta Casa, na discussão do Orçamento, se alguém quiser aumentar o gasto acima da inflação com saúde e educação, é possível? Claro que é, porque a decisão de alocação do Orçamento não é de Governo, é de Congresso. Então, se estiver discutindo Orçamento, mesmo com a PEC em vigor, se os Senadores e Deputados quiserem gastar mais com saúde e educação, podem, só que terão que tirar de outra despesa.

O que não pode acontecer no Brasil é o que aconteceu com o Orçamento deste ano. Qual foi o Orçamento aprovado neste ano que está em vigor? O Orçamento que foi aprovado neste ano fazia a previsão de que o Governo brasileiro teria um crescimento real de receita de 9% em um ano de recessão. Qual é o país do mun-



do que tem um crescimento real de arrecadação de 9% em ano de recessão? Absolutamente nenhum. Mas o Orçamento com que a gente começou o ano foi esse.

O Orçamento que foi aprovado este ano fazia previsão de que a receita líquida do Governo central crescerá R\$176,5 bilhões. Qual é a última estimativa para o crescimento da receita líquida do Governo central este ano? R\$26 bilhões. Simplesmente, não adianta eu aprovar um orçamento falando o seguinte: no próximo ano, a receita do Governo central crescerá R\$200 bilhões. Isso não vai acontecer.

Então, qual é a proposta do Governo? Vamos controlar o crescimento do gasto, estabelecer um teto por um período. Como será alocado o crescimento do gasto de cada item? Isso não é decisão de Governo, é decisão do Congresso. Então, o Congresso terá a opção de gastar mais em um item e menos em outro. E, claro, esse é um ajuste gradual. Quando essa PEC 241 foi explicada para o mercado, muita gente do mercado falou: “Ah, mas é algo muito gradual, o superávit primário só vai voltar em 2019.”

A despesa pública do Brasil cresceu, desde o início dos anos 90 até hoje, em termos reais, em média, 6% real ao ano. A gente está estabelecendo uma proposta de que o crescimento será zero. Se essa proposta passar ou não, essa é a proposta que o Governo entende ser a menos dolorosa para a economia, porque de ajuste fiscal ninguém gosta. Ajuste fiscal, todo mundo é a favor em teoria. Quando você fala: “Você é a favor ajuste fiscal?” Todo mundo fala: “Sou.” Então vamos colocar ajuste fiscal aqui. Ajuste fiscal, infelizmente, são duas coisas, é a combinação de duas coisas: ou se aumenta receita ou se corta despesa. E ninguém gosta de uma coisa nem de outra. Por isso que ajuste fiscal é tão difícil, mas a gente tem que fazer esse debate maduro e transparente, porque ele é necessariamente um debate político.

(Soa a campanha.)

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Essa visão de controlar o crescimento do gasto é a visão que o Governo entende ser a menos, a de menor custo. Você não está cortando despesa, você está controlando o crescimento da despesa por um período. Se a gente tivesse feito isso, se essa regra da PEC estivesse em vigor desde 2005, a despesa primária do ano passado, em vez de 19,5% do PIB, seria de 10% do PIB. Ela seria quase a metade do que realmente foi no ano passado.

A reforma da Previdência eu já falei. Algumas pessoas falam: “Ah, mas essa PEC do crescimento do gasto não é viável sem uma reforma da Previdência.” Mas isso é verdade. Isso é verdade! A PEC do crescimento do gasto ela tem que ser complementada por uma PEC da reforma da Previdência. Aí vocês me falaram o seguinte: “E se o Governo não quiser, e se o Congresso não quiser aprovar nenhuma das duas?” Se o Congresso não quiser aprovar nem a PEC do limite do crescimento do gasto, nem a PEC da reforma da Previdência, se a gente não aprovar nenhuma das duas, não haverá ajuste fiscal.

Se a gente não aprovar nenhuma das PECs, se a gente não controlar o crescimento da despesa e se a gente não fizer a reforma da Previdência, a resposta muito certa, correta, é que não haverá ajuste fiscal. Sem ajuste fiscal, como ninguém pode me forçar a financiar o Governo por um juro barato, eu vou cobrar um juro caro para financiar o Governo. Isso significará que a gente vai ter possivelmente uma dívida crescendo mais rápido e possivelmente a volta da inflação. Essa é a maneira como eu vejo as coisas.

É claro que, além dessa proposta de longo prazo, a única proposta de curto prazo é isso aqui, e eu vou terminar com este gráfico. É o seguinte: Governo emprestar para banco público sempre aconteceu no Brasil. Governo emprestar para banco público sempre aconteceu no Brasil, mas isso não passava de meio ponto do PIB. Em 2007, o total que o Tesouro emprestava para banco público era R\$14 bilhões, o que era meio ponto do PIB na época.

Esse dado no ano passado era um pouco maior. Era quase R\$570 bilhões, quase 10% do PIB. Ninguém chegou no Brasil, não houve ninguém que chegou no Brasil e falou o seguinte: aumentem a dívida em quase 10 pontos do PIB para financiar várias obras e empresas, muitas das quais não eram necessárias, com juros subsidiados. Isso foi decisão nossa. Isso foi decisão nossa, e a gente vai pagar um custo caro, porque esses empréstimos estão em aberto. Eu não posso hoje chegar para quem comprou um caminhão a um juro de 2,5% ao ano e falar o seguinte: “Olha, eu errei de ter te emprestado tão barato, paga teu empréstimo agora.” Infelizmente isso não é possível. Esses contratos têm um prazo.

Então, isso, que foi decisão nossa, de sociedade, isso tem um custo muito alto. Isso, eu acho que foi um erro. Isso criou uma conta de subsídio que vai levar tempo para ser revertida.

O que a gente está discutindo com o BNDES, se for aprovado pelo Tribunal de Contas da União, é que o BNDES comece a antecipar esses pagamentos, porque hoje o BNDES tem em caixa mais de R\$150 bilhões, porque não consegue emprestar.

Basicamente, é isso.



Eu agradeço. Agradeço a atenção dos senhores, agradeço aos convidados da Mesa, a gentileza da Senadora Gleisi Hoffmann de promover o debate e agradeço a todos vocês, Senadores. Mais uma vez, obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós agradecemos também sua presença, Secretário. Pedimos desculpas pelos burburinhos aqui, na Comissão.

Passamos a palavra agora ao Sr. Marcos Mendes, que é Chefe da Assessoria Especial do Ministro da Fazenda.

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Srª Presidente, Srª Senadora Vanessa, Senadores, todos os presentes, colegas de Mesa, é uma satisfação voltar a esta Casa, da qual sou servidor há 20 anos e da qual já estou morrendo de saudade, porque a vida não está fácil. *(Risos.)*

Estamos aqui para discutir a PEC 241.

Então, vamos falar primeiro das principais características dessa PEC. É difícil falar depois do Mansueto, ele já falou boa parte da minha apresentação, mas vamos lá.

A expansão do gasto da União nos próximos 20 anos, uma vez a PEC aprovada, esse gasto não poderá ser superior à inflação.

Os limites são individuais por poderes, para o Poder Executivo, o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Cada um vai cumprir o seu limite.

Há despesas que estão isentas do controle, porque simplesmente transitam dentro do Orçamento Federal, como, por exemplo, as transferências intergovernamentais.

O Fundeb, que complementa a verba de educação dos Estados e Municípios, está isento do limite, porque ele constitui um sistema à parte de financiamento.

As despesas inesperadas, aquelas vindas de créditos extraordinários, também não podem ficar submetidas ao controle. Você ter uma calamidade pública e não poder atender, por meio de crédito extraordinário, às necessidades não seria razoável. E as despesas de caráter eventual, como as eleições bianuais, que aumentam muito o custo da despesa da Justiça Eleitoral.

Os limites mínimos de saúde e educação passam a ser corrigidos pela inflação. Hoje, esses limites mínimos são corrigidos pela Receita. Passarão a ser corrigidos pela mesma regra da PEC.

E não há qualquer punição ou paralisia de programas no caso de desrespeito do limite. O que acontece é que o descumprimento por algum Poder ou órgão do limite dispara medidas automáticas de controle de despesa no ano seguinte, de forma que aquele Poder ou órgão, ficando restrito a fazer determinadas despesas, vai naturalmente convergir de volta para o limite da PEC.

Bom, esse é um regime fiscal de longo prazo. Procura, como o Mansueto falou, fazer um ajuste gradual da despesa, e nós precisamos entender por que nós precisamos desse regime e precisamos partir do seguinte ponto: nós estamos numa crise econômica sem precedentes.

Nós estamos numa crise econômica que aumentou demais o desemprego, derrubou a renda e nós precisamos ter a convicção de que a melhor e mais importante política social é fazer o País voltar a crescer, gerar emprego e gerar renda. Sem isso, nós não vamos sair, deixar de ser um país de renda média, com muita pobreza e muita desigualdade.

Nós não temos escolha. Nós temos que criar uma estrutura econômica competitiva e capaz de fazer esse País crescer. Do contrário, não há programa social que resolva. O melhor programa social, a melhor política social é a recuperação do emprego e da renda.

Esse eslaide é para mostrar que nós estamos na maior crise econômica desde o início do século XX. Nos anos de 1929 a 1933, na grande crise de 1929, houve uma queda acumulada do PIB brasileiro de 5,3%. Agora, de 2013 a 2016, nós vamos cair 6,8%. Uma queda do PIB de quase 7%. Isso atinge dimensões catastróficas. A sociedade brasileira precisa ter noção do tamanho do buraco em que nós estamos.

A queda da renda *per capita* foi de 16%. Só para dar uma comparação, durante a grande crise de 1929, a renda *per capita* dos Estados Unidos caiu 40%. Nós, sem uma grande hecatombe internacional, longe de estarmos vivendo uma grande crise como a de 1929, produzimos uma quase meia grande depressão no Brasil. A taxa de desocupação, a taxa de desemprego dobrou, a taxa de inflação dobrou. E os grandes prejudicados disso são os pobres. Quem menos consegue se proteger da inflação é o mais pobre, que não tem recursos para proteger a sua poupança; o mais pobre não tem recursos para fazer a transição do desemprego, porque não tem patrimônio para vender; ele não tem poupança acumulada; o pobre é parente de pobre, então também não tem um parente que o ajude durante a transição do desemprego. Então, não há a menor dúvida de que os mais pobres são os que mais sofrem com essa situação.

Esse gráfico ilustra isso claramente. Ele mostra o desemprego no Brasil em 2014 por faixa de renda. E os senhores e as senhoras veem que o primeiro nível de renda tem uma taxa de desemprego muito maior, dez vezes maior do que a camada mais rica da sociedade. Então, repito: retomar, acabar com essa recessão, recuperar o emprego e o crescimento da economia é a mais importante política social que temos a fazer.



De onde veio esta crise? Nós estamos sendo vítimas de uma crise internacional? Não. Nós estamos sendo vítimas de erros de política econômica cometidos no Brasil, decisão da nossa sociedade e da nossa gestão de política econômica.

Nós observamos, neste gráfico, vários países de renda média e renda média e alta. E qual foi o desempenho do PIB nos últimos anos? O Brasil só ganha da Venezuela, um país em clara deterioração política, econômica e social. Até a Rússia, que é muito dependente de receitas de petróleo e que, com a queda do preço do petróleo, foi fortemente afetada, até a Rússia teve um desempenho melhor do que o Brasil. A Grécia estava naquela situação calamitosa e está melhor do que o Brasil. E não posso deixar de chamar atenção, lá no canto direito, para a Irlanda, que também estava, até poucos anos atrás, em péssima situação econômica, com grande crise fiscal, fez um importante ajuste e já está crescendo a mais de 6% ao ano.

Que erros de política econômica foram estes que nos levaram a essa situação? Tenho aqui uma pequena lista. Nós abandonamos a prudência fiscal; aumentamos o déficit público tremendamente e, com isso, aumentamos muito a incerteza com relação à trajetória da dívida pública; fizemos desonerações fiscais equivocadas, que deterioraram a qualidade do sistema tributário, aumentaram a cumulatividade e aumentaram a incerteza das empresas quanto à manutenção dessas desonerações. Estimulamos o endividamento dos Estados e Municípios, que estão hoje quebrados, o que aumenta ainda mais a incerteza fiscal. Mudamos o marco regulatório do petróleo, que paralisou por quatro anos os investimentos no setor, sobrecarregaram a Petrobras, sobrecarregaram a Petrobras nos investimentos que ela não consegue fazer, diminuiu fortemente a concorrência no setor, porque praticamente reinstituiu o monopólio da Petrobras, e um grande sinal da dificuldade disso foi o fracasso do leilão de Libra, que teve apenas um consórcio concorrendo, pagando um preço muito abaixo das expectativas.

O que o Mansueto já mostrou é que 10% do PIB em dívida pública foi colocado no BNDES para financiar grandes empresas que não precisavam desse recurso e, portanto, isso não aumentou o investimento, simplesmente migrou a fonte de investimento à qual essas empresas recorriam.

De 2011 a 2013 foi feita uma redução artificial da taxa de juros, o Banco Central puxou para baixo a taxa de juros na expectativa de que isso impulsionasse o crescimento econômico, e isso não aconteceu. O que aconteceu foi uma deterioração da inflação, como eu mostrei anteriormente. A taxa de inflação dobrou, porque houve uma descoordenação das expectativas, a taxa de juros ficou claramente fora da taxa de equilíbrio.

Os fundos de pensão, as empresas estatais e os bancos públicos foram induzidos a financiar projetos de baixa qualidade, que hoje acumulam perdas enormes, projetos não realizados, que não estão gerando produto, que estão gerando endividamento e dificuldade financeira para essas empresas.

Houve uma grande interferência na política de investimento das grandes empresas, como Petrobras e Vale, que foram induzidas a fazer investimentos de baixa rentabilidade, e se acumularam com aqueles do item anterior, induzidos e financiados por bancos públicos.

Houve um congelamento de preços administrados, especialmente de petróleo e energia, que praticamente quebraram o setor sucroalcooleiro, criaram grandes dificuldades financeiras para as distribuidoras e produtoras de energia e toda a cadeia de produção associada a essas empresas, que representam uma parcela enorme do PIB brasileiro e uma parcela enorme do investimento brasileiro. Essas empresas ficaram descapitalizadas.

Houve uma série de medidas de proteção setorial e de fechamento da economia, programas como o Inovar-Auto e outros programas que protegeram setores maduros da economia que não precisam de proteção; aumentaram a margem de lucro desses setores, diminuindo a produtividade, diminuindo a competição e, portanto, a possibilidade de crescimento da economia.

O sistema de concessão de serviços públicos e de infraestrutura foi desenhado de forma a buscar uma tarifa baixa e, para obter essa tarifa baixa, se deu um monte de subsídios públicos e foram criadas regras que as empresas agora não estão conseguindo cumprir. Várias não estão pagando as prestações de outorga, em especial em aeroportos.

E, finalmente, houve um processo de fragilização e politização das agências reguladoras, que se tornaram incapazes de regular mercados importantes, de garantir segurança jurídica e, portanto, de atrair investimento para esses setores.

A consequência disso foi a descapitalização de empresas estatais e de amplo setor de empresas privadas ligadas às cadeias produtivas dessas empresas estatais; portanto, essas empresas se tornaram incapazes de investir e crescer.

Houve paralisia de setores essenciais como óleo, gás, setor sucroalcooleiro, setor de energia elétrica, também muito importante para a derrubada do PIB.

Houve uma sobrecarga de custos a empresas prejudicadas por políticas protecionistas: você protege um setor, exige conteúdo nacional, exige participação maior de empresas nacionais no fornecimento de um



setor para outro, e o setor que tem que comprar materiais mais caros e de pior qualidade e não pode recorrer a importações perde em competitividade, perde em produtividade, perde em margem de lucro.

Houve um aumento evidente da inflação presente e futura, um aumento do risco de crédito dos três níveis de Governo, cujo endividamento ficou muito alto, e muita incerteza quanto à trajetória futura da taxa de juros e da sustentabilidade da dívida.

As principais consequências: no gráfico da esquerda – a luzinha não chega lá, mas no primeiro gráfico da esquerda –, uma derrubada da taxa de investimento. O risco soberano Brasil subiu enormemente, e o índice de confiança do empresariado, no gráfico de baixo, desabou.

As senhoras e os senhores podem observar que, a partir de maio, com a mudança da política econômica, já houve uma reversão tanto do índice do risco Brasil quanto de confiança, indicando a importância de uma perspectiva de ajuste fiscal para a melhoria desse quadro.

Quais são as condições necessárias para sair da crise? Nós precisamos criar as condições para retomar o desenvolvimento. Nesse ponto, esta Casa está contribuindo de forma decisiva, por exemplo, com a aprovação do projeto de governança das empresas estatais, com a discussão do projeto de governança dos fundos de pensão dos bancos públicos para que eles fiquem blindados em relação a influências que deterioresem seus balanços. Mudanças no marco regulatório do petróleo, liberando a Petrobras da obrigação de investimentos excessivos, que ela não tem capacidade de fazer, também vão ser muito importantes.

Já está tramitando nesta Casa um bom projeto de recuperação de autonomia das agências reguladoras, que vai ser fundamental para recuperar a segurança jurídica e a confiança para o investimento. Já está sendo praticada uma política de realismo nos preços administrados. A política de concessões está sendo toda alterada para ser mais realista, para ter mais segurança jurídica e impor menos custos ao Erário.

Os dois últimos pontos são fundamentais para o que nós estamos discutindo aqui. É preciso ter uma redução sustentada da taxa de juros de equilíbrio da economia e uma recuperação da confiança na estabilidade da dívida pública.

É nesse contexto que nós entramos com a PEC, ela faz parte dessa estratégia de recobrar o equilíbrio fiscal com visão de longo prazo e de criar regras que contenham a pressão por expansão do gasto além da capacidade de pagamento do Governo.

O Mansueto já mostrou esses números. Nós derrubamos tremendamente o resultado fiscal. A dívida pública disparou, e eu tenho, aqui embaixo, a comparação da dívida pública do Brasil com a de outros países. Como o Mansueto falou, o Brasil acaba de ganhar medalha de ouro, ultrapassando a Índia, no quesito dívida bruta do Governo geral. Nos países emergentes, nós temos a maior dívida bruta. Passamos já, e muito, o limite considerado como indicador de sobre-endividamento, que é o limite de 60% do PIB.

Por que nós estamos propondo uma contenção do ritmo de expansão da despesa de longo prazo para o Brasil, que é o centro da PEC? Simplesmente porque o espaço para fazer ajuste fiscal por meio de aumento de carga tributária é muito pequeno. A nossa carga tributária já subiu tremendamente nos últimos anos e está, como mostra o gráfico da direita, entre as maiores do mundo. Aumentar a carga tributária significa agravar os problemas da nossa carga tributária, que não é só alta, mas também ruim. Ela é concentradora de renda, traz distorções, reduz a competitividade da economia, tributa exportações, tributa investimentos. Então, quanto mais carga tributária nós colocarmos na economia, menos estímulo nós vamos estar dando ao crescimento. Portanto, precisamos fazer o ajuste fiscal substancialmente pelo lado do controle da despesa e com um enfoque de longo prazo.

O problema que nós temos e que, associado aos erros de política econômica dos anos recentes, há um problema estrutural. Esse problema estrutural é que nós não conseguimos criar, no Brasil, instituições orçamentárias e fiscais capazes de conter a expansão da despesa pública. O orçamento é sempre expandido para acomodar mais essa ou mais aquela despesa.

E o resultado está nesse gráfico da esquerda, que mostra o crescimento acelerado e insustentável da despesa primária do Governo central por vários anos. O gráfico da direita, mais uma vez fazendo uma comparação internacional, mostra que o Brasil, em termos de gasto público como proporção do PIB, está muito acima da média dos países emergentes.

Nós precisamos construir essa regra de coordenação das decisões orçamentárias. Precisamos estabelecer um limite para as despesas e, dentro desse limite, democraticamente, discutir no Parlamento quais são as prioridades: quero gastar mais no programa A, então, vou ter de abrir mão do programa B. O que não pode é inventar que temos receitas que não temos e querer gastar mais com tudo.

O desequilíbrio atual é muito forte, como o Mansueto mostrou. Não há condições de fazer um ajuste fiscal que não seja gradual, persistente, crível e de longo prazo. Essa é a ideia da PEC. Por isso, ela tem uma duração de 20 anos, para que passemos a fazer essa trajetória com calma e a sinalizar que estamos na direção correta.



Essa é uma simulação, entre várias que foram feitas, que mostra que, sem a regra da PEC, nós iríamos a um gasto, em 2025, de 20,8% do PIB. E, se implementarmos a regra, nós voltaremos a 16,8% do PIB em 2025, e 16,8% do PIB é exatamente o que nós gastávamos em 2008, época em que era possível fazer resultado primário e em que era possível financiar um volume substancial de programas sociais. Portanto, é um limite crível, é um limite de ajuste gradual e plenamente factível.

O que vamos fazer para transformar um programa de ajuste fiscal num programa de recuperação da economia? Por onde passa, por que canais passa a transmissão de um ajuste fiscal estrutural para recobrar o crescimento da economia? O principal canal é a redução da taxa de juros de equilíbrio. Se falei que o crescimento econômico é a melhor política social que podemos ter no Brasil, reafirmo que a melhor política industrial e de incentivo ao desenvolvimento que podemos ter no Brasil é reduzir a taxa de juros de equilíbrio da economia para todos, e não apenas para aqueles que têm acesso ao BNDES ou acesso à Caixa Econômica. Precisamos reduzir a taxa de juros para todos.

Se a questão é reduzir a taxa de juros, por que a gente não manda simplesmente o Banco Central reduzir a taxa de juros? Porque isso não funciona. Isso foi tentado em 2011, em 2012 e em 2013, e o que acabou acontecendo foi o aumento de inflação. A taxa de juros é consequência, não é causa do problema. E é consequência de quê? É consequência do fato de que, por vários motivos, a taxa de poupança no Brasil é baixa, e taxa de juros é o preço da poupança. Taxa de juros é o quanto eu que tenho dinheiro guardado cobro para emprestar para o Mansueto, que está me pedindo dinheiro. Se tenho pouco dinheiro guardado no banco e se o Mansueto está querendo muito dinheiro, vou cobrar caro dele, porque a oferta é pequena, a demanda é alta, e o preço do dinheiro é a taxa de juros.

No Brasil, o que acontece é o seguinte: a poupança é baixa, e o setor público, com seu déficit elevado, drena parte substancial dessa poupança, que já é pequena. Não podemos ter outro resultado que não uma taxa de juros alta. Ninguém vai querer cobrar taxa de juros barata para financiar os títulos do Governo, porque o Governo está pedindo muito dinheiro emprestado.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Então, ele precisa oferecer uma taxa alta, para ter volume de recurso suficiente para obter o financiamento que ele quer.

Naquele gráfico da direita, a barra negativa é a poupança do Governo – não temos estatísticas mais atualizadas, mas essa situação se deteriorou muito nos últimos anos. É preciso reduzir o déficit público de forma substancial, ainda que gradual, para que a taxa de juros caia para todos e não apenas para os clientes do BNDES e da Caixa Econômica.

Qual é o outro canal através do qual nós vamos fazer o ajuste fiscal se transformar em crescimento econômico? Nós precisamos entender que aquela velha ideia intuitiva de que o governo botar dinheiro na economia estimula a economia nem sempre é verdade. A literatura recente mostra que o impacto do gasto do governo sobre o crescimento econômico em países em desenvolvimento é zero, na média dos países em desenvolvimento. Ele ocorre, de fato, em países desenvolvidos, mas ele é zero porque, provavelmente, é menor a qualidade do gasto público nos países em desenvolvimento e, portanto, não gera esse efeito. Em segundo lugar, uma conclusão importante da literatura. Na média de países com taxa de câmbio flexível, o impacto do gasto do governo no crescimento econômico é negativo, e isso é fácil de entender, porque, com a taxa de câmbio flexível, parte do impacto na renda vaza para importações, há uma valorização da taxa de câmbio – que é flexível e, portanto, pode-se valorizar – e parte desse efeito se perde. Agora, mais importante de tudo: esse efeito é fortemente negativo em países com dívida superior a 60% do PIB, que é o caso brasileiro. Quando você aumenta o gasto público num país que já está muito endividado, com dificuldade de rolar a sua dívida, com taxa de juros alta, o que você está sinalizando para a sociedade é que esse país vai ter mais dificuldade de financiar sua dívida, que ele vai ter que pagar juros mais altos, que em algum momento ele vai ter que aumentar impostos para pagar sua dívida, ou pior, ele vai ter que dar um calote, vai ter que monetizar essa dívida, ou vai ter que paralisar serviços públicos essenciais e desestruturar a economia. Isso sinaliza crise política, isso espanta investimento e isso afeta negativamente o crescimento econômico. Precisamos, portanto, recobrar a estabilidade fiscal de longo prazo, para que tenhamos uma dívida pública sustentável, uma taxa de juros baixa e a possibilidade de a economia crescer a taxas mais elevadas.

Como fazer um ajuste fiscal bem-sucedido? O que a literatura mostra é o seguinte: a ênfase tem que ser do lado da despesa e, secundariamente, do lado da receita, justamente porque aumento de tributos, principalmente em países que têm estrutura tributária ruim como a brasileira, prejudicam a rentabilidade das empresas, os investimentos, a produtividade, etc. Segundo: o ajuste tem que ser de longa duração, com enfoque de longo prazo, em vez de ser feito de medidas pontuais, de “vamos fechar o orçamento deste ano com essa



ou aquela medida". E é isso que esta PEC está propondo – um crescimento gradual mais baixo da taxa da despesa em relação à taxa dos anos passados. Terceiro ponto: é importante anunciar antecipadamente o programa, anunciar um programa crível, passível de ser cumprido, e o canal através do qual isso acontece é uma recuperação da confiança das empresas em que, de fato, você tem uma trajetória crível da despesa e da dívida pública no longo prazo, e isso recobra os investimentos, recupera os investimentos, recupera a confiança. Eu mostrei, no início da apresentação, que nos últimos meses já está havendo uma recuperação da confiança, já está havendo uma queda do CDS, que representa o risco soberano do país, em função dessa perspectiva de um ajuste consistente de longo prazo.

Por fim, para concluir, vale perguntar: "Nós estamos inventando isso aqui no Brasil? A PEC é uma jabuticaba? Existe no resto do mundo limite de despesa? E, se existe, ele funciona?" Sim, existe e funciona. Pegamos um estudo recente do Banco Mundial que mostra que as regras de controle de despesa...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Existe na Constituição? Não quero atrapalhar, só queria saber se na Constituição...

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Isso é uma característica de cada país. O Brasil está extremamente constitucionalizado; em geral, as regras são em nível legal. Acontece que nós temos que adaptar as regras brasileiras. Como no Brasil boa parte da despesa está constitucionalizada, é impossível fazer em outro diploma legal que não a Constituição. Essas regras de controle são mais eficientes que o controle do déficit primário, justamente porque o déficit é pró-cíclico – quando a economia está crescendo, você consegue fazer superávit primário ao mesmo tempo em que aumenta a despesa, e, na hora em que a economia cai, você não consegue reproduzir esse superávit porque não tem mais a receita para sustentar o superávit com aquele nível mais alto de despesa. Diversos países adotam ou adotaram em período recente esse tipo de instituição fiscal, com uma avaliação positiva do Banco Mundial.

Eu tenho algumas questões com relação a saúde e educação, mas acredito que eu possa deixar para a hora do debate, quando serei questionado, para tornar mais fluida a apresentação.

Muito obrigado a todos pela oportunidade de apresentação. Fico à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Sr. Marcos.

Eu queria só registrar a presença e pedir desculpas ao Deputado Darcísio Perondi, que acompanha esta audiência e é Relator da PEC 241 na Câmara dos Deputados. Seja bem-vindo, Deputado.

Passo a palavra para o Dr. Felipe Rezende.

O SR. FELIPE REZENDE – Muito obrigado pelo convite, Senadora Gleisi Hoffmann. É uma satisfação participar deste debate fundamental para o futuro...

(Soa a campanha.)

O SR. FELIPE REZENDE – ... da nossa economia, da nossa sociedade, dos acordos sociais que foram firmados na Constituição de 1988. Então, eu gostaria de agradecer a presença de todos e o convite.

Este é basicamente um resumo da minha apresentação. Vou focar muito na relação entre a política fiscal e a dívida pública, e qual o impacto que a política fiscal tem sobre a dívida pública. Vou passar um tema que foi muito comentado aqui nas apresentações, o financiamento da dívida. Quero aprofundar um pouco mais o debate sobre o que significa o financiamento da dívida, como esse processo acontece, qual é a mecânica desse processo. Depois eu passo pelo papel dos estabilizadores automáticos embutidos no orçamento.

Este é um debate político sobre os gastos públicos e foi apresentado... Sobre a questão de jabuticaba, o próprio relatório do FMI mostrou que países que passaram por crises severas nos últimos 15 anos tiveram um aumento muito forte tanto do déficit fiscal quanto da dívida pública. Não é uma exclusividade do Brasil, não é uma jabuticaba. Isso aconteceu nas grandes economias, desenvolvidas e emergentes, que observaram um aumento fortíssimo do déficit público para lidar com os efeitos da crise, e esse é um efeito normal, é o esperado do orçamento público. Como foi mencionado antes, o setor público não é uma empresa privada.

Isso é uma coisa boa. O setor público, principalmente orçamento público, foi desenhado no período pós-depressão de 1929, principalmente no período pós-guerra, Segunda Guerra, para justamente contrabalançar as flutuações dos gastos privados. Isso é um fator de estabilização da economia como um todo. É um fator muito importante incluído no orçamento. Só que grande parte dessa discussão sobre o aumento do déficit fiscal no Brasil da dívida pública é centrada no diagnóstico convencional, ou seja, as despesas do setor público, como foi apresentado anteriormente, têm uma trajetória insustentável. Esse é o diagnóstico convencional. Isso levou a uma quebra da confiança, ao aumento da taxa de juros e à queda do investimento privado. Essa é a leitura convencional muito difundida no Brasil. E a resposta convencional passa justamente em função desse diagnóstico, ou seja, a ideia da contração expansionista. O que isso significa? Você promove o ajuste fiscal. Se



o diagnóstico da crise for um descontrole das contas públicas, há de se retomar o ajuste fiscal para que você tenha uma retomada da confiança. Essa é a visão convencional. Aí você tem justamente no Brasil a PEC 241, que é uma tentativa nesse sentido, que segue essa visão convencional.

Eu quero fazer algumas observações. Esse tipo de debate foi feito em outros países que também passaram por um aumento muito forte dos déficits públicos e da dívida pública. Nos países em que essa tentativa de ajuste fiscal foi feita, eles falharam em promover a recuperação econômica em todos. O ajuste fiscal, onde foi implementado, não gerou recuperação econômica.

O FMI acabou de soltar um relatório fazendo mea-culpa, reconhecendo os erros das políticas implementadas na Irlanda, Portugal e Grécia, dizendo que as políticas de ajuste estrutural pioraram a situação econômica e que a recessão aprofundou o desemprego. Isso gerou uma perda social maior do que os ganhos esperados de um ajuste fiscal. São dados do próprio FMI, dados recentes de junho de 2016.

No Brasil, essa PEC surge basicamente como uma trajetória, uma resposta à trajetória da dívida pública. Os pareceres, os documentos mostram que ela basicamente é um reflexo dessa trajetória da dívida pública que cresceu.

O meu ponto é que esse diagnóstico da crise brasileira comete um equívoco gravíssimo. Essa não é uma crise do setor público; essa é uma crise do setor privado. Eu finalizei um estudo este ano...

(Soa a campanha.)

O SR. FELIPE REZENDE – ... sobre a situação das empresas do setor privado no Brasil. O estudo mostra que há uma deterioração do balanço das empresas do setor privado desde 2007. Vou mostrar os dados mais para frente. As empresas privadas no Brasil não financeiras tiveram uma posição de endividamento líquido tão significativo que esse processo foi revertido e colocou pressão sobre os déficits públicos. Como esperado em momentos como esses, hoje o Brasil tem uma crise de solvência do setor privado. É uma crise diferente das anteriores. Como foi falado anteriormente, não se trata de uma crise do setor externo.

Aliás, quanto às críticas que foram feitas ao BNDES sobre os empréstimos do Banco, o próprio relatório do FMI, analisando a situação das empresas não financeiras no Brasil, reconhece que houve um endividamento externo das empresas privadas muito elevado, principalmente durante o período em que o Brasil recebeu grau de investimento. O próprio FMI reconhece que, se não fosse pelo BNDES, o endividamento externo das empresas seria maior ainda, aumentando a fragilidade externa. Ou seja, o relatório do próprio FMI reconhece que o BNDES tem um papel fundamental em reduzir uma fragilidade histórica da economia brasileira, que era o desenvolvimento externo. O Banco fornece basicamente empréstimos em moeda local, o que é um fator de estabilização para a economia como um todo. Isso não pode ser ignorado no debate.

A outra questão que vou abordar é se a dívida pública é sustentável.

Então, quero passar rapidamente, em função dessa deterioração do setor privado, a essa crise de solvência do balanço do setor privado, que já se espalha pelo sistema financeiro. Há uma deterioração de ativos no balanço dos bancos muito fortes, sejam públicos ou privados. O Orçamento Público se comporta exatamente como esperado em períodos de crise, ou seja: as despesas aumentam, as receitas caem. São os chamados estabilizadores automáticos. Como eu falei, são mecanismos institucionais embutidos no orçamento. Grande parte desses mecanismos são mecanismos legais e constitucionais – não se trata de despesa discricionária, daí o nome automático –, que ajudam a estabilizar o sistema, a economia como um todo. Eles se comportam exatamente dessa forma: a recessão no Brasil começa em meados de 2014, o primário se reverte justamente para conter essa deterioração do setor privado.

Aí você tem os dados sobre a dívida bruta e líquida do Brasil. No Brasil, após um determinado período, tornou-se comum olhar para o indicador com dívida bruta. Esse é um erro gravíssimo, nem economistas no exterior usam esse indicador como um indicador de solvência, se a dívida bruta tem que ser usada como um indicador de solvência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, desculpe-me. Seria possível solicitar que fosse distribuído? Estou tendo dificuldade em ler. Eu não recebi.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, eu peço a cópia. Desculpa.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu pediria à assessoria que distribua. Acho que eles estão fazendo as cópias.

O SR. FELIPE REZENDE – Eu posso esperar as cópias, se for preciso.



Então, você tem o indicador de dívida líquida, que é o indicador apropriado para olhar a *performance* da economia brasileira, ou seja, o impacto que o orçamento causou sobre a dívida. Esses são dados do Banco Central brasileiro. A dívida líquida tem um aumento durante esse período, mas em patamares que não são próximos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE REZENDE – Sim, eu vou entrar no ponto sobre a questão da dívida bruta como um percentual do PIB, como um indicador de solvência, vou entrar nesse ponto. No Brasil há um problema muito grande, principalmente porque grande parte do aumento dessa dívida bruta foi em função também de operações compromissadas. No Brasil, os últimos dados mostram que elas estão na casa dos 17% do PIB. As operações compromissadas não estão relacionadas com política fiscal; são basicamente operações de política monetária. Elas não deveriam entrar nessa conta como um impacto fiscal.

Eu quero mostrar que esse gráfico talvez seja o gráfico mais importante em macroeconomia. Ele mostra exatamente a fragilidade dentro do setor privado. A linha vermelha é o saldo do setor privado doméstico brasileiro. O saldo do setor privado doméstico é composto de bancos, basicamente, empresas não financeiras e famílias, esses três setores. Você tem o setor externo, que é a linha cinza. No setor público, o déficit está com sinal invertido. Então, o déficit aparece com sinal positivo. São dados do IBGE das novas contas nacionais, disponíveis no *site* do IBGE.

O que ele mostra é que no período pré-crise, entre 2002 e 2007, o fato de o setor privado doméstico ter um saldo positivo significa que, no final do dia, o setor privado doméstico gastava menos do que recebia. Isso é muito bom para o setor privado. Você espera que o setor privado se comporte dessa forma, que ele gere superávits, e ele se comportou exatamente assim. Para isso, houve uma contribuição muito grande do cenário externo. Os déficits entram diretamente como aumento de lucros agregados para as empresas.

Déficits públicos aumentam lucros agregados. Tudo é mais constante. Isso é uma equação, uma identidade contábil. Não se trata de uma teoria. E há uma reversão desse processo durante o período pós-crise global de 2007-2008. Ou seja, o setor privado começa a ter déficit. E grande parte da discussão – que focou nos déficits públicos – ocorre porque muitos economistas que alertaram sobre o crescimento de déficits públicos simplesmente ignoraram o crescimento dos déficits no setor privado. Esses são os sustentáveis. Não há economia no mundo que consiga gerar déficit no setor privado durante tanto tempo, porque gerar déficit significa você gastar mais do que sua renda, do que você recebe. Significa que há um aumento do endividamento líquido no setor privado. E o setor privado, dependendo de algumas condições, não tem capacidade de honrar esses compromissos com o tempo, se as políticas econômicas não forem apropriadas. E o setor privado começa a ter o déficit.

Então, se você tentar desagregar esse dado do setor privado doméstico entre famílias, empresas e bancos, como eu falei, você pode ver claramente: na linha verde são as famílias. E aí vem muito da política de reajuste do salário mínimo. Transferências de renda também contribuem. Ou seja, elas tinham lá, agregado, um gasto menor do que recebiam. Isso ajuda a estabilizar o sistema até 2013. De novo, esses são dados do IBGE.

Os bancos gerando superávit médio na casa de 3% do PIB.

E, basicamente, o subsetor que está gerando um déficit expressivo é o das empresas não financeiras. Esse déficit já começa em 2007. Em 2009, esse déficit é revertido parcialmente, em função das políticas anticíclicas do Governo, que tiveram um sucesso muito grande em combater os efeitos da crise global. Só que, com a reversão dessas medidas anticíclicas e um forte ajuste fiscal implementado em 2011, há uma contração do investimento público muito forte em 2011, e a decisão das empresas de ter um gasto maior do que elas receberam gerou um aumento do déficit na casa de 4% do PIB para um setor. Ou seja, as empresas não financeiras estavam acumulando um desenvolvimento líquido na casa de 4% do PIB. Nesse período médio, de 2010 a 2013, foi de 3,5% o déficit no setor privado. Isso é insustentável. Cedo ou tarde as empresas fazem um ajuste, ou seja, promovem um corte de gastos, e o corte de gastos, para as empresas, chama-se “investimento”.

Eu fiz algumas reuniões em São Paulo, e vários diretores conversando nessas reuniões deixaram bem claro que já cortam gastos há 18 meses. E falaram que não têm mais onde cortar. Ou seja, as soluções que o setor privado adota em situação como essa, de crise do balanço patrimonial, só pioram a situação. Elas colocam a economia numa recessão profunda. Daí a necessidade de o setor público ter uma política anticíclica, para justamente compensar essa queda dos gastos privados.

E agora a crise é aqui. O Brasil tem que se acostumar, agora, com novos desafios, novos problemas, e não adotar velhas soluções. Grande parte dos problemas da economia brasileira, historicamente, deve-se à dívida externa, são crises externas, crises de balanço de pagamentos. Hoje o Brasil não passa por uma crise externa. Isso ficou claro na apresentação, hoje, aqui. Muito em função da posição do setor público, que é um credor líquido em moeda estrangeira. Sim, houve um custo na política de aquisição de reservas, mas ela permitiu que



o setor público ficasse blindado em situações de reversão das condições de liquidez no mercado internacional, como já aconteceu. E agora temos a crise dentro do setor privado.

Outras economias avançadas passaram por crise do setor privado. Foi comentado que o Japão passa por uma estagnação de pelo menos duas décadas. O Japão, como se sabe, passou por uma bolha especulativa, uma crise no setor privado muito forte. O endividamento foi tão alto, dentro do setor privado, que a resistência em resolver esse problema de endividamento na economia japonesa, principalmente dentro do setor bancário, e a decisão de não adotar as políticas públicas necessárias para lidar com a gravidade da crise levam também à estagnação.

Eu queria mostrar que, se considerarmos as dez maiores economias do mundo... Eu acho que, no caso do Brasil, a comparação mais adequada passa por entender o desempenho dessas dez maiores economias, e o Brasil está dentro desse grupo. Mas a dívida bruta do Governo brasileiro, em geral, mesmo por esse indicador, não mostra nada de atípico. Ou seja, houve um crescimento da dívida bruta, e ele se verificou em todos os países, sendo que o Japão estava praticamente na casa de 250% do PIB de dívida bruta, como foi mencionado anteriormente. Aliás, o Japão, apesar de uma dívida bruta de 250%... Eu vou mostrar nos próximos eslaides as taxas de juros reais, porque vou entrar na discussão sobre a política do Banco Central.

A dívida líquida do Brasil deveria ser o indicador a se olhar, embora ele não signifique muita coisa. Você está olhando uma variável de estoque para um fluxo. Ele, em si, não significa muita coisa. Houve um aumento de endividamento líquido muito forte na economia japonesa, na americana, na canadense. Ou seja, não é uma jabuticaba.

Quanto ao resultado primário, o Brasil vinha cumprindo o que havia sido colocado anteriormente pelo acordo com o FMI, em função da crise cambial e dos pacotes financeiros que o País recebeu, as cartas de intenção. O Brasil vinha seguindo essa cartilha de superávits primários. E poucos países do mundo, já antes da crise, tinham um superávit primário. E quando a crise bate, em 2007-2008, você tem exatamente a atuação dos chamados “estabilizadores automáticos”, que eu mencionei anteriormente: as despesas aumentam – ou seja, as transferências de renda, gastos com seguro-desemprego, política de promoção e proteção social, que são fundamentais. Em muitos países elas são também direitos constitucionais. Não é uma jabuticaba do Brasil –, e os déficits aumentam e batem 10% do PIB nas grandes economias: Estados Unidos, Reino Unido – que chega muito próximo disso – e Japão.

Não se surpreendam – como falei antes, eu estou baseado em Nova York e acompanhei de muito perto os debates lá fora: a discussão que foi feita lá fora, quando esses déficits bateram 10% nas economias desenvolvidas, foi exatamente a discussão que se tem aqui, que o Estado está quebrado, que há um risco de solvência, que é necessária a reforma da Previdência. Foi o mesmo tipo de crítica. Eu acho o debate relevante, mas, mesmo no Japão, com uma dívida altíssima, na virada do milênio uma das agências de risco, a Fitch, e isso está disponível nos jornais... O jornal americano *The Wall Street Journal* comentou sobre a crise fiscal iminente na economia japonesa.

E a economia japonesa, já depois desse discurso um tanto desastroso para a questão da dívida japonesa, tem uma taxa de juros muito baixa. E vou mostrar também os dados para a economia japonesa. E o nominal segue muitos também, ou seja, nas economias desenvolvidas...

(Soa a campanha.)

O SR. FELIPE REZENDE – ... há o nominal também acompanhando a crise. Há a resposta com a retomada do crescimento, e naturalmente esses déficits diminuem. Na economia americana, houve o mesmo processo também. Com a retomada do crescimento, esse déficit diminui.

Aqui são juros reais para essas economias. Lembrem que eu mostrei aqueles indicadores de dívida e de déficit. Para esses países há, como Japão, Reino Unido, Zona do Euro, Estados Unidos... Há, no caso dos Estados Unidos, agora taxa de juros reais negativas. E aqui o Banco Central brasileiro comete mais um erro histórico. O Banco Central brasileiro decidiu aumentar a taxa de juros em plena recessão econômica, com uma resposta a um choque brutal dos preços administrados.

Até o ano passado, havia, no debate brasileiro, a premissa de que a inflação brasileira era causada pela demanda. Havia essa premissa e daí a necessidade de ajuste fiscal para conter a demanda do Governo e ajudar no combate à inflação. Havia essa premissa até o ano passado, até 2015. Em 2016, agora está claro que a demanda privada e os canais de transmissão da política monetária, ou seja, os mecanismos pelos quais a taxa de juros deve atuar, que é basicamente sobre a demanda privada, não só caíram, mas desabaram, despencaram.

A inflação praticamente não foi reduzida, ou seja, o Banco Central decidiu aumentar a taxa de juros para combater uma inflação que não é de demanda. Inclusive, um dos economistas mais renomados do Brasil deixou isso claro numa entrevista a um jornal em que ele disse o seguinte – não sou eu –: “O Brasil pode passar fome



que a inflação não cai, porque não é uma inflação de demanda.” O Banco Central respondeu com o aumento de taxas de juros muito forte para combater uma inflação que não é demanda, cometendo um erro histórico.

Nas economias que têm um forte endividamento, como o Japão e a Zona do Euro, há taxas de juros reais negativas. Isso é o que o mercado espera. Nas economias que implementaram ajuste fiscal, como eu falei, o FMI reconheceu que essas políticas não funcionaram. Isso entra na questão da sustentabilidade da dívida pública, ou seja, na definição arbitrária, como foi falado aqui, não há nada. O estabelecimento de um limite para a dívida é arbitrário, mas isso tem o objetivo presumidamente de garantir a solvência do País. E geralmente se fazem essas analogias simplórias entre o equilíbrio fiscal e as contas, o orçamento doméstico. Faz-se muito essa analogia.

Eu quero deixar claro, como foi falado anteriormente, que o setor público não é uma empresa privada, e nesse sentido essa afirmação é correta. Em particular, o setor público tem o chamado poder soberano. Só o setor público tem esse poder, que é o monopólio de emissão da moeda. Na verdade, os gastos.... As economias modernas não gastam emitindo moeda. É um aspecto técnico. Não fazem dessa forma, mas é basicamente a imposição de um passivo tributário sobre a população, e isso garante uma demanda pela sua moeda, a moeda do Estado. Ou seja, todos os impostos recolhidos só são recolhidos com passivos do próprio Estado. Por questão de lógica – isso não é uma teoria, é uma questão de lógica –, para que o setor não governamental possa pagar os seus impostos, o Governo tem que gastar primeiro ou fornecer empréstimo ao setor privado. Isso acontece através da Conta Única que os bancos têm no Banco Central.

O dinheiro estatal propriamente dito é uma dívida e há vários tipos de dívida. O papel moeda é uma delas, o título público é uma delas e as reservas bancárias são também uma forma de dívida. Eu quero deixar claro que todo o gasto do Governo, sem exceção, é feito através da emissão de dívida.

Muitas das críticas que são feitas em função do relacionamento do Banco Central e do Tesouro Nacional, muito também do que aconteceu no Japão e na economia da Zona do Euro... O Banco Central hoje, nesses países, compra de forma massiva títulos dos governos para tentar justamente aumentar a inflação. Hoje ficou claro que, apesar da forte expansão dos balanços desses bancos centrais comprando títulos do governo, o que na visão convencional seria inflacionário, esses países ainda estão tendo um problema gravíssimo com deflação, e a retomada econômica não aconteceu nesses países via esse canal.

Aqui entra a questão de que o Banco Central define a taxa de juros básica. A taxa de juros básica é definida pelo Copom, não é definida pelo mercado. Países que têm moeda soberana têm o poder de anunciar o alvo sobre suas próprias obrigações. E isso foi feito em outras economias, como a economia americana, a economia japonesa. Na Zona do Euro fica claro como isso funciona. Então, quero deixar claro que, assim como nós temos contas em bancos tradicionais, os bancos também têm uma conta, só que no Banco Central. Essas contas são chamadas reservas bancárias. Reservas bancárias são passivos do Banco Central. Como um todo, na consolidação das contas, ela é um passivo do Governo, do setor público como um todo.

Toda transação entre o setor não governamental e o governamental se dá através dessas contas de reservas bancárias, em particular, através da Conta Única do Tesouro Nacional, ou seja, gastos do Governo levam a crédito nas contas que os bancos comerciais têm no Banco Central. É um crédito, não há emissão de moeda como muitos gostam de argumentar. É um crédito. O Banco Central simplesmente credita essas contas quando o Tesouro faz um gasto num determinado dia. Isso, de novo, não é uma teoria. Qualquer técnico do Tesouro ou do Banco Central que lida com as operações no dia a dia conhece esse mecanismo.

O recolhimento de impostos leva a débitos nessas contas de reservas bancárias e leva a créditos na Conta Única do Tesouro. O que acontece é que, se num determinado dia os créditos, ou seja, os gastos forem maiores do que o recolhimento dos impostos, se os créditos forem maiores do que os débitos num determinado dia, no mercado bancário há uma situação que é chamada de excesso de reservas bancárias no sistema. Ou seja, quando há déficit público num determinado dia – e isso é como o mercado interbancário funciona –, déficits públicos no mercado interbancário, por criar excesso de reservas bancárias, colocam uma pressão na taxa de juros de um dia até zero. O argumento convencional é de que déficit público gera aumentos na taxa de juros para financiar a dívida pública.

O Banco Central deixa claro que, num determinado dia, déficit público e tudo mais constante, sem intervenção do Banco Central para enxugar essas reservas bancárias do sistema, leva a taxa Selic até zero. O Banco Central obviamente tem uma taxa, um alvo de taxa de juros positiva. Para não permitir que a taxa efetiva se distancie do alvo, ele tem que intervir no mercado vendendo títulos públicos para enxugar essas reservas bancárias. Esse é o processo como funciona no dia a dia. Não é uma teoria, é o mecanismo institucional da relação Banco Central e Tesouro.

Eu quero deixar claro que, para o setor privado comprar títulos públicos... Só há uma forma de o setor não governamental comprar títulos públicos: com reservas bancárias. Acho que isso tem que entrar no debate. As reservas bancárias são passivos do Governo. O setor não governamental só compra títulos públicos se



houver reservas bancárias no sistema e o Governo é o emissor de reservas bancárias. Ou seja, para que o setor não governamental compre títulos públicos, o Governo ou gasta primeiro ou fornece empréstimos via Banco Central. Não há outra forma.

O setor não governamental não consegue comprar títulos públicos senão através de gastos do Governo, ou seja, ele tem que ofertar, ele tem que injetar essas reservas no sistema primeiro, via déficit público – essa é uma forma muito comum – ou via empréstimo do Banco Central. Não há outra forma.

Então não faz sentido falar de títulos públicos financiando os gastos do governo, por questão de lógica. Por questão de lógica, os gastos do governo têm que vir antes, para que o setor não governamental possa comprar títulos públicos.

De novo, sem reservas bancárias no Banco Central, o setor não governamental não consegue comprar títulos públicos.

E o que ele é no final das contas?

Você troca um passivo governamental, que são as reservas, por outro, que são títulos públicos.

De novo, isso não é uma teoria. É como funciona no dia a dia. O convite a técnicos do Banco Central vai deixar isso claro.

Isso também deixa claro que a taxa de juros sobre essas reservas bancárias, ou seja, no mercado interbancário, a Selic é essa taxa de empréstimo colateralizada em títulos da dívida pública no mercado de um dia, ela reflete exatamente isso. O Banco Central tem o poder de colocar essa taxa onde ele desejar. Essa taxa não é determinada pelo mercado, como ficou claro nas economias desenvolvidas. Houve o entendimento de que essas economias precisavam de uma taxa de juros baixa, e o Banco Central simplesmente reduziu a taxa de juros. O mercado se acomoda. Isso para países soberanos, que são aqueles que têm a própria moeda e operam com uma taxa de câmbio flutuante. A taxa de juros não é uma variável... Ela é uma variável exógena, ou seja, determinada pelo Banco Central.

Portanto não existe risco. Muito da questão que está sendo feita aqui, da PEC – e volto agora para o mérito da questão –, é em função da trajetória da dívida pública e do risco de solvência, para prevenir que a dívida pública fique em trajetória insustentável.

Não faz sentido falar em risco de solvência, ou seja, risco de crédito e de não pagamento dessas obrigações em moeda local. O Governo Federal sempre terá a capacidade de honrar esses compromissos...

(Soa a campanha.)

O SR. FELIPE REZENDE – ... conforme eles são apresentados para pagamento. Sempre. E não pode ser forçado pelos mercados a declarar um *default* sobre essa dívida.

Quero mostrar parte.... Esses são dados do Banco Central também. Esse é o saldo da Conta Única do Tesouro Nacional, que já chegou a passar de um trilhão. Essa é usada para que se façam os gastos, ou seja, a efetivação dos gastos do governo e o recolhimento de impostos e tributos. Isso é feito através da Conta Única. E a movimentação dessa conta única tem um impacto significativo no mercado interbancário. Como falei, déficits do governo levam a uma expansão da liquidez no mercado, o que força o Banco Central a vender títulos.

Então quero deixar um ponto aqui mais claro.

Muito se fala que a dívida pública cresceu. Então quero mostrar o que acontece quando títulos públicos são resgatados pelo governo. Vamos analisar.

Há uma tentativa do governo de resgatar esses títulos públicos e assim reduzir a dívida. Vamos ver como acontece isso no dia a dia.

Isso foi agora, no relatório do Tesouro Nacional, relatório anual, que também está disponível, de 2016. Essas não são palavras minhas, mas da equipe do Tesouro, de quem eu peguei emprestado. Eles dizem o seguinte:

O pagamento de vencimentos da dívida pública com a Conta Única [eles chamam isso de colchão da dívida] afetaria a liquidez bancária, o que obrigaria o Banco Central a fazer operações compromissadas.

O que isso significa?

Se há um resgate da dívida pública, você debita a conta de reservas bancárias. Isso gera um estrangulamento do sistema.

Quando o Banco Central faz uma compra de títulos públicos, ele compra esses títulos públicos através de crédito nas contas de reservas bancárias.

Por ter retirado título público e creditado essas contas que os bancos têm no Banco Central, isso gera uma liquidez no sistema que força o Banco Central a vender novamente os títulos públicos que ele acabou de retirar. Ou seja, acaba-se trocando um passivo do governo por outro. Troca-se um passivo que era do Tesouro e um passivo de operações compromissadas. Isso é o que acontece no dia a dia.



No próprio relatório do Tesouro, eles disseram que deixaram isso claro: A emissão de títulos tem o objetivo de auxiliar na redução do excesso de liquidez do sistema bancário.

O próprio Tesouro deixa isso muito claro. Os técnicos do Tesouro deixam isso muito claro. Toda vez que títulos são vendidos, por vendê-los, retiram-se reservas do sistema. E reservas nada mais são do que passivos do governo. Troca-se um passivo do governo por outro: um que não paga juros, reservas bancárias no formato atual, por outro que paga. São títulos públicos.

O interessante é que, no ano passado, apesar de toda a histeria fiscal que foi feita, o percentual de refinanciamento da dívida foi de 120%, o maior dos oito anos. São dados do Tesouro Nacional.

Eles dizem:

As colocações de títulos adicionais para essa finalidade não afetam a Dívida Líquida [porque se troca um passivo por outro; é como o orçamento doméstico nesse sentido] [...] ou a Dívida Bruta do Governo Geral [...]. Isso ocorre porque, tudo o mais constante, as emissões [...] [de dívida pública] têm como contrapartida a redução no volume de operações compromissadas de responsabilidade do Banco Central.

Ou seja, mesmo a venda de títulos pelo Tesouro Nacional, nas emissões primárias, tem o mesmo efeito prático, que é remover reservas bancárias do sistema. Nesse sentido, como está claro, elas auxiliam o Banco Central na remoção da liquidez do sistema.

Logo, não faz o mínimo sentido falar que títulos públicos estão financiando o governo. Os títulos públicos cumprem outra função, que é ajudar o Banco Central na política monetária, para regular a taxa de juros do sistema determinada pelo Banco Central.

No final de 2015, houve o estoque de títulos públicos pelo BCB, de 1,3 trilhões, equivalente a 22% do PIB. E isso gerou um problema muito grande no debate brasileiro, porque grande parte dessa dívida bruta que o Brasil teve foi em função dessas operações compromissadas. Aí está também a política de aquisição de reservas do Banco Central e outros fatores menores. E mostra exatamente isso, ou seja, o aumento, o crescimento das operações compromissadas com títulos públicos.

Não há nada de errado nessas operações. Essas operações do Banco Central são feitas justamente para enxugar a liquidez do sistema. Por liquidez, entenda-se excesso de reservas bancárias no sistema, causadas, entre outras coisas, por déficits públicos. Não são o único fator que causa excesso de reservas no sistema.

Quanto a essas operações compromissadas, não há nada de errado com elas.

(Soa a campanha.)

O SR. FELIPE REZENDE – Muito do que foi feito...

Eu fiz uma proposta no passado. Eu sugeri, quanto a essas operações compromissadas.... Na verdade, a emissão de títulos públicos seria dispensável caso o Banco Central adotasse um modelo de pagamento de juros sobre o excesso de reservas bancárias. Elimina-se a necessidade de realizar operações compromissadas. Dessa forma, melhora-se a transparência sobre os indicadores de dívida pública.

Deixei claro que a venda dos títulos, seja pelo Tesouro ou pelo Banco Central, faz parte da política monetária, não faz parte da política de financiamento, embora a visão convencional acredite nisso.

Quero deixar claro mais um gráfico, que foi o ajuste fiscal implementado em 2015.

Como falei antes, a economia brasileira, em particular o setor privado da economia brasileira, passa por uma crise de solvência gravíssima.

(Soa a campanha.)

O SR. FELIPE REZENDE – O que se espera nesses momentos é que o orçamento se ajuste à deterioração da atividade econômica, ou seja, que haja déficits primários para estabilizar o sistema.

O que foi feito, e esses são dados do Banco Central, ao longo de 2015, que foi chamado de responsabilidade fiscal, você tem a crise, que começa em meados de 2014, você tem as despesas do governo, as receitas começam a cair gradativamente, ou seja, como parte desse processo automático. Em 2015, você tem uma reversão brutal da receita, que são as barras vermelhas, elas caem brutalmente em função da deterioração da atividade econômica. E, pelo lado das despesas, você esperaria o crescimento real das despesas, que é o foco da proposta da PEC 241, entre outras coisas.

E, ao longo de 2015, ao invés de deixar o orçamento se ajustar à deterioração da atividade econômica e assim estabilizar o sistema... Ou seja, você tinha um paciente que estava na UTI, que tinha capacidade de recuperação, na medida em que os déficits primários acontecessem, você iria permitir que o setor privado doméstico recuperasse seus balanços patrimoniais e seus fluxos de caixa. Déficit públicos causam um aumento dos lucros agregados para a economia como um todo, ou seja, eles têm um papel estabilizador fundamental. Você tinha um paciente, que estava na UTI, que tinha recuperação, você implementa o ajuste fiscal em plena



recessão econômica e para aquele paciente, que estava respirando com ajuda de aparelhos, você desliga esses aparelhos, ou seja, as despesas reais caem, do governo central.

E, ao cair, você aprofunda a recessão econômica e coloca o País numa das mais graves crises da sua história, como foi falado aqui anteriormente. E essa crise foi agravada por essa política implementada ao longo de 2015.

Então, o meu recado, queria contribuir para o debate, é que somos a favor da melhoria da transparência dos gastos públicos, da gestão, mas, propostas de ajuste estrutural, em momentos recessivos, são muito perigosas.

Como parte da solução do problema, deixo isso para discussão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Prof. Felipe.

Passo a palavra ao Prof. Pedro Linhares Rossi.

O SR. PEDRO LINHARES ROSSI – Muito bom dia a todos. Queria cumprimentar as Srªs e os Srs. Senadores, queria cumprimentar meus colegas de mesa, queria cumprimentar jornalistas, assessores, os demais presentes.

E agradecer muito à Senadora Gleisi pelo convite, pela oportunidade,

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO LINHARES ROSSI – ... de discutir esse tema, que é um tema fundamental, um tema absolutamente relevante, cuja importância tento trazer ao título da minha apresentação, que é a PEC 241: muito além de uma reforma fiscal.

Concordo com as cordiais palavras do Mansueto, de que aqui é um debate também político, não é só um debate técnico, e estaremos aqui debatendo os rumos do País, dada a importância dessa PEC. No fundo, adiantando minhas conclusões, que vou construir ao longo da minha argumentação, essa PEC trata de outro projeto para o País.

E faço alguns comentários iniciais. Primeiro, quero dizer o seguinte:

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO LINHARES ROSSI – ... acho muito importante que a gente pense uma reforma fiscal no Brasil. Fui uma das pessoas que estudou e procurou propor reformas fiscais, em particular porque a gente vê um claro esgotamento do regime de superávit fiscal.

Ele está, de fato, esgotado e, de fato, a gente reconhece a exposição de motivos dessa PEC, ou seja, o regime de superávit primário é pró-cíclico, ele mira um alvo que é móvel, cujo resultado a gente não sabe qual é; ele depende muito da arrecadação e faz com que a política fiscal se torne extremamente ruim para o crescimento econômico.

Fico feliz que isso esteja sendo reconhecido agora. Pena que não foi reconhecido antes, que a gente não fez essa reforma no regime fiscal antes. Agora, o problema é que essa PEC não é um bom substituto para o regime de superávit primário.

E aí faço uma primeira provocação relativa ao diagnóstico. Bom, se o nosso objetivo é controlar a dívida bruta e a nossa meta é o gasto primário, a gente supõe que o gasto primário é muito importante para a trajetória da dívida bruta. De fato ele tem uma importância, mas a trajetória recente da dívida bruta não é explicada pelo gasto primário. Foi uma política, como colocou aqui muito bem o Felipe, de acumulação de ativos, foi uma estratégia do Estado de acumulação de ativos, de reservas e de ativos do BNDES.

A gente pode discutir o mérito. Eu faço uma discussão de política cambial no Brasil. Inclusive lancei um livro recentemente sobre isso. Peço desculpas, Senadora, pela propaganda do livro.

O mérito a gente pode discutir, se houve muito, se houve pouco, se foi bom, se foi ruim. Há pontos positivos com relação à vulnerabilidade externa, há pontos negativos com relação ao custo. A mesma coisa para a política do BNDES. Mas o fato é: a expansão da dívida, nos últimos dez anos, é explicada mais pela acumulação de ativos, pela estratégia de acumulação de ativos e não pelo gasto primário. Então, esse é um importante diagnóstico que a gente tem de fazer.

Nos anos recentes, evidentemente o déficit nominal explica muito da evolução da dívida, mas aí a gente pode colocar no bolo os juros nominais, que cresceram muito, e uma queda brutal da arrecadação decorrente de uma crise econômica, como foi falado aqui, e também decorrente de desonerações fiscais, que, a meu ver – concordo com o diagnóstico do Marcos Mendes –, estavam equivocadas.

Então, começando pelo diagnóstico, o gasto primário não é a meta adequada se a gente quer resolver o problema da dívida.

O que eu acho que está posto no debate público e acho que os ilustres convidados do Governo nesta Mesa representam? No fundo, essa meta, ao controlar o gasto primário, desata o nó da política macro, em geral.



O que estou dizendo? Foi uma estratégia de acumulação de ativos, ou seja, a política macro explica a evolução da dívida. Então, se a gente quiser resolver o problema da dívida, a gente tem de resolver o problema da política macro, ou seja, dos juros elevados, se a gente quer acumular essa reserva ou não, etc.

O que está posto no debate? Que essa regra vai fazer com que as demais políticas macro se beneficiem, ou seja, que os juros caiam e que o custo das demais políticas macro seja menor e que, assim, o país cresça. Essa, vamos dizer, é a crença que está posta. E falo crença, porque acho que é um mito que está posto no debate público, em parte já colocado pelo Felipe, que é o mito da contração fiscal expansionista.

Qual é o mito da contração fiscal expansionista? A gente faz um ajuste fiscal, e o país cresce. Qual é a mediação? A mediação é a credibilidade, a confiança, as expectativas.

Qual é o problema dessa explicação? Essa mediação é muito frágil. Muito frágil em que sentido? No sentido de que não há evidências... Peço desculpas para discordar do Márcio Mendes. A literatura que eu conheço não mostra isso.

Conheço o texto que foi citado do Alesina e conheço também vários textos que fazem a crítica do Alesina. A discussão do ajuste fiscal expansionista é defasada no debate econômico internacional. O próprio FMI fez mea-culpa. Esses argumentos estão sobreprecificados, *oversold*, sobrevendidos, no caso do texto do FMI.

Há um livro muito bom que faz um apanhado dessa literatura, que é um livro de Mark Blyth e que se chama *Austeridade – A História de Uma Ideia Perigosa*. É um livro em inglês que faz um apanhado dessa literatura.

Qual é a intuição por trás disso? É uma questão muito simples. Como o Felipe mostrou aqui muito bem, o gasto público é renda privada, assim como o meu gasto é a renda de alguém. Se eu parar de gastar em algum momento, alguém para de receber. Se o Estado, que é um grande gastador, parar de gastar, muitos vão parar de receber. Então, quando há uma crise em que há a contenção do gasto privado, se o Estado contrair o gasto, são todos que param de receber. E aí há uma recessão.

John Maynard Keynes explicou isso muito bem, numa falácia de composição, que diz o seguinte: “Olha, posso poupar hoje e ter um benefício futuro. Mas, se todo mundo poupar hoje, não vai dar certo.” É uma falácia. Ou seja, a soma dos indivíduos não dá um total coerente. E, se o Estado parar de gastar no momento em que o setor privado está retraindo, aí a gente tem um problema. Isso não quer dizer que o ajuste fiscal seja sempre ruim. Não o é. O ajuste fiscal pode ser muito bom, mas depende do momento do ciclo. E, certamente, não será na maior recessão da nossa história que a gente vai fazer um ajuste fiscal seja de curto prazo, seja de médio prazo ou seja de longo prazo.

Faço uma explicação desse ciclo. Qual é o problema? O problema é o seguinte: quando o Estado corta gastos, cai a renda do setor privado, e, se cai a renda do setor privado, cai a arrecadação. Aí há uma piora no resultado fiscal. E aí alguém vai ter a ideia de que precisa cortar mais gasto. A gente está no Brasil nesse ciclo já há algum tempo. Em particular, a partir do início de 2015, a gente entrou nesse ciclo, que é um ciclo vicioso. A arrecadação cai, e a gente corta mais gasto, achando que as coisas vão melhorar, e as coisas não melhoram.

Faço uma provocação, para os senhores analisarem a coerência dos meus argumentos. A contração fiscal é contracionista, não é expansionista. Mostro um gráfico que é um gráfico provocativo, porque, evidentemente, não explica tudo. Ele sugere muito, mas não explica tudo. Há duas variáveis econômicas das mais importantes para uma economia: a inflação e a taxa de desemprego. É um gráfico muito simples, com dados a partir de janeiro de 2011 até janeiro de 2016. A gente observa, em janeiro de 2015, uma inflexão, em que há um aumento grande da inflação e um aumento grande da taxa de desemprego.

Aqui não estou querendo sugerir que tudo isso aconteceu por conta das políticas que estavam sendo implementadas, mas as políticas que estavam sendo implementadas não ajudaram a equilibrar a economia brasileira. Havia muitos problemas na gestão macroeconômica no primeiro Governo Dilma. Sou um crítico da gestão macroeconômica. Concordo com várias das teses que foram colocadas aqui pelo Marcos Mendes, em particular pela grande desoneração fiscal que foi feita pelo Governo Dilma. Mas as variáveis estavam mais bem comportadas do que atualmente. E a solução para os problemas daquela época não melhoraram a economia brasileira. Qual foi a solução? Uma virada completa na política econômica. Houve uma virada completa na política econômica, o que chamo de experimento neoliberal no Brasil. Foi isso que aconteceu.

Você teve um choque fiscal. O Mansueto mostrou o dado do gasto primário que aumentou em função do PIB, mas em termos reais ele não aumentou, ele diminuiu, porque o PIB despencou. Então, o gasto aumentou em função do PIB, mas em termos reais ele diminuiu, ou seja, a política fiscal estava sendo contracionista.

Então, você teve um choque fiscal, você teve um choque de preços administrados, que, a meu ver, foi uma irresponsabilidade numa economia que é muito indexada. Ali precisava fazer algum represamento de preço, mas não da forma como foi feita, que você solta todos os preços ao mesmo tempo e a economia toda vai repassando esses preços adiante. Quando aumenta o preço da energia, a padaria vai aumentar o preço,



tudo vai aumentar o preço. Foi – digamos – um choque, foi uma violência na economia brasileira. Aquilo gerou, sim, um impacto muito forte na inflação. E boa parte da inflação explicada pelo choque preços administrados.

E o terceiro choque é o choque monetário, como o Felipe falou, em função de um aumento da inflação de preços administrados, eu tento despencar os preços livres com aumento de juros, que passaram de em torno de 11% para 14% em 2015. Ou seja, a economia sofreu um choque em 2015. Ela já não estava bem e sofreu um choque.

Evidentemente que isso não explica tudo. Eu acho que há coisas muito além da política econômica que explicam tanto o desempenho antes quanto depois de 2015. Mas o fato é que esse experimento, essa tentativa, essa austeridade que foi implementada não foi bem sucedida. É preciso dizer isso, porque no debate público isso está muito relegado ao segundo plano. Inclusive muitos fazem uma análise dizendo que a crise atual é decorrente do período anterior. Como se as defasagens corretas fossem: “Olha, tudo que está acontecendo agora é culpa do primeiro mandato de Dilma, não do segundo, não do ajuste fiscal, do ajuste monetário e do ajuste de preços administrados que foram implementados”. Eu não concordo com essa análise.

Muito bem, aí eu chego à discussão da PEC propriamente dita. O que significa essa PEC que está sendo proposta aqui, para nós, para os Srs. Senadores? É uma austeridade que é contratada para 20 anos. A gente vai se comprometer com essa política de austeridade, o que vai prejudicar muito o crescimento econômico brasileiro. Por quê? Porque o gasto público vai sempre puxar o crescimento para baixo. O gasto público não vai contribuir com o crescimento, o gasto público vai contribuir zero com o crescimento. Isso vai exigir um esforço muito maior da demanda privada para gente crescer alguma coisa. Eu estou pensando aqui pelo PIB na lógica da demanda. É muito fácil, muito intuitivo a gente pensar isso. Se o Estado não vai contribuir, espera-se que o setor privado contribua muito mais. O que está sendo proposto é que o Estado não vai contribuir para o crescimento – zero. Por isso é uma austeridade contratada para 20 anos, uma austeridade quase permanente nas próximas duas décadas.

Segundo ponto, eu faço uma crítica direta à exposição de motivos dessa PEC. O novo regime fiscal não é anticíclico, como colocado na exposição de motivos. Ele é, no máximo, acíclico. O que é um regime anticíclico? É um regime que vai manejar demanda agregada de forma anticíclica, ou seja, eu preciso de demanda pública, gasto público para fazer frente à contração do gasto privado. Essa é a lógica do regime anticíclico. Não é como está posto na exposição de motivos o resultado das coisas, senão, senhoras e senhores, o Levy teria feito uma política anticíclica, porque o resultado piorou.

O resultado piorou, justamente porque houve uma contração brutal do gasto pró-cíclica e uma contração brutal do crescimento econômico, ou seja, não faz sentido a definição de anticíclica que está colocada aqui. Essa PEC, pelo contrário, vai tirar o Estado da possibilidade de fazer frente a crises de demanda agregada. Não há uma cláusula de escape nessa PEC, coisa rara nos regimes fiscais no mundo todo. Não tem uma cláusula de escape. Ou seja, se acontecer mais uma crise fenomenal internacional o que nós fazer? Nada. Vamos ficar amarrados numa PEC, vamos cortar gasto. Não há uma cláusula de escape nessa PEC. Ou seja, do ponto de vista macroeconômico, não entrei nem nos méritos sociais da questão, do ponto de vista macroeconômico tem problemas gravíssimos.

Outro ponto, comentário sobre a PEC. Ela retira poder do Executivo, do Congresso, da sociedade, de moldar o tamanho do orçamento público. Você não vai mais interferir no tamanho. Você só vai realocar dentro do orçamento. Então, você está colocando para a sociedade e dizendo o seguinte: o orçamento é desse tamanho. O resto vocês decidem. É uma opção, mas não é a que eu acho mais adequada, por quê? Porque ela vai provocar um enorme acirramento do conflito distributivo dentro do orçamento.

Os Srs. Senadores e os Srs. Deputados terão enorme trabalho para lidar com esse conflito distributivo, porque vai reduzir muito o orçamento disponível e, evidentemente, quem tiver mais força política vai conseguir um pedaço maior. Geralmente, a população mais vulnerável, que não tem articulação política, pode sair prejudicada nesse processo. Evidentemente que depende dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados.

Há um ponto que é mais polêmico. Da forma como ela está, vai ser muito difícil cumprir esse limite de gastos estipulado pela PEC. Aí eu fiz uma simulação. As simulações têm problemas, evidentemente, cada um faz a sua. Eu fiz uma simulação muito otimista para o crescimento econômico dizendo que ela deu certo e o que vai acontecer. Se ela der errado, ou seja, se o crescimento for muito baixo, o que eu acho mais provável, vai ser pior. Estou pensando aqui. Deu certo, o que vai acontecer? Eu coloquei o crescimento 2016/2017, previsões de mercado e a partir de 2018, 2,5% de crescimento.

O que vai acontecer com o tamanho da despesa primária do Governo Federal? Ela vai passar de em torno de 20%, em 2016, para em torno de 15,7%, em 2026 – daqui a 10 anos – para depois 12,3%, em 20 anos. Isto é, digamos, a despesa primária do Governo Federal.



Ou seja, o que a PEC está dizendo para a gente? Ela está dizendo para a gente o seguinte: essa PEC implica uma redução substancial do gasto do Governo Federal, uma redução substancial do Estado na economia, que pode ser boa ou ruim, aí depende da avaliação de cada um, mas é isso que a PEC está dizendo.

Não é só esse o problema. Há um problema talvez mais grave. Quando olhamos a composição desse gráfico, percebemos uma coisa que torna pouco factível a aplicação dessa PEC, porque alguns gastos não vão diminuir, como é o caso dos gastos da Previdência. Aqui eu fiz uma simulação bem otimista quanto aos gastos da Previdência, considerando uma reforma da Previdência, tal como está sendo proposta, até um pouco mais otimista. Chega em 2036 com 8,6% do PIB com gastos da Previdência, ou seja, bem otimista.

O que vai acontecer? Vamos supor que as despesas com educação e saúde fiquem congeladas. O que vai acontecer com gastos das demais despesas? Eles vão cair de 8%, que é hoje, para em torno de 1% em 2036. A pergunta que faço, que os Srs. Senadores podem responder melhor do que eu, é se dá para caber as demais despesas em 1% do PIB daqui a 20 anos. Eu acho que não. Colocar todos os gastos públicos em 1% do PIB é muito difícil de ser realizado, para não dizer inviável.

Há outras questões. Estou considerando que a gente mantém saúde e educação, mas o Brasil é um país extremamente desigual, com uma necessidade de serviços sociais enorme, que propôs, na Constituição de 1988, um estado de bem-estar social. Se a gente almeja melhorar a saúde e a educação pública, não é por meio dessa PEC. A Alemanha, por exemplo, tem um gasto de saúde *per capita* cinco vezes maior do que o do Brasil: lá é em torno de US\$5 mil por ano *per capita*; aqui é em torno de US\$1 mil por ano *per capita*. Eles também, por acaso, têm um PIB mais ou menos cinco vezes maior do que o nosso. Ou seja, a gente quer ter uma melhora nos nossos serviços; evidentemente, para ter um serviço de saúde pública alemão, a gente precisa melhorar muito o nosso PIB. Mas, se a gente melhorar o PIB, o dinheiro não vai para a saúde e para a educação, porque saúde e educação vão disputar 1% com as demais despesas.

O que essa PEC está dizendo no fundo? Os benefícios, as benesses do crescimento econômico não vão ser direcionados para os serviços públicos, para a população que mais precisa deles. Quando o bolo crescer, a parte que crescer não fica com o Estado. É isso que a PEC está dizendo, não vejo outra leitura possível senão essa. É claro que os Srs. Senadores e Deputados poderão, dentro daquele 1% – que seja mais um pouco –, decidir se aumentam um pouco mais a educação e o que farão com as demais despesas. Mas, de fato, a gente tem um problema muito grave para decidir. No fundo, a gente está falando aqui do destino do País, do rumo do projeto nacional. É um projeto completamente incompatível com o projeto da Constituição de 1988, daí a importância dessa PEC. É muito mais importante do que um mero ajuste fiscal ou uma reforma fiscal; é uma decisão dos rumos da Nação nos próximos 20 anos. Daí a importância de a gente discutir exaustivamente. Na minha opinião, essa discussão tem que sair daqui e chegar à população. Eventualmente – já vou concluir, Senadora –, essa discussão deve ocorrer também no pleito eleitoral, dada sua importância. Porque essa PEC – é meu último ponto – impõe outro projeto de País, incompatível com aquele almejado na Constituição de 1988.

Eu até acho que se a população brasileira escolher por esse projeto – que é um projeto de redução brutal do Estado, é um projeto que vai revisar aquela ideia de que o Estado tem deveres com a população, e que a população tem direitos sociais, é um projeto que vai revisar a ideia básica de cidadania social e os valores que estão postos na Constituição de 1988 –, se a população decidir por isso, que esse projeto seja implementado. Mas eu desconfio que esse projeto não passaria num pleito eleitoral. Acho que ele tem que passar por um pleito eleitoral; mas, enquanto isso não acontece, a minha opinião, Srs. Senadores, é que o Parlamento tem que rejeitar essa proposta.

Muito obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Prof. Pedro.

Sei que o debate é instigante – a gente já está num horário avançado –, é muito importante para os poucos minutos que nós temos.

O primeiro inscrito é o Senador Cristovam, mas eu concedo, pela ordem, ao Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu queria fazer uma sugestão, se os outros...

(Soa a campanha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... se os outros Senadores concordarem: que nós pudéssemos ouvir uma série de argumentos, por exemplo, esse gráfico mostrado pelo Prof. Pedro Rossi. Que nós pudéssemos ouvir o contraponto, a contra-argumentação da Fazenda em relação a isso, para que ficasse o debate...



A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu só queria fazer um encaminhamento, sugerir, até pelo adiantado da hora, Senador Tasso, talvez, que nós pudéssemos dar a palavra ao Senador Cristovam, que apresentou comigo o requerimento, e, na sequência, poderíamos pedir que a Mesa respondesse. Aí colocaríamos em questão isso que V. Exª está perguntando. Acho que seria mais razoável.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pelo adiantado da hora, vamos fazer em blocos. Quatro Senadores, a Mesa responde; quatro Senadores...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pode ser. A sugestão, inclusive, é que a gente.... Eu sei que o tema é instigante, mas, pela hora, que sejam cinco minutos para cada Senador, e que a gente possa, claro, ser condescendente também. Lembro que este não é o último debate, é apenas o primeiro de uma série que acho que teremos de ter sobre esse assunto.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, quero, inicialmente, felicitá-la pela iniciativa e...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Quero felicitá-la pela iniciativa e dizer que fico muito contente de estar repartindo com a senhora essa convocação.

Eu preparei tantas perguntas! Vou tentar fazer nos cinco minutos, e vou começar de trás para frente, porque achei muito instigante a fala do Rossi, e muito consistente.

Mas eu queria dizer, meu caro Rossi, que eu acho que a gente precisa fazer o acirramento distributivo dentro desta Casa. Esta Casa – e o Estado brasileiro – durante décadas, enganou o povo dizendo que não queria discutir a distribuição. Aí, criou a ilusão inflacionária e distribuiu concentrando a renda, tirando dos pobres. Nós, o Estado brasileiro, fizemos uma verdadeira arquitetura da concentração da renda através da inflação, e mentindo, achando que havia dinheiro para tudo, para tudo, para tudo. No fim, o povo pagava, aumentando-se o preço do pão.

Então, eu quero dizer que o acirramento distributivo pode ser uma coisa boa para a política brasileira. E aí vamos botar o povo na rua para conseguir pressionar para que vá mais recurso para aquilo em que a gente deve gastar para servir o povo.

Segundo, eu creio que o Estado.... Você falou em rumos da Nação. Se não fizermos algo sério.... Os rumos da Nação não vão bem. O Estado tem que zelar também pela estabilidade monetária. Eu acho que esse deve ser um princípio também.

E quanto àquele fato de que não cabem em 1,5% os demais gastos, é verdade, mas, tratando de porcentagem, a gente não pode chegar a 110%, nem a 115%, e vai ter o 1,5%. Então, tem que refazer isso. Estou de acordo que vai precisar de um esforço distributivo grande.

Finalmente, eu acho que o teto não faz a austeridade que os outros países fizeram. Lá eles cortaram gastos. Aqui eles estão reajustando, inclusive, com a inflação, estão mantendo mesmo, e mais a inflação. Vi, na Grécia, salário de professor cair 40%. Conversei com esse professor de universidade. Eu pergunto o contrário, e eu iria perguntar a ele: será que não estão colocando um gatilho ao colocar o IPCA para reajustar os gastos? Então, eu não vejo essa ideia da austeridade, mas, sim, de um controle de gastos.

Agora queria fazer uma pergunta, quando chegar a sua vez de responder: os juros cresceram muito, como falou. Como levar a uma queda dos juros? Qual a sua proposta de redução da taxa de juros? Você mesmo falou que a ideia do superávit está esgotada, mas que essa não é boa. Aí, é capaz de ser verdade, vamos discutir. Mas qual seria a sua proposta?

Quanto ao Felipe, ele falou na crise do setor privado. Eu queria saber por que o setor privado brasileiro entrou em crise. Fiquei preocupado quando alguém que você citou disse que a inflação no Brasil não cai nem que falte pão. Então eu vou rasgar os livros de Economia, que eu estudei, porque lá havia algumas receitas que nem sempre funcionaram, é verdade.

Agora, vou entrar no Governo. Primeiro, sonho um dia viver num País, e ser Parlamentar, eu gostaria, porque eu viria para a Comissão de Orçamento vestido de guerrilheiro, porque aí é que a gente deveria fazer a revolução. Sonho com um dia em que não seja preciso uma lei que diga que há um teto, que isso seja óbvio. Sonho com um dia em que não haja necessidade de termos gastos vinculados. Eu sonho com um dia em que a maturidade política permita fazer o melhor, mas está muito longe.

Nós temos precisado, sim, de ter esses gastos vinculados. A minha pergunta é: ao tirar a vinculação, o que vai acontecer?

E aqui as minhas perguntas.



Primeiro, por que PEC, e não lei ordinária, para permitir que a gente corrija defeitos?

Segundo, a lei fala em desengessar as vinculações. Será que não está engessando ainda mais e criando uma vinculação constitucional da receita para o superávit? Ou seja, não se vincula mais para educação, saúde, etc., mas vincula-se não permitindo reajuste com base também no PIB. E aí o Rossi tem razão: ao manter só vinculado com o IPCA, será que a gente não está criando um engessamento, uma vinculação?

Terceiro, os recentes aumentos – e essa pergunta eu queria que fosse considerada mesmo – dados ao funcionalismo não desmoralizam a PEC? Nós estamos falando em controlar gastos e começamos já aumentando gastos.

Quarto, mesmo sendo um teto, não funcionará como um gatilho? É a pergunta que eu fiz.

Quinto, o Ministério, os Ministérios, enfim, MEC, Saúde, foram consultados não só para saber as consequências disso, mas para saber como eles vão resolver o problema, por exemplo, melhorando a eficiência?

A gente precisa trabalhar um dia o argumento de que um prefeito não é bom porque gasta mais em educação. Ele é bom porque tem menos analfabetos. Ele é bom porque ele consegue ter todo mundo terminando o ensino fundamental com qualidade. E algum pode fazer isso com menos gastos. Nós temos que incentivar a eficiência.

Estou terminando.

Sexto, houve estudos para preparar para o momento difícil, como o daquele discurso que o Churchill fez de sangue, suor e lágrimas? Alguém vai fazer o discurso de que o Brasil precisa de sangue, suor e lágrimas para construir o seu futuro?

Sétimo, e os recursos do pré-sal? Eles entram por dentro ou eles entram por fora? Eles poderão ser gastos mesmo que se ultrapasse o teto? Ou não poderão?

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Finalmente, a lei do PNE eu sei que é uma simples autorização, tanto que, desde o primeiro momento, eu disse: ninguém vai cumprir essa lei. Eu dizia isso. Mesmo assim, é uma lei. E eu pergunto: ela vai ser revogada? Ela vai ser desconsiderada, do ponto de vista de 10% do PIB? Tudo bem, mas eu quero fazer outra pergunta: e as metas reais do PNE? Elas foram consideradas pelo arcabouço completo do Governo, não só pela Fazenda, na hora de elaborar a PEC do teto? Está-se querendo abrir mão daquelas metas, esqueceram as metas ou, mesmo com as metas, vai ser possível ter o teto?

Essas são as perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Cristovam.

A ordem de inscrição aqui é pela presença registrada no painel. Então, nós temos o Senador Flexa Ribeiro como primeiro inscrito, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Lindbergh Farias, Senador Fernando Bezerra, depois os demais Senadores.

Consulto o Senador Tasso se a gente já não pode fazer as perguntas, o tempo está sendo cumprido, até, pelo menos, o Senador Fernando Bezerra? Depois nós passaríamos à Mesa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu até sugeriria, Senadora Gleisi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Gleisi, eu até sugeriria – viu, Senador Tasso? –, para depois a Mesa ter o contraditório entre as partes, que a gente fizesse logo um bloco só e, depois, passasse para a Mesa e esta concluiria.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu vou lendo o nome do Senadores e quem quiser liberar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois é. Olhem o problema que nós temos! Mas vamos tentar. Ainda não são 13h e eu acho que é importante...

Eu passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro por cinco minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados, quero saudar a todos no nome do Dr. Mansueto de Almeida, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, para economizar o tempo, Senadora Gleisi.



Eu acho que não há dúvida de que há necessidade de um limite nos gastos. Acho que todos nós concordamos com isso. A PEC 241 vem exatamente nesse sentido de fazer uma limitação nos gastos pela correção da inflação. Preocupa-me...

O Senador Lindbergh tem repetido diversas vezes que haverá uma redução, ele inclusive faz uma projeção para os próximos anos, de investimento em saúde e educação. Foi mostrado aqui que esses investimentos nessas duas áreas serão mantidos.

Aí, o primeiro questionamento é se isso ocorrerá realmente, ou seja, se os percentuais, tanto para a saúde como para a educação, serão mantidos dentro das regras e da própria Constituição, que define 25% para a educação e até 15%, progressivamente, para atingir, mais à frente, em saúde. Nós gostaríamos de que fosse até 18%, mas não conseguimos aprovar essa PEC.

Agora, me preocupa quando nós limitamos o gasto à inflação, porque eu acredito que a diminuição dos gastos se pode fazer também pela redução do tamanho do Estado. Esse talvez seja um caminho que nós não estamos vendo acontecer. Nós esperávamos, inclusive, uma redução bastante mais significativa do número de Ministérios. A juízo meu, não há necessidade de ter Ministério... já tivemos, e eu uso isso como exemplo, no Governo Collor, o Ministério da Amazônia, e não resultou em nada. Não é porque temos um Ministério que se vai resolver o problema daquele setor. Então, acho que tem que definir que tamanho de Estado nós queremos para depois fazermos a reforma tributária, para que possamos ter os recursos para aquilo, para o Estado de que a sociedade necessita.

Um Estado que tenha feito o seu dever de casa, um Estado membro da Federação que tenha um acréscimo na sua receita vai ficar impedido de usar esse acréscimo de receita para aumentar os seus gastos porque o gasto está limitado à correção da inflação? Aí eu fico preocupado com o meu Estado, o Pará, e com outros Estados que estão ainda em subdesenvolvimento. Usando como exemplo a saúde, esses Estados, principalmente das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e eu acredito também que do Sul e Sudeste, nos indicadores da OMS, por exemplo, de número de leitos por 100 mil habitantes, estão abaixo do mínimo. Há necessidade de que se ofereça à sociedade um número de leitos maior. A mesma coisa com UTI. O meu Estado tem um número de UTI menor do que aquele que seria necessário. E o Governo está investindo em novas unidades. Como ele vai manter essas novas unidades que representarão, no caso do Pará, nos próximos dois anos, mais de mil leitos? Como ele vai manter isso se não vão poder crescer os gastos com saúde além da correção da inflação – e haverá, evidentemente, esse crescimento? É possível, é a pergunta que eu faço, haver remanejamento para que, no conjunto de gastos, você não ultrapasse a correção pela inflação, mas, no conjunto, deixando que haja essa distribuição pelo ente federado?

Por último, eu colocaria uma oportunidade nessa PEC de nós acrescentarmos no sistema público a meritocracia. Não há como nós continuarmos nesse sistema atual em que você trata os desiguais de forma igualitária.

Então, é a hora de você colocar as correções, os aumentos em cima de metas a serem atingidas pelos Estados, pelos Municípios, pela própria União, compensando os servidores, sejam eles federais, estaduais ou municipais.

Eu perguntaria aos nossos convidados exatamente essas questões.

Com relação ao limite de gasto, eu acho que tem que ter, mas temos que cortar primeiro o tamanho do Estado. Esse paquiderme que é o Estado brasileiro tem que diminuir, se tornar um animal menor e mais veloz no atendimento da necessidade da sociedade.

Nós ouvimos aqui, durante 13 anos, os ministros da Fazenda, em especial nos últimos 8 anos, anunciarem um crescimento de 7%, 6%, 5%. Cada vez ele vinha baixando, até chegar à realidade que foi uma queda do PIB da ordem de 2,8%.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Flexa.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senadora Gleisi.

Quero cumprimentar os convidados e pedir desculpas a todos e a todas porque estou com esses óculos, não por opção, mas porque estou com um problema grave nos olhos.

Srª Presidente, senhoras e senhores, primeiro quero dizer que, apesar de o debate aqui ser em relação à PEC 241, que trata do limite dos gastos públicos, no fundamental, o debate está indo muito além, não só o debate aqui no âmbito da Comissão, mas o debate que já está instalado na sociedade brasileira. E até é importante que a gente faça esse debate do ponto de vista mais geral.

O que os economistas dizem? Que a PEC é importante, a PEC é fundamental, mas ela, por si só, tem pouco efeito, e nós ouvimos aqui de alguns dos convidados. Tem pouco efeito por quê? Porque nós temos muitos



benefícios vinculados ainda ao salário mínimo. Então, ao lado da PEC 241, precisaríamos de outra medida, que seria desvincular todos os benefícios sociais do salário mínimo, e de uma terceira, que também foi dita aqui, uma reforma previdenciária. E ainda ouvi dizer que o Brasil precisa de um ajuste fiscal. Eu até acho que precisa mesmo, Senador Cristovam, conversávamos sobre isso nesse momento.

Segundo a avaliação dos senhores, o caminho que é apontado pela PEC 241 seria o menos doloroso. Mas menos doloroso para quem? Para o povo brasileiro? Não. Para o povo brasileiro é o mais doloroso. Menos doloroso para quem? Para os pobres que recebem o Bolsa Família? Não. Para esses, esse é o caminho mais doloroso. Menos doloroso para quem? Para aquelas famílias que dependem de programas como o Minha Casa Minha Vida? Não. Ou seja, também não é menos doloroso para aqueles que trabalham, sofrem um acidente, porque já há agora uma nova regra de que não podem receber o seguro doença por mais de quatro meses, o auxílio-doença.

Então, veja, de fato, eu acho que é o caminho menos doloroso para quem? Para o mercado financeiro. Para esse, sim, eu não tenho dúvida nenhuma. Porque aqui nós estamos falando não de um ajuste fiscal. Não é disso que trata a PEC 241.

A PEC 241 vai muito além do tal ajuste fiscal conjuntural. Ela muda estruturalmente, radicalmente o Estado brasileiro. E, por um caminho meio envergonhado, começa a estabelecer a tal teoria do Estado mínimo. Aquele Estado que só gerencia. Gerencia uma atividade de saúde que é exercida pelo setor primário; gerencia uma atividade de educação desenvolvida na maior parte pelos setores privados.

Está aí o que o Ministro da Saúde – além das bobagens que diz em relação a quanto as mulheres trabalham – disse. Já formou uma equipe, um grupo de trabalho no Ministério da Saúde para estabelecer um tal de um plano de saúde acessível para a maioria das pessoas. Com que objetivo? Com o objetivo de acabar com o Sistema Único de Saúde, de destruir todos os pilares conquistados a partir da Constituição de 1988.

Aí vejam os senhores, na justificativa da PEC 241, falam muito da dívida bruta. Por que não falam da dívida líquida? É essa que importa. E qual é o nível da dívida líquida brasileira? Qual é o nível? Melhora agora ou piora agora?

Segundo dados também oficiais mostrados aqui, em fevereiro de 2016, a dívida líquida brasileira era de 36,8% do PIB, enquanto, no final, em janeiro de 2002, 52% do PIB. No final do Governo Fernando Henrique Cardoso, 60% do PIB.

Então, melhorou o nível de endividamento do Estado brasileiro ou piorou? É óbvio que melhorou, mas usam a dívida bruta para justificar tamanha barbaridade contra o País e contra o povo brasileiro.

Primeiro, a PEC é para 20 anos. Esse Governo que está aqui – que espero não passe, que a gente possa derrotar esse golpe – tem dois anos. Então para que fazer uma reforma tão estruturante? Dezoito anos? Com que legitimidade ele faz essa reforma? Introduzir no Brasil Estado mínimo. O Estado mínimo equivocado. É o neoliberalismo de volta. Então, qual a legitimidade? Não há legitimidade nenhuma para que isso aconteça. Primeiro porque o Governo não foi eleito, e não é isso que a população brasileira quer.

Eu creio, Srª Presidente, que precisamos debater, de forma ampla, porque essa não é a única maldade. Depois dessa maldade, da PEC 241 – aliás nós já temos uma declaração de voto pronta, o meu partido, porque analisamos ser essa PEC inconstitucional, porque ela fere cláusulas pétreas da Constituição Federal –, virão outras. Virá a PEC que fará a reforma da Previdência, e mais uma vez focando nos pobres. Virá uma outra proposta para desvincular os benefícios sociais do salário mínimo. E, repito, com que legitimidade? Nenhuma.

E o que me chama muito a atenção, e até há algumas críticas – eu concordo também quando o senhor diz, por exemplo, eu até acho isso também, que a política dos subsídios do Governo não foi tão correta como deveria ser, acho que foi até exagerada –, por que não mexer nisso? Porque é muito mais fácil, numa única canetada, iniciar a implantação do Estado mínimo.

Falaram aqui de erros. Por que não corrigir esses erros? Em vez de dar tantos incentivos fiscais, vamos atacar a reforma tributária de que a gente tanto fala, de que o Estado abre mão, porque nós não estamos vivendo uma crise estrutural não, a crise é conjuntural. Até 2013 nós tínhamos um superávit, e hoje nós temos um déficit.

Então estão querendo enfrentar uma crise que é conjuntural com medidas nocivas ao Brasil e medidas estruturantes da destruição completa do Estado brasileiro.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, eu queria começar cumprimentando os quatro, Dr. Pedro Rossi, Dr. Felipe Rezende, Dr. Marcos Mendes, Dr. Mansue-



to de Almeida. Um cumprimento especial para o Mansueto, que vai lançar hoje um livro aqui em Brasília com o economista Felipe Salto, que é um economista muito competente, trabalhou aqui com o Senador José Serra.

Só que eu acho que os senhores estão com um problema. Primeiro, quanto ao curto prazo. Não existe ajuste de curto prazo aqui, Mansueto. Sinceramente, nós fechamos o primeiro semestre deste ano com um déficit de 34 bi. Estão ficando aqui para este semestre 126 bi. Que ajuste é esse?

No próximo ano, que disseram que seria de 139 bi, se você for ver receita e despesa, será de 194, Senador Armando Monteiro.

Então, o que os senhores estão propondo – porque esse atual governo decidiu o que nós estamos chamando de keynesianismo fisiológico – é gastar, pagar a conta do *impeachment*. A gente tem visto aqui, passa tudo aqui. Os senhores estão propondo o ajuste lá para quando? É para depois de 2018? Porque em 2017, pela inflação, você tem aumento de gastos. Se fosse pela receita, seria mais apertado. Eu quero saber se é para 2018. Eu acho que não, só em 2019. Então, o primeiro ponto é esse.

Quero falar da incoerência do discurso. Afastaram a Presidenta Dilma no meio de um ajuste como esse, e eu me posicionei aqui contra, votei contra, porque foi o maior contingenciamento da história. Isso serve para afastar a Presidente com o argumento de responsabilidade fiscal. Ai fazem isso.

Mas vamos entrar no centro do debate. Aqui me estranha não haver uma discussão sobre resultado nominal, porque inclui juros. Então nós só queremos apertar o primário. A conta de juros a gente esquece? Não fala nada?

O déficit de 2014, 6,7% do PIB – 6,1% foram juros. O déficit primário foi 0,6%. Do déficit de 2015, 10,34% – 8,5% juros.

Então só se fala em teto para gasto primário, para educação, para saúde, para previdência. O outro lado fica completamente livre.

Aí é onde quero entrar num debate aqui. O que está sendo feito com essa PEC? Nós estamos rasgando o pacto construído por Dr. Ulysses na Constituição cidadã, um pacto que falava claramente em direitos sociais, no segundo capítulo, em vinculações constitucionais para educação e, depois, com a emenda constitucional, para saúde.

Em educação, hoje, a União tem que investir 18%, os Estados têm que investir 25% e os Municípios, 25%. Na saúde, 12% Estados, 15% Municípios, e essa emenda leva 15% da receita corrente líquida. Está aqui, Senador Flexa, está aqui na PEC, isso acaba.

Eu queria perguntar se os senhores têm noção do que vai acontecer na ponta. O prefeito, a cada ano, vai diminuindo o percentual vinculado à receita, vinculado à inflação. Ele vai investir menos. As consequências são desastrosas na ponta. Os senhores não têm condições de avaliar. Eu fui Prefeito, acho que tenho mais condição.

Fui a reunião de Prefeito. Sei que, para investir em saúde, é uma luta. O Prefeito investe 15,03 em saúde, nem um centavo a mais. Ele prefere, às vezes, fazer um asfalto, obra com maior visibilidade.

Então, daquilo que os senhores estão propondo, acho que não têm noção para avaliar o desastre social para a população mais pobre.

Quando falamos em saúde, 20 anos, estamos falando em envelhecimento da população em um sistema de saúde que já é muito frágil. Então, o que nós questionamos aqui? Tudo bem, vamos discutir a questão fiscal do País. Só que os senhores estão apontando uma conta que vai ser paga apenas pelo povo pobre, pelo povo trabalhador...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... que precisa de saúde pública, educação pública, previdência social. Cadê a conta para o andar de cima? Nenhuma medida.

Os senhores sabem que o sistema tributário é muito injusto e desigual no País. Agora, recentemente, a Receita Federal divulgou os dados, depois de uma visita de Piketty: nada para o andar de cima, só aperto em cima dos mais pobres.

Vou tentar concluir dizendo o seguinte: há outra questão que, para mim, é muito importante, que é a questão da democracia. Os senhores estão rasgando um pacto construído na Constituição de 88 sem terem ganhado um voto. E mais, estão querendo dizer que, pelos próximos 20 anos, Senador Roberto Requião – o Senador estava aqui agora, mas saiu –, se fosse candidato a Presidente da República e ganhasse – e ganhasse –, ele não poderia fazer um programa de políticas anticíclicas, ele não poderia aumentar investimento em saúde, em educação. Então, os senhores estão rompendo um pacto...

(Soa a campanha.)



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...firmado na Constituição de 88, a partir desse processo, agora, de posse do Michel Temer, sem um voto e estão querendo congelar para o futuro. Pergunto: que democracia é essa?

O Primeiro-Ministro do Canadá, Justin Trudeau, foi eleito dizendo o seguinte: quero recuperar o crescimento econômico, vou fazer déficit fiscal por três anos para recuperar o crescimento econômico, depois, vou fazer superávits maiores.

E encerro dizendo o seguinte: acho que esta PEC vai nos colocar em um plano de austeridade permanente, a economia brasileira vai ter grandes dificuldades para se recuperar, porque, a cada ano, é um novo aperto fiscal. E como falou muito bem o Pedro, em uma situação de desaceleração econômica, Senador Cristovam, quando as famílias não estão consumindo, quando as empresas não estão consumindo, tirar esta possibilidade de o Estado, de forma consciente, aumentar seus gastos, estimular a demanda agregada é um crime. Então, vamos viver, se esta PEC passa, 20 anos de crescimento píffio, até porque há outro ponto que eu queria levantar para os senhores: o impacto nos mais pobres, pelo desmonte na previdência social, por acabar com a vinculação do salário mínimo com a previdência.

Os senhores sabem que há um estudo do IPEA falando sobre a criação desse grande mercado interno de massa no Governo do Lula, que fala de várias...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...questões: salário mínimo, do crédito, da formalização do emprego.

Para concluir, Senadora Gleisi.

Na análise desse estudo do IPEA, nada foi tão importante como o peso do salário mínimo na previdência, por exemplo, aquele dinheiro que chegava a uma senhora, a aposentadoria no final do mês, e ia para a economia. Ela comprava remédio, pagava a escola do neto.

Então, acho que, além da questão do corte de gasto, austeridade permanente, teremos outro efeito muito ruim na economia, que vai afetar sempre o consumo das famílias. Hoje, quando se vai discutir crescimento do PIB, 60% é consumo de famílias. Estamos tendo desemprego, queda nos rendimentos. Isso aqui vai agravar qualquer possibilidade, a meu ver, de recuperação pelo consumo das famílias.

Desculpa até o jeito enfático – viu, Dr. Mansueto? –, mas eu queria agradecer e parabenizar os quatro pela exposição aqui no dia de hoje.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, eu queria também cumprimentar o Pedro Rossi, o Felipe Rezende, o Mansueto de Almeida e o Marcos Mendes pelas exposições aqui apresentadas.

Tive que sair para um encontro com o Ministro Kassab, não pude ouvir a fala de Felipe Rezende, portanto, perdoe-me se eu aqui não fizer um comentário específico ou se perdi alguma informação relevante para o debate. Mas penso que tivemos aqui um claro diagnóstico da crise em que o País foi mergulhado.

Acho que a grande conclusão é de que esta crise, que provoca mais de 12 milhões de desempregados, que é a mais grave crise econômica da história do Brasil, a razão dela é a insustentabilidade do gasto público. É esta a grande questão que este Congresso Nacional vai ter que debater, sobre a qual vai ter que refletir.

Fico olhando para as informações aqui trazidas e verifica-se que, nas mais profundas crise econômicas que o País enfrentou, também tivemos graves crises políticas: 1931/1932, enterramos a República Velha; 1982 foi o fim do regime militar; 1991/1992, o afastamento do Presidente Collor; e esta crise econômica, agora, que, possivelmente, vai decretar o afastamento da Presidenta Dilma. Portanto, acho que somos obrigados, de fato, a refletir sobre as consequências da insustentabilidade do gasto público. Não dá mais para adiar esta discussão, este debate.

Concordo com o Senador Cristovam Buarque: esta é a Casa do conflito distributivo, é aqui que os grupos de interesse da sociedade brasileira vão ter que se manifestar para dizer que País querem construir.

Mas penso que não existe uma contradição entre o aquilo que decidimos em 1988, e fui Constituinte em 1988, naquela defesa da Constituição Cidadã, como definiu Ulysses Guimarães, na construção do Estado de bem-estar social, como o Constituinte de 1988 assim decidiu. No Nordeste, a grande mudança que ocorreu, do ponto de vista distributivo, foi acabar com a meia aposentadoria para o trabalhador rural e pagar a aposentadoria integral. Sabemos que, hoje, o grande déficit da Previdência Social é na área rural – é na área rural. Essa é uma conta que a Nação brasileira toda paga, mas isso foi uma decisão deliberada para equilibrar e para



não esquecer os milhões de nordestinos que estão à margem de todo o processo de crescimento e de desenvolvimento. Portanto, penso que não existe contradição entre a Constituição de 1988, que nós construímos, e, agora, este debate sobre a sustentabilidade do gasto público.

Temos que ter responsabilidade fiscal sim. Este País já acumula uma certa cultura. Eu disse da tribuna do Senado: o Governo que mais incluiu foi o Governo do Presidente Lula, e não foi irresponsável do ponto de vista do gasto público, não produziu um déficit sequer durante oito anos. Não produziu um déficit, um déficit sequer.

Portanto, acho, e aí perdi, talvez, na fala do Felipe ou do Pedro, que não ouvi, o diagnóstico do porquê caímos nesta crise, me parece que a crise em que mergulhamos foi justamente pela irresponsabilidade verificada em 2013 e 2014, que se desencadeou no ano de 2015. Essa é a leitura, pelo menos, que faço, por isso estamos aqui no debate, estou querendo provocar, porque perdi.

Esta não é uma crise que foi importada, pelo menos penso eu, apesar de o cenário internacional ser difícil para muitos países. Foi colocado aqui de forma clara que diversos países de médio crescimento tiveram *performances* econômicas muito melhores do que a brasileira.

Então, eu queria concluir, Sr^a Presidente, dizendo que seria importante abrir aquelas lâminas que foram trazidas, não sei se pelo Mansueto ou pelo Marcos Mendes, em que se consegue dizer que o problema não está no gasto com pessoal, no gasto com investimento, mas com a previdência e com as transferências de renda. Seria importante abrir aquela lâmina, porque me parece que o problema mesmo está com o desequilíbrio das contas da previdência social brasileira. Por isso, acho que está correto o diagnóstico de enfrentar esta questão agora, aproveitar para discutir o equilíbrio das contas da previdência, para que não continuem pressionando o gasto...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... público, como verificamos aqui.

Mas quero concordar com o Pedro Rossi, ao final, que é preciso ter um ajuste nessa proposta, que tem que passar para limitar o gasto público. Mas o que faremos com os superávits? Serão todos para reduzir a dívida pública? Penso que isso é um erro. Isso é um erro, porque, se não é razoável ter uma dívida pública de 68% do PIB, e se tivermos uma de 40% ou de 35%? Acho que deveria haver uma proposta em que metade do superávit fosse para investimento, e metade, para reduzir a dívida. Não pode ser só para reduzir a dívida, é irreal. Durante 20 anos? Qual é a trajetória de diminuição da dívida projetada? Vamos zerá-la? Vamos trazê-la para que percentual? Por quê?

Então, acho que seria importante, para aprovar o limite do gasto público, que eu defendo, que houvesse uma apropriação dos ganhos, que, quando forem verificados, possamos dar metade para reduzir a dívida e metade para promover investimento, investimento em infraestrutura, investimento para melhorar a produtividade do trabalhador brasileiro. Aqui se falou da necessidade de melhorar a produtividade do trabalhador brasileiro, já que a população vai envelhecer.

Então, parece-me que esse projeto precisa de uma grande correção, que é o que fazer quando der certo. Quando der certo, vamos apropriar só para reduzir dívida? Está errado, está errado, porque acho que, aí, as duas visões podem se aproximar, e aqui podemos construir um consenso, já ensinando que esta é a Casa da construção dos consensos, podendo tirar o melhor de um lado, que foram os programas de inclusão, e o melhor do outro, que é a sustentabilidade do gasto, de que não podemos abrir mão para construir este País que tanto queremos, tanto amamos e que tanto desejamos que seja um País cada vez mais solidário, mais justo, mais igual e mais fraterno.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Fernando Bezerra.

Com a palavra o Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senadora, participantes, demais Senadores, há 22 anos estávamos discutindo, aqui no Congresso, o Plano Real. E, com a aprovação e a implementação do Plano, e depois a Lei do Petróleo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, tudo que aconteceu, acreditei que o Brasil tinha entrado num caminho que ia na direção de um desenvolvimento sustentável, um país com regras, com leis, enfim. Por isso mesmo, sempre achei que o que o Lula recebeu foi uma herança bendita, maldita é a que estamos recebendo agora. Enfim, o fato é que foi possível termos uma primeira década do novo século relativamente exuberante. Mas hoje, 2016, temos 5 milhões de novos desempregados nos últimos 20 meses.



Quando vejo a projeção muito positiva feita pelo Senador Bezerra de que haverá superávit e a pergunta sobre o que vamos fazer com o superávit, me animo com o entusiasmo dele. Mas, com a realidade que estou vendo hoje, vivenciando hoje, tenho uma enorme preocupação.

Testemunhei o momento em que a ex-Presidente decidiu reduzir a mistura do álcool na gasolina porque os usineiros, não sei o quê, não sei o quê. Isso foi em agosto de 2011. Esse setor, Senador Cristovam, sucroalcooleiro, sucroenergético, melhor dizendo, gera 600 mil empregos. Isso deu uma desestabilizada no setor. E depois, não contente, ela fez a 579, aí destruiu o setor elétrico de um modo geral.

Acho que a lista apresentada pelo Marcos Mendes aqui, uma breve lista de erros, é matéria, cada item dela, para uma boa discussão da nossa Comissão. Mas acho que, de qualquer maneira, o debate, como preliminar, foi muito positivo e acentuou a minha convicção naquilo que foi dito pelo Mansueto. A PEC do crescimento vai ser complementada, deve ser complementada pela PEC da Previdência. Se não houver a reforma, vamos ter mais juros e mais inflação. Acho que tem muita conversa.

Tirei algumas questões específicas para perguntar a vocês, mas isso vai ficar claro ao longo das conversas que teremos, dos embates. Acho que a Senadora Gleisi, com a decisão de convocar esses quatro participantes, ajuda a iniciar um bom debate, um debate mais contextualizado sobre o significado da PEC do teto, que já vem associada, de algum modo, à reforma da previdência.

Agora, acho que aí, e com isso eu termino, o Senador Cristovam falou de um bom debate sobre o conflito distributivo, vamos ter que trazer para cá o povo brasileiro, porque o que vi até agora aqui sobre distribuição foram as corporações, setor público.

Discute-se projeto para saber se vão excepcionalizar ou não certas categorias do setor público. Pelo amor de Deus! Há 5 milhões de novos desempregados que não estão conseguindo “bico” para sobreviver.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E não falo isso com satisfação, falo isso com preocupação.

Por isso, mais interesse tenho eu de que logo sejam dados sinais de que o Brasil vai convergir para uma boa direção, do ponto de vista das contas públicas, e que isso vai simular o que mais nos interessa aqui, o emprego. Só que não se cria emprego sem investimento, e não se traz investimento se não tiver credibilidade. Portanto, acho que este é nosso alvo principal aqui: contribuir para que este Governo recupere a credibilidade da gestão pública no Brasil e, com isso, o investimento e o emprego.

Acho que foi uma ótima iniciativa e que a gente deve continuar em outras rodadas aqui na nossa Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador José Aníbal.

Com a palavra, agora, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Srª Presidente, abro mão da minha palavra no sentido de ouvir, porque muitas contas aqui são diferentes. Por exemplo, as contas do Prof. Pedro Rossi em relação ao Orçamento e à subdivisão dos gastos do orçamento, a longo prazo, são bastante diferentes das contas do Ministério da Fazenda. São muitos números e gostaria de ter esses esclarecimentos sobre qual é a diferença, para entender melhor. Então, eu gostaria.... Não sei se tem outro Senador, se o Caiado vai falar.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Temos aqui ainda, inscritos e que estão presentes, o Senador Ronaldo Caiado e a Senadora Fátima Bezerra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Consulto se mais alguém gostaria de falar. Senador Roberto?

Então, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares e demais expositores, quando o Ministro da Fazenda apresentou o plano, houve uma concordância: que todos nós temos de dar uma quota de sacrifício para sairmos dessa crise, porque, infelizmente, esses treze anos do governo do PT levaram o Brasil a essa situação de penúria que estamos vivendo agora. Então, não é justo que não haja uma partilha para que todos assumam a responsabilidade sobre a situação a que chegaram as finanças do nosso País.

Agora, tem algo que gostaria de perguntar à equipe econômica do Governo, já que o indexador é único, o IPCA. Dentro desse reajuste, poderemos aí definir no Orçamento quem deve receber mais ou quem deve receber menos, sendo uma prerrogativa do Congresso. A pergunta que faço é: às vésperas de votarmos essa PEC, nós, ou seja, o Governo encaminhou um reajuste de todos os funcionários dos três Poderes, junto com o



piso, e mais a criação que pretende de dois ministérios. Ora, se eu reajusto tudo isso e depois vou mantê-los com o IPCA, é uma realidade. Não estou vendo nenhuma quota de sacrifício.

No momento em que eu tenho uma consulta médica de um médico especialista por R\$10 e um procedimento, de internação ou de toda a rotina médico-cirúrgica, numa tabela que não tem reajuste nas demais etapas a não ser em grandes complexidades há mais de dez anos, e vejo toda a rede pública falida, quebrada, pergunto: qual é o sinal que estaremos dando para essa estrutura no País? Se nós tivéssemos agora um reajuste dessas tabelas dos procedimentos, como foi dado para os funcionários dos três Poderes, poderíamos dizer que, a partir de agora, teríamos um patamar, que seria manter o que está. Se eu não reponho uma perda, o que já leva a saúde a estar hoje empatada com processos de corrupção e, com isso, com a segurança pública – é o item primeiro de todas as pesquisas que são feitas –, pergunto: esse setor não foi melhor avaliado pelos senhores do Tesouro e do Governo? Ou seja, em vez de termos priorizado os funcionários dos três Poderes, poderíamos ter priorizado...

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... algumas etapas da fase da educação e da saúde. E, a partir daí, colocaríamos um indexador único para que, pelo menos esses setores, que são dependentes de uma decisão de governo, que são a saúde pública e a educação, não ficassem tão penalizados com a perspectiva que talvez faça com que o projeto tenha dificuldade, com que a PEC tenha dificuldade de caminhar na Casa, especificamente por estes dois fatores: educação e saúde.

É a pergunta que formulo a vossas senhorias.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Passo a palavra ao Senador Roberto Muniz e, em seguida, à Senadora Fátima. É que não tinha visto o Senador, ele estava bem atrás do Senador Cristovam.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Inicialmente queria parabenizar o Senador Cristovam e a Senadora Gleisi Hoffmann por essa iniciativa, porque, quando a gente fala em regime fiscal, está falando sobre uma questão que mexe com o dia a dia de toda a população.

Fico preocupado com algumas questões, como a gente indexar a economia, o crescimento da economia e os gastos públicos através da variação do IPCA. É claro que a gente precisa de um ajuste fiscal, é óbvio. Mas fico muito preocupado, Senador Cristovam, quando a gente fala sempre na quantidade do gasto público, e nunca fala na qualidade do gasto público. Acho que essa é uma coisa que a gente deve enfatizar no País. É preciso fazer o Estado mais eficiente. Na discussão, não dá para falar, num país em que falta educação, falta saúde, falta saneamento básico, em diminuir a quantidade se a gente não olha a eficiência desse gasto público. É como o que eu chamo de “síndrome da lâmpada e do escuro”. Você, que é mãe, que é uma dona de casa, que é trabalhador e está nos ouvindo, compra a luminária e gasta muito dinheiro, vai lá, compra a lâmpada e gasta muito dinheiro, mas, se esqueceu de colocar o fio para fazer a ligação, não vai ter energia.

Temos mais de 30 mil obras paradas, ou seja, é um dinheiro que foi colocado para ser investimento, e todo mundo quer que haja investimento, que gere emprego e renda, e esse dinheiro estava gerando emprego e renda, mas o que aconteceu? A obra não acabou? O que aconteceu com aquele investimento? Não fez a circulação monetária, estancou o ciclo da geração de riqueza e de renda.

Então, quando você vem aqui e limita o gasto pela quantidade e não pela qualidade, você está penalizando quem? Penaliza os Estados que fizeram o dever de casa, que não estão sofrendo ainda essa pressão – estão sofrendo pela falta de investimento, mas estão com as contas equilibradas. Quem gastou mais durante todos esses anos vai estar beneficiado por uma lei contra a população que escolheu governos que tiveram a sua responsabilidade fiscal. E aí, se aumentar a possibilidade dos investimentos, quem será penalizado serão esses Estados que fizeram esse dever de casa.

Fico muito preocupado quando a gente olha simplesmente um novo regime fiscal sem olhar, como foi colocado aqui pelo Dr. Pedro Rossi, como é que a gente acumulou essas riquezas. Nós temos aí reservas enormes. Vamos fazer o que com as reservas? Alguém respondeu a isso? O Governo só está respondendo o que fazer com os juros, o que fazer com a Previdência. Então, não dá para você limitar simplesmente o gasto e não olhar a qualidade desse gasto.

Eu queria ter também um olhar para a vida dos gestores públicos na ponta. Você tem um prefeito, você tem um governador para o qual você, através da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu 15% para gastar; há Municípios que não sabem onde gastar. E o que ele fica inventando? Fica inventando uma farda nova; se a camisa for verde, passa a ser azul no outro dia, e a gente não controla a política pública por meio de indicadores, ou seja, deveria haver esse limite através dos indicadores da política pública. Alcançou esse indicador, você



pode tirar recurso da saúde e da educação para colocar; não alcançou, esse recurso não pode ser investido em outro local, já que a prioridade do País é educação e saúde.

Esse olhar simplesmente no quantitativo e não no qualitativo nos leva, décadas após décadas, a entender o orçamento como uma briga de tamanho e não de qualidade. Eu acho que essa questão que está sendo colocada traz para dentro desta Casa um objetivo maior que é fazer a defesa da qualidade desse recurso e desse investimento e premiar os gestores públicos que alcançarem esses indicadores. E aí eu não vejo nenhuma inteligência nessa lei...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não vejo nenhuma inteligência. Ela se fixa em parâmetros que são obviamente claros, possíveis de controlar e deixa passar um mar de incompetência e de falta de qualidade de gestão.

Então, acho que a gente poderia tentar melhorar isso, fazendo com que a gente estimasse esses impactos, principalmente nos setores sociais, fizesse um reajuste em cima desses indicadores mínimos de qualidade para os gestores que os pudessem alcançar, liberando essa possibilidade de investimento, para que a gente não fique colocando no mesmo cesto maus e bons gestores e que também não coloque a população que mais precisa sob um arrocho fiscal contrário à população que não precisa da saúde pública nem da educação pública. Eu acho que a gente precisa ter um pouco mais de inteligência ao olhar esse projeto de lei.

Então, era isso.

Eu queria finalizar, Senadora, dizendo que eu acho que a gente tem um campo enorme para discutir o ajuste fiscal.

Também não acredito neste País que vai gastando, gastando, gastando, porque um dia a conta chega.

Quanto a essa ideia de o anticíclico ser eterno, também a gente viu que isso não funcionou. A gente precisa saber: se é por três anos, Senador Lindbergh, que se faça por três anos! Que se faça anticíclico por dois anos, que se coloque!

Agora, não podemos ter um ajuste fiscal colocado com tanta dor para a população, ver que houve um déficit e, em vez de estarmos aqui monitorando o déficit, ampliar esse déficit. Eu não consigo... Esses sinais que os governos – e não é só este Governo, quero aqui colocar – ficam dando à população, usando o déficit para maquiagem falta de responsabilidade na qualidade do gasto público... Então, eu acho que a gente precisa colocar como eixo principal desta Casa a qualidade do gasto público.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Roberto.

Passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Gleisi, quero cumprimentar V. Exª e o Senador Cristovam, pela iniciativa de propor este importante debate. Cumprimento aqui os nossos convidados.

Na mesma linha do Senador Cristovam e do Senador Lindbergh, Senadora Gleisi, eu queria inicialmente expressar aqui a nossa preocupação no que diz respeito às consequências que a chamada PEC 241 trará para as políticas sociais de um país chamado Brasil, um país que renovou o seu pacto constitucional há poucas décadas, em 1988. E esse pacto constitucional, como já foi dito aqui, tem exatamente, no capítulo dedicado aos direitos sociais, aquilo de mais relevante e de mais importante para a sociedade brasileira, porquanto este País tem ainda uma enorme dívida, o Estado brasileiro, com as políticas essenciais voltadas para a população, precisamente em educação, saúde, assistência social etc.

Nós temos repetido muito que todos reconhecem, sem dúvida nenhuma, os avanços que houve na educação nesses últimos 13, 20 anos, a começar com o Fundef, que foi importante, porém, insuficiente, porque o Fundef tratava de uma política só de primeira a oitava série, desconhecendo que a população também, a população pobre, deve ter direito, sim, a colocar seu filho numa creche, e numa creche boa qualidade. Mais do que isso, deve ter o direito de dar continuidade aos seus estudos, acessando um bom curso técnico, um bom curso de nível superior.

Veio o Fundeb nos governos Lula e Dilma. Eu sempre digo que tenho a honra, a alegria de ter sido, inclusive, Relatora do Fundeb, na época, como Deputada Federal. Trata-se de uma política de financiamento que, sem dúvida nenhuma, promoveu uma inclusão social extraordinária para o povo brasileiro no que diz respeito desde a creche até o ensino médio, e a diversas modalidades.

Nós tivemos, nesses últimos 13 anos, nos governos Lula e Dilma, é inegável, avanço na inclusão no ensino superior, na inclusão na educação profissional e tecnológica. Os números de novas escolas técnicas falam por si



sós; os do acesso ao ensino superior falam por si sós. Mas tudo isso, Senadora Gleisi, ainda é muito insuficiente, diante, repito, do passivo que o Estado brasileiro tem em relação à educação do nosso povo. Daí a agenda do novo Plano Nacional de Educação, a agenda que se propõe exatamente a construir mais uma década de avanços.

E aí faço minhas aqui as perguntas que já foram feitas ao Governo interino biônico: como manter o Plano Nacional de Educação em pé com essa PEC 241 se as projeções já apontam, inclusive, que nós vamos ter um déficit de 58 bilhões? Como manter as metas do Plano Nacional de Educação em pé, se ela vai, inclusive, acabar com a vinculação constitucional dos 18% e 25% que Estados, e Municípios, e a União são obrigados a investir?

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Enfim, a pergunta que eu faço aqui como professora é a pergunta que estão fazendo e vão fazer cada vez mais as mães de família lá da periferia de Natal, lá do interior do Rio Grande do Norte, Senador Cristovam. Por exemplo, como é que vão fazer para garantir 3,4 milhões de matrículas em creches, conforme o novo Plano Nacional de Educação? Como é que nós vamos fazer para garantir 500 mil matrículas no ensino fundamental, para garantir 2 milhões de matrículas no ensino superior, para garantir 2 milhões de matrículas no acesso à educação profissional e tecnológica? Como os Estados e Municípios vão fazer, Senadora Gleisi, para melhorar a remuneração salarial dos professores, cumprindo a meta 17, que estabelece a equiparação do valor do salário do professor ao salário dos demais profissionais com formação equivalente?

Isso aqui são metas que o povo brasileiro aprovou através de um Plano Nacional de Educação que foi o mais discutido da nossa História, e foi aprovado por unanimidade nesta Casa.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, eu quero, para concluir, dizer que esse é um debate muito sério, e que se dá, inclusive, numa circunstância de um golpe; sim, um golpe parlamentar, porque o Presidente que está aí não tem legitimidade nenhuma – nenhuma! – para ousar mandar uma proposta como esta, uma proposta que fere direitos, uma proposta que não passou pelo debate com a sociedade. Muito pelo contrário,...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... propostas como esta estão sendo rejeitadas há cerca de quatro eleições presidenciais. Pelo amor de Deus! Vamos ter um mínimo de sensatez e de responsabilidade com este País.

Como é que os economistas colocam que o caminho é investir em infraestrutura, associada ao investimento em educação, e o Governo interino, biônico, golpista, sim, apresenta uma proposta dessa de desmonte do Estado de bem-estar social?

Vou concluir, Senadora Gleisi.

E ainda querem dizer para nós que o caminho é aqui a gente discutir se vai tirar da saúde para colocar na educação ou se vai tirar da assistência social para colocar na educação. Não! O conflito distributivista que este País enfrenta ainda, e é verdadeiro, tem que ser encarado por outro caminho: o caminho de taxar as grandes fortunas.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso porque quem ganha até dois salários mínimos neste País – os senhores sabem disso muito melhor do que nós – paga 50% da carga tributária, mas quem ganha mais de 26 salários mínimos tem 22% apenas de carga tributária. Repito aqui uma pergunta que já foi feita: por que não taxar as grandes fortunas, os altos extratos de renda, que chegam a ter apenas 6% de carga tributária? Por que não privilegiar isso em vez de privilegiar o imposto regressivo?

Concluo mesmo.

O caminho é o caminho da solidariedade fiscal. Agora, a solidariedade fiscal tem que começar é por cobrarmos dos que estão exatamente no andar de cima, e não impondo prejuízos aos que estão no andar de baixo.

Este debate, Senadora Gleisi, está apenas começando, mas eu tenho muita fé que, assim como nós vamos derrotar o golpe, essa PEC vai ser rejeitada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Fátima.

Vou passar agora aos nossos convidados.



Não vou entrar no debate aqui, porque não me cabe fazer isso como Presidente da Mesa, mas eu não posso terminar aqui sem fazer uma constatação que acho muito importante a partir da fala do Dr. Mansueto aqui e que eu queria resgatar.

O senhor deixou claro que a despesa cresce independentemente do governante. Disse que, desde o início da dívida da década de 90, nenhum governante conseguiu reduzir a despesa primária do Governo Central como percentagem do PIB. Nós temos, portanto, um desequilíbrio estrutural. E disse que, muitas vezes, a conta era fechada pela inflação.

O senhor também deixou claro que o aumento da despesa se deu principalmente porque o PIB caiu. Então, queda da receita, queda do PIB, o aumento da despesa é quase que automático. Também disse que não é possível cortar rapidamente gasto público, que o Estado não está inchado e que o que cresceram foram os programas em áreas sociais – principalmente as despesas na área de Previdência, que, entre 1991 e 2015, tiveram um aumento percentual em relação ao PIB de 5,6% – e os subsídios, que, tratados como bicho-papão nesse governo da Presidenta Dilma, aumentaram nesse mesmo período 0,8%.

Por que eu estou falando isso, Dr. Mansueto? Porque nós estamos vivendo um processo nesta Casa que é o processo de *impeachment* da Presidente da República. Na semana que vem, no dia 25, nós vamos começar o julgamento da Presidenta. E ela está sendo acusada de irresponsabilidade em relação ao Orçamento público, de gastar mais do que é possível. E mais do que isso: de fazer as pedaladas fiscais, que, embora já não tidas como crime, assim constam na peça da denúncia da Acusação.

E V. S^a disse aqui, inclusive, que o que estava se constatando na política efetivada do Governo era um empréstimo muito grande aos bancos públicos. Portanto, o contrário de os bancos públicos emprestarem para o Governo! Eu só queria deixar isso registrado, porque V. S^a coloca às claras aqui que não é um problema de responsabilidade fiscal da Presidenta Dilma, embora este Senado da República tenha instaurado um processo de *impeachment* por um problema de responsabilidade fiscal.

Eu passo a palavra a V. S^a para dar suas respostas.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – São muitas perguntas, mas vou tentar responder cada uma delas. Quanto às outras, o Marcos e os outros participantes da Mesa me complementam.

Vou começar pela questão da Previdência.

Eu vou citar um governador, que espero que não seja atacado porque senão vou ter que defendê-lo, que é um governador que respeito muito. O nome dele é Wellington Dias. Ele é Governador do Piauí e é de um partido que se chama Partido dos Trabalhadores. Estive com esse Governador duas vezes nos últimos 40 dias, inclusive na semana passada, no meu escritório, no meu gabinete no Ministério da Fazenda.

O Governador Wellington Dias me deixou muito claro que previdência é um problema: ele tem 54 anos de idade e acabou de se aposentar. Vamos lá: é comum em um país do século XXI as pessoas se aposentarem com 54 anos de idade? Eu tenho 48 anos de idade. Seria comum...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Governador se aposentou antes do Temer, porque o Temer se aposentou com 55.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – É normal uma pessoa se aposentar com 48 anos de idade? Conversem com o Governador, independentemente de partido. Vão a Pernambuco e conversem com Paulo Câmara, vão ao Piauí e conversem com Wellington Dias. Não é normal. A reforma da Previdência, a gente quer para proteger os mais pobres.

Peguem os dados das pessoas que se aposentam no Brasil por ano. A gente tem regimes especiais de aposentadoria para professores de escolas públicas e para policiais militares e a gente tem o Regime Geral de Previdência Social, no qual, se você conseguir contribuir, homem, por 35 anos, você se aposenta, independentemente de idade. Mas a grande parte dos trabalhadores...

Peguem os dados. Se a assessoria dos senhores não conseguir os dados facilmente, pode me escrever que os passarei, não é necessário fazer requerimento de informação. Os senhores são Senadores da República, representantes legítimos do povo e não precisam de requerimento de informação para saber qualquer informação pública. Podem me escrever que mando qualquer informação dessas de que eu falo aqui.

A maior parte das pessoas que se aposentam todos os anos pelo Regime Geral de Previdência Social se aposentam com idade mínima, no meio urbano, de 65 anos, homens, e de 60 anos, mulheres, porque eles não conseguem...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Os professores inclusive. São 25 anos ininterruptos, 30 anos de contribuição e há idade mínima também de aposentadoria.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – No setor privado RGPS... O regime especial, em que você se aposenta por idade, é para quem não consegue contribuir por 30 anos, mulher, ou 35 anos, homem – tem que contribuir 15 anos. Essas pessoas se aposentam com 65 anos.



Então, os trabalhadores mais vulneráveis já se aposentam por idade mínima. Quando a gente fala que não quer idade mínima, a gente está protegendo pessoas como eu e como vocês. Eu vou me aposentar, como funcionário público, com 60 anos de idade. Então, não haver reforma da previdência, para um funcionário público, para quem contribuiu por muito tempo, que sempre teve carteira de trabalho assinada... A gente não está protegendo os mais pobres, a gente está protegendo justamente aqueles que poderiam contribuir mais para o desenvolvimento da sociedade.

Então, a reforma da previdência precisa ser discutida, porque os trabalhadores mais vulneráveis não conseguem ter carteira de trabalho assinada por 35 anos, eles se aposentam por idade mínima. Então, temos que discutir isso, temos que deixar o debate muito claro.

Algumas pessoas falaram que o Governo está propondo algo que não é legítimo, é um governo de transição, tudo isso. Espera aí. Uma das instituições mais importantes deste País se chama Congresso Nacional. Vocês são representantes legítimos do povo. As demandas, as contestações que os Senadores e as Senadoras fazem, vocês todos, são contestações legítimas. Aqui é a Casa do debate.

A PEC não vai ser aprovada por um funcionário público, não vai ser aprovada pelo gabinete. Ela precisa passar por duas votações na Câmara e duas votações no Senado, um período de transição longo. Quem vai decidir se haverá ou não ajuste fiscal da forma proposta pelo Governo é uma instituição que tem legitimidade neste País, que é uma democracia: é o Congresso. E vocês vêm me falar que isso não é legítimo? Claro que é! Tudo o que passa pelo Congresso é legítimo, aqui é a Casa do Povo.

Então, a melhor forma de fazer o ajuste fiscal não é por medida provisória, mas por propostas de lei, de emenda constitucional, por projeto de lei ordinário, por projeto de lei complementar, e isso tem que ser debatido nesta Casa. Então, tenho plena confiança no Congresso Nacional e sei que o que sair daqui será o consenso.

Falaram também dos aumentos salariais. Isso não prejudica... Em um governo ideal, se tivesse eleição, se tivesse começado do zero, você poderia abrir uma discussão grande com os funcionários públicos, inclusive uma discussão de reforma do Estado, vocês poderiam promover esse debate.

Dentro do serviço público há uma desigualdade salarial enorme. Quanto é que ganha – eu já fui desta Casa – um assessor técnico de vocês? Vocês sabem? Quanto? R\$18 mil. Qual é o meu salário como DAS 6? R\$11 mil. Eu só ganho R\$11 mil? Não, porque eu tenho o salário de servidor público. Qual é o salário de um Consultor Legislativo do Senado? Esse está no teto salarial. Vocês sabem melhor do que eu que, quando esta Casa vai fazer votação à noite, depois das 7 horas, as pessoas dos gabinetes ganham o quê? Hora extra. Quando é que ganha, no início de carreira, um funcionário de nível médio no Tribunal de Contas da União? Alguém sabe? Quanto? Quanto é que ganha um funcionário de nível médio que fez concurso para o Tribunal de Contas da União? R\$9 mil.

Então, temos que discutir – é um debate louvável – a estrutura de remuneração do serviço público. Se a gente for para a Justiça, verá que há vários salários. Vocês sabiam que, em vários Estados, Procuradores de Estado – poderia citar vários aqui – têm direito a trabalhar para o Estado dentro do gabinete dele, dentro do gabinete privado?

Vamos fazer um debate sério de setor público? Vamos fazer um debate sério de reforma das carreiras? Mas isso não vai acontecer em dois ou três meses. Os aumentos que foram concedidos já vinham sendo negociados, eram longos e muitas vezes pediam até mais. Foi uma circunstância difícil? Foi, mas, se a PEC for aprovada, esses aumentos ficarão limitados de 2017 em diante.

Agora o Brasil precisa discutir a estrutura de carreira de serviço público, porque você tem, no serviço público, alguns salários de entrada muito altos – vocês são do serviço público e sabem melhor do que eu – e salários de saída às vezes muito baixo. Aprendi isso, inclusive com muitas pessoas do governo passado. Eu tenho relatórios do governo passado sobre isso. Vamos discutir a reforma das carreiras do setor público? Vamos, isso é bem-vindo, e vocês podem liderar essa discussão.

Com relação à questão de tamanho de Estado. Quando você olha a comparação internacional, quando você pega os Estados que gastam muito... Os Estados que gastam muito em geral gastam muito porque têm uma rede de proteção social muito ampla. O Brasil não é muito diferente.

Se a gente tirar os gastos sociais, qual é o ministério que tem o maior orçamento? Se eu tirar Educação, Saúde, MDS e Previdência, qual é o ministério que tem o maior orçamento? O da Defesa. Qual é o orçamento do Ministério da Defesa? Alguém sabe de cabeça? R\$82 bilhões.

Como esse total está distribuído no Ministério da Defesa? Vocês sabem como o orçamento do Ministério da Defesa, que inclui as três Forças Armadas, está distribuído? Quanto o Ministério da Defesa investe? Quanto é, Senador? O Ministério da Defesa investe R\$10 bilhões por ano – com contingenciamento, um pouquinho menos. Qual é o gasto de custeio do Ministério da Defesa? R\$10 bilhões. De R\$82 bilhões... O senhor vai me per-



guntar: “Espera aí. Se R\$10 bilhões são investimento e R\$10 bilhões são custeio, cadê os outros R\$62 bilhões?” São gastos com pessoal, sendo que R\$42 bilhões são gastos com inativos.

Há alguma coisa que se possa fazer de um ano para o outro? Absolutamente não. Quanto o Governo economizaria se pedisse para que as três Forças Armadas deixassem todos os soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica em casa por um ano, para economizar tudo de custeio? Economizaria R\$10 bilhões.

Então, não vamos nos enganar. Dá para fazer ajuste fiscal muito rápido, de um ano para o outro, diminuindo o tamanho do Estado? Não dá. Olhem os dados. A única coisa que peço é que olhem os dados. Vamos esquecer esse debate de direita e esquerda, neoliberal, ultraliberal, bonito, feito, vamos olhar os dados e vamos fazer um debate qualificado.

Muitas pessoas falaram o seguinte: “Ah, mas eu não quero controlar despesa.” Se não quer controlar despesa, tem que aumentar carga tributária. Mesmo que a gente vá taxar os ricos, a despesa vai continuar crescendo. A gente vai ter que ter um aumento de carga tributária muito alto, muito elevado. Mesmo que a gente tivesse a CPMF cheia, que em 2007 era 1,5% do PIB e em valores de hoje seriam R\$92 bilhões, não resolveria o problema fiscal.

Algumas pessoas falaram: “Por que não olha para a dívida líquida?” Vamos olhar para a dívida líquida. Os senhores sabem qual é a dívida líquida do Chile? Quem sabe qual é o tamanho da dívida líquida do Chile? Negativa. A dívida líquida do Chile é negativa. Se a gente pegar a nossa dívida líquida e compará-la com a do resto do mundo, verá que a má notícia é que a nossa dívida líquida é, sim, elevada. E sabe qual é o custo da dívida líquida, qual é o custo dos juros da dívida líquida? Alguém sabe? *(Pausa.)*

Vocês têm que chamar mais o Presidente do Banco Central aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – O custo da dívida líquida por ano, no Brasil, é de 23% a 24% ao ano, é quase o dobro da taxa Selic. É muito cara! Então, mesmo que a gente olhe para a dívida líquida, a gente ainda tem um enorme desequilíbrio fiscal.

Outros pontos que vou passar para o...

Falaram aqui do ajuste fiscal... A Senadora Vanessa Grazziotin falou do auxílio-doença, mas... Espera aí. Eu confio muito nos técnicos do governo anterior, eu conversei com os técnicos do governo anterior, eu conversei com ex-ministros do governo anterior, e quando eu cheguei no Governo vários ex-ministros e ex-técnicos do governo anterior me falaram o seguinte: “A gente tem um problema com auxílio-doença.”

Qual é o problema com o auxílio-doença? O Brasil gastou com auxílio-doença, em 2014, R\$23 bilhões, dos quais R\$13 bilhões eram pessoas que estavam recebendo auxílio-doença há mais de dois anos. Aí vocês vão me perguntar: “Essas pessoas estavam doentes há mais de dois anos?” Ninguém tem a mínima ideia, porque elas não passaram por perícia médica. Até um diagnóstico do governo anterior falava o seguinte: “A gente precisa fazer uma perícia nessas pessoas, porque, se a pessoa estiver de fato doente há mais de dois anos, sem possibilidade de recuperação, você vai ter que dar aposentadoria por invalidez.” Mas muitas pessoas estavam recebendo auxílio-doença porque não passaram pela perícia médica e, quando conseguem pela Justiça, enquanto não passar pela perícia médica, ficam recebendo *ad infinitum*.

Então, alguns juízes federais nos deram a sugestão de que o auxílio-doença deveria ter um tempo, deveria ter um limite. Depois, se a pessoa continuasse doente, passaria pela perícia e continuaria no auxílio-doença.

Então, não é questão de ser neoliberal, ultraliberal, pouco liberal. É uma questão de eficiência do setor público, que todos têm que buscar...

(Soa a campanha.)

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – ...independentemente de partido.

Então essa questão de limitar o auxílio-doença... Espera aí. Eu tenho um diagnóstico do governo anterior que dizia isso, de ex-ministro do governo anterior. Eu envio o documento para vocês.

“Por que não falar da dívida do setor público?” Já falei.

“A PEC é para 20 anos?” A PEC é para 20 anos, mas o requerimento de que a despesa só crescerá de acordo com a inflação é por 10 anos. A partir do décimo ano, o Presidente da República poderá encaminhar uma regra diferente. A partir do décimo ano, o Presidente da República poderá decidir o seguinte: “Eu quero que o gasto real cresça 3%, 4%, 5%, 6% ou 10% ao ano.” Cabe ao Presidente da República. Então, a PEC permite que, a partir do décimo ano, essa regra seja modificada.

Do Senador Lindbergh: “Que ajuste é esse de curto prazo?” Um bom ponto.



Qual é o ponto? Na semana passada, eu li uma notícia de jornal que me deixou bastante apreensivo. Era a seguinte: “O mercado piora a projeção de déficit primário para 2016 para R\$155 bilhões.” O mercado piora... O nosso déficit primário estimado é de R\$170 bilhões, é pior do que o do mercado.

Aí vocês vão me perguntar: “Cadê esse ajuste fiscal?”

Senador, essa meta foi para R\$170,5 bilhões. Parte, já expliquei. A gente construiu um orçamento, aprovado por esta Casa, que fazia a previsão de crescimento real da receita – eu mando os dados para o senhor – de 9% em um ano de recessão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Essa foi a contribuição do atual Ministro da Saúde, Ricardo Barros, porque o Governo tinha enviado com déficit, e ele mexeu para dizer que não poderia me enviar uma peça orçamentária com déficit.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Segundo ponto. O ex-Ministro Nelson Barbosa já havia mandado uma revisão da meta para esta Casa, e fazia uma série de descontos. Então havia lá, por exemplo, um desconto de R\$9 bilhões, que serve atualmente... Se o Governo pagasse despesas do PAC, ele poderia abater R\$9 bilhões da despesa.

(Soa a campanha.)

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Na primeira semana, quando chegamos ao Ministério da Fazenda, eu perguntei em que estágio estavam essas despesas do PAC que o Ministro Nelson Barbosa falou que eventualmente poderia pagar. E fui informado de que as despesas já foram feitas, obras já foram entregues, e o Governo estava atrasado. Então perguntei: “Será que seria possível a gente falar com os empreiteiros, pedir perdão a eles, e eles abrirem mão de receber do Governo?” Falaram que não, que a gente tinha que pagar. Dado que tinha que pagar, foram pagos R\$9 bilhões.

Tarifa bancária atrasada em R\$2,6 bilhões. Três anos sem pagar tarifa bancária cujo projeto de lei está aqui para ser pago. Novamente.... Quer dizer, eu não estou discutindo se a decisão foi certa ou errada. Estou dizendo que havia três anos de tarifa bancária atrasada.

Atraso com organismos internacionais, inclusive com o BRICS. O governo anterior, legitimamente eleito, com o apoio do Congresso Nacional, fez a opção de criar um banco dos BRICS, o banco dessas economias emergentes. E você se comprometeu a fazer uma capitalização, o governo se comprometeu a colocar dinheiro nesse banco. A gente não colocou, e o Brasil estava pior do que a Rússia.... Então, a gente tem que pagar a conta. Eu mando para o senhor, detalhado, me reúno com a sua assessoria e mostro para o senhor exatamente toda a explicação do déficit primário.

A gente estava com um orçamento aprovado que fazia a previsão de que a receita iria crescer 176. Quanto é que a receita vai crescer? Vinte e seis. Só aí, a gente perdeu nós perdemos R\$150 bilhões. E a despesa vai continuar crescendo, em parte por causa da inflação do ano passado.

Só a despesa do INSS, sozinha... A despesa tem vários itens, várias funções. Vamos pegar um item da despesa: INSS. Qual será o crescimento da despesa do INSS este ano? Setenta e dois bilhões de reais. Uma despesa, 72 bilhões. Aí o senhor vai me perguntar: “Por quê?” É porque de repente houve um *boom* de aposentadorias? Não, é porque ela é indexada à inflação e, no ano passado, o INPC, que corrige o INSS, foi de mais de 11%. Isso fez com que a despesa do INSS, sozinha, este ano, tivesse um crescimento de R\$72 bilhões.

(Soa a campanha.)

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Mas, na lei que foi aprovada aqui, a despesa da Previdência estava subestimada em R\$14 bilhões. Por que a despesa da Previdência estava subestimada em R\$14 bilhões?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Mas também havia lá que o Governo iria economizar 8 bilhões com mudança no auxílio-doença antes de ter feito a mudança no auxílio-doença.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Então, há um bocado de coisas.... Agora temos que deixar isso mais transparente. Infelizmente, orçamento...

Se vocês me perguntam se estou satisfeito com a maneira como o Orçamento do Brasil é discutido.... Eu acho que o Orçamento tem que ficar muito mais claro. A gente tem que fazer um esforço enorme para essas informações serem muito mais transparentes.



A questão dos juros. Respeito a opinião do senhor, respeito a opinião dos meus colegas, mas creio que juros são consequência. Esses países que pagam juros muito baixos são países em que a poupança é muito elevada, em que as pessoas estão dispostas a financiar o governo por juro zero ou por juro negativo. Esse não é o caso do Brasil. Os juros no Brasil, no Governo Lula, vinham caindo ano após ano. Eles vinham caindo ano após ano quando havia até um Presidente do Banco Central... esqueci o nome dele... Se não me engano era Henrique Meirelles. Ele vinha fazendo um trabalho, e os juros vinham caindo no Governo Lula ano após ano. Só que, depois, a gente tentou fazer experiências – e não vou dizer que foi certo ou errado –, com as quais eu não concordo, cujo efeito foi mais inflação.

O Brasil pagou de juros, no ano passado, 8,4% do PIB, dos quais 1,7% foi custo de operação de *swap*, que vai desaparecer, porque essas operações estão sendo revertidas. Então, a conta de juros vai cair.

Quanto é que o Japão pagou de juros no ano passado? Meio ponto do PIB. Sabem qual é a inflação do Japão? O Japão tem um problema de deflação. O Brasil tem uma inflação altíssima, em parte porque a inflação média de 2011 a 2014 foi de 6,2% do PIB. Então, o mercado não acredita.... Leiam os jornais: o mercado não acredita que o Brasil vá fazer ajuste fiscal. O mercado não acredita, depois de uma inflação tão alta, que o Brasil vá fazer rapidamente o ajuste. Então, ninguém está disposto a emprestar para o Governo durante dez, vinte anos, como empresta para o Japão, para a Alemanha, para os Estados Unidos, com juros reais negativos. Se alguém nesta Casa estiver disposto a emprestar, por dez anos, com juros reais negativos, eu tomo emprestado.

(Soa a campanha.)

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Eu tomo dinheiro emprestado.

O que mais? Essa instabilidade que temos...

A última resposta, vou deixar para o Marcos, porque estou falando muito.

Alguém perguntou assim: “Dada a regra da PEC, a despesa primária sobre o PIB vai cair. Isso vai ter um superávit. O que nós vamos fazer com esse superávit?”

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Pagar juros!

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Infelizmente! Mas, Senador...

Senador, infelizmente, se a gente aumentou a dívida, a gente tem que pagar os juros. Para a minha geração, e devemos ter a mesma idade, eu tenho 48 anos... Eu me lembro de um líder estudantil da década de 90 que se chamava Lindbergh Farias, com cara pintada, que estava combatendo...

(Intervenção fora do microfone.)

Esse líder estudantil criticou um governo que fez um calote da dívida pública, um governo que aprisionou a poupança de todo mundo.

Vocês acham correto isso? Vocês acham correto que um país possa simplesmente dizer: “Não, está todo mundo proibido de sacar o dinheiro, e eu vou dar a metade da inflação. Eu vou fazer um calote...”? Isso é calote! Aí vocês vão dizer: “Ah, mas o Brasil não tem a tradição de calote. Espera aí, não foi a única vez que o Brasil fez calote. No início dos anos 80, houve outro calote.

No início dos anos 80, as pessoas diziam o seguinte: “O Brasil não vai conseguir pagar essa dívida, o câmbio vai se desvalorizar, então vou comprar título com correção cambial.” O que aconteceu? Veio uma desvalorização cambial. Veio uma maxidesvalorização cambial. O que o Governo fez? “Eu só vou remunerar os títulos que são corrigidos ao câmbio com um percentual da desvalorização.” Isso é calote!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mansueto, nenhum país do mundo paga o que a gente paga de juros: 500 bilhões é a média, 8% do PIB. Cite um país do mundo que faça isso.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – É porque nenhum país do mundo tem a nossa dívida. Nenhum país do mundo tem a nossa dívida, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A nossa inflação é de preços administrados, alimentos.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Não, Senador...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não é inflação de demanda. Nós temos esses juros aí por outros motivos.

(Soa a campanha.)



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Mansueto está muito bem porque ele está provocando muito! (*Risos.*)

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Que nada! Eu gosto do senhor porque o senhor debate.

Enfim, resumindo, só uma coisa: alimento tem preço livre. O Governo não determina o preço de soja nem de maçã nem de laranja, é preço livre.

A questão da eficiência do gasto público. Senador, esse é um debate muito importante. A gente não tem noção de eficiência. Agora, quando há gasto vinculado... Gasto vinculado significa o seguinte. O senhor pode contratar o melhor gestor do mundo e, se ele for eficiente, ele não vai economizar nada, ele não pode economizar. Quando o gasto é vinculado, por lei, ele é proibido de economizar, porque o gasto é vinculado.

A PEC, que eu saiba, ainda não foi aprovada. Eu até fiquei surpreso quando ouvi algumas pessoas falarem aqui que a PEC vai fazer isso ou aquilo. A PEC não foi aprovada. A PEC será discutida de forma transparente nesta Casa e na Câmara Federal. Todos os anos, no Orçamento, o Congresso pode decidir se quer gastar mais com saúde e educação. Pode sim, só que vai ter que controlar outras despesas. O que não pode é a gente...

Se a gente não quiser controlar despesa... Não existe mágica, você só vai fazer o ajuste fiscal com carga tributária. Mesmo que a regra da PEC seja aprovada do jeito que está, em dez anos a despesa primária sobre o PIB vai cair entre cinco e seis pontos do PIB. Para a gente sair de um déficit de 2,7 para um superávit de 2,5 a 3, é mais ou menos essa a redução do gasto em dez anos. Agora, se a sociedade, por meio do Congresso Nacional, decidir o seguinte: "Não, mas eu não quero uma redução tão grande de gastos." Então vocês vão ter que discutir aumento de carga tributária. Aí vocês vão ter que me dizer se estão dispostos a aprovar aumento de carga tributária.

Quando eu recebo empresários no meu gabinete, eles falam que não querem aumento de carga tributária. Quando converso com pessoas humildes, elas falam que não querem aumento de carga tributária. Então, que eu saiba, não há consenso na sociedade quanto a aumento de carga tributária. Se a gente quiser fazer um ajuste fiscal pelo lado da despesa, como escuto de muitos Parlamentares, a PEC é a melhor alternativa. Mais uma vez, se quiserem gastar mais com saúde e educação, podem, mas terão que rever algumas coisas.

Passo a palavra agora para o Marcos.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Dr. Mansueto.

Dr. Marcos.

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Obrigado, Mansueto.

Vou comentar alguns pontos gerais.

Primeiro, gostaria de falar dessa comparação que foi feita entre a economia brasileira e as economias avançadas.

Desculpem, mas eu não vejo sentido nessa comparação. Uma economia avançada, como os Estados Unidos, como o Japão ou como as economias da área do euro, emite moeda conversível, não emite real. Eles emitem moedas que são moedas internacionais e, portanto, têm um grau de aceitação muito maior. Esse é um dos motivos que permitem a essas economias terem taxas de juros mais baixas.

Essas economias são muito mais eficientes do que a brasileira. Por exemplo, um trabalhador brasileiro produz 20% do que produz um trabalhador americano, o que significa que, quando o governo faz uma despesa nos Estados Unidos e estimula a demanda... A economia americana tem uma capacidade de produtividade e de reagir muito maior do que a brasileira. Aqui, quando você faz um gasto público, antes de isso chegar a um aumento de produção das empresas, vai passar por infraestrutura ruim, trabalhador mal qualificado, mercado de trabalho rígido, empresas improdutivas e uma série de coisas que travam a possibilidade de crescimento econômico.

Políticas anticíclicas têm que ser feitas quando você tem um claro diagnóstico de insuficiência de demanda, e são políticas que devem ser feitas temporariamente e com gastos reversíveis, que você pode gastar depois, e não políticas anticíclicas aumentando salário de funcionário público, que está dentro do 1% mais rico do Brasil, ou aumentando despesa da Previdência.

Por que países como o Japão e os Estados Unidos podem ter uma taxa de juros mais baixa? O Mansueto falou: eles têm taxa de poupança mais alta, têm uma produtividade econômica maior, têm uma moeda conversível, têm uma população com uma estrutura etária diferente – e todos os estudos mostram que uma população com faixa etária mais elevada tem uma menor pressão de consumo. Então, não me parece razoável esse tipo de comparação.



Com relação à questão das projeções. As projeções que foram mostradas aqui diferem muito das nossas. As nossas projeções indicam que, com a reforma da Previdência que está sendo desenhada e uma melhoria da qualidade das políticas sociais, que já estão em curso... Não sei se os senhores e as senhoras sabem que existe um comitê de monitoramento e avaliação de políticas públicas que está, por exemplo, vendo essa questão do auxílio-doença, vendo a questão de um volume enorme de auxílio-pescador que é concedido de forma ilegal e pode ser cancelado. Vocês não sabem que o Benefício de Prestação Continuada, que por lei deve passar por uma avaliação a cada dois anos, não passa por uma avaliação há nove anos. Então, está lá dentro do Benefício de Prestação Continuada uma quantidade enorme de beneficiários que não têm direito a estar lá dentro. Então, melhorias de bastante monta na qualidade e na gestão das políticas sociais, junto com a reforma da Previdência, serão capazes de financiar a transição da PEC até que a reforma da Previdência comece a ter um efeito mais forte. Então, não posso concordar com as projeções que foram aqui apresentadas.

Vou passar para o questionamento dos Senadores.

O Senador Cristovam Buarque perguntou se nós não estamos fazendo um gatilho, não estamos indexando a economia. Nós não estamos indexando a economia. Quer dizer, a PEC, se aprovada, não estará indexando a economia, porque o que ela faz é colocar um limite para o gasto total. Os gastos individuais podem variar ali dentro. Indexar a economia é dizer que o pãozinho, o leite de soja, o óleo de soja, não sei o quê, vão todos subir junto com a inflação. Não é isso que está sendo feito. Cada gasto pode crescer com ritmo diferenciado na escolha da sociedade.

O Senador perguntou por que é PEC e não lei ordinária.

Por dois motivos. Primeiro porque nós estamos mexendo com os Poderes, que são independentes e autônomos, e, portanto, para estabelecer limites de gasto para os Poderes independentes e autônomos, nós não podemos fazer o Poder Executivo, sozinho, estabelecer o limite de gastos para todos. Portanto, tem de ser objeto de PEC. Da mesma forma, a alteração da vinculação de saúde e educação também precisa ser feita por meio de PEC, porque as vinculações estão na PEC.

Há uma coisa muito importante. Ouvi várias pessoas perguntarem o que os Estados vão fazer para botar limites para os Municípios. A PEC proposta é exclusivamente para a União. Existe uma discussão entre os governadores, há vários governadores dizendo que desejam ser incluídos na PEC porque consideram que é um importante instrumento de política fiscal que vai ajudar no ajuste dos governos estaduais. No entanto, o texto que nós enviamos e estamos aqui discutindo é exclusivamente para o Governo Federal.

Com relação ao Plano Nacional de Educação, o Senador me perguntou, a Senadora Fátima Bezerra também: “A lei do PNE vai ser revogada?” O Senador perguntou: “A lei é autorizativa?” O fato é, a realidade é que essa lei foi aprovada sem que fossem garantidos os recursos. Com PEC ou sem PEC, a realidade dos fatos é que o cumprimento dessa lei é muito difícil. Foi feito um rol de desejos e aprovado um rol de desejos numa lei autorizativa, mas, infelizmente, a sociedade brasileira não tem recursos dessa monta para financiá-los. Ou, se quiser pagar, alocar 10% do PIB, esta Casa vai alocar 10% do PIB para a educação, mas vai ter que definir de onde virão os recursos. Se esta Casa definir que os recursos virão de emissão monetária e de inflação, está definido, foi uma decisão que a sociedade tomou. Agora, é preciso ter claro que 10% do PIB não é bolinho, é muito dinheiro. Então, eu devolvo a pergunta: como vai ser financiado o Plano Nacional de Educação?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Permita-me, Dr. Marcos – Senadora Gleisi, é bem rapidinho.

Dr. Marcos, a proposta, que V. Sª conhece bem, é uma proposta de vigência de 10 anos. Nós saímos, em 2003, de 3,2% do PIB para, em 2010... Nós hoje estamos na marca já dos 6,2% do PIB. Então, repito: são 10% do PIB de forma escalonada e ao longo desses 10 anos. Quero registrar que ela foi fruto de muito debate – não foi um debate só – com especialistas na área da educação, inclusive da área econômica.

Era só para fazer este registro.

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Esse é um ponto importante. Acho que, se essa PEC for aprovada, vai dar uma grande contribuição institucional. Cada vez que se discutir um plano de longo prazo para um determinado setor, nós vamos ter que ver se vai haver dinheiro ao longo do tempo para pagar suas determinações.

Eu sou muito sensível à reserva de recursos para a área da saúde, a área da saúde realmente é muito importante. Agora, por que não reservar recursos para saneamento básico? A Lei Complementar 141 exclui explicitamente as despesas com saneamento básico do rol de despesas com saúde, e todo mundo sabe aqui que um bom saneamento básico economiza muito dinheiro com saúde.

No entanto, nós preferimos, num determinado momento da nossa história, dizer que nós vamos gastar com saúde e não vamos gastar com saneamento básico, sendo que temos um dos piores saneamentos básicos do mundo.



Então, a questão de vinculação de recursos é uma questão que precisa ser discutida, porque, como disse o Mansueto, gestor que tem recurso vinculado não pode economizar. Eu já conversei com Secretário de Fazenda que me disse que seu pior pesadelo é um excesso de arrecadação em dezembro, porque ele tem de sair correndo para gastar aquele dinheiro em saúde e educação para não ser importunado pelo Tribunal de Contas. Já foi pago 14º, 15º ou 16º salário para professor, às pressas, para poder fechar as contas. Isso não é forma eficiente de fazer política pública.

O que é proposto na PEC é que o limite de despesas com saúde e educação seja corrigido pela inflação ao longo do tempo, o que é muito mais estável, o que não é pró-cíclico.

O que é que acontece? Quando o ciclo econômico está melhor, a receita cresce e você tem que gastar alucinadamente rápido em educação. Quando esse ciclo cai, você não tem dinheiro para manter aquela escola que você construiu, aquela folha de pagamentos que você contratou etc. etc. Com uma trajetória previsível e de longo prazo, obviamente nós teremos muito impacto na qualidade do gasto.

Quanto à sua colocação sobre a qualidade do gasto: passo fundamental para termos qualidade do gasto é termos uma restrição orçamentária forte.

Nós vimos isso no Brasil. Em 1997/1998, as dívidas dos Estados e dos Municípios foi renegociada. Pela primeira vez em muitos anos de história, governadores e prefeitos tiveram que se preocupar em fazer um orçamento decente. A partir dali, começou-se a falar em qualidade de gestão, começou-se a falar em melhoria de gestão administrativa, e houve grandes avanços nos Estados e Municípios em todas as políticas. Por quê? Porque o cobertor ficou curto, não bastava emitir dívida e empurrar para o Banco Central financiar. Então, uma condição necessária para se ter qualidade de gestão é ter uma restrição orçamentária clara, crível, forte e de longo prazo.

Há alguns pontos importantes aqui que não foram tratados pelo Mansueto...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Bem, eu acho que cobri a maioria dos pontos. Acho que é isso. Eu não tenho mais nenhum ponto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Dr. Marcos.

Passo a palavra ao Prof. Felipe.

O SR. FELIPE REZENDE – Muito obrigado.

Eu quero deixar claros mais alguns pontos. Vou fazer uma abordagem sobre o que foi levantado.

Foi levantada aqui a volta do Estado mínimo. Eu peço para que olhem novamente... Meus colegas de Mesa falaram dos dados, e eu peço, insisto, para que olhem os dados, acho isso muito importante.

Foi feito um experimento com Estado mínimo no início do século passado. Em particular a economia americana e as maiores economias do mundo tinham um tamanho de governo que equivalia a 2% ou 3% do PIB. Esse era o tamanho do governo americano no início do século, ou seja, até 1920, até 1930, você tinha esse tamanho da economia como um todo. Ou seja, esse experimento de Estado mínimo foi feito.

Qual foi a consequência desse tipo de modelo que foi adotado? Crises econômicas, bancárias e financeiras aconteciam com muita frequência, elas eram extremamente severas, e você não tinha nenhum mecanismo de proteção e promoção social, justamente por se ter um Estado mínimo.

Esse sistema não funcionou. Esse sistema desmorona com a crise de 1929 e monta-se um pacto global para que se monte uma rede de proteção social e sejam garantidos alguns direitos fundamentais.

Esses direitos são corroborados no pós-guerra em função de documentos preparados pelas próprias Nações Unidas garantindo direitos básicos, como educação, renda e emprego.

Então, esse experimento já foi feito, e foi justamente no período pós-guerra que o Estado teve seu tamanho aumentado para garantir esses direitos humanos. A partir daí, e isso não é coincidência, as crises se tornam menos frequentes. Elas são mais severas... Ou seja, você não só coloca no orçamento, mas você reforça os chamados estabilizadores automáticos. Como eu falei, períodos recessivos levam a aumento de gastos e a quedas de receita de forma automática. Isso em grande medida não é um gasto discricionário, ele vem de forma automática. Isso estabiliza o sistema e também garante uma rede de proteção social.

Esse sistema funcionou muito bem durante várias décadas, e não só nos Estados Unidos: outras economias passaram pelo mesmo processo, o Brasil inclusive, com garantia de direitos sociais. Nesse período, não por coincidência, as crises econômico-financeiras se tornaram menos frequentes. Não só elas se tornaram menos frequentes, mas a intensidade delas foi bem menor. Além disso, elas não duravam tanto tempo quanto duravam antes. Então, esses três pontos refletiram essa mudança. Por isso, é muito perigoso falar na volta do Estado



mínimo, porque esse experimento foi feito e os dados mostram que as crises aconteciam com mais frequência e havia o desmonte do aparato social fundamental.

É preciso deixar uma coisa bem clara aqui. Discutiram-se as metas de gastos públicos. Acho fundamental mudar a narrativa. A narrativa geralmente é colocada... E a crise está sendo usada como forma para implementar reformas que nada têm a ver com as causas da vulnerabilidade da economia brasileira, esse é o problema fundamental.

Não se fala que você tem que aumentar o gasto público de forma irresponsável ou de forma eterna. Pelo contrário: você tem que entender que, no momento atual, o gasto público é um reflexo da deterioração das contas do setor privado. Acho fundamental melhorar a qualidade do gasto, a gestão do gasto público. Não acho que a PEC seja um mecanismo, ou mesmo o melhor mecanismo, para atingir esse objetivo. Acredito que a imposição de metas, como foi levantado aqui antes, seja o melhor caminho.

E essas metas são uma partida de visão de Estado. Ou seja, no Brasil temos vários déficits que não foram, inclusive, mencionados durante este debate. Temos um déficit habitacional muito grande, temos um déficit de infraestrutura muito grande. A média mundial do estoque de infraestrutura, tirando o Brasil e o Japão, é de 71%, e o Brasil tem um estoque de infraestrutura como percentual do PIB de 16%. Esses déficits são importantes para a economia. Você tem um déficit habitacional, você tem um déficit de emprego muito grande, você tem um déficit de infraestrutura e, a partir daí, mudando a narrativa sobre a questão do financiamento...

Não se trata da disponibilidade de recursos financeiros. Esses recursos, para o Governo Federal, existirão. A narrativa tem que ser mudada em função da visão do que se espera desses resultados. Ou seja, quais serão os impactos dessas iniciativas sobre a economia? Gastos públicos podem ser inflacionários. Se a economia estiver em pleno emprego e você aumentar os gastos... Eu não recomendo esse tipo de política. Pelo contrário, eu acho fundamental haver um ajuste fiscal no momento em que a economia opera em pleno emprego, o que não é a situação atual.

Eu faço esta pergunta para os senhores, inclusive para colegas da Mesa: vocês realmente acreditam que, no momento atual da economia brasileira – com a capacidade ociosa dentro da indústria do jeito que está atingindo mínimos históricos, com forte queda da massa salarial, com forte aumento do desemprego –, um aumento dos gastos públicos em infraestrutura seria inflacionário? Vocês acreditam que um programa para reduzir o déficit habitacional no Brasil, como já foi feito, com melhoria nas condições e na qualidade de vida da população mais pobre, seria inflacionário, dada a crise em que hoje se encontra o setor de construção civil, com ampla capacidade ociosa?

Então, esses mecanismos devem ficar claros para a economia. Não se trata de olhar déficit de forma irresponsável, mas é fundamental olhar os impactos que esses déficits têm na economia. Não se trata de financiamento. Em determinados momentos da história, líderes de Estado tiveram uma visão para suas sociedades, para seus eleitores, e, a partir dessa visão de sociedade, eles moldaram o orçamento. Ou seja, como o orçamento se adapta a essa visão de Estado?

Lógico, isso tudo pode ser feito com estabilidade de preços. Você tem um investimento muito forte em infraestrutura, principalmente o setor público, trazendo o setor privado junto, com ele. É uma parceria.

Aqui foi falado do Estado como um ente enorme que não se movimenta muito claramente. Tenho uma colega de trabalho que escreveu um livro muito bom sobre isso, que mostra o Estado como empreendedor. Foi mostrada a China com um dos maiores crescimentos entre as economias avaliadas, num dos gráficos apresentados neste debate, mas não se fala que tipo de política econômica a China implementa.

A China tem um banco de desenvolvimento significativamente maior do que o BNDES – e não tem só um não, eles têm vários bancos de investimentos. Eles têm um programa de infraestrutura público e privado muito agressivo. Inclusive, saiu matéria recente nos jornais falando que o setor elétrico brasileiro caiu no colo dos chineses em função da venda de ativos que está ocorrendo, em função da ideia de que não há recursos disponíveis para pagar por serviços básicos. Existem departamentos de pesquisa no Rio de Janeiro em que supercomputadores não funcionam porque não há dinheiro para pagar eletricidade.

Ou seja, é com esse tipo de gasto que eu estou tentando mostrar que não se trata de disponibilidade de recursos financeiros. O Estado, como monopolista, que tem o monopólio de emissão da moeda, pode fazer isso. Não se trata de emissão inflacionária, pelo contrário, as economias avançadas... E eu faço essa pergunta: há quanto tempo as economias desenvolvidas já estão implementando taxa de juros zero, comprando títulos públicos do Governo, com taxas de desemprego baixas para os padrões históricos que eles têm, com crescimento da massa salarial, e onde está esse apocalipse inflacionário dessas economias? Simplesmente não há.

Ou seja, muitos dos mitos – e aí volta-se ao que o Senador Cristovam Buarque havia falado sobre os mitos de economia que existiam no período pré-crise –, esses mitos foram por água abaixo no período pós-crise, porque bancos centrais tentaram de tudo, inclusive o que foi comentado aqui como expansão inflacionária, e



isso não gerou inflação alguma. Pelo contrário: como foi apresentado aqui, eles têm um problema gravíssimo de deflação nessas economias, justamente por terem passado uma crise gravíssima dentro do setor privado de alavancagem.

Então, não é uma analogia simplória entre um mecanismo e outro. Há dados que mostram que não funciona dessa forma. E o dado é basicamente este, como foi falado antes: como é que se paga essa conta? O que acontece se o Governo, se o Tesouro realiza um superávit primário? Se isso acontece em um determinado dia, significa que houve um recolhimento de tributos maior do que os seus gastos em determinado dia. O efeito prático dessa política no mercado de reservas bancárias, que é onde circulam essas reservas dentro do sistema, é de jogar a taxa de juros para cima, ou seja, exatamente o resultado contrário do que se fala na mesa dentro deste debate. O superávit primário joga a taxa Selic para o alto, até o teto dos empréstimos feitos pelo Banco Central. Só que esses mitos ainda estão dentro do debate brasileiro e, no exterior, gradualmente, esses mitos já estão todos indo por água abaixo. O superávit primário: o efeito que se tem no mercado bancário é jogar a taxa de juros para cima num determinado dia. O Banco Central, a partir daí, por ter uma meta, ou seja, como a Selic efetiva se distancia da meta anunciada pelo Banco Central, o Banco Central, como tem o superávit primário do Tesouro, tem que intervir no mercado para justamente injetar reservas no sistema novamente – as reservas que o superávit primário tirou. E isso não é uma teoria, isso é como acontece na prática, no dia a dia da operação dessas relações entre o Tesouro e o setor privado.

Esse é o efeito prático sobre o mercado monetário.

Agora, falar que a dívida pública vai ser paga... Necessariamente se está destruindo riqueza no setor privado, por questão contábil. Acho que isso deve ser colocado sempre no debate.

(Soa a campanha.)

O SR. FELIPE REZENDE – Dizer que a dívida pública cresce, necessariamente... Os senhores estão falando que há um aumento dos ativos dentro do setor privado. Numa economia que passou por um ciclo de endividamento líquido do setor privado muito forte, você ter esses ativos no seu balanço... Ela traz estabilidade para o sistema. Logo, os gráficos que apresentei, de países que passaram por crises dentro do setor privado, de alavancagem, ou seja, empresas e famílias que se endividaram muito... É normal que se coloque pressão nos déficits públicos, porque justamente esses déficits públicos colocam ativos seguros e líquidos dentro dos balanços, e essa é uma resposta que se espera nesses momentos de desalavancagem. Não há nada de diferente nisso. O Brasil não é diferente, não é uma jabuticaba, esse é o ponto para o qual eu tento chamar atenção.

Não significa que esses déficits ficarão aí por muito tempo. Não acho que esses déficits ficarão por muito tempo. Com o crescimento, esses déficits serão reduzidos pelo corte de despesas automático desses estabilizadores e crescimento de receita. Então, acho que não bate com os dados o que foi falado.

Falou-se muito sobre o custo médio da dívida do Estado, do Governo Federal. Esse custo médio da dívida – e eu tenho um gráfico para apresentar, ele é público, eu posso fazê-lo circular também – acompanha a Selic. A taxa Selic é determinada pelo Banco Central, é uma decisão política. O que estou falando aqui.... Nenhum banqueiro ou o Banco Central tem análise diferente daquela que estou apresentando aqui. A taxa de juros é uma decisão, é uma consequência. O Banco Central coloca a taxa de juros onde ele bem entende – esse é o monopolista; o monopolista define o preço sobre o que ele tem, é assim que os monopólios funcionam. E o Estado tem o monopólio da moeda. Você “seta” o preço, você coloca o preço onde acha conveniente.

Esse tipo de argumento estava muito presente na economia americana quando o Banco Central decidiu – eu sublinho o “decidiu”, porque foi uma decisão política do Banco Central americano – baixar os juros a zero. Há quanto tempo eles praticam taxa de juros zero com o respectivo impacto sobre a inflação? Só que, no Brasil, infelizmente...

(Soa a campanha.)

O SR. FELIPE REZENDE – ...ainda há a ideia de que a taxa de juros é um mecanismo eficiente para combater a inflação. Dados mostram, inclusive, que há um canal muito perigoso sobre a taxa de juros, que é justamente aumentar a renda do setor privado, justamente pelo canal de juros. Ela é uma renda, você está aumentando o seu gasto nominal em função do pagamento de juros. Então, a taxa de juros é uma variável, é uma decisão política.

Os bancos centrais implementaram isso. O Banco Central europeu demorou muito para entender esse processo. Não é surpresa esse tipo de reação, ele aconteceu entre os principais economistas da zona do euro. Na economia americana, esse tipo de crítica também foi feito. Muitos falaram que a política do Banco Central americano seria inflacionária. Inclusive, muitos gestores americanos de fundos importantes, de *hedge funds*, de fundos de investimentos importantes, acreditavam que, com a forte expansão do balanço do Banco Central



americano, o dólar estaria fadado a um processo inflacionário. Então, houve uma corrida para o ouro muito forte naquele momento. Entretanto, essas expectativas não se materializaram, porque a inflação não tem esse aspecto monetário, como geralmente se coloca no debate.

(Soa a campainha.)

O SR. FELIPE REZENDE – Inflação tem outras causas. Ela tem causas em função da disponibilidade de renda. Já ficou claro que inflação ocorre no pleno emprego. Ela, inclusive, ocorre antes do pleno emprego. O período de estagflação tem um processo de aumento de preços com a estagnação da economia, fase pela qual o Brasil hoje passa. Não acredito que, hoje, nem mesmo o Banco Central tenha como sustentar seus próprios modelos acreditando que a inflação atual seja baseada na demanda.

Eu vou terminar alguns pontos.

Só na parte social, que acho fundamental... Falou-se muito de metas, mas não se falou desses gastos sociais e dos resultados atingidos.

Ou seja, o Brasil serviu de modelo. Ouvi discussões, tanto domésticas quanto nas Nações Unidas, em que se disse que o modelo brasileiro foi muito eficiente no combate à pobreza extrema e na redução de desigualdades sociais. Isso foi o impacto direto das políticas sociais montadas.

Lógico, muitas podem ser melhoradas. Há melhorias de gestão pública. Sem dúvida, todos queremos a transparência dos gastos e melhor uso dos gastos públicos, mas é fundamental também entender que esses gastos, na verdade, foram investimentos que permitiram uma maior equidade e uma menor desigualdade da nossa população.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Prof. Felipe.

Prof. Pedro.

O SR. PEDRO LINHARES ROSSI – Obrigado, Senadora Gleisi.

Eu serei bem breve – acho que sou o último aqui a ocupá-los até o almoço.

Aproveito que citei o nome da Senadora para agradecer novamente pelo convite e para agradecer a todos os Senadores, às pessoas aqui presentes e aos membros da Mesa pelo excelente debate que a gente teve aqui hoje.

Eu vou me guiar por umas questões colocadas pelo Senador Cristovam Buarque que me parecem cruciais.

Eu acho que o Felipe já respondeu bastante com relação aos juros. Eu só vou acrescentar o seguinte. Alguns exemplos são colocados no debate como verdade, mas, muitas vezes, ao se dar um contraexemplo, destrói-se esse exemplo.

Foi colocada aqui na mesa a tentativa de redução dos juros por parte do Governo Dilma, que se gerou inflação, supostamente, por causa da queda dos juros. Isso é uma interpretação. A gente pode interpretar também que a subida dos juros agora, recentemente, gerou inflação também, porque são momentos que você não consegue controlar totalmente pelas variáveis, isso é muito difícil.

Eu concordo com o Felipe, eu acho que é uma variável política. Eu acho que os juros no Brasil são formados por convenção, e falta vontade política para abaixar os juros no Brasil.

Eu não acho que, em qualquer situação, abaixar os juros daria inflação. Os canais de transmissão da política monetária são muito obstruídos. Se quiser, o Banco Central tem instrumentos para travar esse tipo de transmissão, e as políticas macroprudenciais já mostraram isso. Eu não acho que abaixar os juros geraria automaticamente inflação.

Alguém pode falar: “Bom, mas aí vai gerar fuga de capitais.” Mas o investidor vai para onde, Senadora Gleisi? Ele tem aqui uma taxa de 14%. Ele vai investir no Japão a zero? Vai investir nos Estados Unidos, na Europa?

Eu não acredito que isso seja verdade. Eu acho que é um tema polêmico, é uma questão... Sobre aquela questão de US\$1 milhão... Por que a taxa de juros no Brasil é alta? A minha posição é que é uma variável política marcada por um processo institucional, não é uma variável natural. O Banco Central usa estimativas do mercado, o que, na minha opinião, reforça o caráter político da taxa de juros – mas essa é outra discussão, que, inclusive, merece até uma audiência.

Sobre a questão fiscal e a PEC – e aí eu volto, e vou ser bem breve. A minha interpretação sobre por que o gasto cresce acima do PIB no Brasil é uma interpretação muito simples. Não é que haja um problema matemático que esteja errado, não é nada disso. A gente escolheu construir um Estado de bem-estar social no Brasil. Então, o gasto primário tem crescido, principalmente o gasto social tem crescido acima do PIB.



Outros países já fizeram essa construção, e alguns colocaram, de fato, regra para gastos. Na Europa, em 2011, se estipulou uma regra para gastos em vários países. E isso foi feito não com gasto zero, a regra não era a zero.

Eu não conheço – aí, talvez, o Mansueto e o... Na lista de países que foi apresentada, eu não conheço país que tenha uma regra que seja tão rigorosa quanto essa que está sendo proposta na PEC, uma regra de crescimento zero.

Os países europeus crescem junto com o PIB.

Qual é a ideia que está por trás disso? A ideia é nós consolidarmos nosso Estado social. Nós não queremos aumentar o gasto social e vamos mantê-lo. Portanto, faz-se uma estimativa de longo prazo de crescimento do PIB e, aí, o gasto vai acompanhando isso, mantendo o Estado.

Não é o que a PEC está dizendo. A PEC está falando outra coisa: que, no fundo, nós temos que reduzir o nosso Estado, os nossos serviços sociais prestados.

E aqui eu peço licença para fazer uma metáfora muito boba, mas que, às vezes, ajuda na compreensão.

Nós temos um bolo do qual uma parte vai para saúde e educação. Ao longo do tempo, esse bolo pode crescer ou pode diminuir. O que é o PIB nesse bolo? É o crescimento do bolo, o PIB vai crescendo. Só que a parte para saúde e educação fica estável, ela não cresce junto com o bolo.

O que é o crescimento populacional? É a quantidade de pessoas para comer o bolo. O PIB cresce, a quantidade de pessoas para comer o bolo cresce. Os mais velhos vão querer saúde, os mais novos vão querer educação etc. O que essa PEC está falando? O bolo vai crescer, vai aumentar o número de pessoas para comer o bolo, só que a parte para saúde e educação vai ficar parada. É isso essencialmente.

E a inflação é o quê? A inflação não é nada. A inflação é a cobertura do bolo. A inflação simplesmente está atualizando aquilo ali em termos reais.

E o que é a vinculação pela receita líquida da saúde e da educação? É você garantir que, conforme cresce o PIB, conforme cresce a população economicamente ativa, crescem também os serviços sociais prestados. É isso que está sendo garantido.

Ou seja, são visões diferentes sobre como repartir o bolo. Reparem que é um problema distributivo, estamos aqui na casa do conflito distributivo.

E aí eu acho que há alternativas. Essa narrativa que sustenta a PEC, acho que está muito problemática. Essa ideia de que a confiança vai retomar o crescimento etc.

Reparem o seguinte. Há uma diferença importante. Talvez a principal diferença entre nós aqui, debatedores da Mesa, é que em nenhum momento o Mansueto e o Marcos Mendes fazem referência do impacto do gasto ou da situação fiscal sobre o PIB no longo prazo. Essa é uma divergência teórica que provavelmente está colocada aqui. Na verdade, a política fiscal atua de forma importante sobre a dinâmica econômica. Então, são visões diferentes para o mesmo problema.

Eu acho que há alternativas, muitas alternativas. Não há essa história de que ou aumenta a carga tributária ou corta. Acho que há muitas alternativas, como a gente pensar na qualidade do gasto. Por que a gente gasta 8% do PIB com juros, valor que podia cobrir a previdência social por exemplo? A gente tem outros tipos de gastos que têm que ser revistos, que têm que ser diminuídos. Nós temos que rever, sim, a estrutura tributária.

Eu acho também que temos que ter uma regra, uma regra que olhe o longo prazo e que estabilize a dívida. Eu não acho que essa regra tem que ser para o gasto. Eu também tenho uma discordância sobre o conceito de anticíclico. O conceito de anticiclo não se coloca somente na crise, ele é permanente, ele não é temporário. E, fora da crise, você faz o contrário, você no fundo corta gastos, é o momento de fazer o ajuste fiscal. A ideia do anticiclo é ele ser permanente. Nos momentos de crise, você aumenta o gasto público para incentivar a demanda. Nos momentos de *boom* econômico, você faz o contrário, você corta. Então, na minha concepção, o conceito de anticiclo é permanente. E uma regra para gasto é – como foi colocado pelo Marcos Mendes corretamente – acíclica, não é anticíclica como está colocado na exposição de motivos – isso está errado.

A meu ver, a gente precisa de uma regra que seja anticíclica. A gente pode pensar em várias. Há o resultado estrutural, há as bandas para o superávit primário, parecidas com o regime de metas de inflação. Ou seja, há alternativas em que se pensar, e há alternativas do lado da tributação. A gente não precisa aumentar a tributação; a gente pode ver a qualidade da tributação com a qual está lidando. Por que há também os gastos tributários, por exemplo? Por que a gente não fala em taxação de lucros e dividendos, já que não é uma questão de direita ou esquerda? Vamos discutir tudo. Então, há várias alternativas.

Eu termino, Senadora Gleisi, porque já estamos todos com fome, fazendo uma referência ao conflito distributivo. Esta Casa é a Casa do conflito distributivo, e esse conflito vai aumentar se o tamanho da parcela do gasto do Orçamento para determinados setores diminuir. Eu concordo com o Senador, mas acho que, fora



daqui, também há um conflito distributivo muito importante na sociedade, uma sociedade extremamente desigual em que há desamparados e pessoas com mais poder político, econômico etc.

Essa PEC, no fundo, vai aumentar o conflito lá fora também e vai estar fora do alcance de vocês, Senadores. Ou seja, provavelmente vai haver uma permanente desigualdade social no Brasil e uma precarização dos serviços públicos prestados para a população que mais precisa.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora, serei muito rápido.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Diga, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu quero fazer uma proposta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu ia aprofundar muito esse assunto sobre a concentração pela inflação, porque a gente se esquece disso. A inflação concentra renda, e temos que parar. Mas vamos deixar para outra oportunidade.

Eu queria fazer uma proposta. Primeiro, seria necessário o apoio, talvez, do Governo. Por que não criamos um grupo? Eu estava vendo aqui o exemplo da Irlanda. Esse seria um bom debate. Na Irlanda, funcionou o ajuste. Na Austrália e em outros países também.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Na Irlanda, o ajuste foi fruto de um pacto entre os três partidos.

O Governo erra se quiser empurrar aqui, de qualquer maneira, a PEC. Por que não tentamos criar um grupo da Comissão, com representantes do Governo e com pessoas como o Rossi, para tentarmos construir uma proposta? O Senador Lindbergh poderia dar sua contribuição, e eu acho que também posso dar uma contribuição. Nós estamos de acordo com o fato de que algo deve ser feito. Não está boa a situação. E deixar correr, como o neoliberal quer, como o Lindbergh quer – “Deixe correr que as coisas...” –, isso não vai funcionar. Por que não tentamos fazer um grupo? Podemos nos reunir duas, três, quatro vezes na semana, se for preciso. Formaríamos um grupo pequeno e, depois, traríamos a discussão para a Comissão, para debater um projeto que traga o que é preciso, ou seja, a credibilidade; que encontre uma forma de não se aumentarem os gastos irresponsavelmente, como nós, desta Casa, tendemos fazer, assim como fizeram os governos historicamente; e, ao mesmo tempo, que não penalize setores que poderão ser prejudicados.

É uma sugestão. Queria ver se Comissão de Assuntos Econômicos poderia coordenar esse trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Cristovam.

Quero informá-lo que, na semana que vem – não sei se o Prof. Pedro estará aqui –, haverá o lançamento de um documento que fala exatamente sobre austeridade e traz algumas propostas alternativas à PEC que foi apresentada aqui. Talvez pudéssemos aproveitar esse lançamento para fazer essa discussão. Não vejo problema nenhum em sentarmos, debatermos, vermos alternativas. Eu acho que é importante. Depois nós podemos encaminhar isso.

Eu queria agradecer muitíssimo ao Prof. Pedro Rossi por estar aqui e ao Prof. Felipe Rezende. Sei da dificuldade do deslocamento. Muito obrigada.

Agradeço também ao Dr. Mansueto por estar aqui; ao Dr. Marcos, que é da Casa; e aos Senadores e às Senadoras que estiveram presentes.

Há duas questões só que eu quero colocar para V. Ex^{as}. A primeira é que, na próxima reunião, vamos contar com a presença aqui do Presidente do Banco Central, Dr. Ilan Goldfajn. Talvez ele nos explique, então, o carregamento da dívida líquida – estou brincando! Mas ele já se dispôs a vir, inclusive porque, regimentalmente, ele tem que, de período em período, vir à CAE para falar conosco. Então, na próxima terça-feira, às 10 horas, teremos a sua presença.

Há dois requerimentos aqui sobre a mesa, de iniciativa do Senador José Anibal, que eu gostaria de ler rapidamente e pedir aos Srs. Senadores que nós possamos aprová-los para que sejam encaminhados. São requerimentos de pedido de informações.



ITEM 2**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 21, de 2016****- Não terminativo -**

Requer, nos termos dos arts. 58 e 71 da Constituição Federal, seja solicitada por esta Comissão de Assuntos Econômicos, a quem compete opinar sobre política de crédito, a manifestação do Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar se existe algum impedimento de ordem legal que possa afetar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na concessão do financiamento de longo prazo para a PPP Linha 6-Laranja do Metrô de São Paulo.

Autoria: Senador José Aníbal e outros.

Submeto o requerimento à apreciação dos Sr^{as} e Srs. Senadores. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 1**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 20, de 2016****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 71, da Constituição Federal, que o Tribunal de Contas da União (TCU) avalie a possibilidade de cessão de contratos de exportação de bens nacionais e serviços técnicos de terceiros para empresas comerciais exportadoras brasileiras (tradings), de tal forma que estas venham a assumir de forma direta a responsabilidade formal destes contratos e possam garantir a sua execução.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros.

Também submeto este requerimento à apreciação dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero agradecer mais uma vez. Quero agradecer muitíssimo ao Senador Cristovam, que foi meu colega e companheiro de requerimento. Eu acho que nós demos aqui um bom início a esse debate, Senador Cristovam, um debate que vai requerer muitas outras audiências públicas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 43 minutos.)



ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e três de agosto do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, e do senador José Pimentel, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Benedito de Lira, Paulo Rocha, Regina Sousa, Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Kátia Abreu, Valdir Raupp, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, José Aníbal, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Armando Monteiro, Wellington Fagundes, Elmano Férrer e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os senadores Jorge Viana, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Ricardo Franco e Eduardo Lopes. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício Sec. nº 131/2016, de 15 de junho de 2016, da Câmara Municipal de Francisco Morato - SP, encaminhando cópia de moção de apelo para que a Agência da Receita Federal em Franco da Rocha não seja fechada; Ofício geral 58/2016, de 20 de junho de 2016, da Câmara Municipal de Jaguarão - RS, encaminhando cópia de moção de apoio ao movimento de alunos, professores e funcionários da Unipampa contra cortes orçamentários; Ofício nº 223/2016, de 27 de junho de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores do município de Passo Fundo, encaminhando cópia de moção de apoio aos proprietários de veículos automotores que estão sendo prejudicados pelo que prevê a Lei nº 14.035, aprovada em 2012, que elevou a taxa de cobrança da transferência de veículos no estado do Rio Grande do Sul; Ofício GG nº 236/2016, de 28 de junho de 2016, do Governo do Estado do Ceará, manifestando agradecimento pelo apoio da Comissão de Assuntos Econômicos à Resolução nº 15 de 2016; e Ofício nº CM 037/2016, de 30 de junho de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores Ponte Serrada - SC, solicitando apoio para que a Agência da Receita Federal de Xanxerê não seja fechada. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a presidência submete à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das 24ª e 25ª reuniões, que são aprovadas, e inicia a apreciação dos itens constantes da pauta: **Item 1** - Projeto de Lei da Câmara nº 32 de 2016, não terminativo, de autoria da Defensoria Pública da União, que “dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências”, tendo como relatora a senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório favorável ao projeto. A senadora Gleisi Hoffmann passa a presidência ao senador José Pimentel para que possa relatar a matéria. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Ataídes Oliveira, Lindbergh Farias, Hélio José, Telmário Mota, Ricardo Ferraço, José Aníbal, Cidinho Santos, Ronaldo Caiado, Vanessa Grazziotin, Omar Aziz e Alvaro Dias. O presidente em exercício da comissão, senador José Pimentel, concede vista ao senador Ataídes Oliveira por 30 minutos, nos termos regimentais. Retomada a apreciação da matéria, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Item 2** - Projeto de Lei da Câmara nº 27 de 2016, não terminativo, de autoria do Supremo Tribunal Federal, que “dispõe sobre o subsídio do ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal e dá outras providências”, tendo como relator o senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório contrário ao projeto. Em 23/8/2016, o senador Valdir Raupp apresentou voto em separado favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Ataídes Oliveira, José Aníbal e Valdir Raupp, que faz a leitura de seu voto em separado. A presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. É adiado o item seguinte da pauta, a saber: **Item 3** - Projeto de Lei da Câmara nº 28 de 2016. São apreciados ainda os seguintes itens extrapauta: **Item 4** - Mensagem (SF) nº 81 de 2016, não terminativa, de autoria do presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII e VIII da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil no valor US\$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) entre o município de Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul, e o Fundo Financeiro para a Bacia do Prata - Fonplata, cujos recursos serão destinados ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá - PDI”, tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o senador Waldemir Moka. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 5** - Minuta de requerimento, de autoria do senador Waldemir Moka, que “nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 81 de 2016, que ‘propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII e VIII da Constituição Federal, seja autorizada a



contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil no valor US\$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) entre o município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul, e o Fundo Financeiro para a Bacia do Prata - Fonplata, cujos recursos serão destinados ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e um minuto, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e pelo presidente eventual, senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

Senador JOSÉ PIMENTEL

Presidente eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Bom dia, Senadores e Senadoras, todos os que nos acompanham aqui na Comissão de Assuntos econômicos.

Pediria silêncio a todos, inclusive aos assessores.

Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento:

– Ofício nº 131, de 2016, da Câmara Municipal de Francisco Morato, São Paulo, encaminhando cópia de moção de apelo para que a agência da Receita Federal em Franco da Rocha não seja fechada.

– Ofício Geral nº 58, de 20 de junho, da Câmara Municipal de Jaguarão, Rio Grande do Sul, encaminhando cópia de moção de apoio ao movimento de alunos e professores e funcionários da Unipampa contra cortes orçamentários.

– Ofício nº 223, de 27 de junho de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Passo Fundo, encaminhando cópia de moção de apoio aos proprietários de veículos automotores que estão sendo prejudicados pelo que prevê a Lei nº 14.035, aprovada em 2012, que elevou a taxa de cobrança da transferência de veículos do Estado do Rio Grande do Sul.

– Ofício nº 236, de 28 de junho de 2016, do Governo do Estado do Ceará, manifestando agradecimento pelo apoio da Comissão de Assuntos Econômicos à Resolução nº 15, de 2016.

– Ofício de 30 de junho de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Ponte Serrada, Santa Catarina, solicitando apoio para que a agência da Receita Federal de Xanxerê não seja fechada.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 24ª e 25ª Reuniões.

Os Srs. Senadores e Senadoras concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

O primeiro ponto de pauta dispõe sobre o subsídio do defensor público-geral federal e dá outras providências.

A autoria é da Defensoria Pública da União.

A relatoria é da Senadora Gleisi Hoffmann.

O relatório é favorável ao projeto.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto

Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador José Pimentel para que eu possa fazer a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) –

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.

Autoria: Defensoria Pública da União

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Favorável ao projeto.



Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto;
2. A matéria encontra-se em regime de urgência, aprovado por meio do Requerimento nº 548 de 2016.

Com a palavra a Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, para proferir seu parecer.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2016, de autoria da Defensoria Pública da União, que possui cinco artigos. O primeiro fixa o subsídio mensal do Defensor-Geral da União em R\$31.557,21 (trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e um centavos), a partir de 1º de julho de 2016; R\$32.188,36 (trinta e dois mil, cento e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos), a partir de 1º de janeiro de 2017; R\$32.938,35 (trinta e dois mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos), a partir de 1º de abril de 2017; e R\$33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais), a partir de 1º de janeiro de 2018.

O art. 2º estabelece que o subsídio mensal dos demais membros da DPU observará o escalonamento de 5% entre as categorias que compõem a Carreira de Defensor Público Federal (segunda, primeira e especial), tendo como referência aquele percebido pelo Defensor Público-Geral Federal, de modo que os subsídios dos membros dessas categorias oscilarão, em 1º de janeiro de 2018, entre R\$28.947,55 (vinte e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) e R\$32.074,85 (trinta e dois mil e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

O art. 3º afirma que as despesas resultantes da aprovação do projeto em exame correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à DPU na Lei Orçamentária Anual (LOA). Por sua vez, o art. 4º condiciona a implementação do disposto nesta lei a sua autorização em anexo específico da LOA, nos termos do art. 169, §1º, da Constituição Federal. Por fim, o art. 5º trata da cláusula de vigência, com a lei resultante do PLC entrando em vigor na data de sua publicação.

Houve a aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em 13 de julho de 2016, do relatório do Relator Senador Telmário Mota, que passou a constituir parecer da CCJ, favorável ao PLC, por ser constitucional, jurídico, condizente com a boa técnica legislativa e meritório. Tendo em vista a aprovação, no plenário, do Requerimento nº 548, de 2016, a proposição entrou em regime de urgência.

Na sessão deliberativa do dia 17 de agosto de 2016, o Presidente do Senado Federal remeteu a matéria à CAE, com a manutenção do regime de urgência para deliberação final no plenário. Na mesma data, avoquei a relatoria da matéria.

Não houve apresentação de emendas.

Análise.

O inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal assegura à CAE competência para opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros das matérias que lhe são submetidas por despacho do Presidente do Senado Federal.

Como já ressaltou o Senador Telmário Mota, a matéria é meritória, pois a instituição Defensoria Pública tem o papel de promover a democracia por meio da garantia do acesso à justiça à sociedade brasileira, especificamente àqueles que não possuem condições materiais de, por sua conta, fazer valer seus direitos e, em razão disso, deles são privados.

É importante que se diga que o termo acesso à justiça não se limita somente à atuação jurisdicional do Estado, mas compreende desde a simples orientação jurídica, passando pela atuação extrajudicial, até o ajuizamento de ações perante o Poder Judiciário, se necessário for.

A DPU, em particular, possui atribuição para atuação nas matérias a) cíveis, previdenciárias, criminais, administrativas e militares federais; b) trabalhistas; e c) eleitorais. Pode desempenhar suas funções, assim, perante as instâncias administrativas dos órgãos públicos federais, nos judiciários federais comum, do trabalho, eleitoral e militar. Entretanto, a título de exemplo, encontra-se efetivamente instalada em apenas 28% das Subseções Judiciárias da Justiça Federal, principal órgão jurisdicional perante o qual atua hoje em dia.

São 624 membros da DPU em exercício no País inteiro e, mesmo com o pouco material humano disponível, a instituição realizou mais de 1,5 milhão de atendimentos no ano de 2015 e, em 2016, já realizou mais de 870 mil atendimentos para obtenção de medicamentos, internamentos, auxílios, aposentadorias, pensões, benefícios assistenciais, seguro desemprego, moradia, FGTS etc.

Dito isso, convém esclarecer que o assunto único do PLC nº 32, de 2016, é promover a recomposição salarial dos membros da DPU. Não há na matéria ora em análise qualquer disposição relativa à criação de novas carreiras na DPU ou à criação de cargos em comissão e funções comissionadas. Esta encontra-se no PL nº 7.923, de 2014, que visa criar 784 cargos em comissão e 362 funções comissionadas, totalizando 1.146 cargos,



e a estruturação da carreira é tema do PL nº 7.922, de 2014, que cria os cargos de Analista e Técnico da Defensoria Pública da União. Ambos os projetos de lei estão em tramitação na Câmara dos Deputados no momento.

O PLC nº 32, de 2016, atende os incisos I e II do art. 98 da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, conhecida como Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, por conter as premissas e metodologia de cálculo do impacto orçamentário-financeiro, bem como o demonstrativo do impacto da despesa, por ativos, inativos e pensionistas, nos exercícios financeiros de 2016 a 2018, nos termos do Ofício nº 305/2016, de 30 de junho de 2016, emitido em resposta ao Ofício 071/2016/CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos

Como as estimativas do impacto orçamentário-financeiro da DPU são de caráter incremental, sintetizamos no Quadro abaixo o impacto total do PLC nº 32, de 2016, em cada exercício financeiro, por ativos, inativos e pensionistas, de acordo com o número de cargos ocupados em julho de 2016 e as premissas e metodologia apresentadas pela DPU. Basicamente, a diferença entre essas estimativas reside no fato de que o impacto incremental é calculado com base na diferença entre a remuneração recém-reajustada e a anterior, que é variável conforme houver novas parcelas de reajuste, enquanto o impacto total é apurado com base na diferença entre a remuneração recém-reajustada e a atualmente vigente.

É bom frisar que a DPU possui 624 defensores públicos ativos, dos quais 452 estão enquadrados na segunda categoria da Carreira de Defensor Público Federal, 121 na primeira categoria, 50 na categoria especial e 1 como Defensor Público-Geral Federal. Entre os 26 aposentados, 23 são originários da categoria especial e 3 da segunda categoria. Já entre os instituidores de pensão, temos 19 da categoria especial, 1 da primeira categoria e 3 da segunda, totalizando 23 instituidores de pensão.

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro total do PLC nº 32, de 2016, será de R\$7,8 milhões, R\$65,6 milhões e R\$119,8 milhões nos exercícios financeiros de, respectivamente, 2016, 2017 e 2018. Embora a estimativa de 2016 tenha como ponto de partida o mês de julho de 2016, a cláusula de vigência do PLC diz expressamente que a lei resultante de sua aprovação entra em vigor na data de sua aprovação. Isso garante que a proposição atende o art. 98, § 2º, da LDO 2016, que veda a apresentação de projeto de lei relacionado ao aumento de despesas com pessoal, bem como sua aprovação, caso contenha dispositivo legal com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor da lei.

O PLC nº 32, de 2016, também observa plenamente as disposições dos incisos I e II do § 1º do art. 169 da Lei Maior, já que o art. 99 da LDO 2016 assegura que estão autorizadas as despesas com pessoal relativas aos aumentos de remuneração e à concessão de quaisquer vantagens até os limites das dotações orçamentárias incluídas em anexo específico da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 (LOA 2016), as quais devem constar da programação orçamentária e estar em harmonia com os limites da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O subitem 4.1 do item II (Alteração de Estrutura de Carreiras e Aumento de Remuneração) do Anexo V da LOA 2016 (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016) estipula que o limite das dotações voltadas ao atendimento de projetos de lei relativos à reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras na Defensoria Pública da União, no exercício financeiro de 2016, é de R\$12,2 milhões, que é superior ao impacto orçamentário-financeiro total das despesas que o PLC nº 32, de 2016, propõe criar no valor de R\$7,8 milhões em 2016. Adicionalmente, o aumento das despesas com pessoal dos integrantes da DPU em 2016 não supera o limite de 5,5% do total da folha de pagamento desses servidores (R\$198,5 milhões), visto que o aumento corresponde a 3,9% desse total calculado sem reajuste.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Além disso, não há, no momento, limite específico para as despesas com pessoal da DPU, que são computadas no limite do Poder Executivo federal. Mesmo incluindo todas as despesas de pessoal do exercício financeiro de 2018 decorrentes de aumentos concedidos por esse Poder no total de despesas relativo ao 1º quadrimestre de 2016, nota-se que o Poder Executivo atingiria 29,3% da receita corrente líquida (RCL) da União, que é abaixo do limite prudencial de 36% para as despesas de pessoal, determinado pelo parágrafo único do art. 22 c/c a alínea c do inciso do art. 20 da LRF.

De todo modo, as despesas com pessoal da DPU no exercício financeiro de 2018 poderão aumentar, em caso de transformação em norma jurídica do PLC nº 32, de 2016, 0,017% (dezessete milésimos percentuais) da RCL de R\$700,4 bilhões, constante do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2016. Se, por acaso, forem acrescidas as despesas previstas com as nomeações de outros defensores públicos em 2017 no valor de R\$59,3 milhões, as despesas com pessoal da DPU em 2018 aumentarão R\$179,1 milhões, que equivalem a 0,026% (vinte e seis milésimos percentuais) da referida RCL.



Ademais, o quadro abaixo apresenta os percentuais dos reajustes nominais dos subsídios dos servidores da DPU entre 2016 e 2018. Considerando a hipótese de que o Defensor Público-Geral Federal possa pertencer à categoria especial dos defensores públicos, o subsídio dele aumentará dos atuais R\$31.090,85...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... para R\$33.763,00 a partir de 1º de janeiro de 2018. O subsídio dos defensores públicos integrantes da categoria especial elevar-se-á de R\$22.516,94 para R\$32.074,85 no período em questão. Já o subsídio dos defensores da categoria primeira aumentará de R\$19.913,33 para R\$30.471,11 no período citado. Por sua vez, o subsídio dos defensores integrantes da categoria segunda saltará de R\$17.330,33 para R\$28.947,55.

Em janeiro de 2012, percebe-se que a remuneração dos defensores públicos da categoria segunda era de R\$14.970,60. Assim, em janeiro de 2018, a remuneração dos integrantes dessa categoria terá crescido em termos nominais 93,4% no período de seis anos. Porém, é fundamental esclarecer que a concessão de maiores reajustes às categorias primeira e segunda é fruto de uma exigência constitucional. A não concessão deste reajuste seria um desrespeito à Constituição, situação que o Senado Federal não poderia jamais pactuar.

A Emenda Constitucional nº 80, de 4 de junho de 2014, ao inserir o §4º no art. 134 da Constituição Federal, determinou que se aplica à Defensoria Pública,...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... no que couber, o art. 93 da Carta Magna, que, entre outras disposições, prevê que as diferenças remuneratórias entre uma categoria e outra não poderão ser superiores a 10% e nem inferiores a 5%.

Esse último escalonamento é obedecido pela proposição em exame, bem como tem sido adotado no âmbito do Ministério Público da União, também por determinação constitucional.

Por fim, é preocupante o elevado índice de evasão da carreira dos Defensores Públicos Federais, cargo para o qual são exigidos três anos de prática jurídica e a aprovação em rigoroso concurso público. Segundo dados da própria DPU, nos dois últimos concursos realizados, 40% dos aprovados para o cargo migraram para outras carreiras ou nem mesmo chegaram a tomar posse devido à diferença remuneratória existente entre os membros da DPU e as outras carreiras jurídicas equivalentes.

Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade da valorização da Defensoria Pública da União. Afinal, de modo semelhante aos dizeres da Ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, por ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.943, que reconheceu a legitimidade ativa da Defensoria Pública para ajuizar ação civil pública, podemos questionar: a quem interessa enfraquecer a Defensoria Pública?

Voto.

Diante do exposto, manifesto voto pela aprovação do PLC nº 32, de 2016.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A matéria está em discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com base no art. 132, §3º, Sr. Presidente, e diante...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Fazendo soar a campanha.) – Pois não, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com base no art. 132, §3º, do Regimento Interno desta Casa, e diante da situação econômica que o nosso País atravessa, com mais de 20 milhões de desempregados, é hora, principalmente, deste Congresso Nacional rever, com maior responsabilidade, os gastos públicos.

Portanto, Presidente Pimentel, eu peço vista, sob a égide do nosso Regimento Interno, no seu art. 132, §3º.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente, na verdade, o assunto está...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Só um minuto, Senador.



Eu quero registrar junto aos nossos pares que esta matéria já foi objeto de uma audiência pública conjunta da CCJ com a CAE, quando foi aprovada a urgência de plenário.

O pedido é regimental. O prazo máximo é de 24 horas. Assim, eu vou conceder meia hora de vista, tendo em conta que às 11h começa a sessão do Congresso Nacional.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, na verdade...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... o assunto...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, vamos seguir aqui na análise do meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro. Estou concedendo vista a V. Exª por meia hora, tendo em vista...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... que a matéria está em regime de urgência e que teremos sessão do Congresso Nacional a partir das 11h.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está concedida a vista.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Permita-me, Sr. Presidente...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – O projeto já foi devidamente...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Devolvo a...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O art. 336, inciso I, no qual V. Exª está se baseando para conceder tão somente meia hora de vista, aplica-se aos casos de calamidade pública. Portanto, Sr. Presidente, com toda vênua, nós, aqui neste plenário, não podemos concordar com V. Exª. O art. 336, inciso I, diz que essa meia hora se aplica tão somente àqueles casos de calamidade pública, o que não é o caso.

Portanto, Sr. Presidente, eu peço vista obedecido o art. 132, §3º, que nos permite 24 horas de prazo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O prazo é de até 24 horas.

Trata-se de matéria conhecida, que veio à CCJ por um acordo de Lideranças. Nós já discutimos essa matéria várias vezes. Assim, tendo em vista que a sessão do Congresso Nacional começa às 11h, concedo a vista por até meia hora.

Devolvo a Presidência à Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, vamos colocar em votação então! V. Exª não pode tomar essa decisão dessa forma, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Essa é uma decisão da Presidência...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas está indo contra o Regimento!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... nos termos do art. 132, §2º, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Está concedida vista por meia hora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na verdade, Sr. Presidente, eu não sei nem se poderia ser pedida a vista, pois essa matéria está em regime de urgência no plenário. O que foi feito foi um acordo para passar aqui a fim de discutirmos a questão econômica desse caso.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Lindbergh, está concedida a vista por meia hora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu acato a posição do Presidente, mas quero deixar claro: o que foi feito foi um acordo para que se discutisse aqui o impacto econômico, ainda porque essa matéria está em urgência no plenário. Era só para vir aqui e nós discutirmos o impacto econômico! Nós não trouxemos essa matéria do plenário para cá!

Mas, de qualquer forma, não quero aqui discordar do Presidente, não sem antes, contudo, deixar isso claro: na minha avaliação, nem pedido de vista poderia haver.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Srª Presidente, Senadora Gleisi, pela ordem.



A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vamos dar sequência à pauta.

Pela ordem, com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu queria pedir a V. Exª a inclusão extrapauta de um projeto de autorização de financiamento, com recursos do Fonplata, para a cidade de Corumbá, uma cidade histórica do meu Estado. Assim, eu queria que V. Exª, se pudesse, colocasse...

Eu acho que há acordo aqui. Eu falei com a maioria dos membros deste Colegiado. Acho que é importante esse projeto.

E ele tem um detalhe: eles têm prazo para serem votados. Se não votarmos até o dia 2 de setembro, tem que se refazer todo o projeto. Por isso é que estou...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nós, da Liderança da Oposição, estamos de acordo com o Senador Moka.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Consulto o Plenário se há acordo. Está colocado como extrapauta.

Item 2.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Retorno novamente ao meu pedido de vista. Presidente Gleisi, Senadores e Senadoras, o art. 132...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador, não posso deferir, já está decidida essa matéria, eu não presidia a sessão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, mas está...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sinto muito, Senador.

Item 2 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente...

(Tumulto no recinto.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quem fez o relatório?

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA MENSAGEM (SF) Nº 81, de 2016 - Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil no valor US\$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) entre o Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para a Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos serão destinados ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá - PDI".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Srª Presidente, quero recorrer sobre meu pedido de vista.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador, nós estamos...V. Exª poderá recorrer depois que terminarmos esta matéria.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, como o parecer já está sendo distribuído a todos os membros da Comissão, eu gostaria, de forma muito resumida, dizer que os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá, o PDI. O Programa terá o valor total de US\$80 milhões, sendo US\$40 milhões financiados pelo Fundo Financeiro para a Bacia do Prata, o Fonplata, e US\$40 milhões como contrapartida do Município de Corumbá. A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu parecer Copen STN nº 797, de 28 de julho de 2016, favorável ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito.



Eu gostaria de destacar que o Município de Corumbá preencheu todos os requisitos que são dispostos pela Secretaria do Tesouro Nacional, destaco ainda que, segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota nº 97, de 2016, de 7 de junho de 2016, o Município de Corumbá foi classificado na categoria B+, o que indica situação fiscal forte e risco de crédito baixo, suficiente para recebimento da garantia da União.

Portanto, em conclusão, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o pleito encaminhado pelo Município de Corumbá encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 40 43, de 2001, e 48, de 2007, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos do projeto de resolução, cuja leitura peço a compreensão da dispensa. É o projeto de resolução que se encontra anexo.

O nosso voto é favorável à contratação desse empréstimo externo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A matéria encontra-se em discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Vou ser muito rápido.

A cidade de Corumbá é uma cidade histórica que, por muito tempo, teve um isolamento geográfico. Ela dista de Campo Grande uma distância considerável. Para a gente ter uma ideia, a maioria das ruas de Corumbá ainda é de monobloco. Então, esse recurso será para uma revitalização, além de para programas sociais importantes.

Eu peço aos companheiros que deem o voto favorável e, se possível, faço pedido de urgência, em função do prazo, que expira dia 2 de setembro, para a gente votar no Senado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Além de tudo, é uma cidade muito bonita. Conheço Corumbá.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Cidade bonita. V. Exª conhece bem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Questão de ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Waldemir Moka.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Pois não. Com a palavra V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Srª Presidente, ratifico o meu pedido de vista de 24h no projeto anteriormente lido, com base no art. 132, §3º, do nosso Regimento, que diz: “Quando se tratar de proposição com prazo determinado, a vista, desde que não ultrapasse os últimos dez dias de sua tramitação, poderá ser concedida por vinte e quatro horas.”

O art. 336, inciso I, cujo Presidente em exercício no momento, o Senador Pimentel, utilizou para conceder somente meia hora de vista é somente para o caso de calamidade pública. Faço questão, inclusive, de ler, Srª Presidente: “Art. 336. A urgência poderá ser requerida: I - quando se trate de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou de providência para atender a calamidade pública.” Não é o caso.

Portanto, Srª Presidente, recorro, nesta questão de ordem, da decisão do Senador Pimentel e gostaria que o Plenário se manifestasse.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A regra geral, Senador, é a do §1º do art. 132, que diz que o pedido de vista será aceito por uma única vez, e improrrogável, pelo prazo máximo de até cinco dias. Portanto, utilizamos até 24h. E cai no §2º, inciso II.

Mantenho a decisão do Senador Pimentel.

Item 2 da pauta.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas eu recorro, Srª Presidente.



A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Item 2 da pauta.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Estou recorrendo, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não existe recurso para este caso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Srª Presidente, como não?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não existe recurso para pedido de vista.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O Plenário é soberano. Coloque para decisão do Plenário. Eu estou recorrendo.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Srª Presidente, pedido de vista é decisão automática da Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É isso. Ele não está entendendo, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Estou entendendo sim, Srª Presidente, muito bem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – À proporção que a Mesa decidiu, a Presidente, não tem recurso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Estou com o Regimento em mãos, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está bem. Para não ficarmos nesse impasse, submeto ao Plenário a questão de ordem do Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Os Senadores que forem favoráveis à questão de ordem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Rejeitada.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

Em 23 de agosto, o Senador Valdir Raupp apresentou voto em separado, favorável ao projeto.

Com a palavra o Senador Relator Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, em exame, nesta Comissão de Assuntos Econômicos...

Presidente, acho que estou atrapalhando. Se eu estiver atrapalhando...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Fazendo soar a campanha.) – Gostaria de pedir silêncio na Comissão, também aos assessores e a todos que acompanham a reunião, para que o Senador Ricardo Ferraço possa fazer a leitura de seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Se eu estiver atrapalhando, eu posso...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, V. Exª não está atrapalhando.

(Soa a campanha.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Srª Presidente.



Em exame, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2016, do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Nos termos do art. 1º da proposta, o subsídio mensal do Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, corresponderá aos seguintes valores:

I – R\$ 36.713,88 (trinta e seis mil, setecentos e treze reais e oitenta e oito centavos), a partir de 1º de junho de 2016; e

II – R\$ 39.293,32 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos), a partir de 1º de janeiro de 2017.

O art. 2º do PLC determina que as despesas resultantes da aplicação da lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Judiciário da União.

Já o art. 3º estabelece que a implementação do disposto na lei observará o art. 169 da Constituição Federal, que determina que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar, sendo que tais limites foram definidos pela Lei Complementar nº 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

O art. 4º trata da cláusula de vigência da lei, determinando que ela entrará em vigor na data de sua publicação.

A matéria tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi avocada a relatoria pelo Presidente da Comissão, que apresentou relatório favorável, sendo em seguida concedida vista coletiva.

Em 7 de julho de 2016, apresentei, ainda na Comissão de Constituição e Justiça, voto em separado, contrário à matéria, por entender que, como o projeto trata de elevação de gasto com pessoal, ele se sujeita ao disposto no art. 169, §1º da Constituição Federal, que exige, determina autorização específica e prévia dotação orçamentária suficiente para atender ao aumento proposto. Nesse sentido, as estimativas do próprio STF apresentavam inconsistências com relação ao seu custo estimado, não estando adequadas aos valores autorizados no Anexo V da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 (LOA 2016), além da utilização de valores inadequados como parâmetro da Receita Corrente Líquida (RCL), o que alterou a aferição dos limites para despesas com pessoal.

Não obstante essa manifestação e esses vícios materiais objetivos, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o relatório favorável do Relator, que passou a constituir parecer da CCJ.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que a ela são submetidas.

Como o presente projeto trata de reajuste de subsídio, configurando elevação de gasto com pessoal, o mesmo se sujeita ao disposto no art. 169, §1º da Constituição Federal, que exige autorização específica e prévia dotação orçamentária suficiente para atender ao aumento proposto.

A Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) também traz disposições claras acerca dos atos que tratem de aumento de despesa de pessoal. Em seu art. 21, a LRF dispõe:

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:
I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no §1º do art. 169 da Constituição;

Os referidos artigos, entre outras exigências, determinam que:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

...

§2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

Tais exigências são reiteradas e detalhadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (LDO 2016), que dispõe, em seus arts. 98 e 113...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) –

Art. 113. As proposições legislativas e respectivas emendas, conforme art. 59 da Constituição Federal, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da



União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subseqüentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

Ainda no seu §6º, Senador Fernando Bezerra Coelho, será considerada incompatível a proposição que:

(...)

II - altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição Federal, concedendo aumento que resulte em:

(...)

b) despesa, por Poder ou órgão, acima dos limites estabelecidos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Com o intuito de atender o regramento citado, no dia 28 de junho de 2016, foi encaminhado pelo Conselho Nacional de Justiça, o Ofício 15/GP – SPR/2016, de 24 de junho de 2016, em que são enviadas as estimativas referentes ao aumento, com as memórias, para que nós pudéssemos proceder a toda a análise de impacto.

Como exaustivamente discutido não só na CCJ, mas também nesta CAE, por ocasião da análise do PLC nº 29, de 2016, e em audiência pública com o Ministro interino do Planejamento, as estimativas apresentadas pelo próprio Poder Judiciário apresentavam inconsistências com relação ao seu custo estimado que não estavam adequadas aos valores autorizados no Anexo V da Lei Orçamentária Anual.

Com relação a este ponto, não obstante não ter sido enviado nova estimativa, restou esclarecido na citada audiência pública que havia uma inconsistência naquela projeção e que a mesma atenderia ao disposto no art. 169, da Constituição Federal.

No entanto, foi confirmado também a utilização de valores inadequados como parâmetro da Receita Corrente Líquida, o que altera a aferição dos limites para despesas com pessoal.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu gostaria de pedir silêncio aos presentes, principalmente às assessorias que estão nas laterais, porque, senão, nós teremos que esvaziar o plenário para que o Senador possa fazer a leitura do seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – As projeções do Judiciário anexadas a este PLC utilizaram o valor estimado para 2016 presente na Proposta Orçamentária de 2016 (PLOA 2016), ou seja, usam o valor de R\$ 741.906.616.200. No entanto, o art. 113, §10 da LDO determina que deve ser utilizada a RCL constante do Relatório de Gestão Fiscal do momento da avaliação.

Art.113.....

§ 10. Para fins da avaliação demandada pela alínea “b” do inciso II do § 6º e cálculo da estimativa do impacto orçamentário e financeiro, será utilizada a receita corrente líquida constante do Relatório de Gestão Fiscal do momento da avaliação [insisto].

No caso, o último Relatório de Gestão Fiscal disponível, de abril de 2016, traz um valor de RCL igual a R\$ 700,4 bilhões.

Estes valores diferem em mais de R\$40 bilhões entre aquilo que determina a lei e aquilo que foi encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal. Isto representa uma diferença, a maior da Receita Corrente Líquida, de mais de 5% em relação ao que deveria ter sido utilizado, o que altera a aferição dos limites para despesas com pessoal.

Segundo o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite para despesas com pessoal do Poder Judiciário da União é de 6% da Receita Corrente Líquida da União. Além desse limite global, cada órgão do Poder Judiciário tem limites específicos. No caso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é fixado o limite de 0,275% da Receita Corrente Líquida.

Assim, a proposição não pode levar, em nenhum dos órgãos afetados pela matéria, nem à ultrapassagem do limite total de despesa com pessoal (art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal) nem à ultrapassagem do limite prudencial (art. 22, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal).

O demonstrativo encaminhado pelo Poder Judiciário atestava que nenhum dos órgãos do Poder Judiciário da União ultrapassaria tais limites. No entanto, é necessário corrigirmos o valor da Receita Corrente Líquida para R\$700,4 bilhões que consta do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2016, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias.



Neste caso, e utilizando todas as demais estimativas e hipóteses ali presentes, pode-se notar que, no caso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o limite de despesa com pessoal ultrapassa o limite prudencial em 2018 e o limite total em 2019. Neste caso, chamo a atenção, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de acordo com o já citado art. 113 da LDO 2016, a presente proposição é considerada incompatível, por ultrapassar os limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 22, parágrafo único, uma vez ultrapassado o limite prudencial, observem V. Ex^{as}, ficam vedadas a concessão de reajustes, criação de cargos e contratação de pessoal ...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...a qualquer título dentre outras restrições ali descritas.

Em meu relatório, Sr^a Presidente, transcrevo *ipsis litteris* o que determina o art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, consagrando a incompatibilidade dessa proposta.

Ademais, ao analisarmos o PLC nº 27, de 2016, não estamos analisando apenas, e chamo a atenção de V. Ex^a, Presidente, e, com muita humildade, das Sr^{as} e Srs. Senadores, o reajuste para os 11 Ministros integrantes do Supremo Tribunal Federal. Não! Este é um projeto de lei que tem amplo impacto econômico na folha de pagamento do funcionalismo público nas esferas federal, estadual e municipal, inclusive.

Como é sabido, o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal é um dos mais importantes parâmetros remuneratórios do País em função das várias vinculações constitucionais, que geram o chamado “efeito cascata” tanto no âmbito da União como nos demais entes federados.

Nunca é demais lembrar que esta Casa é a Casa que representa os Estados brasileiros, que representa a Federação brasileira, e tudo aquilo que impacta a realidade fiscal e econômica dos Estados precisa, por obrigação, por ofício, ser considerado.

No âmbito federal, o art. 93, inciso V da Constituição Federal traz a regra de vinculação entre os subsídios dos demais magistrados e os dos Ministros do STF.

No caso dos Estados, historicamente, tais reajustes seriam definidos por lei de cada Unidade da Federação, conforme o comando constitucional. Entretanto, em 3 de março de 2015, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ratificou liminar que estabelece o reajuste automático da remuneração da magistratura estadual quando do reajuste do subsídio dos Ministros do STF, fazendo necessário considerar esse impacto quando da apreciação desses projetos de lei.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Também, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os Ministros de Tribunais de Contas têm os seus salários vinculados aos subsídios pagos no Judiciário, conforme consagrado no art. 73, §3º da Constituição Federal.

Além dessas vinculações, o subsídio dos Ministros do STF também representa o teto remuneratório de todos os servidores públicos, conforme o art. 37, inciso XI da Constituição Federal, que transcrevo em meu relatório para que todos possam, se desejarem, eu acho que deveriam manusear e processar a leitura adequada em razão disso que estamos aqui consagrando.

Desta maneira, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o reajuste do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal resultará em um impacto bilionário nas contas públicas da União, dos Estados e, pasmem, até dos nossos Municípios. A partir da sua aprovação, abre-se a porta para que sejam reajustados todos os demais salários no setor público, inclusive os salários de Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais e assim por diante, o que, sabemos, historicamente acontece em um segundo momento para juízes, desembargadores etc.

No âmbito da União, a elevação dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal impacta diretamente os subsídios da magistratura federal e dos Ministros do Tribunal de Contas da União, mas também eleva o teto de remuneração de todos os servidores públicos federais.

Além disso, há o “efeito cascata” decorrente da vinculação automática entre os subsídios da magistratura estadual e os subsídios da magistratura federal. De maneira semelhante, a elevação da remuneração dos Ministros do TCU gera elevação dos subsídios dos Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais. Adicionalmente, a elevação do teto federal também gera elevação do teto estadual. Tudo isso impacta gravemente as contas dos Estados e até dos nossos Municípios.

Estimativa, Sr^a Presidente, da Consultoria de Orçamento do Senado aponta que a aprovação desse projeto, considerando todo seu impacto de vinculação, de cascata, gerará um impacto para o setor público brasileiro da ordem de R\$4,5 bilhões. Portanto, não estamos simplesmente aumentando o teto de S. Ex^{as} os Ministros



do Supremo Tribunal Federal. Estamos escancarando a porteira para que um sem-fim de aumentos possam acontecer num gravíssimo e dramático desafio da quadra fiscal brasileira.

Apenas na União, a despesa estimada supera o R\$1,21 bilhão graças à sua repercussão sobre os salários dos demais juízes federais, Ministros do TCU e elevação do teto do funcionalismo.

Nos Estados, apenas com a elevação dos subsídios da magistratura estadual, estima-se um outro impacto anual superior a R\$1,23 bilhão nas despesas de todos os Estados. Já a elevação do teto para os Estados irá implicar um custo adicional superior a R\$1 bilhão.

Tendo em vista que, por decisão do CNJ, o reajuste do subsídio dos Ministros do STF deve repercutir automaticamente na remuneração da magistratura estadual, precisamos analisar, também, o impacto do PLC nº 27, de 2016, no atendimento aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal no Poder Judiciário dos Estados.

Segundo o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite para despesas com pessoal do Poder Judiciário estadual é de 6% da Receita Corrente Líquida dos Estados. No entanto, alguns Estados já estão descumprindo os limites ou estão muito próximos de fazê-lo, e poderão ultrapassá-los com a aprovação deste PLC nº 27, de 2016. Anexo, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma planilha detalhada de todos os nossos tribunais de justiça e de todos os Ministérios Públicos estaduais vis-à-vis esses limites que estou aqui informando.

Levantamento feito junto ao Sistema Levantamento feito junto ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) mostra que o Tribunal de Justiça do meu Estado, o Estado do Espírito Santo, já ultrapassou o limite máximo fixado por lei, apresentando despesa atual equivalente a 6,20% da Receita Corrente Líquida. Ou seja: se o tribunal do meu próprio Estado diz que o Estado já ultrapassou esse limite, e esse limite, por óbvio, por decisão do Conselho Nacional de Justiça, terá impacto automático, é óbvio que estamos tratando aqui de matéria incompatível, pela vinculação e pelo efeito cascata.

Não apenas o meu Estado: dois outros Estados, Tocantins e Paraíba, já ultrapassaram o limite prudencial de 5,7% da Receita Corrente Líquida. Outros quatro Estados, a saber: Rio de Janeiro, Ceará, Piauí e Maranhão, já ultrapassaram o limite de alerta e estão muito próximos do limite prudencial. A aprovação do reajuste proposto, afirmo, do PLC nº 27, de 2016, irá agravar esta realidade na medida em que estamos criando despesas sem indicar as fontes que as irão financiar.

Situação semelhante também é observada com relação aos Tribunais de Contas estaduais (TCEs). Atualmente, em dois estados, Roraima e Maranhão, os Tribunais de Contas já apresentam despesas com pessoal acima do limite máximo fixado. Outros oito TCEs (Pernambuco, Amazonas, Tocantins, Mato Grosso, Paraíba, Rondônia, Piauí e Rio Grande do Norte) já ultrapassaram o limite de alerta fixado pela LRF.

No caso dos Ministérios Públicos estaduais, a situação é ainda mais grave. Mais da metade dos Estados que apresentam informações fiscais disponíveis já estão com despesas de pessoal de seus Ministérios Públicos acima do limite de alerta. De acordo com as informações mais recentes disponíveis, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte já ultrapassou o limite máximo fixado de 2% e outros quatro Estados (Amapá, Goiás, Paraíba e Rondônia) já ultrapassaram o limite prudencial de 1,9% da RCL (equivalente a 95% do limite máximo). Outros oito estados, a saber: Maranhão, Santa Catarina, Ceará, Piauí, Tocantins, Minas Gerais, Roraima e Espírito Santo, já ultrapassaram o limite de alerta e estão muito próximos do limite prudencial.

Ademais, o Senado Federal...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ainda falta muito, Senador? *(Risos.)*

A leitura está muito boa, mas eu sei que nós temos o Ilan depois...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª não é obrigado a ficar aqui. V.; Exª pode sair se assim o desejar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É justamente por isso...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu acho de uma falta de civilidade e até de educação...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não; é de V. Exª. Desculpe, Senador Ferraço, mas V. Exª...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nós vamos ficar aqui escutando por uma hora? Pelo amor de Deus! É preciso ter bom senso!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª não é obrigado a ficar aqui!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A palavra está assegurada a V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.



O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª não é obrigado a ficar aqui. É uma falta de civilidade, de cortesia! Eu estou...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas V. Exª pode sair; não é obrigado a ficar.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo soar a campanha.*) – A palavra está assegurada a V. Exª para concluir o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É porque as verdades precisam ser ditas e precisam ser grifadas, Srª Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É falta de senso, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Falta de senso de V. Exª!

Ademais, o Senado Federal vem reafirmando o entendimento de somente aprovar medidas que gerem aumento de custos para os estados quando houver compensação financeira ou nova fonte de recursos. Exemplos de posicionamentos neste sentido foram as aprovações, no Plenário do Senado Federal, das Propostas de Emenda à Constituição nº 84, de 2015, e nº 128, de 2015.

A Proposta de Emenda à Constituição, aprovada nesta Casa, de nº 128, consagra que:

§ 6º Não se admitirá imposição ou transferência de qualquer encargo financeiro, inclusive decorrente da prestação de serviço público e despesas de pessoal e seus encargos, para a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios sem a previsão de fonte orçamentária e financeira necessária à realização da despesa ou sem a previsão da correspondente transferência de recursos financeiros necessários ao seu custeio, ressalvadas as obrigações assumidas espontaneamente pelos entes federados e aquelas decorrentes da fixação do salário mínimo, na forma do inciso IV do art. 7º.

Ou seja, nós próprios, Senadores, já aprovamos aqui emendas à Constituição Federal determinando que qualquer tipo de despesa que gerarmos para Estados e Municípios nós estamos obrigados a sinalizar qual será a fonte que irá compensar essas despesas adicionais. E, obviamente, esse projeto não traz a alternativa de compensação para os Estados cobrirem essas despesas.

Diante da atual crise econômica, nada poderia ser menos recomendável do que aprovarmos a elevação de despesas primárias do setor público, sem considerar os seus efeitos sobre os demais entes da Federação.

Há muito pouco tempo, recebemos aqui nesta mesma Comissão representantes do Ministério da Fazenda que nos mostraram um grave diagnóstico sobre a economia brasileira. A despesa pública do Brasil, em relação ao PIB, já é mais elevada do que a média dos países desenvolvidos. E, nos últimos anos, apesar da queda da receita líquida do Governo central, as suas despesas continuam subindo.

Tudo indica que estamos caminhando para termos quatro anos seguidos de rombos fiscais. Neste contexto, é fácil notar que o dinheiro necessário para o pagamento dos reajustes não existe no caixa do Governo, exigindo que o mesmo seja financiado ou por mais impostos, ou por mais dívida – ou uma coisa, ou outra.

O resultado do desastre econômico pelo qual estamos passando é a deterioração de todos os indicadores fiscais e o aumento da inflação e do desemprego.

Nesta situação, a maior parte da população brasileira não está lutando por reajustes, mas, sim, para manutenção dos seus empregos. De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego continuou aumentando no segundo trimestre de 2016, atingindo 11,6%, ou seja, são quase 12 milhões de brasileiros.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Senador Ferraço, um minuto. Presidente, nós somos reféns de um interruptor de energia? O que é isso?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É nós estamos com um problema lá atrás...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Que problema lá atrás?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria pedir para o pessoal não encostar no interruptor de energia...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Que problema?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós temos um interruptor lá atrás e outro aqui na frente.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então, peça para saírem. Há muita gente aqui.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não há necessidade de sair, eu só peço que...



O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O que não pode é, a cada dez minutos, apagar a luz.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu só peço, inclusive, que a segurança destaque alguém para que fique lá e possa, assim, pedir para o pessoal não encostar no interruptor. Nós temos condições de fazer a reunião aqui como todo mundo presente.

Eu peço para alguém providenciar que ligue a luz novamente e que não encostem mais no interruptor.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Interrompe.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A conjuntura econômica atual de grave crise exige a necessidade de um sacrifício compartilhado pelo conjunto da sociedade, inclusive da parcela mais bem remunerada do setor público, que não sofre as mazelas do desemprego, em função da estabilidade.

O Congresso deve se pautar pela realidade e pelos clamores da sociedade e não ceder às pressões de grupos corporativos organizados.

A realidade dos Estados, infelizmente, também se apresenta delicada. Vários já estão atrasando ou parcelando salários dos seus funcionários. É o caso do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, que decretou, recentemente, o estado de calamidade pública por conta da sua situação para lá de financeira, já econômica. Uma nova renegociação das dívidas estaduais está sendo feita em busca de um alívio temporário para as finanças estaduais. É com essa realidade, da vida real, que nós precisamos lidar.

Mesmo reconhecendo a inegável importância de remunerarmos de maneira adequada os membros de nossa mais alta Corte, não podemos deixar de considerar que isto significaria impor ônus adicional às já combatidas finanças estaduais.

Como aprovar, agora, um reajuste que irá impor ainda mais ônus para os Estados, que estão neste momento pedindo socorro e moratória de suas dívidas ao Governo Federal?

Não estamos aqui falando apenas de um aumento para os 11 Ministros do Supremo Tribunal Federal. Se fosse apenas isto, o impacto seria inferior a R\$1 milhão por ano. Estamos falando, sim, de um complexo sistema de vinculações automáticas nas três esferas de Governo que leva a um impacto bilionário.

Não podemos nos esquecer, ainda, que a decisão tomada neste projeto de lei irá influenciar também o que será decidido para o caso do subsídio do Procurador-Geral da República, que, apesar de não ter vinculação legal, historicamente tem sido fixado no mesmo valor do subsídio do Supremo Tribunal Federal.

Este aumento também gera impactos sobre os Estados, por conta de novas vinculações automáticas.

É chegada a hora, inclusive, de rediscutirmos todas estas vinculações salariais aos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Se continuarmos a ignorar esta realidade, se continuarmos fazendo cara de paisagem, estaremos caminhando a passos largos para um país em que temos muitos direitos, em que estaremos repletos de direitos, mas em que não há recursos para honrá-los!

Desta forma, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendemos que esta matéria, esta proposta é inoportuna e intempestiva, a majoração do subsídio dos Ministros do Superior Tribunal Federal, devendo, portanto, recomendar a sua rejeição, por todos os dados, por todos os números, por todos os elementos e indicativos que nós apresentamos em nosso relatório, não apenas no mérito. Existem questões formais, existem violações à Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao longo dos últimos anos, por violar a Lei de Responsabilidade Fiscal, por violar as leis orçamentárias, o nosso País está mergulhado, hoje, numa realidade sem precedentes. Nós teremos que fazer uma escolha: se vamos fazer de conta que nada está acontecendo ou se vamos insistir nessa marcha insensata.

Por isso mesmo e diante do exposto, e considerando o art. 133 da LDO 2016, manifesto voto contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2016, em que pese a impaciência lamentável do Senador Lindbergh, anexando...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Anexando, Srª Presidente, todos os dados, todas as listas que levam em consideração o impacto que aqui afirmei. Todos esses dados constam do meu relatório para a análise das Srªs e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Srª Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Ataídes e, depois, o Senador Raupp.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, a princípio, a priori, parabenizar o Relator, Senador Ricardo Ferraço, por esse belo relatório, evidente-



mente que um relatório um tanto quanto extenso, mas necessário. O momento no País é de responsabilidade, acima de tudo, e esse relatório trouxe, de forma insofismável, de forma clara, todas as informações necessárias a este Plenário e também ao povo brasileiro. Esse impacto de R\$4,5 bilhões/ano, o problema da Lei de Responsabilidade Fiscal...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Ataídes, eu vou abrir para discussão, se V. Exª quiser.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Já estou concluindo.

Então, diante deste momento delicado que o nosso País está atravessando, Srª Presidente, eu peço vista do aludido projeto.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – E peço para fazer o meu voto em separado. Já que a vista é para discutir o projeto durante uma semana, eu peço para ler o meu voto em separado, enquanto os Senadores vão analisando.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não. Vou conceder a V. Exª.

Pois não, Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srª Presidente, eu fiz também um requerimento. Eu acho que nós podemos fazer a vista coletiva sobre esse projeto e sobre o outro projeto relativo à Procuradoria-Geral.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O.k., nós vamos encaminhar.

Eu concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para que faça a leitura do voto em separado, e concedo vista coletiva a esse projeto.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu prometo não gastar mais do que seis, sete minutos.

Em exame nesta Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 27, de 2016 (nº 2.646, de 2015, na origem), do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Nos termos do art. 1º da proposta, o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, corresponderá aos seguintes valores: I - R\$36.713,88 (trinta e seis mil, setecentos e treze reais e oitenta e oito centavos), a partir de 1º de junho de 2016; II - R\$39.293,32 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos), a partir de 1º de janeiro de 2017.

O art. 2º do PLC determina que as despesas resultantes da aplicação da lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Judiciário da União.

Já o art. 3º estabelece que a implementação do disposto na lei observará o art. 169 da Constituição Federal, que determina que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar, sendo que tais limites foram definidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Além disso, o art. 169 estipula as condições para a concessão de aumento de remuneração, a saber, à existência de prévia dotação orçamentária suficiente na Lei Orçamentária Anual e autorização específica da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O art. 4º trata da cláusula de vigência da Lei, determinando que ela entrará em vigor na data de sua publicação.

A matéria tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi aprovado o relatório favorável do Senador José Maranhão, Presidente daquela Comissão, que passou a constituir parecer da CCJ, tendo o Senador Ricardo Ferraço apresentado voto em separado contrário ao projeto.

Na Comissão de Assuntos Econômicos o Senador Ricardo Ferraço foi designado Relator e apresentou relatório pela rejeição da matéria.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise.



Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que a ela são submetidas.

Como ressaltado no parecer da CCJ, a matéria é meritória, pois é sabido que a remuneração dos membros do STF encontra-se defasada, sendo que o reajuste proposto será escalonado em dois momentos, como mencionamos no relatório, e ainda não reporá o total da perda remuneratória dos últimos anos.

Convém salientar que, nos termos da proposta inicialmente apresentada pelo STF em agosto de 2015, o subsídio dos Ministros da Suprema Corte já passaria para R\$39.293,32 em janeiro de 2016. O parcelamento do reajuste consiste, portanto, em uma louvável contribuição do STF ao ajuste fiscal, tão necessário na atual conjuntura econômica.

No âmbito das competências desta Comissão, cumpre destacar as reiteradas manifestações dos titulares das pastas da área econômica do Governo, em especial notas à imprensa publicadas no *site* eletrônico do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de 1º de junho e de 3 de junho de 2016, afirmando que os projetos de reajuste dos servidores públicos estão aprovados na Câmara dos Deputados, entre os quais inclui-se a presente matéria. Não causarão impacto adicional no Orçamento Federal de 2016, uma vez que recursos próprios já haviam sido assegurados na Lei Orçamentária Anual para 2016 (LOA 2016), Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, tendo sido considerados, inclusive, na nova meta de resultado primário aprovada pelo Congresso Nacional, não representando, portanto, nenhum impacto orçamentário financeiro adicional. Tal posição foi reforçada pelo Ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, em sessão conjunta de audiência pública da CCJ e da CAE realizada no dia 16 de junho de 2016.

Salientamos que o Ofício nº 18 GP SPR/2016, do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, e o Ofício nº 254 GP, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, ambos emitidos em 24 de junho de 2016, em resposta ao Ofício nº 065, de 2016-CAE, de 21 de junho de 2016, relativo ao impacto orçamentário e financeiro do PLC 29, de 2016, também contêm informações relativas ao impacto orçamentário financeiro total do PLC 27, de 2016, dívidas por magistrados ativos e inativos, aposentados e instituidores de pensão, para os exercícios financeiros de 2016 a 2020. Em 2016, o impacto total será de R\$187,4 milhões para os magistrados ativos e de R\$86,5 milhões para os inativos. De 2017 em diante, o impacto total em cada ano será de R\$555 milhões para os ativos e de R\$263,4 milhões para os inativos. Esses valores já incluem os encargos sociais estimados de 22%. Além disso, os ofícios recebidos pela CAE afirmam que a concessão dos reajustes do PLC 27 e do PLC 29, ambos de 2016, não desrespeitará os limites estabelecidos nos arts. 21-B e 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressaltamos que a regra constitucional relativa ao aumento de remuneração encontra-se plenamente atendida. Por força do art. 98, §2º, da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, conhecida como Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, a lei que concede aumento de remuneração não pode conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos, o que é plenamente atendido pelo PLC 27, de 2016, no qual os reajustes só valerão a partir da vigência da lei.

Assim, o limite das dotações do subitem 2.1 do item 2 do Anexo 5 da LOA 2016, de R\$258,4 milhões, será suficiente para cobrir as despesas do PLC 27, de 2016, visto que a estimativa citada anteriormente refere-se ao início da vigência da lei, a partir de junho de 2016, sendo que, na prática, a lei somente entrará em vigor em agosto ou em setembro de 2016. De todo modo, se ela estivesse em vigor em 1º de agosto de 2016, o impacto orçamentário financeiro total seria 195,6 milhões para os magistrados federais ativos e inativos, no exercício financeiro de 2016.

Antes de encerrar, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, registro que não haverá ultrapassagem dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaco: despesa com pessoal, 2016: 23.981.845,951.

Total da despesa estimada: 26.141,519,589 bilhões. Em 2017, 29.416,368,262; 2020, 34.502,984,273.

Limite legal – está bem abaixo do limite –: 46.554.640,167; 2017, 49.347.918,577; 2020, 58.774.160,591.

Limite prudencial – abaixo do limite –: 44.226.908,158; 2017, 46.880.522,648; 2020, 55.875.452,562.

Margem residual: 18.085.388,569; em 2017, a margem residual seria de 17.464.154,389; 2020, 21.332.468,288.

Dessa forma, entendemos, portanto, que a matéria se encontra em condições de ser aprovada.

Diante do exposto, manifesto meu voto favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2016.

É o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Raupp.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A matéria está em vista coletiva. Nós não vamos abrir discussão.



Pois não, Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu queria argumentar sobre o voto do Senador, mas...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Como está em vista coletiva, nós deixamos a discussão para a próxima reunião da Comissão.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, já foi concedido vista coletiva.

Convido o Senador José Pimentel para assumir a Mesa, para que votemos o item 1.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu vejo ali na televisão, Senador, que já estamos em sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ainda não deu quórum, nem iniciou a discussão, quanto mais a Ordem do Dia.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Se a gente ficar aqui, não vai dar quórum nenhum. A gente tem que ir lá marcar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vamos trabalhar um pouquinho mais até dar o quórum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas o Senador Ferraço já disse: ninguém é obrigado a ficar aqui. Pode sair. Vale a resposta do Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Como nós Senadores e Senadoras têm clareza da importância da produtividade do Senado Federal como também do Congresso Nacional, enquanto não iniciar a Ordem do Dia do Congresso Nacional, vamos dar continuidade.

Portanto, retornamos ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.

Autoria: Defensoria Pública da União.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

1. a matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto;

2. a matéria encontra-se em regime de urgência, aprovado por meio do Requerimento nº 548 de 2016.

Está aberta a discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 32.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Rapidamente, Sr. Presidente, eu quero manifestar o meu voto favorável à aprovação...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... do parecer da DPU, um PLC com mínima despesa, com mínimo impacto e com grande alcance social para a nossa população.

Nós achamos que os servidores públicos têm que ser valorizados pela importância de seu serviço e não podemos admitir, depois de termos feitos as correções em uma série de carreiras, que agora, por motivos um tanto quanto estranhos, os advogados dos pobres, que são os Defensores Públicos da União, possam ser impedidos de ter sequência na apreciação do seu PLC aqui, nesta Casa.

Nós fizemos um acordo para a urgência, na última reunião conjunta, e precisamos, de fato, encaminhar esse PLC para o plenário do Senado para que possamos cumprir o acordo, inclusive feito pelo Presidente do Senado, pois esse era o primeiro item de pauta de votação no plenário.



Então, eu gostaria que a gente abrisse um número limitado de inscrições e que, imediatamente, encaminhasse a votação desse item na CAE.

Muito obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Telmário Mota; depois, o Senador Ricardo Ferraço, e, em seguida, o Senador José Aníbal.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu queria começar discutindo projeto, lendo a fala que está aqui nas notas taquigráficas do Senador do Senador Aloysio Nunes.

Ele diz o seguinte:

Eu não quero propor a retirada de urgência, mesmo porque a retirada de urgência implicaria pedido de vista na CAE e poderia postergar a votação. Eu apenas acho, e quero sugerir a V. Ex^a, Senadora Gleisi Hoffmann, que convoque uma reunião que seja uma reunião extraordinária para que esse ponto seja apreciado ainda informalmente.

Por quê? Porque ele fala, Sr. Presidente, que o reajuste seria de 159% – ele teria essa dúvida –, quando, na verdade, Sr. Presidente, não é esse o reajuste. Todos têm uma planilha que mostra que o reajuste, na primeira parcela, seria em 1º de setembro; a segunda, em 2 de janeiro; a terceira, em 3 de abril de 2017, e a última parcela, no dia 4 de janeiro de 2019. Que o aumento máximo – máximo – seria de 18%.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Não; 18% as carreiras, e 67% no total, porque a inflação ficou em cinquenta e poucos por cento. Então, é uma correção mínima.

Na verdade, Sr. Presidente, eu queria só reiterar que não se criam cargos, tirando a dúvida quanto a isso; não altera o teto nem gera efeito cascata.

A DPU pediu 40% só dos membros; ela tem um outro parâmetro, por exemplo, com relação às pessoas que iniciam na carreira.... Então, na verdade, é um reajuste que faz justiça.

Eu acho que, quanto a essa dúvida que tinha o Senador Aloysio, aqui, agora acaba de ser tirada e, também, ainda dentro do acordo, como registrado nas notas taquigráficas, entre o Senador Aloysio, a Senadora Gleisi e o Senador Pimentel, que todos levantaram esse assunto no plenário, é que, após a votação aqui na CAE, o projeto já seria encaminhado ao plenário para ser votado hoje mesmo.

Esse é um acordo, Sr. Presidente, que está aqui, inclusive, nas notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, não estamos aqui discutindo o mérito, muito menos o valor da Defensoria Pública em sua atividade na promoção da cidadania brasileira.

Isso é evidente e é notável. Mas nós estamos aqui discutindo a oportunidade, a conjuntura para esses aumentos neste momento de grave crise para a sociedade brasileira.

Eu insisto, Sr. Presidente, que o povo brasileiro não está reivindicando aumentos de salários, o povo brasileiro está reivindicando a manutenção dos seus postos de trabalho. Abster-se dessa realidade, como se estivesse num país de Alice, num país das maravilhas, parece-me um equívoco. Nós precisamos considerar esses aumentos e, por óbvio, a realidade do nosso País. Veja, nós estamos aqui falando em elevar em até 67% subsídios que hoje já representam quase 20 salários mínimos.

Os honrados defensores públicos federais, em início de carreira, Sr. Presidente, ganham, se for de segunda, R\$17.330; se for de primeira, R\$19.913; e, se for especial, R\$22.516 – para início de carreira. Ao ascender por concurso público, já entram ganhando esse tipo de remuneração. Argumenta-se que a não aprovação do aumento pleiteado representará uma desvalorização da carreira dos defensores públicos federais, pois esses teriam os seus subsídios defasados, o que sinceramente não me parece razoável.

Veja, Sr. Presidente, o que dizer de carreiras, como a de professor do magistério superior, que, com doutorado e dedicação exclusiva, no final da carreira, que estão ganhando o que o defensor ganha no início da carreira. Vários outros são os exemplos no mesmo sentido. Podemos citar, por exemplo, o caso, Senador Moka, de um médico, como V. Ex^a, pesquisador da Fiocruz, com doutorado e dedicação exclusiva, que tem por salário total R\$16.914 no final de carreira. Eu estou falando de um médico, pesquisador, com doutorado, em final de carreira, na Fiocruz.



Há um conjunto de outras deformações no setor público brasileiro. Aí o que fazemos? Pinçamos algumas carreiras, não consideramos o conjunto da deformação e estamos falando aqui dessa e daquela carreira, gerando impactos que, a meu juízo, são inconvenientes para este momento que nós estamos vivendo, Sr. Presidente.

Sem considerar, eu poderia pegar outros casos aqui, como funcionários do Tesouro, do Ministério do Planejamento, do Desenvolvimento, do próprio Banco Central. Quer dizer, nós estamos dando – eu não quero julgar a falta de merecimento, não se trata disso –, em início de carreira, aquilo que não se tem em muitas carreiras do setor público brasileiro.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Portanto, sem me alongar, eu considero que esse aumento, em que pese a Senadora Gleisi Hoffmann ser a Relatora, realmente todas as informações constam, atendeu a tudo o que consagra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estou votando, no mérito, contrário.

V. Exª declinou todos os dados. É verdade, as planilhas constam tudo aquilo da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não considero, sinceramente, que o defensor, em início de carreira, ao ganhar R\$17.000, esteja ganhando salário de fome. Perdoem-me. Nós estamos elevando esse salário para até R\$30.000. Portanto, em um momento como esse, um aumento de 67%, eu acho absolutamente inadequado.

Por isso, manifesto meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu queria observar as argumentações feitas pelo Senador Ferraço. E queria também dizer ao Senador Raupp – acho que ele não está aqui mais –, que já manifestou seu voto favorável aos Ministros do Supremo, que a questão não é essa numerologia toda que ele apresentou aqui. Realmente, é possível compô-la, de um modo ou de outro, sempre. A questão é que qualquer aumento, hoje, no Brasil, de salário, é dado à custa do aumento do endividamento, pelo qual esse exército de desempregados vai ter que pagar. Não só não têm renda nenhuma, mas vão ter que pagar, através de impostos, essa dívida que aumenta a cada dia, para poder pagar aumento de salários. Isso é algo extraordinário.

Nós temos aqui uma responsabilidade enorme, do ponto de vista legislativo, de compatibilização da legislação, Constituição, mas nós temos uma responsabilidade que não é diferente da dos Ministros do Supremo e da de todo o pessoal envolvido na Magistratura, Advocacia, que é avaliar a situação do País. O País tem uma crise gravíssima! O Brasil corre o risco de patinar, de não sair da situação em que se encontra. E aqui se vem falar que é importante dar aumento nesse momento! Aumento sempre é bom, mas, nesse momento, é completamente incompatível com a situação objetiva do País. Um momento. Se fizermos o que é preciso fazer e tivermos credibilidade na nossa ação, provavelmente, em meados do ano que vem, o Brasil já estará em um caminho mais virtuoso. Mas, no momento, Presidente, 3.000 brasileiros perdem emprego por dia. E nós estamos votando aumento aqui?

Estamos votando aumento para uma categoria que, lá atrás, em 1997, tinha um salário de R\$649,19. O valor real desse salário hoje, o valor presente, seria mais ou menos R\$3.000.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Três mil reais é o salário atualizado que tinha essa categoria em setembro de 1997. Em junho de 2002, a Medida Provisória nº 43 passou esse salário para R\$3.741,00; atualizado, no valor presente, para R\$9.500,00. A Lei nº 12.775, de maio de 2016, portanto deste ano, atualizou esse salário para R\$17.330,00... Desculpem-me. Em maio de 2012, atualizou para o valor presente de R\$17.330,00.

Nós estamos votando, como disse o Senador Ferraço, para elevar esses salários até R\$30 mil. Neste momento, eu não me sinto com a menor condição, como cidadão e como Parlamentar, de compartilhar desse projeto.

Eu gostaria que a Defensoria Pública tivesse um gesto. Eu sei que não é só a um setor que a gente tem de pedir o gesto. Nós estamos vendo que, com relação ao Supremo, o desafio é o mesmo; com a Procuradoria, o desafio é o mesmo. O aumento real que eles tiveram ao longo desses 19 anos é de 836%, aumento real. Eles saíram de um salário de base de R\$649, Senador Hélio José – aí, sim, eram advogados pobres advogando para pobres –, e hoje eles podem ter um salário, se nós aprovarmos, que será de 839% de valor a real a mais ao longo desses 19 anos.

Portanto, o meu voto é contrário. Mas não é contrário como alguém que não tem disposição para conversar sobre reajuste de salário; eu tenho disposição, desde que haja circunstância econômica. O Brasil vive uma crise terrível e não há como promover reajuste de salários no setor público à custa de endividamento.



O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Se ainda estiver aberta a inscrição, eu gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Eu também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu vou falar muito rápido...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Nós temos que registrar presença no Congresso, e esse tema é de fundamental importância. Eu sugeriria que a gente abrisse para o voto, para irmos registrar presença, depois as discussões.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Apoiado, Cidinho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Talvez nem haja votação nominal, só se alguém pedir na hora. Dá perfeitamente para ir lá marcar e voltar, nós já estamos com dez inscritos.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Quantos?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Dez inscritos.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se cada um falar dez minutos, nós vamos sair daqui 17h, Sr. Presidente.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – São cinco minutos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Nós temos um acordo com os defensores. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Se alguém abrir mão da inscrição, ajuda bastante.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu vou falar 30 segundos. Para nós, essa questão da Defensoria é muito importante. É diferente do caso da Procuradoria e do STF, que têm, sim, um impacto nos Estados. Foi feito um acordo com o Governo, veio o Ministro do Planejamento aqui falar sobre esse acordo com várias categorias. Não dá para deixar a Defensoria de fora. Eu não sei por que não foi votado ainda, está em urgência no plenário, não tem impacto, não tem efeito cascata.

Então, só quero aqui reafirmar o nosso compromisso e o nosso voto “sim”. Eu não entendo, sinceramente, quando vejo algumas posições do PSDB. Eu vejo o seguinte: no Governo Fernando Henrique Cardoso, foram oito anos sem aumento do funcionalismo público. É errado falar do defensor como um privilegiado aqui. Nós estamos falando de uma categoria extremamente importante, que cuida dos mais pobres, dos que não têm acesso ao nosso sistema judicial. A nossa posição, enquanto Líder da oposição, Líder da Minoria, é votar favorável.

Peço a todos os Senadores que fizerem uso da fala aqui que também o façam de forma rápida, porque a gente quer votar hoje, para que seja apreciado ainda no dia de hoje, no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É importante, Sr. Presidente, que neste momento não deixemos nos levar para um lado populista dessa discussão. É lógico que qual é o Senador aqui que não quer votar favoravelmente a aumento? Tudo bem votar aumento. Agora, é interessante que a base da ex-Presidente Dilma sempre tenha contestado pagamento de juros. Como alguém vai pagar hoje um aumento de salário com o nosso orçamento deficitário, se não tiver que contrair dívida? Fica uma incoerência completa.

Olha, mas a Defensoria Pública presta trabalho aos cidadãos humildes e necessitados. Sim, presta. E eu pergunto: e o cidadão hoje, o acidentado, o politraumatizado, o cidadão com insuficiência renal que não tem onde tratar? Que está morrendo? Então, que incoerência é essa no momento que diz: “Olha, vamos iniciar uma carreira com R\$18 mil”.

O médico, o professor universitário de tempo integral, com mestrado, hoje, recebe R\$7,8 mil na UnB. As clínicas de hemodiálise, hoje, no Brasil, estão fechadas. Nós temos pouco mais de 500 clínicas no Brasil. Hoje, um atendimento faz um repasse de R\$176 às clínicas. Elas não têm como sequer pagar o custo daquele atendimento feito a um paciente.



Para as cirurgias mais graves na área de politraumatizados, por exemplo, nós estamos vendo que todas as Santas Casas estão fechadas, falidas, inviabilizadas. Nesta hora eu pergunto o que é a prioridade neste momento? Se formos seguir o modelo que o PT implantou durante 13 anos, vamos chegar no que chegamos. Então, o Brasil está num divisor de águas, ou seja, o Brasil vai querer manter o modelo implantado pelo ex-Presidente Lula e pela ex-Presidente Dilma, ou vai querer virar a página e começar um novo momento na política e ter coragem?

Cada brasileiro terá uma cota de sofrimento, de sacrifício para que possamos recuperar o Brasil. Como um país pode apresentar que o servidor público tem direito a reajuste e o desempregado não tem direito a seguro desemprego? Como nós vamos dizer que podemos reajustar algumas categorias, sendo que a saúde vive o pior momento da história? Não é só a crise econômica que é a pior desde a instalação da República, a saúde vive o pior momento de toda sua história.

Então, Sr. Presidente, o fundamental nessa hora é não aceitarmos esse jogo maniqueísta como se ao estarmos votando aqui, estaremos votando contra o defensor público. Não. Ninguém está votando contra a Defensoria Pública. Nós estamos votando a favor de um projeto porque milhões de brasileiros foram às ruas pedindo exatamente o contrário.

Agora, causa estranheza também a própria base do atual Presidente Michel Temer vir aqui com discurso totalmente desconexo daquilo que o Presidente falou. Então, é incompreensível essa tese, é algo que não dá para entender. O Presidente fala uma coisa, a equipe econômica fala outra; o Senador apresenta um voto em separado e ou outro defende.

Então, isso aí é realmente algo que mostra que, infelizmente, essa virose que contaminou o Brasil na área política, nos últimos treze anos, está atingindo também até a lucidez daqueles que sabem que este momento não é hora de populismo; não há espaço para demagogia. Agora é hora de oferecermos uma radiografia real do Brasil, e ela mostra que cada um precisa ter a responsabilidade de dizer que não podemos dar aumento para quem quer que seja!

Se tivesse que dar aumento, tinha que dar aumento no seguro-desemprego, na área da saúde e na área da educação. Essa são as prioridades. Para isso a população foi à rua. Nunca existiu nenhuma movimentação na rua para pedir aumento para servidor público.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Então, Sr. Presidente, a votação do Democrata é contrária a um projeto que hoje vem desestabilizar o ajuste fiscal e levar o cidadão, cada vez mais, a uma situação mais crítica e caótica do que a que estamos assistindo, no momento, com aumento do desemprego, fechamento de emprego e caos na área do atendimento ao cidadão, na área da saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Uma informação, Sr. Presidente. Pela ordem, aqui!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, por favor, quantos Senadores estão inscritos?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Estão inscritos Senadora Vanessa, Senador Alvaro Dias, Senador Ataídes Oliveira, Senadora Lídice da Mata, Senadora Regina Sousa, Senador Hélio José, Senador Moka e Senador Benedito de Lira.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo. Eu queria fazer um apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Eu queria fazer um apelo, Sr. Presidente, para suspender o comentário. A maioria aqui aceita. A Senadora Lídice aceita, a Vanessa aceita, a Regina aceita. A maioria aceita, Sr. Presidente! Até porque ouvi agora um discurso do Democratas dizendo que é contra o aumento, mas votou a favor do aumento do Judiciário, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Nós vamos votar. Quero o direito de ouvir os outros.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro! Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, qual vai ser o encaminhamento?



O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Continua a discussão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Continuaremos o debate?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque eu não teria problema.

Sr. Presidente, eu também quero falar rapidamente, porque acho que oportunistas são alguns discursos feitos aqui. Quero lembrar que não estamos tratando de uma proposta colocada à Mesa este ano; nós estamos aqui discutindo reajuste dos Defensores Públicos Federais, cuja negociação se deu ano passado, em conjunto com todos os demais servidores públicos federais, tanto que quando aqui estive, em audiência pública, o Ministro Interino do Planejamento, Ministro Dyogo, ele, na sua exposição, incluiu também dados relativos à Defensoria Pública da União, tanto que, Sr. Presidente, o impacto dos reajustes concedidos à grande maioria e já aprovados por esta Casa chegam a aproximadamente R\$67,7 bilhões.

Veja V. Exª que R\$51,1 bilhões é o impacto do reajuste já concedido, aprovado na Câmara dos Deputados, aprovado no Senado Federal, para servidores do Poder Executivo. O impacto do Poder Judiciário é R\$11,5 bilhões. O impacto do Poder Legislativo também já aprovado: R\$3,1 bilhões.

O impacto para o Ministério Público da União: R\$2 bilhões, e o impacto da Defensoria, Sr. Presidente, que é o único que falta. Qual é o impacto da Defensoria? Segundo os dados que eles nos passaram: R\$100 milhões, Sr. Presidente. É disso que se trata.

Nós não estamos aqui discutindo a situação caótica da saúde, não. Aliás, se muitos brasileiros e brasileiras conseguem hoje ter acesso a muitos serviços públicos de saúde, negados pelos Estados brasileiros, é porque os Defensores Públicos atuam, porque, dentro dessa cadeia, são eles que representam a parcela da população brasileira excluída, aquela que não tem condições de pagar um advogado, aquela cujo familiar precisa de um tratamento renal e não tem como pagar. Então, vai e se socorre da Defensoria Pública.

Eu lamento, Presidente, que essa tenha sido a postura desses que podem até ter um discurso forte, mas nem um pouco convincente. É só a gente pegar qual era o discurso do ano passado e qual é o discurso de hoje, porque, se esse acordo foi feito com o conjunto de servidores públicos federais, incluindo a Defensoria Pública da União (DPU), é porque eles, quando eram oposição, defenderam e, agora, rapidamente, mudam de lado e são contra esses servidores. Agora, contra esses por quê? Se já aprovamos o do Judiciário, se já aprovamos o do Ministério Público. Isso vai soar sabe como o quê? Represália! Isso vai soar sabe como o quê? Aquela velha política de tirar todos, absolutamente todos, os direitos dos trabalhadores.

Querem reformar a Previdência Social. Para quê? Para tirar a diferença entre homens e mulheres, como se fosse esse o grande problema econômico do Brasil. Agora, querem prejudicar uma única carreira, que é exatamente a carreira, o elo do Poder Judiciário, que representa e que defende os mais pobres; tirando somente essa da linha do reajuste salarial, Sr. Presidente.

Por isso sei por que a Base hoje está tão dividida. Aliás, diziam que a Presidenta Dilma tinha que sair porque ela não conseguia mais unificar a Base. O que dizer deste Governo que mal começou e já começa sem poder unificar a Base? Está aqui o Senador que me antecedeu que falou, que ele está atônito...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... vendo o que está acontecendo. Líderes falam uma coisa, membros da Base falam outra, ministros falam outra. Então, como é que este Governo tem futuro no País? Não tem futuro, Sr. Presidente.

Eu quero encaminhar favorável e com muita consciência, porque sei que não há nenhum impacto negativo para a economia brasileira esse reajuste dos servidores e dos Defensores Públicos federais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, vou ser sucinto. Eu fico preocupado com o respeito que se deve ter pelo princípio da isonomia. Esta Casa e a outra aprovamos reajustes a servidores da ordem de R\$67 bilhões, por recomendação do próprio Poder Executivo, que é quem paga. Agora, nós estamos tratando de algo semelhante a 0,15% do que já se concedeu e, repentinamente, deseja-se afirmar que esse reajuste impactará a crise.

Nós temos uma crise sem precedentes – inflação, recessão, desemprego, caos na saúde, retrocesso na educação – e queremos agora repassar a responsabilidade por essa crise aos Defensores Públicos.



Esse projeto está, na verdade, na média do reajuste concedido aos outros setores, como por exemplo, a AGU, a Polícia Federal, a Receita Federal. Esse impacto já está autorizado na LOA para 2016. O Ministro do Planejamento, em audiência pública, defende a concessão do reajuste. O Governo, portanto, aprova o reajuste. O projeto não cria cargos, não altera o teto, não gera efeito cascata.

Nós temos que considerar que perdemos 40% dos Defensores Públicos nos últimos dois anos. Portanto, eu não creio que seja justo discriminar essa categoria.

A causa maior dos problemas existentes no País...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... é a dívida pública. Vejam o orçamento. Quanto está consignado no orçamento da União para 2016 somente para pagamento de juros e serviços da dívida pública, da monumental dívida pública brasileira? Um trilhão, trezentos e vinte e oito bilhões de reais para pagamento de juros e serviços da dívida. E nós vamos negar agora algo em torno de R\$86 a R\$100 milhões em vários anos para estimular uma categoria essencial na vida da Nação?

Portanto, Sr. Presidente, para não tomar muito o tempo desta Comissão, o meu voto é favorável, em que pese o fato de defender sempre a correta relação custo-benefício do gasto realizado pelo Poder Público. E eu imagino que, neste caso, nós estamos obedecendo a correta, a eficiente relação custo-benefício do gasto que se acrescentará com esse reajuste.

Meu voto, portanto, será favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Serei breve, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, agora chegou a hora da verdade, a hora da responsabilidade e da realidade do nosso País.

Sr. Presidente, o novo Governo Temer pegou essa empresa para administrar, essa empresa chamada Brasil, com uma dívida de R\$4,1 trilhões. O povo brasileiro, por meio do Congresso Nacional, teria que ter dito ao governo do PT que o dinheiro um dia ia acabar. Em 2003, o Brasil devia R\$852 bi; hoje deve R\$4,1 trilhões. O dinheiro acabou! Agora é hora de sacrifícios!

O povo brasileiro quis escolher o PT para administrar o País. O. k! Agora todos nós vamos ter que pagar essa conta, principalmente o mais pobre.

No ano passado, nós tivemos um déficit primário de R\$111,2 bi; neste ano, está se falando de um déficit primário de R\$170 bilhões, Sr. Presidente.

Há uma inversão de valores hoje, no nosso País, preocupante, como já foi colocado aqui por alguns Senadores. Um médico em início de carreira ganha R\$4 mil para trabalhar 20 horas/dia. Um professor ganha R\$1,5 mil no Estado do Tocantins. Um policial ganha R\$2 mil por mês.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que agora é hora de botar os pés no chão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Aumentar despesas hoje é uma irresponsabilidade, porque elevar impostos é impossível. Portanto, o momento agora é de sacrifícios de todos os segmentos do nosso País.

Eu não sou contra o aumento para os Defensores Públicos, de forma alguma; entretanto, o momento é inoportuno, Sr. Presidente. A primeira coisa que temos de fazer é retornar, restabelecer o crescimento do nosso País. Quando o País voltar a crescer...

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... e acredito que para 2017, já estamos falando em crescimento da ordem de 2%, aí sim, podemos ver esses aumentos.

Mas o momento agora é de prudência. O momento agora é de responsabilidade. O momento agora do povo brasileiro é de sacrifício.

Portanto, Sr. Presidente, espero que esse aumento não seja aprovado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone.*) – A Senadora Lídice da Mata retirou; Regina retirou; Hélio José está ausente; Moka, ausente; Benedito retirou, Roberto Requião retirou.



Encerrada a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu fui lá marcar agora.

O Presidente do Congresso Nacional, há cinco minutos, determinou o encerramento de todas as sessões de comissões. Faz cinco minutos que ele determinou isso.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A Ordem do Dia ainda não...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu estava lá votando.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Está encerrada...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito bem, Sr. Presidente!

Quero aqui agradecer em nome da Michele, da Defensoria, todos os votos aos primos pobres da Justiça. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, a Ordem do Dia foi iniciada às 11h55min.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Já foi votado.

O PSDB precisa entender que o Governo é do PMDB, e não ficar reclamando aqui.

É preciso ter calma. O Governo é do PMDB. Deram o golpe, mas...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós vamos ter de encerrar a sessão, por determinação do Presidente do Congresso Nacional.

Não teremos inclusive audiência pública...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A sessão já deveria ter sido encerrada.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente, às 11h55min abriu a Ordem do Dia do Congresso Nacional

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós recebemos agora o comunicado, Senador José Anibal.

A reunião está encerrada em função da sessão do Congresso Nacional. Informo ainda que também não teremos a audiência pública com o Presidente do Banco Central.

(Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minuto.)



ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e cinco minutos, do dia vinte e dois de junho de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores: Paulo Rocha, Paulo Paim, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Dário Berger, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Eduardo Lopes, Elmano Férrer, Acir Gurgacz, José Pimentel, Vicentinho Alves, e das Senadoras: Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 489, do Tribunal de Contas da União, referente ao Acórdão nº 1.446, de 2016, para que esta Comissão dê ciência do Relatório de Acompanhamento que verificou o cumprimento do processo de transferência de tecnologia de hemoderivados na Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), incluindo a etapa do serviço de fracionamento de plasma. A Presidência comunica ainda o recebimento da seguinte manifestação: Ofício nº 667, de 2016, da Câmara Municipal de São Carlos (SP), com Moção de Apoio nº 102, de 2016, ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em ato em defesa da Justiça do Trabalho devido aos cortes determinados pela Lei Orçamentária Anual para 2016. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2014 - Não Terminativo - Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Modifica a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre a composição e as eleições para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, estabelecer valores máximos para a anuidade devida aos Conselhos e determinar que os Conselhos deverão apresentar lista de inscritos aos sindicatos representativos da categoria. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2014. Resultado: A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Elmano Férrer. Lido o Relatório, é concedido Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senador Elmano Férrer (Substituído por ad hoc) Relatoria ad hoc: Senadora Ana Amélia. ITEM 2: Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Senador Otto Alencar. Altera o art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para estabelecer alíquotas específicas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviço (PIS/PASEP-Importação) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS Importação) em relação aos produtos farmacêuticos sem similar nacional. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2015, e da Emenda que apresenta. Resultado: A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Dário Berger, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2015, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Relatoria: Senador Acir Gurgacz (Substituído por ad hoc) Relatoria ad hoc: Senador Dário Berger. ITEM 3: Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016 - Não Terminativo - Dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências. Autoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista ao Senador Paulo Paim nos termos regimentais. Relatoria: Senadora Ana Amélia. ITEM 4: Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Acir Gurgacz. Disciplina a profissão de Cientista. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2015. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. Relatoria: Senadora Ana Amélia. ITEM 5: Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Ciro Nogueira. Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na aquisição e na instalação de equipamentos destinados à geração própria de energia elétrica em residências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2015, e das Emendas nºs 1-CI e 2-CI. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Elmano Férrer. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Massoterapeuta e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13, 2016. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Paulo Paim. ITEM 7: Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senador Telmário Mota. Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o pagamento do salário-maternidade, na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança, seja realizado diretamente pelo empregador. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei



do Senado nº 142, de 2016, e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Regina Sousa. ITEM 8: Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senador Telmário Mota. Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que o pagamento do salário-maternidade e a concessão da licença-maternidade serão devidos na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2016. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Dário Berger, Senadora Ana Amélia e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há expediente sobre a mesa que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 489, do Tribunal de Contas da União, referente ao Acórdão nº 1.446, de 2016, para que esta Comissão dê ciência do Relatório de Acompanhamento que verificou o cumprimento do processo de transferência de tecnologia de hemoderivados na Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), incluindo a etapa do serviço de fracionamento de plasma.

Ofício nº 667, de 2016, da Câmara Municipal de São Carlos (SP), com Moção de Apoio nº 102, de 2016, ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em ato em defesa da Justiça do Trabalho devido aos cortes determinados pela Lei Orçamentária Anual para 2016.

A presente reunião destina-se à apreciação de três itens não terminativos e cinco itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Os Srs. Relatores dos itens nºs 1 e 2 ainda não se encontram presentes.

Item 3, que é relatado pela Senadora Ana Amélia.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências.

Autoria: Senador Lasier Martins.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir a leitura de seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Serei sucinta como sempre – digo ao Senador Paulo Paim, aqui presente, que nós somos práticos –, porque o preâmbulo, o relatório e análise são todos para dizer que está tudo dentro da lei, da constitucionalidade, da legalidade, do Regimento Interno. Então, isso tudo é repetitivo, não é o que conta.



Antes de prosseguir, eu queria saudar a presença, aqui na nossa Comissão de Assuntos Sociais, do Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul, o jovem Márcio Bins Ely. Seja bem-vindo aqui também, é muito bem-vinda a sua presença.

O Senador Lasier Martins teve senso de oportunidade ao propor este projeto. A intenção do autor é especificar as destinações e o rendimento do Fundo Social, dando-lhe um perfil bem definido e, nessa medida, claro, muito maior transparência e eficácia na busca de suas finalidades e objetivos.

A proposição do Senador Lasier, de fato, acelera o desenvolvimento científico e tecnológico no País. Isso traz justiça, porque ele preside, neste momento, a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

O meu voto – vejam só que voto curto! –, em função dos argumentos apresentados, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº - CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação de parcela do Fundo Social para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.”

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 2º O art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

‘Art. 47.

§ 4º Serão destinados exclusivamente para o desenvolvimento da ciência e tecnologia 20% (vinte por cento) do rendimento anual do Fundo Social, a que se refere o art. 51 desta Lei, da seguinte forma:

I – 50% (cinquenta por cento) para projetos de pesquisa científica aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

II – 50 % (cinquenta por cento) para o financiamento de projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, nos termos da Lei nº 10.197, de 14 de fevereiro de 2001.”

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador pelo Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, primeiro quero dizer que é com certo constrangimento que falo do projeto, porque é de dois gaúchos brilhantes, tanto o autor, o nosso querido Senador Lasier Martins, como a nossa querida Relatora, a Senadora Ana Amélia.

Mas eu recebo aqui a orientação de voto quanto a este tema: para pedir vista. Isso, por dois motivos.

Esse fundo é um fundo social, ele é fundamental, e é destinado a atender sete setores. Num primeiro momento, inclusive, houve um movimento na Casa, do qual participei, no sentido de que 50% dele deveriam ir para a educação.

Vou ler esta parte, que acho que é a mais importante.

O Fundo Social constitui uma poupança de longo prazo com vistas a assegurar os benefícios intergeracionais decorrentes da exploração do pré-sal. Nesse contexto, não é adequado fixar, previamente, quais as áreas a serem priorizadas dentre aquelas já contempladas, nas quais está incluída a educação. [Aqui foi quando nós trabalhamos no Plenário para que 50% fossem para a educação, e o veto, na época, veio nesse sentido.] Por esse motivo, foi criado o Conselho Deliberativo do Fundo Social, que será a instância de interface com as demandas da sociedade, e possibilitará ajustar, ao longo do tempo, a definição da destinação dos recursos resgatados.

E olhe que os sete setores, Sr. Presidente, são: educação, cultura, esporte, saúde pública, ciência e tecnologia, meio ambiente e mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Quando foi vetado, na época, o projeto de que nós todos participamos, de 50% para a educação, que tem um apelo enorme, foi com esses argumentos. Então, eu vou pedir vista, mas com o objetivo não de, de pronto, dizer que sou contra, mas para conversar um pouco mais, quem sabe, com a Relatora e com o autor do projeto para ver o que podemos construir coletivamente, mediante o pedido que me faz a Base do Governo licenciado, digamos assim – é do Governo da Presidenta Dilma que me solicitam que eu peça vista.

Faço o pedido de vista, mas, de pronto, digo que cumprimento a iniciativa do autor e também a visão da Relatora e que espero que possamos conversar um pouco mais sobre os argumentos que aqui eu recebi sobre o tema.



A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srª Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu entendo perfeitamente a posição, é um direito do Parlamentar o pedido de vista.

É aquela velha história do cobertor curto. O País jogou muito dinheiro pelo ralo, muito dinheiro se perdeu por má gestão. Vemos coisas que nos apavoram, como obras paralisadas. Não há planejamento no Brasil – e não me refiro especificamente à Presidente afastada, ao antecessor, ao antecessor, ao antecessor –, nós não temos zelo pela aplicação adequada do recurso público.

Entendo também que precisamos definir prioridades, e a educação tem prioridade. Disseram que o dinheiro do pré-sal iria para a educação, uma maior parcela. Onde está o pré-sal? Onde vai ficar o pré-sal? E de onde vai sair o dinheiro do pré-sal?

Então, nós não podemos alimentar ilusão enquanto não mexermos... Além de uma educação de qualidade... A nossa educação deixa a muito a desejar, especialmente a educação pública – professores desestimulados, salários baixos –, mas não há um comprometimento em relação à qualidade do ensino ministrado aos alunos, seja no nível do ensino elementar, no ensino médio ou no ensino superior. Essa é uma constatação verdadeira. Temos zonas de excelência, inclusive no Nordeste, campeões de matemática em Estados do Nordeste, o que é uma coisa extraordinária, pelo zelo com que determinadas áreas do ensino, da educação, são tratadas.

Entendo perfeitamente as razões do Senador Paulo Paim e penso que o pedido de vista permite à minha assessoria e à assessoria do Senador ou de outros órgãos que venham a examinar o assunto. Esse é o exercício da democracia, o exercício do diálogo para concertar.

É muito melhor que uma lei demore para ser aprovada e saia melhor e aperfeiçoada – na medida do possível, criada a partir de consenso –, do que ficarmos com uma lei apressada e que não contemple as aspirações dos setores envolvidos.

Então, não vejo nenhum problema em relação ao pedido de vista do Senador Paulo Paim.

Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até porque o dinheiro do pré-sal, até o momento, não entrou, não é, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E nem vai entrar, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, não há como nós garantirmos o dinheiro do pré-sal, 50%.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estou lembrando por causa disso, Senador. Por falta de planejamento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, estou enfatizando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Projetou-se isso e não se vê...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelos erros acumulados dos governos ao longo da história, inclusive do Governo atual, não é? Porque até ontem não havia dinheiro para nada, agora parece que começou a aparecer dinheiro do céu. Eu queria descobrir de onde está surgindo esse monte de bilhões que começaram a distribuir em tão pouco tempo, em 15 dias. Ninguém tem claro isso. Eu tenho visto que até os críticos do Governo anterior, da própria imprensa, estão se perguntando: como não havia dinheiro para nada e agora apareceu dinheiro do céu? Cheiro no ar um pouco de irresponsabilidade do Governo atual, independentemente de quem esteja ajudando. E olhe bem: estou falando de dívida dos Estados e estou falando dos reajustes que estão vindo em cadeia, aí na sequência. Eu vou acompanhar, vou votar sem problema nenhum com a orientação que foi dada em relação à dívida dos Estados e dos reajustes que estão, em cadeia, chegando, com muita facilidade. Mas me preocupa. Eu não quero fazer um debate do Governo que está licenciado e do Governo que está em exercício, mas temos, todos nós, na mesma linha, quase, do que a Senadora falou, que olhar para o passado e olhar para o presente, porque os erros, quando vão se acumulando, quem paga a conta, no fundo, podem ter certeza, como estamos vendo aí, é o conjunto da população do País.

Por isso é que peço essa reflexão, na linha de que esse projeto, embora tenha a boa intenção de fixar 20% especificamente para ciência e tecnologia, trata de um fundo que eu ajudei a criar na época do Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador ACM – foi nessa época que foi criado, eu fazia parte daquela comissão –, e que veio com uma enorme responsabilidade, e nós agora temos que ter muito cuidado na hora de fixar percentuais para este ou aquele setor, já que são, no mínimo, sete setores.

Mas entendo, e vamos dialogar tanto com o Senador Lasier como com a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedida a vista ao Senador Paulo Paim. Nessa hipótese, adiada a discussão, a matéria retornará à pauta desta Comissão em data oportuna.

Vou pedir ao Senador Paulo Paim que faça a gentileza de operar como Relator *ad hoc* do item 1.



ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, de 2014
- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre a composição e as eleições para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, estabelecer valores máximos para a anuidade devida aos Conselhos e determinar que os Conselhos deverão apresentar lista de inscritos aos sindicatos representativos da categoria.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Relatoria: Senador Elmano Férrer.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2014.

Observações:

- Votação simbólica.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, se me permite, eu me vejo na impossibilidade de ser o Relator da matéria, e vou explicar por quê. Até eles já estiveram conversando comigo aqui. Esse projeto foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e veio por meio de uma SUG. Pediram que eu o relatasse. Quando vem como SUG, não se entra muito no mérito, acata-se se entender que tem procedência, e remete-se para a comissão de mérito, que seria esta. Como lá eu fui Relator dessa matéria, e encaminhamos para esta Comissão, eu não posso neste momento ser Relator. Mas, Sr. Presidente, devido a essa posição da CDH e agora, no mérito, deste Plenário, tendo já havido conversas comigo, eu poderia, isso sim, rever até meu voto. Eu assumiria com V. Exª a vista, indicado como Relator *ad hoc*. Consequentemente, na semana que vem, eu posso dar um parecer final, fundindo, talvez, as duas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim, eu agradeço a manifestação de V. Exª. Isto vem sendo usual: Senadores Relatores em uma comissão, por igual, relataram o mesmo projeto na comissão seguinte. Todavia, eu compreendo as razões de V. Exª.

Como precisamos dar um pouco de celeridade ao exame dessa matéria, eu peço, então, à Senadora Ana Amélia, que substitua, nessa hipótese, o Senador Elmano Férrer e exerça a Relatoria *ad hoc*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou direto à análise, às razões que sustentam esse projeto.

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis desempenham função delegada pelo Poder Público, conforme se infere do teor do art. 5º da Lei nº 6.530, de 1978, possuindo personalidade jurídica de Direito Público.

Por ostentarem a condição de autarquias, os Conselhos exercem o poder de polícia, o que lhes confere o dever de fiscalizar a prática profissional de seus membros, de disciplinar essa prática e de impor sanções administrativas em caso de descumprimento da lei e de suas regras internas.

Nesse caso, o Supremo Tribunal Federal (STF), aliás, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.717, consignou que: “a interpretação conjugada dos artigos 5º, XIII, 22, XVI, 21, XXIV, 70, parágrafo único, 149 e 175 da Constituição Federal, leva à conclusão, no sentido da indelegabilidade, a uma entidade privada, de atividade típica de Estado, que abrange até poder de polícia, de tributar e de punir, no que concerne ao exercício de atividades profissionais regulamentadas, como ocorre com os dispositivos impugnados”.

Doutra parte, a atividade sindical possui características estritamente privadas, de representação dos interesses de seus membros e de sua categoria. Sua função precípua deve ser norteadada pela total autonomia de atuação e pela inteira separação do aparato do Estado.

Para alcançar esses objetivos, o art. 8º, inciso I, da Carta Política de 1988 consagrou o princípio da autonomia sindical, impedindo que o Poder Público interfira na organização dos sindicatos.

Em linhas gerais, o princípio da autonomia sindical confere ampla liberdade aos sindicatos, que podem se organizar livremente, sem a ingerência do Estado ou mesmo do empregador.

Daí que não se apresenta crível a junção das funções estatais e sindicais, o que, invariavelmente, levaria o sindicato a perder sua capacidade de atuação representativa e social. Isso pode ocorrer de diversas formas, seja pela imposição de dirigentes sindicais ou pela seleção de candidatos palatáveis ao poder público, seja pela cooptação dos dirigentes do sindicato pela máquina estatal.

Outrossim, é preciso ter em mente que a participação compulsória de membros escolhidos pelos sindicatos nos órgãos de fiscalização de exercício profissional caracteriza perfeitamente uma indesejável interferên-



cia recíproca entre sindicatos e Estado, medida que poderia criar embaraços ao funcionamento do Conselho e da própria entidade sindical.

Realmente, o conflito de interesses que se delinearía entre os membros dos Conselhos escolhidos pelos sindicatos, e os próprios sindicatos, que têm a função de representação administrativa da categoria e de seus membros, revela-se um severo risco à autonomia do Conselho, órgão administrativo que tem por finalidades precípuas a fiscalização e a imposição de penalidades.

Sob a perspectiva inversa, poderia ocorrer a incursão indevida do Conselho nos sindicatos por meio de eventuais membros que integrem a direção de ambos.

Assentadas tais premissas e com lastro na jurisprudência do STF, somos contrários à proposta de modificação do art. 11 da Lei nº 6.530, de 1978, o que representaria grave ofensa aos arts. 5º, XIII e 21, XXIV, da Constituição Federal.

Pelas mesmas razões, a obrigação prevista no art. 23-A que obriga os Conselhos Regionais a fornecerem aos sindicatos a relação de seus inscritos, mesmo estagiários, padece de vício de inconstitucionalidade, na medida em que, repita-se, inexistente relação orgânica entre essas duas entidades do exercício profissional.

Portanto, não há justificativa para o trânsito de informações pessoais dos inscritos ao sindicato, principalmente porque, ao contrário da inscrição nos órgãos de fiscalização, a filiação sindical não é obrigatória nem necessária para o exercício profissional.

Se isso não bastasse, a inserção do art. 23-A traduz-se em solução desnecessária, ante a previsão de acesso à informação prevista na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Com efeito, os Conselhos Profissionais são autarquias que possuem personalidade jurídica de direito público. Nada mais natural, pois, que seus dados sejam acessíveis ao público em geral, o que inclui, evidentemente, os sindicatos.

Nessa esteira, convém asseverar que a disponibilização da informação ao interessado é obrigatória após o advento da Lei nº 12.527, de 2011, ressalvados os casos em que o acesso requerido possa, de alguma forma, ser prejudicial ao interesse público, o que, todavia, não é o caso do artigo em exame.

Ou seja, com base na Lei nº 12.527, de 2011, já é possível aos sindicatos solicitar dos Conselhos Profissionais quaisquer informações, inclusive aquelas relacionadas ao número de inscritos, motivo por que o art. 23-A consubstancia obrigação inócua.

Quanto ao mérito, somos contrários às demais alterações com fundamento nos argumentos que se seguem.

O art. 11-A apenas repete parte da redação do atual art. 11, *caput*, da Lei nº 6.530, de 1978, sendo, assim, desnecessária a modificação proposta, sobretudo em razão da constatação do vício de inconstitucionalidade presente no *caput* do art. 11.

Já a estipulação de prazo para realização das eleições dos Conselhos, nos moldes do art. 11-B, afigura-se despicienda. Com efeito, os limites temporais das eleições devem ser fixados por cada órgão de fiscalização, de acordo com suas normas internas, sob pena de ofensa à autonomia organizacional dos Conselhos.

No que tange às anuidades, o § 1º do art. 16 da Lei nº 6.530, de 1978, reduz a quantia atualmente cobrada, o que viola o princípio da proporcionalidade, já que não observa a realidade socioeconômica dos filiados do sindicato.

Da mesma maneira, a isenção estabelecida no art. 16-A em favor daquelas pessoas com 70 (setenta) anos completos encerra verdadeiro contrassenso, porquanto é plenamente razoável que os idosos que permanecem exercendo seu ofício tenham que arcar com as cobranças promovidas por seu órgão de classe.

Ainda no que atine ao art. 16-A, mostra-se injustificável a proposta que isenta da anuidade os inscritos que tenham contribuído pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, visto que a cobrança das anuidades deve levar em consideração, unicamente, o fato de o filiado continuar desempenhando sua atividade profissional.

Desse modo, entendemos que os arts. 11, *caput*, e 23-A, da forma como redigidos, são inconstitucionais, e os demais artigos do projeto não estão, no mérito, em conformidade com os valores sociais do trabalho.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2014, na forma da fundamentação acima.

Este é o voto que apresento, como Relatora *ad hoc*, ao projeto que está sob a relatoria do Senador Elmano Ferrer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

Para discutir, com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu quero ser coerente como sempre fui e procuro ser. Esse projeto, lembro aqui, eu o relatei naquela Comissão, onde fiz



realizar, inclusive, uma audiência pública. A Comissão teve uma mesa ampla, com um debate que se estendeu durante toda uma manhã.

Assim, por coerência, Sr. Presidente, por ter feito uma audiência pública, por ter sido Relator da matéria, não teria sentido eu não pedir vista do relatório, dentro do Regimento. Eu conversei aqui com os líderes da categoria, que têm interesse na rejeição do projeto, mas já adianto o seguinte: o pedido de vista é coletivo – já acertei aqui com a Senadora, que acompanhará o pedido de vista coletiva –, vou conversar com o Relator da matéria, Senador Elmano Ferrer, e também com a Relatora *ad hoc*, no sentido de que, na semana que vem, nós possamos votar a matéria com plena consciência de que nós cumprimos aqui o nosso papel neste momento da história e com os olhos voltados ao interesse da categoria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De novo: é direito do Parlamentar o pedido de vistas. E o pedido de vista coletiva significa, muito adequadamente, o retorno da matéria na próxima reunião desta Comissão, o que não demorará muito tempo. Contudo, eu gostaria que os entendimentos fossem feitos com o próprio Relator, haja vista que se trata de uma matéria com muitos detalhes técnicos. Assim, que o próprio Senador Paim fizesse os entendimentos com o Senador Elmano Ferrer e a sua assessoria para fins de aperfeiçoar a matéria naquilo que houver compatibilidade.

Ainda: mesmo que eu entenda que esta matéria não é terminativa aqui na Comissão e que nós poderíamos deliberar para que ela seguisse para a próxima Comissão onde ela será encaminhada e lá se fizesse esse debate, para, pelo menos, nós ganharmos uma semana, respeito a posição do Senador Paim, ainda porque é um direito que lhe assiste no exercício do mandato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero dizer que concordo plenamente com a Senadora. Se depender de mim, vamos nessa linha. Vamos conversar com o Relator, que é um grande colega nosso, o Senador Elmano Ferrer, no sentido de que possamos votar essa matéria, quem sabe já até acompanhando o Relator, já na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Essa matéria não irá a outras comissões. Ela tem efeito terminativo na Comissão de Assuntos Sociais. O pedido de vista é absolutamente regimental, porém, tendo sido o Senador Paulo Paim Relator em sua própria Comissão, eu penso que seria por nós – expressão que acaba de ser empregada devidamente pela Senadora Ana Amélia – despidiessa essa solicitação de vista. Todavia, não posso atropelar o Regimento. Concedo a vista coletiva a que V. Exª se refere. E a matéria...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até porque, Sr. Presidente, para ajudar, nós fizemos até audiência pública lá. Então, aqui não cabe agora audiência pública. O máximo é um pedido de vista, e votaríamos na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Assim será.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente, mas eu, se fosse Relatora, jamais usaria “despidiessa”, mesmo sendo uma palavra do latínório, *data venia*. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O item 2 tem por Relator o Senador Acir Gurgacz, que não se encontra presente. Nessa hipótese, eu solicito ao Senador Dário Berger que funcione como Relator *ad hoc*.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 425, de 2015

- Não terminativo -

Altera o art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para estabelecer alíquotas específicas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviço (PIS/PASEP-Importação) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) em relação aos produtos farmacêuticos sem similar nacional.

Autoria: Senador Otto Alencar.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2015, e da Emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger.



A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente, antes de passar a palavra.

Eu só queria renovar o pedido que fiz à Secretaria da Comissão para retirada de pauta do item 4. É uma relatoria de uma matéria, que eu já retirei para fazer os aperfeiçoamentos necessários. Então, é só para reafirmar, porque já estava a Secretaria providenciando. É apenas para oficializar a V. Exª.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A senhora é a Relatora do item 4 e solicita a retirada do projeto da ordem de votação hoje. Assim será.

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, consulto V. Exª se posso partir diretamente para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Penso que sim.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito obrigado.

Compete à CAS, nos termos do inciso II do art 100 do Regimento Interno do Senado Federal, dispor sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e à produção, controle e fiscalização de medicamentos.

Quanto ao mérito, no âmbito da CAS, é preciso ter em foco o alcance social do PLS nº 425, de 2015, pois caberá à CAE apreciá-lo sob seus aspectos das implicações econômicas e tributárias.

Tomamos como ponto de partida nessa análise a afirmação do autor do projeto de que é inadmissível que o ajuste fiscal se dê às expensas da saúde da população.

Nesse sentido, saliente-se que a adoção da medida contida no PLS 425, de 2015, significará que as alíquotas do PIS/Pasep-Importação serão reduzidas de 2,76% para 2,1% e as da Cofins-Importação de 13,03% para 9,9%, sendo que as alíquotas maiores serão aplicáveis, de forma geral, à importação dos medicamentos enquadrados nas classificações elencadas no §1º e as alíquotas reduzidas passarão a impactar a importação desses mesmos medicamentos nos casos em que não existam similares nacionais. Lembramos, porém, com relação a esses mesmos produtos farmacêuticos, que as alíquotas das duas contribuições – PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação – foram reduzidas a zero durante todo o período transcorrido entre a publicação do Decreto nº 6.426, de 7 de abril de 2008, e a edição da Medida Provisória nº 668, de 30 de janeiro de 2015, convertida na Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015.

Diante dessa realidade, parece-nos que a redução das alíquotas prevista no projeto é muito discreta. É preciso lembrar que a inexistência de medicamentos similares no mercado nacional afeta, com frequência, portadores de doenças raras, comumente definidas como aquelas que afetam até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos, ou seja, 1,3 doentes para cada 2 mil indivíduos. No tratamento dessas doenças, as substâncias utilizadas costumam caracterizar os chamados medicamentos órfãos, cuja baixa atratividade mercadológica restringe o interesse produtor da indústria farmacêutica.

Também é necessário considerar que, pela lentidão da atividade regulatória no setor público brasileiro, os últimos avanços farmacológicos levam mais tempo para serem disponibilizados no mercado nacional, o que prejudica, sobretudo, os pacientes em estágios avançados de doenças graves, para os quais não há tempo a perder e existe a premência de adquirir quaisquer medicamentos importados que possam significar a esperança de cura ou de maior sobrevida.

Nesse sentido, lembramos a aprovação, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 38, de 12 de agosto de 2013, que aprova o regulamento para os programas de acesso expandido, uso compassivo e fornecimento de medicamento pós-estudo.

O programa de acesso expandido é definido como o programa de disponibilização de medicamento novo, promissor, ainda sem registro na Anvisa ou não disponível comercialmente no país, que esteja em estudo de fase III em desenvolvimento ou concluído, destinado a um grupo de pacientes portadores de doenças debilitantes graves e/ou que ameacem a vida e sem alternativa terapêutica satisfatória com produtos registrados.

O programa de fornecimento de medicamento pós-estudo é definido como a disponibilização gratuita de medicamento aos sujeitos de pesquisa, aplicável nos casos de encerramento do estudo ou quando finalizada sua participação.

E, por fim, o programa de uso compassivo é definido como a disponibilização de medicamento novo promissor, para uso pessoal de pacientes e não participantes de programa de acesso expandido ou de pesquisa clínica, ainda sem registro na Anvisa, que esteja em processo de desenvolvimento clínico, destinado a pacientes portadores de doenças debilitantes graves e/ou que ameacem a vida e sem alternativa terapêutica satisfatória com produtos registrados no país.



Dessa forma, em nossa opinião, com vistas a garantir o alcance social do PLS nº 425, de 2015, é preciso reinstituir a alíquota zero das duas contribuições incidentes sobre a importação de medicamentos sem similar nacional e adotar a mesma providência para os medicamentos importados no âmbito dos programas previstos na RDC-Anvisa nº 38, de 2013.

Assim, a emenda que propomos estabelece a inclusão de um inciso XLI ao § 12, cujos incisos enumeram os casos em que as alíquotas das duas contribuições ficam reduzidas a zero.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 425, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 8º

.....

§ 1º Observado o disposto no inciso XLI do § 12 deste artigo, as alíquotas, no caso de importação de produtos farmacêuticos, classificados nas posições 30.01, 30.03, exceto no código 3003.90.56, 30.04, exceto no código 3004.90.46, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.60.00, são de:

.....

§ 12.

.....

XLI – os produtos farmacêuticos abrangidos pelo § 1º deste artigo que não tenham similar nacional e os medicamentos importados no âmbito dos programas de uso compassivo, de acesso expandido e de fornecimento de medicamento pós-estudo.

..... (NR)'''

Sala da Comissão, 14 de junho de 2016.

É o relatório, que relato *ad hoc* a pedido do Senador Presidente Edson Lobão, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem pretenda discuti-la, em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao PLS nº 425, de 2015, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o prazo para a apresentação de emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, que é o Projeto nº 2, de 2016, do Congresso Nacional, será de 22 a 29 deste mês.

Essas emendas deverão ser apresentadas por meio do Sistema de Elaboração de Emendas disponível aqui no Senado, cujo acesso se dá apenas no ambiente interno da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. É necessário, portanto, o comparecimento de um funcionário credenciado – e nós o temos – nesta Secretaria para a entrega do recibo, assinado pelo autor da emenda. Somente com esse procedimento serão validadas pelo sistema.

Eu retifico o prazo: é do dia 22 ao dia 28 aqui na CAS.

Indico como Relator o Senador Roberto Rocha.

Os demais itens da pauta de hoje têm caráter terminativo. Como já perdemos o quórum qualificado e nada mais há a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores pela presença, e aos Srs. Relatores *ad hoc* pelo que fizeram por esta Comissão.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)



ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e três minutos, do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela e Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à discussão e à votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2017), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências. Autoria: Presidência da República. Relatoria das Emendas na CAS: Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovadas 22 (vinte e duas) Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao PLDO 2017, sendo 03 (três) Emendas de Inclusão de Meta e 19 (dezenove) Emendas ao Texto da Lei, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Emendas de Inclusão de Meta: Emenda nº 1–CAS – 8581 – Serviço Estruturado – 5.000 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde. Emenda nº 2–CAS – 6148 – Procedimento realizado – 2.000.000 – Assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolvimento de atividades educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais. Emenda nº 3–CAS – 210M – Projeto apoiado – 200 – Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Emendas ao Texto da Lei: Emenda nº 4–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64-A (novo) – Distribuição de medicamentos e materiais aos portadores de diabetes. Iniciativa: Senadora Angela Portela; Emenda nº 5–CAS – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 36, Parágrafo 6 – Art. 036, § (novo) – determina dotação do Ministério da Saúde para medidas judiciais. Iniciativa: Senadora Angela Portela; Emenda nº 6–CAS – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 36 – Reajuste dos Aposentados GFIP. Iniciativa: Senador Paulo Paim; Emenda nº 7–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Participação da União no Capital Social da Hemobrás. Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 8–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Auditoria do SUS. Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 9–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Aprimoramento da articulação inter federativa e da Gestão Compartilhada do SUS. Iniciativa: Senador Humberto Costa. Emenda nº 10–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Ampliação das práticas de gestão estratégica e participativa no SUS. Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 11–CAS – Modificativa – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde. Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 12–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Fomento à Educação em Saúde voltada para o saneamento ambiental, para prevenção e controle de doenças e agravos. Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 13–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada. Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 14–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Ouvidoria Nacional de Saúde. Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 15–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de doenças e agravos. Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 16–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Estruturação das Academias de Saúde. Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 17–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Implantação e implementação de Políticas de Atenção integral à saúde da mulher. Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 18–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Implantação, construção e ampliação da UPA. Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 19–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Manutenção e funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de gratuidade, pelo sistema de co-pagamento e a Estruturação da Rede Própria. Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 20–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos egressos de longas internações psiquiátricas no SUS – De volta para Casa. Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 21–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Custeio do SAMU 192. Iniciativa: Senador Humberto



Costa; Emenda nº 22-CAS – Aditiva – Anexo III – Item 64 – Proteção contra contingenciamento (Anexo III) – Programa mais Médicos. Iniciativa: Senador Humberto Costa. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Otto Alencar, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Rocha, Relator das Emendas na Comissão de Assuntos Sociais. O Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta Vigésima Reunião (Extraordinária), que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais
(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 – Projeto de Lei do Congresso nº 2, de 2016. Foram recebidas 123 emendas, sendo uma emenda de acréscimo de metas, 102 emendas de inclusão de metas e 20 emendas ao texto da lei.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Bom dia. Eu queria saudar todos e todas, saudar os nossos Senadores e Senadoras, agradecendo ao Presidente pela deferência desta relatoria.

Vou fazer só uma introdução mais técnica, exigida pelo relatório, e depois eu queria fazer um relatório mais coloquial, dialogando com os nossos Senadores, uma vez que, pela diligência e pela dedicação dos nossos Senadores e Senadoras na preocupação de emendar o Orçamento, através das 103 propostas, claro que fica difícil separar somente três para assegurar o direito que a Comissão, como emenda coletiva, tem para acrescentar ou fazer modificações no Orçamento.

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2, de 2016-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017. A futura Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (LDO) orientará a elaboração da lei orçamentária anual, compreenderá as metas e prioridades para a Administração Pública Federal, disporá sobre as alterações na legislação tributária e também estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A fim de oferecer o devido tratamento a esses temas, o projeto da LDO 2017 contempla, além do texto principal da lei, um conjunto de anexos, que trata de temas diversos, a exemplo de metas e riscos fiscais...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... despesas isentas de eventual limitação de empenho e objetivos da política macroeconômica.

Diferentemente do que havíamos observado nos últimos anos, no presente exercício, o PLDO surgiu com um Anexo de Prioridades e Metas (Anexo VII), que prestigia programações do Plano Brasil sem Miséria e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2017, cujos fundamentos são lançados pela citada Resolução nº 1, de 2006, e pelo Parecer Preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), disciplinado nos arts. 85 e 86 da referida resolução, esta Comissão de Assuntos Sociais tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Encontram-se sob análise desta Comissão 20 propostas de emenda de texto, relacionadas no Anexo I do presente relatório, e 103 propostas de emenda para inclusão ou acréscimo de meta no Anexo de Prioridades e Metas, listadas no Anexo II. Não surgiram propostas de cancelamento de meta.



As emendas propostas são relacionadas às competências regimentais desta Comissão, além de atenderem às disposições constitucionais e legais, motivo pelo qual entendemos sejam todas admissíveis, com exceção da Emenda de Texto de nº 2.

No que se refere às emendas ao texto, inexistindo limitação quantitativa a tal modalidade de emenda, somos pela apresentação de todas as propostas admissíveis oferecidas pelos nobres Senadores e Senadoras.

Já em relação a emenda para inclusão ou acréscimo de meta, nota-se um sério descompasso entre o número de propostas de emendas surgidas e a quantidade máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar. O inegável mérito das propostas apenas acentua o impasse e agrava a dificuldade da escolha.

Depois de acurado exame em torno da questão, resolvemos levar em conta aspectos como a frequência com que as propostas se repetiram, procurando atender um maior número de Parlamentares proponentes, além de prestigiar diferentes áreas.

Aí eu queria dialogar com nossos Parlamentares, porque, como foram 103 emendas, acaba cobrindo um conjunto de preocupações que há naturalmente em cada base parlamentar, nos seus Estados, nos Municípios, enfim. São preocupações diversas.

Por exemplo, a Senadora Angela Portela, entre tantas emendas, preocupou-se com distribuição de medicamentos e materiais a portadores diabéticos; já o Senador Paulo Paim se preocupou, como sempre, com a questão dos aposentados; o Senador Humberto teve a preocupação com a gestão do SUS; a Senadora Lídice da Mata, entre tantas emendas, propôs a aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar; o Senador Moka, por exemplo, preocupou-se, entre outras coisas, com o fomento ao desenvolvimento de instituição de microcrédito; o Senador Elmano, com o apoio à gestão do sistema básico de Municípios até 50 mil habitantes; o Senador Vicentinho Alves demonstrou preocupação com doenças e hospitais de tratamento específico, como o câncer; a Senadora Ana Amélia, com os serviços de saúde prestados através dos hospitais universitários; a Senadora Vanessa preocupou-se com as questões de alta complexidade; a Senadora Lúcia Vânia, com estrutura e academias de saúde. Enfim, são preocupações diversas que cobrem um conjunto de situações que são objeto desta Comissão.

Com a minha experiência do Pará, da Amazônia e de outros Estados brasileiros, eu me preocupei com a questão do trabalho infantil, com a proteção à criança e ao adolescente em relação ao trabalho infantil. Na nossa Região Amazônica e no nosso Estado principalmente é muito grande essa ocorrência do trabalho infantil. Portanto, eu também me preocupei com isso através da minha emenda.

Dizem os consultores que a tradição é escolher através do maior número de emendas comuns aos Parlamentares. Então, por um critério estabelecido por essa tradição, escolhi, para meu voto, as três emendas, que seriam as de código 8581, de estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde. A maioria dos Senadores propuseram isso. Todos nós sabemos que, no interior de todos os nossos Estados, há o problema da atenção básica à saúde. Então, a estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde é um código que há no anexo da LDO. Atendem-se as Emendas nº 10, 30, 48, 72, 87 e 95.

A outra emenda que estou propondo é a de código 6148, que trata da assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolvimento de atividades educacionais e pesquisas no campo da saúde – serviço social autônomo das Associações das Pioneiras Sociais. Essa é uma preocupação de todos os Senadores, ou seja, é uma emenda para hospital especializado que fica em Brasília, conhecido como Sarah Kubitschek.

É uma preocupação de todos os Parlamentares, por causa dos acidentes de trabalho, acidentes de trânsito, com índices muito grandes, de modo que todos sempre direcionam essa emenda, tradicionalmente, para o fortalecimento do Hospital Sarah Kubitschek.

E, por fim...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nesse caso do Sarah, é em Brasília e em Salvador – também há o Sarah Salvador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim; e também há Sarah no Maranhão e no Pará, este para tratamento infantil.

Promoção, defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Aí eu estou trazendo como sugestão da base da minha preocupação, que é a questão do trabalho infantil.

Portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, após análise profunda de todas essas coisas, eu encerro o relatório e passo ao voto.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das Emendas de Texto de nºs 1 e 3 a 20, inadmitindo apenas a Emenda de nº 2, com fundamento no item 2.3.1 da Parte Especial do Parecer Preliminar. Ademais, somos pela apresentação das seguintes emendas de acréscimo ou inclusão de meta no Anexo de Prioridade e metas do PLDO 2017.



São as emendas que eu já comentei anteriormente: Emendas de código 8581, 6148 e 210M.

Essas emendas atendem ao serviço estruturado, aquele serviço básico de saúde; o procedimento realizado, que é a questão do Sarah Kubitschek, e o projeto apoiado, que trata da promoção, defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Estes são o meu relatório e o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, o Relator, Senador Paulo Rocha, descumbe-se de um trabalho que não é fácil, até porque S. Ex^a, além de ter de estudar – e ele o fez – a matéria profundamente, precisa equilibrar o seu voto, que é o voto condutor desta Comissão, em relação às 123 emendas recebidas dos Srs. Senadores.

Das 123 emendas, na prática, pelo Relator, estão sendo acolhidas 12 emendas do Plenário desta Comissão, que eram emendas afins e das quais foram sendo aproveitadas partes para que, ao cabo desse estudo, pudesse o Relator resumi-las em três proposituras.

A matéria está, portanto, em discussão nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, apenas para cumprimentar o Senador Paulo Rocha e dizer que o critério usado é o mais democrático possível. Ele tentou escolher, entre as emendas apresentadas, aquelas que mais se repetiram, que mais apareceram. Essas foram as emendas que ele adotou, que ele priorizou.

Então eu acho que este é o critério mais democrático: priorizar as emendas que mais aparecem na Comissão. De forma que acho que ele fez um trabalho abrangente e bastante democrático.

Eu voto favoravelmente ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sou favorável ao relatório do Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Bem, não havendo mais quem pretenda discutir a matéria, nós iremos suspender a votação porque ainda temos necessidade de uma presença nesta Comissão, para efeito de tomada de decisões deliberativas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu penso que, para os não terminativos – e há pelo menos dois... Eu fui Relatora *ad hoc* de um projeto do Senador Elmano Férrer e também de outro projeto, que não é terminativo, do Senador Lasier Martins. Nos dois, foi pedido vista coletiva. Como é vista coletiva, temos que apreciá-los, eu penso que regimentalmente, até que consigamos quórum para os temas terminativos.

Então, se V. Ex^a e os nossos colegas entenderem, é apenas para dar economicidade, dar uma desovada na pauta.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia, refere-se V. Ex^a certamente a votações de matérias terminativas. As não terminativas – e é o caso – de qualquer sorte necessitam da presença, ainda que apenas com a assinatura no livro de presença, de 11 Srs. Senadores. Compareceram à Comissão dez Senadores. Estamos no aguardo do Senador Elmano Férrer, que está já a caminho desta Comissão, e, dentro de alguns poucos minutos, nós então teremos a presença de S. Ex^a ou de outro membro da Comissão, quando então prosseguiremos na votação.

Enquanto isso, eu suspendo por alguns minutos esta reunião, pedindo aos companheiros que não se retirem nesse meio tempo, até que tenhamos o quórum necessário para esta deliberação em caráter simples.

(Suspensa às 9 horas e 51 minutos, a reunião é reaberta às 9 horas e 52 minutos.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, pela ordem.

Eu queria aproveitar para agradecer ao Relator das emendas, o Senador Paulo Rocha, pelo trabalho exaustivo que fez.

Esta é uma das Comissões em que mais emendas aparecem.

Quero agradecer a V. Ex^a a inclusão das emendas que não só eu, mas vários Senadores – muito produtivos – fizeram. Então, agradeço muito a V. Ex^a pelo tratamento equilibrado, responsável que fez no relatório do Orçamento na nossa Comissão de Assuntos Sociais.

Então, muito obrigada ao senhor.



O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inclusive eu fiz referência a uma das suas emendas porque a senhora se preocupou também, dentre tantas outras, com a questão dos hospitais universitários e da aquisição para agricultura familiar.

Naturalmente que...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... a diversidade... Nomi-nei, inclusive, a senhora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Reaberta a reunião, já contamos com o quórum devido. Encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório do Senador Paulo Rocha permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer favorável com as emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016.

As emendas aprovadas nesta Comissão irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta 20ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos e suspensa às 9 horas e 51 minutos, a reunião é reaberta às 9 horas e 52 minutos e encerrada às 9 horas e 54 minutos.)



ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO NÚMERO 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos, do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Eduardo Lopes, Elmano Férrer, Vicentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Lídice da Mata, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. A Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações: Ofício nº 123, do Presidente da Comissão de Planos e Orçamentos, Deputado Arthur Lira, em que convida esta Presidência e os demais membros da Comissão de Assuntos Sociais para reunião de audiência pública com a presença do Ministro de Estado da Saúde, o Senhor Ricardo Barros, com a finalidade de apresentar o relatório quadrimestral da saúde, no dia 14 de julho de 2016, às 10 horas, no Plenário 2 do Anexo 2 da Câmara dos Deputados. A Presidência comunica, ainda, o recebimento das seguintes manifestações: Moção nº 1, de 2016, da Câmara Municipal de Ocaçu, São Paulo, manifestando votos de apoio à Câmara Municipal de Bastos, São Paulo, que solicita a ampliação do valor destinado pelo Sistema Único de Saúde ao atendimento na Santa Casa de Marília; Moção de Apoio nº 1, de 2016, da Câmara Municipal de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, aos pais de alunos que fazem seis anos após o dia 31 de março, até o final de junho, para que consigam a inclusão imediata desses alunos no ensino fundamental; Ofício nº 400, de 2016, da Câmara Municipal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, solicitando elaboração de Projeto de Lei para conceder aos estudantes passe livre no sistema de transporte coletivo no país; Ofício nº 3, de 2016, da Câmara Municipal de Iracemápolis, sede do Parlamento Regional do Aglomerado Urbano da Cidade de Piracicaba, São Paulo, com Moção de Apelo pela continuidade do convênio entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-americana de Saúde ao Programa “Mais Médicos”. A Presidência informa que os referidos documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras na Secretaria desta Comissão, para consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da Pauta: Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2014 - Não Terminativo - Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Modifica a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre a composição e as eleições para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, estabelecer valores máximos para a anuidade devida aos Conselhos e determinar que os Conselhos deverão apresentar lista de inscritos aos sindicatos representativos da categoria. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2014. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2014. Relatoria: Senador Elmano Férrer (Substituído por ad hoc) Relatoria Ad hoc: Senadora Ana Amélia. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016 – Não Terminativo - Autoria: Senador Lasier Martins. Dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prosseguimento da tramitação. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Dispõe sobre a pesquisa clínica. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, na forma do Substitutivo que apresenta. E pela rejeição das Emendas apresentadas ao Projeto. Relatoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Item 4 Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2015 – Terminativo – Autoria: Senador Ciro Nogueira. Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na aquisição e na instalação de equipamentos destinados à geração própria de energia elétrica em residências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2015, e das Emendas nºs 1-CI e 2-CI. Resultado: Retirado de Pauta para atender à solicitação da Secretaria-Geral da Mesa constante do Ofício nº 891/2016, da Presidência do Senado Federal, referente a Requerimento de audiência de outra Comissão. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2016 – Terminativo – Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Massoterapeuta e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13, 2016. Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 23, de 2016-CAS, aprovado Extrapauta, de iniciativa da Senadora



Regina Sousa, solicitando Audiência Pública para instruir o PLS nº 13, de 2016. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão nos termos do artigo 118, parágrafo 4º do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. Relatoria: Senador Paulo Paim. Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2016 – Terminativo – Autoria: Senador Telmário Mota. Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o pagamento do salário-maternidade, na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança, seja realizado diretamente pelo empregador. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2016, e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para atender à solicitação da Secretaria-Geral da Mesa, constante do Ofício nº 894/2016, da Presidência do Senado Federal, referente a Requerimento de audiência de outra Comissão. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2016 – Terminativo – Autoria: Senador Telmário Mota. Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que o pagamento do salário-maternidade e a concessão da licença-maternidade serão devidos na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2016. Resultado: Retirado de Pauta para atender à solicitação da Secretaria-Geral da Mesa, constante do Ofício nº 893/2016, da Presidência do Senado Federal, referente a Requerimento de audiência de outra Comissão. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Item Extrapauta 8 – Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 22, de 2016. Autoria: Senador Edison Lobão. Com fundamento no disposto no artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2016, de autoria dos Deputados Jorge Bittar e Luiz Sérgio, que “altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regular as atividades de tele atendimento ou operações de telemarketing”. Os convidados serão indicados posteriormente à Secretaria da Comissão. Resultado: Aprovado. Item Extrapauta 9 – Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 23, de 2016. Autoria: Senadora Regina Sousa. Com fundamento no disposto do Artigo 93, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado Federal nº 13, de 2016, que “dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Massoterapeuta e dá outras providências”. A lista de convidados será repassada posteriormente a esta comissão. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores. Humberto Costa, Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Otto Alencar, Eduardo Lopes Elmano Ferrer e as Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais
(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Há expediente sobre a mesa que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento de Ofício nº 123, do Presidente da Comissão de Planos e Orçamentos, Deputado Arthur Lira, em que convida esta Presidência e os demais membros da Comissão de Assuntos Sociais para reunião de audiência pública com S. Ex^a, o Ministro de Estado da Saúde, com a finalidade de apresentar o relatório quadrimestral da saúde, no dia 14 de julho de 2016, às 10h, no Plenário 2 do Anexo 2 da Câmara dos Deputados.

Recebimento da Moção nº 1, de 2016, da Câmara Municipal de Ocauçu, São Paulo. Manifesta votos de apoio à Câmara Municipal de Bastos, São Paulo, que solicita a ampliação do valor destinado pelo SUS ao atendimento da Santa Casa de Marília.

2. Moção de Apoio da Câmara Municipal de Passo Fundo, do Rio Grande do Sul, aos pais de alunos que fazem seis anos após o dia 31 de março até o final de julho, para que consigam a inclusão imediata desses alunos no Ensino Fundamental.

Ofício nº 400, da Câmara Municipal do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, solicitando elaboração de projeto de lei para conceder aos estudantes passe livre no sistema de transporte coletivo do País.



Ofício da Câmara Municipal de Iracemápolis, sede do Parlamento Regional do Aglomerado Urbano, na cidade de Piracicaba, São Paulo, com moção de apelo pela continuidade do convênio entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde ao Programa Mais Médicos.

Informo que os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão, para consultas que se fizerem necessárias.

A presente reunião destina-se à apreciação de dois itens não terminativos e cinco itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, de 2014
- Não Terminativo -

Modifica a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre a composição e as eleições para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, estabelecer valores máximos para a anuidade devida aos Conselhos e determinar que os Conselhos deverão apresentar lista de inscritos aos sindicatos representativos da categoria.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

Relatoria: Senador Elmano Férrer (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2014.

Observações:

- Em 22.06.2016, a Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Elmano Férrer. Lido o Relatório, é concedida Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais.

- Votação simbólica

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Consulto a Senadora Relatora *ad hoc*, Ana Amélia, para suas considerações, se julgar necessário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a matéria já foi lida na reunião anterior da nossa Comissão de Assuntos Sociais, com pedido de vista coletivo, e a estamos apreciando novamente.

Por esse fato, só apenas, como lembrete, digo que este projeto modifica, como disse V. Exª, a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre a composição e as eleições para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, estabelecer valores máximos para a anuidade devida aos conselhos e determinar que os conselhos deverão apresentar lista de inscritos aos sindicatos representativos da categoria.

A explicação da ementa é que dispõe sobre a composição e as eleições para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis.

Então, eu tive a honra de ser Relatora *ad hoc*. Penso que não há mais o que acrescentar a esta matéria, que está bastante clara no relatório apresentado na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como eu fiz o pedido de vista, quero dar esse esclarecimento.

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, eu acatei a proposta sem entrar no mérito. Esta é a Comissão de mérito. E, aqui nesta Comissão, conversando não somente com a categoria, que foi fundamental, mas também com o Senador Elmano Férrer e com a própria Senadora Ana Amélia, com o Senador Paulo Rocha, todos têm o entendimento de que aquela Comissão cumpriu o seu papel, porque foi uma iniciativa popular em relação a essa proposta apresentada pelo sindicato, se não me engano de Brasília.

Agora, aqui no mérito, o meu querido Relator original, Senador Elmano Férrer, e a nossa Senadora, Relatora convenceram-me de que o relatório por eles apresentado corresponde à expectativa da maioria da categoria em todo o País.

Por isso, eu, como pedi vista, acompanho os Relatores da matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

Eu preciso só esclarecer que o meu voto *ad hoc*... Na verdade, o voto preparado competentemente pelo Senador Elmano Férrer, a quem eu presto as homenagens, é pela rejeição ao Projeto de Lei do Senado nº 250,



de 2014, na forma da fundamentação que fizemos, com a ampliação dos esclarecimentos pelo Senador Paim também.

Muito obrigada.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Waldemir Moka e em seguida Senador Paulo Rocha.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, o Senador Paulo Paim, ao acatar, acatou a proposta.

Eu conversei com o pessoal do meu Estado, Paim, e eles dizem que isso é uma decisão interna da categoria. Então, eles acham que a legislação, ao invés de contribuir, vai acabar criando complicações até de convergência. Então, eu o conheço de longa data, sei do interesse que V. Ex^a demonstrou ao acatar, mas penso que a rejeição do Senador Elmano Férrer – depois a Senadora Ana Amélia o fez da mesma forma – é a mais correta que esta Comissão pode dar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, naturalmente, como Líder da Bancada, anuncio o voto da Bancada do Partido dos Trabalhadores através dos seus Senadores e Senadoras aqui, porque nós somos favoráveis ao voto do Relator, portanto, somos pela rejeição do projeto.

Ademais, queria acrescentar que o companheiro Paulo Paim é um velho militante da autonomia e liberdade sindical. Portanto, o voto dele também acompanha o nosso.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Relator Elmano Férrer.

Esse projeto tem dois Relatores: V. Ex^a e a Senadora Ana Amélia.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Sr. Presidente, eu queria, inclusive, iniciar exatamente cumprimentando a nossa estimada Relatora Ana Amélia, *ad hoc*, que se houve com muita competência, muita dedicação.

Mas eu queria ressaltar a sensibilidade e o espírito de compreensão do nosso nobre Senador Paim, um defensor inquestionável das causas trabalhistas; com a sua sensibilidade, em reanalizando decisões anteriores e ouvindo vários segmentos e sindicatos de outros Estados, solidarizou-se com a relatoria, inclusive apoiando-nos. Isso mostra o espírito de isenção com que ele tem se havido nessas questões.

De outra parte, cumprimento o Líder do PT aqui nesta Casa, Senador Paulo Rocha, que se manifestou de forma favorável ao nosso parecer.

Por isso, eu queria agradecer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores pela sensibilidade na apreciação e na próxima votação dessa matéria, ressaltando mais uma vez o trabalho da nossa estimada Senadora Ana Amélia.

Era só isso, Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encerrada a discussão, em votação o relatório, que é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2014.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2014.

A matéria vai ao plenário do Senado, para prosseguimento da tramitação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu não sei se está previsto no Regimento, mas eu queria aproveitar para solicitar a esta Comissão que formulássemos votos de felicidade à nossa Vanessa Grazziotin, pelo seu aniversário, hoje. (*Palmas.*)

Essa combativa Senadora e brava mulher.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Esta Presidência, em nome de todos os Senadores da Comissão de Assuntos Sociais, cumprimenta por igual a Senadora, que hoje completa 35 anos de idade.

Não poderia ser menos, porque de outro modo S. Ex^a também não seria Senadora. É a idade mínima.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada pelo carinho de V. Ex^a, pelo carinho do Paulo e o carinho de todos aqui. Obrigada mesmo, de coração.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 2.



ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2016
- Não Terminativo -

Dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016, e das 2 (duas) emendas que apresenta.

Observações:

- Em 22.06.2016, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista ao Senador Paulo Paim nos termos regimentais.
- A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

Consulto o Senador Paulo Paim se há alguma manifestação decorrente do seu pedido de vista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu conversei com o Senador Lasier Martins, companheiro, Senador do Rio Grande, e também com a Senadora Ana Amélia, Relatora, que já leu o seu parecer.

E chegamos à conclusão que o debate vai continuar na Comissão de Ciência e Tecnologia. Consequentemente, não haveria motivo para obstruirmos. E que lá, então, se faça um debate mais aprofundado. Até porque entendo que, devido à matéria, lá vai ser discutida com profundidade a questão do mérito.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Também, como a matéria já foi lida na reunião anterior, eu vou limitar-me à leitura do voto, o que facilita também a compreensão dos colegas. Eu aprovei o projeto. Fui pela aprovação, com duas emendas desta Comissão. A primeira delas:

EMENDA Nº 1 - CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação de parcela do Fundo Social para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.”

EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 2º O art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:

‘Art. 47.

§4º Serão destinados exclusivamente para o desenvolvimento da ciência e tecnologia 20% (vinte por cento) do rendimento anual do Fundo Social, a que se refere o art. 51 desta Lei, da seguinte forma:
 I – 50% (cinquenta por cento) para projetos de pesquisa científica aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

II – 50 % (cinquenta por cento) para o financiamento de projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, nos termos da Lei nº 10.197, de 14 de fevereiro de 2001.’ (NR)”

Esse é o voto, lembrando que os 50% são dos 20% totais. Então, metade dos 20%, ou seja, 50% disso, divididos entre o CNPq e as instituições públicas de ensino superior.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)



Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 181, com as Emendas de nºs 1 e 2– CAS.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prosseguimento da tramitação.

Item nº 3.

Hoje a votação será feita em caráter terminativo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, de 2015

Dispõe sobre a pesquisa clínica.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, na forma do Substitutivo que apresenta. E pela rejeição das Emendas apresentadas ao Projeto.

Senadora Ana Amélia, Waldemir Moka e Walter Pinheiro são os autores.

Em 12/08/2015, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer favorável ao projeto com as Emendas de nºs 1 a 5.

Em 15/03/2016, a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação aprovou parecer favorável ao projeto, na forma também da Emenda nº 22, que teve caráter substitutivo.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, é de autoria da Senadora Ana Amélia, do Senador Waldemir Moka e também do Senador Walter Pinheiro e discorre sobre pesquisa clínica.

O substitutivo já foi anteriormente encaminhado aos gabinetes dos Srs. Senadores e Senadoras. Então, passo a ler aqui o relatório desse projeto de lei, Sr. Presidente.

São 42 artigos, define princípios, diretrizes e regras que devem ser seguidos para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos e determina que toda pesquisa clínica deverá ser previamente aprovada por uma instância de revisão ética, com o objetivo de garantir a dignidade, a segurança e o bem-estar do sujeito de pesquisa e a validade científica dos resultados.

O processo de revisão ética da pesquisa é detalhado no texto, com a especificação dos documentos necessários para sua instrução e dos prazos a serem cumpridos para a análise e emissão do parecer. São previstas duas modalidades de comitês de revisão ética, ambas sujeitas à fiscalização e ao acompanhamento da autoridade sanitária: o comitê de ética em pesquisa (CEP) e o comitê de ética independente (CEI).

As medidas contidas no projeto também buscam evitar a ocorrência de conflitos de interesses dos participantes das instâncias de revisão ética e garantir a independência das decisões proferidas.

Os capítulos do projeto estabelecem a proteção a ser conferida aos sujeitos da pesquisa – especialmente aos participantes mais vulneráveis, como crianças, incapazes e gestantes – e definem as responsabilidades da instância de revisão ética de pesquisa clínica, do promotor e do investigado.

Apesar de ser vedada a remuneração aos voluntários pela participação na pesquisa, os sujeitos saudáveis que integrem pesquisa de fase inicial poderão ser remunerados, desde que observadas certas condições de proteção a essas pessoas.

Nada obstante, a proposição determina a indenização do sujeito da pesquisa por danos decorrentes da participação no estudo, pelo que responderão solidariamente o promotor e o investigador principal.

A proposição obriga a continuidade do tratamento pós-ensaio clínico, desde que presentes as seguintes situações: I) risco de morte ou de agravamento clinicamente relevante da doença; II) ausência de alternativa terapêutica satisfatória no País para a condição clínica do sujeito da pesquisa.

Cabe ressaltar, ainda, que o PLS nº 200, de 2015, impede a adoção de critérios distintos para a aprovação dos protocolos de pesquisa quando submetidos por instituição de pesquisa nacional ou estrangeira. Há que adotar regra única, independentemente da nacionalidade do pesquisador ou da entidade promotora.

Além disso, os estudos de maior relevância para o atendimento a emergências de saúde pública recebem tratamento diferenciado e prioritário.

O projeto prevê, ainda, normas sobre a utilização e o armazenamento de dados e de material biológico humano oriundo dos estudos, e sobre a publicidade, a transparência e o monitoramento da pesquisa clínica.



A cláusula de vigência determina que a lei originada da proposição sob análise entre em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

O PLS nº 200, de 2015, foi distribuído à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de onde seguiu para exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Chega, agora, à Comissão de Assuntos Sociais para decisão em caráter terminativo.

Por ocasião de sua apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto recebeu parecer pela aprovação, com cinco emendas, todas oferecidas pelo Relator da matéria. A primeira delas incluiu a participação de representantes da sociedade civil e de grupos especiais objeto da pesquisa nos comitês de ética, enquanto a segunda teve espectro mais amplo e determinou o equilíbrio de gênero na composição dos comitês de ética, a presença de um consultor familiarizado com a língua, os costumes e as tradições da comunidade pesquisada, quando se tratar de população indígena, e a supressão da participação dos pesquisadores como ouvintes nas reuniões do comitê de ética.

A Emenda nº 3, da Comissão de Constituição e Justiça, estabeleceu que o investigador é responsável por prestar cuidados médicos aos participantes da pesquisa durante todo o período de sua execução. As últimas duas emendas aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça cuidaram de conferir proteção adicional ao sujeito de pesquisa nos casos em que houver necessidade do uso de placebo (Emenda nº 4, da Comissão de Constituição e Justiça) e corrigiram ambiguidade a respeito do direito de acesso do participante ao medicamento experimental, após o término do estudo (Emenda nº 5, da Comissão de Constituição e Justiça).

Na Comissão de Ciência e Tecnologia, o PLS nº 200, de 2015, foi aprovado na forma de um substitutivo (Emenda nº 22), que incorporou o conteúdo de parte das 21 emendas apresentadas perante aquele colegiado (nºs 6, 7, 8, 9, 11, 12, 15, 19, 20 e 21). O substitutivo oferecido pelo Relator também acolheu as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Constituição e Justiça. As demais emendas da Comissão de Constituição e Justiça foram rejeitadas, enquanto que as apresentadas perante a CCT foram consideradas prejudicadas, em função da aprovação do substitutivo.

O substitutivo aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia ampliou o escopo da proposição original ao redefinir a expressão “pesquisa clínica”, de modo a englobar as pesquisas clínico-epidemiológicas, como as de rastreamento de doenças e os estudos sobre fatores de risco de doenças ou agravos à saúde. Outra mudança significativa proposta pelo Relator foi a instituição do Sistema Nacional de Revisão Ética das Pesquisas Clínicas, vinculado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que será discutido mais adiante.

O texto também incorporou regras de proteção ao sujeito de pesquisa, quando da utilização de placebo nos estudos, e de responsabilização de pesquisadores e instituições, quanto ao armazenamento e transporte de material biológico.

O direito de acesso dos pacientes ao medicamento experimental foi aprimorado, de modo a conferir segurança jurídica aos promotores e aos sujeitos da pesquisa.

Outra regra relevante introduzida no substitutivo refere-se à permissão de participação do pesquisador responsável na reunião em que o seu projeto de pesquisa estiver em discussão (§2º do art. 14). Essa participação depende da anuência do comitê de ética em pesquisa, sendo vedada a presença do pesquisador no momento da deliberação.

No mais, o substitutivo preserva a estrutura do texto original do Projeto de Lei nº 200, de 2015, do Senador Walter Pinheiro, Senador Waldemir Moka e Senadora Ana Amélia.

Na análise, de acordo com o art. 100 do Regimento Interno do Senado, incumbe a esta Comissão analisar o mérito de proposições que tratem da proteção e defesa da saúde, assim como da produção, controle e fiscalização de medicamentos.

A constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição foram analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça, que não identificou óbices no tocante a esses aspectos.

Quanto ao mérito, é preciso reconhecer que o tema objeto da proposição – pesquisa clínica com seres humanos – reveste-se de grande relevância. É a partir daí que são produzidos conhecimentos essenciais para a compreensão das doenças e de seus mecanismos, das formas de prevenção e tratamento, além de medidas para a promoção da saúde.

A pesquisa clínica, portanto, é indispensável para que as práticas dos serviços e dos profissionais de saúde sejam baseadas em evidências científicas que garantam a sua efetividade e segurança, além de permitir o seu constante aprimoramento.

Assim, para cumprir com sua finalidade precípua, as pesquisas clínicas devem seguir protocolos rigorosos, para que sejam capazes de gerar conhecimento confiável e reproduzível e para que os seus resultados possam ser utilizados.



Além do impacto social da pesquisa clínica – decorrente das mudanças que acarreta nas práticas sanitárias e nas condições de vida e de saúde –, ela também apresenta grande potencial econômico, por gerar novas tecnologias e registros de patentes. Assim, no desenvolvimento científico, os interesses econômicos e sociais devem ser bem balanceados, para que a pesquisa se desenrole em estrito respeito aos direitos humanos.

Justamente para dar maior proteção aos sujeitos da pesquisa, o lado mais vulnerável da relação, é que foram editados os instrumentos regulatórios internacionais da pesquisa clínica com seres humanos. O Código de Nuremberg e a Declaração de Helsinki, por exemplo, têm como pressuposto o entendimento de que o avanço da ciência não é um valor absoluto e deve respeitar valores éticos e direitos humanos. Tudo isso para impedir abusos contra a dignidade e a integridade das pessoas, como já ocorreu em momentos sombrios da história da humanidade, a exemplo das experimentações realizadas com judeus e outros grupos, pelos nazistas.

Nesse sentido, o Brasil, alinhado com a comunidade internacional, constituiu um sistema de revisão ética de pesquisas com seres humanos, que representou grande avanço no sentido da proteção dos participantes dos estudos.

No entanto, como salientaram os autores da proposição, o marco legal das pesquisas clínicas é frágil, visto que constituído exclusivamente por normas infralegais emanadas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde.

A esse respeito, reproduzimos aqui o entendimento exarado pelo jurista Luís Roberto Barroso, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, que, de forma bastante elucidativa, assim se manifestou:

O exercício do poder regulamentar – ao menos nos termos em que é tradicionalmente compreendido – pressupõe uma lei formal anterior, disciplinando a matéria a ser regulamentada.

No caso, não há no Brasil lei formal que discipline a avaliação ética de pesquisa clínica com seres humanos: os únicos atos normativos existentes sobre a matéria são resoluções do Conselho Nacional de Saúde. Nesse contexto, a validade dessas resoluções não pode ser aferida a partir de parâmetros materiais contidos em lei própria – já que eles não existem.

.....

[...] diante do sistema normativo hoje vigente no País, resoluções do CNS não têm competência para criar e impor um sistema de controle ético de pesquisas clínicas. Tal constatação, por evidente, não desqualifica o Conselho, sua importância e as motivações legítimas que inspiram sua atuação. Mas suas pretensões de natureza legislativa estão em descompasso com o arranjo institucional vigente no país e com o próprio princípio democrático.

Concordo plenamente com o que diz aqui o Ministro Luís Roberto Barroso.

Assim, resta urgente a necessidade de uma lei reguladora das pesquisas clínicas no País, o que foi plenamente reconhecido pelas comissões que nos antecederam na análise da matéria. Superada essa primeira questão sobre a pertinência de uma lei que regule as pesquisas clínicas no território nacional, passamos a discutir o mérito das propostas contidas no projeto original, nas emendas aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Ciência e Tecnologia.

O PLS, na sua forma original, restringe-se à regulação de pesquisas clínicas que envolvem algum tipo de intervenção biomédica, por ser essa a modalidade que implica maior risco aos participantes.

Isso foi modificado no substitutivo aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, que passou a abranger todas as pesquisas clínicas com seres humanos, das investigações sobre intervenções biomédicas – em geral pesquisas experimentais –, às demais pesquisas clínico-epidemiológicas, tais como rastreamento de doenças e estudos sobre fatores de risco.

Cremos que essa alteração é procedente, pois não apenas as investigações experimentais – os chamados ensaios clínicos – têm o potencial de causar danos aos participantes, mas também os estudos observacionais.

O projeto também prevê a existência de dois tipos de comitês de ética: o comitê de ética em pesquisa (CEP) e o comitê de ética independente (CEI). Eles são constituídos por colegiados interdisciplinares, responsáveis por assegurar a proteção dos direitos, da segurança e do bem-estar dos sujeitos da pesquisa clínica, mediante a revisão dos protocolos de pesquisa. O CEI é uma organização independente, enquanto o CEP é vinculado a instituição pública ou privada que realiza pesquisa clínica.

Apenas os CEPs e os CEIs têm competência para realizar a revisão ética de pesquisas clínicas, assim como para analisar os recursos às suas decisões.

Esse aspecto, contudo, foi alvo de diversas propostas de alteração, tanto pelo substitutivo quanto por emendas apresentadas na Comissão de Ciência e Tecnologia.

As duas emendas do Senador Fernando Bezerra sobre esse tema foram acolhidas e incorporadas ao texto do substitutivo aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Seu objetivo: i) excluir do texto do projeto



a previsão dos comitês de ética independentes; e ii) instituir uma instância recursal, em caso de discordância com o parecer emitido pelo comitê de ética.

Além disso, o substitutivo instituiu um Sistema Nacional de Revisão Ética das Pesquisas Clínicas, constituído por uma instância nacional de controle ético de pesquisas clínicas, vinculado à Anvisa, e uma instância local de revisão ética de pesquisa clínica, formada pelos comitês de ética em pesquisa.

Cremos acertada essa proposta, que institui uma instância nacional harmonizadora da ação dos diversos comitês de ética em pesquisa existentes. Isso é fundamental para conferir um padrão mínimo a ser observado na revisão ética das pesquisas clínicas em todo o território nacional. O fato de essa instância estar vinculada à Anvisa, também nos parece acertado, uma vez que a Agência detém as competências indispensáveis para o desempenho das funções de regulação e fiscalização do controle ético das pesquisas clínicas no País.

O texto do substitutivo acerta ao diferenciar a atividade de vigilância sanitária da atividade de controle da revisão ética em pesquisa, ainda que as duas atividades estejam a cargo da mesma instituição, a Anvisa. O objetivo final de ambas as atividades é o mesmo: proteger a saúde da população, o que as insere no âmbito de competência da Agência, conforme estabelece o art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

Além de assegurar a competência técnica e estrutural para que a instância nacional de controle de revisão ética da pesquisa clínica desempenhe suas funções a contento, vinculando-a à Anvisa, o substitutivo também assegura o seu caráter colegiado, independente, multidisciplinar e com a participação social.

Outros pontos relevantes foram objeto de aprimoramentos nas comissões que nos antecederam na análise da matéria: a continuidade do tratamento após o término da pesquisa; o uso de placebo; as responsabilidades relativas ao armazenamento de material biológico e o seu envio para o exterior; a revisão ética de pesquisas em mais de um centro de estudo no País; as sanções por infração ética e sanitária, e a garantia de participação de representante de usuários nos comitês de ética em pesquisa, além de adequações na terminologia utilizada.

A utilização de placebo em pesquisa clínica foi alvo de emendas do Senador Eduardo Amorim na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Ciência e Tecnologia. Concordamos plenamente com o texto da Emenda nº 7, apresentada na CCT e incorporada ao substitutivo, por julgarmos que ele promove maior segurança ao participante da pesquisa, ao permitir a utilização do placebo apenas nas situações em que não há alternativa terapêutica efetiva para a doença objeto do estudo.

Ainda sobre o uso do placebo, reconhecemos como pertinente a proposta do Senador Aloysio Nunes Ferreira de restringir apenas o uso exclusivo do placebo. Essa medida é necessária para tornar possíveis os estudos sobre tratamentos combinados (quando se utiliza mais de uma droga), comparando-os com a terapêutica convencional baseada em um medicamento. Nesses casos, não há motivo para impedir o uso do placebo.

Apesar de reconhecermos que essa alteração representa um avanço no aprimoramento da matéria, cremos que ela é insuficiente para garantir a segurança do participante nos casos de uso não exclusivo de placebo. Uma redação mais adequada, por abarcar as duas situações – uso exclusivo e uso não exclusivo – seria prever que a utilização do placebo só é permitida se o participante da pesquisa não for privado do tratamento que seria utilizado na clínica habitual.

A garantia de acesso ao medicamento experimental é uma medida absolutamente necessária do ponto de vista ético. Essa é uma preocupação presente tanto no texto original do PLS quanto nas emendas que foram apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Ciência e Tecnologia. O aprimoramento desse tema é necessário para que não haja brechas legais que possam comprometer esse direito fundamental do participante da pesquisa.

Consideramos o texto do substitutivo proposto pela CCT adequado para garantir o acesso ao tratamento no pós-estudo. As hipóteses de suspensão do acesso gratuito garantido pelo patrocinador são legítimas e, a nosso ver, não violam o princípio da proteção dos participantes da pesquisa.

Em suma, o substitutivo inclui as seguintes determinações sobre o acesso ao medicamento experimental no pós-estudo: i) que o medicamento experimental, para ser fornecido ao participante após o término da pesquisa, tenha apresentado, simultaneamente, maior eficácia terapêutica e relação risco e benefício favorável; ii) que a distribuição seja gratuita, pelo tempo necessário; e iii) que a obrigatoriedade do patrocinador em fornecer o medicamento experimental gratuitamente cessa quando ocorrer a comercialização regular do medicamento ou a sua distribuição gratuita pelo SUS ou por outro meio.

Sugerimos, nesse ponto, um aperfeiçoamento adicional: determinar que a obrigação legal do patrocinador de fornecer gratuitamente o medicamento ao participante da pesquisa permanece até dois anos após o início da comercialização do medicamento. Isso evita que o paciente fique abruptamente privado do medicamento e permite que ele se adapte à nova situação, concedendo-se um prazo razoável para que, inclusive, o setor público de saúde possa promover a incorporação do medicamento.



Acho que esse prazo de dois anos seria razoável, até porque, Sr. Presidente, como médico e professor da Universidade Federal da Bahia, tive duas oportunidades de acompanhar pacientes em caso experimental, com uma técnica cirúrgica e uma técnica por uso de medicamentos, e esses pacientes eu acompanhei por mais de dois anos até, para perceber os efeitos colaterais que possam surgir depois da aplicação do medicamento e uso do medicamento por um prazo maior – casos, inclusive, de trabalhos que apresentei em seminários e congressos de ortopedia e traumatologia aqui, no Brasil.

Outro aprimoramento que julgamos fundamental é relativo ao art. 43 do substitutivo da CCT, que trata da descontinuidade da pesquisa clínica. Cremos ser necessário explicitar que é abrangida pelo dispositivo tanto a descontinuidade temporária quanto a definitiva. Há que se prever também a necessidade de apresentação das justificativas técnico-científicas da decisão, bem como de um plano de acompanhamento dos participantes em seguimento. Além disso, julgamos ser pertinente caracterizar como infração ética a descontinuidade que não tenha sido motivada por razões relevantes, já que isso constitui uma violação do bem-estar e da segurança do participante da pesquisa.

Procedemos, ainda, às seguintes alterações:

Definição da fase III do ensaio clínico: suprimir a exigência de que tenha passado pelas fases I e II. Além de não ser necessária tal explicitação para se caracterizar um estudo de fase III, nem toda pesquisa necessita passar pelas fases anteriores, como é o caso dos biossimilares.

Faculdade ao CEP de solicitar, em caso de pesquisas com centro coordenador situado no exterior ou com cooperação estrangeira, informações sobre a aprovação da pesquisa no país de origem e justificativa para ser realizada no Brasil.

Aumento do intervalo de três para seis meses a ser observado para que um indivíduo possa ingressar em nova pesquisa para avaliação de biodisponibilidade e bioequivalência.

Aprimoramento redacional sobre biorrepositórios e biobancos.

Correções de ordem redacional, para dar mais clareza ao texto, e alterações terminológicas, como a mudança das expressões “instância de revisão ética” para “instância de análise ética” e “instância nacional de controle de revisão ética de pesquisa clínica” para “instância nacional de ética de pesquisa clínica”.

Alteração da ementa e do art. 1º, para contemplar a instituição do Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica, o que corresponde ao escopo da proposição.

Por fim, por acreditarmos que o substitutivo aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia – fruto de longo e profícuo debate envolvendo Parlamentares e segmentos interessados no tema – aperfeiçoa a matéria, tomamos por base o seu texto para promover as alterações e os aprimoramentos explicitados, e apresentamos um novo substitutivo à matéria, que foi encaminhado e é do conhecimento, hoje, dos Srs. Senadores e Senadoras.

O voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 200/2015, na forma do substitutivo, e pela rejeição das emendas apresentadas ao projeto, Sr. Presidente.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Estão inscritos o Senador Humberto Costa, a Senadora Vanessa e a Senadora Ana Amélia.

Antes de conceder a palavra ao Senador Humberto Costa, eu quero cumprimentar o Senador Otto Alencar pela capacidade de galvanizar o Plenário com a sua longa dissertação a respeito desse projeto que é de capital importância.

Oxalá pudesse fazer sessões seguidas aqui com a assistência desse silêncio benfazejo, seja dos Srs. Senadores como, sobretudo, dos assessores e dos nossos convidados. Não poderia deixar de fazer esse registro, porque o que se deu agora foi uma situação, nesta Comissão pelo menos, incomum, e, por muitas vezes, já percebi em outras comissões a angústia dos presidentes delas, exatamente pela ausência do silêncio que tanto nos ajuda.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, primeiramente eu quero não somente registrar aqui a qualidade do substitutivo apresentado pelo Senador Otto Alencar, mas também o quanto esse projeto avançou em relação àquele que nós discutimos lá na CCJ e que aprovamos com a preocupação de que pudesse haver uma série de aperfeiçoamentos.

Como eu entendo que ainda é possível fazer alguns aperfeiçoamentos ou pelo menos discutir algumas questões, eu quero me colocar em relação a dois pontos e depois eu coloco a minha posição.

O primeiro ponto diz respeito a essa questão da concessão do medicamento ao paciente que se submeteu ao estudo clínico por dois anos. Nós temos em outros países, como nos Estados Unidos, a possibilidade ou a praxe de que as pessoas que se submetem aos testes, aos exames clínicos, elas podem ser inclusive pagas, remuneradas. Aqui no nosso País não existe isso, e acho que é bom, inclusive, que não exista e, portanto, eu acho que, se uma pesquisa clínica demonstrou que um determinado paciente melhorou sensivelmente com a



utilização daquele medicamento, nada mais justo que o laboratório ou a empresa possa garantir aquele medicamento por tempo indeterminado, até porque esse indeterminado muitas vezes pode ser até menos de dois anos, às vezes com menos de dois anos, com menos de um ano, você tem um medicamento até mais eficaz, mais eficiente.

Então, é pelo menos uma pequena concessão que se faz àqueles que se submeteram a esse tratamento. Portanto, enquanto aquela pessoa precisasse utilizar aquele medicamento que ela pudesse tê-lo concedido pelo laboratório.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O outro ponto diz respeito a onde deve ficar essa instância nacional de controle ético de pesquisas clínicas, que aqui está proposta a sua vinculação à Anvisa.

Atualmente a Conep está vinculada ao Conselho Nacional de Saúde. Eu sei que muita gente do Conselho Nacional de Saúde não vai gostar da minha posição, mas eu acho que não está localizado no lugar certo.

Eu acho que o Conselho, como um órgão de controle social, não me parece ser o espaço ideal para normatização dessa revisão ética que se faz permanentemente ou como instância de recurso quando não haja concordância, mas também tenho dúvidas se o melhor lugar é na Anvisa, porque a Anvisa vai ter a própria responsabilidade de, posteriormente, fazer o registro daqueles medicamentos, acompanhar a sua produção, fazer a fiscalização da qualidade do que é previsto, e acho que a Anvisa já tem tanta coisa que ela não consegue dar conta; pode ser mais uma que não funcione bem.

Então, eu gostaria de poder sentar com o Senador Otto Alencar, com a própria Senadora Ana Amélia, com o Senador Waldemir Moka para ver se, em relação a esses dois pontos, nós teríamos como construir algum consenso ou se não for possível...

Nesse sentido, eu gostaria que houvesse, se fosse possível, uma retirada de pauta ou fizessemos uma vista coletiva para, na semana que vem, podermos votar ou o substitutivo apresentado por V. Ex^a, ou o substitutivo de V. Ex^a com uma ou duas proposições.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, quanto a essa questão do período de dois anos, o projeto veio sem nenhum tempo para utilização do medicamento. Eu coloquei por dois anos.

O Senador Humberto Costa também... Aliás, ele é médico, eu sou ortopedista. Dizem que ortopedista não é médico.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sou psiquiatra, dizem que psiquiatra também não é médico. *(Risos.)*

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu trabalho é com broca, com parafuso, com placa, com prótese, com cimento, então, dizem que ortopedista não é médico, embora eu já tenha uma cliente aqui no Senado que mediquei e ficou legal, ficou muito... *(Risos.)*

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Corajosa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lúcia Vânia é a única cliente que se arriscou comigo, Sr. Presidente, porque...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sábida.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Paciente sábida.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A única paciente que eu tenho aqui é a paciente Senadora Lúcia Vânia, que se arriscou a ser medicada por meu intermédio, porque eu sou cirurgião, e dizem que o médico que quando chega depois de 40, 42 anos de formado, como eu já tenho, não quer muito o doente e o doente também não confia muito nele. Então, estão empatados praticamente.

Mas eu concordo com a colocação do Humberto quanto à questão do tempo. Podemos discutir isso, Senador Humberto Costa. Para os casos de pacientes com uso de medicamentos contínuos, podemos determinar por todo o tempo. Agora, os pacientes que não precisam de medicamento por uso contínuo, que usam a medicação e podem voltar com uma reinfecção ou alguma coisa dessa natureza, que não seja de uso contínuo, esses seriam só dois anos. A gente pode fazer uma coisa dessa natureza, porque muito em saúde, V. Ex^a sabe, é educação e saúde; é a prevenção da doença não só pelos métodos de higiene e de conhecimento para se evitar a doença como também por outros métodos de vacinação. Então, nesse item, pode-se colocar: para aqueles que precisam de uso contínuo ficar permanentemente e aqueles não precisam de uso contínuo dar por um período de dois anos. Pode-se fazer uma coisa dessa natureza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.



O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu acho que temos todas as condições de não votar hoje, discutir com a Senadora Ana Amélia, com o Senador Waldemir Moka, com o Senador Humberto, com outros Senadores que querem colocar alguma alteração. O Brasil precisa dessa legislação. É superimportante que se aprove isso. Agora, rediscutir também é superimportante. E eu estou aberto a discutir, até porque as contribuições são sempre bem-vindas para melhorar o projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia, a Senadora Vanessa já havia solitado, salvo se V. Exª solicitar a palavra pela ordem. Então, vamos ouvir primeiro a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, eu espero a minha vez, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Na realidade, Sr. Presidente, primeiro eu quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia e os demais Senadores que apresentaram esse projeto, que, de fato, há uma necessidade de atualizarmos alguns requisitos e normativos para o desenvolvimento da pesquisa clínica no Brasil.

Eu só quero lembrar que o projeto chega para aqui ser decidido no mérito. Houve já, até onde tenho conhecimento, uma audiência pública muito importante no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia. Eu creio, Sr. Presidente, que, para um projeto de tamanha magnitude como esse, nós poderíamos aqui na principal Comissão de mérito – não estou dizendo que Ciência e Tecnologia não seja, mas essa é a Comissão que trata da saúde –, se o Senador Otto e a Senadora Ana Amélia concordarem, organizar rapidamente uma audiência pública para trazer aqui todas as pessoas envolvidas e ouvir as pessoas.

Assim como o Senador Humberto Costa é alguém que tem uma vivência importante no setor, não somente por ter sido Ministro da Saúde, mas por ser um profissional da área, como é o Senador Otto, eu creio que seria necessário. Eu mesma tenho recebido vários telefonemas, recebi vários *e-mails* de companheiros e companheiras da minha categoria, dos farmacêuticos, bioquímicos, sobretudo, daqueles que atuam diretamente na ciência, pedindo que fizéssemos e que lhes dêssemos a oportunidade de trazer suas opiniões.

Eu acho que nós poderíamos definir aqui, Senadora Ana Amélia, para não parecer que estamos procrastinando, porque eu não creio que ninguém tenha esse objetivo, pelo contrário, é uma lei que tem que ser atualizada, mas que pudéssemos aqui, na Comissão de mérito, fazer pelo menos um debate, pelo menos uma audiência pública, trazendo as pessoas que atuam diretamente e, a partir daí, sim, levantarmos as nossas dúvidas, as nossas propostas, porque o substitutivo que apresenta o Senador Otto muda muito o projeto. Ele muda parte significativa o projeto que vem de lá. Independente disso, mesmo que não houvesse mudanças importantes, nós não podemos, na minha opinião, subtrair a possibilidade de a Comissão de mérito travar esse debate que considero tão importante. Então, é minha sugestão, Presidente Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao Senador Otto Alencar pelo cuidado que teve em fazer as correções de rumo, inclusive, abrindo um substitutivo.

Praticamente o substitutivo deixa de ser original para ter a ampliação e a amplitude que ele deu de conteúdo. Eu considero as ponderações do Senador Humberto Costa extremamente procedentes, e elas dão uma agilidade processual não impedindo que, numa semana, tanto o Relator quanto os autores possam trazer à luz dos dois pontos que foram abordados e que são os eixos da, digamos, preocupação de alguns setores em relação a esta matéria.

Eu lembro à Senadora Vanessa, respeitando a sua posição, que esse projeto nasceu de duas audiências públicas nesta Comissão, aliás, mais de duas, foram pelo menos três ou quatro nesta Comissão, foi a origem do projeto.

Posteriormente, foi feita uma audiência pública conjunta, CAS e CCT, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, essa discussão...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora, permita-me interrompê-la para pedir atenção da Senadora Vanessa, que propôs a audiência pública. A autora do projeto está explicando que ele já é tributário de quatro audiências públicas. Eu pediria que V. Exª atentasse para as explicações.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, mesmo que eu considere – e concordo com a Senadora Vanessa – a audiência pública é sempre um espaço democrático para um debate. Por ter lembrado do antecedente e a última ter sido conjunta, CCT com CAS, uma ampla discussão que



embasou o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, agora penso que a sugestão do Senador Humberto Costa abriga essas – digamos – demandas que a Senadora Vanessa recebeu, que outros Senadores também receberam, e que, no prazo de uma semana, com vistas coletivas, propostas adequadamente e regimentalmente pelo Senador Humberto Costa, se possa, em cima dos índices que ele aborda, haver um avanço ainda ao próprio substitutivo do Senador Otto Alencar.

Eu penso que esse caminho tem duas – digamos – vantagens: uma de realmente preservar a democracia; a segunda de respeitar o Regimento e a terceira acolher, evidentemente a possibilidade de mudanças, em temas que são apresentados como divergência ou necessidade de aperfeiçoamento nos pontos que toca com muita propriedade o Senador Humberto Costa.

Então, acho que o pedido de vista coletiva seria o caminho muito adequado, dado esse esforço que foi feito na CAS e na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, essa discussão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, peço desculpas pela impertinência ou não, mas é na busca e na tentativa de chegar a um acordo...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª nunca é impertinente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...porque se houver pedido de vista agora nós temos automaticamente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ainda mais a aniversariante. Tem todos os direitos hoje.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Hoje eu deveria ficar mais quietinha, Senadora Ana Amélia, fazendo uma reflexão do que falando.

Mas, enfim, pedido de vista, que obviamente deverá haver, nós poderíamos, Senadora, aproveitar esta semana para fazer uma audiência pública, durante a semana, antes da sessão ordinária, da apreciação, por quê? Eu concordo, o projeto nasceu daí, eu acompanho a preocupação da Senadora Ana Amélia, que já debate o assunto há mais de dois anos, não é Senadora Ana Amélia, e que de fato o projeto original surgiu a partir dessas demandas, desses debates públicos.

Lembrando aqui que na própria Comissão de Ciência e Tecnologia, após o debate, o Senador Aloysio Nunes apresentou dois relatórios. Então, é uma única oportunidade de debatermos uma proposta concreta. Acho que não haveria prejuízo, antes de quarta-feira, quem sabe marcarmos para terça-feira, a audiência pública e, na quarta-feira, nós analisaríamos o projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria...a sugestão mais democrática agora é colocar em votação as duas propostas: a do Senador Humberto Costa e a da Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Ministro da Saúde tem audiência marcada para a próxima quarta-feira.

A Senadora Vanessa mantém o seu pedido de audiência pública ao tempo em que a autora do projeto, Senadora Ana Amélia

A Senadora Vanessa mantém o seu pedido de audiência pública ao tempo em que a autora do projeto, Senadora Ana Amélia, pela primeira vez, discorda, junto com o Senador Humberto Costa, de sua colega do Amazonas.

Então, eu colocarei em votação o pedido de vista, que foi feito originalmente pelo Senador Humberto Costa e, no caso, seria vista coletiva. Se a maioria da Comissão apoiar o pedido de vista, automaticamente fica prejudicada a solicitação da Senadora Vanessa, no sentido de se realizar uma nova audiência pública nesta Comissão, para efeito de debater o Projeto de Lei do Senado nº 200, que, em outra lei, foi número muito importante para organização administrativa do País.

Bom, pedindo atenção da Senadora Vanessa, em votação o pedido de vista coletiva.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o pedido de vista, nessa hipótese prejudicada a solicitação de nova audiência pública.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A sugestão é que nós combinemos algumas conversas, e aí a Senadora Vanessa Grazziotin pode trazer pessoas que ela acha que podem contribuir com essa discussão, pois nós vamos convidar o pessoal do Conselho Nacional de Saúde novamente para discutirmos esses temas também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A matéria fica, portanto, com a sua decisão adiada para a próxima sessão.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Eu gostaria de fazer um registro especial, primeiro congratulando-me com a Senadora Vanessa pelo seu aniversário. Também, como ex-Ministro da Pesca e Aquicultura, área tão importante, quero registrar hoje o Dia do Pescador. Hoje é o Dia do Pescador. Então, quero fazer aqui a homenagem aos pescadores, a esses homens que trabalham tão duramente e, às vezes, sem o reconhecimento e sem grandes resultados.

Inclusive, hoje, na CCJ, vai entrar em pauta – quero trabalhar para que isso aconteça exatamente no Dia do Pescador – um projeto do Senador Marcelo Crivella, que também foi Ministro da Pesca...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – ... que trata da liberação do uso de 0,5% das águas da União para projetos de aquicultura, o que colocaria o Brasil entre os maiores, senão o maior produtor aquícola do mundo.

Em 0,5% das águas da União teríamos capacidade para produzir 25 milhões de toneladas de pescado.

Então, quero trabalhar para que hoje, na CCJ, seja aprovado esse projeto do Senador Crivella.

Parabenizo, então, os nossos pescadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu me junto a V. Exª nesses cumprimentos, cumprimentando, portanto, todos os pescadores brasileiros, mas lembrando que, no meu Estado, existem 400 mil pescadores artesanais – 400 mil –, aos quais dedicamos, portanto, as nossas homenagens e o desejo de que prossigam no cumprimento de sua profissão, sendo felizes com as suas famílias.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Inclusive, o Maranhão é um dos grandes Estados tanto na pesca artesanal quanto na aquicultura também. Ocupa um lugar especial no Brasil o Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os itens nºs 4, 5, 6 e 7 tiveram a sua retirada solicitada por alguns dos Srs. Senadores para o efeito de melhor exame, no que serão atendidos.

Há requerimentos sobre a mesa.

Com fundamento regimental, em aditamento ao RAS 20, de 2016, requeiro que essa reunião seja conjunta com a Comissão de Direitos Humanos.

Autoria: Senador Paulo Paim, que por não se encontrar presente, o requerimento deixa de ser apreciado.

Requerimento do Senador Edison Lobão:

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2016, de autoria do Deputado Jorge Bittar e Luiz Sérgio, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para regular as atividades de teleatendimento ou operações de telemarketing.

Os convidados serão indicados posteriormente à Secretaria da Comissão.

Autor do requerimento: Senador Edison Lobão.

Esse requerimento é feito, Srs. Senadores, pelo fato de que o projeto em causa poderia provocar dispensa de trabalho a muitos brasileiros.

Por isso, penso que uma audiência pública poderia explicar melhor a ocorrência dessa dificuldade, sobretudo no Nordeste.

Nada mais havendo a tratar...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu tenho um requerimento que dei entrada hoje de pedido de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 13, que é terminativo. Já conversei com o Relator, que é o Senador Paim, S. Exª concordou. Tem um conflito entre as duas categorias massoterapeuta e fisioterapeuta.

Então, havendo conflito, é bom que a gente converse com eles e escute os dois lados. E o Senador concordou.

Se pudesse aprovar esse requerimento hoje, ele está aí na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O requerimento de V. Exª que está embasado nos seguintes termos:



Com fundamento no disposto no art. 93 do Regimento Interno, requeiro a realização de audiência pública pela Comissão de Assuntos Sociais destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2016, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de massoterapeuta e dá outras providências.

A lista de convidados será repassada, posteriormente, a esta Comissão.

Senadora Regina Sousa.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 5 minutos.)



ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE JULHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e cinco minutos, do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores: Humberto Costa, Paulo Rocha, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Ricardo Franco, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Benedito de Lira, Garibaldi Alves Filho, e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 17 de 2016-CAS, de iniciativa do Senador Humberto Costa, com o objetivo de convidar o Ministro de Estado da Saúde, Ricardo Barros, para prestar esclarecimentos sobre o Sistema Único de Saúde - SUS. Com a presença do Ministro de Estado da Saúde Ricardo Barros, usam da palavra os Senadores Humberto Costa, Waldemir Moka, Dário Berger, Elmano Férrer, Eduardo Amorim e as Senadoras Ana Amélia e Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Edison Lobão e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2016, de iniciativa do Senador Humberto Costa, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o Sistema Único de Saúde, o SUS.

Eu solicito ao Senador Moka que acompanhe o Sr. Ministro até a sala de reuniões. *(Pausa.)*

É com grata satisfação de recebemos S. Exª o Sr. Ministro de Estado da Saúde, Ricardo Barros, que comparece a esta Comissão.

Concedo a palavra ao Ministro para sua exposição, por 30 minutos.

O SR. RICARDO BARROS – Bom dia, Sr. Presidente Edison Lobão; bom dia Srs. Senadores.

Eu gostaria de iniciar a minha fala com os onze pontos com os quais iniciei a primeira coletiva que dei à imprensa, logo após a minha posse. Eu propus que...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO BARROS – ... pudéssemos iniciar o nosso trabalho com uma atenção especial para a área de atenção básica. Precisamos melhorar a resolutividade da atenção básica à saúde; precisamos conseguir fazer com que a resolutividade na atenção básica evite a busca da média e alta complexidade. Esse é o grande desafio. Precisamos informatizar todo o sistema de saúde, cada posto de saúde tem que estar ligado à sua secretaria municipal, e as secretarias municipais ligadas aos Ministérios prestadores de saúde, para que tenhamos um quadro real do que é produzido de serviço de saúde no Brasil.

Hoje temos um sistema que não permite a transparência e a informação, porque os prestadores lançam os serviços que o sistema aceita. Portanto, um prestador só pode lançar um serviço para o qual está credenciado. Se ele praticar um serviço para o qual não está credenciado, não consegue lançar no sistema, ou lança outro serviço.

E aí há uma distorção no que recebemos de informação para fazermos a gestão do sistema.

E há também uma subnotificação, que é justamente gerada pela falta de lançamento daquelas coisas que não estão no teto, que não têm recursos previstos para pagamento. Então, elas não são colocadas para a



apresentação do serviço prestado e, portanto, não funcionam como uma operação que possamos utilizar para o planejamento e a gestão da área de saúde. Então, vou dar prioridade a essa interligação.

Há, da parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério das Comunicações, a obrigação de interligar cada unidade de saúde de cada escola às secretarias dos Municípios. Então, a conectividade é uma obrigação que está estabelecida para o Ministério das Comunicações, e o *software* está disponível no e-SUS. É gratuito, e os Municípios podem baixar e utilizar, e prestadores também podem baixar e utilizar os *softwares* que foram desenvolvidos pelo Datasus e que são gratuitos para todos os nossos usuários do SUS, prestadores e filantrópicas.

Aperfeiçoar esses sistemas de informação nos permitirá, portanto, fazer o correto planejamento e a correta aplicação dos recursos da saúde.

– Priorizar a interlocução com médicos e entidades representativas dos profissionais: Eu tenho feito muitas reuniões com médicos, com servidores, com prefeitos, com gestores da saúde, e, com isso, podemos conhecer as dificuldades que eles têm e as necessidades reais de financiamento que temos para o nosso sistema.

O SUS é dito como subfinanciado e, de fato, há uma distorção na tabela de financiamento do SUS, porque, ao longo do tempo, foram criadas redes de incentivos – Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha e outras redes – incentivando determinados procedimentos, e isso provocou o seguinte: hoje, 50% do financiamento do SUS são da tabela SUS, e 40% são de incentivos. Portanto, se esses 40% tivessem sido usados para a correção da tabela SUS, teríamos a tabela, hoje, com valores mais aproximados dos custos reais desses serviços.

Nós estivemos também no Conselho Nacional de Saúde. Aliás, amanhã estarei lá, também, num debate no Conselho Nacional de Saúde e nos conselhos municipais e estaduais. Já fizemos debates com eles e estamos fazendo ações conjuntas, para melhorar a saúde.

Estamos fazendo uma grande ação de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, procurando tecnologias no sentido de combater o mosquito, porque o mosquito é um vetor universal, de transmissão universal. Transmite dengue, chikungunya, transmite agora o zika, e pode ser um novo vírus no próximo ano. Então, precisamos cuidar de combater o mosquito, porque ele é o nosso vetor de incidência da multiplicação desses vírus na nossa população.

– Reforçar os compromissos assumidos com as Olimpíadas: nós cumprimos todas as obrigações do Protocolo. Quando o Brasil se candidatou às Olimpíadas, cumprimos todos esses compromissos. Colocamos todas as obrigações em dia. Estive na Assembleia Mundial de Saúde, lá da Organização Mundial da Saúde, em Genebra.

Fizemos um discurso falando da zika e do controle para o período das Olimpíadas. É um período de inverno, de baixíssima incidência, e há um exército de pessoas trabalhando lá para eliminar focos e evitar que as Olimpíadas sejam um elemento de ampliação e disseminação da zika.

Também viabilizamos a divulgação de uma pesquisa da Universidade de Cambridge, que disse que a probabilidade de um dos 500 mil turistas que vêm ao Brasil nas Olimpíadas ser infectado por zika é 0,8.

Na Copa do Mundo, já tivemos essa experiência. De 1,4 milhão de turistas que vieram ao Brasil, três estrangeiros apenas tiveram dengue. Então, a proporção é igual. Por isso, conseguimos tranquilizar as delegações. Ainda no dia 12, teremos uma reunião no Itamaraty com todos os embaixadores dos países que virão aos Jogos Olímpicos. Eu estarei com o Ministro do Esporte e com o Ministro da Justiça para esclarecer qualquer dúvida que eles ainda tenham sobre o evento das Olimpíadas.

– Superar barreiras para o funcionamento de centenas de unidades básicas de saúde, que estão prontas e não estão funcionando, por diversas razões: dezenas de UPAs estão prontas e não estão funcionando – muitas estão funcionando sem o financiamento do Ministério da Saúde, sem a contrapartida do Ministério da Saúde, bancadas pelos prefeitos –; muitas ambulâncias do Samu também não estão funcionando da forma adequada, com a regionalização, porque ou não houve acordo entre os Municípios para o seu rateio de custo ou o Ministério não está cumprindo parte do financiamento; e também equipamentos comprados, que estão encaixotados em diversas unidades de saúde e não estão prestando serviços à sociedade.

Então, é nosso interesse identificar os motivos pelos quais esses investimentos em saúde não estão produzindo os resultados que deveriam estar produzindo para a sociedade e sanar isso o mais breve possível.

Nós temos, em portarias prontas para publicação, serviços que estão sendo prestados sem a contrapartida do Ministério, em torno de R\$4 bilhões. Portanto, quando conseguirmos publicar todas as portarias que estão prontas, teremos que ter um financiamento de R\$4 bilhões a mais no nosso sistema. Então, isso está sendo levantado – estamos detalhando cada um desses serviços que estão sendo colocados à disposição dos brasileiros sem a contrapartida do SUS – e será apresentado à equipe econômica do Governo, ao Presidente Temer, para que possamos ter, eventualmente, a autorização para implementar todas essas portarias.

Isso não inclui ainda todos equipamentos que estão prontos e que não têm portaria pronta, porque não estão funcionando. É preciso que o equipamento esteja funcionando para que haja a habilitação.



Então, há mais um tanto de financiamento que temos de tudo isso que está já encaminhado, em construção, em compra. No caso da rede de radioterapia são 80 aceleradores lineares que estão sendo comprados e que têm o custeio caro, mas não temos ainda a previsão desse custeio.

Nós temos também a ideia de fortalecer complexo de saúde, o complexo industrial da saúde, através das parcerias para o desenvolvimento produtivo, que estão encaminhadas, mas ainda há três anos, em decisões administrativas e judiciais, que estão comprometendo esse processo e que, evidentemente, exigem decisões, que são decisões administrativas, que têm repercussão política, e eu peço o apoio dos senhores para que possamos avançar.

– Ampliar e atualizar os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas: temos várias novas tecnologias que precisam ser incorporadas ao sistema de saúde, temos drogas novas, mais caras, eventualmente, mas que retiram o paciente mais cedo do leito, que promovem o retorno dele mais cedo ao trabalho, à sua produtividade, e que, portanto, são técnicas que devem ser incorporadas aos protocolos do Ministério da Saúde.

Então, estamos formando grupos de trabalho com especialistas de cada área de especialidade e os nossos técnicos do Ministério para revisão desses protocolos. Evidentemente, ouviremos muito esses especialistas, de cardiologia, de traumatologia, das diversas áreas, porque eles sabem, eles estão lá nos seus hospitais especializados praticando a tentativa, a estrutura de saúde, a recuperação dessas pessoas e sabem quais são os medicamentos e os equipamentos que dão a melhor relação custo/benefício, o que dá mais resultado para a saúde das pessoas e custa menos para a operação.

Então, haverá revisão dessas diretrizes para que possamos incorporar novas tecnologias que não necessariamente representam aumento do custo que temos no sistema de saúde.

– Oferecer qualificação permanente: são mais de quatro milhões de colaboradores do SUS através da UNA-SUS, que é a nossa universidade de ensino a distância, que qualifica permanentemente esses servidores, porque o maior ativo que temos são os servidores públicos. Então, 50% de tudo que arrecadam os Municípios, 60% de tudo que arrecadam os Estados e 70% do que a União arrecada está em pessoal ativo e inativo. O investimento e a qualificação dos servidores é que pode nos dar grande ganho de produtividade sem aumento de custos. Eles já estão pagos. É preciso motivá-los a produzir mais e melhor para a população. Então, vamos trabalhar muito nesses mecanismos, inclusive de estabelecimento de métricas de desempenho do servidor público, para que possamos cobrar do servidor aquele princípio constitucional da eficiência, porque há o princípio da isonomia, que nos impede de praticar a meritocracia; há o princípio da estabilidade, que dissocia produtividade de remuneração, mas há o princípio da eficiência, que pode exigir um desempenho adequado do servidor para a sua contrapartida ao salário que recebe da sociedade brasileira. Então, nós esperamos estabelecer essas métricas. Portanto, a cada nova avaliação, essa média de desempenho sobe, até que alcancemos a excelência no serviço público.

Acho fundamental essa motivação do servidor público, porque temos servidores que são muito dedicados, vocacionados, aqueles que a gente diz que carregam o piano, e precisamos que todos os demais se inspirem nesses e possam ser servidores que produzam o máximo de qualidade e de serviço com a remuneração que está estabelecida.

– Fortalecer as ações de promoção e prevenção à saúde: esse é o investimento mais barato que podemos fazer.

Obesidade, tabagismo, alcoolismo e sedentarismo custam muito caro para o sistema de saúde e são doenças do comportamento de risco. Na sua maioria, são do comportamento das pessoas. Portanto, chamo de doenças autoadquiridas e custam muito caro, porque provocam, depois, hipertensão, diabetes, problemas cardíacos. Custam muito caro para o sistema: 50% da população brasileira estão com sobrepeso, e nós precisamos, então, atuar, Presidente, para colocar a nossa população com saúde. Se cada um cuida da sua saúde, teremos, evidentemente, mais recursos para aqueles que adoecem por algum fator excepcional.

E também precisamos investir, portanto, na prevenção. Estou estabelecendo um protocolo de alimentação saudável no Ministério e espero estendê-lo a todo Governo, para que toda refeição paga com recursos públicos esteja no protocolo de alimentação saudável, para que nós, no próprio Governo, não levemos as pessoas a terem de procurar, depois, o sistema de saúde.

O orçamento da saúde evolui muito. Portanto, àqueles que se preocupam com a DRU ou com a PEC da limitação dos gastos públicos, essa é uma demonstração de que o investimento de saúde é muito elevado e sempre crescente, apesar de a DRU existir há muitos anos, sem nunca prejudicar o aumento dos recursos para a saúde. Então, da esfera federal, são R\$100 bilhões por ano; da esfera dos Municípios, R\$70 bilhões, e, dos Estados, R\$60 bilhões por ano.

Portanto, é um grande investimento que fazemos na saúde dos brasileiros, e, com a informatização, tenho certeza de que vamos eliminar a duplicação de atendimentos, de procedimentos, de exames, pois 50%



dos exames laboratoriais não são retirados pelos interessados; 80% dão resultado normal. Então, é possível, sim, otimizar os recursos de saúde e garantir uma melhor resolatividade na atenção básica.

Temos um orçamento maior neste ano. Conseguimos recuperar um contingenciamento de R\$5,5 bilhões, que estava no nosso orçamento da saúde e já foi liberado. E aí estão as condições de aplicação do orçamento da saúde. Esses R\$5 bilhões foram liberados, e ainda estão contingenciados R\$4,2 bilhões, dos quais R\$2 bilhões nós não precisamos contingenciar, porque estão em rubrica que não será aplicada. Mas 32% do contingenciamento, portanto, R\$2,2 bilhões são em emendas parlamentares, e tenho insistido com o Governo. Estamos pagando todas as emendas de 2014 e 2015, e eu considero que é obrigação do Governo pagar neste ano as emendas de 2016. Elas estão empenhadas, mas isso, evidentemente, decorre de uma negociação com a equipe econômica. E eu gostaria, novamente, de pedir o apoio aos Srs. Senadores, Parlamentares, para que possamos conseguir a liberação desses recursos dentro do ano, como determina o orçamento impositivo.

A judicialização é um grande problema que temos na saúde hoje. São, entre Estados, Municípios e União, R\$5 bilhões por ano de recursos, que crescem exponencialmente como os senhores estão vendo.

Isso desorganiza qualquer orçamento. Não há planejamento, não há orçamento que se sustente com uma interferência permanente de decisões que precisam ser cumpridas, que não estavam planejadas.

Então, temos um grupo, no Conselho Nacional de Justiça, coordenado pelo Desembargador Arnaldo Hossepian, que tem feito uma interlocução conosco, que estará na próxima reunião comissão tripartite da saúde. Nós vamos tentar estruturar com ele um modelo mais adequado de cumprimento de decisões judiciais, que devem vir completas, decidindo de onde se tira o recurso, de qual rubrica orçamentária deve sair o recurso que está sendo determinado que se gaste em outra finalidade, para facilitar para o gestor – ele tem que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal – que determine procedimentos determinados que sejam decisões completas para facilitar a sua implementação pelo gestor.

Há sugestões, como em Santa Catarina – estivemos lá, Senador Dário – no sentido de haver uma vara única de saúde em cada Estado, uma vara especializada. Como temos a justiça eletrônica hoje, onde os procedimentos são enviados pela internet, teríamos uma vara especializada, em cada Estado, só para decidir sobre saúde, porque teríamos a clareza de quem está decidindo sobre o volume das interferências que são feitas no orçamento e no planejamento das ações de saúde. Com esse volume de judicialização, estamos simplesmente eliminando todo o planejamento que é feito em discussões com os conselhos municipais de saúde, conselhos estaduais, onde é feita a discussão de prioridade, que é totalmente desestruturada pela necessidade de atendimento das decisões judiciais.

Então, estamos incorporando os medicamentos, que são objeto do maior volume de judicialização, com muita vantagem no preço unitário – quando incorporamos, conseguimos comprar muito mais barato do que o judicializado – mas também com um volume muito maior de compra. Então, os gastos realmente aumentam quando incorporamos esses medicamentos na nossa relação nacional de medicamentos.

Temos também uma solicitação dos Estados para que os preços praticados pelo Ministério sejam também estendidos aos Estados. Vamos negociar com os fornecedores para que os preços praticados por laboratórios com o Ministério da Saúde sejam os mesmos quando há judicialização ou compra pelos Estados. Que sejam comprados pelo mesmo preço, porque os Estados têm pago muito mais caro do que paga o Ministério da Saúde, porque comprem em menor escala para atendimento dessas decisões. Então, essa é a questão das decisões. Aí está o juiz Arnaldo Hossepian e outros membros do Poder Judiciário que conosco estão trabalhando nessa questão da judicialização.

– Promoção da alimentação saudável: temos um protocolo de redução de sódio com a Associação Brasileira da Indústria da Alimentação. Fizemos prestação de contas na semana passada e mostramos que foram retiradas 14 toneladas de sódio dos alimentos. Ainda a maior parte do sódio e do açúcar, do sal e açúcar, são adicionados pelos próprios consumidores, o açucareiro e o saleiro em casa. Então, temos que educar a população para redução do sódio. Pretendemos fazer isso nesse protocolo de alimentação saudável, que vai até a merenda escolar e a orientação das professoras para que possamos levar o bom hábito alimentar para dentro das casas pelas crianças que aprenderão, que aprenderão com a merenda escolar o que um hábito saudável de alimentação.

Uma das situações que já levantei é a das UPAs. Ainda faltam as ambulâncias, as Unidades Básicas de Saúde e os equipamentos que estão comprados e ainda não disponíveis para a população, porque temos dificuldades no levantamento dessas informações. Como eu já disse, não temos todo o nosso sistema informatizado. Então, estou levantando tudo isso para tomarmos uma medida de emergência e fazermos com que os investimentos já iniciados comecem de fato a produzir serviços de contrapartida à população.

São 72 UPAs concluídas sem funcionamento. Estão prontas, mas sem funcionamento. Sessenta e seis concluídas, equipadas e sem funcionamento. Trezentos e cinquenta e sete UPAs estão em execução, 72 com



obras não iniciadas – o parecer do TCU é para o cancelamento, porque perderam o prazo para o início da obra – 64 estão em funcionamento sem o custeio do Ministério da Saúde e 397 UPAs estão funcionando como deveriam, com a devida contrapartida do Ministério da Saúde. Portanto, vocês veem que há um grande desafio para que possamos concluir esse trabalho. Vários prefeitos já estão pedindo a requalificação da UPA para que ela funcione de forma diferenciada da forma como elas foram concebidas inicialmente, porque cada Município tem a sua característica, tem maior ou menor número de pessoas que vêm de Municípios do entorno, o que impacta de forma diferenciada o financiamento pelo município sede da UPA para sustentar todo esse custo. Então, essa é a situação das UPAs.

Eu, brevemente, Senadora, farei, em outras audiências públicas, a apresentação das UBSs, das ambulâncias e também dos equipamentos que estão sem a devida utilização ainda, ou porque a situação da instalação elétrica do prédio não permite, não suporta a carga daquele equipamento, ou porque não há mão de obra qualificada. Como os senhores sabem, muitas dessas UPAs não funcionarão como UPAs porque foram alocadas em Municípios que não têm capacidade de contrapartida para fazê-las funcionar. Muitas UBSs que estão ou estarão prontas ficam em Municípios que estão no limite prudencial, não têm mais capacidade de contratar pessoas e, portanto, não poderão funcionar como Unidades Básicas de Saúde.

Essa era a apresentação que eu queria fazer. O nosso compromisso, como os senhores sabem, com o SUS é o de procurar estruturar da melhor maneira possível o atendimento, com as limitações orçamentárias que são impostas.

O Ministério da Saúde é de todos os brasileiros, dos que utilizam o SUS e dos que não utilizam, dos que têm saúde suplementar, que colabora grandemente com o financiamento do sistema como um todo, compensa a falta de financiamento, esse subfinanciamento, com os recursos pagos pelos planos de saúde aos prestadores, principalmente as filantrópicas.

Precisamos, evidentemente, que o sistema público possa também faturar para os convênios porque essa proibição nos impede de nos ressarcir de uma justa cooperação de quem pode ter o seu plano e coopera com o plano para o financiamento do sistema público.

Então, os hospitais de pequeno porte precisam poder receber dos Municípios vizinhos uma cooperação financeira, o que hoje é proibido. E também precisam poder faturar para os planos quando ele atende uma pessoa que tem plano de saúde. Então, esta mudança legislativa estamos preparando, e vamos pedir o apoio dos senhores porque precisamos nos conectar com o mundo real, precisamos entender as dificuldades que temos, precisamos criar um plano de saúde popular, com menos cobertura e com menos custo porque vai incluir muito mais pessoas no processo de melhoria de qualidade do atendimento de saúde.

E isso vai permitir que nos equilibremos, então, com a participação dos que podem contribuir, o atendimento daqueles que precisam efetivamente do SUS, atendimento gratuito, que temos garantido na medida do limite do financiamento público, que está limitado aos orçamentos dos Estados e Municípios e da União.

Então, essa era a minha apresentação inicial. Estou à disposição dos senhores para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço a exposição do Ministro Ricardo Barros, da saúde. E concedo a palavra ao autor do requerimento, o Senador Humberto Costa, por cinco minutos. Em se tratando do Relator, dez minutos. Do Relator não, do autor do requerimento, de acordo com o Regimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sr. Ministro Ricardo Barros. Em verdade, apresentamos esse requerimento para que fosse feita esta audiência pública com base em alguns fatos que geraram preocupação não apenas entre os Senadores, Parlamentares, mas entre os diversos atores da área da saúde, envolvendo, assim, usuários, gestores municipais e estaduais, profissionais da área de saúde, enfim.

E, de certa forma, essa preocupação advém do fato de que alguns temas que, no nosso ponto de vista, já foram inteiramente superados nos debates que travamos há décadas retornam com uma força. É natural, geralmente quando a gente se senta naquela cadeira de ministro e compõe uma nova equipe, essa equipe e o próprio ministro imaginam que aqueles problemas com os quais ele está se defrontando são problemas que são de fácil solução. Eu diria assim.

O primeiro deles, Ministro, é que estamos debatendo há décadas o tema do financiamento da saúde. É verdade que ainda existem problemas de gestão no Sistema Único de Saúde, e esses problemas precisam ser superados, mas é um consenso absoluto entre todos aqueles que estudam não só o sistema de saúde brasileiro, mas os sistemas de saúde de um modo geral, de que temos um grave problema de subfinanciamento.

E não é por acaso que o próprio Congresso Nacional já teve decisões importantes em relação a isso.

Primeiro, a aprovação da Emenda à Constituição nº 29; depois, a luta pelo seu cumprimento; depois, a luta pela regulamentação que também foi feita e, agora, mais recentemente na Câmara, quase que por unanimidade, foi aprovada uma PEC, a nº 1, de 2015, que amplia a destinação de recursos para a saúde em relação



àquela lei complementar que regulamentou a Emenda nº 29. Então, causa-nos preocupação ouvir, com uma ênfase muito grande, que o problema está mais concentrado na questão da gestão ou está principalmente concentrado na gestão.

E se soma a isso, Ministro, o fato de que recentemente o Governo interino mandou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição, a nº 241, que procura estabelecer uma limitação de gastos públicos. Naturalmente que todos concordamos que se deva fazer uma limitação de gastos. É importante trabalhar em cima da restrição de gastos e não do endividamento para que possamos ter o equilíbrio fiscal necessário, porém não se pode tratar o pagamento de diárias de passagens aéreas ou de custeio da máquina com políticas públicas que são absolutamente essenciais e que têm um custo crescente.

Ora, se estabelecemos um limite ao crescimento dos recursos para a saúde, para a educação, para a assistência social à inflação do ano anterior, estamos desconhecendo que nascem novas pessoas que precisam de cuidados em saúde, em educação, em assistência social. As pessoas vão envelhecendo e, com isso, elas vão também adoecendo por problemas que carecem de um enfoque cada vez mais complexo e mais caro, e nós mantermos o crescimento real igual a zero, fazendo a correção tão somente pela inflação, vai levar rapidamente a um processo de esgotamento desse sistema. Só para se ter uma ideia dos cálculos que vi feitos por aquele Focus do Banco Central, isso representaria, por exemplo, em 2017, uma perda de R\$4,9 bilhões; em 2018, de R\$8,6 bilhões, e nós estamos aí brigando por alguns bilhões hoje para tentar cumprir aquele mínimo essencial.

A tendência, então, é de que esse sistema, em algum momento – e V. Exª tem uma qualidade que outros não tiveram, que é a de ser franco. V. Exª disse claramente que praticamente vamos focar nos pobres nesse sistema e vamos ter um crescimento dos planos de saúde inclusive com essa última colocação da parte de V. Exª de que é necessário ter planos de saúde populares.

Então, a primeira pergunta que faço é esta: como V. Exª encara o problema do financiamento é da saúde? .Exª reafirma tudo que disse até agora?

Segundo, em que modelo V. Exª se inspira quando fala do tamanho do SUS, de que o SUS seria muito grande? Que modelos inspirariam a visão de V. Exª sobre o que deve ser o Sistema Único de Saúde? Como entende o cumprimento dos princípios constitucionais da universalidade, da integralidade, da gratuidade?

A outra questão que eu gostaria de perguntar diz respeito ao Mais Médicos. Inclusive V. Exª esteve ontem na reunião da MP. O representante do Ministério que falou também estava muito sintonizado com o que nós pensamos, mas há informações de que o quadro hoje do Mais Médicos não está completo. Não sei se V. Exª mantém a posição de que todos deveriam se submeter ao Revalida, porque isso tem implicações, eu posso falar depois.

Quero dizer que essa ideia de avançarmos numa proposição para esse grave problema do processo de judicialização é positiva. Acho que essa ideia de constituir varas únicas para julgamento dos pedidos judiciais de atendimento em saúde, de medicamentos, enfim, me parece ser uma ideia interessante.

Outra coisa, Ministro, é que todos aqueles que têm estudado o Sistema Único de Saúde e trabalham nele entendem que temos hoje alguns gargalos importantes, e que são importantes, inclusive, para a falta de legitimidade que o sistema tem. O mesmo sistema que garante atendimento integral a quem tem Aids, hepatite C, doenças as mais raras e as mais caras do mundo para se tratar, é um sistema que não é reconhecido por isso, mas que é encarado pelo fato das filas nas emergências, na demora para fazer um exame especializado. A Presidenta Dilma lançou, ainda em 2011, a ideia do programa Mais Especialidades com esse objetivo. Qual é a visão de V. Exª sobre isso?

E, por último, quero, realmente, manifestar minha forte preocupação com esse debate do sistema complementar. Eu acho que o sistema complementar precisa existir, precisa estar, cada vez mais, integrado, do ponto de vista das suas ações, com o Sistema Único de Saúde. Nós devemos pensar, inclusive, uma ação mais do que complementar, em alguns aspectos complementares, porque esse sistema se beneficia duplamente do Sistema Único de Saúde, e creio que V. Exª sabe muito bem disso. Ele se beneficia porque existe a renúncia fiscal, que permite que as pessoas possam abater do seu imposto de renda integralmente os gastos com saúde complementar, e segundo, porque a legislação que trata do funcionamento dos planos e seguros de saúde permite uma cobertura fragmentada da ação desses planos, e, como tal, o SUS é que complementa quem só tem, por exemplo, um plano ambulatorial, ou quem só tem somente um plano...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou terminar, Presidente –, quem só tem um plano hospitalar. E, mesmo dentro do ambulatorial e do hospitalar, aquilo que a cobertura não está garantida é o SUS que faz. Então, já há um processo de favorecimento a esses planos.



Se vamos marchar para termos planos mais fragmentados, planos de saúde popular, planos que você paga menos, mas tem menos atenção por parte desses planos de saúde, acho que vamos caminhar, primeiro, para algo que, pode ter certeza V. Ex^a, por melhor que seja a intenção de V. Ex^a – e eu tenho certeza de que é – de que não vai se consolidar. A resistência que V. Ex^a vai enfrentar em relação a isso, sem dúvida, será muito forte, muito importante.

E, segundo, que, ao invés de nós melhorarmos, nós vamos decrescer na qualidade da prestação da assistência à saúde da nossa população.

Agradeço, Presidente, pela tolerância de V. Ex^a e aguardo para ouvir, posteriormente, as colocações...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Sr. Ministro Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS – Vou responder ao Senador Humberto Costa, primeiro, agradecendo a oportunidade da sua convocação, tornada em convite, que me permite estar aqui hoje nesse diálogo com meus colegas Parlamentares.

Quero reiterar o meu compromisso com a universalidade, com a integralidade da atenção à saúde, com a intersetorialidade e também com a defesa dos desafios permanentes que temos no SUS, e essa é a nossa missão. Mas, repito, que estamos no Ministério da Saúde dos brasileiros todos, não só dos brasileiros do SUS, portanto, é preciso que haja a visão holística da situação e que possamos aproveitar a oportunidade de que toda a sociedade contribua para o aperfeiçoamento do SUS como um modelo de gestão universal.

O Presidente Itamar Franco, Senador Humberto Costa, decidiu, lá quando era Presidente da República, retirar, dos 30% de recurso da seguridade que foram concebidos para o financiamento do SUS, 10% para o financiamento da aposentadoria dos trabalhadores rurais.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO BARROS – Então, desde então, o SUS perdeu um terço do seu financiamento. Desde sempre, tivemos que repensar o modelo e conviver com essa falta de recursos que decorreu da retirada de 10% dos recursos da seguridade, que completariam os 30% da saúde, para o atendimento da aposentadoria do trabalhador rural. É um problema histórico que administramos, porque foi uma decisão tomada pelo Governo e aprovada pelo Congresso Nacional.

Fui Relator do Orçamento. Tive o privilégio de manter os recursos da saúde por ação da Frente Parlamentar da Saúde. Os Parlamentares ligados ao setor, portanto, recompuseram todos os valores da saúde, colocamos uma emenda de R\$500 milhões só para cuidar de zika, e estamos com uma referência muito importante do Brasil como, vamos dizer assim, um precursor das informações do relacionamento da zika com a microcefalia e das pesquisas que decorrem desse processo.

O senhor falou da gestão. Eu, de fato, reputo que gestão é fundamental. Não gastamos bem os recursos da saúde, é visível o mal uso dos recursos da saúde – não só da saúde em outras áreas de Governo também, mas sou Ministro da Saúde –, então, enquanto não utilizarmos bem os recursos que temos, pedir mais não me parece a missão adequada. Prefiro arrumar a casa primeiro, garantir que tudo que está sendo gasto seja bem gasto, com a melhor qualidade possível, o melhor retorno à população possível, e aí vamos buscar novas fontes de financiamento para aquilo que se apresentar necessário. A PEC nº 241 não afeta os interesses da saúde, basta ler o texto na sua integralidade; ela, como está proposta, não afeta os interesses da saúde dos brasileiros.

O senhor falou dos recursos que temos. Temos R\$300 bilhões de juros ao ano, que não pagamos há quatro anos, que estamos fazendo déficit fiscal primário.

Temos R\$300 bilhões de renúncia fiscal, que o País patrocina para diversos segmentos da sociedade e que, comparados aos R\$110 bilhões que gastamos em saúde, parece que a saúde não tem o financiamento adequado, mas é o maior orçamento da União. O problema fiscal que temos é com previdência, que vem, de forma exponencial, consumindo os recursos arrecadados. Já estamos em praticamente 50% do que é arrecadado no Brasil só para pagar o índice de previdência.

Então, a questão fiscal deve ser discutida com os ministros da área econômica. Eu vou me ater à questão da saúde, que é o meu compromisso assumido com o Presidente Temer e com os brasileiros. Então, o senhor perguntou dos nossos compromissos, que eu já reafirmei com a integralidade, com a universalidade e também com intersetorialidade da saúde.

Aquela afirmação que foi publicada na *Folha de São Paulo*, quem leu a entrevista sabe que eu não falei aquilo. Aquilo foi uma manchete para poder criar um fato, mas bastava ler a entrevista que está publicada no próprio jornal. Fica claro que eu não me referi ao redimensionamento do SUS. O SUS é um grande desafio para nós todos, brasileiros. A gratuidade é garantida pela Constituição e pela universalidade, mas isso não é um



mandamento necessário; é um mandamento que cumprimos na medida em que as pessoas precisem desse atendimento gratuito.

Agora, a porta de entrada de muitos dos serviços de saúde são as estruturas públicas. Então, quando quem tem o convênio dá entrada na estrutura pública, esse atendimento precisa ser ressarcido, até porque, como o senhor mesmo me disse, há incentivo fiscal para os planos de saúde. Portanto, quem está pagando parte disso é a própria renúncia fiscal, é o próprio Tesouro; nada mais justo do que ele possa se ressarcir desses atendimentos que são praticados. Então, quero reiterar o apoio que faço para aos Srs. Parlamentares para as alterações legislativas que nos permitam equilibrar e recuperar esses recursos em relação ao sistema suplementar.

Em relação aos gargalos e às filas, muitos Municípios têm fila controlada por uma ação de *telemarketing*, de fila controlada pelo sistema já de prontuário eletrônico e sistemas de informática mais avançados. Existem alguns Municípios no Brasil que não têm mais filas. As pessoas vão em horários agendados.

Na questão dos exames que são solicitados, exames de especialidades, eu diria que a falta de resolutividade da atenção básica decorre também de uma cultura do brasileiro, que acha que, se não sair da consulta médica sem uma receita ou sem um pedido de exame, não foi atendido. É uma cultura do povo brasileiro, e isso acaba provocando esses 50% de exames que não são retirados depois, porque a pessoa não tem mais nenhum sintoma daquilo, não se interessa em buscar o exame, e 80% dos exames com resultado normal. Então, precisamos educar a nossa população no sentido de que o médico tem que fazer a anamnese – como eu digo, no popular, tem que apalpar o cliente –, tem que fazer o seu diagnóstico sem ficar recorrendo a outros recursos que, muitas vezes, não são necessários e que são, eventualmente, solicitados, ou por insistência do próprio usuário do sistema ou por uma acomodação do profissional que quer ter um apoio para fazer seu diagnóstico.

De qualquer forma, o prontuário eletrônico vai permitir que cada cidadão, quando chegar a uma unidade de saúde, tenha a sua ficha pronta e publicada na tela do computador do médico que vai consultá-lo. Aí seu último exame de sangue, suas radiografias, seu histórico de saúde estarão lá presentes, e isso vai evitar, evidentemente, a repetição de solicitação de exames para informações que já foram patrocinadas pelo Poder Público para aquele cidadão e que apenas têm de estar disponíveis para o médico que vai consultá-lo. Isso também evitará a repetição de consultas e a repetição de medicamentos que ele busca eventualmente em outro posto de saúde. Ele é consultado de novo, e lhe é dado medicamento de novo, por falta de controle e de informação sistematizada.

Então, eram essas as respostas.

Quanto à saúde suplementar, eu já falei que ela é complementar ao SUS.

Essa forma de trabalhar... Vou responder a várias outras perguntas. Eu farei isso aqui. Quem já me viu – e já estou há 20 anos na Casa – sabe que sou franco, que falo o que penso, que ouço o que tenho de ouvir. As decisões serão tomadas...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO BARROS – ...sempre pactuadas, Sr. Presidente, com os prestadores de serviço, com os prefeitos que praticam as ações de saúde lá na ponta e com os profissionais de saúde. Não adianta o Ministério tomar uma decisão que não esteja acordada entre aqueles que vão praticar a ação, porque nós não prestamos o serviço. Nós definimos a política de saúde. Então, quem vai prestar o serviço na ponta tem de estar de acordo com as decisões tomadas. Será esse o nosso formato de discussão da saúde brasileira, sempre pactuando com todos os setores envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Moka tem a palavra por cinco minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Há réplica, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Há réplica. V. Exª quer fazer a réplica?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Eu gostaria de fazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Serei bem rápido.

Insisto na minha preocupação. Às vezes, a gente imagina que é muito fácil e que outros, talvez, não tenham tentado caminhos semelhantes, ainda que não tenham sido unicamente esses caminhos. Mas é fato absolutamente claro e concreto de que temos no Brasil um sistema de saúde que é subfinanciado. Nós, inclusive, no governo do Presidente Lula e no Governo da Presidenta Dilma, sempre dissemos isso, sempre defendemos essa matéria. E a oposição o fez até mais do que nós, muito mais do que nós.

Então, agora, neste momento, imaginarmos que vamos chegar à conclusão de que os grandes problemas do SUS estão situados na questão de uma melhor gestão ou de uma melhor aplicação dos recursos públicos



é uma ilusão, como é ilusão também nós imaginarmos que algumas coisas que decorrem de falha do sistema podem ser fontes de financiamento de recursos.

Estive recentemente no Congresso Nacional dos Secretários Municipais de Saúde discutindo ressarcimento.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Neste ano, se tudo der certo, Sr. Presidente, vamos conseguir arrecadar R\$2 bilhões no ressarcimento. Vamos dizer que o potencial definitivo seja o dobro ou o triplo disso. Ainda assim, seriam, no máximo, R\$6 bilhões.

Então, o problema não é a questão de que o ressarcimento é feito ou não é feito. Isso expressa muito pouco. Lógico que tem de se fazer, mas ele tem de ser cada vez menos para que exatamente o setor privado esteja cumprindo com a sua responsabilidade de atender as pessoas. Uma boa gestão vai levar a isto, ou seja, ao fato de que quem tem plano de saúde seja atendido no plano de saúde, não no SUS para depois fazer ressarcimento. Então, isso não é fonte.

É muito mais lógico discutir, por exemplo, a redução da renúncia fiscal. Isso, sim. Isso representa R\$25 bilhões por ano, aproximadamente – o que as pessoas podem abater do seu imposto de renda com gastos em saúde suplementar e gastos do próprio bolso.

Agora, se formos olhar gasto *per capita*, o Brasil está abaixo de qualquer país com a mesma estrutura econômica e social que nós temos. Se nós formos discutir relação do gasto público e do gasto privado, apesar de dizermos que o nosso sistema é universal e gratuito, hoje esse percentual está entre 40% e 45%, no máximo 48% de gasto público, e o gasto privado vai de 55%, às vezes chegando até a 60%. Isso é um gasto semelhante ao modelo americano, que é o mais fragmentado, que é o mais liberal, que é o menos, digamos, universal e abrangente possível. Então, não dá para a gente encarar esse debate sobre financiamento como se fosse resolver isso...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... por uma outra via que não seja por mais recursos, Ministro. Perdoe a minha sinceridade, que é como a sua, também, cristalina.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, o Regimento Interno estabelece que, em caso da presença de Ministro de Estado nas Comissões, o prazo destinado, o tempo destinado ao Ministro é de meia hora para sua exposição inicial; em seguida, as indagações dos Senadores, assim como a resposta do Ministro, se darão por cinco minutos; para réplica e para tréplica, dois minutos. É claro que a Presidência será tolerante, tem sido tolerante. Apenas exponho as regras regimentais para que cada um de nós esteja adstrito, tanto quanto possível, a elas.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. RICARDO BARROS – Senador Humberto Costa, assim que gastarmos bem os recursos que temos, vamos solicitar mais recursos. Eu não disse que não vamos buscar mais recursos, mas acho que fazer a lição de casa é fundamental para termos moral, para termos apoio popular, inclusive, e apoio político para pedirmos mais. Então, acho que, se nós pudermos ter mais R\$6 bilhões de ressarcimento, é muito bom para a saúde. Se nós pudermos ter 10% a mais de eficiência com os recursos que já temos, é muito bom para a saúde.

Vamos olhar um pouco para a gestão – eu não estou aqui criticando as gestões anteriores. Eu recebi o Ministério e, nas condições em que o recebi, vou procurar fazer com que os recursos já aplicados de imediato comecem a prestar retorno à sociedade. Infelizmente, há muitos recursos aplicados que não estão prestando retorno à sociedade. Então, fica aqui... Não estou dizendo que não precisa de mais financiamento para a saúde.

Eu reconheço a dificuldade fiscal do País e reconheço que há possibilidade de se produzir mais com o mesmo. Então, primeiro otimizamos o que temos. Em seguida, com o apoio de todos, vamos buscar mais financiamento para a saúde.

É a minha visão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão; Dr. Neilton Araujo de Oliveira, que é o Secretário Executivo substituto; Deputado Federal Ricardo Barros, Ministro de Estado da Saúde, vou fazer uma colocação, Ministro, por uma questão de coerência. E quero até dizer que o Humberto também foi muito coerente, porque vou falar não para cobrar, mas há uma coisa que sempre me incomodou. Estão aqui os números: dos R\$232 bilhões do SUS, em 2015, a maior parcela é da União: de R\$100 bilhões. A maior parcela em valor unitário, mas, percentualmente, evidentemente não é. Então, isso precisa ficar claro. A parte dos Municípios, que são os que menos arrecadam, foi de R\$71 bilhões, Sr. Presidente. E a parte dos Estados, R\$70,2 bilhões. Quer dizer, na hora de você mandar o dinheiro que é arrecadado... E a arrecadação é feita nos Muni-



cípios: Estado e União são coisas virtuais. É uma ficção. Ninguém mora em Estado. Ninguém mora na União. As pessoas moram, vivem nos Municípios. E os Municípios, percentualmente, são os responsáveis pela maior contribuição do Orçamento da União. E nós tivemos aqui várias oportunidades em que sempre cobramos 10% da receita bruta para a saúde.

Dito isso, eu quero dizer ao Ministro Ricardo Barros que esta Comissão sempre teve uma tradição, independentemente do ministro, independentemente do partido, de ser uma Comissão amiga do ministro. E eu gostaria que fosse assim, que nos uníssemos – como já fizemos, Humberto. Às vezes um ministro não tem, por ser ministro, a força necessária para reivindicar recursos. Mas concordo com o Ministro, quando ele diz que tem uma prioridade de fazer o dever de casa, quer dizer, melhorar realmente o desempenho dos recursos que são gastos. Quer dizer, gastar bem. Mas, logo em seguida, precisamos ter... Porque nós optamos... O SUS é um sistema universal, com um subfinanciamento. E eu, sinceramente, desconhecia isso, mas é verdade que já começou lá atrás, quando se tiraram 10% do orçamento da saúde para a previdência. Lá atrás. Quer dizer, isso nunca mais se recuperou. Então, eu acho que essas coisas todas são importantes.

Eu gostei, sinceramente, da exposição direta; gostei da forma simples com que foi colocado aqui e quero, apenas e tão somente, dizer que, claro, sou suspeito, sou seu amigo, fomos Deputados juntos, uma série de coisas, mas isso não vai impedir que o Senador Moka possa ajudá-lo e possa cobrar aquilo que achamos que precisa ser cobrado, porque saúde custa caro, e com isso concordo também.

(Soa a campanha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só para finalizar, Sr. Presidente, quando alguém sofre um acidente grave, pode ter o melhor plano de saúde que houver, mas ele sempre dá entrada no melhor hospital que, via de regra, é um hospital público. Uma pessoa com um traumatismo craniano não vai para a clínica médica, ela vai para o melhor hospital. Esse paciente é tratado lá com custo altíssimo, que é a alta complexidade, e o plano de saúde não ressarcir essa parte. Nós temos vários exemplos, eu poderia citar até celebridades, porque isso já aconteceu, mas não é o caso aqui.

O Humberto tinha uma proposta de que, em vez de fazer ressarcimento, estabelecêssemos um percentual para os planos de saúde, tendo ou não tendo. Quer dizer, os planos de saúde, em função de que sempre usam as estruturas, teriam um percentual que seria obrigatoriamente como forma de ressarcimento. Talvez essa fosse a forma mais correta de se devolver.

Ao finalizar, agradeço aqui a presença do Ministro Ricardo Barros. Coloco-me à disposição e quero dizer que saúde é cara e que hoje não tenho a menor dúvida, Ricardo, de que vai haver muito trabalho, porque hoje a nossa saúde realmente não vai bem. Se for feita uma pesquisa, tenho certeza de que vai aparecer, se não como o primeiro, como o segundo item em que a reclamação é maior.

Eu acho que, por isso mesmo, nós temos que nos somar e, quando vier essa PEC que vamos votar... Mas a PEC limita o valor máximo. Agora, dentro desse valor, podemos discutir prioridade, sem mexer no teto. Por exemplo, posso ter o mesmo valor, mas a prioridade para a saúde pode ser diferente. Eu sou um daqueles que vai defender dentro do teto como prioridade. Para mim, saúde e educação são prioridades dentro desse teto que certamente o Congresso vai votar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Sr. Ministro, para suas considerações.

O SR. RICARDO BARROS – Eu quero agradecer, Deputado Moka, a sua participação. Os R\$70 bilhões dos Municípios representam, em média, 24% do que os Municípios gastam. Os que têm hospital municipal gastam mais do que isso. Eu fui a Joinville, 40%, e assim ocorre em outros Municípios que são sede de região e têm serviço de hospital municipal. Eles recebem uma demanda muito grande e acabam tendo que sustentar isso. Por isso, falei que é preciso que a lei permita que os Municípios do entorno possam ratear esse custo.

Os Estados gastam 12%. Alguns já estão gastando um pouco mais. Antes nem gastavam os 12%. Agora já há vários Estados que estão gastando 16%, 17% em saúde.

A União, como todos sabem, gastava, em 2002, 53% de todas as despesas de saúde e hoje patrocina 43% de todas as despesas de saúde. Daí a razão de os Municípios e os Estados estarem crescendo a sua participação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente Edison Lobão, Dr. Ney.

Eu dou mais uma saudação especial ao Ministro Ricardo Barros.

Agradeço a exposição feita, com muita clareza, por V. Exª. Lamento não ter chegado desde o começo. Como a sua experiência parlamentar mostra, estamos aqui sobrecarregados. Há dois Ministros na Casa – o Ministro da Educação, aqui na Educação, e também o Ministro do Planejamento –, só para dar ideia da agenda.



Mas gostei muito da sua resposta, até pela cobrança que o Senador Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde, fez.

Eu gostaria de falar da relevância da gestão e me sirvo de uma declaração feita pelo ex-Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que, numa entrevista às páginas amarelas da *Veja*, declarou que, com um cuidado maior nas compras dos medicamentos por parte do Ministro da Saúde, foi possível fazer uma economia de – não lembro o número exato – aproximadamente R\$5 milhões. Eu imagino que um país jogar os medicamentos fora, com prazo de validade vencido, é a demonstração clara de um descuido com o gerenciamento, um descuido sério, porque é dinheiro jogado fora. Então, vou dar só esse exemplo para falar da relevância da gestão na área da saúde.

Quero, então, lembrar também que, por questão de gestão, li um relato de um médico nas redes sociais ontem, sobre doação de órgãos, Ministro. São feitas campanhas para doação de órgãos muito importantes. O relato dele me deixou muito preocupada porque havia uma jovem que foi vítima de um acidente ou de uma bala no Rio de Janeiro, com traumatismo craniano. A família queria fazer a doação dos órgãos – acho que o senhor sabe da história –, ligou, e foram várias horas. Dessa forma, houve a falência dos órgãos. Eles reanimaram a jovem para que houvesse – e haveria – condições de fazer a doação dos órgãos. E isso eu considero também uma questão de gestão.

Eis as questões que poderíamos discutir. Apreciei muito sua ponderação.

Quanto aos Municípios, na verdade, a lei – eu sou uma Senadora municipalista e V. Ex^a também é um Ministro municipalista – determina que o Município aplique 15% da sua receita corrente líquida em saúde; os Estados, 12%; e a União deu esse valor de que a gente fala. Só que, como o senhor mesmo disse, em média, são 24% do total da receita do Município. Então, eles estão sobrecarregados, e a receita pressão sobre o Município – aqui há vários ex-Prefeitos: Dário Berger, Elmano Férrer, vejam quantos ex-Prefeitos, um futuro ex-Prefeito..

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom, até isto: futuro ex-Prefeito. Então, a pressão sobre os Municípios é uma coisa extraordinária. O Prefeito é pressionado e tem que atender. Como disse o Senador Moka, as pessoas vivem ali, o Prefeito é pressionado e tem que atender. Às vezes, um secretário de saúde vai preso porque houve a judicialização, mencionada por V. Ex^a. Eu sou de um Estado onde a maior parte da saúde pública é judicializada. E essas varas de saúde juntam o Poder Judiciário Federal, o Poder Judiciário Estadual e o Ministério Público. E, lá no Rio Grande do Sul, isso tem funcionado, porque é o campeão de judicialização.

Eu queria, então, perguntar ao senhor, Ministro Ricardo Barros: o Ministério fazia uma avaliação de desempenho do Sistema Único de Saúde, para avaliar exatamente o acesso à qualidade dos serviços da saúde pública nos Municípios. A pontuação varia de 0 a 10 nessa qualificação. Na última avaliação que foi feita, o RS ficou em terceiro lugar, o seu Estado ficou em segundo e o Estado do Senador Dário Berger, Santa Catarina, em primeiro. Então, pergunto ao senhor se há intenção de continuar esta avaliação prevista para ser trienal? Ela pode ser pelo menos semestral? E como implementar? Porque eu acho que, quanto mais o cidadão se manifesta, faz isso.

Há uma questão importante que é a dos reajustes da tabela do SUS não só para laboratórios, hospitais, hospitais filantrópicos e santas casas. Há vinte anos não há reajustes da tabela de procedimentos do SUS. Essa defasagem está provocando um endividamento das santas casas e hospitais filantrópicos que chega, só no Rio Grande do Sul, a R\$1,4 bilhão. E o que o Governo poderia fazer em relação a isso, sobretudo lá no RS, onde os hospitais filantrópicos e comunitários e as santas casas são muito importantes, são responsáveis por 50% da saúde? E os dados que eu tenho do sistema é que as santas casas têm um custo no atendimento de cinco a seis vezes menor do que um hospital público. Então, eu acho que também isso é uma questão de gerência.

Falou-se muito aqui, e corroboro, da questão do financiamento ao SUS, da manutenção desse sistema, que é o único no mundo, não há nenhuma similaridade com o SUS. Como é que poderíamos resolver a crise financeira das santas casas, hospitais filantrópicos? Foi apresentado um projeto, Ministro Ricardo Barros – o PLS 744, de 2015, que cria o Programa de Financiamento Preferencial destinado às santas casas, atualmente na Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal, que poderia ser uma alternativa para as dívidas, considerando a saúde financeira e a capacidade de as santas casas terem o acesso a esse financiamento, que seria via BNDES, para fazer uso do BNDES, que ultimamente não tem sido muito usado.

Então, quanto a essa questão da desassistência à população, o Conselho Federal de Medicina informou que foram fechados 24 mil leitos no País. Essa é uma questão.

Por fim, recebi, preocupada agora – mas já tinha havido um antecedente, Ministro –, a informação de que está sendo distribuído, nos bairros periféricos e mais pobres do País, um folheto, que foi talvez distribuído



no seu Ministério, quando ele foi ocupado, que diz o seguinte: “Saúde é direito. Você sabia? O Governo Temer quer acabar com a farmácia popular e com o Samu-192 e quer cobrar consultas do SUS”.

Então, esse folheto está sendo distribuído nas periferias das cidades brasileiras. Eu gostaria que o senhor falasse sobre isso que está sendo feito e, eventualmente, tomasse providências, porque é um terrorismo, uma mentira que tem que ser avaliada e apurada.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra, o Sr. Ministro.

O SR. RICARDO BARROS – Senadora Ana Amélia, obrigado pela sua contribuição.

A questão da compra de medicamentos. São muito mais milhões. Só em duas compras agora de medicamentos, nós já economizamos R\$400 milhões por ano de fornecedores que têm patente e são únicos fornecedores, mas nós estamos apertando e estamos conseguindo negociações bem relevantes e já aproveito aqui: aos senhores que têm laboratórios nacionais e internacionais, todos sabem o que nós compramos, por quanto nós compramos e de quem nós compramos. Está tudo no *Diário Oficial*. Se alguém tiver proposta para fornecer mais barato, nós estamos abertos a receber essas propostas. Eu tenho dito isso a todos os laboratórios que nos visitam no ministério, e já estamos com muitas propostas para substituir determinados medicamentos por outros de efeito equivalente por preços bastante mais acessíveis para o SUS.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO BARROS – Então, essas negociações estão, de fato, ocorrendo e elas permitem, sim, uma economia muito significativa dos recursos.

A questão dos transplantes. O Brasil é o segundo no mundo, mas o primeiro em transplantes públicos, e, agora, com esse decreto do Presidente Temer, da FAB, está muito intensa a busca e o transporte de medicamentos. Inclusive o Brigadeiro Rossato esteve comigo ontem, e nós adquiriremos uma unidade de UTI móvel para cada base da FAB porque vai o avião que está mais próximo, evidentemente, para o atendimento, e são aeronaves diferentes. Portanto, são UTIs portáteis para o atendimento de urgências, não para os transplantes, mas os órgãos também estão sendo transportados muito pela aviação comercial que tem convênios e faz isso quando os destinos são compatíveis, mas a FAB também agora intensificou esse trabalho, e nós estamos assinando um TED (Termo de Execução Descentralizada) para que o Ministério da Saúde, então, ressarça o Ministério da Defesa pelos custos operacionais desses deslocamentos.

Nós realmente somos municipalistas. Eu fui prefeito, e a gente sabe que essa execução da saúde é lá, no Município, por isso que eu falo da motivação do servidor público, da informatização do sistema para que a gente economize a repetição de exames que custam caro para obter uma informação que já havia sido patrocinada pelo Poder Público. Aproveito e faço o apelo aos preceitos que nos ajudem na fiscalização da Farmácia Popular. Vou criar um termo de cooperação para que eles fiscalizem. Nós não queremos acabar com a Farmácia Popular, mas 40% das auditorias do Denasus (Departamento Nacional de Auditoria do SUS) têm dado desconformidade nas Farmácias Populares, e nós não conseguimos fiscalizar isso aqui, de Brasília. Então, vou pedir aos prefeitos que colaborem conosco com isso.

O Samu. Toda emergência entra em um hospital público, a referência é o hospital público. Todo mundo que se acidenta vai parar em um hospital público e, por isso, que o Senador Moka falou da necessidade dessa interação entre as pessoas que tenham ou não uma cobertura de plano para que haja o ressarcimento.

Eu estive em Caruaru esta semana, em Pernambuco, e o secretário de Estado me disse que lá gasta R\$600 milhões por ano só com acidente de moto. Ele gasta 10% do orçamento da saúde do Estado só para acidentados em motocicleta. Então, eles estão lá com uma operação, um gabinete de crise para isso. Já conseguiram reduzir em 12% os acidentes,

Contudo, o trauma é caríssimo e ocupa uma grande parte dos recursos que nós aplicamos, ocupa 30% das UTIs nos Estados do Nordeste. É diferente da nossa característica do Sul porque no Sul é frio, a moto não é uma opção tão utilizada e a renda *per capita* também é maior dos nossos cidadãos.

A avaliação do SUS nós fazemos com uma frequência. Vou falar com o nosso novo presidente do IBGE se podemos fazer uma cooperação sobre isso. São caros esses levantamentos. O PMAQ avalia as equipes do Saúde da Família. Das 43 mil equipes, 30 mil são avaliadas pelo PMAQ porque é uma adesão voluntária, que nós transformaremos em impositiva, porque informação pela metade não adianta para o planejamento. Nós temos que ter a informação completa da avaliação das equipes e faremos isso a partir de abril do ano que vem.

Há um incentivo para os Municípios que estão no PMAQ que nós pagaremos este ano, mas faremos a avaliação no ano que vem porque nós temos 2.340 Municípios brasileiros que só têm médico do Mais Médicos, metade dos Municípios brasileiros só tem médico dos Mais Médicos. Venceu agora o programa de três anos, houve a renovação. A medida provisória está aqui. Eu estive ontem aqui, na comissão da medida provisória,



mas, de qualquer forma, esses médicos ou estarão de férias desse período, porque completam mais um ano e, se forem voltar, estarão de férias, ou serão substituídos, e há um tempo de habilitação em proficiência e de retirada de documentos...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO BARROS – ... de que eles precisam. Vai haver uma interrupção necessária do atendimento. Então, não podemos fazer avaliação neste momento.

Questão das filantrópicas. Há filantrópicas que vão muito bem, Senadora, e outras não, como há hospitais públicos que são mais eficientes e outros não. Então, a comparação não é assim direta, mas, de fato, o serviço público, a administração direta pelo serviço público é mais cara do que as organizações sociais, ou as filantrópicas, ou aqueles que têm a liberdade de comprar um insumo quando precisam e não fica toda uma equipe parada porque têm que fazer uma licitação para comprar um insumo, e leva 20 dias, 30 dias, e aquele serviço todo paralisado, aguardando que se substitua.

E o Prosus que financia, são recursos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica para o financiamento aos filantrópicos. Há uma ação das URVs pela Federação dos Hospitais Filantrópicos, que foi julgada e foi ganha pelos filantrópicos. Foram pagas quatro parcelas, depois foi suspensa. É um recurso muito significativo que, eventualmente, poderia dar um respiro para o sistema das filantrópicas.

E o projeto de lei do Senador Serra sobre o financiamento, o alongamento, é o Refis praticamente para as filantrópicas. Eu acho que pode ser feito, já fizemos para o futebol. Por que não fazer para as entidades filantrópicas?

Quanto aos leitos fechados, Senadora, não necessariamente representam diminuição do atendimento. Como eu disse aqui, se nós melhorarmos a resolutividade do serviço da atenção básica, claro, que nós vamos utilizar menos média e alta complexidade, é uma consequência da eficiência da atenção básica que nós estamos patrocinando.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Ministro. Agradeço o Ministro pelas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente e Sr. Ministro, preliminarmente, eu quero expressar aqui a minha simpatia. Eu sou um apaixonado pelo Sistema Único de Saúde, o SUS, que, além de tudo, privilegia a produtividade. Quer dizer,

O SUS tem um modelo idealizado com muita inteligência, com muita criatividade, o que é próprio do Brasil, criativo. Efetivamente, desde 1988, quando ele foi instituído – são cerca de 28 anos –, há de se reconhecer que houve um grande avanço no atendimento em saúde no Brasil. Só para fazermos uma recapitulação, antes do SUS, as pessoas eram atendidas de forma privada. Aqueles que tinham dinheiro eram atendidos. E os outros que eram atendidos eram aqueles que tinham carteira de trabalho. A carteira de trabalho gerava uma carteira do INAMPS, se não me engano, ou do INPS, na época.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Do INAMPS.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Era do INAMPS, como diz aqui o Senador Moka, que é médico e que, certamente, fez atendimentos através do INAMPS.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Quem não tivesse isso era atendido...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, quem não tinha a carteira assinada e não tinha a carteira do INAMPS era atendido como indigente...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Isso.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ...ou não era atendido. Então, ele estava na lista de espera para morrer.

Acho que é bom mostrarmos essa evolução, para que a população mais jovem, principalmente, saiba exatamente a evolução que a saúde teve nos últimos 28 anos no Brasil. Agora, a questão é a seguinte, Ministro: avançou como nós gostaríamos que avançasse? Não avançou. Acho que temos um longo caminho a percorrer. Efetivamente, esse é nosso propósito, esse é nosso objetivo como homens públicos, Presidente Edison Lobão.

Então, preocupa-me uma série de questões. Vou começar pela gestão.

Como fui provocado pela ilustre, eminente e destacada Senadora Ana Amélia, que abordou que, nesta audiência pública, há vários prefeitos, e como sou um deles, quero aqui fazer uma pequena demonstração para V. Exªs. Quando fui prefeito, de 2005 a 2012, em Florianópolis, em dois mandatos consecutivos, consegui nessa área, como em todas as outras áreas, fazer uma grande transformação, uma revolução, eu diria, inclusive. Eu trouxe apenas algumas lâminas aqui, para fazer uma demonstração do que foi efetivamente essa evolução, com base fundamentalmente na gestão, na capacidade de organizar o sistema, de ampliar a produtividade,



de conscientizar a equipe, de conscientizar os médicos, de fazer, enfim, os procedimentos e de inscrever os procedimentos, para que eles pudessem ser remunerados pelo sistema. Com isso, a receita do Município se ampliou, e tudo melhorou.

Nessa época – quero fazer justiça –, houve um pequeno período que se iniciou com o Ministro Humberto Costa, quando foi Ministro da Saúde, a quem quero aqui, mesmo muito distante no tempo, agradecer.

E, agora, quero agradecer ao senhor. Nos próximos anos, Florianópolis e os Municípios catarinenses e brasileiros também vão ter um grande desempenho.

(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu queria que a televisão focasse aqui. É o seguinte: esta é a produção anual de consultas.

Já deram os cinco minutos, Sr. Presidente? Não é possível! Acho que falo muito devagar, não é? Então, vou pedir a tolerância de um minuto a V. Ex^a.

A produção anual de consultas e exames especializados, nesse período, Senadora Marta Suplicy, em 2005, era de aproximadamente 34 mil consultas e exames especializados. Em 2011 – eu não tenho de 2012, que foi o último ano do meu governo –, foram 2,272 milhões atendimentos.

E temos aqui o Programa Saúde da Família: 100% de cobertura do Programa Saúde da Família, com 109 Equipes da Família.

(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Aqui é a taxa de mortalidade infantil, Ministro, que era de 25%, e nós baixamos para 8,4%. Taxa de mortalidade infantil de primeiro mundo.

E aqui a gente continua...

Aqui são os exames especializados, no período de 2005 a 2011, também, que eram de 14 mil e passaram para 1,824 milhão.

E aqui eu chego a uma questão da qual eu tenho muito prazer e muito orgulho de ter participado do debate e que está, inclusive, na pauta de V. Ex^a como uma das prioridades. Refiro-me à questão dos mutirões de cirurgias eletivas. Por que a cirurgia é eletiva, Senador Moka? Pergunto a V. Ex^a, que é médico. Porque ela não foi realizada no momento em que deveria ser realizada. Isso porque, supostamente, seria uma cirurgia que poderia esperar um pouco, mas não pode esperar a vida inteira – esta é a grande verdade. Mas, aí, não era a minha responsabilidade, como muitas coisas não são da responsabilidade dos Municípios, mas é no Município, Senadora Marta – e a senhora, que foi prefeita, sabe. Como o Senador Elmano também sabe –, que o cidadão é cobrado. Se ele precisa da cirurgia oftalmológica de catarata, para quem ele vai pedir, Senador Edison Lobão? Vai pedir para o Presidente da República? Vai pedir para o Senador? Se o Senador estiver por lá, ele pede etc. e tal.

Mas eu fiz mil cirurgias em 2006; 1.087, em 2007; 1.089, em 2008; 1.093, em 2009; em 2010, 1.015; e, em 2011, 3.533 cirurgias. O que aconteceu com isso aqui? Para fazer as cirurgias eletivas, há uma logística própria de convencimento dos profissionais etc. O atendimento, nos hospitais, em horários específicos... E eu credenciei uma maternidade, equipei essa maternidade, especificamente, para que se fizessem, naquele local específico, as cirurgias. Foi onde, no final, eu consegui ampliar substancialmente as cirurgias eletivas.

Bem, dito isso, preocupa-me também – e vou falar mais rápido aqui – a questão das filantrópicas. Ontem nós estivemos com V. Ex^a, e existe um conceito de que os filantrópicos atendem a muito mais pessoas, com muito menos dinheiro. Eu não sei se é 80/20, 70/30 etc., etc... Não quero entrar nesse mérito. Até porque, daqui a um pouco, os sites ficarão me corrigindo, dizendo que eu dei um chute, e não é bem esse o meu objetivo.

Bem, os hospitais públicos realmente não têm atendido, como deveriam atender, às necessidades da população brasileira. E um dos maiores problemas que nós temos está relacionado à saúde. Eu estabeleço e sempre estabeleci, na minha vida inteira, como prioridade das prioridades, a saúde, porque não existe nada mais importante do que a nossa saúde.

É só nós ficarmos doentes, para nós vermos o que é mais importante para nós, se é o prestígio, se é o cargo, se é a importância que temos, se é o diploma que conquistamos ou se é a saúde que precisamos reconstruir e recolocar.

Portanto, preocupa-me também – e queria que V. Ex^a anotasse para fazer uma pequena exposição – a questão da tabela, ou seja, saber se é possível, um dia, alterarmos a tabela; a questão não do teto, mas do extrateto, porque os hospitais filantrópicos, Senador Edison Lobão, têm um teto, só que eles não podem deixar de atender as pessoas porque extrapolaram o teto. Então, eles extrapolam o teto, atendem mais que o teto e não recebem por esse extrateto, não recebem do Estado, não recebem da União. O senhor entende? Eu estou



dizendo o seguinte – o senhor sabe como é: eles recebem, mas recebem depois de não sei quanto tempo etc., etc., e ficam com essa dificuldade extraordinária no sistema.

Só para concluir, não abusando dos demais Senadores – essa é uma matéria de que, de certa forma, eu tenho conhecimento e é uma das prioridades da minha vida –, a questão orçamentária. No Governo do Presidente Temer, de cuja base política eu faço parte, há algumas coisas com as quais não posso concordar. Eu queria fazer uma exposição bem mais ampla, mas, resumindo, eu não posso concordar que vamos limitar as despesas de acordo com a inflação do exercício anterior, de forma isonômica para todas as despesas.

Eu não posso entender que o Governo Federal e, muito menos, o Presidente Temer vão entender que saúde seja uma despesa igual a qualquer outra. Ela precisa ter um tratamento diferenciado. Porque, se eles entenderem que saúde será uma despesa como todas as outras, o Governo vai estar nos tratando não como pessoas, mas como números. E nós não somos números; nós somos humanos, temos as nossas dificuldades, somos imperfeitos, precisamos de apoio. Um país como o nosso, que ainda tem muitas diferenças e desigualdades sociais, precisa muito do Sistema Público de Saúde. Francamente, eu vou lutar, eu levantei essa bandeira aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... eu já fiz alguns pronunciamentos – Presidente, já vou concluir – a respeito dessa questão.

E não é só a saúde. Eu acho que a educação também precisa ter eu não sei se um gatilho, eu não sei qual é o modo ou o método, mas quero aqui dizer que sou radicalmente contra tratar uma despesa de veículos ou uma despesa de material de consumo, de compra de lápis, borracha, papel etc., como uma necessidade de o cidadão ficar esperando na porta de um hospital para fazer uma cirurgia, e o médico que está de plantão escolher aquele cidadão que será atendido e o que não será atendido.

Eram essas as questões que eu queria colocar a V. Ex^a.

Eu teria mais coisa, mas ainda tenho direito à réplica, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem sim.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, depois, eu passo para o Ministro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ministro Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS – Devido à sua exposição, Senador Dário, só tenho que elogiar o seu trabalho frente à Prefeitura de Florianópolis e dizer que corrobora a nossa primeira prioridade no Ministério, que é a gestão, pois demonstra que, com boa gestão, pode-se produzir mais e evidentemente colher também mais frutos, porque o financiamento da saúde é proporcional ao registro dos atendimentos que são feitos.

A questão dos mutirões. Eles são realmente importantes, é uma política importante. O Ministério revogou essa portaria no início deste ano, portanto foram suspensos os mutirões. O Estado de Santa Catarina continua fazendo, às suas expensas. Nós vamos rever essa política de mutirões dentro da nossa interlocução com a área econômica do Governo, para que possamos ter recursos para apoiar a política de mutirões. É uma política em que a população percebe a ação do Estado; ela sente que, de fato, o Estado esteve presente e resolveu um gargalo que se apresentava naquele momento, na sociedade.

A questão das filantrópicas. Não só as filantrópicas, como as organizações sociais, as OSCIPs, têm, de fato, uma eficiência maior e, na sua maioria, realmente são mais baratas; o custo-benefício para os procedimentos é mais barato que os da administração direta do Poder Público.

A questão da tabela. Mudou-se a política no sentido de fazer transferências fundo a fundo, PAB, outras maneiras de financiar a saúde que não necessariamente o pagamento dos procedimentos. Hoje, 60% de tudo que é feito de financiamento do SUS é tabela e 40% são incentivos; são outras maneiras de se fazer o pagamento dos serviços de saúde. É por isso que a tabela ficou defasada: porque se criaram mecanismos diferenciados de fazer a transferência para os prestadores e para os Municípios.

É preciso entender que a saúde... Como o senhor falou, o fator de desenvolvimento é despesa, investimento. Quanto mais saudável nossa população, mais produtiva será e mais forte será a nossa economia. E o SUS é mais do que assistência: tem vigilância sanitária, tem vacinas, tem controle de endemias. O SUS não é apenas o tratamento das pessoas, é a prevenção para que elas não fiquem doentes, e há investimentos altos do Poder Público nessa prevenção.

A questão do extrateto. Não recebe; não é que receba depois. O que não está credenciado e autorizado não é faturado. Por isso eu falei, no início, da subnotificação. Estamos criando campos nos nossos espaços de informação do Datasus para essa informação ser colocada corretamente. Às vezes, o contador do hospital faz um procedimento que não está credenciado – ele não consegue lançar, porque não está credenciado, e ele lança como se fosse outro procedimento. E aí distorce, para nós, o planejamento das ações.



Há também o atendimento de estrangeiros, que é muito comum no seu Estado, que é infestado, nas temporadas, de estrangeiros. Eles são atendidos e não há um espaço para o lançamento dessa produção. Nos Municípios de divisa também. Nós temos em Foz do Iguaçu um atendimento enorme de estrangeiros; não se consegue lançar isso no sistema e nós não conseguimos, portanto, corrigir o teto daqueles Municípios, por falta dessa informação.

Então, quero dizer que vamos convidá-lo para as palestras do Conselho Nacional de Secretários de Saúde para o senhor demonstrar como se pode fazer mais com o mesmo...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO BARROS – ... que é o nosso desafio.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, o senhor me dá ainda uma tréplica? Eu até não tenho utilizado sistematicamente, assim... Eu ouço mais do que falo. Há Senador que fala muito mais do que eu. Então, em determinado momento, eu solicito uma certa complacência com relação... Não é, Benedito?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Desta feita, V. Exª teve em dobro.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Em dobro. Mas é benevolência de V. Exª, pela admiração que lhe tenho. Bem; eu estou aqui, Ministro, com a execução orçamentária de 2015. E não precisa ser matemático nem economista, nem muito inteligente para olhar e perceber, Presidente, que o grande problema do Brasil está aqui. Esse é o primeiro problema, essa é a primeira planilha que nós deveríamos olhar. Entendeu? Porque, aqui, há um item aqui que é assustador, que eu vou exemplificar para o senhor: serviço da dívida interna pago no ano passado...

(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ...R\$381 bilhões! Serviço de refinanciamento da dívida – juros: R\$550 bilhões. Aí, eu volto para a saúde: R\$80 bilhões. Ora, essa é uma matemática que não fecha. E eu não quero nem entrar na questão da Previdência Social, que pagamos R\$514 bilhões.

Então, Ministro, na verdade é o seguinte: não se faz saúde sem recurso. Claro que se melhora a gestão, se faz um esforço.... Cada ministro que entra vem com sangue novo, renovam-se as esperanças, as expectativas, pois vem com novas ideias, com novos métodos, novos sistemas. Mas a saúde é cara e nós não podemos poupar recursos nem investimentos para atender o cidadão em tempo real.

É um negócio que... Eu queria que o senhor colocasse isso como a prioridade das prioridades, pelo que terá, evidentemente, aqui, o apoio de toda a Comissão e, especialmente falando por mim, o meu total apoio.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ministro.

O SR. RICARDO BARROS – É autoexplicativa a apresentação do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vou conceder a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Bom dia, Ministro. Foi um prazer ouvi-lo e conhecer mais das suas ideias e das suas propostas. E dizer que eu compartilho e fiquei muito alegre com essa visão tão clara de que o mais importante é a gestão. Não há nenhuma dúvida – e acredito que a exposição do meu colega Dário Berger mostrou isso – e creio que, se tivermos, primeiro, esse enfoque, daí nós já teremos os resultados, os caminhos e a possibilidade de pleitearmos mais recursos para a saúde. Está perfeita essa visão.

A outra questão que eu queria comentar é sobre o programa de saúde da família. V. Exª colocou aqui e ali algumas pinceladas, mas acho que ninguém perguntou especificamente. Eu acredito que uma das pernas mais importantes do SUS é o programa de saúde da família.

Na nossa gestão nós implantamos, não tinha em São Paulo, com 6 mil unidades, 6 mil equipes. E hoje nós vemos que diminuíram as equipes ou continuam as mesmas 6 mil equipes. Isso é um desastre porque o que está acontecendo é que as pessoas não estão tendo essa assistência básica e as doenças estão se tornando cada vez mais graves e podiam ser contidas em um primeiro momento. Queria saber do ministério qual é essa política, quais os incentivos, qual é a prioridade para V. Sª no ministério.

A outra questão é sobre o reajuste da tabela SUS. Eu também acredito que a situação é muito grave. Eu visitei alguns hospitais em São Paulo que estão com leitos vazios. Mas um deles me chamou mais a atenção, o Hospital Santa Marcelina, na Zona Leste, um hospital que atende a Zona Leste, uma região que tem quatro milhões de habitantes. É um dos hospitais que atendem a região, um dos melhores, com muita eficiência no pouco que tem. Agora, fiquei chocada quando vi uma ala de oncologia, que me pareceu de primeiro mundo, uma área realmente muito moderna, e, num sábado, essa ala estava sem nenhum paciente. Eu perguntei por que não havia nenhum paciente ali. Eles me responderam que era porque não tinham recursos. Inclusive, outras partes do hospital estão vazias porque eles não têm recursos. Eles fazem rifas, fazem coisas que não tem sentido fazer na saúde, para potencializar.



Eu penso que, como vi essa situação em São Paulo – e não foi somente nesse hospital, mas em outros hospitais também, como na Santa Casa –, se tivéssemos uma auditoria nos hospitais, uma auditoria para o bem, nos casos dos hospitais que têm leitos vazios e não estão utilizando porque não têm recurso, acho que ajudaria V. Ex^a a ter uma potencialização enorme de equipamentos, principalmente de equipamentos da oncologia, que são caríssimos e lá estão parados.

Sobre as UPAs, achei curioso isso, porque a UPA foi uma ação interessante, acho que foi bem. Agora, os dados mostrados pelo senhor mostram que temos um problema sério, porque há 357 UPAs em execução e 397 UPAs em funcionamento, um número quase igual entre as que estão sendo construídas e as que estão em funcionamento, com o custeio do Ministério. O que me parece mais grave...

(Soa a campanha.)

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... é que só temos 64 sem custeio. E esses dados mostram que há 72 concluídas sem funcionamento, 66 concluídas e equipadas, sem funcionamento. Isso demonstra ou que as UPAs estão sendo construídas em lugar errado, e depois a pessoa não pode pagar, ou está errado o projeto no sentido de que, como as UPAs são boas, façamos UPAs, mas que demos o custeio, senão não vai adiantar, vai ficar um recurso que não vai para lugar algum. Eu gostaria muito que as UPAs estivessem bem, porque eu fui prefeita, mas sou pré-candidata também. Andei visitando e soube que São Paulo está devolvendo R\$53 milhões de recursos das UPAs que não foram construídas. Quer dizer, além disso, ainda tem a incompetência de certos locais. Por favor, não devolva o dinheiro ainda; deixa lá.

Tem mais uma questão sobre a qual eu queria saber a sua opinião.

(Soa a campanha.)

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu tenho um Projeto de Lei, o PLS nº 308, de 2015, para descentralizar o ressarcimento ao SUS, permitindo que Estados e Municípios sejam diretamente ressarcidos quando o atendimento se der em estabelecimentos a eles vinculados. O Relator é o Senador Humberto Costa, que está com isso desde 2015. Agora eu vi que ele não põe muita fé no ressarcimento, mas eu acho que pode, sim, ter alguma solução melhor do que a que há hoje, porque a União não está fiscalizando direito.

Então, o recurso de quem tem atendimento privado em hospital público some, não vai para a União, não vai para canto algum. Aliás, eu não sei, deve estar no próprio hospital, mas deveria ir para o município. Tem de arrumar essa questão. Peço a sua opinião sobre isso, o seu olhar.

Depois sobre as vacinas. Na última semana, foi divulgado que um grupo de cientistas do Brasil e dos Estados Unidos testou em camundongos, com sucesso, duas vacinas experimentais contra o zika vírus. Os resultados da pesquisa foram publicados na revista científica *Nature Communications*. Os cientistas testaram dois tipos de vacina, ambos ofereceram proteção total aos camundongos suscetíveis à zika. De acordo com os autores do estudo, Zanotto, Professor da Universidade de São Paulo, os resultados do estudo são muito animadores, embora sejam apenas prova de conceito. Quer dizer, é possível produzir uma vacina contra o zika vírus. Da mesma forma, foi divulgado que os primeiros voluntários a receber doses de vacina contra a Dengue, do Butantã, foram vacinados e os ensaios clínicos serão conduzidos pela Faculdade de Medicina de Rio Preto.

Assim, eu gostaria de perguntar ao senhor qual é a posição do Ministério, se o Ministério tem recursos financeiros para a implementação de medidas, qual é a prioridade que o Ministério, sob a sua direção, dará para essa ação. No caso da vacina para a zika, qual é o apoio que o Governo Federal tem dado às pesquisas que estão acontecendo na USP, se eles estão fazendo por conta própria ou se têm apoio do Ministério? Sobre a vacina da Dengue, o Ministério da Saúde trabalha com algum prazo para disponibilizar essa vacina para toda a população, essa que já está mais adiantada?

Perdi uma parte da exposição de V. Ex^a, e talvez o senhor já tenha mencionado as medidas de prevenção nas Olimpíadas. O que foi feito com relação a isso? A gente sabe que estamos no inverno, para a nossa sorte. Qual é a situação epidemiológica atual?

São essas as perguntas.

O SR. RICARDO BARROS – Obrigado, Senadora Marta.

Sobre a ACS, PSF, PCF, é um programa importante. Nós tivemos uma ação do Conselho Federal de Enfermagem, que passou a multar os gestores, porque os agentes comunitários de saúde estavam fazendo procedimentos de curativos, tomando a temperatura e pressão, coisas que não são autorizadas para eles. Então, criou-se aí uma certa dificuldade na resolutividade das equipes. Foi feita uma portaria do Ministério autorizando que as equipes do Saúde da Família contratassem técnicos de enfermagem e não as ACS, ou as ACS, uma coisa ou outra. Aí se criou uma polêmica, como se sabe. Houve um grande problema porque foi uma decisão do Conass, Conasems e ministérios, os ACS não foram chamados para o debate. Nós revogamos a portaria,



abrimos um grupo de trabalho e vamos ver como resolvemos esse assunto, porque, de fato, as equipes são importantes, mas elas têm de fazer o trabalho que precisa ser feito, de informações para o controle e a avaliação de risco das pessoas para que elas sejam direcionadas às Unidades Básicas ou ao atendimento devido. Então, precisamos melhorar a resolutividade das equipes. Dentro do nosso objetivo de informatização completa da saúde, as ACS com *smartphones* poderão, a cada visita, imediatamente, registrar os dados, e isso vai para o banco de avaliação de risco para procedimentos que devam ser tomados com as pessoas que assim necessitarem.

Essa é uma ação importante e nós pretendemos ampliar o programa, o PMAQ, que avalia, como eu falei, as equipes do Saúde da Família. É um *ranking* muito interessante de avaliação, porque ouve os profissionais, ouve a população, o que permite uma avaliação efetiva de como as equipes estão operando. Mas a gente pode melhorar esse desempenho com mais velocidade na informação, mais precisão na informação e também com o controle do desempenho das equipes, porque, quando elas têm que registrar os atendimentos *online*, você sabe exatamente o tempo que elas permanecem em cada caso e quantos atendimentos elas fazem diariamente.

Sobre a questão do Hospital Santa Marcelina, lembro que nós temos muitos serviços, Senadora, como eu disse, prontos e não funcionando, centenas de serviços no Brasil de hemodiálise, de radioterapia, de radiologia, todos eles prontos, instalados e não funcionam, ou porque não têm pessoal especializado, ou porque não têm o custeio, ou por qualquer outra falta de planejamento. Por isso que eu estou afirmando que nós temos que, primeiro, gastar melhor o que temos para depois pedir mais, e isso incluirá realocar equipamentos que estão comprados já em determinados hospitais, onde, por exemplo, a casamata, que é aquele local onde está o acelerador linear, que tem a proteção de chumbo, e que, por alguma razão, não começou, seja porque teve problemas no terreno, seja porque teve problemas na obra, e o equipamento está lá se depreciando, ficando obsoleto, sem prestar serviços para a população. São milhares de equipamentos.

Eu estou há 30 dias esperando que a minha equipe me dê a relação, mas eles não conseguem achar, identificar o total desses equipamentos porque são muitos. Mesmo em hospitais novos, como eu falei – e estive lá no Hospital Mestre Vitalino, em Caruaru, estive também no Hospital da Mulher, em Recife e em vários outros que visitei –, há serviços prontos, instalados, os equipamentos lá, tudo pronto para funcionar, mas não está funcionando, ou por custeio, ou por qualquer outra razão gerencial do processo. Então, há, de fato, a necessidade da melhoria da gestão.

Na questão da oncologia, que a senhora citou, por exemplo, nós compramos 80 aceleradores lineares numa licitação, cuja empresa, inclusive, vai montar uma fábrica no Brasil – será a sexta fábrica no mundo –, mas é preciso... E, depois, temos outros 56 convênios também de aceleradores lineares. O Ministério fez um convênio com uma prestadora de serviços, com a filantrópica ou com o hospital público para que ele compre o equipamento. O que equipamento que nós compramos, no contrato, custa US\$606 mil cada um, e os convênios compram por US\$1,5 milhão, por US\$1,8 milhão o mesmíssimo equipamento, porque compram individualmente, e a compra da União foi uma compra mais ampla.

Então, chamei a empresa, vamos aditar esse convênio em 25% para termos e vamos tentar fazer com que quando se falar: “Ah, mas o Ministério não com outro?”. Não, o mesmo Ministério não fala com o mesmo Ministério, quer dizer, estamos patrocinando o mesmo equipamento, o mesmo serviço ao dobro do custo porque não há uma articulação. Então, suspendi todos esses convênios para que eles se encaixem no preço que foi comprado no atacado desses equipamentos de aceleradores lineares.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Ministro...

O SR. RICARDO BARROS – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Dá para o senhor repetir, nessa questão da compra desses equipamentos, em que estágio ela está?

O SR. RICARDO BARROS – Foi feita uma licitação...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sei, isso aí eu sei.

O SR. RICARDO BARROS – ... ampla, que inclui a casamata e o equipamento, o acelerador, e nós temos, por enquanto, só dois prontos. Dos 80 que foram comprados em 2012, até agora só dois estão prontos. Este ano, a empresa colocou a pedra fundamental para fazer a fábrica. Nós estamos tentando avançar com esse processo de instalação; estou pedindo que eles mandem as bases antes, porque, para você terminar a obra, você precisa da base e do equipamento, e, às vezes, vem o equipamento completo, você usa a base, dá problema na obra, e, aí, fica o equipamento parado, depreciando. Então, há toda uma logística que precisa ser melhorada.

Mas esses equipamentos foram comprados a valor de US\$606 mil cada um, o conjunto dos oitenta; e quando uma Santa Casa, por exemplo, recebe lá um convênio do Ministério para instalar um serviço de radioterapia, ela vai comprar aquele único equipamento a US\$1,5 milhão, US\$1,8 milhão, com dinheiro do Ministério, com o mesmo dinheiro do Ministério. Por isso que eu falo: “Gente, vamos gastar melhor o que nós temos e depois vamos pedir mais”.



A questão das UPAs: há, sim, Senadora, muitas UPAs que foram destinadas a Município que não têm a capacidade de contrapartida para aquele tamanho de serviço; ele não tem o dinheiro para sustentar a parte dele no custeio da UPA. Então, nós estamos pedindo a requalificação dessas estruturas para um outro tipo de atendimento. Aí o Tribunal de Contas da União está negando, porque ele quer o cumprimento do objeto do convênio. Vocês, que são gestores, já sabem disso: você fez um convênio, tem que cumprir o objeto do convênio. Foi feito para a UPA, tem que ser UPA. E, aí, nós ficamos numa inviabilidade, porque não adianta; o Município não vai suportar aquele custo, e a gente precisa que aquele espaço possa ser autorizado a ser utilizado para um outro tipo: ou uma Unidade Básica de Saúde, um outro tipo de atendimento. E aí estamos tropeçando na burocracia.

Mas muitas UPAs não funcionarão como UPAs no modelo concebido, porque foram destinadas a Municípios que não têm essa capacidade. Muitas UBSs, centenas, que estão prontas, Unidades Básicas de Saúde, não funcionarão, porque os Municípios já estão no limite prudencial de 54% de gasto com pessoal e não têm capacidade para contratar outros funcionários, servidores, para tocar aquela UBS.

Então, toda essa falta de planejamento inicial implica esse visível mau gasto do dinheiro público, porque as pessoas, todos os dias, passam na frente daqueles edifícios prontos sem prestarem serviço à população, e é por isso que eu acho que, primeiramente, vamos fazer o bom uso desses recursos para, depois, podemos pedir mais.

Quanto ao seu PLS do ressarcimento, é importante. Eu estou propondo colocar no cartão SUS a biometria e o CPF, porque, daí, já vai sair automaticamente a conta desses ressarcimentos, que serão feitos *online*, porque, quando entrar o serviço, no CPF da pessoa vai estar identificado se ele tem ou não o plano, e isso vai ser feito uma conta...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Isso... Desculpe-me...

O SR. RICARDO BARROS – ... uma câmara de compensação automática.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Isso é algo isolado do Ministério da Saúde, ou é uma ideia de governo, uma ideia do Estado?

O SR. RICARDO BARROS – Qual? Do que V. Ex^a está falando?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Essa parceria da biometria com o CPF... Ou será mais um cartão?

O SR. RICARDO BARROS – Não; eu estou cuidando do cartão SUS, que ainda não está pronto. Ainda não está pronto. Faltavam algumas coisas para que ele ficasse pronto, e eu já determinei imediatamente a aquisição. Com mais uns R\$30 milhões, R\$40 milhões de investimento, nós vamos ter o cartão disponível para receber todas as informações, com barramento. Para qualquer linguagem que o sistema do hospital ou da prefeitura tenha, nós podemos receber as informações. Isso é um desafio.

O outro desafio é que todas as unidades de saúde estejam interligadas para poder produzir essa informação para o Cartão SUS. Isso é uma coisa que está muito incipiente ainda; poucas cidades têm todo seu sistema interligado, todos os postos ligados na Secretaria de Saúde.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Isso não interessa ao Governo como um todo? Porque o Governo também fala em fazer um cadastramento único para o cidadão brasileiro.

O SR. RICARDO BARROS – Sim, isso está em andamento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Não poderia partir da saúde? A saúde não poderia dar esse cadastro único ao Governo? Não poderia ser uma...

O SR. RICARDO BARROS – Poderia.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Se é difícil se falar dentro do Ministério, por que não também se falar dentro do Governo?

O SR. RICARDO BARROS – Isso está em andamento. Existe um grupo de trabalho, existe um projeto de lei que trata do cartão único, do registro único, que está em andamento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Serviria para a saúde, serviria para o trabalho, serviria para tudo.

O SR. RICARDO BARROS – Para todos. Então, depois...

A SR^a MARTA SUPLEY (PMDB - SP) – Então também vou entrar na conversa.

É exatamente o que eu estou propondo agora para a Prefeitura de São Paulo. Nós estamos propondo o Cartão SUS-São Paulo. Exatamente por ir de um hospital ao outro e perceber, conversando com os diretores dos hospitais, o gasto absurdo de falta de gestão.

A pessoa faz todos os exames em um hospital, mas lá ela não vai poder fazer a cirurgia. Aí ela é indicada para outro hospital; não passaram 20 dias, e ela tem que repetir uma ressonância magnética, todos os exames.

O SR. RICARDO BARROS – Tudo de novo.



A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Quer dizer, afora a dor para a pessoa, Ministro – a dor! A pessoa, já combalida, passar por esses exames.

O SR. RICARDO BARROS – E o custo para o Erário.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É. Agora falando com o meu colega Amorim, sabe o que nós vamos pôr nesse cartão? O bilhete único de transporte. Aí o cidadão tem um bilhete, para a vida dele, de cidadania, de serviço público.

O SR. RICARDO BARROS – Ótimo! É disto que nós precisamos: precisamos conhecer melhor os nossos cidadãos.

Vacinas do zika vírus. O Instituto Evandro Chagas com a Universidade do Texas já tem uma vacina contra o zika pronta, cujos testes clínicos iniciam a partir de novembro; e temos também a vacina contra a dengue, no Butantã, com R\$300 milhões já destinados para o seu desenvolvimento. E abrimos uma chamada pública de R\$65 milhões do CNPq, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Saúde, para patrocinar pesquisa sobre zika. Qualquer pessoa, todos os nossos cientistas, pesquisadores que tenham alguma pesquisa em andamento sobre zika podem se qualificar, e nós financiaremos a pesquisa para ver se conseguimos com isso multiplicar as soluções para o enfrentamento da zika.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO BARROS – Também criamos a Rede Nacional de Especialistas em Zika há duas semanas.

Eu estive Pernambuco – onde está o maior problema da microcefalia – e vi o atendimento feito a crianças com microcefalia nos diversos serviços; também na Irmã Dulce, em Salvador. É uma realidade duríssima que nós temos que enfrentar.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – E aquela história de gado? Que o gado pode ter a ver?

O SR. RICARDO BARROS – Como?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O gado.

O SR. RICARDO BARROS – Houve a identificação de um vírus da diarreia bovina, que foi encontrado em fetos de aborto. Esses fetos tinham, além do vírus da zika, esse vírus da diarreia bovina. Então, está sendo feita uma pesquisa para a confirmação se existe alguma relação ou não entre as duas possibilidades.

Obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – E da Olimpíada?

O SR. RICARDO BARROS – Ah, sobre as Olimpíadas eu falei aqui no início: nós tomamos todas as providências necessárias. Fui à Organização Mundial de Saúde, na Assembleia Mundial de Saúde; fui à sede do Comitê Olímpico Internacional, em Genebra; expliquei todas as medidas; recebemos nota de apoio tanto da OMS quanto do Comitê Olímpico Internacional.

A Universidade de Cambridge fez um estudo de probabilidade estatística e informa que, dos 500 mil turistas estrangeiros que virão às Olimpíadas, 0,8% deles têm probabilidade de pegar zika. Então, há uma tranquilidade...

A Diretora da OMS, Margaret Chan, também vem, como uma demonstração sua de que não há risco, e também faremos uma reunião com embaixadores de todos os países, dos 200 países que vêm aos Jogos Olímpicos, no dia 12 próximo, no Itamaraty, onde faremos a explanação novamente e nos colocaremos à disposição para qualquer esclarecimento.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu acredito que essas explicações de todas as medidas que foram tomadas em relação ao zika, principalmente para acalmar a comunidade internacional, o que é importantíssimo, são bastante amplas.

Agora, só uma pergunta sobre essa informatização, com que eu estou encantada, porque é isso mesmo que vai começar a dar economia de gestão.

As cidades vão ter recurso para fazer isso? Porque elas podem ter uma economia de gestão.

O SR. RICARDO BARROS – Sim, o Datasus dispõe de sistemas, de *softwares* gratuitos, para os Municípios instalarem para poder ter o gerenciamento do seu sistema, e nós poderemos, se for necessário, apoiar também para a compra o *hardware*, para a compra dos equipamentos, porque, para nós, vão gerar uma economia fantástica de recursos a não repetição de exames, a não dispensação de medicamentos... A mesma pessoa pega o medicamento no postinho, na Farmácia Popular. Então, a gente tem como controlar melhor esse processo. E não é só a não repetição de exame, mas a desnecessidade de pedir exame, porque, quando a pessoa se senta na frente do médico, o médico abre a tela e tem todo o histórico de saúde. Então, tem o último exame de sangue, a última radiografia... Então, ele, às vezes, não precisará nem pedir, porque já vai ter ali as informações necessárias.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Então, o Município não vai precisar desenvolver o dele. Ele pode ter um cartão SUS nacional.



O SR. RICARDO BARROS – É, pode usar o cartão nacional e pode usar também os sistemas de gerenciamento que temos para hospitais...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO BARROS – ... e para sistemas municipais de saúde, onde você pode instalar o *software* e-SUS, gratuito, do Ministério, e, então, gerenciar toda a sua rede com prontuário eletrônico e registro eletrônico de saúde.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada, Ministro. Estou muito satisfeita com as explicações. Não preciso de tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Presidente, quem fica por último fica quase sem pergunta a fazer. Entretanto, eu me permitiria, ao cumprimentar nosso Ministro e seu Secretário Executivo, insistir em algumas considerações a respeito do problema da saúde em nosso País, que, segundo os estudiosos e como todos nós sabemos, repousa o subfinanciamento e na gestão. Ou seja, a gestão está ao alcance de todos nós, no âmbito da União, dos Estados da Federação e dos Municípios. Isso a gente observou muito bem aqui pelo depoimento do nosso Dário Berger, ex-Prefeito de Florianópolis. Então, creio que os recursos são limitados e continuarão escassos.

Entretanto, eu reverencio a confissão do nosso Ministro de que os recursos, como é do conhecimento de todos, no nosso País, são mal aplicados pelo setor público, em todas as áreas. Então, creio, se houver a oportunidade também de fazer um esforço nesse sentido, que a gestão pode ser melhorada e, conseqüentemente, a prestação do serviço da área da saúde para a população também; ou seja, continuo, um dos problemas está em nossas mãos, a decisão de melhorar a gestão, sobretudo e especialmente, na eficiência, na probidade da aplicação dos recursos destinados à saúde.

Agora, três entes federados estão envolvidos na questão: a União, os Estados membros da Federação e os Municípios.

Esta é a pergunta que eu queria fazer ao Ministro, já que todas as imagens foram devidamente esclarecidas: de que forma essa integração e essa interação entre os três entes federados influem para uma maior ineficiência ou melhor eficiência do resultado dos operadores da área de saúde? Isso porque vejo que há um verdadeiro descompasso entre esses três entes federados, conseqüentemente mostrando a ineficiência do Estado, da prestação de melhores serviços. Isso é em todas as áreas.

No meu entendimento, Ministro, nós vivemos uma crise profunda do Estado, em que não temos planejamento. A saúde é um direito consagrado na nossa Constituição e não é cumprido, porque os governos são transitórios. Cada governo que passa tem sua equipe. Não há um planejamento de longo prazo, um planejamento estratégico no nosso País, que abrange todo um universo no nosso Território – Municípios, Estados.

Então, eu queria, digamos, saber como o senhor vê essa falta de articulação que deve existir entre os entes federados para uma melhor prestação de serviços públicos na sua área especificamente, embora saibamos que este é um dos grandes pontos de estrangulamento que traduz a crise do Estado, a ineficiência do Estado, que não mais atende às demandas da coletividade em todas as áreas.

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Por último, pelo Boletim Epidemiológico nº 27 deste ano, do Ministério da Saúde, apesar de todos os esforços do Ministro atual, do Marcelo Castro, colega de V. Exª que passou anteriormente, observa-se que se está alastrando, com conseqüências. Isso é do conhecimento da coletividade, inclusive chegando já ao Mato Grosso do Sul e a outras regiões que anteriormente não tinham essa ocorrência do vírus da zika.

Era essa a nossa colocação, e essa pergunta, por último, decorrente do Boletim Epidemiológico nº 27, do Ministério.

O SR. RICARDO BARROS – Senador Elmano, veja bem: primeiro, as instâncias de Governo... Somos uma Federação, composta por Estados, Municípios e União, cada um com a sua responsabilidade. E isso é pactuado na comissão tripartite, que é deliberativa. Então, tudo o que decidimos – quem é responsável pelo que na saúde – é pactuado entre os três entes, num conselho deliberativo na comissão tripartite.

A regulação dessas estruturas é fundamental. Então, precisamos sempre atualizar a nossa divisão de responsabilidades e fazemos isso com reuniões periódicas da comissão tripartite Estados, Municípios e União.

Quanto à questão da zika, como falamos aqui inicialmente, o mosquito *Aedes Aegypti* e outros são vetores universais. Eles transmitem qualquer tipo de vírus. Então, transmitiram dengue, transmitiram chikungunya e zika. Então, quando uma pessoa com zika se desloca de um lugar para outro e é picada pelo mosquito, aque-



le mosquito passa a transmitir aquele vírus lá em outra região. Então, temos 60 países com zika no mundo, e, desses 60 países, 1,5 bilhão de pessoas vivem nesses 60 países.

Então, evidentemente, a probabilidade é de que, a cada tempo, haja uma expansão da contaminação desse vírus, na medida em que as pessoas vão se deslocando e vão permitindo, com isso, a contaminação do vetor do mosquito e a sua respectiva proliferação do vírus. Infelizmente, eu diria que é inevitável que haja essa expansão.

Por isso, convocamos todos para ajudar no combate ao vetor. Temos de resolver o mosquito, porque pode ser que o mosquito, no ano que vem, esteja transmitindo outro vírus aqui no Brasil, diferente desse que já conhecemos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Ministro, seja bem-vindo a esta Casa. Quero começar a minha fala e os meus questionamentos, dando-lhe parabéns. É a primeira vez que vejo um ministro e um ministro que não vem da área da saúde – sua formação é de engenheiro –, que trata de uma questão com uma visão extremamente diferente, mas muito importante. Eu, se estivesse no seu lugar, faria isso o que o senhor está tentando fazer.

O Brasil – eu disse isso à Presidente Dilma no primeiro ano de seu Governo, seis anos atrás –, tem um exército que nenhum canto do mundo tem: os agentes de saúde, os agentes de endemia. São 500 mil profissionais que estão nas ruas, mas, infelizmente, infelizmente, muitos deles ou a grande maioria deles ainda com uma prancheta na mão ou com a roupa desbotada, Presidente; ou seja, são subutilizados, e muitos, às vezes, por falta de condições, não têm a qualificação necessária para aquilo. Ele poderia estar com um celular como este, ou mais simples do que este, passando as informações *on-line* e dizendo ao ministro, ao presidente, ao prefeito, ao governador, ao secretário de saúde, a quem quer que fosse importante na cadeia do SUS ou na rede do SUS, a situação de cada família. Se ali tem alguém com anemia falciforme, se ali tem alguém com câncer, ou até se ali tem alguém que ainda não foi alfabetizado ou se alguém está desempregado. Nós temos esses profissionais. Agora, não adianta tê-los se eles não têm os meios adequados para exercer a sua atividade.

E, aí, eu vejo aqui o Ministro trazendo essa esperança, essa boa notícia de que talvez, pela primeira vez, os nossos agentes vão ter um equipamento como esse – e essas informações serão passadas para o posto de saúde dele, para o secretário dele, para o secretário de Estado, para o governador, para o prefeito, para o Ministro e até para o Presidente da República.

Ou seja, dava para se ter um senso real de cada família brasileira, de cada localidade brasileira, pelo menos uma vez por mês, que é a obrigatoriedade que o agente de saúde tem de passar em cada casa e em cada família.

Se ele está tomando ou não o anti-hipertensivo, se ele precisa ou não fazer uso daquele anti-hipertensivo. Ou seja, não temos dinheiro suficiente. Se não temos tenho dinheiro suficiente, só nos resta um caminho: gastar bem. E gastar bem significa que as informações precisam ser passadas e precisam ser qualificadas, senão o médico vai pedir de novo o eritrograma, o exame de sangue, a tomografia, tudo, porque ele não tem. Desse jeito, com certeza, vamos economizar e evitar muito sofrimento.

Oxalá o senhor consiga fazer isso – o tempo urge. Ser Ministro da Saúde é ser um piloto que tem que trocar e cuidar do motor carro com o carro andando – não é impossível, mas não é uma tarefa nada fácil.

Essa guerra que nós estamos perdendo contra o vírus da zika e o *Aedes aegypti* é vergonhosa. Em pleno século XXI, em que, há mais de 2 mil anos,... O nome dele é *Aedes aegypti*, ou seja, a maldição vem do Egito antigo. Já sabemos de toda a história dele há quase 3 mil anos, e a gente ainda convive com essa pouca vergonha. Isso é falta de planejamento, isso é falta de atitude. Gestão é atitude, gestão significa direcionamento...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – ... fluxo, ordenamento, planejamento. Não adianta ter uma montanha de dinheiro, de recursos, se a gente não souber gastar bem. O objetivo, com certeza, é atender bem, é dar uma saúde digna ao povo brasileiro. Quando a gente lembra do SUS, a gente só lembra, às vezes, da parte ruim, do mau funcionamento, das filas, de que não funciona, enfim.

Mas eu sei que o senhor tem muitos outros desafios. Um deles, Ministro, com certeza é – agora não mais falando da questão dos recursos – a parte de pessoal. O senhor tem 14 ou 15 categorias envolvidas com a área da saúde. E, Ministro, é contraditório o programa de saúde da família, em que o profissional trabalha aqui, trabalha ali, trabalha em diversos cantos – às vezes para ter uma renda mínima suficiente –, e ali ele deixa de criar o limo ou uma liga com a família.

Então, Ministro, será que não está na hora de a gente ter um “de cima para baixo”, ou seja, do Ministério para os outros entes federados, de ter uma política de recursos humanos realmente voltada exclusivamente para o SUS? O profissional que quiser vai ser só funcionário do SUS, só trabalhador do SUS. Não está na hora



de a gente fazer esse enfrentamento, não está na hora de a gente realmente mirar na qualidade do gasto, de criar realmente essa estabilidade para o profissional, de qualificar esse profissional, de criar uma identidade desse profissional com as famílias brasileiras?

Sei que o desafio é grande e o seu tempo é curto, mas estamos aqui também para ajudá-lo naquilo que for preciso. Conheço muito bem a área; fui Secretário Estadual de Saúde; sou um profissional da saúde; e o meu desejo é que realmente o senhor tenha sucesso. Mas eu acho que o senhor está indo pelo caminho certo. Invista nisso, Ministro. Sei que não é fácil o senhor fazer com que as coisas se comuniquem, falem-se, mas hoje não é coisa do outro mundo, não. Hoje é coisa plenamente factível, e não é tão caro assim.

E tomara também que o senhor corrija outras distorções, como essa pouca vergonha de uma tabela do SUS com uma remuneração do século passado. Isso é um estímulo, Ministro; isso é um estímulo à desonestidade; é o Estado não pagando, não remunerado adequadamente e cobrando o máximo. Isso é extremamente incoerente.

Mas, sem nenhum questionamento, quero desejar-lhe boa sorte e dizer que eu sou um soldado do SUS. Estou inteiramente à disposição. E utilize, Ministro; utilize esses profissionais, os agentes de saúde, os agentes de endemia, que com certeza o senhor vai prevenir, e vai gastar melhor, e vai colocar todo sistema para se falar, para se comunicar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra, o Ministro.

O SR. RICARDO BARROS – Eu quero agradecer-lhe, Senador Amorim. De fato, são um exército os agentes comunitários. Precisamos motivá-los para conseguir o melhor fruto do seu trabalho. Por isso a nossa proposta de instrumentalizá-los com acessórios que permitam o seu melhor desempenho e a melhor coleta, pelo Poder Público, do resultado do seu trabalho.

A questão do pessoal é fundamental. Nós sabemos das dificuldades da remuneração, mas também temos que... Na nossa Constituição, foi dado aos servidores da saúde a possibilidade de acumular dois vínculos de serviço público, de relação com o Estado. Então isso que lá, anos atrás, propalou-se como uma conquista, hoje se verifica como um problema, porque evidentemente a pessoa acaba tendo um excesso de carga horária e nem sempre a disposição necessária para o cumprimento dessa...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Quando são dois, não é, Ministro?

O SR. RICARDO BARROS – Não. Dois no serviço público; dois vínculos de serviço público, fora os demais. Os médicos principalmente: 60% deles têm, em média, três vínculos; e os profissionais de saúde também normalmente têm dois ou mais vínculos, porque se deu essa oportunidade e é uma prática usual.

Eu quero fazer uma observação sobre a questão da lei, que foi aprovada agora recentemente e sancionada pela Presidente Dilma, que fala que as gestantes e lactantes não podem trabalhar em local insalubre. Então isso afeta diretamente a área da saúde, na medida em que o tempo de afastamento dessas funcionárias será maior no regime CLT, e isso impactará o custo da estrutura de saúde – não a dos servidores públicos, com regime próprio.

E também quero lembrar que há um projeto hoje, na CCJ – a PEC nº 46 –, que trata dos consórcios de saúde, que também está tramitando, que seria uma solução importante para o Ministério.

Nós queremos novamente agradecer a oportunidade da interlocução ao Senador Lobão, que presidiu a sessão, a todos os Senadores que participaram; e queremos convocar a nossa população para que cuide da sua saúde.

Melhor do que ser muito bem atendido em um posto de saúde é não precisar ir ao posto de saúde. Então, exercício físico, alimentação saudável; tabagismo – deixem de fumar –, alcoolismo – excesso de álcool não ajuda a saúde. Então é preciso que nós convoquemos a nossa população para cuidar da sua saúde, para combater o mosquito, porque só os agentes públicos não vão combater o mosquito. É preciso que cada cidadão cuide do seu espaço. E vamos, assim, poder avançar e preparar o nosso País para um futuro melhor, com brasileiros melhores, mais preparados, mais qualificados.

Ainda ontem, tivemos aqui o seminário da Lei Geral da Primeira Infância, que é fundamental, porque a criança forma sua capacidade de aprendizagem, seu caráter, sua estrutura de capacidade intelectual nos primeiros anos de vida. Então é nessa idade que o Estado tem que cuidar mais das crianças, porque é ali que eles poderão ter ou não a capacidade de aprender mais durante a sua vida e, portanto, serem cidadãos mais produtivos.

Então reafirmamos o nosso compromisso com o SUS, o nosso compromisso com a saúde como um todo – a universalidade, a integralidade –, mas também o nosso compromisso com a gestão, com um esforço para que a qualidade do serviço público de saúde que pode ser prestado seja a nossa grande meta.

É inevitável que as limitações orçamentárias não nos permitam fazer tudo que gostaríamos, mas o que pudermos fazer bem feito; com os recursos orçamentários que temos, nós faremos – e faremos melhor com os recursos que já temos. Esse é o desafio, e agradeço a oportunidade da interlocução com os Srs. Senadores.



O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sr. Ministro, nós temos a participação popular também. Recebemos duas perguntas da Srª Célia Brasileiro de Souza, do Acre; recebemos mais uma de Maria da Conceição da Fonseca; e três perguntas do Sr. Fabio Gomes, do Distrito Federal. Se V. Exª puder respondê-las por escrito a eles todos...

Louvo o depoimento de V. Exª, a sinceridade com que traçou a orientação da sua administração do Ministério da Saúde. E esta Comissão se coloca à sua disposição para qualquer necessidade que possa ter.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)



ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE JULHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO NÚMERO 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta minutos, do dia treze de julho de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência o Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores, Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Eduardo Lopes, Elmano Férrer, José Pimentel, Vicentinho Alves e das Senadoras, Angela Portela, Ana Amélia, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Registra presença o Deputado Adail Carneiro. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações: Ofício nº 32, de 2015, da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Santa Catarina; Moção de Apelo 101, de 2016, da Câmara Municipal de São Carlos, São Paulo; Ofício nº 81, de 2016, da Câmara Municipal de Maribondo, Alagoas; Ofício nº 878, de 2016, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com requerimento da Comissão do Trabalho da Previdência e Assistência Social solicitando discussão sobre pacto regulatório da mineração e o respeito aos direitos das populações atingidas, dos trabalhadores e do meio ambiente; Ofício nº 50, de 2016, da Câmara Municipal de Guaraciaba, Santa Catarina; Ofício nº 44, de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Erechim, Rio Grande do Sul; Moção de Apelo nº 77, de 2016, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, pela flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal; Ofício nº 748, de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, que encaminha Requerimento solicitando ao Congresso Nacional que indique a médica paraibana Adriana Melo ao Prêmio Nobel de Medicina no ano de 2016, por suas pesquisas que ligaram os casos de microcefalia ao vírus da zika; Ofício nº 291, de 2016, da Prefeitura Municipal de Estância Balneária de Ubatuba, em São Paulo; Ofício nº 369, de 2016, da Câmara Municipal de Mauá, São Paulo; Ofício nº 413, de 2016, da Associação Nacional de Serviços Municipais de Saneamento que, em assembleia nacional, aprovou recomendações e submete a esta Comissão; Ofício nº 84, de 2016, da Câmara Municipal de Curitiba, Santa Catarina, sobre o Programa Mais Médicos. Informo que os referidos documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores na Secretaria desta Comissão para consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da Pauta. Item 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015 - não terminativo - Autoria: Deputado Onyx Lorenzoni. Regulamenta a profissão de protesista/ortesta ortopédico. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Relatoria: Senador Otto Alencar. Item 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2015 - não terminativo - Autoria: Deputado Giovani Cherini. Altera a Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regulamenta a profissão do corretor de seguros. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2015, e das 2(duas) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2015, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. Item 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2015 - não terminativo - Autoria: Deputado Adail Carneiro. Regulamenta a profissão de corretor de moda. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2015. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2015. Item 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2015 - não terminativo - Altera as Leis nºs 11.350, de 5 de outubro de 2006, e 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Autoria: Deputado André Moura. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2015. Resultado: Durante a leitura do Relatório, o relator, Senador Flexa Ribeiro, apresenta uma Emenda de Redação ao Projeto. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2015, com a Emenda de Redação nº 1-CAS. Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2011 - terminativo - Dispõe sobre o exercício da profissão de Agente de Turismo. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora, para reexame do Relatório. Item 6 - Extrapauta: Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 24 de 2016. Autoria: Senadora Marta Suplicy. "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a regulamentação de profissões. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ministro de Estado do Trabalho, Senhor Ronaldo Nogueira; 2. Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Henrique Meirelles, ou representante. Resultado: Aprovado. Item 7 - Extrapauta: Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 25, de 2016. Autoria: Senador Paulo Paim. "Com fundamento regimental, em aditamento ao RAS 20/2016, requeiro para que essa Reunião seja conjunta com a Comissão de Direitos Humanos – CDH. Item - 8



– Extrapauta: Minuta de Requerimento nº, de 2016. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. “Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2015, que ‘Altera as Leis nºs 11.350, de 5 de outubro de 2006, e 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias’”. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado.

Item 9 – Extrapauta: Minuta de Requerimento nº, de 2016. Autoria: Senadora Lúcia Vânia. “Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2015, que ‘Regulamenta a profissão de corretor de moda.’”. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado. Usam da palavra os Senadores, Paulo Paim, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer, e as Senadoras, Angela Portela, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações:

- Ofício da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Santa Catarina;
- Moção de Apelo da Câmara Municipal de São Carlos, São Paulo;
- Ofício à Câmara Municipal de Maribondo, Alagoas;
- Ofício da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- Requerimento da Comissão do Trabalho da Previdência e Assistência Social solicitando discussão sobre pacto regulatório da mineração e o respeito aos direitos das populações atingidas, dos trabalhadores e do meio ambiente;

- Ofício da Câmara Municipal de Guaraciaba, Santa Catarina;
- Ofício nº 44 da Câmara Municipal de Vereadores de Erechim, no Rio Grande do Sul;
- Moção de Apelo da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, pela flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Ofício da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, que encaminha requerimento solicitando ao Congresso Nacional que indique a médica paraibana Adriana Melo ao Prêmio Nobel de Medicina no ano de 2016, por suas pesquisas que ligaram os casos de microcefalia ao vírus da zika;
- Ofício da Prefeitura Municipal de Estância Balneária de Ubatuba, em São Paulo;
- Ofício da Câmara Municipal de Mauá, São Paulo;
- Ofício da Associação Nacional de Serviços Municipais de Saneamento que, em assembleia nacional, aprovou diversas recomendações e submete a esta Comissão;
- Ofício da Câmara Municipal de Curitiba, Santa Catarina, sobre o Programa Mais Médicos.

Informo que os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para consultas que se fizerem necessárias.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, durante o primeiro semestre deste ano, deliberamos em votações neste plenário sobre 57 projetos, realizamos 23 reuniões e 4 audiências públicas.

A Comissão ouviu, recentemente, o Sr. Ministro da Saúde, dia 7 de julho, quando foi realizado um debate com o Dr. Ricardo Barros sobre as prioridades da Pasta, Sistema Único de Saúde, gestão pública e limite de gastos.

Os Senadores debateram um projeto que trata de ambiente do trabalho. No começo de junho, foram debatidas as condições de trabalho para o empregado e deveres do empregador, para instruir o Projeto de Lei do Senado 220, de 2014.

Houve discussão e alteração de novos prazos para registro de medicamentos e uma série de outras providências e projetos aqui examinados que foram apreciados durante o primeiro semestre deste ano.

Começaremos pelo Item 2, enquanto aguardamos o Relator do Item 1.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 155, de 2015
- Não terminativo -



Altera a Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regulamenta a profissão do corretor de seguros.

Autoria: Deputado Giovani Cherini

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2015, e das 2(duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Flexa ribeiro para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Edison Lobão, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, o PLC nº 155, de 2015, do Deputado Giovani Cherini, altera a Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, para disciplinar as atribuições do corretor de seguros.

O projeto elenca as funções do profissional, normatiza o seu registro no órgão fiscalizador, traça regras para o pagamento das comissões decorrentes das operações realizadas pelo trabalhador, além de traçar os parâmetros para a responsabilização do corretor pelos atos praticados no exercício da função.

O projeto foi distribuído à CAS. Não houve a apresentação de emendas.

Análise, Sr. Presidente.

A disciplina da matéria é de competência legislativa da União e se inclui entre as atribuições do Congresso Nacional.

Não se trata, ainda, de questão cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, motivo pelo qual aos Parlamentares é franqueada a iniciativa legislativa sobre a matéria.

Em relação ao mérito, a proposição altera diversos dispositivos da Lei nº 4.594, de 29 de setembro de 1964, que regulamenta a profissão de corretor de seguros.

Em face disso, proceder-se-á ao seu exame, tomando-se por base cada um dos dispositivos por ela modificado.

O art. 1º da citada lei, na forma do art. 1º do PLC nº 155, de 2015, foi mudado para especificar as atribuições do profissional em foco.

Nos incisos que se busca inserir, a proposição dispõe que são atribuições do mencionado corretor:

I – identificar o risco da operação a ser realizada;

II – recomendar as providências necessárias à contratação do seguro;

III – identificar a modalidade de seguro que melhor atenda às necessidades do consumidor;

IV – identificar e recomendar a seguradora a firmar o contrato com o consumidor;

V – dar assistência ao segurado na negociação e na execução do contrato de seguro; e

VI – dar assistência ao segurado na renovação do contrato de seguro.

Percebe-se que o rol de atribuições consiste, em síntese, na intermediação do contrato entre o consumidor e a seguradora, garantindo ao primeiro a satisfação da pretensão que o motiva a se vincular à segunda.

A proposição não extrapola as atribuições inerentes ao corretor de seguros, inexistindo, assim, qualquer vício que a macule.

No mesmo art. 1º há a inserção de um §2º, que veda ao corretor a participação nos resultados financeiros obtidos pela seguradora, para garantir a independência funcional do trabalhador e permitir a escolha da seguradora que melhor atenda aos interesses do consumidor. Em face disso, louvável a sua inserção no projeto.

Os arts. 2º e 3º da Lei nº 4.594, de 1964, na forma do art. 1º do PLC nº 155, de 2015, apenas realizam adequação terminológica, motivo pelo qual não se verificam quaisquer óbices.

Em relação ao art. 4º, há a revogação da alínea “b” do dispositivo em comento, que permitia aos corretores que estivessem exercendo a profissão anteriormente à vigência do diploma de 1964 que continuassem a fazê-lo. A sua revogação não traz qualquer prejuízo aos corretores de seguros.

As modificações propostas aos arts. 5º e 10 vedam ao corretor que não pagar a contribuição sindical obrigatória o exercício da sua profissão.

Trata-se de providência manifestamente inconstitucional, porque a Carta Magna só somente permite que se restrinja o livre exercício de qualquer profissão quando o interesse da sociedade assim o exigir.

A mencionada contribuição destina-se, tão somente, ao custeio do sistema sindical brasileiro (único país que mantém a sua cobrança), não havendo, assim, qualquer interesse indisponível da sociedade a ser tutelado pelo mencionado tributo.

Em face disso, impedir que o corretor em débito exerça a sua atividade milita contra a liberdade de trabalho. Portanto, não se recomenda a aprovação das alterações nos referidos arts. 5º e 10.



O art. 6º determina que o órgão fiscalizador de seguros não poderá habilitar novamente como corretor, pelo prazo de cinco anos, o profissional cujo registro tenha sido cancelado.

Trata-se providência que adapta o art. 6º ao disposto no art. 5º, XLVII, “b”, da Carta Magna que veda a atribuição de caráter perpétuo a qualquer pena, motivo pelo qual a sua inserção no ordenamento jurídico nacional é recomendada.

O art. 7º visa a disciplinar o registro profissional do corretor de seguros.

Sucedee que a matéria se encontra minuciosamente sistematizada pela Susep, motivo pelo qual não se recomenda a aprovação do dispositivo.

Quanto aos arts. 11 e 12, não há óbice às respectivas aprovações, por apenas realizarem adaptações terminológicas no diploma de 1964.

Em relação ao art. 13, algumas considerações merecem ser tecidas.

No §3º consta o seguinte:

§3º– Nos casos de cancelamento da apólice ou de devolução do prêmio, a comissão paga ou adiantada pela seguradora ao corretor de seguros deverá ser por ele restituída, proporcionalmente ao valor devolvido ou não recebido pela seguradora.

O parágrafo determina a devolução da comissão percebida pelo corretor que concluiu com sucesso a intermediação inerente à sua profissão, caso haja o cancelamento da apólice ou a devolução do prêmio.

Os mencionados eventos constituem riscos inerentes à atividade de qualquer seguradora, que não os pode transferir ao trabalhador.

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) veda ao tomador dos serviços estornar as comissões percebidas pelo vendedor, caso a operação seja cancelada pelo comprador, ao fundamento de que os riscos do empreendimento devem ser suportados pelo empresário, e não pelo trabalhador (subordinado ou não).

Por se tratar de situação análoga à do corretor de seguros, sugere-se, com base na jurisprudência do TST, a rejeição do parágrafo.

No mais, não há qualquer óbice à aprovação do dispositivo que, em seu §4º, veda que se atribua ao corretor os custos administrativos da operação intermediada, medida que, de maneira justa, protege o trabalhador.

Em relação aos arts. 14, 16, 19 e 21, por realizarem adequações terminológicas ao diploma de 1964, inexistente óbice às respectivas aprovações.

No tocante ao art. 22, há apenas um reparo. Consiste na menção de que a pena de multa será aplicada ao corretor que infringir o disposto nos arts. 16 e 17.

A necessidade de tal alteração reside na circunstância de que o art. 22, na forma como redigido na proposição, não determina quais são as condutas passíveis de ensejar a aplicação da cominação pecuniária.

A ausência da determinação inviabiliza a incidência da penalidade de suspensão (prevista no art. 23), já que esta somente será aplicável quando não for a hipótese de multa ou cassação de registro (esse somente possível em caso de condenação transitada em julgado pelo cometimento de crime ligado ao exercício da corretagem de seguros).

Sem a especificação das condutas passíveis de multa, as duas normas (dos arts. 22 e 23) carecem das respectivas hipóteses de incidência, tornando-se, então, letras mortas.

Por isso, sugere-se, em relação ao art. 22, que se retorne à redação original do diploma de 1964. Com isso, necessária a sua exclusão da proposição em foco.

Em relação aos arts. 27 e 28, por realizarem adequações terminológicas, inexistente óbice às respectivas aprovações.

Quanto às revogações previstas no art. 3º da proposição, elas visam, tão somente, a adaptar o diploma de 1964 às alterações do PLC, não havendo, pois, qualquer vício. Por isso, verifica-se que a ementa não especifica qual seria o objeto da proposição. Trata-se de ementa cega, vedada Lei Complementar nº 95.

Recomenda-se, assim, a modificação a ementa, a fim de se especificar que a alteração promovida pelo PLC nº 155, de 2015, incide sobre as atribuições do corretor de seguros.

Voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 155, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - (CAS)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2015, a seguinte redação:

Altera a Lei 4.594, de 29 de dezembro de 1964, para disciplinar as atribuições do corretor de seguros.

E a segunda Emenda:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2015, a seguinte redação:



E aí vêm as alterações, Sr. Presidente, de todos esses artigos que foram expostos no parecer e que estão discriminados exatamente nessa Emenda da CAS de nº 2, que propõe a aprovação dos artigos que foram aqui citados no parecer e a desaprovação também de outros artigos que foram explicitados no parecer.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

Não havendo...

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, é um projeto complexo, que está regulamentando uma profissão antiga...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ela está regulamentada. O projeto de lei do Deputado Giovani faz só ajustes, adaptações na lei que regulamenta a profissão de corretor; inclusive, algumas dessas emendas são só de correção, de redação, há outra que não permite à seguradora cobrar do corretor de volta...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só um minutinho, Flexa.

Ela não é terminativa aqui, na CAS, não é?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, não é.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ela vai para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não é terminativa.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não é terminativa, não é?

Então, há tempo de, durante o processo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Fazer a revisão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É que são tantos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É longo, é longo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ...projetos, estamos ficando aqui que todas as carreiras querem regulamentar, e são milhares.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, essa já está regulamentada.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sim, essa é diferente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É diferente, é só ajuste.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É, mas o Senador Moka aborda um tema interessante. Todas as carreiras...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ...estão hoje desejosas de uma regulamentação. Esta Presidência até tentou constituir uma subcomissão com o objetivo de examinar todos os projetos, consolidá-los, no que diz respeito à regulamentação de novas profissões.

Já ouvirei V. Ex^a.

Até o momento, a Comissão não produziu o seu trabalho, mas tenho esperança de que o faça.

A SR^a MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy. Em seguida, ouviremos o Senador Paulo Paim.

Senadora.

A SR^a MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Presidente, estávamos aqui comentando que não foi a primeira vez. Esta Comissão, reiteradas vezes, está regulamentando profissões. Não temos nada contra regulamentação, achamos até que é extremamente positivo, dependendo da profissão, mas sabemos que regulamentamos e, depois, o Ministério do Trabalho não encaminha nada disso.

Então, estou fazendo, agora – pedi para fazer no gabinete – um requerimento convidando o Ministro do Trabalho, para que possamos, pelo menos, escutá-lo sobre a posição do Ministério.

Conversando com os colegas, concluímos que poderíamos suspender – hoje nós fazemos o que temos aqui para votar – essas regulamentações, até termos uma ideia de onde se caminha. Porque, senão, vai acumulando um monte de papel, e sabemos que as pessoas ficam animadas, parece que está caminhando, mas as coisas não são elaboradas nem estudadas como deveriam ser para serem regulamentadas.

Então, temos que ter uma orientação. Como a Comissão não está caminhando – e é até compreensível, porque estamos tão assoberbados de comissões e trabalhos –, pelo menos uma palavra, uma orientação do Ministro do Trabalho pode nos ajudar a não ficarmos discutindo projetos que sabemos que depois dificilmente vamos conseguir sucesso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.



O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só para esclarecer aos meus pares. A regulamentação da profissão de corretor de seguros ocorreu pela Lei nº 4.594, de 1964. Ela foi regulamentada em 1964.

O projeto do Deputado Giovani só faz adaptar essa regulamentação aos dias de hoje, inclusive com proteção ao trabalhador.

Como a regulamentação é extensa, são vários artigos, no parecer foi feita menção a cada um deles, uns que o Relator achava por bem aprovar, outros rejeitar.

Agora, a Senadora Marta e o Senador Moka têm toda razão quando falam que temos, ao longo desse tempo, promovido a regulamentação de várias profissões, algumas que deveriam realmente ser regulamentadas, outras em que há alguma dúvida em relação a isso. Mas eu quero citar aqui, Senadora Marta – e comentava com o Senador Moka – que a profissão mais antiga do mundo, que é a de médico, não é regulamentada até hoje. Quer dizer, estamos vindo de trás para frente.

Já tentamos até uma discussão longa aqui com o projeto que foi denominado de ato médico. A Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lúcia Vânia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... Lúcia Vânia foi a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu leio os pensamentos de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado.

A Senadora Lúcia Vânia foi a Relatora, nós chegamos a aprovar, e ele foi vetado pelo Presidente.

Então, continua sem regulamentação. Eu acho que essa seria uma profissão, Presidente, cuja discussão sobre a regulamentação V. Ex^a, como Presidente, poderia provocar.

É importante que isso seja feito, até porque, como eu disse, se estamos regulamentando todo tipo de profissão, não podemos deixar de regulamentar a profissão mais antiga de que se tem conhecimento, que é a de médico.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, embora eu seja médico, não tenho absolutamente nada. Eu tenho uma proposta a V. Ex^a e à Comissão: os projetos que estão aqui estão com pareceres. A minha proposta discutir e votar os projetos que estão aqui.

E vamos estabelecer, daqui para frente, que tenhamos essa norma para não frustrar as pessoas que estão aqui, até porque seríamos incoerentes pois várias outras profissões não tão diferentes. Esse não é o caso do projeto do Senador Flexa Ribeiro porque essa é uma profissão antiga, a de corretor, seriam apenas modificações. Na verdade, é uma modernização, pelo que entendi aqui.

Então, a gente aprovaria as profissões que estão aqui, claro. Não teríamos resistência para aprovar. Quem vai dizer se aprova ou não, são os votos dos Senadores. E, a partir de então, teríamos aqui ou uma regulamentação do Ministro do Trabalho junto com o Ministro da Previdência, porque o que está havendo, e vou prevenir os interessados, é que essas profissões estão sendo aprovadas nas comissões, mas estão sendo sistematicamente vetadas. Assim, passa-se a impressão de que estão avançando, como disse a Senadora Marta Suplicy, mas na verdade não conseguem lograr o êxito porque não conseguem ser regulamentadas; invariavelmente são vetados com o parecer do Ministério do Trabalho e da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, bem rápido. Concordo com toda a linha de atuação que está sendo aqui colocada por todos que falaram. Só quero destacar que o Deputado Giovani Cherini foi Presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul. É um trabalhista convicto. Por isso, Senador Flexa, tenho certeza de que o projeto dele vem do lado do trabalhador. É uma lei que já está regulamentada.

Concordo plenamente com tudo que foi colocado. Votaríamos os projetos que estão aqui hoje. E, com essa audiência solicitada pela Senadora, faríamos o debate com o Ministro no momento adequado.

Sou totalmente favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Senadora Marta Suplicy propõe que se ouça a opinião do Ministro do Trabalho.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – E do Ministro da Previdência, que agora está junto com da Fazenda. Que venha o Secretário da Previdência também junto, porque os dois são fundamentais para que possamos entender qual é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Poderíamos convidar os dois Ministros para uma audiência pública, quando abordaríamos esse tema nesta Comissão.

Enquanto isso, não se apreciará mais nenhum projeto de regulamentação de profissão, até que tenhamos uma conclusão a esse propósito.

Encerrada a discussão em torno do Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2015, que regulamenta a profissão do corretor de seguros, passaremos à votação do relatório.



As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Flexa Ribeiro permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 155, com as Emendas nºs 1 e 2 da CAS.

A matéria vai a Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu pediria a V. Ex^a, ouvido o Plenário e com a concordância da Senadora Marta, que é a Relatora do item 3, que pudéssemos fazer uma inversão de pauta para que eu possa relatar o item 4. Eu estou em uma reunião no gabinete sobre as condicionantes da Usina de Belo Monte com o Ibama, Ministério Público, Norte Energia, prefeito de Altamira e dos outros Municípios, e eu precisava retornar à reunião. Pediria, ouvido o Plenário, que se pudesse fazer a inversão.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Debulhadas as razões fundamentais do Senador Flexa Ribeiro, ouço a Senadora Marta Suplicy sobre o pedido de inversão.

A SR^a MARTA SUP LICY (PMDB - SP) – Não, eu não tenho nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nada a opor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então votaremos o item nº 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 210, de 2015

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 11.350, de 5 de outubro de 2006, e 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Autoria: Deputado Andre Moura

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2015.

Observações:

- Em 10.05.2016, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Votação simbólica.

Nós temos presentes aqui a esta reunião representantes da Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, que acompanham a votação do projeto do seu interesse. Sejam bem-vindos!

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, para a leitura do seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Edison Lobão, Sras Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2015, do Deputado Andre Moura, propõe alterações nas Leis nº 11.350, de 2006, e nº 11.977, de 2009, para dispor sobre benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, duas profissões, Presidente, Senador Edison Lobão, da maior importância.

Os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias são os profissionais que fazem a saúde preventiva, que vão de casa em casa, fazendo o atendimento inicial das pessoas e detectando, no início, doenças que, ao não serem identificadas previamente, podem levar a situações de doenças graves, até levando a óbito, como é o caso do diabetes. Se ele é detectado, ele tem um tratamento de atendimento que o mantém estável, mas, se não for, vai levar a um problema renal, à máquina de hemodiálise, e, lamentavelmente, a óbito.

Da mesma maneira, a pressão arterial, se não for detectada, leva à morte. Então, esse trabalho, não só dos agentes de saúde, mas das endemias, é da maior importância.

O projeto traz alguns benefícios trabalhistas e previdenciários. A profissão, anteriormente a 2006, não era regulamentada. Então, os agentes de saúde eram contratados pelas prefeituras sem nenhum vínculo com a Previdência. Eles não eram concursados, não tinham uma legalização na lei trabalhista.



A Lei Federal nº11.350, de 2006, que regulamentou a profissão, pela Emenda à Constituição nº 51, de 14 fevereiro de 2003, surgiu para sanar a injustiça com esses profissionais. Muito embora seja a base da saúde preventiva do SUS, possui vínculos precários de trabalho e quase nenhum direito trabalhista. Essa realidade vem, aos poucos, sendo regularizada através da aplicação dessas leis.

O que propõe esse projeto? Ele propõe, no seu art. 1º, que os cursos técnicos de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias poderão ser financiados pelo Fundo Nacional de Saúde. Então, hoje esses agentes podem se matricular num curso de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias e ter o financiamento pelo Fundo Nacional de Saúde dessa qualificação, da melhoria da qualificação profissional.

Só será financiado, conforme regulamento, mediante aprovação do projeto pedagógico apresentado pelas instituições de ensino habilitadas, as quais, por sua vez, serão desenvolvidas conforme o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ou seja, não é qualquer curso que terá o financiamento, terá que ser habilitado, inclusive, pelo próprio MEC.

Estabelece ainda que os agentes que não tiverem concluído o Ensino Médio serão incluídos em programas que ampliam a escolaridade e ofereçam profissionalização. Esse aí não terá o financiamento do Fundo Nacional de Saúde, só o de qualificação para agentes de saúde e de endemias.

Nesse caso, matriculados nesses cursos, com financiamento ou não do Fundo Nacional de Saúde, o agente terá direito a uma ajuda de custo ao transporte escolar. Ele não ficará liberado do seu trabalho, ele continuará exercendo o seu trabalho e fará a sua qualificação profissional no horário fora do expediente de trabalho. Só terá, pelo projeto, o benefício de ter o custo dessa qualificação financiado pelo Fundo Nacional de Saúde e direito à ajuda de custo para o transporte escolar. Esse é o art. 1º.

O art. 2º dá, ao agente de saúde e de endemias, uma proteção nesse tempo em que ele estava na atividade de agente de saúde ou de endemias, e não contou tempo para a sua aposentadoria, que foi de janeiro de 1991 a dezembro de 2006. Então, esse projeto dá direito a esses agentes de contarem esse tempo para a sua aposentadoria, desde que tenham feito a contribuição ou façam a contribuição retroativa para ter direito à aposentadoria pela Previdência.

Eles têm que fazer jus à aposentadoria desde que façam a contribuição que deveriam ter feito. Se o fizeram, basta comprovar. Se não fizeram, terão que fazê-lo. E eles terão que comprovar que estavam exercendo essa profissão, que possuíam vínculos precários de trabalho, mas terão o direito. Eles terão que comprovar que, nesse período de 1991 a 2006, efetivamente exerciam essa atividade.

E o art. 3º estipula que o exercício de trabalho de forma habitual e permanente em condições insalubres, acima do limite de tolerância estabelecido pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério da Previdência Social, assegura a percepção de adicional de insalubridade, calculado sobre o vencimento ou salário base, nos termos da CLT e da legislação específica, quando submetidos a vínculos...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Atenção, vamos restabelecer a energia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Acho que dá para ler, Presidente, nós estamos com som.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Então, faça a leitura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... de outra natureza.

O art. 4º, e último, confere prioridade de atendimento aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias no Programa Minha Casa, Minha Vida. Isso se justifica porque o agente comunitário de saúde e de endemias, obrigatoriamente, tem que residir no ambiente em que ele exerce a sua atividade. Então, ele, se não tiver residência no local onde exerce a atividade, vai ter que ele alugar um imóvel. Aqui dá a prioridade, no Programa Minha Casa, Minha Vida, a esses agentes de saúde e de endemias para que eles possam ser contemplados com uma unidade habitacional.

Então, são quatro artigos, como relatei aqui, que garantem: primeiro, a requalificação deles com o financiamento do Fundo Nacional de Saúde e direito ao transporte escolar; segundo, direito ao tempo de serviço para aposentadoria, entre 1991 e 2006, desde que comprovado o vínculo na atividade e desde que feito o recolhimento à Previdência nesse tempo, entre 1991 e 2006; terceiro, o direito ao pagamento da insalubridade pelas atividades que eles exercem – eles vão fazer as visitas e podem ter contato com doenças transmissíveis – mas essa insalubridade terá que ser estabelecida pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social para que seja conferida.

E, por último, a prioridade no atendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida. Esse é o voto com parecer favorável pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 210 com uma emenda de redação, Presidente.

No art. 9º, § 2º, que seja excluído do texto o termo “ao devido”.



§2º – Todo o tempo de contribuição prestado nas condições dispostas no § 1º será considerado para fins previdenciários, independentemente da forma de vínculo empregatício, desde que vinculada à formalização do efetuado [aqui, ao nosso juízo, o que confunde a redação e está a mais a expressão “ao devido”. A proposta é retirar o termo “ao devido”] recolhimento da contribuição previdenciária [...]

Ou seja, só terá direito ao tempo de trabalho para aposentadoria se for feito o recolhimento da contribuição previdenciária, nesse período que não estava regulamentado na profissão.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É uma emenda de redação?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É uma emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão. *(Pausa.)*

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Quero comentar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Marta Supply.

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Primeiro, quero dizer que esse projeto é extremamente benéfico, porque o aumento da qualificação da escolaridade deve ser sempre objetivo permanente de um país.

E o agente de saúde é tudo de bom; o agente de saúde vai em casa, ele previne doenças. E realmente, pude ver, inclusive como prefeita de São Paulo, a diferença no volume de doenças crônicas, como foram bem tratadas, diminuíram a chegada em hospitais. E hoje, por acaso, estava vendo televisão, de manhã, e estava o Secretário de Saúde falando exatamente sobre o Programa de Saúde da Família. E a notícia era muito boa, porque ele disse que está abrindo uma linha, não sei se chamaria de linha de crédito, não sei bem, mas que financiaria todos os Municípios que quisessem ou implantar, ou aumentar o programa de Saúde da Família.

Isso me pareceu a melhor notícia para a saúde dos últimos tempos, porque realmente tenho enorme apreço pelo resultado que o Programa de Saúde da Família tem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, quero só cumprimentar os agentes de saúde, cumprimentar o autor e o relator. E é mais do que justo, inclusive o que agora vai constar na lei.

Esses trabalhadores, Sr. Presidente, são expostos a áreas insalubres, perigosas e penosas. Pelo menos aqui fica claro que eles terão direito ao adicional de insalubridade e, conseqüentemente, abrindo as portas para eles, com muita justiça, para as aposentadorias especiais.

Meus cumprimentos ao autor, ao Relator.

Voto, com muita convicção de que esse projeto só faz justiça a esses trabalhadores. *(Palmas.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, acompanhei o trabalho dos agentes comunitários de saúde quando eles ainda não tinham vínculo nenhum, eles eram contratados e não existia vínculo. Foi uma luta, primeiro, para realizar isso e os agentes comunitários de saúde pudessem ter esse vínculo. E agora estou vendo que a legislação dá condições realmente, nivela.

E é, sem dúvida nenhuma, uma das formas de você fazer medicina preventiva. Detectam-se doenças e, mais do que isso, atende-se famílias que precisam ser atendidas. Esses surtos de dengue, de todas essas doenças, chikungunya, zika, para todas elas basta qualificar e dar condições e eles fazem um trabalho magnífico.

Então, achei que, tanto o autor, como o nosso grande Senador Flexa Ribeiro, foram muito felizes ao propor. Esse é um daqueles projetos que a gente realmente tem gosto de votar. É uma coisa que realmente vai fazer avançar. Você avança com isso.

Então, meu voto, parabenizando o autor e o relator, é “sim”, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Sr. Presidente, depois...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Lúcia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria também aqui de cumprimentar o autor do projeto, André Moura, que teve a brilhante iniciativa de propor um projeto de tamanha envergadura.

Cumprimento o Relator, Senador Flexa Ribeiro, e cumprimento principalmente os agentes comunitários de saúde, que têm, ao longo do tempo, buscado aprimorar a legislação, que dê amparo a este trabalho de fundamental importância.

Temos aqui presente a líder do movimento, desde o início, a Ruth Brilhante, que tem sido incansável, uma batalhadora em favor dos agentes comunitários de saúde no sentido de ver reconhecido esse trabalho, aqui no Congresso Nacional, e fazer jus ao que a gente observa nos Municípios e nas capitais do nosso País.

É um trabalho, sem dúvida nenhuma, maravilhoso, um trabalho humanitário, um trabalho que previne inúmeras doenças, que poderiam levar à morte se não fossem olhadas no tempo correto.



Portanto, quero aqui cumprimentar a todas elas, em nome da Ruth Brilhante, que é do meu Estado, Estado de Goiás, e dizer que fico muito feliz de ter acompanhado, desde o início, a regulamentação da profissão até as demais conquistas que foram realizadas.

Deixo aqui um abraço e quero cumprimentar o Deputado Raimundo, que está conosco aqui e que tem sido, ao longo do tempo, um grande batalhador em favor das agentes comunitárias de saúde no nosso Estado, aliás, no nosso País,

Ele foi o autor da PEC que regulamentou a profissão e tem acompanhado *pari passu* todas as conquistas que têm sido realizadas nessa direção.

Ao Deputado Raimundo e a outros Deputados que também trabalharam, os nossos cumprimentos – extensivos também a todas as agentes comunitárias de saúde que estão aqui.

Muito obrigada. (*Palmas.*) **A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, na mesma direção dos oradores que me antecederam, dos colegas que me antecederam, quero saudar o autor dessa proposta, que aponta na direção do fortalecimento do trabalho e dos direitos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate à endemia, saudar a representante desse movimento, que tem sido um movimento presente no Congresso Nacional na luta pelos seus direitos.

Tivemos Parlamentares que se destacaram antes também na conquista desses direitos. Eu quero destacar, por exemplo, o papel, ainda na Câmara dos Deputados, do Senador Walter Pinheiro, do Senador Paulo Paim e tantos outros que, como Deputados lá atrás, Deputado Raimundo, Moka, lutaram para que pudesse haver uma regulamentação da profissão, o reconhecimento da profissão.

E quero destacar que essas duas categorias fortalecem uma visão de saúde pública em nosso País: a da prevenção, do contato direto com a comunidade. Esse projeto, além de estender direitos, também avança no sentido de dar direito, um tratamento especial, prioritário no que diz respeito ao Programa Minha Casa, Minha Vida, buscando, portanto, ampliar o nível de proteção social dessa categoria.

E eu quero saudar tanto Ruth Brilhante, quanto Maria Aragão, que está aqui juntamente com outros companheiros da Bahia; saudá-la, saudando todos os agentes de saúde e endemias. Um grande abraço.

Quero saudar também lá meu companheiro também, que não está aqui neste momento: Enádio Careca, que é um companheiro de muita luta lá, na Bahia. (*Palmas.*)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Angela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Também gostaria de parabenizar o autor e o Relator, Senador Flexa Ribeiro, que fez um relatório muito esclarecedor dos benefícios previdenciários e trabalhistas e da capacitação e da formação dos agentes comunitários de saúde e de endemia de todo o Brasil, que, se não me engano, chegam a mais de 400 mil homens e mulheres que trabalham diariamente na atenção básica, na prevenção da saúde do povo brasileiro.

Então, meus parabéns a esses agentes, que fazem a saúde na base, junto às pessoas. Com certeza esse trabalho eficiente que é feito na base, com as famílias, nas casas das pessoas, vai desafogar os hospitais públicos, o atendimento da média e da alta complexidades. É isto que se observa quando Estados e Municípios investem mais na atenção básica: com toda certeza, o hospital, o atendimento mais caro é diminuído.

Parabenizo o Relator pelo relatório, porque prevê o auxílio por insalubridade, direito à aposentadoria, a possibilidade de ter o programa Minha Casa, Minha Vida, já que esse agente precisa estar no bairro, no Município, na região, onde ele vai atender.

Quero parabenizar também o nosso Deputado Raimundo Gomes de Matos, um grande lutador... (*Palmas.*)

...em relação aos nossos agentes comunitários. Participei da sua luta, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Seguridade Social e Família, entre outros Parlamentares que se destacam nessa área, como o nosso Senador Paulo Paim.

Então, parabéns a todos os Parlamentares que atuam no fortalecimento dos agentes comunitários de saúde e endemias

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Sr. Presidente; Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em seguida, ouvirei V. Exª também.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Inscreva-me também, Presidente?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também na mesma linha dos Senadores que nos antecederam, quero congratular-me com esse segmento de agentes de saúde e de endemias, dizendo que estamos resgatando a vida de mais de 258 mil agentes de saúde e ende-



mias no Brasil. Consequentemente, estamos atingindo um universo, se colocarmos a família, de mais de um milhão de pessoas.

No Piauí, são 9 mil agentes de saúde e em torno de 8 mil, de endemias. Conheci o trabalho de todos eles, quando fui Prefeito de Teresina e sei o quanto representam nas ações básicas de saúde, no programa Saúde da Família. Por isso, estamos resgatando uma dívida com este segmento, com essa classe profissional.

Nessa oportunidade, quero congratular-me, no sentido de que temos também, no Piauí, companheiros de Picos, Teresina, Correntes, Campo Maior, nas pessoas da Nilda, do Jorge, Gevaldo, Enia e da Célia. Eles estão aqui testemunhando.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, que, desde o ano passado, vi uma mobilização nacional, uma sensibilização, feita pelas lideranças dessa categoria profissional no Congresso Nacional. Vejo o coroamento de um esforço realizado por esse segmento aqui no Congresso Nacional e nos próprios Estados.

Portanto, congratulo-me com o Senador Flexa Ribeiro pela relatoria e com o Deputado André Moura, que teve a iniciativa de apresentar esse projeto na Câmara dos Deputados.

Então, a nossa Casa e esta Comissão estão de parabéns por reconhecer neste segmento a importância que esses profissionais traduzem nas ações básicas e fundamentais dos programas de saúde do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, quero agradecer aos meus Pares pelo voto de todos, pela aprovação do projeto. Quero parabenizar a todos os agentes comunitários de saúde e de endemias pelo trabalho que realizam, fundamental.

Penso que a saúde, no Brasil, está na UTI, em situação caótica, mas temos que começar a corrigir essa situação pela saúde básica, para evitar que as pessoas venham a ter doenças que as obrigam à hospitalização – os hospitais estão todos lotados, é o que se vê.

Então, eles fazem exatamente essa saúde preventiva. Fazem isso de casa em casa, tendo contato com as pessoas, com as famílias, e fazendo a intermediação entre as famílias, quando há necessidade, e a unidade de saúde.

Então, o projeto é de maior justeza. Quero parabenizar o Deputado André Moura e o Deputado Raimundo Matos, que está aqui conosco participando desta sessão... *(Palmas.)*

...da CAS, que foi autor da PEC 51, lá de 2006, que regulamentou a profissão. E quero parabenizar todos os agentes de saúde e de endemias do meu Estado, em nome da Jezabel, que está participando da reunião, e, em nível do Brasil, pela Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, a Presidente, Sr^a Hilda Angélica, e a Sr^a Ruth Brilhante. *(Palmas.)*

E gostaria de pedir a V. Ex^a que ouvisse o Plenário para que nós possamos aprovar a tramitação – o encaminhamento ao plenário – deste projeto em regime de urgência, e para que possamos, também, fechar a Sessão Legislativa deste primeiro semestre, podendo, com acordo de Lideranças, aprovar este projeto na sessão deliberativa de hoje do Senado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu serei breve, Sr. Presidente, mas fiz questão de usar da palavra, primeiro, para cumprimentar os autores do projeto que vem da Câmara dos Deputados, e cumprimento-os através do nosso querido Raimundo Gomes de Matos, que, sem dúvida nenhuma, tem dedicado muito do seu trabalho em defesa dos agentes comunitários de saúde.

Cumprimento toda essa categoria, como disse o nobre Relator, que fez um belíssimo e competente relatório. Essa categoria, na área da saúde, é muito importante, e, infelizmente, o nosso sistema de saúde público não valoriza aquilo que seria essencial e que poderia trazer benefícios superiores àqueles que a gente tem hoje no âmbito da saúde no Brasil, que é investimento na prevenção. E é exatamente isso o que os agentes de comunitários de saúde fazem. São exatamente esses objetivos, como os do Programa Médico de Família e do Programa Mais Médicos.

Enfim, eu gostaria de dizer que eu só lamento muito que a gente precise de manter uma mobilização muito forte em todos os setores, mas, sobretudo, na área de saúde, porque, brevemente, estaremos analisando uma proposta de emenda à Constituição que é danosa para a área de saúde. Se hoje nós reclamamos, Senador Flexa, que a saúde está na UTI, caso seja aprovada a PEC 241 do jeito como foi enviada, desvinculando os recursos da saúde, aí, sim, nós veremos o que será uma crise num setor tão importante e essencial para a vida da nossa gente.

Parabéns aos agentes, que são os verdadeiros responsáveis por essa conquista!



Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senhores....

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, só uma questão: nós tivemos, aqui no Senado, duas oportunidades de fixar em 10% da arrecadação bruta deste País para a saúde, e, nas duas oportunidades, nós não fizemos isso. E não foi por causa deste atual Governo, não. Então, vamos colocar as coisas do jeito que elas são: se a saúde está no caos, ela está no caos também por falta de investimento num sistema que é subvencionado. E os agentes comunitários de saúde fazem um esforço muito grande para evitar as internações e as doenças mais corriqueiras. Essa questão da saúde vem de muito tempo.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Senadores encontram-se presentes, acompanhando os trabalhos desta Comissão, os Srs. Deputados André Moura, Adail Carneiro e Raimundo Gomes de Matos. (*Palmas.*)

Em rigor, todos estão treinando para a possibilidade de se tornarem também Senadores. Oxalá isso aconteça!

Nós temos debatido aqui, nesta Comissão – e acabamos de fazê-lo –, a questão da regulamentação de profissões.

A Senadora Marta Suplicy sugeriu a vinda do Ministro do Trabalho para uma audiência pública, e o Senador Flexa, o Ministro da Previdência. Tomaremos essas providências, mas, quanto a mim, quero dizer que esta é realmente uma profissão que merecia a regulamentação especial e até merece a urgência solicitada pelo Senador Flexa Ribeiro.

São exatamente os agentes aqueles que estão lá, nas distâncias de cada Estado, trabalhando pela saúde do nosso povo. Por consequência, devem eles ter reconhecida também a sua tarefa essencial, e, na medida em que nós regulamentamos a sua profissão, estamos praticando este reconhecimento.

Cumprimento, portanto, a todos os agentes. (*Palmas.*)

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação deste projeto permaneçam como se encontram.

Aprovado. (*Palmas.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2015, com a Emenda de Redação nº 1 da CAS.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A matéria vai à Secretaria da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Consulto o Plenário se aprova a proposta do Senador Flexa Ribeiro de recomendação de urgência para votação em Plenário.

As Sras e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Cumprimento a vocês todos.

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 8

MINUTA DE REQUERIMENTO Nº DE 2016

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2015, que "Altera as Leis nºs 11.350, de 5 de outubro de 2006, e 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias."

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 3.



ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 200, de 2015
- Não terminativo -

Regulamenta a profissão de corretor de moda.

Autoria: Deputado Adail Carneiro

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2015.

Observações:

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy, para proferir a leitura de seu relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada, Presidente.

Este é um projeto do Deputado Adail Carneiro, que regulamenta a profissão de corretor de moda.

É o Projeto nº 200, vindo da Câmara.

O projeto pretende disciplinar a profissão de corretor de moda no âmbito nacional.

De acordo com o projeto, são requisitos para o exercício da profissão, cumulativamente: primeiro, possuir um diploma de conclusão do ensino médio e um diploma de conclusão de curso específico para formação de corretor de moda.

O exercício da profissão será assegurado às pessoas que, independentemente do dispositivo, como ter a conclusão do curso médio e do curso específico, comprovarem o exercício efetivo como corretor de moda no período de até um ano antes da publicação desta lei.

Na Câmara dos Deputados, o projeto tramitou na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O autor argumenta que o comércio de roupas e acessórios, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais, ainda de 2011, envolvia, em todo o País, mais de 365 mil empresas, que geravam 679 mil postos de trabalho e que pagavam R\$9,3 bilhões em salários.

Somando-se a esse mercado a cadeia têxtil e de confecção, com mais de 30 mil empresas em todo o Brasil, teremos um faturamento da ordem de US\$35 bilhões. Em termos de produção média de confecção, estima-se que o País fabrique 9,8 bilhões de peças, entre vestuário, cama, mesa e banho, a cada ano, e é nesse contexto que o corretor de moda atua.

Não recebemos emendas à proposição.

A análise é a de que a regulamentação está no campo temático do Direito do Trabalho. Além disso, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, é facultado iniciar o processo legislativo.

Observando-se esses pressupostos, temos que a proposição original não apresenta vícios de inconstitucionalidade, nem de ilegalidade.

A proposição dialoga com a evolução das profissões, especialmente no segmento do vestuário e da moda, que tem participação econômica relevante em nosso País, como acabei de descrever.

O que faz o corretor de moda? Ele trabalha com a relação de compra entre lojistas e consumidores e revendedores do setor de confecções, acessórios, calçados e bolsas.

Vou dar um exemplo concreto, porque às vezes é difícil entender o que seria o corretor de moda.

Uma pessoa mora num Estado do Nordeste ou do Norte ou do Sul – não importa – e vai a São Paulo para fazer compras. Ele tem uma pequena loja. Essa pequena loja, ele abastece em São Paulo. Lá ele fica perdido, no sentido de que não sabe aonde ir, não sabe o lugar mais seguro de compra, como também não sabe como evitar a pirataria. Ele, muitas vezes, não sabe onde arrumar os melhores preços. E o corretor de moda é a pessoa que vai ajudá-lo, conforme o que lhe interessa comprar, a conseguir um lugar seguro – se for uma compra grande, em que é preciso segurança tanto para o vendedor quanto para o comprador – e os melhores preços. Daí vem a fidelidade a quem é o corretor de moda.

A proposta vai beneficiar mais de 680 mil pessoas em todo o País, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais, e vai garantir direitos a esses profissionais, que oferecem aos compradores ofertas nas fábricas de confecções.

Registre-se que o segmento da moda é um dos mais importantes da economia nacional. Graças à melhor distribuição de renda, à maior percepção da moda e ao crescimento dos números de *shopping centers* no Brasil todo e de polos de moda, o mercado brasileiro alcançou um significativo crescimento na última década.

O País saltou da 7ª posição no *ranking* mundial de consumidores de roupas para o 5º lugar, com US\$42 bilhões em vendas.



Todavia, o crescimento do consumo no mercado da moda no Brasil, associado à globalização de grandes marcas, também tem sido acompanhado do crescimento da pirataria e do contrabando. É nesse contexto que o corretor de moda atua. Mais do que intermediador de relações de compra entre lojistas e consumidores e revendedores, esse profissional atua como um facilitador de trâmites negociais, um conciliador de interesses e, principalmente, um orientador de compras seguras e conscientes.

Para o lojista, a parceria com o corretor de moda traz segurança também na relação com o cliente, em especial com o cliente-revendedor, cujos volumes de compra requerem maiores cuidados no trato financeiro, mas também na logística de despachos.

É óbvio. Você vai lá, faz uma bruta compra, que nunca vai chegar no destino. O corretor é uma segurança de que as coisas chegarão, né?

Para o cliente, o apoio do profissional corretor de moda possibilita a otimização do tempo. É evidente, porque, se eu vou para fazer essas compras, até eu descobrir onde vai estar a melhor oferta para mim, eu vou perder um dia. E nós temos, por exemplo, a 25 de Março, a José Paulino, em São Paulo, que hoje são centros de moda fortíssimos, fortíssimos, fortíssimos. E a maior venda é feita para pessoas de fora da cidade, ou do interior do Estado ou de fora de São Paulo. E eles comentam muito que a... Bom, há estacionamento para 8 mil carros lá agora. É uma coisa impensável. É tão forte esse polo de compras, como Brás e essas regiões, que eles estão pedindo até para serem separados da Subprefeitura Sé, de que eles fazem parte, para serem realmente um polo só de venda de moda. Daí me pareceu relevante esta proposta, porque o número de ofertas é gigantesco. E o apoio desse profissional possibilita mesmo a otimização do tempo, tanto na prospecção e no processo de seleção de peças, quanto nos trâmites legais envolvidos no processo de compra e venda.

Em síntese, o corretor afiança a qualidade dos produtos em oferta e propicia facilidades em caso de trocas ou recompras. Isso também é bom.

Para se ter uma ideia de sua representatividade e importância no mercado interno, o proponente, o Deputado Adail Carneiro, do Ceará, dá um exemplo da sua cidade, Fortaleza, onde se estima que 77% das vendas realizadas no comércio atacadista local contam com a ação profissional de corretores de moda, e assim em demais unidades federadas do nosso País.

Então, é uma profissão que, realmente, embora a gente diga que é nova, ela não é tão nova, mas ela hoje tem um número de pessoas que já permite fazer essa regulamentação, né? Inclusive, há a questão da escolaridade e tudo o mais.

Não há dúvida de que o projeto ora em discussão representa um reconhecimento inicial desta importante profissão e que certamente mais conquistas advirão deste trabalho exercido com tanta dignidade e determinação.

Então, em face do exposto, nós somos pela aprovação do PLC nº 200.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fora do microfone.*) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, caro Senador Edison Lobão, Presidente.

Eu queria dizer que não podia estar em melhores mãos a relatoria desse projeto. A Senadora Marta é talhada para um tema tão interessante quanto esse. Eu mesma fui saber hoje pelo meu querido colega, companheiro, correligionário, Adail Carneiro, que esse profissional é indispensável na Região Nordeste, especialmente no Estado dele, o Ceará.

Lá há um polo de confecções, conhecido no Brasil inteiro. Já estive no Ceará mais de uma vez, e a gente percebe exatamente o avanço que está havendo em todas as regiões, não apenas na capital, mas especialmente no interior.

A referência que a Senadora Marta fez também sobre a 25 de Março, conhecida do Brasil inteiro... O Brasil todo vai lá se encontrar na 25 de Março. Eu quero um dia ir lá, porque acho aquilo um cenário muito efervescente, muito dinâmico, que deve ser extraordinário.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Fora que você compra tudo por um décimo do preço.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Do valor, e sai muito elegante de lá.

Então, gostei também dessa abordagem que a Senadora Marta fez sobre a questão da seletividade e a questão da pirataria. Eu agora vi um leilão da Receita Federal – eram basicamente confecções. Então, esse setor está sendo hoje alvo também de uma grande pirataria, além dos tênis, das bolsas de marca, tudo isso.

Isso é muito grave, porque isso afeta a produção nacional, as empresas, confecções lá do Ceará ou do Rio Grande do Norte. Conheci o empresário dono da Riachuelo, que é um grande grupo de confecções também e tem fábricas próprias, com 2 mil pessoas trabalhando em uma fábrica de confecções do Nordeste.



Então, esse setor tem uma dinâmica muito grande, e eu também.... Esses dias um Embaixador, que vai para um país africano, se não me engano para Angola ou Moçambique.... Eu lembrava que as moçambicanas vêm também dessas regiões da África comprar no Nordeste, lá em Fortaleza, ou vão a Goiânia, que também é o outro polo importante de confecção – não sei se há alguém de Goiânia.

(Manifestação da galeria.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Olha aí, a maior parte é de Goiânia.

Eu já fui lá às feiras de Goiânia e fiquei impressionada de elas mesmas, as próprias compradoras, que a gente nota que atacadista local contam com a ação profissional de corretores de moda, e assim em demais unidades federadas do nosso País.

Então, é uma profissão que, realmente, embora a gente diga que é nova, ela não é tão nova, mas ela hoje tem um número de pessoas que já permite fazer essa regulamentação, né? Inclusive, há a questão da escolaridade e tudo o mais.

Não há dúvida de que o projeto ora em discussão representa um reconhecimento inicial desta importante profissão e que certamente mais conquistas advirão deste trabalho exercido com tanta dignidade e determinação.

Então, em face do exposto, nós somos pela aprovação do PLC nº 200.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fora do microfone.*) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, caro Senador Edison Lobão, Presidente.

Eu queria dizer que não podia estar em melhores mãos a relatoria desse projeto. A Senadora Marta é talhada para um tema tão interessante quanto esse. Eu mesma fui saber hoje pelo meu querido colega, companheiro, correligionário, Adail Carneiro, que esse profissional é indispensável na Região Nordeste, especialmente no Estado dele, o Ceará.

Lá há um polo de confecções, conhecido no Brasil inteiro. Já estive no Ceará mais de uma vez, e a gente percebe exatamente o avanço que está havendo em todas as regiões, não apenas na capital, mas especialmente no interior.

A referência que a Senadora Marta fez também sobre a 25 de Março, conhecida do Brasil inteiro... O Brasil todo vai lá se encontrar na 25 de Março. Eu quero um dia ir lá, porque acho aquilo um cenário muito efervescente, muito dinâmico, que deve ser extraordinário.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Fora que você compra tudo por um décimo do preço.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Do valor, e sai muito elegante de lá.

Então, gostei também dessa abordagem que a Senadora Marta fez sobre a questão da seletividade e a questão da pirataria. Eu agora vi um leilão da Receita Federal – eram basicamente confecções. Então, esse setor está sendo hoje alvo também de uma grande pirataria, além dos tênis, das bolsas de marca, tudo isso.

Isso é muito grave, porque isso afeta a produção nacional, as empresas, confecções lá do Ceará ou do Rio Grande do Norte. Conheci o empresário dono da Riachuelo, que é um grande grupo de confecções também e tem fábricas próprias, com 2 mil pessoas trabalhando em uma fábrica de confecções do Nordeste.

Então, esse setor tem uma dinâmica muito grande, e eu também.... Esses dias um Embaixador, que vai para um país africano, se não me engano para Angola ou Moçambique.... Eu lembrava que as moçambicanas vêm também dessas regiões da África comprar no Nordeste, lá em Fortaleza, ou vão a Goiânia, que também é o outro polo importante de confecção – não sei se há alguém de Goiânia.

(Manifestação da galeria.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Olha aí, a maior parte é de Goiânia.

Eu já fui lá às feiras de Goiânia e fiquei impressionada de elas mesmas, as próprias compradoras, que a gente nota que **O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encerrada a discussão, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2015.

A Senadora Lúcia Vânia...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.



A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Eu queria também aqui nomear a presença dos corretores de moda do Ceará, Ailson Santos e Genésio Freitas, que também estiveram à frente do projeto, junto com o Deputado Adail nesse projeto.

E peço a V. Exª para votarmos o requerimento de convite ao Ministro do Trabalho e ao representante da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Votaremos em seguida, Senadora.

A Senadora Lúcia Vânia requer urgência para a votação desse projeto no Plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Cumprimentos.

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 9

MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2016

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2015, que “Regulamenta a profissão de corretor de moda.”

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Cumprimento o Deputado Adail Carneiro, autor da proposição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Na mesma linha da Senadora, estou apresentando um requerimento. É um adendo, mas na mesma linha do que ela está propondo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim. Requerimentos, portanto, da Senadora Marta Suplicy e do Senador Paulo Paim no mesmo sentido, para que sejam ouvidos o Ministro do Trabalho, Sr. Ronaldo Nogueira, e o Ministro de Estado da Fazenda ou seu representante, com o mesmo objetivo, ou seja, debater a regulamentação de profissões.

O Senador Flexa Ribeiro havia solicitado também a presença do Ministro da Previdência.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

Requerimento Nº 24, de 2016

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a regulamentação de profissões.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Ministro de Estado do Trabalho, Sr. Ronaldo Nogueira;

2. Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Henrique Meirelles, ou representante.

Autoria: Senadora Marta Suplicy.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

Requerimento Nº 25, de 2016

Com fundamento regimental, em aditamento ao RAS 20/2016, REQUEIRO para que essa Reunião seja conjunta com a Comissão de Direitos Humanos – CDH.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, o nosso requerimento, na verdade, é um adendo a um requerimento já aprovado do Senador Paulo Rocha onde estou



propondo que essa audiência para ouvir o Ministro do Trabalho seja conjunta das duas Comissões, a sua Comissão e a de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os itens 1 e 5 foram retirados por solicitação dos respectivos Relatores.

São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2015

- Não terminativo -

Regulamenta a profissão de protesista/ortesta ortopédico.

Autoria: Deputado Onyx Lorenzoni

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015.

Observações:

- *Votação simbólica.*

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2011

- Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de Agente de Turismo.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- *Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.*

- *Votação nominal.*

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.)



ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE AGOSTO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e três minutos, do dia três de agosto de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador Dalirio Beber reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores: Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Acir Gurgacz, José Pimentel, Garibaldi Alves Filho, Ronaldo Caiado, Vicentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Lídice da Mata, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 22ª, 23ª e 24ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 672, do Tribunal de Contas da União, referente ao Acórdão nº 1.922, de 2016, em que se apreciam pedidos de reexame, interpostos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes), contra o Acórdão nº 2.766/2015, do Tribunal de Contas da União. Informa que o referido documento ficará à disposição dos Senhores Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias. Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações: Ofício nº 27, de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, que encaminha o Segundo Plano Decenal da Assistência Social e sugere que “esse plano seja o parâmetro para estabelecimento do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Saúde, SUAS, e dos Planos de Assistência Social Municipais, Estaduais e do Distrito Federal”; Ofício nº 2, de 2016, da Câmara Municipal de Nova Venécia, Espírito Santo, solicitando a “aquisição e distribuição de cestas básicas, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste a famílias afetadas pela longa estiagem no Município e região norte do Estado”; Ofício nº 716, de 2016, da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção nº 29, de 2016, que manifesta repúdio ao “desmonte dos direitos trabalhistas e da Previdência Social”; Ofício nº 360, de 2016, da Câmara Municipal de Jundiá, São Paulo, que encaminha a Moção nº 357, de repúdio, “às propostas de reforma previdenciária”; Ofício nº 35, de 2016, da Câmara Municipal de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção nº 19, de 2016, de apoio aos trabalhadores rurais do Brasil e contra a retirada dos direitos previdenciários; Ofício nº 849, de 2016, da Câmara Municipal de Uberaba, Minas Gerais, que encaminha o Requerimento nº 474, solicitando que “a reforma previdenciária seja igualitária, sem distinção entre Parlamentares e cidadãos comuns”; Ofício nº 454, de 2016, da Câmara de Vereadores de Itajaí, Santa Catarina, solicitando “a apresentação de projeto de lei que institua programa federal para que laboratórios de análises clínicas captem cinco mililitros a mais de sangue de pacientes que queiram e estejam aptos a doar para compor o Cadastro de Doadores de Medula Óssea”. A Presidência informa que os referidos documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da Pauta. Item 1 - Substitutivo da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Câmara dos Deputados. Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e os veículos que especifica. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 23, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2003, rejeitando-se seu artigo 2º e renumerando-se, por consequência, os artigos 3º e 4º como artigos 2º e 3º. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 23, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2003, com as alterações propostas pelo Relator. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Item 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a matéria é retirada de pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Ciro Nogueira. Modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012. Resultado: A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, que lê o Relatório em substituição ao Senador Elmano Férrer. A matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator “ad hoc” para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Elmano Férrer (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Paulo Paim. Item 8 - Extrapauta - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 26, de 2016. Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros. “Requeiro, nos termos do arts. 58 e 71 da Constituição Federal, e



do Regimento Interno do Senado Federal que seja solicitada por esta Comissão de Assuntos Sociais, a quem compete opinar sobre a proteção e defesa da saúde, a manifestação do egrégio Tribunal de Contas da União acerca da possibilidade de celebração de contratos de gestão com organizações sociais, por entes públicos na área de saúde, especialmente a forma de contabilização dos pagamentos a título de fomento nos limites de gastos de pessoal previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF). Isto se justifica pela decisão do Supremo Tribunal Federal, na ADIN 1923, e considerando a possibilidade de destinação de recursos públicos, inclusive de fontes federais, para o financiamento de contratos de gestão com organizações sociais na saúde, é necessário que o Congresso Nacional disponha de elementos necessários para conhecer e deliberar sobre tal matéria. Destaca-se a decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal pugnando pela necessidade de inclusão dos gastos com a força de trabalho dessas entidades privadas entre as despesas de pessoal, para fim de cálculo dos limites prudenciais previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Os Tribunais de Contas de outros Estados, a exemplo de São Paulo, vêm interpretando de forma divergente a mesma matéria. Como se trata de assunto relevante para o estabelecimento de políticas públicas de saúde, e por envolver recursos federais, é importante que a Corte Federal de Contas, guardiã da LRF, se pronuncie sobre o tema e auxilie o Congresso Nacional na compreensão do tema”. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Waldemir Moka e Ronaldo Caiado e as Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Lídice da Mata e Marta Suplicy e o Senador Dalirio Beber, presidente em exercício da Comissão de Assuntos Sociais. Ficam adiados os demais itens da pauta, a saber: Item 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015; Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2012; Item 6 - Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2015; e Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2015. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício, Senador Dalirio Beber, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DALÍRIO BEBER

Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Vamos abrir a nossa reunião da Comissão de Assuntos Sociais. Na sua ausência do Presidente Edison Lobão, fui convidado a fazer a abertura e a presidir esta 25ª Reunião Extraordinária da CAS.

Declaro, portanto, aberta a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Nós temos na pauta 7 itens e também um requerimento extrapauta.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 22ª, 23ª e 24ª Reuniões.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, solicitamos a aprovação de um requerimento extrapauta, que foi solicitado também pelo Governador do Distrito Federal, Governador Rollemberg, que pede a seus colegas Senadores que possam ajudá-lo nessa solicitação de informações, nesse requerimento de informações ao Tribunal de Contas a respeito das organizações sociais na área de saúde.

Como nós estamos com um quórum baixo, queria solicitar a V. Exª que pudesse, primeiro, incluí-lo na pauta e, depois, inverter a ordem de votação.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Não havendo ninguém que se manifeste contrariamente, nós invertemos a pauta e colocamos o...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tenho nada contra, Sr. Presidente, só queria, já de antemão, pedir vista do item 4. Gostaria que me fosse assegurada a vista do item 4.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – O.k.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um projeto que venho acompanhando faz tempo. Sobre ele já houve um debate público na CDH, é um projeto polêmico. Eu queria só pedir vista para termos a possibilidade de aprofundar o debate e conversar mais com o Senador Ciro Nogueira e com o Relator, o Senador Elmano Férrer.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Há a necessidade, primeiro, da leitura do item 4. Depois lhe concederemos o pedido de vista.



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Então, com relação ao requerimento da Senadora Lídice da Mata: passa a ser acolhido extrapauta e vai ser apreciado como primeiro item da nossa pauta do dia de hoje.

Vamos, então, conceder a palavra à Senadora Lídice da Mata para a leitura do requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Requeiro, nos termos do arts. 58 e 71 da Constituição Federal, e do Regimento Interno do Senado Federal que seja solicitada por esta Comissão de Assuntos Sociais, a quem compete opinar sobre a proteção e defesa da saúde, a manifestação do egrégio Tribunal de Contas da União acerca da possibilidade de celebração de contratos de gestão com organizações sociais, por entes públicos na área de saúde, especialmente a forma de contabilização dos pagamentos a título de fomento nos limites de gastos de pessoal previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF). Isto se justifica pela decisão do Supremo Tribunal Federal, na ADIN 1923, e considerando a possibilidade de destinação de recursos públicos, inclusive de fontes federais, para o financiamento de contratos de gestão com organizações sociais na saúde, é necessário que o Congresso Nacional disponha de elementos necessários para conhecer e deliberar sobre tal matéria. Destaca-se a decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal pugnando pela necessidade de inclusão dos gastos com a força de trabalho dessas entidades privadas entre as despesas de pessoal, para fim de cálculo dos limites prudenciais previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Os Tribunais de Contas de outros Estados, a exemplo de São Paulo, vêm interpretando de forma divergente a mesma matéria. Como se trata de assunto relevante para o estabelecimento de políticas públicas de saúde, e por envolver recursos federais, é importante que a Corte Federal de Contas, guardiã da LRF, se pronuncie sobre o tema e auxilie o Congresso Nacional na compreensão do tema.

Enfim, Sr. Presidente, como já disse, é uma consulta para que o Tribunal de Contas da União possa deliberar se contabiliza no cálculo...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Do pessoal.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ...do limite de pessoal ou não. É isso o que o nosso querido companheiro e Governador do Distrito Federal pretende com essa consulta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) –

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 26, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 58 e 71 da Constituição Federal, e do Regimento Interno do Senado Federal que seja solicitada por esta Comissão de Assuntos Sociais, a quem compete opinar sobre a proteção e defesa da saúde, a manifestação do egrégio Tribunal de Contas da União acerca da possibilidade de celebração de contratos de gestão com organizações sociais, por entes públicos na área de saúde, especialmente a forma de contabilização dos pagamentos a título de fomento nos limites de gastos de pessoal previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF). Isto se justifica pela decisão do Supremo Tribunal Federal, na ADIN 1923, e considerando a possibilidade de destinação de recursos públicos, inclusive de fontes federais, para o financiamento de contratos de gestão com organizações sociais na saúde, é necessário que o Congresso Nacional disponha de elementos necessários para conhecer e deliberar sobre tal matéria. Destaca-se a decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal pugnando pela necessidade de inclusão dos gastos com a força de trabalho dessas entidades privadas entre as despesas de pessoal, para fim de cálculo dos limites prudenciais previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Os Tribunais de Contas de outros Estados, a exemplo de São Paulo, vêm interpretando de forma divergente a mesma matéria. Como se trata de assunto relevante para o estabelecimento de políticas públicas de saúde, e por envolver recursos federais, é importante que a Corte Federal de Contas, guardiã da LRF, se pronuncie sobre o tema e auxilie o Congresso Nacional na compreensão do tema.

Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros.

Lido o requerimento, colocamos em votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, apenas e tão somente, até pela amizade que tenho pelo Governador Rodrigo Rollemberg, observo o seguinte. A iniciativa do Governador é louvável, quer dizer, está pedindo que o Tribunal de Contas se manifeste a respeito disso antes de tomar uma decisão. Isso



é próprio de gente prudente, de gente sensata, que quer fazer exatamente aquilo que for o mais correto. Então, quero parabenizar o Governador por nos pedir esse auxílio; na verdade, a iniciativa de pedir auditoria é do próprio Governador.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com certeza.

Submeto a votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos Relatores presentes? *(Pausa.)*

Nenhum deles, não é, Patrícia?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Ad hoc? Vamos fazer *ad hoc* a leitura desse 4? Já que há pedido de vista, vamos fazer *ad hoc* o item 4?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Vou aguardar um pouquinho, vou ler dois expedientes aqui antes. Se chegar nesse meio tempo algum Relator...

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 672, do Tribunal de Contas da União, referente ao Acórdão nº 1.922, de 2016, em que se apreciam pedidos de reexame interpostos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes) contra o Acórdão nº 2.766/2015 do Tribunal de Contas da União.

Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações.

1 - Ofício nº 27, de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, que encaminha o II Plano Decenal da Assistência Social e sugere que esse plano seja o parâmetro para estabelecimento do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Saúde, SUAS, e dos Planos de Assistência Social Municipais, Estaduais e do Distrito Federal.

2 - Ofício nº 2, de 2016, da Câmara Municipal de Nova Venécia, Espírito Santo, solicitando a aquisição e distribuição de cestas básicas por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste a famílias afetadas pela longa estiagem no Município e região norte do Estado.

3 - Ofício nº 716, de 2016, da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção nº 29, de 2016, que manifesta repúdio ao desmonte dos direitos trabalhistas e da Previdência Social.

4 - Ofício nº 360, de 2016, da Câmara Municipal de Jundiá, São Paulo, que encaminha a Moção nº 357, de repúdio, às propostas de reforma previdenciária.

5 - Ofício nº 35, de 2016, da Câmara Municipal de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção nº 19, de 2016, de apoio aos trabalhadores rurais do Brasil e contra a retirada dos direitos previdenciários.

6 - Ofício nº 849, de 2016, da Câmara Municipal de Uberaba, Minas Gerais, que encaminha o Requerimento nº 474, solicitando que a reforma previdenciária seja igualitária, sem distinção entre Parlamentares e cidadãos comuns.

7 - Ofício nº 454, de 2016, da Câmara de Vereadores de Itajaí, Santa Catarina, solicitando a apresentação de projeto de lei que institua programa federal para que laboratórios de análises clínicas captem 5mm a mais de sangue de pacientes que queiram e estejam aptos a doar para compor o Cadastro de Doadores de Medula Óssea.

Informo que os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria fazer um comentário positivo acerca dos requerimentos que V. Exª leu.

Tenho falado na tribuna diariamente que há uma preocupação enorme do povo brasileiro em relação à reforma da previdência e à reforma trabalhista. Esses requerimentos que o senhor leu, a maioria do Rio Grande do Sul... É fato e é real: há uma expectativa, há um temor, especialmente dos trabalhadores rurais, que serão os grandes prejudicados – por aquilo que está sendo divulgado, ninguém inventa nada. O que se está fazendo são comentários sobre aquilo que está sendo divulgado.



Então, queria cumprimentar a mobilização das Câmaras de Vereadores do Rio Grande do Sul. Elas não estão criticando ninguém, estão apenas dizendo que as reformas trabalhista e previdenciária não podem acontecer nos moldes que estão sendo anunciados.

Então, meus cumprimentos, também a Minas Gerais, São Paulo e Goiás, onde estarei no próximo fim de semana – não nesse, mas no próximo – com esse mesmo debate.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Já que se falou no item 4, cuja relatoria foi entregue ao Senador Elmano Férrer... Não estando S. Ex^a presente, nós indicamos, *ad hoc*, o Senador Paulo Paim para fazer a leitura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço a indicação de V. Ex^a.

Eu converso com os dois, Senador. Trata-se do direito de greve. Faço a leitura *ad doc* – não vamos votar hoje naturalmente – e me comprometo a dialogar com eles para construir uma alternativa, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas leio o relatório aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Até porque o pedido de vista tem que ser precedido da leitura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato. Então eu leio, peço para tirar de pauta e ficamos com a possibilidade ainda da discussão da vista.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) –

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, de 2012

- Terminativo -

Modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais.

Autoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatoria: Senador Elmano Férrer.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012.

Observações:

- Em 10.07.2012, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Em 13.05.2015, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer contrário ao Projeto.

- Votação nominal.

Relatoria *ad hoc*, agora, do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, é um tema de que tenho conhecimento total. Nós já o debatemos, inclusive na Comissão de Direitos Humanos, e vamos debatê-lo aqui também com a profundidade que o tema exige.

Para se ter uma ideia: o direito de greve, desde a Constituinte até hoje, não foi regulamentado no serviço público. Eu fui Constituinte, terminei o meu trabalho, apresentei o projeto. Não houve acordo. São praticamente 30 anos, e não foi votado.

Então, esse projeto vem com esse objetivo. Como o Senador Elmano Férrer, que é um Senador atuante e muito bem posicionado, apresentou relatório, eu, neste momento, leio o relatório dele, na íntegra, como é colocado – inclusive, ele cita o meu nome no relatório; ele sabe que eu participei de uma série de eventos que trataram do direito de greve.

O relatório dele é pela aprovação. Eu considero, com esse meu comentário, lido o relatório, porque não há nenhum argumento aqui fora daquilo que garante o direito de greve, à exceção do serviço bancário, e é isso que eu vou querer discutir mais com ele. Dou por lido o relatório, na íntegra, e, ao mesmo tempo, peço a V. Ex^a que o retire de pauta para que eu possa conversar com o autor e com o Relator para construirmos um substitutivo no mínimo a seis mãos, autor, Relator e Relator *ad hoc*.

Está lido o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – O.k., lido o relatório e solicitada a retirada de pauta da matéria.

Com a presença da Senadora Marta Suplicy, nós vamos ao item 3 da nossa pauta.



ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Votação simbólica.

Com a palavra a Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada, Presidente.

Este projeto é de autoria do Deputado Carlos Bezerra e tem um significado muito grande para as mulheres.

A proposição é composta por apenas dois artigos. O primeiro altera o § 1º do art. 2º da Lei nº 9.797, de 1999, para determinar que a cirurgia plástica reconstrutiva – que é um direito das mulheres que sofrerem mutilação total ou parcial da mama, decorrente de cirurgia utilizada no tratamento de câncer – abrangerá as duas mamas e será efetuada no mesmo tempo cirúrgico que a mastectomia.

O segundo artigo – cláusula de vigência – estabelece prazo de cento e oitenta dias para a entrada em vigor da lei que eventualmente se originar da proposição, contados a partir da data de sua publicação oficial.

Para o autor, a intervenção na mama contralateral, na mesma cirurgia, justifica-se pela necessidade de criar uma simetria entre as mamas, com o intuito de eliminar a necessidade de outro procedimento no futuro.

A proposição foi distribuída para ser analisada apenas pela CAS, de onde seguirá para votação em Plenário. Análise.

Compete à CAS, de acordo com o disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre proposições que digam respeito à promoção e defesa da saúde e, também, sobre competências do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, por ser a única comissão ouvida, a CAS deve manifestar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade, de regimentalidade e de técnica legislativa da matéria.

No que tange à constitucionalidade, o projeto trata de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal (CF). A proposta também está de acordo com os ditames constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48 da CF) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos parlamentares (art. 61 da CF). Não se vislumbra, portanto, óbices quanto à constitucionalidade da proposta. Ademais, também não se identifica vício de injuridicidade. Quanto à regimentalidade, verifica-se que o trâmite da proposição observou o disposto no RISF.

No que respeita ao mérito, o projeto de lei cuida de garantir a integralidade da intervenção cirúrgica realizada e, assim, proporcionar melhor qualidade de vida às mulheres que sofreram mutilações em decorrência do tratamento de câncer da mama. Assim, é uma iniciativa meritória.

De fato, de acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), o câncer de mama é o tipo mais comum entre as mulheres, com exceção do câncer de pele não melanoma, representando cerca de um quarto dos casos novos de câncer por ano – estimativa de 57.960 casos novos em 2016. A doença foi responsável por 14.388 mortes em 2013.

O tratamento é definido em função da extensão do câncer (estadiamento), das características biológicas e das condições da paciente. Pode ser local (cirurgias conservadoras, que preservam a mama, tais como as tumorectomias e as quadrantectomias, ou radicais, como as mastectomias com retirada total ou parcial da mama, que podem ser associadas à remoção dos gânglios linfáticos da axila; e radioterapia) ou sistêmico (quimioterapia, hormonioterapia e terapia biológica). Quando a doença é diagnosticada no início, a paciente tem maior chance de cura.

Nos casos cirúrgicos, a reconstrução mamária deve ser sempre considerada, pois os procedimentos médicos de retirada total ou parcial das mamas causam deformidades. Segundo o Instituto Oncoguia, há uma gama de técnicas para a reconstrução da mama e a escolha depende fundamentalmente da quantidade de tecido removido e de sua localização. As mais utilizadas são aquelas que fazem uso dos próprios tecidos da



mama para preencher os espaços vazios causados pela retirada do câncer. Na verdade, não existe uma técnica ideal, mas a adequada a cada caso.

A mama reconstruída, contudo, nunca será igual à mama que foi removida. Nesse sentido, procedimentos de redução, elevação ou aumento podem ser indicados para a mama oposta, de forma a manter a simetria entre elas. Nesse ponto reside a importância do projeto de lei em análise.

Cabe esclarecer que, se apenas uma mama foi afetada, somente ela pode ser reconstruída, conforme enfatiza a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. A proposição em comento, portanto, peca por utilizar terminologia inadequada, denominando como “reconstrução” a “simetrização” a ser executada na mama contralateral à afetada, prejudicando o entendimento do conteúdo e do alcance que o legislador pretende dar à norma. Isso contraria a regra que explicita o requisito de precisão da norma legal, disposta no art. 11, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

É importante salientar, também, que todas as mulheres têm direito legal à reconstrução mamária. Porém, a forma pontual como tem sido elaborada a legislação sobre a matéria acabou criando um descompasso entre o SUS e a saúde suplementar, no que tange aos direitos assegurados a essas mulheres. Nesse aspecto, desafortunadamente, o PLC reforça esse descompasso, ao propor alteração apenas na Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer. Faz-se necessário alterar, igualmente, a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Para aprimorar o texto do projeto reportamo-nos, ainda, ao art. 3º da Resolução nº 1.483, de 11 de setembro de 1997, do Conselho Federal de Medicina (CFM), que dispõe [acerca] dos procedimentos médicos para reconstrução mamária, que explicita que os procedimentos na mama contralateral e as reconstruções do complexo areolomamilar são também parte integrante do tratamento [da doença para a qual houve indicação de mastectomia]. Concordamos com esse enfoque de que o texto legal deve determinar que os procedimentos na mama contralateral e as reconstruções do complexo areolomamilar constituem parte do tratamento, eliminando qualquer discussão sobre o direito das pacientes à realização de cirurgia plástica na mama não acometida por câncer, em caso de necessidade, para obtenção de simetria entre as mamas. Da mesma forma, a intervenção sobre o complexo areolomamilar é necessária, em determinados casos, para a obtenção de resultados cirúrgicos satisfatórios.

Vale ressaltar, por fim, que o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 1998, determina que a ementa da norma explicita o seu objeto, o que não acontece no PLC nº 5, de 2016, e precisa ser corrigido.

A despeito dos problemas que ora apontamos, não restam dúvidas de que a reconstrução da mama e a simetrização da mama contralateral são procedimentos recompensadores para a mulher que sofreu mastectomia, com impactos extremamente positivos na autoestima, autoconfiança e qualidade de vida. Assim, no intuito de aprimorar a iniciativa e sanar os óbices apontados, oferecemos um substitutivo ao projeto de lei.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2016

Altera as Leis nos 9.656, de 3 de junho de 1998, e 9.797, de 6 de maio de 1999, que asseguram a realização de cirurgia plástica reconstrutiva de mama nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer nos âmbitos do Sistema Único de Saúde (SUS) e do setor de saúde suplementar, para garantir a realização dos procedimentos de simetrização na mama contralateral.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 10-A da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos 1º, 2º e 3º:

“Art. 10-A.

§ 1º Quando existirem condições técnicas, a reconstrução será efetuada no mesmo tempo cirúrgico.

§ 2º No caso de impossibilidade de reconstrução imediata, a paciente será encaminhada para acompanhamento e terá garantida a realização da cirurgia imediatamente após alcançar as condições clínicas requeridas.

§ 3º Os procedimentos de simetrização na mama contralateral e a reconstrução do complexo areolomamilar integram o procedimento de cirurgia plástica reconstrutiva previsto no caput e no § 1º deste artigo.” (NR)

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 2º ”



.....

§ 3º Os procedimentos de simetrização na mama contralateral e a reconstrução do complexo areolo-mamilar integram o procedimento de cirurgia plástica reconstrutiva previsto no art. 1º e no § 1º deste artigo.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

É este o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A matéria está em discussão.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria cumprimentar o relatório da Senadora Marta Suplicy, como sempre muito detalhado, mas lembrar que uma lei de autoria da Deputada Rebecca Garcia no mesmo sentido já está em vigor. Fui Relatora na CAS da matéria, que foi sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, quando estava no poder, sem vetos.

Foi um ganho muito grande. Muitas mulheres que sofreram mastectomia já foram beneficiadas pela lei e até já manifestaram agradecimentos aos Parlamentares que trabalharam nisso. Ela já está em vigor. Ela, inclusive, faz advertência sobre a questão da possibilidade... Às vezes não há possibilidade pelo risco. Por exemplo, uma mulher que tenha doença cardíaca está impossibilitada de fazer no mesmo ato cirúrgico a reconstituição da mama que está contaminada com câncer. Aqui, como se repete no texto do Deputado Carlos Bezerra, é a questão da condição médica, mas o SUS é obrigado a fazer a reconstrução, e isso já vem sendo feito, já existe.

Eu queria perguntar à Senadora Marta sobre a alteração. Até não estou lembrada do número da lei da Rebecca Garcia, se é o mesmo número, teria que consultar se é essa lei.

O Senador Moka, com sua habilidade médica e por ser um feminista ferrenho – convive com mulheres, só tem filhas mulheres, então ele é um defensor das mulheres –, aqui lembrou a questão da simetria. Se você tira uma mama que está contaminada com câncer, ao reconstituí-la, nunca obterá a mesma simetria da mama sã.

Agora, penso também que, no caso, o próprio médico mastologista, que trabalha com isso, saberá dizer, e o Senador Moka até lembrou, até por precaução.

Tivemos o caso da Angelina Jolie, que ficou famoso. O caso dela até foi um pouco diferente, porque ela tirou as duas mamas sem ter câncer, tirou por prevenção. Mas, de qualquer maneira, eu penso que o médico mastologista, quando faz a retirada de uma mama... A outra mama que não tenha sido contaminada, por precaução.... É um procedimento recomendável. Então, eu não sei se está específico isso em relação a essa matéria. Eu queria saber se não há uma superposição em função da questão...

A lei que está em vigor é a Lei nº 12.802, de 2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde nos casos de mutilação decorrentes do tratamento de câncer, para dispor sobre o momento da reconstituição mamária. Então, a lei é praticamente igual, é a mesma coisa.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas esta lei que acabou de ser relatada amplia para o seguro saúde, suplementar, vai além do SUS; há uma palavrinha lá que amplia para a saúde suplementar. Então, os seguros de saúde vão ser obrigados a fazer, porque hoje não o fazem. Então, é SUS e dá uma ampliada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aí, então, teria que ser uma questão específica para os planos de saúde, porque a do SUS já está prevista.

O art. 2º, § 1º, diz que, quando existirem condições técnicas, a reconstrução será efetuada no mesmo tempo cirúrgico, no mesmo ato cirúrgico. O § 2º diz que, no caso da impossibilidade da reconstrução imediata, a paciente será encaminhada para acompanhamento e terá garantida a realização da cirurgia imediatamente após alcançar as condições clínicas requeridas.

A lei já está em vigor desde 24 de abril de 2013 – nós estamos em 2016, há 2 anos ela está em vigor. Então, isso até foi... O Ministro da Saúde era o Alexandre Padilha e era Governo Dilma Rousseff – Lei nº 12.802.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Na verdade, eu me lembro dessa lei, até porque, na época, chamou atenção essa parte de que nem sempre é possível fazer, no mesmo ato cirúrgico, a retirada da mama e a reconstrução. Isso depende, às vezes é possível, às vezes não é. Agora, a sugestão da simetria.... Aí eu tenho dúvida, porque, na simetria que a Senadora Marta relata.... Realmente é muito difícil você reconstruir uma mama e deixá-la exatamente igual à mama sã.

Agora, por outro lado, procedimentos mais atualizados.... Normalmente, quando o câncer de mama aparece numa das mamas, preventivamente o cirurgião prefere fazer a retirada das duas mamas. É claro que, para isso, tem que haver o consentimento da paciente.

Eu acho que teria que comparar realmente, porque a lei existe. Agora, elas podem ter, realmente, pontualmente, algumas diferenças, mas que só iriam ajudar, no meu ponto de vista, sobretudo se se obrigasse, por exemplo, os planos de saúde também a arcarem com esse tipo de procedimento.



A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu acho que há outra diferença, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É que essa lei original fala principalmente da reconstrução. Essa outra fala da simetrização areolomamilar, que é mais focada, de que a outra não fala.

O que me parece que o Senador Bezerra colocou nesse projeto? Ele acrescenta... Eu não conhecia o de 2013, mas ele pormenoriza mais. Então, há menos possibilidades para as seguradoras, e às vezes até para o médico, escapulirem de alguma coisa que tenham que fazer e muitas vezes não fazem. A lei é muito mais contundente e detalhada, e vai para o seguro-saúde.

Eu não sei, mas acho que ela acrescenta. Ela tem algumas coisas a mais, repete outras, mas, de certa forma, aprimora. Não sei se seria o caso de rejeitar e fazer outra, porque não vai voltar. Outra não falaria de novo da parte de mamilos, não falaria de novo da parte de simetrização, o que acho que é um acréscimo.

Então, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Não resta dúvida de que a simetrização também pode gerar, lá na frente, controvérsias, porque aí você estabelece que ela tem que ser realmente simétrica à mama sã. Então, há um risco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Em função desses acréscimos, alguém gostaria de...

Relatora, V. Exª gostaria de fazer alguma complementação?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não, a simetria não está no sentido de igualdade, parece-me, mas no sentido de uma harmonização.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sim.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ninguém tem mamas simétricas, mesmo as mulheres sãs com mamas sãs.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Exatamente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Isso não existe. Mas é que pode ficar muito descompensado mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sim.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – A ideia principal é promover a autoestima da pessoa, permitir que a pessoa se sinta confortável. Então, é nesse sentido. Eu acho que os médicos interpretarão nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero tecer um comentário.

Eu acho que há repetição na lei sim, mas há algo a mais. Eu não sei como fazer, Marta, não sei se seria o caso de mudar a redação, mas acho importante a simetrização – no caso, o médico é quem vai recomendar se pode ou não – e também a questão do seguro-saúde. Acho que isso é o mais importante aqui, porque o seguro-saúde tem mania de fugir quando o tratamento é mais complexo, não só na questão da cirurgia da mama. Aparelho de surdez, por exemplo: os planos de saúde não querem dar. São caríssimos, mas, na hora de a pessoa colocar um aparelho no ouvido, é o SUS que tem que dar. Isso dá uma confusão muito grande. Então, acho importante amarrar o seguro-saúde como responsável. Se a pessoa paga o seguro, ele tem que arcar com o tratamento completo. Acho importante que seja aprovado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu manteria desse jeito. Eu acho que ele complementa e vai um pouco além do outro, que, graças a Deus, já começa a funcionar. Agora melhorou um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Algum Senador gostaria de aprofundar a discussão? *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A não ser que ela fosse específica para o sistema de saúde complementar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, mediante o impasse, ou se tira da pauta ou alguém pede vista. O que a gente vai fazer? Não dá para pararmos nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Retiramos de pauta e deixamos para uma próxima reunião ou se faz um pedido de vista para permitir essa avaliação.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Então, vamos fazer o seguinte. O Senador Moka está sugerindo que a gente faça uma mudança para revogar a outra lei. Está bom, eu vou retirar então.



O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Retira de pauta?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Fazemos isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu digo o seguinte: o correto é a gente pedir para a Consultoria Legislativa examinar os dois projetos e ver exatamente onde é que isso vai pegar. Ficando duas leis, o que vai acontecer? O cara vai se apegar a outra lei, onde não há essa obrigatoriedade.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu acho que o conflito pode se estabelecer.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Vai haver um conflito de legislação. Por isso é que estou sugerindo não puramente a revogação, estou sugerindo que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A análise do conflito.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Estou sugerindo que a gente analise, senão a gente vai ficar com duas legislações que têm mesmo ponto de vista, mas diferenças pontuais, são leis diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu acho que...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Há outra possibilidade, Senadora: alterar dois parágrafos da lei antiga. Eu vou trabalhar, converso um pouquinho também com eles e, na semana que vem, trago o projeto de novo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu acho que a Senadora Marta está correta. Apoio, acho que a iniciativa é adequada. Que a área legislativa possa ver à luz da lei existente para que não haja nenhuma superposição ou uma supressão. Então que ela seja aperfeiçoadora e não mutiladora da existente. Uma vez que estamos falando em mutilação pelo câncer...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Senadora Marta, confirmada a retirada de pauta?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – O.k.

Com a presença do Senador Ronaldo Caiado, nós passamos ao primeiro item da pauta do dia de hoje, que é o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 23, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2003.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e os veículos que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado.

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 23, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2003, rejeitando-se seu artigo 2º e renumerando-se, por consequência, os artigos 3º e 4º como artigos 2º e 3º.

Observações:

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Parlamentares, o parecer.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) nº 23, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 344, de 2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e os veículos que especifica.

A proposição, originalmente apresentada pelo Senador Tião Viana, foi aprovada em seu formato original por este colegiado, em caráter terminativo.

O projeto enviado à revisão da Câmara dos Deputados compõe-se de três artigos. O primeiro torna obrigatória a disponibilidade de desfibriladores cardíacos externos semiautomáticos em locais enumerados em seus quatro incisos, a saber: espaços públicos que tenham fluxo de mais de duas mil pessoas por dia (inciso I); eventos com previsão de circulação de mais de duas mil pessoas (inciso II); veículos de transporte público (inciso III); e ambulâncias ou viaturas de resgate (inciso IV). O parágrafo único desse artigo torna obrigatória



a presença, nos locais mencionados, de pessoa habilitada para o uso do equipamento e para a realização de manobras de ressuscitação cardíaca.

O art. 2º estabelece as sanções previstas nos casos de descumprimento das disposições da lei que se originar do projeto. Por fim, o art. 3º, cláusula de vigência, determina que a lei entre em vigor após cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Em tramitação na Câmara dos Deputados desde 2004, o PLS nº 344, de 2003, retorna para análise desta Casa Legislativa, na forma do SCD nº 23, de 2015, cujas modificações impostas ao projeto do Senado descreveremos em seguida.

O art. 1º do substitutivo altera o texto original para aumentar o fluxo mínimo de pessoas a partir do qual se torna obrigatória a instalação de desfibrilador cardíaco externo. Para isso, determina que o equipamento esteja disponível em locais com circulação de pessoas igual ou superior a quatro mil por dia (inciso I do caput) e em sedes de eventos com previsão de concentração diária de pessoas igual ou superior a quatro mil (inciso II do caput).

O substitutivo ainda acrescenta um art. 2º ao PLS nº 344, de 2015. Esse dispositivo determina que, nos casos previstos nos incisos I e II do art. 1º, cabe aos responsáveis pelo estabelecimento ou evento disponibilizar um desfibrilador cardíaco externo para cada grupo de quatro mil pessoas (inciso I do caput). Por sua vez, o inciso II do caput torna obrigatória a presença de um desfibrilador cardíaco externo para cada grupo de cem pessoas, nos casos de trens, metrô, aeronaves e embarcações – situação prevista no inciso III do art. 1º do substitutivo.

Por fim, os arts. 3º e 4º do SCD nº 23, de 2015, equivalem exatamente respectivamente aos arts. 2º e 3º do PLS nº 344, de 2003.

Análise.

A competência desta Comissão para apreciar a matéria sob análise encontra respaldo no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Consoante os arts. 285 e 287 do RISF, emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda. Ademais, substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto do Senado é considerado uma série de emendas. Logo, nesta fase de tramitação do SCD nº 23, de 2015, cabe a esta Comissão analisar cada uma das emendas.

Na Câmara dos Deputados, conforme relatado anteriormente, o PLS nº 344, de 2003, foi alterado em seu art. 1º e recebeu acréscimo de um art. 2º. Os demais dispositivos foram renumerados como arts. 3º e 4º do substitutivo sob análise, sem nenhuma mudança de seus respectivos conteúdos.

As modificações ao art. 1º do PLS nº 344, de 2003, atêm-se a aumentar a quantidade diária mínima de pessoas que torna obrigatória a disponibilidade de desfibrilador cardíaco externo em estabelecimentos (inciso I) e em eventos (inciso II). O projeto original prevê quantidade mínima de duas mil pessoas por dia, ao passo que o substitutivo pretende aumentar esse fluxo diário mínimo para quatro mil pessoas.

A esse respeito, concordamos com a modificação, visto que não há estudos que definitivamente estabeleçam circunstâncias em que a disponibilidade de um desfibrilador cardíaco externo represente boa correlação entre custo e efetividade. Segundo a American Heart Association (AHA), a incidência de paradas cardíacas em ambientes públicos varia conforme a localidade e o tipo de estabelecimento. Para otimizar a utilização dos escassos recursos destinados ao setor de saúde, gestores devem prover desfibriladores preferencialmente aos locais com alta incidência de morte súbita. Para isso, obviamente são necessários eficientes mecanismos de notificação de casos para produção de confiáveis dados estatísticos, o que, infelizmente, ainda não há no País.

Com efeito, a entidade americana reconhece que, até o momento, as evidências científicas referendam o uso do equipamento em três situações, a saber: i) locais onde há probabilidade de ocorrer um caso de morte súbita por mil pessoas por ano; ii) estabelecimentos em que a previsão da chegada de equipe de resgate seja superior a cinco minutos; e iii) regiões em que o resgate pode ser realizado, em até cinco minutos, por leigos treinados para diagnosticar parada cardíaca, iniciar as manobras de ressuscitação, chamar equipe médica e manusear o desfibrilador.

Por fim, somos contrários ao teor do art. 2º do substitutivo, o qual foi adicionado ao projeto original. Isso porque não é recomendável fixar, em lei, critério que determine a disponibilidade de um desfibrilador cardíaco externo para cada grupo de quatro mil pessoas em locais ou grandes eventos e de um equipamento para cada grupo de cem pessoas em trens, metrô, aeronaves e embarcações. Além da falta de evidências científicas para respaldá-lo, esse dispositivo trata de minúcias técnicas que, idealmente, devem ser abordadas em norma infralegal.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 23, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2003, ressalvado seu art. 2º, que rejeitamos, renumerando-se, por consequência, seus arts. 3º e 4º como arts. 2º e 3º.



Sr. Presidente, esse é o meu relatório e também o meu voto. Ou seja, a indicação do desfibrilador, mas em condições possíveis de serem aplicadas e também sem essas exigências absurdas, que nós não teríamos como viabilizar – não teríamos como fazer o atendimento, seria apenas a exposição de um desfibrilador, sem o preparo de pessoas nas proximidades.

Sendo assim, o voto é pela aprovação do projeto original, pela aprovação do substitutivo da Câmara, do projeto do Senado, ressaltando o seu art. 2º, que rejeitamos, renumerando-se, por consequência, os arts. 3º e 4º.

Essa é a posição do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O Senador Caiado, evidentemente, tem razão, Sr. Presidente. Não adianta você ter um desfibrilador se você não tem gente capacitada para operá-lo e se o resgate vai chegar após o tempo mínimo de 5 minutos para uma eventual ressuscitação. Então, evidentemente, isso é uma coisa de um custo caro e que acaba se tornando inútil por falta realmente de quem vá operá-lo. Então está absolutamente correto, quer dizer, mantém a exigência do desfibrilador, e ele é necessário, mas em lugares onde seja possível colocar gente capacitada para operar o aparelho.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Ronaldo Caiado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 23, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 344, 2003, com as alterações propostas pelo Relator.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Não temos mais nenhum item na pauta. Portanto, damos por encerrada a reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, em conversa com o Senador Pimentel, eu estaria...

Vamos deixar. Com a presença dele fica melhor.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Na verdade, houve uma solicitação nesse sentido.

Então damos por encerrada a nossa reunião, até porque há Senadores que têm compromissos agora, a partir das 11 horas.

Um abraço a todos.

(Iniciada às 09 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)



ATA DA 6ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, 71ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH E 24ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 2 DE AGOSTO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia dois de agosto de dois mil e dezesseis, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senador Paulo Paim, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Vincentinho Alves, Paulo Rocha, Telmário Mota, Flexa Ribeiro, Waldemir Moka, Garibaldi Alves Filho, Senadoras Ana Amélia, Regina Sousa, Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 68 de 2016-CDH e do Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 25 de 2016, ambos de autoria do Senador Paulo Paim e Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 20 de 2016, de autoria do Senador Paulo Rocha e outros, para receber o Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, convidado a prestar esclarecimentos sobre a continuidade das políticas públicas até então em andamento, a retirada de competências relativas à previdência social de sua Pasta, bem como expor a respeito do plano de trabalho em relação às competências e atividades atuais da Pasta. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta o Senhor Ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira e solicita que tome lugar à mesa. Às nove horas e vinte e seis minutos, o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Paulo Rocha, que põe em votação o Requerimento da Comissão de Direitos Humanos nº 108, de 2016, que “requer, com fundamento regimental, o aditamento ao RDH nº 68 de 2016, para que a audiência pública destinada a ouvir o Ministro de Estado do Trabalho para prestar esclarecimentos no plenário desta Comissão sobre a sua Pasta seja realizada em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. O Senador Paulo Rocha devolve a presidência para o Senador Paulo Paim às nove horas e vinte e oito minutos. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente passa a palavra ao Ministro do Trabalho, que faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Paulo Rocha, Waldemir Moka, Garibaldi Alves Filho e as Senadoras Regina Sousa e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte oito minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 6ª Reunião Conjunta da CDH e CAS – 71ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa e 24ª Reunião da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal – da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciar a audiência pública, consulto às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

É um requerimento que, na verdade, retifica o objetivo desta reunião, já que, em um primeiro momento, seriam duas reuniões: uma reunião na Comissão de Direitos Humanos e outra aqui, Ministro, na Comissão de Assuntos Sociais, mas, em diálogo com o Senador Lobão, chegamos a um acordo no sentido de que poderíamos fazer uma única reunião. Até que tem tudo a ver assuntos sociais e direitos humanos com essa pauta.

Devido a isso, como sou autor do requerimento, convido o Deputado Paulo Rocha, se puder, para ficar aqui, na Mesa, só para que eu possa defender o requerimento, e V. Ex^a o coloca em votação.

V. Ex^a, Ministro, vai ficar cercado por dois petistas aqui, um petista de cada lado. Todo mundo vai querer essa foto.

Passo a Presidência para o Senador Paulo Rocha, para que possa fazer a leitura desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Requerimento.



ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 108, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento regimental, o aditamento ao RDH 68 de 2016 para que a audiência pública destinada a ouvir o Ministro de Estado do Trabalho, para prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão sobre a sua Pasta, seja realizada em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais.

Autoria: Senador Paulo Paim

O autor da proposta é o Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como disse na abertura, Presidente Paulo Rocha e Ministro Ronaldo, o objetivo era fazer duas reuniões, mas percebemos que os assuntos eram, no mínimo, paralelos e teriam que chegar a uma única estação – lembrando aqui os trilhos do trem, por isso falei paralelos. E resolvemos fazer uma audiência única. Esse é o objetivo, Sr. Presidente.

Peço a V. Exª que, se puder, coloque em votação, para que, de imediato, iniciemos a nossa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em votação, o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Retorno a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador Paulo Rocha. Agradeço a V. Exª.

Ministro, como é de praxe, como o nosso sistema de comunicação aqui do Senado transmite para todo o Brasil as audiências, seja via *internet*, seja pelos canais alternativos e, naturalmente, também pela Rádio Senado, sempre informo àqueles que estão nos assistindo qual o objetivo da audiência. Se V. Exª me permitir, faço essa pequena introdução e, em seguida, passo a palavra, porque aqui V. Exª é o nosso convidado especial. Todos querem ouvir o seu ponto de vista sobre uma série de questões, e, claro, depois faremos algumas perguntas – nada fora do seu campo de atuação, deixo bem claro isso, para que o senhor tenha toda a liberdade para responder.

Esta audiência pública de hoje com o Ministro foi aprovada a partir do Requerimento nº 68. Ali iniciamos o debate sobre esse tema.

O Senador Lobão teve alguns problemas. Ele iria presidir e eu, como Presidente da CDH, poderia até estar com ele na Presidência, mas o faço aqui e, quando ele chegar, poderá, a qualquer momento, assumir também a Presidência.

Antes de dar início à reunião, cumprimento, como já fiz, o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social – o ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social se encontra no Ministério da Fazenda. Meus cumprimentos, Ministro, a V. Exª, que é natural do Rio Grande do Sul, como eu, e sabe a importância deste momento. V. Exª tem uma história como Deputado Federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, sempre tem se posicionado a favor dos interesses dos trabalhadores – acompanhei a sua caminhada como Deputado Federal. Enfim, neste momento, Ministro, muito mais do que ler este documento, que é também um documento interessante, que aqui está colocado, quero deixá-lo bem à vontade.

Nós aqui vamos debater – claro, Ministro, depois da sua exposição – temas que estão na imprensa e na Ordem do Dia. E eu tenho usado, inclusive, a tribuna quase diariamente para isso. Fui aos 27 Estados debater esses temas, não deixei de ir a um Estado. E os eventos foram sempre na assembleia legislativa, com participação maciça, diria. O Brasil todo sabe que eu fui de Rondônia ao Rio de Janeiro, ao Rio Grande do Sul, a São Paulo, a Minas, enfim, não parei nesse período de sete meses, concluí todo esse roteiro. E agora temos dividido o País em dez regiões, que já viraram quinze pelo pedido da moçada, para fazer de novo esse debate que trata de direito de greve, da questão do servidor público, dos trabalhadores da área privada, da questão dos trabalhadores do campo e da cidade, das aposentadorias.

Enfim, esses temas envolvem de uma forma ou de outra a nós, porque o trabalhador de hoje é o aposentado de amanhã. Claro que entra aí também o debate da CLT, de questões voltadas a alguns temas. Se V. Exª, após a exposição, concordar, poderemos fazer algumas perguntas, por exemplo, sobre o negociado sobre o legislado, terceirização da atividade-fim, trabalho escravo. Estivemos conversando sobre isso com os defensores



públicos e espero que, hoje à tarde, o Congresso vote a política de carreira deles, porque é comprovado que eles são aqueles que mais defendem os pobres e os que menos ganham na proporção com outras instituições.

Enfim, Ministro, esse é o objetivo. Não vou falar mais do que V. Ex^a, que sabe que nós, quando pegamos o microfone e começamos a falar, não paramos. Mas estamos aqui para ouvi-lo, Ministro.

A Senadora Ana Amélia está presente, o Senador Paulo Rocha, vejo aqui inúmeros líderes sindicais também, da área pública e da área privada.

A palavra está com V. Ex^a pelo tempo necessário para a sua exposição.

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – Quero agradecer e, ao mesmo tempo em que agradeço, saudar o Senador Paulo Paim, que preside esta audiência pública; saudar a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, nossa querida Senadora; saudar o Senador Paulo Rocha, as senhoras e os senhores. E no momento em que eu cito aqui o Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho, nosso colega Carlos Silva, estou saudando a todos os dirigentes sindicais que prestigiam esta audiência pública.

Primeiro, quero dizer que a iniciativa do debate é louvável, porque, a partir do momento em que há um número maior de pessoas compartilhando e debatendo um tema e quando ambas as partes têm a predisposição ao diálogo, a ampliar o diálogo e a intenção converge para um ponto em comum, nos termos da natureza do Ministério do Trabalho – eu tenho dito que o Ministério é o Ministério do Trabalho e a prerrogativa do Ministério do Trabalho é promover políticas públicas de proteção ao trabalhador –, então, a iniciativa é louvável.

Quero cumprimentá-los e dizer que fiquei muito honrado quando recebi o convite. Sempre que for convidado para estar nesta Casa, que é a casa dos representantes dos Estados e, por consequência, representa também assuntos que são pertinentes ao trabalhador, ao cidadão brasileiro, estarei aqui, assim que for convidado, assim como também me disponho a vir inclusive ao gabinete dos Srs. Senadores, porque acho que o compartilhamento das ideias enriquece os projetos e as políticas públicas, que devem ser de proteção ao trabalhador.

Eu tenho procurado, Senador Paim, Senadora Ana Amélia, Senador Paulo Rocha, senhoras e senhores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministro, permita-me, já que citou o Paulo Rocha, dizer que o autor do primeiro requerimento da ação conjunta é o Senador Paulo Rocha. Como nós tínhamos aprovado uma reunião individual lá, nós, na verdade, nos somamos à iniciativa dele. Só para situar.

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – Ah, que bom!

Então, eu tenho visitado as centrais sindicais, que são a representação que congrega as confederações, federações, os sindicatos, que são as representações legítimas dos trabalhadores, e também tenho visitado as instituições dos empregadores. E o que é importante é que eu não tenho tido dois discursos. A fala que eu tenho para o trabalhador, eu também tenho para o empregador, porque, quando você tem um mesmo posicionamento, uma mesma fala, isso dá credibilidade e oferece parâmetros mais fieis para a construção de uma pauta consensual, para que nós possamos combater o inimigo comum que é o desemprego.

Eu tenho dito que há dois fatores que são fundamentais para a dignidade humana: um é o endereço para morar e o outro é o endereço para trabalhar. Eu já sofri o impacto de não ter esses dois endereços, porque eu já não tive casa para morar, já paguei aluguel, e já estive desempregado também.

As pessoas da minha família, das minhas relações são cidadãos com uma média salarial de um a cinco salários mínimos. As pessoas das minhas relações ou são pedreiros, motoristas, metalúrgicos ou comerciários. Eu venho da classe comerciária, então, eu conheço a realidade. Eu tenho dito que, nos finais de semana, eu estou na igreja e ali, do meu lado, sentado no banco da igreja, com uma Bíblia embaixo do braço, está um trabalhador ou um aposentado. Então, a minha tribo é o trabalhador.

Jamais o Ministro do Trabalho vai trair o trabalhador, jamais o Ministro do Trabalho vai subtrair direitos do trabalhador. Isso não vai acontecer – não vai acontecer.

Então, é por isso a nossa disposição de aprimorar um diálogo e construir, com a participação do trabalhador, de todos os atores desse mundo de interesses, do mundo do trabalho, para que nós possamos criar uma pauta consensual, para promover a atualização da nossa legislação trabalhista.

Eu não falo em reforma trabalhista, porque... E aqui eu quero falar do primeiro ponto. Eu tenho usado isto nas minhas falas, nas entrevistas que eu dou, nas visitas que eu faço aos sindicatos, nas visitas que eu faço às entidades que representam os empregadores, que a atualização da legislação trabalhista se faz necessária por um aspecto muito simples: o problema não está na CLT.

Apesar de a CLT ter sido consolidada na década de 40, a CLT teve uma inspiração extraordinária, porque ela também é atual. Mas, a partir da década de 70, surgiram leis complementares, súmulas, normas e portarias que, hoje, chegam à faixa de 1,7 mil. Isso abre margem para interpretações subjetivas, ocorrendo determinadas decisões que contrariam a própria CLT.



Então, faz-se necessária uma atualização dessa legislação esparsa para que a interpretação pelo trabalhador, pelo empregador e pelo juiz seja a mesma. Nós precisamos oferecer uma legislação que traga segurança jurídica nessa relação, para que o trabalhador não precise, a partir de um contrato de trabalho, recorrer à Justiça para ver os seus direitos garantidos e o bom empregador não fique com medo de contratar, temendo uma ação judicial que tenha um desfecho injusto lá na frente, porque tanto o juiz como o próprio advogado, o empregador e o trabalhador são seres humanos, e o ser humano está sujeito a cometer erros, a cometer equívocos. Aí precisa haver a intervenção por parte do Estado, no sentido de oferecer uma legislação que traga fidelização e segurança jurídica nessa relação de contrato entre o empregador e o trabalhador.

Nós fizemos alguns debates no início do século XX, final do século XIX, que foram muito importantes e necessários para aquele período. Hoje nós estamos no século XXI e precisamos de outro debate justamente para combater o desemprego, para que o trabalhador possa ter um endereço para trabalhar e, no final do mês, ter o seu salário garantido e um ambiente adequado para trabalhar. Que ele possa realizar a sua *expertise* profissional sem opressão e produzir de forma que o País possa crescer.

Então, é esse o foco em que o Ministério do Trabalho está trabalhando no que diz respeito à atualização da legislação trabalhista.

Não há nenhuma hipótese, Senador Paim, Senador Paulo Rocha e Senadora Ana Amélia, de qualquer direito do trabalhador ser subtraído – e Senadora Regina Sousa, que chegou agora. Não há nenhuma hipótese de parcelamento de décimo-terceiro, não há nenhuma hipótese de fatiamento de férias, não há nenhuma hipótese de que o Fundo de Garantia do trabalhador ou de que o abono a que ele tenha direito – aqueles direitos que são estabelecidos na Constituição – seja revogado. Isso não vai acontecer. O trabalhador terá a garantia de que seus direitos serão preservados.

Vamos trabalhar para atualizar a legislação, no sentido de que esse contrato de trabalho seja fiel, para que o juiz tenha a mesma interpretação, os três atores principais que fazem parte dessa relação tenham a mesma interpretação sobre o contrato de trabalho. Não pode haver margem para interpretações subjetivas, até porque tenho falado sempre que mercado você compreende por produção, transformação, comércio e consumo. Não há como ter uma economia desenvolvida se não houver consumidores, e o trabalhador é um agente para irrigar a economia, o trabalhador é um agente fundamental, porque é o consumidor em potencial. A partir do momento em que você tenha essa visão, o salário deixará de ser uma despesa e passará a ser um investimento. O salário é investimento para que a economia se mantenha ativa nesse aspecto.

Então, precisamos também promover algumas quebras de paradigmas de cultura, de pensamento com relação aos partícipes do capital. O trabalhador não pode ser considerado despesa para o capital, o trabalhador tem que ser partícipe do capital. Se o capital tem o seu perfil solidário através do pagamento dos impostos, então, os demais atores da produção, o que detém o domínio do capital e aquele que participa do capital através da sua mão de obra, têm que ser usufrutuários do capital. Precisamos avançar em alguns aspectos nessa direção para promover uma distribuição de renda justa, mas acredito que, neste momento, o Brasil não pode esperar; precisamos atualizar a legislação trabalhista para que traga segurança jurídica nessa relação entre capital e trabalho.

Tenho falado com alguns empregadores, e o temor maior, o problema, nesse aspecto, não é o trabalhador, mas a insegurança jurídica no contrato, sempre com o temor de uma ação trabalhista com resultado injusto lá na frente. E nós precisamos entender que realmente, em alguns aspectos, às vezes, essas situações acontecem. Fui checar algumas situações e, no meu entendimento, a meu juízo, não foi justa determinada decisão, até porque vivemos uma época em que ter escravo era legal, se o escravo fugisse, ele se tornava um criminoso. Então, nem toda decisão judicial é justa. Não podemos entender que quem tem o poder, muitas vezes, de juízo é um deus, onisciente, onipresente, onipotente, que será justo em todas as suas decisões. Agora, à sociedade, nessa relação principal entre capital e trabalho, precisamos oferecer, para as relações da sociedade, principalmente nesse aspecto que envolve mão de obra, labor e capital, um contrato que traga fidelização nessa relação.

Quando falo em prestigiar a negociação coletiva, eu não estou falando e apoiando a tese do acordado sobre o legislado, porque, se o acordado sobre o legislado prevalecesse de forma ampla, não precisaríamos de lei, porque bastaria a sociedade fazer acordos. Aí não é preciso uma estrutura legal no País. Imaginem um país de 200 milhões de habitantes, em que nós temos no mercado formal de trabalho 39 milhões de pessoas! Tem que ter uma legislação.

Quando eu falo em prestigiar a negociação coletiva, é no seguinte aspecto: nós também estamos trabalhando no marco regulatório da atividade sindical. Nós precisamos fortalecer e capacitar a representação sindical nos termos dos princípios da nossa Constituição, que é o princípio da unicidade sindical. Nós vamos definir os parâmetros da representação sindical da base e o sindicato representa a categoria como um todo,



quer seja associado ao sindicato ou não. Toda categoria será afetada por aquela decisão do acordo entre a representação sindical e a representação patronal nessa direção.

Aqui nós pretendemos dar a legitimidade ao sindicato para que, na homologação da rescisão, não precise ter ali o Ministério do Trabalho nem o Ministério Público, para que a intervenção do Estado ocorra quando for acionado. Porque se você confia na representação sindical... Ou confia ou não confia.

E a lei vai definir em que parâmetros a negociação coletiva terá efeito de lei. Porque, veja bem, hoje há acordos entre a representação sindical e a entidade patronal. Depois, numa ação trabalhista ali na frente, aquele acordo é considerado nulo, cláusulas são consideradas sem efeito. Aí, qual é a credibilidade que essa representatividade sindical tem com a outra parte? Até que ponto vale esse acordo de negociação coletiva? A lei vai definir os parâmetros em que a negociação coletiva terá efeito de lei. A lei vai dizer: bom, é sobre a jornada do salário? É sobre o salário? É sobre a jornada de trabalho, estabelecendo um piso semanal e um teto semanal? Tem que existir ali um limite de flexibilidade que a negociação coletiva vai definir, para que depois o juiz...

Vou citar um exemplo aqui. Há situações em que trabalhadores preferem trabalhar meia hora a mais de segunda a sexta-feira para não trabalhar no sábado. Aí o sindicato vai lá e faz um acordo coletivo com o patrão, com a classe empregadora, e depois, lá na frente, essa cláusula é considerada nula. Então, não há segurança jurídica. E o trabalhador é contrariado, porque ele pode organizar a sua vida, preferindo uma folga no sábado e uma folga no domingo, e trabalhar de segunda a sexta-feira, com uma jornada que, em vez de ser de oito horas diárias, será de oito horas e meia – e meia hora a mais não vai causar nenhuma exaustão no que diz respeito ao trabalhador. Então, é nesses aspectos que nós pretendemos dar à negociação coletiva efeito de lei, para impedir essa vulnerabilidade na negociação coletiva no que diz respeito à jornada de trabalho semanal.

Agora, o prestigiamiento da negociação coletiva também diz respeito ao Programa de Proteção ao Emprego. Se determinado setor é afetado por uma crise econômica, a definição tripartite – Ministério do Trabalho, empregador e trabalhador –, para que haja o reconhecimento de que aquele setor realmente precisa ter o amparo do Estado através do Programa de Proteção ao Emprego, é fundamental também haver o prestigiamiento da negociação coletiva, no sentido de avalizar aquele setor, para que as empresas que atuam naquele setor econômico possam ter a devida legitimidade para fazer parte do Programa de Proteção ao Emprego.

Então, quando eu falo em prestigiar a negociação coletiva, é justamente para oferecer ao trabalhador uma condição de segurança, para que não seja imposto a ele os dias em que tem que trabalhar. Agora, pela entidade dele, a partir do momento em que se reúne e define a jornada de trabalho para o trabalhador, então, pelo próprio trabalhador, por meio da sua representatividade, e isso sem qualquer comprometimento no que diz respeito à redução de salário etc.

Imagina, mexer no salário do trabalhador! Eu acho que nós temos tantas outras coisas neste País em que a gente tem que mexer! Jamais há qualquer hipótese, por parte do Ministro do Trabalho, de tirar direito do trabalhador, de reduzir salário do trabalhador. Isso está totalmente descartado, até porque, quando deixar de ser Ministro, deixar de ser Deputado, o resto da minha vida será entre os trabalhadores. Então, não há qualquer possibilidade nesse aspecto.

E o terceiro aspecto. Quando eu falo em contrato de serviço especializado, o que é que a gente pretende? O PL nº 4.330, que está aqui no Senado, e eu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – Como vai o senhor? Tudo bem, Senador? Muito prazer.

No exercício do mandato de Deputado Federal, votei contra o PL 4.330, por entender que havia alguns aspectos ali em que ele não estava muito bem ajustado.

Agora, há uma realidade: nós temos milhões e milhões de trabalhadores que fazem parte da atividade terciária. O próprio Ministério do Trabalho tem oito contratos de terceirizados – oito contratos de terceirizados. Todo o setor público tem contratos de terceirizados.

Há pouco, nós enfrentamos uma greve do pessoal, dos aeroportuários e aeroviários, né?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – Os aeronautas. Uma empresa terceirizada recebia o pagamento de suas faturas e, de repente, desapareceu e deu um golpe nos funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No Senado já aconteceu isso.

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – Agora, nós precisamos, então, definir o que chamo de contrato de serviço especializado. Nós estamos trabalhando junto às centrais sindicais. Nós formamos um grupo de trabalho com técnicos do Ministério do Trabalho e também formamos um grupo de trabalho com a participação de dois representantes de cada uma das centrais sindicais. Só duas centrais sindicais ainda não se mani-



festaram, mas quatro das seis já se manifestaram, indicaram. Eu acho que seria importante todo o movimento sindical participar, fazer parte da mesa para debater a sua causa. Não dá para você ficar...

Este é um momento muito importante para o Brasil. O Brasil não pode esperar. Nós precisamos apresentar para a sociedade brasileira uma proposta para ser debatida, para pacificar essa relação entre capital e trabalho e criar um ambiente de segurança jurídica para que possamos combater o desemprego. São quase 12 milhões de pessoas que estão buscando emprego e não encontram uma oportunidade.

Então, aquilo que é da nossa parte nós precisamos fazer – nós precisamos fazer. E o contrato do serviço especializado vai definir dentro de cada cadeia econômica quais são as atividades que poderão ser objeto desse contrato de serviço especializado dentro de cada cadeia econômica. Então, aquela atividade que faz parte daquele serviço especializado está protegida também pela representação sindical daquela determinada categoria.

E nós vamos pôr na lei também o comprometimento. Assim como no serviço público, também no privado, quando a empresa tomadora do serviço paga a fatura do mês, a empresa prestadora de serviço tem que apresentar as devidas negativas como comprovante do pagamento dos salários do mês passado. Nós precisamos garantir ao trabalhador o recebimento dos seus salários. Então, nós estamos trabalhando nessa direção.

Nós pretendemos ter esse trabalho concluído na primeira quinzena de dezembro e encaminhar para o Congresso, até porque é aqui que se vai dar o debate de aperfeiçoamento dessa proposta. Acreditamos que, nesse período, independentemente do desfecho político que se dê na nossa estrutura de País e de Estado brasileiro, não podemos ficar esperando sem apresentar para o Brasil uma proposta que pacifique essa relação.

Então, seria nesses três pontos principais, Senador Paim, que nós estamos trabalhando, além de em dois programas muito importantes no aspecto da empregabilidade, como também na qualificação profissional.

Nós vamos ter uma ação de qualificação profissional para o jovem, para o trabalhador celetista, para o trabalhador autônomo e para o trabalhador rural. A nossa visão é que nós temos o trabalhador empresário, o trabalhador celetista, o trabalhador autônomo, o trabalhador servidor público e o trabalhador rural. Todos são brasileiros e todos precisam estar protegidos pelas políticas públicas do Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ministro! V. Exª usou o tempo conforme havíamos combinado, claro, como entendeu necessário para sua fala.

Por uma questão regimental, o primeiro a usar a palavra seria o Senador Paulo Rocha, já que é o autor do requerimento para que as duas Comissões realizassem esta audiência com o Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que aprovei lá na Comissão de Direitos, eu tinha aprovado também o requerimento. Depois ele me procurou e me disse: “Paim, vamos fazer conjunta. Eu já tenho o requerimento aprovado”. Então, o que aprovei aqui foi simplesmente um adendo ao seu, para que nós fizéssemos, de forma regimental, esta audiência conjunta.

Já está conosco também o Senador Waldemir Moka, que foi Presidente desta Comissão, e também a Senadora Regina Sousa, sempre presente nas comissões.

Senador Paulo Rocha, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só gostaria que V. Exª me inscrevesse, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos os três Senadores estão inscritos por ordem de chegada. E V. Exª vai falar logo após o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Senadores e Senadoras, cumprimento V. Exªs.

Não vou fazer perguntas específicas, Ministro, mas vou fazer uma intervenção de modo geral e tudo o que eu vou dizer aqui não tem nada a ver com V. Exª pessoalmente, até porque, dada a sua história e sua presença no Parlamento, tem autoridade para falar sobre o assunto e a sua postura política também nos faz respeitá-lo como pessoa, como Parlamentar. No entanto, eu vou falar do seu Governo, do qual V. Exª está agora como Ministro. E esse eu não tenho por que respeitar.

Considero o Governo interino um governo que chegou aí por causa de uma crise política e que não tem autoridade nenhuma para fazer as mudanças estruturais importantes, o que está colocado em xeque. Até a democracia do nosso País está colocada em xeque. Acho que o Congresso Nacional está com este problema na mão para a gente dar a solução. Espero que, até o final de agosto, o Senado Federal dê esta solução para resolver esta crise e solucionar este problema marcado pela existência de dois Presidentes, um legitimamente produto da democracia e das eleições, que hoje está sob intervenção política, com cheiro de golpe, que se iniciou com uma conspiração política.

Criou-se uma maioria política aqui no Congresso Nacional, e, ao que me parece, aqueles que defendem o afastamento da Presidenta definitivo ainda não conseguiram provar qualquer crime de responsabilidade fiscal, qualquer crime outro que justifique o afastamento da Presidenta, a retirada de um Governo do poder que nasceu do processo democrático e das eleições.



Portanto, quero tratar assim esta audiência e a Pasta de V. Ex^a, porque é um Governo interino, e não há como fazer mudanças profundas no Estado brasileiro.

Também quero afirmar que, infelizmente, a sua postura política, a que o senhor defende, não tem nada a ver com o Governo que está posto. E também, infelizmente, o seu Partido, PTB, não tem a força necessária e suficiente para bancar as suas posições dentro deste Governo, mesmo que seja interino.

Então, o Governo, através de medidas provisórias, mudou até uma estrutura. Vejam bem, o que estou reclamando aqui... Isso é um acúmulo de conquistas não só dos trabalhadores, não só do PT, não só da CUT. É um conjunto de lutas populares e sociais que levaram à democracia e a governos democráticos. Não estou falando só dos Governos do Lula e do PT. Mas considero...

Eu estou aqui desde a constituinte. E passei por todas as crises como Parlamentar. Só lá na Câmara fiquei 20 anos. Acompanhei todas as crises e nenhuma levou ao que está sendo colocado agora em xeque, que é não só a democracia. Olha que nós passamos crises: a CPI do Orçamento, o *impeachment* do Presidente Collor, o processo do mensalão, e nenhum levou a algo dessa maneira, em que estão colocadas em xeque a democracia e as conquistas do Brasil, quer seja na democracia, quer seja nos Estados e no Estado de direito, que também está sendo colocado em xeque.

Não é só aumentar jornada de trabalho, terceirização. Não. É o Estado de direito que está sendo colocado em xeque. Ou seja, a própria Constituição está sendo colocada em xeque.

Como nós tratamos aqui especificamente aqui da sua Pasta e do seu Ministério, por exemplo, de uma lapada só, como a gente diz lá no meu Estado, através da medida provisória, ele desmontou toda uma estrutura de ganho social, quer seja da Previdência, do trabalho, etc., e desestruturou de tal maneira que por si só o Estado brasileiro se desmonta para não ter essa proteção trabalhista, previdenciária etc. Ora, Ministério da Fazenda?

O que move este Governo é uma visão que nós já tínhamos sepultado lá trás, até o mundo estava sepultando, que é um projeto segundo uma visão de desenvolvimento a partir do capital financeiro. É isso que estão reconstituindo no Brasil. E estão colocando em xeque todos os setores. É o lucro fácil através do processo do capital financeiro mundial, que resgata aqui as vendas do nosso patrimônio, uma riqueza.

Qual o poder de barganha de um País, que nós resgatamos através da soberania, inclusive dialogando soberanamente com o capital internacional, com o sistema econômico internacional? Influenciamos inclusive outras geografias do mundo na economia, com a criação do G-20, com a criação dos BRICS, exatamente para nos proteger como um País rico, mas que estabelece a relação internacional de uma maneira soberana. Nós estamos colocando em xeque novamente isso, patrimônios importantes e descobertas nossas, da nossa riqueza, do nosso subsolo, como a venda do pré-sal. E colocam em xeque essa riqueza que estava sendo direcionada para mais investimento na educação, mais investimento na saúde. Agora está sendo colocada em xeque.

O desmonte da estrutura do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência faz parte desse jogo, faz parte desse projeto, e não só, Paim, a mudança da legislação da Previdência, passar para 65, 70 anos. É o desmonte da estrutura que o Estado brasileiro formou ao longo de décadas e de vários governos, desde o governo Fernando Henrique, consolidando-se com o governo Lula. Agora está se desmontando uma estrutura de uma conquista, acabando com Ministérios importantes, mandando uma estrutura importante, que tem a ver com proteção dos trabalhadores, dos ganhos sociais, para a visão econômica do Ministério da Fazenda.

Então, Ministro, com todo o respeito à sua posição política, à posição do seu Partido, o Governo que o senhor está representando, que está servindo, é um Governo que quer desmontar a estrutura social, a proteção ao trabalhador, aos ganhos dos trabalhadores. Isso se reflete aqui através das forças políticas que bancam este processo. É só verificar os 59 projetos de lei que estão aqui no Congresso Nacional. É para retirada de direitos. É para retrocesso.

Eu mesmo, quando cheguei aqui, sou de origem sindical, comecei a minha luta sindical como oposição sindical, organizei uma oposição para tirar um dirigente sindical que estava há 31 anos dentro do meu sindicato, produto daquelas velhas intervenções da ditadura militar. E fiz parte, junto com meu colega, amigo e companheiro Paulo Paim, da construção de um sindicato mais combativo, mais ligado aos interesses dos trabalhadores. Pois bem.

Quando cheguei aqui, eu trouxe a experiência da luta lá do Pará, a luta do campo. Assisti, ajudei a rezar missa para mais de 640 líderes sindicais que tombaram na luta pela terra, um espaço de pedacinho de terra para poder trabalhar, sobreviver e viver. Pois bem.

Foi com essa minha experiência que trouxe para cá e consegui lograr e aprovar aqui leis importantes de cidadania e dignidade dos trabalhadores, como a lei de combate ao trabalho escravo, que é de minha autoria. A PEC, que se aprovou aqui também, do confisco de terra onde há trabalho escravo para fazer reforma agrária é de minha autoria.



Esses avanços estão colocados em xeque. Há um projeto aqui para colocar em xeque essa lei, que trouxe grandes avanços de cidadania. No tempo em que eu cheguei aqui, conforme a grande mídia, não se acreditava que ainda existia trabalho escravo. Foi preciso provar que existia trabalho escravo nos confins da Amazônia para que pudéssemos lograr um debate aqui e avançar em leis importantes, que dessem essa dignidade e esses avanços para o trabalhador. Tudo isso está colocado por terra.

Então eu vejo com muita preocupação, respeito a sua posição, mas a do atual Governo interino não respeito.

E eu sou um daqueles que estão empenhados aqui para que não se cometa esse ato, não só um golpe, mas esse ato de injustiça e de quebra da nossa democracia, para que a volta da Presidenta recoloca o País na normalidade e volte a dar continuidade a um processo de avanços e de conquistas ou, pelo menos, assegure aquilo que nós construímos e conquistamos e aquilo em que avançamos no nosso País.

Por isso, com todo respeito à presença de V. Ex^a, pessoal, a sua pasta está sendo colocada em xeque. E eu estou lhe dizendo isso aqui, mas a nossa posição também, em relação a algumas iniciativas que a companheira Dilma – digo companheira porque ela é do meu Partido – tomou que avançavam em alguns direitos dos trabalhadores, era de nos rebelarmos.

Eu fui Relator da Medida Provisória nº 665 e não aceitei as propostas que vieram de lá. Mantivemos as mesmas conquistas, que já foram avanços importantes. Por isso, é com autoridade parlamentar daqueles que vieram para cá defender os interesses dos trabalhadores, os interesses da maioria do povo brasileiro, que nos colocamos nessa posição, uma posição tranquila, uma posição equilibrada para que não coloquemos em xeque os avanços que nós conquistamos no nosso País.

Nós estamos muito empenhados em fazer com que se resolva esse problema do *impeachment*. Digo que o Senado Federal tem essa responsabilidade, e nós vamos resolver isso durante o mês de agosto.

Ao se consolidar uma posição política estabelecida, nós vamos ter que conversar de outra maneira com o Governo de Michel Temer, sem antes dizer, porém, que, consolidada uma maioria política aqui nascida de uma conspiração, nós vamos ter que dialogar ou estabelecer de outro modo, que não seja com a luta social, a luta da classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministro, eu vou encaminhar da seguinte forma: V. Ex^a é nosso convidado, então, se preferir, poderá falar após cada Senador ou ao final.

Ele já me falou aqui que prefere falar no final. E eu também concordo que este seria o melhor encaminhamento: todos falam e o Ministro, no final, faz uma fala.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ministro, Senador Paulo Paim, Senador Moka, Senadora Ana Amélia, Senadora Regina, em determinado momento, eu vou ter que sair porque tenho uma tarefa, como Líder da minha Bancada, que não posso deixar de fazer. E não é desrespeito, absolutamente, para com esta audiência pública, muito menos para com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Senador Paulo Paim, que preside esta audiência pública conjunta entre a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Sociais, a requerimento do Senador Paulo Rocha e do Senador Paulo Paim, caro Ministro Ronaldo Nogueira, caros colegas Senadoras e Senadores, eu tenho muito respeito pelas atitudes e pelas posições do Senador Paulo Rocha, que responde pela Liderança da Presidente afastada aqui no Senado Federal. Eu respeito exatamente essa forma de ele ser, uma pessoa muito educada, que apresenta as suas posições de maneira absolutamente coerente com o seu pensamento. Eu queria até saudar, pela abertura da fala, o Senador Paulo Rocha, quando disse que espera que, até o final de agosto, esta crise e este processo de julgamento no Senado Federal estejam concluídos. Eu penso que o Senador foi muito feliz com essa declaração, porque creio que esse é também o sentimento da sociedade brasileira, para que a gente possa saber que caminho o Brasil vai tomar.

Eu preciso também renovar neste momento a crença em pessoas como V. Ex^a, um Parlamentar eleito com a legitimidade dos votos, votos secretos, com que democraticamente os eleitores o mandaram para a Câmara Federal. E hoje conheci um pouco mais da sua história e fiquei encantada de ver a sua simplicidade. Agora eu entendo por que V. Ex^a fala com tanta convicção, fala com tanta simplicidade. E isso se iguala à dor que 12 milhões de desempregados brasileiros sofrem hoje por não terem o dinheiro para pagar o seu aluguel ou para levar o rancho para casa, que é como nós, no Rio Grande, chamamos a feira mensal ou a feira semanal. Então, eu quero cumprimentá-lo por isso.

Essa manifestação do Senador Paulo Rocha também é o sentimento que temos em relação à necessidade de darmos uma resposta final ao País. Eu não estou preocupada com o futuro destino do Sr. Michel Temer ou da Presidente Dilma Rousseff. Eu estou preocupada, sim, com 12 milhões de desempregados, com a crise



que o País está vivendo, com a situação que nós estamos vivendo, porque o pior dos mundos é a incerteza, meu caro Ministro Ronaldo Nogueira, caro Senador Paulo Paim, nosso querido Senador Garibaldi Alves, aqui presente, sempre festejado.

Eu quero dizer também que, se for para trazer aqui um Ministro para apenas dizer o que não concordamos, não deveríamos trazer. Trazer Ministro aqui para ouvir desaforo?! E nem é desaforo, digo, mas uma posição com que V. Ex^a não tem responsabilidade. A sua responsabilidade está em comandar o Ministério do Trabalho e encontrar saídas para a crise, para a geração de mais empregos. Esse é o problema, essa é a sua missão.

Agora, V. Ex^a disse algo, Ministro: não há nenhuma hipótese de – e gostaria de que V. Ex^a repetisse – parcelamento de Fundo de Garantia, férias. Quero que repita isso. Isso é muito importante, porque há uma pregação aí, distribuem folhetos dizendo que vão acabar com o décimo-terceiro, vão acabar com férias, vão acabar com o mundo para o trabalhador e eu acho que esse terrorismo tem muito de irresponsabilidade. Você pode atacar, pode criticar, pode dizer que isso não convém, agora, mentir não é o melhor caminho. Então, eu queria que V. Ex^a repetisse: não há hipótese de.

Também entendo, nessa questão, que foi muito bem explicada, didaticamente explicada, que você contraria o interesse do trabalhador e gera uma insegurança jurídica quando? Por decisão do próprio trabalhador, como nós, na Lei das Domésticas, que foi regulamentada, criamos a possibilidade de, para evitar de pegar uma hora de pique, uma hora de *rush* no trânsito, saia e vá mais cedo para casa para cuidar dos filhos, da sua própria casa ou da sua família. Então, se faz uma negociação dessa para o trabalhador ter dois dias de descanso, e é ele que discute coletivamente, é um dissídio coletivo, é um acordo negociado, para quê, então, sindicato? É a mesma coisa. Se precisa de lei e não pode fazer negociação, não precisa ter sindicato. É só seguir a lei, só ter o fiscal do trabalho e a Justiça do Trabalho. Ponto. O que faz o sindicato se não defender, num dissídio coletivo, o interesse do trabalhador de lado a lado, capital e trabalho?

Eu penso que o próprio sindicato, de certa forma, precisaria entender que a sua força, a força do sindicato reside exatamente nesse poder de ter essas conquistas para o trabalhador. Quando ele abre mão, eu acho que ele está dando um atestado de fragilidade no seu poder político de conquistar mais benefícios para o trabalhador. Eu entendo dessa forma. Talvez esteja errada, mas eu penso que o poder de um sindicato se dá dessa forma.

Então, eu queria apenas, tão somente, para uma pergunta além dessa, de renovar o que disse: não há hipótese de, não há hipótese de, que V. Ex^a repita isso.

Eu tenho muita preocupação, Ministro – muita preocupação – porque houve uma dilapidação do dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço por aplicações malfeitas que geraram prejuízo aos trabalhadores. É só olhar os fundos de pensão, o que está acontecendo com os fundos de pensão. Então, a minha preocupação: como está o fundo de garantia hoje? Os recursos estão sendo aplicados adequadamente? Qual é o balanço que, nesses dias que V. Ex^a assumiu, pôde ver? Já avaliou essa questão relacionada ao Fundo de Garantia?

Essa é a minha questão.

Agradeço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a Senadora Ana Amélia.

Agora vamos para a Senadora Regina Sousa.

Como combinado, no fim, eu também farei uma fala, Ministro. Vou deixá-lo bem à vontade, respondendo a todos.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Passei quinze dias fora e me esqueci do microfone aqui.

Eu quero tratar de assunto mais ligado mesmo ao trabalho, embora ache que é direito de cada Senador aqui expressar suas ideias políticas também sobre a política no momento, mas eu quero pontuar algumas coisas, Ministro.

Fiquei feliz quando V. Ex^a disse que não há hipótese de perda de direito. Vou cobrar isso do senhor.

Há uma questão colocada sobre a Justiça do Trabalho, por exemplo. Eu queria ouvir a sua opinião. Há um zunzunzum no mundo de que existe um processo de desidratação da Justiça do Trabalho. E tem gente que claramente defende extinguir a Justiça do Trabalho! Já ouvi isso. Participei até de um seminário num tribunal regional, como convidada, onde esse assunto foi tratado. Então, queria a opinião de V. Ex^a sobre isso, sobre a importância da Justiça do Trabalho.

Particularmente, pela origem sindical que tenho, acho a Justiça mais próxima do trabalhador a Justiça do Trabalho, que faz uma mediação de fato, onde a gente não precisa implorar por uma audiência. Como sindicalista, eu chegava ao Tribunal e o presidente me recebia. As outras são burocráticas demais. Então, eu considero a Justiça mais próxima do trabalhador, que resolve com mais celeridade as coisas.



O senhor também falou, não sei se me enganei, quando eu cheguei estava falando, que não defende esse projeto do negociado sobre o legislado. Também é uma questão que nos anima.

A questão da CLT. Se vai enxugar – a palavra que muita gente usa é enxugar –, o que vai sair da CLT? Já tem ideia? Porque a gente considera... O trabalhador desconfia disso, porque a CLT, para nós, garante o mínimo. Ela garante o mínimo. Do resto, a gente vai atrás, dependendo da força que o sindicato tem. Então, tirar o quê da CLT? Por isso o trabalhador desconfia disso. Tudo bem, algumas pessoas que concordam com isso, mas há sindicato e sindicato. Tem dirigente que negocia na calada da noite em nome dos trabalhadores sem nem ter consultado, sem depois levar para a assembleia a discussão. Isso não é representação sindical. Então, contra algumas coisas a categoria se rebela mesmo e não aceita, porque foi negociado sem discussão. Tem gente que não é chegada a discutir, não tem paciência para discutir com o povo. Preocupa-me isso porque, para nós, a CLT já é o mínimo.

A gente ouve a classe patronal falar, por exemplo, da questão da jornada. Qual é a sua opinião sobre a jornada? A gente ouviu confederação dizendo que tem que ampliar a jornada. Tem gente que chegou ao cúmulo de dizer que tem que comer com uma mão e trabalhar com a outra na hora do almoço. Quer dizer, gente conhecidíssima.

A gente tem uma luta antiga sobre a redução da jornada de 40 horas, que é uma bandeira antiga, exatamente porque a gente compreende que reduzir a jornada gera mais emprego. Ao contrário, se você aumenta a jornada de trabalho, vai tirar emprego. Isso vai contra todo um discurso que existe de geração de emprego, porque, se aumenta a jornada, tira emprego, porque um trabalhador vai substituir, vai tirar o trabalho do outro, vai fazer o trabalho que era do outro. Então, essa discussão da jornada está muito enviesada. Dizer que defende geração de emprego, mas defende o aumento da jornada? Isso não combina.

A outra questão é a questão do Ministério, que a gente reconhece como o lugar onde a gente vai buscar os direitos. Onde a gente busca? No Ministério do Trabalho e também no Ministério dos Direitos Humanos, que foi extinto. A gente não sabe onde buscar direitos específicos. Para as mulheres, até criaram uma secretaria, mas a gente até... Eu já tentei me comunicar com essa secretaria durante uma semana inteira, juraram que iam me retornar, mas até hoje eu não tive retorno. Eu tenho projetos lá, tenho coisas... E há também os negros, índios, LGBT, juventude, as religiões afrodescendentes, população de rua, que não sabem onde buscar seus direitos.

Então, tem razão o Senador Paulo Rocha quando diz que um ministério que não podia ter sido desmontado era o Ministério dos Direitos Humanos, porque era lá que essa população específica se enxergava, se via, ia levar seus projetos. Eu tenho umas emendas sobre Conselho Tutelar, mas eu não sei aonde é que eu vou. Era no Ministério dos Direitos Humanos, mas agora onde está isso mesmo? Às vezes, com o discurso de diminuir o tamanho do Estado, acabam cortando no lugar mais vulnerável, e esse é o lugar vulnerável onde as populações vulneráveis se enxergavam. Então, eu queria também que se comentasse isso.

E aí, Ministro, quando a gente fala... “Ah, não há nada tirando direito”, mas os projetos que estão aqui, todos, retiram direitos. Desses projetos que estão aqui, que a gente chama de pauta bomba, não há um que traga algo para agradar trabalhador. Há um aí que chamam erroneamente de Regulamentação do Trabalho Escravo. Ora, mas como é que se vai regulamentar trabalho escravo? Mas está lá, querem mexer na lei para amenizar o conceito de trabalho escravo. Isso é grave demais, mas as pessoas falam naturalmente de regulamentação de trabalho escravo.

Então, a gente não pode ficar tranquila num momento desse, num momento de transição, num momento de crise política, de crise econômica. A gente não tem essa tranquilidade de achar que venha coisa boa.

A gente espera que o senhor seja um defensor das coisas boas para os trabalhadores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa.

Agora vamos para o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que neste ato preside uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, eminente Senador Paulo Paim, figura por quem eu, particularmente, tenho um respeito muito grande, pela sua coerência.

Já vi o Paim aqui muitas vezes votar contra o seu Partido em função de questões que ele considera questões pessoais, de foro íntimo, e que, por convicção, defendeu a vida inteira. Então, eu o saúdo por isso. Temos divergências, mas acho que temos mais convergências do que divergências. Já estivemos aqui, somos da mesma Comissão, aqui da CAS. Na maioria das vezes, quando há alguma dificuldade, se dão oportunidade para que eu e o Paim possamos ajustar as coisas, na maioria das vezes nós chegamos a um projeto convergente.

Meu caro Ministro Ronaldo Nogueira, a primeira coisa de que eu quero divergir, embora não esteja presente, é do que colocou o meu amigo também, Paulinho, que diz que V. Ex^a está no governo errado.



Eu não penso assim, não acho isso. Aqui está um Ministro do PMDB que foi Ministro da Previdência, e não acredito que o Ministro Garibaldi tenha feito alguma coisa que pudesse prejudicar o trabalhador. Ao contrário. Eu e o Paim fomos lá avaliar junto com ele e brigar por aposentadorias especiais para servidores públicos com problemas especiais. V. Exª deve se lembrar de que participamos juntos.

Então, eu penso que o momento é um momento de transição mesmo. Quando o Paulinho fala em um Presidente interino, eu falo em uma Presidente afastada, porque, na verdade, é essa a situação. O que fazer? Esperar isso tudo acontecer para que você possa reunir as centrais sindicais e debater o que está acontecendo?

O que está acontecendo é uma realidade no País. Nós temos 12 milhões de desempregados. O que fazer para melhorar essa situação? Qual é a contribuição a dar para que possamos gerar emprego? É uma discussão que precisa ser travada, mas é claro que precisa ser travada numa mesa da qual as centrais sindicais participem a fim de darem sua opinião, e é preciso também que a classe patronal entenda que ninguém vai ceder sozinho.

Nós estamos vivendo um momento muito difícil, porque são necessárias concessões dos dois lados. Essa crise não pode ser resolvida se você achar que vai tirar direitos apenas e tão somente de trabalhadores. Não existe isso. E aqui no Congresso dificilmente vai passar uma proposta como essa.

Várias das coisas que V. Exª está discutindo passarão ou não se o Congresso votar. A discussão, V. Exª a fará lá, mas a decisão se dará aqui no Congresso e, na maioria das vezes, o Congresso interfere e, quando interfere, ele o faz de forma a arrumar projetos que, muitas vezes, parecem intransponíveis. Mas, às vezes, chega-se a uma convergência. Eu espero que isso aconteça tanto na Câmara dos Deputados como no Senado da República. É muito pouco tempo ainda.

Nós temos um problema – permita-me citá-lo aqui – na Comissão de Assuntos Sociais, Ministro. Toda hora nós votamos um projeto que trata de uma carreira, uma categoria específica. Assim começa: arqueólogos, trabalha em arqueologia, trabalha em não sei o quê... Nós já votamos aqui até profissão de... Nós não temos condição de fazer isso. Na maioria das vezes – e isso não é de agora –, a Presidente vetava. Ela consultava, evidentemente, o Ministério do Trabalho e Previdência, que na minha avaliação é quem cuida disso, e chegava à conclusão de que aquela profissão já estava enquadrada em uma outra e, aí, ficava aquela coisa de reserva de mercado.

Então, crio uma profissão e, na verdade, faço uma reserva de mercado e, aí, quem não for daquela profissão, não pode exercer. Isso é um complicador, porque fica a impressão de que a Comissão não quer reconhecer aquela categoria, e isso é um problema.

Sei que isso não é o objeto da audiência pública, evidentemente não precisa responder, mas eu gostaria que V. Exª fosse pensando para nos dar uma luz sobre como tratar essa questão ou, pelo menos, um critério: para regulamentar uma determinada profissão, passa por isso, isso, isso. E vamos tentar seguir esse critério aqui.

No mais, Ministro, dizer o seguinte. Quero saudar sua disposição, pois vejo com simpatia que V. Exª tem um perfil de quem conhece o segmento, V. Exª não caiu de paraquedas num ministério onde V. Exª não tem militância. V. Exª conhece o Ministério, conhece a luta desse segmento, e penso que V. Exª cumpre seu papel como Ministro.

Haveremos sim... V. Exª fala em dezembro, temos bastante tempo. Quem sabe até lá todas as centrais sentem e acabemos produzindo um projeto que seja bom para o Brasil, bom para o trabalhador e para a geração de emprego e de renda, porque, neste momento, o que mais me preocupa é a pessoa que, no final do mês, não tendo emprego, não tem como sustentar o seu filho, a sua família. Essa é a preocupação.

Não é a preocupação, como disse a Senadora Ana Amélia, se o Presidente Michel Temer vai ficar ou se a Presidente Dilma vai voltar. A preocupação maior do Senado tem que ser a preocupação com o Brasil, que tem que voltar a crescer. A chamada política anticíclica levou a isto: a um déficit extraordinário, a uma baixa de arrecadação, a uma diminuição da atividade industrial, do comércio, das atividades que geravam emprego. Com isso, chegamos, infelizmente, a uma coisa que é muito difícil acontecer: temos alta de juro; vamos ter, pela terceira vez, diminuição do PIB; e uma coisa que se chama atividade industrial, toda ela, praticamente... São milhares já de lojas fechadas, indústrias fechadas, e o Brasil precisa estancar isso e voltar a crescer.

Quero crer que esta Comissão vai tratar disso como prioridade, cada um com a sua forma de ver, mas o importante é colocar o País, o Brasil, os empregos e a família em primeiro plano.

Muito obrigado, Sr. Ministro. Não tenho nenhuma pergunta específica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Senador Waldemir Moka.

Agora ouviremos o Senador Garibaldi Alves Filho, ex-Ministro da Previdência.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr. Ministro Ronaldo Nogueira, eu cheguei atrasado, não ouvi a exposição de V. Exª.



Quero me associar ao que foi dito aqui sobre a exposição, dizer que nós esperamos muito da sua atuação como Ministro do Trabalho e dizer que, como disse o Senador Moka, nós aqui estamos colocando o interesse do País acima de tudo.

Quero me associar também ao que disse a Senadora Ana Amélia, sempre generosa comigo – ontem, inclusive, bateu recorde de generosidade comigo.

Agradeço também ao Senador Paulo Paim, que foi sempre generoso comigo, inclusive quando eu estava no Ministério da Previdência, o que não é fácil para ele, porque ele não poupa os ministros da Previdência. Mas ele aqui é um campeão de audiências públicas nesta Comissão de Direitos Humanos.

Eu não vou perguntar, porque quem fala por penúltimo – eu sei quem vai falar por último – sempre corre o risco de ser repetitivo, eu posso fazer uma pergunta aqui que já foi feita.

Então, vou ficar na saudação a V. Ex^a, no voto de confiança no seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Ministro e Senador Garibaldi Alves Filho.

Meu caro Ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira, com a mesma franqueza que V. Ex^a tem – assim se porta na vida pública –, tanto quando fala com os empresários como quando fala com os trabalhadores e quando falou comigo... V. Ex^a me fez uma visita aqui na Comissão de Direitos Humanos, e eu achei muito positivo. Foi o Ministro, talvez, aqui no Senado – a não ser o Ministro Garibaldi, que diversas vezes me procurou também –, que mais teve contato comigo diretamente na Comissão.

Mas deixe eu lhe falar qual é o temor que a população tem hoje.

Ministro, eu fui a 27 Estados – falei aqui na abertura – para debater o quê? reforma da Previdência, terceirização, negociado sobre legislado, trabalho escravo. E o que eu percebo? Há um temor enorme da população. A população brasileira está com medo. Estou sendo muito franco, Ministro: está com medo. Aquilo que V. Ex^a disse aqui não é o que os outros Ministros estão dizendo. Eu não falo e não minto, eu não minto.

Quando eu vou à tribuna, eu vou com o jornal na mão. Eu pego o meu WhatsApp aqui e digo: “Chegou aqui agora isso”. O que está sendo espalhado neste País todo é o seguinte. Os eixos básicos são... Tem a ver com a sua pasta: reforma da Previdência – até ontem era, agora não é mais, claro, V. Ex^a não precisa responder nada sobre Previdência –; negociado sobre o legislado. E aí não adianta, eu tenho que dizer porque eu falei na tribuna: negociado sobre legislado é acima da lei. Claro que tem que ter a lei, senão não vai haver lei mais para nada, nem no campo nem na cidade.

Vamos acabar com todas as leis. Se para o trabalhador não vale, por que é que tem que valer para outros setores da sociedade? Negociado sobre o legislado é isto: “Olha, para o trabalhador não pode preservar quarenta horas não”. Não pode haver uma lei que diga que ele não pode trabalhar dez, doze horas. Se quiser, eu mostro um vídeo aí, um vídeo que mostra o que os empresários estão dizendo. Eles acham que tem que ser, porque ouviram falar que num país estão discutindo, doze horas, oitenta horas semanais. É o que foi dito aqui. Eu tenho um vídeo aqui, só não o mostro porque não é necessário, mas, se quiserem, eu mostro, está aqui o vídeo. É só pegar o Toni aqui, que mostra o vídeo. Até porque eu mostrei ontem. Diz o seguinte: o certo mesmo é comer com uma mão e trabalhar com a outra. Isso está num vídeo! E não foi o Joãozinho ou o Paulinho – não foi V. Ex^a, está bem claro –, foi o presidente ou o vice-presidente da CNI/Fiesp, meu Deus do céu, que são forças neste País. Também se disse que o horário de almoço deveria ser de quinze minutos. “E se o trabalhador quiser trabalhar dez minutos só? Se quiser ficar com o horário de almoço de dez minutos?” Eles dizem isso. “Não vamos deixar?” Aí o repórter pergunta para ele: “Mas você acha que é preciso flexibilizar todos os direitos?” “Ah, se o trabalhador quiser, pode flexibilizar todos,” ele diz.

É isso que eu tenho falado na tribuna, Ministro. E aí, é claro, o trabalhador, como eu... Bom, como é que fica então o nosso décimo terceiro? Como é que fica aquilo que tem princípios na Constituição, mas é regulamentado em lei? Como é que fica o próprio projeto das domésticas então? É uma lei. E daí?

Criou-se um terror.

Nem vou falar da Previdência. Calcule a situação... Eu estive agora no nosso Estado fazendo uma caravana com os trabalhadores rurais. Fui com eles para senti-los, cerca de mil. “Eu sou aposentado por invalidez, Senador. Como é que a minha situação...” Isso não está no jornal, está numa medida provisória aqui dentro. Olha, V. Ex^a não precisa responder, só estou fazendo o contexto, porque não é da sua pasta. Se quiser falar, claro...

Auxílio doença. “Eu fui para a empresa, a empresa não me aceitou. A Previdência não me aceita e diz que são 120 dias agora, mas eu estou pronto para trabalhar.” Sim, mas qual é o médico que diz que em 120 dias eu estou apto a trabalhar ou estou ainda doente? Está numa MP.

Então são essas preocupações que estão criando esse clima de terror. Se dizem que a lei não vale para o trabalhador... Eu quero dizer que esse é o debate na sociedade. Esses de que eu falei, da Previdência, estão



numa MP que já está aqui dentro. Eu pedi para fazer parte dessa comissão e vou fazer parte. Eu quero que me expliquem lá como é que é essa história de 120 dias, de mandar o trabalhador para a fábrica não importando se está doente ou não.

Como é que um cidadão com 50, 60 anos, aposentado por invalidez, no campo e na cidade – a maioria no campo ganha um salário mínimo, 99,99% ou 100% –, vai perder a aposentadoria por invalidez dele? Eu vi as mãos deles. A gente fala muito em agricultura, mas eu gosto de ver a mão do trabalhador. Toquei na mão deles. Riscava a minha mão, a minha mão de Senador, riscava. A mão dele riscava a minha mão, toda rachada. Esses trabalham de sol a sol mesmo.

É nesse quadro, Ministro, que eu levantei minhas preocupações. E eu disse, Ministro, num evento em São Paulo onde estavam presentes, na posse do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, mais de mil dirigentes, todas as centrais presentes, eu disse lá, e V. Ex^a repetiu aqui inclusive, da conversa que V. Ex^a teve comigo quando veio aqui conversar: negociado sobre legislado, se depender de V. Ex^a, não passa.

Eu falei lá, mas não é o que ouço de parte dos outros Ministros.

Trabalho escravo, da forma que querem, V. Ex^a, pelo que percebo, também não concorda.

Terceirizar atividade-fim, pessoal? Quem é da Previdência sabe: se terceirizarem atividade-fim, adeus, Previdência! Daí vai quebrar mesmo. Todo mundo sabe que empresa terceirizada não paga a Previdência. É só pegar os auditores fiscais que eles vão dizer, eles estão aqui. Foram eles que me passaram esses dados.

E o grave, Ministro: hoje vai ser apresentado um projeto no plenário que vai nessa linha de terceirizar tudo – hoje! Então, a gente vai começar a ver, já a partir de hoje, se, de fato, é para valer... Não a sua posição. A sua posição está muito clara, eu a conheço, e V. Ex^a tem autoridade de dizer porque votou, no plenário, contra essa questão da terceirização. Eu preparei uma defesa que vou fazer no plenário hoje à tarde. Eu espero que eles não coloquem em votação esse projeto que visa abrir as portas para a terceirização. E eles vão lá no Código Civil. Não passou pelas comissões em que atuo isso aqui. Acharam uma forma bem esperta e jogaram para a CCJ e, da CCJ, foi para o plenário. Vai ser votado hoje. Então, para quem está nos assistindo, e muita gente está nos assistindo, Ministro, aqui pelo meu celular eu vi que um monte de gente está assistindo, comentando de forma respeitosa e gostando do debate que aqui foi feito... Vai ser votado hoje o PL nº 195, que acrescenta parágrafo único ao art. 598 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro, do Código Civil – o foro é o Código Civil.

Do projeto de terceirização, para o azar de alguns, mas para a sorte de outros, eu sou o Relator. E esse negócio de achar que o meu DNA, a minha digital vai estar em cima de um projeto que vai terceirizar a atividade-fim... De jeito nenhum! O meu relatório fica para a história, não sei o que vai acontecer no plenário.

Por isso, Ministro, quando V. Ex^a diz que estão estudando a matéria, eu quero lhe dizer: sempre digo que, para defender o trabalhador, não há arena para mim. Pode ser uma arena de leão ou de gladiadores, eu estou lá. Então, se estão discutindo no Governo um projeto de terceirização, conversem com o Relator da matéria. Eu sou o Relator do PL que trata da terceirização e estou com meu relatório quase pronto. Sou o Relator do projeto que trata do trabalho escravo e estou com meu relatório praticamente pronto. Então, se existe um Relator no Parlamento, não façam a truculência de mandar para cá um projeto sobre um tema em relação ao qual o Relator está com o trabalho... E não é um trabalho inventado do dia para a noite: estou há um ano viajando o País e debatendo essas duas questões.

Sou o Relator também daquele que quer privatizar todos os presídios. Vamos debater o tema, mas não pode ser assim.

Ministro, eu poderia aqui falar de todos esses temas. Olha, eu estudei a terceirização com a responsabilidade devida, mas o exemplo maior que eu poderia dar... E eles dizem que não, mas digo: então, me provem. Eu sento, não há problema. Querem que eu vá dialogar com a Fiesp ou com a CNI? É só me convidar. Está sendo ao vivo aqui: pode me convidar que eu vou, não há problema nenhum.

Estou aproveitando este momento também, Ministro, porque vai ser hoje à tarde. Eu espero que tirem o projeto da pauta e não o votem hoje à tarde.

O certo desse projetinho sem vergonha aqui... Porque é sem vergonha, porque foi sacanagem, porque deviam mandar para a Comissão Especial. Se quisessem fazer um debate sério, mandassem para a Comissão Especial, onde eu sou Relator, para debatermos lá. Pode até ser aprovado, mas não da forma como fizeram. Eu relato o PL que veio da Câmara aqui no Senado. Foram apensados... Esse não veio apensado e foi para lá.

Este projetinho aqui, eu espero que saia da pauta hoje à tarde. Eu tenho um requerimento – e vou pedir para ele o apoio de todos os Senadores – para que simplesmente seja apensado ao projeto principal, que já foi aprovado na Câmara, porque é norma até na Casa. Há história aqui na Casa de que, quando a mesma matéria é aprovada numa outra Casa, quando chega na outra, ela é no mínimo apensada à principal. E a principal não é nem a minha, é a da Câmara, só que eu sou o Relator do projeto da Câmara – esse é o problema deles.



Então, esta matéria aqui tem de ser apensada ao projeto da Câmara, para nós podermos dar o parecer e discuti-la, Ministro. E estou disposto a dialogar com todos. Eu, como disse, não tenho limite. O meu debate, para onde eu tiver de ir... Nesses dias, me disseram: “Paim, você tem de ir ao Mississipi”. “Mas por que o Mississipi?” Eu não fui. Daí eles vieram de lá para cá, Ministro – é que nós estamos com tempo, então estou contando umas historinhas para o senhor aqui. Então, eles vieram com uma delegação de lá para cá. Sabe o que eles me disseram? “No Mississipi funciona exatamente isto, o negociado sobre o legislado.”

Não vou dizer o nome da empresa aqui. Eu disse hoje pela manhã que as pessoas medíocres atacam pessoas, e as grandes pessoas, homem ou mulher, discutem causas. Então, estou discutindo causas. Não vou nem citar aqui o nome da empresa. “Dizem que lá é o salário-hora, e é isso que eles vão aplicar aqui em vocês agora. Não deixem aplicar aqui e por favor nos ajudem lá”. Eu digo: “Olhem, dentro do possível, vamos tentar barrar aqui.”

O que é o salário-hora que lá existe? Lá é o negociado sobre o legislado. O que vale é a negociação entre as partes, o resto não existe. Tipo o seguinte: muita produção, trabalha doze horas; pouca produção, vai para casa e vem trabalhar duas horas amanhã ou depois. É isso o que nós queremos?

Ministro, V. Exª conhece já os meus pontos de vista, eu não vou me alongar mais. Eu tomei nota aqui da história do legislado sobre o negociado – já comentei –; o marco regulatório da questão sindical – eu acho que é um debate amplo. Isso tem de ser debatido sempre. O que não pode é alguém mandar para cá uma proposta sobre a questão sindical sem discutir com a gente. Eu sou Relator aqui de um tema semelhante que trata da questão sindical.

Associado ou não, eu tenho a mesma posição. E não tenho problema em dizer que eu tenho a mesma posição, porque é a minha posição, que V. Exª aqui reafirmou. O sindicato representa toda a categoria. Então, parem com essa história de dizer que eles só representam os sócios. O que é isso? Quando eu faço um dissídio, um acordo coletivo... Estou repetindo as suas palavras, palavras que eu sempre usei também. Quando eu faço um acordo, um dissídio coletivo, é para toda a categoria e não somente para os sócios.

Rescisão no sindicato: desde que seja acompanhando pelos advogados das partes, não vejo problema nenhum. As negociações: naturalmente, desde que sejam acima da lei, como eu disse muito claramente aqui.

Proteção do emprego, nós sabemos... Sabem desde quando há um projeto de minha autoria sobre a proteção de emprego? Vinte e oito anos atrás, e não mudo uma vírgula – está lá na Câmara ainda. Terminou a Constituição – eu fui Constituinte –, eu apresentei um projeto garantindo a proteção ao emprego. Não avançou uma linha! Não deixaram nem chegar à votação, é um tema que nós teríamos que discutir.

Terceirização. Eu sou relator do PL nº 30. Do trabalho escravo, sou Relator também. Quanto ao desemprego, claro que todos nós temos que ter caminhos para construir propostas para combater o desemprego. O desemprego continua aumentando infelizmente. Então, não dá para dizer somente que foi este ou aquele governo o culpado. Aí poderíamos dizer: “Olha, quando assumimos o governo, nós tínhamos 25 milhões de trabalhadores com carteira assinada e passamos dos 40. Então, nós geramos tanto.” Todo esse debate pode ser feito, não há problema nenhum, mas não é esse o debate. Não estou aqui debatendo governo ou não governo. Nós temos que combater o desemprego, isso é obrigação de todos nós.

Enfim, foram essas as minhas anotações, Ministro, e deixo V. Exª bem à vontade para comentá-las. Eu sei de suas posições, mas sei que não será fácil. E nós estamos nos preparando para o bom combate, que já vai começar hoje à tarde. Hoje já se vai sinalizar para onde vamos. Se V. Exª puder contribuir... E não estou nem pedindo que V. Exª tenha posição favorável ao meu ponto de vista, mas pelo menos – se não me engano, o Relator foi o Senador Douglas Cintra, veio da Câmara, não do Executivo –, se puder colaborar no sentido de que ele seja apensado aos outros e de que a gente discuta... Aproveitaremos, inclusive, tudo o que V. Exª está fazendo como equipe, vamos discutir todos os projetos que tratam de terceirização e fazer um projeto único.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O requerimento está na mesa já, eu pedi que apensassem. Se apensarem, eu me proponho a sentar para discutir, e nós, numa fórmula única... Porque eu também sou favorável a regulamentar a situação de 13 milhões.

Mas confesso, Ministro, que isso que estou falando aqui... Não tenho por que inventar, pessoal. Há um temor na sociedade. E se alguém dentro do Governo está falando bobagem, que pare de falar então, pare de dar entrevista para a *Folha de S.Paulo*, para *O Globo* – neste fim de semana que passou. Um deles chega a dizer o seguinte: “Olha, essa história de indenização não é bem assim. Se o trabalhador quiser uma indenização menor que eu não possa dar...” Eu li isso no jornal *O Globo*, é só ler o debate que está lá. “Se quero dar uma indenização menor que o valor? Se ele tem que receber R\$2 mil, mas eu dou R\$500,00, e ele aceita?” A lei diz que é R\$2 mil...



E aí querem acabar com a Justiça do Trabalho – sei que não é a posição de V. Exª –, há um movimento para acabar com a Justiça do Trabalho. Ora, imperfeição há aqui neste Parlamento. Vamos fechar o Parlamento? Imperfeição há no Executivo. Vamos fechar o Executivo? Imperfeição há no Judiciário. Vamos fechar o Judiciário? Imperfeição, nós sabemos porque nós sofremos, houve na ditadura, mas não queremos nem... Então vamos dizer o seguinte: não queremos mais o Exército nem a Marinha mais aqui agora... Na ditadura, eles cometeram uma série de equívocos. Mas não são as instituições as culpadas. Nós temos que ver quem errou e, seja quem for, que responda por seus atos.

Por isso, meu querido Ministro, eu passo a palavra a V. Exª para suas considerações finais, agradecendo-lhe já sua boa vontade de ter aceitado o nosso convite.

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – Obrigado, Presidente, Senador Paulo Paim.

Reitero aquilo que disse no início: fiquei muito honrado quando recebi o convite.

Entendo que o diálogo é fundamental. A crítica é importante também, porque a crítica tem efeitos pedagógicos. Nós acolhemos com muito respeito, inclusive, a crítica, o posicionamento divergente, porque não tem como todos pensarem da mesma forma, senão perderia o gosto da própria sociedade.

Sempre digo que, na própria família, há divergências. Na hora em que mãe, pai e filhos estão à mesa, às vezes surgem alguns assuntos em que não há convergência, mas nem por isso deixam de pertencer à mesma família e de, na hora da dificuldade, estarem juntos.

Agora, principalmente neste momento do Brasil, eu tenho dito que ninguém precisa abrir mão das suas causas, ninguém precisa abrir das suas convicções. As convicções precisam ser defendidas com vigor, com garra, mas nós temos um inimigo comum que precisamos combater: o desemprego. Eu acho que esse inimigo comum está identificado por todos, independentemente do espectro ideológico que cada um defenda. Que bom que nós tenhamos, neste Brasil maravilhoso, divergência de posicionamento ideológico, porque é isso que consolida a nossa democracia.

Eu quero saudar o Senador Garibaldi Alves, que chegou agora, e dizer que tenho muito respeito por S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele sempre chega a tempo.

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – É, chega; mas chegou no momento adequado, então é um privilégio tê-lo aqui. E à Senadora Regina Sousa também: acredito que eu não a saudei no início, então quero saudá-la de uma forma muito especial.

Os Srs. Senadores aqui trouxeram as suas explicações. O Senador Paulo Rocha realmente é um Senador que é notado e respeitado por seu posicionamento coerente no que diz respeito aos princípios em que ele acredita e às causas que ele defende. Nós respeitamos o Senador e toda a sua fala, que vem nessa direção.

O Vice-Presidente no exercício da Presidência, Michel Temer, nas nossas reuniões tem sempre enfatizado que ele, como Vice-Presidente da República, assume a Presidência por uma circunstância constitucional. Ele sempre enfatiza que os Srs. Ministros sejam prudentes e priorizem a disposição para o diálogo e que, neste período, até o desfecho final desse processo, que quem vai decidir é o Senado, todos tenham essa consciência de que ele, como Vice-Presidente da República, assumiu em uma circunstância constitucional e, então, é preciso haver o devido respeito. Inclusive, por orientação dele, nós mantivemos, nos nossos ministérios, a foto da Presidente Dilma. Quem for ao Ministério do Trabalho poderá ver a foto da Presidente Dilma, que está lá em razão da legitimidade de sua função.

A Senadora Ana Amélia é do Rio Grande do Sul. A Senadora Ana Amélia é uma pessoa extraordinária – o senhor também –, e eu sei que avaliza as minhas palavras em razão de tudo aquilo que ela representa, em razão da atuação conciliatória dela.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na campanha de 2010, botei o Paim junto com a minha campanha.

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A propaganda dela era o seguinte – era interessante o *marketing* dela –: “Olha, são dois votos.”

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – E estão aqui os meus dois votos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – “Vote primeiro em mim; agora, o segundo voto é do Paim.” Funcionou. Isso foi real.

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – E estão aqui os meus dois votos, Senador Garibaldi Alves. Aqui estão os meus dois votos e os da minha família.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaração de voto ao vivo para todo o Brasil.



O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – Então, vejam bem, o que a gente precisa...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – No Rio Grande do Norte não é fácil assim não. *(Risos.)*

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – Na época, era explícito esse posicionamento, e o senhor sabe por recomendação de quem inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode dizer, ele nunca escondeu. Eu tive duas recomendações – eu tenho orgulho de dizer –, uma foi do Zambiasi e a outra foi do Senador Simon, do seu Partido inclusive. Eram dois votos, e ele declarou o voto.

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – Muito bem, eu vou repetir aqui o que eu afirmei no começo, a pedido da Senadora Ana Amélia: direito você não revoga, direito você aprimora.

Não há nenhuma hipótese de aumento de jornada de trabalho. Qualquer hora semanal feita pelo trabalhador acima das 44 horas semanais será hora extra, conforme explicitado na lei. Então, não há nenhuma hipótese de aumento de jornada de trabalho, não há nenhuma hipótese de parcelamento de 13º e não há nenhuma hipótese também de fatiamento de férias. Esses aspectos fundamentais não serão alterados no que diz respeito à vida do trabalhador.

Nós estamos trabalhando junto ao Conselho Curador do Fundo de Garantia no sentido de que nós sejamos mais rigorosos no que diz respeito à preservação desse fundo porque ele é de interesse do trabalhador. O Fundo de Garantia não pode ser fonte de financiamento para outros empreendimentos que não sejam aqui, no Brasil. Não é possível que dinheiro do Fundo de Garantia do trabalhador seja destinado a atender interesses, com todo o respeito, de outras nações. O Fundo de Garantia tem que promover desenvolvimento e geração de emprego aqui, para o trabalhador brasileiro. Ele é uma poupança que pertence ao trabalhador, e nós queremos dizer para a Senadora Ana Amélia que nós estamos atuando de uma forma muito rigorosa no sentido da preservação desse dinheiro que pertence ao trabalhador. Não se repetirá o desvio de finalidade dos recursos do Fundo de Garantia do trabalhador.

Com relação à fala da Senadora Regina Sousa. Eu sei que há a preocupação dos Srs. Senadores quanto a esses 59 projetos que tramitam aqui. Na Câmara dos Deputados são 513 Deputados e ali há uma diversidade de opinião, é um colegiado plural, assim como o próprio Senado. Então, não tem como o Governo interferir na iniciativa dos Srs. Deputados. O que eu posso reafirmar para os senhores da consciência do Ministro do Trabalho – e a gente tem construído junto ao Governo que o Ministério do Trabalho cumpra com a sua prerrogativa de promover políticas públicas de proteção ao trabalhador – é que nós vamos atuar muito firme nessa direção. Aí não há nenhuma hipótese de o Ministério do Trabalho atender qualquer outro interesse além do interesse do trabalhador, e na direção de combater esse mal comum que é o desemprego. Nós temos que combater o desemprego, combater a informalidade.

E digo que nós pretendemos dar uma legitimidade maior para a representação sindical, principalmente no que diz respeito a prestigiar a convenção coletiva. A legislação vai dizer os parâmetros segundo os quais a negociação coletiva tem força de lei, para que depois o juiz não desmoralize o sindicato que representa a categoria. O sindicato tem que ter legitimidade, e a negociação coletiva...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ou seja, Ministro, não há nenhum mal-entendido, até porque sei de sua posição: o senhor recomenda que sempre respeitem o parâmetro da lei e, acima da lei, negociem.

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – É isso aí.

Há o parâmetro da lei. A lei vai estabelecer os pontos em que a convenção coletiva terá força de lei. Mas quem é que vai construir isso? As centrais sindicais, que representam os trabalhadores...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – ... e por lei. A lei vai definir o parâmetro da legitimidade da convenção coletiva.

Por exemplo, as 44 horas semanais se darão nos seis dias da semana ou nos cinco dias da semana? Não sei se está entendido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, porque hoje praticamente são os cinco dias. A maioria trabalha de segunda a sexta e compensa a diferença do sábado.

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – É nesse aspecto... Depois uma ação judicial não vai dizer que aquela meia hora a mais que o trabalhador cumpriu durante os cinco dias é hora extra. Porque nós não podemos pensar que no Brasil todos os empregadores são milionários. Nós temos microempresas que, muitas vezes, são inviabilizadas em razão de uma ação judicial injusta. Então, precisamos ter uma legislação adequada no Brasil. Quem mais emprega no Brasil são as pequenas e microempresas, que também são trabalhadores.



Quem trabalha na microempresa tem que ter a garantia de que terá o seu salário pago, seu Fundo de Garantia depositado, de que no final do mês terá seu salário pago, de que terá um ambiente adequado.

Inclusive, nós pensamos, Senador Paim, em criar, Senadora Ana Amélia, com recursos do Fundo de Garantia, uma linha de crédito para que as pequenas e as microempresas possam renovar o seu parque de máquinas, adequando-se às exigências das normas de segurança e saúde do trabalhador. Nós estamos trabalhando nessa direção, porque, se o Estado impõe uma regra, o Estado tem que oferecer condições para que aquele setor possa atender àquela determinada regra. Então, nós vamos trabalhar nessa direção, mas sempre ouvindo todos os atores interessados nessa questão.

Na homologação da rescisão, nós vamos promover capacitação para as lideranças sindicais. Cada sindicato deve ter um departamento de homologação para que o auditor fiscal do trabalho, por quem eu tenho respeito... E essa categoria sabe, porque eu tenho demonstrado isso, inclusive com relação ao PL deles, que vai vir para esta Casa, nos termos daquilo que foi acordado. Agora de manhã, ao sair daqui, já vou assinar isso, porque há algumas prerrogativas que o auditor fiscal não tinha e, a partir desse PL, vai ter, e isso depende da minha assinatura. Até quero convidar o Presidente para ir comigo para nós fazermos a assinatura lá no Ministério, para que o auditor possa dedicar-se ao combate ao trabalho escravo, ao combate ao trabalho infantil, à proteção à saúde do trabalhador, dedicar-se àquelas prerrogativas que são essenciais. E que a intervenção do Ministério Público e do Ministério do Trabalho se dê principalmente no que diz respeito àquelas situações que são essenciais ao trabalho do auditor fiscal do Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministro, permita-me, gostaria que o senhor respondesse duas perguntas que eles mandaram para a Mesa. Pedi que digitassem e encaminhassem para V. Ex^a, mas uma delas V. Ex^a já respondeu, que é exatamente essa do PL. A outra é essa de fortalecer o trabalho dos auditores fiscais.

O SR. RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA – Sim, nós vamos fortalecer. Inclusive, nós estamos promovendo dentro do Ministério algumas reformas, não somente no que diz respeito à questão dos auditores, mas também à questão dos próprios administrativos. Nós vamos organizar o Plano de Cargos e Salários, organizar toda a estrutura do Ministério do Trabalho, começando do auditor até o auxiliar. Eu fiz isso quando fui Presidente da Fundação Gaúcha do Trabalho. O Plano de Cargos e Salários da Fundação Gaúcha do Trabalho ocorreu quando eu fui Presidente da Fundação. E isso nós vamos fazer também no Ministério do Trabalho. A nossa intenção é prestigiar o servidor efetivo, porque o servidor efetivo tem um capital intelectual extraordinário. E nós precisamos criar condições e ferramentas para que o servidor efetivo possa utilizar o seu capital intelectual, para que ele dê resultados eficientes para o cidadão. Porque se o capital intelectual fica guardado, se ele não é utilizado, é como um tesouro escondido: o tesouro escondido não tem valor. O tesouro escondido tem valor se é compartilhado, e assim é o capital intelectual.

Não basta ter muito capital intelectual, muito conhecimento, se aquele conhecimento não é utilizado a serviço do cidadão. Esse é um dos grandes desafios que temos pela frente. Pretendemos, inclusive, melhorar as nossas estruturas físicas, as nossas superintendências. Estamos revendo todos os nossos contratos lá, e tenho certeza, Senador Paim – assim que concluirmos viremos aqui apresentar para os senhores –, de que vamos surpreender o Brasil de uma forma muito positiva e provar que o quadro efetivo é fundamental, tem contribuído e vai continuar contribuindo muito para a sociedade brasileira.

Com relação ao negociado sobre o legislado, para a Senadora Regina Sousa, acho que consegui responder.

A questão da CLT. Na verdade, eu disse no início que o problema não é a CLT, mas a legislação esparsa que foi criada a partir da década de 70. Hoje são mais de 1,7 mil, entre leis complementares, normas, portarias, súmulas, e algumas delas contrariam a própria CLT. Isso traz a possibilidade de interpretações subjetivas e traz insegurança jurídica nessa relação entre capital e trabalho, porque o custo, encargos e valor da mão de obra, numa cadeia vertical dentro de um negócio não dá 15%. O que aumenta muito esse custo e prejudica a competitividade, e, muitas vezes, o setor, é a expectativa de uma ação trabalhista. Muitas vezes, a ação trabalhista... Não posso agora precisar quantas comarcas são, mas não há uma uniformidade nas decisões, principalmente quanto à tese do dano moral, à tese do dano existencial – muitas vezes isso é subjetivo e está muito inerente à decisão monocrática do juiz.

É essa insegurança que muitas vezes leva o setor a ter medo. O problema não é o trabalhador, não é o salário do trabalhador, não é o recolhimento dos encargos, porque os encargos que estão ali especificados... O Brasil está dentro do parâmetro mundial, com exceção de alguns países em que é bem menor. Por exemplo, na China, o valor da mão de obra do trabalhador, por hora, é em torno de US\$1,47; no Brasil é muito acima disso: está em torno de US\$6,5, US\$6,7 mais ou menos.



Não dá para compararmos o Brasil com esses outros países. Agora, precisamos avançar no sentido de garantir que essas conquistas que já estão explicitadas na nossa Constituição tragam solidez e garantia para o trabalhador, e esse é o grande desafio nosso.

Então, jornada de trabalho não vai aumentar. A Justiça do Trabalho tem que existir porque faz parte de um tripé – empregador, trabalhador e Justiça do Trabalho. Não há, da nossa parte, nenhuma pretensão de desconstituir as competências da Justiça do Trabalho, não há.

Com relação ao Senador Moka. Ele falou aqui na convergência, que é importantíssima. Ele levantou uma questão aqui, Senador Paim, que vem ao encontro daquela tese em que estamos trabalhando, que é o contrato do serviço especializado.

Nós vamos redefinir as categorias. Hoje nós temos um rol de 52 categorias, mas, a partir da década de 70, surgiram outras categorias, outras atividades. Então, vamos redefinir e, com certeza, vão aumentar essas categorias, e vamos, a partir disso aí, conseguir organizar, inclusive, a representatividade sindical por categoria. Precisamos ter sindicatos fortes na base, transparentes, cumprindo a sua função, que é defender o trabalhador. Não se desenvolve uma nação sem o trabalho. O desenvolvimento se dá através do trabalho, que é um produto fundamental. Nunca vamos ter uma sociedade desenvolvida sem a participação do trabalho. Precisamos ter esta visão: o trabalho, a mão de obra é fundamental para atingirmos o desenvolvimento.

Com relação ao Senador Garibaldi Alves: quero agradecer as suas palavras e dizer que vamos nos esforçar para retribuir a confiança. Nós estamos abertos e gostaríamos de ter a sua experiência para nos ajudar, inclusive com sugestões para o encaminhamento dessas demandas, que são um pouquinho complicadas.

Senador Paulo Paim, conheço a sua luta, compreendo a sua preocupação. Quem está na torre da vigília em defesa do trabalhador tem que se preocupar com qualquer fumaça que se levante realmente. Compreendemos isso e, da parte do Ministério do Trabalho, estamos abertos. Sempre que V. Exª nos convidar viremos aqui. Convide-nos, convoque-nos, chame-nos, queremos estar muito presentes.

Com relação à previdência social, há um grupo de trabalho que foi criado pelo Governo em exercício. Tem a participação dos empregadores, dos trabalhadores e do Governo – inclusive, há uma representação do Ministério do Trabalho nesse grupo. Não existe uma proposta pronta ainda, essa proposta está sendo construída. O Governo tem falado que a intenção não é buscar adesão para uma proposta, mas que essa proposta seja construída a quatro mãos. A única preocupação é que possamos ter um sistema de previdência que tenha a garantia de sustentabilidade para o trabalhador no momento em que ele for desfrutar de sua aposentadoria. Os pontos de divergência não serão definidos através de um embate, de medida de força, mas através de um diálogo amplo. Há a disposição de dialogar até o final da segunda milha para que possamos encontrar um consenso, pensando numa previdência social para o futuro do trabalhador, para o futuro da próxima geração. É essa a preocupação, mais ou menos naquela sinalização que a Presidente Dilma já fazia. Temos aqui o ex-Ministro Garibaldi Alves, que sempre externalizou aquela preocupação no que diz respeito à sustentabilidade da previdência social. Então, é nessa direção.

Agradeço a oportunidade. Estamos sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ministro, meus cumprimentos.

Eu queria deixar com V. Exª este documento que o Sinait me entregou. V. Exª deu pinceladas importantes.

Ministro, eu tomaria a liberdade também, já que o Ministério do Trabalho faz parte de um grupo de trabalho sobre a previdência... Eu recebi um estudo muito interessante dos auditores e analistas sobre a arrecadação da União, e esse estudo mostra que há uma dívida da elite deste País com a União – digo da elite porque é da elite mesmo – de 1,5 trilhão. Se conseguirmos acionar a cobrança devida... Alguns acham que todo trabalhador que entra com uma ação na Justiça é esperto ou malandro. Malandro há em todos os lugares, inclusive aqui dentro do Parlamento, há um monte de malandros – você sabe que existem – na Câmara e também no Senado. Então, não dá para achar que todo trabalhador que entra com uma ação na Justiça... Sei que V. Exª não disse isso, mas os auditores dizem isso. E dizem mais: se combatermos só o contrabando, arrecadaremos, no mínimo, 100 bilhões a mais por ano.

As ditas reformas da previdência... Eles falam em 64. Falaram que, só no ano passado, se não me engano, deixamos de arrecadar 250 bilhões – estou lembrando dos números aqui provisoriamente. Se lembrarmos a média de superávit da previdência, nos últimos dez anos dá no mínimo 50 bilhões – no campo da seguridade, em que está a saúde, assistência e previdência.

O que estou dizendo, na verdade, é que, se quiserem, naturalmente, os analistas e os auditores mandam todo esse estudo para ver que não precisa retirar um direito sequer do trabalhador, não precisa tirar a inflação mais PIB – que vai pegar, principalmente, o trabalhador rural – não precisa ter uma política – o termo que usei na tribuna vou usar aqui – de cassar, de fazer uma cassação via peritos.



Não tenho nada contra os peritos, mas os peritos, pelo acordo firmado, vi na MP... Eles falam em um muro para cassar... Eu uso esse termo, porque chamo MP da morte essa MP que já está aqui dentro. O que falo lá na tribuna estou falando aqui: chamo MP da morte a que visa cassar aqueles que têm aposentadoria por invalidez e aqueles que têm auxílio-doença. Estou dizendo isso porque esse estudo poderá contribuir – como fiz cinco emendas e uma é delas revogando essa medida provisória que cassa a aposentadoria por invalidez e o auxílio-doença das pessoas – para mostrar que há outros caminhos, sem retirar direito do trabalhador e nem querer elevar a 65 anos – já ouvi falar até em 70 anos. Claro que a população se assusta! Calcule o camarada que começa a trabalhar no campo com 12 anos, ou mesmo com 18, e que vai se aposentar com 65: dá 47 anos de contribuição! O filho do trabalhador não tem como, aos 18 anos está trabalhando, quando não está trabalhando com 16. Mas vamos botar 18: 18 para 65, dá 47, 47 anos de contribuição.

Se pegar o trabalhador rural, vai dar 55 no mínimo, porque ele começa bem antes. Com 55 anos de atividade, de uma forma ou de outra, ele está sendo penalizado. E o filho dos mais ricos – queiramos ou não, o termo é esse – se dá o direito de ficar estudando, fazendo estágio no exterior, e entra no mercado com 30 anos. Com 35 de contribuição, ele, sim, pode até se aposentar com 65, mas, com o filho do trabalhador, a realidade é outra. Apenas deixo essa reflexão.

Agradeço muito a V. Ex^a.

Ele já pede aqui que vocês remetam, por favor – os auditores estão aqui –, esse estudo que recebi e que tenho usado nas minhas palestras.

Eu boto no quadro negro, boto a palestra no quadro negro e mostro onde é que está a perspectiva de resolver o problema da seguridade, onde está a saúde, a assistência e também a previdência, sem precisar mexer em direitos do trabalhador, seja do campo, da cidade, da área pública ou da área privada.

Ministro, muito obrigado por sua participação. Com certeza, outras vezes, se necessário for, nós estaremos conversando, quer seja como Ministro, quer seja como Deputado – tudo pode acontecer, agosto está aí; agosto é que decida, não é, Ministro? Aqui nós não entramos nesse assunto, não era o objetivo. Depois, naturalmente, vamos todos trabalhar na linha que aqui foi pelo plenário levantada, e por mim também, e que V. Ex^a reafirmou muito. Claro que todos nós queremos combater o desemprego. Ou vai ter alguém contra combatermos o desemprego? Claro que não! Por mais conservador que seja, quem é favorável a ver o nosso pessoal desempregado? Todos nós estamos nessa linha de combater o desemprego.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.)



ATA DA 72ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE AGOSTO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia dois de agosto de dois mil e dezesseis, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann e do não membro Senador Paulo Rocha. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para o ciclo de debates sobre: “A crise política, econômica, social e ética no Brasil à luz dos Direitos Humanos, com foco na violência no campo”. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Bernardino Camilo da Silva, Advogado do MST-PR; Leure Simone Ritta, Membro da Coordenação Regional do MST-PR; Rudmar Moeses, Membro da Coordenação Regional do MST-PR e Membro da Direção do Acampamento Dom Thomaz Balduino. Às quinze horas e dois minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Gleisi Hoffmann. Às quinze horas e vinte e cinco minutos a Senhora Presidente eventual Senadora Gleisi Hoffmann devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente concede a palavra à Ana Moraes, assessora do Senador Lindbergh Farias. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) realização de visita conjunta das Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado ao local das mortes de integrantes do MST. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann e Paulo Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 72ª reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 2, de 2016, desta Comissão, de minha autoria e de outros Senadores, para o ciclo de debates sobre a crise política, econômica, social e ética do Brasil à luz dos direitos humanos, hoje especificamente com foco na violência no campo.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, [link www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania), e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

De imediato, convidamos para a Mesa, já registrando a presença do Senador Paulo Rocha, o advogado do MST do Paraná, Dr. Bernardino Camilo da Silva. Convidamos também, membro da Coordenação Regional do MST do mesmo Estado, a Srª Leure Simone Ritta, líder desta área. Convidamos também Rudmar Moeses, membro da Coordenação Regional do MST do Paraná e membro da Direção do Acampamento Dom Tomás Balduino. E convidamos também Alexandre Conceição, membro da Direção Nacional do MST.

Normalmente, temos aqui um documento para situar os nossos telespectadores e aqueles que estão assistindo à reunião pela internet ou ouvindo-a pela Rádio Senado, com uma introdução do tema.

Eu pergunto quem está bem a par do tema e poderia fazer essa primeira introdução, antes mesmo dos nossos convidados. Seria a Senadora Gleisi, mas como ela se encontra, neste momento, no debate...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, ela está vindo?

Ela se encontra, neste momento, no debate na Comissão do Impeachment. Esta nossa audiência pública, Senador Paulo Rocha, iria iniciar-se às 14h. Não se iniciou porque foram recebidos na Câmara dos Deputados também. E que bom que a Câmara abriu as portas para esse debate também lá, que é de suma importância para nós todos! E tiveram certa dificuldade, como sempre acontece aqui nas duas Casas, para se deslocar da Câmara para o Senado. Já estão aqui. Vamos, de imediato, iniciar o debate. Pergunto qual dos três...



O Dr. Bernardino poderia iniciar, fazendo a introdução, e, a partir do momento que a Senadora chegar, ela também dará sua contribuição. Nós todos vamos também participar ativamente do debate.

Com a palavra o Dr. Bernardino Camilo da Silva, advogado do MST do Paraná.

O SR. BERNARDINO CAMILO DA SILVA – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador Paulo Paim em nome do MST, agradecendo a oportunidade de debater este assunto. Na verdade, fomos chamados para debater o conflito fundiário instalado no Paraná e isso se insere nos eixos temáticos desses ciclos de debate que a Senadora em seguida estará melhor esclarecendo.

A realidade que nos foi trazida para expor, na verdade, é um tanto complexa. Obviamente não vou fazer um histórico aqui nem voltar muito tempo na história, mas não tem como não fazer uma breve introdução do cenário em que se desenvolve um conflito fundiário no Estado do Paraná. Trata-se da região centro do Paraná, uma região de muitos camponeses, mas também de grandes latifúndios, região onde está... O Paraná é um dos Estados em que o MST tem mais famílias organizadas. E a região centro do Paraná, que é a nossa região, tem mais ou menos um terço de todas as famílias do Estado. Então, envolve mais de 10 mil famílias.

Atualmente, germinou novamente, porque já havia um conflito nas terras de uma empresa, a antiga Giacomet-Marodin, atual empresa Araupel. Então, o cenário desse conflito remonta ao período imperial.

Essas terras onde estão instalados esses conflitos fazem parte de dois títulos de terra que foram concedidos para uma companhia colonizadora em 9 de novembro de 1889. Ou seja, seis dias antes da República, o rei chamou o seu amigo e concedeu dois títulos de terra: um de 43 mil hectares e outro de 63 mil hectares. Então, são 106 mil hectares de terra que atualmente estão em cinco Municípios da região. É nesse cenário que se desenvolve esse conflito, iniciado em 17 de abril de 1996, mesmo dia, coincidentemente, em que houve o massacre de Eldorado dos Carajás. Houve a primeira ocupação nesse latifúndio e, por ocasião da conjuntura daquele período, se conquistou uma parte dessas áreas onde existem assentamentos com 1.564 famílias e outro com mil, cento e poucas famílias. Ou seja, já estão nesse latifúndio 2.700 famílias assentadas.

Há dois anos foi ocupado o remanescente de um desses títulos, de 43 mil hectares, chamado imóvel Pinhal Ralo. No ano passado, início de julho do ano passado, foi ocupado por remanescentes de outro imóvel, o de Rio das Cobras, de 63 mil hectares de terra.

O Incra, ao estudar a cadeia de domínio desses títulos, concluiu que eles eram nulos, que foram cedidos sob condição e essas condições não foram cumpridas pela cessionária, pela empresa, pela companhia colonizadora, que teria obrigação de construir uma estrada de ferro, um ramal de uma estrada de ferro, e não construiu. Logo, esses títulos, então, seriam nulos. Por isso, em 2004, o Incra ingressou com uma ação declaratória de nulidade desses títulos concedidos à empresa, que, na verdade, era a outra, anterior, mas os títulos atualmente pertencem à Araupel.

Apenas em 2015, dia 12 de maio do ano passado, ou seja, 11 anos após a propositura da ação pelo Incra, houve uma sentença da Justiça Federal, da 1ª Vara Federal de Cascavel, que reconheceu a nulidade desse título. Reconheceu a nulidade de todos os títulos, mas há assentamento em apenas 23 mil hectares, onde estão essas mil, cento e poucas famílias, que é o Assentamento Celso Furtado. Logo, restam em torno de 40 mil hectares do mesmo título, que é nulo e que estava com a empresa Araupel ou com outros fazendeiros.

É nessa área que se instalou, então, no ano passado, também, início de julho, o acampamento, hoje Acampamento Dom Tomás Balduino, em uma região que veio a se tornar uma das regiões mais conflituosas, havendo, então, entre os resultados desse conflito, o assassinato de dois integrantes do MST no mês de abril. Então, esse é um pouco o cenário do conflito social instalado na região centro do Paraná.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BERNARDINO CAMILO DA SILVA – Como eu vinha dizendo, nós falamos de um conflito instalado em um cenário em que há dois títulos, cuja soma dá 106 mil hectares de terra, que são de origem fraudulenta, são propriedades que se convalidaram, mas quem recebeu a cessão desses títulos não cumpriu as condicionantes. Então, esses títulos são nulos de pleno direito. Tanto que, após 11 anos de instrução na Justiça Federal, o processo recebeu uma brilhante sentença, bastante longa, até pela complexidade do caso. Por pegar todo esse histórico de luta pela terra, declarou esses títulos nulos.

Nós estamos falando de um enfrentamento aqui em que estão buscando resolver alguns problemas, alguns entraves deixados ainda no período do Império. É isso que ocorre atualmente na região centro do Paraná.

Nessa mesma área, além de haver em torno de 2,7 mil famílias assentadas, temos esse remanescente grande de área com a empresa Araupel, que faz parte desses títulos que são nulos. Claro, está em segunda instância. Houve decisão da Justiça Federal, sentença em primeira instância e, obviamente, a empresa recorreu. Então, está no TRF, em Porto Alegre, para decisão em segunda instância. E a gente crê que dificilmente isso será mudado, até porque o processo foi instruído durante 11 anos para os juízes exararem uma sentença. Assim,



não vai ser fácil para o Tribunal entender de forma diversa de como entendeu o juiz de primeira instância, que é quem tem mais proximidade com os fatos.

Além das famílias assentadas, há 2.800 a 3.000 famílias acampadas no remanescente desse imóvel, que é onde existe o conflito. E já que o principal tema é a violência rural, dentro desse conflito, não é preciso pesquisar muito para chegar à conclusão de que as famílias acampadas são vítimas de todos os tipos de violência. Geralmente, quando a gente fala da violência e imagina só a violência física. Essa acontece também. Acontecem abusos por parte da polícia, agressões quando fazem abordagens a pessoas identificadas como do MST, abordam longe do acampamento ou quando estão no comércio ou vão procurar posto de saúde na cidade. Acontecem humilhações. E há uma campanha midiática. Muitos meios de comunicação locais que seguem a linha dos grandes jornais atacam diariamente as famílias do MST. Em um período, inclusive, houve um ataque velado contra as mulheres, a ponto de os jornais locais escreverem artigos dizendo que as meninas dos acampamentos se prostituíam e que eram obrigadas a abortar. Até havia títulos assim. A exemplo dos filhos de João Pedro Stedile, pelo que narravam, era como se todas as mulheres do acampamento fossem dessas lideranças. Isso é para se ter um exemplo, só para se ter uma ideia do nível a que se chega. E há campanha nas redes sociais e em todas as formas de comunicação para efetivamente demonizar as famílias acampadas, as famílias do Movimento dos Sem Terra. Então esse tipo de violência é uma constante.

Existe, então, a violência policial, existe a violência midiática, essa que também vai corroendo a moral da pessoa, e existe também a perseguição, a violência perpetrada pela própria empresa, que usa de capangas, de seguranças privados, tanto regulamentados como irregulares, os chamados jagunços mesmo, para perseguir as famílias acampadas e as lideranças das famílias.

Então esse é um pouco o cenário de onde se encontra esse conflito, esse é um pouco o quadro do que ocorre lá. E o ponto culminante dessa violência, como prova de que não fica só na promessa, tanto por parte da polícia como por parte da empresa Araupel, antiga Giacomet-Marodin, é que, em 1997, após a primeira ocupação que eu falei, lá de 1996, os pistoleiros da empresa assassinaram dois trabalhadores. E isto era de conhecimento de todo mundo: que foram pistoleiros. Houve testemunha visual, mas não houve como provar. No júri, eles foram absolvidos, porque eram muitos pistoleiros e não se sabia quem atirou. Isso nos crimes de 1996. Agora, em 2016, não precisou a Araupel matar. A própria polícia fez esse serviço.

Por mais absurdo que pareça, após os pedidos de investigação do caso e o apoio, as reiteradas pressões feitas inclusive pelos... Quero agradecer especialmente à Senadora Gleisi Hoffmann, que esteve, inclusive, lá, no ato pós-velório dos companheiros que foram mortos. Após esses vários pedidos para que se investigassem esses crimes, esses assassinatos de trabalhadores, houve deslocamento de um delegado da Polícia Federal. A gente até acreditava que pudesse sair algo diferente do comum, mas não saiu. É normal da corporação.

O inquérito da Polícia Federal concluiu que não houve assassinato, que a polícia agiu em legítima defesa. Então, eles concluíram, vejam o absurdo, que a polícia agiu em legítima defesa. Todavia, as pessoas morreram com um tiro nas costas, duas pessoas foram parar na UTI: uma com tiro nas nádegas e outra com tiro na panturrilha. Então, para ser legítima defesa, só se essas pessoas tinham uma terceira mão, para trás, para correr atirando ou alguma coisa assim. Dá para pensar nas maiores bizarrices aqui com essa conclusão a que a Polícia Federal chegou no inquérito.

O outro detalhe é que as pessoas do MST nesse suposto confronto, porque a polícia disse que houve um confronto, estavam indo em um ônibus onde havia idosos, havia mulheres. Eles dizem que o MST foi para um confronto. O MST nunca vai para um confronto à bala com ninguém, especialmente se alguém, vamos supor que um grupo de... Porque eles tentam, às vezes, desvirtuar, dizer que houve um grupo isolado. Se fosse um grupo ou se alguém fosse para o enfrentamento ou pensando mal, não iria naquelas condições. Era no meio do mato, estavam fazendo uma incursão para resolver o problema de uma estrada lá, justamente por onde entravam os pistoleiros e tal, que era uma estrada trancada. Então, estavam indo fazer uma averiguação se a estrada se mantinha daquele jeito, por segurança do acampamento, mas não esperavam jamais ser recebidos à bala pela polícia, como foram.

Outro detalhe para que o inquérito da Polícia Federal chegasse a essa conclusão de que a polícia agiu em legítima defesa, assassinando os dois trabalhadores sem terra. Logo após o crime, eles cercaram a cena do crime. Eles removeram, eles mexeram inclusive com os cadáveres. Então, não tem como dizer que é imparcial algo feito dessa forma. Eles mexeram tanto antes como depois. Antes de fazer a reconstituição, eles novamente alteraram, ajeitaram as coisas. Uma camioneta em que estava uma das pessoas que morreu, a pessoa que estava dirigindo, eles mudaram de local, do lugar onde parou a camioneta, o que todos viram. Então, eles alteraram de forma indiscutível a cena do crime. Ou seja, foi algo totalmente montado.

Existe um segundo inquérito investigando esses assassinatos, que é o inquérito da Polícia Civil local, estadual, que ainda pode ser mais grave, porque os delegados que acompanham vêm ameaçando indiciar os



trabalhadores. Ou seja, além de haver alguns assassinados, dois assassinados, e de outros serem baleados, feridos à bala – não é só o caso dos dois que eu citei, mas houve outros com ferimentos mais leves –, eles ainda correm o risco de serem indiciados por tentativa de homicídio contra a polícia.

Então, é a esse absurdo que se chega quando você está em um enfrentamento desigual como esse, em que você tem os meios de comunicação, a polícia e a empresa, com um poderio econômico – especialmente para as condições da região, porque não são cidades muito grandes – muito grande, em que conseguem impor as coisas da forma como querem para agredir os trabalhadores.

Atualmente, a gente vê como saída para isso, além das ações que são paliativas – porque da polícia nunca vai se conseguir resolver, parece que é uma cultura ser violento –, além das ações de observação, a própria Comissão de Direitos Humanos, eventualmente, conseguir uma visita. Isso tornaria públicos esses casos e também inibiria um pouco, pelo menos, essas ações da polícia.

Além disso, outra coisa que poderia ajudar a solucionar isso seria pensar em algo no sentido da aquisição da área também. A área, esse título, do ponto de vista judicial, encontra-se em segunda instância para decisão. O Incra, quando entrou com uma ação pedindo a nulidade – desse segundo remanescente, que é onde está esse Acampamento Dom Tomás Balduino –, pediu para criar, liminarmente, o assentamento e discutir o título. Depois, se o título for nulo, tranquilo, o Incra não paga nada; e se o título for válido, resolve-se em perdas e danos, a União indeniza o proprietário, isso seria lógico.

Aliás, o Assentamento Celso Furtado foi criado com uma liminar, desse jeito, só que o juiz de primeira instância concedeu parcialmente o pedido feito pelo Incra, deferiu parcialmente o pedido; na verdade, mandou a empresa comprar outra área do mesmo tamanho para que fossem assentadas as famílias. A Araupel recorreu e derrubou essa decisão, e o Incra também recorreu, pedindo novamente, em liminar, que fosse criado o assentamento para evitar o conflito. Isso, Senadora, antes das mortes, o Incra recorreu. Foram vários os argumentos, mas um dos fundamentos do desembargador do TRF para indeferir a liminar foi dizer que não havia risco de conflito. Houve vários, mas esse é sintomático porque, em seguida, houve as mortes. Foi em sede de agravo de instrumento que o TRF decidiu. Então, esses processos estão lá, dependem de andamento.

Outra medida talvez fosse, não sei, não compreendo muito o regimento, como funciona a Comissão, pedir celeridade nesses processos, porque o processo já tramitou, o processo paradigmático desse título já tramitou por onze anos, fazendo instrução, e o juiz concluiu que é nulo? Então, o certo seria pedir celeridade, que se julgue de uma vez esse processo e se decida. Se for nulo, resolve-se o problema, porque cria-se o assentamento sem custo nenhum, inclusive para a União Federal, devendo a empresa indenizar pelo tempo que usou essa área pública, como é o caso de vários, a exemplo do que era da Cutrale; é o mesmo *modus operandi* da grilagem de terras.

Esse é um pouco o quadro. Acho que os demais companheiros do acampamento que estão aí podem complementar. E a gente fica à disposição.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Bernardino.

Eu quero primeiro fazer uma saudação a todos, a você, à Leure, ao Rudmar; também agradecer muitíssimo ao Senador Paim, que estava aqui conduzindo a reunião, ao Senador Paulo Rocha, que está conosco.

A ideia dessa audiência, que é um ciclo de debates sobre violência no campo, com um foco específico lá no acampamento Dom Tomás Balduino, é justamente trazer à luz as questões que o Bernardino levantou.

Eu estive por duas vezes no acampamento: a primeira, logo após a morte dos companheiros lá, quando nós fizemos uma manifestação, um ato em relação a isso. E a situação era muito tensa, tanto que o Batalhão de Choque da Polícia Militar do Paraná estava fazendo treinamento para fazer a guarda do local na praça pública, com uma ostensividade muito grande. Estavam todos muito nervosos, porque o que aconteceu lá foi algo que, na realidade, não foi orientado. Claro, o governador tem responsabilidade, mas foi o chefe da Casa Civil do governo do Estado, o Deputado Rossoni, que mandou a polícia, na realidade, fazer a emboscada para os companheiros que foram ver essa entrada do acampamento. Então, foi assim, muito tenso.

Agora, eu estive lá de novo há duas semanas, e o pessoal está com muito medo, porque, como não há um olhar maior sobre o acampamento e há uma parte superior da polícia que é coordenada pelo Rossoni, que tem ligação política com o Rossoni, eles têm medo de que isso acabe resultando em mais mortes.

É o que o Bernardino falou: há muito preconceito, muito desprezo, muita campanha sendo feita contra os acampados para tentar dizer que eles estão lá e estão prejudicando a ordem, o emprego, a cidade, o desenvolvimento. E a gente tem tentado mostrar o contrário, até porque o outro acampamento funciona exatamente no sentido do desenvolvimento da comunidade local, que é Quedas do Iguaçu, que é o que dá condições à



economia local, ao comércio, aos serviços, enfim, não é a Araúpel que faz isso, é exatamente o assentamento, com esse número grande de famílias.

Eu tenho que pedir desculpas a vocês, porque eu tinha até avisado a eles que hoje a gente está lendo o relatório na Comissão do Impeachment, e, daqui a pouco, eu tenho que ir lá, porque nós temos o voto em separado. Então, eu vou ter que pedir licença para sair e queria pedir para o Senador Paim reassumir, ou, se ele não estiver aqui, para o Senador Paulo Rocha, para nós passarmos para os demais companheiros.

Eu acho que uma das primeiras coisas que a gente precisava era, junto com os Deputados – vocês tiveram uma audiência lá na Câmara, e ainda vão falar um pouquinho –, ir ao Paraná, pelo menos mais uns dois Senadores, e não só eu, Senadora do Estado, irem ao Paraná junto com os Deputados para verificar a situação. E também falar com o governador, falar com a Polícia Militar, fazer essa mediação e dizer: olha, nós estamos olhando para aí, não está fora do alcance de nossa vista, não; se acontecer alguma coisa, nós vamos interferir nesse processo, o Senado da República está acompanhando. Então, eu acho que seria bem importante se isso pudesse ser encaminhado ao final.

Eu vou pedir desculpas, vou ter que me retirar e vou convidar o Senador Paulo Rocha para assumir a presidência e dar o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria saudar a todos e, Senadora Gleisi, antes de a senhora sair, queria que ficasse registrado também que eu venho de um Estado, o Pará, onde isso é recorrente. Eu acho que, quando a gente chegou ao governo, deixou essas lutas ficarem meio paradas, e a característica é que isso não só continuou, mas agora recrudescer mais ainda. Pelos dados da CPT, que é quem acompanha mais organizadamente isso, lá no meu Estado, continuam as matanças e, agora, de uma forma silenciosa, porque não há propaganda, não há movimento para processar a denúncia, e, ao final, isso é muito grave.

Então, a ideia de fazer esta audiência pública aqui e na Câmara é para chamar a atenção, de novo, dos Parlamentares, enfim, que é quem tem mais visibilidade para fazer essas denúncias. É fundamental que a gente retome isso, porque realmente continua grave e selecionado.

Lá no meu Estado, eles vão exatamente em cima das lideranças que organizam esse tipo de resistência e de briga pela terra e ocupação. Só para vocês terem uma ideia, em 2014, lá no Pará, foram assassinados 20, e, já em 2015, só no primeiro semestre, foram 23. Quer dizer, continua esse processo seletivo, e aquilo está meio encoberto, repito, estão fazendo isso silenciosamente, continuam as graves eliminações das nossas lideranças pelo fato de resistirem ou brigarem por um pedacinho de terra.

Então, é muito importante esta audiência pública. Além da proposta de encaminhamento, nós vamos ter que ir às várias instâncias de poder que envolve isso, Ministério da Justiça, enfim.

Companheiros, vocês também estão inseridos nessa luta, como nós estamos em um período de transição e de questionamento de um governo que está interino, não sei se é o caso de a gente ir a eles ou de esperar a solução no final do mês sobre a situação dos dois presidentes no poder, um interino e aquele que é legítimo, que é a companheira Dilma, para processar mais firmemente isso. Eu acho que, dependendo do resultado, nós temos que dialogar com o movimento social, e, aí, tem que envolver sem-terra, Contag e todas as entidades nisso, CUT, etc., para fazer uma mobilização maior.

Repito, venho de um Estado, aliás, eu venho do movimento sindical, nasci já naqueles grandes momentos de disputa e de grandes conflitos e sei que não basta apenas uma audiência pública, não é só nisso que nós vamos ficar, mas é preciso realmente um movimento muito grande, ofensivo, para estancar isso, porque volta fortemente esse recrudescimento. Foi por causa dessa experiência de luta lá que eu me tornei um dos principais Parlamentares que levantou e conseguiu aprovar leis importantes aqui. Por exemplo, a Lei de Combate ao Trabalho Escravo, que é outra desgraça para a nossa região, é de minha autoria e produto dessa experiência e dessa luta que a gente vive lá no Pará.

Então, eu queria me somar, Senadora, a essa questão, do companheiro Paim também. Nós viemos juntos, desde a Comissão do Trabalho lá na Câmara Federal, desde o início dos anos 90, nessa luta de combate à questão do trabalho escravo.

E mais, além da luta, quer dizer, da eliminação silenciosa, eu diria, agora, eles também aqui, via Parlamento, querem derrubar os avanços de legislação que nós já conseguimos com as nossas lutas, com as nossas mobilizações. Com a nossa vinda aqui para dentro do Congresso, acabamos por lograr leis importantes, que pelo menos coíbem ou impedem esse processo, mas eles estão querendo também derrubar essas leis.

Portanto, a nossa luta continua aqui dentro, mas principalmente lá no *front*, com uma mobilização maior de massas e de movimentos, que é um somatório do conjunto de movimentos que lutam pela terra, contra a violência no campo, etc.

Volte, Paim, a presidir.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador; obrigado, Paulo Rocha.

Eu tinha me comprometido a dar uma entrevista – e aproveitei esses minutos para poder, nesse horário, atender o pessoal – sobre essa luta nossa que o Paulo já relatou. Fizemos um bom debate hoje de manhã sobre a reforma da Previdência, que atinge muito o trabalhador rural. Os trabalhadores rurais são dos mais atingidos principalmente nessa questão do salário mínimo.

Mas vamos lá, já falei, cumpri minha obrigação, voltei para cá. Todos já falaram? Não? Quem falou? Você já falou?

Então, vamos agora para a nossa amiga Leure Simone Ritta, que é membro da Coordenação Regional do MST do Paraná.

A SRª LEURE SIMONE RITTA – Boa tarde a todos e todas. Queria cumprimentar o Senador Paulo Paim e agradecer à Senadora Gleisi Hoffmann, que também fez essa ponte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que é a autora do requerimento que foi aprovado.

A SRª LEURE SIMONE RITTA – ... e que abre portas para nós, cidadãos comuns, com direito público, para também fazermos essa denúncia pública da violência que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tem sofrido no Estado do Paraná, principalmente na região centro.

Só lembrando algumas questões, em relação aos conflitos agrários na região, em um dos maiores latifúndios, que, no caso, está envolvido no conflito agrário hoje, a antiga Giacomet Marodin, em 1996, nas primeiras ocupações de terra da região, o Índice de Desenvolvimento Humano da região, principalmente dos cinco Municípios que ela abrangia como latifúndio, era menor do que o Índice de Desenvolvimento Humano na época da Zona da Mata paraibana. Era muito menor. Na região, era 0,60 de IDH. Então, eram muito baixos. O índice de analfabetismo chegava a 11%, 12% da população, em geral, desses Municípios.

Araupel, em si, tem movimentado 376 milhões em ativos. Isso não tem representado, do ponto de vista de desenvolvimento econômico local, nenhum benefício para o desenvolvimento das populações. Temos batido nisso bastante, porque fazem parte dos direitos humanos básicos a saúde, a educação, a moradia, o acesso à terra, o direito de ir e vir, que, nos últimos tempos, tem se tornado um direito cessado por muitas vezes. E isso não acontece somente no acampamento, não somente no assentamento, mas também nas cidades onde estão presentes as várias polícias que hoje estão na região, como a Rotam, a BPFron – inclusive, é uma polícia de fronteira que está fora da sua área de atuação e que hoje está atuando especificamente nos Municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu; então, nós temos problemas também do ponto de vista legal de atuação das polícias –, a Gaeco, a Polícia Militar, a Polícia Civil. Enfim, quanto maior o contingente de segurança, maior é o conflito. Então, o que se questiona é que o poder coercitivo não resolve o problema local, porque é um problema que se estende por muitos e muitos anos, vindo de uma composição social, econômica, política e ética. Nos processos, agora, como o Camilo citou, há uma inversão de autores dos crimes: criminaliza-se quem sofre a violência e livra-se quem comete a violência. Então, do ponto de vista ético, dos direitos civis, isso é um problema grave na sociedade brasileira. Isso tem se estendido em um campo muito grande do ponto de vista de organização social.

Uma das questões com que, internamente, temos sofrido são as ameaças às lideranças, com o constrangimento público da mídia, do próprio Secretário de Segurança Pública, que tem descumprido acordos feitos entre o Movimento, a Araupel e a própria Secretaria de Segurança do Estado. Também a própria empresa Araupel não tem cumprido com o que estava no acordo de não entrar nos espaços dos acampamentos, para evitar possíveis conflitos. Essas questões têm se tornado bastante evidentes nos últimos tempos.

Nessa questão que envolve principalmente o Estado e o Acampamento Dom Tomás Balduino, há outro *modus operandi* ali em relação ao próprio Estado, que é o fechamento das escolas itinerantes do Estado. Nós temos hoje no acampamento 521 crianças que vão da educação infantil até o ensino médio e o EJA...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eles estão fechando as escolas?

A SRª LEURE SIMONE RITTA – Está previsto ou o fechamento ou a municipalização dessas escolas. O problema é que a municipalização também tem limites, porque hoje o Município transfere as crianças para um núcleo, só que com uma estrutura de transporte precária. Não há nenhuma escola hoje no Município que possa garantir a presença de mais 521 crianças, por conta da estrutura física, didática, de professores, enfim, de todo o acompanhamento. Então, essa investida também vai para outros campos de conquista de direitos e de melhoria das condições da população.

Outra questão é que, depois que saíram os primeiros assentamentos, principalmente no Rio Bonito do Iguaçu e depois em Quedas do Iguaçu, que envolvem 3 mil famílias assentadas, a capacidade de arrecadação



dos Municípios e da movimentação interna no comércio cresceu. Não é a quantidade, mas a qualidade de vida que essas famílias conquistaram, porque você tem uma família que tem acesso à terra, você tem uma família que tem uma produção de subsistência, você tem uma família com capacidade de consumir, enfim, de movimentar a economia local. Então, uma das questões que estão dentro dessa questão é isso.

Outra questão em relação à região é o que o Bernardino trouxe: a grande concentração de terras públicas por uma empresa privada. E o que tem se garantido em relação ao Judiciário é apenas a defesa da propriedade privada e não a defesa dos direitos civis ou da vida das pessoas. Então, têm se tornado menos importante as pessoas e tem se tornando mais importante o interesse privado na região. Portanto, também questionamos essa legitimidade que o Judiciário tem dado ao grande agronegócio, à empresa Araupel, em especial.

Eu gostaria também de dizer que, no espaço, também não só se organiza a polícia, mas essa questão do Judiciário, do próprio poder municipal, do poder estadual e da sociedade como um todo, como o comércio, enfim, que não representa o povo – o povo em si, os pobres, enfim, toda a região em que também nos relacionamos.

Por aqui, eu terminaria minha fala, porque há mais companheiros que podem contribuir, principalmente na questão da parte da violência sofrida internamente nos nossos espaços de acampamentos e assentamentos do Movimento Sem Terra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Leure Simone Ritta, membro da Coordenação Regional do MST. No fim, vemos os encaminhamentos.

Vamos, de imediato, para o Sr. Rudmar Moeses, membro da Coordenação Regional do MST e membro da direção do Acampamento Dom Tomás Balduino.

O SR. RUDMAR MOESES – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador.

Esse processo que o Paraná está sofrendo com essa violência no campo faz parte de um contexto que está acontecendo nacionalmente. Se pegar Goiás, há os companheiros presos, como o companheiro Valdir e outros, há outros companheiros exilados, companheiros que lutam pela terra, pelo direito de cada família poder ter o seu pedaço de terra para produzir e matar a fome. E há vários outros Estados do País que estão sofrendo com essa violência que justamente faz parte desse processo que estamos vivendo de romper a democracia com o golpe. No Paraná, na verdade, existe um histórico de violência no campo já há muito tempo, com vários assassinatos, prisões e despejos de assentamentos.

Em Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, essa empresa, essa latifundiária, que se chama Araupel e que, no seu passado, se chamava Giacomet-Marodin, era de duas famílias e continua sendo de duas famílias, os Giacomet e os Marodin. Depois, num processo, mudaram para Araupel. Ela é uma madeireira, e, inclusive, 80% da sua produção vão para o exterior – ou pelo menos iam. E o líquido da empresa anual chega a R\$300 milhões – não é isso, Simone? É uma empresa que exporta, então. A matéria-prima da Araupel é o pinus, dentro desses latifúndios, um deserto verde de pinus.

A empresa se apropriou dessas terras, grilando essas terras. Há quarenta e poucos anos que ela vem usando as terras públicas, da União. Antigamente, aquela região era chamada de terras dos pinheirais, porque só havia pinheiros nativos, que foram totalmente derrubados, usurpados. Agora, então, eles foram substituídos pelo pinus, que degrada o meio ambiente, com o deserto verde. O pinus não é das nossas regiões.

O fato que aconteceu no dia 7 de abril é resultado de várias questões que aconteceram especificamente no Estado do Paraná, porque essa empresa Araupel tem uma proximidade muito grande com vários setores do Governo do Estado. Inclusive, o Sr. Rossoni, que é agora Chefe da Casa Civil do Estado do Paraná, foi beneficiado com doações de campanha da empresa Araupel, como também o Governador do Estado, o PSDB, vários outros Deputados e a própria política local de prefeitos foram beneficiados.

Muito nos espanta que, dois dias após o Rossoni ter assumido a Casa Civil, tenha havido uma reunião em Quedas do Iguaçu com a Araupel, o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, prefeitos, esses Deputados, enfim. Uma semana após essa reunião, aconteceram os assassinatos, numa área que justamente é terra pública, já muito bem dito aqui pelos companheiros; uma área em que não existia reintegração de posse, porque, quando houve o processo de ajuizamento dos títulos, foi deslocada a competência da reintegração de posse e ali anulada. Então, no momento, não havia nem reintegração de posse, e a Polícia Militar do Estado do Paraná, juntamente com os jagunços da Araupel – porque existe uma milícia armada... Independentemente de ela ser legal ou não, existe uma milícia armada internamente dentro da empresa, que por várias vezes nos ameaçou. E também foi palco...

Em 1996, assassinaram nossos companheiros que estavam presentes nesse local, que era dentro da área onde existe o acampamento Dom Tomás Balduino. Como de costume, os nossos companheiros andavam nas nossas áreas, nas áreas ocupadas, quando foram surpreendidos pela Polícia Militar a tiros. Pelos inquéritos, se eu não estou enganado, a Polícia Militar disparou – porque tem de registrar – em torno de 147 tiros de fuzil ponto quarenta, enfim, arma restrita à polícia. No final de tudo isso, nós ainda temos...



Por isso seria importantíssimo, considerando os direitos humanos, que os companheiros Senadores interviessem na nossa realidade. Hoje, depois dos assassinatos, nós temos dois companheiros em situação de prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica; os dois companheiros que foram, inclusive, presos, baleados pelas costas – um nas nádegas, como o Dr. Camilo já havia dito, e outro, na perna. Quando eles saíram da UTI, foram para a prisão. A gente conseguiu o relaxamento e eles voltaram, mas estão em situação de prisão domiciliar. Com as ameaças dos delegados da Polícia Civil, depois do encerramento do inquérito da Polícia Federal, nós estamos aqui denunciando: estamos prevendo uma onda de perseguição e criminalização do MST.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Qual foi a justificativa para a prisão dos dois?

O SR. RUDMAR MOESES – De tentativa de homicídio contra a polícia e... Tem mais um outro item, mas... Tentativa de homicídio contra a Polícia Militar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUDMAR MOESES – Isso. Eles foram baleados, obviamente, na hora de correr – todos por trás. Todos correram quando foram recebidos a tiros, e eles estão lá como se tivessem tentado matar a polícia.

Desse saldo, tivemos sete companheiros machucados e dois companheiros assassinados. Como eles dizem que foi um confronto... Não existe nenhum arranhão na polícia. Eu não sei como está nos inquéritos. Em todos os depoimentos das pessoas que participaram lá, eles já estavam preparados, esperando os companheiros chegarem, com escudos. Então, as pessoas, os policiais já estavam com escudos lá, no momento, esperando os companheiros chegarem, e dispararam esses tiros.

Mas nós precisamos justamente dessa intervenção, porque estamos prevendo a criminalização do movimento em nível nacional, no Estado. Mas, especialmente em Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, ela está muito forte e, depois disso, estamos prevendo, com as ameaças que já houve, que vão indiciar todos os que estavam lá, que sofreram o ataque da Polícia Militar e também a militância do movimento na região. É preciso que os direitos humanos intervenham nisso, é preciso que os Senadores – não só em Quedas do Iguaçu, mas nessa conjuntura em que estamos vivendo – olhem para o movimento, olhem para essas situações, porque todos bem sabem...

O Professor Lemos, que é um Deputado Estadual, sempre diz que o Movimento dos Sem Terra é uma bênção, porque hoje, no Estado do Paraná, nós temos em torno de 170 assentamentos e, no projeto da Direita, nós não teríamos agricultura familiar. E o movimento, como os outros movimentos também, do campo, que fazem ocupação de terra – que é a única forma de lutar pela reforma agrária neste País, que é uma luta justa que a gente vem fazendo –, não pode admitir esse processo de violência.

Em Quedas do Iguaçu existe um processo de perseguição de pessoas pela empresa Araupel, pela própria polícia – existem quatro companheiros, hoje, ameaçados de morte –, ligações que já foram denunciadas ao Ministério Público, inclusive ligações feitas diretamente da própria polícia, avisando que esses companheiros estariam sofrendo perseguição de morte, ameaças. E nesse campo midiático existe uma campanha de ódio contra o MST lá na região do centro do Paraná. Existem alguns sites bancados pela própria Araupel, um de dentro da Araupel, que estão sempre criminalizando e acusando. Inclusive, no dia 29 de março – os assassinatos aconteceram no dia 7 de abril – eles publicaram várias questões, vários vídeos de companheiros. Essa página de dentro da Araupel publicou que somos procurados, as pessoas militantes do MST na região, pedindo para a sociedade denunciar se vissem os companheiros andando pela rua. Então, isso é constante em Quedas do Iguaçu; isso é constante na região centro do Paraná.

Também, Senador, nós que estávamos presentes...

Para encerrar, haveria muito o que se dizer. Antes disso, há ainda uma informação importante que a gente precisa divulgar: no dia 25 de abril, depois dos assassinatos, a Araupel perdeu o selo verde. Ela não tem mais selo verde; ela está impossibilitada de exportar a madeira por conta dos conflitos e dos assassinatos.

No dia 7 de abril, quando aconteceu, nós que estávamos no acampamento vivemos um momento que nos indignou muito, e a todas as famílias. Além dos assassinatos, que aconteceram em torno das 15h, nós só ficamos sabendo quem foram as vítimas fatais, quem estava ferido e quem estava preso por volta das 21h, porque não nos deixavam chegar ao local. A polícia trancou toda a cidade, não podíamos chegar ao hospital. Em relatos, nos depoimentos, os companheiros feridos disseram que ficaram em torno de duas horas sem o direito do socorro, sofrendo violência psicológica. E no mês de abril, em que estávamos completando 20 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará.

Por coincidência, naquela semana estávamos preparando as famílias para fazermos esse debate internamente no acampamento, lembrando o histórico do Movimento dos Sem Terra, do processo de violência. Nós estávamos, por grupos de famílias, organizando e fazendo o debate, e o maior questionamento das famílias era



se isso poderia se repetir no acampamento. E na penúltima reunião, às 15h do sábado, a gente estava fazendo o debate quando aconteceram os assassinatos. Mas as famílias conseguiram, a gente conseguiu transformar aquele momento de terror da tarde para a noite – sem a gente saber o que fazer, sem saber se a polícia estava, ainda, vindo para o local do acampamento para matar mais gente – num momento de muita reflexão, de indignação. Essa é a maior prova de que, durante toda a história do MST, de 32 anos de luta e de resistência, quando companheiros tombam, o Movimento dos Sem Terra fica ainda mais forte.

A gente, do Acampamento Dom Tomás Balduino, tanto quanto dos outros acampamentos ali da região, tem esse lema: a gente não vai retroceder, porque a nossa luta é justa, a luta pela terra é justa. Os nossos mortos não podem ter morrido em vão. Nós não vamos dar nem um passo atrás, e vamos transformar, sim, aquelas terras, que são públicas, já está provado, em assentamentos. Quando a gente divide a terra, a gente divide o poder. Reforma agrária se trata com políticas sociais e não com polícia no seu contexto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Depois da fala dos nossos convidados e também dos dois Senadores, nós temos que ir agora para os encaminhamentos.

Eu pergunto à assessoria da Mesa se houve alguma proposta encaminhada até o momento para que a gente possa, a partir daí... A proposta que é levantada para a Secretaria é que, se vocês puderem, lá na Câmara houve alguns encaminhamentos, registrem os encaminhamentos que houve lá. Ou, se preferem, mandem por escrito. Se querem mandar por escrito, eu quero dizer que a Comissão de Direitos Humanos do Senado está inteiramente à disposição.

Nós acompanhamos há muitos anos a caminhada do MST, e eu tenho orgulho de dizer que, naquela reunião de Ronda Alta, eu estava lá, na história de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, na noite ocupação. Foi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Encruzilhada Natalino.

Então, nós temos uma relação de muito carinho e muito respeito com a luta do MST. Nós nos dispomos a ajudar e a encaminhar, junto ao Ministério da Justiça, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República...

Independentemente de haver *impeachment* ou não, a nossa batalha continua, não é? Como eu disse hoje pela manhã, a partir do fim de agosto, tudo pode mudar, ou não mudar. Enfim... Mas eu dizia ao Ministro aqui presente: Ministro, nós vamos continuar conversando, ou como Deputado Federal, ou como Ministro. Ninguém sabe o que vai acontecer – não é? –, porque há uma insegurança muito grande em relação ao *impeachment*.

Só para situar vocês: você fala com aqueles que são *pró-impeachment*, e eles dizem que têm 60 votos. O nosso lado contabiliza 30 votos. Sessenta mais 30 é 90. Não deu certo essa conta. A conta não fecha. Alguém está faltando com a verdade aí. Está com 90 a contabilidade, e só há 81. Existem nove aí de que não está bem contada a história.

Então, o que nós queremos aqui é assumir um compromisso com vocês. Inclusive, quero dizer a você, que me passou um WhatsApp: há a possibilidade de nós irmos visitar, em Goiás, o companheiro que está preso. Ao mesmo tempo, nós temos prevista uma ida também, daquela Comissão de que eu faço parte – da Reforma da Previdência e dos Direitos dos Trabalhadores –, à Curitiba. E, no dia que formos lá, vamos colocar também na pauta uma visita ao acampamento e a esses dois companheiros que estão com prisão domiciliar. Então, nós estamos inteiramente à disposição.

A Senadora conversou comigo, antes dessa audiência, no sentido de saber se era possível ou não. Eu disse: “É possível, sim. Vamos fazer.” Nós receberemos vocês aqui com todo o carinho. A Comissão se coloca inteiramente à disposição – eu quero repetir isso. Remetam para cá e para toda a equipe – o Cristiano, enfim – o material dos encaminhamentos que vocês entenderem adequados, que eu farei o procedimento, a partir da Comissão, junto às autoridades competentes.

A SRª ANA MORAES – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isto.

A SRª ANA MORAES – Rapidinho: é que uma das propostas da Senadora Gleisi já foi de uma visita entre as duas Comissões. Então, talvez fosse necessária uma comunicação oficial da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, para fazer uma visita, *in loco*, conjuntamente. Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Isso.



A SRª ANA MORAES – ... não só a Comissão de lá ou somente esta Comissão aqui, mas que pudessem coincidir as duas Comissões, indo. E a proposta da Senadora Gleisi também seria envolver outros Parlamentares, tanto outros Deputados como também outros Senadores que não fazem parte da Comissão, a fim de que pudessem também apoiar e ir junto. Isso talvez poderia ser um dos encaminhamentos, até o final da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há concordância total com essa proposta, que é bem melhor. Que vão as duas Comissões, porque isso tem mais peso – a Comissão de Direitos Humanos do Senado e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados –, fazer essa visita lá, para fortalecer a caminhada e a luta de todos vocês.

Quanto às denúncias, aqui, eu as considero da maior gravidade. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o objetivo é criminalizar os movimentos sociais. E aí, no caso, o MST.

Essa intenção do fechamento das escolas é uma agressão absurda às nossas crianças, na verdade, porque o entendimento – a explicação – é de que há dois meios de se fechar as escolas: um, dizendo que vai municipalizar, só que depois os Municípios não têm estrutura nenhuma. Então, não há como colocar as crianças, não é? É uma forma de tentar afastar as crianças dos colégios e deixar os pais numa situação de desespero.

Quanto a essa prioridade que deram às terras, quem manda nas terras é a empresa, não é?

Milícias armadas: outra questão gravíssima. Além do assassinato de dois companheiros e outros tantos feridos.

Eu pergunto: a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná tem alguma integração com vocês? Tem colaborado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os deputados estaduais da Assembleia têm tido alguma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só com o Ministério Público... Está bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem. Entendi. Pode falar no microfone. Aperte aí. Botão verde. Isso...

O SR. RUDMAR MOESES – Inclusive, lá na Assembleia Legislativa do Estado, foi tirada uma equipe para visitar, para acompanhar Quedas do Iguaçu e a região. E, dessa equipe escolhida pelo Rossoni, enfim, da família dos Lupions, que tem um histórico de violência contra o MST. Então, tiraram um grupo de deputados do Estado para acompanhar Quedas do Iguaçu e justamente o grupo que articula contra o MST.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que não são favoráveis aos movimentos sociais.

Mas vamos fazer esse encaminhamento então. Vamos combinar com a Comissão da Câmara. Vocês encaminham as propostas para cá. Além da visita *in loco*, faremos um contato lá com o Ministério Público, para que eles possam também dar o relato e, se for o caso, até fazermos uma audiência das duas Comissões lá no Paraná e até no local, quem sabe convidando, para dar visibilidade à questão em si, à sua gravidade, com todas as denúncias que vocês trouxeram aqui. O.k.?

Muito bem.

Então, quero agradecer a todos, ao Senador Paulo Rocha, que ainda se encontra aqui. Eu vi que ele estava dando ali uma entrevista. Quero agradecer ao Senador Paulo Rocha, que ficou aqui do início ao fim. Presidiu, inclusive, quando eu tive que me afastar, por um período. Quero agradecer à Senadora Gleisi Hoffmann. Como sempre, uma lutadora competente. Quero agradecer também a todos que organizaram esse movimento, tanto na Câmara como aqui no Senado. E quero agradecer especialmente a vocês.

E levem um abraço lá para os nossos companheiros, na certeza de que nós, aqui, estamos na trincheira, defendendo a democracia. Mas, como dizia sempre o Adão Pretto – eu repito a frase dele –, sempre com essa visão: um pé na rua, nos movimentos sociais, e o outro pé dentro do Parlamento.

Está encerrada a nossa audiência pública. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.)



ATA DA 73ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e dezoito minutos do dia três de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Ana Amélia, Telmário Mota, Dário Berger, Hélio José, Marta Suplicy, Flexa Ribeiro, José Medeiros e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Angela Portela, Fátima Bezerra, Benedito de Lira, Rose de Freitas, Omar Aziz, Valdir Raupp, Ricardo Franco, Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. “Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”, com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando.” Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2 - Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. “Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.” Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011. Terminativo. “Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.” Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Lido o Relatório pela Relatora “ad hoc”, Senadora Regina Sousa. Adiadas a discussão e votação. Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. “Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.” Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. “Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo.” Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Lido o Relatório pela Relatora “ad hoc”, Senadora Regina Sousa. Adiadas a discussão e a votação. Item 6 - Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2016. Terminativo. “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno.” Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Lido o Relatório pela Relatora “ad hoc”, Senadora Regina Sousa. Adiadas a discussão e a votação. Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2016. Terminativo. “Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a gratuidade da utilização de vagas em estacionamentos abertos ao público por veículos que transportem pessoas com deficiência.” Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Regina Sousa (ad hoc), substituiu Sen. Cássio Cunha Lima. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório pela Relatora “ad hoc”, Senadora Regina Sousa. Adiadas a discussão e a votação. Item 8 - Emenda(s) da Câmara dos Deputados nº 1, de 2014 ao Projeto de Lei do Senado nº 295/2013. Não terminativo. “Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.295 de 2013 do Senado Federal (PLS Nº 295/2013 na Casa de origem), que altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para inserir, entre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, o princípio da organização de serviços públicos específicos e especializados para atendimento de mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.” Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela rejeição da Emenda da Câmara dos Deputados nº 1 de 2014 ao Projeto de Lei do Senado nº 295 de 2013. Resultado: Retirado de pauta pela Relatoria. Item 9 - Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2012. Não terminativo. “Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.” Autoria: Deputado Gilmar Machado. Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2012. Não terminativo. “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes de bases da educação nacional, para



incluir nos currículos do ensino fundamental e médio conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher, a criança e o idoso.” Autoria: Senadora Ivonete Dantas. Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2012. Não terminativo. “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade de realização de ciclos de debates sobre a realidade social e política, no ensino médio.” Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2012. Não terminativo. “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão da disciplina ‘Princípios de Pedagogia’ no ensino médio. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2013. Não terminativo. “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o ensino de língua estrangeira na educação básica.” Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2013. Não terminativo. “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade de inserção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na educação básica.” Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2013. Não terminativo. “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão, nos currículos do ensino fundamental e médio, do tema transversal cidadania.” Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2015. Não terminativo. “Acrescenta o inciso V ao art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para incluir ‘Cidadania’ como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio do Brasil e dá outras providências.” Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Sen. Regina Sousa (ad hoc), substituiu Sen. Cristovam Buarque. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 20 de 2012 e dos Projetos de Lei do Senado nºs 74, 183, 261 de 2012; 235, 449, 515 de 2013; e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 38 de 2015, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 20 de 2012 e dos Projetos de Lei do Senado nºs 74, 183, 261 de 2012; 235, 449, 515 de 2013; e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 38 de 2015, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutiva) que apresenta. Item 10 - Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2015. Não terminativo. “Altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.” Autoria: Deputado Marcos Rogério. Relatoria: Sen. Ricardo Franco. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. Item 11 - Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2016. Não terminativo. “Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências.” Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (ad hoc), substituiu Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Lido o Relatório pela Relatora “ad hoc”, Senadora Marta Suplicy. É concedida vista à Senadora Regina Sousa. Item 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 97 de 2016, que: “Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir mecanismos de proibição de postagens nas redes sociais, por meio da internet, de imagens e vídeos sobre ‘automutilação’ de crianças e adolescentes e a realização de uma campanha para prevenir, orientar e ajudar os pais em todo o Brasil.” Autoria: Senador Magno Malta e outros. Resultado: Aprovado. Item 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 99 de 2016, que: “Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência(s) pública(s) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para que autoridades públicas e representações de classe dos policiais possam debater os dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos, que serão fornecidos pelos Ministros de Estado da Justiça e da Defesa.” Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. Item 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 100 de 2016, que “Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências.” Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. Item 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 109 de 2016, que: “Requer, com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater, junto com



as autoridades responsáveis, A audiência de custódia no Brasil.” Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. Item Extrapauta 16 - Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2015. Terminativo. “Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas.” Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (ad hoc) substitui Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta, e pela aprovação da Emenda nº 1-CE, na forma da Emenda nº 3 apresentada pela relatoria. Resultado: Lido o Relatório pela Relatora “ad hoc”, Senadora Regina Sousa. Adiadas a discussão e a votação do Projeto. O Senador Paulo Paim, Presidente da CDH, apresenta uma Emenda ao Projeto, durante a discussão, que será analisada pela Relatora, Senadora Angela Portela. Item Extrapauta 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 114 de 2016, que: “Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em parceria com o projeto Pauta Feminina, para debater sobre o “empoderamento de meninas””. Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Item Extrapauta 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 110 de 2016, que: “Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a “Presença Africana na Cultura Afro Brasileira””. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item Extrapauta 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 111 de 2016, que: “Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater “A demissão de dirigentes sindicais, com foco na liberdade e a autonomia sindical””. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado, com a inclusão do convidado Belton Filho. Item Extrapauta 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 112 de 2016, que: “Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater “A violência contra os jornalistas, em decorrência do exercício da profissão”. ” Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item Extrapauta 21 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 113 de 2016, que: “Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre “Os crimes de abuso de autoridade””. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. O Senhor presidente concede a palavra à Sra. Maria Aparecida da Silva Abreu, Ex-Presidente da Fundação Palmares. Às doze horas e trinta e três minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Às doze horas e cinquenta e três minutos a Senhora presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Senadoras Regina Sousa e Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 73ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 70ª à 72ª reunião desta Comissão.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de iniciarmos a reunião, eu gostaria de comunicar-lhes que esta Comissão recebeu da 1ª Secretaria a resposta do Ministério do Meio Ambiente ao Requerimento de Informação (RQS) nº 85, de 2016, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, aprovado pela CDH no dia 24/02/2016, por meio do qual solicita informações sobre as medidas tomadas acerca dos desastres ambientais ocorridos na Bacia do Rio Araguaia, em Ferreira Gomes, Amapá, decorrentes da construção e funcionamento das centrais hidrelétricas. A resposta veio da Presidência do Ibama e está disponível nessa secretaria.

Vamos primeiro aos projetos não terminativos.

Eu pediria à Senadora Regina que fosse a Relatora *ad hoc*.

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos àqueles em que a relatoria não se encontra e não está vindo para cá.

O item que eu ia encaminhar, a Senadora Marta Suplicy está vindo para cá e apresentará o seu parecer. Item 9.

Peço que a Senadora Regina Sousa seja a Relatora *ad hoc*.

ITEM 9
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, de 2012
- Não terminativo -

Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Autoria: Deputado Gilmar Machado.

O presente projeto tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2012, não terminativo também, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir nos currículos do ensino fundamental e médio conteúdo relativo à prevenção da violência contra a mulher, criança e idoso. Senadora Ivonete Dantas.

Tramitação em conjunto também do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2012, não terminativo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade da realização de ciclos de debates sobre a realidade social e política no ensino médio.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Consulto se a Senadora Regina Sousa poderia fazer a leitura. Claro, só votaremos se houver entendimento no projeto. Esse é não terminativo, poderá ser votado. Depois, teremos alguns outros terminativos que leremos. Buscaremos um esforço concentrado combinado com os autores dos projetos.

Senadora Regina, com a palavra. Item 9.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2012 (Projeto de Lei nº 4.651, de 2009, na Origem), e os Projetos de Lei do Senado nºs 74, 183 e 261, de 2012; nºs 235, 449 e 515, de 2013; e nº 38, de 2015, que dispõem sobre a inclusão de componentes curriculares na educação básica e que tramitam em conjunto.

Relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa os projetos de lei cujos números já foram lidos.

As proposições têm por objetivo alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir temas e disciplinas na grade curricular da educação básica.

O PLC nº 20, de 2012, do Deputado Gilmar Machado, determina que o ensino de História deverá constituir conteúdo obrigatório em todas as séries do ensino médio.

O PLS nº 74, de 2012, da Senadora Ivonete Dantas, prevê a inclusão, nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, de forma adaptada a cada faixa etária, de conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher, a criança e o idoso, bem como relativos aos mecanismos de proteção estabelecidos pela legislação para esses segmentos populacionais.

As proposições a seguir listadas surgiram a partir de Sugestões Legislativas, apresentadas como resultado dos trabalhos do Programa Senado Jovem Brasileiro e convertidas em projetos de lei pela CDH, nos termos do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal e da Resolução nº 42, de 2010; PLS nº 183, de 2012, nº 261, de 2012, nº 235, de 2013, nº 449, de 2013 e nº 515, de 2013.

O PLS nº 183, de 2012, teve como origem a Sugestão nº 21, de 2011, da Jovem Senadora Jacqueline Kelly Canuto Silva. O projeto adiciona ciclos de debates bimestrais sobre a realidade social e política do País, com a participação de agentes políticos ocupantes de cargos eletivos, na parte diversificada do currículo do ensino médio previsto na LDB.

O PLS nº 261, de 2012, acrescenta à LDB dispositivo para incluir nos currículos do ensino médio, em caráter opcional e fora do horário regular, a disciplina “Princípios da Pedagogia”, a fim de estimular vocações docentes. A proposição resultou da Sugestão nº 9, de 2011, da Jovem Senadora Samira Laís Paulino da Silva.



O PLS nº 235, de 2013, originou-se da Sugestão nº 11, do Jovem Senador Wallack Ronan Santos. O projeto dispõe sobre o ensino de língua estrangeira na educação básica, prevendo a inclusão, na parte diversificada do currículo, a partir do quarto ano do ensino fundamental, sem prejuízo da oferta opcional do estudo de idiomas na educação infantil e nos três primeiros anos do fundamental, de pelo menos uma língua estrangeira moderna, escolhida pela comunidade escolar.

O PLS nº 449, de 2013, torna obrigatório o ensino da Língua Brasileira de Sinais na educação básica, ministrado, preferencialmente, do sexto ao nono ano do ensino fundamental, por professor especializado. A proposição é originária da Sugestão nº 2, de 2013, dos Jovens Senadores Nathaly Moço, Stefany Mambarú, Jéssyka Gomes, Lorena Sardeiro e André Castro.

O PLS 515, de 2013, adveio da Sugestão nº 14, de 2011, da Jovem Senadora Silvia Adrianly A. Barreto, e trata da inclusão obrigatória, a partir da quinta série do ensino fundamental, na parte diversificada do currículo, da disciplina cidadania, que deverá compreender o ensino das leis brasileiras.

O PLS 38, de 2015, do Senador Reguffe, acrescenta inciso V ao art. 36 da LDB, prevendo a inclusão do tema cidadania como disciplina obrigatória no currículo de todas as séries do ensino médio. A proposição detalha os conteúdos a serem trabalhados na disciplina, a saber: direito constitucional, noções de cidadania e democracia; competências e atribuições de Deputados, Senadores, prefeitos, governadores e Presidente da República; direito do consumidor; noções de educação fiscal. A proposição prevê ainda que os sistemas de ensino deverão dispor de três anos letivos para adaptação às exigências da nova lei.

A vigência das leis resultantes dos projetos em análise deverá ser imediata, com exceção do PLS 235, de 213, que prevê entrada em vigor em primeiro de janeiro do ano subsequente ao da publicação.

As matérias, à exceção do PLS 38, de 2015, passaram a tramitar em conjunto mediante a aprovação dos Requerimentos nº 10 e 240, de 2014, do Senador Cyro Miranda. O PLS 38, de 2015, por sua vez, passou a assim tramitar a partir da aprovação do Requerimento nº 770, de 2015, da Senadora Maria do Carmo Alves.

Após a análise desta Comissão, os projetos de lei deverão ser apreciados pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, em seguida, pelo Plenário.

Análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH analisar matérias relacionadas à garantia e à proteção dos direitos humanos, aos direitos da mulher e à proteção à infância, à juventude e aos idosos. Os projetos de lei em análise abordam esses temas e, portanto, relacionam-se às competências previstas no Regimento Interno do Senado Federal para a CDH.

O art. 26 da LDB determina que “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”. Em outras palavras, os sistemas de ensino e suas escolas têm a responsabilidade de elaborar os currículos da educação básica, no âmbito de sua competência.

A LDB estabelece ainda alguns princípios curriculares comuns a todo o País, a fim de fortalecer a identidade nacional e de facilitar a continuidade dos estudos, nos casos de transferência de estudantes.

Parece-nos, dessa forma, que grande parte dos projetos em análise não merece prosperar no Parlamento, pois tratam de temas que devem ser abordados no âmbito dos sistemas de ensino e não em lei específica.

O PLC 20, de 2012, por exemplo, não traz inovações ao ordenamento jurídico ao estabelecer que o ensino de história deve ser obrigatório no ensino médio, pois a LDB, no inciso I do art. 36, já prevê que o currículo do ensino médio deve destacar, dentre outros itens, o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura.

Ocorre a mesma situação com o PLS 74, que aborda temática já existente no art. 26, §9º, da Lei nº 9.394, de 1996, que determina que conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares.

O §5º do mesmo art. 26 da LDB aborda a temática trazida pelo PLS 235, de 2013, ao instituir que, na parte diversificada do currículo, deverá ser incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

Já em relação aos PLS 261, de 2012, e 449, de 2013, nossas restrições se apoiam na ideia de que é preciso manter os currículos escolares o mais enxutos possível. Parece-nos, assim, que oferecer, ainda que fora do horário regular, a disciplina princípios de pedagogia, mesmo àqueles alunos que não apresentam interesse em matérias pedagógicas, pode contribuir para o inchaço na matriz curricular das escolas de ensino médio, já por demais sobrecarregada. O raciocínio é similar para o caso da introdução de Libras para todos os alunos:



ainda que o tema seja importante, faltam tempo e espaço – e não se pode ignorar tal realidade, sob o risco de se aprovar mais uma lei que será mera letra morta.

Os PLS 183 e 513, ambos de 2013, e 38, de 2015, abordam temática semelhante ao pretender incluir nos currículos escolares a disciplina cidadania ou debates sobre a realidade social e política brasileira. Trata-se de tema geral, como devem ser aqueles a serem inscritos nas diretrizes gerais da educação nacional, cuja inclusão no ensino médio pode fazer tremenda diferença no futuro, sobretudo quando se considera o cenário em que vivemos, no qual as dificuldades podem ser muitas vezes creditadas à ausência de consciência política.

Fizemos, assim, a opção por aprovar o PLS 38, de 2015, por julgarmos que é, dentre eles, o mais completo, pois detalha de forma consistente os itens que devem ser tratados no âmbito da temática. A fim de aperfeiçoar ainda mais o projeto, consideramos que seria apropriado que tal inserção curricular se processasse nos temas transversais, de forma que não se criasse nova disciplina, mas se desse a oportunidade para que o tema perpassasse todas as disciplinas do ensino médio.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2012, e dos Projetos de Lei do Senado nº 74, de 2012; nº 183, de 2012; nº 261, de 2012; nº 235, de 2013; nº 449, de 2013; e nº 515, de 2013; e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2015, na forma do substitutivo a seguir:

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2015.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o tema transversal cidadania nos currículos do ensino médio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.....

.....

§ 10. O tema transversal “Cidadania” será incluído, em caráter obrigatório, em todas as séries do ensino médio, e abrangerá os seguintes subtemas: direito constitucional, noções de cidadania e democracia; competências e atribuições de deputados, senadores, prefeitos, governadores e presidente da República; direito do consumidor; e noções de educação fiscal. ”

Art. 2º Os sistemas de ensino terão 3 (três) anos letivos para se adaptar às exigências estabelecidas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o substitutivo.

Pela aprovação do substitutivo, é o relatório do Senador Cristovam.

Esqueceram vereadores aqui. Não sei se foi erro... Citaram todos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Colocamos em votação o relatório pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2012, e dos Projetos de Lei do Senado nº 74, nº 183, nº 261, de 2012; nº 235, nº 449, nº 515, de 2013; e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2015, na forma da emenda substitutiva, aqui relatada pela Senadora Regina Sousa.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2012, e dos Projetos de Lei do Senado nº 74, nº 183, nº 261, de 2012; nº 235, de 2013; nº 449, de 2013; e nº 515, de 2013; e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2015, na forma da Emenda nº 1, da CDH, substitutivo.

O Projeto segue para a análise da Comissão de Educação.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só um comentário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Independentemente da rejeição, eu acho que temos que louvar a iniciativa dos Jovens Senadores. A maioria aqui é dos Jovens Senadores. Até acho que se pode aperfeiçoar esse programa. É preciso haver alguém que oriente os meninos e as meninas



naquilo que não pode ser, porque isso frustra muito; ou seja, eles elaboram um projeto e não aprovam porque ninguém orientou que esse projeto já existe. Então, que esse programa Jovem Senador tenha um orientador.

A SRª MARTA SUPLYCY (PMDB - SP) – Sabe o que eu acho interessante, Senadora? É que mostra que, apesar de existir, não está funcionando tão bem.

Por exemplo, eu estava agora curiosa a respeito da obrigatoriedade do ensino de pelo menos uma língua. Isso é muito importante. Eu acho que dizia a partir da quinta série, não é? Se eles fazem o projeto é porque percebem que isso não está acontecendo. E não é só informar, mas que a lei possa vigorar, para que eles não fiquem pedindo coisas que já estão na lei, mas que não são cumpridas.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É verdade. Realmente, eles passam o semestre inteiro sem ter nenhuma aula de inglês, por exemplo, e pensam que não existe no colégio deles.

A SRª MARTA SUPLYCY (PMDB - SP) – É isso. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Até por isso que eu insisti muito com a Senadora Angela Portela sobre um projeto do Senador Donizeti, em que ele recomenda que alguns instrumentos estejam ao acesso dos alunos na sala de aula, para que eles tomem conhecimento e possam saber o que eles têm, de fato, de direito na aplicação do dia a dia. Vamos ver se ela vem. Se não vier, vou pedir a leitura, e votaremos no momento em que estiver presente.

Senadora Marta Suplicy com a palavra, sobre o item 8.

ITEM 8

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2014

- Não terminativo -

Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.295 de 2013 do Senado Federal (PLS Nº 295/2013 na Casa de origem), que altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para inserir, entre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, o princípio da organização de serviços públicos específicos e especializados para atendimento de mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela rejeição da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 295 de 2013

Observações:

Tramitação: CAS e CDH.

- Em 26/11/2014, a Emenda foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra V. Exª.

A SRª MARTA SUPLYCY (PMDB - SP) – Eu peço para retirar de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acatado, o projeto sai de pauta.

Temos algum não terminativo ainda? *(Pausa.)*

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2015

- Não terminativo -

Altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.

Autoria: Deputado Marcos Rogério

Relatoria: Senador Ricardo Franco

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Eu pergunto se a Senadora Marta Suplicy poderia relatar, *ad hoc*, esse projeto, ou a Senadora Regina Sousa. Não terminativo, vai para a CCJ ainda.



A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Peço para retirá-lo de pauta. Não sei se vale a pena então lermos e depois...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, se pediu para retirar de pauta...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Então, eu já estou retirando de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Daí mantém inclusive o Relator original, para que ele venha no dia adequado expressar e defender o seu ponto de vista.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Senadora Marta Suplicy, V. Exª poderia relatar *ad hoc*, pela rejeição do projeto?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pois não.

Dispõe sobre a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos esse projeto do Senador Senador Donizeti Nogueira. Trata-se de proposição constituída por quatro artigos. O primeiro proíbe a comercialização dessa buzina a pessoas com idade inferior a 18 anos. O art. 2º determina que a venda do produto é condicionada à apresentação, pelo comprador, de documento de identidade. O art. 3º prevê sanção de multa ao descumprimento das determinações dos artigos anteriores. Por fim, o art. 4º, a cláusula de vigência, dispõe que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificção, o autor relembra os casos de mortes atribuídas à inalação indevida dos gases butano e propano, substâncias utilizadas como propelentes para acionamento de buzinas, que são muito populares em festas e eventos esportivos. Argumenta que a proibição da venda de tais produtos inibirá o abuso de inalantes e, por conseguinte, reduzirá a ocorrência de intoxicações e mortes de crianças e adolescentes.

Após apreciação nesta Comissão, o projeto será examinado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo. Até o momento, não foram apresentadas emendas.

Análise.

No que respeita ao mérito, a proposição sob análise pretende proibir a venda de buzinas acionadas por mistura dos gases butano e propano a pessoas com idade inferior a 18 anos. Não há como negar a importância de tal medida, visto que são frequentes os relatos de abuso desses inalantes. A disseminação do uso inadequado dessas substâncias é consequência de serem utilizadas em dispositivos para acionar buzinas utilizadas por crianças e adolescentes em atividades recreativas.

O uso inalatório – e não recomendado – desses gases é motivado por seus efeitos no sistema nervoso central, que se caracterizam, em geral, por euforia e perda da inibição, entre outras sensações. Todavia, a aspiração desses gases pode também resultar em complicações clínicas graves como, por exemplo, insuficiência respiratória, arritmia cardíaca e morte. De fato, o aumento do número de intoxicações e de óbitos decorrentes de tal prática tem chamado a atenção das autoridades da área de saúde.

Evidentemente, tais constatações endossam a intenção do autor. Todavia, por mais nobre que pareça ser sua intenção, cumpre alertar que o PLS 145, de 2016, apresenta alguns problemas que merecem destaque.

Inicialmente, cabe informar que o gás propelente utilizado em buzinas é também reconhecido pelo termo “gás liquefeito de petróleo” (GLP), cuja função é expelir o conteúdo do produto. Durante muitos anos, utilizou-se como propelente o gás clorofluorcarbono (CFC). Todavia, pelo fato de se ter provado prejudicial ao meio ambiente – com destaque aos danos que causa à camada de ozônio –, esse produto foi substituído por outros gases com menor potencial de causar danos ecológicos.



Atualmente, o propelente mais utilizado geralmente é composto pela mistura do propano e do butano, embalados em concentrações variadas de acordo com o tipo de produto. Tais substâncias são utilizadas, por exemplo, em frascos de cosméticos – perfumes e desodorantes –, isqueiros, maçaricos e *sprays* de tinta. Note-se ainda que o gás de cozinha é predominantemente composto por esses gases. Desse modo, fica evidente que proibir a comercialização apenas de buzinas não significa que crianças e adolescentes deixarão de ter fácil acesso a produtos que contêm esses elementos.

O segundo problema do projeto refere-se ao fato de que a sua apresentação foi motivada por reportagens sobre mortes decorrentes da inalação do propano e butano das buzinas em questão. Com efeito, consta da justificativa do projeto de lei sob análise que o produto é vendido livremente no Brasil. E, embora os avisos do rótulo alertem para os riscos da inalação do gás, seu consumo é livre e sem critérios.

A vítima mais recente desta prática foi uma estudante que morreu na madrugada de um sábado de março de 2016. Depois de inalar o gás de buzina durante uma festa em um condomínio na cidade paulista de São José do Rio Preto, ela teve uma parada cardíaca e veio a óbito. Depreende-se que o caso que aparentemente motivou a apresentação desse projeto foi a morte da jovem de 18 anos atribuída à inalação de gases de uma buzina. Esse relato evidencia o descompasso entre a proposição e sua justificativa, visto que prevê a proibição da venda a menores de 18 anos, fato que não se aplicaria à vítima do caso relatado, já maior de idade. Ou seja, o projeto vale-se do relato de óbito de pessoa que, por ser maior de idade, não estaria protegida pela lei.

Outro problema da proposição sob análise diz respeito à existência de indícios científicos que sugerem haver, de fato, risco de dependência decorrente do uso abusivo dos gases butano e propano. Com isso, o PLS 145, de 2016, poderia estar prejudicado, visto que o art. 81 da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), já proíbe a comercialização de produtos que contenham tais substâncias.

Por fim, julgamos que cabe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) regulamentar matérias de natureza técnica mediante publicação de normas infralegais. Ressalte-se que, analogamente ao caso em questão, a Anvisa já normatizou a venda da cola de sapateiro, um solvente com efeito psicotrópico e com capacidade de causar dependência quando excessivamente inalado.

Nesse caso, a autarquia, por meio da Resolução da Diretoria Colegiada nº 345, de 2005, que dispõe sobre produtos que contenham substâncias inalantes, proibiu a venda para menores de 18 anos de produtos, colas, *thinner* e adesivos que contenham substâncias inalantes capazes de promover depressão na atividade do sistema nervoso central e que apresentem potencial de abuso que pode desencadear a autoadministração.

Conclui-se, portanto, que o projeto de lei sob análise apresenta os seguintes problemas: tem possibilidade de não atingir o objetivo almejado – os gases butano e propano estão presentes também em outros produtos como isqueiros, cosméticos e *sprays*; vale-se do relato de óbito de pessoa que, por ser maior de idade, não estaria protegida pela lei que dele surgiu; pode ter a sua juridicidade questionada – a possível dependência decorrente do abuso dos gases propelentes torna prejudicada a proposição, visto que o assunto já está regulamentado no ECA; e trata de matéria que deve ser normatizada por órgão técnico do Poder Executivo, no caso, a Anvisa.

Portanto, o voto, em vista de todo o exposto, é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero pedir vista desse projeto, que é do Donizeti. Eu quero entender melhor as razões dele e, como se trata da questão... De certa forma, é droga, pode induzir a pessoa a ir para a droga. Acho que a intenção poderia ser... Apesar dos argumentos do Relator, eu gostaria de pedir, só para conversar melhor com ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O pedido de vista regimental está assegurado.

Eu vou pedir para a Senadora Regina Sousa, se possível, fazer a leitura de um projeto que é terminativo. A relatoria é da Senadora Angela Portela, mas, como a nossa intenção é fazer um esforço concentrado para votar os terminativos, V. Exª poderia fazer a leitura; ele ficaria na pauta e, com a presença da Senadora Angela Portela, a gente vai a voto.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não será hoje, naturalmente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão...



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Senadora. Embora eu tenha feito o comentário explicativo, eu não li aqui a questão regimental. Consulto as Sras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do PLS 325, de 2015, extrapauta. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015
- Terminativo -

Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. E pela aprovação da Emenda nº 1-CE, na forma da Emenda nº 3 apresentada pela relatoria.

Eu conversei ainda ontem com a Senadora Angela Portela; ela fez uma modificação no projeto que eu entendo adequada. É claro que eu tenho interesse, naturalmente, nessa proposta, porque entendo que ela leva para dentro da sala de aula os estatutos, todos eles, independentemente de quem seja a proposta original.

Com a palavra a Senadora Relatora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2015, do Senador Donizeti Nogueira, que torna obrigatória a manutenção de exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto da Juventude, do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Igualdade Racial...

Está faltando o da inclusão. Será que ela fez aqui? A gente vê no final, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qual é?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O da inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da pessoa com deficiência?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Da pessoa com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, sim. Eu creio que ela deve ter colocado, sim.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que pretende tornar obrigatória a manutenção...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para tranquilizá-la, a Assessoria já fala que a pessoa com deficiência está incluída; ela incluiu.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já, não é? Está bem.

... de exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto da Juventude, do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Igualdade Racial nas escolas públicas municipais, estaduais, federais e nas escolas privadas.

O projeto prevê, em seu art. 3º, que o diploma legal entrará em vigor na data de sua publicação.

Segundo o autor, a proposição tem por objetivo proporcionar o acesso a esses exemplares por pais e alunos nas escolas privadas e públicas, de modo a induzir e incentivar o exercício da cidadania. O autor argumenta que a disponibilidade desses estatutos nas escolas propiciaria o envolvimento dos alunos, desde os primeiros anos de formação intelectual, com o debate sobre esses temas.

O projeto foi distribuído às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo a esta a decisão terminativa.

Na Comissão de Educação, o projeto foi aprovado com uma emenda, adicionando a obrigatoriedade de que também sejam disponibilizados exemplares da Lei Maria da Penha e do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Não foram recebidas emendas nesta Comissão.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que disponham sobre a garantia e promoção dos direitos humanos, caso do PLS nº 325, de 2015.



Em decorrência do caráter terminativo da decisão nesta Comissão, incumbe-nos ainda examinar, além do mérito, a constitucionalidade e a juridicidade da proposição.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, importa dizer que a competência concorrente da União para legislar a respeito do tema está definida no art. 24, incisos IX, XIV e XV, da Constituição Federal. Também é adequado o meio eleito – projeto de lei ordinária –, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar. Irretocável, ainda, é a iniciativa de lei sobre a matéria, que não está reservada ao Presidente da República nem ao Poder Judiciário.

Observamos também, em relação à juridicidade, que a proposição se revela adequada, pois possui o atributo da generalidade, inova o ordenamento jurídico, apresenta potencial coercitividade e materializa-se como projeto de lei modificativa.

No mérito, a proposta é condizente com o avanço na legislação referente aos direitos humanos de maneira geral e ao fortalecimento da cidadania, especialmente desde a mais tenra idade.

O acesso aos exemplares do ECA, do Estatuto da Juventude, da Lei Maria da Penha, do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Pessoa com Deficiência e do Estatuto da Igualdade Racial nas escolas fortalecerá a discussão pedagógica sobre esses direitos, contribuindo para formar uma geração de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Em última análise, trata-se de fortalecer a democracia como um todo no País.

Além disso, a emenda aprovada na Comissão de Educação complementa a ideia inicial do projeto, ampliando seu escopo.

Apresentamos, entretanto, uma emenda de redação, a fim de adequar o texto da ementa do projeto à modificação aprovada pela Comissão de Educação.

Além disso, ainda no intuito de aprimorar a proposição, seguindo o disposto nos arts. 7º e 12 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, oferecemos uma segunda emenda para modificar o art. 1º do projeto, veiculando o número e a data de publicação das leis que devem ser disponibilizadas nas escolas, retirando-lhes o nome pelo qual são conhecidas.

Ainda nesse espírito de aperfeiçoamento, oferecemos uma terceira emenda, para substituir a previsão de multa pela obrigatoriedade de as escolas organizarem seminários sobre os textos legislativos que são objeto do projeto.

Adotamos essa emenda porque entendemos ser a multa uma oneração excessiva das escolas pelo descumprimento do comando disposto em lei, desproporcional à obrigação que se pretende reforçar. Além disso, a organização de seminários atende melhor a função pedagógica que compõe o espírito original do projeto e, ao mesmo tempo, estimula que a lei seja cumprida.

Voto.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2015, e pela aprovação da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, nos termos da Emenda nº 3 que apresentamos, assim como pela aprovação das seguintes Emendas nºs 2 a 4:

EMENDA Nº 2 – CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2015, a seguinte redação:

Torna obrigatória a manutenção de exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto da Juventude, do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto da Pessoa com Deficiência e da Lei Maria da Penha nas escolas públicas municipais, estaduais, federais e nas escolas privadas.

EMENDA Nº 3 – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2015, a seguinte redação:

Art. 1º. Ficam os estabelecimentos de ensino municipais, estaduais, federais e privados obrigados a manter, em local visível e de fácil acesso ao público, no mínimo, dois exemplares da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), dois exemplares da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude), dois exemplares da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), dois exemplares da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), dois exemplares da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e dois exemplares da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

EMENDA Nº 4 – CDH

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2015, a seguinte redação:



Art. 2º. O não cumprimento do disposto nesta Lei implicará a obrigatoriedade de o estabelecimento de ensino organizar seminários sobre os respectivos textos legislativos que não mantiver disponíveis.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, eu gostaria de participar da discussão dessa proposta, porque eu entendo que é uma proposta diferenciada e muito interessante.

Veja bem: a maioria das nossas crianças não conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente, e passarão a conhecer. As próprias professoras poderão provocar esse debate em sala de aula. Quanto ao Estatuto da Juventude, com certeza a maioria da juventude brasileira também não conhece. Se pelo menos cada sala de aula tiver dois instrumentos desses, eles poderão fazer seminários e debater esse tema de tanta importância. Com o Estatuto do Idoso não é diferente, pelo respeito que é preciso que, do jardim de infância à universidade, se tenha com os idosos. O Estatuto da Pessoa com Deficiência contempla 45 milhões de pessoas neste País. A Lei Maria da Penha é uma lei de suma importância – completou agora dez anos –, e nós temos visto que a violência contra a mulher aumenta a cada dia que passa. Mas, por mais que você modifique a lei, se as pessoas não a conhecerem e não souberem o porquê dessa lei, a violência vai continuar. Então, nada melhor do que, na sala de aula, as crianças, os jovens e os adultos saibam por que surgiu a Lei Maria da Penha.

Não há como não dizer aqui o que direi agora, e eu o faço com uma enorme satisfação, elogiando o Senador Donizeti. Eu tive a alegria de participar de todas essas leis, de uma forma ou de outra. Quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente, eu tive, ainda como Deputado, a alegria de participar dos debates a respeito e votar favoravelmente. Do Estatuto da Juventude, eu tive a alegria de participar como Relator da matéria. Do Estatuto do Idoso, eu tive a alegria de participar como autor do projeto. Do Estatuto da Igualdade Racial, eu tive a alegria de participar como autor do projeto. Do Estatuto da Pessoa com Deficiência, como autor do projeto. E, quanto à Lei Maria da Penha, todos nós temos muito orgulho de dizer que participamos da discussão e da votação. Que bom que ela vai, agora, para as escolas do nosso País.

Eu vou propor... Podemos conversar depois também com a Senadora Angela Portela, porque a sua leitura, aqui, ajuda muito, já, no esforço concentrado para votarmos toda matéria terminativa. Eu vou propor – e espero que seja acatado – a inclusão de mais um instrumento, que não deixa de ser um estatuto: a nossa CLT. Que na sala de aula haja também uma CLT, que está sendo tão atacada. Atacam a CLT dia e noite. E é bom que os alunos saibam, na sala de aula, o que significa o tal de negociado sobre o legislado.

Não vão me dizer agora que não se pode mais discutir política nas escolas. Discutir a CLT é discutir política; discutir o Estatuto do Idoso é discutir política. Ou não é política? Alguém já me disse que duas ou três pessoas conversando não deixam de fazer política, dentro da concepção de cada um. Não vão poder proibir agora que as pessoas discutam nas salas de aula o Estatuto das Pessoas com Deficiência ou o Estatuto do Idoso. Não deixa de ser política. Talvez até falem lá que é de autoria de fulano, de relatoria do sicrano. Eu me lembro, por exemplo, do Estatuto da Criança e do Adolescente: a relatoria, se não me engano, foi da Deputada Rita Camata. Qual é o problema? Não há problema nenhum. De quem é a autoria do Estatuto da Juventude? É problema dizer na sala de aula qual o Parlamentar que o apresentou?

Por isso que essa história de que é proibido discutir política... Tem que se ver, na abrangência, o que é política. Na verdade, todo debate que se faz aqui na formulação de leis é política. Por isso me assusta o conservadorismo que há hoje neste País, o retrocesso histórico, como alguém me disse hoje pela manhã. Só de lembrar que os retrocessos em relação aos direitos dos trabalhadores demandam, digamos, olharmos décadas e décadas atrás, desde que surgiu, por exemplo, a CLT... E estão tentando agora, com outras palavras, dizer não. Se houver uma lei... Nós falamos: “Acima da lei tudo, abaixo da lei nada.” Mas eles dizem: “Vai haver uma lei que vai dizer que o negociado está acima do legislado.” Foi o que ouvimos ontem, em outras palavras, aqui, e ainda dizendo que não se vai tirar nenhum direito do trabalhador. O que é isso? Assim como um projeto que está no plenário. Eu pedi um estudo aprofundado do Thales – que fez um belo estudo para nós – e da Consultoria do Senado. É assustador o que eles dizem que poderá acontecer a partir dessa lei que já está no plenário do Senado para aprovação. Mas vamos fazer lá um bom debate.

Então, eu vou propor – Senadora Regina, podemos até assinar juntos – uma emenda para que só haja duas CLTs na sala de aula, na escola. Acho que ela fez bem em colocar aqui uma emenda. Quero cumprimentar o relatório da Senadora Angela Portela. No primeiro momento, havia uma punição em dinheiro, uma multa de não sei quantos salários mínimos para a escola que não adotasse. Eu acho que a emenda dela... Primeiro, quero cumprimentar o Senador Donizeti, pela grandeza da proposta que apresentou. Segundo, cumprimento a Senadora Angela Portela, que colocou como multa o seguinte – como aqui foi lido pela Senadora Regina: “O



não cumprimento do disposto nesta lei implicará obrigatoriedade de o estabelecimento de ensino organizar seminários sobre os temas.” Perfeito, nada melhor do que isso.

Eu estive agora na cidade de Sobradinho. Eles têm um belíssimo programa lá de inclusão e de combate às discriminações, de integração, cidadania com as diferenças, que é exatamente o que ele está propondo aqui. Aí eu fui convidado para falar sobre o projeto. Então, perguntei à Senadora Angela Portela se eu poderia ir a Sobradinho. E havia em torno de mil pessoas, professores, alunos de toda a região, para discutir o projeto dele, elogiando o projeto dele. Já estão aplicando isso lá há alguns anos.

Conheci o projeto lá, em Sobradinho, na escola. Foi um belo evento, onde eles mostraram a importância desses instrumentos. E eles ficaram sabendo por iniciativa do Senador Donizeti e da Senadora Angela Portela, com o seu relatório, relatório que aqui a Senadora Regina defendeu com muita competência, como sempre. V. Ex^a também é uma mestra. Muitos não sabem que V. Ex^a é uma mestra, é uma professora conceituada no Estado e no País.

Eu queria então cumprimentar as duas relatoras, Senadora Regina e Senadora Angela Portela, e o Senador Donizeti pela iniciativa.

Como eles estão assistindo ao programa hoje, Senadora Angela, eles estavam na expectativa de que a gente hoje pelo menos lesse o relatório. Então, o relatório está lido. Ela entregou na íntegra. A única diferença daquilo que apresentei lá foi essa emenda – que eu creio que ela aceitará – para que a CLT também esteja nos colégios, pelo menos duas cópias daquele importante estatuto, porque é um estatuto também.

Senadora Regina com a palavra.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero também cumprimentar o Senador Donizeti, pela iniciativa – é o tipo de projeto que a gente gostaria de ter assinado –, e a Angela, pelo relatório. Isso vai na contramão da Escola sem Partido. Tem que se criar um instrumento para se contrapor a esse projeto, porque a Escola sem Partido está se propondo a, em vez de ensinar a pensar, ensinar a obedecer. Vai criar uma geração que obedece só. A gente lutou muito para ter uma geração contestadora, que fale, que lute, e agora vem esse projeto para não pensar, porque a Escola sem Partido é um projeto para simplesmente as pessoas não pensarem. Então, esses projetos vão fazer as pessoas pensarem, discutirem.

Eu tenho o exemplo do meu Estado, Piauí. Na Secretaria de Educação existe um programa, desenvolvido em todas as escolas de ensino médio, da Lei Maria da Penha nas escolas. Isso tem sido iniciativa da Promotoria Pública, mas é um convênio com a Secretaria. Então, de um jeito lúdico, bonito, é poesia, é cordel, é teatro, tudo se faz na escola. Não é à toa que, das 20 melhores notas em redação, cinco estavam no Piauí – na redação que tratou da violência contra a mulher no Enem. Isso é consequência dessa discussão na sala de aula, dessa discussão na escola. Infelizmente, alguns fundamentalistas estão querendo que a escola volte a ser aquilo que o Paulo Freire chamava de educação bancária: joga conhecimento na cabeça do menino, mas não ensina a pensar.

Eu tenho um projeto, na Comissão de Educação, nessa linha da biblioteca na sala de aula: uma estante com livros na sala de aula, do primeiro ao quinto ano pelo menos. Trata da questão do analfabetismo, porque a gente combate analfabetismo, mas produz analfabetos, porque não cuida da criança, de ensiná-la a aprender a ler enquanto é tempo de aprender a ler. Então, o meu projeto vai nessa linha de ter uma estante na sala de aula com livros, conforme a idade dos meninos, até o quinto ano. Se ele aprender a ler até o quinto ano, se ele compreender o que ler, nunca mais vai ser analfabeto, pelo menos do ponto de vista do letramento. Claro que há outras coisas que ele tem que aprender para não ser considerado analfabeto também, mas, do ponto de vista do letramento, com certeza a criança que lê até o quinto ano vai embora. Inclusive aprende melhor as outras disciplinas. Então, esse meu projeto também está aí, tramitando, para ver se a gente aprova. Toda escola tem biblioteca, mas lá no fundo, numa salinha que sobrou, geralmente fechada. Só abrem quando a professora vai lá, com os meninos, fazer uma pesquisa orientada. Então, essa biblioteca vai ter que evoluir para a sala de aula, para o livro estar lá, ao alcance, na visão dos meninos e das meninas.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa. Meus cumprimentos pela defesa brilhante que fez.

Nós vamos encerrar a discussão e, em uma próxima reunião, em que votaremos só os terminativos...

Nós não vamos encerrar, nós vamos protelar. Nós vamos deixar a discussão em aberto, para que, em uma próxima reunião, com a presença inclusive da Senadora Angela Portela, que só não está aqui por motivo de doença – ela tinha um exame para fazer nesse período –, para que ela possa também tecer as suas considerações, já que ela fez um estudo aprofundado da proposta do Senador Donizeti.

Acabaram as leituras dos não terminativos e também dos terminativos que estavam para ser lidos. Eu pergunto: há algum terminativo que não foi lido ainda? *(Pausa.)*



Eu pergunto à Senadora Regina, conforme o princípio que adotamos aqui, se V. Exª poderia fazer a leitura sintetizada desses terminativos que estão na mesa, sem encerrar a discussão. A discussão continuará, e mesmo um pedido de vista poderá acontecer, se houver algum terminativo, para que a gente possa preparar uma reunião só para votação, a favor ou contra, dos terminativos.

Eu vou pedir à Senadora Regina, se puder, que faça a leitura do item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa, para ler o parecer *ad hoc*.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Projeto nº 411, de 2015, do Senador Ciro Nogueira. Já foi lida a ementa: dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo.

Relatório.

A parte legal está o.k. Vou ler só a análise.

A proposição atende aos requisitos de iniciativa, de constitucionalidade e de regimentalidade. A matéria não é de iniciativa reservada. Integra competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e integração social – atualmente entendida como inclusão – das pessoas com deficiência e não tende a abolir direitos e garantias fundamentais.

Como já é amplamente sabido, os cães-guias são utilíssimos para pessoas cegas ou com baixa visão. Há, porém, outras categorias de cães de assistência, tais como:

- cães ouvintes, que alertam pessoas com deficiência auditiva sobre buzinas, sinais sonoros (como campainhas ou toques que indicam a chegada de um elevador), alarmes e chamamento do nome dos usuários (comum em hospitais e aeroportos, por exemplo);

- cães de alerta, cujos sentidos aguçados percebem quando alguém pode ter uma crise diabética, alérgica ou epilética;

- cães para autistas, que podem servir para pessoas com outras deficiências intelectuais e ajudam a confortar o usuário durante eventuais crises; acompanham-no se sair vagando a esmo, melhoram o seu sono, diminuem ansiedade social, além de aprimorar suas competências sociais, de cuidados pessoais e para a formação de laços afetivos;

- cães para cadeirantes, que abrem e fecham portas, pegam objetos pouco acessíveis ou caídos no chão e apertam botões de elevadores, geralmente instalados em posição alta nas paredes.

O uso desses cães de serviço e a permanência dos usuários com eles em quaisquer locais devem ser integralmente amparados em lei, como já acontece com os cães-guias. A Lei nº 11.126, de 2005, só não o fez porque havia, há dez anos, pouco conhecimento sobre a existência de outras categorias de cães de serviço. Por essa razão, o PLS nº 411, de 2015, é bastante meritório.

Ele faz uma ressalva.

A única ressalva à proposição é a necessidade de corrigir, mediante emenda, as expressões “públicos e privados de uso coletivo”, ou somente “de uso coletivo”. A exemplo da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), deve-se fazer referência aos ambientes abertos ao público, mencionando corretamente os “locais públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo”, para não impedir o ingresso e a permanência com cães de serviço em locais que são de uso individual, como quichês de atendimento e cabines de banheiros, por exemplo.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015, com a seguinte emenda:

Substitua-se na ementa e nos arts. 1º e 4º da Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2015, com a redação proposta nos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015, as expressões “ambientes de uso coletivo” e



“estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo” por “locais públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo”.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu só queria comentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É impressionante todo o processo de discussão do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Aí já vem lei que inclui mais coisas. Ou seja, há sempre mais alguma coisa a se incluir nesses estatutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato. Como a gente fala: não há lei perfeita. Sempre é possível aprimorar.

A matéria sai de pauta e voltará à discussão e à votação nominal em uma reunião com quórum presencial.

Há mais um requerimento, o de nº 114, de 2016...

Ainda há terminativo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois vamos entrar nos requerimentos.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador José Medeiros

Exatamente a sua fala, Senadora.

Eu peço que a Senadora Regina Sousa, *ad hoc*, faça a leitura do relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno.

Eu vou direto para a análise.

Conforme o art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, em seus incisos III, IV e VI, compete à CDH opinar sobre proposições respeitantes aos direitos humanos, aos direitos da mulher e aos direitos da infância. O PLS nº 24, de 2016, envolve os três temas, de modo que é regimental o seu exame por esta CDH.

Do ponto de vista constitucional, está correto ao dirigir-se à oferta do serviço de orientação ao aleitamento materno, visto ser competência da União legislar sobre normas gerais em matéria de saúde. Contudo, ao determinar especificamente que o serviço seja oferecido por profissionais habilitados e capacitados para essa função, a proposição possivelmente confronta a alínea “a” do inciso II do §1º do art. 61 da Carta Magna, que reserva ao Presidente da República a iniciativa de leis que criem cargos, funções ou empregos públicos na Administração Pública direta e autárquica.

Ao comandar a presença de “profissionais habilitados e capacitados para essa função” nos hospitais públicos e particulares, o projeto de lei cria a obrigação de o Poder Público deles dispor, vindo a criar, ao menos, funções. Vista assim, a proposição é inconstitucional.

Uma vez sanado esse problema, a proposição não conteria óbice de juridicidade, por ser vazada na espécie normativa adequada, a lei ordinária, e também por não contradizer, e sim inovar, o ordenamento jurídico. Tais traços normativos emprestarão cogência à norma proposta, terminando por caracterizar sua juridicidade.

Quanto ao mérito, estamos completamente de acordo. Os argumentos apresentados pela autora são claros e convincentes, inclusive por expressarem a decidida recomendação de instituição globalmente reconhecida, como o é a Organização Mundial de Saúde, a OMS. Também é convincente o argumento de que muitas mulheres não amamentam seus filhos e filhas por falta de tempo, de oportunidade e de conhecimentos – quase sempre, conforme é bem sabido, por uma mistura dos três fatores.

Sendo assim, deve-se louvar a inteligência da proposição, pois ela procura incidir quando pode ser obtido o melhor resultado, ou seja, no início da maternidade – ainda no hospital, para ser exato. As instituições



brasileiras, queremos crer, já possuem as condições para isso, e existe demanda por tais conhecimentos por parte das mães. O que o PLS nº 24, de 2016, faz é tão somente ligar as duas coisas e atender assim a uma necessidade da sociedade.

Contudo, apesar do mérito que procuramos evidenciar, restam à proposição os óbices indicados. O problema constitucional referente à iniciativa das leis pode ser sanado com a exclusão da sentença “com profissionais habilitados e capacitados para essa função” e da expressão “serviço”, que igualmente remete à ideia de função. A formulação concisa, a saber, “oferecer orientação sobre amamentação, com o objetivo de apoiar a puérpera para a prática do aleitamento materno”, permaneceria dentro do espírito do art. 10 do ECA, que apenas arrola obrigações das instituições, sem determinar o tipo de profissional que deverá cumpri-las. Isso, decerto, não fará com que os estabelecimentos de atenção à saúde das gestantes empreguem pessoas incapazes nessas tarefas, mas, sim, deixará a tais instituições a discricionariedade sobre o modo de conduzir a orientação que a lei passa a determinar.

Sendo assim, encaminharemos voto favorável à aprovação da proposição, mas nos termos de emenda substitutiva que aprimore a mesma, oferecendo solução para o problema apresentado.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2016, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVA)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2016

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de orientação sobre aleitamento materno.

Art. 1º O *caput* do art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 10.....

VI – oferecer orientação sobre amamentação, com o objetivo de apoiar a puérpera para a prática do aleitamento materno.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa. Agradeço a V. Exª.

Cumprimento a autora, Senadora Lúcia Vânia, e o relatório do Senador José Medeiros.

A matéria sai de pauta, fica aberta à discussão e voltará, conforme combinamos, numa reunião em que vamos votar todos os terminativos.

Novamente convoco a Senadora Regina Sousa, para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a gratuidade da utilização de vagas em estacionamentos abertos ao público por veículos que transportem pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Peço à Senadora Regina que faça o relatório *ad hoc*, por favor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2016, do Senador Dário Berger, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a gratuidade da utilização de vagas em estacionamentos abertos ao público por veículos que transportem pessoas com deficiência.

Relatório.

Vou à análise.



Tendo a matéria sido distribuída para manifestação deste Colegiado em caráter terminativo, devem ser avaliados aspectos tocantes à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade da proposição, além de seu mérito.

A matéria de que trata o PLS nº 37, de 2016, é pertinente à competência da União para legislar sobre Direito Civil e não está limitada à iniciativa do Poder Executivo, de modo que não há vício relativo à sua constitucionalidade.

Não identificamos, outrossim, injuridicidade na proposição, pois seu conteúdo, se aprovado, trará inovação no ordenamento jurídico, pela via adequada para o fim proposto, que é a lei ordinária.

A redação e a técnica legislativa não merecem reparos, tendo sido respeitadas as diretrizes fixadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Com relação ao mérito da proposição, deve-se mencionar que há uma crescente conscientização na sociedade, também refletida em novas leis, sobre a importância da inclusão das pessoas com deficiência. Nossa infraestrutura urbana, nossos equipamentos públicos, nossas tecnologias e nossos costumes tradicionalmente não contemplam a inclusão, pois carregam a herança de uma mentalidade excludente, ou “normalista”, na qual pouca ou nenhuma atenção era dada a quem difere de um padrão considerado normal, o que resulta na exclusão sistemática de pessoas com deficiência em praticamente todos os contextos de interação social, afetando ainda sua autonomia, pelo simples fato de serem diferentes. Se a sociedade se organiza para que os serviços, espaços e equipamentos possam atender somente à maioria, ou ao que é tido como padrão de normalidade, forçosamente exclui as minorias, tratando-as como pessoas de segunda classe. Felizmente, temos avançado na compreensão de que as pessoas com deficiência não são inválidas ou incapazes e não podem sofrer o ônus adicional de enfrentar barreiras para desempenhar quaisquer atividades. Uma sociedade inclusiva é uma sociedade que pensa em todos, e não apenas na maioria, e se esforça para derrubar as barreiras que atrapalham a plena participação das minorias, como é o caso das pessoas com deficiência.

É nessa direção que caminha o PLS nº 37, de 2016. Trata-se de medida que pretende contribuir para compensar indiretamente, mediante gratuidade em estacionamento, as barreiras relativas à mobilidade e a notória exclusão econômica das pessoas com deficiência. Por princípio, devemos preferir a abordagem direta de um problema, como é o caso das barreiras socialmente impostas às pessoas com deficiência. Contudo, sabendo que a exclusão ainda permeia valores e costumes, não podemos abrir mão de medidas compensatórias indiretas que possam mitigar a desigualdade real, precisamente por ser difícil identificar e extirpar todos os elementos objetivos e subjetivos, bastante difusos, que compõem o quadro amplo da discriminação.

A justiça da medida repousa, em grande parte, na inversão de um desequilíbrio que sempre onerou as pessoas com deficiência. Elas sempre tiveram que arcar com os custos e enfrentar os obstáculos impostos pela sociedade excludente. Fazer com que os custos da inclusão sejam compartilhados por outros agentes na sociedade, como os empresários de estacionamentos, apenas reflete a contribuição que todos devem dar para desconstruir a segregação e promover a inclusão, em respeito aos valores constitucionais do pluralismo e da não discriminação.

Por essas razões, vemos nessa proposição a oportunidade para favorecer a mobilidade das pessoas com deficiência e compensar, minimamente, os custos e transtornos que ainda sofrem com a exclusão, sem onerar exageradamente os estacionamentos, o que se revela no pequeno percentual de vagas e no limite de tempo de uso gratuito.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2016.

Desde já, peço vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, eu queria fazer o seguinte encaminhamento, que entendo ser mais produtivo para nós todos.

Hoje, por exemplo, na Comissão de Assuntos Sociais, havia um projeto que proibia o direito de greve no setor bancário. O que é que eu fiz? Eu assumi a relatoria *ad hoc* e me comprometi a trazer as minhas considerações. E eu fiz a leitura do projeto.

Então, para não gastarmos já o pedido de vista, eu proporia o seguinte encaminhamento: a senhora é Relatora *ad hoc*. Não vai ser votado hoje; é terminativo. No dia da votação, quando queremos fazer esforço concentrado, V. Exª apresentará o seu parecer, com todas as alterações que entenda necessárias, porque, a partir de hoje, V. Exª é a Relatora do projeto. Inclusive, se assim entender – porque, com a leitura feita... –, se quiser dar o parecer contrário, poderá fazê-lo. O.k.?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k. Pode ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi assim que nós tomamos uma decisão hoje, pela manhã. E lá eu li o relatório, mas deixei muito claro que havia uma dis-



cordância. Ficou, então, a minha disposição de conversar com o autor e o relator. Ou chegamos a um entendimento, ou eu vou dar o parecer contrário. Ou seja: qual seria o objetivo, no meu caso, lá? Garantir o pleno direito de greve aos bancários e não proibir o direito de greve.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Passou por aqui e eu fiz isso também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É... Aqui nós rejeitamos. Está escrito lá. E foi um parecer seu, não é?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu vou acompanhar o seu parecer.

Novamente, convoco a Senadora Regina Sousa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011

- Terminativo -

Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Observações:

Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH.

- Em 23/02/2016, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, na forma da Emenda nº 1-CAE.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa, para ser Relatora *ad hoc* do projeto.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – De cara, esse já é muito simpático, não é?

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, que dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.

Vou direto à análise.

A análise da proposição confirma que a matéria tratada no Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011, insere-se no âmbito das competências da União, nos termos do inciso XIV do art. 24 da Constituição Federal (CF), pois trata da proteção e integração da pessoa com deficiência.

Analizada a proposta, não foram identificados vícios de constitucionalidade formal ou material.

De acordo com o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CDH opinar sobre proposição que diga respeito à proteção e à integração social das pessoas com deficiência. Assim, estão atendidas as normas regimentais pertinentes.

Ao proceder ao exame da matéria, observa-se ser meritória a proposta de criar mecanismos de inclusão social das crianças com deficiência, muitas vezes impedidas de participar de brincadeiras e diversões nos equipamentos públicos.

Contudo, é necessário lembrar que já existe norma regulando a matéria: trata-se da Lei nº 11.982, de 16 de julho de 2009, que alterou a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Comissão de Assuntos Econômicos, ao examinar a proposição, percebeu o problema mencionado no parágrafo anterior e apresentou emenda substitutiva, corrigindo-o. A alteração permitiu o aproveitamento do mérito do projeto, que é inegável. A emenda substitutiva faz com que a ideia de *shopping centers*, ou centros de compras, chegue à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a Lei de Acessibilidade: não devemos falar apenas em “parques de diversões”, mas também em “centros de compras”, que, em nossos dias, são verdadeiros espaços públicos. E é ao cenário público que a lei quer se referir: se pretendemos incluir, verdadeiramente, as crianças com deficiência, trata-se então de erradicar do cenário público aquelas circunstâncias em que seria razoável à criança com deficiência esperar divertir-se, mas em que isso é impossível, dada a inexistência dos equipamentos adequados. E um centro de compras é tipicamente um cenário público, e dos mais importantes.



Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011, nos termos do Parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A matéria também sai de pauta, porque é terminativa.

A discussão continua aberta.

A nobre Senadora, como relatora, se tiver algum adendo a fazer, a exemplo dos outros, poderá fazê-lo no momento da votação final, já que está aberta a discussão e as emendas.

O.k.? Terminamos...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É um projeto simpático, inclusive as fábricas de brinquedos já estão construindo bonecas e bonecos com deficiência. Creio que está evoluindo a mentalidade das pessoas. As crianças só brincam com as figuras ditas normais, no padrão da normalidade que a sociedade define. São interessantes alguns brinquedos. Vi bonequinhos sem uma perna, vi bonequinhos cadeirantes. É interessantíssimo que as fábricas já estejam vendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero aproveitar a presença da Cida, ex-Presidente da Fundação Palmares, para dizer, Cida, que o primeiro boneco negro e boneca que vi – porque eu fui lá e trouxe – foi quando eu fui à África do Sul pedir a libertação do Mandela. O primeiro que eu vi foi lá, logo na Constituinte.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Na Rússia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na Rússia?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Lá havia bonecas negras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui, hoje, já se encontra, mas na época da Constituinte, 1986, 1988... Terminou a Constituinte, nós fomos à África do Sul, numa delegação, exigir a libertação do Mandela. Eu trouxe de lá bonecos e bonecas negras e levei para o meu povo no Rio Grande do Sul. Algumas eu tenho comigo até hoje, porque são lembranças históricas.

Então, esse projeto vem nessa linha. Não importa se a pessoa é branca ou negra, se é cigano, índio, alemão, italiano, se é deficiente ou não, é preciso que a gente saiba viver com as diferenças.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E ele foi feliz em incluir os centros de compra, os chamados *shoppings*, porque todos eles têm uma área de lazer. Vou até observar agora se existe alguma coisa para as crianças deficientes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Então o projeto sai de pauta e volta no dia da votação.

Agora, vou passar a palavra de novo à Senadora Regina, porque é um requerimento de sua autoria.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 114, de 2016 - Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em parceria com o projeto Pauta Feminina, para debater sobre o “empoderamento de meninas”.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Com a presença dos seguintes representantes: Organização das Nações Unidas (ONU); Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); Plan Internacional; Instituto Promundo; e Frente Parlamentar da Primeira Infância.

A autoria do requerimento é da Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Senadora Vanessa também o assinou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, como ele é extrapauta, eu faço o seguinte encaminhamento: pergunto se ele poderá ser votado a partir de inclusão extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está com a palavra V. Exª para advogar o seu requerimento quanto ao mérito.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há uma demanda por esse debate. Inclusive, é uma ideia da Procuradoria para se discutir.



Fala-se da discriminação da mulher, mas, quando se diz “mulher”, refere-se às mulheres adultas, jovens, mas adultas. Quanto às meninas ainda na adolescência, nós não temos nos voltado muito para elas. Essa pauta está sendo incluída, inclusive pela ONU.

Sempre a menina perde, em detrimento dos meninos. Na família, por exemplo, se o pai só pode colocar um para estudar fora, para continuar os estudos, certamente vai ser o menino. A menina vai ficar lá na cidadezinha dela, onde não há acesso a estudo. Nós ainda temos muito isso, principalmente no Nordeste, em cidades onde não há acesso ao ensino superior. Os meninos e as meninas têm que se deslocar.

Então, é para suscitar esse debate, para trazer esse debate em torno da limitação da participação social das meninas. Precisamos discutir a igualdade desde a infância e a adolescência. Estamos trazendo isso para exatamente para suscitar essa discussão dentro da pauta feminina que temos levantado nesses últimos tempos.

Infelizmente, a impressão é de que a coisa está piorando. Todos os dias temos notícias terríveis, como a de hoje, envolvendo um Deputado. Se é verdade – e parece que sim –, é muito grave. O Deputado Marco Feliciano foi acusado de abusar de uma menina.

Então, é nesse sentido que trazemos isso para a pauta. É preciso começar desde cedo a proteger as meninas para promover a sua igualdade com os meninos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa.

Ontem, no plenário, e V. Exª lembrou agora o nome da Senadora Vanessa Grazziotin... É incrível o número de câmaras de vereadores deste País que não têm uma mulher. É incrível, nessa visão do empoderamento das mulheres e de sua participação política. Eu dei o exemplo de Canoas...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Saiu uma estatística esta semana: há 6,5 milhões a mais de mulheres eleitoras e menos de 10% no Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu dei o exemplo de Canoas.

Canoas, no Rio Grande do Sul, tem um Senador, que sou eu, tem o Prefeito mais bem avaliado do Estado do Rio Grande do Sul, que é Jairo Jorge, do Partido dos Trabalhadores, tem Deputado Federal que já foi Presidente da Câmara, o Deputado Marco Maia, tem o Nelsinho, que é Deputado Estadual, é uma cidade considerada politizada, mas não tem, na Câmara de Vereadores, uma mulher. Parece que, ao longo da história da cidade – ninguém conseguiu me dizer o dia, a hora nem o ano –, houve uma mulher. Prefeita, então, nem falar. Agora existe a possibilidade de elegermos uma prefeita lá.

Em inúmeras cidades do País é assim também. Tenho dito para os homens e mulheres: “Não fiquem bravos comigo. Eu vou apoiar metade homens e metade mulheres, 50% de homens e 50% de mulheres.”

Vou apoiar a todos, porque é a cidade em que resido. Agora, não dá para uma cidade como essa, um polo com sindicatos famosos, fortes – eu mesmo comecei minha vida sindical lá na cidade e me tornei Secretário Geral da CUT, depois Constituinte e Senador –, não ter uma mulher na Câmara de Vereadores.

Esse projeto e o debate que V. Exª propõe são no sentido da participação mais ativa das mulheres.

Meus cumprimentos pela iniciativa.

Eu convidaria V. Exª, se pudesse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É tão bom o requerimento que eu o considere aprovado!

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu convidaria V. Exª, se pudesse, para presidir neste momento. Há alguns requerimentos que vou ter que advogar antes de encerrarmos os nossos trabalhos.

Enquanto V. Exª vem à tribuna, levando em conta a audiência que tem esta Comissão, assim como todas as outras, gostaria de lembrar ao pessoal de Santa Maria e região, lá do Rio Grande do Sul, que deve estar nos assistindo pela TV Senado, que está tudo confirmado: vamos estar aí, sim, na sexta-feira agora, às 14 horas, na Câmara de Vereadores. Espera-se lá a presença de quase mil líderes do Estado, de toda a região, para discutir previdência, CLT, negociado sobre o legislado, trabalho escravo e, naturalmente, a terceirização que querem fazer para as atividades-fim.

Vou explicar o projeto que está no Plenário. Fiquem de olho, porque querem votar já na semana que vem. Tenho um requerimento para que seja apensado ao 30, do qual sou Relator. Espero que isso aconteça.



Então, está confirmado. Depois, na sequência, nós estaremos na região de Caxias, Vale dos Sinos, Pelotas e Santa Rosa, sem prejuízo dos encontros nacionais que envolvem esse tema, tudo isso numa visão do processo democrático. Ninguém vai deixar, num momento como este, de discutir a democracia.

Estaremos em São Paulo na semana que vem e, depois, vamos para Goiás. Há uma sequência. Fizemos 27 Estados. Vamos fazer agora 10 regiões.

Senadora Regina, agora a Presidência está com V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

ITEM 12

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 97, de 2016 - Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir mecanismos de proibição de postagens nas redes sociais, por meio da internet, de imagens e vídeos sobre “automutilação” de crianças e adolescentes e a realização de uma campanha para prevenir, orientar e ajudar os pais em todo o Brasil.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros.

O Senador Paulo Paim vai fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex^a fez a leitura do pedido do Senador Magno Malta, que está neste momento na Comissão do Impeachment, junto com os outros 21 Senadores.

Eu não poderia me furtar, naturalmente, de permitir a votação do requerimento com a minha assinatura. É um debate democrático sobre tema que, na leitura, ficou muito claro. Trata-se de inibir as postagens nas redes sociais, por meio da internet, de imagens e vídeos sobre automutilação de crianças e adolescentes e de promover a realização de uma campanha para prevenir, orientar e ajudar os pais em todo o Brasil.

Ele convida a representante do Facebook no Brasil; representante do SaferNet; representante do Movimento Brasil Sem Dor; Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria; Dr. Marcelo da Silva Araújo Tavares, Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília; e a cantora Marcela Taís.

Esse é o requerimento.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Senadores que são a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Consulto as Sras Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão extrapauta dos Requerimentos nºs 110, 111, 112 e 113, de autoria do Senador Paulo Paim.

Quem for a favor permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovada.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 110, de 2016 - Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a “Presença Africana na Cultura Afro Brasileira”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Senador Paulo Paim, para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está presente, inclusive, a Cida, que foi Presidente da Fundação Palmares, militante histórica das causas de combate a todo tipo de preconceito. Sempre digo à Cida que não é permitido achar que nós, negros, só combatemos o racismo contra o negro. Não. Nós não queremos que ninguém seja discriminado. Naturalmente, nós, negros, sentimos, como se diz, na própria pele, durante centenas de anos, esse preconceito.



Essa foi uma iniciativa da Cida, que nos trouxe esse debate em que teremos aqui, como convidadas, ilustres pessoas do nosso País e também do exterior.

Esse é o objetivo, Srª Presidente.

De forma informal, Cida - eu sei que é informal, e eu sou muito informal -, você quer dizer três ou quatro palavras sobre o requerimento? *(Pausa.)*

Então diga.

A SRª MARIA APARECIDA DA SILVA ABREU – A proposta é fazermos uma reflexão sobre a presença e a influência africana na construção da cultura afro-brasileira e da cultura brasileira. Temos vivido momentos em que a cultura, os modos e os costumes são esquecidos. Eu e um professor doutor e pesquisador dessa área de desenvolvimento humano e da organização de propostas de tomadas de decisão estamos propondo que o Senado Federal e a Câmara Federal possam incorporar essa ação como um programa a ser investido pelos Deputados e Senadores nos Estados e Municípios. É uma ação que será feita com a Universidade Católica, PUC, e com qualquer outra instituição de ensino para a pesquisa do País.

O Prof. Madiagne, que é especialista nessa área, foi Cônsul do Senegal no Brasil, é professor da PUC, recebeu um título no Brasil também pelo reconhecimento das suas ações, é Coordenador do Plano Diretor do Rio de Janeiro, que hoje é todo o projeto das Olimpíadas, e um ativista do movimento negro africano que fala português e quer apresentar para o Senado e para a Câmara essa proposta.

Também queria convidar todos os outros Senadores que estão nesta Comissão para que aqui estivessem, assim como os seus assessores, porque temos interesse de expor o projeto para que vocês o apresentem em qualquer lugar do País.

Então, Paim, é uma proposta para que tenhamos uma ação que envolva cultura, esporte, educação e desenvolvimento humano para a juventude negra, não negra pobre e para as mulheres.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Quero cumprimentá-la, como signatária do requerimento, dizendo que a sua iniciativa vem no momento adequado. Depois do brilhante trabalho feito pela CPI de combate ao assassinato da nossa juventude, liderada pelo Senador Lindbergh e pela Lídice da Mata – os dois a lideraram, eu estava junto, mas devido ao trabalho na Comissão participei de poucas reuniões –, que bom que agora vem para esta Comissão esse debate! Inclusive, vamos convidá-los também para que estejam junto conosco, tanto o Lindbergh Farias quanto a Lídice da Mata, para contar a experiência que tiveram viajando pelo Brasil para discutir o assassinato da juventude brasileira, negra e branca. É claro que os dados mostram que, de cada dez jovens assassinados, oito são negros. Isso eles já nos passaram.

Esse debate que você propõe vai na linha não só de verificar o problema, mas de apontar a solução. Por isso, meus cumprimentos pela iniciativa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 111, de 2016 **- Não terminativo -**

Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater “A demissão de dirigentes sindicais, com foco na liberdade e na autonomia sindical”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra, Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta Regina Sousa, nós já fizemos uma audiência pública sobre esse tema. Virou moda neste País atacar dirigente sindical e criminalizar os movimentos sociais. Fizemos uma audiência e, como fruto dela, ficou ajustado que nós faríamos uma próxima, convidando todas as centrais, confederações e representantes do Judiciário e do Executivo para debater o tema.

Infelizmente, os dirigentes sindicais estão sendo demitidos. Na época em que eu era sindicalista, suplente tinha estabilidade, conselho fiscal tinha estabilidade. Depois inventaram, há pouco tempo, que eles não têm mais estabilidade.



Ora, numa chapa, quem se expõe nas fábricas, fazendo parte da diretoria do sindicato, como suplente ou como alguém do conselho fiscal, é demitido automaticamente.

Considerarei uma decisão absurda essa de não se garantir estabilidade para o suplente e para o conselho fiscal. Só quem não conhece o que é estar dentro dos locais de trabalho, fazendo a política sindical, sem nenhum tipo de estabilidade... Os próprios membros da Cipa são demitidos se não tiverem estabilidade. Eu sempre contesto essa história de metade do empregado e metade do empregador. E aquele do empregador? Não tem estabilidade? Então, se alguém faz um protesto, manda trancar a produção porque as condições são inseguras, pode ser demitido. Um absurdo! Por isso eu quero fortalecer a discussão.

Nesse dia, nós vamos discutir também a questão dos membros da Cipa e daqueles delegados que, na Constituição, nós já conseguimos assegurar. Cada duzentos empregados têm que ter um delegado sindical, que também está sendo demitido.

Então, criminalizar movimento social e demitir dirigente sindical virou moda. E atacar dirigente sindical...

Vi e ouvi alguém dizer que os culpados pelo desemprego são os sindicalistas. É brincadeira! O sindicalista tem todo o interesse! Quanto mais empregados mais gente nas fábricas, mais movimentos, mais atuante será o sindicato! Enfim, é o contexto todo. Mas virou moda agora atacar os movimentos sociais. E é um retrocesso histórico. Os movimentos sociais foram conquistando, ao longo de batalhas com muitas lágrimas e sangue, para termos uma CLT, para termos uma estrutura de organização dos trabalhadores por local de trabalho, para ter centrais, federações e confederações. E não consigo entender, mas vamos lá.

O debate nesse dia, Sr^a Presidente, tem esse objetivo.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu queria sugerir um nome se fosse possível.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há um desembargador lá no Piauí que já foi Presidente várias vezes do TRT e que está inclusive num processo de seminários, discutindo os ataques aos direitos trabalhistas. Ele já fez o primeiro seminário, haverá outro agora. Ele sempre me convida. É uma pessoa que defende muito bem essa questão no nosso Estado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está assegurada a sua indicação.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Dr. Meton Filho, do Tribunal Regional do Trabalho do Piauí.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só pedir para a sua assessoria passar o nome.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A nossa grande conquista foi essa história de ter delegado de base. Estou me sentindo como quem volta ao passado, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos ter que lutar por tudo de novo, porque eles estão fazendo... Aquilo que nós, de certa forma, inibimos agora está voltando. Mas é isso. É a luta.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 112, de 2016 **- Não terminativo -**

Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater “A violência contra os jornalistas, em decorrência do exercício da profissão”.

Autoria: Senador Paulo Paim

O autor é o Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem rapidamente, só o nome já diz: a violência contra os jornalistas em decorrência do exercício da profissão.

Os dados são assustadores, tanto no Brasil quanto no exterior, de sindicalistas que são atacados violentamente, muitos até assassinados.



Então, a pedido da Federação Nacional dos Jornalistas e dos jornalistas do Rio Grande do Sul, devido a alguns fatos que aconteceram lá recentemente, estamos propondo essa audiência pública, a violência contra os jornalistas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao último requerimento.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 113, de 2016 **- Não terminativo -**

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre “Os crimes de abuso de autoridade”.

Autoria: Senador Paulo Paim

O autor é o Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, estão aqui presentes inclusive os representantes da Anamatra, a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho.

Está certo? Eu falo tanto em Anamatra que no fim eu tenho que traduzir para quem está nos assistindo neste momento.

A Anamatra é uma parceira nossa.

Vocês sabem que há um movimento enorme neste País contra a Justiça do Trabalho. Da tribuna, quase todos os dias eles falam nisso, porque agora é moda atacar sindicalista e Justiça do Trabalho. É como se os culpados das ações na Justiça fossem os juízes ou os sindicatos.

Alguém não cumpriu o que, de direito, o trabalhador deveria receber e suscita uma ação – eu tenho que dizer isso aqui – que o juiz só vai julgar. E o juiz, baseado na legislação, vai ter que apontar os caminhos. É isso ou não é, meus dois parceiros que estão aí? Poderiam nos dizer o nome de vocês dois para nos situar aqui?

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI *(Fora do microfone.)* – Luiz Antonio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos, e o nosso Presidente, Germano Siqueira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Germano Siqueira e Luiz Antonio Colussi são parceiros nossos nas viagens por este País, defendendo sempre os interesses dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas. Tanto é que, na questão da terceirização, o projeto que nos apresentaram dá linha para o meu relatório, que apresentarei no momento em que quiserem votar no Plenário. Não pensem que eu não tenho o relatório, porque eu tenho. A Anamatra sabe disso. O relatório está pronto, mas vamos votar no momento adequado, não é?

Ontem, o Ministro do Trabalho disse, nesta Comissão, que eles iriam mandar um projeto. Eu fiz um apelo a ele de que não mandasse o projeto, que consultasse a Casa, porque essa matéria está sendo discutida aqui dentro há muito tempo, e nós temos relatório pronto em relação ao Projeto nº 4330, no momento em que veio da Câmara dos Deputados. Aqui é o PL nº 30.

Quanto à questão específica deste requerimento, essa audiência foi proposta pela Anamatra, que indicará os convidados para discutir, porque esse projeto virou debate nacional. A Anamatra, no momento adequado, propôs a esta Comissão, e nós, democraticamente, acatamos a sugestão de discutir aqui o que entendemos como crimes de abuso de autoridade.

Esse é o requerimento proposto pela Anamatra, com a presença do seu Presidente e do seu Diretor.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu gostaria somente de fazer um comentário.

Está em discussão, e eu passo a discutir.

Percebemos a clara intenção de desidratar a Justiça do Trabalho. Eu já participei...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cortando, inclusive, o seu orçamento, não é?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nas atividades de que participei, do TRT do Piauí – já foram duas, vai ser a terceira agora –, sempre dizemos isto: a Justiça do Trabalho é a mais próxima do trabalhador, é a menos burocrática.



Quando fui presidente de sindicato, eu não tinha dificuldade para falar com desembargador. Nas outras Justiças, temos que marcar. Dali a dois meses, quem sabe, eles nos recebem. Como sindicalista de esquerda, eu chegava ao Tribunal e dizia: “O Presidente pode me receber?” “Aguarde um pouquinho.” E ele me recebia, independentemente da sua postura.

Então, é a mais próxima, é a que dá mais celeridade aos processos. Pelo menos enquanto fui sindicalista eu percebia isso.

Se ataca o trabalhador e ataca a Justiça do Trabalho, acabou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Teria que se garantir mais estrutura para a Justiça do Trabalho, para que os senhores pudessem agilizar os processos. Se se retira a estrutura, como é que os senhores vão agilizar os processos?

Ouvi alguém dizer o seguinte: “Não, mas tantos bi estão lá!” Sim, mas vão fazer o quê? Vão dizer que não é correto entrar com a ação, que não é correto julgar e que o dinheiro deve ficar na mão daquele que não pagou o que devia para a parte, em tese, sempre mais fraca.

Eu sou daqueles que, na dúvida, *pro misero*, que são os trabalhadores. Não sei se procede essa frase, mas sei que ela existe no mundo legal.

E percebo, claramente, que há um ataque muito forte contra o movimento sindical e a Justiça do Trabalho, que são dois campos diferentes. O sindicalista tem o papel dele: que lá no local de trabalho faça a defesa, faça a articulação, a mobilização para melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida, que passa, inclusive, pelos salários. E o juiz julga baseado na lei. O juiz não inventa a lei. Baseado numa lei, ele decide o que é de direito. Eu não sou advogado. Estou ultrapassando os meus deveres de legislador, mas é esse o objetivo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então nós encerramos agora a nossa reunião deliberativa do dia de hoje, mas eu quero, assim mesmo, no encerramento, destacar a mobilização que está acontecendo em todo o País. E alguns Senadores me perguntaram ainda hoje: “Mas você está mesmo, de novo, indo?” E eu disse: “Não, estou indo agora regionalmente.” E, nos Estados, estou recomendando que as pessoas façam em todas as câmaras de vereadores. Se não puderem, que façam regionais para discutir direito dos trabalhadores, defesa da Justiça do Trabalho, Previdência Social, trabalho escravo, negociado acima do legislado, terceirização, combate à violência contra as mulheres, combate a todo tipo de preconceito e defesa da democracia.

Eu já fui aos 27 Estados. Agora, nesses encontros regionais, ficou da seguinte forma:

– dia 11/08, em São Paulo, Auditório do Sindicato dos Químicos, às 13h. E, à noite, na Assembleia Legislativa de São Paulo, vai haver um debate suprapartidário e inter-religioso, em que eles vão homenagear aquelas pessoas que têm uma visão da importância dos evangélicos, dos católicos, das religiões de matriz africana e até daqueles que não têm religião nenhuma. Então, eu vou participar também do debate na Assembleia nesse sentido, que é a liberdade religiosa. Em resumo é isso;

– no dia 12/08, em Goiânia, também na Assembleia Legislativa de Goiás, às 14h. Eu saio de São Paulo, então, à noite e vou para Goiânia. Pela informação que recebi hoje pela manhã, já está esgotada a inscrição. Eles estão providenciando, então, para botar telão na rua. Vão fazer um grande evento em Goiânia. Sexta-feira, Assembleia Legislativa de Goiás, às 14 h;

– em Palmas, Tocantins, no dia 19/08;

– no dia 29/08, em Fortaleza, Ceará – vai ser numa segunda-feira –, também na Assembleia Legislativa, às 14 h;

– em Belo Horizonte, Minas Gerais, vai ser no dia 2/09. Na outra vez, eu não pude ir. Foi uma que eles fizeram há um mês e meio. Mas há seis meses eu fui e vou voltar, no dia 02/09, a Belo Horizonte, Minas Gerais, sexta-feira, no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, às 14h;

– em Belém, Pará, no dia 7/10;

– no dia 14/10, em Recife, Pernambuco;

– no dia 21/10, em Cuiabá, Mato Grosso;

– no dia 4/11, em Salvador, Bahia;

– no dia 11/11, em Natal, Rio Grande do Norte;

– no dia 18/11, em São Luís, Maranhão;



– em 21/11, no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro seria nesta segunda-feira, mas, devido às Olimpíadas, fizemos um ajuste e ficou para o dia 21/11;

– no dia 02/12, em Curitiba, Paraná, onde vai haver um grande evento sobre a democracia. Eles adaptaram para, no mesmo mês, fazer esse debate.

E, repito, no Rio Grande do Sul, os encontros regionais. Nesta sexta-feira será em Santa Maria, na Câmara de Vereadores, um espaço muito bem localizado, cabendo algo em torno de mil pessoas. Depois, nós vamos, nos fins de semanas subsequentes, para Caxias do Sul, Vale dos Sinos, Santa Rosa e para a região da Campanha.

Um abraço a todos.

Está encerrada a reunião deliberativa da Comissão de Direitos Humanos.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.)



ATA DA 74ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NO AUDITÓRIO SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, NO INTERLEGIS, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte minutos do dia oito de agosto de dois mil e dezesseis, no auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, Interlegis, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 91 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: “Os pescadores, o seguro defeso e a previdência social”. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Pedro Hamilton Prado Brasil, Secretário de Políticas Sociais da CUT-Amazonas; Josana Serrão Pinto, Representante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras – MPP; Leonardo Gadelha, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Robinson Flávio Dias Nemeth, Diretor de Atendimento Substituto do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Ronildo Nogueira Palmere, Secretário dos Trabalhadores na Pesca da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Liberina Gomes Barbosa, Representante do Sindicato dos Pescadores no Estado do Espírito Santo - SINDPESCA/CSB-ES; Deputado Estadual Dermilson Carvalho da Chagas, do Amazonas – PEN/AM; Sami Pinheiro de Moura, Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Maria José Honorato Pacheco, Conselho Pastoral dos Pescadores; Marizelha Carlos Lopes, representante da Articulação das Mulheres Pescadoras – AMP; Wagner Álvares de Souza, Representante das Colônias de Pescadores do Acre; João Paulo dos Santos Silva, Coordenador de Monitoramento Operacional de Serviços do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Vereador Rylder Afonso, Vereador do Município de Óbidos-PA; José Rosalvo de Sousa, Pescador do Quilombo Rios dos Macacos; Raimundo Siri, Pescador Baixo Sul-BA. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) solicitar ao Ministério do Meio Ambiente os estudos científicos e conclusões que embasaram a decisão pela emissão da Portaria 192; 2) apoiar a decisão da suspensão da Portaria 192 do MMA e articular com o Ministro Barroso e outros audiências com os pescadores junto ao Supremo Tribunal Federal; 3) atuar para rever o Decreto 8.425/15 e o Decreto 8.424/15, que violam os direitos dos pescadores e pescadoras; 4) apoiar a derrubada do Veto ao art. 3º da Lei 13.183/15, que reestabelece o direito ao defeso; 5) solicitar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA que reestabeleça a estrutura de funcionários para atendimento e recepção da emissão dos RGP dos pescadores e pescadoras; 6) solicitar a emissão dos RGPs atrasados desde o ano de 2012; 7) solicitar a titulação da comunidade Quilombo dos Macacos-BA; 8) ampliar os debates no Senado sobre os direitos dos pescadores, especialmente na reforma previdenciária, direitos territoriais e outros. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 74ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 91, de 2016, de nossa autoria e de outros, para debater o tema “Os pescadores, o seguro-defeso e a Previdência Social”.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular, por isso, as pessoas que têm interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link*: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Como é de praxe nesta Comissão, nós sempre fazemos uma introdução, construída naturalmente pela assessoria da Comissão e do Senado, para situar aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, pelos canais alternativos, pela internet, ou mesmo pelo sistema de toda a mídia aqui da Casa.



Esta audiência visa a debater a situação dos pescadores e, como disse na abertura, o seguro-defeso e a Previdência.

Estamos vivendo tempos difíceis, a situação econômica do País, todos sabem, é temerária, e é justamente porque não encontramos saída, ainda, nessa conjuntura, que devemos ter em vista muito claramente quais são as nossas prioridades.

O País passa uma situação econômica, social e política graves. E, por isso, não estamos fazendo essa audiência lá na Comissão de Direitos Humanos, porque hoje praticamente começa o debate, já no Plenário, da questão de *impeachment* ou não *impeachment*. Claro que o debate mais aprofundado começa amanhã, a partir das 9h, com a sessão presidida pelo Ex^{mo} Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Bom, de nossa parte, a conjuntura toda é delicada, ninguém tem dúvida, mas temos que ter prioridade com os setores considerados mais frágeis, mais vulneráveis, e essa é a situação em que se encontra hoje os nossos pescadores.

Em resumo, criado logo no início dos anos 90, na esteira dos avanços sociais da Constituição cidadã – de que eu, inclusive, fiz parte –, o seguro-defeso é uma espécie de extensão do programa seguro-desemprego, dedicado ao trabalhador, pescador artesanal.

Na prática, é pago um salário mínimo mensal para cada pescador, que fica impedido de exercer suas atividades em razão da época de reprodução dos peixes. Esse período é determinado pelo Ibama e tem a duração de até cinco meses por ano.

Como todos podem observar, essa é uma daquelas poucas políticas que têm o mérito de gerar benefícios em duas áreas: por um lado, oferece amparo aos pescadores artesanais, e, por outro lado, viabiliza a proteção do ecossistema de diversas partes do País. Ocorre que nem todos vislumbram com tamanha clareza essas vantagens.

Como os senhores sabem, uma portaria editada em outubro do ano passado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento suspendeu o pagamento do seguro-defeso. O pagamento, na época, com certeza criava uma... que havia quanto aos beneficiários do programa e que seria necessário o cadastramento dos pescadores.

Em dezembro do mesmo ano, aprovamos um decreto legislativo para suspender os efeitos da portaria.

Logo no início de 2016, contudo, o decreto foi suspenso de forma liminar pelo Supremo Tribunal Federal, impedindo novamente, portanto, o pagamento do benefício aos pescadores.

Felizmente, no último mês de março, o Supremo Tribunal Federal reviu a sua decisão e restabeleceu o decreto, aprovado pelo Congresso, garantindo, assim, o retorno do seguro-defeso.

Senhoras e senhores, não é razoável que a sobrevivência de milhares de famílias fique à mercê de decisões burocráticas, tomadas de forma irresponsável por esse ou aquele setor da União.

Se há, de fato, possibilidade de erros em cadastramento de beneficiários, não há qualquer sentido em penalizar exatamente aqueles que mais necessitam do seguro-defeso: os verdadeiros pescadores artesanais. Se alguém errou, esse que errou, como é a na vida, que responda pelo ato, e não prejudicar todo um setor.

Cabe assim, ao Governo, identificar qualquer desvio na gestão do programa e corrigi-lo se for o caso, até mesmo para que outros trabalhadores, que legitimamente carecem do benefício, passem a integrar o programa, mas que o Governo o faça sem interrompê-lo, afinal, o que está em jogo é a sobrevivência de milhares e milhares de famílias.

A estabilidade do pagamento do seguro-defeso é, portanto, um dos assuntos tratados na audiência pública de hoje. Trataremos também da questão previdenciária e de outros pontos importantes para a categoria.

Agradeço a presença de todos que estão aqui – centrais, federações, confederações –, não vou citar nenhum para não cometer o erro, a indelicadeza de deixar algum que está presente não sendo citado.

De imediato, vamos à composição da Mesa.

Convido, para a primeira Mesa, Pedro Hamilton Prado Brasil, Secretário de Políticas Sociais da CUT-Amazonas. Seja bem-vindo, Pedro. (*Palmas.*)

Convidamos Josana Serrão Pinto, representante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras. (*Palmas.*)

Convidamos Leonardo Gadelha, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). (*Palmas.*)

Convidamos Ronildo Nogueira Palmere, Secretário dos Trabalhadores na Pesca da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). (*Palmas.*)

Convidamos Liberina Gomes Barbosa, representante do Sindicato dos Pescadores no Estado do Espírito Santo. (*Palmas.*)

Antes de iniciar a nossa audiência pública, eu não poderia deixar de me manifestar sobre a nossa Olimpíada aqui no Brasil. Recebi um artigo, para mim, muito equilibrado e tranquilo, escrito pelo Sr. Jorge Luiz Souto Maior. Faço aqui uma rápida introdução, sem entrar naturalmente na questão política da Olimpíada, em que ele destaca o seguinte. Diz ele:



Até onde minha memória alcança, sempre fui um esportista. Jogo bola “desde sempre” e até os 21 anos me arrisquei em diversas modalidades. Mesmo sem a mínima condição técnica e física, claro que sonhava em participar de uma Olimpíada e assistia a cada evento dos jogos como se fosse o último. Fiquei verdadeiramente fascinado com inúmeras performances e situações. Para citar apenas alguns poucos exemplos que me marcaram: João do Pulo (1976-1980), Nadia Comaneci (1976), Carl Lewis (1984), Joaquim Cruz (1984-1988), Gabrielle Anderson (última colocada na maratona – 1984), [mas todos viram o espetáculo], Ben Johnson (1988, que tempos depois [infelizmente] foi pego no *antidoping*), Dream Team (1992), seleção brasileira masculina de Vôlei (1992-2004), Javier Sotomayor (1992), Gustavo Borges (1992-1996), Jacqueline Silva e Sandra Pires (1996), Fernando Meligeni (1996), 4x100 no atletismo masculino (2000), Adriana Behar e Shelda (2000 e 2004), Vanderlei Cordeiro de Lima (2004), Michael Phelps (2004), César Cielo (2008), seleção brasileira feminina de Vôlei (2008-2012); Usain Bolt (2008) etc.

Alguns nomes que ele destaca.

Mais recentemente, acompanhei a trajetória de alguns atletas e treinadores brasileiros, que hoje estão compondo a equipe de natação, e bem sei da seriedade e da intensa dedicação dessas pessoas, como dos demais atletas e profissionais envolvidos, o que me obriga [atualmente] a torcer pelo seu bom desempenho.

Queria, então, falar apenas [algumas coisas que alguém poderia dizer] desse sentimento romântico [mas que tem tudo a ver com] que as Olimpíadas proporcionam.

Mas quando o evento se colocou mais próximo, o imaginário cedeu lugar à realidade concreta, pois um dos maiores efeitos dos megaeventos é o de nos mostrar, de forma mais evidenciada, a realidade que nos cerca lentamente. E, no real, o evento está carregado de situações que exigem a contenção dos nossos delírios.

[Lembrem-se não só do espetáculo, que foi lindo]. Lembrem-se, por exemplo, das remoções ilegais e absurdas ocorridas na Vila Autódromo; dos 11 trabalhadores mortos nas obras; das péssimas condições de trabalho, muitas análogas às de escravo, a que foram submetidos milhares de trabalhadores; das relações promíscuas que geram desvio indevido de verbas públicas;

do superfaturamento e das obras inacabadas [que se deu na Copa e também nas Olimpíadas].

Em resumo, ele quis fazer, e aqui eu destaco, uma homenagem àqueles que construíram toda a Vila Olímpica e, ao mesmo tempo, ele destaca em todo o seu texto o espetáculo fabuloso que foi a abertura dos Jogos Olímpicos.

Ele faz toda uma descrição e diz que espera, naturalmente, muito do atletismo brasileiro.

Eu confesso que, depois daquele jogo de ontem da nossa Seleção, estou mais lembrando do jogo contra a Alemanha, os 7x1. Empatar aquele jogo daquela forma ontem, perdendo gol sem o goleiro no gol... Nem no tempo em que eu jogava eu errava um gol daqueles. Mas, enfim. São coisas do esporte e do futebol. Mas o artigo dele é muito equilibrado e muito tranquilo; ao mesmo tempo em que ele critica o que houve de erros, soube fazer os devidos elogios à organização e à forma maravilhosa como foi o espetáculo de abertura perante o mundo.

Então, está feito o registro sobre a importância das Olimpíadas no Brasil.

Vamos agora ao nosso debate. Vou, de imediato, pela ordem aqui que recebi da Secretaria da Mesa, passar a palavra ao Pedro Hamilton Prado Brasil, Secretário de Políticas Sociais da CUT Amazonas. Queria registrar a presença – e, se outros quiserem, eu também registro –, primeiro, do Deputado Estadual Dermilson Carvalho das Chagas, pelo Amazonas, que falará na segunda mesa.

Quero também registrar a presença do meu amigo Warley, do seu tesoureiro e da sua equipe, que estão aqui acompanhando este debate. O Warley é Presidente da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Brasil), que reúne milhões de pessoas. Ele tem viajado o Brasil todo nesse debate também da Previdência. Em muitas atividades, eu me fiz presente e tentarei estar nesta última para a qual você me convidou agora, Warley. Quero aqui cumprimentar o trabalho que vocês têm feito, o trabalho de articulação, de mobilização e de pressão. Fica aqui uma salva de palmas à Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Brasil). (*Palmas.*)

Por favor, com a palavra Pedro Hamilton Prado Brasil por dez minutos. Se necessário for, eu darei mais cinco, mas, se todos puderem ficar em dez minutos... Nós teremos duas mesas e depois vamos abrir ao plenário também para que eles possam, no mínimo em torno de quatro a cinco pessoas, colocar seu ponto de vista.

Pedro, com a palavra, Secretário de Políticas Sociais da CUT do Amazonas.

O SR. PEDRO HAMILTON PRADO BRASIL – Bom dia.

Em nome do eminente Senador e Presidente da Comissão de Direitos Humanos Paulo Paim, quero saudar os companheiros e companheiras dos sindicatos, colônias, centrais sindicais – em especial, a CUT –, e a mesa de convidados.



Senhoras e senhores presentes, estamos vivendo um momento de extrema dificuldade imposta por uma crise política e um processo de desmonte do Estado democrático de direito, no Brasil.

Vejo como um grande desafio para nós pescadores e pescadoras, neste cenário onde um governo eleito democraticamente está sendo deposto por meio de um golpe político institucional, que foi desenhado por grupos e políticos perdedores nas últimas eleições, sob o comando de uma mídia extremista que está sempre a serviço da elite brasileira que não se contenta com os avanços sociais implementados por um governo democrático popular.

Minha preocupação também é com o papel que parte da Justiça brasileira vem agindo como se fosse cabo eleitoral.

Mas nós, pescadores e pescadoras, precisamos nos fortalecer e combater essa investida contra os nossos direitos.

Não podemos concordar com essa farsa de poder político da grande maioria de Deputados e Senadores aqui no Congresso Nacional.

Nesse sentido, sei que felizmente ainda existem Deputados e Senadores que estão comprometidos com o povo brasileiro.

Por isso, quero aqui, mais uma vez, agradecer todos os esforços da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal para que pudéssemos estar debatendo esse tema de grande interesse para a classe trabalhadora do setor pesqueiro.

Vale ressaltar que desde a existência humana sempre teve pescadores e pescadoras, que é uma profissão fundamental para o desenvolvimento do nosso País.

Durante muito tempo, essa categoria viveu à margem da sociedade. Uma categoria de pessoas simples, honestas e lutadoras, que carrega na sua atuação um papel importante de garantir o pescado na mesa dos brasileiros.

Precisamos ser vistos como gente de direito. Não podemos permitir que um governo ilegítimo possa acabar com os poucos direitos garantidos por lei.

Vamos lutar, companheiros e companheiras, juntos, para garantir o seguro-defeso para aqueles e aquelas que ainda não tiveram o direito de receber o de 2015 retroativo.

O seguro-defeso é fundamental para a sociedade brasileira, como forma de garantir o futuro e a continuidade das espécies de pescados e garantir, também, a preservação ambiental.

Sem isso, provocaremos um grande desastre. Não podemos concordar com um desenvolvimento que não tenha em seu caráter a sustentabilidade, que garanta a dignidade de milhares de famílias que não possuem, em determinado período, condições de sobrevivência.

Precisamos, sim, garantir a transparência e impedir que espertalhões tirem proveito desse benefício.

É preciso uma atuação séria e comprometida do Estado brasileiro na fiscalização e no combate à corrupção no setor.

No que diz respeito à Previdência Social, entendemos que as mudanças previstas para o setor, pelo Governo interino e por parte do Congresso Nacional, vão de encontro com as garantias constitucionais de cidadãos e cidadãs.

É preciso fazer o amplo debate com toda a sociedade brasileira sobre a Previdência Social.

É importante, também, estabelecer, por parte do Governo, um trabalho menos burocrático e mais justo para evitar ações de predadores que buscam tirar proveito desse serviço público.

Queremos uma previdência mais humana e universal que garanta isenção de trabalhadores e trabalhadoras nesse benefício.

A sociedade precisa discutir e debater sobre a Previdência Social para evitar problemas, inclusive, de segurança nacional, visto que nós que moramos no Amazonas e na Região Norte temos uma relação muito forte no que diz respeito a fronteiras.

Garantir uma Previdência Social mais justa é garantir acesso à educação, à saúde, ao lazer, à mobilidade e, principalmente, à inclusão social de pescadores e pescadoras da nossa Região e de todo o Brasil.

Para finalizar, pedimos ao Ex^{mo} Sr. Ministro Luís Roberto Barroso, do STF, que possa rever o seguro-defeso retroativo de 2015 e que se faça justiça a todos os pescadores do Brasil, porque não aceitamos que alguns lá da Ilha do Marajó tenham recebido e o restante dos pescadores do Brasil não.

Confiamos neste Supremo Tribunal Federal, em todos os Ministros desta Corte, que se sensibilizem com nossa perda financeira e psicológica, que gerou a Portaria Interministerial nº 192, de 2015.

Queremos garantir o direito e a dignidade a milhares de famílias que se encontram em processo de vulnerabilidade social e desprotegida do Estado brasileiro. O seguro-defeso é direito constitucional.



Muito obrigado, mais uma vez, ao nobre eminente Senador Paulo Paim, que não tem medido esforços e tem defendido todos nós trabalhadores do País que temos sido atacados em nossos direitos.

Então, quero aqui, mais uma vez, Senador, parabenizar a sua luta aguerrida, a sua determinação, sempre na busca de defender os nossos direitos que têm sido atacados.

Que Deus abençoe a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Pedro Hamilton Prado Brasil, Secretário de Políticas Sociais da CUT – Amazonas, que faz um apelo ao Supremo Tribunal Federal que reveja essa posição do retroativo em relação ao seguro-defeso.

Ao mesmo tempo, ele enfatiza a importância de um debate aprofundado sobre a Previdência.

Eu já estou fazendo isso, Pedro, na mesma tese que você defendeu. Estou viajando todo o País, já fui a 27 Estados. Agora dividimos o País em 15 regiões, estou indo a 15 regiões, e estou recomendando que se faça o debate em cada Estado por área de atuação.

O ideal é que se faça em todos os Municípios sobre a Previdência, sobre a dita reforma trabalhista, sobre essa questão do negociado sobre o legislado. Para mim, o que tem que prevalecer é a lei, a negociação é acima da lei, e não abaixo da lei. Acima da lei, tudo. Abaixo da lei, nada.

E também temos debatido muito essa questão da idade mínima, a desvinculação do salário mínimo do PIB, conforme está sendo colocado pela imprensa.

Mas você faz bem em levantar o tema que nós temos que aprofundar, o debate sobre a Previdência e o direito dos trabalhadores do campo e da cidade. Enfim, os pescadores, os servidores públicos, todos estão muito preocupados com esse momento. E o momento é de fazermos o bom combate, o que eu chamo de o bom debate.

Passamos a palavra agora a Josana Serrão Pinto, representante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP).

A SRª JOSANA SERRÃO PINTO – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento desde já todos que compõem a Mesa. Por sinal, a maioria homem, mas aqui somos duas mulheres para enfeitar a Mesa.

Sem usar palavras técnicas, porque nós pescadores falamos mais de acordo com o nosso vocabulário, sem fugir da necessidade que me rege, quero dizer o seguinte: falar em defeso, falar em direitos previdenciários é falar o tudo, é falar na verdade a necessidade daquilo que nos pertence e está sendo retirado.

Vou tentar cumprir dentro dos 10 minutos, mas, se não der, o Senador me conceda mais 5.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza.

Eu quero discordar de você quando diz que só na sua fala é enfeite. É enfeite coisa nenhuma, você é um quadro militante. Ela está só com os pontinhos no improviso aqui.

A SRª JOSANA SERRÃO PINTO – Então, Senador, todos que nos assistem, na abertura da Olimpíada me chamou a atenção a palavra de uma repórter que cobria o evento dizendo que o Brasil é um país onde todas as etnias, todos os povos vivem em harmonia.

Será? Será que de fato nós vivemos em harmonia? Será que nós estamos vivendo em harmonia quando tiram os nossos direitos como pescadoras e pescadores artesanais, quando não respeitam a nossa cultura? Será que isso é viver em harmonia?

Quando colocam o Decreto nº 8.425, que fere a nossa identidade, que nos tiram o direito de ser pescadora e colocam como trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca, isso é viver em harmonia?

Será que viver em harmonia é ferir a nossa identidade, é mudar o nosso nome sem perguntar se queremos aceitar esse nome que estão nos dando?

Para nós, isso não é viver em harmonia. É atingir a nossa identidade. É ferir os nossos direitos, sem dar a mínima chance de defesa, porque todos os povos e comunidades tradicionais, antes de ser feito algo que venha atingi-los ou que diga respeito a esses povos ou qualquer outro, tem o direito de ter uma consulta antes. E mudaram a nossa identidade sem nos consultar. E isso nós não aceitamos. Isso nós repudiamos.

Esse maldito Decreto nº 8.425 já aniversariou. Agora em março de 2016 ele já aniversariou. Enquanto para muitos foi ganho, para nós foi perda de direito. Foi retirada de direitos de fato.

Além desse maldito decreto que nos coloca à mercê da situação, que tira o nosso direito, coloca muitas pescadoras para contar mentira, porque é isso que o Governo está fazendo, pedindo que nós contemos mentiras, não valorizando aquelas mulheres que beneficiam o pescado, que fazem o processamento, que ajudam a fazer a venda do pescado, que consertam o arreio, que ajudam a tecer o arreio, os apetrechos de pesca.

Então, para nós, todos esses e essas são pescadores. Porque a pesca não é só ir lá para o rio ou só ir lá para a maré, a pesca não é só capturar o pescado, a pesca é para além disso. Para além disso, nós nos enten-



demos todos como pescadores e pescadoras e não como trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca, como o governo nos colocou.

Sem contar que também não respeitou a situação de manutenção de RGP. Para nós, essa manutenção do RGP nada mais é do que tirar verdadeiros pescadores. Na intenção de querer tirar falsos pescadores na verdade só prejudicou e está prejudicando, de fato, quem é pescador e pescadora. Porque só em 2015 foram 279 mil RGPs suspensos.

Este ano, agora, ainda está saindo do forno, bem quentinho, mais 186 mil RGPs suspensos. Então, são mais de 400 mil RGPs de pescadoras e de pescadores suspensos. Se tem algum falso lá, isso não cabe a nós fiscalizar, porque o Governo tem fiscal para isso, e tem como pagar fiscal para fazer isso, não somos nós que temos direito de ficar fiscalizando. Nós temos direito de dizer quem somos, o que somos e o que queremos.

Então, nesse sentido, a gente vê que só quem está perdendo direito, de fato, somos nós, a classe trabalhadora. E isso não só na pesca, mas em nível geral, são os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil que estão sendo afetados. Em nome de fazer ajuste fiscal, tiraram do bolso, não dos Senadores, dos Deputados corruptos que estão aí investigados pela Lava Jato, e continuam às nossas custas sendo assalariados, mas, sim, do bolso dos pescadores e das pescadoras, que são aqueles que menos tinham.

Deixaram à mercê da situação várias famílias sem ter o seu ganha-pão. Em vários Estados – eu não estou falando só e não estou só representando o Pará, mas o Brasil, o nosso movimento representa vários Estados do Brasil, então, representando o movimento de pescadores e pescadoras artesanais –, digo isso porque sei que... Tipo na Bahia, vai ficar mais claro para os companheiros que estão na plateia, que estão acompanhando o caso mais de perto, explicitar que o Decreto nº 8.425, em função de colocar como trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca, no caso nós pescadoras e pescadores, está colocando...

Por exemplo, se nós pegarmos camarão, para nós é peixe, ninguém vai dizer que é crustáceo, mas para os técnicos lá, no caso, quando o pescador chega lá no INSS: “O que você pesca?” “Eu pesco camarão.” “Você pesca crustáceo?” “Não.” Ele não entende a linguagem. Então, é preciso que tenham pessoas que entendam a nossa linguagem, que entendam a nossa realidade, que entendam o nosso vocabulário, porque o pescador é técnico no trabalho dele, não em linguagens, em vários idiomas, em palavras técnicas.

Então, é preciso que, em cada setor, tenham pessoas que entendam o que de fato nós estamos falando, que entendam o nosso jeito de falar, que entendam nossa cultura, que entendam aquilo que nós estamos passando. Por conta de o pescador e de a pescadora dizerem que não estavam pescando crustáceo, e, sim, camarão, tiraram, suspenderam, no caso foi indeferido o seguro-defeso desses pescadores.

Ao contrário do que houve na região amazônica, que, no caso, foi suspenso por conta de que diziam que tinha que ser feito um estudo por conta de uns peixes que estavam em extinção na Portaria nº 48, e depois foi comprovado que não são os pescadores artesanais que estão causando a degradação do meio ambiente, são os grandes projetos, são as grandes barragens, são as grandes hidrelétricas construídas no rio que estão fazendo toda essa desgraceira aí, que me perdoe.

Se o Governo soltou, se liberou para fazer as hidrelétricas, então é preciso que se coloque um jeito de liberar o defeso que foi suspenso para rever a situação dessas famílias, desses pescadores que estão aí, porque, em muitas regiões, em vários Estados do Brasil, há pescadores passando necessidades, há muitos que estão nas mãos de agiotas, porque contava que fosse sair o seguro-defeso, estava passando necessidade, e isso acontece em muitos Estados, inclusive no Pará. Acontece isso de pessoas, por ingenuidade, tipo assim: “Eu deixo meu cartão, você me dá mercadoria, quando sair o meu seguro você desconta”. Como não saiu o seguro, tem comerciante que está ameaçando o pescador de morte.

É culpa do prestador? Não é culpa dele, ele contava que, como é um direito dele, fosse sair, mas, na verdade, chegou a hora e não foi isso que aconteceu; simplesmente o Governo disse que não tinha direito e não pagou. E o que está acontecendo? Muitas famílias passando necessidade, o peixe está escasso, porque, querendo ou não, tiveram pessoas que pescaram, porque era preciso, era necessário, porque se você não tem como se manter, você vai viver de quê?

Infelizmente, isso continua acontecendo, o peixe continua escasso e os pescadores continuam sem dinheiro. Essa é a verdade. E a gente pede encarecidamente, eu posso dizer que nós pedimos encarecidamente que vocês, que o Governo, que vocês que estão nos órgãos do Governo, que possam fazer algo a mais por nós, porque dentro do peito de cada eu sei que tem um coração, embora meio endurecido, mas eu sei que pode ser feito algo. E cabe a cada um, Senador Paim, a cada um de vocês, a cada um dos ministros, que vão votar no dia 12, que deem um parecer favorável, mas dizendo para pagar o retroativo, para pagar quem estava aqui, quem disse que não pescava crustáceo, mas pescava camarão, pagar para quem de fato é de direito. E vamos colocar para fiscalizar de fato quem está roubando o dinheiro público, o recurso público, porque quem está roubando merece ir para a cadeia, mas quem está precisando precisa receber.



Eu posso dizer que tem uma coisa assim que mexe muito forte comigo, porque eu, como mulher pescadora, mulher de pescador, que nós não temos outra fonte de renda a não ser da pesca, posso dizer que nós passamos necessidades, a gente não está passando coisas boas, não é vergonha eu dizer, porque eu estaria mentindo se estivesse dizendo, e não é, posso dizer que tem famílias de pescadores que estão passando muito pior que nós, muito pior que nós, porque não tem o que oferecer para os seus filhos. O peixe ficou escasso em várias regiões, teve mês de pescador não ganhar um centavo de peixe, e contava com esse bendito defeso, que não saiu.

O Governo falou em suspender os 41 defesos, disse que ia pegar dez para a fase experimental, e, nos dez nos encaixou e nos deixou em maus lençóis. A gente pede que, desde já, não faça esse tipo de covardia com os outros defesos, e, antes de fazer isso, estude, de fato, o que está acontecendo para que tome uma atitude sem maltratar quem de fato está precisando sobreviver, porque a gente sempre diz que nós não estamos vivendo, até agora nós somos sobreviventes da situação, e a gente não quer ser sobrevivente, a gente quer ser viventes de fato, de fato e de direito.

Nesse sentido, a gente diz que, muitas vezes, quando nós nos sentimos isolados, é preciso gritar, porque a gente acha que está lutando sozinho, e nós estamos gritando. No Pará, nos quatro cantos do Brasil, a gente está gritando por conta de uma outra situação. Em 2015, agora lá no Pará foi colocado como documento obrigatório para receber o defeso, se tivesse, que não aconteceu no Baixo Amazonas, foi cobrada a contribuição sindical dos pescadores artesanais. E isso era colocado como documento obrigatório para cada pescador pagar, no valor de R\$40,00 e, se passasse da data estipulada, pagava-se com juro. Hoje tem pescador pagando até R\$52,00 de contribuição sindical, embora não esteja recebendo nada, é cobrado como forma obrigatória, dizendo que se não pagar, não vai encaminhar seguro-defeso.

Isso não é só no Pará. Isso está acontecendo no Ceará, está acontecendo na Bahia, está acontecendo em vários cantos do Brasil. E eu pergunto o que está sendo feito para punir essas pessoas que estão lesando, que estão roubando, de fato, os pescadores e pescadoras artesanais?

É preciso que algo seja feito, é preciso que algo seja feito, porque, em nome da luta, está sendo tirado o mínimo de quem já quase não tem nada. Está sendo tirado tudo. Não é nem o mínimo, é o máximo de quem quase não tem mais nada.

Então, é preciso que vocês, que nós juntos façamos, porque nós estamos fazendo a nossa parte, mas parece que está precisando de um empurrão a mais. Porque contribuição sindical – está aqui o pessoal do INSS, que pode deixar isso mais claro –, é colocado como se o pescador não pagar, na hora que chegar lá no INSS vai ser indeferido porque eles não vão aceitar, e, pelo meu conhecimento, o INSS, em nenhum momento, cobra contribuição sindical para fazer seguro-defeso de pescador e de pescadora artesanal, em nenhum momento. Mas eu vou deixar pra vocês que são de lá da Previdência deixar mais claro para os nossos companheiros e companheiras.

Ainda tenho dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dois minutos.

A SRª JOSANA SERRÃO PINTO – Então, Senador, já estou fechando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dei a você dez mais cinco, e, dos cinco, você ainda tem dois.

A SRª JOSANA SERRÃO PINTO – Obrigada.

Agora, o MAPA soltou uma nota, dizendo depois que foi engano, para completar a tragédia para nós, soltou uma nota dizendo que, dentro desses 186 mil RGPs que foram suspensos, no caso cada pescador teria que apresentar como documento obrigatório a contribuição sindical para rever a situação dele do RGP. Ora, eu não vou pedir segredo porque não é segredo, está nos meios de comunicações sendo publicado.

Na Z-19, o próprio Presidente, que é o Sr. Emerson de Lima Canto, encaminhou para o meu WhatsApp a nota, como forma de dizer assim: “Cala a tua boca que nós estamos certos, e agora, para onde vocês vão correr se não pagarem a contribuição sindical?” Dizem todos os meios de comunicação e assembleias: “Agora vamos ver para onde vamos correr.”

Ora, a gente sabe que aquela nota não tem validade, que aquilo lá foi da Instrução Normativa nº 6, que utilizaram o art. 9º e colocaram lá que não tem aquela... Aquilo foi revogado. Mas, infelizmente, quem está usando de má-fé está-se aproveitando para continuar nos massacrando, ou seja, os nossos direitos estão sendo afetados, estamos sendo ameaçados de voltar lá... No caso, a aposentadoria vinha lá para a idade mínima de 65 anos e os pescadores muitos não estão sendo informados disso, mas que é preciso ele pagar essa contribuição sindical, ah isso já está sendo alertado, ele já está sendo avisado.

A gente sabe que não é dessa forma, mas a gente precisa que vocês façam a parte de vocês para que as coisas funcionem de fato e de direito e cada um contribua da forma que possa. Eu não acho errado pagar, eu



acho errado colocar como documento obrigatório para tal coisa que não é. Contribuir eu não acho errado, mas que coloque para o pescador de fato da maneira que é, que ele tenha o direito de opinar se ele está podendo contribuir ou não está, porque ele já paga a contribuição da colônia.

Então, nesse sentido, eu digo que nós não vamos ficar calados e nossos direitos são para ser respeitados e não negociados, nem um direito a menos. Essa é minha última palavra: nem um direito a menos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Josana Serrão Pinto, representante do movimento dos pescadores e pescadoras, que mais uma vez também cobra do Supremo Tribunal Federal a revisão retroativa do seguro-defeso, e ela diz que mais de 400 mil, é isso mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, mais de 400 mil estão suspensos, ou seja, mais de 400 mil deixaram de receber, uma vez que foi suspenso.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª JOSANA SERRÃO PINTO – ...de 2013 para cá mais de 200 mil, desculpa aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais de 200 mil...

A SRª JOSANA SERRÃO PINTO – Mais de 200 mil RGPs. Então, soma-se isso, vai dar 600 e poucos mil, então, é muita gente, é muito pescador que está sendo prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gravíssimo, se bem, claro, se não recebem como é que vão pagar para um tipo de contribuição? Não pode pagar, porque não recebe mesmo. Se na hora de receber, eles não têm direito, como é que na hora de pagar têm? Vocês estão cobertos de razão.

E ainda fala essa questão, de fato, que é absurda, não é? A questão dos crustáceos e do camarão, conforme a fala que faz, perde o direito, sabendo que vocês, de fato, pescam o camarão. Então, conte conosco aí e vamos nos encaminhamentos, no final.

Leonardo Gadelha, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O SR. LEONARDO GADELHA – Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, também dirigente dos trabalhos; demais componentes da Mesa; minhas senhoras e meus senhores. Se V. Exª me permite, Senador Paulo Paim, eu gostaria de propor uma dinâmica para a nossa apresentação, para a apresentação no âmbito do INSS.

Nós dividiremos os 15 minutos, aos quais temos direito, da seguinte forma: eu farei uma brevíssima introdução; o Dr. Robinson Nemeth, que atualmente é o diretor de atendimento do órgão, fará uma apresentação que eu tenho certeza vai familiarizar alguns que não conhecem a temática, de forma muito sucinta, especialmente aqueles que nos assistem remotamente, e ao final nós adereçaremos algumas das questões que foram aqui formuladas.

Sr. Presidente, inicialmente eu quero colocar, do ponto de vista institucional, qual é o desenho, a obrigação do INSS. O INSS é, para muitos brasileiros, não parte do Estado, ele é o próprio Estado, ele é o ombro amigo do cidadão brasileiro. Ele pagou, apenas no ano passado, cerca de R\$425 bilhões em benefícios. Para que se tenha uma ideia da magnitude deste número, isso corresponde a cerca de 8% do PIB brasileiro. Nós temos, portanto, a compreensão plena da nossa importância, do ponto de vista social e do ponto de vista da construção do tecido da maneira mais justa e equânime possível.

Neste aspecto do seguro-defeso, tal qual acontece em praticamente todas as políticas que nós executamos, nós não somos formuladores dos conceitos que levamos a cabo, nós temos a obrigação de melhorar os nossos processos internos, de melhorar os nossos fluxos e de apresentar um serviço de qualidade ao nosso público-alvo e à sociedade brasileira como um todo.

E, no que diz respeito ao seguro-defeso também, eu quero deixar muito claro que a grande maioria – senão todos os fatos que ensejaram a convocação dessa própria audiência pública – são anteriores à minha chegada à direção do órgão, que está completando agora um mês, mas que nem por isso nos deixa em situação confortável para fugir desse debate, para fugir dessa discussão, justamente em função daquilo que eu falei, da importância que o órgão tem como executor dessas políticas todas e, neste aspecto específico, no aspecto específico do seguro-defeso, eu acho que o fato de mais essa incumbência ter vindo para os auspícios do INSS só demonstra que o órgão tem sido muito eficaz na prestação de serviço desta natureza em todo o Brasil.

Ao se colocar sob o guarda-chuva do INSS também o pagamento, a execução do seguro-defeso, acho que a União, acho que a Administração Pública como um todo, disse à sociedade brasileira que este é um órgão que tem competência para fazer esse tipo de trabalho, para fazer esse tipo de função.



É, portanto, diante dessa convicção de que nós temos a competência, a *expertise*, para nos desincumbirmos dessa missão, como fizemos com tantas outras que foram colocadas nos ombros do INSS para orgulho, para gáudio nosso ao longo de 93 anos de existência do sistema previdenciário, que nós estamos aqui para escutar, para poder aprimorar a execução desse serviço, para que nós possamos ofertar, no frigor dos ovos, na ponta, uma prestação de mais qualidade para que esse rito seja mais expedito, mas também para que a gente tenha mais segurança.

A representante Josana falou da importância de nós sabermos dosar esse caráter burocrático que há de ter a gestão de um órgão como o INSS, ou seja, dar efetividade ao gasto público com a dimensão humana. E essa tem sido a nossa preocupação. Eu acho que por trás de toda e qualquer decisão, a gente precisa levar em consideração a efetividade do gasto público, a gente precisa ter uma boa relação do dinheiro que é empregado, porque esse dinheiro foi gasto pela sociedade na forma das suas diversas contribuições; mas também temos que levar em consideração que por trás de cada beneficiário existe um rosto, existe uma família, e é isso que o INSS tenta levar em consideração.

Eu quero assegurar, portanto, que esse vai ser o nosso desafio, a partir de agora. Obviamente, nós temos limitações, as limitações dos dispositivos normais, legais, as limitações da decisão do Supremo Tribunal Federal, que há também de nos guiar nos próximos dias; mas dentro dessas limitações, com o desenho institucional que nós temos e ao qual nós devemos obediência, nós vamos trabalhar para ofertar um serviço mais ágil, mais rápido e de melhor qualidade.

Então, nesse sentido eu vou chamar o Dr. Robinson Nemeth, que vai fazer uma apresentação breve, para muitos de vocês esses conceitos já são conhecidos, mas eu tenho certeza de que para alguns daqueles que estão nos assistindo, eles serão bastante úteis.

O SR. ROBINSON FLÁVIO DIAS NEMETH – Bom dia aos presentes. Eu vou mencionar aqui os aspectos gerais do benefício e falar um pouco do fluxo, aquilo que cabe ao INSS, principalmente, como é o procedimento disso. Como foi o início disso para o INSS, como está sendo e qual a nossa pretensão de evoluir nesse sentido.

As entidades que atuam no processo de concessão do seguro-defeso. Então, nós temos aqui o MMA, que faz a instituição de período de defeso. O MAPA que faz a gestão, registro geral da pesca e o repasse de informações ao INSS; o MTE, no caso, o FAT, que faz o custeio e operacionalização do pagamento do benefício; o INSS que faz a recepção e processamento de requerimentos do benefício; e a Caixa Econômica que efetua o pagamento do benefício.

Então, o fluxo, como é que ele fica, nesse processo de concessão do SDPA. O MMA faz a fixação ou alteração de defeso; o INSS faz o cadastro da região espécie do período de defeso, está baseado no que foi publicado pelo MMA e aí o INSS faz a concessão do seguro-defeso, baseado também na renovação da RGP, que é feita a gestão pelo MAPA. Ali está o pescador que faz essa renovação, que comparece até o MAPA para fazer essa renovação e a geração de crédito pelo MTE, recurso do FAT, e a Caixa Econômica faz o pagamento.

Aqui, uma explicação sobre a quantidade e a concentração dessa demanda. No caso ali, nós temos em torno de 60% da demanda anual concentrada em quatro Estados, e essa concentração é sazonal também, de novembro a março. Por quê? A gente estima em torno de 83% dessa demanda nesse período. Então, é num período bem específico, numa região bem específica, a maior parte dessa demanda.

Aqui há algumas competências que foram avaliadas e a quantidade de concessões desse benefício, nesse caso aqui de requerimentos. Desculpe.

Esse daí, no primeiro semestre de 2015, como que o INSS atuou para fazer essa recepção. Foi a primeira experiência, e depois quais foram os resultados. Houve uma etapa remota e também uma etapa presencial, foi possibilitado que dessem entrada nos dois canais, pelo telefone ou via agência mesmo. Então, para habilitação via Central 135, informações prévias, pendências e agendamentos, e depois o comparecimento para apresentação de documentação.

Na etapa presencial, a agência fazia o agendamento, para ir no espontâneo, que a gente chama de demanda não agendada. Eu poderia atender esse pescador sem um prévio agendamento também, fazia a análise da documentação e também do CNIS das nossas informações sociais e verificava se tinha alguma pendência. Se houvesse pendência, ele fazia uma exigência para esse cumprimento de pendência, senão já realizava a concessão ali.

Quais as constatações desse primeiro modelo de atendimento? A pré-habilitação da fase remota dificultou a etapa presencial. Não foi como o planejado, nós pegamos alguns pontos de dificuldade nesse sentido. O agendamento mostrou pouca eficácia para o pescador e a infraestrutura das unidades não suportou a demanda, gerou a insatisfação dos servidores, principalmente. Porém, os pescadores falaram que foi um atendimento satisfatório, um pouco melhor. Algumas informações que nós tivemos de algumas localidades. Mas ainda assim vimos que havia muitos pontos a melhorar, ok?



Aqui são as filas, a situação que nós nos deparamos neste primeiro período. Então, foi uma situação complicada que o INSS já não via há muito tempo, e por essa demanda ter chegado tão repentinamente, esse planejamento não conseguiu surtir o efeito que nós gostaríamos, e aí nós trabalhamos para essa modificação, para essa mudança. Qual mudança nós fizemos? Eu vou falar como mudou esse fluxo.

Por favor.

Colocamos como modelo novo a entidade de pescadores. Nós firmamos acordos de cooperação técnica com essas entidades e eu já falo de antemão, deixo bem claro que não existe qualquer obrigatoriedade desse pagamento sindical; INSS não entra nesse mérito. Nós fizemos acordo de cooperação com todas essas entidades que se dispuseram a prestar esse atendimento para agilizar o atendimento, otimizar o atendimento e facilitar isso para o pescador.

O INSS criou uma ferramenta que é o Prevweb; ele criou vários cruzamentos necessários e batimentos necessários para automatizar o máximo possível a concessão desse benefício e as verificações de outras bases de Governo. E aí verifica-se se há pendência daquela mesma forma da anterior, cumpre-se a pendência se ficar alguma, e se consegue realizar a concessão.

O que nós verificamos lá? O RGP, o Registro Geral de Pesca, ativo na categoria pescador profissional artesanal, contribuição de GPS CEI na titularidade correta, isso daí é para comprovação da atividade pesqueira; a residência na região; a espécie capturada. E aí eu quero fazer um parêntese, por quê?

Porque há muita confusão dessa espécie – e aconteceu em algumas localidades, sim – de não ter a concessão do benefício, porque, no sistema, é verificado aquilo que é registrado na RGP, aquilo que é registrado lá na pesca, o que aquela pessoa pesca. Então, não é feita uma entrevista com o pescador para saber qual a opinião dele ou para saber o que ele pesca, mas, sim, é feita uma verificação. E, às vezes, passa essa impressão, de fato, porque o servidor, às vezes, conversando com o pescador, para informá-lo melhor, para dar uma orientação melhor, acaba criando essa dúvida. Mas, não. O que é feito é uma verificação da base de dados do registro de pesca e aquilo que a portaria coloca como defeso. De repente, naquele defeso, ele fala de uma espécie – vou colocar aqui camarão, estaria crustáceo no sistema –, e, de repente, é verificado algum tipo de peixe. Aí, quando se verifica peixe, dizem: “Não, não é crustáceo, não é camarão”. Quem faz esse registro é a Pesca, quem faz o registro de pesca é a Pesca, é ela que emite essas carteiras. Se ela diz que aquele pescador pesca outra espécie, o INSS não questiona isso, porque é outro órgão o detentor dessa política, não somos nós. Nós simplesmente operacionalizamos. Então, se a informação chega dizendo que aquele pesca peixe, nós não questionamos e falamos: “Vai ficar uma pendência, que pode ser retirada junto ao outro órgão, que é o detentor dessa política”.

Continuando. Espécie capturada; requerimento (via ACT), uma das possibilidades; local da atividade, que também verificamos; atividades incompatíveis, caso se verifique que tem outra atividade que não é compatível com o benefício; e outras possibilidades de cruzamentos em tratativas (DAP, CADÚnico, IR) – isso um pouco mais na frente.

Quais constatações que nós fizemos? Melhorou a eficiência do processamento, possibilitou maior manobrabilidade da demanda e compensou baixa capilaridade do INSS nas regiões. Ainda não é um modelo perfeito de atendimento, mas vimos que já trouxe muita melhora daquele primeiro modelo. Muito embora ainda haja algumas localidades que não têm esses ACTs, nós oportunizamos também essa entrada pela agência do INSS, não sendo obrigatório o uso do ACT, que é um opcional do pescador para não precisar se deslocar até uma agência do INSS.

Aí um pensamento de como poderíamos fazer para o futuro uma melhoria desse modelo. Nós temos que pensar em melhorar cada vez mais. E o que eu vou passar aqui é uma proposta de melhoria que nós estamos pensando, que também não é o último modelo, mas, sim, um próximo modelo, para, na sequência, vir com melhorias constantes. Qual é a proposta? A proposta é uma revisão do Decreto nº 8.424. Aqui, eu coloco o §5º:

§5º A apresentação dos documentos discriminados no art. 5º poderá ser dispensada caso as informações dos mesmos constem em bases governamentais disponibilizadas ao INSS por outros órgãos, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, e do art. 329-B do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999;

Vou falar o §6º – depois, vou explicar como isso funcionaria:

§6º Nos casos em que o pescador já tenha recebido o seguro-desemprego do pescador artesanal, o INSS poderá dispensar a reapresentação de requerimento e para os próximos períodos do mesmo defeso que deu origem ao benefício, desde que disponha de informações que caracterizem a manutenção dos requisitos do art. 2º e da atividade pesqueira exercida;

Agora, vou falar como funcionaria esse melhor modelo, esse modelo que nós entendemos que otimizará e facilitará o acesso a esse benefício.

O pescador já realiza a renovação do RGP, tendo a periodicidade anual. O INSS faria já a concessão.



Então, não haveria essa recepção pelo INSS desse requerimento de forma direta. A proposta é que o pescador, já se apresentando para o Estado, no momento da atualização do RGP, não precisaria ir para outro órgão pedir o benefício, porque, naquele ano, ele já foi, já apresentou provas de que ele é pescador, já apresentou documentos de que é pescador e não precisaria ir para outro órgão do Governo dizer: “De novo, eu sou pescador, eu quero o benefício”. No nosso entendimento, nesse momento, ele já colocaria, além de todas as informações que ele já preenche lá, também: “Requeiro o meu seguro-desemprego ao pescador artesanal”. Ele já colocaria ali e não precisaria ir ao INSS, não teria essa necessidade.

Na geração de crédito, é a mesma coisa, assim como no pagamento. Por quê? O INSS hoje já faz os cruzamentos das bases de dados. Então, algumas pessoas podem pensar que vai ficar inseguro o processo. Não, não vai ficar inseguro o processo, porque ele já apresenta tudo para aquele órgão. Então, o INSS segue fazendo os cruzamentos com todas as bases do Governo, verifica se ele tem outra categoria profissional, se ele faz contribuição para outra categoria – aquelas outras bases que eu falei que nós já cruzamos –, e não haveria um adicional de segurança pelo fato de o pescador ter que ir a uma agência do INSS. Hoje, basicamente, ele vai a uma agência para apresentar coisas que, na maioria dos casos, nós já temos nos sistemas. Então, criou-se essa parte burocrática, como bem citado aqui pela Josana, e nós temos que cumprir pela operacionalização, como o Presidente bem colocou, pois nós temos que fazer a operacionalização conforme foi formatado.

Quais são as possibilidades? Maior segurança na gestão dos períodos de defeso; o pescador não precisa se dirigir a duas instâncias diferentes *a priori*; e processamento plenamente remoto, exceto para novos pescadores e algumas pendências que podem vir a serem geradas.

É isso, Presidente.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Muito bem.

O SR. LEONARDO DE MELO GADELHA (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gostaria de concluir?

O SR. LEONARDO DE MELO GADELHA – Eu gostaria só de nos colocarmos à disposição para esclarecimentos tanto da apresentação quanto dessa sugestão de incremento do processo, que demandaria, obviamente, alteração no dispositivo normativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Leonardo Gadelha, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

E o Diretor de Atendimento Substituto do Instituto Nacional do Seguro Social, Sr. Robinson Flávio Dias Nemeth, fez a exposição.

Nas exposições, eles tentam mostrar – o objetivo é este, não é? – o quadro de perspectiva de mudanças para que o atendimento aos pescadores seja cada vez mais justo. Naturalmente, eles vão debater isso no dia de hoje ainda.

Agora, eu passo a palavra a Ronildo Nogueira Palmere, Secretário dos Trabalhadores na Pesca da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

O SR. RONILDO NOGUEIRA PALMERE – Bom dia a todos e a todas.

Estamos aqui representando a CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros) e a pesca em todo o Brasil e também aqui estamos representando a Federação dos Sindicatos dos Pescadores no Estado do Amazonas.

Saúdo aqui a Mesa, Senador Paulo Paim. É um prazer muito grande poder participar desta audiência pública aqui. Nós já tivemos outras anteriores também, como no dia 5 de outubro do ano passado, sobre a Portaria Interministerial nº 192, que nos trouxe um grande prejuízo ambiental e psicológico em todo o Brasil.

Eu vi as apresentações agora do Leonardo e do Robinson. De início, a gente ficou... Veio aquilo para ligar para o INSS 135, falando da Região Amazônica, mas, depois, foi pensado. Aí a gente trabalhou o termo de cooperação técnica com essa entidade. Isso foi muito importante para a gente, principalmente no Estado do Amazonas, Região Norte. Isso foi como a gente conseguiu agilizar, em parceria com o INSS. Não tenho dúvida de que o INSS seja o órgão certo para estar com o seguro-defeso, porque é o que tem os bancos de dados dos pescadores. O Ministério do Trabalho, com o Sine (Sistema Nacional de Emprego), que fazia o seguro-defeso, tinha suas dificuldades, mas conseguia chegar. Falando do Estado do Amazonas, a geografia do nosso Estado é muito complicada; poucas agências, poucos trabalhadores para fazer essa execução. O termo veio exatamente para nos ajudar e fazer.

A gente está aqui por uma situação que é complicada em todo o Brasil, que foi essa portaria interministerial. As entidades não foram chamadas para conversar, para discutir o que causaria essa Portaria nº 192. Simplesmente, reuniram o MAPA, o Ministério da Agricultura, e o MMA, que é o Ministério do Meio Ambiente.



Reunidos, eles decidiram que a portaria entrava em vigor no dia 5, que, por 120 dias, seria feito um recadastramento em todo o Brasil e que, após esse recadastramento, que poderia ser também prorrogado por mais 120 dias, assim fosse feito o pagamento do seguro-defeso. A gente percebeu que o Governo Federal não tinha interesse nenhum em pagar o seguro-defeso mais para os pescadores. De maneira nenhuma. Da forma como colocaram, a gente entendeu.

E causamos a primeira audiência pública, a pedido do Deputado Silas Câmara, do nosso Estado, e do Deputado Sarney Filho. Demos um grande passo, conseguimos reverter na Câmara dos Deputados, no Senado.

Mais tarde, em janeiro, a gente foi surpreendido novamente, quando estava todo mundo de recesso. E o Ministro Lewandowski, novamente, recebeu e suspendeu novamente tudo. E a gente entrou novamente no desespero.

O complicado disso, quando eu vi aí na apresentação que disse que é o MMA que tem essa competência de mudança do seguro-defeso para que as coisas aconteçam... Parece que foi isso que eu vi aí. Quando o MMA com o MAPA fizeram isso, na véspera de entrar o seguro-defeso no nosso Estado, eles simplesmente suspenderam e não viram o grande impacto ambiental que eles estavam causando.

Nós estávamos na véspera do que chamamos lá da desova das nossas espécies, em que os peixes iam se reproduzir, e simplesmente liberou-se para se pescarem as espécies proibidas. Então, os pescadores saíram para pescar, porque necessitavam. Quem dá pão num momento daqueles? Quem está morrendo de fome vai comer, e foram em busca.

Mas, ao mesmo tempo, Senador, quando entraram – eu acredito, no Brasil deve acontecer e no nosso Estado não é diferente –, no dia 15 novembro, a proibição vai até o dia 15 de março no nosso Estado, entra também no nosso Estado uma proibição quase sempre da mesma espécie. Então, a gente nem recebeu nem pescou, porque, quando foi liberado, os barcos chegavam e eram abordados pelo Batalhão Ambiental; eles eram abordados pelo ICMBio, ou pelo Instituto Chico Mendes; ou eram abordados pelo Ibama, o Ipaam, que é o órgão ambiental de lá. E eram aprendidas aquelas espécies que a Portaria nº 192 dizia que estavam liberadas.

Então, muitas vezes, eu sempre cito essa palavra, nós éramos tratados como vilões, tratados como irresponsáveis, tratados como delinquentes, por causa de uma portaria e por causa de uma grande irresponsabilidade, de uma covardia que esse Governo fez com a gente, porque não teve coragem de chamar as entidades para discutir, chamar o Brasil para discutir sobre uma portaria que para a gente foi uma porcaria, foi uma vergonha a forma com a gente foi... Chegou para a gente de surpresa. E foi dito que existia um estudo técnico para isso, e não havia, não apresentaram estudo técnico nenhum.

Estiveram no Amazonas para fazer um levantamento, nem convidaram as entidades do Estado do Amazonas para participar desse estudo que fizeram para tentar preencher um erro que o Governo cometeu com a gente. E trouxeram exatamente o estudo que houve lá, em que entramos como invasores, porque as entidades não foram convidadas para estar naquela discussão. Chamaram os pesquisadores, e é importante a pesquisa no Brasil sobre toda a situação do setor pesqueiro, mas não chamaram as entidades.

Está certo, a gente é pescador artesanal e muitas vezes a nossa cultura, aquilo que a gente aprendeu é muito pouco para um pesquisador que tem um conhecimento, tem a sua vida dedicada a um estudo para melhorar o setor pesqueiro e outras atividades da pesca. Mas é vergonhoso quando eles nos deixam de lado, porque nós temos o conhecimento também de lá dos lagos, do manejo, das espécies, como vão desovar nas cabeceiras de rio, as sete calhas de rios que há dentro do nosso Estado. E não chamam a gente. E, quando a gente entra em uma reunião daquela, alguns pesquisadores chamam os pescadores de invasores, mas a gente tem um conhecimento da prática, da realidade, que conhecemos como pescadores brasileiros.

É isso para a gente foi uma traição do Governo Federal. Nós fomos traídos, fomos enganados, foi roubado o nosso direito, foi tirado na marra, ao não nos chamarem para conversar, para debater sobre isso.

E uma ordem – posso estar cometendo um erro – do INSS, parece que era do Gabas, ainda passou um memorando circular, dizendo para que não se digitasse nenhum requerimento de pescador, nenhum, para todo o Brasil ou para o Amazonas, e não foi digitado. E mais ainda nós ficamos prejudicados, porque, no momento em que, de repente, se liberou o defeso, não havia como digitar, porque era necessário obedecer àquele memorando circular, para que não se digitasse nenhum requerimento. E a gente foi ficando de fora dos nossos direitos, e o tempo foi passando, porque a intenção do Governo era não pagar.

Lá no Estado do Amazonas, se fossem pagar todos os pescadores, custaria em torno de 285 a 300 milhões. Só um – só um! – Deputado Federal que está envolvido na Lava Jato roubou do nosso País 300 milhões; só um Deputado. Só o que ele roubou daria para pagar os pescadores do Estado do Amazonas.

É vergonhoso quando vemos a política desse jeito. Nós fazemos parte também da construção do nosso País, e muitos dos nossos políticos, Senador, parece que quanto mais bonzinhos, mais canalhas são. Mudam de empresa, mudam de nome, e permanecem as mesmas pessoas, saqueando o nosso País, roubando o nosso País.



O nosso País tenho certeza de que vai ter uma série de mudanças, porque nós devemos também, nós como pescadores, nos fortalecer no Brasil politicamente, mas numa política séria que defenda os nossos interesses também. E digo que, representando aqui os pescadores do Brasil, nós estamos na luta, nós não desistimos. Assim como Pedro Hamilton nos colocou aqui, assim como a nossa representante também das pescadoras, nós queremos esse pagamento retroativo, porque isso trouxe um grande prejuízo psicológico, isso trouxe um prejuízo em todo o Brasil ambiental.

Neste ano, no Estado do Amazonas... Aconteciam alagações de dez em dez anos, estavam acontecendo novamente todos os anos. Agora nós estamos numa grande seca, em que os peixes dos lagos não saíram, para se reproduzir, os lagos ficaram na seca.

E hoje, dentro do nosso Estado, já existe uma grande escassez, resultado de uma portaria que só vai piorar a nossa situação, porque nós pescamos muitas espécies. E lá é o seguinte, nós vivemos, o Estado do Amazonas, em fronteira com a Colômbia, o Peru. E os peruanos entram, para pescar; a Colômbia entra, para pescar; e nós vamos piratear, estão vendendo nosso peixe pirateado, para a Colômbia ou para o Peru, para a gente se manter.

E, dentro mesmo do nosso Estado, nós estamos vivendo como imigrantes; estamos vivendo, parece, em terras alheias, em que os nossos vizinhos têm mais direito do que nós dentro do nosso País. É preciso mudar essa situação, conversar sobre isso. A pesca no Brasil precisa ser chamada para discutir políticas públicas.

Nós, os pescadores, ficamos fora de moradias, com falta de políticas públicas e sociais; nós ficamos fora da saúde, há muitos pescadores com câncer de pele, e ficamos fora desse plano; nós ficamos fora, muitas vezes, da educação, porque não temos alguém que nos represente ou dê para os nossos filhos uma bolsa de estudos para estarem numa faculdade. Parece que os pescadores só são lembrados em épocas políticas, quando nos procuram para isso. E essa situação nós temos que mudar, a pesca tem que voltar e se unificar.

Infelizmente, em alguns Estados, a pesca ainda é muito dividida. Muitos buscam os seus próprios interesses, interesses do seu bolso, e isso precisa ser mudado. E, quando vejo a nossa companheira aqui dizer: “Eu posso falar disso?”, sobre a contribuição sindical... Isso foi um direito trabalhista conquistado com luta, mas tem que ser... Ela não é contra, mas isso não é obrigação. O INSS não cobre isso; lá no nosso Estado, não, de maneira nenhuma.

Mas existem entidades por trás disso, que exploram o trabalhador, que inventam certa dívida, dizendo que, se o pescador não fizer isso, não vai receber. Isso aconteceu no nosso Estado, quando existia um monopólio, em que só uma entidade buscava seus interesses e botava os pescadores na parede, e aí, muitas vezes, até junto com alguns pagadores da Caixa Econômica que foram parar na cadeia... E, por causa disso, a pesca hoje tem rumo no nosso Estado, e acabou-se o monopólio. Ninguém é obrigado a estar filiado à entidade nenhuma. Se você não é filiado, você tem direito de ter o defeso; se é pescador, tem o direito.

E, para encerrar, esgotou-se o meu tempo, quero dizer que nós aqui, Senador, queremos... Se o Governo vai nos pagar uma parcela, duas, três, ou as quatro, porque é nosso direito no Estado do Amazonas... Nós não queremos ficar no prejuízo, porque estamos endividados.

Temos fronteira com o Alto Solimões, em que muitos deixaram de pescar, de receber o seu defeso. E estão buscando o pão, muitas vezes, através do tráfico de droga, da prostituição, porque a nossa situação é complicadíssima, por falta de um planejamento de um Governo que agiu com covardia conosco no Brasil, não nos chamando para conversar.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Ronildo Nogueira Palmere, Secretário dos Trabalhadores na Pesca da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). Ele faz uma série de denúncias, e faz as mesmas cobranças daqueles que o antecederam.

Passo a palavra agora para Liberina Gomes Barbosa. Só para corrigir, então. Aqui está Liberine.

A SRª LIBERINA GOMES BARBOSA – É Liberina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É Liberina, não é?

A SRª LIBERINA GOMES BARBOSA – Meu nome é grande, eu sou tão pequena...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Liberina Gomes Barbosa, representante do Sindicato dos Pescadores no Estado do Espírito Santo- Sindpesca/CSB-ES.

A SRª LIBERINA GOMES BARBOSA – Gente, bom dia a vocês.

Primeiramente agradeço a Deus por essa oportunidade – eu choro à toa, está bem? Mas é porque, só de lembrar do nosso sofrimento... E mulher dizem que choram à toa, não é? Ela aqui não chorou não. Essa aqui falou tudo certo, não chorou.

Mas, primeiramente, agradecer a Deus por esta oportunidade que o sindicato teve de estar representando o Estado do Espírito Santo, que é uma prioridade. E estou muito feliz.



E, segundo, agradeço à CSB por eu ter conhecido a eles. Acredito que foi Deus que enviou anjos e vou falar uma coisa para vocês: os olhos de Deus não dormem.

E só quero... Estou nervosa, estou tremendo aqui, eu falo muito, falo muita coisa quando estou lá no meio dos pescadores, entro e saio nos barcos, são 17 anos de trabalho, larguei tudo para me dedicar. Eu amo o que eu faço, eu trabalho muito lá.

Então, estou um pouco nervosa, porém é um momento muito especial, não só para o Sindicato, mas para todos os pescadores do Estado do Espírito Santo e, por que não dizer, do Brasil.

Primeiramente quero responder à Josana. Ela falou tudo certo. O que foi errado aí foi o seguinte: o sindicato, para filiar o pescador... Porque o pescador, a maioria dos pescadores é leiga no assunto. Então nós, como liderança, temos a obrigação de saber representar os seus trabalhadores. Isso temos a obrigação de saber. Então, primeiramente o sindicato precisa, assim que o pescador se filia ao sindicato, ele tem obrigação de orientar, a cada pescador, os seus direitos e ver o seguinte: o sindicato tem que enviar uma declaração para a colônia, desfiliando esse pescador, porque automaticamente, por ele não saber os seus direitos, ele vai pagar duas filiações, o que é injusto.

Cada Estado tem uma realidade. No nosso Estado, a realidade é diferente. Na colônia lá era R\$150 por ano, o artesanal. A colônia representa o artesanal; o sindicato, o industrial. Quando o sindicato representa o artesanal e o industrial, então ele pode, sim, filiar o artesanal. Só que nós, como liderança, nós não podemos negar nenhuma declaração por falta de pagamento, nenhuma. Ele assina um termo de pagar. Sobre esses valores, aí a gente, cada presidente tem que rever essa situação.

Sobre o INSS. Aconteceu o seguinte: eles fizeram da maneira deles, o que deu tudo errado.

Quando estava com o Ministério do Trabalho, nunca deu nada de errado. Agora, quando passou para o INSS foi um susto. O que eu entendi lá, o tumulto foi muito grande, é que o próprio INSS eu senti que eles passaram aperto, porque também eles não entendem. Até se adequar, porque a pesca, para quem não entende, é o setor mais difícil. E, se mexer com o pescador, o pescador fica o tempo todo no mar, fica dois, três meses, no mar. O que fica menos, o pescador artesanal, ele fica 15 dias só. Barcos de 5 metros, 6 metros, eles ficam 15 dias só. Mas, o barco acima de 12 metros, são 20, 30, 40 dias dentro do mar.

Então, e outra coisa, para que os órgãos públicos se coloquem representantes da pesca para trabalhar. Não adianta, já deu tudo errado. Colocar pessoas para representar a pesca que não seja do convívio ali ou que ouça a gente. Essa lei foi feita sem comunicar. E outra, o que entendo é o seguinte: o pescador tem direito de receber danos morais em cima, porque um colega errou o outro não pode pagar pelo mesmo erro.

Então, é indiscutível essa lei. Sinto muito, para quem elaborou e votou nessa lei. Não pode gente. O defeso do pescador é indiscutível. Todo pescador precisa receber o seu defeso. É só tirar o que o Ibama cobra do pescador, que é um absurdo. Eles colocam escopeta, fuzil, em cima do pescador, o pescador é ameaçado de tudo, o pescador artesanal lá do Município de Cariacica, o mangue acabou. O pescador agora... E dos que ficaram, tem pescador que liga pra mim e diz assim: "Liberina, como eu faço? Vou dar entrada no defeso? Eu queria fazer minha unha, se eu fizer minha unha, eu não recebo o defeso." Eu falei: "Não, você vai fazer sua unha, vai entrar linda e maravilhosa e vai dar entrada no seu defeso."

Vocês entenderam, gente? É coisa absurda. Os pescadores precisam. Quem é advogada aí, por favor, vamos nos unir. Cada pescador precisa receber danos morais em cima. Já não basta o Ibama, milhões e milhões estão no caixa, pescador preso, de tudo quanto é jeito, carteira de pescador... Quando o secretário da SEAP, estou falando já lá do Estado, diz: não gosto dessa pessoa, ele cancela a carteira. Estou fazendo um laudo, lá no sindicato, para defesa do pescador. O pescador precisa, não só do retroativo, mas que resolva essa lei, o quanto mais rápido, porque se isso não for pago, o retroativo dos pescadores, que a gente, liderança do sindicato, do Brasil, se reúna e peça os danos morais a cada pescador.

Porque isso é um sofrimento, isso é uma injustiça, isso é um crime. Quer dizer, tem o Ibama, agora, já não basta atingir, daqui a pouco é a reforma previdência. Estou preocupada com a reforma previdenciária, porque a pescadora dá entrada na aposentadoria com 55 anos.

Nós temos pescadores que estão tendo epilepsia porque ficaram desde criança no mangue e agora que foram fazer a carteira de pescador. Como é que fica agora que tem que ter 15 anos de pesca? Esses 15 anos de pesca estão errados porque há muitos pescadores que não têm carteira.

Eu filmei um pescador com a canoa praticamente podre, emprestada do cunhado. Ele tem 60 anos e não tem carteira de pescador.

Os pescadores do alto-mar já estão doentes com 48 anos. É uma preocupação igual a que eu falei com um rapaz do INSS. Entendeu? Sinto muito, mas por quê? No passado, fizeram de forma errada, e, agora, então: "Ah, não tem dinheiro no caixa." Então, pegue o dinheiro que os políticos roubaram e ressarça os pescadores, gente, pelo amor de Deus! O pescador sofre, o pescador do alto mar...



Semana retrasada, eu atendi a um pescador. Ele se filiou. Ele não tem carteira de pescador, só tem carteira de embarcação. Ele deu enfarte e morreu. Estou lá com a esposa, pedi pensão alimentícia. Quer dizer – sinto muito –, foi falta de... Quer dizer, no Estado lá, há dez colônias. É dinheiro – entendeu? – que foi injetado nas colônias para trabalhar. Você entendeu? Quer dizer, o pescador vai pagar por isso?

O sindicato do Espírito Santo não vai abrir mão, é defender o pescador que... Assim, se erraram no passado, que paguem pelo erro, não que seja o pescador. O pescador não pode pagar. No caso assim, no Espírito Santo, não foi muito atingido, mas aqui, pelo que eu vejo, não só o Espírito Santo, o Brasil. Então, o Estado que está menos aí que pague todo o mundo do Brasil, e pronto, fechou.

Se depender do Espírito Santo, a gente traz dois ônibus cada Município. Só, no Espírito Santo, em relação ao defeso, eles estão revoltados... E mexer com pescador, gente, direito do pescador... Assim, que os Deputados Federais e Estaduais, os políticos parem de tirar do bolso do pescador, porque já basta o Ibama. O Ibama tem milhões em dinheiro – entendeu? – cobrando assim: eles colocam escopeta, levam preso...

Então, o seguinte: agradeço ao Senador Paulo Paim, que era meu sonho conhecer, conheço-o pelo nome.

O RGP, que são essas carteiras que foram canceladas, que reativem-nas porque o que eu tenho lá de pescador que não tem carteira. Nós temos um pescador lá que a carteira dele foi cancelada, e ele diz assim: “Liberina, como eu faço? Se o Ibama apreender e eu não ter a carteira, se eu for preso...” Aí eu falo assim: “Não, se for preso, você entra com danos morais porque não é culpa sua você não ter a sua carteira de pescador.” Ele é pescador desde os oito anos. Ele é pescador de alto mar.

Então, quer dizer, aproveitaram as pessoas que fizeram carteira de pescador indevidamente, usaram isso aí para prejudicar os pescadores. Então, não pensou. No meu pensamento, não foi da forma que eles fizeram, eles fizeram com interesse próprio essa lei. Não tem assim: porque meu irmão erra que eu vou errar, que eu vou pagar pelo erro.

Então os pescadores merecem, sim; na minha concepção, eles merecem, sim, danos morais em cima, quanto mais um retroativo.

Está bom, gente. Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Liberina Gomes Barbosa, que falou pelo Sindicato dos Pescadores do Estado do Espírito Santo (Sindpesca), e falou muito bem. Meus cumprimentos pela fala direta, objetiva, cobrando a postura, inclusive, de Senadores e Deputados em relação ao direito de vocês, e naturalmente do Executivo também. E que o próprio Supremo garanta a decisão quanto ao retroativo.

Esta Mesa foi excelente, mas concluímos esse primeiro momento. Eu convido a vocês para retornarem ao plenário, porque nós vamos para a segunda Mesa. Se o Warley quiser falar algo sobre a Previdência, Warley... Aproveite, está convidado aqui.

Pois não...

A SRª LIBERINA GOMES BARBOSA – Fizeram uma forma, levando os pescadores para o INSS, mas tem de ir para o Ministério do Trabalho, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entendi. Você falou muito bem, você não falou mal de ninguém, você defendeu a tese, defendeu as suas causas. É isso mesmo! Corretíssimo.

No final, nós vamos tirar uma foto com toda a Mesa junto aqui.

Agora eu convido para que venham para esta segunda Mesa o Deputado Estadual Dermilson Carvalho das Chagas. *(Palmas.)*

O Deputado Estadual Dermilson Carvalho das Chagas é Deputado pelo Amazonas e é um defensor desta causa.

Convido Sami Pinheiro de Moura, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). *(Palmas.)*

Convido Maria José Honorato Pacheco, do Conselho Pastoral dos Pescadores. *(Palmas.)*

Convido Marizelha Carlos Lopes, Articulação das Mulheres Pescadoras. *(Palmas.)*

E convido Wagner Álvares de Souza, representante das Colônias de Pescadores do Acre. *(Palmas.)*

Vamos passar, de imediato, a palavra ao Deputado Estadual Dermilson Carvalho das Chagas, Deputado Estadual do Amazonas, com o mesmo tempo dos outros convidados, 10 minutos, e mais 5 se necessário.

Tanto esta Mesa quanto a outra, sempre manteve alguém do Governo. Aqui, no caso, agora, é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na figura do Sr. Sami Pinheiro de Moura.

Deputado com a palavra.

O SR. DERMILSON CARVALHO DA CHAGAS – Primeiramente, agradecer a Deus, Senador, a oportunidade; agradecer ao senhor também e a todos os nossos amigos e irmãos pescadores do Estado do Amazonas,



que estão aqui, ao Presidente do Sindicato, Ronildo, Netto, ao Pedro Hamilton, ao Ocimar e aos demais que estão no Amazonas assistindo, assim como todo o Brasil também.

Senador, o que nos traz aqui é um assunto de suma importância para o Brasil, não só para a Região Norte. A Região Norte foi castigada pela Portaria nº 192 em cinco Estados, onde há uma demanda significativa.

Vale a pena ressaltar, Senador, que discutimos até hoje qual a razão que levou ao cancelamento do seguro-defeso. Até hoje, não se sabe. Alegam-se fraudes, mas, nas ações que foram para o Supremo Tribunal, não anexaram nenhum documento falando das fraudes.

Pois bem. Quando veio a Portaria nº 192, vieram as consequências de erros junto a essa portaria. Aí eu quero enumerá-las aqui.

Quando diz que os pescadores estariam suspensos, a primeira coisa que eles falam, Senador... Eles baixam a Portaria nº 192 e colocam aqui, na portaria, que vão suspender por até 120 dias os períodos de defeso dos seguintes atos normativos... E aqui estão numerados os atos normativos. Pois bem. Vamos ao parágrafo único, Ronildo: “Prazo de que trata o *caput* poderá ser prorrogado até 120 dias.” Além dos 120 dias, o prazo poderá ser prorrogado.

Pois bem. Quando veio a Portaria nº 192, o Deputado Silas entrou com um PDC, para derrubar. Foi para a Câmara dos Deputados e derrubou; foi para o Senado e derrubou. Na véspera do pagamento, nós tivemos outra surpresa do Governo Federal que entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, para derrubar os efeitos do PDC. Tudo bem até aí. E nós temos aí outra visão das coisas. Primeiro, com a Portaria nº 192, quando você obriga os pescadores a voltarem para a atividade pesqueira, você está ferindo outras regras, regras do meio ambiente, que é o princípio da proteção; você agride o meio ambiente sem pensar nas consequências futuras. Outra razão elencada nesse processo da Portaria nº 192, no bojo da discussão, foi dizer que, devido à situação que o País estava passando, não havia os recursos. Ora, Senador, o senhor votou tanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias quanto o Plano Plurianual, e lá estava incluso o recurso. Não tinha por que dizer que não tinha previsão orçamentária e nem dizer que não tinha recurso financeiro, porque tem, nós sabemos que tem, tem, sim. Então, você começa a cair em vários erros.

Eu quero falar para o senhor de outro erro gritante. Quando a portaria tem a validade de 120 dias, que poderá ser prorrogada... Diga-se, de passagem, que ela venceu no dia 2/2/2016. Eu estive numa audiência com a Ministra Kátia Abreu em Palmas. Lá em Palmas, eu abordei a Ministra e perguntei: “Ministra, quando acaba o seguro-defeso na Região Norte?”. Ela disse: “Já acabou, não tem problema nenhum. Essa fase já está superada.” Eu disse: “Não, Ministra, está equivocada. O seguro-defeso não acaba em fevereiro, acaba dia 15 de março.” Olhem a vacância, o lapso de tempo. Nós temos o efeito da Portaria nº 192, que foi derrubada pelo Projeto de Decreto Legislativo, que dá um prazo de 30 dias. Nós temos mais 30 dias, Senador Paulo Paim, em que a Portaria deixou de ser prorrogada, 60 dias.

Ora o pescador, no mínimo, se não fosse a maldade tão grande, teria direito, no mínimo, a duas parcelas, na região Norte, porque foi a região mais afetada – o Pará – e estou falando pelos pescadores, de uma forma geral.

E esse sindicato está defendendo, aqui eu só ouvi gente falar pelos pescadores, independente da associação, sindicato e colônias. Estamos falando pelo Estado do Amazonas, mas englobando cinco Estados que têm problemas severos. E quero dizer, Senador, que tivemos, nesse interstício ainda, uma audiência que o Deputado Silas Câmara puxou, lá na Câmara dos Deputados, e nós conversamos com o Meio Ambiente lá. E questionamos qual foi o estudo técnico, não é consulta, porque aquilo que fizeram, Ronildo, no INPA, onde se reuniram, às portas fechadas, descobrimos pelo acaso e invadimos lá, foi uma consulta, foi uma conversa, não tem estudo técnico embasado para poder suspender o seguro-defeso. Estamos numa única bacia, e, diga-se de passagem, e aqui não estou criticando ninguém, o Estado da Ministra não foi contemplado com a suspensão do seguro-defeso. O nosso foi. E, pelo visto, parece que temos uma bacia também que atinge lá.

Pois bem, temos que questionar quais são os estudos técnicos que embasaram a suspensão do seguro-defeso, porque se for o fator fraude, existe fiscalização, a Polícia Federal fiscaliza, a CGU fiscaliza, o TCU fiscaliza, as denúncias fiscalizam. Eu fiz inúmeras denúncias no meu Estado, quando fui o superintendente regional do trabalho e emprego no meu Estado.

Então, os mecanismos que são utilizados é que temos que saber. Porque, quando existe um embasamento técnico, tudo bem, fico satisfeito, fico centrado com a razão. Mas, quando não existe razão para tal fato, aí vem a indignação, porque nós vivemos numa região muito difícil, onde a política nem do contracheque das prefeituras funciona mais. Se não forem os programas sociais, que chegam ao interior do Estado do Amazonas, assim como diversos outros Estados, não haveria a melhora da qualidade de vida, porque temos aí vários fatores hoje que nos levam a um prejuízo incalculável. Primeiro, não temos hoje uma leitura correta de qual vai ser o impacto da cheia e qual vai ser o impacto da seca. Estamos vivendo agora um período de seca, de pobreza extrema, em que Municípios vão ficar isolados. E aí o Senhor pergunta: cadê o peixe? Cadê a sustentabilidade,



a procriação? Porque eles liberaram, através da Portaria 192, todo mundo para pescar. E o peixe estava na desova. Então você vê a gravidade. Na cheia, temos outros problemas, que é quando o rio enche, os peixes entram no igapó e fica difícil a pesca e você tem que pescar em lagos, em rios.

E aí quero falar ao senhor que, quando houve um levantamento da questão da suspensão da Portaria nº 192 – estivemos na audiência lá em que estávamos discutindo quais eram os efeitos técnicos –, eles vieram com uma argumentação, Senador Paulo Paim, de que os lagos de manejo seriam o aumento do estoque pesqueiro. Pelo amor de Deus, não me diga isso.

Se o senhor cria peixes, se o senhor preserva uma região em que aquilo não pode ser pescado, não é todo ano. O pescador pesca todo dia, ele se alimenta todo dia, paga a conta dele, o Luz para Todos chegou, mas ele paga a energia, ele paga a energia, ele tem o transporte da gasolina que ele tem que comprar, ele tem uma série de outras obrigações que ele tem que fazer. Então, não dá para pescar em um lago de manejo o ano todo. E, quando eles disseram que havia uma sobreposição e existia um excesso de estoque pesqueiro, perguntei deles: por que vocês não liberam, então, a pesca do pirarucu? Não há excesso? Estão dizendo que a gente está matando peixe lá por tiro, o peixe voa, e a gente está matando a tiro, porque, dentro da água, a gente não está mais achando. Por que não se libera o pirarucu, que é um peixe que dá renda maior, exótico, dá para fazer as mantas e vender bem? Por que não libera, já que há um excesso? É impressionante que eles vão para lá, liberam uma cota, e esta não atende a necessidade do povo local. Isso, nos vários Municípios.

Então, não se pode contar com a área de manejo, e o nosso Estado precisa da preservação. E, quando se faz a preservação dos peixes, faz-se por um conjunto de fatores. Temos nove calhas de rios e microclimas nessas regiões, em que a reprodução das espécies chega a ser diferenciada, porque, como eu disse, temos a migração de peixe, que favorece a reprodução; temos o pulso da água, que favorece a reprodução das espécies; temos o clima, que favorece a reprodução das espécies também, e, aí, estamos vendo uma coisa aqui que não estuda realmente os efeitos da reprodução das espécies, se existe excesso ou não porque não consegue ir lá passar seis meses, um ano, dois anos, pesquisando realmente se existe excesso ou escassez de peixe. Não existe o estudo técnico, Senador, embasado, não existe o estudo técnico.

Na ação em que o Governo entrou no Supremo Tribunal Federal, não anexou nenhum estudo, simplesmente foi alegando o seguinte: não sabiam a quem poderiam pagar o seguro-defeso por causa da fraude. Ora, Senador, e, aí, não quero criticar ninguém, no meu Estado, são 94 mil pescadores, 94 mil pescadores, um Estado que tem uma dimensão continental – continental –, e, aí, saiu um dia desses, em um *site* aqui, de Brasília, pela Miriam Leitão, se não me engano, que só o Lago Paranoá pagou 45 mil. Qual é a proporção de erro aí? No Amazonas, vou pegar um Município que é pertinho um do outro, que tem uma região de lago que chamamos lá, Manaquiri, Iranduba, Careiro Castanho e Careiro da Várzea. Bote ali 10 Lagos Paranoá, 10, e não temos nem 10 mil pescadores. Ou seja, se o senhor for ver a distância que se tem e que não tem uma política de Estado que não seja a do contracheque da Prefeitura, o que nos resta é programa social, para dar renda àquelas pessoas que têm uma única alternativa: ou vai caçar, ou vai pescar.

E, hoje, com os impactos que estamos sofrendo...

Quero dizer outra coisa aqui, Senador, o Amazonas serviu de lastro por um acordo do Governo Federal, que é contra o desmatamento. O Amazonas foi dado como lastro para não desmatar. Não temos a alternativa de extrair madeira. O caboclo lá, se for pego tirando um pau, por exemplo, a árvore caiu, e ele tirou a madeira, vem o Ibama, vem o IPAAM, vêm os órgãos de fiscalização e multam. Ele não pode caçar, se for pego... E é aquilo que a nossa colega estava falando aqui, essa arbitrariedade, esse poder que tem o Ibama de andar armado, de botar uma arma no peito de vários cidadãos, o que é uma ofensa muito grande.

Isso não pode acontecer. No meu Estado, acontece isso também. Isso acontece também. Não podemos ficar calados mediante essa arbitrariedade já que não há estudo técnico que embase realmente a suspensão do seguro-defeso. E, nas distâncias que temos, se não podemos destruir madeira, não formos caçar, vamos fazer o quê? Traficar? Vá para o Amazonas.

Aqui, em Brasília, é uma maravilha, quando vou a qualquer cidade-satélite, mas vá à cidade de Envira, lá no Município de Maraã, vá a Guajará, vá a estes Municípios, vá lá, vou lhe botar em um barco de recreio. Fui a uma comunidade agora, Senador, e, quando deu cinco horas, eu só falava dançando porque o carapanã estava me comendo. A nossa região é muito agressiva, o nosso caboclo tem que se virar para viver lá, nem nos 30, ele não tem que se virar nos 30, tem que se virar nos 10, porque, quando o cardume passa, ele tem que pegar logo, senão ele passa, não é isso, Neto?

Então, temos que dar um jeito para sobreviver. E o programa social, seguro-defeso, que tem os seus erros, que tem sua falha, temos que corrigir.

E quero dizer aqui que uma das coisas que acontece, Senador, quando chega um Prefeito novo no Município, sabe uma coisa que acontece? Ele começa a contratar todo mundo ali para trabalhar como merendeira,



transporte escolar, começa a contratar um bocado de gente. Aí, o que acontece? Esse cara não recebe nem um salário mínimo porque ele saca o dinheiro e sai pagando o cidadão em espécie. E o Ministério Público, hoje, do Amazonas, vem criticando e entrando com ação para acabar com esse saque de espécie de dinheiro na boca do caixa para pagar principalmente o pessoal que recebe o Fundeb.

Quando o prefeito sai – várias vezes relatei ao superintendente – tem que prestar contas de tudo isso, e, aí, começa a registrar todo mundo, vai para a rádio, vai para o Caged. Ele, como não tem carteira assinada, como não tem um contrato, é pego, mais cedo ou mais tarde pelo batimento das informações. Essa é um dos erros que acontece, fora os absurdos que a Caixa Econômica também pratica no nosso Estado.

Mas quero deixar aqui esse apelo, esse clamor de que, no mínimo, deveremos receber aquilo que é de direito. Se a Portaria nº 192 teve sua validade, também teve o seu período em que caducou e, pelo erro do próprio Governo, poderá, Senador, ser renovada por mais 120, não foi renovada.

Então, estamos pedindo as quatro, por justiça, mas deem para a gente, pelo menos, o que realmente a lei nos permite. Não peço aqui, meu Presidente Ronildo, só para o Amazonas não, eu quero pedir para a Região Norte, porque isso aqui está indo para o Brasil todo, que se faça justiça, mas com razão.

Eu agradeço e bom dia para o senhor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos ao Deputado Estadual Dermilson Carvalho das Chagas, deputado estadual pelo Amazonas, que demonstrou aqui que conhece, de fato, com profundidade esta questão. Vive na região e deu uma verdadeira aula, até para o Brasil, sobre o tema. Meus cumprimentos pela exposição que fez e por ter vindo aqui, aceitando o nosso convite.

Agora vamos ouvir, então, o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do MAPA o Sr. Sami Pinheiro de Moura.

O SR. SAMI PINHEIRO DE MOURA – Bom dia a todos e a todas.

Parabenizo aqui a ação do Senador Paulo Paim, do Deputado Estadual do Estado do Amazonas, demais colegas de movimento. Quero aqui salientar também que venho do movimento, Senador, e essas pautas aqui, para mim, são coisas do dia a dia. Fico triste pelo fato de a categoria não estar mais aqui em peso dentro desta plenária. É um momento ímpar, uma discussão junto ao Senado, e aqui você não se veem os colegas, apenas meia dúzia de colegas nossos aqui reivindicando.

E vou falar em nome de Governo, a pauta hoje é defeso. Esse defeso vem causando várias demandas em nível de País. Eu venho lá do Estado do Acre, aqui tem um advogado do Estado do Acre, a gente vê aqui o Amazonas em peso, pessoal aqui de Belém, pessoal de Manaus, tem uma colega aqui de fora da nossa Região para ver o impacto que tem esse defeso na questão de água continental, na Região Amazônica.

Estamos tratando aqui da questão de manejo, questão de portaria, questão de reprodução, mas aqui a pauta é mais o retroativo: por que tiraram esse retroativo? E, na época, eu não estava à frente da entidade pública, mas foi por falta também de o movimento estar mais eficiente nisso aqui. Há a questão dos amparos técnicos, o parecer e há a questão de como foi tirado isso. E, vocês veem, não foi uma coisa tão consistente, que foi derrubado pelo Supremo. Então, é ainda uma pauta em aberto, há várias entidades aqui que estão envolvidas nessa discussão com o Ministério da Agricultura, MMA, Ministério do Trabalho e o próprio INSS, que agora recebeu essa demanda nas mãos.

Então, hoje, como Governo, essa pauta está sendo discutida também dentro do planejamento, está sendo revista. Essa audiência vai dar uma ênfase bem importante nessa discussão. A única coisa que acho uma pena é o movimento não estar aqui em peso. Há também as questões por bacias, para as questões do defeso.

O peixe da bacia Amazônica, como o Deputado falou, começa em outubro e termina em 15 de março, nesse período. Já esse pessoal de água oceânica que pesca espécies específicas (camarão, lagosta) têm coisas bem diferentes dos nossos embarques, uma coisa bem diferente e bem complicada de se acompanhar. A questão aqui que foi levantada pelo setor é a importância e da pesquisa.

Está sendo publicada portaria sem nenhum tipo de estudo, mesmo dentro do Governo. Sempre bati nisso. Eu acho que tem que ter mais eficiência nesse sentido. Você não pode cobrar onde você não pesquisa, onde você não é verdadeiro.

Então, hoje estou à frente do Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca. É minha vida a pesca. Vim da pesca, conheço a pesca, vou estar sempre à disposição do movimento. Acho que tem que pedir para que o movimento, se aproximasse da Casa. Eu acho que a gente é funcionário de vocês nesse sentido, onde é de direito a gente vai dar.

Pescador que é pescador, que sobrevive da pesca, com certeza, vai ter todo o nosso apoio. Não vai ter aquela pessoa que não é pescador, que se aproveitou do movimento, entrou. Já há esses levantamentos que



justificam essas pessoas não terem direito. Mas sou contra você prejudicar uma categoria de trabalhadores, de quem conhece a pesca, os nossos avanços.

Eu costumo dizer que quando cheguei na pesca, os pescadores não tinham direito nenhum, Senador, não tinham reconhecimento. E graças a um trabalho, há várias conferências: conferência da mulher, conferências nacionais, e a gente levou vários direitos.

Fiquei triste também, quando veio a demanda da extinção do Ministério. Um Ministério tão importante para este País, e o movimento deixou isso escapar. Quando eu cheguei nesse setor, falei para o pessoal que não era careca, nem era torto, porque minha vida foi muito difícil. Então, fazer social neste País não é para qualquer um. Adoei em prol desse movimento, e chegamos hoje numa situação em que a gente foi desrespeitado, foi botado de lado, e o nosso movimento ficou sem respeito. Vamos ter que começar tudo do zero de novo.

Hoje, à frente do Ministério, acho que estamos na operação resgate. Vamos só discutir defeso, vamos discutir todo os nossos direitos previdenciários. Nosso pescador está aí com reumatismo, cego por causa das águas, câncer de pele, câncer de estômago, muita comida ácida, farinha, aquele negócio na região e hoje praticamente estamos reconhecidos como as pessoas que estão dando calote no País. Isso não é verdadeiro. Não é. Defendo veementemente o verdadeiro pescador, defendo veementemente o verdadeiro pescador, mas também sou contra o falso pescador.

Quando entrei no setor pesqueiro, a gente tinha um trabalho muito forte, a gente acompanhava a questão dos desembarques, o controle. E hoje a gente viu um aumento muito grande do esforço de pesca; praticamente não existia a proteína, o animal. Cada vez o peixe está mais escasso, e está aumentando muito o esforço de pesca. O que é? Estão aumentando muito as carteirinhas de pescador, então, a gente tem que atentar para isso. O movimento também tem que atentar. Fazer uma limpa, deixar quem é da nossa categoria, e quem não é fica fora.

Hoje temos a oportunidade de termos vários juristas na área da pesca orientando como se trabalha isso na área previdenciária. Eu tenho aqui o colega, o Dr. Wagner, conheço também de muito tempo. Se alguém do movimento não o conhece, ele é uma pessoa muito conhecida na Região Amazônica. É uma pessoa também que trabalha com os direitos de quem é de direito. O doutor também é contra, eu converso bastante com ele essa questão dessa inserção, de ver “n” pescadores que não são pescadores.

E, dentro do Ministério, a gente está trabalhando essa questão de decreto, para identificar o que é pescador artesanal profissional e o que é pescador de subsistência. Eu acho que a gente tem que separar essas coisas, que é o que está prejudicando a nossa categoria.

Eu falo porque sou pescador. Mesmo na parte pública, falo como pescador. E penso que a ação mais legítima que há no País chama-se audiência pública, onde não se coloca nada goela abaixo. Você tem que ouvir. Se conseguir ouvir a ponta, você consegue formular a política, não que seja tão justa, mas pelo menos que seja parecida. O que se vê muito? Uma política que é discutida no nacional. Quando chega à ponta, ela tem um impacto completamente negativo das realidades.

Desde que vim para o Ministério da Agricultura com esse intuito, estou chamando todas as categorias e estamos discutindo isso, para que não se crie mais nada dentro da pesca que não tenha o aval dos pescadores, das pescadoras, dos próprios aquicultores, do pessoal da carcinicultura. Sempre que se criar um decreto, uma legislação, que se chame alguém do movimento.

Nós criamos lá os grupos de trabalho, Senador, que vão mandar vários colegas de vocês, pescadores, aqui para Brasília. E tudo o que nós construirmos, que seja a coisa mais justa. É o mínimo que nós temos que fazer pela categoria, até pelo respeito, e sempre estar à disposição de vocês.

Questão de manejo, o Deputado colocou aqui. Pessoal, manejo não tem nada a ver com defeso. Manejo que vocês conhecem, Mamirauá, especialmente do Arapaima gigas. Vamos poder falar tecnicamente, vulgarmente do pirarucu. Também sou técnico da área. Esses manejos têm que ter legislação específica.

Por que o pirarucu? Como é um animal considerado em extinção no passado... Hoje nós já vemos, onde há os manejos, o tanto que se repova desse animal, que está praticamente em abundância. Eu tenho bacias lá na região do Acre que se chamam bacias do Rio Abunã, aonde praticamente não existia esse peixe. Quando se abriu o defeso, esse peixe praticamente dominou todas as outras espécies, porque é um peixe carnívoro muito grande. Então as espécies menores, esse animal praticamente dizimou todas. E vejo para cá, na região do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste, a introdução desses nossos peixes carnívoros da Bacia Amazônica, como o tucunaré, que está em Fortaleza e até aqui, no Lago Paranoá, causando esse impacto.

Mas a questão do manejo, deve-se entender que é uma legislação específica pela qual é autorizada uma quota pelo Ministério do Meio Ambiente, mas também, Deputado, está aberta a pauta para os movimentos que trabalham com manejo, no sentido de pedir novos estudos e aumentar essa quota. Mas essas demandas sempre vêm da ponta. Nós temos que discutir isso junto com os nossos pescadores, porque são eles que enten-



dem a realidade da ponta. Costumo dizer que cada cidadão é doutor no que ele faz. Não adianta pensar que é doutor em alguma coisa que não é a sua realidade lá na ponta. E no setor pesqueiro, para mim, quem é doutor são os pescadores, porque eles conhecem toda essa parte política. Nós temos que pegar essas informações e transformar em política pública verdadeira.

Questão das piracemas. É onde entra o defeso, piracema de reprodução. Temos as piracemas atroficas. É quando o animal percebe, na Região Amazônica, com quase tudo seco, que vai secar. Eles entram na calha do rio e migram. Chegando lá na frente, essa não é migratória.

Pela legislação, qualquer tipo de migração está sujeita à proibição de ser capturado, porque é um meio de defesa. E acredito que os pescadores têm essa consciência. Os órgãos de fiscalização acompanham. É claro que alguns colegas nossos se excedem nisso, mas faz parte da gestão que cada um responda pelos seus atos.

Então, na minha vinda, hoje, junto a esta audiência pública, representando o nosso Ministro, o nosso Ministério, espero ser esclarecedor. Provoquem-me em tudo o que for preciso. No que eu puder ajudar, irei fazê-lo.

Quanto à questão do defeso retroativo, isso é uma coisa de legalidade. Acho que a nossa discussão está sendo pautada. E, se for de direito, com certeza, eles irão receber; se não for, vamos trabalhar também, para que seja de direito.

Acho que é preciso ser justo. Não era para ter deixado acontecer isso na época. Acho que o movimento deixou a desejar. Está certo, pessoal?

Obrigado.

Estou à mesa à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. Sami Pinheiro de Moura, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ele mostrou que conhece a área, que é pescador. Para nós, é sempre importante ouvi-los aqui.

O senhor pode ter certeza disso. Lá no Rio Grande do Sul, no meu Estado, também há pescadores. Eles sabiam desta audiência e estão lá assistindo pela Internet o debate que os senhores estão aqui fazendo. Todos estão fazendo uma fala muito esclarecedora, apontando caminhos.

Quero cumprimentar V. Exª também, pela forma. O nosso Deputado que está à mesa, representando a Assembleia Legislativa do seu Estado, quer só fazer uma colocação rápida.

Daí, passo à conselheira do Conselho Pastoral dos Pescadores.

O SR. DERMILSON CARVALHO DA CHAGAS – Senador, só para complementar, porque acabei deixando isso passar, que a Portaria nº 192, no art. 2º, diz assim:

“Durante o período de suspensão, estabelecido no art. 1º, será realizado cadastramento dos pescadores artesanais pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.”

Até hoje, isso não aconteceu. Outro agravante: até hoje, não aconteceu nenhum cadastramento. Então, nem isso eles cumpriram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. É bom esclarecer, para que não fique dúvida.

Estou muito tranquilo aqui, pessoal. Não importa. Que errou, errou. Não interessa se é do Governo anterior ou do atual. Quanto a isso, pode ficar tranquilo. Sou um mediador aqui, e todos só queremos o bem do pescador. Tenho certeza absoluta.

Pode falar.

O SR. SAMI PINHEIRO DE MOURA – Senador, sou considerado, na minha região, como o “Sami da pesca”. (Risos.)

Acho que vários colegas já ouviram falar, colegas de movimento. Então, tenho um compromisso enorme com o setor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Vamos pensar no coletivo.

Passo a palavra agora para Maria José Honorato Pacheco. Ela fala pelo Conselho Pastoral dos Pescadores.

A SRª MARIA JOSÉ HONORATO PACHECO – Bom dia a todas e todos. Saúdo a mesa, em nome do Senador Paulo Paim.

O setor da pesca está precisando muito do comprometimento do Senado, do Congresso Nacional, porque a situação está muito difícil no âmbito do Executivo.

Queria só dizer a V. Exª o seguinte: nós pensamos que o órgão ambiental e também o órgão que, à época, era de fomento da pesca (MPA)... Na verdade, a portaria já é na inauguração da entrada do mapa responsável pela pesca.



Então, para mim, é um ato de grave responsabilidade suspender essas portarias de uma forma incoerente.

Então, o que acontece? Essa é uma situação impensável, pois essas portarias suspendem o defeso para depois avaliar. Isso a gente sempre questionou junto ao órgão ambiental. Estamos num País que tem uma legislação ambiental vigente que se pauta pela prevenção, pela precaução, e esses princípios todos foram burrados. Aí a gente pensa que isso foi um ato de extrema irresponsabilidade. Primeiro, suspende, depois avalia. Suspendeu para avaliar, deveria ser o contrário, não é? Avaliar e, a partir das avaliações dos estudos, fazer os ajustes necessários, até porque os próprios pescadores e pescadoras fazem crítica a determinados aspectos do seguro-defeso, períodos que não correspondem à época de reprodução e algumas datas não são adequadas.

Então, há, sim, a necessidade de um processo de avaliação, inclusive até de outras espécies que precisam de defeso e que não são cobertas em algumas regiões. Essa já é a primeira coisa, acho que é a gravidade, do ponto de vista da política ambiental.

Outro aspecto é a gente perceber que, desde o ano passado, mas este ano está se agravando, há uma perversidade nas políticas de ajuste fiscal, que pesam sobre os pescadores. Infelizmente os pescadores são uma das categorias escolhidas para serem sacrificadas, em nome do tal ajuste fiscal. Isso está por trás. E a gente não entende por que esta categoria,...

Se o País deveria avaliar as grandes fortunas, deveria taxar as fortunas, deveria fazer uma revisão na política tributária. (*Palmas.*)

A gente deveria fazer, há várias coisas que a gente deveria fazer antes de tirar aquelas políticas sociais, ambientais, que garantem a biodiversidade no nosso País e que garantem também os direitos das comunidades.

Então, os pescadores e pescadoras são categorias profissionais, mas também são comunidades tradicionais, então também devem ter vários direitos garantidos. Como minha companheira Josana já colocou aqui, é o Estado que obriga as comunidades a não fazerem determinada pesca, pensando na sobrevivência no futuro, tanto da pesca, tanto da biodiversidade, quanto também da própria subsistência das comunidades. Aí o Estado vem, de forma imediata, sem discussão, e suspende essas portarias. E, depois, as razões que foram colocadas são razões que nunca nos convenceram.

Alguns movimentos participaram de um processo de discussão, e esse processo também ainda não aconteceu a contento. Ficou certo de que aqueles processos de discussões depois seriam feitos em outros momentos, e depois haveria um processo de consulta. O que a gente percebe é que, na verdade, foi um artifício que preponderou sobre o ambiental e sobre o social, a política econômica, e foi um artifício de suspender, naquele período, o pagamento dessas comunidades.

Outra situação dos pescadores e das pescadoras é sobre seus direitos. Uma situação que a gente coloca para o senhor é que a gente deveria inclusive participar de forma mais incisiva sobre o Supremo.

A nossa assessora jurídica, inclusive que ajudou bastante os pescadores a pensar esse processo, levanta que a gente teve uma situação de insegurança. Os pescados ficaram em uma situação de insegurança jurídica porque, se a gente lembrar como ocorreu, a portaria foi lançada, a portaria suspendendo as outras portarias; aí a Câmara a suspendeu – então, voltaram a estar vigentes as outras portarias –; depois, o Supremo Tribunal Federal, de novo, a manteve; depois, através do Ministro Lewandowski; e, depois, houve a suspensão novamente pelo Ministro Barroso. Então, só para dizer assim: nesse período, os pescadores e as pescadoras não sabiam o que fazer, se pescavam ou se não pescavam.

Então, assim, há uma situação aí colocada que eu acho que o Estado precisa, sim, pagar esse defeso a esses pescadores porque as comunidades, os pescadores e as pescadoras, não sabiam se pescavam ou se não pescavam. Inclusive há ocorrências, o pessoal tem as provas de autuações do Ibama que apreendeu redes, com violência inclusive, e que multou pescadores nesses momentos que estavam suspensas. Então, assim, você criou um quadro de insegurança jurídica para essas comunidades.

Só que eu queria dizer que esse quadro de violações dos direitos dos pescadores e pescadoras, para além da questão do defeso, se agrava com a situação já do Ministério da Pesca antes e, agora, com o Mapa, a situação está agravada à décima potência, se a gente pudesse até usar outros indicadores de elevação do problema.

Então, só para dizer: o Ministério da Pesca – Josena já apresentou alguns números aqui – cancelou 279 mil carteiras, a maioria de pescadores e pescadoras artesanais verdadeiros e, depois, suspendeu este ano. Há mais de 200 mil que estão atrasadas, então pessoas que precisam – podem acontecer acidentes, pode ter morte –, e que têm direitos à Previdência, direitos previdenciários, estão impedidas ao acesso a esses direitos.

Ainda, por cima, criaram também um programa que chamam de manutenção. Esse programa não funciona, e criaram coisas mirabolantes: os pescadores, na data de aniversário, todos os anos, têm que renovar esse RGP. Então, assim, para uma categoria simples, muitas cidades estão muito distantes da cidade e não têm sequer acesso à energia, que dirá à internet, os pescadores têm uma vez por ano. Isso está criando uma situa-



ção que, por sua vez, nem o Ministério da Pesca não tinha estrutura para poder atender a esse serviço. Então, quando o pescador desavisado não faz a sua manutenção um mês depois da sua data de aniversário, a sua carteira é suspensa. Ele tem que fazer a manutenção só na superintendência. Só que nem antes não se tinha estrutura para receber esses pescadores que dirá agora que, com a ida do MPA para o Mapa, não tem estrutura, não tem funcionário, não funciona nada.

Então, estamos em uma situação de descalabro do setor da pesca, de desmonte e de extremas violações aos direitos dos pescadores e pescadoras no Brasil.

Para acrescentar, então, agora, o MAPA fez a suspensão de 186 mil carteiras. Quando suspende, ele acho que isso é de forma até irônica, que os pescadores poderão ir até a superintendência para sair da situação, os verdadeiros pescadores. Agora, como se o MAPA não está conseguindo dar conta de responder às situações dos pescadores na Bahia? A Nega vai falar aqui, Marizelha vai falar sobre o número. Então, como é possível? Acho que o MAPA deveria não suspender mais nenhuma carteira porque não tem as condições de responder esse número de pessoas.

Então, o que estamos vendo é que é uma estratégia maquiavélica dos órgãos para que os pescadores fiquem em situação de suspensão, não tenham como atender, e essas pessoas não possam ter direito nem ao acesso ao defeso, nem aos seus direitos trabalhistas e previdenciário. E assim tem sido a estratégia de diminuir o acesso aos recursos. Enquanto isso, todo mundo já falou das situações outras no Brasil que acontecem, para aonde os recursos realmente estão indo.

Então, acho que a gente deveria também fazer um mandado de segurança sobre essas suspensões que o MAPA tem feito, porque ele não tem condições de fazer essas suspensões já que não consegue dar as condições para que os pescadores façam o processo de cadastramento, de revisão de tudo isso que está acontecendo. Isso é um caso muito grave que merece bastante...

Eu queria, por fim, pedir ao senhor que solicitasse aos órgãos ambientais e ao MAPA também, tecnicamente, os estudos que os embasaram para que fossem feitas as suspensões nesses Estados. E quais são as razões técnicas, inclusive dados, porque uma coisa que se soma a isso é que, no Brasil, desde 2007, não temos levantamentos reais de dados sobre a pesca; temos apenas projeções. Não temos estatística pesqueira, então, como é possível avaliar os estoques, os impactos do defeso, mudanças, necessidades também sem dados da produção? Vivemos um momento caótico da pesca, já vivemos há alguns anos.

Esperamos que esta audiência possa surtir efeitos, para que possamos avançar nesse sentido. E eu queria pedir ao senhor que solicitasse aos órgãos ambientais os dados científicos, os estudos e avaliações que ensejaram essa suspensão da portaria e que também foram feitas após a emissão dessa portaria que suspende todas as outras.

E ainda, só para concluir, também precisamos ter precaução para o processo, porque sabemos que a intenção é avaliar todos os outros defesos. É preciso mudar de método nesse processo de avaliação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria José Honorato Pacheco, Conselho Pastoral dos Pescadores. Na sua pessoa, neste momento, cumprimento todos os oradores pela precisão que mostra que aqui é quem conhece mesmo, ninguém está chutando nada.

E a frase marcante para mim, que você deixa aqui, se querem, realmente, fazer uma coisa correta, certa, não é primeiro retirar o direito para depois avaliar se há ou não. Primeiro, fazer uma avaliação para, depois então, mediante avaliação, ter justificativa. E eu me comprometo a fazer esse pedido que você encaminhou, aqui no final, dados e avaliação do porquê da suspensão dos direitos. Depois, a gente pode ver a redação correta aí, de acordo com a nossa conversa.

Agora, passamos a palavra à Marizelha Carlos Lopes, Articulação das Mulheres Pescadoras – AMP.

A SRª MARIZELHA CARLOS LOPES – Bom dia a todas e a todos.

Só para complementar o pedido de Maria José, porque é importante para nós sabermos, Senador o quanto que essas medidas tomadas trouxeram economia para os cofres públicos, porque estão tirando os nossos direitos e a gente não sabe o quanto isso ajudou para sair dessa situação de crise em que o País está. Segundo o que a gente entende, na nossa opinião, isso é zero. A gente não criou essa situação, então, com certeza, todas essas medidas que têm causado muito impacto para a vida da gente, para a nossa cultura, para a nossa atividade, com certeza isso é nada para, na verdade, quem são os responsáveis por isso. Então, a gente tem o direito também de saber o valor dessas medidas que estão sendo tomadas, que a gente entende como violação de direitos.

Na verdade, eu vou mais trazer a situação que a gente está vivendo na Bahia. A gente está muito preocupada com essa situação. As nossas companheiras já trouxeram nas suas falas a preocupação em nível nacional, mas eu vou focar, neste momento, para a situação que a gente está vivendo agora na Bahia.



Há a portaria de defeso do camarão e, em momento nenhum, fomos comunicados dessa decisão, dessa medida que foi tomada. Todos os pescadores e todas as pescadoras deram entrada no defeso e fomos surpreendidos quando mais de 19 mil defesos foram indeferidos. Diziam que o motivo do indeferimento é que os pescadores não estavam no sistema, porque, o sistema pedia que o pescador dissesse a espécie, que tipo em que se enquadrava, aqui no caso crustáceo, e aí tivemos, até agora, mais de 19 mil defesos indeferidos.

E essa é uma situação mesmo muito difícil, porque a gente está... No recôncavo, há alguns Municípios que estão praticamente quebrados por conta dessa situação dos pescadores que têm uma forte influência na economia, no comércio. Há muitos pescadores e pescadoras que pegam esse dinheiro, garantido que vai receber o defeso, emprestado na mão de agiota.

Então, o agiota compra o defeso desses pescadores. E, como esses pescadores não puderam pagar, estão sendo ameaçados de morte. São pescadores cujo material de pesca – canos, redes – já foi pego para sanarem a dívida junto ao agiota. Há uma pescadora cujo cartão Bolsa Família foi tomado até ela pegar todo esse dinheiro do defeso.

Uma situação muito difícil que nós tivemos: perdemos, num temporal de junho, no dia 15 de junho, um pescador que saiu para pescar naquele temporal. Ele, antes de sair, disse à família que não podia ficar em casa. Acabou morrendo afogado por ter tido que enfrentar essa situação. Tantos outros pescadores perderam o material, as canoas, porque tiveram que enfrentar situações semelhantes ou estavam sendo pressionados pelo comércio – muita gente compra fiado tal – e também pelo agiota.

Fizemos manifestação no dia 16 e 17 de junho e, ao chegar ao MAPA, fomos surpreendidos. Os funcionários foram demitidos. Não há funcionário. Só há três pessoas lá terceirizadas no MAPA, que estão fazendo pouca coisa. Não recepcionam os pescadores para tirar carteira, nem para dar informação. Está tudo parado. E, então, a gente ficou dois dias no MAPA, sem ter com quem falar.

Mas a gente, já no último dia, conseguiu fazer um contato com o Dr. Sami, que estava entrando naqueles dias como secretário, tomando posse como secretário. Só que, até hoje, não foi resolvido o problema dos pescadores.

Nós não fomos, em momento nenhum, informados de que iria ser indeferido. Tampouco fomos comunicados dos critérios que acarretaram isso. A decisão que eles tomaram: simplesmente indeferiram o direito de quase 20 mil pescadores e pescadoras.

E, aí, a gente vai para o INSS. O INSS diz que está esperando os dados da manutenção do MAPA. O MAPA, por sua vez, não passa. E veja a situação que estamos enfrentando há três meses, sem ter como resolver.

Outra coisa que eu gostaria de ressaltar é que o RPG está atrasado. Desde 2012, são mais de 200 mil pescadores e pescadoras impedidos de exercer sua atividade, porque eles fazendo isso na ilegalidade, porque estão atuando na ilegalidade. Há uma exigência do Ibama que os pescadores tenham uma carteira que serve com licença que lhes permite pescar.

Então, são muitos pescadores e jovens pescadores cujo material de pesca está sendo tomado com certa violência, ficando proibidos de pescar.

Temos chamado a atenção do Ministério da Pesca, enquanto ainda era ministério. A gente continua cobrando. Várias mobilizações a gente tem feito, e não tem tido resposta.

Outra coisa que os companheiros também já disseram é o fato de que as superintendências... O senhor conhece o Estado do Pará, o Estado da Bahia. O senhor sabe como é distante uma região da outra. Então, para chegar do extremo sul da Bahia até Salvador, onde estão as superintendências, percorre-se uma grande distância. E esses pescadores, quando têm suas carteiras, suas RGP's canceladas, têm que vir pessoalmente. Para virem do extremo sul rumo a Salvador, os pescadores gastam mais de R\$300. A quantidade de pescadores que vai ter essas carteiras canceladas – por enquanto estão suspensas – vai ser alta.

Eles não discutem com os trabalhadores as possibilidades, nem apresentam suas propostas de caça aos falsos pescadores e, então, cada vez mais, a gente tem ido para essa situação, que está muito difícil.

A gente vive, infelizmente, num País que nos deixa transparecer que há um racismo institucional muito grande. Então, são dois pesos e duas medidas. Como os companheiros já disseram, primeiro deviam fazer a investigação para depois tirar os direitos de quem realmente está devendo. Aqui no Brasil, é o contrário. O que a gente tem visto é que, para os pequenos trabalhadores, tomam-se decisões radicais, violam-se os direitos. Nós que temos que ficar nessa luta para podermos conseguir provar que somos verdadeiros pescadores e que estamos exercendo nossa atividade.

Com relação à caça aos falsos pescadores, ninguém fique surpreso se, ainda assim, aumentar o número de pescadores. Há muitos pescadores. Quem conhece Salvador, por exemplo, deve saber que tivemos uma reunião numa comunidade chamada Aratu, que fica na suburbana Salvador. A gente foi para uma reunião quarta-feira, com quase 50 pescadores e nenhum deles tinha carteira de pescador porque não conhecia seus



direitos. Mas a tendência é aumentar o número de pescadores. E ali não está falando só de falsos pescadores. Há muitos pescadores, por exemplo, na Amazônia que, com certeza, ainda não sabem que têm direitos previdenciários e que, para tanto, precisam de alguns documentos. Mas pode aumentar esse índice à medida que a gente vai tomando conhecimento dos nossos direitos.

O Brasil infelizmente não tem tratado do nosso povo, levando em conta a diversidade, não tem tratado essa questão dos pescadores levando em conta que nós somos vários povos. O Brasil é composto por vários povos.

A gente precisa ter mais responsabilidade ao tomar medidas que achamos que estão corretas, sem levar em conta que essas medidas podem continuar violando direitos.

No Nordeste – a gente atribui à questão racial –, quem são esses pescadores e essas pescadoras? Isso também tem que ser levado em conta. Na sua maioria, são mulheres e homens pretos e pretas, cujos direitos estão sendo violados e que historicamente foram muito discriminados.

Então, tem muita coisa em jogo. A gente está vivendo um racismo, tanto da cor, quanto institucional. A gente está vivendo um racismo.

Então, a gente, Senador, fica muito feliz com essa preocupação do senhor que se atenta ao que está acontecendo com a gente, porque o nosso povo historicamente, que contribuiu muito para esse crescimento e desenvolvimento, está abandonado. O que seria do Brasil se não fôssemos nós, pescadores, quilombolas, indígenas, porque é exatamente ainda nesses setores onde há um pouquinho de preservação. Se não fosse isso, se não fosse a nossa resistência, com certeza a questão ambiental estaria muito mais difícil.

E o próprio Ministério do Meio Ambiente tem consciência disso. E aí o Secretário do MAPA coloca que aqui era para estarmos bem mais representativos. Eu gostaria de chamar a atenção para dizer o seguinte: não foram poucas mobilizações e ocupações que a gente fez ao longo desses anos. Nós, em 2013, ocupamos o Ministério da Pesca e não foram poucos pescadores que fizeram isso. Nós, do Movimento dos Pescadores e a Articulação Nacional de Mulheres, fazemos parte da Via Campesina. E não foram poucas articulações conjuntas que a gente fez.

Agora, o que está acontecendo no Brasil é que a gente levou um choque, na verdade. Quando a gente sofreu o golpe, procuramos nos reorganizar. A gente tem que voltar a fazer trabalho de base, intensificar o trabalho de base, para chamarmos a atenção. Agora, não fiquem surpresos porque ou vocês vão resolver a situação dos pescadores ou a gente vai fazer, sim, um levante da pesca artesanal. *(Palmas.)*

E vamos juntar toda a categoria que representa os pescadores e vamos fazer uma grande marcha, aqui em Brasília, para chamar a atenção de vocês para a quantidade de pescadores artesanais que temos no Brasil. Antes da bagunça que está sendo feita, de quase 600 mil pescadores sendo impedidos de exercer seus direitos e violando direitos dos nossos pescadores, temos, aqui no Brasil, mais de 1,5 milhão de pescadores registrados, que têm RGP e tal.

Então, a gente entende que, mesmo que fossem menos, temos direitos; mesmo que sejam menos, temos que continuar. Vocês têm que respeitar esse povo com mais dignidade, com mais humanidade, porque nós ainda contribuímos, e muito, somos nós que asseguramos a soberania alimentar do nosso povo.

Então, a gente precisa de mais respeito ao conduzir certos processos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi Marizelha Carlos Lopes, da Articulação das Mulheres Pescadoras, que fez uma série de denúncias, da maior gravidade, desde agiotas, pegando até a pesca, canoas, cartão do Bolsa Família. E um empurra para o outro, mas não decidem nada, enfim, as esferas do governo.

E traz um fato que não é novo, mas não tinha sido ainda comentado, que é o racismo disfarçado. Sabemos que a pobreza tem cor nesse País, e a cor é preta, é a nossa cor. E, por isso, muitas vezes, a gente não avança.

A gente não avança, por exemplo, em tributar grandes fortunas, como foi dito aqui, tributar grandes heranças. Há uma dívida ativa da União – e isso é dos poderosos – de R\$1,5 trilhão, e isso não avança.

Só no ano passado, segundo os auditores fiscais, nos primeiros seis, sete meses, nós perdemos de arrecadar R\$250 bilhões. Eu falo isso porque estou no debate profundo da Previdência, e os dados são... Há outros caminhos a não ser, que nem no caso aqui, tirar o salário básico dos pescadores para, depois, investigar. Então, é fácil tirar de quem não tem. É como agora, por exemplo, falam que a Seguridade está falida, mas a DRU vai tirar R\$120 bilhões da própria Seguridade. Quer dizer, são contas que não fecham. Por isso, meus cumprimentos pela sua fala, e vamos, depois, tratar dos encaminhamentos.

Eu passo a palavra agora para o representante das colônias dos pescadores do Acre, Dr. Wagner Álvares de Souza.

O SR. WAGNER ÁLVARES DE SOUZA – Bom dia, Exmº Senador Paulo Paim. Bom dia a todos. Um bom-dia especial a meu amigo Sami Pinheiro de Moura, pescador do Acre e hoje representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



Discutiu-se aqui a ausência das entidades do movimento e tudo mais, só que eu acredito que essa ausência se dá em razão da grave crise econômica que assola todas as colônias de pescadores, em todos os Estados do País. Posso falar com muita propriedade do Estado do Acre, onde estou presente e participo: existem colônias que estão com as portas fechadas porque não há condição econômica para mantê-las.

Discutiu-se até agora a questão principalmente do seguro-defeso. Só que eu gostaria de levantar uma bandeira *a priori* que diz respeito aos demais benefícios previdenciários. Os representantes do Ministério da Previdência, Leonardo e Rodrigo, foram embora e deixaram um outro representante aqui. Não se discutiu nada a respeito da aposentadoria rural para os pescadores, que eu acho que é muito importante. Ouve-se falar na televisão que o Governo pretende elevar a idade de todos os segurados e fatalmente os pescadores artesanais, juntamente com os trabalhadores rurais e segurados especiais, sofreram tal medida. Então, depois eu gostaria de um posicionamento, se há algum estudo, alguma coisa que o representante do Ministério da Previdência possa nos esclarecer que é muito importante.

Referente ao seguro-defeso, referente à Portaria Interministerial nº 192, vou pedir licença para vocês que eu vou trazer alguns fatos que estão em cima da decisão, da liminar do Ministro Barroso que são muito importantes. É inegável que a portaria tem caráter mais estritamente fiscal do que administrativo para que seja feito o cadastramento ou que seja determinado um novo período do seguro-defeso. Tal medida foi tomada sem nenhum prévio estudo, conforme relatório do Ministério do Meio Ambiente acostado aos autos.

A portaria ministerial, a meu ver, é temerária e é inconstitucional. Temerária por quê? Porque ela fere diretamente o princípio da precaução, pelo qual o Poder Público é responsável por manter e preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. E a pesca está ligada à subsistência de todas as pessoas de todas as regiões. Assim como a agricultura de subsistência é um dos alicerces do nosso País, a pesca artesanal, a pesca de subsistência é um alicerce também, principalmente na Região Norte, onde eu e muitos dos representantes aqui presentes residimos. Todas as cidades de todas as regiões, todos os Municípios dependem diretamente da pesca artesanal para a sua manutenção.

O Governo alegou fraude, só que não apresentou nenhum número que possa embasar essa alegação. E o Barroso trouxe, com muita propriedade, no deferimento da liminar, alguns temas que eu gostaria de expor aqui para vocês. A questão é a seguinte: o Ministério da Fazenda verificou um aumento do valor do pagamento do seguro-defeso, utilizando como base um estudo do Ipea onde teria sido identificada uma diferença de 309 mil seguros-defeso levando-se em consideração o ano de 2010. Contudo, em nota, o Ministério do Meio Ambiente justifica o aumento desse valor pago a título de seguro-defeso em razão de dois pontos principais: primeiro, o aumento do número de espécies protegidas em consequência da piora da situação ambiental; segundo, a decisão política de ampliar o rol dos beneficiários do seguro, pois se reduziu de três para um ano de registro o prazo de carência e, também, porque se permitiu o acesso ao benefício aos que trabalham na confecção e reparo de artes e petrechos de pesca, bem como àqueles que realizam reparos nas embarcações, de acordo com a Lei nº 11.959, de 2009.

Então, se houve um aumento do seguro-defeso, foi porque o próprio Governo autorizou a redução de três para um ano o período de carência e também porque ampliou a cobertura para o pessoal de apoio. Então, não houve fraude por parte dos pescadores, e, sim, por norma política. Houve o aumento? Houve, mas houve aumento do número de segurados.

Como a representante do Movimento dos Pescadores disse, ela gostaria de saber o valor que houve de redução para os cofres públicos. O valor apurado foi de R\$1.615.119,00 referente ao pagamento do seguro-defeso, e também cerca R\$3 milhões, que seria o custo operacional do INSS para fazer o pagamento do seguro-defeso.

Então, diante desses números, tem-se claramente que o Governo tem fins estritamente econômicos, e não de preservação do meio ambiente, e também prejudica diretamente as economias locais e os pescadores que, como já dito, estão endividados.

Dessa forma, resta claro e evidente que a portaria, como já disse o nobre Deputado Estadual Dermilson Chagas, já houve o seu fim, deveria ter sido pago. A liminar concedida pelo Ministro Luís Barroso, em 11 de março, determinou o pagamento do seguro-defeso, só que o INSS, ao regulamentar isso, editou o Memorando-Circular nº 10, que determinou o pagamento dos benefícios do seguro-defeso somente para as pessoas que teriam direito a mais de 30 dias. Na maior parte das regiões, venceria dia 15 de março, a decisão foi do dia 11 – então, só teriam quatro dias – e abrangeu apenas a região de Roraima, com 111 dias; Ilha de Marajó, 50 dias; Ceará, 50 dias; Bahia, 142 dias, como a nossa amiga disse que teve cerca de 19 mil benefícios que foram negados; e também Espírito Santo, com 111 dias.

Tal decisão do INSS fere diretamente a Constituição. O art. 5º determina que todos são iguais perante a lei. Então, não pode haver distinção para pagamento de determinados pescadores de uma região em detrimento



de outros. Então, é inevitável que, quando do julgamento dessa ADI, os ministros do Supremo Tribunal Federal determinarão a retroatividade da norma, pagando-se o seguro-defeso referente ao ano de 2015.

Agora, em especial, eu gostaria de trazer para vocês uma notícia do Estado do Acre. O Estado do Acre, desde 2014, vem sofrendo pelas mudanças climáticas. Em 2014, houve uma alagação muito grande no Rio Madeira, que prejudicou os pescadores da região do Abunã; no ano passado, nós tivemos enchente histórica em Rio Branco; e, este ano, nós temos uma seca histórica em Rio Branco, e, além da falta do pagamento do seguro-defeso, os pescadores sofreram com o excesso de água e hoje estão sofrendo com a falta de água. Então, vocês podem ter certeza de que todos estão passando por severas dificuldades. Certo?

Para finalizar aqui o meu pronunciamento, foi editado pelo INSS a IN nº 83, de 18 de dezembro de 2015, que determinou as regras para o pagamento do seguro-defeso: algumas coisas novas; outras, não. Houve evolução porque, agora, o pescador que recebeu o benefício salário-maternidade ou auxílio-doença também poderá receber o seguro-defeso; até então, não podia. É louvável e justificado pelo Governo Federal a transferência da competência do pagamento do seguro-defeso para o INSS. Afinal, é o órgão que concentra todo o poder de pagar e fiscalizar as contribuições previdenciárias e, justamente, evitar fraudes.

Só que, em referida norma, estipulou-se que, para que a pessoa receba o seguro-defeso, ela não poderá receber nenhum benefício da prestação continuada ou assistência social, exceto auxílio-doença e pensão por morte.

Inegavelmente, aquelas pessoas carentes que estavam recebendo o benefício Bolsa Família terão que escolher entre o recebimento do seguro-defeso ou o Bolsa Família.

A meu ver, essa norma está errada, porque o benefício seguro-defeso tem legislação própria, está previsto na Constituição. O Bolsa Família não é definitivo; é um programa do Governo de inclusão social. Então, esse programa é que deveria delimitar as normas.

Apesar de ter sido aprovado pelo Congresso Nacional, a meu ver, essa norma é inconstitucional; é um ponto sobre o qual, depois, eu gostaria que o representante do Ministério da Previdência Social também manifestasse o seu entendimento.

No mais, gostaria de agradecer a todos. Espero que as discussões desta audiência pública sejam levadas ao Supremo Tribunal Federal, que foi informado de que o julgamento da ADI nº 5.447, que discute a respeito do seguro-defeso, será no dia 12 de agosto. Então, deveríamos fazer algo rapidamente para que seja encaminhado e possa alicerçar a decisão dos nossos Ministros.

Somente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Wagner Álvares de Souza, representante das Colônias dos Pescadores do Acre, que também deu uma belíssima contribuição, com dados, números, apontando essa questão de que não se contrapõe o seguro-defeso com o Bolsa Família! É um debate que nós fizemos inclusive aqui no Senado, já com a sua presença outra vez.

Pois não.

A SRª MARIA JOSÉ HONORATO PACHECO – Todos os pescadores que tiveram o defeso indeferido na Bahia tiveram também o Bolsa Família suspenso. Então, para piorar a situação, não receberam o defeso, nem o Bolsa Família.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos convidar o Dr. João Paulo a usar da tribuna para que possa responder alguns questionamentos que foram aqui feitos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já havia assegurado quando eu comecei a falar e me disseram o seguinte... Esse é, às vezes, os problemas das plenárias... Foi o que eu recebi aqui da Mesa. Os que pediram para falar me disseram: “Vamos agora encaminhar!” Os que pediram para falar foram indicados à Mesa. Eles nos procuraram e nós colocamos na lista.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu havia feito já o encaminhamento, quando eu iniciei os trabalhos, de que eu permitiria que a plenária também, – o senhor está correto e eu estou apenas explicando – fizesse algum questionamento. Então, nós vamos manter a minha orientação original para a sua tranquilidade. Nós vamos permitir que a plenária também faça alguns questionamentos. *(Palmas.)*



Com a palavra João Paulo, do Ministério da Previdência.

O SR. JOÃO PAULO DOS SANTOS SILVA – Quanto tempo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem o mesmo tempo de todos os outros, 10 minutos.

O SR. JOÃO PAULO DOS SANTOS SILVA – Certo. Serei rápido, só para tratar dos questionamentos que foram feitos com relação ao benefício.

Então, começando do fim dos questionamentos que foram feitos agora: com relação ao Bolsa Família, não é uma previsão da IN 83. Na verdade, é o §1º do art. 2º da Lei nº 10.779. Esse parágrafo foi incluído pela Lei nº 3.134, certo? Então, na verdade ela só reproduz o que foi alterado na legislação, não é uma norma do INSS, é uma alteração na lei do seguro-desemprego do pescador artesanal.

Há uma diferença do Bolsa Família para os demais benefícios assistenciais, porque o Bolsa Família é suspenso no período de pagamento do benefício do seguro-desemprego: ele é suspenso e se retoma o pagamento após o fim do recebimento do defeso.

Outra questão diz respeito à Portaria 192. Não foi o memorando do INSS que definiu os prazos para pagamento. Há um parecer da Procuradoria Federal, definindo o quê? Como foi suspenso o período de defeso, havia a possibilidade da pesca, seja isso questionável ou não – e aí todos da Mesa se manifestaram sobre o tema –, e a possibilidade de pagamento só se daria após a suspensão da própria portaria. Por isso foi mantido o pagamento em Roraima, por isso foi mantido o pagamento na Bahia e por isso foi mantido o pagamento na Ilha do Marajó, que também foi questionado aqui no início, certo?

Com relação ao defeso do camarão na Bahia, que é a IN 14, que não se confunde com o defeso da piracema, eu ressaltaria o que dispõem o §4º e o §5º do art. 2º da Lei nº 10.779:

§4º O Ministério da Previdência Social e o Ministério da Pesca e Aquicultura desenvolverão atividades que garantam ao INSS acesso às informações cadastrais disponíveis no RGP, de que trata o art. 24 da Lei [...], necessárias para a concessão do seguro-desemprego.

§5º Da aplicação do disposto no § 4º deste artigo não poderá resultar nenhum ônus para os segurados.

Esses são os termos da lei. Então, se esses processos foram notificados, há um conceito no recebimento do seguro-desemprego de que não há a figura, como há no benefício previdenciário, do indeferimento em si. Ele notifica, ou seja, ele cria uma pendência para ser efetuado o acerto. Como essa informação depende de outro órgão, ou seja, do acerto do relatório de atividade pesqueira, eu não vejo óbice – e me proponho a levar, então, para o INSS – à possibilidade de se estudar e retirar a notificação desse benefício, sendo que, no ano passado, a gente já teve um avanço no período do camarão: antes, era preciso fazer dois requerimentos, e a gente transformou em um requerimento só. Eu não vejo óbice, mas, levando em consideração a necessidade desse acerto, ela tem que ser discutida, por quê? Porque o defeso é da espécie.

Então, há uma necessidade de que a gente faça o acerto desses cadastros, ressaltando, claro, exatamente isso que diz a lei, o repasse de informação entre os órgãos, desde que isso não cause nenhum ônus para o segurado.

Então, eu me comprometo a ver essa situação relativa à IN 14 lá, principalmente naquela região – a gente sabe a dificuldade dela – que pega Maragogi e Vera Cruz, que é uma região que necessita efetivamente de atenção.

Com relação às questões iniciais que foram levantadas, principalmente sobre o Amazonas, sobre a questão da cobrança, avalio que o Robinson já colocou muito bem que o objetivo dos acordos de cooperação técnica... Inclusive, há no Acordo de Cooperação Técnica um dispositivo que diz que as entidades não poderão cobrar pelo encaminhamento do benefício seguro-desemprego do pescador artesanal. Obviamente, elas podem cobrar por sua filiação, mas não pelo encaminhamento do benefício. O segurado pagar a contribuição para a entidade não é uma obrigatoriedade para que ele tenha acesso nem aos benefícios previdenciários, nem ao seguro-desemprego. Então, o pescador que vai a uma agência da Previdência requerer um benefício não tem a obrigatoriedade de apresentar nenhum tipo de contribuição a nenhuma entidade representativa. Mas o Acordo de Cooperação Técnica – aí, cabe, da nossa parte, uma defesa –, foi um avanço, especialmente para aqueles pescadores de regiões mais distantes.

A primeira região que a gente visitou quando o defeso passou para o INSS, a partir da Medida Provisória nº 665, foi o Amazonas, especialmente a região de Tefé. E, no Município de Tefé, passando pela região do Rio Solimões, a gente teve oportunidade de entrevistar pescadores que gastavam, em média, R\$600,00 em diesel ou um ou dois dias de viagem para chegar à cidade de Tefé para conseguir requerer o benefício. E ele precisava passar em quatro órgãos do Governo: Receita Federal, INSS, Ministério do Trabalho e, na época, Ministério da Pesca, Superintendência da Pesca.



O objetivo do INSS, conforme aquela apresentação que a gente fez do modelo de atendimento, é exatamente acabar com essa necessidade da romaria do pescador para ter acesso a esse benefício. O ACT faz parte disso. Não há uma obrigatoriedade. O nosso objetivo é avançar para um modelo que permita ter esses dados de forma automática, fazendo batimentos e, aí sim, isso garantir a segurança do processo.

Com relação à questão da reforma ou discussão sobre a reforma da Previdência e INSS, como vocês bem sabem, eu não vou lembrar de cabeça o número da medida provisória, mas a parte da previdência passou a fazer parte do Ministério da Fazenda, não há mais o Ministério da Previdência nem o Ministério do Trabalho e Previdência Social. O INSS, nesse sentido, foi para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Então, hoje, as discussões sobre benefícios previdenciários, sobre a legislação de benefícios previdenciários e reforma de benefícios previdenciários não passa mais pelo INSS, ou Ministério da Previdência Social, na medida em que não existe como tal. Essa discussão passa pelo Ministério da Fazenda. Então, efetivamente nós não temos um estudo de impacto da alteração de idade ou alteração de critérios nos benefícios do trabalhador rural.

Quero dizer que a gente está à disposição. São importantes as parcerias que foram firmadas com as entidades nesse último período – certo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO PAULO DOS SANTOS SILVA – Não; o imposto sindical não é obrigatório para o defeso.

Assim como, no começo, em março, abril de 2015, fizemos o movimento de ir às regiões, realizar palestras com os pescadores – e, na época, o tema mais polêmico era a contribuição da guia de previdência social, que, como vocês se lembram, a discussão era sobre se seriam R\$29 ou R\$10, e explicamos a questão dos 2,1% – não há óbice nenhum para que o INSS retorne às regiões novamente e faça uma discussão sobre a questão das entidades e o requerimento do seguro-desemprego do pescador artesanal. Ressalto mais uma vez: o imposto sindical ou qualquer outra forma de contribuição não é obrigatória para o recebimento do benefício do seguro-desemprego do pescador artesanal. E os acordos de cooperação técnica são para facilitar e dar ao pescador a comodidade para esse atendimento, que é algo que já fizemos com relação aos sindicatos rurais nos acordos de cooperação técnica firmados com a Fetraf acerca do atendimento ao segurado especial agricultor. Esse mesmo modelo que estamos buscando com os pescadores é o que temos para as regiões agrícolas onde utilizamos muito o PREVMóvel, enfim, de fato, trata-se de levar a previdência a quem precisa: pescadores, agricultores etc.

Creio que não ficou nenhuma pergunta sem resposta. Para qualquer dúvida, estamos aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, João Paulo. O João Paulo falou pelo INSS, respondendo a questionamentos apresentados à Mesa.

Temos aqui algumas questões, pessoal. Primeiro, não dá para sair da audiência pública, todo o Plenário falando, porque os painelistas representem o Plenário, já que não dá para todos falarem. Segundo, apenas falar sem encaminhar nada não justifica nem vocês terem vindo aqui. Temos que discutir os encaminhamentos, o que vamos fazer daqui para frente. Estou alertando para isso porque temos que terminar esta audiência às 12h30 – essa era a intenção – conforme combinado; agora já são 12h16, vamos passar o tempo naturalmente.

Quero que o Plenário entenda: quando vocês delegam poderes para as duas Mesas falarem, elas representam vocês. De uma forma, digamos, bem democrática de minha parte, sempre abro a palavra para dois ou três do Plenário, mas não dá para todos falarem. Senão, não teria por que formatarmos as Mesas e, depois, consentirmos em que todo o Plenário fale. Nesse caso, eu nem montaria a Mesa e já chamaria todo mundo no Plenário. Sei que vocês entendem bem essa questão. Vou ver quem do Plenário vai falar. Acho que vocês aqui poderiam selecionar em torno de três.

Quais são os que gostariam de falar? Tenho um Vereador aqui, exato. O Vereador fala. Qual outro? Diga o nome.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – José Rosalvo de Souza, vereador. Qual o outro? Raimundo Cirilo. Então, falam esses três, por cinco minutos cada um. De imediato, passo a palavra ao Vereador. Peço muito que fique no tempo combinado.

Vereador Rylder Afonso, do Município de Óbidos.

Eu peço que o pessoal já marque o tempo.

O SR. RYLLDER AFONSO – Sr. Senador Paulo Paim, em seu nome, saúdo todos da Mesa e, em nome do nosso amigo Ronildo, do Estado do Amazonas, que nos convidou para participar desta audiência pública, saúdo todos nas galerias desta Casa.



Sr. Senador e demais convidados que participam desta audiência pública, eu, como Vereador do Município de Óbidos, também ressalto que o nosso Município, no Estado do Pará, e a sua região... Não foram todos os Municípios que foram afetados por essa Portaria nº 192, que foi uma covardia da Ministra Kátia Abreu, na época, suspendendo o seguro-defeso, ficando, assim, muitos pescadores sem receber o benefício que vinham recebendo.

Então, foi muito gratificante quando as pessoas colocaram aqui que já venderam muitas coisas que tinham, que os agiotas tomaram os seus materiais de pesca. Isso, com certeza, é verdade, porque o Estado do Pará, na nossa região do Baixo Amazonas, foi totalmente afetado por essa Portaria nº 48. E nossa amiga Josana, que representa o MPP e que também já fez a sua colocação muito bem, sabe da nossa região, sabe das necessidades por que os pescadores estão passando com essa dificuldade, por não ter saído o seguro-defeso.

Eu tenho comigo que foi uma covardia com os pescadores do nosso Brasil, não só do Pará, mas de todo o Brasil, porque, se fosse para suspender, que suspendesse de forma geral, e não de modo a uns fazerem pouco da cara dos outros.

Então, se nós vivemos em um país democrático, que fossem dadas uma, duas ou três parcelas, ou que se pagasse o seguro, como vinha sendo pago, a todas as pessoas, e não pagando uma parte nos nossos Estados e deixando outras partes sem pagar, assim como foi colocado pela Srª Maria José e todas as outras pessoas.

Outra colocação que eu quero fazer aqui, perante o senhor, que está aí representando, é ao Sami, da Pesca, que falou ainda agora. Quero dizer a ele que a nossa Superintendência, que hoje é a Secretaria da Pesca do Estado do Pará, também tem dois funcionários que, hoje, só fazem protocolar documentos lá na Superintendência, segundo os comentários dos presidentes que estão indo até a Superintendência.

Eu quero dizer também ao Sr. Sami que eu tenho um documento para entregar aqui, do Presidente do Sindicato dos Pescadores do Município de Óbidos, da Vila Flexal e toda a região do Estado do Pará, que, hoje, com certeza, estão nos assistindo e vendo a discussão de todas as pessoas que estão aqui não com interesse próprio, mas com interesse em ajudar os pescadores dos seus Estados que aqui representam. Nos nossos Estados, com certeza, há muitas pessoas passando por necessidades por falta desse seguro-defeso, até hoje, uma covardia que fizeram com todos os pescadores do Brasil.

Peço encarecidamente ao Ministro Barroso e a todos os Ministros que vejam essa situação com muito carinho, com muito respeito a cada pescador. No dia 12, sexta-feira, queríamos saber se realmente é verdade que vai ser julgado esse mérito da portaria, para que todos os pescadores fiquem atentos.

Gostaria que a Globo, uma das emissoras que o Brasil todo assiste, transmitisse e verificasse não só agora, mas cada manifestação já feita durante a suspensão desse defeso, pegando os pescadores, sem saberem o que fazer.

Hoje, a portaria estava ativa; amanhã, já tinha sido derrubada. Hoje, estava funcionando; amanhã, o pescador não sabia mais nem ia para o lago ou se esperava por qualquer decisão, por causa da irresponsabilidade de cada pessoa que é colocada para representar a nossa superintendência, o nosso Ministério.

Quero dizer ao nosso Senador Paulo Paim, através do seu nome, a minha indignação aos Senadores do Estado do Pará. Temos 17 Deputados Federais também no Estado do Pará. Que eles se empenhem na situação do nosso Estado. Temos os Senadores Jader Barbalho, Paulo Rocha e Flexa Ribeiro. Que eles se empenhem em busca desse seguro-defeso no seu Estado para todos os seus pescadores.

Quero entregar aqui ao Sr. Sami este documento, mostrando que, desde 2012, 2013, 2014 e 2015, os pescadores, até hoje, não receberam a sua carteira. (*Palmas.*)

Estão aqui os seus protocolos, Dr. Sami, para que o senhor tome providências a respeito disso no Ministério da Agricultura. Em nome do nosso Presidente do Sindpesca Vila Flexal, quero entregar esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluído o tempo de cinco minutos.

Pode passar aqui e entregá-lo, por favor.

Pessoal, como os Senadores não estão presentes, tenho adotado sempre o critério de que podemos questionar as causas, defendê-las, mas evitar o lado pessoal, até porque ele não leva a lugar nenhum.

Entendi, Vereador, claramente as suas falas, em cima das causas, dirigidas a todos os Ministros deste ou daquele Governo e a todos os Senadores e a todas as Senadoras. Foi só incluída mais uma proposta aqui, para que possamos ampliar o encaminhamento.

Depois do Vereador Rylder, que entregou agora o documento ao representante do Ministério da Agricultura, Sr. Sami, vamos a José Rosalvo de Souza, pescador do Quilombo Rio dos Macacos. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ ROSALVO DE SOUZA – Bom dia a todos e a todas, especialmente na pessoa do Senador Paulo Paim, a todos que compõem a mesa.



Quero, primeiramente, agradecer a Deus, por ter nos trazido a essa viagem em paz, e também ao Senador, pela oportunidade e pelo direito que nos dá de participar nesta plenária, para que cada um possa explanar os seus anseios, o que sofrem nas suas comunidades, devido ao que o Governo e suas instituições fazem com as pessoas, que, na verdade, são seres humanos que precisam ter os seus direitos garantidos, pois a Constituição diz que todos e todas têm o direito. Não importa a altura ou a baixaza que seja, o direito tem que ser garantido, sustentado e não tirado, violado, usurpado das pessoas.

Senador, eu sou quilombola, meu nome é José Rosalvo de Souza, como já está aí, sou pescador, trabalhador rural, extrativista, sou da comunidade Quilombo Rio dos Macacos, ali na transição entre a Cidade de Simões Filho e a capital Salvador, fica no meio das duas cidades, entre a capital e a cidade.

Não vou aqui entrar no mérito do representante do movimento – também sou militante do movimento de pescadores –, que já falou, mas quero aqui, em público, falar e denunciar sobre o que o Governo vem fazendo com a minha comunidade. Por volta de 1945, a Marinha se achegou a essa comunidade, já encontrou a comunidade ali, a comunidade tem mais de 150 anos de existência. Cortou o rio, fez uma barragem por volta de 1960. Expulsou mais de 85 famílias da comunidade. Ali ergueu uma vila com casas, prédios e não vou entrar muito pelo histórico, porque o tempo é muito curto, está passando muito rápido. Trouxe aqui um documento, uma síntese falando de toda nossa realidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. JOSÉ ROSALVO DE SOUZA – ... histórica para o processo como está hoje da comunidade. Já está em toda parte final do relatório antropológico feito pelo Incra, a portaria, tudo pronto. O que a comunidade quer – e aqui estou representando a comunidade –, faço um apelo ao senhor, que possa nos ajudar nesse encaminhamento, que o nosso possa ser inserido nesse encaminhamento cobrando do Governo. Estamos na maior preocupação de que, desde o governo Lula à Presidenta Dilma e agora, da forma que foi... Todo mundo sabe o resultado qual foi, o homem ilicitamente tirou a mulher do cargo e hoje, de uma forma usurpadora, está no cargo, como Presidente, não legitimamente, não por voto. Isso é uma grande desfeita para mim e para todos aqueles que votaram numa mulher com 54 milhões de votos – se não me falha a memória –, ele deu uma rasteira em todos nós. Foi uma grande decepção para nós, como eleitores dela, que foi votada, foi ao trono legitimamente para um cara que não foi votado e estar aí hoje, de uma forma... Digamos assim: roubou o direito constitucional da Presidenta e, ao mesmo tempo, nos deu uma rasteira.

Que o senhor possa, ao ler esse documento, se sensibilizar com ele. Tudo que está aqui, queremos que o senhor possa cobrar desse Governo aí, no caso ele queira nos ajudar ou não, é um direito nosso. Supostamente, da Marinha, como instituição do Governo, saber o porquê de ainda estar prendendo a titulação da comunidade. A comunidade espera ter essa titulação, porque quando se fala de direito negado, a gente ainda constata que estamos dentro de uma senzala. Para a comunidade Quilombo Rio dos Macacos, ainda não terminou a escravidão.

O ir e vir da comunidade é por dentro de uma vila, sempre com todas as violações de direitos ao ir e vir. Muitas mortes já aconteceram e a qualquer momento pode acontecer ainda, porque o nosso ir e vir é por dentro da comunidade.

Tem promessa, desde 2012 para cá, dentro desse processo. Não se cumpriram ainda as políticas públicas dentro da comunidade, que não tem água. O senhor vai ler aqui. Seria bom que tivesse um tempo exclusivo para ler esse documento para todos que aqui estão compreenderem como é esse processo, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor me entrega o documento.

O SR. JOSÉ ROSALVO DE SOUZA – Sim. Está aqui. Vou passar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós já fizemos dois eventos e poderemos fazer outro para discutir só a questão dos quilombolas.

O SR. JOSÉ ROSALVO DE SOUZA – Sim. Então, o que nós queremos é sair de dentro dessa forma de cativeiro. Queremos nosso acesso, nossas políticas públicas. Há 104 hectares que poderiam ter resistência... Não eram só 104, era uma comunidade de para mais de 900 hectares, mas ao entender do Governo, da Marinha e do Incra, só deram 104 hectares. Foi resumido em 301, mas dos 301 ficaram 104 hectares. Recebemos. Vamos ver depois. Mas com tudo isso, a água ficou fora de toda essa política. Então, ser humano nenhum, em qualquer parte do mundo, vive sem água.

A gente pede com muito carinho que o senhor possa ver esse documento e defenda os anseios da comunidade.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Se quiser me entregar o documento aqui, pode vir aqui para fazê-lo.



O SR. JOSÉ ROSALVO DE SOUZA – Sim. Ainda no tempo, gostaria de falar para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O tempo não tem mais, mas pode falar.

O SR. JOSÉ ROSALVO DE SOUZA – Quando se fala do Bolsa Família e do Seguro-Defeso, acho que o Seguro-Defeso é por direito constitucional. E se não é o Bolsa Família... Mas o Bolsa Família é uma ajuda em cima do Seguro-Defeso. São tantas dívidas, como as demais pessoas falaram aqui. E hoje não se tem o direito do Seguro-Defeso, porque suspenderam as carteiras. Então, o Bolsa Família é um complemento em cima disso, para a gente tentar ver que podemos viver numa condição de ser humano e não de uma forma subumana como estamos aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu concordo plenamente e na época houve o debate. Eu defendi, meu amigo... Escute-me aqui um pouquinho. Eu defendi da seguinte forma... Ouça-me um pouquinho, aqui. Eu disse o seguinte, se eu tenho direito ao Bolsa Família e estou pescando, eu tenho direito a esses dois auxílios. Se eu parei de pescar, por que vou perder o Bolsa Família? Então, meus cumprimentos pela defesa.

Nós já fizemos uma audiência sobre essa realidade aqui na Comissão de Direitos Humanos. Estamos dispostos a fazer outra para ajudar nos encaminhamentos.

Uma salva de palmas para a sua fala. Conseguiu, em seis minutos, falar tudo. (*Palmas.*)

Vou deixar o telefone aqui.

Agora, temos aqui o pescador do Baixo Sul, Bahia, Raimundo Siri.

O SR. RAIMUNDO SIRI – Primeiro, eu queria acrescentar a fala do meu companheiro, pescador quilombola, e dizer que ele não instituiu a Presidenta, foi um golpe mesmo. Isso é golpe. Isso é golpe, e dos golpes mais baixos. Eu sou pescador, e a gente sofre na pele essas questões muito claramente.

Mas, antes de falar, eu queria deixar aqui um aviso, Senador Paim, é uma honra para mim conhecê-lo hoje, pela primeira vez, e ocupar este espaço. Quero fazer um convite rápido aqui, antes de me esquecer, para que o senhor faça uma visita àquela região do Baixo Sul, na Bahia de um modo geral, para o senhor ver a realidade; como estão acontecendo as atividades da pesca lá, sendo violadas e sendo assaltadas, principalmente os territórios da pesca.

Eu faço aqui só um registro de um conflito que está acontecendo no Baixo Sul, principalmente no Baixo Sul, aquela região tão bela e tão cobiçada por grandes investidores na área de turismo. Eu faço aqui o registro e vou colocar nomes aqui de um grupo que está se apoderando daquela região muito grande e muito bela. É o grupo – e devo dizer o nome aqui com muita clareza – do Sr. Daniel Dantas, envolvido em falcatruas e em corrupções, que foi preso várias vezes; e um grupo muito recente também – recente no Baixo Sul – que vem atuando no Brasil todo, que é o grupo do Sr. Daniel Dantas juntamente com o Sr. Roberto Marinho Filho, que ocupou um espaço, na minha comunidade, principalmente, de 16km² para um empreendimento imobiliário.

A gente está tentando reaver para a comunidade 1.350 hectares e a gente está tendo dificuldade. É uma ilha oceânica, e a SPU não está conseguindo dar essa titularidade, uma Taus, que é um instrumento que garante o nosso território. A SPU não está dando o Taus, porque ela acha que 1.350 hectares é uma área muito grande para a comunidade. Desses 1.350 hectares, há áreas de pesca, mangue, a comunidade em si e o lugar onde a comunidade faz o extrativismo da mangaba, uma fruta nativa. No entanto, ela está dizendo que é muito grande, mas, para o empreendedor, 16km² de terra é pequeno.

Eu queria também aqui citar o companheiro do MAPA, que, num momento débil de sua fala, diz que, “se é direito que vocês querem, a gente vai lá e dá”. Eu não vejo dessa forma, Sr. Sami. O direito nós já temos, e, infelizmente, este Governo está tirando; está assaltando todos esses direitos.

Quero falar também um pouco só sobre a questão, que já foi dita aqui, do Bolsa Família, para que a pesca também tenha esse direito, dizendo ao companheiro aqui do INSS – e é até bom que os Ministros do Supremo ouçam – que vocês estão tentando cavucar – e o companheiro pescador conhece essa fala – leis lá para tirar direitos, benefícios; mas, em compensação, este Governo está fazendo com que cavuquem leis também para tirar esses benefícios dessas pessoas que estão envolvido na Lava Jato, porque não somos nós, pescadores, que estamos fazendo o rombo na Previdência.

Esse dinheiro, por exemplo, com que se comprou esse empreendimento na nossa comunidade, foi dinheiro público – foi dinheiro público! –, foi o meu dinheiro. E, em compensação, nada disso foi averiguado, nada disso está sendo informado, nada disso está sendo investigado, mas eles continuam recebendo seus salários. Esse pessoal envolvido na Lava Jato está recebendo seus salários, seus benefícios, suas garantias de segurança, de comida na mesa, de roupa de marca, estão sendo bancados pelo nosso dinheiro. Em nenhum momento vocês estão fazendo essa desocupação, essa investigação para retirar tudo isso.



Então, Senador, só para deixar registrada a indignação dos pescadores com relação a essa pouca preocupação do INSS e do MAPA com o pescador artesanal. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Ficou exatamente nos cinco minutos.

Vamos para os encaminhamentos.

Eu vou ler aqui os encaminhamentos em que estão resolvidas as questões. A Comissão vai informar, via ofício, os órgãos competentes sobre o resultado desta reunião, desta audiência. Se não houver pressão, se não houver mobilização, se não houver cobrança, nada vai acontecer. Nós não podemos aqui vender terreno na lua, dar a impressão de que, a partir desta audiência, tudo está resolvido. Não está resolvido. Nós vamos apenas fazer os encaminhamentos:

1) Solicitar ao Ministério do Meio Ambiente os estudos científicos e conclusões que embasaram a decisão pela emissão da Portaria nº 192;

2) Apoiar a decisão da suspensão da Portaria nº 192 do MMA e articular, falar com o Ministro Barroso e outros sobre a audiência com os pescadores junto ao Supremo Tribunal Federal – pelo que entendi, pedir uma audiência com os Ministros para os representantes dos pescadores –;

3) Atuar para rever o Decreto nº 8.425, de 2015, e o Decreto nº 8.424, de 2015, que violam os direitos dos pescadores e pescadoras;

4) Apoiar a derrubada do veto – todo mundo sabe que aqui é difícil derrubar um veto. Eu estou aqui há 30 anos e, a não ser por acordo, nunca se derrubou veto, mas nós vamos trabalhar com esse objetivo, eu votarei assim – ao art. 3º da Lei nº 13.183, de 2015, que restabelece o direito ao defeso, que chamaram de apoiadores – ou seja, a derrubada do veto –;

5) Solicitar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que restabeleça a estrutura de funcionários para atendimento e recepção da emissão dos RGPSs dos pescadores e pescadoras;

6) Solicitar a emissão dos RGPSs atrasados desde o ano de 2012;

7) Apoiar a titulação do Quilombo dos Macacos – é isso, do comandante maior, conforme documento que ele me entregou aqui –;

8) Ampliar o debate no Senado sobre o direito dos pescadores, ir a fundo na reforma da Previdência e discutir os direitos territoriais.

Foi o que me chegou aqui. Se todos vocês concordam, isso será um encaminhamento que nós faremos, mediante ofício, às autoridades competentes, como resultado desta reunião. É claro que as autoridades vão analisar para ver o que entendem que podem ou não fazer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Marizelha.

A SRª MARIZELHA CARLOS LOPES – Uma questão referente ao encaminhamento da situação que está acontecendo lá na Bahia.

O encaminhamento que a gente solicita, tanto do INSS quanto do MAPA, é que eles suspendam essa decisão que tomaram sem... A gente tinha direito de ser comunicado antes de ter dado entrada no defeso. Então, como há quase 20 mil pescadores impedidos de receber o defeso, que eles paguem esses pescadores imediatamente e, assim, vamos juntos encontrar mecanismos para resolver isso. O que não pode é os pescadores estarem numa situação extremamente difícil, botando suas vidas em risco, sem eles resolverem esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O. k, vamos fazer um adendo, então, com essa sua contribuição.

Peço à Secretaria – nós vamos encerrar, naturalmente, devido ao horário – para fazer um adendo com essa sua contribuição.

O. k, pessoal?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

Agradeço a todos e peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Peço a todos que estão no plenário que subam aqui para tirarmos uma foto oficial, como diz aqui o Deputado, com a presença de todos que ficaram até o encerramento.

Está encerrada a nossa audiência pública de hoje.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)



ATA DA 23ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2016.

Às dez horas e catorze minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, José Agripino, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, José Pimentel, Telmário Mota, Humberto Costa, Hélio José, Flexa Ribeiro, José Aníbal, Antonio Anastasia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2016, de autoria do Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia.” ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 76, de 2016, de autoria do Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.” ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 78, de 2016, de autoria do Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.” O Presidente convida os Embaixadores indicados a comporem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para fazerem as suas exposições. É aberto o processo de votação. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dez horas e cinquenta e sete minutos assume a presidência o Senador Valdir Raupp; às onze horas e um minuto assume-a o Senador José Agripino; e às doze horas e oito minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usam a palavra os Senadores Edison Lobão, Armando Monteiro, Hélio José, Cristovam Buarque e Jorge Viana. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para resposta aos parlamentares. Usa a palavra o Senador José Agripino. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores indicados para resposta a cidadãos brasileiros de questionamentos recebidos via *e-cidadania*. O Presidente submete aos Senhores Senadores a apuração do resultado das votações das indicações ser aberta. A proposta é aprovada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Jorge Viana. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. 2ª PARTE: ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 20, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que “Aprova o texto do Acordo sobre a Constituição da Rede Internacional do Bambu e do Ratã, celebrado em Pequim, em 6 de novembro de 1997.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e é aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta esta 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Convido os sabatinados de hoje para iniciarmos a primeira parte da reunião, que é dedicada a sabatina, para que ocupem lugar aqui, junto à Mesa diretora, por favor. (*Pausa.*)

Srs. Senadores, nós temos hoje, na primeira parte da reunião, uma sabatina. Vamos apreciar hoje três indicações do Senhor Presidente da República. Primeiro, a do Sr. Eduardo Ricardo Gradilone Neto, que foi indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia. O Relator foi o Senador Edison Lobão. A matéria está pronta para deliberação, assim como está pronta para deliberação a indicação do Senhor Presidente da República, relatada aqui na Comissão pelo Senador Armando Monteiro, do Sr. Mario Vilalva, para



exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha. E o terceiro sabatinado é o Sr. Ricardo Neiva Tavares. O Relator é o Senador Hélio José. Ele foi indicado pelo Sr. Presidente para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Eu tenho certeza de que o Senador Anastasia, que é um historiador não amador – amador no sentido de quem ama o estudo da História, nesse sentido –, deve ter notado uma coincidência...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Dos impérios centrais.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente. Dos impérios centrais: Alemanha, Turquia e Áustria, que compuseram uma aliança que se contrapôs, na Primeira Guerra Mundial, à aliança entre a França, a Grã-Bretanha e a Rússia.

A realidade, felizmente, do mundo mudou muito ao longo deste século, e, hoje, esses três países compõem a União Europeia, que além, e muito além, de ser apenas uma construção econômica, é uma construção fundada em valores, valores que alicerçam o fundamento da sua civilização contemporânea, com a qual nós, que integramos o Mercosul, estamos agora encaminhando para uma fase importante de negociações – Mercosul que também não é apenas e tão somente uma construção visando ao livre comércio entre os países, é isso também, mas há compromissos que os países que o integram firmaram quando o constituíram, especialmente me refiro ao respeito aos direitos humanos, que é um dos princípios fundamentais da política externa brasileira.

É com base nisso que, hoje, vejo com muita angústia o que se passa na Venezuela. Espero que, no dia de hoje e nesses próximos dias, nós possamos encontrar uma solução para superar o impasse que surgiu com a recusa de vários países, inclusive do Brasil, de aceitar a Presidência temporária do bloco na pessoa do Sr. Nicolás Maduro, não apenas por não ter a Venezuela cumprido os compromissos que assumiu quando ingressou no bloco, compromissos relativos a problemas econômicos e comerciais, mas também o compromisso da cláusula democrática.

Feitas essas reflexões, meus caros colegas, nós vamos começar, então, a sabatina.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Edison Lobão

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 10/08/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Eu passo a palavra, em primeiro lugar, ao nosso sabatinado que foi indicado para a Turquia: Eduardo Ricardo Gradilone Neto. Vinte minutos.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – Sr. Presidente da Comissão, Srs. Senadores, Embaixador Souza Gomes, meus colegas, senhoras e senhores, é uma honra voltar ao Congresso Nacional para prestar informações sobre aspectos da nossa política externa. Eu já tive oportunidade de vir ao Congresso várias vezes quando fui Diretor do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior e, posteriormente, como Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, entre as gestões dos Embaixadores Oto Agripino Maia e Sérgio França Danese.

É uma honra estar aqui, portanto, depois de ter sido também sabatinado antes da minha designação para a Nova Zelândia, país onde me encontro atualmente. Se contar com a aprovação de V. Ex^{as}, deixarei esse jovem país insular, isolado e distante geograficamente de outros, para servir na Turquia, um país de história e cultura milenares, que está na junção entre o Ocidente e o Oriente e no epicentro da maioria das questões da política internacional.



Voltar ao passado do país implica revisitar regiões que hoje abrigam muitos outros países independentes e instituições como o califado e o sultanato. Isso é importante para ajudar a compreensão de muitas coisas, como, por exemplo, a intrincada questão do Oriente Médio.

Talvez o primeiro contato dos senhores com a Turquia tenha sido, como o meu, quando, nas aulas de História, nossos professores, com certo tom de alarme e gravidade, nos contaram sobre a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453, o que pôs fim ao Império Romano do Oriente e ao período da Idade Média na Europa.

Desmembrado territorialmente pelos vitoriosos da Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano chegou ao fim e levou ao surgimento da República da Turquia em 1923, com as grandes reformas de Mustafa Kemal que secularizaram e modernizaram o país. Por isso, recebeu ele o título de Atatürk, que significa “pai dos turcos”.

Nossas relações diplomáticas tiveram início em 1858, com a assinatura do Tratado Bilateral de Amizade e Comércio. Foram cordiais, mas distantes no século XX. Começaram a se estreitar mais fortemente com a ajuda turca para a evacuação dos nossos brasileiros do Líbano em 2006. Entre 2009 e 2011, tivemos visitas dos Chefes de Governo dos dois países e a assinatura de vários acordos para reforçar ainda mais nosso relacionamento.

Data de 2010, como os senhores sabem, a Declaração de Teerã, em que apresentamos, Brasil, Turquia e Irã, forma de encaminhamento da questão nuclear iraniana. Do mesmo ano é a adoção do Plano de Ação Bilateral para a Parceria Estratégica, que contempla cooperação nos mais diferentes campos de atividade e criação de instâncias para a troca de informações mediante consultas políticas e coordenação de posições em temas multilaterais.

Tivemos, desde então, períodos de expressivo intercâmbio comercial e investimentos recíprocos, como nos anos de 2013 e 2014, em que nosso intercâmbio comercial superou US\$2 bilhões. O acordo para evitar dupla tributação, firmado em 2013, com efeito retroativo, estimulou tais investimentos. Hoje temos grandes empresas brasileiras operando na Turquia, como a Metalfrio, a Cutrale e a Votorantim, essa em fase de expansão.

Outras 11 empresas nacionais são representadas por contrapartes turcas. Por outro lado, a rede Burger King, controlada por brasileiros, opera no país e em outros vizinhos em parceria com a empresa turca Torunlar Gida. Várias grandes empresas turcas operam no Brasil, como a Sabanci Holding, segundo maior conglomerado empresarial turco, e a Turkish Airlines, que está em negociações com a Embraer para a aquisição de 25 aeronaves E195 e tem voo direto entre São Paulo e Istambul. A propósito, uma empresa associada local, Borajet, adquiriu sete aeronaves da Embraer.

No tocante a turismo, uma média de 80 mil brasileiros visitam a Turquia anualmente, sendo o sentido contrário muito pequeno, de 10 mil, indicando que talvez seja o caso de se fazer algo nesse sentido.

Em suma, a Turquia é muito importante para o Brasil no plano bilateral, pelo potencial das relações de comércio, de investimentos, de cooperação cultural, científica e tecnológica e em várias outras áreas.

Sua economia forte e dinâmica está em crescimento. As empresas turcas são sofisticadas e têm penetração em muitos países. Em junho de 2016, foram realizadas em Ancara reuniões de consultas políticas com a finalidade de dar novo impulso ao nosso relacionamento e intercambiar informações sobre vários temas.

Em outros planos, a Turquia é um parceiro fundamental para o Brasil, por sua influência regional e, entre outras razões, por ser ator chave para o encaminhamento de questões internacionais de grande importância, como a questão da Síria e outras relacionadas com o Oriente Médio, em que é ator incontornável – aliás, parceiro também incontornável para o combate ao Estado Islâmico, ao controle da emigração para a Europa e muitas outras questões.

O frustrado golpe de julho de 2016 abre novo capítulo na história turca. Estamos num momento de várias incertezas, com reorientação da postura da Turquia em relação a países como Rússia e Israel. Recentemente, em relação ao Ocidente, ameaças de interrupção da colaboração turca em matéria migratória por falta de contrapartida ou de cumprimento de promessas, segundo os turcos, da União Europeia em relação a vistos e à adesão à União Europeia, e várias outras dúvidas quanto ao comportamento de um país de importância fundamental para o Ocidente, com a segunda maior força militar na Otan, após Estados Unidos, país que tem uma base importante militar na Turquia e situado em posição estratégica sob quaisquer pontos de vista. Costumamos dizer que praticamente 90% dos nós do mundo de hoje precisam de participação da Turquia para seu encaminhamento ou solução.

Sr. Presidente da Comissão, Sr. Relator, Senador Edison Lobão, eu resumi imensamente essa minha apresentação, apenas para ressaltar alguns aspectos principais sobre o país sobre o qual há amplas informações dos mais preparados pelo Itamaraty. Se for aprovado por V. Ex^{as}, pretendo dar especial ênfase não apenas na coordenação política e diplomática, mas nos assuntos econômicos, comerciais, cooperação científica, tecnológica, industrial e na área cultural, como busquei fazer na Nova Zelândia, seguindo os exemplos de meus an-



tecessores naquela embaixada. Através da cultura se aumenta o conhecimento dos e entre os nossos países, o que é fundamental para negócios e intercâmbios de todos os gêneros.

Também gostaria de explorar a possibilidade da atuação conjunta Brasil e Turquia na África, onde a Turquia tem uma presença importante e crescente em termos não só de cooperação, mas em termos de envolvimento de empresas turcas na economia desses países.

Gostaria muito que houvesse um reforço do intercâmbio e da cooperação parlamentar entre os nossos países. Foi criado na Turquia um grupo de amizade, nós temos aqui também um grupo de amizade, e eu gostaria muito que esse diálogo entre os Parlamentares fosse continuado.

Eu chamo especial atenção para a importância que, na Turquia, recebem os estudos sobre os partidos políticos e a aplicação de métodos científicos de verificação de tendências do eleitorado, métodos modernos de aferição. Isso foi muito evidente para explicar o comportamento do eleitorado nas eleições de junho e de novembro do ano passado, uma vez que o eleitorado turco, que em junho passou a favorecer outros partidos de oposição, quase que como para evitar um predomínio excessivo do partido oficial governista, deixou de fazê-lo depois, em novembro, voltando a prestigiar o partido do governo, por preocupações com relação aos atentados dos curdos e, principalmente, pela falta de acordo para a montagem de um governo de coalizão, o que deixou os eleitores turcos muito apreensivos e inseguros, preferindo, então, votar na segurança.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Com métodos de pesquisa de opinião?

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – Os pesquisadores usam vários métodos para, por exemplo, mapear os comportamentos do eleitorado nas várias cidades, misturados com sondagens de opinião e várias outras modalidades de técnicas que eu já tive oportunidade de estudar, ainda porque a minha tese na CAE, no Itamaraty, foi sobre modelos de relações internacionais. Entre elas, por exemplo, análise de conteúdo, de modo a verificar quais são as frases que são proferidas, que tipo de utilização é feita na propaganda, que tipo de assunto é utilizado para sensibilizar o eleitorado... Enfim, é muito sofisticado isso. Assim, se houvesse uma colaboração parlamentar, eu acho que seria até muito importante conhecer como eles desenvolveram, de uma maneira que me surpreendeu, esses métodos na aplicação de assuntos ligados a eleições.

Encerro aqui e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos e o aprofundamento em certos assuntos. Estou certo de que terei também muito a aprender com os senhores, aqui ou naquele país tão mais agitado e complexo que é a Nova Zelândia, caso, evidentemente, tenha a honra de ser aprovado por V. Ex^{as} nesta sabatina e pelo Plenário deste Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 76, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 11/08/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Vamos, agora, ouvir o Embaixador Mario Vilalva, que foi, como disse aos senhores, indicado para nos representar na República Federal da Alemanha.

O SR. MARIO VILALVA – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes, a quem agradeço também pela marcação desta sabatina.

Cumprimento as Sr^{as} e os Srs. Senadores, Senadora Ana Amélia, Senador Antonio Anastasia, Senador Lasier Martins, Senador Edison Lobão; quero aproveitar para também cumprimentar os meus colegas, o Em-



baixador Ricardo Neiva Tavares, o Embaixador Eduardo Gradilone; cumprimentar também o Embaixador Souza Gomes e, por seu intermédio, todos os demais colegas aqui presentes.

Quero, obviamente, também deixar o registro do meu agradecimento pela indicação que me foi feita pelo Presidente em exercício, Michel Temer, e pelo Ministro José Serra para chefiar a Embaixada do Brasil em Berlim, uma indicação que muito me honra, dada a importância de nossas relações com aquele país.

Tenho certeza de que as Sras e os Srs. Senadores sabem tanto ou mais do que eu sobre a Alemanha. Portanto, eu só vou recordar alguns fatos, Senador Cristovam Buarque.

A Alemanha hoje é a quarta potência mundial. Segundo dados disponíveis, ela tem um PIB nominal de US\$3,3 trilhões; um PIB *per capita* de US\$47 mil; um comércio exterior de US\$2,4 trilhões; tem reservas monetárias de US\$2 trilhões; uma taxa de desemprego de 5%; uma inflação de 0,5%; um IDH de 0,92%, sexta posição entre 188 países; taxa de juros zero; 0,8% de superávit nominal nas contas públicas, com 8% em transações correntes; e o país se financia, hoje, a juros negativos no mercado internacional. É o maior exportador líquido de capitais do mundo. Tudo isso se dá em um espaço territorial de 357 mil km², que é exatamente o tamanho do Mato Grosso do Sul. Se olharmos o mapa, vamos ver ali a Alemanha, que é exatamente do tamanho do Mato Grosso do Sul, com a diferença de que esse Estado tem 2,6 milhões de habitantes e a Alemanha tem 81 milhões de habitantes.

Eu trouxe esse dado porque é bom sabermos que a Alemanha tem uma taxa de crescimento populacional negativa, -0,18%. Essa é a razão da chamada política de portas abertas aos imigrantes. Só no ano passado, recebeu, por razões específicas, mais de um milhão de imigrantes e refugiados, vindos da Síria, do Iraque e do Afeganistão. Portanto, pela riqueza alcançada e também por sua posição central – vemos ali no mapa essa posição central – entre os países do Ocidente e o chamado Leste Europeu, a Alemanha é hoje considerada o coração da Europa, eu diria, o motor principal da União Europeia.

Essa condição fez com que o país deixasse para trás os constrangimentos que foram impostos ao fim da Segunda Guerra Mundial e passasse a assumir um papel protagônico na economia e na política externa do continente europeu. Isso significa dizer que, hoje, a Alemanha lidera os esforços de recuperação econômica da União Europeia e está entre os principais garantes da segurança e do equilíbrio de poder no espaço europeu.

As tensões na relação com a Rússia, o conflito na Ucrânia, o combate ao Estado Islâmico, a guerra na Síria e Iraque, a avalanche migratória proveniente do Oriente Médio, o ressurgimento do terrorismo, as pressões centrífugas na União Europeia e as relações com a Turquia são certamente algumas das questões para cujo encaminhamento o concurso da Alemanha passou a ser indispensável.

De forma esquemática, podemos dizer que as preocupações hoje da política externa alemã são o aprofundamento do projeto europeu. A Alemanha acredita fielmente no processo de integração europeia, ao passo em que negocia a retirada do Reino Unido.

Isso está sendo muito difícil para a Alemanha, porque o Reino Unido, como um dos fundadores originários do processo, juntamente com a Alemanha, hoje abandona a União Europeia, e a Alemanha está muito sentida do abandono desse grande parceiro. E ela vai liderar a negociação de saída do Reino Unido da União Europeia.

O aprofundamento das Relações Atlânticas, tanto na área de segurança... Quer dizer, a Alemanha deixa aqueles constrangimentos antigos em matéria de segurança e hoje se engaja totalmente na segurança do continente, juntamente com os Estados Unidos da América e os demais parceiros europeus, mas também na área comercial, com a negociação desse grande acordo de livre comércio com os Estados Unidos.

Um engajamento mais ativo na promoção da paz e na ordem mundial, sempre no âmbito das Nações Unidas. A Alemanha tem um artigo, o art. 26 da Constituição, que proíbe o país de usar as Forças Armadas para determinadas aventuras. Ela só pode usar as Forças Armadas dentro do quadro das Nações Unidas ou, obviamente, para se defender. A Alemanha tem um efetivo militar hoje de 185 mil homens e já se fala no aumento desse efetivo militar, inclusive, com uma novidade, que é: admitindo cidadãos de outros países europeus. A Alemanha, como é extremamente europeísta, quer comprovar que seria útil ter um exército europeu. E vai aumentar, obviamente, a despesa com equipamentos militares e com recursos para 2% do PIB, o que já era uma demanda norte-americana de algum tempo.

E o desenvolvimento de uma nova política europeia para o leste, com atenção também aos Bálcãs, ao Oriente próximo, ao Oriente Médio, ao Cáucaso, sobretudo. O Cáucaso é considerado hoje uma região de grande tensão no mundo. Há quem diga que, se alguma guerra tiver de ocorrer no mundo hoje, virá do Cáucaso. Há um livro do George Friedman, que se chama *Focos de Tensão*, que retrata exatamente esse problema, sobretudo a questão do Cáucaso. Mas também a Alemanha tem uma preocupação com as relações com a Rússia. Eu diria que, no momento, a Alemanha é o principal país nas negociações com a Rússia, tendo em vista essas tensões criadas na Ucrânia e em outras regiões também do Cáucaso, com questões ligadas a imigração, nacionalismo, etc. Trata-se, portanto, de encontrar o equilíbrio entre a dissuasão, a Alemanha precisa dissuadir a Rússia de



aventuras, mas, ao mesmo tempo, precisa estabelecer com ela um diálogo para trazê-la mais para a órbita europeia; é o que se chama de estratégia dual.

Internamente, como sabem, a Alemanha é um país unificado, regenerado e recuperado. Trata-se de uma democracia liberal ao estilo Ocidental, estável, cujo governo, formado por coligação dos dois maiores partidos do país, os democratas-cristãos e os sociais-democratas, vem sendo liderado, desde 2005, por Angela Merkel.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Há uma coalizão?

O SR. MARIO VILALVA – É uma coalizão de governo. Os dois maiores partidos representam 80% do Parlamento alemão.

Algumas tensões aparecem, como nós temos visto, na política interna nos últimos tempos, em virtude do grande número de refugiados acolhidos pela Alemanha recentemente, e da reação esboçada por movimentos e partidos de extrema direita, em particular pelo chamado Alternativa para a Alemanha, de cuja plataforma consta um discurso xenófobo e anti-imigração.

Como afirmou recentemente o Ministro do Exterior alemão, as fronteiras entre o interno e o externo, entre política doméstica e exterior nunca foram tão difusas. Portanto, os episódios caracterizados dentro do quadro do terrorismo, também nós vimos isso recentemente, assistimos pela televisão a quatro ou cinco episódios na Alemanha, bem como o recrudescimento da violência contra imigrantes, a reação dos partidos da extrema direita, fizeram com que houvesse um recuo nos índices de popularidade da Chanceler Angela Merkel. Ela, em abril deste ano, tinha 75% de popularidade; em maio passou a ter 59% de popularidade, e, em junho, 47% de popularidade.

As próximas eleições gerais na Alemanha serão em setembro de 2017. Por hora, Angela Merkel ainda é a favorita, entretanto novas configurações de poder podem surgir, mas sem ameaça iminente dos extremos, isso porque a memória pesa mais na política alemã do que na França, na Áustria ou na Holanda.

Com o Brasil, a Alemanha possui um relacionamento antigo, denso e estável, com ampla convergência de percepções, valores e interesses. A relação bilateral, formalmente qualificada de estratégica desde 2002, vai se consolidando hoje como um dos eixos centrais da política externa brasileira. E a relação é marcada, basicamente, por alguns fatos. A grande imigração de alemães no Brasil é a mais antiga, iniciada ainda no século XIX – a Senadora Ana Amélia e o Senador Lasier conhecem profundamente isso.

Calcula-se que haja, hoje, no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Perdoe-me. *Os Mercenários do Imperador.*

O SR. MARIO VILALVA – *Os Mercenários do Imperador.*

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Conta a história...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – No Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ficaram no Rio Grande.

O SR. MARIO VILALVA – A vinda de Dona Leopoldina para o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Houve um fluxo de imigrantes que eram, ao mesmo tempo, colonos, mas também militares.

O SR. MARIO VILALVA – Militares, claro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Para atender interesses brasileiros em conflitos no Prata, isso ainda no primeiro Império.

O SR. MARIO VILALVA – Portanto, calcula-se que haja, no Brasil, em torno de 5 milhões de alemães ou descendentes de alemães.

Pela dimensão do comércio bilateral, é o quarto maior parceiro comercial do Brasil; o primeiro parceiro do Brasil na Europa; US\$15 bilhões no ano passado, mas já tivemos US\$24 bilhões de comércio bilateral em 2011. Portanto, isso mostra, Senador Armando Monteiro, a amplitude que nós temos aí para promover o comércio bilateral.

Pela presença de aproximadamente 1.600 mil empresas alemãs ou de capital alemão no País, a maioria na área da indústria, muitas delas responsáveis pelo estoque do investimento direto alemão no Brasil, hoje, igual a mais de US\$18 bilhões, o que faz com que a atuação empresarial da Alemanha no Brasil responda por 10% do nosso PIB industrial.

Pela crescente cooperação em outros campos, notadamente na área da ciência e tecnologia, na qual podemos incluir o intercâmbio acadêmico, sabemos que temos mais de 7 mil alunos e pesquisadores brasileiros, em universidades alemãs, muitos do Ciência sem Fronteiras, 80% deles na área das engenharias.

Bom, com esse pano de fundo, a relação bilateral se assenta, há muitos anos, em três pilares. Talvez das relações mais bem organizadas que existem do Brasil com outro país é com a Alemanha.



Nós temos uma comissão mista que já vai para a 42ª edição, temos um encontro econômico e comercial que vai para a 33ª edição e temos, recentemente criado, um mecanismo de consultas bilaterais de alto nível, cuja primeira reunião se deu em 2015. Na ocasião, a Chanceler Angela Merkel trouxe para o Brasil sete ministros – e isso é um dado importante, porque lá são 15 ministros, então, trazer sete ministros é metade do Governo – e uma série de outros vice-ministros também. E é bom destacar que a Alemanha tem esse mecanismo de consultas políticas bilaterais em alto nível com pouquíssimos países no mundo; tem com alguns países europeus e, fora da Europa, com Rússia, China, Índia e Brasil.

Bem, como resultado dessas consultas realizadas em 2015, foram assinados 18 acordos de cooperação pelos quais a Alemanha se comprometeu a portar até 582 milhões de euros entre doações e linhas de crédito para uma série de itens de cooperação – não vou listá-los para não incomodá-los e não aborrecê-los –, destacando apenas que são na área de ciência, tecnologia, inovação, na área de energia e também em matéria de previdência social e cooperação no âmbito do G20 e no âmbito do G4.

Por último, se aprovado por esta Casa, procurarei colaborar na construção de um relacionamento ainda mais profícuo com a Alemanha nos campos aqui já mencionados, mas eu vou destacar alguns pontos, Senador Aloysio Nunes, que eu considero extremamente importantes. O primeiro é a reconstrução da imagem do Brasil na Alemanha. Aqui não entro no mérito da questão, mas há um problema que passamos a ter, um problema de imagem lá fora, e nós precisamos – e acho que isso cabe à Diplomacia brasileira – atacar esse problema com uma série de esclarecimentos que nós devemos fazer sobre nosso País e sobre a vida nacional. Então, acho que nós temos que ter um programa bem formulado para explicarmos melhor o Brasil lá fora.

Eu aqui lembro muito, Senador, daquela imagem que todos viram, foi capa do *The Economist*, quando o Cristo Redentor subia e, pouco tempo depois, a mesma capa, o Cristo Redentor voltando para baixo. Aquilo foi um impacto tremendo no mundo inteiro, como se dissesse: “Olha, o Brasil prometeu, prometeu muito, mas afinal de contas não entregou nada.” Então, acho que temos que ter um programa... E como a Alemanha é o coração da Europa, ela tem esse poder de multiplicar um pouco as informações dentro do próprio contexto europeu.

Promoção das negociações e conclusão do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, como dizia o Senador Armando Monteiro, que tem batalhado muito por isso nos últimos anos: temos que aproveitar o fato de que a Alemanha é favorável a esse tipo de arranjo com o Brasil e com os sócios do Brasil. Temos que ter a confecção de um programa de promoção comercial dos produtos cujas linhas tarifárias vão ser desgravadas, porque também não adianta você desgravar os produtos e depois não contar para ninguém ou não promover aqueles produtos. Então, temos que ter, paralelamente à assinatura do acordo, um programa específico para promover aqueles produtos que sofreram essa desgravação tarifária.

O estreitamento da relação no campo da ciência e tecnologia, com ênfase em alguns campos, sobretudo energia. O Senador Lasier estava aqui, está aqui o Senador Hélio José, eu sei do seu interesse por essa área de energia, e acho que a Alemanha é o país para nós tratarmos desse assunto.

E, por fim, o estreitamento dos contatos entre os Legislativos, vertente que eu considero extremamente importante para o encaminhamento das questões bilaterais. Eu devo dizer que o Grupo de Amizade Brasil-Portugal, onde estou no momento, foi para mim de grande ajuda em diversas questões bilaterais. Portanto, eu acredito muito. Eu sei que os Srs. Senadores são muito ocupados, têm uma série de questões internas para tratar, mas acho que se pudessem encontrar um tempinho para dar uma atenção também a essas vertentes internacionais, isso ajudaria muito a política externa brasileira.

Para encerrar, Senador Aloysio Nunes, eu não poderia deixar de me juntar aos colegas que aqui fizeram uma homenagem ao saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira, político, pessoa com quem tive o privilégio de conviver por muitos anos. Ultimamente, tínhamos o hábito de trocar livros. Ele era um leitor compulsivo. Os últimos livros que nós trocamos, ele me mandou um livro muito interessante, sobre a história daquele inglês que roubou as sementes da Amazônia e levou para a Ásia, e eu mandei para ele um livro sobre a biografia de Pedro Álvares Cabral, que é um personagem da história que todo mundo sabe o que fez, mas ninguém sabe como foi a vida dele. Há um livro chamado *Vera Cruz*, de João Morgado, que é um primor que eu recomendo a todos.

Portanto, muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu que agradeço ao senhor e agradeço também a lembrança do nosso querido Luiz Henrique. Eu, da última vez que falei com Luiz Henrique, ele havia sofrido um pequeno acidente, torceu o pé ou fraturou o tornozelo. Eu mandei um livro a ele e ele me ligou comentando o livro. Um livro de Vasily Grossman, sobre a saga do povo soviético na Segunda Guerra Mundial, uma espécie de *Guerra e Paz* da Segunda Guerra. Ele me ligou comentando o livro. No dia seguinte, tive a notícia da sua morte.

Mas, Embaixador, só um comentário. O senhor se referiu de relance à coalizão governamental. Eu observo que a social-democracia alemã e os democratas-cristãos tinham uma história longa de conflito político, de



disputa política na Alemanha muito acirrada. A social-democracia alemã foi um partido revolucionário. Marx depositava suas esperanças numa revolução socialista na social democracia alemã, partido de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, e que abjurou as teses tradicionais da social-democracia revolucionária apenas na época de Willy Brandt. E conseguiram uma grande inflexão. Hoje estão unidos, coligados, há mais de dez anos.

O SR. MARIO VILALVA – Desde 2005.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Desde 2005, mantendo as suas diferenças, mas unidos em torno desse projeto extraordinário e exitoso de projeção da Alemanha, da sua prosperidade, dos ganhos civilizatórios do país. Enfim, é algo sobre o qual nós devemos pensar um pouco entre nós aqui também.

ITEM 3 MENSAGEM (SF) Nº 78, de 2016 - Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 17/08/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Muito bem, vamos ouvir agora o Embaixador Neiva Tavares, que foi indicado para ser nosso representante na Áustria.

A relatoria foi do Senador Hélio José, que, se não me engano, chegou aqui também tresnoitado, de óculos escuros, porque ficou, como quase todos nós, até 3h da manhã aqui no Senado, que está se transformando, aos poucos, numa casa noturna. (Risos.)

O SR. RICARDO NEIVA TAVARES – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, caros Embaixadores, Embaixador Souza Gomes, Ministro Carlos Pérez e demais colegas do Itamaraty, senhoras e senhores, agradeço, em primeiro lugar, a oportunidade de estar aqui hoje. É uma satisfação e uma honra para mim voltar a esta Comissão para o que é a minha terceira sabatina, agora com a expectativa de poder ser aprovado para a função de Embaixador do Brasil na Áustria.

Antes de começar, se o Sr. Presidente me permite, eu gostaria de fazer uma menção de solidariedade à Itália, país onde represento o Brasil atualmente, e aos italianos pelo terrível terremoto que abalou o país na noite de hoje. Eu falei com a minha substituta no posto hoje pela manhã antes de vir para cá, Ministra-Conselheira Cynthia Bugaré, que está em contato com o Consulado brasileiro em Roma e com a defesa civil italiana. Há dezenas de mortos. A última informação que eu tive falava de 39 mortos e feridos – felizmente, sem brasileiros, segundo as informações disponíveis no momento –, e muita destruição em várias cidades ao nordeste de Roma. Eu tenho certeza, porém, de que a Itália saberá superar este momento difícil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO NEIVA TAVARES – Uma série de cidades pequenas perto de Perugia, uma série de cidades pequenas em montanhas, e as imagens primeiras são de muita destruição.

Bem, voltando ao motivo da minha presença aqui, a Áustria já foi uma das maiores potências do mundo. Sua história, até a Primeira Guerra Mundial, esteve muito ligada à da família Habsburgo, que, curiosamente, não era de origem austríaca, mas, sim, suíça e cuja ascensão teve início no século XIII, quando um de seus membros, Rodolfo IV, foi escolhido imperador do Sacro Império Romano-Germânico. No seu auge, a dinastia Habsburgo tinha territórios hoje localizados em doze diferentes países europeus, com populações que falavam 15 línguas e professavam sete religiões diversas. Hoje, embora o território austríaco seja muito menor, ainda tem fronteiras com oito países.

No início do século XIX, as famílias Habsburgo e Bragança se uniram por meio do casamento de Dona Leopoldina, filha do Imperador austríaco Francisco I, com o futuro Imperador do Brasil, Dom Pedro I, em 1817.



Na segunda metade do século XIX, formou-se o Império Austro-Húngaro, que, porém, desmoronou com a derrota na Primeira Guerra Mundial e deu lugar à Primeira República Austríaca, a qual, por sua vez, acabou com a ascensão do austrofascismo em 1933, e à união com a Alemanha nazista em 1938, que trouxeram para o Brasil como refugiado o mais importante escritor austríaco da época, Stefan Zweig.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, a Áustria foi ocupada pelos aliados e só recuperou a soberania em 1955, após um processo que começara três anos antes, 1952, com uma iniciativa do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas. Junto com a recuperação da soberania, veio a decisão do Parlamento austríaco de declarar a neutralidade do país, também em 1955.

Depois disso, a Áustria consolidou a sua situação de democracia representativa parlamentar, entrou para as Nações Unidas ainda em 1955, aderiu à União Europeia em 1995 e adotou o euro em 1999. Hoje é um dos países mais ricos do mundo, com um PIB nominal *per capita* de mais de US\$43 mil e um elevado Índice de Desenvolvimento Humano, que a coloca na 23ª posição entre 188 países.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial alternam-se no poder dois partidos: o SPÖ, social-democrata, e o ÖVP, democrata-cristão. Em 2007, os dois formaram a chamada Grande Coalizão para governar o país. No entanto, como reflexo de problemas internos e também de dificuldades que afetam a Europa em geral, o quadro político interno está mudando. O SPÖ e o ÖVP perderam muito apoio em eleições recentes, e o país terá em breve um Presidente de outro partido, ou do FPÖ, a direita populista, ou dos Verdes. As eleições de maio, que deram vitória ao candidato a Presidente representante dos Verdes, foram canceladas por irregularidades e serão repetidas em 2 de outubro próximo.

No plano externo, a União Europeia tem sido o centro da política austríaca, que também dá atenção particular aos Balcãs e à Europa Oriental, ao Mediterrâneo e ao Oriente Médio e aos grandes mercados emergentes. A Áustria é tradicional defensora do multilateralismo e das Nações Unidas e apoia, como o Brasil, a busca de consensos, soluções negociadas, moderação e diálogo entre os membros da comunidade internacional.

A Áustria conseguiu promover sua capital como um centro diplomático e de organizações internacionais. Viena é, hoje, a terceira mais importante sede das Nações Unidas.

Se minha indicação for aprovada por esta Comissão, eu terei a honra não apenas de tratar das relações do Brasil com a Áustria, mas também de representar o Brasil junto ao Escritório das Nações Unidas em Viena (Unov), em cujo âmbito se encontram, em particular, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (UNOOSA). Representarei também o Brasil junto à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e junto à Academia Internacional Anticorrupção (IACA).

Ainda no plano dos organismos internacionais, vale lembrar que estão sediadas em Viena também a Opep e a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), cujas atividades é importante acompanhar.

A Áustria também é cenário de várias iniciativas de significado no plano internacional, como o acordo nuclear do P5+1 com o Irã e as reuniões do grupo de contato sobre a Síria.

Os principais desafios para a Áustria no plano externo no momento são a crise dos refugiados e o futuro da União Europeia.

No primeiro caso, 600 mil refugiados passaram pelo país no ano passado, dos quais 90 mil solicitaram asilo. Com isso, a Áustria acabou revertendo a sua postura inicialmente aberta e de caráter humanitário e passou a defender o fechamento das rotas de imigração e o estabelecimento de um teto para asilos de 37.500 pessoas. O número de refugiados caiu, mas a mudança provocou críticas internacionais, inclusive dentro da própria União Europeia, e deverá continuar a ser objeto de atenção.

Quanto à União Europeia, o Brexit causou perplexidade. As tradicionais lideranças austríacas têm compromisso com o processo de integração, mas o crescimento do FPÖ e a possibilidade de o país vir a ter um Presidente de direita populista, crítico de Bruxelas, em um contexto europeu ainda com problemas econômicos e sociais, é motivo de preocupação.

No tocante ao Brasil, as relações são cordiais e tendem a continuar a se desenvolver. Sua intensidade, nos anos recentes, muito deve ao atual Embaixador em Viena, Evandro Didonet, meu colega e amigo desde o Instituto Rio Branco, a quem gostaria de prestar aqui minha sincera homenagem.

O Embaixador Didonet estimulou não apenas a realização de visitas de alto nível e de reuniões de consultas e ampliação da base institucional do relacionamento bilateral, com assinatura de acordos na área de educação e em matéria de extradição, e a negociação de acordos de previdência social, trabalho, cultura e ciência e tecnologia, mas também promoveu a atuação do Brasil nos organismos multilaterais sediados em Viena.

Esses organismos são muito importantes para o Brasil. Na área de desenvolvimento industrial, os projetos desenvolvidos pela UNIDO na África, na América Latina e no Caribe podem contar com bens, serviços e consultorias brasileiras.



Nas áreas de drogas, crime e corrupção, os trabalhos dos diferentes órgãos são acompanhados de perto não apenas pelo Itamaraty, mas também pelo Ministério da Justiça, pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, pela AGU e pela PGR. O Brasil exerce a 2ª Vice-Presidência da Comissão de Entorpecentes (CND), que trata da implementação das convenções sobre drogas, com a possibilidade de tornar-se 1º Vice-Presidente em 2017 e Presidente da Comissão em 2018.

Dois brasileiros foram eleitos, respectivamente, para o Conselho Consultivo e a Junta de Governadores da Academia Internacional Anticorrupção. O Brasil participa ativamente também da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal, e nas reuniões das convenções sobre crime organizado (Untoc), e corrupção (Un-cac), onde se negociam acordos em matérias importantes, com cooperação em processos de natureza civil e administrativa, protocolo sobre armas de fogo, protocolo sobre tráfico de pessoas, regras para tratamento de prisioneiros, entre outros.

O Brasil tem também atuação destacada nas áreas de espaço exterior (UNOOSA), secretaria ou Comitê para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (Copuos), ora encarregado de negociar diretrizes para assegurar a sustentabilidade das atividades espaciais; direito comercial, com a Uncitral, e energia com a iniciativa Energia Sustentável para Todos, ou SE4ALL, na sigla em inglês. O Brasil pode e deve almejar maior presença de brasileiros nos secretariados dessas organizações, ainda francamente aquém de nossas possibilidades e interesses.

À luz de todas essas considerações, é importante que sejam regularizadas as contribuições brasileiras em atraso, sobretudo no caso da UNIDO, onde o Brasil perdeu o direito de voto.

Se for aprovado por esta Comissão, tenciono dar muita atenção à participação do Brasil nos organismos multilaterais sediados em Viena, bem como intensificar a agenda bilateral em suas variadas vertentes. Há uma comunidade brasileira significativa na Áustria, de cerca de cinco a dez mil pessoas, assim como são expressivos os investimentos diretos brasileiros no país, de cerca de US\$40 bilhões em termos de estoque, no ano passado, em função de *holdings*, *trading companies* e outras iniciativas por parte de grandes empresas brasileiras.

O comércio, porém, é baixo e pouco ultrapassou US\$1 bilhão, no ano passado, a despeito de operações de relevo. Poderia citar, por exemplo, a obra do Teleférico da Providência, no Rio de Janeiro, inaugurado em 2014, por parte da Doppelmayr, uma grande empresa do País: as cabines foram importadas da Áustria e as torres foram construídas no Brasil. Ou a venda de aviões da Embraer para a principal empresa austríaca, a Austrian Airlines.

A Áustria é um dos poucos países europeus para onde a maioria das exportações brasileiras é de manufaturados e semimanufaturados: cerca de 85% no ano passado. Mas o intercâmbio tem sido muito deficitário para o Brasil e exige sempre redobrada atenção.

Se aprovado, tenciono dar atenção a essa área, assim como às áreas cultural, científica e tecnológica, ampliar o marco institucional de acordos bilaterais e intensificar a agenda de reuniões entre os dois países, inclusive no plano parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Cumprida essa primeira fase da exposição dos Srs. Embaixadores Ricardo Neiva, Mario Vilalva e Eduardo Gradilone, passamos a palavra aos Relatores, a começar pelo Senador Edison Lobão, a quem concedo a palavra.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente, tive a honra de ser o Relator do Embaixador Gradilone. Examinei seu currículo e verifico que ele está perfeitamente aparelhado ao exercício dessa função tão importante para a Diplomacia brasileira. Eu penso até que todo o quadro do Itamaraty está com tal elevação e tal preparo que, de algum modo, já dispensa sabatina. São embaixadores que foram já sabatinados por esta Comissão em algumas oportunidades e que nos deixaram viva impressão.

A Turquia é um país importante para nossas relações. Está vivendo um momento dramático de sua política interna, mas almejamos que possa ser revista e ser reenquadrada no processo democrático completo.

Não tenho dúvida de que o Embaixador Gradilone prestará relevantes serviços a nossa Diplomacia e ao Brasil e desejo a S. Ex^a, portanto, uma fecunda participação nessas relações.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Consulto o Plenário se poderíamos ouvir os Relatores e, em seguida, abrir a palavra aos inscitos. Depois, darei a palavra aos Embaixadores para se manifestarem sobre as opiniões dos Relatores. Se estiverem de acordo, passo a palavra ao Senador Armando Monteiro, igualmente Relator.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria cumprimentar os Srs. Embaixadores e dizer da satisfação que tive de poder relatar a indicação do nosso Embaixador Mario Vilalva, que cumpre uma trajetória, na sua vida diplomática, toda ela marcada e pontilhada por exemplos de dedicação e de competência nas funções que exerceu. Tive oportunidade de, em diferentes momentos da minha trajetória, poder interagir com o Embaixador Mario Vilalva, quando era Embaixador no Chile, quando dirigiu o Departamento



de Promoção Comercial do Itamaraty. Tenho certeza de que, nesse importante posto que vai assumir, ele dará uma contribuição muito importante ao desenvolvimento das nossas relações bilaterais.

Olhando especialmente a relação do Brasil com a Alemanha, eu logo vejo, por exemplo, a importância dessa relação para a indústria. Eu tenho origem no setor industrial e sempre tive a compreensão de que a indústria deve estar no centro da estratégia de desenvolvimento do País, crescer pela indústria é sempre a melhor forma de crescer. A indústria impacta a produtividade global da economia e de algum modo dissemina o conhecimento. Portanto, o Brasil não pode abdicar da sua justa ambição de continuar a ser uma das mais importantes plataformas manufatureiras do mundo, especialmente sendo a maior plataforma manufatureira da América Latina.

Olhando especialmente essa relação com a Alemanha, Embaixador Mario, nós temos experiências já muito bem-sucedidas de cooperação, como, por exemplo, essa parceria com o Instituto Fraunhofer, o Senai e o Instituto Fraunhofer, que é especialmente importante quando estamos desafiados a melhorar a produtividade da indústria brasileira.

Olhando os desafios do futuro, a perspectiva é de que o Brasil tenha muito o que aprender no plano da manufatura avançada, da digitalização crescente da indústria, que é o caminho para assegurar a sobrevivência da indústria brasileira. Então, eu queria primeiro sublinhar a importância de que esse processo de cooperação, sobretudo no campo da cooperação industrial, possa ser cada vez mais fortalecido.

No plano dos investimentos, a Alemanha tem uma importância fundamental para o Brasil. Nós temos um estoque de investimentos alemães muito importantes aqui no Brasil e, como destacou o Embaixador, há mecanismos de diálogo, que já estão consolidados, entre a comunidade econômica dos dois países. Eu já tive oportunidade de participar de vários encontros Brasil e Alemanha, e dos resultados que sempre foram obtidos a partir desse diálogo.

Eu queria, além de sublinhar a importância da ampliação dessa cooperação que é tão estratégica, sobretudo aqui assinalar a minha preocupação com a questão da negociação do acordo entre Mercosul e União Europeia. A Alemanha tem um papel decisivo para que essa negociação possa prosperar. E quero indagar do Embaixador como ele vê, especialmente neste momento, com a saída da Inglaterra, com as turbulências que envolvem presentemente o nosso Mercosul, como poderíamos de alguma maneira atuar para superar este momento e garantir que a negociação, que é tão importante para o País, possa avançar. E como ele vê especialmente o papel da Alemanha nesse processo.

Portanto, eram essas as questões que eu gostaria de encaminhar.

Também quero dizer ao Embaixador Neiva Tavares que a Áustria pode se constituir numa plataforma importante nesse processo de integração, na medida em que temos, por exemplo, com a Áustria, um acordo de bitributação e várias companhias brasileiras e *trading companies*, especialmente, dadas as características da legislação tributária da Áustria, já têm sede naquele país.

Portanto, eu queria aproveitar para saber do nosso Embaixador como ele vê essa possibilidade de maior integração produtiva entre o Brasil e a Áustria.

Eram essas as questões. Eu agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Com a palavra agora o Senador Hélio José, Relator do Embaixador Ricardo Neiva, para as suas considerações.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar S. Ex^a o Senador José Agripino pela direção dos trabalhos; cumprimentar S. Ex^a Eduardo Gradilone, nosso futuro Embaixador na Turquia – sucesso! –; cumprimentar o Mario Vilalva pela importância e pelo trabalho que já vem fazendo – assim como o Eduardo e o Ricardo – e desejar sucesso na nossa Embaixada que agora vai assumir, num importante local, que é Berlim, importante parceiro para as questões de energia; cumprimentar e dizer que foi com muita honra que assumi a tarefa de relatar a indicação do nosso Embaixador experiente, vivido, Ricardo Neiva Tavares para Embaixador da Áustria.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos reunidos hoje para sabatinar Ricardo Neiva Tavares, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o eminente diplomata pelo seu desempenho à frente da Embaixada do Brasil em Roma, posto que deixará, após três anos de serviço competente e zeloso, para assumir o porto em Viena. Parabéns!

Uma das principais realizações de seu período na Itália foi justamente a estabilização das relações entre os países, entre esse país e o Brasil, que estava algo desgastado após o impasse que todo mundo testemunhou no caso Cesare Battisti e a disputa judicial entre as empresas Italplan e Valec sobre o Trem de Alta Velocidade (TAV), entre Rio e São Paulo, ambos havidos em 2012. Eu acho que foi uma demonstração da experiência, do conhecimento e da tranquilidade no trato.



Hoje, Roma e Brasília mantêm diálogo profícuo e vantajoso para ambas as partes. Está em pleno funcionamento o mecanismo de consultas políticas entre os dois países. Foram retomadas as reuniões do Conselho Brasil-Itália para cooperação econômica, industrial, financeira e para o desenvolvimento. Já tiveram lugar duas reuniões em 2013 e em 2015, na Comissão Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação, setores que vêm ganhando importância no âmbito do relacionamento bilateral. Isso se deve muito ao seu trabalho, a que, com certeza, o nosso querido Patriota vai dar continuidade lá em Roma.

Prova da plena retomada dos laços diplomáticos entre os dois países foi a conclusão favorável ao Brasil do processo de extradição do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, processo traumático, mas tivemos aí a nossa diplomacia atendida.

Jurídica, política e economicamente a parceria entre as duas nações latinas está inequivocamente mais sólida hoje, após a passagem de Ricardo Tavares por aquela Embaixada. Quero cumprimentar especialmente o eminente diplomata por entrevista dada à Rádio Vaticano, às vésperas da abertura dos Jogos Olímpicos do Rio 2016, em que prestou relevantes informações sobre diversos aspectos da preparação dos jogos, tais como gastos com o evento, ameaças terroristas, riscos de contaminação com o zika vírus e legado à população da cidade do Rio de Janeiro.

Graças a Deus, você não mentiu em nenhum momento. Eu tive o privilégio de viver um dia olímpico. Estive no Rio em uma quinta-feira ensolarada, o dia inteiro para cima e para baixo. Andei o Rio do Engenhão ao Centro Olímpico, e pude ver o sorriso e a satisfação de todos aqueles turistas internacionais que ali estavam. Foi uma alegria só, uma festa. O Brasil pôde demonstrar a sua competência tanto na abertura como no dia a dia e no encerramento dos jogos. Tudo ficou totalmente dentro da normalidade e a situação não foi de terror para ninguém, como alguns pintavam. E V. Ex^a teve a oportunidade de se posicionar, nessa entrevista de rádio, no Vaticano, o que depois ficou confirmado. Parabéns.

Merece menção ainda a participação do Sr. Ricardo Tavares como chefe da delegação brasileira na VI Reunião de Alto Nível do Diálogo Abrangente e Estruturado sobre Migrações entre a CELAC e a UE, em Bruxelas, e na Conferência Internacional sobre Apoio às Forças Armadas Libanesas, em Roma, ocasiões em que fez ouvir a voz do Brasil em importantes fóruns internacionais com excelência e firmeza, contribuindo para a consolidação da imagem do nosso País como nação forte à disposição para contribuir para a solução dos grandes problemas mundiais.

Estou aqui com o Eduardo, que é uma pessoa preparada, mas o mundo está com medo. Recentemente, passei 15 dias na Europa, no recesso parlamentar. Estive em Paris, Londres e Edimburgo. Realmente, o mundo está com medo. E você, Eduardo, tem um desafio grande com a situação de certa turbulência em um país que é irmão nosso de longas datas: a Turquia. Há uma descendência muito grande de turcos no País, que comandam o comércio e outras áreas em várias cidades importantes. Eu queria que V. Ex^a e também o Ricardo, que está indo para um país pacífico por natureza, um país que está no centro da Europa e que é um importante irradiador da paz, pudessem contribuir para que esse medo e essa insegurança não persistissem.

Estou tentando concluir.

Por seu desempenho como embaixador na Itália e, antes disso, na Missão Brasil junto à União Europeia, por sua dedicação na chefia da delegação brasileira em diversos eventos internacionais, pelo currículo robusto que ostenta, confio plenamente em que a aprovação do nome de Ricardo Neiva Tavares para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria será benéfica para o Brasil e contribuirá muito para a fluidez e para o aperfeiçoamento das relações entre os países.

Eu quero dizer que foi honroso relatar sua mensagem, Ricardo. Sei que você vai dar *show*. Sei que o Vivalva, com toda a sua experiência e conhecimento, também. Vocês estarão em dois países que são referência para nós em termos de aproveitamento energético. A Áustria inclusive é sede de entidades importantes da União Europeia que tratam da questão da energia. E o progresso e o futuro do Brasil dependem das questões de energia. Eu estava até conversando com V. Ex^{as} no meu gabinete sobre a importância de ampliarmos as relações bilaterais na área tecnológica, na área do aproveitamento da energia solar, das energias alternativas, da biomassa. Eu queria muito que houvesse uma ampliação nessa área, com a indicação de dois embaixadores tão experientes para esses países irmãos.

E, para finalizar com relação a vocês, eu queria que houvesse um *upgrade*, uma ampliação na indústria do turismo, porque todo mundo sabe que os alemães adoram viajar, os austríacos também, e essa relação que hoje é desfavorável, e muito, do Brasil com a Áustria, por exemplo, Ricardo, poderíamos tentar mudar.

E, finalizando, para você, Eduardo, também nessas duas linhas da energia e do turismo, todo mundo, aqui no Brasil, assistiu a uma novela que retratava muito a situação da Capadócia. Isso aumentou o fluxo turístico para a Turquia. Então, precisamos de uma situação que facilite também a vinda dos turcos para conhecer nossas belezas naturais, bem como os alemães e os austríacos, a fim de ampliarmos essa indústria com um PIB



limpo, tranquilo, neste momento em que o Brasil precisa tanto de investimentos. E precisa realmente de condições de ampliar sua indústria do turismo.

Estou falando isso como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo, como uma pessoa que discute o tempo inteiro esse assunto, tanto aqui quanto na Câmara. E pela infraestrutura, porque sou Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional, gostaria de me colocar à disposição dos três Embaixadores, para ampliarmos a discussão energética e da infraestrutura em geral.

Isso é o que tenho para falar. Agradeço a tolerância do Sr. Presidente e gostaria de desejar muito sucesso aos nossos Embaixadores experientes. Que continuem bem representando o Brasil nesses três importantes países para os quais irão brevemente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Bem, nós temos dois inscritos, o Senador Cristovam Buarque e o Senador Jorge Viana. Se o Plenário estiver de acordo, eu passaria a palavra aos inscritos e, em seguida, os Embaixadores responderiam às indagações feitas pelos Relatores e pelos Srs. Senadores.

Então, passo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, nós estamos aqui hoje diante de três Embaixadores que vão a lugares onde, entre outros, estão decidindo o futuro da humanidade inteira, em função dessa crise da migração. É aí que vamos decidir se abriremos a Europa para todos os pobres e refugiados do mundo, o que provavelmente trará consequências dramáticas do ponto de vista cultural e econômico; se vamos construir barreiras, como a Áustria – depois eu perguntarei ao Ricardo sobre isso – vem fazendo antes mesmo da proposta do Trump, nos Estados Unidos; se vamos seguir a tentativa da Merkel de negociar e de tentar fazer até mesmo aquela alternativa de receber um para cada um com que a Turquia fique, e a Turquia, que está bem no centro do problema no que se refere à migração fugindo da guerra, embora não seja da migração fugindo da pobreza.

A gente sempre que ouve falar da migração, pensa nos sírios, mas se esquece de que são milhões de africanos. A proporção, da última vez que vi, era de 54% de pessoas fugindo da África e só 46% fugindo da Síria. E mesmo que levem em conta certos problemas de guerras civis na África, é uma minoria; a maioria está fugindo é da pobreza.

Quando eu estive na fronteira da Turquia com a Síria, pensando em escrever um artigo sobre refugiados, no fim eu terminei escrevendo, Senador José Agripino, um trabalho bem maior, que será publicado agora em outubro, sobre os mediterrâneos invisíveis que existem no mundo inteiro, separando pobres de ricos. Há mediterrâneo cercando hospital, mediterrâneo cercando escola, mediterrâneo cercando *shoppings*, mediterrâneo cercando nossas casas, e não dará para todos entrarem, a não ser que venha um novo projeto civilizatório que não seja baseado apenas no consumo, que não seja baseado apenas na busca pela igualdade pelo topo do consumo.

É nesse sentido que os três países têm muito a ver: a Turquia, que está pertinho da Síria, de onde saem tantos; a Alemanha, que é um dos países que sofre maior pressão e que está tentando encontrar um caminho; e a Áustria, que está tentando encontrar outro caminho, que é o caminho da barreira.

Dito isso, quero fazer perguntas para cada um dos três.

Em primeiro lugar, pergunto ao Ricardo. Pelo tempo que nos conhecemos, ele tem primazia. Senador José Agripino, ele também foi um dos meus alunos no Instituto Rio Branco.

Sempre o nosso Presidente Aloysio pergunta: há algum aluno seu aqui? Há um. Já houve mais de um em alguns momentos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Há os seus alunos da Bancada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas, além disso, conheci mesmo o Ricardo como Embaixador na Comunidade Econômica Europeia e na Itália, em momentos especiais de tentativas minhas de vender ideias por aí. Ele foi de uma gentileza e de uma competência surpreendentes, especialmente na Comunidade Econômica Europeia, onde estive por alguns dias.

Quero falar hoje não do Embaixador da Itália, não da Comunidade Econômica Europeia, mas, sim, da Áustria, para saber se há condições de ele falar sobre um ponto, que é a política de previdência. Como é que foi a reforma na Áustria, que tinha uma das previdências mais generosas?

Nós vamos ter de mudar a nossa Previdência. É um absurdo que ainda haja gente que diz que não é preciso haver reforma. Admito que se diga que a reforma pode ser feita de um jeito, de outro ou de outro, mas não que ela não deve ser feita. Nada que existe há mais de dez anos pode continuar sem uma reforma, e já faz muito mais tempo que a da Previdência foi feita.



Segundo, quero falar sobre essa ideia da barreira que se tenta construir na Áustria para impedir a imigração. A minha pergunta é: pode-se imaginar que isso vai ter apoio popular crescente, como forma de defesa? Realmente, tem de se defender da imigração em grande massa. Mas se vai procurar outro caminho ou não? Falarei de outro caminho depois.

Ligado a isso, faço esta pergunta: quem é que vai ganhar a imaginação do eleitorado austríaco? Vamos estar mais para esse populismo xenófobo de alguns? Ou a busca é de uma alternativa que Os Verdes podem representar, se formularem melhor sua proposta? São essas duas perguntas.

No caso da Alemanha, como aumentar a parceria do Brasil com a Alemanha, que sempre foi tão forte? Em que lugares a gente pode fazer isso do ponto de vista da economia? Mas, sobretudo, eu queria dar como sugestão aumentar ao máximo a parceria cultural, científica e tecnológica, de que, muitas vezes, a gente se esquece, ficando apenas na confusão da palavra “parceria” com “comércio”. São coisas diferentes. O comércio é parte da parceria, mas há outras manifestações.

Dentro disso, tenho uma pergunta sobre o que é que vai acontecer com a atual posição em relação à energia nuclear. A Alemanha, que nos colocou na energia nuclear, com Angra, por meio de um plebiscito, saiu da energia nuclear. Mas até que ponto eles vão segurar isso?

Por exemplo, no Japão, que, inclusive, viveu o problema de Fukushima, há uma pressão muito grande...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador, desculpa, mas ela saiu e segue comprando da França.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – A energia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nuclear. E da Bélgica. Ela sai, mas compra energia nuclear que vem da França e da Bélgica.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Como Hélio diz, a gente compra a energia, mas deixa a central lá, ou seja, a ameaça está longe.

Mas o Japão, por exemplo, está para dar um passo atrás na posição, e olha que o Japão tem uma razão mais forte, porque sofreu no território o problema de Fukushima. Como é que vai continuar esse debate?

Finalmente, uma ideia a que depois eu volto, que também tem a ver com a Turquia. Dessa viagem que eu fiz e dessa ideia dos “mediterrâneos invisíveis” que existem no mundo, eu terminei buscando um caminho, e eu queria saber o que se discute sobre a possibilidade de uma espécie de bolsa de “ex-migração”, ou seja, pagar para que as pessoas não precisem emigrar? Em vez de barrar a imigração, como a Áustria, a gente evitaria a emigração. É o que o Brasil vem fazendo com o Bolsa Família. Lá no Rio Grande do Norte, lá em Pernambuco, muita gente não migra mais para o sul graças a uma renda que lhe deixa ficar ali. Essa poderia ser uma ideia para a Alemanha considerar. Quando ela transfere três bilhões para a Turquia, de certa forma é isso, mas transfere ao governo. O que eu imagino é transferir para a pessoa lá, através de instrumentos internacionais, como o Banco Mundial, Nações Unidas, inclusive a Organização das Nações Unidas para refugiados, de tal maneira que a pessoa possa receber e dizer: “Agora você fica aí”. Agora, tem que ver com programa de educação, programa de saúde e microcrédito. Talvez seja um caminho para o futuro. Isso tem a ver também com a Turquia, mas seria mais dos que quiserem doar do que ele querer receber.

No caso da Turquia, o que eu gostaria de saber – aí, meu caro José Agripino, às vezes eu lamento que a gente tenha abolido a ideia do debate fechado aqui, porque há perguntas que são difíceis de o Embaixador responder sem se comprometer para o trabalho que vai fazer –, eu tenho a impressão, de quem observa daqui, de que o governo do Presidente Erdogan está usando uma narrativa de golpe como um golpe contra o Fethullah Gülen e o seu grupo do Hizmet. A sensação que tenho é que, na verdade, aquilo foi uma aventura de umas quantas pessoas, não está claro o que houve, e criaram essa ideia de golpe como uma maneira de destruir ou tentar destruir seus adversários. Esses adversários são liderados por um filósofo que mora nos Estados Unidos, de 77 anos, se não me engano, doente – está na Pensilvânia, inclusive, por causa do seu estado de saúde já faz anos, porque é uma doença crônica –, e de repente virou o golpista-mor do mundo.

Eu quero saber, se o senhor considerar que é possível falar pela televisão sobre isso sem comprometer o seu trabalho. Se não, o senhor não fala, depois a gente conversa. Existiu, de fato, pelas informações que o senhor tem uma tentativa de golpe, de fato, com dimensão, ou foram uns aventureiros? E, segundo, se por trás disso está esse grupo chamado Hizmet, que nem é organizado, é como um Lions, como um Rotary, por trás uma filosofia e, obviamente, a religião muçulmana. Então, existe substância para justificar que tenha havido um golpe e que esse golpe tenha saído dessas pessoas?

Segundo, é se a pressão europeia vai conseguir trazer de volta a democracia na Turquia. Fala-se que, se houver pena de morte, a Turquia não entrará na Comunidade Econômica Europeia. O regime de controle da mídia que hoje há na Turquia fere as regras que a Comunidade Econômica Europeia define para receber novo membro. Jornais que ontem eram de oposição hoje são absolutamente da situação, mas não é porque as pes-



soas mudaram de ideias, é porque mudaram as pessoas. O governo chegou lá, tomou o jornal e ficou dono, virou jornal oficial. Então, a pressão europeia pode ser suficiente para retomar a democracia na Turquia?

Essas são as perguntas que eu tenho, mas fique à vontade, Embaixador. Se a sua resposta atrapalha o seu desempenho, é melhor que não dê as respostas e seja um bom Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado, Senador Cristovam. Com a palavra o Senador Jorge Viana, o último inscrito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, Senador José Agripino, Srs. Embaixadores, amigos, colegas Senadores e Senadoras, eu não posso nem pensar em começar sem deixar registrado também o lamento por tudo o que está ocorrendo na Itália, da noite de ontem para hoje, uma situação grave, em que o número de mortes já passa de 60 pessoas.

Pela gravidade da situação, parece-me que o epicentro estava a apenas 10km da superfície. Não se pode ter a dimensão do tamanho dos danos e das vidas perdidas por conta dos escombros. Ainda estão procurando salvar vidas e, ao mesmo tempo, registrar o número de vítimas. Então, como estamos aqui, na Comissão de Relações Exteriores, e, por acaso, também com o nosso Embaixador Ricardo Neiva, que é Embaixador do Brasil em Roma, na Itália, eu espero que o senhor possa obviamente, hoje ainda – certamente já pode ter feito –, em nome da Comissão, expressar a nossa solidariedade ao povo italiano, que enfrenta este momento gravíssimo desse desastre natural que foi o terremoto de ontem. É o pedido que eu faço, junto com esse registro.

Eu queria cumprimentar esses três grandes profissionais que o Itamaraty tem, que a diplomacia brasileira tem, que estão indo para três importantíssimos países que requerem, inclusive, uma discussão delicada, como a que o colega Senador Cristovam ainda há pouco apresentou. Por exemplo, a Turquia talvez seja hoje, na Europa, o país que atrai os olhares, a atenção. Ontem conversávamos sobre isso em meu gabinete. Certamente, o Sr. Embaixador está indo para um lugar em que terá a oportunidade de viver essa situação, obviamente, como parte da diplomacia brasileira, que tem um histórico de sempre fazer boas mediações e de colaborar para que a paz permaneça. Certamente, terá uma boa e grande missão.

Eu queria, cumprimentando a todos, de maneira muito especial, agradecer e cumprimentar o Embaixador Mario Vilalva, pessoa com quem vamos estabelecendo laços de amizade. A Alemanha, Berlim, é um posto estratégico importantíssimo para o nosso País.

Antes de ser Senador e depois de ter sido Governador, eu trabalhei na iniciativa privada, e na época vi que o Embaixador Everton Vargas trabalhou intensamente a fim de estreitar a cooperação do Brasil na área de segurança.

Lamentavelmente, tenho que pedir desculpas, porque tinha duas outras audiências, só consegui chegar depois das explanações, mas vejo, com relação à Alemanha, que o Brasil tem que retomar negociações não somente em áreas estratégicas, com quem já teve. Por exemplo, a Alemanha é um país que avançou muito na área da segurança, tem um histórico e recursos tecnológicos muito avançados.

Antes de ser Senador, nós íamos sediar os dois mais importantes eventos, no caso, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Na época nós trabalhávamos com a ideia de que a Alemanha poderia ser uma grande parceira, porque o Brasil tem um problemão na área de segurança.

Agora mesmo, no meu Estado, nós estamos vivendo um drama, mas, felizmente, com a ação do Governador Tião Viana e das Forças de Segurança, nós conseguimos estabelecer controle. V. Exª viveu no seu Estado também, recentemente, salvo engano, Senador José Agripino, situações de grupos organizados que resolvem implantar terror, agir à margem da lei intensamente e de maneira organizada.

A Alemanha é um país que deu exemplo com a realização de eventos. Mesmo passando por tudo o que passaram, eles desenvolveram uma maneira de lidar com essas questões que pode ajudar muito um país como o nosso.

Realizamos os dois eventos, foi um grande sucesso, especialmente agora as Olimpíadas, mas seguimos com um gravíssimo problema: como vamos fazer para diminuir a violência em nosso País? Que polícia nós precisamos ter? Que aparato legal nós precisamos ter? O nosso Código Penal é dos anos 40. Creio que é uma área importante para se trabalhar, porque vários países têm identificado a Alemanha como um país importante, um parceiro estratégico nessa área. No mais, eu só queria cumprimentar.

Lembro-me sempre do Senador Luiz Henrique, que criou um *case* concreto com o Ballet Bolshoi, o único caso em que saiu da Rússia. E todos nós sabemos que Viena é uma das capitais culturais da Europa. Penso que também através das artes e da música podemos estabelecer ações que são fundamentais para um país como o nosso.

Eu queria, Embaixador, que o senhor, com a sua sensibilidade, ajudasse a fazer com que o Brasil possa avançar também nesse aspecto.



Não quero fazer questionamentos, até porque não pude ouvir as explanações, mas estou certo de que temos três grandes profissionais seguindo para três importantes missões. E, sinceramente, no caso da Turquia, é uma situação muito mais grave, Embaixador Eduardo, porque ali é a porta de entrada de alguns conflitos, especialmente dessa agenda da imigração, como foi lembrado por alguns colegas, que é um desafio que para mim está só começando no mundo.

Já me informaram que, se isso ocorrer no sudeste da Ásia, a situação pode se agravar ainda mais, porque estamos falando de centenas de milhões de pessoas. Dizem que na hora em que alguns países não absorverem tanta mão de obra pode haver um fluxo grande. Por enquanto está em torno da Europa. A Turquia é um país chave nesse processo para que possa haver paz no mundo. Tomara que o senhor tenha sucesso na missão, especialmente de procurar, como brasileiro, como representante do nosso País, dar a parcela de contribuição a partir do exemplo do Brasil. Era basicamente isso.

Eu queria cumprimentar os amigos e desejar a todos sorte na nova missão.

Como Vice-Presidente do Senado, coloco-me à disposição, como faço sempre, para, o quanto antes – já me solicitaram ontem –, levarmos para o plenário do Senado, aprovados aqui, a apreciação do nome dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Encerrada a lista de inscritos, passo a palavra ao primeiro dos Embaixadores. Na sequência, Embaixador Gradilone. Em seguida, Embaixador Mário Vilalva e, por último, Embaixador da Áustria.

Com a palavra, portanto, o Embaixador Eduardo Gradilone.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – Muito obrigado, Senador. Acho que vou começar com o tema da imigração.

O Senador Cristovam Buarque não foi meu professor, mas foi uma figura muito importante no trabalho desenvolvido pela Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior não só quando ela foi chefiada pelo Embaixador Oto Agripino Maia, mas durante a minha chefia. Eu me lembro de que na primeira conferência brasileira no mundo, em que o senhor participou como representante do Legislativo, nós resolvemos pedir contribuições do mundo acadêmico sobre os temas mais importantes que nós tínhamos no tocante às comunidades brasileiras no exterior.

Naquela época havia o problema dos inadmitidos e vários outros temas relacionados à emigração. Eu tive oportunidade de escrever um artigo sobre a nossa política para os brasileiros no exterior, dando muita ênfase ao que o Senador Jorge Viana mencionou, no sentido de mostrar o exemplo brasileiro como o de um país aberto. Tratamos da imigração de uma forma muito mais humana do que a forma, infelizmente crescente, securitária de abordagem que é utilizada pela maioria dos países desenvolvidos.

Uma das coisas mais frustrantes que tive nas minhas negociações com a França, com os Estados Unidos, com a Inglaterra, com vários outros países, foi o fato de não ter interlocutores diplomáticos para conversar sobre o assunto imigração. São funcionários graduados, mas de ministérios que estavam ligados mais à justiça, à imigração, com um enfoque que tornava praticamente impossível sensibilizá-los para algum aspecto que não fosse o da segurança e de outros que dificultavam muito o encaminhamento dos assuntos.

Com relação a esse problema da perda dos interlocutores diplomáticos, os ministérios de relações exteriores sucumbiram ao predomínio dos outros ministérios. O Brasil é um dos poucos países em que, graças a Deus, nós temos um Ministério das Relações Exteriores com uma interação quase perfeita com a Polícia Federal e com o Ministério da Justiça, e nós conseguimos encaminhar esses assuntos migratórios com os dois enfoques, sem perder de vista o enfoque da segurança, porque quando os números de imigrantes e de emigrantes aumentam muito, a questão muda praticamente de qualidade.

E nós, então, somos, graças a essa parceria, capazes de estar em condições de encaminhar esses assuntos de forma equilibrada, e não privilegiando apenas o enfoque policial, que, infelizmente, é o que tem predominado.

E nós vemos outros países que têm como que recorrentes períodos de maior fechamento migratório, e acho que soluções como a que o senhor propôs, como a bolsa imigração, seriam interessantes, porque acho que estão faltando ideias em matéria migratória.

Realmente, a Turquia é um país fundamental, agora, nessa última discussão sobre a migração, principalmente pelos efeitos dos conflitos na Síria. A Turquia passa por um momento, como o senhor e outros Senadores mencionaram, muito delicado. Primeiro, em razão de muitos ressentimentos em relação, primeiro, à forma como a adesão da Turquia à União Europeia tem sido encaminhada desde 2005, quando acho que foi pela primeira vez apresentada. Depois, também, como estão sendo apresentados os condicionantes para a adesão da Turquia. Depois, com a reação, segundo os turcos, muito insatisfatória que eles consideram ter havido por parte de muitos países em relação ao golpe que ocorreu no dia 15 de julho naquele país. O próprio Presidente afirmou que o golpe havia sido uma benção divina para que aqueles grupos que, segundo o governo estariam infiltrados, pudessem ser revelados e agora combatidos.



O momento é tão delicado que é difícil, inclusive, conversar com interlocutores turcos. Eu, pelo menos, tenho grande amizade com diplomatas turcos com quem eu conversava sobre a situação da Turquia há muito tempo, desde a notícia de que eu seria designado Embaixador naquele País, e vi como o golpe frustrado causou um trauma. Um trauma que hoje, por exemplo – nós temos algumas notícias de analistas –, provocou uma inédita aproximação de certos partidos. Tirando o partido de tendência pró-curda, os demais partidos se aliaram ao governo. Talvez até com suas diferenças, mas o momento está tão emocional que há uma espécie de corrente em relação ao apoio das medidas do governo no sentido da sua resposta ao golpe de Estado.

A Turquia tem procurado mostrar com filmes, com documentos e de outras formas a violência do golpe de Estado. E pela primeira vez, porque a Turquia tem uma história de golpes de Estado. O exército turco é considerado o grande defensor do secularismo. Isso já aconteceu no passado. Pela primeira vez, foi o parlamento atingido pelos revoltosos, quer dizer, houve vários aspectos desse golpe que o diferenciam de golpes anteriores.

Acho que neste momento emocional é muito difícil encaminhar as coisas. A diplomacia nos remete aos manuais de teorias sobre diplomacia, relações internacionais, porque ela está numa posição estratégica. Tudo o que acontece agora na Turquia é importante, porque tem reflexo na crise síria, no problema dos curdos, em todo esse aspecto da imigração. Ela nos remete também aos manuais de psicologia, também de como tratar certos assuntos em ambientes muito influenciados pelo que está acontecendo.

Por isso, agradeço a permissão que o senhor me deu de não responder mais profundamente à sua pergunta. Acho que há coisas que também devem ser encaminhadas pela nossa diplomacia. Acho que os manuais de diplomacia aqui também têm que ser muito utilizados. Quanto mais conflito, mais necessidade de conversas, de diplomacia. É isso o que o Brasil está fazendo, ouvindo as partes, ouvindo o que é apresentado de argumentação em favor de determinadas posições.

Acho que, hoje – não sei se o fuso está correto –, o Vice-Presidente Biden, dos Estados Unidos, está na Turquia justamente para discutir os fundamentos do pedido de extradição do clérigo Fethullah Gülen. Acho que compete a nós, do Itamaraty, acompanhar também os resultados desses encontros e como eles se desenvolvem. Nós temos recebido os representantes turcos também, escutando os argumentos.

De modo que é essa a resposta que eu poderia dar aos senhores sem, talvez, comprometer, como o senhor bem apontou, o que poderá ser o meu trabalho no futuro, que vai exigir muita isenção, muito equilíbrio e muita diplomacia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência, eu fiz três perguntas e não fui respondido em nenhuma; em parte, em uma. Uma sobre o intercâmbio energético; uma sobre essa questão da incrementação nisso, porque nós estamos numa linha de latitude muito similar à da Turquia; uma sobre a questão do turismo, em que o Brasil teve um *up* na Turquia, e não houve um retorno aqui; e a questão que foi mais ou menos respondida, que é a questão da paz e da tranquilidade para o mundo.

Eu gostaria que V. Ex^a pudesse discorrer para mim sobre essa questão da energia e do turismo, rapidamente, por favor.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – Na minha exposição, eu não me aprofundei, mas acho que um guia para a minha gestão no posto como Embaixador do Brasil na Turquia, caso venha a ser aprovado por esta Comissão e pelo Senado, é dar implementação ao nosso plano de parceria estratégica e aos mecanismos que estabeleceram áreas de cooperação, e uma delas é a de energia. Então, acho que será um dos assuntos, talvez, mais importantes a serem abordados, quando eu iniciar a minha gestão.

Evidentemente, o que está acontecendo na Turquia vai exigir um certo período de acomodação. Acho que é importante também que eu já antecipe que não vai ser algo imediatamente implementado, porque nós teríamos que colocar em funcionamento os grupos destinados a esses assuntos, e o momento atual talvez não seja o ideal para isso. Mas isso será feito, com certeza, futuramente. Eu me comprometo nesse sentido.

Com relação a turismo, com mais razão. Acho que há um desequilíbrio muito grande. Nós mandamos 80 mil brasileiros para a Turquia, e eles mandam só 10 mil para o Brasil, mas nós estamos no melhor momento para isso. Acho que o Brasil deu uma demonstração maravilhosa com as Olimpíadas, e os turcos gostam muito do Brasil. Eu já estive na Turquia – não a trabalho, mas a turismo – e o contato que houve foi em relação ao futebol, que era a coisa mais popular e de conhecimento dos turcos, mas acho que agora as Olimpíadas nos projetaram até mais do que a Copa do Mundo, e penso que é um bom momento para começar algum projeto de divulgação maior do turismo brasileiro junto à Turquia.

Nós temos um voo direto, que é algo que facilita muito esses contatos, e espero poder contar com o apoio de todas as entidades de promoção do turismo no Brasil, para que haja o maior volume possível de material promocional, a fim de que possamos justamente estabelecer uma estratégia de promoção que seja parecida com a estratégia dos outros países. Eu, na Nova Zelândia, tenho muita dificuldade em divulgar o Brasil, pela carência de material de divulgação. Quem vai à Nova Zelândia encontra, em qualquer aeroporto, em qualquer



lugar praticamente da cidade, estantes repletas de informação sobre tudo, sobre todas as cidades, sobre todos os passeios, todos os mapas, em maravilhosas encadernações.

Todos os anos, aquilo é revisto. Há roteiros, etc. Então, quando chegam à Embaixada da Nova Zelândia 20 exemplares de um guia turístico, nem tenho como mandá-los para as pessoas mais importantes das entidades de promoção de turismo. Acho que é preciso fazer uma divulgação não só pela internet. As pessoas precisam dos folhetos, das fotografias.

Enfim, eu gostaria de contar com o apoio de todos e de V. Ex^a, em especial, no sentido de que não só a minha, mas todas as embaixadas tenham muito mais material promocional do que aquele de que dispõem hoje. Costumo guardar para mostrar para o meu pessoal a qualidade das coisas que recebo de outros países, como as cestinhas. Por exemplo, a Argentina produz mapas maravilhosos, com todos os destinos e fotografias de todos os lugares da Argentina, com brindezinhos, com CDs, com bolinhas de futebol ou de rúgbi, com camisetas. Isso causa muito boa impressão. Os países desenvolvidos fazem isso até em maior escala.

Precisamos melhorar muito isso. Mesmo que seja dispendioso, esse é um investimento que vale a pena. Na Nova Zelândia, é isso que funciona efetivamente. E acredito que, na Turquia, será a mesma coisa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Agradecendo as considerações do Embaixador Gradilone, concedo a palavra ao Embaixador Mario Vilalva.

O SR. MARIO VILALVA – Muito obrigado, Senador Agripino Maia.

Começo, então, pelas perguntas e pelos comentários formulados pelo Senador Armando Monteiro.

Não há dúvida alguma de que um país que tem uma indústria bem desenvolvida é um país que está no caminho do sucesso. Portanto, a Alemanha é o grande parceiro do Brasil para o desenvolvimento de cooperação e de aprendizado nessa área da indústria, que tem de ser mesmo o nosso foco central na relação com a Alemanha.

V. Ex^a mencionou a Sociedade Fraunhofer. É, na verdade, uma sociedade com cerca de 18, se não me falha a memória, institutos ligados ao desenvolvimento. Foi essa sociedade, aliás, que ajudou muito a criação da nossa Embrapii aqui, no Brasil. E nós vamos continuar a desenvolver com eles uma cooperação profícua, de modo a explorar isso ao máximo, para que possamos aprender com eles.

Há a Indústria 4.0. Tenho procurado ler muito sobre isso. No começo, custei a entender o que é a Indústria 4.0, mas percebo nitidamente que é a próxima revolução industrial. Então, temos de também trabalhar com a Alemanha nessa área.

Quanto aos investimentos, não há sombra de dúvida de que o maior exportador líquido de investimentos no mundo é a Alemanha. Temos de aproveitar isso não só nas áreas industriais, mas também nas áreas de infraestrutura. A Alemanha não tem tradição de investir nessas áreas, mas, recentemente, já manifestou interesse em alguns setores, em aeroportos, em ferrovias, em portos. Isso é muito positivo. Acho que temos de continuar a trabalhar com eles para atraí-los também para essa área. Teremos um encontro em Weimar em outubro. É mais uma edição dos encontros comerciais e da Comissão Econômica. Vamos aproveitar o momento.

Com relação ao Mercosul e à União Europeia, concordo plenamente com V. Ex^a, no sentido de que ou fazemos isso ou corremos o risco de o Mercosul atrofiar em pouco tempo. O Mercosul não aguenta mais dez anos sem um grande acordo de livre comércio. A verdade é essa. Todos os processos de integração no mundo fazem esse tipo de acordo comercial, que é a oxigenação natural do processo de integração.

O Mercosul, na verdade, fez poucos acordos, mas precisamos de um grande acordo comercial. A Europa, não há dúvida nenhuma, é o nosso grande parceiro no momento.

Acho que, para superar este momento de alguma dificuldade, nós temos que insistir. Temos que informar, temos que convencer, temos que persuadir, temos que ter elementos, a todo momento, para convencer o outro lado de que isso é um bom negócio. Não adianta simplesmente dizer que temos um acordo em negociação, que precisamos assinar. Mas precisamos assinar por quê?

Em Portugal, no momento, estamos promovendo, na Universidade Católica, um grande seminário trazendo especialistas de toda a Europa para falar sobre isso. É a primeira iniciativa desse tipo na área acadêmica. Vem a Cecilia Malmström, vem o Presidente do Parlamento Europeu, grandes figuras, o Presidente da República de Portugal vai abrir, o Primeiro-Ministro vai encerrar, para falar desse acordo, de quais são as vantagens.

Precisamos fazer mais estudos também no Mercosul. A Europa faz os estudos sobre o impacto desse acordo. E nós, no Mercosul, temos feito? Não sei. É preciso ver se não é o caso de fazermos também esse tipo de estudos para comprovar que é um bom negócio para os dois lados.

Quero aproveitar para dizer que o Itamaraty já fez algumas aproximações com o Reino Unido para saber se, no momento em que o Reino Unido efetivamente deixar a União Europeia, ele estaria disponível para também se engajar num tipo de acordo de livre comércio com o Mercosul. A reação inicial, muito preliminar,



porque sequer ainda pediram para sair, ainda não formalizaram o pedido de saída, foi positiva, porque o Reino Unido, no momento, tem excelentes relações com o Brasil.

O Senador Hélio José falou sobre energia, sobre a energia solar, em particular, que eu sei que é um tema que lhe é muito caro. A Alemanha tem 10% da sua matriz energética na energia solar, algo extraordinário. Eu não sei qual é o grau de insolação que existe na Alemanha, mas é muito pequeno. No entanto, representa 10% da energia.

É bem verdade que eles têm o estímulo – o Senador Jorge Viana, se não me equivoco, levantou esta questão – do fato de estarem abandonando a energia nuclear. Há um compromisso no sentido de apagar as centrais nucleares até 2022. Os Verdes fizeram um trabalho extraordinário em relação a isso e conseguiram convencer e sensibilizar mentes e corações entre a população, que hoje é totalmente favorável. Trinta e seis por cento dos painéis fotovoltaicos do mundo estão na Alemanha. Esse é também outro dado impressionante. Trinta e seis por cento dos painéis fotovoltaicos do mundo estão na Alemanha. E eles funcionam com subsídio cruzados. Ou seja, quem consome energia tradicional paga mais, quem consome energia solar paga menos. Portanto, é algo que também precisamos ver.

O Senador falou também na indústria do turismo. Não há dúvida nenhuma de que a indústria do turismo mobiliza a economia. De cada dez empregados no mundo, um está na área do turismo. É um grande mobilizador de riquezas. Nós temos que atrair mais turismo para o Brasil. Hoje, os alemães são o segundo maior contingente de turistas europeus. O primeiro é o da França, depois, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal. Portanto, eles têm um grande interesse no Brasil.

É preciso fomentar várias iniciativas. Obviamente, uma delas o Embaixador Eduardo Grandilone mencionou, é ter melhor material de qualidade, melhor material de divulgação, mas também não é só isso. É preciso que o Brasil faça o dever de casa e tenha melhor infraestrutura na área do turismo. Isso me lembra muito quando o Boca Juniors, na Argentina, mudou o seu uniforme e um comentarista disse: “Mucha ropa y poco juego”. Não adianta botar roupa bonita se não tiver bons jogadores. Acho que nós temos de fazer também o dever de casa, melhorar muito a nossa infraestrutura na área do turismo e aprender com países como Portugal, como Espanha, que têm *know-how* para dar e estão à disposição para dar isso para países como o Brasil.

Temos treze frequências entre Frankfurt e Brasil atualmente. Podemos ampliar isso, como Portugal ampliou. Portugal tem 85 frequências para o Brasil hoje, é o grande *hub* europeu de quem quer viajar para o Brasil, e não só para o Rio de Janeiro e São Paulo; eles hoje têm voos para o Rio Grande do Norte, para a Bahia, para Minas Gerais, para o Rio Grande do Sul, para Brasília e para vários outros pontos.

O Senador Cristovam Buarque – de quem não fui aluno, infelizmente; na minha época, o Rio Branco ainda era no Rio de Janeiro, e eu não sou velho, sou antigo, foi uma pena, porque, das vezes em que participei com V. Ex^a, aqui na Universidade de Brasília, de seminários, realmente foi um grande prazer –, nas perguntas que me fez, falou da área cultural. Não há dúvida nenhuma de que nós temos que fazer da área cultural também uma ferramenta para cooperação em outros campos, não ver na área cultural um fim nela mesma, mas procurar ver de que modo a área cultural pode ser uma via também para maior cooperação em outras áreas – área comercial, área de ciência e tecnologia e, obviamente, área do aprendizado. É preciso que os povos se conheçam mais, na sua plenitude, na área cultural. Na Alemanha, com feiras de livros, procurar trazer mais artistas brasileiros para a Alemanha. Fizemos, em 2013, o ano do Brasil na Alemanha, que foi um grande sucesso. É pena que isso custe uma fortuna, mas acho que esse tipo de iniciativa dá resultado, porque atualiza os povos em relação àquilo que há de bom na cultura dos respectivos países.

Cooperação científica e tecnológica. Não há dúvida nenhuma, a Alemanha é o país que deve merecer nossa atenção nessa área.

Energia nuclear. Já falamos aqui. Temos o acordo de 1975, que o Brasil firmou num momento de necessidade, num momento em que os Estados Unidos viraram as costas para o Brasil. O Brasil procurou uma alternativa bem-sucedida, à época, politicamente e economicamente, com a Alemanha. À época, nós imaginávamos fazer oito centrais nucleares, só fizemos duas com eles e uma com a Westinghouse, que é americana. Mas esse momento passou e a verdade é que hoje a energia nuclear está sendo muito criticada. Os alemães realmente já se convenceram de que não podem mais usar energia nuclear, importam de países vizinhos, mas eles próprios já se convenceram e não usam mais.

Com relação à ideia da Alemanha, bolsa de emigração para evitar que os países expulsem, não há dúvida nenhuma de que é esse o trabalho que tem que ser feito, e é esse o trabalho que a Europa vem tentando fazer há algum tempo. Só que, nos últimos anos, a Europa também foi atingida por uma série de problemas endógenos e exógenos, o que fez com que ela, então, diminuísse um pouco a atenção para esse aspecto. Mas há muito tempo a Europa vem procurando estabelecer relações tais com os países da sua vizinhança, do chamado Arco do Fogo, como alguns dizem na Europa, para evitar que exista esse tipo de onda de imigração.



Agora, como disse aqui um colega nosso em uma das sabatinas, esse é o preço da história. Quer dizer, a Europa tem de conviver com essa realidade, sobretudo de países que foram, no passado, colônias de países europeus e que agora esperam algum tipo também de gesto por parte dos europeus em momentos de dificuldade.

Angela Merkel, apesar de tudo, apesar de perder popularidade, tem se mantido fiel aos seus princípios ideológicos; tem insistido que tem de haver solidariedade, tem de acolher esses imigrantes. Portanto, vamos fazer votos de que os europeus encontrem uma solução para esse problema.

O Senador Jorge Viana falou da segurança. De fato, os alemães têm muito *know-how* nessa área de segurança pública. Nós temos, Senador, um acordo com a Alemanha nessa área, que é um acordo que foi celebrado em 2008; entrou em vigor, em 2010; foi publicado no *Diário Oficial* em 2012.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O senhor me permite interromper? Porque essa é uma questão fundamental.

Ontem, Senador Aloysio, eu tratava disso com o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Veja bem: nós fizemos um acordo com a Alemanha, Brasil–Alemanha, em uma das idas do Presidente Lula, de cooperação na área de segurança pública, porque eles são muito bons, e eu tinha feito um questionamento. Assina-se o Acordo e, em 2012, é que ele foi efetivado. Em 2012, quatro anos depois.

Ontem eu falava sabe do quê? O próximo item depois da sabatina será um acordo sobre bambu e ratã para que o Brasil possa fazer parte de uma organização. O problema é que, no Senado, isso chegou há quinze dias. E nós vamos deliberar sobre ele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Certamente.

Na Câmara, acordo internacional passa em quatro comissões. É disso que eu fui falar com o Presidente Rodrigo Maia. Não tem nenhum sentido. A comissão para apreciar acordo é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na Câmara. Então, se eles fizerem essa alteração... Ele achou boa a ideia. Falei ontem à noite com ele. Peguei um Deputado também e pedi que apresentasse uma proposta. Salvo engano, o Itamaraty está interessado nisso, o Serra. Senão, nós vamos ter sempre este problema: faz-se um acordo; quatro, cinco, seis, dez anos depois, como nós temos casos, é que ele ganha... Aí já foi embora; já mudou o Governo. É uma desmoralização para o País.

Nós resolvemos isso no Senado. Tiramos tudo da gaveta – aí eu fui descobrir a origem –, mas, se não fizermos um projeto de resolução, na Câmara, alterando... O Senador Luiz Henrique – lembra? – queria mudar e passar só no Senado, o que é impraticável. Aí votamos o regime de urgência. Isso não resolve na Câmara. Então, lá na Câmara, precisa haver um projeto de resolução.

Acho que V. Ex^a também pode ajudar, Senador Aloysio, com o Deputado Rodrigo Maia. Ele gostou muito e falou que ia apreciar isso hoje. Eu falei ontem à noite com ele: “Olha o meu exemplo. Estou pegando um acordo e são quatro ou cinco anos para, depois, podermos apreciá-lo no Senado.”

Estou só pegando um exemplo clássico para dizer que nós podemos agilizar. Não dá para o Presidente de um país assinar um acordo e dizermos: “Olha, daqui uns quatro ou cinco anos, talvez, a gente comece a fazer alguma coisa.” Isso é uma desmoralização para o nosso País e para, no caso, o nosso Presidente da República, que foi o Lula, ou para quem esteja na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O senhor tem toda a razão. Também o Executivo tem de rever a sua metodologia, porque depois de o Congresso ratificar, os órgãos do Executivo que foram ouvidos da primeira vez têm de ser ouvidos novamente. Aí, é uma obra de Santa Engrácia, como se diria lá em Portugal.

Eu tive que me ausentar para apresentar dois relatórios na Comissão de Constituição e Justiça. Penso que agora V. Ex^a é o último a responder, e já estão encerradas as inscrições. Quem chegar agora aqui já não vai mais falar, porque nós vamos ouvir o parecer do Senador Viana.

Pois não.

O SR. RICARDO NEIVA TAVARES – Muito obrigado, Presidente.

Eu começaria a responder pela ordem em que as perguntas me foram feitas. Então, no primeiro caso, a primeira pergunta veio do Senador Armando Monteiro, sobre a questão da integração produtiva entre o Brasil e a Áustria.

Eu acredito, sim, que haja muita possibilidade de desenvolvimento nessa área. A Áustria tem uma indústria importante, tem uma integração, sobretudo com os países europeus, em particular, com a Alemanha, mas tem interesse em fazer investimentos em outros países. É preciso que se deem também condições para atrair esses investimentos.



A Áustria se notabiliza particularmente em áreas como de máquinas e equipamentos, metalmecânica, química, mas também – e aí eu aproveitaria para tocar num ponto mencionado pelo Senador Hélio José – na área de energia. A Áustria é um país que se orgulha de produzir um quarto da sua energia a partir de fontes renováveis e de consumir três quartos com energias renováveis. A Áustria tem empresas importantes na área solar, por exemplo, na área de biomassa e biogás e na área de energia eólica e hídrica.

Eu acredito que, também, neste caso em particular, diante do interesse que os próprios programas brasileiros despertam para os parceiros europeus, a Áustria também possa aumentar a sua participação na matriz energética brasileira. Inclusive, isto é um esforço que já se vem fazendo.

Quando houve a visita, por exemplo, do Ministro das Relações Exteriores da Áustria aqui, em 2008, ele veio com um grupo de empresários, do qual fazia parte toda essa parte da indústria de produção de energia. Posteriormente, também foram feitos esforços, por parte da Apex, no sentido de atrair empresas, ainda no ano passado, de alguns países europeus em particular, e a Áustria estava entre eles.

De modo que eu acredito que, enfim, haja um espaço para nós podermos ampliar o relacionamento. Eu estou particularmente interessado nisso e me proponho a fazer isso e espero ter o apoio também de V. Ex^a para que nós possamos desenvolver a cooperação entre os dois países nessa área.

O Senador Armando Monteiro mencionou a questão dos investimentos brasileiros também em função do acordo. Esse acordo é, de fato, importante e explica, em grande parte, esses investimentos, porque são investimentos por meios de *holdings*, *trading companies* e outras. Não são programas de investimento de produção na Áustria, mas fazem da Áustria uma espécie de *hub* para esses investimentos brasileiros.

Eu me lembro de que, há pouco tempo, o Banco do Brasil, que tinha um escritório de representação em Roma, fechou, transferiu para Milão, e Milão, por sua vez, passou a subordinar-se a Viena, que é atualmente o grande centro, para a Europa, de operações do banco. Então, acredito que isso também esteja relacionado. E também, é claro, o regime fiscal vigente na Áustria, que permite isto: atrai as empresas brasileiras para lá nesse sentido.

Com relação ao que falou o Senador Hélio José, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer muitíssimo pelas menções generosas ao meu desempenho como Embaixador em Roma. De fato, quando fui para lá, lembro-me de ouvir o então Ministro das Relações Exteriores me dizer que eu ia para lá para tentar colocar as coisas no bom caminho, porque estávamos vivendo momentos turbulentos, em função justamente dos temas que V. Ex^a mencionou. Eu tenho grande satisfação de poder dizer que, ao longo desse meu período em Roma, de mais de três anos, eu pude desenvolver um trabalho que nos permitiu – não que esses assuntos tenham sido esquecidos – superar esses assuntos que hoje em dia não constituem mais óbices, nem criam barreiras ao desenvolvimento normal das relações bilaterais.

O caso emblemático – V. Ex^a mencionou – foi justamente a extradição de Henrique Pizzolato, que foi, na verdade, um marco no relacionamento bilateral nessa área, porque a Itália nunca tinha extraditado para o Brasil um cidadão também de nacionalidade italiana, pela razão de nós, constitucionalmente, não podermos dar uma reciprocidade estrita aos italianos. Então, nós tivemos isso. Foi um trabalho diplomático feito em Roma, de mostrar aos italianos que nós poderíamos ampliar a nossa cooperação nessa área e que isso seria suficiente para que eles pudessem fazer esse gesto em relação ao Brasil. Embora tenha havido todo um largo procedimento jurídico, em que todas as fases foram utilizadas, porque a Itália tem uma peculiaridade, como a França, de um sistema judiciário administrativo, com conselho de Estado, posterior à decisão ministerial, a essência da decisão foi uma decisão de caráter político, dada pelo Ministro da Justiça da Itália. E acho que isso foi um sinal muito importante de que os italianos queriam desenvolver e voltar a ter o relacionamento com o Brasil normalizado. Então, terei a satisfação de passar o posto para o meu sucessor, que era, na verdade, o Ministro das Relações Exteriores quando fui para Roma, com o relacionamento normalizado.

Agradeço também a menção que o senhor fez à minha entrevista à Rádio Vaticano. Eu sempre procuro manter esse contato com a imprensa – até fui chefe do setor de imprensa do Itamaraty durante muitos anos –, mas, particularmente, nesses momentos de grandes eventos, em que eu fui solicitado a dar informações. E eu aproveitava justamente para dar as informações que não saem muitas vezes. O grande público não tem conhecimento disso. Eu me lembro de que, além dessa entrevista, dei várias outras agora nas Olimpíadas, como eu tinha feito também na época da Copa do Mundo, e eram programas interativos; não no caso da Rádio Vaticano, que foi gravado. Mas, no caso da Rai, por exemplo, as pessoas que estavam escutando ou vendo a programação, dependendo se era rádio ou televisão, participavam, perguntavam coisas.

E uma das pessoas, na minha última entrevista à Rai antes da abertura dos Jogos Olímpicos, disse precisamente: “Eu fico satisfeito de ouvir essas informações sobre gastos, sobre zika, sobre segurança e tudo que saía na grande imprensa, informações atualizadas e que permitem colocar na devida medida tudo o que está acontecendo no Brasil”. Depois nós vimos que foi um sucesso e as pessoas que saíram daqui, em sua grande



maioria, ficaram satisfeitiíssimas com o que ocorreu no Brasil, tanto no caso da Copa do Mundo como agora, ainda mais, com as Olimpíadas.

Com relação ao turismo, que V. Ex^a mencionou – eu creio que a parte de energia já mencionei –, de fato, o turismo apresenta um desequilíbrio, porque nós mandamos muito mais turistas para lá do que recebemos. Segundo os dados de que eu disponho, em 2013, por exemplo, nós tivemos, da Áustria para o Brasil, 25,9 mil; aumentou um pouquinho em 2014, efeito da Copa do Mundo, evidentemente, 28,5 mil; e diminuiu novamente, em 2015, para essa faixa de 26,5 mil. Enquanto isso, do Brasil para a Áustria, foram muito mais: no ano passado, foram 69,7 mil. É claro que, enfim, se nós formos simplesmente comparar pelas populações de cada país, é até natural que brasileiros viagem mais para esses destinos. A Áustria tem apenas 8,5 milhões habitantes. Mas isso não impede de nós procurarmos, nesse sentido...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO NEIVA TAVARES – ... fazer a mesma observação que o Embaixador Gradilone fez: melhorar a nossa capacidade, a nossa apresentação, a nossa capacidade de atração. Nisso eu, certamente, terei muito empenho, enfim, isso terei muita satisfação em fazer.

Senador Cristovam, meu professor e amigo de muitos e muitos anos, toda vez que eu venho aqui, tenho que responder sempre perguntas muito instigantes da sua parte, muito interessantes. E essas três que o senhor me faz são, de fato, muito importantes para a situação atual não só da Áustria, mas da Europa, de um modo geral: a questão da previdência social e a política de bem-estar social, a questão das barreiras à imigração e a questão das eleições. De certa forma, está tudo relacionado. São aspectos que dizem respeito a uma mudança dentro do que nós, no passado, víamos como processo de integração europeu.

A política de previdência social na Europa sempre foi considerada um modelo para vários países, sobretudo quando se fazia comparação com os Estados Unidos, dois blocos desenvolvidos. A política europeia é muito mais solidária, enfim, muito mais capaz de atender os seus cidadãos em momentos de dificuldades sobretudo. Agora, isso tem um custo. E esse custo, durante muito tempo, foi solucionado, esse problema foi solucionado com o crescimento econômico e, depois, com o próprio processo de integração, que ficou, durante algum tempo, limitado a certo número de países.

Com o aumento do número de países, isso também trouxe novas obrigações financeiras para o processo de integração europeu, para a própria União Europeia. E, progressivamente, nós vimos que os europeus começaram a ter problemas de déficit, de dívidas. O caso da Áustria não é uma exceção. A dívida austríaca, no ano passado, terá sido o equivalente – porque o dado ainda não é definitivo – a 86,2% do PIB. O déficit diminuiu, mas espera-se que este ano de 2016 atinja mais 2% do PIB. Ao mesmo tempo, a taxa de crescimento da economia austríaca se manteve abaixo, nesses últimos anos, da taxa média da União europeia, que já não foi tão grande assim. O desemprego aumentou, existem diferenças, inclusive, de estatísticas entre a Áustria e entre a União Europeia. No caso, a Comissão Europeia utiliza determinados critérios que indicam que a taxa de desemprego na Áustria é em torno de 6%. Pelos critérios austríacos, a taxa de desemprego já estaria beirando 9%. E isso com a pressão daqueles que pedem asilo, dos refugiados. Como eu mencionei, no ano passado, passaram pela Áustria 600 mil refugiados, e 90 mil solicitaram asilo.

A Áustria, enquanto o problema não era muito grande, podia manter uma política mais solidária, de caráter mais humanitário e mais aberto. No momento em que esse problema aumentou, houve também uma revisão desse padrão, até por causa de pressão dentro da população austríaca. E isso acabou se refletindo em um questionamento das políticas que vinham sendo feitas pelos tradicionais partidos austríacos. O Social-Democrata e o Democrata-Cristão, que estão unidos desde 2007, começaram a perder significativamente apoio nas eleições e, nas últimas eleições presidenciais, pela primeira vez em muito na história da Áustria, surgiu uma candidatura alternativa de um terceiro partido, mas totalmente polarizada: de um lado os verdes; do outro, a direita populista.

Nas eleições de maio, por causa de uma mobilização que foi feita até no exterior, houve uma vitória do candidato dos verdes, mas essa vitória foi por uma margem muito estreita, apenas 35 mil votos. Como os votos no exterior representavam mais de 70 mil pessoas e os questionamentos vieram de lá, a Corte Constitucional resolveu cancelar essas eleições e marcar novas eleições, que serão realizadas agora em outubro.

Enquanto isso, o problema imigratório continua a crescer, não propriamente dentro da Áustria, porque eles adotaram uma política de barreira, então, houve uma limitação do número de pedidos de asilo, mas o problema continua existindo em toda a Europa. Problema, aliás, interessante até dizer, que causou fricções entre a Áustria e os outros parceiros europeus, a começar pela Itália. Houve um determinado momento em que os austríacos pensaram em colocar barreiras na fronteira entre a Áustria e a Itália, e os italianos começaram a reclamar publicamente de que aquilo não era uma postura adequada para o processo de integração.



Os italianos sofrem muito, aliás, com esse problema da imigração, porque a Convenção de Dublin estabelece que aonde as pessoas chegam, elas devem ser tratadas. Então, para a Itália, o custo para o tratamento dessas pessoas é muito grande. E eles tentaram durante um bom tempo, desde que o problema começou a aumentar, repartir esses custos com outros países europeus, e viram, inicialmente sobretudo, uma grande resistência, porque os países do norte da Europa, sentindo-se menos afetados pelo problema, diziam que a Convenção de Dublin já era suficiente para lidar com o problema. A Itália estava sendo, de certa forma, vítima de sua própria posição geográfica, porque seria normal que as pessoas viessem tanto da África quanto do Oriente Médio, atingindo vários dos países mais próximos deles, e a própria Itália.

Quando os austríacos resolveram levantar essa ideia de fazer um muro ali, uma barreira, a crítica na Itália foi muito grande. Desde então, a Áustria tem procurado mostrar que não é bem assim, que eles têm maneiras de lidar com o problema e tudo, mas a verdade é que é possível que isso se reflita na eleição de um presidente da direita populista. E a direita populista nesses lugares costuma ser muito crítica do processo de integração europeu. Nós vemos isso na França, nós vemos isso na própria Itália, com a Liga Norte no país, e vemos isso também no caso da Áustria. Eles gostariam – até já anunciaram publicamente – de fazer um referendo sobre a presença da Áustria na União Europeia. Isso, com o pano de fundo do Brexit, é um elemento, evidentemente, de preocupação – isso eu notei muito quando era Embaixador em Bruxelas –, porque Bruxelas não consegue mostrar muito bem todos os benefícios que o processo de integração trouxe para os países europeus. As críticas a gente vê em todos os lugares, até porque, muitas vezes, os eleitores desses partidos são pessoas muito simplórias, que costumam identificar ou assimilar...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO NEIVA TAVARES – ... o problema do desemprego ao problema da imigração.

Lembro-me de quando eu estava no meu primeiro posto em Paris, nos anos 80. Na Frente Nacional, que estava surgindo naquele momento – surgindo, não propriamente, mas com mais presença eleitoral naquele momento –, o grande discurso era: o número de imigrantes é igual ao número de desempregados; se nós cortarmos os imigrantes, acabaremos com o desemprego. Agora, essa mensagem, que é muito simplória, continua sendo ouvida na Europa em diferentes circunstâncias. Na Holanda também isso existe, mas por outras razões.

O fato é que o momento, para a Europa, é um momento complexo, de definições dentro de um contexto complexo. E agora é que nós vamos ver se a Europa estará, de fato, à altura do que queriam os seus fundadores, que era um processo cada vez mais integrado, em que se faça não apenas a livre circulação de bens, mas também a livre circulação de pessoas. E onde estará, nesse processo, o que sempre caracterizou muito bem a Europa, que é essa capacidade – afinal de contas, foi lá que nasceram os Direitos Humanos e tudo – de assistência humanitária, de compreensão em relação às dificuldades e problemas que vêm sendo enfrentados por pessoas de outras áreas.

Só para terminar, se o senhor me permite, apenas para responder...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Nasceram os Direitos Humanos, mas nasceu também o fascismo.

O SR. RICARDO NEIVA TAVARES – É verdade. É verdade. É um continente com essas dicotomias.

Senador Jorge Viana, que fez a primeira menção ao terremoto, quando eu comecei a fazer minha explanação aqui, fiz uma menção também a esse fato muito triste, muito dramático. Quando cheguei a esta Casa, era um o número de mortos, mas o número está aumentando e a tendência é aumentar muito, porque são cidades onde as construções estão sempre muito próximas ou isoladas, muito próximas umas das outras, montanhosas. Agora, esse é um problema que existe na Itália. Na mesma região, em Aquila, em 2009, houve um grande terremoto também e, vez por outra, existe esse problema no país, mas eu tenho certeza de que a Itália conseguirá superar essas dificuldades.

A área cultural certamente é um ponto muito importante para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Itália. Nós temos uma boa base para isso. Pretendo dar muita atenção a essa parte, como dei durante meu período em Roma, onde fiz várias iniciativas nessa área.

Por fim, com relação aos acordos, só para pegar uma pequena carona no que foi falado, também no caso da Áustria, existem acordos em tramitação, como é o caso do acordo de educação e de um acordo de extradição, que ainda está em tramitação no Executivo. O acordo de educação foi feito em 2013 e está em tramitação no Congresso, de modo que tudo que for possível fazer para agilizar esse processo será um benefício para o desenvolvimento das relações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado.

A tramitação está na Câmara.



O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, uma palavrinha só...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – V. Exª tem a prerrogativa de...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... até porque eu lhe rendi aqui durante uma boa meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Claro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Eu queria dirigir uma palavra muito rápida aos três Embaixadores. Primeiro de tudo, quero dizer que tive a oportunidade de ouvir parte das exposições e ouvi as suas considerações. Eu acho que tanto na Turquia, como na Áustria, como na Alemanha, o Brasil vai estar muito bem servido de interlocutores no âmbito da diplomacia.

Eduardo Gradilone é um velho amigo, com relações muito próximas com meu irmão, trabalharam juntos por muito tempo, de modo que eu conhecia Gradilone, que vai estar num país conturbado, que esteve para entrar na Zona do Euro, está agora com problema político agudo, vai passar por dificuldades. É um país onde estive por duas ou três vezes. É um país com uma relação de afinidade com o Brasil enorme. O desejo do intercâmbio turístico é enorme, não sei se isso vai se concretizar, mas é uma vertente, no plano econômico, a ser perseguida.

Desejo muito boa sorte na sua presença na Turquia, que tem, no contexto internacional das nações, um trunfo: a sua situação geográfica. É lá que está o Bósforo, é vizinha da Grécia, é a entrada para o mundo chamado antiga União Soviética, que era guardado por esses dois guardiões, Grécia e Turquia. O tempo muda, mas os guardiões se mantêm com trunfos. Até remontando a milênios atrás, a geografia sempre ajudou esses países. A Grécia sempre foi favorecida no plano dos investimentos, da concessão de empréstimos, pela segurança que ela poderia oferecer no contexto internacional da segurança das nações, o equilíbrio. Desejo muita boa sorte.

O Embaixador Mario Vilalva vai para um país que está, neste momento, mais do que nunca, com enormes responsabilidades, porque a unidade da União Europeia está, em grande medida, entregue: um, à Alemanha; dois, à França, com a saída da Grã-Bretanha.

A questão da migração é algo que aflige o mundo inteiro. As fotografias que são exibidas, das crianças ou morrendo afogadas na beira da praia ou sentadinhas, passando a mão no sangue da cabecinha dentro de uma ambulância, são imagens que comovem o mundo. E, em grande medida, como aqui foi dito, a migração acontece por razões de pobreza fundamentalmente. A Síria está num conflito, lamentabilíssimo conflito, mas a grande emissão da migração é a pobreza africana. Temos exemplos latentes que estão para ocorrer no Brasil. A migração de haitianos para o Acre, de Jorge Viana, e a perspectiva de se abrirem fronteiras à entrada de venezuelanos são coisas que nos afligem. Essa é uma questão para a qual temos que estar muito atentos, afora a questão fundamental da energia.

A Alemanha é um país que, do ponto de vista cultural, educacional, nada de braçada. É um país que chegou ao Olimpo, agora tem problemas. A energia é importada da União Soviética ou se cava com as unhas. E o trunfo que tinha e que nos cedeu por venda, a tecnologia para energia nuclear, está condenada, está com dias contados. O governo alemão tomou o compromisso de, até 2022, não ter mais uma usina. Depois do desastre do Japão, a pressão da sociedade organizada da Alemanha forçou essa situação. E isso vai levar a um benefício mundial. O meu Estado, por exemplo, está se preparando para produzir uma Itaipu e meia com o vento, energia eólica. A Alemanha, com as placas voltaicas, as energias alternativas, com o grau de educação e de potencial tecnológico que guarda, está produzindo para o mundo o que os Estados Unidos, por exemplo, com a descoberta do xisto, estão produzindo com o gás, que mexe com o preço do petróleo no mundo inteiro. A Alemanha mexe com tecnologia. Então, são coisas para as quais temos que estar muito atentos.

Na questão da migração, a Alemanha dá o tom – vai dar o tom, é inevitável. Com a questão da energia, temos que estar muito conectados, como sempre estivemos. Somos parceiros da Alemanha há anos. Os investimentos da Alemanha no Brasil são mega, são enormes. A relação com o Brasil transcende o campo econômico para se fixar no campo político. Eu, por exemplo, presido um partido cujo partido irmão na Europa é o partido da Angela Merkel. Então, temos muitas afinidades.

Por fim, o Embaixador Ricardo Neiva vai a um país com um grau de civilidade *top*. Agora, é um país com uma população pequena, amadurecido do ponto de vista político, com origens que têm que ser muito bem observadas. Foi lá que nasceu, como disse o nosso Presidente, o fascismo. É um país...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas também a psicanálise.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Isso.

É um país que tem que ser observado. E a presença do Brasil na Áustria é uma presença de observador privilegiado de um mundo maduro que tem o que nos oferecer, até para ser elogiado ou para ser contestado.



De modo que eu não poderia deixar de fazer essas manifestações e desejar muito bom êxito aos três. Tenho certeza de que os três vão honrar o nome do Brasil na Turquia, na Alemanha e na Áustria.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Vou passar a palavra para o Embaixador Gradilone para responder brevemente aos questionamentos que chegaram pela internet. Por favor. Uma das perguntas até o senhor já respondeu.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – Bom, a Comissão recebeu quatro perguntas sobre dois assuntos: um relacionado ao problema dos curdos e outro relacionado aos problemas da preservação da democracia.

Com relação aos curdos, eu queria lembrar que um dos motivos pelos quais o partido do governo voltou a ter uma votação muito expressiva nas eleições de 2015 foi por causa da reação do eleitorado à retomada do terrorismo pelos curdos. Isso acabou sendo um pretexto para o eleitorado voltar a apoiar o partido do governo e foi um elemento inibidor do projeto do próprio governo de uma aproximação com os curdos. Hoje a questão dos curdos está praticamente inegociável, ainda mais com os partidos que estão envolvidos na Síria, de tendência curda, o que tem aumentado o risco de secessão. De modo que é um problema muito difícil e acho que vai ser necessário muita diplomacia, talvez muita compreensão das partes envolvidas para algum avanço.

A outra pergunta já tinha sido feita, já havia respondido, foi feita pelo Senador Cristovam Buarque, mas quero apenas, quanto à preservação da democracia, lembrar que o embaixador da Turquia recentemente fez declarações explicando o que está acontecendo na Turquia, explicando que foi decretado o regime de exceção, então, muitas das liberdades estão provisoriamente suspensas. Segundo o representante turco, o que está sendo feito é para preservação da democracia. Evidentemente há órgãos internacionais para o acompanhamento deste assunto. Nós temos feito o nosso trabalho de ouvir os nossos interlocutores turcos e continuaremos acompanhando essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Está, então, encerrada esta parte da sabatina.

Agora nós vamos apurar os votos.

Eu esclareço aos Srs. Senadores que há uma modificação aqui nos trabalhos da Comissão, que é a seguinte: as atas vão seguir um novo padrão. Não é preciso mais aquela assinatura que os Senadores apõem na ata logo após a votação. Será extraída diretamente do sistema. Uma modernização. Está na linha da modernização da infraestrutura do trabalho das Comissões, promovida pelo Dr. Dirceu Vieira Machado Filho, que propiciou à gestão Nunes Ferreira, da Comissão de Relações Exteriores, acrescentar mais essa novidade aos nossos trabalhos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Aloysio Nunes, o modernizador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente, Aloysio Nunes Ferreira, o modernizador.

Resultado.

Vejam V. Ex^{as}, confirmadíssimos. (*Palmas.*)

Eu espero, com a ajuda inestimável do Vice-Presidente do Senado, Senador Jorge Viana, poder levar à deliberação do Plenário ainda hoje.

Agora dou a palavra ao Senador Viana para que ele possa apresentar o seu relatório.

Os senhores fiquem à vontade. Se quiserem, podem se retirar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem. Parabéns a todos os Embaixadores! Eu assumo o compromisso de – foi pedido vista, Senador Aloysio – fazermos a apreciação hoje. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vamos dar prosseguimento, então, aos nossos trabalhos.

Eu passo a palavra ao Senador Jorge Viana para relatar o item que consta da segunda parte da nossa reunião, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2016.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 20, de 2016

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre a Constituição da Rede Internacional do Bambu e do Ratã, celebrado em Pequim, em 6 de novembro de 1997.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional



Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, espero que, por ser um item em que não há, do ponto de vista de que temos conhecimento, divergência, ele possa ser aprovado por acordo. Mas isso não diminui, de maneira nenhuma, a sua importância.

Eu tomei o cuidado, inclusive, já que é uma solicitação muito antiga do governo chinês que o Brasil se associe a essa Organização Internacional de Bambu e Ratã, que é a única organização internacional multilateral sediada na China – desde 1997, eles firmaram esse acordo; o Brasil foi convidado, em 2002, para nela entrar, e só agora nós estamos consolidando a entrada do Brasil nessa organização –, fiz questão de encaminhar, esta semana, o relatório para todos os colegas Senadores, com um cartão que fiz fora dos padrões, colocando uma série de elementos, números e dados sobre a importância dessa organização internacional.

Em 13 de novembro de 2014, a Presidente Dilma Rousseff encaminhou a Mensagem nº 379, que submeteu ao Congresso Nacional o texto do Acordo sobre a Constituição da Rede Internacional do Bambu e do Ratã, celebrado em Pequim, em novembro de 1997.

Na Câmara dos Deputados, houve um longo processo legislativo. Antes de o Plenário daquela Casa aprovar o projeto em 8 de agosto de 2016, ou seja, foi aprovado no plenário no dia 8 de agosto, e nós já estamos deliberando aqui, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, ele foi apreciado e aprovado em quatro Comissões: de Relações Exteriores, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Ciência e Tecnologia e de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados.

Este é um dos aspectos que fazem com que acordos firmados levem dois, três, quatro, cinco anos para poderem... Aí não tem mais sentido. Isso realmente afeta a política de Estado do nosso País.

Chegando ao Senado, ele foi encaminhado à CRE, e faço a apresentação do relatório.

Cuidamos aqui da adesão da República Federativa do Brasil à Rede Internacional do Bambu e do Ratã (Inbar), uma organização internacional criada em 1997 por um acordo internacional depositado junto às Nações Unidas (ONU).

Então, volto a repetir: é a primeira organização que tem sede na China vinculada diretamente às Nações Unidas. Por isso a importância do governo chinês e a expectativa deles, de décadas, esperando a entrada do Brasil.

O bambu é uma grama arborescente de fácil cultivo, basta cortá-lo que ele cresce rapidamente. Há espécies que crescem até um metro por dia e a produção pode chegar até 160 toneladas por hectare. A cadeia produtiva global é estimada em US\$60 bilhões, e nós estamos fora dessa cadeia. Só no meu Estado, um terço dessas florestas têm presença de bambu. No Brasil, são quase 20 milhões de hectares de florestas de bambu. O mercado movimenta US\$60 bilhões por ano. E nós ficamos de fora.

Essa organização, diferentemente da organização de madeiras tropicais, que reúne produtores e consumidores, reúne só países produtores, e o mais importante país do mundo nesse aspecto é o Brasil. A exceção é o Canadá, que se associou ao Inbar.

O bambu é amplamente utilizado na construção de casas e edifícios, especialmente nos países asiáticos – China, Japão, Indonésia, Índia. Mais recentemente, o bambu também tem sido utilizado em projetos de construção civil na América Latina, em países como Colômbia, Costa Rica e Equador. A Colômbia é o maior endereço da América Latina nesse quesito. Tais projetos vão desde habitações populares até prédios de grande porte.

Um bilhão de pessoas no mundo residem em casas que, de alguma maneira, utilizam o bambu – um bilhão de pessoas!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Que é muito resistente, leve, flexível, uma maravilha!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E hoje é utilizado para praticamente tudo.

Como Senador da Amazônia, destaco que a disseminação do uso do bambu na construção civil, em substituição a materiais convencionais, em particular, à madeira, pode contribuir para a redução do desmatamento das florestas nativas. A substituição do uso da madeira nativa pelo bambu pode contribuir ainda para a redução das emissões brasileiras de gases de efeito estufa.

Então, realmente temos aí um conjunto de vantagens a partir da utilização.

Alguns especialistas, como Hans Friedrich, Diretor-Geral da Rede Internacional do Bambu e Ratã, no caso, o Inbar – eu estive com ele recentemente numa viagem à China –, defendem que num futuro próximo será possível produzir um tecido puro de bambu devido aos elevados investimentos em tecnologia capitaneados pela China.

Então, um dos aspectos importantes é que eles já usam muito o bambu para a produção de tecidos, mas ainda não puro, só o bambu. Quando chegarem a esse nível, o que está muito próximo, deve aumentar muito. Então, é uma matéria-prima estratégica, fundamental. No Acre, nós temos um trabalho bastante avançado nesse aspecto com o Governador Tião Viana. Aqui na UnB também há um centro importante de pesquisa nessa área. Já fizemos seminários internacionais, mas não podíamos avançar porque o Brasil não fazia parte da organização. Isso certamente vai abrir um horizonte enorme de cooperação com as universidades, com os centros de pesquisa para esse aspecto.



Eu queria aqui citar, porque envolve São Paulo, que o manejo de bambu também tem despertado a atenção de outros Estados fora da Amazônia brasileira. A título de exemplo, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo formalizou uma parceria com a Associação Brasileira dos Produtores de Bambu e a Universidade Mackenzie para a pesquisa, o fomento e o desenvolvimento da cadeia produtiva de bambu. Essa parceria busca aproveitar mais de 2 milhões de hectares de áreas degradadas no Estado de São Paulo, mediante projetos de plantio de bambu, tendo como base o exemplo chinês de integração lavoura-pecuária-floresta.

Por esses motivos, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 12.484, me refiro aqui à Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu. Isso foi em 2011.

Queria, então, aqui – o relatório está bem detalhado, e eu agradeço a presença do Senador Armando –, ler o último parágrafo.

Portanto, fica claro que a adesão do Brasil ao Inbar é aconselhável tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista socioambiental. Esse acordo é da maior importância. Merece toda prioridade e aprovação pelo Congresso Nacional.

Creio que este é um dos mais significativos acordos internacionais apreciados este ano por este colegiado.

Então, meu voto, Sr. Presidente, é favorável ao acordo. Lá no plenário vou fazer um detalhamento maior. Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação desse Projeto de Decreto Legislativo nº 20.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Aprovado o relatório do Senador Jorge Viana sobre essa matéria importantíssima, um tema fascinante.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – V. Exª não estava na hora, eu não vou poder repetir, mas eu fiz a leitura aqui de um trecho que estava fazendo referência a um projeto de São Paulo – a nossa querida Fátima Bezerra estava aqui. O manejo de bambu também tem despertado a atenção de outros Estados fora da Amazônia brasileira. Como V. Exª havia sugerido, fiz uma rápida pesquisa. A título de exemplo, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo formalizou uma parceria com a Associação Brasileira dos Produtores de Bambu e a Universidade Mackenzie para a pesquisa, o fomento e o desenvolvimento da cadeia produtiva de bambu. Essa parceria busca aproveitar mais de 2 milhões de hectares de áreas degradadas, que tinham baixo retorno econômico, mediante projetos de plantio de bambu, tendo como base o exemplo chinês de integração lavoura-pecuária-floresta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Maravilha.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, o Estado de V. Exª é que tem um dos projetos mais interessantes visando, inclusive, colaborar com o sequestro de carbono, redução de emissões e ampliação do rendimento por hectare, fazendo essa associação com floresta de bambu.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Maravilha. Estou pensando em até substituir a minha seringueira por bambu. (Risos.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não substitua, seringueira é um bom negócio. Sou defensor. Associe, seja associado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Então, está aprovada a matéria.

V. Exª já aproveite o embalo para secretariar a ata...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Faço com gosto.

Gostaria de solicitar a V. Exª que essa matéria pudesse também ficar à disposição da pauta do plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vamos levá-la hoje à tarde ainda.

Antes de encerrar, eu consulto o Plenário sobre a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Não havendo objeção, está aprovada.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 57 minutos.)



ATA DA 24ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE SETEMBRO DE 2016.

Às dez horas e catorze minutos do dia oito de setembro de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro, José Pimentel, Telmário Mota, Flexa Ribeiro e Antonio Anastasia. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2016, de autoria do Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.” O Presidente convida o Embaixador indicado a compor a mesa. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para fazer a sua exposição. É aberto o processo de votação. Usam a palavra os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Antonio Anastasia, Armando Monteiro e Tasso Jereissati. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para resposta aos parlamentares. O Presidente concede a palavra ao Embaixador indicado para resposta a cidadãos brasileiros de questionamentos recebidos via *e-cidadania*. O Presidente submete aos Senhores Senadores a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é aprovada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Antonio Anastasia. Sabatina realizada com indicação apreciada. 2ª PARTE: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 82, de 2016, de autoria do Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Côte D’Ivoire (Costa do Marfim).” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Edison Lobão, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 83, de 2016, de autoria do Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato do Omã.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Armando Monteiro, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 86, de 2016, de autoria do Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 85, de 2016, de autoria do Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e é aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que se reúne hoje para sabatar o Sr. Paulino Franco de Carvalho Neto, que é Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, que foi indicado pelo Presidente da República para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 04/08/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arquição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

O Relator da matéria, que já apresentou o seu relatório, é o Senador Cristovam Buarque.

Convido para que tome assento à mesa o Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, para iniciarmos a sabatina.

Embaixador, o senhor tem a palavra para sua exposição inicial por 20 minutos. É tempo suficiente para o senhor?

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Embaixador Souza Gomes, colegas do Itamaraty, senhoras e senhores, é uma honra estar aqui nesta Comissão, sob a Presidência de V. Exª, Senador Aloysio Nunes, pela primeira vez, na condição de sabatinado.

Lembro-me de que, há quase 30 anos, no início da minha carreira, trabalhei na assessoria parlamentar do Itamaraty. Acompanhava os temas de interesse do Ministério das Relações Exteriores no Senado, inclusive os desta Comissão. E tive o privilégio de testemunhar o momento histórico em que o Congresso Nacional, reunido em Assembleia Nacional Constituinte, concluía, com êxito, o complexo trabalho de elaboração e aprovação da Constituição de 1988, cuja entrada em vigor consolidou a plena retomada das instituições democráticas no Brasil.

É com grande satisfação, portanto, que me apresento para ser sabatinado por esta Comissão.

Quero deixar registrado meu agradecimento ao Senhor Presidente da República, Michel Temer, e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, José Serra, pela indicação que muito me honra, de ser o próximo Embaixador do Brasil em Angola, caso meu nome seja endossado por esta Comissão e, posteriormente, pelo Plenário do Senado Federal. Agradeço também ao Senador Cristovam Buarque, Relator da minha mensagem, por quem nutro admiração, pela sua trajetória política como homem público.

Buscarei transmitir a V. Exªs algumas das características mais relevantes de Angola, em especial as de política, interna e externa, bem como aquelas da economia angolana. Em seguida, procurarei transmitir um breve panorama das relações do Brasil com Angola e, paralelamente, buscarei indicar como pretendo incrementar as relações entre os dois países, caso, com anuência desta Casa, assumo as funções para as quais fui escolhido.

Angola, como é de amplo conhecimento, tornou-se independente em 11 de novembro de 1975. O papel desempenhado pelo Itamaraty, pelo Brasil, na ocasião, é até hoje objeto de gratidão por parte dos angolanos. Em suma, prevaleceu, por ocasião do reconhecimento da independência de Angola, a percepção de que a política externa deveria ser entendida e implementada como uma política de Estado e não estritamente de governo, ainda que os angolanos possam, e devam estabelecer suas prioridades no campo das relações internacionais à luz de suas preferências e visões de mundo.

Logo após a declaração de independência, Angola passou por momentos, como sabemos, muito difíceis, quando não trágicos, causados pela guerra civil, que durou quase, sem interrupção, 40 anos, até 2002, quando finalmente, com a morte do líder da União para a Libertação Total de Angola (Unita). Jonas Savimbi, a guerra civil no País acabou.

Se considerarmos os movimentos de independência que tiveram início em 1961, há mais de 50 anos, 55 anos, passaram-se, portanto, 40 anos até 2002 para que Angola pudesse olhar para o futuro e inventar-se



como nação independente. Como consequência desse período prolongado de incertezas, as primeiras eleições legislativas em Angola ocorreram somente em 2008, depois de uma tentativa frustrada em 1992, quando Jonas Savimbi, o líder da Unita, não aceitou o resultado do primeiro turno das eleições daquele ano, em que o vencedor havia sido o principal líder depois de Agostinho Neto, do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), José Eduardo dos Santos.

Em 2012, por sua vez, realizaram-se eleições conjuntas para a Assembleia Nacional e para a Presidência da República, já sob as novas regras da Constituição de 2010. De acordo com o disposto nessa Constituição de 2010, José Eduardo dos Santos foi eleito presidente indiretamente para um mandato de cinco anos, por ter encabeçado a lista do partido vencedor, no caso, o MPLA, que obteve maioria nas eleições legislativas daquele ano. Das 220 cadeiras, no total, o MPLA conseguiu 175 cadeiras. O mandato do presidente e de todos os membros da Assembleia Nacional conclui-se no ano que vem, em 2017. Estão previstas, portanto, eleições, Senador, para o ano que vem.

Tudo indica que o Presidente José Eduardo Santos vá, uma vez mais, encabeçar a lista de candidatos do MPLA à Assembleia Nacional e, portanto, ser eleito indiretamente, mais vez, Presidente da República.

Há, no entanto, um fator novo...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – O regime é presidencialista?

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Sim; é presidencialista, com eleição indireta.

O Presidente José Eduardo dos Santos expressou, no início deste ano, a sua intenção de retirar-se da vida pública, o que faria com que ele, mesmo se eleito em 2017, deixasse a Presidência, renunciando, para o Vice-Presidente, que também seria do partido mais votado, tudo indica que o MPLA.

De todo modo, não se vislumbra que os partidos de oposição ameacem a hegemonia do MPLA, que está no poder, de uma forma ou de outra, desde 1975.

O MPLA, para tanto, conta com trunfos expressivos: um grande número de militantes, presença em todas as províncias do país e uma capacidade organizacional muito superior à de seus rivais.

Eu passarei a falar agora, rapidamente, sobre a economia angolana, cujo desempenho, nos próximos meses, poderia, de certa maneira, afetar o resultado das eleições de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Só um momento, Embaixador. E a oposição lá? Quem é a oposição lá?

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – A oposição é composta pelos partidos que também participaram da independência de Angola, em 1975, e, depois, se confrontaram em uma guerra civil. É a Unita, de Jonas Savimbi, e temos também a Frente Nacional de Libertação de Angola, cujo líder é o Holden Roberto, todos esses partidos vinculados, ainda na época da Guerra Fria, seja à então União Soviética e a Cuba, seja aos Estados Unidos e também à África do Sul e ao antigo Zaire, hoje Congo.

Mas todas essas forças políticas, de certa maneira, depois da queda do muro de Berlim, enfim, com a extinção da União Soviética, adotaram o pluralismo político, de certa maneira, o regime de mercado capitalista como princípio.

O grande problema que temos em Angola é o fato de o petróleo ser o carro-chefe da economia até hoje. Há inúmeras tentativas do governo, enfim, da sociedade angolana, de tentar diversificar as atividades produtivas. Mesmo assim, o setor petrolífero continua sendo o carro-chefe da economia. Só para se ter uma ideia, ele corresponde a 40% do PIB, a quase 70% das receitas públicas e a 97% das exportações do país.

Essa dependência, naturalmente, deixa o país exposto às flutuações do preço do petróleo no mercado internacional; e a queda acumulada dessa *commoditie*, nos últimos dois anos principalmente, obrigou o governo angolano, depois de um período relativamente longo de crescimento a taxas chinesas, de mais de 10%, 15%, 20%, em algum momento na primeira década dos anos 2000, a reduzir significativamente as expectativas de crescimento.

Nesse contexto, o governo angolano viu-se obrigado a reduzir o orçamento público, adotar uma política monetária restritiva, a fim de controlar a inflação e manter de pé a economia.

O crescimento econômico esperado para este ano de 2016 não ultrapassará o que pode ser aparentemente alto, mas não é, os 2,7%, isso porque a taxa de crescimento populacional em Angola é superior a 3%, ou seja, haverá, com esse crescimento esperado, uma redução da renda *per capita* do país.

Além disso, a diminuição de subsídios para combustíveis e a desvalorização cambial poderão redundar numa inflação superior a 25%. Hoje, o governo já fala em algo, segundo as estatísticas oficiais, como 35% de inflação acumulada em 12 meses. O déficit em conta corrente chegará a 8,9% do PIB.

A solução, para obviar esses problemas tem sido, como dito, a de um maior incentivo à diversificação da economia. Claro que não é uma tarefa simples, mas não há como o governo angolano escapar desse caminho, dessa trilha, que poderá trazer benefícios ao país no médio e no longo prazo. A qualificação da mão de obra



local por meio de investimentos sistemáticos em educação é, naturalmente, algo que deve ser enfatizado se a economia angolana quer se diversificar. Não há outra maneira.

Com esse cenário que todos nós no Brasil também almejamos que se torne realidade, as empresas brasileiras poderão ter uma participação mais intensa nesse processo de diversificação da economia angolana, incrementando investimentos no país, particularmente em bens de consumo, em bens de transformação e no agronegócio.

Quanto à política externa angolana, desde a estabilização política do país, a partir de 2002, Angola tem assumido uma projeção maior no cenário regional, mais especificamente no cenário africano. Angola ocupa, este ano, no biênio 2015/2016, uma vaga no Conselho Permanente das Nações Unidas. Em março de 2016, Angola exerceu a Presidência do Conselho de Segurança. Nessas oportunidades em que Angola esteve no Conselho, sempre manifestou publicamente apreço, apoio à candidatura do Brasil para o Conselho Permanente. Luanda defende que os novos assentos num Conselho de Segurança ampliado e reformado devem ser, no caso da África, atribuídos ao continente, e não a países específicos.

No continente africano, Angola, além de seus vizinhos imediatos, atribui especial atenção aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, os chamados PALOPs, e também Angola dá uma ênfase, uma atribuição especial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Angola tem utilizado, nesse esforço, seu exemplo de superação dos conflitos fratricidas para se projetar como interlocutor confiável nos processos de estabilização da África. Luanda, tradicionalmente, tem defendido o que se chama de soluções africanas para problemas africanos. Angola busca, nesse sentido, ampliar as competências e atribuições de organismos regionais e sub-regionais, como a União Africana, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e a Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos, que é presidida hoje por Angola.

Angola tem, como sabem, parceiros estratégicos no Brasil, nos Estados Unidos e, crescentemente, na China. Cultiva demais laços com parceiros tradicionais, como Cuba, Rússia e Portugal. Grandes países europeus também estão presentes em Angola. Além disso, Japão, Índia e Coreia do Sul têm aumentado grandemente seus investimentos nesse país africano.

A China, como V. Ex^{as} sabem, tem uma presença muito grande hoje em Angola também. O país asiático, para que tenham uma ideia, é destino de metade das exportações angolanas, basicamente petróleo. O estoque de investimentos diretos da China em Angola chega a US\$10 bilhões. Os chineses estão presentes principalmente na área de infraestrutura e na produção, extração de petróleo. Além dos investimentos diretos, Angola tomou emprestado – as estatísticas não são necessariamente precisas, mas são razoavelmente confiáveis – US\$25 bilhões desde a década de 90 da China, usando como garantia a produção, a venda de petróleo. Isso chama a atenção e explica a razão pela qual hoje nós temos morando em Angola mais de 200 mil chineses, 250 mil a 260 mil chineses, mais do que inclusive os portugueses, que, com o *boom* econômico em Angola, a partir dos anos 2000, foram para esse país. Para que se possa ter uma ideia, o Brasil – vou fazer uma comparação – não terá mais do que 15 mil residentes em Angola.

Os Estados Unidos naturalmente também mantêm relações próximas com Angola. Eles são o segundo maior importador de petróleo de Angola, depois da China. Os contatos, os interesses dos Estados Unidos na região são importantes, já que Angola é uma fonte de recursos energéticos e minerais, e a presença dos Estados Unidos em Angola, de um modo ou de outro, também serve aos Estados Unidos para os seus propósitos geoestratégicos de manter, ou tentar manter a estabilidade na África Austral. O interesse de Washington também pode ser visto como uma contrapartida, uma resposta às investidas chinesas na África e, mais especificamente, em Angola.

Dito isso, passarei agora, Sr. Presidente, a falar sobre as relações bilaterais propriamente ditas.

Eu farei, primeiro, um apanhado, um retrospecto das relações bilaterais e procurarei, ao mesmo tempo, dar os caminhos, ou pelo menos esboçar os caminhos que entendo, à luz dos interesses nacionais do Brasil, possam ser trilhados para que se possa aumentar ainda mais as relações entre os dois países.

Os dois países assinaram, em 2010, uma declaração de parceria estratégica, que deu nova dimensão às relações bilaterais. Essa parceria delimita áreas de interesse recíproco, as prioridades de ambos os países, tanto em cooperação técnica quanto em concertação política e integração econômica. Desde a assinatura dessa parceria estratégica, em 2010, houve quatro reuniões no âmbito da parceria, todas elas com chanceleres, no que se convencionou chamar de Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível. No âmbito dessa parceria, em 2015, por exemplo, foram assinados o Memorando de Entendimento para a Promoção de Investimentos nos Setores da Indústria, Agricultura, Energia e Serviços e também o Acordo para a Facilitação de Investimentos.

Em audiência concedida ao então chanceler brasileiro, Embaixador Mauro Vieira, em abril de 2015, em Luanda, o presidente angolano recordou o caráter estratégico das relações bilaterais e ressaltou o potencial, especificamente, na área de cooperação e defesa. O chanceler angolano George Chicoty realizou, no ano pas-



sado, visita ao Brasil no contexto das comemorações dos 40 anos do reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil (1975/2015) e o estabelecimento de relações diplomáticas.

Também no ano passado, o então Vice-Presidente Michel Temer participou, no dia 11 de novembro, em representação à então Presidente da República Dilma Rousseff, das comemorações em Luanda dos 40 anos da independência do País.

Por fim, neste ano, em abril, o então Chanceler Mauro Vieira também esteve em Luanda, onde foi recebido pelo presidente angolano, e participou de mais uma reunião no âmbito da parceria estratégica.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Quanto ao comércio bilateral, vale sempre relembrar que o Brasil importa basicamente petróleo de Angola – 99% do que se importa em Angola é petróleo – e nós exportamos desde produtos da agroindústria, produtos industriais. Carne, por exemplo, equivale a 26% da pauta exportadora e açúcar, 13%.

O comércio bilateral cresceu muitíssimo, isso muito por conta do aumento dos preços das *commodities* na primeira década dos anos 2000 e também pela estabilidade crescente da economia angolana e política.

Entre 2002 e 2008, o comércio cresceu mais de 20 vezes, passou de US\$100 milhões para US\$2 bilhões.

Com idas e vindas, a partir da crise financeira de 2008, houve uma redução. Em 2009, o comércio bilateral – exportações e importações – baixou para US\$1,4 bilhão. Nos anos seguintes, manteve-se nesse patamar e, em 2015, houve um novo decréscimo muito por conta de uma ulterior redução do preço do petróleo, que em algum momento chegou a atingir mais de US\$100 e chegou a US\$30 em algum momento, no início de 2014, e hoje está em torno de US\$45, e também, naturalmente, pela recessão econômica que houve no Brasil nos últimos dois anos.

Há muito espaço ainda para o Brasil crescer a participação comercial e econômica em Angola. Nós somos hoje o nono maior parceiro comercial de Angola. Há, seguramente, como eu disse, espaço para ampliação tanto dos investimentos bilaterais quanto para o incremento do comércio.

Eu entendo que, com o renovado ímpeto adquirido pela Apex, que agora está vinculada ao Itamaraty, isso permitirá, de certa maneira, sinergias importantes com o setor comercial da embaixada em Luanda e que poderá favorecer naturalmente as exportações e os investimentos do Brasil na região.

Outra maneira de nós incrementarmos o aumento do comércio bilateral é o que se convencionou chamar de Sistema de Pagamentos em Moeda Local, que é um mecanismo que prevê que as operações comerciais entre dois países se darão diretamente entre os bancos centrais, não há necessidade de contratação de câmbio, o que facilitaria, principalmente, a vida das pequenas e médias empresas. Esse sistema já está em vigor, por exemplo, entre Brasil e Argentina, Brasil e Uruguai, Brasil e Paraguai deve começar nos próximos meses, e seria uma maneira de, pelo menos, aliviar a dificuldade de obtenção de divisas em Angola, que, por sua vez, não consegue honrar os compromissos comerciais com outros países.

Esse é um problema que as empresas brasileiras têm enfrentado devido ao colapso dos preços de petróleo; tem havido essa escassez de divisas no país, e o banco central angolano, o Banco Nacional de Angola tem exercido um estrito controle sobre o mercado cambial.

Nesse quadro adverso, as empresas brasileiras, como eu disse, têm enfrentado muitas dificuldades para receber os pagamentos relativos às exportações realizadas ou destinadas a Angola. As empresas brasileiras também estabelecidas em Angola têm enfrentado alguma dificuldade para remessa de lucros e de *royalties*. Esse constrangimento é sofrido não só pelas empresas brasileiras, mas por empresas de outros países que estão no país, e tem sido, infelizmente, o grande entrave para o aumento do comércio e investimento do Brasil e de outros países na região.

No que diz respeito aos investimentos e às linhas de crédito concedidas nos últimos anos a empresas brasileiras, eles têm sido um mecanismo de apoio à presença dessas empresas no mercado angolano. Os financiamentos oficiais cresceram muito no final da década passada e no início desta. Angola, para que se tenha uma ideia, é o principal destino de financiamentos oficiais brasileiros na África e o segundo no mundo, atrás apenas da Argentina.

Tendo em vista os conhecidos problemas de ordem judicial que algumas empresas exportadoras de serviços, principalmente de engenharia, têm passado no Brasil, as autoridades brasileiras e o BNDES têm adotado uma atitude de necessária cautela no tratamento do assunto. Entendo, de toda forma, que as linhas de concessão de crédito voltadas para o mercado externo a empresas brasileiras, em bases transparentes mutuamente vantajosas e com adequado levantamento da relação custo-benefício para União, podem favorecer uma maior presença dessas empresas brasileiras no exterior, seja como exportadoras, seja como investidoras em outros países.



Nesse contexto, eu gostaria de lembrar a V. Ex^{as} que Brasil e Angola assinaram, também em 2015, um acordo de cooperação e facilitação de investimentos. Angola ratificou esse texto em maio último. No Brasil, o instrumento encontra-se, atualmente, pelo que eu pude apurar, em tramitação em regime de urgência na Câmara dos Deputados. O texto – o Senador Armando Monteiro teve uma participação nesse processo de reformulação dos acordos de investimento do Brasil com outros países – estabelece um novo modelo que busca incentivar o investimento recíproco através de mecanismo de diálogo intergovernamental, apoiando empresas em processos de internacionalização. O acordo permitirá, quando entrar em vigor, uma maior oportunidade de divulgação de negócios e intercâmbio de informações sobre os marcos regulatórios de cada país.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Além disso, eu gostaria de mencionar, Sr. Presidente, que o Brasil assinou um protocolo de facilitação de vistos que permite o aumento da validade de vistos para turistas e também para homens de negócio, empresários, pessoas que estejam indo a Angola para fazer negócios, o que também me parece uma medida bastante útil e oportuna.

Eu gostaria, antes de concluir, de fazer uma menção à cooperação em defesa entre os dois países. Os dois países, Brasil e Angola, assinaram um acordo em 2010. Esse acordo ainda não foi ratificado porque logo depois disso entrou em vigor a Lei de Acesso à Informação. Essa lei obriga que o texto desse acordo seja revisto, e nós estamos trabalhando nesse sentido.

O Brasil também tem uma participação grande na área de cooperação técnica com Angola. Houve, em 18 anos, mais de 67 projetos e iniciativas em Angola. E nós gostaríamos de, caso recebamos o beneplácito de V. Ex^{as}, poder dar continuidade a essas ações.

Eu gostaria de fazer uma menção rápida também à inauguração do Centro de Cultura Brasil-Angola, cujo funcionamento se deu em 2015. Houve um entendimento entre os dois países. Nós cedemos uma área em Salvador, no Pelourinho, na Bahia, para que os angolanos tivessem um centro cultural. E nós, de nossa parte, recebemos do governo angolano uma área, um prédio histórico totalmente restaurado que serve, e servirá cada vez mais, para que o Brasil possa apresentar a sua cultura, para que esse centro seja vitrine da cultura brasileira em Angola.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de concluir esta minha apresentação e me colocar à disposição de V. Ex^{as} para as perguntas que quiserem fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador.

Já estão inscritos o Senador Cristovam Buarque, o Senador Lasier e o Senador Anastasia.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a tem a primazia, foi o Relator e está sempre muito atento aos assuntos, às relações entre Brasil e África.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, primeiro, eu quero agradecer o privilégio que o senhor me deu ao me indicar para ser o Relator da indicação do Sr. Paulino Franco de Carvalho Neto a Embaixador em Angola. Tive o prazer de fazer o meu relatório. E aí comprovo, ao analisar seu currículo, sua vida profissional, que o Brasil vai estar bem representado em Angola.

Segundo, eu quero lembrar que Angola é um dos países mais próximos do Brasil, tirando o Uruguai em relação ao Rio Grande do Sul. Em relação ao Pará, o Uruguai está muito mais distante, na média, do Brasil, geograficamente. Ainda mais do ponto de vista da geografia comercial, porque é uma linha reta, em barco. Fala-se até que, um dia, haverá uma ponte entre eles, dentro de um século, talvez menos. Então, é um país próximo geográfica e comercialmente. Em segundo lugar, é próximo – fundamental – pelo idioma. O idioma aproxima. Quando o homem de negócio vai vender em Angola, fala o mesmo idioma dos que vão negociar para comprar. Isso é muito bom, isso cria uma relação até afetiva nas relações comerciais. Vale ainda mais para relações acadêmicas, culturais. O idioma aproxima. E há também a história. Temos uma história muito próxima graças a Portugal. No começo do século XIX, antes mesmo da independência, chegou-se a falar que seriam um só país, o Brasil e Angola. Chegou-se a falar em uma união através do Atlântico. Então, é um país próximo.

E aí espanta que Angola, em suas importações, tenha só 4,8% de produtos brasileiros. É muito pouco isso. Deve haver um espaço, deve haver uma margem para ampliarmos essa relação. Com a China, eles têm 40% de todo o comércio do país. A China, há 30 anos, talvez não tivesse nada exportando para Angola. Algo houve que permitiu. Nesse algo, uma parte está dentro do Brasil. Está dentro do Brasil pelo custo Brasil, pelas dificuldades brasileiras de produção, pelo custo brasileiro, pela baixa produtividade, pela baixa capacidade de inovação, já que, hoje em dia, o que esses países exportam são coisas inovadas a cada momento.

De qualquer maneira, o que poderíamos fazer...



(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... do ponto de vista comercial? Não vou nem entrar em detalhes da economia brasileira, da nossa fragilidade para participar e disputar com esses outros países, como China, Estados Unidos e Índia. Veja que Portugal – tenho aqui – tem 7%, pelas relações históricas, pelo idioma, e isso a gente não está aproveitando. Não acredito que, apesar de toda a eficiência da economia brasileira, Portugal tinha mais vantagens comparativas do que nós, sobretudo se levarmos em conta a distância, que, de Portugal é bem maior. Portanto, o que é que a gente pode fazer nesse sentido?

Na mesma linha, o que é que a gente pode fazer para fortalecer ainda mais a cooperação na capacitação, na defesa do patrimônio histórico – temos boa experiência e Angola não tem –, no intercâmbio universitário, que ainda é muito pequeno; apesar de existir, poderia ser muito maior? Então, essas são duas perguntas que tenho a fazer.

Quero aproveitar para perguntar como está a CPLP. O que podemos fazer para dinamizar a CPLP? Hoje em dia, fala-se mais em BRICS do que em CPLP, muito mais. Na verdade, BRICS tem conotação econômica, que atrai muito mais atenção. Mas, de qualquer maneira, pergunto o que é que a gente pode fazer para dinamizar a CPLP.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Uma outra pergunta, uma curiosidade que tenho. Quando falo – falo muito – com o Governador de Mato Grosso, digo que eles precisam aprender que houve um momento em que a região mais rica do Brasil era a Norte, graças à borracha. Bastou levar a borracha para a Malásia que a pobreza chegou.

Nesta semana, estava passando na televisão o filme Fitzcarraldo – não sei se já assistiram –, e a primeira cena do filme se passa em Belém ou em Manaus, não sei, com um ajudante dos ricos, vestido ali com aquelas roupas do século XVIII, dando champanha a um cavalo. Essa cena é para mostrar a riqueza e o desperdício.

E eu sempre digo ao Governador do Mato Grosso: se daqui a 20 ou 30 anos, começarem a produzir soja na África – e eu imagino mais do outro lado, que é mais perto da China –, Mato Grosso, o Centro-Oeste, enfim, vai ser o que foi Belém a partir dos anos 30, toda a Região Norte, enfim.

Então, eu queria saber se em Angola – e sei que em Moçambique está havendo – está tendo início a produção de soja por chineses. Eu tenho interesse em saber disso até porque há uma pessoa que está fazendo um filme sobre a produção de soja em Moçambique.

Fala-se até que os chineses estão começando a pensar no Sul da Sibéria, porque, daquele ponto, o transporte se faria por trem. E o Sul da Sibéria não é tão frio como se imagina. Além disso, os chineses pensam longe; eles estão pensando no aquecimento global. Havendo aquecimento global, aquela região será altamente produtiva na agricultura.

Então, eu queria saber se há algum sintoma desse risco.

E, finalmente, uma pergunta que da outra vez eu fiz também, dizendo até que, se precisar fechar, se precisar tornar secreta, que não a faria, mas é uma curiosidade sobre um ponto no qual o senhor tocou: a democracia em Angola. Gostaria de saber se há uma abertura, como nós tivemos, a partir de um certo momento, embora não dê para comparar com nenhuma ditadura brasileira o regime angolano, que tem as suas margens de liberdade se comparado ao nosso período ditatorial. Mas, de qualquer maneira, se há algum processo de abertura em andamento para uma democracia mais participativa, mais pluralista em Angola.

São essas as perguntas, Sr. Embaixador, desde já dizendo da minha satisfação por ter feito o parecer sobre a sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador. Embaixador, os Senadores farão as suas intervenções e o senhor, ao final, faz uma consideração geral. Senador Lasier, por favor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloysio.

Sr. Embaixador Paulino, antes de tudo, quero lhe desejar êxito nessa nobre missão de representar o Brasil em Angola. V. Ex^a está muito bem respaldado pelo relatório do nosso Senador Cristovam, de modo que temos certeza de que estaremos muito bem representados.

Agora, eu tenho, como Senador, algumas curiosidades sobre o que o senhor vai encontrar em Angola, porque as relações econômicas entre Brasil e Angola andaram muito conturbadas por acusações e suspeitas de mau uso de verba pública, especialmente pelos financiamentos do BNDES a obras de infraestrutura contratadas com aquele país. E, há pouco, ouvi V. Ex^a dizer que tem havido dificuldade de parte dos angolanos para pagar contas com os brasileiros que têm relações comerciais e empreitadas realizadas por lá.



Mas a relação de Angola tem andado, nos últimos tempos, nos noticiários, nas delações premiadas. E eu quero lembrar que, quando o famoso Nestor Cerveró foi preso, ele disse que Angola foi usada pelo governo anterior para lavar propina da Petrobras na campanha de Lula. E há muito tempo, isso não é novidade, que se suspeita – e algumas coisas estão sendo confirmados pouco a pouco – que ditaduras de esquerda serviram, durante algum tempo, para triangulação de recursos ilegais entre empreiteiras brasileiras e alguns países – Bolívia, Venezuela, Peru, Angola.

Então, V. Exª vai lá nos representar. É claro que V. Exª não é um auditor fiscal, mas vai lá defender os nossos interesses diplomáticos, econômicos, sociais, culturais. Minha curiosidade é saber como é que V. Exª pode se desincumbir desses compromissos que aconteceram lá atrás, mas são pendentes até hoje. Por exemplo, segundo esse mesmo Sr. Cerveró, para a reeleição de 2006, o Sr. Lula teria recebido espantosos R\$50 milhões de propina oriundos da compra, pela Petrobras, de lotes de exploração de petróleo naquele país. O dinheiro teria saído de uma operação de US\$300 milhões. Como de fato o Brasil contratou muitas obras com Angola, alguma coisa deve haver; onde há fumaça, há fogo.

Agora, o que compete a um embaixador brasileiro que está chegando? O que ele vai fazer? Ele vai olhar para tudo isso, ele vai dizer ao seu Governo, que, afinal, em última análise, é a coisa mais importante, V. Exª vai lá para representar o País, o Brasil... O que o senhor pode fazer? O senhor vai vasculhar, vai se interessar, vai saber? “Escuta, realmente houve falcatura, as relações foram menos ortodoxas, foram menos corretas nesses últimos anos.”

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Enfim, a sua tarefa sobre esse ponto de vista não é fácil, mas a minha curiosidade é saber até onde V. Exª pretende entrar nessa, para informar ao seu Governo... Evidentemente, reservadamente. Ou coloca-se algo em cima disso: “Vamos esquecer, passou, passou”? Porque, afinal, o BNDES fez contratos que até hoje não foram esclarecidos.

Eu tenho um requerimento ao nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura para trazermos aqui a Presidente do BNDES, há quase três meses, e não conseguimos até agora trazer, porque temos muitas perguntas, para ver o que era o BNDES até algum tempo atrás.

Mas lá, por Angola, V. Exª poderá saber alguma coisa. Então, a minha pergunta é bem objetiva nesse sentido.

O senhor vai para uma árdua tarefa, em um país rico em recursos naturais, com que o Brasil tem muito a ganhar futuramente, quando as coisas se endireitarem por lá. Em verdade, Angola tem um presidente há 37 anos no poder, que, como V. Exª disse há pouco, estaria inclinado a concorrer pela última vez e depois deixar o cargo.

Então, Embaixador Paulino, eu acho que fui claro na minha pergunta e tenho curiosidade de ver como é que o senhor vai se sair dessa. Qual vai ser a sua diretriz?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem.

Senador Anastasia.

Logo em seguida, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Bom dia, Presidente, Senador Aloysio Nunes, eminente Embaixador Paulino Carvalho Neto, Srs. Senadores.

Primeiro, Embaixador Paulino, meus cumprimentos. Agradeço a gentil visita que me fez e, igualmente, cumprimento V. Exª pela exposição muito lúcida e completa. Como bem disse o Senador Lasier, V. Exª chega muito bem acolhido pelo parecer e o relatório do Senador Cristovam, e, como o nosso Presidente lembrou muito bem, é muito conhecedor e entretido nos assuntos do mundo em geral, mas da África em especial, pela formação acadêmica que tem.

Embaixador Paulino, eu serei um pouco mais ameno que o Senador Lasier. Quando o Senador Cristovam começou a sua ponderação, ele falava da ponte. Eu acho que talvez fosse mais fácil – eu não sou engenheiro –, mais simples construir um túnel do que uma ponte sobre o Oceano Atlântico. E lembrava também da união que se cogitou, de fato, ao tempo do colonialismo, entre Brasil e Angola.

Angola é um país sofrido, que andou quase perdido para Portugal ao tempo do famoso Mapa Cor-de-Rosa, da Conferência de Berlim, quando os ingleses e os alemães lançaram suas garras quer sobre Angola, quer sobre Moçambique. Angola tem uma história sofrida, é um país que tem, ao longo dos séculos, apresentado um sofrimento terrível, não só no colonialismo e no imperialismo português, depois, numa guerra civil que tem seus efeitos até hoje, e agora, como lembra o Senador Lasier, com um governo que nós não podemos considerar um governo democrático e com problemas graves de governança que são notoriamente reconhecidos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E, antes disso, fornecendo mão de obra escrava.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Claro, o imperialismo que foi...



O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não só para o Brasil, mas também para a exploração de minas de prata nos Andes. Existe um livro maravilhoso, de Luiz Felipe de Alencastro, que conta essa história: *O Trato dos Viventes*.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É muito bom também *O Sonho do Celta*,...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... que relata sobre o Congo, muito parecido, uma obra maravilhosa. A história se passa no Congo, mas na mesma linha de crueldade com os africanos.

Mas, Embaixador, o que me preocupa de fato – e a minha ponderação não é uma pergunta, V. Exª abordou muito bem, assim como a ponderação feita pelo Senador Cristovam – é como é possível nós termos a oportunidade perdida de uma relação econômica muito mais densa com Angola. Nós temos uma proximidade linguística, cultural, de princípios, evidentemente as instituições são parecidas, e lamentavelmente nós temos uma participação pequena dentro da economia angolana. Então, o sentimento que nós temos da oportunidade perdida é muito delicado.

Eu acredito que o Brasil, talvez, no passado... É sempre tempo de recomeçar e retomar essa ação vigorosa. O Brasil precisa ter um protagonismo muito efetivo nos países de língua portuguesa. Tanto Angola como Moçambique são muito ricos, são os dois maiores, sem prejuízo dos demais, mas que têm uma oportunidade econômica muito grande. E essa inserção deve se dar também sob o ponto de vista do *soft power*, da presença cultural brasileira, das nossas instituições, de cooperação em todas as áreas.

Quando estávamos no Governo de Minas Gerais, a nossa empresa de águas, a Copasa, tinha um convênio com a empresa de águas de Luanda e, lamentavelmente, não foi dado continuidade a isso. Mas são muito importantes essas cooperações exatamente pelo fato de que temos o conhecimento e o *know-how*. Isso pode facilitar e muito o desenvolvimento e a implementação dessa presença, que passa a ser uma presença, ao mesmo tempo, econômica e cultural, mas sintomaticamente uma presença de aliança, uma aliança mais vigorosa e robusta. A situação com a China, evidentemente, tem todo o seu planejamento, como foi bem lembrado aqui, mas é um planejamento com o objetivo econômico e quase que de exploração mais direta mesmo, sem nenhum intuito de um desenvolvimento de Angola. Para nós, evidentemente, é muito importante que o país avance, porque é um país de língua portuguesa com liderança no continente africano e, posteriormente, no Atlântico Sul e no mundo como um todo.

Então, o desafio de V. Exª à frente da embaixada em Luanda será certamente este: como nós implementarmos de maneira elegante, como convém sempre a nossa diplomacia, mas firme, uma participação mais ativa do Brasil em todos esses segmentos. Eu tenho certeza de que V. Exª, pelo seu brilho, pelo seu preparo, pelo seu denodo e pela sua energia, certamente dará uma grande contribuição nesse esforço, que é fundamental.

Assim, eu me somo especialmente às indagações colocadas pelo Senador Cristovam, que são as mesmas perplexidades: como deixamos isso acontecer? Como lavamos as mãos e perdemos essa oportunidade incrível com Angola e com Moçambique? Mais até com Angola do que Moçambique? Acho que a presença em Moçambique é um pouco melhor. Mas essa reversão é que eu acho fundamental e o papel do embaixador, evidentemente, é o papel central, nuclear, é o motor de todo esse processo.

Também com referência à indagação do Senador Lasier, que também tem o meu aplauso e apoio, porque sabemos, Senador Lasier, que, lamentavelmente, os métodos de governança em Angola não são recomendáveis – isso é notório e é sabido –, e nós jamais poderemos nos inspirar lá para qualquer tipo de conduta sob o ponto de vista da boa governança. Aliás, aí existe outro nicho e oportunidade, que é a participação do Judiciário brasileiro, do Ministério Público brasileiro, no aprimoramento das instituições dessas nações que ainda têm um grau de maturidade a ser mais bem desenvolvido.

Mas parabéns, Embaixador Paulino. Que Deus o acompanhe e boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Armando Monteiro, com a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria cumprimentar o Embaixador Paulino e dizer que registro aqui a satisfação por ele ter feito referência a essa nova geração de acordos de investimentos, o ACFI, que é o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos que pudemos firmar com Angola, Moçambique, Malawi e vários países aqui da América Latina – México, Chile, Colômbia e Peru.

Nessa nova geração de acordo de investimento há mecanismos muito mais ágeis para mitigação de riscos, para solução de controvérsias. Portanto, é um instrumento que eu considero muito adequado para que se possa, efetivamente, dar suporte a um processo de maior integração produtiva entre os países.

Eu acho, Embaixador, que o nosso comércio bilateral vai se ampliar na medida em que haja uma maior integração produtiva também entre os países, tendo em vista a característica da economia angolana, que é



uma economia que ainda se ressentia de extrema dependência de um único setor, que é o setor do petróleo, e, portanto, é uma economia que tem uma diversificação muito modesta.

Então, eu queria, a propósito dessa questão do ACFI, indagar se V. Ex^a tem alguma informação sobre a internalização do acordo pelo Parlamento angolano, porque já foi aprovado. Então, resta agora ao Brasil aprová-lo, e, nesse sentido, eu e até o Senador Ferraço, que é sempre muito tempo a essas questões processo, estamos com um processo ainda na Câmara para garantir a internalização desse acordo, que é um instrumento muito importante. Então, essa é uma boa notícia. Quer dizer, o Congresso angolano já aprovou.

A outra questão diz respeito exatamente a esse tema do financiamento das exportações. Eu tenho uma preocupação muito grande – não estou propriamente fazendo um contraponto à intervenção do Senador Lasser – com esse processo de criminalização do financiamento das exportações brasileiras, ou seja, não há quem possa exportar bens, sobretudo bens de capital, serviços de engenharia, se a ele não forem agregados financiamentos. Nesse sentido, o BNDES pôde acumular uma experiência extraordinária ao longo dos últimos anos.

Quando se fala desse financiamento do BNDES, é bom lembrar que, do estoque desse financiamento, que se elevam a mais ou menos US\$34 bilhões, num período de 15 anos mais ou menos, nós temos aí o maior destino de exportações financiadas pelo BNDES: os Estados Unidos; quase US\$15 bilhões desse financiamento estão vinculados às exportações realizadas para os Estados Unidos, e depois Angola e Argentina, que têm um número muito parecido: US\$3,4 bilhões.

Então, eu quero dizer que, quanto à presença da China, à ampliação da China no continente africano se dá, em grande medida, por mecanismos de financiamento que a China pôde desenvolver ao longo do tempo. E agora nós assistimos, com muita preocupação, a esse processo que, dada à questão política que envolve hoje a sociedade brasileira, há,...

(Soa a campanha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... a meu ver, um viés, que me parece muito perigoso, que é o de criminalizar essas operações de financiamento às exportações e aos serviços.

Inclusive, no ano passado, por exemplo, houve um forte refilete em relação à questão das exportações de bens e serviços exatamente porque foram travadas as operações. Por exemplo, nós temos, lá com Angola, um financiamento para o mais importante projeto hidrelétrico de Angola, que é o Laúca. Nós financiamos a primeira etapa e não pudemos dar curso ao financiamento da segunda etapa -- neste momento está travado processo –, lembrando que, nesse caso, não há nenhuma pendência de garantias de Angola. Pelo contrário, Angola pôde prover as garantias, inclusive com contas que foram indicadas. Portanto, isso diz respeito às dificuldades que envolveram as empresas brasileiras do nosso lado, em face do processo aí da própria Operação Lava Jato.

Então, eu gostaria também de ouvir o Embaixador sobre essa questão dos financiamentos às exportações de bens e serviços para Angola.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem.

Encerrada já a fase das indagações, passo a palavra ao Embaixador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não. Embaixador Tasso... Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quem me dera.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Tem? Inclusive pelo domínio de várias línguas estrangeiras.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Aloysio, Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, meus colegas Senadores já fizeram questões bastante abrangentes e praticamente esgotaram todos os assuntos, apenas a minha saudação e a certeza da possibilidade de um belo trabalho que V. S^a poderá fazer – e irá fazer – nesse posto estratégico para o Brasil.

Eu apenas queria fazer um complemento. Existe uma carta de intenção, um acordo firmado com a empresa angolana Cables, Angola Cables, se não me engano, de instalação com cabo submarino, cabo ótico, ligando até Fortaleza – um acordo até assinado com a Prefeitura de Fortaleza. A minha pergunta é se V. S^a está acompanhando esses trabalhos, como andam e as perspectivas desse trabalho.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então, Embaixador Paulino Carvalho Neto.

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Obrigado.

Muito bem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Perguntas não faltam, né?

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Não, não, são várias.

Muito obrigado.

Começando pelas perguntas e comentários do Senador Cristovam Buarque, a pergunta é: o que fazer para aumentar o comércio bilateral? Na minha apresentação, tentei dar, digamos, o quadro mais amplo, inclusive legal, de como o comércio bilateral, os investimentos brasileiros em Angola e de Angola no Brasil, a exemplo do citado pelo Senador Jereissati, podem ser incrementados.

Entendo que, para que possamos ter uma participação mais ativa na economia angolana, nós temos que aceitar uma premissa não só apresentada e divulgada pelo governo angolano, mas pelos agentes econômicos nacionais e internacionais, pelos especialistas em economia, tanto do Fundo Monetário Internacional quanto do Banco Mundial e outras instituições independentes que se ocupam de temas econômicos, e a palavra chave é diversificação da economia. E qual o papel que o Brasil pode ter nisso? O Brasil, naturalmente, pelas suas características, estrutura, pela sua história, pelo seu desenvolvimento econômico, é uma economia razoavelmente diversificada, e os empresários que atuam em diversas áreas no Brasil, na indústria, nos serviços, na agricultura, podem, se as condições locais permitirem, aumentar a participação dos investimentos diretos brasileiros na economia angolana, não resta a menor dúvida.

O agronegócio brasileiro, com a sua qualidade reconhecida mundialmente, a qualidade dos seus empresários, das pessoas que trabalham na área do agronegócio, terá e tem um papel a desempenhar na economia angolana.

Angola, de certa maneira, apresenta características físicas semelhantes às brasileiras. A nossa agricultura pode e deve investir em Angola. Para isso, o acordo de facilitação de cooperação e facilitação de investimentos é um caminho, dá o parâmetro, a estrutura legal necessária e tem de ser incentivado.

Nós temos um problema conjuntural em Angola, que eu mencionei antes, que é a questão da carência de divisas, e essa carência de divisas, naturalmente, cria dificuldades, seja para o pagamento de exportações de outros países a Angola, seja para o pagamento ou a remessa, melhor dizendo, de divisas, *royalties*, lucros para os países de origem dessas empresas, mas são problemas conjunturais e que podem ser resolvidos com a própria diversificação da economia angolana.

O Senador Cristovam Buarque faz também menção não só à economia, mas também aos aspectos de cooperação na área educacional e na área de defesa do patrimônio histórico. O que nós fizemos não é muito, mas já é alguma coisa, na área de cooperação educacional, graças a um programa brasileiro que, desde muito tempo, existe, que é o Programa de Estudantes-Convênio, seja em graduação, seja em pós-graduação. Esse programa foi criado, salvo engano, há mais de 50 anos, em 1965, pelo Ministério da Educação e pelo Itamaraty e tem possibilitado a vinda de estudantes angolanos ao Brasil, seja para cursos de graduação, seja para cursos de pós-graduação.

As universidades brasileiras públicas e privadas acolhem os estudantes, eles podem estudar de graça nessas faculdades, nessas universidades, mas a manutenção do estudante é por conta do próprio estudante ou do país, no caso, Angola, que permite que esses estudantes possam estudar hoje. O problema que nós temos hoje, aí voltamos à questão da falta de divisas, é que alguns estudantes angolanos que estão no Brasil não estão recebendo do governo angolano as suas bolsas para que eles possam se manter no Brasil. Então, essa é uma dificuldade que nós temos e que tem de ser superada de um jeito ou de outro.

Na área de patrimônio, da defesa do patrimônio histórico, o exemplo que eu citei muito rapidamente foi o dos centros culturais de Angola no Brasil, em Salvador, e do Brasil em Luanda. É um prédio histórico que foi restaurado pelo governo angolano. O centro cultural angolano aqui no Brasil foi restaurado pelo governo estadual da Bahia, e isso permite um *locus* para que os dois países possam promover a sua cultura, a literatura. A literatura angolana, por exemplo, é uma literatura muito rica para um país relativamente pobre como Angola. Tem escritores como Pepetela, Agualusa, entre outros, que são conhecidos mundialmente e são escritores de grande qualidade. Poderíamos pensar, e é um programa de trabalho que eu quero levar adiante, um esquema de intercâmbio de escritores, um evento promovendo a literatura brasileira em Angola e angolana no Brasil.

Eu acho que há inúmeros mecanismos que podem ser implementados com o apoio do Ministério da Cultura seguramente, do IPHAN, na defesa do patrimônio; a ida de técnicos, especialistas e arquitetos brasileiros a Angola, tudo isso exige, muitas vezes, mais criatividade do que recursos propriamente ditos. E este, espero, possa ser o meu papel lá: incentivar, alavancar essas iniciativas.



V. Exª, Senador Cristovam, mencionou também a produção de soja em Angola. Confesso que não sei – vou pesquisar e me informar – se Angola planta soja, se produz soja. Seria outro exemplo em que a cooperação com agricultores brasileiros poderia ocorrer, sem dúvida, com empresas brasileiras voltadas para o agronegócio. Acho que esse é um caminho que pode e deve ser explorado.

Quanto à CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), o Brasil vai assumir este ano a Presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Está prevista a realização de uma cúpula da CPLP aqui, no Brasil. A data ainda não está marcada, mas entendo que a Presidência da República, nas próximas semanas, deva, em conjunto com o Itamaraty, indicar a data para a realização dessa cúpula.

Outro aspecto que merece ser lembrado: V. Exª mencionou a proximidade dos dois países, que são, se é que se pode usar a imagem, ribeirinhos do Atlântico, cada um em uma margem de um rio chamado Atlântico, para usar a expressão utilizada pelo Embaixador Costa e Silva em um dos seus memoráveis livros sobre a história do Brasil colonial e toda a questão do tráfico de escravos, juntamente com o historiador Luiz Felipe de Alencastro, que V. Exª mencionou. Tudo isso demonstra a riqueza histórica e secular das relações bilaterais, que têm também, naturalmente, as suas características, como sabemos, trágicas, mas fazem parte tanto da história do Brasil quanto da de Angola. Não podemos negar este aspecto trágico que, de certa maneira, foi lembrado em algum momento não só pelos historiadores: o fato de Angola ter trazido talvez quase a metade dos escravos que vieram ao Brasil – vieram da região do Congo, da região de Angola. Tanto que, em algum momento, Padre Vieira usou uma frase que hoje talvez não seja politicamente correta, mas uma frase ...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – que marca: “Não há Pernambuco [ou seja, na época não há Brasil] sem negros, e não há negros sem Angola.” É uma frase que marca muito e demonstra esse aspecto das nossas histórias comuns, da história do Brasil, da África portuguesa, de Portugal, e demonstra que as nossas relações existem em diversos planos. Outro exemplo é a chamada Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, uma iniciativa brasileira que completa este ano 30 anos. Ela foi estabelecida em 1986 e prevê justamente que se crie, nessa região do Atlântico Sul, uma área de paz e cooperação entre os países do sul da América do Sul e da África, principalmente da África Ocidental, da África Austral, digamos.

Então, tudo isso faz com que a cooperação entre os dois países seja rica em múltiplos aspectos, não só no econômico e comercial, mas também no cultural e cooperação educacional e da própria história comum dos dois países.

O Senador Lasier menciona também os aspectos das relações econômico-comerciais e trata de assuntos que são sensíveis, claro, mas de conhecimento de todos nós e também do governo angolano, que acompanha com atenção o que acontece no Brasil.

Naturalmente, se o meu nome for endossado por V. Exªs, eu terei a obrigação de defender os interesses do Brasil, tanto no plano da informação – informar o Governo brasileiro, informar o nosso País – do que acontece em Angola, quanto representar o Brasil e negociar os interesses brasileiros naquele país.

Eu entendo que nós devamos separar o que deve ser separado. Uma coisa são os atos ou os malfeitos, para usar uma expressão que ficou consagrada, de alguns agentes econômicos e, eventualmente, de alguns agentes políticos; a outra ideia, em si, é a necessidade da cooperação econômica entre os dois países.

As linhas de financiamento de crédito devem ser bem utilizadas, devem atender as relações de custo e benefício, saber se isso será favorável ou não, não só ao País, mas às agências fomentadoras de crédito, como o BNDES por exemplo.

Eu entendo que a Presidência do BNDES esteja preocupada com isso e tomando as precauções necessárias para que isso, pelo menos, não volte a ocorrer.

Quanto ao que já ocorreu de equivocado, de errado, os responsáveis terão de ser, eventualmente, penalizados e de pagar pelo que foi feito, enfim.

Naturalmente, eu terei de tomar os cuidados necessários, agir com a discrição necessária para poder atender as demandas que possam vir aqui do Brasil, seja do Poder Judiciário, seja aqui do Congresso Nacional, seja do próprio Poder Executivo e da sociedade brasileira, da opinião pública brasileira, que tem o direito de ser informada sobre o que terá acontecido nas relações bilaterais que não sejam propriamente das relações bilaterais entre os países.

Entendo que essas sejam as observações que eu poderia fazer neste momento.

O Senador Anastasia menciona as dificuldades de governança do país. O que eu poderia dizer sobre essa circunstância é que Angola é um país que vive um processo de transição ainda. As camadas geológicas, as camadas políticas do país ainda estão em fase de assentamento. Não é, *stricto sensu*, uma democracia liberal à moda ocidental, mas também não é – longe disso – um regime com características autoritárias. Há eleições, a imprensa é razoavelmente livre, a liberdade de ir e vir está presente, há uma constituição que foi promulgada



em 2010, estão marcadas eleições presidenciais para o ano que vem, mas ainda é um país, que, por razões históricas, ainda padece de muitas dificuldades.

Eu acho que cabe ao Brasil dar o exemplo de uma democracia que é uma democracia pujante, em que há liberdade de imprensa, em que o Poder Judiciário age livremente, em que o Congresso Nacional tem...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – ... o poder que tem. Então, acho que o exemplo brasileiro é a melhor lição que nós podemos dar a quem quer que seja.

O Senador Armando Monteiro faz uma menção também aos acordos de cooperação e facilitação de investimento. Eu concordo com a apreciação de V. Ex^a. Eu acho que esses instrumentos são instrumentos utilizados por qualquer país que queira ter uma presença significativa fora de suas fronteiras. Estados Unidos fazem isso, Japão, França, Alemanha, China, Portugal e o Brasil, a meu ver, não pode agir de maneira diferente.

Claro está que nós temos de ter mecanismos transparentes, mecanismos em que o Congresso Nacional possa acompanhar esses acordos que envolvem também fornecimento, linhas de crédito a terceiros países. Salvo engano, eu acho que, no âmbito aqui do Senado, há, inclusive, um projeto de resolução sobre o assunto, da Senadora Ana Amélia. Eu não sei qual é hoje a... Se é que ele seguiu adiante. Trata-se de um projeto de resolução do Senado sobre acompanhamento de linhas de crédito fornecidas pelo Brasil para investimentos no exterior. E também há um projeto de lei complementar do Senador Alvaro Dias sobre o mesmo tema. Tudo isso para dizer que cabe também ao Congresso Nacional, à opinião pública, à imprensa, ao Poder Judiciário, quando for o caso, acompanhar esses processos de facilitação comercial que – repito – me parecem necessários, úteis e oportunos no entendimento de que haverá transparência, haverá *accountability*, para usar uma expressão americana, haverá prestação de contas e que os interesses do País, o orçamento público não está sendo lesado.

O Senador Tasso Jereissati faz uma menção a um investimento, dessa vez um investimento de uma empresa angolana no Brasil, que é a instalação de um cabo submarino para comunicações, para internet, inclusive prevê o estabelecimento de um *data center* em Fortaleza. A notícia que eu li sobre o assunto é que as obras estão em andamento e que, no ano que vem, 2017, haveria pelo menos a inauguração da primeira etapa desse empreendimento, o que me parece algo bastante auspicioso e demonstra também que as perspectivas dos investimentos angolanos no Brasil também existem e devem ser exploradas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Embaixador, Srs. Senadores, chegaram aqui várias perguntas que vieram pelo nosso portal e-Cidadania. Eu vou lê-las para o senhor – algumas o senhor o já respondeu.

Uma: o cargo de embaixador não deveria ser preenchido através de concurso público?

Eu diria que os diplomatas que são designados para exercerem esse cargo pertencem a uma carreira na qual se ingressa por concurso público – concurso, aliás, duríssimo.

E depois passam por um curso de formação no Instituto Rio Branco e estão sendo permanentemente atualizados em conhecimentos para o bom exercício da sua profissão. Excepcionalmente, o Presidente da República pode designar alguém que não seja membro da carreira do Ministério das Relações Exteriores como seu representante à frente de alguma missão, mas sempre o requisito essencial é passar pela sabatina e depois pela aprovação do Plenário do Senado.

Quais são os requisitos necessários para ser um diplomata? Ter curso superior, passar pelo concurso do Itamaraty e depois, enfim, seguir sua carreira. É o caso do Embaixador, que está na carreira já há quantos anos, Embaixador?

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO *(Fora do microfone.)* – Trinta e um anos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Há 31 anos que ele já percorre com muito brilhantismo as diferentes etapas de sua carreira, porque a carreira tem vários degraus, até chegar a Ministro de Primeira Classe, como é o seu caso.

Como aumentar a influência brasileira em Angola? Já foi tema da sua exposição.

Como pretende melhorar a relação entre Brasil e Angola?

Há uma pergunta sobre assistência consular: “O que pretende fazer para melhorar a vida dos brasileiros em Angola?” Acho que é um assunto que talvez o senhor não tenha abordado na sua exposição. É o Ricardo dos Santos Tonussi que manda essa pergunta.

Há três perguntas da Conectas Direitos Humanos.

No tema do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Angola, que foi abordado pelo senhor e depois desenvolvido pelo Ministro Armando Monteiro, pergunta a Conectas quais são os setores prioritários em que poderia esse acordo funcionar.



Depois, há duas outras perguntas que talvez não sejam exatamente ligadas a suas atribuições, vindas da Conectas. “Em 2015, a Justiça condenou uma grande construtora brasileira por trabalho escravo em Angola. Como a Embaixada irá garantir que investimentos de empresas brasileiras sejam realizados com o respeito a direitos de trabalhadores e das comunidades impactadas?”

E uma outra pergunta também da Conectas: “Recentemente foi aprovada em Angola uma nova legislação para controle da comunicação social.” Aliás, eu li hoje no jornal que em Cuba foi instalado um sistema de filtragem para o SMS. Algumas palavras são selecionadas e, se elas figurarem em alguma mensagem no SMS, o destinatário não recebe a mensagem. Mas, enfim: “Recentemente foi aprovada em Angola uma nova legislação para controle da comunicação social. Como a Embaixada brasileira pretende monitorar a aplicação dessa lei para que jornalistas e outros profissionais de mídia não sejam censurados no país aliado?” Penso que sejam profissionais brasileiros, da imprensa brasileira, que atuam lá em Angola.

São as perguntas que recebi. Se V. Exª não tiver, neste momento, resposta pronta, eu indico como o senhor pode chegar às pessoas que aqui se manifestaram.

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Pois não, Sr. Presidente.

A primeira pergunta, sobre atendimento consular do Brasil em Angola: nós não temos um consulado separado da Embaixada, nós temos um setor consular dentro da Embaixada, que é um setor consular bastante movimentado, um dos mais movimentados de toda a rede de postos de embaixadas e consulados do Brasil e no mundo.

Para que se tenha uma ideia, no ano passado foram expedidos mais de 30 mil documentos consulares, de modo geral, dos quais 20 mil vistos. Há a obrigatoriedade de vistos para cidadãos brasileiros irem a Angola e vice-versa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Aliás, é uma trabalhadora danada.

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Não é simples, mas, enfim, faz parte das nossas responsabilidades também. Eu pretendo, se o meu nome for aprovado por V. Exªs, por esta Casa, dar uma atenção especial ao setor consular. Ele tem exigido um trabalho intenso da Embaixada. Nós temos dificuldades – eu não vou mencioná-las aqui – na área de recursos humanos, de carência de recursos financeiros, mas, independentemente disso, cabe a mim, como chefe do posto, tomar as providências necessárias para que o Consulado possa atender não só aos brasileiros que necessitem de apoio do Consulado, mas também aos angolanos que, por uma outra razão, precisem do Consulado, seja para vistos, seja para a legalização de documento. Enfim, o Consulado estará aberto a todos.

Quanto às perguntas da Conectas, a primeira delas é sobre o acordo de cooperação e facilitação de investimentos, e a pergunta é: em que áreas prioritárias o acordo poderia se ocupar? O acordo é entre governos. Os governos facilitam, eles permitem a cooperação, eles procuram dirimir divergências que possam haver entre agentes privados de um lado e de outro, mas eu entendo que o acordo dará atenção especial àquelas áreas em que, por exemplo, a economia angolana necessite de mais apoio, em que há mais necessidade de investimentos adicionais. Quando falei na diversificação da economia angolana, eu falei na indústria de transformação, na indústria de bens alimentares, no agronegócio. São essas áreas em que o acordo pode ser útil para a facilitação dessa cooperação na área de investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Mas, em princípio, Embaixador, não há...

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Não. Qualquer setor...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Há um investimento ...

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Exatamente. Não cabe aos Estados dizerem onde serão os investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O investidor que vá procurar o nicho onde ele vai investir.

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Claro, claro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Um, vamos dizer, estatuto, algo que confere a ele segurança ou a possibilidade de resolver controvérsias.

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Claro, sem dúvida.

A segunda pergunta é sobre um episódio de suposto trabalho escravo em Angola, trabalho escravo esse que teria ocorrido em empresa brasileira ou com participação de capital brasileiro em Angola. Dessa notícia eu tenho conhecimento também de que tramita aqui, na Justiça brasileira, uma reclamação sobre o tema, mas eu posso também obter informações adicionais e, se algum colega da Conectas estiver presente, eu deixo as minhas coordenadas e posso tentar obter uma resposta mais precisa. Também posso, estando em Angola, obter



mais informações. Coloco-me, desde logo, à disposição de entidades, inclusive não governamentais e brasileiras, o que também é minha obrigação.

Há uma terceira pergunta, que é sobre uma nova legislação de imprensa.

Também tenho notícia de que essa legislação foi aprovada recentemente pela Assembleia Nacional angolana. Não me cabe emitir uma opinião sobre a justeza ou sobre o texto da lei em si, mas, naturalmente, eu acompanharei com atenção esse assunto, e eventuais jornalistas brasileiros que estejam em Angola ou queiram ir a Angola para acompanhar os temas locais, enfim, para qualquer tipo de trabalho que queiram fazer, eu estarei à disposição para acompanhá-los, recebê-los e atendê-los, naturalmente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu que agradeço ao senhor.

Apenas em atenção aos cidadãos que se dirigiram a nós pelo e-Cidadania a respeito da carreira de Diplomata, eu queria ilustrar: o Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto está na carreira já há 31 anos, ocupou postos importantes nas Embaixadas em Roma, em Santiago, na delegação nossa em Genebra e, desde 2013, dirige o Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos. Ele participou de muitas negociações relacionadas à Convenção de Diversidade Biológica, que é um assunto da maior relevância para o nosso País.

E aqui abro um parêntese só para lembrar aos nossos amigos representantes do Itamaraty, que seguramente estão aflitos com isso também, que o Brasil ainda não ratificou o Protocolo de Nagoia, que é um instrumento da Convenção de Diversidade Biológica que disciplina justamente o acesso aos recursos genéticos e à partilha dos benefícios decorrentes da utilização desses recursos. Está na Câmara dos Deputados há quatro anos. É uma coisa inacreditável! De modo que eu penso, Sr. Embaixador, que é preciso que o Ministério das Relações Exteriores, em articulação com a Casa Civil e com a Liderança do Governo, tome providência para que essas coisas não se eternizem. Chega aqui no Senado, é rápido. No Senado, nossa tramitação é objetiva, rápida, sem prejuízo de um exame criterioso das matérias, mas o fato é que não há nenhuma justificativa para tamanha demora.

Creio que todos já votaram. Vamos fazer, então, a apuração da votação.

O Secretário da Comissão, dessa apuração, será, se ele concordar, o Senador Anastasia, que me daria essa honra. A reunião será aberta, creio que não há nenhuma objeção a isso.

Muito bem, então, vamos apurar. Momento de grande tensão para o sabatinado. *(Risos.)*

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Foi aprovado, por unanimidade. Merecidamente, aliás.

Vamos tentar levar, o quanto antes, a matéria a Plenário.

O Embaixador já está dispensado.

Temos ainda duas ou três matérias a tratar entre nós.

Temos duas mensagens nessa segunda parte da reunião, dois relatórios, um que ficou a cargo do Senador Edison Lobão.

ITEM 1 – 2ª PARTE MENSAGEM (SF) Nº 82, de 2016 - Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Côte D'Ivoire (Costa do Marfim).

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Edison Lobão

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Côte D'Ivoire, como preferiria o Senador Anastasia e o Senador Tasso, sobretudo – Côte D'Ivoire. Então, eu passo a palavra ao Senador Edison Lobão para ler o seu relatório.



O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Côte D'Ivoire – vamos anotar, portanto, as instruções do Senador Tasso.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão do preceito regimental, o indicado é filho de Luigi Cobuccio e Maria de Lourdes dos Santos Cobuccio, tendo nascido em 1955, em Santos. Graduou-se em Economia pela Universidade de Campinas.

Em 1982, ingressou no Curso Preparatório da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, tornando-se Terceiro Secretário no ano seguinte. Foi promovido a Segundo Secretário em 1987; a Primeiro Secretário em 1994; a Conselheiro, do Quadro Especial, em 2005, e a Ministro de Segunda Classe, do Quadro Especial, em 2011. Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores e no serviço público, em geral, destacam-se as de Chefe de Gabinete do Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento; Assistente do Diretor do Instituto Rio Branco; Assessor Especial do Ministério da Integração; Conselheiro na Embaixada em Montevidéu e na Embaixada em Paris.

Em 2010, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese: "A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência".

Sr. Presidente, submetido às instruções de Vossa Mercê, eu sintetizo o currículo do Embaixador, dizendo que cabe mencionar, finalmente, o interesse marfinense em beneficiar-se da experiência brasileira na implementação de programas sociais, em particular a concepção e a gestão de programas de alimentação sustentável.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial da República.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vista coletiva.

Agradeço muito o Senador Lobão, que, com seu treino de jornalista, extraiu o suco das informações que nos foram remetidas pelo Itamaraty.

Agora dou a palavra ao Senador Armando Monteiro para seu relatório sobre a indicação do Sr. José Marcos Nogueira Viana para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato do Omã.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. José Marcos Nogueira Viana, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

O indicado ingressou na carreira diplomática como Terceiro Secretário em 1986. Foi promovido a Segundo Secretário em 1992; a Primeiro Secretário, em 1999; a Conselheiro, em 2004; a Ministro de Segunda Classe, em 2007, e, finalmente, a Ministro de Primeira Classe, em 2016.

Entre as funções desempenhadas na Administração Pública brasileira, destacam-se, na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, as de assistente e assessor no Instituto Rio Branco; Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Saúde e na Presidência da República. No exterior serviu nas Embaixadas em Paramaribo; em Viena; em Trípoli, onde foi Encarregado de Negócios; Delegação Permanente em Genebra; Embaixada em La Paz e no Consulado-Geral em Boston, como Cônsul-Geral Adjunto. Atualmente é Embaixador em Roseau, capital da Dominica.

O Diplomata foi agraciado.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial informe sobre o Sultanato de Omã. Vale registrar que é um país que tem uma população de 4,2 milhões de habitantes, tem um PIB nominal de US\$ 62 bilhões e um PIB *per capita* nominal de US\$ 14.887.

Segundo o informe do Itamaraty, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Sultanato em 3 de junho de 1974. Em julho do mesmo ano, foi criada a Embaixada do Brasil junto ao Sultanato, em caráter cumulativo, primeiramente com a Embaixada em Jedá, na Arábia Saudita, e depois com a Embaixada do Brasil, em Riade.

A Embaixada do Brasil residente em Mascate foi criada em abril de 2008. Segundo explica o informe, a decisão de abrir a representação levou em conta a localização estratégica do Sultanato, na entrada do Golfo, a relevância econômica do país e o crescimento do comércio bilateral; os investimentos da Companhia Vale na construção de um moderno porto de águas profundas e de uma unidade industrial para a pelotização de minério de ferro na cidade de Sohar, e o potencial de Omã como país fornecedor de gás natural liquefeito para o mercado brasileiro.



O carro-chefe, portanto, da presença empresarial brasileira em Omã é o investimento da Vale. A companhia brasileira assinou um acordo no valor inicial de US\$1 bilhão, na construção de uma fábrica de pelotização com capacidade de até 9 milhões de toneladas.

A Vale também desenvolve projetos sociais em Omã, destinados a promover o potencial das comunidades locais de maneira sustentável, levados a cabo em parceria com a população local. No campo da agricultura, a Vale patrocinou convênio entre a Universidade de Viçosa, no Brasil, e a universidade do Sultanato para estudo de aspectos fitopatogênicos da produção de Omã de limas, mangas e tâmaras. Ademais dos projetos citados, a empresa brasileira patrocina outras iniciativas de cunho social.

Portanto, as operações da Vale geram cerca de 3 mil empregos diretos e indiretos, sendo mais de 60% utilizando mão de obra local. Em função disso, as vendas brasileiras para Omã saltaram de US\$133 milhões em 2008 para US\$1,1 bilhão em 2013, um salto de 900% em quatro anos, transformando, portanto, o Sultanato em nosso terceiro maior mercado de exportação na Península Arábica.

O posicionamento diplomático dos dois países é bastante similar. Ambos os governos desempenham papel estabilizador em seus entornos regionais, privilegiando o diálogo franco e construtivo e evitando as práticas nocivas. As pautas de votação nas instâncias multilaterais são virtualmente coincidentes, o que denota sinergias de forma, substância e de filosofia nas respectivas ações externas nacionais.

A comunidade de brasileiros em Omã compõe-se de aproximadamente 400 pessoas, razão pela qual não existem consulados do Brasil no país, uma vez que é a seção consular da Embaixada brasileira em Mascate que se ocupa dos assuntos relacionados àquela comunidade.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Era esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador. Está em discussão. *(Pausa.)*

Vista coletiva.

É o seguinte o item para o qual foi concedido vista:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 83, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato do Omã.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Há duas matérias...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

Há duas matérias extrapauta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Era isso que eu...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu já me adianto a V. Exª...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem. A competência se estabelece.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu me comunico com o Senador Jorge Viana por telepatia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exªs estão se entendendo por telepatia. Eu fico feliz com isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E com V. Exª também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Esse entendimento é muito importante para o Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Bom, telepaticamente, os Senadores Ricardo Ferraço e Jorge Viana requereram uma inclusão extrapauta de duas matérias. Uma, relatada pelo Senador Ferraço, que é a designação do Sr. Antonio José Maria de Souza e Silva para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

EXTRAPAUTA
ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 86, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pronto para deliberação.

Outra matéria, extrapauta também, requerida pelo Senador Jorge Viana, é a mensagem que ele relatou, que submete à apreciação desta Comissão o nome do Sr. Marcel Fortuna Biato.

EXTRAPAUTA
ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 85, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pronto para deliberação.

Eu passo a palavra, inicialmente, ao Senador Ferraço, e, em seguida, ao Senador Jorge Viana.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que Sua Excelência o Presidente da República deseja fazer do nome do Sr. Embaixador Antonio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

A Constituição, como sabemos, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores em razão do preceito regimental, o Sr. Antonio José Maria de Souza e Silva é do Rio de Janeiro, é formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes.

O indicado ingressou na carreira diplomática tornando-se Terceiro Secretário em 1976. Foi promovido a Segundo Secretário em 1979; a Primeiro Secretário, em 1984, sempre por merecimento; a Conselheiro em 1989, por merecimento; a Ministro de Segunda Classe, em 2004, também por mérito, e a Ministro de Primeira Classe, em 2010, por mérito.

Foi para o Quadro Especial em 2015.

Entre as funções desempenhadas na Secretaria de Estado das Relações Exteriores destacam-se as de assistente na Divisão de Política Financeira; Chefe da Divisão da Europa I; Chefe da Divisão de Feiras e Turismo, e de Assessor Especial na Presidência da República, assim como do Ministério do Meio Ambiente. No exterior, foi, como Primeiro Secretário, Encarregado de Negócios em missão transitória em Islamabad; serviu como Conselheiro em Buenos Aires, em Praga, e em Trípoli. Foi ainda Embaixador em Dili e em Maputo, Moçambique.



O Diplomata em apreço foi agraciado com diversas honrarias por onde passou, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial informe sobre a República da União de Myanmar. A República da União de Myanmar, antiga Birmânia, tornou-se independente em 1948. Localizado em área estratégica no sudeste asiático, o país apresenta grande população (51 milhões de habitantes) e abundantes recursos naturais.

Segundo o relatório do Itamaraty, Myanmar tem grande importância estratégica no sudeste asiático. Seus recursos naturais (gás natural, recursos hídricos, etc.), expressivo contingente populacional e posição geográfica fazem do país uma nova fronteira natural de investimentos estrangeiros. Ademais, o processo de democratização e reconciliação nacional são fatores adicionais de interesse econômico pelo país. Não somente parceiros tradicionais como a China, a Índia e a Tailândia têm participado em importantes projetos de infraestrutura em Myanmar, mas também os Estados Unidos da América, os países europeus e a Austrália têm demonstrado elevado interesse em iniciar novo ciclo de investimentos no país.

No que concerne às relações diplomáticas entre Brasil e Myanmar, estabelecidas em 1982, o país mantém Embaixada em Brasília desde 1996, inclusive com a característica de ser a única embaixada que o país mantém na América Latina, e a Embaixada residente do Brasil em Yangon foi criada em janeiro de 2010, tendo o Embaixador brasileiro apresentado credenciais ainda naquele ano.

Das 41 Embaixadas residentes em Yangon, a brasileira é a única da América Latina.

Em termos de assuntos consulares, Sr. Presidente, a assistência consular em Myanmar é prestada pela Embaixada em Yangon.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser, julgo eu, aduzido a este relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Ferraço.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva.

Eu queria comunicar à Comissão que vou convocar uma reunião extraordinária para a próxima terça-feira, porque, como sabem, nós estamos com um calendário especial em razão das eleições, e teremos sessões deliberativas do Senado na segunda e na terça. Assim, a minha intenção é fazer uma reunião extraordinária na terça, exatamente para que possamos deliberar sobre essas matérias que são agora analisadas extrapauta, Myanmar e...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Às 14h30.

Muito bem.

Senador Jorge Viana, V. Exª tem a palavra para relatar a designação do Embaixador Marcel Biato.

Estamos nos encaminhando para fechar uma história.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É verdade, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras, bem como V. Exª, Sr. Presidente. Cumprimento, especialmente, o Embaixador Marcel Fortuna Biato, que está presente aqui.

É um prazer tê-lo aqui e revê-lo.

Todos nós sabemos que ele viveu uma situação, o Presidente da Comissão à época, Senador Ricardo Ferraço, também e colegas que trabalham aqui nos auxiliando; uma situação delicada que envolve as relações entre o Brasil e a Bolívia. Talvez essa indicação, agora, já definitivamente, vira, do ponto de vista da função que precisa seguir desempenhando no Ministério das Relações Exteriores, do Embaixador Marcel Fortuna Biato.

Eu passo à leitura do relatório, Sr. Presidente.

Trata-se da Mensagem nº 85, de 2016 (Mensagem nº 460, de 2016, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Sr. Marcel Fortuna Biato, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica e organismos internacionais conexos, com sede em Viena, Áustria.

Esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação, já referida acima, para o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica e organismos internacionais conexos, com sede em Viena, Áustria.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e, por voto secreto, escolher o chefe de missão diplomática de caráter permanente.



De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Sr. Embaixador Marcel Fortuna Biato é filho de Oswaldo Biato e Néa Fortuna Biato, tendo nascido, em 17 de novembro de 1958, em Buenos Aires, Argentina, sendo brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição Federal de 1946.

O candidato ingressou na carreira diplomática em 1980.

Passou a Primeiro Secretário em 1981; Conselheiro em 1997; a Ministro de Segunda Classe, em 2003, e a Ministro de Primeira Classe, em 2007. Em 1990, concluiu o mestrado em Sociologia Política pela London School of Economics, em Londres.

Entre as funções desempenhadas na Secretaria de Estado das Relações Exteriores destacam-se as de assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos e Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República (2007-10). No exterior, serviu na Missão junto à Organização das Nações Unidas (1999-2003), em missão temporária na Embaixada em Havana (2006) e foi Embaixador em La Paz (2010-2013). O indicado possui, ainda, uma ampla experiência no campo do direito internacional humanitário, com publicações a esse respeito e também em matéria de resolução de conflitos internacionais. Sua tese no CAE (Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco) versa sobre “O Processo de Paz Equador-Peru e a Solução Pacífica de Controvérsias”.

O Diplomata em apreço foi agraciado com várias condecorações.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial informe sobre a Agência Internacional de Energia Atômica, que não farei o detalhamento, pois penso não ser necessário.

O Brasil tem apoiado as atividades da Agência, em especial aquelas voltadas à promoção do uso pacífico da energia nuclear, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Nesse sentido, o País defende que se reforcem as atividades de cooperação técnica da Agência Internacional de Energia Atômica, em particular com os países em desenvolvimento.

Está em vigor para o Brasil desde 1994 o Acordo com a Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e a Agência Internacional de Energia Atômica para a Aplicação de Salvaguardas (o chamado “Acordo Quadripartite”). Trata-se de acordo de “salvaguardas abrangentes”, pelo qual o Brasil e a Argentina, ademais das salvaguardas estabelecidas pela ABACC, submeteram-se ao sistema de salvaguardas da Agência tal como previsto no Tratado de Não Proliferação Nuclear.

A Missão Permanente do Brasil junto à Agência e Organismos Internacionais Conexos foi criada em 2005, tendo como função principal o acompanhamento dos temas referentes à Agência, bem como à Comissão Preparatória da futura Organização para a Proibição Completa dos Testes Nucleares.

Diante do exposto, cumprimentando também o Embaixador Biato, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem, reunidos aqui, no meu relatório abreviado, as condições para apreciarmos essa indicação, Sr. Presidente.

E aproveito para cumprimentar V. Ex^a, porque eu solicitaria que pudéssemos apreciar – fazendo a leitura hoje, dando vista coletiva – essa indicação já na próxima semana. É a minha solicitação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Penso que poderemos fazer a sabatina já na próxima terça-feira, nessa reunião extraordinária. E V. Ex^a, como sempre, nos ajudando a levar ao Plenário no mesmo dia.

Muito bem.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Está concedida vista coletiva.

Penso que não há necessidade de ler a Ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Todos estão de acordo.

Está aprovada.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)



ATA DA 22ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Serviços de Infraestrutura DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 de Julho de 2016, Quarta-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia treze de julho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana, José Pimentel, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Cidinho Santos e Vicentinho Alves, e ainda do Senador não membro José Medeiros. Deixam de comparecer os demais Senadores. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes, com inversão dos trabalhos: **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQI nº 38, de 2016, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz e Valdir Raupp. **Finalidade:** Debater a duplicação da BR-364 (trecho Comodoro - Porto Velho/RO). **Participantes:** Luciano de Souza Castro, Secretário de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (SEGES/MT); Stephane Louis Georges Quebaud, Coordenador da Área de Outorgas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Luiz Antonio Ugeda Sanches, Diretor de Regulação da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR); e Diógenes Eduardo Cardoso Alvares, Gerente de Estruturação de Negócios da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL). **Resultado:** Audiência pública realizada. **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 41 de 2016 - Não Terminativo** – que, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II e XI do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de ciclo de audiências públicas, no segundo semestre de 2016, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater as perspectivas para a outorga da infraestrutura de transportes ao longo dos próximos anos. **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do autor. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 42 de 2016 - Não Terminativo** – que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, informações sobre o andamento das obras de duplicação da BR-153, no trecho compreendido entre Anápolis/GO e Aliança/TO. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 43 de 2016 - Não Terminativo** – que, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, e em adendo ao Requerimento nº 33, de 2016-CI, lido e aprovado em 22 de junho do corrente ano, requer que seja acrescido ao rol de convidados para a Audiência Pública que se destinará a discutir a venda de ativos da Petrobrás e o novo modelo do mercado brasileiro de gás natural, o Sr. Lucien Belmonte, Coordenador-Executivo do Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado do Gás Natural, por ter este Fórum atuação notória no tema a ser amplamente discutido. **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, de 2012** que “altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para nele incluir a atividade de transporte de cargas indivisíveis, superdimensionadas em peso ou dimensão; e dá outras providências.” **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, com duas emendas. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 44 de 2016 - Não Terminativo** – que requer nos termos regimentais do Senado Federal, um aditamento ao Requerimento nº 16 da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, que trata de Plano de Trabalho destinado à avaliação de políticas públicas para a implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, para incluir uma quinta audiência pública sobre o programa Luz para Todos e detalhar o tema das outras quatro audiências. **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** O requerimento é subscrito pelo Senador Valdir Raupp e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 45 de 2016 - Não Terminativo** – que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, com foco especial na inserção da geração distribuída: situação atual e perspectivas futuras. Serão objeto de discussão as formas de utilização da fonte biomassa, inclusive resíduos sólidos urbanos e rurais, na geração de energia elétrica. **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** O requerimento é subscrito pelo Senador Valdir Raupp e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 46 de 2016 - Não Terminativo** – que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, para debater sobre o atraso de pagamento de outorga ao Tesouro Nacional



das concessionárias de aeroportos. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2016** que “submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor André Martins de Araújo, para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.” **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** É lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Minuta de Requerimento Nº , de 2016** que “nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam solicitadas ao Sr. Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC, as seguintes informações, relativas ao pagamento de outorga por parte dos concessionários responsáveis pela operação dos aeroportos concedidos à iniciativa privada nos últimos anos: 1. As outorgas – fixa e variável – previstas nos contratos de concessão estão sendo pagas nos valores e prazos acordados? 2. Se não, quais concessionários estão inadimplentes com o Poder Público? 3. Quais as razões alegadas pelos concessionários para o não pagamento regular da outorga? 4. Quais ações estão sendo tomadas tanto pelo Ministério quanto pela ANAC para garantir que não haja prejuízos ao Poder Público?” **Autoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Fazem uso da palavra os Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Kátia Abreu, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Ivo Cassol e José Medeiros. Ao final, o Presidente propõe a dispensa de leitura e a aprovação das atas da reunião anterior e da presente reunião, que são dadas como lidas e aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias e à realização de audiência pública para tratar da duplicação da BR-364, no trecho Comodoro-Porto Velho, em Rondônia, em atendimento ao Requerimento nº 38, de 2016, desta Comissão, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz e Valdir Raupp.

Era nossa intenção fazer, primeiramente, a deliberação das matérias, mas ainda não temos um quórum mínimo. Então, vamos nos permitir iniciar a audiência pública e, em um determinado momento, pedir a compreensão daqueles que estão participando da audiência pública para termos um espaço para aprovarmos matérias que estão pendentes de deliberação. A matéria terminativa, claro, só será levada a votação se houver número razoável, adequado.

O universitário aqui interfere para dizer o quê?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Foi apenas uma pequena modificação relativa à audiência pública.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O universitário viaja muito! Mas hoje chegou atrasado. Ele viaja, mas não sabe dirigir o veículo dele. *(Risos.)*

Bem, para debater o tema, que eu já anunciei, o Senador Acir Gurgacz aqui está; o Senador Valdir Raupp deve estar chegando, claro. Para debater o tema foram convidados especialistas e autoridades, os quais aproveito para convidar para que tomem assento à mesa.

Vamos começar pelo nosso Dr. Luciano de Souza Castro, Secretário de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (Seges/MT).

Luciano foi Deputado Federal. Quantas legislaturas?

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO *(Fora do microfone.)* – Seis.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Seis – cansou!

Stephane Louis Georges Quebaud – se é que eu estou na melhor pronúncia...

Não estou?

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Estou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então ele será representado pela senhora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Se fosse pela senhora, eu aplaudiria mais.

Diógenes Eduardo Cardoso Alvares – já nos cumprimentamos.

Temos aqui também Luiz Antonio Ugeda Sanches – bem-vindo! –, que é Diretor de Regulação da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

O Dr. Diógenes Alvares é Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento Logístico da Empresa de Planejamento e Logística S.A.

Stephane Louis Georges Quebaud é Coordenador da Área de Outorgas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Luciano de Souza Castro é Secretário de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Vamos dar início à nossa audiência pública. Vamos dar a palavra...

Saúdo o Senador Waldemir Moka, presença constante no início das nossas reuniões, e pergunto ao Senador Acir Gurgacz se, antes de darmos propriamente início a esta audiência, ele queria fazer algumas considerações.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Senador Moka e nossos convidados.

Quero apenas agradecer a V. Ex^a, Sr. Presidente, porque na semana passada V. Ex^a, com os demais membros desta Comissão, foram muito ágeis e atenderam o nosso pedido para que pudéssemos fazer esta audiência hoje. Em uma semana nós nos mobilizamos e conseguimos isso com o apoio da Comissão, com o apoio de toda a equipe.

Também agradeço aos nossos convidados por estarem aqui para que possamos esclarecer em definitivo hoje essa questão da duplicação da BR-364, que vem se alongando há muito tempo. Agradeço a V. Ex^a e aos nossos convidados.

Depois das explanações, nós faremos as indagações necessárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu tenho o prazer e a honra de dar a palavra a Luciano de Souza Castro, Secretário de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (Seges/MT), ex-Deputado Federal durante seis legislaturas.

Com a palavra o Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves, nosso amigo de longa data, os Srs. Senadores aqui presentes e os membros da Mesa.

É uma satisfação retornar a esta Casa Legislativa.

V. Ex^a sabe, Presidente: nós, que vivemos aqui por 24 anos, sempre temos um gosto especial ao voltar a esta convivência. Nós estamos agora no Ministério dos Transportes, na Secretaria de Gestão, que vai se transformar na Secretaria Nacional de Infraestrutura Viária, e temos o prazer de atender à solicitação do Senado Federal, em especial do Senador Acir, a respeito da BR-364 (Mato Grosso-Rondônia), relativa especificamente a um processo novo de concessão.

Vamos lá.

Na realidade, esse trecho da BR-364 (Rondônia-Mato Grosso) compõe um tripé rodoviário logístico do Arco Norte para escoamento da produção.

Então, nós temos ali a BR-158 (Mato Grosso-Pará), a BR-363 (Mato Grosso-Pará também) e a BR-364. Esse é todo o complexo logístico do Arco Norte. Agora mesmo, recentemente, estivemos com o Ministro Maurício no Pará, na região de Marabá, dando prosseguimento aos trabalhos também em toda essa região, o Pedral do Lourenço. Foi feita a contratação de derrocamento daquela região, o que vai facilitar o escoamento e tornar navegável a via Araguaia-Tocantins. Todo esse conjunto é de fundamental importância, é vital, e, sem dúvida nenhuma, se insere no trecho da BR-364 (Rondônia-Mato Grosso).

Os Municípios que serão interceptados. Vejam que, no caso de Rondônia, há um elenco de Municípios de suma importância para aquele Estado. Quinze Municípios de Rondônia e o Município de Comodoro, no Mato Grosso, serão beneficiados. A rodovia sairia de Comodoro basicamente, passaria por Vilhena, que é um Município maior de referência, chegando até Porto Velho.



Empresas autorizadas – PMI. Na realidade, se interessou, ou se habilitou, esse elenco de empresas, mas, efetivamente, somente a Construtora Sanches Tripoloni Ltda. tem os estudos em andamento. As demais demonstraram interesse inicialmente, mas depois recuaram tendo em vista o andamento...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Excelente, está parecido com a eleição da Câmara dos Deputados: muitos candidatos. *(Risos.)*

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Começou com 16 e só sobrou um!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – A estrutura dos estudos. Como é que ocorrem esses estudos?

Nós temos os trabalhos de campo, a empresa ou o grupo de empresas vai fazer a modelagem do tráfego; depois faz o cadastro geral – faz os estudos ambientais; faz os trabalhos iniciais; recuperação; manutenção e conservação; e o programa de investimentos –; depois estabelece o modelo operacional; o produto econômico-financeiro; um relatório executivo; e, por fim, encaminha, ao final, o aprimoramento de documentos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN. *Fora do microfone.*) – Aquele “PER” quer dizer o quê?

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Não é o PR nosso não! *(Risos.)*

O processo de licenciamento ambiental se encontra na seguinte fase. Ele é complexo nessa região toda, bastante complexo, porque ele envolve uma parte da Unidade de Conservação de Proteção Integral ali perto da represa de Samuel, uma área de alagamento muito grande, marcada, e encontra-se na área de influência da rodovia. Então, é de muita complexidade o licenciamento ambiental.

Os Srs. Senadores podem observar também a influência das áreas indígenas no decorrer do trajeto. Só ali nós temos quatro comunidades indígenas.

Então, o licenciamento ambiental realmente é complexo, com regiões de alagamento da Usina de Samuel e também com a influência das áreas indígenas nesse complexo.

Esse é o cronograma dos estudos que estão em andamento.

Nós temos estudos de tráfego, que se encerram agora, no mês de julho; o cadastro geral da rodovia, também no mês de julho; os estudos ambientais, praticamente já em fase de conclusão; aí você tem programas de investimentos, que serão estabelecidos até agosto; o modelo operacional, também até julho; o estudo econômico-financeiro se estenderá até agosto; apresentação do relatório executivo em agosto; o programa de exploração da rodovia será feito em julho e agosto; e eventuais aprimoramentos dos documentos do edital. A data de entrega dos estudos, então, é agosto de 2016; a abertura da audiência pública é no segundo semestre de 2016.

O status do processo ambiental.

Nós temos aí, então, o órgão licenciador, o Ibama; o licenciamento ambiental em fase inicial de contratação; o cronograma de marcos está aí estabelecido até a emissão final, em novembro de 2018.

Características do projeto de concessão:

- consideração da componente logística (indução de escoamento de grãos pelo Rio Madeira através do Porto de Porto Velho);
- garantia de nível de serviço adequado ao longo de todo período de concessão (execução de duplicação e terceiras faixas sempre que necessário para garantir o fluxo de tráfego em condições adequadas);
- avaliação minuciosa do posicionamento das praças de pedágio (isso é muito importante para que possamos estabelecer os valores operacionais);
- melhorias nas travessias urbanas;
- avaliação da necessidade de contornos (serão feitos se necessários forem);
- discussão com todos os setores interessados, agentes políticos e sociedade em geral no período de audiência pública.

Essas são as características do projeto de concessão.

Quero salientar aqui uma coisa importante. Na realidade, muita gente fala que as empresas ou, no caso, a empresa Sanches Tripoloni, que é a interessada efetiva e que está desenvolvendo os estudos finais.... Há uma preocupação muito grande do mercado das empresas de que a toda a duplicação se faria necessária de imediato, e isso tornaria o custo de implantação do projeto muito alto, o que inviabilizaria todo o processo de concessão. Na realidade, têm sido feitos no Ministério dos Transportes alguns estudos. Até a ANTT, depois, pode se posicionar sobre disso. Há a necessidade de que seja estabelecido o gatilho de tráfego. Através do gatilho de tráfego, pode-se permitir.... Se aumenta o tráfego em determinado volume, pode-se estabelecer, então, a partir daí, que se iniciem os processos de duplicação. Então, não há a necessidade imediata da duplicação, o



que tornaria inviável o interesse. Agora, sendo o gatilho estabelecido pelo fluxo de tráfego, esse disparo do gatilho permite que se façam as duplicações necessárias no decorrer de todo o trecho. Então, a duplicação vai acontecer. Ela ocorrerá no tempo da concessão, gradativamente. Ela não ocorre de imediato. Não se obriga a fazer toda a duplicação desse trecho.

Vou colocar, Sr. Presidente, a palavra à disposição dos demais membros da Mesa para que eles possam fazer os esclarecimentos complementares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O nosso próximo expositor é o Sr. Stephane Louis Georges Quebaud, Coordenador da Área de Outorgas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Com a palavra, o nosso convidado.

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos.

Cumprimento meus colegas da Mesa, os convidados desta Comissão e os demais participantes.

Acho que a apresentação do Secretário foi extremamente rica em detalhes, o que permite que vocês possam compreender do que trata o projeto de concessão da BR-364. Talvez eu possa dar mais detalhes sobre o que vai acontecer à frente, em relação ao processo de outorga em si.

Como o Secretário Luciano falou, vamos receber os estudos em agosto. O que vai acontecer depois disso? Haverá uma fase de ajuste desses estudos, de conferência desses estudos.

Depois de eventuais ajustes, temos que ver se o que foi entregue corresponde ao que o Governo espera desse projeto de concessão. Isso é um trabalho feito em conjunto com os membros do Ministério aqui presentes, da EPL e da ANTT. A partir desse momento, quando tivermos ajustados os estudos conforme nossas premissas, esses estudos vão ser submetidos ao Ministério para a sua validação.

Aí começa o processo de outorga em si. Vamos submeter o projeto a audiência pública. Isso fica a cargo da ANTT, que tem um processo de participação e controle social bastante estabelecido, bastante transparente, que consiste, na verdade, em abrir um período para contribuições da sociedade, dos diferentes atores envolvidos. Vamos também disponibilizar os estudos para a sociedade através do nosso site. Vamos também fazer sessões presenciais, geralmente nos locais afetados pelo projeto, como, no caso, em Porto Velho. Depois desse momento de audiência pública, vamos analisar as contribuições que teremos recebido. Obviamente, haverá contribuições que vão no sentido de uma melhoria do projeto que apresentamos. Então, isso vai ter que ser analisado no sentido de equacionar algo que é difícil. Temos que oferecer à sociedade um bom projeto, que vá atender às demandas, e também oferecer uma tarifa módica. Então, essa é uma equação bem difícil de solucionar, mas vamos trabalhar para que isso seja feito. Em seguida, recebendo essas contribuições, vamos ajustar de novo os estudos, justamente para poder ver se atendemos ou não às preocupações que vão ser levantadas nessa audiência. Em seguida, vamos ter uma etapa que é submeter o plano de outorga ao Ministério. Aí o Ministério vai cancelar esse projeto, que poderemos mandar para o TCU. Depois dessa análise pelo TCU, se tivermos que, eventualmente, fazer alguns ajustes, nós os faremos. Em seguida, podemos publicar o edital. Então, estamos falando aqui de um longo caminho até a publicação do edital, mas que é necessário para que o projeto seja o mais adequado possível ao que todo mundo espera.

Em seguida à publicação do edital, geralmente, deixamos um tempo para que os interessados possam analisar o projeto para que eles tenham maiores condições de entrar na licitação. Depois, vem a licitação, é escolhido o vencedor. E, depois, há um caminho mais burocrático, administrativo, até à assinatura do contrato e à assunção do trecho pelo futuro concessionário.

Como o Secretário apresentou, a previsão nossa dessa etapa final é o segundo semestre de 2017. A partir desse momento, o futuro concessionário vai assumir o trecho de fato e, logo, logo, haverá impacto na rodovia. Há uma primeira fase, que chamamos de trabalhos iniciais, que, na verdade, é uma recuperação emergencial do trecho. Se há buracos, vamos tentar tratar isso da forma mais rápida possível para devolver um trecho em condições de trafegabilidade para o usuário. Estou falando de pavimento, sinalização, a questão da faixa de domínio, que vai começar a ser tratada.

A partir desse momento... O projeto está ainda para ser entregue e, então, não temos todos os detalhes da modelagem, mas a gênese geralmente é uma parcela de investimento do concessionário para que ele possa começar a cobrar pedágio. E aí, depois, virão obras mais significativas.

Como o Secretário falou, a modelagem por enquanto adotada é a do gatilho, na qual a gente vai, na verdade, acompanhar a evolução do tráfego ao longo do trecho, e isso é dividido pelo que chamamos de subtrechos. Uma vez que, num determinado subtrecho, estimemos que a pista não atenda mais, veremos o que tem que ser feito para devolver ao trecho uma condição de trafegabilidade boa.

Da mesma forma, temos um cuidado especial para tratar das travessias urbanas, porque sabemos que, numa rodovia deste porte – assim como é o caso da 163, de que também estamos tratando –, vamos, ao devol-



ver condições boas de trafegabilidade para o trecho, induzir um tráfego de veículos pesados que vão atravessar Municípios, e isso causa um impacto que sabemos ser complicado. Então, trataremos de propor elementos de segurança para os usuários da rodovia – não me refiro aos usuários com veículos, mas aos pedestres, aos munícipes, enfim, que também são usuários da rodovia.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Permita-me.

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Temos uma experiência muito ruim com a 163 no Mato Grosso do Sul, porque seu projeto não previu que a rodovia atravessaria inúmeras cidades.

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – As cidades são em torno da rodovia, mas você não tem saída da rodovia. Isso criou um transtorno muito grande para as cidades – houve inúmeras reuniões. Acho que quem fizer o projeto tem que prever, Dr. Luciano – sou amigo do Luciano, fomos Deputados Federais por quatro anos. Mas esta é uma coisa importante de estar lembrando. Vocês já estão com isso na memória, e achei isso positivo porque foi uma experiência que aconteceu.

Outra coisa é a questão do pedágio. Em cidadezinhas próximas – vou citar o exemplo de Anduí, em Campo Grande – a pessoa paga a mesma coisa de pedágio que pagaria a pessoa que morasse em Dourados e fosse a Campo Grande. Anduí é um distrito de Campo Grande. Se uma pessoa estuda lá, ela paga esse pedágio três, quatro vezes, o que fica muito oneroso. É preciso pensar nisso, senão não há jeito...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Tem de pensar no usuário também.

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A palavra está de novo com V. S^a.

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Obrigado.

O senhor tem razão, e nós aprendemos com os nossos erros.

Na verdade, quando o Governo lançou esses projetos no Centro Oeste, o perfil de carga era bem diferenciado. Estávamos mais acostumados com projetos no Sudeste. De fato, estamos impondo aos munícipes um tráfego que é muito complicado. Entendemos isso. Nós, justamente, sofremos com isso nas duas 163, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e fazemos questão, agora, para esse novo trecho da 163 que vai até Miritituba, de tratar das travessias urbanas. Isso é fundamental.

Quando detectamos a necessidade, propomos um contorno – por exemplo, quando temos uma faixa de domínio invadida na cidade e não há como ampliar a não ser destruindo a metade da cidade. Então, quando se faz necessário, propomos um contorno para amenizar essa travessia.

Sobre a questão das praças de pedágio, o senhor tem razão. Tentamos sempre dimensionar nosso sistema de pedagiamento para que ele não impacte um determinado Município, mas, infelizmente, a praça tem que estar em um determinado lugar. Então, a gente tenta evitar as conurbações. A gente analisa quando há a sede de um Município ou de um distrito perto para evitar colocar uma praça entre os dois. Não é sempre possível, mas a gente sempre tenta amenizar essa situação. É um fato.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a contribuição do Dr. Stephane.

Agora teremos a participação de Diógenes Alvares. Trata-se do Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento Logístico da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Antes de dar a palavra ao Dr. Diógenes, eu queria lembrar que, a exemplo do Senador Moka, a Senadora Kátia Abreu, na última reunião da nossa Comissão, chamou atenção para esse problema – eu não sei se estavam presentes os Senadores que aqui nos dão a honra da sua participação. Ela, inclusive, formalizou um requerimento, cuja cópia vou entregar ao nosso Secretário, porque ela se mostrou muito obstinada, a exemplo do Senador Moka, em relação a esse problema da travessia das cidades, as travessias urbanas. Ela, parece, vem cobrar isso hoje, de mim e do senhor.

Com a palavra o Dr. Diógenes Alvares.

O SR. DIOGENES EDUARDO CARDOSO ALVARES – Bom dia a todos.

Gostaria de agradecer a participação, novamente, nesta Comissão.

O Secretário Luciano já fez a apresentação dos principais pontos, os pontos mais relevantes, já complementados, inclusive, pela fala do Dr. Stephane Quebaud.

Eu queria apenas reforçar a perspectiva técnica da EPL em olhar com muito carinho um sistema rodoviário fundamental para o País.

Como já foi apresentado pelo Dr. Luciano, o Mato Grosso é uma região, hoje, considerada o celeiro do mundo. Sua logística hoje basicamente está amparada nos três sistemas rodoviários. A BR-364/Rondônia é parte desse tripé, é uma perninha desse tripé fundamental para o escoamento da produção nacional.



A EPL, nos seus planejamentos de longo prazo, tem olhado com muito carinho essa possibilidade, que é uma possibilidade real. Hoje já se escoam, por essa saída, aproximadamente 4,5 milhões de toneladas, 5 milhões de toneladas de grãos. A tendência é que esse número ainda aumente, e é necessário você ter uma forma de escoamento decente, uma estrada pavimentada, segura, com o devido tratamento das travessias urbanas, como foi bem colocado pelo Stéphane. Esse é um ponto que a gente gostaria de deixar claro: a gente olha com muito carinho tanto para essa saída da BR-364, como para a saída pela BR-163, que é um caminho claro para o Norte do País, assim como para o trecho da BR-155 e da BR-158, que vai direto a Marabá, que é uma estrada que também tem um potencial muito grande de escoamento da produção do Nordeste e do Mato Grosso.

Apenas para complementar a apresentação, faço as seguintes observações. A EPL tem um apoio técnico, tem dado um apoio técnico a essa comissão de seleção, que é formada pelo Ministério dos Transportes e Agência, basicamente no escrutínio dos estudos. Nós estamos tratando de estudos bastante complexos, que são desenvolvidos por meses a fio, que envolvem trabalhos de campo pesados, de engenharia de tráfego. Nesse sentido, a EPL, inclusive, conta com um apoio externo, uma espécie de acreditadora de projetos, que tem por objetivo, no momento da recepção dos estudos, ter uma visão terceirizada sobre a qualidade daquelas premissas que foram ali colocadas.

Apenas para complementar a fala do Dr. Stéphane: a ideia é que tenhamos aqui o melhor projeto possível, porque, tendo o melhor projeto possível, sabemos de antemão que tanto o poder concedente, quantos os usuários, quanto as concessionárias estão atendidas. Aqui nós estamos tratando de um negócio chamado concessão rodoviária, no qual todas as partes têm que ser tratadas com o mesmo peso e com a mesma medida. Portanto, é importante que a qualidade do estudo seja a melhor possível, porque é com isso que conseguimos atrair potenciais interessados.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Diógenes, só uma pergunta – não querendo atrapalhar, mas já atrapalhando.

O SR. DIOGENES EDUARDO CARDOSO ALVARES – Fique à vontade.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Quem é que faz esse projeto? É a EPL, é o DNIT ou é a empresa que está habilitada para fazer o projeto? A habilitação é para fazer o projeto ou já é um pré-contrato para a licitação?

O SR. DIOGENES EDUARDO CARDOSO ALVARES – Eu vou explicar para o senhor.

O caminho utilizado para a realização desses estudos foi o caminho do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). Ele foi regulado recentemente pelo Decreto nº 8.428, cujo objetivo é permitir que potenciais interessados em realizar um estudo se apresentem, expressem interesse em participar daquele estudo. Ele não é remunerado durante a execução do estudo; ele só é remunerado caso haja sucesso na licitação. Então, se a concessão sair, ele é remunerado. Existe uma parcela de risco que é a projetista corre nesse caminho, mas é um caminho que foi utilizado recentemente em várias concessões.

Aqui estão apresentadas as empresas, Senador, que expressaram interesse em participar desse processo. Elas foram autorizadas para o projeto. Elas expressaram interesse em participar desse projeto, o Ministério dos Transportes autorizou que essas empresas participassem, mas, com o decorrer do tempo, apenas a empresa Sanches Tripoloni resolveu, de fato, entregar o estudo, fazer o estudo. As outras desistiram, não estão fazendo. Então, hoje o que estamos acompanhando, no âmbito dessa comissão de seleção, é apenas esse estudo, é um único estudo.

No passado, já tivemos a experiência de acompanhar três estudos ao mesmo tempo para o mesmo projeto. Então, imaginem a complexidade desse procedimento, porque é um procedimento em que, no final, você tem de escolher o melhor projeto do ponto de vista técnico. Então, neste caso aqui, fomos poupados dessa maior complexidade.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas, nesse caso, é a empresa que vai determinar onde tem de haver a duplicação, onde tem de haver a terceira faixa e tudo mais?

O SR. DIOGENES EDUARDO CARDOSO ALVARES – É ela que propõe. O estudo virá dessa empresa. Ao longo dos pontos de controle, a gente já orienta premissas básicas. Portanto, a orientação dada é a de que a duplicação e as terceiras faixas sejam propostas em função da necessidade, em função do tráfego, se se está gerando alguma impedância ou se está havendo algum problema de nível de serviço. Então, o estudo técnico vai indicar isso. Contudo, há essa acreditadora que mencionei e a *expertise* da agência. A gente vai fazer uma avaliação cuidadosa dessas proposições para saber se a melhor configuração é a que foi proposta. Então, a gente sempre avalia isso. Há um processo, após a entrega dos estudos, bastante longo de avaliação desses estudos.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – ...eu gostaria de dar um esclarecimento complementar ao que diz o Dr. Diógenes.



Na realidade, há uma preocupação, porque um estudo desses, com um PMI desse tipo, que é um Procedimento de Manifestação de Interesse, gera um custo para a empresa, custo esse estimado em algo em torno de R\$6 milhões ou de R\$7 milhões. Anteriormente havia um fluxo de obras muito grande no País. Então, as empresas estavam mais capitalizadas para enfrentarem isso. Hoje, as empresas estão descapitalizadas, estão mais descapitalizadas. Em razão disso – observem bem, Srs. Senadores –, há um conjunto enorme de empresas que, primeiro, demonstram interesse, mas que, quando levantam seus estudos preliminares e têm de efetivamente prever o desembolso desses R\$6 milhões, sem saberem exatamente se serão vencedoras e se serão ressarcidas, recolhem-se. Aí só houve, no caso, a Sanches Tripoloni. Então, há uma mudança de comportamento empresarial. A situação do mercado fez com que nós estivéssemos mais restritos nisso.

Das empresas partem todos os estudos, mas a ANTT, depois, faz uma avaliação. A EPL entra nesse circuito. Ela assessora a ANTT e faz uma avaliação de todos os estudos apresentados, por exemplo, sobre a praça de pedágio. O Senador Moka colocou que as praças de pedágio estão em algumas áreas e que, às vezes, o sujeito sai de uma cidadezinha bem próxima de outra e tem de pagar pedágio. Então, é preciso estudar bem a localização das praças de pedágio, mas também é preciso observar as rotas de fuga. Às vezes, o sujeito corre por rodovias transversais, não passa pela praça de pedágio e evita o pagamento de pedágio. Então, todos esses estudos – há toda essa complexidade nos estudos – são feitos depois, num segundo momento. Tudo isso é avaliado pela própria ANTT, pela própria EPL, que dá suporte a isso.

Há uma mudança de comportamento agora por parte do Governo nas concessões, e os projetistas, no futuro, estarão separados da construtora. Ou seja, quem fizer o projeto não participa da concessão. Hoje, não. Hoje, a empresa mesma contrata o projetista, ela trabalha num consórcio. Então, no futuro, o Governo quer fazer essa mudança, que é interessante, é estratégica e pode, inclusive, fortalecer as empresas de projetistas do País, que podem agir de forma mais independente – aí seriam ressarcidos os seus custos também.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Se o Presidente permitir o debate, como estamos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O debate já começou! (*Risos.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Continuar o debate...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agora, nós temos que convir que o Sr. Luiz Antonio Ugeda está escutando pacientemente e aguardando a sua hora. Vamos deixar que ele faça sua exposição e, aí, começamos propriamente o debate. A não ser que, como V. Ex^a é o autor do requerimento, queira subverter a ordem...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não, é V. Ex^a que determina.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ...mas eu nunca o conheci como subversivo. (*Risos.*)

Com a palavra o Sr. Luiz Antonio Ugeda Sanches, Diretor de Regulação da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

O SR. LUIZ ANTONIO UGEDA SANCHES – Bom dia a todos.

Agradeço a oportunidade de estar aqui. Agradeço ao Presidente da Comissão, Presidente da Mesa, Senador Garibaldi, em nome do qual cumprimento todos os demais.

O nosso objetivo aqui é mostrar um pouco do lado operacional, como se viabiliza uma concessão de rodovias no Brasil. Muito se disse aqui sobre a visão estratégica do Estado nacional, falou-se também bastante sobre a tática, como organizar uma PMI, como organizar para se viabilizar uma concessão. Agora, depois de concedido, como funciona? Como se opera uma rodovia concedida? Quais são os benefícios? Quais são os desafios? Então, a ideia é contextualizar isso um pouco nesse cenário.

Hoje, no Brasil, nós temos uma experiência de 20 anos de concessão de rodovias. Existe a presença em 12 Estados e no Distrito Federal. Quando nós falamos em concessões, nós não estamos apenas falando das concessões federais, nós estamos falando também das estaduais e das municipais, que não são menos importantes e que têm uma conotação urbana muito forte. O Rio de Janeiro é pródigo nesse sentido, porque tem concessões municipais, por exemplo, na Linha Amarela e na Transolímpica. A própria Rio-Niterói, em que pese ser uma concessão federal, tem um cunho urbano muito forte.

Hoje, a ABCR envolve 59 associadas, sendo 20 federais, 37 estaduais e 2 municipais. Estamos falando de algo em torno de 19 mil quilômetros de malha concedida, que correspondem a algo em torno de 9,3% das rodovias pavimentadas no Brasil hoje.

Foram investidos R\$20 bilhões desde 1995, quando a primeira concessão, a da Rio-Niterói, foi realizada. E estamos falando em R\$49 bilhões a serem investidos nos próximos cinco anos. Então, investiremos nos próximos cinco anos aquilo que foi investido nos últimos vinte anos. Obviamente, há uma diferença de valor



monetário de vinte anos para cá, mas, *grosso modo*, para ter grandes números, é mais ou menos a isso que corresponde o setor de concessões de rodovias.

Reparem que o mapa do Brasil nessa imagem está recortado. O arco norte nessa imagem está recortado, não está representado. Como dizemos em geografia: se uma imagem vale mais do que mil palavras, o mapa vale mais do que mil imagens.

E, quando plotamos no mapa, conforme o próprio Secretário Luciano já demonstrou aqui na apresentação dele, o que seria a projeção dessa concessão? Temos pouco mais de oitocentos quilômetros a serem concedidos, cortando algo em torno de quinze Municípios, em uma área extremamente sensível e desafiadora no tocante a licenciamento ambiental. E precisa ser muito pensado qual é o modelo desse – como usamos no jargão setorial – *greenfield*, em que pese a rodovia já existir, mas é uma expansão do modelo de concessões para uma zona de fronteira – a zona de fronteira a que me refiro não é a do país, mas a econômica, a fronteira de desenvolvimento do modelo. Há um grande desafio aqui a ser vencido, porque a modelagem pode sacramentar o sucesso da concessão, a própria fragilidade dela ou, no limite, o seu insucesso.

Eu queria tomar a liberdade, Senador Garibaldi, de pedir a exibição de um vídeo de quatro minutos e meio que mostra um pouquinho o operacional, como funciona. Se o senhor me permitir, ele é muito importante porque é didático e traz alguns números bastante relevantes para os Senadores subsidiarem suas decisões.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. LUIZ ANTONIO UGEDA SANCHES – Então, retornando, Senador, dentro dessa visão que nós temos das concessões de rodovias, nós entendemos que é um modelo exitoso, que é um modelo de sucesso, um modelo que traz prosperidade econômica para a região, que salva vidas. No limite, nós temos uma diminuição de 12% de mortes nas rodovias concedidas, comparando com o momento no qual não eram concedidas. Existem sistemas ambulatoriais, de segurança, melhoria dos equipamentos rodoviários. Enfim, nós entendemos que é um modelo exitoso.

Por outro lado, nós também entendemos que o que a gente chama de mandala – essa relação entre usuários, concessionários e poder concedente – é um modelo fechado.

Então, o poder concedente confere uma outorga e deseja receber uma melhoria desse bem e um retorno em tributos. Só para termos uma noção em números grandes, hoje as rodovias concedidas atendem 840 Municípios, que recebem em torno de R\$320 milhões por ano de receitas de ISS. Então, não é uma receita desprezível. Muitas vezes olhamos o lado negativo do pedágio, de ter que pagar o pedágio, mas ele também retorna para o Município numa forma de contraprestação. E há um benefício para os usuários, ou seja, os usuários estão recebendo outro ativo para que possam desenvolver as suas atividades diárias.

Obviamente o nosso objetivo não é discutir onde fica a localização da praça de pedágio. Acho que isso é muito mais uma política de governo. Quem tem que definir é o Estado ou o poder concedente. Ele define: “A praça de pedágio vai ser aqui.” O que as concessionárias fazem é o seguinte: “Olha, com essa praça aqui, esse ativo tem um valor x; com a praça acolá, tem um valor y.” É essa dinâmica que precisamos aprimorar para que possamos construir e edificar um modelo sólido e conciso.

A nossa principal mensagem é a seguinte: no modelo em que vamos expandir por uma região, atender uma nova região com um modelo de concessões, esse conceito tem que ficar muito claro, porque ele é fechado. Se, por exemplo, uma vez concedida uma rodovia, vier um projeto de lei ou que venha a se transformar em lei conferindo isenção para quem mora na praça de pedágio, ou para quem trabalha, ou para idoso, ou para estudante, ou para taxista.... Hoje nós acompanhamos em torno de 250 projetos de lei aqui, tanto no Senado quanto na Câmara, e seguramente 85% tratam de algum tipo de isenção. Então, esse é um modelo que precisa ser pensado, porque isso causa distúrbios – como aconteceu com a Lei dos Caminhoneiros, que esta Casa sabiamente vetou naquela época – que precisam ser compreendidos para que possamos amadurecer esse modelo nessa região de expansão.

Estamos aqui à disposição dos Senadores para responder as dúvidas que sejam oportunas, e o *e-mail* está também à disposição.

Agradeço novamente a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra aos autores do requerimento, que têm a prerrogativa de iniciar o debate.

Eu queria dizer à Senadora Kátia Abreu que o seu requerimento que trata do andamento das obras de duplicação da BR-153, no trecho compreendido entre Anápolis (GO) e Aliança (TO), será submetido agora a votação.



ITEM 2**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 42, de 2016****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, informações sobre o andamento das obras de duplicação da BR-153, no trecho compreendido entre Anápolis/GO a Aliança/TO.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Está em discussão o requerimento da Senadora Kátia Abreu.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Eu quero dizer à Senadora Kátia Abreu que uma cópia do requerimento já está com o ex-Deputado Luciano de Souza Castro, que é Secretário de Gestão de Programas de Transportes do Ministério dos Transportes. Ele, então, vai fazer, claro, a interlocução com o Ministério dos Transportes em torno desse requerimento.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Sr. Presidente, pela presteza na aprovação do requerimento.

Talvez hoje já pudessem, se tiverem condições, falar sobre a situação da BR-153. Ela, ao contrário da BR-364, já foi licitada para se fazer a sua duplicação. Infelizmente, a empresa ganhadora teve problemas na Justiça. Talvez o Ministério já tenha algum andamento, alguma fala a respeito disso. Hoje, então, se pudessem falar alguma sobre isso, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Peço ao Dr. Luciano que aguarde a votação de mais dois requerimentos. Precisamos aproveitar o quórum, porque hoje é o último dia de reuniões antes do recesso.

O Senador Wellington Fagundes está propondo a realização de um ciclo de audiências públicas no segundo semestre de 2016 no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

ITEM 1**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 41, DE 2016****- Não terminativo -**

Nos termos do inciso II do §2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II e XI do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de ciclo de audiências públicas, no segundo semestre de 2016, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater as perspectivas para a outorga da infraestrutura de transportes ao longo dos próximos anos.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Há um pedido de retirada de pauta do autor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – É isso mesmo, Sr. Presidente. Estamos ainda na fase de organização do evento e gostaríamos de ter um pouco mais de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então volta para o universitário.

O terceiro requerimento é do Senador Fernando Bezerra Coelho.

ITEM 3**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 43, DE 2016****- Não terminativo -**

Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do §2º do art. 58 da Constituição Federal, e em adendo ao Requerimento nº 33, de 2016-CI, lido e aprovado em 22 de junho do corrente ano, requer que seja acrescido ao rol de convidados para a audiência pública que se destinará a discutir a venda de ativos da Petrobras e o novo modelo do mercado brasileiro de gás natural, o Sr. Lucien Belmonte, Coordenador-Executivo do Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado do Gás Natural, por ter este fórum atuação notória no tema a ser amplamente discutido.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado.

Temos aqui um requerimento extrapauta dos Senadores Hélio José e Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, subscrevi os requerimentos do Senador Hélio José porque ele está em reunião fora e não conseguiu chegar aqui. Ele pediu que eu fizesse essa subscrição juntamente com ele. Defendo os requerimentos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O requerimento de autoria do Senador Valdir Raupp e do Senador Hélio José é o Requerimento nº 44.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 44, DE 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais do Senado Federal, um aditamento ao Requerimento nº 16 da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que trata de Plano de Trabalho destinado à avaliação de políticas públicas para a implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, para incluir o Programa Luz Para Todos na terceira audiência, juntamente com o Prodem, e para incluir uma quinta audiência pública sobre o Programa Luz para Todos e detalhar o tema das outras quatro audiências.

Autoria: Senador Hélio José e outros.

Segue-se a programação.

Submeto, então, a votação o Requerimento nº 44.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Antes do debate – onde está o universitário? –, há mais um requerimento.

O Senador Valdir Raupp mostra-se pródigo hoje em requerimentos. Propõem a realização de outra audiência pública o Senador Valdir Raupp e o Senador Hélio José.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 45, de 2016

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, com foco especial na inserção da geração distribuída: situação atual e perspectivas futuras. Serão objeto de discussão as formas de utilização da fonte biomassa, inclusive resíduos sólidos urbanos e rurais, na geração de energia elétrica.

Autoria: Senador Hélio José e outros.

Serão convidadas as seguintes autoridades: o Secretário de Planejamento do Ministério de Minas e Energia; o Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica; o representante da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres; e o representante da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, passa-se à votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento de autoria do Senador Valdir Raupp e do Senador Hélio José.

Teremos essa audiência em agosto, se Deus quiser.

Temos a participação do cidadão nestas audiências.

A Maria de Fátima parabeniza o Sr. Luiz Antonio por sua exposição sobre a duplicação da BR-364.

Já o Sr. Adriano de Oliveira disse que é absurdo o número de mortes nesse trecho da BR-364. O Sr. Adriano Oliveira endereça isso de Porto Velho.

Já o Sr. Ederitabner da Silveira, de Mato Grosso, disse: “Olha, para a região de Vilhena RO em diante até é uma boa, mas de Vilhena a Comodoro a estrada está em ótimo estado.” É um conterrâneo do Senador Acir Gurgacz.

E a Dayse Alves de Aguiar, de Pernambuco...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, como é que é? Troque o homem, mas não troque o nome?



O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. *Fora do microfone.*) – Mate o homem, mas não troque o nome.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mate o homem, mas não troque o nome.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Mate o homem, mas não troque o nome.

Esse aí é do Mato Grosso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – É que ele falou de Vilhena...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É de Vilhena. E é um nome complicado, danado. (Risos.)

Ederitabner Proehl da Silveira. É de Mato Grosso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Defenda aí o seu conterrâneo.

E a Dayse Alves de Aguiar, de Pernambuco, disse que concorda com a duplicação.

Vamos ao debate. Como sabemos todos, a prerrogativa de iniciar o debate é dos autores. Então, nós vamos ter a palavra do Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de entrar no debate, eu vou pedir para o meu universitário aqui fazer um requerimento para, se possível, aprovarmos hoje ainda, pedindo explicações sobre a questão da privatização dos aeroportos. Por que não está havendo o pagamento das outorgas?

Eu estava ouvindo aqui sobre os requerimentos e entendo que é pertinente. Estou ouvindo pela imprensa – não é oficial porque não vi nenhum documento – que foi adiado por um ano o pagamento da outorga dos aeroportos brasileiros que foram privatizados. E não houve diminuição de passageiros nos últimos anos; pelo contrário, houve um acréscimo muito grande de passageiros nos aeroportos. Não houve uma diminuição, muito menos, pelo preço da taxa de embarque, que é uma coisa que chega, em alguns momentos, a ser mais cara que a passagem. Só peço ao meu universitário para fazer esse requerimento para votarmos hoje ainda.

Com relação ao nosso debate, concordo com o que foi dito: que a concessão das rodovias é muito importante para o Brasil e é muito melhor. Se o que já foi gasto de manutenção na BR-364, de Porto Velho a Vilhena, tivesse sido feito através de uma concessão, tenho certeza de que a nossa BR hoje estaria muito melhor. É evidente que – já foram gastos ali aproximadamente um bilhão de reais –, se isso tivesse sido feito através de uma concessionária que tivesse buscado esse dinheiro no BNDES – nem que seja para pagar por 30 anos, não há problema –, isso não teria sido gasto da forma que foi gasto; teria sido investido na rodovia, e ainda a empresa cobraria pedágio e pagaria o BNDES. O Governo não teria gasto dinheiro e, sim, o BNDES teria emprestado. É isso que esperamos que aconteça.

A minha preocupação, Dr. Luciano, é com o tempo. Pela medição que foi feita pelo próprio DNIT, mais de 20 mil veículos por dia transitam na BR-364. Segundo informações, através de reuniões que tivemos no passado, isso já detonaria o gatilho para se colocar em prática a duplicação – talvez não em todo o trecho da BR-364.

A minha pergunta é: qual é o fluxo de veículos para disparar esse gatilho? Nesse projeto – era a pergunta que eu ia fazer na hora em que o senhor estava colocando a questão de a empresa fazer o projeto –, o próprio DNIT ou a ANTT ou o Ministério já não tem como dar algumas premissas a essa empresa, dizer onde já necessita da duplicação?

Vi pelo mapa aqui que são apenas 22,4km de duplicação num trecho de 839km. Então é quase nada. Isso não é fato, não é o que acontece.

Se aplicarmos o gatilho agora, já veremos que, no mínimo entre Pimenta Bueno e Ariquemes, em que temos um trânsito mais pesado que se soma ao trânsito de produção agrícola e pecuária de todo o Estado de Rondônia e do Estado de Mato Grosso e ao trânsito urbano e semiurbano entre Pimenta Bueno e Cacoal, Cacoal e Presidente Médici, Presidente Médici e Ji-Paraná, Ji-Paraná e Ouro Preto, Ouro Preto e Jaru, Jaru e Ariquemes... São cidades, Presidente, que estão a 40km uma da outra. Então, somando o trânsito interestadual, intermunicipal, municipal e o da zona rural, ele já atinge o gatilho, porque passa os 20 mil veículos por dia. Então, a minha pergunta é: já não dá para incluímos nesse projeto, para que não tenhamos que fazer um novo projeto, Stephane, a duplicação desses trechos? No meu entendimento, já há um gatilho, uma necessidade de fazer. É como Itapuã-Candeias e Candeias-Porto Velho também: Candeias-Porto Velho já está duplicada, são 20km, mas, de Candeias a Itapuã, são mais 80km que precisam da duplicação.

Pelo que eu vi no cronograma, o término para o projeto é agosto de 2017, mas para o licenciamento ambiental é agosto a novembro de 2018. É isso mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)



O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pode responder para a gente, é interessante...

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Senador, eu vou responder uma parte das suas dúvidas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Por favor.

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Primeiro, sobre os 22km de duplicação, é o que existe hoje. Foi o levantamento que foi feito pela empresa, que a gente chama de PMI, que está desenvolvendo os estudos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Ah, é o que já existe, não o que está previsto para fazer.

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Não, o que existe.

Segundo ponto: permita-me ficar surpreso pelo VDM de 20 mil veículos que o senhor citou. O DNIT tem projetos de contagem que, por exemplo, utilizam os radares. Geralmente os radares ficam na entrada das cidades. Então, pode ser que esse número seja oriundo de um dado de radar, porque hoje, quando você pega friamente o local onde haveria uma praça, não há 20 mil veículos por dia passando em uma praça.

Como a gente vai avaliar essa questão da duplicação? Realmente, o senhor tem razão. A gente tem que sempre adequar o projeto ao fluxo de veículos que transitam na rodovia. Então, a gente vai colocar, ao longo da rodovia, uma série de dispositivos que fazem contagem, como a gente vê aqui nas estradas, e a gente vai avaliar durante 12 meses, em contínuo, o que está acontecendo. Pelo estudo de tráfego...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Isso já está sendo feito hoje?

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Não, porque isso tem...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Depois do projeto feito é que vai haver essa contagem?

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Não, mas isso foi estudado. Na verdade, o que os estudos de tráfego apontam? A gente faz as contagens. A gente vai projetar qual vai ser o tráfego ao longo da concessão considerando a evolução do PIB, o crescimento da produção agrícola, toda uma série.... É um estudo de tráfego associado...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Então já foi feita a contagem?

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Já foi feita a contagem, e essa contagem indicou valores bem menores do que 20 mil – por isso, nossa surpresa. Em relação a isso, depois a gente vai já dizer: “De acordo com nosso estudo, esse trecho já está saturado, então você vai ter que duplicar” ou “Esse trecho vai saturar daqui a cinco anos, você vai ter que duplicar em cinco anos”.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas já existe algum trecho que esteja saturado pelo trânsito na contagem que vocês fizeram?

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Ainda não. A gente não tem ainda os resultados definitivos desses estudos, porque a empresa vai entregar para gente esses estudos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas você me disse que já fez a contagem.

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Sim, sim.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sim ou não? Não estou entendendo.

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Foram feitas contagens, mas o estudo de tráfego que vai resultar dessas contagens ainda está sendo elaborado. A gente vai receber esses estudos daqui a um mês e meio.

A gente vai receber esses estudos daqui a um mês e meio. A partir daí, a gente vai analisar o que a empresa desenvolveu. Isso é um fato, existe esse mecanismo de gatilho nos nossos projetos, porque, a partir de um determinado nível de tráfego, ele vai ter que duplicar. Isso vai estar estipulado no contrato.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – A minha preocupação é exatamente essa. Vamos deixar fazer todo o projeto, vai-se fazer o planejamento, vai-se fazer a licitação, vai-se fazer a concessão, vai-se fazer a assinatura, e aí começará a contagem.

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Não. A contagem já foi feita. A previsão de duplicação já estará sendo feita e estará prevista em contrato a necessidade de duplicação, caso, num determinado trecho, seja atingido determinado volume de tráfego. Isso está previsto, vai ser precificado nos estudos. A tarifa vai comportar eventuais duplicações ao longo do trecho. Se o estudo de tráfego indicar que tudo tem que ser duplicado ao longo da concessão, isso vai ser precificado e vai constar como obrigação contratual da concessionária.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Esse tempo, 2018, será que é necessário todo esse tempo para iniciar esse processo, esse trabalho?



O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Infelizmente ou felizmente, depende de como a gente se situa. A gente tem todo um processo do qual a gente não pode “escapar”, entre aspas. Primeiro, a gente tem que finalizar os estudos.

O que o senhor falou é importante. Então, quando a gente receber os estudos, é claro que esse ponto vai ser devidamente analisado, para ver se o que a empresa propôs está correto. Em seguida, a gente tem que fazer uma audiência pública. Isso consta na lei da agência, é uma questão de transparência. Então, isso demanda um certo tempo. Depois há o rito do TCU, que também é uma coisa de que a gente não tem como escapar, é normal. O TCU tem que dar a sua chancela para os projetos.

E depois o que acontece? Há um prazo para apresentar o projeto para licitação. O que a gente quer aqui, neste projeto, é ter maior concorrência. Então, o edital vai ser posto à disponibilidade para o público, para os futuros licitantes, para que eles possam avaliar. Então, tudo isso somado vai levar a esse ponto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Stephane, desculpe interrompê-lo, mas esse estudo de duplicação já começou há algum tempo, tanto é que essa contagem de que eu estou lhe falando de 20 mil veículos/dia talvez não seja em todos os pontos da BR-364, mas me foi informado pelo DNIT que, em alguns pontos, já existe essa contagem de 20 mil veículos/dia. Então, não é um estudo que está começando agora.

Fica esta pergunta: não há como fazermos uma emergência – não é nem emergência –, acelerarmos esse processo de duplicação? Nós estamos com uma situação bastante grave de acidentes na BR-364. Muitas pessoas estão perdendo a vida em acidentes por conta do excesso de trânsito da BR, da mistura de caminhões com automóveis e da falta de manutenção. A manutenção é um problema sério. Não há como acelerarmos esse processo?

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Eu entendo a sua preocupação, Senador. É a nossa, na agência, pode ter certeza disso. A duplicação é algo extremamente complexo. Não temos como chegar e duplicar. Como eu expliquei, o que for possível fazer, no menor prazo possível, vai ser feito. Agora, para assegurá-lo da nossa preocupação quanto a isso, primeiro, em questão de manutenção, quando a concessionária entrar no trecho, no primeiro dia, ela vai ter que...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Em 2018?

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Sim.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois é. Esse tempo, com duplicação ou não.... Estamos em 2016. Esse trabalho, esse estudo começou há dois anos, há três anos ou mais. Então, nós estamos falando de mais dois anos, se não houver nenhum entrave, se não houver nenhum problema ambiental. E esse problema não deve haver, porque a estrada já está ali, e só se vai fazer a sua manutenção. Não há problema ambiental. A estrada não passa por nenhuma reserva, a estrada já existe. Se não houver nenhuma demanda judicial, no final de 2018 a empresa começará a instalar seu parque de máquinas, o seu parque de obras, em alguns trechos.

O SR. STEPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – No final de 2017, não é? Ela vai entrar. Se assinarmos o contrato no segundo semestre de 2017, ela já entra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Ali se está dizendo que isso ocorrerá no final de 2018. Se for em 2017, já retiro, porque acho que o prazo está bom.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Eu gostaria de fazer algumas considerações sobre a palavra do Dr. Stephane.

Primeiro, vamos retornar ao trecho da rodovia cuja concessão está aqui em discussão. O trecho total dela é de 805,6 quilômetros. Já estão duplicados 22,4 quilômetros; em faixa simples, 783,9 quilômetros.

Estou entendendo a angústia do Senador Acir. Como ele conhece bem a estrada, como o Senador Raupp, o Senador Wellington e a Senadora Kátia – todos são da mesma região –, ele está vendo que o fluxo naquela estrada aumenta a cada dia, em especial o fluxo de caminhões, porque é uma região produtora.

Está previsto, nessa proposta final do PMI da Sanches Tripoloni, que o edital de concessão, concluídos todos esses estudos, será feito em junho de 2017. Com o edital lançado, há a abertura da concessão. E o contrato da assinatura será assinado em dezembro de 2017. Até lá, não há de se falar de duplicação, em termos de efetiva obra. A obra só pode ser tratada com a nova concessionária no contexto...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu concordo. Seria no final de 2017.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Muito bem, seria feita a partir daí. A sua angústia é a seguinte: que trechos poderão ser iniciados imediatamente após a concessão ser assinada? A partir de 2018, eles já poderiam iniciar a duplicação. Em que trechos?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Em que data de 2018? Depois da assinatura, há mais algum licenciamento?



O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Não, não. Com a assinatura, ele já está operando, ele já entra operando.

Mas o que acontece? Que trechos seriam esses? Sobre esses trechos ele vai apresentar uma série de estudos que vão à ANTT. A ANTT vai avaliar esses estudos, para saber se aqueles trechos a serem duplicados comportam ou não a duplicação agora. Se tratarmos da duplicação de forma generalizada, o preço de lançamento dos pedágios, inicialmente, sobe. Os preços sobem. Então, quando se vai para o leilão, os preços de pedágio estão lá em cima se se falar em duplicação geral agora. Se se falasse sobre determinados trechos em que vai ocorrer a duplicação.... Certamente, os trechos que V. Ex^a está colocando são os que têm maior tráfego. Por quê? Porque não é em todo o percurso da rodovia que pode haver 20 mil veículos por dia. Mas, em alguns trechos da rodovia, há 20 mil veículos por dia, em alguns Municípios mais estratégicos no decorrer do caminho. Ao examinar isso, a ANTT, com o suporte que o DNIT possa dar do estudo de tráfego, pode examinar, nesses estudos da PMI, dizendo: “Olha, nós vamos rever isso aqui e tal”.

Há também que se entender, Senador, que tudo isso depois é submetido ao Tribunal de Contas. O próprio Tribunal de Contas também fala nesse processo. Então, há um percurso aí ainda que nós temos que ter e que temos que ter com atenção, além de ter que vencer as questões ambientais que são, sem dúvida nenhuma, as de maior impacto, as mais problemáticas que nós temos que enfrentar nesse processo até encerrar tudo, até ter todo o licenciamento de tudo. Mas eu acho que é possível aquilo que o senhor está fazendo que é termos atenção na rodovia com vista às duplicações. Não é necessário que ocorram as duplicações de forma simultânea. Algumas terceiras faixas, que são uma forma de desafogar o trânsito, podem ser feitas...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E ajudam bastante, sem dúvida.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – E elas são mais baratas, impactando menos as tarifas de pedágio, o que, para o usuário, também cria uma solução de segurança boa que diminui o preço inicial. A terceira faixa não implica que, depois, não se possa fazer a duplicação, porque ela já é um serviço de ampliação da rodovia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Só para concluir, Sr. Presidente.

Eu concordo que esse estudo tem que ser feito. Não há problemas ambientais na BR-364, Sr. Presidente e Secretário. Por isso, eu acredito que é possível uma antecipação em função de um licenciamento mais rápido, porque a BR já existe e tem a sua faixa de domínio bem larga.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Nós não estamos falando de uma BR nova. Ela é uma rodovia implantada e em funcionamento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não, ela não é uma BR nova.

Faço a minha última pergunta, Presidente, só para encerrar, agradecendo, mais uma vez, nossos conviados. Nós estamos falando hoje muito na duplicação da BR-364, da sua necessidade e também da nossa Ferrovia Bioceânica. Há a Hidrovia do Madeira. Então, são os modais importantes para exportação, transporte de cargas. A pergunta que eu faço à EPL é se existe um estudo de viabilidade das obras tanto da ferrovia quanto da duplicação da BR-364, se uma interfere na outra, se há já esse estudo. Nós sabemos a resposta, mas eu gostaria de ouvir da EPL se existe um estudo que mostra que há uma viabilidade da duplicação da rodovia BR-364 e da construção da Ferrovia Bioceânica, que vai se ligar com a nossa Hidrovia do Madeira, se constituindo em uma saída para o Pacífico também. Aí já há um interesse muito maior da China que do Brasil, mas é claro que o Brasil todo tem interesse, e nós de Rondônia temos um interesse especial na construção da Ferrovia Bioceânica – em especial de Porto Velho para cá, para que ela comece de Porto Velho vindo para o encontro da malha ferroviária brasileira. Esse estudo é importante. É importante esclarecer para as pessoas que estão nos ouvindo que uma coisa não interfere na outra, porque tem de haver uma integração, não são concorrentes, um modal integra e beneficia o outro. Essa foi a minha última pergunta.

Obrigado, Presidente.

O SR. DIOGENES EDUARDO CARDOSO ALVARES – Bom, a EPL, de fato, se debruça sobre essas questões. Ela analisa os modais de forma a verificar a concorrência entre eles, a necessidade de se ter determinadas soluções logísticas. Temos aqui, inclusive, a pessoa que é responsável pelo planejamento logístico da EPL. Também temos a equipe da EPL presente neste evento.

Senador, do ponto de vista logístico, entendemos, sim, que são soluções que se complementam, não apenas nessa saída para o Madeiro como também na saída para o Tapajós, via Ferrogrão, via BR-163, como também saída pela BR-155 ou BR-158, via Marabá, com a competição da Ferrovia Norte-Sul. Entendemos que a complementação modal é muito importante, especialmente a ferroviária, que, embora tenha como característica investimentos mais robustos, por outro lado, você tem um transporte muito mais eficiente, muito mais barato para a produção, reduzindo bastante o frete.



Do ponto de vista da concessão, Senador, uma análise cuidadosa tem que ser feita porque, a depender do momento em que você coloca uma ferrovia concorrendo com uma rodovia, você pode gerar algum tipo de frustração nas receitas, por exemplo, de uma concessão rodoviária. E, se isso acontecer, estamos apenas transferindo para o futuro um problema. Vai surgir alguma incapacidade econômica e financeira para honrar os custos e os serviços que estão previstos.

De toda sorte, a EPL está olhando essa questão, essa competição. Em algum momento, podemos vir aqui para fazer uma apresentação mais detalhada do ponto de vista do planejamento modal e elucidar, com mais clareza, esses pontos.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente Senador Garibaldi, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, confesso que essas audiências públicas têm sido muito boas e esclarecedoras para que não fiquemos falando, às vezes, ao vento no Estado. Há os prazos, que nem sempre são reais; eles furam muito.

Eu estava aqui conversando, Sr. Presidente, com o Senador Wellington Fagundes – já acompanhei alguns debates deles também sobre a rodovia que vai da divisa do Mato Grosso do Sul com o Mato Grosso, até Sinop, passando por Rondonópolis e que está com problema já há alguns anos. São várias empresas de grande porte – até Mendes Júnior, Odebrecht, Equipav, Empa, e não sei quantas outras. Imaginem a nossa BR-364, de 839km, com uma única empresa – com todo respeito a essa empresa Sanches. Até fiquei animado porque achei que o Luiz Antônio, da ABCR, era da Sanches Tripoloni. Aí seria muito bom porque são muito fortes. Ele é Sanches também, mas não é da Sanches Tripoloni. Confesso que fiquei animado quando vi que é a Sanches Tripoloni que está fazendo os estudos de Comodoro a Porto Velho, e ele é Sanches também. Está tudo em casa. Fica bom. *(Risos.)*

O SR. LUIZ ANTONIO UGEDA SANCHES – Família grande, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Mas foi uma alegria que durou pouco.

O Senador Acir já falou quase tudo, mas a nossa preocupação é o tempo. Quando eu e o Senador Acir, na audiência pública sobre a ferrovia, com os chineses e também a EPL e o Ministério dos Transportes, há umas duas ou três semanas, discutíamos a Ferrovia Bioceânica, tivemos a ideia de aprovar um requerimento para esta audiência pública que está acontecendo hoje, que é muito esclarecedora, sem dúvida. A gente tem muita pressa, porque está tudo atrasado, há uma demanda reprimida nessa área de transportes, de 50 anos.

Imagine se fosse hoje o Juscelino Kubitschek, quando abriu a BR-364, até Rio Branco, até o Acre. Colocou, segundo a história conta, 12 grandes empresas nacionais para construir aquela obra, para implantar – porque não foi asfaltada. Foi asfaltada depois, no governo do Figueiredo e no governo do Sarney. Mas ele implantou, do Mato Grosso ao Acre, em um ano ou dois anos. Eles conseguiram implantar, com pontes, abrindo a mata. Tinha só a picada de telégrafo. Hoje o meio ambiente jamais deixaria uma obra dessas.

A BR-319, que já está implantada há 40 anos ou mais, para restaurar está dando um baile danado. O Luciano falou do meio ambiente para duplicar, restaurar, construir terceiras faixas na BR-364. Já tem a faixa de domínio, que acho que é de 60 metros, toda cercada. Já é de propriedade do DNIT, não teria mais dificuldades. Não atravessa nenhuma reserva indígena, nenhum parque nacional. Acho que não haveria problemas ambientais. Mas esse tempo nos angustia. Para nós, que já sofremos tanto...

Só para ilustrar, Senador Acir, há poucos dias um sobrinho meu veio de Porto Velho a Brasília de carro. Ele estava de férias, pegou a esposa e as duas filhinhas, e veio de Porto Velho a Brasília, e depois ainda foi para Minas Gerais, de carro. Ele me disse que o pior trecho de estrada de Porto Velho a Brasília é o de Rondônia. É o de Pimenta Bueno a Vilhena. Eu já falei inúmeras vezes para a diretoria do DNIT. Eles têm se esforçado, mas licitaram há uns três anos. A empresa não entrou. Depois de passado um ano lá, não entrou. Acho que a segunda e a terceira também não quiseram entrar. O fato é que o trecho de Vilhena a Pimenta Bueno não tem nenhuma restauração há muitos anos. Há um trecho lá de uns 30km, na saída de Pimenta Bueno, completamente esburacado, estourando pneus, rodas de carros. É uma tragédia.

Então, essa é a nossa preocupação. É o tempo. Eu acho até que, se entrasse para valer no final de 2017... E até lá? No final de 2017, início de 2018, entra a concessão, a restauração e a possível duplicação de alguns trechos. E até lá? O que o DNIT vai fazer? Dr. Luciano, tem que acelerar, pedir a Diretoria do DNIT para acelerar, o mais rápido possível, com um CREMA, um projeto de restauração daqueles trechos que não foram restaurados. Entre Ouro Preto, Jaru e Ariquemes não houve restauração, só tapa-buraco, tudo remendado. Entre Pimenta Bueno e Vilhena também não houve nenhuma restauração e, em alguns trechos, nem tapa-buraco. O trecho restaurado foi de Ouro Preto a Cacoal. Nós tivemos até a expedição lá com a diretoria, o General Fraxe, o folclórico General Fraxe, acho que umas duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O General Fraxe agora está no Rio Grande do Norte.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Está no Rio Grande do Norte?



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É Diretor do Departamento Estadual de Estradas e Rodagem do Rio Grande do Norte. Lá com o General à frente...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – No Rio Grande do Norte, Estado do Senador Garibaldi Alves.

Eu não teria muitas perguntas a fazer, a não ser pedir celeridade nesses estudos. Eu acho que uma empresa só, nesse trecho de 839km, é pouco. Quantas praças de pedágio serão implantadas ali? Sei lá, cinco, seis, sete, não sei quantas. E, se for para entrar uma empresa apenas para fazer a conserva dessa rodovia, como está sendo feito hoje, e o povo pagar pedágio, qual é a vantagem? Qual é o benefício para Rondônia se entrar uma empresa concessionada lá, uma concessionária, para fazer o que o DNIT está fazendo hoje, como está ali no Mato Grosso? Há um problema sério de abandono de obra. Segundo o Senador Wellington, há obras abandonadas, em um trecho também de 800km. Da divisa do Mato Grosso até Sinop são 800km, e ali há carga. Entre Cuiabá e Rondonópolis, há carga pesada, e ela está abandonada. As obras, em alguns trechos, estão abandonadas, causando transtornos seriíssimos.

É lamentável, mas, se for para acontecer isso em Rondônia, é melhor ficar do jeito que está com o DNIT. Estão fazendo um projeto de CREMA, colocando terceiras faixas em algumas áreas. Se for para uma empresa pegar e não dar conta, como está acontecendo no Mato Grosso, e ficar o povo pagando praça de pedágios sem o benefício, então é melhor que não faça.

Vamos aguardar esse final dos estudos e ver qual é a proposta da empresa, se vai duplicar, quantos quilômetros vai duplicar, quantos trechos de terceira faixa, ver o que a empresa vai apresentar para ver se vai compensar essa empresa entrar nesse trecho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria apenas de lamentar a questão da infraestrutura do País. Sr. Diógenes, desculpe a franqueza, mas ouvir que fazer a ferrovia junto com a estrada é uma temeridade é muito triste, justamente porque cada modal tem a sua função específica de acordo com a utilização da quilometragem. Mais de mil quilômetros é hidrovia; de 500 a mil, ferrovia; menos de 500, estrada asfaltada. Então, isso está muito bem-posto e colocado e é uma região em expansão, um Estado extraordinário, como é Rondônia, que vai ter uma saída para o Pacífico que vai modificar toda essa região. Então, não existe nenhuma diferença e elas não concorrem, elas são complementares.

No meu Estado de Tocantins, eu gostaria de ouvir alguma coisa a respeito da BR-153, se vai haver a substituição da empresa ou se a própria empresa está dando sinais de que vai conseguir fazer a duplicação. Essa é a minha resposta direta.

No Tocantins, há a BR-153, há a Ferrovia Norte-Sul, agora já se iniciou a obra do Pedral do Lourenço – a Presidente Dilma fez a licitação – e haverá três modais paralelos. São 1.500 quilômetros de hidrovia, que vai ser um privilégio para o Eixo Arco Norte do País. Então, mais estradas, ferrovias, hidrovias, opções de passagem é que levam ao desenvolvimento do País.

O Luciano falou da terceira via, eu acho uma solução inteligente, mais econômica. A exemplo da BR-162, no Mato Grosso, de Cuiabá até Miritituba, onde, provavelmente, os estudos demonstram também a necessidade de uma terceira via. E é uma movimentação extraordinária, um negócio fantástico, e os estudos dela já demonstraram que a terceira via é uma ótima opção.

Secretário Luciano, com relação à questão de o projeto não ficar na mão de quem vai construir a obra, sinceramente, não sou uma *expert*, mas acredito que não seja uma boa solução. É muito mais um *lobby* das empresas projetistas, legítimo – Não há nada de errado com relação a isso – mas antigo. Acho que, na verdade, isso pode trazer prejuízo.

O fato de ter aparecido apenas uma empresa projetista para a BR-364, a meu ver, não é só a questão financeira das empresas, mas muito mais a falta de atratividade do trecho, para que as empresas possam aparecer.

Então, o PMI é muito mais econômico, porque, na verdade, a pessoa só vai entrar no projeto e participar do PMI, se ela, de fato, vir condições de uma concessão. Eles já fazem uma prévia. Quanto mais PMI é colocado à prova, isso significa que o trecho é supercompetitivo. Se apareceu só uma, os estudos deverão demonstrar se esse trecho, que foi medido, apresentado no PMI, se refere ao trecho todo – talvez por isso tenha assustado –, ou se ele foi dividido em pedaços. Isso viabilizaria um maior número de participantes no PMI.

Então, não sei se essa informação foi feita por inteiro, porque, de fato, se trata de uma fortuna incalculável. Este pode ter sido o erro: não ter dividido o PMI, para que várias empresas pudessem participar.

Então, essas são apenas as minhas considerações. Também gostaria de obter uma resposta sobre a BR-153, se é que possui alguma.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o ex-Deputado Luciano de Souza, Secretário de Gestão dos Programas de Transportes.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Bem, ouvi atentamente os questionamentos dos Srs. Senadores. Vou começar pela Senadora Kátia Abreu, uma defensora do sistema hidroviário inclusive. Já discutimos isso, quando estava à frente da Confederação da Agricultura – e eu, na Câmara dos Deputados –, sobre o País priorizar as hidrovias como um efetivo meio de transporte mais barato e eficaz, além de mais seguro também. Essa é uma questão que se está tentando priorizar agora.

Vou começar aqui primeiramente pelo requerimento de V. Ex^a. A empresa Galvão tem demonstrado dificuldades. O que vamos agora propor, inclusive à senhora: vou pedir ao Ministro Maurício que chame o Presidente nosso da ANTT, Dr. Jorge Bastos, juntamente com a senhora, para uma audiência no Ministério dos Transportes e, eventualmente, se, pela necessidade, convoque a empresa, para que tenhamos um esclarecimento mais claro e transparente sobre a possibilidade de ela continuar a atender ou não, com a sua presença nessa audiência.

Então, vou marcar com o Ministro Maurício uma audiência, com a sua presença, do Presidente da ANTT junto, para que possamos discutir se há necessidade da empresa Galvão; caso contrário, se houver uma deliberação da Galvão antes da reunião, já vamos estabelecer a nova formatação que vamos discutir, juntamente com a senhora.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – É a solução.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Acho que é o formato mais adequado,

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Exato.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – ... para que possamos esclarecer isso de forma mais clara.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Gostaria, Sr. Secretário...

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Pois não.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – se houvesse oportunidade, que o Presidente Jorge já tivesse em mãos quando começam as multas por não se ter iniciado a obra. Essa é uma informação importante, para que tenhamos em mãos, a fim de que possamos negociar justamente com a empresa.

O Presidente Jorge Bastos, da ANTT, já havia tentado comigo, ainda no Ministério da Agricultura, e com o ex-Ministro Antônio, dos Transportes, fazer uma negociação com outro grupo, mas a viabilidade do Empréstimo Ponte já estava bem adiantada. Como a Galvão tinha feito um investimento da ordem talvez de R\$150 milhões, estava havendo algum tipo de entrave.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Exato.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Mas temos um contrato a ser cumprido e esperamos que o mesmo possa valer.

Então, é importante verificar o vencimento desse contrato e quando ela...

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Certamente, o Presidente da ANTT, Dr. Jorge, trará, na reunião, as penalidades que cabem à empresa, caso haja um rompimento, com relação ao não cumprimento das cláusulas contratuais. Tudo isso será colocado na mesa, de forma muito clara e transparente, para que a senhora tome conhecimento e as medidas a serem tomadas para uma solução.

A nossa questão é a solução do problema seja com a Galvão, seja com algum outro, seja com quer for.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – É claro.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Queremos buscar uma solução para o problema.

Vamos, depois, que o Sr. Presidente da ANTT nos responder... O Ministro vai responder formalmente ao requerimento aqui, por escrito, a fim de encaminhar à Comissão e à Senadora, para conhecimento, além da realização da audiência pública.

O segundo ponto, colocado pelo Sr. Diógenes, da EPL, foi sobre essa questão da Ferrovia Bioceânica. Ele disse que a ferrovia, eventualmente, em determinados pontos, pode concorrer com a rodovia.

Na realidade, ele quis esclarecer que isso ocorre sim. Quando há um sistema ferroviário em paralelo, na mesma linha de escoamento do sistema rodoviário, em determinado ponto, ele esvazia um pouco a concessão rodoviária, já que o transporte, por exemplo, de carga sai deste sistema e vai para o ferroviário em alguns pontos.

Porém, essa questão da Bioceânica não é bem clara. Os problemas mais sérios desta ferrovia, inclusive há estudos sobre isso, são de engenharia. Ela traz problemas de engenharia, que ainda não estão conseguindo ser.... Eles estão sendo analisados. Seria uma obra de extrema complexidade, que precisa ser analisada a um custo altíssimo. Essa é a questão maior.

Naturalmente, todos esses modais se complementam. Isso é verdade: a hidrovia, com a hidrovia, com a ferrovia. Eles são modais que se complementam, mas, eventualmente, temos de evitar que estes concorram entre si e esvaziem determinada modelagem que está sendo feita. Essas são questões que precisamos examinar com cuidado, especialmente se se solta uma concessão primeiro, faz-se primeiro uma concessão de rodovia, e, depois, vem com uma concessão de ferrovia, logo em cima, criando...



Então, você tem que estudar bem para que tudo possa caminhar no sentido de haver uma solução acomodada para dar celeridade a esse processo.

Quero dizer claramente ao Senador Valdir Raupp, que aqui esteve, que nós estamos estimando que, para fazer manutenção de rodovias hoje no País – já excluídas as que são concessionadas, porque essas não contam –, nós precisaríamos de R\$8 bilhões – R\$8 bilhões para fazer manutenção adequada de rodovia, hoje.

Com o aumento de tráfego e o próprio desgaste que as rodovias sofrem, a tendência é que esses valores aumentem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Não, eu não tenho exatamente o total de quilômetros de manutenção, mas se estima em R\$8 bilhões para 52 mil quilômetros de manutenção. Que dizer, a manutenção de rodovias é uma demanda cada vez maior.

Então, eu sei da preocupação do Senador Acir e do Senador Valdir Raupp de que é preciso fazer ali intervenções mais rápidas até 2017, para que, ao receber a concessão em 2018, a concessionária possa, pelo menos, ter a estrada em condições trafegáveis. Mas vamos levar essas preocupações.

Eu sei que foi feito um restauro em um trecho da rodovia – outro trecho ficou ainda sem restauro ou CREMA –, para que se possa manter a trafegabilidade dela até que a concessionária vencedora possa assumir efetivamente a rodovia.

Ao assumir uma rodovia, a concessionária não se limita apenas a ter um programa de investimento dela para apresentar na rodovia. Esse programa deve ser apresentado e aprovado. Ela assume a concessão nessas condições, de um programa de investimento que está atrelado a isso. Esse programa de investimento prevê restaurar pavimento, acostamentos, terceira faixa, duplicações, intercessões urbanas que têm que ser melhoradas, contornos que têm que ser feitos, eventualmente, ou mesmo passarelas para pedestres. Todo esse conjunto está a cargo da nova concessionária. Ela tem – e terá – essa responsabilidade, dentro de um cronograma que foi aprovado e, contratualmente, assinado. Então, ela vai ter obrigações. A Senadora trouxe aqui, por exemplo, o caso da Galvão: há obrigações que foram assinadas. Ou cumpre as obrigações ou rescinde o contrato ou paga as multas e sai do contrato. Essa é a modelagem que serve sempre para as outras.

A modelagem de concessão é importante para o País hoje. Ela não é uma coisa nova, é uma coisa que veio amadurecendo no governo do Presidente Lula, depois no da Presidente Dilma e segue como uma modelagem importante no atual Governo também. Por quê? Porque ela exerce dois instrumentos importantes.

O primeiro instrumento da concessão é ajudar a economia. Ela traz para o Governo a possibilidade de ajustes econômicos importantes, com arrecadação. Então, ela contribui efetivamente para o ajuste econômico do Governo, propiciando arrecadação complementar, com vista a combater déficit fiscal e tudo mais. Então, ela é importante nesse aspecto.

Outro aspecto é que o Governo não vai suportar manter rodovias – R\$8 bilhões de investimento anual só para manutenção, o Governo não tem...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É anual, não é?

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – É anual. Não tem capacidade de investir nesse limite, entendeu?

Hoje, nós temos muito menos para manutenção, mas essa seria a necessidade. É uma coisa insuportável. Então, há de se buscar o capital no setor privado. Através da concessão, o setor privado vem, investe e mantém as rodovias. Então, essa modelagem veio para ficar e vai se expandir no Brasil inteiro, e não temos outra saída. Temos que ir e caminhar exatamente dentro desse enfoque.

E é verdade o que disse aqui o Luiz Sanches, não é, Senador Wellington? É verdade o que ele disse. Além disso, embora se cobrem taxas de pedágio, de que muitas vezes o usuário reclama, mas temos, pelo menos, melhoria da segurança das rodovias, serviços prestados. Nós temos a melhoria da qualidade dos pavimentos, a melhoria da qualidade para os Municípios, já que propiciam arrecadação adicional aos Municípios, do ISS. Todos esses Municípios, no decorrer da rodovia, vão ser beneficiados com a arrecadação de ISS proveniente do pagamento dos pedágios. Então, são transferências automáticas aos Municípios, que serão importantes, muitas vezes, para esses Municípios pequenos, no interior do Norte do País, que se desenvolvem. Qualquer recurso adicional ajuda em especial esse desenvolvimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Salvam-se vidas.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Exato, salvam-se vidas, naturalmente.

Hoje, por exemplo, nas rodovias federais que não estão em áreas de concessão, não há serviços eficientes de socorro, de manutenção. Eles ocorrem praticamente por demanda: “Ah, abriu muito buraco, corre lá e fecha”. “Ah, houve um acidente de grande dimensão, desloca equipamentos e tal”. E não há os serviços de eficiência que hoje se prestam através de concessionárias.



Então, acho que é uma modelagem importante, que veio para ficar. É irreversível, vamos precisar sempre disso e de nos aprimorarmos cada vez mais para melhorar esse processo de concessão no País.

É um aprendizado. Costumo dizer que as primeiras concessões aqui nasceram no governo Lerner, no Paraná, praticamente, quando o Governo Federal delegou ao Governo do Paraná algumas rodovias federais e estabeleceu uma modelagem de fazer concessões com as rodovias federais consorciadas com rodovias estaduais. Então, isso foi lá atrás. De lá para cá, viemos aprimorando, e cada processo serve de aprendizado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Com essa força, Presidente, acho que já posso me sentir importante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já é importante.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Primeiro, aqui, quero até aproveitar a presença da Senadora Kátia. Ontem, fui convidado por ela para uma reunião, um jantar, à noite, mas, em função da LDO, acabamos trabalhando até mais de meia-noite. Aí, Sr. Presidente, como se trata principalmente dessa nossa área, da questão de infraestrutura, estou lendo aqui na imprensa, e não sei se por confusão de propósito ou não, mas, no relatório da LDO, a imprensa questiona nossa posição em relação à emenda, que estaríamos fazendo uma negociação, porque o Parlamento sempre quer fazer as emendas, que nem sempre são bem vistas.

O que nós estamos colocando no relatório é exatamente aquilo que foi uma evolução ano passado em relação às emendas de bancada. No ano passado criou-se uma emenda de bancada impositiva e a emenda de bancada é sempre para uma obra estruturante. Você não pode fazer uma emenda de bancada – e ninguém faria isso, porque ela é a razão do entendimento de toda a bancada – para uma obra que seja, digamos, a mais importante do Estado do ponto de vista político dos Parlamentares que representam a população. Normalmente, essas obras são feitas para estradas, infraestrutura de um modo geral, um grande hospital. Por entendimento da maioria dos Parlamentares, buscou-se...

Quando se adotou essa emenda no ano passado, a LDO ainda não havia sido aprovada – aliás, demorou muito para ser aprovada. Diferentemente do que prevê a Constituição, para termos o recesso Parlamentar, o recesso só pode acontecer após a aprovação da LDO e, no ano passado, foi aprovada no dia 12 de dezembro a LDO junto com o Orçamento, ou seja, não tem nem como fazer um planejamento eficaz. Neste ano, já consultando os Parlamentares, nós resolvemos ampliar para duas emendas de bancadas. Colocamos um artigo na LDO prevendo o seguinte: hoje nós vamos votar, está previsto inclusive votar o teto das despesas do Governo, até porque nós queremos fazer um orçamento realista, parar com essa peça fictícia, sobretudo com o volume de obras inacabadas que nós temos no Brasil. E obra inacabada – eu sempre tenho dito – não serve para nada, ela é o maior prejuízo à população porque ainda causa incomodo muitas vezes e, para retomar uma obra, sempre o custo é muito alto.

Então, ao contrário do que está colocado aqui por um jornal de grande circulação, o que nós estamos prevendo nessa proposta é: todo excesso de arrecadação ou economia deveria ser feito em investimento, Sr. Presidente. Por quê? Hoje no Brasil, de todo nosso Orçamento, mais de 60% se gasta com a rolagem da dívida, ou seja, é o custo da dívida, o pagamento de juros e amortizações que são feitas, mais o custeio da máquina. Então, pouquíssimo tem sobrado para o Brasil em investimentos.

Está aqui o Ministério dos Transportes. Quero cumprimentar o nosso companheiro Luciano, representando aqui o Ministro; cumprimentar também o Stephane, que representa a ANTT; a EPL, o Diógenes. Inclusive a EPL vem procurando fazer um grande trabalho, mas com pouco apoio inclusive. Eu acho que o Governo precisava apoiar muito a EPL porque é com bons projetos que se consegue fazer boas obras. E aqui também a ABCR, representada pela empresa Sanches, mas o Luiz Antonio que não tem nada a ver.

Quero deixar esse registro aqui, Sr. Presidente, para dizer que, realmente, quando tentamos colocar recursos para a infraestrutura, ou seja, para investimento, é exatamente no sentido de fazer com que o Brasil possa desenvolver e gerar emprego. É isso que gera emprego, é isso que gera desenvolvimento no País. Então, fica aqui, a princípio, a minha observação.

Está prevista a votação da LDO hoje às 14h, acabei de receber aqui a ligação do Dr. Diogo. Inclusive, outra confusão foi feita em relação à CPMF. Ontem até mandei essa carta ao Ministro. A decisão de criar um imposto ou não é do Governo. Nós aqui do Parlamento vamos apenas analisar, se for proposta do Governo a criação desse ou daquele imposto. Inclusive, coloquei que, para aprovarmos o Orçamento deste ano, não se poderá incluir nenhum imposto que não tenha sido aprovado pelo Congresso, ou seja, nenhuma expectativa de ser colocado no Orçamento do ano que vem aquilo que ainda não foi aprovado pelo Congresso.

Sr. Presidente, o senhor anunciou antes que interromperia um momento, para que pudéssemos ler o relatório. Eu estou com meu relatório pronto e gostaria de consultar V. Ex^a sobre esse aspecto. E posso fazer de forma bem sucinta.



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª vai concordar comigo que deixemos isso para o final.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos esgotar aqui a audiência pública, os questionamentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu poderia, se o senhor me permitir, eu poderia substituir toda a minha fala só pela leitura final do relatório, já deixar como lido. É sucinto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, se V. Exª quer ler só o final...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – É, então eu o faço, só porque eu tenho que sair daqui a pouco, para uma audiência também com a Associação Nacional dos Municípios, na Presidência da República, e outra questão lá é principalmente o FEX, que é o fundo de compensação das exportações, tão importante, principalmente para quem produz, para os Estados que produzem no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos aos “finalmentes”.

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO, para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pronto para deliberação

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Então vamos aqui.

É sobre a indicação, Sr. Presidente, do nome do Sr. André Martins de Araújo para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O Senhor Presidente da República, por meio de Mensagem nº 66, de 2016, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. André Martins de Araújo para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, conforme art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal e no parágrafo único do art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Nos termos do citado dispositivo constitucional, é de competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar.

Aqui o indicado, Sr. Presidente, é servidor do DNIT, Analista de Infraestrutura desde 2006, exercendo atualmente o cargo de Coordenador-Geral de Construção de Rodovias, desenvolvendo atividades de gestão da Coordenação-Geral da Construção Rodoviária quanto às obras de duplicação, implantação, pavimentação e adequação da capacidade das rodovias e o gerenciamento desses empreendimentos.

Também já exerceu no DNIT a função de Coordenador de Análise de Riscos, ocasião em que desenvolveu atividades de análise de riscos empreendidos a serem licitados pelo Regime Diferenciado de Contratação (RDC).

Destacam-se ainda atividades desempenhadas, como o gerenciamento de contratos na Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração.

Ao longo de uma década como servidor de carreira do DNIT, atuou também na Superintendência Regional dessa autarquia no Estado de São Paulo.

O candidato declarou não possuir parentes que exerçam ou que tenham exercido atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional, não existirem ações judiciais nas quais figure na condição de réu ou de autor, e não ter atuado, nos últimos cinco anos, em Juízos e Tribunais, em Conselhos de Administração de Empresas Estatais ou em cargos de direção de Agências Reguladoras. Esses são os elementos disponíveis para que esta Comissão delibere sobre a indicação, pelo Senhor Presidente da República, do Sr. André Martins de Araújo para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Sr. Presidente, como ele é de carreira, está muito claro que conhece o órgão. Não tenho nenhum óbice, portanto, para que possamos apreciar sua indicação. Está lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Wellington.



O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Em relação à audiência, Sr. Presidente, eu só espero que o Ministério dos Transportes tenha celeridade. Como disse o Raupp, essa estrada é muito importante para Mato Grosso, para a Região Amazônica, de modo geral. Inclusive, o Ministro Antonio Carlos fez um apelo para que a empresa Sanches Tripoloni fizesse esse estudo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas, não é o Sr. Luiz Antônio.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Não é o Luiz Antônio não. Aqui está uma mistura, porque o Diretor do DNIT se chama Luiz Antônio e aqui o Ugeda já pega o sobrenome da empresa Sanches, que não tem nada a ver. Mas, essa empresa, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É bom ter cuidado com isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Essa empresa, inclusive, atendeu o pedido do Ministro, porque, para fazer um estudo de um trecho tão longo como esse, requer investimento. É bom dizer para todos os que estão nos assistindo que isso não quer dizer que a empresa terá prioridade ou preferência na licitação. Através desse sistema, que é uma consulta, se a empresa não ganhar a licitação, ela só será ressarcida daquilo que gastou. Mas, qualquer outro empresário, qualquer outra empresa, pode vir a se constituir, inclusive, numa empresa de fim específico e ganhar essa concessão. Mas, de nossa parte, do Mato Grosso, apoiamos, porque entendemos que é muito importante. Esse sistema, ao nosso modo, é chamado lá de PPP caipira. Ou seja, é uma concessão caipira, que não exige uma duplicação com um custo muito rápido de uma hora para outra, mas ao longo do tempo em que for se desenvolvendo. Ela vai incrementar a produção naquela região, sem dúvida nenhuma. Quem vai ganhar é o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Não havendo quem queira discutir o relatório, fica concedida vista coletiva da matéria, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno.

Quero registrar, antes de dar a palavra ao Senador Ivo Cassol, a presença – agradecer, inclusive – de Henrique Oliveira Mendes, Coordenador Geral de Estruturação de Projetos, da Sr^a Magnólia Pinheiro, Gerente de Projetos, e do Sr. Luiz Felipe, todos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente. É com alegria que cumprimento os demais Senadores e Senadoras, o representante do nosso Ministério e das demais autarquias, e, ao mesmo tempo, dizer que tenho uma certa preocupação – eu estava acompanhando no meu gabinete –, não pela situação de privatização das nossas rodovias.

Temos que ter a concepção de que certas rodovias têm que ser de responsabilidade do Governo Federal, especialmente com essa questão de logística com os Estados da Amazônia, ou mesmo com de alguns Estados do Nordeste, porque são rodovias que têm um custo maior de manutenção e, ao mesmo tempo, uma qualidade de durabilidade menor do que outras do Centro-Oeste e de outros locais por causa do período de chuva, de umidade. Como sou da Região Norte, fui Governador do Estado de Rondônia, sei como é a qualidade das estradas.

O que me preocupa é ver o próprio representante do Ministério, Dr. Luciano, falando aqui da questão de que, com a privatização, melhora a qualidade, isso e aquilo. Eu quero discordar do nosso representante do Ministério porque isso vem de encontro dizendo que o Governo, infelizmente, para não dizer incompetente, é incapaz de manter algumas rodovias na mesma qualidade de uma particular. Sei que, com o dinheiro particular, há exigência, mas não podemos deixar de lado também algumas rodovias por causa do custo. Por exemplo, é importante a duplicação da BR-364.

Ouvi o nosso Senador Wellington falar dessa questão da BR-364, que tem prazo e que pode esperar. Não, não pode esperar. A BR-364 nossa, do Estado de Rondônia, que interliga Pimenta Bueno à Cidade de Ariquemes, tem trecho que tem que ser duplicado urgente.

Outra coisa importante, nosso representante do Ministério e demais que fazem parte desses estudos: quanto à recuperação que foi feita na BR-364 – estão aqui os três Senadores de Rondônia, tanto o Acir como o Raupp –, fizemos inspeção do serviço das empresas que fizeram a porcaria, sem qualidade. E ouvi ainda dos engenheiros que pegaram o trecho de Pimenta Bueno a Ouro Preto dizer o seguinte: “bom, nós economizamos 15 milhões na qualidade, ou 20 milhões, e vamos gastar cinco para manter os cinco anos.” Esse é o pensamento de algumas empresas. Eles não estão preocupados com o fluxo de movimento ou com a qualidade de segurança que vai dar para as pessoas, mas com o resultado da economia que estão fazendo. O pessoal está fazendo os estudos, e pode botar a Comissão de Fiscalização para fazer, porque entendo dessa área, pode pegar lá, Sr. Presidente. A rodovia 364, não ande a 110 por hora, ande a 50, 60 por hora, você vai vê-la toda quebrada, o asfalto está todo quebrado. Isso quer dizer o quê? Com o movimento pesado e mais a chuva em cima, vai virar buraco igual está Pimenta Bueno indo para Vilhena, 10km lá.



Bom, a empresa que vai ganhar a licitação, já vai assumir esse abacaxi para a frente? Alguém vai ter que pagar esse custo. Quem vai pagar? O usuário, os caminhoneiros. Alguém diz o seguinte: não, quem vai pagar são as empresas, o dono do comércio. Isso é conversa para boi dormir. Quem vai pagar é o consumidor. Um exemplo, a mercadoria que sai de São Paulo e vai para Rondônia, o consumidor vai pagar esse custo.

Então, concordo que algumas rodovias têm que ser privatizadas, mas outras que são espinhas dorsais do Brasil têm que ser responsabilidade do Governo Federal. É importante isso.

Criar um sistema modal, também sou a favor, tanto marítimo, fluvial como também de ferrovias, e quero deixar bem claro que isso não acontece do dia para a noite.

Fazer os viadutos em Porto Velho, para fazer as marginais nas cidades do Estado de Rondônia, para fazer uma ponte no riozinho entre Pimenta Bueno e Cacoal, é uma novela que dura, não 364 capítulos, mas quatro, cinco anos, para fazer os estudos, a complementação. Aí, quando a equipe técnica, a equipe de projetos estudou, planejou, não se tem entendimento dentro próprio Governo. Eu não consigo entender. E eu espero que o Michel Temer consiga fazer isto, acabar com essa maneira que implantaram no Brasil, em que o Ministério dos Transportes atira para frente, e o Ministério do Meio Ambiente, Ibama, não sei quem atira para trás. O cara não consegue nem dar um passo para frente e não consegue dar dois para trás.

Está aí a 319.

Eu fui motorista, eu puxava banana de Porto Velho para Manaus. Eu saía às 6h da manhã, 6h da noite eu estava dentro de Manaus, com o caminhão. Então, 40 anos depois, não tem a BR. Aí é questão ambiental. Essa questão ambiental, eu quero deixar aqui um dado importante para o pessoal fazer uma retrospectiva. Até poucos tempos atrás, não tinha WWF, não sei mais quem, organismo ambiental, que se metem em tudo aqui no Brasil. Engraçado, aqui em Minas Gerais, aqui na represa de Mariana, que estourou aqui, eu não vi ela falar nada. Por quê? Porque uma das sócias banca ela, banca esse pessoal?

Outra coisa: por que a 319 não dá certo? Por que não completa? Por quê? Por que os donos das balsas de Manaus a Porto Velho não deixam? Qual é o interesse que têm?

Então, primeira coisa que o Governo precisa ter...

E aí para o representante do Ministro é importante isto: o Governo Federal tem de colocar uma conduta de cima para baixo, uma legislação de cima para baixo, e cumpra-se para baixo. Caso contrário, todas as obras estruturantes do Brasil ficam pela metade. Começam e param. No meio do caminho, se cria obstáculo.

Aí eu ouvi até o próprio Dr. Luciano falando: olha, aqui alguém pegou e, aí, daqui a pouquinho, ele não tocou, ele devolve. Essa burocracia de o cara pegar e devolver e depois refazer são dois anos. São dois anos! Não tem jeito. Então, o que nós precisamos dessas empresas? Nós temos de criar um sistema de puni-las com mais severidade. Nós temos de ter essa punição, porque o tempo em que o pessoal fica discutindo na Justiça – e técnico aqui sabe disso –, ou em que se desfaz um contrato, faz outro e faz outra “pegadinha” para frente, enquanto isso a população fica desassistida, em qualquer canto do Brasil. Fica desassistida. E fica à mercê. Essa discussão vai para os tribunais e aí que não anda, porque um tem razão de um lado, outro tem razão do outro.

Então, por exemplo eu defendo a BR-364, essa rodovia que corta Rondônia, atende a Transpacífico, com o Peru, com o Acre, atende Amazonas. Por mais que seja importante a privatização, no meu entendimento, é uma obra, é uma rodovia de interesse nacional, que está na mão do Governo Federal. Quando se privatizar, vai haver vários trechos no meio, e o povo do meu Estado vai pagar essa conta.

Quem está me assistindo, olhem: quem vai pagar a conta são vocês. Quem vai pagar a conta é o povo do Estado. O movimento é muito pequeno. Por mais que haja um movimento grande, ainda é pequeno para cobrir essa despesa, diferente de uma Castelo Branco, de uma outra rodovia, como a Dutra, que vai para o Rio, que é diferente, que tem um movimento maior. O nosso movimento é menor. Então, o custo do pedágio fica muito caro.

Portanto, se é de interesse, se é melhor, porque o Governo não dá conta de fazer uma rodovias dessas, então, é lógico, entregue logo para a iniciativa privada. Mas é inaceitável termos uma arrecadação do Governo Federal, e ela só servir para folha de pagamento. Por que falo isso de só servir para folha de pagamento, Presidente? Nós estamos aqui em época de crise, o déficit nosso é de bilhões de reais. Enquanto o empresário, o comerciante, que estão me assistindo – eu também sou empresário, sou comerciante –, enquanto os nossos funcionários estão pedindo pelo amor de Deus para não serem mandados embora, não querem aumento. Aqui a gente vê, a toda hora, a todo instante, uma categoria diferente querendo aumento.

E, aí, eu quero dizer quem vai pagar essa conta: o povo, que não aguenta mais. Daqui a pouquinho, toda a arrecadação dos Municípios só vai servir para pagar a folha de pagamento municipal. Toda a arrecadação do Estado, daqui a poucos anos, vai servir só para pagar a folha de pagamento estadual, e toda a arrecadação Federal só vai servir para pagar a folha da estrutura Federal e das instituições que dela fazem parte. E, aí, tem uma solução? Tem, vamos aumentar imposto. Já vou deixar bem claro.



Governo Temer, Governo Dilma, do PT, esqueçam de contar com o Ivo Cassol para aumentar imposto. Se nós não sabemos administrar o recurso que está aí, investir com competência e seriedade, ou dividimos.... Eu sempre digo que é como numa família: um trabalha para pagar a conta de todos. Quando se diz para um: “olha, você tem que diminuir o seu gasto”, aí, a pessoa fala: “olha, pai, mãe, só faz o seguinte: corta os outros, mas não mexa no meu cartão”. Vai no outro, “Ah, não mexa no meu...”

Assim está aqui, no Governo. E, quando chega no final, todo mundo quer continuar na mordomia, sombra e água fresca. E alguém está pagando essa conta, e o povo brasileiro está pagando a conta, porque a maioria do pessoal está desempregado.

Ontem, aqui, no Senado, uma senhora veio me pedir pelo amor de Deus que eu arrumasse um serviço para ela, porque um outro colega nosso a tinha dispensado, ela precisava e não tinha onde arrumar emprego. E assim é em todos os cantos. Enquanto pessoas, mesmo deixando de diminuir e querendo manter, nós temos a briga aqui, dos quatro cantos, para o aumento da folha de pagamento de salário. E o resultado? A nossa infraestrutura, para onde é que está indo? Está indo para o pau. Não tem dinheiro, como disse o Ministro esses dias. Participamos de uma reunião com o Presidente Michel Temer, eu fiquei com dó do Ministro. Eu quase botei a mão no bolso e emprestei dinheiro para o Ministério para poderem fazer alguma coisa, porque até dinheiro para manutenção está faltando.

O Ministro é culpado? Não, não é culpado. Infelizmente, essa desestruturação é do próprio Governo. Mas eu quero lembrar: quando eu falo do próprio Governo, não é só o da Presidente Dilma não, que foi incompetente, não. Foi o PMDB que foi incompetente; foi o PP, o meu Partido, que foi incompetente; o PDT também, que foi incompetente, que fez parte do Governo. Todos aqueles partidos que fizeram parte, todos esses anos, do Governo do Lula e da Dilma, fizeram parte desse estouro que está aí. E, agora, quem paga a conta? Somos nós.

Então, a questão do sistema, da infraestrutura é importante, mas eu quero lembrar para quem está fazendo os estudos: certas rodovias devem ser de responsabilidade do Governo Federal. Ele tem que manter. E se vai se fazer privatização em Rondônia, da maneira que está aí, para fazer a longo prazo a duplicação, eu discordo, não contem comigo. Se deixar para a empresa, as empresas só querem ver lucro e não querem ver os investimentos, a não ser tapar os buracos. E nós não precisamos, na BR-364, de só tapar os buracos. Isso já tem, o DNIT está tapando os buracos. Do que nós precisamos é de investimento rápido, para que se faça a duplicação naquelas serras, naquelas curvas, naqueles locais perigosos, em que as carretas ficam uma atrás da outra, porque são 1,8 mil, 2 mil carretas por dia, e colocando em risco os pequenos veículos que trafegam naquela rodovia.

Então, queria só dizer para vocês que, por mais que os estudos estejam andando, vamos concluir esses estudos, mas eu continuo defendendo que a BR-364 não tem que ser privatizada não. Tem que ter responsabilidade do Governo Federal, porque é uma rodovia que interliga, como no passado, Presidente, nosso ministro, Senador Garibaldi. No passado, sabe o que o governo militar falou? “Vamos integrar a Amazônia para não entregar a Amazônia”.

Então, a rodovia é de interesse nacional. Portanto, eu defendo que ela seja mantida pelo Governo Federal. Mas, se não tiver outra solução e o Governo Federal, ou tanto um, quanto outro se sentem incapazes para tomar conta, então, que privatizem, mas, infelizmente, quem vai pagar a conta é a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, o ex-Deputado Luciano de Souza Castro, representante do Ministério dos Transportes.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Pois não, Presidente. Eu quero responder ao Senador Cassol, informá-lo, muito pontualmente.

Eu também sou uma pessoa do Norte do País e nós sabemos que a questão ambiental é um enfrentamento que se tem ao longo de todo esse processo. Por exemplo, lá no meu Estado de origem – fui Parlamentar –, na 174, até hoje há um trecho, quando se atravessa a reserva Waimiri-Atroari, em que não é permitido fazer os acostamentos da rodovia. Até hoje ela é assim: não é permitido fazer os acostamentos. Então, não quer dizer que, quando se diz que está na faixa de domínio, se pode exercer. O resto da 174, naquele trecho que sai de Manaus até Roraima, precisou de licenciamento ambiental para fazer os acostamentos da BR, e isso numa rodovia implantada há anos e anos. Então, essa questão ambiental é um enfrentamento de forma permanente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Luciano, desculpe-me interrompê-lo, mas é inadmissível nós termos uma BR ligando Porto Velho a Manaus, que tem um trânsito pesado, e não haver acostamento! O mais absurdo ainda é ter que haver uma autorização para fazer um acostamento – para dar segurança à população, que está passando por cima – onde não existe nada do lado. Nada! Nem desmatamento é preciso fazer para se executar um acostamento numa rodovia importante.

É claro que não é um problema do DNIT, é um problema de governo, e é por isso que nós temos aqui alguns projetos que dizem o seguinte: quando um projeto é de interesse de governo – o que é interesse de governo? É interesse da população brasileira –, tem que autorizar fazer e fazer as compensações ambientais.



Não dá para continuar o Brasil crescendo, desenvolvendo, amarrado e travado do jeito que está, pois a iniciativa privada tem feito o seu papel, tem aumentado a produção, principalmente a produção agrícola e pecuária, e a industrialização desses produtos, e nós não conseguimos avançar um metro – um metro agora na lateral também –, para melhorarmos a infraestrutura brasileira.

Era só para dizer da minha indignação. Desculpe-me.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só para também reforçar e já fortalecer o Dr. Luciano, isso que o Acir acabou de falar é verdadeiro. Está aí: a interligação de Tucuruí, com energia para o Amapá, Roraima e Manaus. Quer dizer, não pode passar com a linha de transmissão por dentro?

Quando o senhor fala da questão ambiental, eu quero dizer que eu conheço um Presidente só – antes eu conhecia o Lula como Presidente, depois eu conheci a Dilma como Presidente, e, agora, é o Temer que está como Presidente. Então, gente, o Governo é o mesmo, e aqueles que não se ajustam dentro: meu chefe, eu vou lhe dar um par de botina, mete a botina nesse pessoal! Bote para andar! Chega, meu chefe! O senhor tem a caneta: use a caneta! Mete a taca!

Falta legislação? Está todo mundo aqui, os Deputados e os Senadores, para aprovar uma legislação. Isso é um projeto estruturante, e projeto estruturante, gente, pelo amor de Deus!...

Aqui em Brasília, Dr. Luciano, eu falei isso várias vezes: houve um dia em que eu ia para o aeroporto e perdi o voo, Presidente Garibaldi, sabe por quê? Porque nós entrávamos aqui no Eixão ou no Eixinho – aqui tem tanto eixão, eixinho e tal –, e quando se chegava lá embaixo, na baixada, existia criação de calango de um lado, existia criação de calango do outro, porque é um parque lá, e não se podia fazer a terceira pista. Aqui em cima nós temos oito pistas ou, se não me engano, são três de um lado, quatro no meio e mais três do outro – alguma coisa assim –, e chegando lá embaixo só existem duas. Eu não conseguia chegar ao aeroporto por causa do gargalo. Gente, isso é uma falta.... Desculpe-me a expressão. Olha, nós seres humanos, se nós somos capazes de diminuir ou destruir alguma parte ambiental, nós somos tão competentes, para recuperar mil vezes mais.

O senhor falou agora do acostamento. Desculpem-me esses técnicos, desculpem-me esses ambientalistas, são todas pessoas que vivem do imposto do povo brasileiro. Não há um ambientalista que trabalhe de graça. Todo mundo depende de algum lugar. Então, não sou a favor de ficar derrubando a Amazônia, não sou a favor de desmatar nada. Há regra, há lei. Agora, deixar de fazer uma obra no DNIT... E quem é o DNIT? Ele é do Governo Federal. E quem é o Ministério do Meio Ambiente? É do Governo Federal? E quem é o Ibama? É do Governo Federal. Quem é o Governo? O mesmo. Quem é o Senado? O mesmo. Quem é a Câmara? O mesmo.

Só falta uma coisa: o Presidente mandar para o Congresso uma lei – já venho falando isto faz tempo – para que toda obra de interesse nacional se cumpra. E não é o cara lá no final da linha, que quer ganhar dinheiro, alguma empresazinha, alguma ONG, qualquer coisa que tiver que vai atrapalhar esse interesse nacional.

É só isso que defendo, Sr. Presidente, senão não dá para entender. O próprio Governo é que não se entende – entre si.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Para concluir o raciocínio nessa questão ambiental.

Toda questão ambiental é de suma importância para o País e deve ser tratada como prioridade. Naturalmente nós, como Governo – o Ministério dos Transportes junto como o Governo –, estamos estudando alternativas para dar celeridade a esses processos.

Por exemplo, que a rodovia federal, já implantada, que está na sua faixa de domínio, possa ter as obras complementares realizadas, desde que se façam os ajustes necessários na questão ambiental, como, por exemplo, a recuperação de passivo ambiental, porque se sabe que toda obra que é feita em rodovia federal, aquilo é um passivo ambiental. Tira-se aquele bota-fora da estrada, coloca-se do lado, não sei o quê; fazem-se escavações laterais e tudo mais, para buscar material. E esse passivo deve ser recuperado.

Então, acho que essa questão tem que estar amarrada na execução da obra, com a recuperação de passivo. Se isso estiver colocado, as coisas funcionam automaticamente, sem necessidade de uma burocracia adicional, com a qual se atrasa a execução de obras importantes e estruturantes, como disse o Deputado Cassol.

Nessa questão da 364...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fora do microfone.*) – Estamos aqui, no Senado, na Comissão do Senado.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Senador. Desculpe-me.

Nessa questão da 364, quero dizer da nossa importância de estabelecer uma convivência com o sistema privado.

Antes, eu já teria colocado aqui que o Estado, como Governo, não tem mais a capacidade de poupança necessária para fazer os investimentos da expansão da malha rodoviária e ferroviária ou mesmo a ampliação das hidrovias, como agora foi feito, por exemplo, o deslocamento do Pedral do Lourenço, uma obra que está estimada em mais de R\$500 milhões – só o deslocamento do Pedral do Lourenço.



Então, nós temos que buscar parceria com o setor privado, daí a busca pelas concessões. Nesse trecho da 364 – é um trecho de 806 quilômetros, um trecho grande –, o Governo tem enfrentado dificuldades.

Eu disse aqui, antes, que para haver a manutenção mais tranquila da malha haveria a necessidade, hoje, de R\$8 bilhões/ano. Quer dizer, são menos de R\$5 bilhões. Operando neste ano, há R\$2 bilhões. Hoje, só temos R\$2 bilhões. É uma situação delicada. Então, é fundamental essa parceria com o setor privado.

Dizer também ao Senador que quando se faz uma PMI – é uma proposta de estudos que uma empresa como a Sanches Tripoloni se habilitou, foi a única que se habilitou –, ela está apresentando os estudos e, quando esse estudo for concluído, ele vai ser submetido à ANTT. A ANTT vai fazer a avaliação e, depois, todo esse processo, quando se fixa inclusive o valor de pedágio e tudo mais, é submetido ao TCU. E o TCU avalia todo esse processo antes de autorizar o lançamento do edital de concessão. Ele tem que ser homologado pelo TCU antes de se lançar o edital de concessão. Até lá, vamos ter todas essas oportunidades de discutir, por exemplo, questões que são primordiais, como construção de duplicações que são emergenciais, em determinados trechos. Onde não se puder construir a duplicação, que se faça investimento de terceira faixa, porque alivia bastante o trânsito e é um investimento menor. A questão de sinalização de toda a rodovia, recuperação de pavimento, os acostamentos.

Então, é um programa que eu acho que interessa profundamente ao Governo do Mato Grosso, ao Governo de Rondônia, interessa ao País em termos de logística. E eu não tenho dúvida de que esse processo terá sucesso se chegarmos a uma modelagem de um projeto adequado e que nos permita evoluir rapidamente.

Senador, eu gostaria, eu acho que o senhor também, que o Estado tivesse a capacidade de fazer os investimentos sozinho. Mas as demandas são permanentes, são crescentes. Não há forma de se fazer isso com recurso de poupança. Até porque nós não temos só estradas, nós temos programas de energia que são enormes no País, construção de hidrelétricas. E temos que expandir mais. Nós temos problemas de financiamento no setor agrícola, nós temos uma série de outros problemas. E problemas de ordem social que precisam também de recursos.

Nós não temos recursos para tudo. Então, a parceria com o setor privado, nesse âmbito das concessões, se torna eficiente e é importante para nós nesse momento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só para concluir, já que o senhor está falando que não tem dinheiro nem para manutenção. Engraçado, o DNIT tem dinheiro para ficar limpando as laterais da BR-364. Os proprietários de fora a fora da BR tiveram o capricho de plantar, de reflorestar, nas margens da BR, para deixar a BR embelezada. Engraçado, em Rondônia, eles meteram as máquinas de ponta a ponta. E esses órgãos ambientais, de fiscalização não fizeram nada. Deveriam ir lá e meter a taca no DNIT.

Quer dizer, falta dinheiro e estão fazendo isso em Rondônia. Não sei se o Acir já viu isso aí, mas isso é um absurdo. O cara capricha na frente da sua propriedade. Foram lá, sem critério algum, árvore pequena... Bom, se há alguma árvore que está caindo, que vai pôr em risco o trânsito, lógico, derruba aquela árvore. Não, passaram limpando tudo. Vai ficar um deserto de fora a fora.

Pelo que a população de Rondônia entende, parece que vai começar amanhã já a terceira faixa, a quarta faixa. Não é duplicação, não é nada disso. Simplesmente – enquanto todo mundo está trabalhando para a questão ambiental – o DNIT de Rondônia fez isso aí.

Eu sou contra, porque acho que se tem algum local que é perigoso então vai lá e limpa aquela a região, mas não de fora a fora, como estão fazendo na BR-364.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Eu não conheço exatamente como estão fazendo, mas deve haver um contrato de manutenção no trecho da rodovia. Esse contrato de manutenção permite a limpeza das margens da rodovia na faixa de domínio.

Ela tem que estar livre, eventualmente porque com problema de acidente há um deslocamento para a faixa de domínio. E você não pode ter nenhum tipo de vegetação, tem que ser rasteira. E são regras de segurança.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Engraçado, enquanto aqui na faixa de domínio não pode ter nada, em outros lugares não se pode nem fazer acostamento porque a questão ambiental não permite. Quer dizer, olha o entendimento do próprio Governo.

Lá na 174 não se pode nem colocar acostamento. Já, aqui, do outro lado, 50 metros longe, tem que tirar os arbustos, as flores, que existirem na 364. Falta de critério. Questão ambiental infelizmente está regredindo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, senhores convidados, eu nem faço parte da Comissão de Infraestrutura, mas o assunto BR-364 interessa muito ao Estado de Mato Grosso, principalmente à minha cidade Rondonópolis. E vim aqui participar também porque isso é muito importante para a economia do Estado, enfim, para os mato-grossenses.



Eu louvo a iniciativa do DNIT. Estou vendo que está mudando o discurso ali, porque antes o que eu percebia, Senador Acir, é que havia a necessidade de fazer privatizações, mas eram privatizações envergonhadas, que até mudaram o nome, colocaram para concessão.

E se fosse só uma questão de nomenclatura, tudo bem, mas olha o prejuízo que essas coisas trazem. Resolveram fazer em Mato Grosso uma concessão híbrida – esse era o nome, Senador Garibaldi. E assim ficou: parte ia ser feito pela iniciativa privada, parte pelo Governo Federal, pelo DNIT. E começaram as obras.

E eu até falei num dos meus primeiros discursos da tribuna: eu temo que a iniciativa privada termine o trecho de obras de sua responsabilidade e que a União não termine o trecho dela. E a partir do momento em que a iniciativa privada tiver cumprido o que está constando do contrato, ela vai começar a cobrar pedágio. E como será? Porque foi vendido para a população que haveria uma estrada duplicada, vai-se pagar pedágio, mas haverá uma estrada duplicada.

Bem o que acabou acontecendo depois? Realmente, a iniciativa privada fez o seu percentual, fez as praças de pedágio e começou a cobrar pedágio. Parte da rodovia que era responsabilidade da União não foi terminada. Como havia sido concedida, também os contratos de manutenção tinham sido extintos. Então, a população passou a pagar pedágio só que numa rodovia simples e esburacada.

Então, imagine, Senador Garibaldi, como ficou o humor da população.

Acontece que, para piorar, os três Senadores do Estado são da mesma cidade. E aí, para a sorte desses Senadores, o trecho é justamente na cidade ali. E também é o pior trecho em termos de tráfego da BR-364, que já chegou a ser medido ali em um dia em torno de 40 mil veículos, sendo a maioria carretas. Isso causa engarrafamento, porque todo o escoamento, em determinado momento, de todas as rodovias de Mato Grosso cai ali dentro. E o terminal de carga, que é o maior da América Latina, terminal ferroviário de carga, fica em Rondonópolis. Então, aquilo fica um pavor, o dia inteiro, de carretas na época da safra.

E vou ser sincero com o senhor, eu fui lá agora e o pessoal falou: “Olha, faz tempo que você sumiu daqui”. Falei: “Não só eu, eu Wellington e Blairo.

Nós praticamente não fomos à cidade, porque você vai lá para ser xingado e com razão; com razão, porque a população já não aguenta mais. E fala: “Olha, aqui tem três Senadores, não sei quantos Deputados, e não acontece nada.” Mas não acontecia nada por quê? Por causa desse modelo que foi feito. Se tivessem jogado tudo para iniciativa privada, com certeza teria ido; teria terminado. Agora, conseguiu-se remediar um pouco, porque, pelo menos, tamparam-se os buracos.

Mas a nossa preocupação tem sido essa e, por isso, eu já fiquei otimista de ver que o discurso mudou aqui. Já não se tem vergonha de falar que vamos trabalhar com a iniciativa privada; o Governo está aqui mostrando: “Olha, nós não temos mesmo dinheiro para fazer frente a essas demandas todas.”

Mas só para terminar de contar a tragédia, Senador Garibaldi, também o nosso aeroporto lá – e já que está aqui o Dr. Luciano, que é da aviação civil também ou que faz parte do ministério que agora conduz a aviação civil –, fazia parte daquele plano de desenvolvimento regional. E fizeram um projeto de R\$60 milhões. A meu ver – lógico que eu não sou da área –, se nós tivéssemos feito uma coisa menor, mas que funcionasse ou que tivesse dinheiro para fazer, resolveria o problema. Mas acabou não acontecendo, e ali também há esse gargalo.

Então, imaginem, a população fala: “Olha, aqui tem um bando de incompetente representando a gente.” É uma situação muito difícil para os Parlamentares. Nós sabemos que o Governo tem dificuldade, mas hoje estamos com esse gargalo lá na BR-364.

Então, quando se falou de BR-364, eu estava vendo aqui a indignação do Senador Acir e falei: “Eu acho que tem um cabeça de jegue enterrada lá na BR-364, porque realmente nós temos o mesmo problema.” Lá, nós já superamos essa parte da questão ambiental, mas temos problemas de toda sorte em outras, tipo a BR-080 e tantas outras rodovias lá. Mato Grosso tem muitas regiões impactadas por questões indígenas, mas, nesse momento, o nosso problema é de execução. Lá, por exemplo, a empresa Mendes Júnior tinha pegado; depois a empresa entrou em recuperação judicial; tinha passado para outra; a outra não tinha recebido; e agora ficou um problema maior ainda, porque não se consegue terminar aquele trecho entre Rondonópolis e Cuiabá.

Então, é um momento de dificuldade, e esperamos novos horizontes ali para o Estado, porque já não sabemos mais o que fazer. Toda aquela safra que vem, às vezes até de Rondônia, cai tudo ali na BR-364, nesse cinturão que vai para as ferrovias. Esperamos que, dentro em breve, esse problema possa ser solucionado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Eu quero agradecer a interferência do Senador. Nós não temos... A alternativa nossa é buscar o setor privado essa parceria, e as concessões são para isso.

A BR-364 é uma rodovia vital para o escoamento da produção. Nós estamos falando de um Estado com o maior potencial agrícola do País, que é o Estado de Mato Grosso, e nós não temos outra alternativa senão buscar, através da parceria com a iniciativa privada, esses investimentos que a BR-364 merece. E não dá mais para adiar.



Nós temos essa preocupação. Eu saio daqui com a preocupação, de Governo, do Ministério dos Transportes e de todos seus órgãos, de que precisamos ter atenção nos estudos que vão ser apresentados, para que se observe a questão das duplicações, das terceiras faixas, das travessias urbanas, que são importantes.

Na realidade, quando se expande a rodovia, a tendência é que a aglomeração urbana se intensifique, que se diga a nossa Reta do Tabajara, lá no nosso Rio Grande do Norte, que é um problema de solução.... Quando se chega a um ponto, por exemplo, lá no Rio Grande do Norte, a Reta Tabajara é vital. E o aglomerado urbano é tão denso, é tão violento, que para fazer as obras é de uma complexidade terrível, porque tem que se fazer um nível de desapropriação enorme. Até a execução das obras de engenharia é complexa, tem que se trabalhar mais à noite do que de dia, pelo movimento de tráfego. Então, nós temos que evitar que na nossa 364, nas intersecções urbanas, isso aconteça também e possam se criar já as condições necessárias e se pensar até mesmo em alguns contornos em áreas de grande densidade.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Permita-me só um parêntese, Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Pois não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O senhor falou em travessias urbanas e aí me ocorreu aqui um outro problema. Em Rondonópolis, começou a travessia urbana, que já está em torno de oito anos e não se termina; são 13km. Esses dias eu até brinquei lá na cidade porque eu vi na internet uma ponte na China, sobre o mar, de oito pistas, e eles a terminaram em quatro anos – 37km de ponte sobre o mar, oito pistas –, e esses nossos 13km lá nunca se conseguiu terminar. Em Jaciara nem começou, não conseguiram.

O que eu vi é que esses convênios feitos com prefeituras não deram certo. Se eu tivesse que fazer uma sugestão, seria para o DNIT fazer essa contratação direta, porque faz-se com as prefeituras, contratam-se algumas empreiteiras que não têm estrutura para fazer e acaba a população perdendo. Lá, por exemplo, foram R\$54 milhões. Certa feita eu vim conversar com o General Fraxe, que era bem espirituoso, e eu lhe disse: eu tinha ido ver se era problema de dinheiro, eu nem estava aqui no Senado ainda –, e ele respondeu: “Meu filho, o dinheiro que foi mandato para lá dava para fazer aquilo com porcelanato!” Eu eu falei: Caramba!. E ele falou: “Três vezes!”

Então, não foi por falta de dinheiro, mas comeram o dinheiro e a população não tem a... Aí eu fui ver e me parece que o problema está nos convênios com as prefeituras, por isso essa minha sugestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não tinha Lava Jato! (*Risos.*)

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Apenas para concluir, eu quero aqui reconhecer que obras dessa envergadura, efetivamente, com raríssimas exceções, devem ter a execução direta do DNIT, essa é a orientação do Ministro Maurício Quintella, a nova orientação. E evitar, eventualmente, alguns convênios com prefeituras que têm menos condições técnicas de tocar obras dessa envergadura, inclusive condições de acompanhamento de obra. Então, essa é uma observação que está sendo feita. Naturalmente, para as que estão ainda em vigor estamos tentando ver se terminam as obras para não se criar também uma paralisação e ter que recomeçar todo o projeto, licitar tudo de novo via DNIT. Buscarem-se soluções, mas a tendência é essa, de as obras serem tocadas prioritariamente pelo DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de encerrar, nós demos duas perguntas aqui de telespectadores via Alô Senado. A participação de Maria de Fátima Anselmo: “Quanto se arrecada de pedágio e de multas no Brasil e para onde vai esse dinheiro?” O Dr. Luiz Antonio disse que pode responder quanto se arrecada de pedágio.

O SR. LUIZ ANTONIO UGEDA SANCHES – O setor de rodovias concedidas hoje no Brasil fatura em torno de R\$8 bilhões ano, todo aquele conjunto de 61 concessões federais, estaduais e municipais – noventa e nove vírgula alguma coisa por cento disso é a receita do pedágio. Então, essa correlação é muito fácil de se construir – que é, mais ou menos, o que o DNIT deveria investir nos 52 mil quilômetros de rodovias. Nós investimos isso para 19.

Então, isso dá também uma correlação interessante, porque mostra a capacidade da iniciativa privada de investir o mesmo volume que o DNIT deveria investir para todos os seus 52 mil quilômetros de rodovias. Esse mesmo volume é investido para 19 mil quilômetros no Brasil.

O valor de multas nós não sabemos, porque nós não temos o poder de polícia. Então, nós não temos como aferir esse número.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Deixe-me apenas complementar: acho que as concessionárias usam grande parte dos recursos da arrecadação para as obras da manutenção da rodovia e para, eventualmente, ampliações do seu programa de investimento. Ela tem que usar esses recursos também para essa finalidade.



As operações da rodovia têm um custo para as concessionárias. E outra parte também é direcionada à arrecadação de impostos, que a concessionária se obriga a fazer. Então, existe a parte da operação da rodovia, que tem um custo também, mais esse conjunto de impostos – e tudo mais –, a manutenção das rodovias e as obras que estão previstas no seu programa de investimento.

Então, tudo isso.... Porque fica claro e se tem a sensação de que se paga de pedágio e para onde vai o dinheiro? O dinheiro, não. O dinheiro tem que ir para a própria rodovia, melhoria para o investimento, melhoria da qualidade da rodovia e da prestação de serviço ao usuário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Há aqui duas Marias que são curiosas. A Maria de Fátima, que é a mesma Maria da pergunta anterior: “Deve haver três empresas, distintas, para ter responsabilidades perante as BRs, sendo uma responsável pela concessão de passarelas, outra para cuidar dos acostamentos”.

E Maria Aline pergunta ao Sr. Luciano: “Ao assistir a Comissão de Infraestrutura, observei que há debate sobre a duplicação da BR-364, portanto, também solicito um debate para duplicar a BR-304, que liga a capital de Natal a todas as cidades do interior do Rio Grande do Norte, uma vez que ocorrem muitos acidentes”.

Olha aí, chegou a minha hora. *(Risos.)*

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Acho que, se nós formos analisar e olhar com carinho e atenção os nossos usuários, a população em geral, todos desejam trafegar em rodovias duplicadas. Isso traduz mais segurança, mais tranquilidade e um tráfego fluindo melhor. Então, todos desejam.

Mas nem tudo isso é possível e, muitas vezes, o tráfego não comporta a duplicação que ainda se faça necessária ou que é desejada pela população. Então, cada caso é um caso.

Na questão da 364, em específico, não quer que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – A Reta Tabajara é uma prioridade de governo de lá – a gente tentar dar uma solução rápida. A obra foi iniciada, e a empresa saiu, não quis mais e tivemos que licitar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Uma novela.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Na verdade, uma novela que esperamos que esteja no fim, mas cada caso é um caso, cada Estado tem seus problemas. Então, estamos tentando buscar soluções conjuntas para dar velocidade a esse processo da melhoria das nossas rodovias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de encerrar esta audiência, pergunto se algum dos nossos convidados quer acrescentar alguma observação. *(Pausa.)*

Antes de encerrá-la, quero agradecer ao Senador Acir Gurgacz e vamos votar os requerimentos.

Aliás, vamos votar logo. *(Risos.)*

O Senador Acir Gurgacz está querendo trabalhar muito no próximo período aqui.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 46, de 2016

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, §2º, II da CF c/c art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal - CI, para debater sobre “O atraso de pagamento de Outorga ao Tesouro Nacional das Concessionárias de Aeroportos”, com a presença das seguintes entidades e representantes:

1. Um representante do Ministério dos Transportes;
2. Um representante da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
3. Um representante da INFRAERO;
4. Um representante do BNDES.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Em discussão o requerimento de autoria do Senador Acir Gurgacz.

Em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos outro requerimento de autoria do Senador Acir Gurgacz.



EXTRAPAUTA**ITEM 9****MINUTA DE REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº, de 2016**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam solicitadas ao Sr. Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC, as seguintes informações, relativas ao pagamento de outorga por parte dos concessionários responsáveis pela operação dos aeroportos concedidos à iniciativa privada nos últimos anos:

- 1. As outorgas – fixa e variável – previstas nos contratos de concessão estão sendo pagas nos valores e prazos acordados?*
- 2. Se não, quais concessionários estão inadimplentes com o Poder Público?*
- 3. Quais as razões alegadas pelos concessionários para o não pagamento regular da outorga?*
- 4. Quais ações estão sendo tomadas tanto pelo Ministério quanto pela ANAC para garantir que não haja prejuízos ao Poder Público?*

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Há uma justificação do Senador Acir Gurgacz, mas peço sua permissão para colocar em votação o requerimento.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Um universitário disse que houve retirada de pauta pelo Relator, Senador Hélio José. O projeto seria terminativo. Mesmo se ele não o retirasse, não haveria o quórum necessário, mas o Senador Hélio pede a retirada do projeto do item 4.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, de 2012**

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para nele incluir a atividade de transporte de cargas indivisíveis, superdimensionadas em peso ou dimensão; e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas.

Observações:

A matéria não tramita em outra Comissão.)

Agora vou agradecer ao Senador Acir Gurgacz, ao Senador Valdir Raupp que aqui não se encontra, os dois que tiveram essa feliz iniciativa de debater essa questão e trouxeram aqui, para alegria nossa, o ex-Deputado Luciano Castro, que é um debatedor que tem toda uma experiência porque passou seis mandatos na Câmara Federal e quem sabe agora não quer vir para o Senado, pelo menos instalado aqui está.

Então, quero agradecê-lo pelos esclarecimentos que prestou em nome do Ministro Quintella e dizer que o debate vai continuar, na verdade, pelos prazos acordados, ventilados aqui não tenhamos dúvida de que teremos debates sobre essa questão da BR.

Por outro lado, eu quero agradecer a Stephane Louis Georges que aqui compareceu e que trouxe esclarecimentos em nome da ANTT que foram valiosos para o debate da matéria e o senhor também fique certo de que será convidado para em outras ocasiões debater essas e outras questões. Igualmente agradeço ao Diógenes Álvares que representa a EPL pela sua contribuição que também foi valiosa; assim como o Sr. Luiz Antonio Ugeda Sanches, que aqui trouxe muitas informações a respeito da questão.



Esta é a última reunião antes do encerramento dos nossos trabalhos. Só voltaremos aqui – segundo o universitário que está distraído ali – dia de 3 de agosto.

Mas antes de encerrarmos essa reunião eu proponho a dispensa de leitura e aprovação das Atas da reunião anterior e da presente.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada as atas.

Agora só me resta agradecer. Eu faço sempre referência ao universitário, mas nós temos aqui outros universitários, outras pessoas que se dedicam muito a esta Comissão já há algum tempo e eu quero agradecer, porque elas foram importantíssimas no sentido de fazer com que eu pudesse ter um desempenho razoável a frente desta Comissão.

Agradeço penhoradamente à Consultoria do Senado Federal, que permanece sempre atenta aos nossos trabalhos. Eu queria agradecer particularmente ao nosso – talvez o universitário não saiba – Israel e, em nome dele, agradecer a todos os consultores. E pedir desculpa, porque sempre o Israel está aqui, e eu – é problema de idade – não consegui dizer o nome dele, mas sou muito grato a ele, sou muito grato à imprensa que aqui comparece, sou muito grato a todos os Senadores que aqui permanecem.

Quero fazer esse agradecimento na pessoa do Senador Acir Gurgacz. Agradecer a todos os Senadores e Senadoras que participam desta Comissão. E dizer a eles que pelo menos no que toca aos processos que estão nesta Comissão.... Estamos com quantos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Trinta e dois projetos que estão nas mãos ainda dos Srs. Senadores, e na Comissão, são cinco. Então esse é o balanço, fazendo votos de que possamos estar aqui todos no dia 3 de agosto, neste plenário, às 8h30.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.)



ATA DA 23ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Serviços de Infraestrutura DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 de Agosto de 2016, Quarta-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia três de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, José Pimentel, Gladson Cameli, Kátia Abreu, Ricardo Ferraço, Hélio José, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. Após a leitura de comunicados, passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes, com inversão na ordem de deliberação. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2016** que “submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Halpher Luiggi Mônico Rosa, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.” **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** É lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2016** que “submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Gustavo Adolfo Andrade de Sá, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.” **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** É lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 48 de 2016 - Não Terminativo** - que “nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requer a realização de audiência pública, a ser realizada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de que a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - possa prestar contas acerca do contrato de concessão da Ferrovia Transnordestina.” **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 47 de 2016 - Não Terminativo** - que requer “nos termos regimentais, que seja convidado o Senhor Antônio Claret de Oliveira, Presidente da Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, para detalhar as ações planejadas pela Infraero, nos próximos cinco anos, para a Região Norte.” **Autoria:** Senador Eduardo Braga e outros. **Resultado:** O requerimento é lido, subscrito pelos Senadores Fernando Bezerra Coelho e Hélio José; e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2016** que “submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Mário Rodrigues Júnior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.” **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** É lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **1ª Parte - Sabatina. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2016** que “submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor André Martins de Araújo, para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.” **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com dezessete votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. Fazem uso da palavra os Senadores Vicentinho Alves, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Gladson Cameli, Lasier Martins, Hélio José, Acir Gurgacz, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Kátia Abreu, Roberto Muniz, Cidinho Santos, Dário Berger e Elmano Férrer. Ao final, o Presidente propõe a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta esta que é a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.



A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 634, do Tribunal de Contas da União, que trata do monitoramento de acórdão que tratou de auditoria de natureza operacional, realizada na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), com o objetivo de examinar a atuação dessas entidades no acompanhamento dos contratos de concessões aeroportuárias.

Já o Aviso nº 656 trata de relatório de auditoria realizada nas obras de implantação do corredor de ônibus, Radial Leste, Trecho 1, no Município de São Paulo, no âmbito da Fiscobras 2015.

Cópia dos documentos encontra-se à disposição dos Senadores.

A Presidência comunica ainda o recebimento do Ofício da Câmara de Vereadores de Itajaí, no Estado de Santa Catarina. No documento, os Vereadores solicitam de diversos órgãos que diligenciem pela inclusão no Programa de Exploração das Rodovias de obras de infraestrutura para ampliar e reestruturar o túnel localizado no Km 199 da BR-101, conhecido popularmente como Túnel do São Roque.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição.

Ainda comunicamos o recebimento do Ofício da Câmara Municipal de Juazeiro de Norte, no Estado do Ceará, que solicita a mobilização do Aeroporto Regional Orlando Bezerra de Menezes, localizado naquela cidade.

Vamos iniciar, então, o cumprimento da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório.

A Relatoria é do Senador Ricardo Ferraço, a quem peço para fazer a leitura do relatório.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra ao Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Quando for possível, Presidente, eu solicito a V. Exª que inclua extrapauta a leitura do indicado Mário Rodrigues Júnior para a Diretoria da ANTT. Quando o senhor achar conveniente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Atenderemos a V. Exª logo após o cumprimento do item 1.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Presidência da República, por meio da Mensagem nº 67, de 2016, submete ao exame do Senado Federal a indicação do Senhor Halpher Luiggi Mônico Rosa para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Criado pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o DNIT é pessoa jurídica de direito público, submetido ao regime de autarquia, vinculado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

De acordo com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, os membros da Diretoria do DNIT deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, assim como formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT, além de, evidente, elevado conceito no campo de suas especialidades para o exercício dessas complexas atividades.

Halpher Luiggi Mônico Rosa é cidadão brasileiro, nascido em Colatina (ES), graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 1999, especialista em Logística de Transporte pela mesma universidade em 2003.

O candidato cita e dá fé pública, como formação complementar, 13 cursos de curta duração e de extensão, realizados entre 1993 e 2016. Os cursos envolvem matérias diversas de Engenharia Civil, Trânsito, Estatís-



tica e Administração, todos vinculados à tarefa para que está sendo indicado por Sua Excelência, o Presidente da República.

Quanto à atuação profissional, ele é servidor público concursado, Especialista em Regulação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) desde janeiro de 2009, servidor público concursado. De abril de 2011 a dezembro de 2014, ocupou cargo comissionado de Superintendente Regional do DNIT no Estado do Espírito Santo.

A partir de janeiro de 2015, passou a exercer o cargo comissionado de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo (DER-ES), onde desempenhou importantes atividades, capitaneando elevados investimentos na malha rodoviária estadual, com a execução de contratos que superaram à época R\$1,2 bilhão, além de ter dado início ao novo Programa Estadual de Concessões.

Anteriormente a essas funções já relacionadas, o indicado exerceu ainda as atividades: a partir de 1995, de Agente de Serviços de Engenharia no DNER (transformado em DNIT em 2001); em 2006, de Engenheiro Civil no DER-ES e de Analista de Infraestrutura de Transportes do DNIT, e, em 2008, de Analista de Infraestrutura do Ministério dos Transportes.

A análise do *curriculum vitae* mostra que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam plenamente para o desempenho das atividades do cargo de Diretor-Executivo do DNIT, para o qual foi escolhido pela Presidência da República.

O indicado apresentou parcialmente as declarações e as informações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Dos documentos ali listados, não havia sido apresentada a declaração, na época em que apresentei o parecer, quanto à atuação, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras, conforme solicitado pelo inciso I, alínea “b”, item 5 do citado art. 383.

Porém, no dia 2 de agosto de 2016, o indicado apresentou a citada declaração, complementando toda, a integral documentação exigida pela legislação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

No meu modesto, mas afirmativo e convicto juízo, fica, assim, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Halpher Luigi Mônico Rosa, para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Sr. Presidente.

Dou, portanto, fé, e exerço aqui o meu parecer, Sr. Presidente, a julgamento do conjunto dos Srs. Senadores, de que o indicado cumpriu todas as formalidades que determina a lei. Mas não apenas isso. Nós estamos aqui diante de um quadro com larga e consistente formação acadêmica; não só com formação acadêmica, mas também com especialização, com experiência prática, portanto, habilitado a dirigir a função indicada pelo Presidente da República para ser Diretor-Executivo do DNIT.

É como relato a V. Ex^a.

É como submeto ao julgamento do conjunto das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço.

Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Nos termos do art. 383, do Regimento, será concedida vista coletiva da matéria.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor GUSTAVO ADOLFO ANDRADE DE SÁ, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

A Relatoria é do Senador Vicentinho Alves, a quem concedo a palavra.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, com base no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que criou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes,



o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Gustavo Adolfo Andrade de Sá para ocupar o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 69, de 2016 (Mensagem nº 383, de 2016, na origem), à qual se encontram anexados o *curriculum vitae* do indicado e demais documentos pertinentes.

Conforme estabelece o art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, os diretores do DNIT, cujas nomeações serão precedidas, individualmente, de aprovação pelo Senado Federal, deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências da autarquia, além de elevado conceito no campo de suas especialidades.

Gustavo Adolfo Andrade de Sá é cidadão brasileiro, nascido em 18 de janeiro de 1956, em Aquidauana, no Mato Grosso do Sul; foi graduado em Engenharia Civil, em 1982, pela Universidade Federal da Paraíba.

Na vida profissional, o indicado possui mais de 30 anos de experiência em engenharia rodoviária. Ingressou, em 1984, no antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual DNIT, onde exerceu os cargos de chefe de seção técnica, chefe de residência de unidade local e chefe de engenharia, todos vinculados à Superintendência Regional no Estado da Paraíba, tendo sido inclusive o superintendente regional daquele Estado entre 2010 e 2015. Desde de 30 de abril de 2015, vem exercendo o cargo de diretor executivo da autarquia. Nesta oportunidade, está sendo indicado para o cargo de diretor de administração e finanças, Presidente.

Constata-se que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pela Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, que alterou seu Regimento Interno para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas Comissões; e pelo Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura, alterado pelo Ato nº 4, de 2013, desta Comissão, que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura. São elas relativas a: existência de parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à sua atividade profissional; participação em empresas ou entidades não-governamentais; regularidade fiscal; ações judiciais; e participação de conselhos de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras.

Importante mencionar que o indicado informa ser sócio cotista, em 33,33% da Empresa GDS Construções, aberta em 2 de junho de 2010, cujo ramo de atividade é o de construção civil, e que, de acordo com o contrato social que constituiu a firma, a administração da sociedade cabe aos demais sócios.

Consideram-se, assim, atendidos os requisitos estabelecidos na Lei nº 10.233, de 2001, que criou o DNIT e no Regimento Interno da Casa.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e as Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor Gustavo Adolfo Andrade de Sá, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do DNIT, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea “f”, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Vicentinho Alves.

Em discussão, o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Apenas para uma pergunta, um esclarecimento.

Na leitura do Senador Vicentinho, foi mencionado que o indicado é sócio de uma empresa de construção...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sr. Gustavo Adolfo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... e tem 32%, se não me falha a memória.

Eu indago: isso constitui algum impedimento?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Relator.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Segundo os universitários, como diz o Presidente, não, porque ele não é o diretor-gestor, apenas tem participação e cota. Ele não administra. Portanto, não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vai ser concedida vista. Não vai ser votado agora, vai ser concedida vista coletiva.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu estou levantando, Senador Vicentinho, até porque, como não vai ser votado e há tempo para isso, às vezes, ele tem condição de se desfazer das cotas.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Tanto que ele já foi sabatinado nesta Comissão.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Só um minutinho, caro Líder e amigo, Cameli.



Ele já foi sabatinado e aprovado nesta Comissão para Diretor Executivo do DNIT, ele exerce essa função e está apenas indo para outra diretoria. Ele já exerce essa função, foi sabatinado, aprovado, aprovado em plenário. Então, não é um assunto novo nesta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Só para contribuir.

Sr. Presidente, como consta dos universitários e pela pouca experiência que tenho, eu sou sócio de empresa. Pelo fato de eu ser sócio e adquirir cotas, o que eu não posso é participar da administração da empresa. Isso aí, automaticamente, no próprio contrato social, tem alguém que administra a empresa. Você só é o sócio, mas você não tem participação nenhuma na administração. Então, eu não vejo nenhum obstáculo para que isso tenha algum impedimento. O que ele não pode, Senador Moka, é ter alguma participação na administração, nas decisões. São essas as informações que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço e concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, pedindo vênias ao Senador Vicentinho, querido e estimado amigo, eu faço linha com o Senador Moka, porque nós precisamos de mais informações, até porque o universitário pode recomendar, mas quem vota somos nós. Então, é preciso que nós tenhamos a convicção daquilo que estamos fazendo, em que pese a competência e a qualidade técnica dos nossos assessores, mas eu tive que disputar um mandato e eu tenho que responder pelos atos que exerço no Senado da República.

Eu acho que faz sentido a colocação feita pelo Senador Moka à medida que o indicado... Essa coisa de ter já havido precedente, já ter havido isso ou aquilo, se em algum momento houve um equívoco, é hora de retificá-lo ou não. Eu não estou emitindo valor de juízo.

A pergunta é a seguinte: ele é sócio dessa empresa, e essa empresa presta serviço para o DNIT? É sócio da empresa, não exerce a função de gestor, como falou aqui o Senador Cameli, mas eu acho que nós temos ainda, até o dia da sabatina – e esse prazo é um prazo suficiente –, para, com toda a vênias do mundo, sem qualquer precipitação de juízo de valor, considerando que essa é uma prerrogativa indelegável desta Comissão, ou seja, sabatar esse indicado, é melhor que nós possamos esclarecer todos os fatos agora. Eu tenho certeza de que, até a sabatina, nós teremos oportunidade de tornar tudo isso muito claro e cristalino, até porque ouviremos o sabatinado aqui, e haverá a oportunidade de esses questionamentos serem feitos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu agradeço a V. Ex^a e peço vênias ao Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, só para acrescentar, a documentação de todos os indicados que para cá vem, passa por uma pesquisa na Casa Civil. Quando o Presidente da República encaminha a análise técnica por parte da Casa Civil, da Abin, há uma varredura completa. Todos nós sabemos disso. Então, com relação a essa participação, ela também foi aprovada em todas as pesquisas da Casa Civil, assim como da Consultoria do Senado.

Portanto, isso nos dá tranquilidade para pedir a aprovação do nome do Dr. Gustavo aos Senadores. Mas, como a sabatina vai ser na semana que vem e o pedido de vista é coletivo, que cada Senador se aprofunde no assunto para dirimir sua dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de conceder vista coletiva, concedo a palavra ao Senador Lasier Martins e, em seguida, ao Senador Waldemir Moka.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Presidente Garibaldi.

Na mesma linha de questionamentos dos Senadores Moka e Ferraço, eu entendo que é nossa obrigação aprofundar esse levantamento. Por exemplo, como foi perguntado, essa empresa presta ou já prestou serviços ao DNIT? Em segundo lugar, é necessário um melhor esclarecimento sobre a natureza dessa empresa de construção. É construção de quê? Construção de edifícios ou construção de pontes e estradas? Eu acho importante nós examinarmos bem, porque estamos vivendo ou pretendendo viver uma nova época de transparência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço e concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.



O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, o Senador Vicentinho colocou que isso foi examinado, com muita acuidade, pela Consultoria do Senado e pela Casa Civil.

Eu questionei, porque, em votações não tão distantes, mas bem recentes, nós já tivemos um caso semelhante a esse, Senador Vicentinho, e o indicado acabou se desfazendo das quotas que ele tinha na empresa.

O ruim é, no dia da sabatina, ser levantada essa questão e o indicado não estar preparado o suficiente para responder às questões.

Tenho o maior apreço por V. Ex^a, mas, evidentemente, se o nome dele chegar a ser indicado, é claro que essas informações precisam ser aprofundadas. V. Ex^a há de convir, como disse o Senador Lasier, que, se a empresa for de construção de pontes ou de edificações, esse é um ramo em que o DNIT opera. É realmente uma situação bem delicada.

Em princípio, eu quero dizer que não teria óbice. Há apenas e tão somente uma dúvida quanto à ligação. Evidentemente, vou procurar me aprofundar também nas informações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Queria desejar um bom dia a todos e comentar que o Dr. Halpher Luigi Mônico Rosa, como já foi dito pelo nosso querido Senador Ferraço, é uma pessoa do mais alto gabarito, preparada e tem todas as condições ser diretor-executivo do DNIT, e conta com o meu apoio.

Com relação à situação do Dr. Gustavo, creio que também ele cumpre as mesmas condições. Agora, se ele tem essa pendência com relação à empresa, Vicentinho, se o nosso querido Gustavo tiver realmente esses 33% em uma empresa de construção, eu acho que caberia V. Ex^a dialogar com ele nesta semana em que vamos ter a vista para que ele possa se desfazer de fato disso para nós termos certeza aqui de que não vai haver esse problema, porque uma coisa não combina com a outra. Não é? Ele poderia se desfazer desses 33%, passá-los para alguém, para ter tranquilidade para assumir esse posto. Eu creio que se a indicação foi avalizada pelo nosso Presidente, pela Casa Civil é porque ele tem condições de assumir o posto. Ele só não pode ter esse óbice que poderá impedi-lo de ter tranquilidade para exercer esse cargo.

Então, vamos ver isso direitinho. Eu queria até ouvir de você se ele realmente tem esses 33% de uma empresa de construção.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. *Fora do microfone.*) – Está no relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ah! Está no relatório. Você ainda não leu o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já leu.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Já leu? Desculpa. Eu não estava aqui.

Obrigado.

Eu queria só dizer que confio plenamente na nossa Casa Civil. Creio que essa situação vai ser solucionada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nos termos do art. 383 do Regimento, será concedida vista coletiva.

Atendendo ainda ao Senador Vicentinho, temos o item que ele solicitou, que nós vamos fazer constar como extrapauta.

MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, com base no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres, o Ex^{mo} Sr. Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Mário Rodrigues Júnior para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Para tanto, enca-



minha a esta Casa a Mensagem nº 68, de 2016 (Mensagem nº 374, de 2016, na origem), à qual se encontram anexados o *curriculum vitae* do indicado e demais documentos pertinentes.

Conforme estabelece o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, os diretores da ANTT, cujas nomeações serão precedidas, individualmente, de aprovação pelo Senado Federal, deverão ser brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de sua especialidade.

O Sr. Mário Rodrigues Júnior, que ali está presente, nasceu em 1957, na capital de São Paulo, é engenheiro graduado pela Universidade de Mogi das Cruzes e possui pós-graduação em Engenharia de Transporte, pela Universidade de São Paulo.

O histórico profissional do indicado registra que ele atua como Diretor Presidente da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Lá também atuou como Diretor de Engenharia. Em 2013, trabalhou na então Secretaria de Aviação Civil; de 2008 a 2012, foi diretor da ANTT; de 2000 a 2007, ocupou funções de direção no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo; de 1989 a 2000, trabalhou na empresa pública paulista Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Dersa); e de 1983 a 1989 trabalhou na extinta Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa).

Constata-se que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina a apreciação de matérias sobre a escolha de autoridades. São elas relativas a: existência de parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas a sua atividade profissional; participação em empresas ou entidades não governamentais; regularidade fiscal; ações judiciais; e participação de conselhos de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras. Foi também apresentada argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Consideram-se, assim, atendidos os requisitos estabelecidos no art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, que criou a ANTT.

Cabe mencionar que, segundo as informações apresentadas, o indicado ocupou, nos últimos 12 meses, o cargo de Diretor Presidente da Valec. A Valec é uma empresa pública que explora atividades reguladas pela ANTT, o que poderia, à primeira vista, configurar impedimento previsto no art. 58 da supracitada lei.

No entanto, esta Casa já analisou e aprovou, em 2 de junho de 2015, indicação de Diretor para a ANTT, que na época da sabatina ocupava o cargo de Diretor de Planejamento na Valec. Em breve resumo dos argumentos apresentados à ocasião, no caso específico da Valec, não haveria oposição entre interesse público e privado que caracterizasse conflito na ocupação de cargo na ANTT. Isso porque a Valec atua apenas como braço executor de políticas públicas do Ministério dos Transportes, portanto público-público.

Temos, nesse caso, uma concessão imprópria, sobre a qual não podem incidir todas as regras da relação público-privada – como eu disse, nesse caso é público-público, não é público-privado – em que este explora o serviço motivado pelo lucro. Em especial, não deve valer o impedimento à ocupação de cargos em agências, uma vez que a finalidade da norma é impedir a captura regulatória por interesses privados – tanto assim que não há dispositivo que estabeleça quarentena entre a ocupação de cargo, seja efetivo ou comissionado, no Ministério dos Transportes, e a indicação para a diretoria da ANTT.

No caso mencionado, após denúncia apresentada à Controladoria Geral da União (CGU) sobre possível descumprimento do disposto no art. 58 da Lei nº 10.233, de 2001, o órgão respondeu ao Ministério dos Transportes, autor da indicação, por intermédio do Aviso nº 101/2016/GM/CGU-PR – cópia anexa ao relatório – nos seguintes termos:

[...] após análise dos esclarecimentos apresentados pelo Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Senhor Sérgio de Assis Lobo, a dúvida suscitada por meio do Ofício nº 897/2016/SE-CGU, referente à aplicação do art. 58 da Lei nº 10.233/2001, encontra-se elucidada, não havendo, por parte deste Órgão de Controle Interno, nenhuma outra questão pendente em relação ao assunto.

E nessa linha de raciocínio a indicação reforça e cumpre um dos principais pré-requisitos constantes do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina a apreciação de matérias sobre a escolha de autoridades, no particular de o indicado ter participado de conselhos de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras, bem como de ter demonstrado experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo, o que testifica o rico currículo apresentado.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e as Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Mário Rodrigues Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea “f”, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu entendo que a Valec tem um histórico, nos últimos anos, não muito positivo com relação aos trabalhos, principalmente quanto ao envolvimento em corrupção, que foi colocado a público nos últimos meses. Entendo que também é incompatível o fato de a pessoa ser presidente de uma empresa e ser indicado para uma Agência que vai exatamente organizar e controlar o trabalho dessas empresas.

Eu entendo que é uma situação um tanto constrangedora para nós termos que deliberar sobre esse assunto dessa forma.

Não sei se é possível pedir vista individual para fazer outro parecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É concedida vista coletiva.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas eu posso pedir vista?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas V. Ex^a participa da vista coletiva. V. Ex^a tem todo o direito de...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Porque acho que é um assunto em que nós temos que nos aprofundar quanto à legalidade, há vários aspectos que temos que discutir e debater.

Pela Agência Nacional de Transporte Terrestre, assim como por todas elas, temos que ter uma atenção toda especial para que a gente possa conduzir as pessoas que realmente têm total clareza com relação à sua prestação de serviço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, o tema não é novo nesta Comissão. Nós já discutimos esse tema aqui. Pedindo vênica ao meu estimado, querido e dileto amigo Senador Vicentinho, parece que nós estamos com alguma implicância ou restrição ao meu querido Senador. Mas não se trata disso. É que nós estamos aqui obrigados. Esse debate já houve nesta Comissão. Esse debate não é o primeiro. Por quê, Sr. Presidente? Porque a Lei 10.233, que criou a ANTT, além daquilo que está no seu §1º do art. 58, estabelece, veja bem V. Ex^a e vejam bem Sr^s e Srs. Senadores, o art. 58, que criou a ANTT, estabelece que

Está impedida de exercer cargo de direção na ANTT e na Antaq a pessoa que mantenha ou que tenha mantido nos doze meses anteriores à data de início do mandato, um dos seguintes vínculos com empresa que explore qualquer das atividades reguladas pela respectiva Agência.

Aqui não define se é empresa pública ou empresa privada. Empresa, pode ser pública ou pode ser privada. O legislador não estabeleceu critério, se pública ou se privada. Estabeleceu como premissa que não possa ter exercido atividade em empresa regulada.

O indicado é diretor-presidente da Valec, que, segundo a Lei 11.772, é uma empresa pública cuja função social é a construção e exploração de infraestrutura ferroviária.

Além disso, compete a ela administrar os programas de operação de infraestrutura ferroviária nas ferrovias e outras outorgadas, construir, operar e explorar estradas de ferro, que são reguladas pela ANTT.

Portanto, estou apontando também essas questões aqui porque esse tema virá para debate, Senador Vicentinho, com muita transparência.

É verdade que, em 23 de março de 2016, o então Ministro Antonio Carlos Rodrigues fez uma solicitação à CGU, para que a CGU dirimisse essa dúvida. Ora, a CGU é um órgão de controle interno. Nós não estamos aqui submetidos à definição da Controladoria-Geral da União. É o contrário. Esta Comissão dispõe de juízo de valor e precisa exercê-lo. Então, em que pese ser essa a opinião da CGU, eu não estou obrigado a concordar com ela e, já de plano, não concordo.

Portanto, trago essas questões, porque isso foi debatido aqui há muito pouco tempo. Uma indicação foi feita pelo Governo da Presidente Dilma para a Diretoria-Geral da Antaq de alguém que exerceu uma função pública na Companhia Docas. Portanto, não evoluímos com esse tema, e o Governo acabou retirando a indicação da Presidência da Antaq.

Então, estamos em meio a essa questão. Houve, inclusive, um parecer da Consultoria da Casa, um parecer completamente ambíguo, em cima do muro, apontando em diversas direções. Mas o fato objetivo é que nós precisamos exercer aqui nosso voto.



Então, faço linha aqui com o Senador Acir Gurgacz. Esse é um tema que será debatido e que poderá ser questionado. Chamo a atenção do Senador Vicentinho, para que esse tema possa, em que pese a efetiva transparência que V. Ex^a enfrentou, colocando todos esses temas... Mas, de novo, nós estamos aqui diante de uma indicação, e eu não conheço o indicado. O currículo do indicado traz consigo especialização, qualificação técnica. Mas temos uma lei, e essa lei precisa ser cumprida. Se nós somos legisladores, fazemos as leis e somos os primeiros a não considerar as leis, acho que damos um péssimo exemplo nas nossas funções. Mas essa é apenas a minha opinião e apenas o meu pessoal e humilde juízo de valor, que vou exercer.

Agradeço a V. Ex^a e peço vênica ao meu querido e estimado amigo Senador Vicentinho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queria discutir, concedo vista coletiva.

Vamos debater na próxima reunião essa indicação.

Agradeço ao Senador Vicentinho, ao Senador Acir Gurgacz e ao Senador Ricardo Ferraço.

Passamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 48, DE 2016

- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do §2º do art. 58 da Constituição Federal, requer a realização de audiência pública, a ser realizada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) possa prestar contas acerca do contrato de concessão da Ferrovia Transnordestina.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Em discussão. (Pausa.)

Em votação o requerimento.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Vamos ao item 3 da pauta.

Parece que coloquei o carro na frente dos bois aqui, em atenção a V. Ex^a. (Risos.)

O item 3 é de autoria do Senador Eduardo Braga e de V. Ex^a.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 47, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Senhor Antônio Claret de Oliveira, Presidente da Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, para detalhar as ações planejadas pela Infraero, nos próximos cinco anos, para a Região Norte.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros

Em discussão e votação o requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Hélio José pede a palavra. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu só queria, primeiro, reivindicar ser signatário também e gostaria de ser signatário e tirar a questão Norte, os próximos cinco anos para o Brasil. Está certo? Norte, Centro-Oeste, Sul, Sudeste, Nordeste.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria a compreensão do Senador e amigo, Senador Hélio José.

Esse requerimento, de fato, é de autoria do Senador Eduardo Braga, Líder, foi Líder do Governo, Ministro de Minas e Energia. Ele está muito dedicado à questão dos serviços aeroportuários na Região Norte. Se a gente estende para outras regiões, acho que a gente perde a oportunidade de aprofundar esse tema.

Então, eu pediria a sua compreensão até a Infraero poderia voltar aqui numa outra oportunidade para tratar de caráter mais geral, mas eu acho que esse assunto merece uma análise mais detalhada, mais acurada, por parte desta Comissão, porque é um grande desafio, sobretudo, essa aviação regional para melhor atender



a Região Norte, que é uma Região muito isolada, portanto, eu faço esse apelo ao nobre amigo, Senador por Brasília,...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Poderíamos ter em outra oportunidade...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... para esta compreensão. Outra oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ...essa visão mais abrangente por parte...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Em atenção ao nosso ilustre amigo também, Senador Bezerra e ao nosso querido Eduardo Braga, não tenha dúvida da importância do tema para o Brasil, como um todo.

Eu acabei de vir agora da Europa, eu tive a oportunidade de passar uns dias lá. Realmente a aviação regional brasileira é muito frágil, tem muita dificuldade, por isso que nós precisamos discutir isso com mais profundidade para o Brasil como um todo, mas vamos concentrar na Região Norte, em atenção ao apelo do meu amigo, o Senador Bezerra e ao Braga, e vamos conversar com o Claret para que ele depois, numa outra oportunidade, com mais tempo, inclusive, para preparar, nos traga as demais regiões, porque, realmente, a aviação regional brasileira está carente de uma política pública adequada.

Atendido com certeza, Senador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Hélio a sua compreensão.

Está em votação. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Vamos agora passar ao item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO, para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Em 13/07/2016 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF;

2. Reunião destinada à sabatina do indicado.

Então, dando cumprimento aos nossos trabalhos, eu convido para que tome assento à mesa o indicado, Sr. André Martins de Araújo, indicado para o cargo de Diretor de Planejamento em Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura – DNIT.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, o Dr. André é um servidor de carreira, já vem crescendo no próprio órgão e hoje ele já exerce interinamente a função de Diretor de Planejamento do próprio órgão. Hoje seria a sabatina apenas para nós referendarmos. Currículo à altura, um cidadão de conduta ilibada.

Eu pediria a V. Exª que, se possível, com a aquiescência dos colegas Senadores, V. Exª abrisse o painel, porque nós temos tantas outras atividades, e ainda irmos para os nossos Estados, devidos às nossas convenções de Prefeitos, se for possível, e com a aprovação do Plenário, V. Exª abrir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu consulto as Srªs e Srs. Senadores que estão no plenário se aprovam essa sugestão do Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Aprovamos, sim, Sr. Presidente. É importante abrir o painel, para que a gente possa fazer a votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, determino a abertura do painel e, ao mesmo tempo, concedo a palavra ao indicado, André Martins de Araújo.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, cumprimento o Ex^{mo} Sr. Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Garibaldi Alves. Cumprimento o Ex^{mo} Sr. Relator, Senador Wellington Fagundes, a quem agradeço, desde já, a dedicação na relatoria da apreciação do meu



nome nesta Comissão. Cumprimento o Ex^{mo} Senador Vicentinho Alves, em nome do qual cumprimento os demais Senadores, Parlamentares e autoridades aqui presentes. Peço licença, Sr. Presidente, para cumprimentar os meus colegas servidores do DNIT aqui presentes em nome do Coordenador-Geral de Planejamentos, Sr. André Nunes. Cumprimento os meus familiares, que estão nos assistindo, agradeço o apoio e a compreensão de todos. Estendo ainda meus cumprimentos aos servidores, representantes da imprensa e aos senhores e senhoras aqui presentes.

Muito me honra estar na manhã de hoje perante V. Ex^{as}, legítimos representantes das diferentes unidades da Federação brasileira. Eleito pelo voto livre e direito para ser sabatinado, após indicação do meu nome pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para exercer a função de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o DNIT, órgão esse de que me orgulho de ser servidor do seu quadro permanente, onde ingressei, por meio de concurso público, no ano de 2006, na sede da autarquia, aqui, em Brasília.

Iniciei minha carreira no órgão na Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária, no gerenciamento de contratos. Durante esse período adquiri experiência em análise processual, desenvolvendo a capacidade de raciocínio na solução de diversos problemas relacionados ao andamento financeiro dos empreendimentos daquela coordenação.

Em 2010, fui transferido para a superintendência de São Paulo, onde trabalhei no serviço de engenharia, em diversas áreas: análise de projetos de engenharia, fiscal de obras ferroviárias, fiscal de serviço de supervisão de obras de engenharia, além de dar suporte a trabalho gerenciais de acompanhamento de diversos empreendimentos a cargo daquela Superintendência. Enfim, tive a felicidade de ter a oportunidade de atuar e conhecer particularidades das diferentes áreas da autarquia na Administração Pública.

Em fevereiro de 2014 retornei a Brasília, onde fui designado responsável pela Gerência de Risco, na Diretoria Executiva do DNIT, área que desenvolve a atividade de análise de risco dos empreendimentos a serem licitados pelo Regime Diferenciado de Contratação Integrado (RDC Integrado).

Em agosto de 2015, fui nomeado Coordenador-Geral de Construção Rodoviária, quando fiquei incumbido de gerenciar os trabalhos técnicos inerentes às atividades daquela Coordenação e seus respectivos contratos administrativos, liderando, orientando e supervisionando o competente quadro de pessoal, além de monitorando o desempenho das contratadas e gerenciando a execução orçamentária daquela Coordenação.

Durante esse período na Coordenação de Construção, tive o privilégio de desenvolver, juntamente com os técnicos, ações de gerenciamento que colaboram com a missão de prover o País com as obras de duplicação, implantação, pavimentação e adequação de capacidade às rodovias federais. Cito como exemplo dessas ações o *site* Siga a Ponte e o mapa de gerenciamento de obras.

Durante esses 10 anos de atuação profissional no DNIT, sempre busquei trabalhar com sinergia junto aos servidores e demais colaboradores, ouvindo opiniões, debatendo ideias e motivando-os, prezando pelos valores de humildade e respeito, buscando sempre estabelecer um ambiente de convivência saudável e altamente profissionalizado.

Em obediência a um comando consagrado e de grande expressão democrática da Constituição Federal, meu nome está submetido à apreciação de V. Ex^{as} – como disse anteriormente, legítimos representantes do povo brasileiro – para exercer a função de Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT, diretoria essa de grande importância à atuação do DNIT, uma vez que a principal competência dessa Diretoria é planejar, coordenar, supervisionar e executar a programação de investimentos Sistema Federal de Viação; subsidiar os planos gerais de outorgas da estrutura viária e coordenar o processo de planejamento estratégico, orientando o planejamento e gerenciamento das unidades do DNIT.

Assim, o desafio é significativamente maior do que aquele que assumi há um ano. Sob a responsabilidade da DPP estão desde simples ações, porém importantes, sendo: capacidade técnica, passando pela organização e divulgação das informações estatísticas do setor transportes; promoção e pesquisa de estudos na área de engenharia de transportes, definindo padrões e normas técnicas; bem como a propositura da Política de Gestão Ambiental do DNIT e coordenação das atividades do meio ambiente dos empreendimentos de infraestrutura e operação de transporte.

Além disso, compete à DPP gerenciar as ações para elaboração e análise dos projetos engenharia aquaviários, ferroviários e rodoviários e aprovar os projetos de engenharia nos três modais de transportes afetos ao DNIT.

Na Coordenação-Geral de Planejamento (CGPLAN) há 49 contratos ativos e cinco termos de execução descentralizados, traduzindo uma carteira de investimentos da ordem de R\$516 milhões.

A Coordenação de Desenvolvimento de Projetos (CGDESP) dispõe de uma carteira de 60 contratos e um investimento de R\$90 milhões, abrangendo aproximadamente 300 projetos de todos os tipos de intervenções e obras de arte especial.



A Coordenação de Meio Ambiente (CGMAB) hoje tem 27 contratos ativos, traduzindo num total de investimento de R\$800 milhões, desde 2006 até o ano 2015. Na Coordenação-Geral de Desapropriação e Reassentamento são 93 instrumentos, entre contratos, convênios e termos de ajustes de conduta, totalizando um montante de 26.500 ações de desapropriação e reassentamento, com investimento imprevisto na ordem de R\$1,5 bilhão.

Por último, porém não menos importante, temos o Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR), entidade de referência e responsável pela normatização, pesquisa, capacitação e padronização das normas técnicas do DNIT, referência na área de engenharia rodoviária não só do País, mas de todo Hemisfério Sul do Planeta.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caso tenha a honra de ter o meu nome aprovado por V. Ex^{as} e pelo Plenário desta Casa, trabalharei com muita dedicação para que o DNIT possa continuar no seu processo de melhoria e na prestação de serviço ao cidadão, aplicando, além de boas práticas de engenharia e de gestão pública, os mais importantes valores a mim passados que são honestidade com as pessoas, a humildade, a lealdade e o companheirismo.

Firmo o compromisso com V. Ex^{as}, caso tenha o meu nome aprovado, de ser transparente e estar sempre à disposição desta Casa para prestar os devidos esclarecimentos que se fizerem necessários.

Agradeço a todos pela atenção e coloco-me à disposição para qualquer questionamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. André Martins de Araújo, indicado para o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT. O Relator é o Senador Wellington Fagundes, que tem prioridade com relação ao início do debate aqui.

Já que S. Ex^a abre mão dessa prioridade, concedo a palavra ao Senador Lasier Martins, que foi o primeiro inscrito. Em seguida, temos o Senador Acir Gurgacz e, em terceiro, o Senador Hélio José.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Presidente Garibaldi, Srs. Senadores, Dr. André, observando a lista das suas atribuições na diretoria que vai assumir, entre elas coordenar, supervisionar e executar ações relativas à programação de investimento do DNIT, eu quero lhe fazer uma pergunta bem específica sobre o meu Estado, onde há poucas semanas a Bancada Federal do Rio Grande do Sul, constituída de 31 Deputados Federais e 3 Senadores, depois de um longo debate, escolheu as prioridades pelas quais a Bancada gaúcha deve lutar. Ficou em primeiríssimo lugar, com unanimidade, a construção da segunda ponte sobre o Rio Guaíba, porque essa obra é indispensável. A obra antiga, que está em vigor, tem sofrido problemas, enguiçando seguidamente; tem uma parte móvel que atrasa muito a travessia, provoca grandes congestionamentos, etc.

Diante disso, a nossa comitiva foi ao Presidente da República, Presidente Temer, que nos recebeu, ouviu e disse que iria atender, a partir de agosto, a retomada dessas obras que estão paralisadas desde fevereiro, com 36% já construídos dessa segunda ponte.

Bem, na semana passada, o jornal *Zero Hora*, que é um jornal de grande circulação no Rio Grande do Sul, divulgou que, procurada a empresa Queiroz Galvão, que lidera o consórcio dessa obra, informou, a Direção da Queiroz Galvão, que apenas o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, o DNIT, poderia se manifestar sobre a retomada das obras.

Então, esse assunto tem estado em manchetes no Rio Grande do Sul quase todas as semanas, pela urgência, pelo anseio que todos os gaúchos têm de ver essa obra retomada, pela importância transcendental que tem.

Então, com a sua chegada, agora, ao DNIT, eu gostaria de saber, até porque essa nossa audiência aqui, está sendo transmitida pela TV Senado para todo o País e estamos sendo vistos e ouvidos também no Rio Grande do Sul, que palavra de tranquilidade o senhor pode transmitir com relação a essa retomada das obras.

O Presidente da República disse que, por ele, em agosto, agora, já, no mês corrente, haveria essa retomada das obras e liberou da parte do PAC R\$100 milhões até o fim do ano, com cinco parcelas de R\$20 milhões, devendo liberar a primeira parcela já neste mês de agosto. Como há esta enorme expectativa, gostaria de saber de V. S^a se podemos ter esperança de que finalmente haverá essa retomada tão importante para o Rio Grande do Sul.

E, num segundo momento, a segunda obra escolhida como prioritária para o Rio Grande do Sul por toda a Bancada gaúcha diz respeito à BR-116 no trecho Guaíba-Pelotas, que é um trecho de 250 quilômetros mais ou menos, que é uma estrada que precisa de duplicação, já tem uma boa parte construída, mas também com obras paralisadas.

Então, pela relevância que também tem, são as perguntas que lhe faço, bem específicas, sobre o meu Estado, mas que vive uma grande expectativa, e, particularmente, nesse momento, com relação a sua resposta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.



O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Bem, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Dr. André Martins de Araújo pela indicação. Eu tenho certeza de que o senhor será aprovado aqui, André, pelos nossos nobres colegas, exatamente pelo seu trabalho que vem sendo feito lá, no DNIT.

Então, tu já tens uma história, tens um histórico, isso é importante quando a gente consegue também participar da evolução e da ascensão de técnicos para serviços de confiança, nesse caso, no DNIT. Eu entendo que é importante que os técnicos tenham essa oportunidade de poder trabalhar com mais afinho, evidentemente, com mais responsabilidade, não com mais afinho, mas com mais responsabilidade no órgão.

Eu tenho só uma pergunta a fazer, André. O RDC, esse sistema RDC, ele veio realmente e está conseguindo melhorar, ou desburocratizar as licitações? E se essa desburocratização tem-se traduzido em melhoria na qualidade das obras, porque é uma discussão grande. Algumas pessoas entendem que o RDC veio melhorar e algumas pessoas entendem que o RDC melhorou na desburocratização, mas não atinge o seu objetivo na qualidade da execução das obras. Então, eu queria saber da sua opinião.

Com relação à BR-364. Nós já debatemos esse assunto várias vezes aqui, assim como no DNIT. Foi feita uma restauração entre Cacoal e Ouro Preto do Oeste. Já fizemos duas diligências nesse trecho. Foram refeitos vários pedaços dessa obra, mas, mesmo refeitos, ela está como um problema novamente.

Na semana passada, eu estava na BR, e o DNIT estava com uma empresa fazendo a recuperação de um serviço que deu problema. Só que a qualidade do serviço, vou lhe contar. Eu liguei na hora para o Dr. Walter e mandei as fotos para ele. Estavam fazendo pano, como vocês chamam, tirando asfalto e colocando novamente, 20 metros, 30 metros, 50 metros, mas espalhando asfalto novo com a pá e com um rolo pequenininho para fazer a compactação. E aquilo ficou com uma qualidade horrível. Ou seja, é um serviço que está sendo feito com um gasto excessivo. É claro que a empresa tem que receber, mas é um serviço de uma qualidade contestável, vamos colocar assim para não sermos muito incisivos. Uma qualidade contestável, totalmente irregular. Imaginem espalhar o asfalto com a mão, com a pá e, depois, com o rolo pequeno, que não tem a força, que não tem o peso para dar a compactação e deixar o asfalto uniforme. Completamente fora dos padrões do DNIT. Eu espero que tenha dado tempo.

Acabei de ligar para Ji-Paraná para que a pessoa volte ao trecho agora, tire fotografias e mande para a gente, para que a gente possa passar para o DNIT para ver se a gente consegue melhorar, porque é um investimento grande que se faz em um serviço sem boa qualidade.

Na mesma linha, a BR-319 está em restauração, está em manutenção, uma conquista grande da Região Norte. Então, peço sempre seu apoio para que a gente possa avançar na recuperação da BR-319. Agora está sendo feita a manutenção, mas nós precisamos da restauração, para que a gente possa ter um trânsito de qualidade entre Porto Velho e Manaus, entre Porto Velho e Humaitá, enfim, em todos aqueles distritos.

Na BR-429 também estamos com o problema das pontes. O asfalto aconteceu... Olha só: foi feito o asfalto, 350 quilômetros, asfalto novo, mas não fizeram as pontes. Há mais de 15, 16, 18 pontes sem fazer. Ou seja, o asfalto chega... Na cabeceira da ponte há um desvio. Várias pessoas já sofreram acidentes, algumas faleceram, por conta da não existência das pontes na BR-429. Então, isso é questão de planejamento, não é, André?

Eu saúdo a sua indicação e lhe desejo sucesso. Tenho certeza de que os Senadores irão aprovar a sua indicação, e a gente vê com bons olhos a ascensão de técnicos para ocupar cargos de confiança. Desejo-lhe sucesso e lhe peço que não se esqueça das BRs 364, 319, 429, 425, 421, que são importantes para o Estado e para o nosso País. Desejo sucesso ao senhor.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar S. Ex^a, Senador Garibaldi, pela direção dos trabalhos e cumprimentar o nosso querido André Martins, servidor público de carreira como eu, de concurso público e dizer que a responsabilidade é muito grande para nós, André, que somos concursados, quando assumimos postos. Então, tenho plena confiança de que você tem honrado e pode continuar honrando a nós, os servidores públicos concursados, ocupando um posto da importância, da relevância do que você vai ocupar.

Eu sou analista de estrutura e você é um analista de estrutura de transportes. Há uma diferença, na minha visão, significativa nas duas carreiras. Nós, analistas de infraestrutura, que somos 734 servidores, estamos nos 15 Ministérios da infraestrutura nacional fazendo políticas públicas de infraestrutura. Os analistas de infraestrutura de transporte estão no DNIT para fazer o trabalho finalístico de execução de obras de infraestrutura.

Eu vejo uma diferença muito grande de uma carreira para a outra, uma é finalística, faz a execução, a fiscalização e faz acontecer e, a outra, faz a política pública da infraestrutura nacional. Eu vejo o DNIT como um órgão similar e que deva ser uma agência reguladora e, não, uma secretaria de ministério ou um formulador de políticas públicas, um finalístico, um executivo, um fiscalizador, um regulador.



Nesse sentido, eu gostaria de ouvir a sua colocação a respeito dessa diferença que coloquei entre as duas carreiras para a gente poder buscar a real situação para as duas carreiras, porque as duas estarão resolvidas na área pública federal; uma seria exatamente essa carreira de analista de infraestrutura de transporte para equiparar com os especialistas de agência reguladora e outra que seria exatamente a carreira de analista de infraestrutura na área pública federal para equiparar com os gestores do ciclo de gestão. São coisas distintas uma da outra, a gente poderia ter uma parceria e resolver em definitivo a situação que seria boa para ambas as categorias.

Eu gostaria de ver com você: Brasília tem dois grandes problemas que é o anel viário do Distrito Federal, que faz com que, pela falta de execução dele, carretas enormes que desnecessariamente passem dentro do Distrito Federal, causando engarrafamentos que atrapalham a vida de todo mundo que tem que ir e vir para trabalhar aqui no Distrito Federal. Temos que trabalhar efetivamente no planejamento da execução desse anel viário do Distrito Federal, da nossa Capital. E há o nosso grande calo, que todo dia vítima um morador do Distrito Federal ou do Estado de Goiás, que é a duplicação da BR-080 que é a última saída do Distrito Federal que não é duplicada. É o anseio de toda a Bancada do Distrito Federal que, por unanimidade, definiu no ano passado como a medida prioritária orçamentária nossa, recursos para essa duplicação dessa BR, porque não tem andado. Preciso de você, que está no Planejamento, para a gente resolver esse grande problema do Distrito Federal, que é a duplicação dessa BR-080 que vai para Brazlândia, Padre Bernardo, essa saída para o Estado de Goiás, são 130km entre Brasília e Padre Bernardo, que é uma grande cidade do Entorno e que resolveríamos esse problema.

Se tivermos que fazer parceria público-privada ou se tivermos que fazer com o dinheiro do PAC... Nós precisamos é duplicar essa BR.

Se tiver que haver pedágio, que haja, mas nós precisamos duplicar essa BR para poupar as pessoas que morrem todo dia nessa BR.

O bombeiro lá só tem um trabalho: socorrer acidente toda hora na saída de Brazlândia para Padre Bernardo ou de Brazlândia para Brasília.

Outra situação... Concluindo, Presidente, é importante demais o trabalho que o André faz e que vai fazer. Ontem mesmo, o senhor estava no plenário e nós estávamos discutindo exatamente as obras inacabadas, e essa sangria que nós temos, usando dinheiro público para fazer coisas que não resolvem.

Então, no planejamento, André, seria preciso verificar, porque temos o Crema na área do DNIT, para nós não fazermos mais essas recuperações “sonrisal”: deu a chuva, acaba. Vamos fazer recuperações viárias definitivas, restauração de fato nas nossas BRs, para termos durabilidade. Você vai aos Estados Unidos ou à Europa, e trafega por estradas quilométricas sem estar a todos instante enfrentando um buraco.

Sabemos que o planejamento de ações...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Peço silêncio para ouvirmos aqui o Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Estou concluindo.

Sabemos que o planejamento de ações e produção de dados são investimentos que representam uma pequena fração do custo de uma obra e impedem que maus projetos sejam executados, preservando, assim, os escassos recursos do Tesouro Nacional.

Infelizmente, tais etapas não têm sido tratadas de acordo com sua importância estratégica – isso não acontece só no DNIT, é no geral do nosso País.

Como o senhor pretende atuar para convencer os gestores públicos, dentro e fora do DNIT, da importância do trabalho que está assumindo, que pretende continuar assumindo no planejamento? E nós somos parceiros nessa luta. Pode contar conosco nessa luta, pode contar com a gente aqui.

O Brasil tem uma grande inteligência acumulada na área de transporte. Além dos servidores públicos que atuam nesse campo, em todos os Estados e em muitas cidades, existem centenas de mestres e doutores nos mais diversos temas, desde a produção do asfalto à psicologia do trânsito, passando pela engenharia econômica e financeira.

Como transformar esse potencial em resultado concreto, em inovação e melhoria da qualidade do serviço prestado à população? E como você vê a utilização do asfalto a frio, uma a nova tecnologia para recuperação?

Muito obrigado, André. Sucesso! Tenho certeza de que você vai ser aprovado aqui por unanimidade.

Conte com a gente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que é o Relator da indicação.



O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, como Relator, na verdade, já tivemos aqui a oportunidade de reler o relatório, onde se deixou bem clara a experiência do André no órgão, há tempo trabalhando.

Tenho certeza de que o Dr. André conhece e sabe da importância que representa essa diretoria. Eu diria, Dr. André, que essa diretoria é a mais importante do órgão.

Eu estou como Relator da LDO, e uma das grandes preocupações que nós colocamos, e já foi votada no nosso relatório, é que todas as obras no Brasil... Aliás, fizemos um capítulo sobre as obras inacabadas no Brasil.

E Isso causa uma preocupação muito grande, porque eu sempre tenho dito que uma obra inacabada não serve para nada, a não ser para causar mais prejuízo ainda à população, porque às vezes fica o esqueleto. E vemos muitas obras civis na cidade, e de repente aquilo que deveria ser uma escola acaba virando um prostíbulo ou outras situações.

O pior também é ver estradas federais, e são muitas que conhecemos, em que foi construída a estrada e não foi feita a ponte. Nós temos casos como o da BR-163, que é uma estrada importantíssima, que liga o Mato Grosso ao Estado do Pará, e as pontes não foram construídas. E imagina o prejuízo que é isso.

Outro aspecto também, que nós inclusive colocamos no relatório, Sr. Presidente, na LDO, é que, a partir de agora, do ano que vem, qualquer obra de mais de R\$50 milhões tem que ter o projeto executivo e o EVTE, ou seja, o Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica. A maioria dos países desenvolvidos gastam muito mais tempo fazendo projeto, Sr. Presidente, do que a própria obra. E no Brasil, não. Começa-se a fazer obras relevantes, como é o caso da transposição do Rio São Francisco, obra de bilhões, com um projeto básico.

E aí, cria-se essa cultura de as obras não serem concluídas por vários aspectos. Porque, em um projeto básico, não há especificidade. E aí, de repente, inicia-se uma obra com um orçamento de 10, que se multiplica para 20, de 20 para 30, e vem o desgaste da classe política, do administrador, do prefeito, do próprio órgão, porque muitas delas ficam inacabadas e também com o orçamento superfaturado, como as pessoas falam. Não é verdade, a maioria delas. É exatamente por falta de um projeto executivo. Ou seja, dificilmente uma obra boa será resultado de um projeto ruim. E, ao contrário, projetos bons com certeza redundarão em boas edificações, boas obras.

E é nesse aspecto que a sua diretoria, sem dúvida nenhuma, tem a responsabilidade de fazer todo o planejamento do órgão. E, às vezes, sentimos no órgão exatamente falta de espaço nesse planejamento de curto, de médio e longo prazo.

A EPL é uma empresa de projetos, criada pelo Governo, que eu acredito que precisaria ter mais apoio do próprio Governo e uma parceria mais forte do DNIT, porque a EPL faz um trabalho – eu tenho estado lá – extremamente técnico, com um corpo técnico muito bom. E, às vezes, fica lá relegado, sem a importância que lhe é devida.

Então, Dr. André, quando fiz o relatório, não demorei muito para fazê-lo. Aliás, foi muito rápido, exatamente porque eu o conheço, sei da sua experiência, sei da sua capacidade, e principalmente, Sr. Presidente, da harmonia em que vive hoje principalmente o DNIT.

Nós já tivemos problemas no passado. Hoje não. Temos a diretoria, todos técnicos de carreira, e isso facilita muito o trabalho dos diretores e de todo o corpo técnico da casa. Mas só quero registrar a importância de estarmos aqui hoje já votando, porque qualquer órgão que não tenha a diretoria completa ou quando tem alguém na interinidade, isso às vezes dificulta a tomada de decisões.

Então, por isso que eu fiz o relatório de forma muito rápida e sucinta porque a experiência é o que mais vale, e ainda mais de quem é de carreira.

Então, eu quero aqui, primeiro, parabenizá-lo pelo seu currículo, pela sua vida dentro do órgão e por conhecer e ter a certeza da responsabilidade que V. S^a terá agora. Eu não tenho dúvida de que esta Secretaria é o coração; aliás, é o cérebro do órgão, porque ela é que tem a capacidade da inteligência, do planejamento, enfim. E espero que V. S^a possa, junto com os seus pares lá, os diretores, dar ainda mais dinamismo ao DNIT.

Eu quero ainda Sr. Presidente, aproveitar o espaço para comunicar o falecimento de um companheiro nosso, lá da minha cidade, Rondonópolis, o meu amigo Antônio Carlos, que é radialista. Ele dedicou 40 anos de sua vida a uma rádio tradicional da cidade, a Rádio Clube de Rondonópolis. E ele, mesmo acometido com câncer, já muito fraco, estava lá trabalhando, lutando e tentando vencer esse mal que infelizmente se alastra pelo mundo. Eu quero só dizer que o Antônio Carlos morava em Rondonópolis, onde comandou várias emissoras de rádio. Nos últimos 20 anos estava à frente da Rádio Clube num programa diário, num programa de muita audiência, que era Rondonópolis Verdade. Esse programa fazia muito a opinião pública da cidade.

Então eu quero aqui, em nome de todos os funcionários da Rádio Clube, de todos os profissionais de comunicação da minha cidade e também da esposa dele, a Dr^a Adriana Rodrigues, uma lutadora junto com ele, uma família com que tenho bastante intimidade...



Ontem estava aqui conosco o Deputado J. Barreto, que foi deputado estadual por seis mandatos, prefeito da nossa cidade, que também a radialista, e é hoje suplente de Deputado Federal, 1º Suplente de Deputado Federal. Ele esteve aqui mas teve que sair rapidamente. Daqui a pouco vou tentar inclusive conseguir um voo também para estar lá no velório.

Eu só quero dizer também, terminando, que o Antônio Carlos era membro da Abraço, uma associação brasileira de comunicação e de radiodifusão.

Então, fica aqui esse registro em nome de toda a família e principalmente de todos os comunicadores da minha cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Lamento também a perda do radialista Antônio Carlos.

E concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu, encerrando aqui....

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Quero aqui dizer que agora vai ter a posse da ANTT, da Diretoria da ANTT, do Doutor Mario Povia, como Diretor, e do Adalberto Tokarski como Diretor-Geral.

Eu indago a V. Exª se ainda terá a oportunidade de estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu acho que eu tenho que ficar aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Pois é, então eu quero tomar a liberdade de poder representar a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª tem plenos poderes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Está bom, estou autorizado a falar em nome também do nosso Presidente Garibaldi Alves.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento ao Dr. André, Diretor do DNIT.

Eu queria fazer dois questionamentos.

O primeiro eu já venho fazendo, repetidas vezes aqui na Comissão, a respeito da BR-153, que é a Belém-Brasília. E estive aqui Luciano Castro e até nos prometeu um encontro com o Presidente da ANTT para discutir sobre o tema, mas eu gostaria que mais uma pessoa do Ministério dos Transportes pudesse se inteirar do assunto a respeito da duplicação da BR-153.

Ela foi concessionada no governo da Presidente Dilma e a empresa Galvão entrou em dificuldades, por conta das investigações da Lava Jato, e a obra não foi iniciada. O canteiro está lá, mas a obra não foi iniciada. Essa obra é de Anápolis até Aliança do Tocantins, próximo a Gurupi, Tocantins.

Nós usamos essa BR praticamente toda semana. Não há uma semana em que não haja acidentes graves, acidentes fatais. O movimento é fantástico, um movimento extraordinário. E nós não podemos ficar à mercê do problema de uma empreiteira. O órgão público tem que tomar as suas providências. Cadê o contrato dessa empresa? Que dia vence o seu contrato? Quando é que ela perde o contrato? Quais são as multas? E a substituição dessa empresa? Nós chegamos até a pensar no assunto, ainda no Ministério da Agricultura, com a ANTT, a deslocar para outra empresa essa concessão. É super normal. Em uma negociação de empresa para empresa pode-se fazer essa substituição. O que não pode é Tocantins e Goiás ainda estarem com uma mão única em uma das BRs mais velhas do País. Então eu gostaria muito... Quem sabe o senhor poderia enviar notícias a respeito dessa substituição ou que a própria empresa iniciou as obras. Não faço questão de quem vai fazer, quero é a estrada.

O segundo ponto gravíssimo no Estado é a ponte sobre o Rio Tocantins, na cidade de Porto Nacional. A cidade de Porto Nacional é a quarta maior cidade do Estado. Justamente por essa ponte passa toda a produção de grãos para o outro lado do rio. Ela está embargada. Passam apenas carros pequenos. O problema é que ela está em cima de uma TO, que é a 255. Mas, um dia desses, a Presidente Dilma enviou ao Congresso – e já foi aprovado – a federalização de algumas BRs. Então, eu pergunto se, diante de um estudo... É um trecho de estrada com boa manutenção, não tem nada para fazer, é mão única. A movimentação hoje, principalmente, é de caminhões com soja. A solução seria a federalização da 255, de Porto Nacional até a cidade de Fátima. Aí sim, nós poderíamos construir a ponte nova, que tem mais ou menos mil metros de vão. Nós temos a usina Luís Eduardo Magalhães a jusante, o que fez com que se criasse um lago. Então, o rio se alargou bastante por conta da hidrelétrica. Esses dois pontos acho que seriam da maior importância.

O Tocantins está 100% no Matopiba, e justamente Porto Nacional, em termos de crescimento, de desenvolvimento, é como se fosse a capital econômica do Matopiba, é a cidade que mais cresce. Os grãos estão



se alastrando por aquela região, graças a Deus, milho, soja, sorgo, algodão. Nós estamos próximos do oeste da Bahia, a poucos quilômetros, a 300km do oeste da Bahia, também de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, o que poderia ser um grande polo, se nós tivéssemos uma logística decente. Infelizmente, o Governo do Estado não consegue fazer a estrada, licita reiterada vezes. Faz licitação irregular e ainda tem problemas com o Ministério Público por insistência de ter de fazer com uma determinada empresa. Mas eu acho que essa seria a solução para o País.

O Senador Vicentinho Alves, do Tocantins, é filho de Porto Nacional – acho que essa também é uma informação importante –, e poderíamos juntas as nossas forças e fazer com que a 255 pudesse ser federalizada e solucionaríamos a ponte de Porto Nacional definitivamente.

Então, são essas duas questões que eu gostaria principalmente de colocar.

E, por último, mais uma coisinha, coisinha enorme e importante: como está o início das obras do projeto do Pedral do Lourenço? Se não puder responder agora, aceito a resposta por escrito, mas o Pedral do Lourenço foi licitado, cinco empresas participaram, o preço caiu bastante por conta dessa concorrência, e eu gostaria de saber o cronograma do Pedral do Lourenço, em Marabá, que vai viabilizar a hidrovía Tocantins, tão sonhada pelos tocantinenses e, agora, por todo o Matopiba.

Muito obrigada ao senhor. Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço à Senadora Kátia Abreu.

Com a palavra o Sr. André Martins.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a todos os questionamentos dos Srs. Senadores, e vamos começar pelo Senador Lasier.

Senador, as obras da ponte do Guaíba continuam, não paralisaram, têm sido medidas, mas V. Exª tem razão, houve uma diminuição no ritmo devido à questão financeira e orçamentária. No entanto, o Ministro dos Transportes, Sr. Maurício Quintella, disponibilizou R\$100 milhões sim, a partir de agosto, a primeira parcela. Então, pode ficar tranquilo que daremos continuidade às obras da ponte sobre o Rio Guaíba, certamente. Ela tem previsão de conclusão em fevereiro de 2018. Esse é o cronograma que estamos mantendo e estamos trabalhando junto à empresa para conseguir entregar no prazo. Os projetos estão sendo desenvolvidos e estão sendo analisados na coordenação de projetos da DPP.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perdoe-me a insistência, as obras estão paralisadas, o que há, dos 600 funcionários que estavam lá, atualmente, há oito, que fazem apenas a vigilância da ponte. Agora, conseguimos com o Presidente da República e o Ministro Maurício Quintella R\$100 milhões para essa primeira parte. Depois que passar essa primeira parte, tem a ilhota, que precisa de mais R\$285 milhões. Isso, o Presidente disse que vamos conversar no ano que vem. Agora, se esses R\$100 milhões forem liberados para este ano, pelo menos já é possível a travessia nessa primeira parte e, aí, encontra a BR-116. Já é uma grande realização.

Então, pergunto: será que as obras recomeçam ainda em agosto?

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Estamos trabalhando com esse cronograma, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado.

E a 116?

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Perdão. A 116 também. Em complementação à resposta ao Senador Lasier, temos estudo de viabilidade em andamento e também estamos em tratativas com o Superintendente do Rio Grande do Sul para fazer o levantamento dos remanescentes dos lotes paralisados. Muitos destes lotes foram paralisados, Senador, em virtude do próprio Tribunal de Contas, que nos limita a extrapolação dos 25% da obra. Como era um projeto antigo, tivemos várias revisões de projeto que chegaram nesse limite. Então, estamos em tratativa com o Superintendente para poder resolver todas essas questões e darmos continuidade à duplicação da BR-116.

Então, a nossa tratativa dentro do DNIT é dar continuidade à obra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Toda a questão é a disponibilidade de verba,...

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ... porque o projeto é bem conhecido, a tal ponto que vários pontos da rodovia já foram construídos, mas há grandes interrupções e a duplicação paralisada.

Então, o problema é saber quando teremos verbas para completar esta que é a segunda prioridade dos gaúchos.



O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Nós solicitamos, no piloto de 2017, que foi encaminhado ao Ministério do Transporte, recursos para dar continuidade à obra. Então, os senhores do Legislativo aqui... Poderemos contar com a força do Senador para dar continuidade a essas obras.

Senadora Kátia Abreu, sobre a BR-153, normalmente é um trecho contido de responsabilidade da ANTT, de Anápolis até Nova Aliança.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Desculpa, Aliança do Tocantins.

Conversando com o Superintendente de Infraestrutura, Sr. Fernando Castilho, ele está em tratativas junto à empresa para verificar se retoma ou se encerra essa concessão. Mas isso ainda está em tratativa dentro da própria ANTT, o DNIT não tem influência sobre isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Fernando Castilho. Ele pode dar maiores informações para a senhora em relação a esse trecho concedido.

No entanto, a Superintendência de Tocantins já vem se preparando, caso haja decisão do Colegiado da ANTT de encerrar essa concessão, de retomar esse trecho. Então, a Superintendência do Tocantins, na pessoa do Dr. Eduardo Suassuna, está preparada, o DNIT está preparado para retomar esse trecho, retomar essas obras, para sanar todos...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – O DNIT.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – O DNIT diretamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Não temos isso levantado no momento, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senadora Kátia Abreu, estamos com uma solicitação aqui dos universitários para a senhora falar mais perto do microfone para gravar.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Ainda sobre a 153, temos um estudo de viabilidade em andamento, de Nova Aliança até Xambioá, para a adequação dessa rodovia. Então, também está em andamento, dentro do DNIT, na Coordenação de Planejamento, esse estudo de viabilidade.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Fica pronto quando, doutor?

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Está no início, Senadora, está na primeira fase ainda de estudos, coletas e entrevista das prefeituras, da comunidade.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Mas essa concessão, queria insistir, porque a concessão é mais rápida. O Poder Público está sem dinheiro, está com contingenciamento, várias obras paradas no País, será mais uma, com certeza.

Então, insisto que a concessão seria a forma mais viável de darmos continuidade a essa estrada, quem quer que seja que faça.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – A ponte sobre o Rio Tocantins, na verdade, na federalização da 255, nós entramos com processo de federalização. Já há uma solicitação. Nós já coincidimos o trecho da BR-010 com a TO-255. Então, nós já temos a expectativa de atender a essa demanda de federalização dessa rodovia, para que possamos atuar diretamente...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – O senhor acha que isso tem um prazo? Tem um cronograma? Qual é a sua impressão?

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Alteramos o traçado em junho deste ano ainda, Senadora. O traçado da BR-010 já está coincidente com a do TO-255.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – É, eu sei. Foi aprovado agora.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Vamos fazer o inventário e solicitar ao Ministro dos Transportes que faça solicitação ao Presidente da República e, através de projeto de lei, nós fazemos essa alteração. Acredito que, nos próximos seis meses, isso deve ser resolvido. Estamos trabalhando para poder antecipar esse cronograma.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Eu gostaria que incluísse nas informações também o valor, pelo menos por alto, dessa ponte, o que ela deverá custar, para podermos mobilizar também a Bancada no caso de recursos.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Não temos o estudo completo do valor dessa obra. Está ainda em análise bem inicial essa ponte. O estudo de viabilidade ainda não chegou a essa fase de custos.



A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Uma ponte de 1.000m de vão, mais ou menos, por alto? Seriam R\$100 milhões? Seriam R\$200 milhões?

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – De R\$150 milhões a R\$200 milhões.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – O.k..

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Tirando como parâmetro a Ponte Xambioá, que é uma boa estimativa.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Uma boa referência.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Uma boa referência.

No Pedral do Lourenço, Senadora, foi dada a ordem de início do serviço. Os próximos dois anos praticamente serão de estudo e desenvolvimento do projeto. É necessário que esses estudos contemplem dois períodos específicos, cheia e seca, para se verificarem todas essas questões. E a execução das obras está prevista por mais dois anos também.

Espero que tenha respondido aos questionamentos da Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Na época, quando foi feita a licitação dessa obra, como é que foi feita a licitação sem projeto? Ela já não tinha o projeto?

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Ela tinha um anteprojeto, Senadora, desenvolvido a contento. O orçamento foi desenvolvido pelos técnicos do DNIT, pela Coordenação de Custos. E, como ela foi para a praça como RDC integrada, então, a empresa fica responsável pelo desenvolvimento do projeto executivo e pela execução da obra.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Certo. Foi RDC, não é?

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Isso.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – O.k.. Obrigada.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – De nada, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Só mais uma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não, Senadora. Continua com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Fernando Castilho. Qual é a função dele?

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Fernando é Superintendente de Infraestrutura da ANTT.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – De Infraestrutura da ANTT?

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Da ANTT.

Senadora, se a senhora precisar, eu posso fazer esse contato com o Fernando e passar todas as informações necessárias para a senhora...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – A minha preocupação é que, se demorar muito, depois, tem de se fazerem novos estudos de concessão, toda a leitura de novo. Eu acho que, se houvesse um pouquinho mais de sentimento de urgência, poderia resolver isso, porque não é dinheiro público, é dinheiro de terceiros. Eu acho que vocês têm mais poder de...

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Senadora, o Fernando está bastante preocupado com essa concessão específica, porque é uma que tem dado bastante trabalho à ANTT.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – É a única empresa que ganhou concessão e deu problema.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Então, é uma tratativa bastante forte. Ele está muito sensível a essa questão da 153 Tocantins.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Nós chegamos, um grupo de pessoas, a trazer algumas empresas de Tocantins, de Goiás, da região, para ver se faziam um consórcio e assumiam, mas acabou não dando certo. O projeto ponte é muito alto, o valor ponte era muito alto. As empresas não conseguiam tirar o dinheiro.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – É verdade.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Eu vou procurá-lo, mas muito obrigada.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Por nada, Senadora.

Respondendo aos questionamentos do Senador Acir Gurgacz, de Rondônia, sobre o RDC integrado, nós ganhamos uma agilidade na questão da licitação. Nós conseguimos reduzir o cronograma de uma licitação direta pela 81.666. E esse, na verdade, era o principal objetivo do RDC integrado.

Diferente do que muitos acreditam, o RDC integrado não veio para diminuir os custos da obra, mas sim o prazo. Nesse sentido, acredito que sim. Nós conseguimos desburocratizar o processo licitatório, ganhando agilidade. Para se ter uma ideia, nós demorávamos em média 560 dias para fazer uma licitação pela 81.666. Através do RDC integrado, nós conseguimos reduzir para 260, 270 dias. Então houve, sim, uma desburocratização.

Quanto à melhoria nas obras, a questão primordial no RDC integrado é que ele coloca o consórcio, porque geralmente são tocadas por um consórcio essas obras, esses empreendimentos, em sinergia. Uma empresa



projetista consorciada com a empresa executora tem condições de elaborar um projeto de forma otimizada, o que facilita a execução da obra.

Acontece que o RDC integrado tem uma solicitação direta, que é um aporte constante de recursos financeiros. Se ocorre qualquer cessão nesses recursos, resta um pouco prejudicado esse sistema de contratação.

Em relação à melhoria das obras, especificamente da qualidade, como há responsabilidade da construtora e da projetista sobre o consórcio, e não mais do órgão, entidade ou autarquia contratante, acredito que é salutar para as construtoras fazer a obra com a melhor qualidade possível. Então acredito que sim, houve melhoria nas obras.

Quanto à BR-364, gostaria de informar ao Senador Acir Gurgacz que estão sendo desenvolvidos os projetos de crema, a fim de ter uma intervenção na pista um pouco mais incidente, com um pouco mais de importância, e não apenas questão de conservação, de modo que poderemos ter uma melhor qualidade de serviço, uma melhor disponibilidade para a população de uma rodovia com qualidade melhor.

Vou encaminhar, Senador Acir Gurgacz, essas observações que o senhor relatou aqui à Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, na pessoa do Dr. Luiz Antônio, para que seja verificada junto à Superintendência a execução, a má execução desse serviço, como foi relatado pelo senhor.

Em relação à BR-319, nós temos o problema, Senador Acir, da Licença de Instalação, a LI. Hoje o Ibama só nos permite fazer ações de conservação. Então, nós estamos em tratativas junto ao órgão ambiental para que consigamos essa Licença de Instalação para obras de restauração, a fim de conseguirmos fazer essa tão sonhada adequação, até essa integração mais importante na 319.

Sobre as pontes da 419, informo que o projeto já está em andamento; deve ser concluído agora, ainda no primeiro semestre de 2017. Temos questionamentos ambientais também com relação a essas pontes, mas estamos em tratativas justamente para poder saná-los e dar continuidade total, dar trafegabilidade total, sem prejuízo ao usuário, à rodovia BR-419, em Rondônia.

Quanto aos questionamentos do Senador Acir Gurgacz, acredito tê-los respondido a contento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, bom dia. Bom dia, André Araújo, indicado ao cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT; doutor, parabéns pela indicação. Esperamos que o senhor possa brilhar mais o seu currículo, porque o melhor momento de se receber as palmas não é na entrada, é na saída. Então, se o senhor puder receber um pouco da experiência que nós temos nessa caminhada na vida pública, saiba que essas primeiras palmas só são para aumentar as cobranças. Então, na verdade, são do tamanho do desafio: as palmas que a gente dá agora são do tamanho do desafio, mas o verdadeiro trabalho só será reconhecido na sua saída.

Eu sou Senador lá da Bahia e, como todos os Estados, nós temos problemas sérios de logística. Em relação às estradas, nós tivemos avanços muito grandes nos últimos anos, Senador Garibaldi – duplicações, concessões –, mas ainda falta muita coisa. Há muita coisa a ser feita na Bahia.

As estradas federais melhoraram, mas a gente precisa ainda avançar, principalmente em alguns projetos que eu acho fundamentais. Então, eu queria, rapidamente, já pedir ao senhor que, ao chegar, mandasse um relatório sobre como está a questão das estradas na Bahia, especificamente a questão das concessões. Foi feita uma concessão para a duplicação da BR e as obras não estão na velocidade adequada. Acho que a gente poderia, depois, discutir um pouco mais isso, numa audiência específica.

Há um projeto que acho que é fundamental no Estado da Bahia: a construção de um novo eixo de desenvolvimento, que está muito focado na ponte Salvador-Itaparica, mas que, na verdade, vai muito além. É a estruturação de todo um novo eixo de desenvolvimento, trazendo o recôncavo para mais próximo da capital do Estado, fazendo com que haja uma articulação melhor entre aquela área turística do baixo sul e do eixo sul do Estado da Bahia, que tem um potencial muito grande no turismo e na agricultura também.

Essa interligação entre Salvador, a BR-101 e a BR-116 sempre se dá através da BR-324, que, com a duplicação, já começa a dar sinais de exaustão em determinados momentos, haja vista que, quando dos grandes eventos no interior do Estado, como o São João e as festas de fim de ano, há engarrafamentos imensos pela BR-324, dificultando ainda mais a possibilidade de os recursos que estão concentrados na capital chegarem até o interior através das compras no comércio, do turismo e de outras relações comerciais.

Então, eu queria que se desse um especial olhar sobre esse projeto, porque será preciso modificar o marco zero, o quilômetro zero da estrada, para que o DNIT incorpore algumas estradas estaduais, para que possamos fazer essa relação com o Governo Federal. Acho que esse é um ponto.

Outra questão que eu queria colocar é a questão da duplicação da estrada entre Luís Eduardo Magalhães e Barreiras. Acho que é um eixo de desenvolvimento importante. São dois centros urbanos com muita força no desenvolvimento do agronegócio. Infelizmente, temos visto muitas vidas serem deixadas nas margens da



estrada. Muitas pessoas são vítimas de acidentes de veículos, porque a estrada já não comporta o tráfego de carretas e de carros de pequeno porte. Então, seria algo a ser feito de imediato. Sei que já fizeram uma melhoria muito grande dentro de Luís Eduardo Magalhães. Houve uma duplicação, com a possibilidade de construir linhas marginais para o tráfego local da cidade. Mas a estrada, em si, hoje, é um entrave para o desenvolvimento daquela região. Eu gostaria que a gente avançasse, já que há falta de recursos públicos, numa concessão naquela estrada, o que seria importante.

Anteontem, recebi aqui a visita de estudantes do primeiro grau lá de Barreiras. Eles perguntavam isto: “Senador, quando é que isso vai acontecer?” Eu disse: “Olha, amanhã, vai chegar uma pessoa ao Senado que vai resolver esse problema, que é o Dr. André Araújo.”

Então, já assumi esse compromisso em seu nome. Certo? Então, além de uma visita à região, o senhor está devendo uma solução, para que esses problemas não continuem acontecendo.

Sr. Presidente, eu queria mais uma vez agradecer a oportunidade e dizer que fico muito feliz de poder estar sempre aqui sob sua orientação, sob sua batuta, Senador Garibaldi. Toda vez que volto à Bahia, digo: “A cada minuto que fico ao lado do Senador Garibaldi, eleva o meu currículo.” Certo? Então, eu queria registrar isso.

Quero desejar a você, Dr. André, muito sucesso na sua caminhada.

Sou oriundo do setor de estradas. No começo da minha vida, fiz muito teste de CBR, granulometria. Fiz traço de concreto betuminoso, granulometria, fiz traço de concreto betuminoso a quente, de CBUQ, eu fui um aluno aplicado, um estudante aplicado nesse setor. A gente não avançou em novas técnicas. Eu acho que – o senhor que vai ser da área de planejamento – a gente devia botar uma mão muito mais forte na questão da inovação na área das estradas. Temos muitos problemas porque acho que precisávamos fazer um campo de desenvolvimento maior.

Para se ter uma ideia, o Derba, o departamento de estradas e rodagem, tinha um setor só focado para estudos e pesquisa. Isso se perdeu. Perdemos a capacidade de fazer pesquisa dentro dos órgãos públicos. Se não fosse a Embrapa, talvez muitas coisas tivessem se perdido ainda mais no Estado brasileiro, mas a agricultura ainda consegue ter isso. Eu acho que essa poderia ser... Estou dando uma sugestão para que você abraça, para que a gente possa avançar. No Ministério das Cidades, existe um projeto muito interessante sobre a questão de pesquisa referente a inovações dentro da engenharia civil, da construção de casas, apartamentos, de novas tecnologias de construção. Quem sabe, no futuro, isso venha a ser um diferencial muito grande para a engenharia brasileira.

Então, só para finalizar, quer lhe dar os parabéns. Espero que você consiga resolver todos os problemas do Brasil. São poucos, mas são muito importantes para todos nós brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Roberto Muniz, eu sabia que V. Ex^a era bondoso, mas não tanto.

Com a palavra o Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

Na verdade, eu quero usar a palavra apenas para reiterar meu apoio ao Dr. André, uma pessoa que, das vezes em que estive no DNIT, é de extrema competência. Tenho certeza de que muito vai contribuir com o quadro do DNIT.

As demandas do nosso Mato Grosso já são bastante conhecidas: a conclusão da BR-163 até a cidade de Miritituba; a BR-080, que estivemos há poucos dias discutindo; a BR-158; a duplicação da BR-364 do trecho de Cuiabá até Rondonópolis; e a ferrovia saindo da cidade de Sorriso até chegar a Miritituba, na verdade, a concessão dessa ferrovia para que a iniciativa privada possa tocá-la.

Então, parabéns, Dr. André. Tenho certeza de que estamos bem representados no DNIT. Pode contar com o nosso apoio aqui no Senado Federal. Infelizmente, não há como pedir urgência para votar hoje, não é, Presidente, porque nós temos pauta. Mas, semana que vem, com certeza, o Presidente levará ao Plenário a sua indicação, para que logo o senhor tome posse.

Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Dentro da assertiva de que os últimos serão os primeiros, eu gostaria de lembrar agora as reivindicações do Rio Grande do Norte, principalmente a duplicação da Reta Tabajara, para que isso possa ser identificado, e as outras obras que o Dr. André conhece.

Com a palavra o Dr. André para suas despedidas, antes de abrirmos o painel.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Sr. Presidente, Senador Garibaldi, a Reta Tabajara está em andamento. Graças a Deus, nós conseguimos reverter aquela situação de paralisia, de inércia em que estávamos, e conseguimos retomar as obras. Inclusive o Dr. Luiz Antônio, Diretor de Infraestrutura Rodoviária, está no Rio Grande do Norte hoje, para tratar de uma questão de revisão do projeto em fase de obras. Está conversando



com os técnicos, conversando com a empresa e com a supervisora de obras para arredondar essa questão e dar continuidade.

Informo ainda que já desenvolvemos anteprojeto dos quatros lotes do entroncamento com a 226, ou seja, na continuidade da 304 até a divisa do Ceará, dos quatro lotes cujos estudos estão previstos dentro do projeto, nós desenvolvemos dois anteprojetos lá na coordenação de projetos, e estamos na CGPLAN desenvolvendo os outros estudos para complementar e conseguir lançar o edital de RDC integrado, tão logo consigamos concluir esses anteprojetos. Nessa questão, graças a Deus, vamos conseguindo avançar.

Respondendo ao Senador Roberto Muniz, antes de mais nada, agradeço as palmas, os votos e as cobranças também, que não são poucas, mas estamos aqui. Aceitamos o desafio, vamos enfrentá-lo de peito aberto, cabeça erguida, para conseguir atingi-los. Sobre a 324, recentemente nós incluímos no SNV a ampliação do início da rodovia até Itaparica. Então, já está contemplando essa travessia. Nós sabemos da importância do projeto para o Estado da Bahia, então nós já fizemos essa alteração. Essa ligação de Itaparica até Salvador já consta no Sistema Federal de Viação. Sobre o estudo na 324, nós estamos com um estudo de viabilidade para duplicação dessa rodovia. Nós estamos sensíveis a essa questão. Está em desenvolvimento na CGPLAN, na fase 1 ainda, ou seja, são estudos preliminares, coletas de dados, mas é um dos estudos que está sendo tocado na Bahia.

Na duplicação Luís Eduardo-Barreiras, também nós temos estudos de viabilidade um pouco mais avançados do que esses na 324, mas também estão sendo desenvolvidos lá na Coordenação de Planejamento.

Tive a sorte de os questionamentos que o senhor fez estarem bem encaminhados. Após esses estudos, vamos desenvolver os anteprojetos.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu sei que já estão encaminhados. Eu só queria dizer que essa é uma pauta em que eu preciso que você tenha um pouco de atenção. Depois eu vou pedir uma audiência para a fim de sairmos um pouco do gerúndio e de começar a dar prazos, se for possível, de quando vai acontecer essa primeira etapa e a segunda etapa, pegar um pouco da definição dos marcos, até chegar a data da licitação. Era isso que, depois, eu queria...

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Estamos à disposição, Senador. Na hora que o senhor marcar, estaremos lá aguardando.

O Senador Cidinho fez questionamentos? Não, apenas...

Falta o Senador Hélio José. O Senador Hélio José entrou com uma...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Hélio José está ausente, mas ele é muito obstinado, pode ser que venha atrás da gravação. *(Risos.)*

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Antes de sair, ele deu o recado aqui: “Não, você responde para mim que eu vou ver na gravação mesmo, não tem problema não”.

O Senador Hélio José entrou com duas questões um pouco complicadas, que tratam, inicialmente, das nossas carreiras, da carreira de analista de estrutura de transportes, que tem lotação no DNIT, e da carreira de infraestrutura, que tem lotação em todo a Esplanada, são 15 Ministérios, como ele falou, mas que também atua no DNIT.

Pessoalmente, tendo a concordar com ele quanto à equiparação à carreira de analista de estrutura de transportes no quadro de especialista em regulação. O DNIT foi criado pela Lei nº 10.233, assim como as agências reguladoras. Então, junto aos técnicos do DNIT, esse é um questionamento recorrente: o porquê não há essa equiparação em relação aos cargos, visto que são órgãos, autarquias inerentes da mesma lei.

Então, em relação aos analistas de infraestrutura, a única diferença que nós temos entre analista de infraestrutura e analista de estrutura de transportes, na minha visão, é a transversalidade que a carreira de analista de infraestrutura tem nos demais Ministérios.

Hoje nós estamos restritos à atividade no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Por analogia, o Senador Hélio José entende que também deveria haver uma equiparação da carreira do analista de infraestrutura com a de gestão, com os gestores públicos. Essa é uma discussão um pouco mais profunda, mas que entendo que deva ser conduzida de forma a se chegar a um bom termo para ambas as carreiras.

O anel viário do DF, que foi um dos questionamentos do Senador, consta no Programa de Assistência Social, no PAS. É um estudo de viabilidade que nós temos, está sendo desenvolvido também na SEGPLAN. Então, o Senador tem razão, é um projeto de bastante relevância para o Distrito Federal que também estamos tocando lá na Coordenação de Planejamento.

Sobre a BR-080, Senador, eu informo que já foi concluído o estudo de viabilidade para a duplicação, adequação de capacidade dessa rodovia de Brazlândia a Padre Bernardo. Então, os próximos passos é darmos continuidade ao desenvolvimento do anteprojeto para a licitação. Acredito que, graças a Deus, os números de acidentes nas entradas de Brazlândia e de Padre Bernardo devem reduzir com a adequação dessa rodovia.



O Senador perguntou também da importância do planejamento no convencimento dos gestores. Cabe à Diretoria de Planejamento do DNIT dar orientação, subsidiar as tomadas de decisões no DNIT, das áreas, das demais unidades. Então, esse convencimento, essa questão do planejamento, seja através do PNCT, do PNMR, que é o Plano Nacional de Manutenção Rodoviária – o PNCT é o Plano Nacional de Contagem de Tráfego – e as demais ações que são desenvolvidas na Diretoria de Planejamento e Pesquisa, nós colocamos sempre e trazemos sempre à baila, junto às demais diretorias, para que os recursos do DNIT sejam utilizados da forma mais racional possível.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero agradecer ao Dr. André Martins. Confirmou-se o que o currículo trouxe de informações sobre a sua competência, a sua dedicação, e aqui foi testada a sua paciência.

Então, eu queria agradecer ao senhor por ter respondido a todas as indagações. Pode ser até que o Senador Dário Berger ainda tenha a última pergunta.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Em um minuto, Sr. Presidente. Só para justificar que nós estamos em uma corrida bastante significativa aqui, em função do *impeachment*, em função de outras comissões, e eu acabei me atrasando, mas acompanhei com especial atenção a participação do senhor aqui, Dr. André, nessa função que eu reputo extremamente importante para o Brasil. E vou lhe dizer por que bem rapidamente.

A logística deste País está atrasada em pelo menos 20, 30, 40, 50 anos. Essa é que é a grande verdade. E o modal brasileiro está fundamentado em cima das nossas rodovias praticamente. A carência é de todo o tipo e aqui foi amplamente discutida. Portanto, acho que seria redundância de minha parte expressar essa preocupação, mas, como Senador de Santa Catarina, não posso deixar, Senador Garibaldi, de fazer algumas observações para que se perceba o tamanho do atraso em que nós estamos. Há 20 anos – se não me engano, 19 anos e alguns meses – foi dada a primeira ordem de serviço para a modernização e a ampliação do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis.

Eu nem tinha cabelo branco ainda, Senador Garibaldi, naquela época. Imagina como eu estava 20 anos atrás! Qualquer dia, vou trazer uma fotografia de como eu era 20 anos atrás e como estou hoje, para ver que o Governo permaneceu...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Dário Berger, não me fale em cabelo branco!

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não falo. Então, eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Fico preocupado.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu peço para nem constar aqui nas notas.

Bem, o Aeroporto Hercílio Luz, depois de tantas, inúmeras e imensas tentativas e tratativas, entrou em um processo de concessão. E o processo de concessão agoniza também nas gavetas, ele não anda, e o País não anda como deveria andar.

A BR-101 teve sua duplicação iniciada há 23 anos, Senador Garibaldi. A BR-101 é que liga o Paraná ao Rio Grande do Sul. Passados 23 anos, ela ainda não está concluída.

Mas eu quero também fazer a defesa da 470, que é uma rodovia que liga Navegantes à Serra Catarinense; da 280, que liga São Francisco do Sul a outros polos importantes de Santa Catarina.

Estou fazendo essa referência, Senador Garibaldi, porque essas obras de duplicação já tiveram ordens de serviço dadas, tiveram ordens de serviço dadas de novo, tiveram ordens de serviço dadas de novo, e as obras não saem do papel.

Então, eu, como Senador, tenho dificuldade de circular em Santa Catarina nessas regiões, não por minha própria culpa; mas, sim, por culpa do sistema que estabeleceu um descrédito irreparável, uma vez que se deram as ordens, e não se cumpriram. Efetivamente não se tem também um viés de esperança de que essas obras possam ser retomadas.

É só para ficar nisto: há as obras que ligam Florianópolis à BR-282, que também... Parece-me que esse governo foi o governo do lançamento. Ele lança a obra, nós vamos lá e pedimos. Ele lança a ideia, depois lança o projeto, depois lança o licenciamento ambiental, depois lança o edital de licitação, depois lança a licitação, depois precisa lançar também isso no Orçamento, e depois vai lá, faz a festa, damos a ordem de serviço. Todo mundo fica na expectativa de que as obras possam começar, e as obras não começam.

Então, na verdade, nós temos que mudar essa triste realidade. E nós temos que fazer o seguinte: estabelecer prioridades. Antes de terminar uma obra, nós não podemos começar outra, lançar outra. Nós não terminamos uma e vamos lançar outra? Vamos começar e terminar a outra como?

E ficamos nesse emaranhado em que este País se transformou, nessa ingovernabilidade, nessa irresponsabilidade administrativa, que levou o País à maior crise econômica já vista em toda a nossa história. E para



sair dela tenho a impressão de que não vai ser difícil. Nós vamos ter que pagar a duras penas as conquistas, inclusive, e suprimir certas conquistas que alcançamos a duras penas no passado.

Portanto, fico com essas quatro colocações dentre tantas outras que nós poderíamos discorrer aqui. Peço desculpas ao meu querido Presidente, meu vizinho, meu estimado correligionário, a quem admiro não só por ser Senador, mas por toda sua história como Ministro, que é um orgulho para todos nós aqui no Senado.

Muito obrigado, Senador Garibaldi, nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Dário Berger pela bondade das suas palavras, e concedo a palavra ao Dr. André.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Senador, o senhor falou sobre três rodovias que são bastante importantes no Estado de Santa Catarina: a BR-101, que vamos concluir, finalmente. Acredito que até dezembro deste ano, no mais tardar, devido ao regime de chuvas, no primeiro semestre de 2017, finalmente vamos concluir. Após 20 anos, vamos dar conclusão a essa obra.

A BR-470 e a BR-280.

Na BR-470, nós temos uma questão muito crítica nessa rodovia, que é a questão da desapropriação. Em ordem de grandeza, hoje nós estimamos um custo com desapropriação, a fim de liberar todas as frentes de serviço para essa obra, num montante de R\$450 milhões. Então, é um impacto muito forte no empreendimento. Temos que fazer uma força-tarefa conjunta e procurar dar viabilidade para amenizar a questão da trafegabilidade na BR-470, fazendo adequações, como a terceira faixa, a fim de, aos poucos, com essas ações amenizarmos o sofrimento da população, que é trafegar na 470.

Na BR-280 também temos questões de desapropriações, bem menos impactantes do que na 470, mas também, como o senhor bem falou, estamos num período de restrições financeiras que impactam todas as obras do País, não só as do DNIT.

Estamos num ciclo de retomada, graças a Deus isso é verdade. Vamos sair desse ciclo com certeza, através da própria estrutura transporte, que é um vetor de desenvolvimento do País. Nós vamos conseguir sair.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu só quero lhe fazer uma sugestão. Desculpe-me interromper, Sr. Presidente. Não dá para nós fazermos ela em trechos, trechos liberados?

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Sim.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Aliás, eu, quando prefeito, fazia muito isso. Eu já fazia a licitação em trechos, porque eu não tinha o orçamento da obra completa, fazia o preço global, fracionava em trechos e gradativamente a obra ficava pronta. O que não se pode fazer é o seguinte: faz-se uma obra e, por causa de um problema lá, um problema aqui, não se faz nada. Eu percebo esse *modus operandi* e não quero chegar à irresponsabilidade, mas o Governo Federal é muito distante. O Brasil é um país continental e não acompanha absolutamente a obra, como o Município acompanha e até como o Estado acompanha.

Acho que essa é uma sugestão importante, porque, se não avançarmos no total, podemos avançar em partes. Quando o dinheiro é curto, de repente, não se pode comprar à vista o produto. Podemos até fazer uma prestação.

Até quero recomendar ao povo brasileiro que, se fizer prestação, faça em poucas parcelas, quanto menos, melhor, porque com os juros que estamos vivendo hoje, se fizer uma prestação muito longa com certeza vai ficar inadimplente.

Era a sugestão que queria dar ao Presidente.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Essa é a questão do planejamento que o senhor falou, a questão das desapropriações. Então, nós já conversamos com o coordenador de desapropriação e reassentamento para andar *pari passu* com a Coordenação de Construção, ou seja, já na sinergia que o Senador Wellington estava falando aqui entre as diretorias do DNIT no seguinte sentido: se nós temos recursos hoje limitados, vamos otimizá-los, vamos liberar, fazer as ações de desapropriação, em que nós teremos frentes de serviço a serem tocadas.

Então, nós já estamos em tratativas, e isso já foi solicitado aos coordenadores de construção e de desapropriações em assentamentos, juntamente com a Coordenação de Meio Ambiente, para que seja feito esse trabalho e, aí, vamos conseguindo liberar as frentes e fazendo paulatinamente a obra, conforme os recursos vão sendo liberados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador piauiense – eu agora me lembrei de Mão Santa –, Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Mão Santa. Grande líder o Mão Santa, inclusive as mãos milagrosas nas cirurgias que ele sempre faz e fez muito.

Queria cumprimentar o nosso Presidente, principalmente o André, o nosso Dário, e fazer uma indagação que eu considero importante, já que também fui Prefeito de Teresina, cortada por duas BRs que demandam norte e sul do País, a BR-316 e a BR-343.



Há mais de 20 anos, os cinco quilômetros em que houve duplicação na BR-316 foram feitos através de um esforço do Governo do Estado do Piauí, com o Prefeito Municipal da capital. Vinte e três anos depois, o DNIT, consequentemente o Ministério dos Transportes, o Governo Federal nada fez, e isso trazendo uma série de problemas para a mobilidade urbana da capital, vez que os veículos pesados que demandam para o norte, vindos do sul do País, e vice-versa, isso traz um transtorno brutal para a cidade de Teresina.

E, agora, mais uma vez, o Governo do Estado tomou dinheiro emprestado – tomou dinheiro emprestado – para fazer 10 quilômetros de Teresina em direção ao sul e 10 quilômetros em direção ao norte, respectivamente nas BRs 316 e 343, o que eu não acho justo, considerando que 80% desse transporte de carga pesada passa pelo Estado, cruza o Estado, e, para resolver um problema de mobilidade urbana na capital, o Governo do Estado, decorridos 23 anos depois que fez um esforço para fazer cinco quilômetros, apenas cinco quilômetros de duplicação. Quer dizer, teve que repetir o mesmo fato, um sacrifício para o Tesouro do Estado, já que esta é uma Federação injusta, em que os recursos são centralizados todos no Governo Central, em Brasília, o Governo da União, com prejuízos tamanhos para os Estados e Municípios.

Bom, a pergunta nossa. Só para adiantar, eu acho que o nobre André sabe disso, está sendo feito um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental das duas BRs. Ou seja, de Teresina até a cidade de Piripiri, 165 quilômetros, e Teresina, na BR-316, demanda ao sul do Estado do Piauí. Está sendo feito. Esse é um esforço muito grande, inclusive com trabalho da Bancada Federal, de todos nós, com relação a isso. Mas eu queria que o senhor adiantasse alguma coisa em termos de planejamento, dentro de 10 anos, um planejamento quinquenal, se há a possibilidade, considerando especialmente a escassez de recursos, a limitação de recursos, de se alocar recursos para a obra de duplicação dessas duas BRs saindo de Teresina.

De outra parte, eu queria só aproveitar a oportunidade também para falar da BR-135, sul, região de Gurgueia, por onde escoia toda a produção de soja e grãos dos cerrados piauienses. É uma estrada, uma BR cujas especificações ainda são da época em que era uma PI, uma rodovia estadual. Lá, no momento, está havendo graves problemas de cruzamento desses bitrens que saem dessa região dos cerrados do Piauí levando insumos fertilizantes, etc. A Polícia Rodoviária Federal tem registrado acidentes constantes e permanentes, exatamente considerando que as especificações não atendem mais ao que está ocorrendo em termos de tráfego pesado. São, mais ou menos, uns 380 ou 400 quilômetros que têm as especificações técnicas, sobretudo nas pistas de rolamento, mas que não têm acostamento. É um absurdo uma BR por onde trafegam cargas pesadas, mais de cem toneladas de grãos, sem acostamento.

Eu queria também, se fosse possível, que o senhor me adiantasse alguma coisa com relação à 135.

O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO – Agradeço os questionamentos, Senador.

Vou começar pela 316 e pela 343.

Realmente, está em desenvolvimento um estudo de viabilidade no DNIT para verificar qual a melhor solução que vamos dar para essas duas rodovias, seja ela a duplicação, seja uma adequação de capacidade ou outro tipo de intervenção que seja necessária.

Seria irresponsabilidade da minha parte, Senador, prever qualquer tipo de alocação de recurso para essa rodovia. A Diretoria de Planejamento propõe, no orçamento do DNIT, juntamente com as demais diretorias, o projeto para o DNIT, mas quem decide finalmente são os senhores legisladores. Então, eu fazer uma afirmação de que vamos ter recurso para essa rodovia... O DNIT trabalha pensando que sim, tanto que estamos fazendo os estudos e vamos desenvolver o anteprojeto para que haja a consecução disso, mas garantir, afinal de contas, o recurso cabe ao Congresso, na questão da Lei Orçamentária. Então, se vier o recurso, nós estaremos preparados para executar o serviço, as ações necessárias para as BRs 316 e 343. Mas o DNIT trabalha, com certeza, pensando que sim, que haverá recurso, que o Governo Federal disponibilizará recurso para fazermos as intervenções nessas rodovias.

Com relação à BR-135, também há um estudo de viabilidade para desenvolvimento de anteprojeto. No entanto, nós estamos com dificuldades em relação ao licenciamento ambiental em praticamente todas as rodovias, nos dois convênios, da 235 e da 135, para aprovar os projetos.

Esse licenciamento ambiental estava aqui com o Ibama. Já solicitamos ao Superintendente que fizesse gestão ao órgão ambiental para levar à retirada dessas licenças para o órgão ambiental do Estado do Piauí para que conseguíssemos dar agilidade e dar andamento no desenvolvimento dos projetos para as rodovias necessárias. Então, nós estamos também com atenção ao Estado do Piauí, sim, Senador. Estamos à disposição; para qualquer outro questionamento que o senhor tiver eu me coloco à disposição para responder.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – A observação é que nós aqui no Parlamento não fazemos o Orçamento, o Orçamento é de iniciativa do Executivo, inclusive os Planos Plurianuais, de quatro anos, e planos até decenais. O Planejamento antevê suas ações, suas previsões, esse trabalho de planeamen-



to propriamente dito. Quer dizer, nós aqui aprovamos, às vezes acrescentamos algumas emendas, dentro que vem do Executivo para cá.

Agora, sabemos que o aspecto relacionado ao Estado brasileiro, as demandas de áreas específicas, como é a infraestrutura de estradas, energia, comunicação, infraestrutura social, educação, saúde, enfim, uma série de demandas da sociedade, o Estado não está atendendo por limitações de recursos. De outra parte, uma das saídas são as Parcerias Público-Privadas e as concessões e privatizações, etc., mas para as Regiões Norte e Nordeste, o tráfego ainda não justifica o investimento privado, considerando que não há retorno. Ou seja, o retorno dos investimentos feitos é a longo prazo. Então, vivemos num impasse.

Refiro-me às BRs 316 e 343, em que decorreram 23 anos, em um esforço do Estado e do Município e apenas com a concordância à época do DNER, hoje DNIT, e não se fez nada. E, veja, não é um interesse tão somente do Município e do Estado. Inclusive não se fez a travessia urbana. Que pelo menos não se criasse problema ou infernizasse a mobilidade urbana no perímetro da capital. Além de não fazer o investimento, não fez o que deveria fazer: tirar do perímetro urbano da capital o tráfego pesado que vem do Sul em demanda ao Norte ou vice-versa, trazendo gravíssimo problema para a mobilidade urbana.

Ou seja, o que antevejo meu estimado André – eu comentava isso ontem com nosso querido Senador Presidente Garibaldi Alves –, é a impotência do Estado na satisfação das demandas, quer sejam da área econômica ou social.

Quer dizer, o Estado brasileiro é um Estado autofágico, em que, hoje, praticamente a receita é para cobrir a despesa do Estado; especificamente com pessoal ou o custeio, a manutenção da máquina, sem sobrar recursos para investimento.

É um problema que se agrava a cada instante. Vejo isso, de outra parte, no que se refere à questão da segurança ou insegurança que paira sobre todos os cidadãos brasileiros. E a Constituição diz ser a segurança um dever, uma obrigação do Estado membro da Federação, quando o crime não tem fronteiras.

Ou seja, quero dizer com isso que temos de nos debruçar, meu querido Presidente, nessa questão, devemos nos aprofundar e refazer o Estado.

Claro que isso é muito profundo, mas a realidade é que o Estado está em uma situação pré-falimentar, com tempo, digamos, previsível, diante do que está acontecendo no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e aqui, nesta região de Brasília, que é o poder central.

É uma exteriorização, uma materialização da falência do Estado, da impotência do Estado, face à crise que se agrava. Isso se refere às funções de Estado.

É só uma observação que eu queria fazer face ao grave problema que nós estamos enfrentando em todas as capitais do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Elmano Férrer.

Nós estamos aqui desde as 8h30, e vamos abrir o painel, já que o quórum foi alcançado. *(Pausa.)*

Dr. André Araújo, votaram SIM 17 Srs Senadores; e NÃO, 01.

A sua indicação foi aprovada pela quase unanimidade.

A matéria irá ao Plenário do Senado Federal. Como nós não temos Ordem do Dia hoje não poderemos ter apreciação pelo Plenário.

Eu cumprimento V. Srª e agradeço novamente pela sua performance, pela forma como respondeu a todos os Senadores e Senadoras.

Ele ainda quer prolongar a reunião com a ata, a bendita ata.

As Srªs e os Srs Senadores que aprovam a Ata desta reunião, permaneçam como se encontram *(Pausa.)*
Aprovada.

Temos que convocar a nossa próxima reunião, que será realizada em 10 de agosto, próxima quarta-feira, às 8h30.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.)



ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SEIS DE JULHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Gladson Cameli, José Medeiros, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Simone Tebet, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Dalirio Beber, Ricardo Franco e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando a leitura da Ata da 12ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. Às nove horas e cinquenta e cinco minutos o Presidente Senador Davi Alcolumbre passa a presidência ao Senador José Medeiros. ITEM 01 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 09, de 2016. “Requerimento para a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade de instruir matéria sob sua apreciação, mais particularmente o PLC nº 147, de 2015, que Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências”. Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado com a seguinte alteração: No rol de convidados passa a constar somente os representantes das Instituições. O Senador Davi Alcolumbre retoma a presidência da Reunião às nove horas e cinquenta e oito minutos. ITEM 02 - EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2015 - Não Terminativo – “Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.401-B, de 2012, do Senado Federal (PLS Nº 521/2011 na Casa de origem), que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para incluir na composição do Sistema Nacional de Turismo os representantes dos Municípios pertencentes ao rol das Regiões Turísticas do Brasil, conforme definido pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo”. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados ao PL 3.401-B, no Senado Federal PLS 521/2011. Resultado: Adiado. ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 549, de 2015 – Complementar – Não Terminativo – “Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências”. Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 04 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 789, de 2015 – Complementar - Não Terminativo – “Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo”. Autoria: Senador Douglas Cintra. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela aprovação com emenda que apresenta. Resultado: Retirada de pauta para reexame. ITEM 05 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2016 - Não Terminativo – “Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos “A” e “A/C” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para produtores rurais do Estado de Roraima”. Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela rejeição da Matéria. Resultado: Retirada de pauta para reexame. ITEM 06 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012 - Terminativo – “Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses”. Autoria: Senador Lauro Antonio. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 07 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo – “Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal”. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinco minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Bom dia a todos e a todas.



Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 12ª Reunião da Comissão.

As Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à deliberação de proposições.

Uma vez que sou autor do item 1 da pauta, solicito ao Senador José Medeiros que assuma a Presidência, para que eu possa encaminhar o Requerimento nº 9, de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Item 1.

Com a palavra o Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Presidente José Medeiros, Senadores e Senadoras, público que nos prestigia nesta manhã, o Requerimento nº 9, que apresentei à Comissão, era para que a gente pudesse, aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional, realizar uma audiência pública, com a finalidade de instruir matéria que está sob a apreciação desta Comissão, que é o PLC nº 147, de 2015, que “estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências”.

Essa matéria está sob a minha relatoria e eu gostaria de propor essa audiência pública, para que a gente pudesse, o mais rápido possível, realizá-la e, a partir dela, estabelecer um critério que possa auxiliar, a partir desse encontro, não só os técnicos da Comissão do Senado, mas os do meu gabinete também, para que a gente possa apresentar um relatório subsidiado nas informações prestadas nesta audiência.

Portanto, neste requerimento, eu solicito que sejam convidados para a audiência pública o Ex^{mo} Sr. Ministro do Turismo, o Sr. Presidente da Embratur, o Sr. Presidente do Fornatur, o Sr. Presidente da Amazonastur, o Sr. Presidente da Anseditur e o Sr. Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Era essa a defesa que eu gostaria de fazer desse requerimento de audiência pública, com os convidados aqui mencionados por mim.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Davi Alcolumbre.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 9, de 2016

- Não terminativo -

Requerimento para a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade de instruir matéria sob sua apreciação, mais particularmente o PLC nº 147, de 2015, que “Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências”.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Nós temos alguns itens na pauta e todos sabemos da impossibilidade de Senadores estarem presentes ao mesmo tempo em tantas comissões das quais fazem parte.

Nós aguardaremos por alguns minutos a presença de Senadores para a apreciação do item 2 e, dentro de alguns minutos, se não conseguirmos o quórum, esta Presidência vai declarar encerrada a reunião, convocando a próxima, que deverá ser, inclusive, após o recesso parlamentar.

Solicito à Secretaria que possa entrar em contato com os Senadores relatores ou autores dos requerimentos e dos projetos de lei que são: item 2, de relatoria do Senador Hélio José; item 3, de relatoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, e o item 4, que também é de relatoria do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Nós não votaremos o item 4 e o item 5, porque o Relator da matéria, Senador Fernando Bezerra Coelho, solicitou, por escrito, a retirada de pauta da matéria para reexame.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:



ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 789, de 2015
- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo.

Autoria: Senador Douglas Cintra

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação com emenda que apresenta.

Observações:

- A Matéria segue ao Plenário para as providências cabíveis;

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2016
- Não terminativo -

Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para produtores rurais do Estado de Roraima.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela rejeição da Matéria.

Observações:

- A Matéria segue a CAE para prosseguimento de tramitação.)

O item 6 é de relatoria do Senador Hélio José.

Podemos inverter?

Senador José Medeiros, V. Exª...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Já foi feito, Senador. Já é a votação, e nós precisamos do quórum qualificado de 9 Senadores para que a gente possa executar a votação nominal.

Suspendo a reunião por cinco minutos, e vamos aguardar os nobres Senadores, relatores das matérias que eu mencionei, para que a gente possa fazer a votação no dia de hoje ainda.

Está suspensa a reunião da Comissão por 5 minutos.

(Suspensa às 10 horas e 1 minuto, a reunião é reaberta às 10 horas e 5 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Retornamos à reunião, após a suspensão. Ficam adiadas as matérias para a próxima reunião da Comissão.

Não havendo número regimental e nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

(Iniciada às 9 horas e 54 minutos e suspensa às 10 horas e 01 minuto, a reunião é reaberta às 10 horas e 05 minutos e encerrada às 10 horas e 06 minutos.)



ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRÊS DE AGOSTO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia três de agosto de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Hélio José, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Simone Tebet, Dalirio Beber, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Regina Sousa, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger, Ronaldo Caiado e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Ricardo Franco, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando a leitura da Ata da 13ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento 09/2016-CDR, com a finalidade de instruir PLC nº 147, de 2015, que “Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências”. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Mario Ribas do Nascimento, Consultor em Turismo, representante da Confederação Nacional dos Municípios- CNM; Cristiano Rodrigues, Presidente da ANSEDTUR; Oreni Campêlo Braga da Silva, Presidente da Amazonastur, representante da Amazonastur e da Fornatur; Rogerio Cose, Diretor de Ordenamento Turístico, representante do Ministério do Turismo e da Embratur. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Inicialmente, quero fazer alguns comunicados.

Recebemos o Aviso nº 647 do Gabinete da Presidência do TCU, de 26 de julho de 2016, que traz cópia do Acórdão nº 1.622, de 2016, proferido pela Corte do Tribunal de Contas da União nos autos do processo nº TC 025567/2013 a 2016. O acórdão determina a normatização por meio dos Ministérios Fazenda e da Integração Nacional da liberação de recursos para os Fundos de Desenvolvimento Regional em consequência da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, bem como dá outras medidas relacionadas ao tema.

Recebemos também o Ofício nº 086, de 2016, do Gabinete da Sudene, de 22 de julho de 2016, que contém os dados referentes ao relatório de resultados e impactos do exercício de 2016 do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudene, na condição de *ad referendum*. Informa-se o endereço no site da autarquia, onde se encontram disponíveis os demais documentos. Os documentos ficarão na Secretaria de Apoio da CDR à disposição dos interessados.

O expediente de hoje, conforme pauta previamente distribuída na presente reunião, é destinado à realização de audiência pública com a finalidade de instruir o PLC 147, de 2015, que estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências.

Pessoal, dentro da necessidade da modernização das normas brasileiras – muitas foram feitas há muito tempo e se tornaram obsoletas –, esta audiência pública, que trata de um assunto muito importante para o nosso País, para o desenvolvimento regional, para o turismo, que define a questão do conceito de estância, visa exatamente a fazermos um debate aqui sobre essa modernização da normatização, sem prejudicar as anteriores, dando uma situação melhor para os que agora querem investir nesse setor tão importante das estâncias hidrominerais.

Vários Estados brasileiros têm uma potencialidade turística muito grande, e o nosso País não os tem explorado da forma mais adequada. Então, precisamos vender melhor aquilo que temos de belo, para mostrar para o mundo, que são exatamente as nossas estâncias hidrominerais, trazendo divisas para este setor tão importante, que é o setor turístico. Por exemplo, na Espanha, metade do seu PIB vem do turismo. Eu estava recentemente na Escócia, um país lindo, lindo, lindo, maravilhoso, com cidades como Edimburgo. Podemos ver que



eles investem no turismo de forma pesada. Essa modernização desse conceito de estância – é o que queremos fazer aqui; nesta audiência pública, queremos discutir esse projeto – é de larga importância.

Por isso, mesmo não sendo Presidente desta Comissão, estou aqui em colaboração com nosso Presidente, que é o Senador Davi Alcolumbre, em colaboração com essa importante lei. Estou presidindo os trabalhos desta audiência pública, na qual temos o prazer e a honra de convidar o Sr. Rogério Cóser, Diretor de Ordenamento Turístico, representante do Ministério do Turismo, para vir compor a Mesa aqui conosco, representando o nosso Ministério do Turismo.

Sr. Rogério, pode vir aqui para compor a Mesa.

Está por aí o Rogério?

Rogério, como está o senhor? O senhor está bem? Seja bem-vindo! Mande um abraço para o Alberto. Fale que estamos juntos na luta. Tenho a certeza de que vocês do Ministério do Turismo têm procurado fazer o melhor para este País nosso. Precisamos avançar muito nessa área, exatamente para melhorarmos o nosso PIB.

Tenho a honra também de convidar a Sr^a Oreni Campêlo Braga da Silva, Presidente e representante aqui da Empresa Estadual de Turismo do Estado do Amazonas (Amazonastur) e do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur).

Quero dar as boas-vindas a você, querida Oreni. Quero dizer que sou o Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo nesta Casa. Não há nenhum embaixador que passe por esta Casa – sou membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – e que não precise responder à minha pergunta sobre o que ele vai trazer de colaboração na área turística para o nosso País. Consequentemente, acho que temos muito o que fazer nesse setor. Você, representando a Secretaria de Turismo de cada Estado, tem muito com o que colaborar nessa situação.

Eu queria também que você mandasse um abraço ao nosso querido Governador Melo, dizendo que estamos aqui juntos, torcendo para dar tudo certo cada vez mais no Amazonas, um Estado muito importante. Conheço bem Manaus, sei das dificuldades que enfrenta no trânsito, na mobilidade urbana, mas a Amazônia tem um potencial turístico invejável, que precisa ser cada vez mais bem explorado.

Eu queria convidar o Sr. Cristiano Rodrigues, Presidente e representante da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo (Anseditur). Eu queria dar as boas-vindas ao Cristiano Rodrigues.

Você é de qual Município, Cristiano?

O SR. CRISTIANO RODRIGUES – Sou de Palmas, Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É o Estado da minha esposa. A minha esposa é de Tocantínia, uma cidade bem próxima de Palmas.

Mande um abraço para o Prefeito Amastha, de Palmas, e ao nosso querido Governador Marcelo Miranda.

Quero dizer que, cada vez mais, Palmas nos orgulha. Estive lá recentemente e vi que a cidade está bastante bem cuidada, atrai bastante gente. Acho que Tocantins, por exemplo, tem um potencial turístico enorme no Jalapão, no Lajeado, nas praias de Tocantins.

Precisamos, realmente, cada vez mais vender o que temos de bom. Acho que a sua presença aqui, representando os Municípios, é muito importante.

Eu queria convidar o Sr. Mário Ribas do Nascimento, que é consultor de turismo, representante da Confederação Nacional dos Municípios.

Tudo bem, Mário? Seja bem-vindo!

Quero cumprimentar o Mário e lhe dizer que é muito importante a participação da Confederação Nacional dos Municípios. Como falei para o nosso amigo Cristiano, a ponta é o Município. Se a prefeitura consegue cuidar bem dos seus potenciais turísticos, ela ajuda o Estado e o País a atraírem o turista.

Cito um exemplo: em Goiás, pertinho daqui, há uma cidade chamada Barro Alto, uma cidade super bem cuidada pelo Prefeito Geraldo, onde tudo está no seu lugar, tudo certinho, tudo bonito. Fica na entrada da Serra da Mesa, que tem um potencial turístico enorme, na nossa região do Entorno. Sou Senador de Brasília. Muita gente de Brasília vai para essa região.

Então, se cada Município brasileiro fizer sua parte com relação a essa questão turística, vai colaborar para o PIB municipal, para o PIB do Estado e para o PIB do nosso País.

Então, seja muito bem-vindo a este processo aqui!

Pessoal, acho que todos estão muito bem representados.

Há a ausência justificada do nosso querido Tufi Michreff Neto, que é Diretor interno, representante da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), que teve um problema da Olimpíada para resolver. Ele estava aqui, mas teve de sair daqui para resolver esse problema. Então, é uma ausência justificada.



Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará a seguinte metodologia: os convidados terão de 10 a 12 minutos para fazerem suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e pelas Senadoras inscritos que, porventura, passarem por aqui.

A palavra, agora, será franqueada às senhoras e aos senhores palestrantes, começando pelo nosso querido representante dos Municípios, porque é exatamente na ponta onde o problema estoura e emerge. É exatamente esse que precisamos ouvir, para que os órgãos do Governo central possam ajudar a ponta a melhor funcionar.

Então, primeiro, V. Sª falará.

Em seguida, vou passar a palavra para o nosso representante Cristiano, da Associação dos Municípios.

Quero que o nosso Ministério do Turismo feche a questão, exatamente porque poderá ouvir todas as provocações. Quem é o formulador da política pública é o nosso Ministério do Turismo. Havendo todo o apanhado levantado pelos nossos três palestrantes, poderá haver melhores condições para que possa fazer a sua manifestação o Ministério do Turismo sobre a visão dessa importante modernização das leis de definição das estâncias hidrominerais.

Está bem, Rogério?

Então, passamos a palavra ao nosso querido Mário, que terá de 10 a 12 minutos para proferir sua palestra.

Em seguida, ouviremos o Cristiano Rodrigues e, depois, a Oreni.

Aliás, não será o Cristiano.

Cristiano, eu me confundi, porque você representa o Brasil. A Oreni representa o Município. Não é isso?

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Não, o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O Estado. E você?

O SR. MÁRIO RIBAS DO NASCIMENTO – O Município.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Então, será você mesmo. Depois, será a Oreni, que representa o Estado. E, depois, falará o representante do nosso Brasil, do Ministério.

Começa com o senhor. Fique à vontade.

O SR. MÁRIO RIBAS DO NASCIMENTO – Eu gostaria de dar meu bom-dia a todos os senhores e a todas as senhoras.

Quero saudar aqui o Senador Hélio José e, em nome dele, o Senado Federal, que nos acolhe neste momento para discutirmos, nesta importante reunião, o Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2015, que trata da questão das estâncias.

Quero saudar aqui também a Oreni Campêlo Braga da Silva, Presidente da Amazonastur. Quero cumprimentá-la pelo trabalho que está desenvolvendo.

Da mesma forma, cumprimento o meu amigo, representante do Ministério do Turismo, meu colega, ex-Prefeito de Água Santa, Rogério Cóser, que, para a nossa alegria, hoje é Diretor no Ministério.

É uma alegria revê-lo aqui, caro diretor Rogério.

Quero saudar também o Presidente da Anseditur, Cristino Rodrigues, que representa os secretários de turismo. É uma associação importante. No início da sua fundação, na época em que o Secretário de Turismo de Porto Alegre era o Presidente, a Celina abriu as portas da CNM e colocou lá a sede provisória da Anseditur, até que ela se estabelecesse. E agora, em novembro, nós vamos inaugurar a nova sede aqui em Brasília, com uma estrutura muito boa, com mais de 11.000m² de área construída, ao lado da CNA e do DNIT. Teremos um grande espaço, com auditórios. Enfim, todos estão convidados também a conhecê-la e a ampliar essa parceria com a nossa Confederação Nacional dos Municípios.

Senhores e senhoras, vou fazer aqui uma pequena apresentação em relação a esse tema.

Eu coordeno a área de turismo da Confederação Nacional dos Municípios, que tem uma atuação importante nessa atividade, que é fundamental para o País e que é estratégica, Senador Hélio José, para o nosso desenvolvimento sustentável, porque envolve mais de 58 segmentos de atividade econômica: agricultura, pecuária, agroindústria, saúde, educação, infraestrutura, serviços e, de modo geral, aquilo que consideramos mais importante e que é trabalhado nos Municípios, que é o desenvolvimento econômico e social sustentável. Então, é uma atividade estratégica e fundamental.

O Presidente Paulo Ziulkoski, da Confederação Nacional dos Municípios, tem dado todo o respaldo possível e nos pediu que ampliássemos as relações com o Senado Federal, com a Câmara Federal, na articulação com os Municípios, especialmente a partir de agora, quando teremos eleição ainda neste ano, já pensando nos novos gestores, que assumem no final deste ano, no início do ano que vem, os Municípios de todo o País. Nós temos de estreitar ainda mais essa relação e de fortalecer essa atividade fundamental para o nosso País.

Vou comentar aqui, em relação a esse projeto de lei específico, o panorama do turismo nos Municípios brasileiros, a distribuição nacional em relação ao perfil turístico por Região do País.



Em nosso País, há 5.568 Municípios. Desses Municípios, 2.175 integram o novo Mapa do Turismo Brasileiro. Houve uma redução de mais de mil Municípios do mapa anterior para esse Mapa do Turismo. Nós temos hoje, então, no Brasil, 2.175 Municípios. Então, é um número significativo de Municípios. Quase a metade dos Municípios brasileiros é composta de Municípios turísticos, mesmo com a diminuição.

Há um foco no Ministério – acho interessante esse foco – no sentido de apoiar efetivamente aqueles Municípios que tenham interesse no desenvolvimento do turismo. Então, houve uma seleção. Houve uma exclusão – na verdade, não foi uma exclusão; é que não apresentaram a documentação necessária – de mais de mil Municípios, o que entendemos importante, porque vamos focar e priorizar isso, vamos sensibilizar agora os novos gestores, para que, se houver interesse, aqueles que tiverem interesse possam, então, atender aos requisitos mínimos necessários para que sejam incluídos no Mapa do Turismo Brasileiro.

Nós temos agora, pela importância, Senador Hélio José, as Olimpíadas, no Rio de Janeiro. E tivemos a Copa do Mundo. O mundo inteiro está de olho no Brasil. Que Brasil é esse, com todo o seu potencial cultural e histórico, com o ecoturismo, com belezas naturais, sol, mar?

Enfim, temos de aproveitar esta oportunidade para investir fortemente no turismo, para divulgar e melhorar a infraestrutura e o saneamento básico. Precisamos trabalhar muito ainda, precisamos fazer o dever de casa. Mas creio que, com o Senado Federal apoiando as ações que têm sido realizadas, nós vamos, com essa discussão ampliada, fortalecer esse setor fundamental para o nosso País.

Desses 2.175 Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro, 1.883 têm menos de 50 mil habitantes. Repito: 1.883 Municípios têm menos de 50 mil habitantes. Está o quadro ali, com as categorias. Depois, essa apresentação ficará à disposição das senhoras e dos senhores que tiverem interesse. Há ali a distribuição por portes, do porte 1 até o 10, sendo que, no porte 10, temos, com mais de 1 milhão de habitantes, 17 Municípios no nosso País.

Os Municípios turísticos foram divididos por categorias. As categorias são A, B, C, D e E, segundo critérios do Ministério do Turismo, do Plano Nacional do Turismo. Enfim, é a categorização, a nova regulamentação do turismo. Na categoria A, há apenas 51 Municípios; na categoria B, 155; na categoria C, 424; na categoria D, 1.219 – a maior parte dos Municípios está na categoria D –; na categoria E, 326. Esse é um instrumento importante para direcionar os investimentos do Ministério. Por exemplo, os Municípios das categorias C, D e E, talvez, precisem mais de investimento em infraestrutura. Então, temos de focar mais na infraestrutura. As categorias A e B já têm uma estrutura adequada, estão num patamar mais elevado, precisam mais, talvez, da divulgação, da promoção. Enfim, vai depender da política do Ministério, da Embratur, da política de cada Município, integrada com a Política Nacional do Turismo, o nosso foco nos investimentos. Mas é um quadro, uma forma de divisão que permite, então, potencializar os investimentos de acordo com o que existe, com as condições de cada Município do nosso País.

Fizemos esse quadro para colocar dados em relação à predominância rural e urbana. Dos Municípios turísticos no Brasil, 502 Municípios têm população rural maior que a urbana. Isso não quer dizer que eles são Municípios rurais, mas que eles têm a população rural maior que a urbana. São 502 Municípios. Ali está por Região – Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste – o número de Municípios rurais, onde a população rural é maior que a urbana, e os Municípios turísticos urbanos. O número de Municípios totaliza, então, os 2.175 Municípios.

Ali há um comentário: 76,82% dos Municípios turísticos têm predominância urbana, e 63% dos Municípios encontram-se nas Regiões Sudeste e Sul do País.

Não sei se vai dar para enxergar direito ali, mas nós fizemos um quadro dos convênios liberados pelo Ministério do Turismo para os Municípios em todo o Brasil, por Estado, de 2010 a 2016: em 2010, R\$166 milhões foram liberados em convênios para os Municípios; em 2016, no final, R\$15 milhões. Eles vêm diminuindo de 2010 para cá. Em 2011, foram liberados R\$104 milhões; em 2012, R\$78 milhões; em 2013, R\$13 milhões. Em 2014, houve um incremento na distribuição dos recursos, dos convênios, para R\$49 milhões. Era ano de eleição, e, então, aumentou um pouquinho a liberação dos convênios. Em 2015, baixou para R\$9 milhões novamente; em 2016, estamos com R\$15,95 milhões. Então, percebemos que é baixo.

Comparamos os Municípios turísticos de 2010 a 2015, com o volume de recursos liberados. Há os turísticos e não turísticos em 2010. Então, realmente, isso mostra que os turísticos têm recebido a maior parte dos recursos do Ministério. Em 2010, os Municípios turísticos receberam R\$108 milhões no Brasil, e os não turísticos – isso deve se dar por emendas parlamentares –, R\$58 milhões. O total em 2010, no quadro que mostrei anteriormente, é de R\$166 milhões.

Em 2015, último ano que temos completo...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Fique à vontade.

O SR. MÁRIO RIBAS DO NASCIMENTO – Vamos encerrar em mais um minutinho. Estamos encerrando já.



Os Municípios turísticos aparecem com R\$8 milhões apenas em 2015 – baixou muito! –, e os não turísticos, com R\$1,3 milhão, totalizando R\$9 milhões, em 2015. Como reduziram os investimentos!

Isso mostra, prezado Senador, que temos de investir mais no turismo no Brasil. O Ministério do Turismo precisa ter mais apoio. Os Municípios de todo o Brasil clamam por mais investimentos no setor. Eles o entendem como setor estratégico e fundamental para a economia e para o desenvolvimento do País. Os países mais desenvolvidos do mundo, os da Europa, os Estados Unidos, os da Ásia, enfim, têm no turismo a primeira, a segunda e a terceira atividade econômica principal. É injeção na veia quando se investe em turismo. É emprego gerado, é retorno, é movimento da economia, é recurso que vem para o Município e que chega de fora e fica no Município.

Para o Brasil vêm os turistas estrangeiros, e essa é uma atividade em que não estamos vendo ao longo dos anos uma priorização, embora tenha havido a Copa do Mundo em 2014. E, agora, há as Olimpíadas no Rio de Janeiro. Esses dois eventos, obrigatoriamente, demandariam maiores investimentos ainda no turismo, mas aconteceu o contrário, o inverso. Então, há um equívoco nessa política. Precisamos mudar esse foco. A CNM vai pautar esse tema. Junto com o Senador, está pautando-a. Com os novos gestores agora, vamos tentar sensibilizar o Governo no sentido de que temos de investir muito mais no turismo do País do que o que estamos investindo hoje.

Temos aqui os convênios do Ministério do Turismo. Nas colunas, vemos que diminuiu de 2010 a 2016. Em 2014, houve aquele incremento, porque foi ano eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ao invés de aumentar, Mário, diminui. Aí fica difícil.

O SR. MÁRIO RIBAS DO NASCIMENTO – Era preciso aumentar. Tivemos a Copa do Mundo em 2014, e, agora, há as Olimpíadas de 2016!

O mundo está de olho no Brasil para saber que Brasil é esse! Poderíamos aumentar de forma altamente significativa o potencial do brasileiro no contexto do turismo mundial e não estamos aproveitando esta oportunidade, não a estamos aproveitando.

Vai ficar o legado da Copa do Mundo. Ficou o legado da Copa do Mundo. Muitos Estados e Municípios estão em obras ainda. Há o legado das Olimpíadas. Mas, se não atuarmos fortemente em 2017 no sentido de aproveitar essa visibilidade que nós tivemos com a Copa do Mundo e com as Olimpíadas e se não mostrarmos o Brasil para o mundo, será como se diz no Rio Grande do Sul: o cavalo passou encilhado, e o gaúcho não montou no cavalo, não aproveitou a oportunidade que poderia ter sido muito mais bem aproveitada.

Aí vem a questão desse projeto de lei, do PL 147. Achei importante a iniciativa. É uma iniciativa que procura trabalhar essa questão do turismo nas estâncias. Fizemos alguns questionamentos para a avaliação referentes ao alinhamento com a política e com o Plano Nacional de Turismo, à regionalização, à categorização, à segmentação, ao financiamento etc.. Está alinhado com a Política Nacional de Turismo e com o Plano Nacional de Turismo? Nós temos uma segmentação hoje no Brasil inteiro. É uma política nacional para o Brasil inteiro. Temos de avaliar a inserção dessa lei no contexto da Política Nacional, discutida e aprovada por vários segmentos, por instituições, por órgãos, por entidades ligadas ao turismo.

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO RIBAS DO NASCIMENTO – É preciso um debate mais ampliado, para consultar órgãos como o CPTEC, Inpe e INMET para tratar de assuntos como as medições, os postos meteorológicos constantes do art. 5º do PLC, as estâncias climáticas. Ele é muito restritivo, limita a uma região, praticamente, que é a Região Sul do Brasil. E a Região Norte ficará totalmente fora se aprovarmos essa legislação da forma como está. Então, é preciso trabalhar essa legislação e debater mais o assunto, para discutir a melhor forma de encaminhamento. Ele é restritivo, fala apenas em hidrominerais, climáticas, balneárias e turística religiosa. E o turismo cultural, o ecoturismo, o esportivo, enfim? Por que só essas?

Então, temos uma política nacional que trabalha essa questão e que tem de ser avaliada. Entendemos que o detalhamento constante – vou ser específico em relação ao PL – do art. 5º do PL deve ser proposto posteriormente, se for o caso de aprovação, no momento da regulamentação da lei, como posto no próprio PL em relação ao turismo religioso, no art. 8º. Então, por um lado, nas estâncias balneárias climáticas, ele limita – na própria lei, ele limita –; por outro lado, no turismo religioso, ele deixa para que possa ser regulamentado posteriormente. Então, acho que, na lei, se for o caso de aprovar essa legislação – ela vai ter de ser avaliada com mais equilíbrio, com mais calma, num debate mais ampliado –, temos de, talvez, mudar esse artigo.

Há a exclusão de Municípios turísticos. Muitos Municípios turísticos estão excluídos do processo, porque não atendem os pré-requisitos mínimos estabelecidos na lei. Então, temos de avaliar essa questão e debater mais. Essa é a proposta da CNM. Que discutamos com o próprio autor da lei, com o Senador Hélio José, que é o Presidente da Frente!



(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO RIBAS DO NASCIMENTO – Enfim, essa é a participação. Estamos à disposição para ampliarmos o debate e trabalharmos ainda mais para discutir esse assunto.

Muito obrigado. Parabéns pela iniciativa! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Mário. Coloco o meu gabinete, o Gabinete 19 da Ala Teotônio Vilela do Senado Federal, à disposição para apresentarmos emendas ao projeto que atendam os interesses da CNN e do turismo nacional. Sem nenhuma dificuldade, podemos apresentar emendas aqui, podemos voltar para a Câmara com nossas emendas. Aprimoramos o projeto. Não há sentido em deixar o projeto ficar restritivo, com essas debilidades. Queremos aprovar o projeto para modernizar o que é antigo, o que não nos está atendendo.

Então, se precisarem, podem procurar minha chefe de gabinete, que é a Carmem, e minha turma lá, que apresento as emendas necessárias – sou membro da Comissão –, para aprimorarmos o projeto sem nenhum tipo de problema.

O SR. MÁRIO RIBAS DO NASCIMENTO – O Presidente Paulo de Tarso queria lhe mandar um abraço. O senhor é municipalista, tem apoiado muitas ações. Agradecemos o seu apoio nesse sentido. Queremos parabenizá-lo pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

Tenho a certeza de que, se não fortalecemos os Municípios, não vamos a lugar nenhum, porque os Municípios são a ponta.

Vamos aqui agora ouvir a nossa representante das associações dos Municípios.

Esperem! Estou confundindo aqui.

Vamos ouvir o nosso querido Cristiano, que é o Presidente da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo.

Já falou aqui o representante dos prefeitos. Agora vamos ouvir o representante dos secretários municipais, que executam a política no Município.

O sentimento da CNM se reflete nas ações da sua turma de secretários municipais. Vamos ouvir a sua posição.

O SR. CRISTIANO RODRIGUES – Muito bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Hélio José, que está presidindo esta audiência pública; o Rogério Cóser, Diretor de Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo; a Oreni Braga, Presidente da Amazonastur e representante aqui do Fonatur (Forum Nacional de Secretários de Turismo); e o Mário Nascimento, representante da Confederação Nacional dos Municípios brasileiros.

Venho aqui me posicionar de forma bem prática com relação ao PL. O Senador disse tudo. Percebemos, pela fala dele, que, de fato, ele é municipalista. O turismo acontece nos Municípios. É até uma batalha nossa junto ao Ministério do Turismo, que tem a sistemática de centralizar todas as ações no Governo do Estado. Temos, inclusive, em alguns pontos de editais, solicitado que o Ministério flexibilize isso, porque, às vezes, em editais, tem se a necessidade de pegar a autorização ou alguma anuência do Estado. Sabemos que sempre há uma relação política que pode vir a prejudicar o Município nesse acesso de recurso. No ano passado, conseguimos com o Ministério que ele retirasse dos editais esse requisito. Temos trabalhado em prol dos Municípios turísticos brasileiros.

Com relação ao PL, a posição da Anseditur é que, da forma que está, de fato, não atende os Municípios brasileiros. Por quê? Qual seria o sentido prático do PL? Do jeito que está redigido hoje, quais seriam os benefícios para aqueles Municípios que forem classificados como estâncias? Quem os classificaria? Isso está omissa no PL. De fato, como o Mário disse, ele é excludente. Praticamente os Municípios do Norte brasileiro ficariam de fora. O Município da sua esposa, do nosso Tocantins, Tocantínia, ficaria de fora. E há praias em Tocantins. Em Palmas mesmo, há cinco praias permanentes o ano todo. E estaria de fora porque o PL prevê que estâncias balneárias são somente aquelas que são atingidas pelo mar.

Há vários gargalos que precisam ser revistos, para que possamos dar sequência ao PL. Acho que o Brasil, como dizem por aí, é um País continental. Temos características muito diferentes. E acho que querermos abarcar isso em um PL de duas laudas, com requisitos tão restritivos, não é o que o turismo espera, não é aquilo de que precisamos para desenvolver essa atividade turística, como o Mário disse, tão importante para o Brasil. Neste momento de crise, talvez, o turismo seja, de fato, a saída para a economia do Brasil.

Acho que a solução, talvez, fosse integrar tudo isso que o Ministério tem feito nos últimos oito anos. O Ministério tem feito um trabalho árduo para dar essa melhor classificação, trabalhando conjuntamente com os Municípios e com os Estados brasileiros. E o que se tem de fazer é integrar isso. Será que realmente é impor-



tante haver a nomenclatura “estância”? Até que ponto isso contribui para os Municípios? Será que não é muito restritivo mesmo? Será que isso vai contribuir para o desenvolvimento turístico? Acho que teria de se pensar nisso desde o início, desde o nascimento do PL. É importante mesmo o PL? É importante essa classificação de “estância”? O que o Ministério tem feito nos últimos anos já não atende aquilo de que precisamos? E quais seriam os benefícios? No Estado de São Paulo, temos uma lei que trata de estância, mas lá existe um fundo em que quem é classificado como estância acessa os valores, os recursos desses fundos. Então, há um sentido. Temos de repensar, de fato, essa questão.

O Ministério tem feito um trabalho muito bom para a classificação dos destinos. Criou um mapa agora, lançou um mapa com dados sérios, palpáveis. O Ministério levou em consideração o fluxo turístico para classificar aquele destino como A, B, C ou D e levou em consideração a questão da empregabilidade. Quantos empregos geram? Esse trabalho foi feito com muito estudo e com muito esmero. Acho que temos de integrar e repensar a questão do PL, se, de fato, é importante termos, nos dias de hoje, classificações de “estância”. Essa é posição da Anseditur.

Com relação ao PL, a Anseditur se coloca à disposição para contribuir com essa discussão, juntamente com o Ministério e com todos os outros órgãos. Só temos a agradecer o convite da Comissão e dizer que os Municípios turísticos brasileiros têm muito a contribuir para a economia do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso querido Cristiano, representante dos secretários de turismo municipais.

Ele citou o exemplo do Município da minha esposa, Tocantínia, que tem 75% das terras nas mãos dos índios. São reservas indígenas. Imaginem como um Município desse pode sobreviver? Só sobrevive se há condição de realmente aproveitar os potenciais que ele tem, que são as praias, as atrações até dos próprios índios com a venda de seus artesanatos. Se não houver um incentivo dessa forma, um Município desse não sobrevive, pois 75% das terras são terras indígenas, dos xerentes.

Quer dizer, é preciso repensar realmente isso no Brasil, na globalidade, e não um Brasil só do ponto de vista de interesses de um grupo, que é muito importante também para a questão turística, mas que não é o todo. Então, nós precisamos atender a esse grupo e atender ao resto do País.

É por isso que eu quero reforçar que o meu gabinete está à disposição para, a partir do que nós definirmos aqui, apresentar as emendas necessárias a esse PL, para podermos modificá-lo ou apresentar, se for o caso, um substitutivo, para que volte à Câmara e consigamos votar uma lei que atenda aos anseios do País, do Ministério do Turismo, das secretarias municipais, do representante dos prefeitos, dos secretários estaduais e do nosso povo em geral.

O ecoturismo está fora, e para nós, que somos da região do Cerrado, ele é fundamental. Nós temos potenciais turísticos muitas vezes no ecoturismo, e isso está totalmente fora aqui. Então, são coisas que nós precisamos avaliar e sobre as quais devemos conversar, para ver o que fazemos para aprimorar.

Vamos ouvir o Estado. O Estado é muito importante porque vocês congregam os Municípios. Então, a posição dos secretários dos Estados colabora muito com a ponta, no sentido de fomentar essa divisa por Estado com relação ao turismo.

Vamos ouvir a posição da Oreni Campêlo Braga da Silva, da Amazonastur, representando os secretários estaduais de turismo.

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Bom dia a todas e a todos.

Quero, em nome de S. Exª o Senador Hélio José, cumprimentar todos os membros da Mesa, que já foram citados.

Eu queria também, em nome da minha querida Ana, cumprimentar a plateia, nossa querida Secretária Executiva do Fornatur.

Também agradeço ao nosso Presidente do Fornatur, meu amigo, companheiro, irmão, Nilo, que não está aqui exatamente porque o Rio está um formigueiro com a Olimpíada, apesar de que Manaus também, nesse momento, já está recebendo as delegações do Japão, dos Estados Unidos, da Colômbia, da Nigéria, da África do Sul, mas a gente deu uma escapada para estar aqui.

Eu havia preparado a palestra um pouco mais genérica e depoisalaria um pouco mais do meu Amazonas, mas me foi dada a missão também de falar em nome do Fornatur. Porém, toda a parte inicial da palestra tem tudo a ver com o cenário nacional e com o cenário dos Estados.

Quero pedir permissão, porque já estava no *script* – e, em novela que está no *script*, não se mexe nos capítulos –, para começar com o nosso vídeo sobre o meu Amazonas. São dois minutos apenas, Senador. Depois, vamos para a palestra.



(Procede-se à apresentação de vídeo.)

(Procede-se à apresentação de vídeo.) (Palmas.)

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Bem, nesse Amazonas, você pode fazer quase tudo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É, realmente, belo o Amazonas. É lindo!

Eu tive o privilégio de conhecer Manaus e, realmente, é uma exuberância, é um exemplo daquilo que tem que ser explorado.

Quero te parabenizar e parabenizar o Governo do Amazonas, parabenizar o excelente vídeo. Quero dizer que nos orgulha ter um País tão lindo.

Quando a gente vai à Escócia – eu acabei de chegar de Edimburgo –, a gente vê o quanto eles ganham dinheiro com a beleza da Escócia. Mas o Brasil tem esse potencial em cada Estado. Cada Estado brasileiro é uma Escócia, que poderia ser explorada com a sua diversidade.

Chega-se aqui em Goiás, que é o meu Estado – sou natural de Corumbá de Goiás –, e a gente vai ali, por exemplo, a Corumbá, e observamos a cachoeira, com aquela queda do Salto do Corumbá; em Paraúna, em Aruanã, em São Miguel, em tantos Municípios lindos do Estado de Goiás; Goiânia. A gente tem tanto potencial turístico para demonstrar! Brasília com todo esse potencial – eu que sou Senador por Brasília –, com toda essa modernidade.

Então, só tenho a parabenizar o Estado do Amazonas por ter bem representado o potencial brasileiro do turismo.

Volto a palavra para você, para os seus dez minutos. Vou até desconsiderar os dois do filme, para você falar sobre a questão dos Estados.

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Obrigada.

Eu peço a V. Exª que me conceda um tempinho a mais porque vou falar também pelo Fornatur.

Pegando o gancho do Mário, acho que o Mário resumiu a questão da oferta, que são os Municípios, da situação da oferta, e Mário resumiu a questão do sentimento econômico que nós vivemos hoje em relação ao turismo brasileiro.

O turismo acontece no Município, na base. Se a base não tem recurso, esquece, que o Brasil não será um destino turístico consolidado.

Acho que Mário já resumiu a parte econômica e a questão da oferta.

Vamos falar um pouquinho do mercado, vamos falar um pouquinho do cenário, hoje, que nós enfrentamos.

Então, aqui é o resumo, é exatamente o que vai ser a apresentação, do ponto de vista da palestra.

Cenário do turismo mundial. A OMT nos apresenta um crescimento extraordinário tanto do ponto de vista de fluxo quanto do PIB mundial para o turismo para os próximos anos. No entanto, a gente percebe o crescimento das regiões mundiais, ou seja, dos destinos mundiais hoje, como eles estão se portando e como eles estão respondendo a esse crescimento apresentado pela Organização Mundial do Turismo. Vejam como se porta, hoje, a Ásia, a África, as Américas, a Europa; como esse cenário está se portando, em relação a esse crescimento que a Organização está apontando para nós.

Vejam, a chegada de turistas na Ásia e no Pacífico tem sido um crescimento gradativo, mas constante. Então, significa dizer que a Ásia está crescendo de forma moderada, mas está conseguindo convencer, no bom sentido, o fluxo mundial para aquela região. No entanto, o Oriente Médio está tendo uma queda brusca. Em função de quê? De um grande fator que nós temos, preponderante, que está no imaginário de todos os viajantes, que é a questão da segurança. Nós precisamos observar muito bem esse item no nosso bolo, na construção ou na constituição das nossas políticas públicas.

A Europa também continua crescendo, mas vejam que ela já começa a perder um pouco a sua dinâmica. Nós vamos ver lá na frente o porquê.

Vejam como as Américas vêm dando um salto extraordinário de crescimento! A América do Sul cresce devagarinho em relação as outras Américas, mas vejam o que representa o Brasil na América do Sul: apenas 22%. Deve representar um pouquinho mais agora, porque o Brasil já saiu de 5,8 para 6,4. Então, cresceu um pouquinho mais. Mas esse é o cenário que a OMT apresenta para nós. Temos que enfrentar tudo isso para que o Brasil possa sair do casulo e passar a ser um destino que enfrente os grandes competidores no cenário mundial.

Quando a gente fala Brasil, nós estamos falando dos Estados, porque o Brasil é constituído dos Estados e dos Municípios; e quem vai lá para fora junto com a Embratur são os Estados. O Brasil não vai sozinho. A Embratur, quando vai fazer qualquer ação, ela leva os Estados com ela. Caso contrário, não há Embratur; caso contrário, não há Brasil. Então, vai a Bahia, vai ao Amazonas, vai ao Ceará, vai a Brasília. Esses ingredientes multiculturais é que fazem com que o Brasil esteja nas grandes feiras.



Vamos para o cenário brasileiro. O Brasil recebeu, em mais de uma década, pouco mais de 6 milhões de turistas, mas eu pego aqui o fato econômico que o Mário falou. Isso também reverbera na questão do fluxo. Enquanto o Brasil investiu, mesmo no esforço extraordinário do Ministério do Turismo, mesmo no esforço extraordinário da Embratur, pouco mais de 15 milhões para promover – este ano são 15 milhões –, o México investiu 140 milhões. A Argentina, aqui do lado, investiu 70 milhões.

É o que eu estava falando, Senador, agora há pouco: sem orçamento, sem dinheiro, não há prioridade. Nós precisamos repensar o que nós queremos para o turismo brasileiro.

Quem são os nossos principais emissores? Sem dúvida nenhuma, a Argentina. E por quê? Porque ela está aqui do lado. Como nós falamos na nossa região, está nailharga. Então, todo mundo vem de carro; a maioria vem de carro. É muito mais fácil o argentino vir para o Brasil e mais ainda para o Sul do País.

A dificuldade que nós temos de outros estrangeiros virem para o Brasil é exatamente porque o aéreo tem um fator preponderante, que se chama custo Brasil. Ele pode até vir com uma passagem mais barata da Europa para cá. Quando ele chega ao portão de entrada para emergir dentro do País, ele paga três vezes mais num bilhete para sair de Brasília e ir para Manaus ou para Fortaleza. Então, essa é outra questão importante que tem que ser discutida.

Muito bem, vamos avaliar do ponto de vista da demanda. Esses Municípios referidos pelo Mário, que estão intrinsecamente ligados aos nossos Estados... O que motiva o turista estrangeiro a vir para o Brasil? Vejam que quase 55% vêm ao Brasil por lazer. Turista estrangeiro vem ao Brasil por lazer. No entanto, desses 54%, 62% querem praia e sol. Então, os nossos destinos climáticos de ecoturismo, de pesca esportiva, de turismo cultural, de turismo religioso precisam ser explorados com urgência, porque a praia e o sol ainda são o grande mote desse turista estrangeiro quando vem para o Brasil. Ainda temos muito a explorar no nosso País, só que não pode ser *ad eternum*. Isso tem que ser para ontem!

E vejam o que o turista brasileiro faz quando ele viaja dentro do Brasil: ele vai vir visitar parentes ou amigos ou quer praia e sol. Vejam os outros segmentos dos quais estamos falando aqui da pauta do dia: estão lá embaixo. Não há muita acessibilidade do ponto de vista da divulgação, dos produtos que possam chegar à prateleira desse turista para ele ir atrás do ecoturismo, das estâncias hidrominerais, climáticas, religiosas, que precisam ser exploradas. Essa parcela da *pizza* aqui precisa ser trabalhada muito mais.

Agora eu vou falar um pouco do meu Estado. Quando eu falo de todo esse cenário nacional, eu estou falando dos Estados brasileiros, porque todos os Estados brasileiros compõem aquelas nuances sobre as quais a gente estava falando. Vou falar um pouco do meu Estado.

Vou passar mais rápido, até porque já passei o filme.

A nossa política pública está pautada em todas essas variáveis. Não é diferente para todos os Estados brasileiros. Todos trabalham em cima dessa sintonia, com base no Programa de Regionalização e também com base na lei federal, que, ao mesmo tempo, impõe-nos, do ponto de vista legal, que trabalhemos em cima disso.

É importante que nós venhamos a entender o que a Lei Geral do Turismo nos pede, o Programa de Regionalização, para que a gente possa orientar os nossos Municípios e, aí, sem dúvida nenhuma, poder buscar os recursos onde estão disponíveis, seja no Ministério do Turismo, seja em outros Ministérios que atendam aos nossos Municípios turísticos ou de interesse turístico.

Aqui, o trabalho que a gente faz de inclusão social na redução da pobreza: no artesanato e em outras variáveis, na gastronomia.

Esse é o fluxo que o Amazonas recebeu. Vejam! Um trabalho que a gente vem fazendo há mais de uma década. Recebemos um pouco mais de 280 mil turistas; batemos um milhão de turistas.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Mas é um trabalho muito mais focado para abrir novos nichos de mercado. Estamos há mais de oito anos trabalhando a China, o Japão. Estamos adentrando o mercado russo.

Esta aqui é a distribuição do nosso fluxo, como ele se porta hoje. Temos um turismo de negócios muito forte, em função do Polo Industrial de Manaus, que tem mais de 600 empresas multinacionais. Não sei se a maioria dos senhores sabe, mas 100% dos televisores que são distribuídos na casa dos senhores são produzidos na Zona Franca de Manaus; 90% das motos Honda que circulam no Brasil são produzidas no Polo Industrial de Manaus. Temos *brands* muito importantes que estão hoje na nossa cidade e que geram esse fluxo de negócios, tanto do Japão quanto dos Estados Unidos, da Europa, enfim.

Temos também o turismo de lazer, que é muito forte. A cidade de Manaus desponta como um grande nicho para o turismo de grandes eventos. Sediamos a Copa do Mundo. Agora estamos sediando os jogos das Olimpíadas e, sem dúvida nenhuma, de forma agressiva, vamos buscar novos negócios da parte de lazer. Manaus está sendo também trabalhada como grande centro de eventos, e temos os outros segmentos.



Senador, é importante que seja colocado, e a plateia, os parceiros vejam como os outros segmentos ainda demandam necessidade de atenção, seja do ponto de vista da infraestrutura, seja do ponto de vista da constituição desses Municípios como Municípios turísticos, porque o ecoturismo, o turismo de natureza, o turismo de pesca esportiva acontece sempre fora das áreas urbanas, muito mais nos Municípios, Mário, que têm menos de 50 mil habitantes. Essa é a lógica. Por isso que a coisa está muito na contramão.

Aqui, só para se ter uma ideia de como corrobora o nosso fluxo. Vejam como saiu, em 2003, o nosso aeroporto para o número que recebeu em 2014. Então, houve um crescimento acelerado.

Este é o fluxo por perfil, como recebemos, de onde recebemos esse turista, e vejam como confirma: o mercado paulista ainda é o maior, em função do turismo de negócios. Aí, o nosso internacional são os Estados Unidos, porque estão ali a quatro horas e meia de Manaus. Geograficamente, Manaus é a cidade portão de entrada do mercado estadunidense para o Brasil.

E, aqui, a classificação também do nosso Amazonas, da cidade de Manaus. Estamos em 11º lugar no *ranking* da Embratur, do Ministério do Turismo, tendo por fonte os desembarques internacionais na pesquisa da Fipe.

Este aqui é o nosso cartão postal. Muita gente viaja para outros países para interagir com golfinhos dentro de uma piscina confinada. Aqui, você vai ao Amazonas alimentar o boto no ambiente dele, dentro de um grande rio chamado Rio Amazonas.

Aqui, inclusive, estamos trabalhando a bototerapia e o bem-estar das crianças, inclusive deficientes, com síndrome de Down. Elas têm uma evolução fantástica, assim como é feito com o cavalo.

Aqui, os resultados que alcançamos: novas rotas aéreas; Manaus, Cidade Copa do Mundo, Cidade Olímpica; Manaus entre os principais destinos do Brasil, reconhecido dentro dos maiores *sites* do mundo, como o Trivago e outros mais; Amazonas, dentro da rota dos eventos esportivos mundiais, e o Amazonas começa também a entrar na rota dos grandes eventos com centros de convenções.

(Soa a campanha.)

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – As nossas oportunidades.

Temos a maior reserva de floresta do Planeta, temos o maior potencial de água doce da terra, a maior diversidade cultural; temos mais de 66 etnias indígenas. Cada uma fala mais de 10 dialetos, além de falar o espanhol, o português, e muitas delas já falam o inglês. Não precisamos importar matéria-prima no turismo. Temos tudo pronto: o corredor verde do Brasil; a maior grife reconhecida depois de Jesus e da Coca-Cola é a Amazônia.

Enfim, estamos numa localização geográfica estratégica para o mercado estadunidense, pan-americano e caribenho. Há um ambiente propício para todos esses segmentos dos quais já falamos. O principal *hub* da Região Norte se prepara para o evento de negócios e está se preparando também para instalar, Senador, o maior parque temático do Brasil, que é uma Disney da natureza, chamado Bioparque.

Este aí é o nosso centro de convenções, primeira etapa.

Quero aqui agradecer, em nome do Rogério, ao nosso Ministério do Turismo, que foi quem viabilizou.

Este centro de convenções aqui já recebe cinco mil pessoas por dia. É um centro eclético, bastante interessante, muito bem acabado, e, agora, estamos trabalhando a segunda etapa, que vai permitir que tenhamos um centro de convenções para 15 mil pessoas.

Está aqui ele, do ladinho da Arena. É um complexo. Ele fica pequeno porque a Arena é enorme. Não dá para ser tão grande, não dá para competir.

Aqui são as nossas ameaças: estamos distantes do centro econômico e político do Brasil, não tão distantes porque estou quebrando esse paradigma, Senador. A distância de Guarulhos para Fortaleza é a mesma de Guarulhos para Manaus. Há aqueles que dizem: “Manaus é longe.” Não. Manaus é tão distante de Guarulhos quanto é distante de Fortaleza; Manaus é tão distante de Brasília quanto é distante de Fortaleza. Estamos na mesma linha do Equador. Não somos distantes, não. É que as pessoas acham que a Amazônia fica fora do Brasil.

Recursos insuficientes para desenvolver a política de turismo, nas três esferas: Federal, Estadual e Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Secretária, o lamentável é que, no exterior, alguns pensam que a Amazônia é na Argentina.

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Pois é, infelizmente!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – A informação é tão precária que chega até esse ponto. Então, acho que vai ter que trabalhar a referência.

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Mas, Senador, a Amazônia fica no Peru, fica na Venezuela!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O pior é falar que é na Argentina, porque, no Peru, na Venezuela, há Amazônia de verdade.

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – A Colômbia vende o Estado do Amazonas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Exato.



A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Ausência de uma política de incentivos fiscais voltada para o setor. Não temos uma política de incentivos fiscais no Brasil, nem no nosso Estado. Agora, estamos com o professor, com o Governador José Melo, iniciando uma política de incentivos fiscais. Já desoneramos a hotelaria, que não paga mais os 25% do ICMS da energia programada; reduzimos o ICMS do querosene de avião de 25 para 7. Então, estamos adotando uma política estratégica para o nosso Estado.

Inexistência de uma logística de integração com os países da Pan-Amazônia. Estamos isolados da Pan-Amazônia: do Peru, da Venezuela, da Colômbia.

Deficiente infraestrutura nos Municípios turísticos.

Os Municípios turísticos brasileiros, em especial a Amazônia, apresentam uma deficiência de infraestrutura extraordinária. É lamentável.

Destinos ecoturísticos competitivos no cenário mundial.

Hoje, para competirmos com a Costa Rica, com Belize, com o Equador, nós precisamos ser muito competitivos, muito agressivos, porque, enquanto nós estamos lá, em uma feira internacional, com um estande dentro do estande do Brasil, o Peru está sozinho vendendo o seu ecoturismo; o Equador está lá vendendo o seu Galápagos. Então, precisa haver mais dinheiro para competir. Sem dinheiro, ninguém faz nada.

Situação precária do Porto de Manaus.

Hoje é uma briga muito doida. Naquele porto, a cada hora que passa, eu perco mais cruzeiros turísticos. Eu tinha 27, 28; hoje eu tenho 23. Perdi agora, no ano passado, um navio alemão com seis mil turistas, porque simplesmente nós temos problema no porto e nós enfrentamos também uma máfia chamada praticagem. A praticagem no meu Estado é mil vezes mais cara do que a praticagem nos Estados Unidos. Impossível competir para levar navio para o meu Estado.

Eu fico aqui indignada, Senador, em ter que falar isso, mas eu deixo registrado nesta Casa. Eu gostaria que ficasse nos *Anais* desta Casa, porque para mim é uma indignação ter que enfrentar esse grande problema que me impede de desenvolver o turismo de cruzeiros no meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu queria propor a V. Sª que a gente discutisse a possibilidade de apresentar um projeto de lei regulamentando essa praticagem no Brasil, porque realmente é uma máfia que ganha muito dinheiro. Nós precisaríamos regulamentar. Como eu não tenho o conhecimento necessário para poder apresentar esse projeto, proponho que a minha assessoria, junto com vocês, possa apresentar um projeto de regulamentação de lei sobre essa questão da praticagem em nosso País, para evitar esse tipo de situação.

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Muito obrigada. Isso soou como música nos meus ouvidos e nos ouvidos de vários secretários. Eu tenho certeza de que o Fornatur vai acolher essa ideia. Eu gostaria de que isso fosse encaminhado pelo Fornatur, porque é um problema de vários Estados, repito. Nós vamos, sem dúvida nenhuma, demandar isso, como Fornatur, para V. Exª, para a sua assessoria, porque isso vai trazer a nós um alento muito grande.

Entrando na questão da classificação das estâncias.

Como o Mário já falou, e o Rogério deve falar, ratificar o que está sendo colocado, na Lei Geral do Turismo nós temos o Programa de Regionalização do Turismo. Esse programa já vem sendo trabalhado há bastante tempo com todos os Estados. Já consolidamos o primeiro mapa turístico. Agora ele foi reavaliado, e esses Municípios estão categorizados por níveis, como Mário já apresentou.

(Soa a campanha.)

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Então, estando categorizados por níveis, eles já estão classificados.

Estando classificados, Senador, nós entendemos que essa lei, o que está sendo discutido aqui passe a ser revisto por um novo momento, ou por um novo conceito, ou por um novo grupo de análise, uma vez que, além de já haver a Lei Geral e o Programa de Regionalização, nós entendemos que, pegando a deixa do que o senhor falou agora há pouco, a modernização, primeiro, do ponto de vista legal e do ponto de vista didático, tem-se o Município turístico, que está dentro desses níveis, e o Município de interesse turístico; tem-se a segmentação, que são os segmentos. Portanto, não posso classificar uma estância no segmento, não posso classificar uma estância num Município que já está nivelado pelo programa, pela lei federal, mas posso classificar o produto como estância, se é que há o interesse desse projeto de lei.

Vou dar um exemplo claro: a Praia de Ipanema, no Rio de Janeiro. Essa praia tem um *cluster* de serviços. Essa praia é considerada como destino balneário, que está colocado aqui – é até uma palavra que já nem se usa mais –; é um produto de praia e sol. Ela estaria classificada, dentro dessa lógica do projeto, como um produto balneário dentro de um Município turístico que tem segmentação de praia e sol. Aí há Ipanema, Copacabana, há outras praias, assim como o Guarujá, em São Paulo; assim como Iracema, em Fortaleza.



Mas o que percebemos é, primeiro, que o projeto vem de encontro a um projeto nacional que já está em execução há bastante tempo. Segundo, para se modernizar, ele tem que sair desse âmbito de estância, de palavras que já não se usam mais do ponto de vista turístico. E, terceiro, creio que – fazendo minhas as palavras do Mário – seria importante que esse Relator, a assessoria pudesse sentar-se com o segmento turístico nacional, com as instituições nacionais, para discutir melhor, para que houvesse essas emendas para constituir um projeto de lei que viesse, aí, sim, não de encontro, mas ao encontro daquilo que está sendo trabalhado hoje com o Ministério do Turismo.

Penso dessa forma. Coloquei, inclusive, aqui alguns exemplos: balneário e hidrominerais paulistas e mineiros. Em alguns momentos, confunde-se balneário com hidrominerais; depois, confunde-se estância hidromineral climática. Essa é uma classificação estadual. Em nível estadual, não há nenhuma controvérsia de que o Estado defina na sua lei estadual: “Quero fazer dessa maneira.” Sem problema nenhum, assim como o Estado de São Paulo fez. São Paulo classificou como suas estâncias turísticas e seus Municípios de interesses turísticos. Lá, ele criou um fundo. Aquele que atinge o nível de estância turística recebe aquele valor; aquele que não recebe vai ficar esperando para sua classificação. Isso permite que o prefeito invista, que comece a trabalhar para que seu Município ganhe aquele fundo, receba aquele fundo. Sim, sem nenhum problema. Agora, uma lei federal, dentro do Parlamento, que venha de encontro a uma lei federal do Executivo, aí vamos ter problemas, inclusive para esses prefeitos concatenarem e saberem: “para onde eu vou”: é do Parlamento ou é do Executivo?” Acho que poderíamos afinar esse discurso.

Quero dizer – posso falar aqui em nome do Fornatur – que o Fornatur se coloca à disposição de V. Ex^a, do Relator, da sua assessoria. Temos pessoas competentes que podem contribuir no processo.

Ali, dei, inclusive, mais um exemplo dos sete destinos religiosos brasileiros que atraem multidões. Vejam bem como se confunde o destino com o produto: aqui é santuário; aqui, o Círio de Nazaré, mas aqui temos Juazeiro do Norte. Juazeiro do Norte não é o produto; ele é o Município turístico. Ele não pode ser o produto.

Portanto, há coisas que se confundem muito entre a questão de estância, do destino, do produto. É preciso que afinemos melhor esse discurso.

E aqui, para fechar, se formos falar na lógica do que foi colocado no PL, temos estâncias turísticas que não seriam estâncias, mas seriam Municípios turísticos, já classificados pela regionalização; estâncias balneárias, que não são classificadas, mas que são Municípios que têm todas aquelas variáveis que estão dentro do projeto de lei; e as estâncias religiosas, que são os quatro Municípios que já têm produtos religiosos lá dentro. Temos Parintins, onde há a festa do Boi-Bumbá, mas há lá a Festa de Nossa Senhora do Carmo, que leva quase todos os Municípios da região.

E aqui foi o que fizemos como observação: o art. 3º deveria constar apenas “estância turística” – isso na redação –, uma vez que já existe a classificação para estância religiosa. No art. 6º, por que não incluir as praias de rios e de cachoeiras? Porque lá, quando se fala em balneários, não incluem rios nem cachoeiras. No art. 7º, deveria ser classificada apenas como “estância religiosa”, uma vez que a classificação para estância turística já havia sido definida.

E o destaque foi o que fiz em relação a São Paulo. E aí a dúvida que coloquei aqui para que pudéssemos discutir o que queremos classificar, o Município ou o produto, ou se insere, naquele Município, o produto.

(Soa a campanha.)

A SR^a ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Enfim, precisamos ter uma discussão com base exatamente nessa didática.

Quero agradecer, primeiro, a Deus, depois a V. Ex^a, pelo convite, a confiança do nosso querido Nilo, Presidente do Fornatur, que nos confiou estar aqui, e, obviamente, agradecer a presença e a atenção de todos os senhores.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço. Fui tolerante até sem poder, porque estou com tantos compromissos para resolver nesse tempo em que estou presidindo esta sessão, tentando trazer outro Senador que pudesse colaborar com a gente, mas fui tolerante.

Os Municípios foram duplamente representados. Os Estados só estavam com representação única, como seremos tolerantes também com o Estado brasileiro, com o Brasil, que será representado agora pelo Ministério do Turismo.

Fiquei tranquilo, quando fui informado de que o Relator dessa matéria é o Senador Davi Alcolumbre. A assessoria dele está toda aqui, com certeza, atenta, ouvindo todas essas colaborações. Os nossos gabinetes podem trabalhar juntos para aperfeiçoar esse projeto, junto com todo esse calhamaço de informação que estamos recebendo aqui.



Acho que seria o melhor caminho para nós e para o Davi, no caso, apresentar um substitutivo. Realmente, acho que não dá esse projeto; acho que esse projeto precisava ser substituído por uma proposta que resolvesse esses problemas. Com toda vênia ao Deputado, acho que substituir não faz mal nenhum, até porque voltaria para a Câmara, que teria condições de, talvez, até melhorar mais alguma coisa que possamos esquecer aqui de colocar.

Então, vamos ouvir nosso representante do Estado brasileiro, do Brasil, nosso representante do Ministério do Turismo, o prefeito, a pessoa que viveu essa situação; uma pessoa que estava lá na ponta e tem toda a condição, aqui e agora, de falar da nossa posição brasileira: Rogério Cóser, Diretor de Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo.

O SR. ROGÉRIO ANTONIO CÓSER – Bom dia a todos.

Em nome do Ministério do Turismo, especialmente do Ministro Alberto Alves, Senador Hélio, sou portador de um grande e afetuoso abraço ao amigo, à coordenação dos trabalhos, a esta seleta bancada que nos acompanha nesta manhã.

O nosso Ministro Alberto Alves não pode se fazer presente porque também está envolvido nas ações das Olimpíadas, que já bate à nossa porta. Mas a gente está aqui, tentando humildemente traduzir, juntamente com a equipe técnica do Ministério que me acompanha, em nome do Wilken Souto, que é Assessor Especial do Ministro... Saúdo a Gabrielle, que é coordenadora; a Samarina; o Frederico, da Assessoria Parlamentar.

Nossa saudação especial a todos os serventuários da Casa.

Infelizmente o tema decorre de um debate talvez maior, mas, por ser o último a falar hoje, muito do que tínhamos preparado já foi conversado, já foi amplamente colocado aos presentes. Mas, como a nossa Assessoria Técnica fez uma análise pormenorizada deste Projeto de Lei, mesmo que seja um pouco cansativo e maçante, cabe a nós, como representante do Ministério do Turismo, como Coordenador-Geral da área, apresentar aos presentes, aos que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem por outros meios de comunicação, aquilo que o Ministério analisou e pensa desse projeto.

Nós iniciamos fazendo uma exposição temporal do que já existe em relação às ações no turismo. Começamos pela Lei nº 11.771, de 2008, que é a Lei do Turismo, que no seu art. 5º fala sobre a Política Nacional do Turismo e os seus objetivos. O primeiro é promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios – que estão na bancada – a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica.

O art. 9º desta Lei fala sobre o Sistema Nacional de Turismo, que tem por objetivo promover o desenvolvimento das atividades turísticas – e aqui começa um trabalho – de forma sustentável, pela coordenação e integração dos indicativos oficiais com as do setor produtivo, de modo a, principalmente, promover a regionalização – e vamos falar muito sobre isso – do turismo, mediante o incentivo à criação de organismos autônomos e de leis facilitadoras do desenvolvimento do setor, descentralizando a sua gestão.

O Ministério, em decorrência dessa Lei, foi criando algumas ferramentas. A Assessoria Técnica do Ministério do Turismo é muito competente e foi, ao longo desse tempo, criando algumas ferramentas. O Programa de Regionalização do Turismo é uma delas, que é um programa estruturante que o Ministério criou, e objetiva apoiar – novamente – a gestão, estruturação e promoção do turismo no País, de forma regionalizada e descentralizada.

É importante que nós friseamos isso, porque o Projeto de Lei que está em discussão, que estamos debatendo nesta audiência pública, mexe justamente com a forma regionalizada e descentralizada com que o Ministério do Turismo tem trabalhado.

Outra ferramenta do Ministério do Turismo é o Mapa do Turismo Brasileiro, que é um instrumento de orientação para a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas setoriais e locais, nos territórios nele identificados, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo, de forma regionalizada e descentralizada, novamente. Esse mapa é atualizado periodicamente com o apoio das Unidades Federadas que fazem parte do nosso Brasil.

Aqui, o Mapa do Turismo – uma pequena evolução, desde 2004. O Mapa do Turismo é dividido em regiões turísticas e Municípios que fazem parte dessas regiões turísticas. Em 2004, tínhamos 219 regiões, com 3.203 Municípios. Já em 2006, 200 regiões turísticas, com 3.819 Municípios. Em 2009, 276 regiões turísticas – notem que as regiões turísticas vão sempre aumentando –; 3.635 Municípios fazem parte dessas regiões. E, em 2013, 313 regiões turísticas, que computam 3.345 Municípios.

O Mapa do Turismo de 2016, que foi recentemente promulgado pelo Ministério do Turismo, amplamente divulgado nas redes de comunicação, ouvido, falado e televisionado, trouxe para nós uma nova situação. As regiões turísticas tiveram uma pequena diminuição, de 313 para 291, e os Municípios, uma diminuição sensí-



vel, de 3.345 para 2.175. O Mapa do Turismo foi trabalhado com as regiões turísticas dos Estados, não é uma atuação deliberada do Ministério do Turismo. Como eu disse, então, aqui no final de junho, a Portaria publicou o novo Mapa do Turismo, que apresentou essa radiografia.

Nos perguntam – onde temos oportunidade de nos manifestar – se todo Município pode participar do Mapa do Turismo. E a resposta é, com certeza, que sim. Claro que terá que atender a alguns critérios para que possa fazer parte deste mapa.

Antes de falar propriamente sobre os critérios, quero colocar aos senhores e senhoras, aos que nos assistem e nos ouvem neste momento, que esses critérios foram amplamente discutidos com os conselhos regionais de turismo, estaduais, regionais, os fóruns – não foram atitudes deliberadas do Ministério do Turismo. Agora, uma vez publicado o mapa, alguns Municípios que não conseguiram atender a esses critérios, ou até por problemas internos não participaram, nos ligam dizendo: “O Ministério do Turismo nos deixou fora”. Não gente, não é o Ministério do Turismo.

O Ministério do Turismo, em acordo com os órgãos estaduais e regionais, chamou interlocutores que foram indicados pelos Estados, vieram a Brasília, foram treinados, decidiram conjuntamente o que seria observado na ponta, fizeram as reuniões regionais, depois encaminharam aos órgãos estaduais, ao secretário estadual ou ao fórum. Só após toda essa discussão localizada, foram enviados os documentos para o Ministério do Turismo. Então, o Ministério do Turismo criou a ferramenta, treinou os interlocutores e, depois, simplesmente catalogou aquilo que veio das regiões. Como nós falávamos anteriormente, nas outras transparências, que nós observamos a regionalização e a descentralização, não caberia ao Ministério do Turismo simplesmente dizer para fazer assim ou assado, pois quem sabe o que acontece nos Municípios é quem lá convive.

Rapidamente, alguns critérios.

Para poder fazer parte do Mapa do Turismo, o Município tem que ter um órgão responsável pela pasta do turismo – secretaria, fundação, coordenadoria, departamento, setor ou gerência etc. Ele tem que ter destinação de dotação orçamentária na LOA, porque, uma vez participando do Mapa, ele vai ter obrigações...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO ANTONIO CÓSER – ... a cumprir e, para isso, precisa dotação orçamentária. E ele tem que assinar, deliberadamente, um termo de compromisso com o Ministério do Turismo para adesão ao programa. Por que dizemos deliberadamente? Ninguém é obrigado a assumir isso, mas, assumido esse compromisso, o Município ou a região turística vai ter que participar e manter as ações e os órgãos em atividade para que se possa atender à política que é estabelecida no Mapa.

Para poder fazer parte do Mapa, o Município tem que também cumprir algum papel no desenvolvimento regional. Para isso, ele tem que ser um Município turístico ou ter uma oferta turística complementar ou ainda ser um Município de apoio ao turismo. O pessoal pode ficar pensando no que seria o Município de apoio ao turismo. Os Municípios turísticos são onde há os principais produtos, onde já está consolidado o turismo; Municípios com oferta turística se tratam de Municípios vizinhos aos Municípios que tenham atrativo ou, mesmo não sendo vizinho próximo, que auxiliem no deslocamento de turistas para essa região; e os Municípios de apoio ao turismo são aqueles Municípios que, mesmo não sendo Municípios turísticos, colaboram, contribuem com fornecimento de mão de obra, com a venda de artesanato ou mesmo de hortifrutigranjeiros, que vão desses Municípios que não são turísticos para auxiliar os Municípios que são turísticos. Então, uma vez cumprindo esses critérios e cumprindo esse papel, o Município, com certeza, vai fazer parte do novo Mapa do Turismo.

Outra ferramenta importantíssima que serve para trabalhar o Mapa é a categorização dos Municípios das regiões turísticas do Mapa. O que é a categorização? É um instrumento de identificação do desempenho econômico do turismo dos Municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa brasileiro. Isso foi instituído em portaria em 2015. Aqui, nós avaliamos qual é o desempenho econômico do turismo naquele Município, para saber se ele realmente vai fazer parte do Mapa naquelas categorias A, B, C e D, que já foram aqui amplamente divulgadas e comentadas.

Essas ferramentas do Ministério do Turismo, criadas especialmente para as ações no turismo, já foram analisadas pelo Tribunal de Contas da União. Em auditoria realizada na Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, foram detectadas irregularidades de assinaturas de contratos de repasses com Municípios que não têm interesse turístico em confronto com o Mapa e a regionalização do turismo. Também em fiscalização ao turismo, no Relatório Sistêmico da Subfunção Turismo, foi feito um levantamento sobre aplicação dos recursos, e foi reconhecido o Mapa do Turismo como uma boa prática do Ministério. Então, boas práticas na gestão do programa do turismo...

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Rogério, dê-me só um adendo, um aparte.

O SR. ROGÉRIO ANTONIO CÓSER – Pois não.



A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Nessa questão, Senador, eu faço questão de fazer essa citação.

Essa questão da destinação de recursos para Municípios que estão fora do Mapa do Turismo, da regionalização do turismo, está pautada na questão da destinação de emendas parlamentares, que, muitas vezes, não passam nem pelo órgão estadual nem pelo órgão municipal de turismo. Isso é uma coisa que o Ministério vem afinando há bastante tempo para evitar exatamente que, muitas vezes, o Parlamentar destine para aquele Município que, às vezes, não tem nem um aeroporto nem um hotel. É bom que pautemos isso até para que o Parlamento possa afinar também a discussão conosco.

Outra coisa que eu queria dizer, Rogério, é que o Ministério deu amplo prazo para que os Municípios pudessem atender aos critérios do Mapa. Inclusive, ele ampliou o prazo que foi dado. Então, não respondeu quem não quis responder.

O SR. ROGÉRIO ANTONIO CÓSER – Eu lembro que a extensão do prazo foi a pedido do Fornatur, o Fórum dos Secretários.

Só para continuar no acórdão do Tribunal de Contas, as práticas tidas pelo Ministério foram reconhecidas como boas práticas. E são cinco as ações principais desenvolvidas pelo Ministério do Turismo que podem ser consideradas boas práticas de gestão. São elas: o estabelecimento de regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos; a criação do Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (Siacor); a implementação do Sistema de Monitoramento de Desempenho; a definição do Mapa do Turismo Brasileiro; e a instituição de um manual de instruções para a celebração e execução de termos de compromisso.

Aí eu queria fazer um adendo para dizer que, na Esplanada, o Ministério do Turismo se orgulha em receber a melhor nota dos órgãos de controle quanto à gestão de seus programas. Inclusive, programas nossos, criados pelas nossas assessorias técnicas, estão sendo admitidos por outros ministérios. Então, é importante parabenizarmos e louvarmos o trabalho desses abnegados prestadores de serviço do Ministério do Turismo.

O Mapa do Turismo Brasileiro é uma ferramenta que ajuda a orientar a gestão do desenvolvimento das políticas públicas regionalizadas e descentralizadas.

Aqui, o acórdão mais recente, o de 2016, também no levantamento da auditoria. Quanto à alocação de recursos federais aos Municípios mediante transferências voluntárias, o Tribunal de Contas da União reconhece, em recente acórdão, de 2016, o Mapa do Turismo Brasileiro e a categorização como boas práticas do Ministério do Turismo.

E resolve – para isso eu chamo a atenção – dar ciência à Casa Civil da Presidência da República, como boa prática identificada no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, a partir da elaboração do Mapa do Turismo Brasileiro e da categorização dos Municípios das regiões turísticas.

Aqui estão as publicações em que o Tribunal de Contas elogia as nossas iniciativas – e fazemos isso de forma deliberada, porque o PL em discussão se choca em alguns momentos com tudo isso que vem acontecendo e que, como os senhores tiveram oportunidade de vislumbrar, vem sendo reconhecido pelos órgãos de controle como boa prática. A própria Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Senador Hélio, do Senado, desta colenda Casa de Leis, já reconheceu a categorização e o mapa como boas práticas. Então estamos falando em casa.

Em termos de avaliação do relatório de 2014, essa Comissão indicou o que foi estabelecido pelo Ministério do Turismo como critérios para que os Municípios possam integrar o Mapa do Turismo. Então foi a categorização, o que fortalece a iniciativa. Também sugeriu a inclusão de um dispositivo na LDO que obriga que as emendas ao orçamento do Ministério do Turismo complementem o Mapa do Turismo e a categorização e, finalmente, reconhece a categorização dos Municípios do mapa como uma prática louvável do Ministério do Turismo.

Esse parágrafo, Senador, é de lavra desta Casa. Parece-nos uma solução adequada e promissora para se buscar a almejada convergência entre políticas prioritárias para a área do turismo em emendas parlamentares. É uma solução flexível, que respeita a sensibilidade do Parlamentar em relação a algum projeto ou região. Mais ainda, tenta direcionar recursos para projetos importantes para o Ministério. Isso se passou nesta Casa, consta dos Anais desta Casa. E nós, do Ministério do Turismo, nos orgulhamos de praticar essas ações e ter o reconhecimento desta Casa.

Temos também a Portaria nº 182, publicada no dia 29 de julho, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária. Ela é um pouco mais detalhada, mas o art. 3º, Ore-ni, refere-se especialmente às aplicações das emendas. Diz que 90% da programação orçamentária anual do turismo tem que ser nas unidades da Federação e em regiões turísticas do mapa e 10% pode ser em unidades da Federação que não participam do mapa, desde que justificados.



O comentário que tu fizeste quanto às emendas parlamentares... Essa é uma das ações que nós, como Ministério do Turismo, Departamento de Ordenamento, pretendemos fazer agora, junto à Comissão de Turismo da Câmara. É importante repassar aos Deputados essas ferramentas também. Não estou dizendo que eles não têm conhecimento, mas esperamos que eles consigam ter um melhor conhecimento do que existe, porque com certeza a regionalização e a categorização, num exemplo simples, na destinação de verbas são como jogar uma pedrinha numa lagoa. A pedrinha faz a primeira onda, a segunda onda, a terceira onda e vai irradiando.

Então, a emenda do Deputado, se bem aplicada onde o produto já é constituído, com certeza vai irradiar para os demais Municípios, para atuarem melhor no turismo.

E alguns benefícios de toda essa nossa política do turismo – categorização, regionalização, mapa. Prioriza os Municípios que adotam o turismo como estratégia de desenvolvimento; melhora a capacidade de gestão e de desenvolvimento das políticas públicas; possibilita uma melhor distribuição e otimização dos recursos públicos; aumenta a capacidade do Ministério do Turismo e dos Estados e Municípios em investir, desenvolver e consolidar novos produtos de destino turístico; respeita os princípios da eficiência da Administração Pública; e aquilo que falávamos agora, atende a dispositivos legais vigentes e às observações e recomendações do Tribunal de Contas da União e também da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa.

Feita esta exposição temporal, que considere importante para que o pessoal se situasse, algumas considerações da nossa área técnica sobre o PL nº 147.

A assessoria técnica do Ministério do Turismo manifesta-se dizendo que, da forma como foi apresentado, o PL privilegia determinados nichos e segmentos turísticos em detrimento de outros, o que já foi amplamente falado pelos componentes da Mesa; desconsidera as diversidades brasileiras; não se alinha à política nacional – por isso fizemos essa extensa e cansativa narrativa, mas é importante não virarmos as costas para o que já existe, a Lei nº 11.771 –; não define os benefícios e as classificações, como o Cristiano falava com muita propriedade; não considera o fluxo turístico, que é um dos requisitos para a criação de estâncias, e considera a atratividade, que se torna subjetiva, uma vez que a atratividade num balneário é uma e numa atividade religiosa é completamente diferente; os critérios estabelecidos são de difícil controle e operacionalização; não define responsáveis pelo reconhecimento das estâncias; e, é claro, se choca com outras legislações pertinentes ao assunto, como tentamos passar agora.

Mais especificamente sobre a nomenclatura, a estância climática deixa de fora a maior parte dos Municípios da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como a Oreni falou com muita propriedade, já que estabelece temperaturas médias que são superiores ao que o PL propõe nessa região.

Estâncias balneárias deixariam de fora Estados e cidades que contam apenas com praias de água doce. Então, para que fique registrado, ficariam de fora Alter do Chão, no Pará; Lençóis Maranhenses, no Maranhão; Praia da Ponta Negra e de Iranduba, no Amazonas; Ilha de Marajó; Palmas; Jalapão etc., um monte de Municípios já consagrados. Esses destinos turísticos ficariam de fora caso ele fosse aprovado da forma como está.

Com referência a estâncias hidrominerais, a classificação não contribui para diferenciar o Brasil como destino turístico competitivo. E, finalizando, já existe legislação sobre o tema, principalmente em se tratando de estâncias hidrominerais, que é o Código de Águas.

Essas eram as considerações que nós tínhamos.

Como eu disse inicialmente, o debate é profícuo, importante, e essa figura que as casas legislativas usam como forma de debate, a audiência pública, é de extrema importância. Nós, representando o Ministério do Turismo, agradecemos o gentil convite, mais uma vez lamentando a falta do nosso ministro, que está em outro compromisso.

O turismo brasileiro impacta hoje, diretamente, 3,8% do nosso PIB; indiretamente, aproximadamente 10% do nosso PIB. É aquele velho ditado que diz: é a indústria sem chaminé, são aquelas ações que impactam e que têm o retorno mais rápido do que toda e qualquer ação.

Como servidor do Ministério do Turismo, eu sou portador também de um pedido, prezado Senador Hélio, do nosso ministro, e, com certeza, faço isso em nome também dos nossos secretários, do Neusvaldo, e de todos os nossos colaboradores para que esta colenda Casa Legislativa olhe, ajude, auxilie a aumentar os nossos recursos orçamentários. Nós, de 2013, quando foi criado o Ministério do Turismo, a 2016, pasmem os senhores, tivemos uma redução orçamentária de 80%. E aí, quando o meu amigo e conterrâneo Mário Nascimento fazia o relato dos valores aplicados, eu quase me escondi aqui, porque, realmente, para um País como o Brasil, com essas maravilhas que nós temos, essas belezas estonteantes, nós temos um Ministério do Turismo, que poderia ser a máquina propulsora do desenvolvimento, sendo cada vez mais enfraquecido no orçamento.

Então, esse é um pedido que a gente traz à Casa, às Comissões: que olhem para o turismo com mais carinho. Nós precisamos, nós fizemos... Imaginem os senhores – se com esse diminuto orçamento nós conseguimos fazer isso, se nos derem mais dinheiro o que nós não faremos?



E, para finalizar, um desabafo meu, do cidadão Rogério Coser, ex-prefeito lá do interior, de Água Santa, no Rio Grande do Sul: nós precisamos deixar de ter um Ministério do Turismo, secretarias de turismo, Ministério e secretarias estaduais nem tanto, mas secretarias municipais, estaduais de turismo dadas politicamente como prêmio de consolação; isso desestimula o turismo. Sempre que se coloca um político ou qualquer outro profissional em um ministério, na secretaria ou na secretaria municipal como prêmio de consolação, nós estamos desestimulando o turismo.

Nós precisamos mudar o conceito de turismo. Infelizmente o vocábulo turismo, para algumas pessoas, é, de certa forma, pejorativo. Quando se fala em turismo, a pessoa pensa em se esbaldar, em não cumprir horário, em não ter responsabilidade, em aproveitar, em fazer um pouco mais de exagero em festas. O turismo é uma máquina que ainda está adormecida no Brasil, e nós precisamos, ainda que lá na escola, lá nos primeiros bancos escolares, passar aos nossos futuros administradores que o turismo é a fábrica sem chaminé que impacta, que dá recursos, que dá retorno, que faz com que um País com a pujança do Brasil consiga, com certeza, sem sombra de dúvida, desabrochar e ser, pelo menos na América do Sul e na América Latina – ouviu, Oreni? – o ponta-de-lança ou o exponencial no turismo.

Agradecemos a participação, a oportunidade e estamos também à disposição para eventuais perguntas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, nobre Rogério Cóser, pela brilhante apresentação.

Como não há Senador presente, não haverá perguntas.

Eu vou passar para a consideração final rapidamente, pedindo aos colegas... Eu tenho uma reunião da Comissão do Impeachment, uma reunião na Presidência da República às 11h30 – eu já estou atrasado há meia hora –, uma reunião da CCJ. É por isso que não há Senadores presentes, só estou eu, fazendo um sacrifício terrível – vocês estão vendo toda a minha movimentação –, por causa da importância do tema para o País, por causa da importância do tema para os nossos Estados e para os nossos Municípios. É por isso que não podíamos atrasar esse debate aqui, porque senão teríamos prorrogado essa audiência para uma outra data, mas fizemos questão de fazer, até pela responsabilidade de ser o Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo, que representa o Senado e a Câmara.

Como Senador da República, como Casa revisora das leis do Congresso Nacional, está certo que precisamos revisar essa lei e essa proposta legislativa. Então, a assessoria do nosso querido Relator observou com muita propriedade. Se houver alguma coisa crucial, se for preciso fazer alguma pergunta que ainda não ficou respondida, até abro para a assessoria. Se alguém quiser perguntar alguma coisa, não há nenhum tipo de problema. Está tudo bem com a assessoria do Davi? Tudo tranquilo? (Pausa.)

Então, vamos passar rapidamente para as considerações, já que eu dei todo o tempo que foi necessário, passando, inclusive, dos dez minutos com sobra.

Vamos ouvir aqui o nosso querido Mário, rapidamente, nas suas considerações finais.

O SR. MÁRIO RIBAS DO NASCIMENTO – Eu gostaria, então, nas considerações finais, de agradecer ao Senador Hélio José pela oportunidade, a todos os companheiros da Mesa que se fazem presentes também e que fizeram as suas brilhantes explanações, que esclarecem muito bem em relação a essa questão do PL 147.

Nós, na CNM, estamos à disposição para poder ajudar no caso de haver um substitutivo ao projeto, para que possamos, então, construir, dentro da ideia da proposta do Senador, uma legislação que contemple os interesses maiores do nosso País e dos Municípios de todo o Brasil.

Para finalizar, deixo um abraço do nosso Presidente, Paulo Ziulkoski, a V. Ex^a, aos demais Senadores desta Comissão e a todos os membros desta Mesa, que compartilharam conosco este momento importante de discussão desse PL do turismo brasileiro.

Aquilo que o Diretor Rogério Cóser colocou é muito importante: o turismo pode ser a grande alternativa econômica para o desenvolvimento do nosso País. É preciso aproveitar as oportunidades. Nós temos um potencial extraordinário. Se não fizermos o dever de casa, não vamos alcançar, almejar o lugar que queremos, que o próprio Diretor aqui colocou, que é ficar entre os líderes – pelo menos da América Latina, da América do Sul – no turismo mundial.

Muito obrigado.

Um abraço e parabéns por este evento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Mário. Um abraço para você, que Deus o ajude. Estamos aí juntos. Pode nos procurar, para o que der e vier. O Gabinete 19 da Ala Teotônio Vilela está à disposição dos Municípios brasileiros e dos prefeitos.

Nosso colega Cristiano, lá do Tocantins, nosso representante dos secretários municipais de turismo, com a palavra.



O SR. CRISTIANO RODRIGUES – Por parte da Anseditur, só temos a agradecer o convite e nos colocar à disposição para esse debate, para o melhoramento dessa legislação.

Gostaria também de agradecer a tolerância do Senador Hélio, que, mesmo tão asoberbado, permitiu que a audiência ocorresse em razão desse tema tão importante. Nossos agradecimentos, então, por parte da Anseditur.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Fica registrado também o nosso agradecimento aos senhores secretários. Quero dizer que reforço o abraço à turma do Tocantins e peço que olhem lá para a gente fazer o asfaltamento urgente dos oito quilômetros entre Palmas e Tocantínia, porque esse asfaltamento, que está dentro da aldeia dos índios – eu já conversei com a Funai –, está bem equacionado, e precisamos fazer rápido.

Deixe-me falar aqui com a nossa querida Secretária de Estado, a Oreni Campêlo Braga, para as suas considerações finais. Por favor.

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Bem, Senador, sinto muita alegria em saber que a gente pode discutir as coisas importantes para o turismo brasileiro, mas eu queria trazer aqui uma reflexão para todos nós. Às vezes você quer muita gente em uma determinada plenária, mas nem sempre isso reflete a qualidade do que vai resultar; e, às vezes, com poucas pessoas, a importância é maior.

O que eu queria refletir aqui é o seguinte: o turismo só diria para o Brasil a importância dele se hoje, exatamente na Olimpíada, todos os hotéis fechassem suas portas, todos os restaurantes fechassem suas portas, todos os guias de turismo cruzassem os seus braços, todas as transportadoras turísticas botassem seus carros nas suas garagens. O Brasil iria, literalmente, parar, e aí dariam importância para um setor que movimenta milhões e bilhões de recursos neste País e que emprega milhões de pessoas; aí iriam olhar para o nosso setor.

Por isso, Senador, fica aqui a reflexão: a partir do momento em que o Governo brasileiro olhar para o turismo como um setor de redução de pobreza, de empregabilidade, de atividade econômica, assim como ele olha para o *agrobusiness* hoje... O *agrobusiness* hoje está colocando a cabeça de fora, inclusive na mídia nacional, mas o Brasil esquece que o que o *agrobusiness* produz está no prato do turista que se senta a uma mesa de restaurante. E quem faz isso é o chefe de cozinha, é o *gourmet*, é o garçom que leva para esse turista que se senta lá para trazer dólares para o Brasil.

É possível, sim, fazer uma reengenharia do pensamento nacional com relação à atividade turística. Nós precisamos fazer do turismo, se não a principal, uma das atividades mais importantes para este País, assim como...

(Soa a campanha.)

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – fez o México, assim como estão fazendo outros países que estão despontando no cenário mundial do turismo.

Então, eu quero agradecer mais uma vez por esta oportunidade e dizer a V. Exª que o Fornatur – os 26 Estados e o Distrito Federal – está à sua disposição também para discutir as temáticas importantes. E eu, particularmente, do meu Estado... Eu estava dizendo aqui para o Mário que o meu Estado é maior do que todos os Estados da Região Nordeste, o Amazonas é maior do que todos os Estados da Região Nordeste juntos, ou seja, nós somos maiores do que a Região Nordeste em termos geográficos. Imagine a dificuldade para desenvolver o turismo em um Estado desses, onde nós temos três horas de Manaus para Tabatinga – é mais distante do que de Manaus para Brasília, gente. Então, é muito difícil, mas não desistimos nunca; somos brasileiros. Enquanto estivermos vivos, o turismo estará na pauta do dia.

Que Deus abençoe a todos nós. Quem sabe, um dia o turismo será não mais uma discussão sobre instância ou sobre destino turístico, mas uma discussão sobre como e quanto vamos gastar no turismo do próximo ano.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos ouvir aqui o nosso querido Rogerio Coser, em suas considerações e encaminhamento finais. Quero inclusive parabenizá-lo, querido Rogerio, o Alberto e a equipe, também as secretarias estaduais, municipais e a Confederação Nacional dos Prefeitos, pelas considerações que fizeram com relação ao PL. Foram considerações altamente significativas, altamente importantes para que a assessoria do Davi, relator, possa preparar o substitutivo. Acho que foi bastante proveitosa essa audiência pública exatamente devido à colaboração que vocês trouxeram. Colocaram no papel, e agora está mais fácil para a assessoria do Davi mandar à Consultoria do Senado Federal, para que consigamos fazer realmente um substitutivo que represente o anseio do setor.

Portanto, parabenizo a equipe do Ministério do Turismo, te parabenizo e parabenizo o Alberto, o Henrique Eduardo Alves, que foi Ministro até esses dias, e toda a equipe. Muito obrigado. Um abraço.

O SR. ROGERIO COSER – Queremos agradecer a V. Exª, Ministro Hélio, pela parceria, pela brilhante condução dos trabalhos. Agradeço aos demais componentes da Mesa pela manhã produtiva que tivemos. Tenho dito, sempre que me manifesto em nome do Departamento de Ordenamento do Turismo, que, falando em



turismo, somos, todos os órgãos ligados ao turismo, *trade*, todos os demais colaboradores, braços do mesmo corpo. Falando em turismo, precisamos todos remar para o mesmo lado.

Hoje essa proveitosa manhã de aprendizado, com certeza, fecha ainda mais com esse pensamento. Obrigado pela oportunidade. Agradecemos também, a área técnica do Ministério, em nome do nosso Ministro, pelo convite. Da mesma forma, estamos inteiramente à disposição. O turismo precisa, deve, e vamos fazer dele um exponencial no nosso País. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Antes de encerrar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 13ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional.

As Sras e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas da 13ª Reunião da Comissão.

Agradeço a todos os presentes aos nossos trabalhos de hoje; agradeço ao Ministério, ao Secretário de Turismo; agradeço aos secretários estaduais, aos secretários municipais, aos nossos Prefeitos. A Presidência agradece a presença dos convidados e a todos que prestigiaram nossa reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos que aqui estiveram. Um forte abraço a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.*)



ATA DA 26ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 de Agosto de 2016, Terça-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7.

Às oito horas e cinquenta e oito minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Gladson Cameli, Dário Berger, José Medeiros e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Eduardo Amorim. Justifica ausência o Senador Lasier Martins (Missão Oficial). O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RCT 31/2016, de autoria dos Senadores Hélio José e Lasier Martins, destinada a debater a importância da conectividade para o acesso ao conhecimento e seu impacto na saúde, educação e desenvolvimento econômico. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Jeovani Salomão, Presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO Nacional; Santiago Gutierrez, Presidente da World Information Technology and Services Alliance – WITSA; Leonardo Euler de Moraes, Chefe da Assessoria Técnica da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Marcos Vinicius de Souza, Secretário de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços – MDIC; e André Müller Borges, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Dário Berger e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de agosto de 2016.

Senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2016, da CCT, de autoria dos Senadores, Lasier Martins e Hélio José.

Destina-se esta audiência pública a debater a importância da conectividade para o acesso ao conhecimento e seu impacto na saúde, educação e desenvolvimento econômico.

Para debater o assunto, temos a honra de convidar, para compor a Mesa, os seguintes expositores:

Sr. Marcos Vinicius de Souza, Secretário de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);

Sr. André Müller Borges, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC);

Sr. Leonardo Euler de Moraes, Chefe da Assessoria Técnica da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);

Sr. Jeovani Salomão, Presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO/Nacional).

O nosso convidado internacional, o Sr. Santiago Gutierrez, Presidente da World Information Technology and Services Alliance (WITSA), está chegando, está preso no nosso trânsito que hoje está um caos em alguns lugares na nossa cidade.

Para nós, hoje é um dia de trabalho intenso aqui no Senado e, tentando exatamente ganhar tempo, estou dando início aos trabalhos para podermos bem aproveitar esse bate-papo aqui e tentarmos avançar na questão desse importante tema para que possamos discuti-lo.

Senador Pedro Chaves, bom dia.



Como está o senhor? O senhor estava meio ocupado quando eu cheguei. Prazer.

Senhoras e senhores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o mundo já não é mais o mesmo de ontem, e nem me refiro ao tempo da minha juventude nem à infância de meus filhos.

A tecnologia está entrando de forma irreversível em nosso cotidiano desde o final da Segunda Guerra Mundial, mas foi com o avanço das tecnologias da informação e das comunicações, na década de 80 do século passado, que isso se deu de forma avassaladora.

O computador pessoal, o princípio da revolução da informática, passou a ser a porta de entrada de uma rede mundial de computadores. Em instantes, estavam uns ligados aos outros, em escala planetária. E o mais interessante disso tudo é que não percebemos essa revolução, nós a vivemos.

Nós, os mais velhos, usamos aplicativos de comunicação instantânea como usávamos o telefone, mas percebemos bem a diferença entre um e outro. Porém os mais jovens fazem isso de uma forma tão natural que não sabem mais distinguir a comunicação síncrona da comunicação assíncrona. São multitarefa, fazem dezenas de coisas ao mesmo tempo e ainda encontram tempo para caçar bichinhos esquisitos por aí, fazendo interagir a internet com o espaço real de suas vidas. O virtual e o real se misturam.

Hoje em dia, com o celular, a pessoa tira fotografia, faz a comunicação gratuita para onde ele quiser, pela internet. O WhatsApp – o que isso alcança e da forma como alcança – era impensável antigamente. Hoje em dia você não precisa mais daquele trambolho desse tamanho para gravar uma reunião aqui, uma coisa microscópica grava. Quer dizer, é tanto avanço tecnológico que é isso que eu falei aqui. A gente que vive isso muitas vezes nem percebe o que está acontecendo.

A juventude de hoje já está integrada, é automático. Você vê as crianças automaticamente com o celular. Você está no aeroporto, você está numa parada de trem, você está na rua, onde estiver que tenha a disponibilidade do recurso as pessoas estão dedilhando.

Todos nós concordamos, o mundo não é mais o mesmo desde que nós nos conectamos à internet.

A internet já não é mais a mesma de uma década atrás, e não será a mesma daqui a uns anos.

Há uma infinidade de possibilidades que se entrecruzam e formam várias matrizes possíveis de combinação de tecnologias e usos.

Por exemplo, o Facebook foi pensando para ser uma coisa. O uso que os brasileiros fazem desse aplicativo é completamente diferente daqueles imaginados por seus criadores. E assim vai.

A tecnologia avança e se combina com as culturas locais e vai-se modificando em função das demandas dos usuários. Umas desaparecem e outras lhe tomam o lugar ou novos lugares, novas necessidades ou novas realidades são criadas.

Bom dia, Senador Cristovam.

Não sabemos como será o mundo dos aplicativos, mas sabemos que a base dos avanços será a conectividade, a capacidade de nos conectarmos e nos ligarmos e a qualidade dessa conexão.

A União Internacional de Telecomunicações (ITU) – sigla em inglês –, em seu relatório Medindo a Sociedade da Informação, publicado no início do ano passado, coloca o Brasil em 61º lugar em uma classificação de indicadores ponderados de vários critérios, que tenta traduzir a infraestrutura, a qualidade das comunicações e a conectividade existente em cada país.

Agora, em 2016, um estudo da empresa chinesa de *smartphones* Huawei sobre o avanço de 50 países colocou o Brasil em 30º lugar em conectividade, a mesma posição que tivemos no ano anterior.

Somos dependentes da internet: as pessoas, as empresas, os governos. E mais, o desenvolvimento das comunicações é importante propulsor da economia como um todo.

De acordo com a *Forbes*, ao aumentar 10% das pessoas que utilizam a internet móvel, o PIB tem um crescimento de 0,5% por ano, significando uma economia enorme em instalação de rede com fio, sem contar que a necessidade de fazer o universo da *web* ser cada vez maior e seguro parte principalmente das grandes empresas como a Facebook e a Google.

Às vezes me pergunto se estamos preparados para tanta velocidade, para tanta informação, para tanta conexão.

Senador Cristovam, quando a gente aprende a usar essa máquina, já tem outra muito mais moderna. É complicado.

Logo precisaremos implantar *chips* em nossos cérebros, será esse o nosso futuro? Já se implantam *chips* para fazer tetraplégicos andar, mas já há quem pensa em implantá-los para gerar habilidades instantâneas e novas funções.

A sociedade depende da internet e demanda qualidade nas ligações e nos conteúdos.

Os governos são demandados a terem transparência e a colocar tudo na internet. Com isso ganham os cidadãos e as instituições públicas.



A saúde também ganha na conexão com a rede. Prontuários e exames *on-line* facilitam a vida dos pacientes e dos médicos, reduzem despesas e possibilitam troca de informações entre hospitais, mesmo que distantes.

Em breve, teremos a telemedicina se desenvolvendo. Os médicos trocando informações ou mesmo realizando procedimentos à distância.

Ganha também a educação. Essa é, na verdade, quem mais ganha com o avanço da conectividade, nobre mestre Senador Cristovam. Do jardim da infância à universidade, a internet mudou o jeito de se ensinar, produzir e conviver com a informação e com o conhecimento.

Como será a educação do futuro e a medicina com um mundo hiperconectado? Como será o mundo hiperconectado?

São boas perguntas para provocarmos vocês hoje aqui nesse bate-papo. Mas antes que isso seja colocado em debate, temos questões mais urgentes a tratar.

Será que o Brasil está sabendo lidar com a economia desses novos tempos?

Será que estamos sabendo estimular nossa criatividade e nossas empresas na competição mundial?

Será que estamos sabendo lidar com a nova economia global que produz componentes e mesmo *softwares* de forma compartilhada e colaborativa em vários países ao mesmo tempo? Ou será que ainda tratamos nossas empresas como se fôssemos contabilistas da época do Império?

Nossas lideranças estão sabendo colocar o Brasil no século XXI?

Nós, os legisladores, estamos cientes desses desafios?

Sabemos que o Brasil e o mundo passam por sérias dificuldades econômicas.

Infelizmente, para nós brasileiros, ainda não é consenso por aqui que aqueles que investirem fortemente em ciência e tecnologia são os países que sairão da crise com muito mais força e mais vantagens.

Há uma forte tendência a se priorizar resultados imediatos, a coleta de impostos para pagar as contas da próxima semana ou da semana passada.

Ontem, inclusive, eu conversava, nobres Senadores Cristovam e Pedro Chaves, com Rachid, Secretário Nacional da Receita Federal, sobre a importância de pensarmos um novo Refis, mas pensarmos um novo Refis, penalizando aqueles que abusaram do Refis anterior, aqueles que foram lá, fizeram o acerto, pagaram duas prestações para pegar a CND, para continuar fazendo malandragem com a verba pública, e não pagaram mais o Refis com as prestações que se viram obrigados a pagar. Então, estão em atraso com o Refis esse tempo inteiro, prejudicando aqueles que vêm pagando religiosamente o Refis, ou aqueles que nem sequer precisaram fazer o Refis porque pagaram os seus tributos em dia.

Eu estava conversando com Rachid, para ele pensar alguma forma, mas que haja um preâmbulo para qualquer um entrar na fórmula: se tiver algum Refis anterior, que tenha que quitar antes. Senão, não entra. Do contrário, não tem sentido fazer um novo Refis para os mesmos de sempre virem acumular tudo, fazerem novo acerto, pagar duas, pegar a CND novamente para fazer concorrência fraudulenta.

Então, foi uma conversa boa, e ele ficou bastante satisfeito de saber que vamos estar numa linha de apoiar a Receita, mas no sentido claro, porque, sem recursos, ninguém consegue fazer nada. O Brasil tem capacidade de enfrentar a guerra da concorrência e do mercado globalizado. Mas as empresas, as universidades, os centros de pesquisas e os nossos pesquisadores precisam de apoio e de incentivos, como, do mesmo modo, os tiveram as empresas e os pesquisadores da Coreia do Sul, do Japão, dos Estados Unidos, da Alemanha, dos Tigres Asiáticos, etc.

Brasília, por exemplo, aguarda, há muitos anos, a definição do parque tecnológico, da capital digital, com um projeto apresentado há mais de quinze anos. Reconhecemos que é um setor estratégico para o desenvolvimento do Distrito Federal e de toda a região, e ainda temos a esperança de que o governo em breve anuncie a boa notícia de que agora sairá do papel.

Nobre Jeovani, recentemente fizemos aqui inclusive uma audiência pública especificamente sobre esse tema. Lembro-me muito bem de que o Senador Cristovam conseguiu tirar dois ou três projetos do papel e parou ali. Nunca mais outros que o sucederam e vieram colocaram esse centro tecnológico para funcionar.

E estamos com uma área no centro nobre de Brasília, pronta, para nos tornarmos concorrentes nessa área tão importante, e não temos conseguido aproveitá-la bem com a instalação de empresas.

Brasília é o terceiro mercado de informática no País, são mais de 700 empresas e 30 mil empregados no setor de TI, e, se tornarmos realidade o centro tecnológico, será muito melhor ainda a situação.

É o Sr. Santiago Gutierrez? Seja muito bem-vindo à Mesa, Sr. Santiago. E desculpa termos iniciado o trabalho. Fiquei sabendo que o senhor tinha ficado preso no trânsito.

Seja muito bem-vindo.

O SR. SANTIAGO GUTIERREZ – Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com essa audiência pública, queremos debater a importância da conectividade para o acesso ao conhecimento e seu impacto na saúde, educação e desenvolvimento econômico.

Por isso estão aqui nossos convidados. Esperamos que nos apontem cenários e perspectivas que possam orientar a melhor ação dos legisladores para que possamos aperfeiçoar a legislação e promover facilidades para o desenvolvimento econômico do nosso País e melhores acessos da população aos benefícios do mundo conectado.

Antes de passar a palavra aos nossos expositores, comunico que essa reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou do Alô Senado através do número 0800-612211. Esta mesma sugestão dou aos demais convidados que estão na plateia: se quiserem fazer qualquer pergunta aos nossos debatedores, vocês podem fazê-lo por via do nosso e-Cidadania. Inclusive a Égli está dando a boa notícia de que fizemos um formulário para facilitar as pessoas convidadas que estejam aqui e que queiram fazer perguntas, que serão colocadas no e-Cidadania e registradas nos Anais da Casa.

Durante o curso da audiência, essa Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Passaremos, então, às exposições pelos convidados e, ao final, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores presentes, na ordem de inscrição, com preferência aos proponentes dessa audiência.

A audiência pública contará com tradução simultânea e, a quem interessar, poderá solicitar um fone mediante apresentação de documento de identificação. Basta solicitar aos colaboradores da CCT.

O nosso querido, nobre, Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, manda o seguinte comunicado.

REQUERIMENTO Nº 600

Com fundamento no art. 40, § 1º, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa, no período compreendido entre 15 a 18 de agosto de 2016, quando realizarei viagem à capital Argentina, Buenos Aires, em cumprimento a missão oficial para a qual fui designado pela Presidência da Casa. Na oportunidade, em atendimento ao disposto no art. 39 do Inciso I do Regimento Interno do Senado, comunico a V. Ex^a que me ausentarei do país, no período de 15 a 18 de agosto do corrente ano, para o desempenho dessa missão

Autoria: Senador Lasier Martins

Portanto, nosso Presidente está em missão oficial no exterior. Por isso, não está aqui conosco.

Santiago, você não estava e, para não cansar os ouvidos de ninguém antes de começarmos, só quero repetir as perguntas que aqui provocamos, que são importantes, como um esquentar, para que possamos responder.

Vamos lá. Será que o Brasil está sabendo lidar com a economia desses novos tempos?

Será que estamos sabendo estimular nossa criatividade e nossas empresas na competição mundial?

Será que estamos sabendo lidar com a nova economia global, que produz componentes e mesmo *softwares*, de forma compartilhada e colaborativa, em vários países ao mesmo tempo?

Será que ainda tratamos nossas empresas como se fôssemos contabilistas à época do Império? Nossas lideranças estão sabendo colocar o Brasil no Século XXI? Nós, os legisladores, estamos cientes desses desafios?

Então, essas são algumas das provocações.

Passo a palavra imediatamente ao nosso primeiro debatedor, que é o colega Sr. Jeovani Salomão, Presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, a Assespro Nacional.

Jeovani, como a Casa hoje está profundamente abarrotada de audiências públicas, daqui a pouco teremos a CAE e a CI, a minha perspectiva, aqui na Comissão, é de dez minutos, prorrogáveis por mais dois, e, no final, cinco para fechar.

Então, vamos lá. Seus dez minutos iniciais, podendo prorrogar por até mais dois.

Por favor, Jeovani Salomão.

O SR. JEOVANI SALOMÃO – Muito obrigado, Senador Hélio José. Vou ser mais breve para poder compartilhar meu tempo com o Santiago.

Quero cumprimentar, inicialmente, os Senadores Pedro Chavez, Cristovam Buarque. O Senador, como já lhe disse pessoalmente, fez a palestra magna, quando entrei na Universidade de Brasília, em 1986, e repeti algumas palavras que o senhor pronunciou naquele momento, que marcaram momentos importantes na minha vida acadêmica. Muito obrigado, Senador.



Quero também agradecer ao Senador Lasier e a toda sua equipe por nos permitir esse momento tão importante de reflexão. E cumprimento os companheiros de Mesa, Marcos Vinícius, André Müller, Leonardo Euler e meu nobre amigo Santiago Gutierrez.

A Assespro Nacional, Senador Hélio José, representa hoje 1,4 mil, 1,5 mil empresas. Somos 15 regionais, e presido uma entidade nacional, que é justamente a junção dessas 15 entidades regionais.

Por sua vez, a Assespro Nacional se conecta, no plano mundial, ao WITSA, que possui 82 filiados ao redor do mundo. São 82 países que têm associações como a nossa, que têm representatividade nacional, que se conectam ao WITSA. Portanto, o WITSA é a voz do setor de Tecnologia da Informação, que hoje gira anualmente em torno de US\$4 trilhões, quer dizer, é um setor muito significativo.

E, quando há uma manifestação a ser feita pelo mercado de Tecnologia da Informação, justamente esse posicionamento é feito pelo WITSA, cujo presidente nos prestigia hoje aqui com sua presença. Veio diretamente do México para comparecer a essa tão relevante audiência pública.

Como disse, Senador, vou usar pouco tempo aqui para transferir meu tempo ao Santiago. Quero basicamente reforçar aspectos que considero importantes. O primeiro deles é que a Tecnologia da Informação, como bem disse o Senador Hélio José em seu discurso, está invadindo o nosso dia a dia. O fato é que nós, como formuladores de políticas públicas, ou pelo menos debatedores de políticas públicas, precisamos compreender que este movimento, que não tem volta, precisa ser visto com inteligência para que eu possa utilizá-lo para uma finalidade maior.

No caso da educação, temos resultados bastante ruins do desempenho, por exemplo, da matemática, da ciência, retratados pela OCDE. O que vem acontecendo? Vem acontecendo que não estamos sabendo utilizar a penetração grande da tecnologia na juventude para usar a tecnologia como fonte de ensino. Quer dizer, posso usar o *game*, posso usar o aplicativo como um instrumento de ensino. O menino não precisa se aperceber disso, Senador. Ele só precisa usar.

Se eu conseguir fazer algo atrativo, que ele possa usar, posso usar as tecnologias como instrumento complementar de ensino, de educação, desde que eu tenha um direcionamento para isso. Nesse sentido, há um projeto extremamente importante dentro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações, que é o Projeto Start-Up Brasil. E eu gostaria de deixar uma contribuição concreta para este tema, que é o seguinte: este projeto hoje, apesar de muito bom, conta com um número limitado de recursos.

Então, eu gostaria de propor aqui, Senador Hélio José, que esta Casa apoie esse Projeto Start-Up Brasil, que é desenvolvido dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia, juntamente com a Softex, para que possamos fazer um direcionamento de recursos de outras áreas para esse projeto. Por exemplo, estamos falando aqui que é muito importante que a tecnologia tenha um impacto na saúde. Então, vamos direcionar alguma verba da saúde para o Projeto Start-Up Brasil, de forma a incentivar empresas que desenvolvam soluções para a saúde.

Se a tecnologia é importante para a educação, vamos pegar verba da educação e direcioná-la para o projeto. Sob o ponto de vista do total do montante de verbas que há para essas Pastas, o que falo de aplicação do Start-Up Brasil é que, aparentemente, não interfere no grande montante de verbas que existem para essas disciplinas.

Para se ter uma ideia, há um estudo da OCDE que mostra que a sustentação de empregos nas *start-ups* é muito maior do que nas empresas tradicionais. Então, quando tenho uma *start-up*, essa empresa gera mais e sustenta mais empregos, inclusive num momento de crise. A pesquisa da OCDE é muito importante porque foi feita no período entre 2001 e 2011, justamente no momento da crise global. De forma que recomendo que se estudem esses números da OCDE e que se faça um esforço adicional para se fazer mais aposta nesse projeto tão importante do Ministério da Ciência e Tecnologia, que é o Start-Up Brasil.

Com isso, Senador, já finalizo o meu discurso e peço a gentileza de passar o meu tempo para o nosso nobre amigo e representante Santiago Gutierrez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com certeza, acho que esse Projeto Start-Up Brasil é muito importante, que conta com o meu apoio, o do Senador Cristovam Buarque, com certeza, e dos demais Senadores desta Casa, principalmente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Então, serão transferidos quatro minutos e sete com mais os dois prorrogáveis (seis minutos) para o nosso querido Santiago Gutierrez, Presidente da Aliança Mundial de Tecnologia, Serviços de Informação, a WITSA.

Para ajudarmos o Gutierrez e não ficarmos tocando campanha toda hora, vamos colocar aqui a primeira campanha com 16 minutos. Depois, mais dois minutos, um total de 18 minutos. Está bom?

O SR. SANTIAGO GUTIERREZ – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Então, vamos lá, pessoal.



O SR. SANTIAGO GUTIERREZ – Muito obrigado, Senador Hélio José, distintos senhores da Mesa, Senadores, senhoras e senhores, bom dia e muito obrigado pelo seu convite e interesse em escutar os temas de que vamos falar.

O meu português não é muito bom, vou pedir a você que tenha a gentileza porque vou trocar por inglês. Se você precisa de tradução, temos a tradução simultânea para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, enquanto o Gutierrez está se preparando, eu queria que zerasse novamente o tempo dele. Depois, ponho os 16 de novo. Há o fone para a tradução, pode pegar, vou pegar melhor do que ficar aqui arriscando no inglês que não é tão forte assim.

Se algum outro quiser... Cristovam, como está acostumado com isso todo dia, não precisa. V. Exª quer, Senador Pedro Chaves? Por favor, para o Senador Pedro Chaves um tradutor.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone.*) – Meu inglês é macarrônico. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O nosso querido Flexinha. Tranquilo, Flexinha?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vou pegar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pegar o fone de ouvido para o Flexinha.

O SR. SANTIAGO GUTIERREZ (*Tradução simultânea.*) – Bom, minhas desculpas, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Não tem problema, você veio de longe para colaborar conosco, é uma pena que não tenhamos tempo suficiente para ouvi-lo como gostaríamos.

Então, vamos começar.

Com a palavra o Sr. Gutierrez.

O SR. SANTIAGO GUTIERREZ (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado.

Você pode ver alguns gráficos aqui, e vou continuar falando em inglês, o.k.?

Basicamente, vou falar sobre a importância da conectividade não somente para o Brasil, mas para todos os países no mundo. E vou tentar falar sobre o Brasil no contexto global do mundo com relação à conectividade e com relação à digitalização, o.k.?

Vocês podem ver neste gráfico que o progresso do mundo – desculpem mais uma vez – na conectividade, particularmente, conectividade móvel, realmente é grande. E vocês podem ver aí que, dos sete bilhões de habitantes, aproximadamente 95% vivem em áreas que são cobertas ou por conectividade fixa ou móvel. Então, realmente, o mundo fez um grande progresso com relação à conectividade. Só para vocês terem uma ideia, a telefonia fixa, por exemplo, levou aproximadamente 90 anos para chegar a 600 milhões de conexões, e a conectividade móvel levou apenas 10 anos para chegar até 3,5 bilhões de conexões. Então, este é o mundo moderno com o chamado 3G, terceira geração de conectividade ou a quarta geração de conectividade, 4G.

Agora, neste gráfico, vocês podem ver como o mundo está indo com relação à conectividade. Vou pedir a vocês que verifiquem a posição. Vocês podem ver que os países desenvolvidos têm acesso. Em média, aproximadamente 81% da sua população total está utilizando a banda larga. Isso, basicamente, significa que quase todo mundo tem acesso à banda larga nos países desenvolvidos.

Na população mundial, em média, aproximadamente um a cada dois habitantes do mundo tem acesso à conectividade de banda larga, aproximadamente 50%. Nas economias em desenvolvimento, que são as economias lideradas pelo Brasil, na América do Sul, esse percentual é de 40%. Vocês podem ver aqui na terceira barra da esquerda para a direita. E, nos países menos desenvolvidos, que são as economias menos desenvolvidas, somente 15% das populações estão utilizando atualmente a internet de banda larga, o que é uma grande diferença. Agora, um bilhão de conexões acontecem só no mundo desenvolvido, nos países de primeiro mundo, 2,5 bilhões nos países em desenvolvimento. Agora, essas figuras podem até nos enganar porque são muito gerais, são médias muito generalistas.

Se vocês falarem, por exemplo, sobre a conectividade nas áreas rurais contra os territórios urbanos, as diferenças são enormes. Por exemplo, na população urbana, a conectividade é aproximadamente três vezes aquela da população rural. E, se você pegar a conectividade e comparar em níveis socioeconômicos diferentes, você tem quase 100% de cobertura em conectividade, vamos dizer, nos escalões mais altos da sociedade, ao passo que, nos substratos menos favorecidos, a conectividade é igual ou menos à dos países menos desenvolvidos da África, por exemplo.

Então, a conectividade não é uma fotografia homogênea, a conectividade varia muito, e há muitas desigualdades e muitas diferenças entre cidades, área rural, níveis socioeconômicos, até mesmo gênero ou faixa etária e assim por diante. Mas estamos trabalhando aqui com médias gerais, para que vocês apenas possam ter uma ideia.

Agora, como o Brasil está situado em relação à conectividade mundial? Esses percentuais aqui significam um número de conexões móveis para cada 100 habitantes. Vocês podem pegar isso aqui como percentual. Então, vocês podem ver que o Brasil tem 107% de densidade móvel. Isso significa que, no Brasil, existe pouco



mais de um *smartphone* por pessoa, a média é mais de um, é 1,07%. Agora, nos países menos desenvolvidos no mundo, no México, que é o meu país, há 50% de conectividade banda larga móvel.

Então, esta foto não mostra tudo, porque, por exemplo, as taxas de crescimento são muito mais rápidas na Colômbia e no México do que no Chile e no Brasil por razões óbvias, certo? O Brasil e o Chile estão em um estado de equilíbrio muito maior do que aqueles que estão crescendo mais rápidos.

Agora, no próximo gráfico, vocês podem ver que o Brasil está muito acima da média em teledensidade móvel, o que significa que o Brasil tem a mais alta teledensidade em telefones móveis dentre essas economias comparáveis, aqui, na América Latina.

Nesse gráfico, vocês podem ver uma fotografia reversa. Nós vemos que o Brasil está numa posição muito desfavorecida com relação à densidade de banda larga fixa. Isso, na verdade, não faz muita diferença, porque o que conta hoje em dia é a conectividade móvel de banda larga. Não é que não seja importante. Sim, ela é importante, mas essa importância está desaparecendo com o tempo e continua apagando, ficando cada vez menos importante.

Agora, medido pela conectividade, o Brasil está indo muito bem. Se nós voltarmos ao primeiro eslaide, se falarmos não somente sobre a conectividade, mas falarmos sobre a digitalização, estamos falando sobre um campo muito mais amplo aqui. A conectividade torna possível uma digitalização mais espalhada no mundo inteiro. Essa digitalização tem a ver com eletrônica, com desenvolvimento eletrônico, com equipamentos, com a fabricação de equipamentos, com a nanotecnologia. A digitalização inicia ou iniciou muito antes da conectividade, e, quando falamos sobre a digitalização, falamos mais sobre os benefícios da era digital – e eu vou mencionar alguns deles em um minuto.

Na parte superior esquerda, vocês podem ver a conectividade relacionada ao número de conexões das redes Telecom apenas para equipamentos pessoais, em que essa conectividade pode ser utilizada. Mas existem outros aspectos, como o desenvolvimento de *softwares*, como o desenho de conteúdo, desenvolvimento de conteúdo, que nos levam ao que tem sido chamado hoje em dia de a quarta revolução.

Talvez nós tenhamos pulado isso.

Mais um pouquinho, mais, mais. Não está lá, desculpem-me.

Eu vou ler para vocês: a digitalização tem a ver com a inteligência artificial, com a internet das coisas, tem a ver com a computação – biotecnologia, nanotecnologia, *optonics*, veículos automatizados e assim por diante. Basicamente, é a internet de tudo; a internet na roupa; a internet nas máquinas; a internet nas casas; em tudo. Nós chamamos isso de sociedade inteligente. Alguns especialistas, como Alan Marcus, que vai ser um dos palestrantes no congresso mundial que vai ocorrer em Brasília, dizem: “Hoje nós chegamos a um ponto crítico, em que o campo ICT de economia digital está chegando a um ponto exponencial. Nós reconhecemos que o início dessa quarta revolução vai mudar fundamentalmente a forma como nós vivemos e nos referenciamos um ao outro.

Isso não é definido por um grupo de tecnologias, mas por uma transição para um novo ecossistema, construído na infraestrutura da revolução digital. Agora, vou dizer para vocês uma medida sobre a revolução digital, e o Brasil não está muito bem aí.

Aqui, por favor É como o Web Spider, exatamente aí, essa teia. Talvez alguns de vocês já conheçam o Fórum Econômico chamado Networked Readiness Index, que é o índice de prontidão. É um termo sofisticado para dizer como o mundo pode ser considerado um país com relação à digitalização: redes, conectividade, soberanias de desenho, o uso desse aparato todo, o uso do governo, das políticas públicas e assim por diante.

Vocês podem ver o critério para esse índice de digitalização que está sendo utilizado pelo Fórum Econômico Mundial. Por exemplo, na letra “a”, à esquerda, no alto diz, no primeiro pilar: 1º – Ambiente Político Regulatório. O Brasil tem um local no mundo, ele tem a 98ª posição entre 139 países. Então, isso é uma colocação um pouco ruim. Por exemplo, com relação a ambiente político regulatório, o que isso significa? Significa que, no Brasil, o ambiente regulatório com relação a telecomunicações e à promoção de tecnologia de informação e tudo que favorece à digitalização está num estágio de subdesenvolvimento. É isso que significa.

O segundo pilar é: 2º – Ambiente de Negócios e Inovação. Isso significa que o Brasil não está indo bem na promoção de um ambiente favorável aos negócios e à inovação.

Então, em que o Brasil está indo bem? Vocês podem ver no índice “b”, no quarto pilar: 4-b – Acessibilidade. O Brasil tem a 26ª posição entre os 139 países. Isso significa que o preço dos serviços digitais é competitivo internacionalmente no Brasil, e, nesse aspecto, o Brasil está indo muito bem, mas, de forma geral, olhando para a figura superior, vocês verão 72 no índice de prontidão. Então, o Brasil está na segunda metade entre todos os países do mundo.



O Brasil não está muito bem colocado em relação ao desenvolvimento da digitalização. O Brasil tem muito a fazer nesse campo, e, como vocês podem ver, conectividade não é tudo. Existe todo um contexto, todo um ecossistema que tem que favorecer o desenvolvimento da digitalização.

Vocês podem fazer muito, com a responsabilidade de Senadores da República, em relação à política pública, e, quanto à política pública, todo o país que progrediu não só em termos de conectividade, mas digitalização, começou com as políticas públicas corretas, precisas, para promoverem um ambiente adequado, não somente um ambiente adequado aos negócios ou à pesquisa, mas um ambiente acadêmico.

E poderia ser um diretor, um guia. Se o seu próprio governo não utilizar os benefícios da digitalização, a população não vai usar. Eles vão precisar de muito mais tempo para desenvolver isso.

Isso significa que tenho mais três minutos.O.k.

Agora que eu mostrei para vocês como o Brasil está indo no índice de prontidão da digitalização, eu queria só mencionar brevemente que – e vocês podem ver aqui nesta tabela – a correlação entre a conectividade de banda larga e o crescimento econômico é muito clara. Vocês podem ver em vários aspectos ali que, quanto aos Estados Unidos, no segundo, em Thompson and Garbacz, na última coluna da direita, diz: 10% de aumento na penetração de banda larga é associado a 3,6% crescimento eficiente. Isso significa um aumento na produtividade.

E vocês podem ver que, logo abaixo, um aumento de 10% na penetração de banda larga aumenta o crescimento do PIB *per capita* em 0,9 até 1,5 pontos percentuais. Isso significa que, se o país estiver crescendo a uma taxa de 2% e neste país a conectividade aumentar 10%, este país vai aumentar o seu crescimento de 2% para 3% no PIB, o que muda significativamente.

Existem estudos diferentes mostrando esta relação próxima entre a conectividade e o desenvolvimento econômico.

Eu vou só terminar mencionando a relação – de volta, por favor – entre a conectividade e a educação, que também é muito forte. Só para mostrar, um estudo da Unesco mostra que os benefícios da tecnologia na educação, assim como fones, *tablets* e computadores... Deem uma olhada no que isso significa. Basicamente significa:

- expansão da qualidade da educação e das oportunidades;
- facilitação do aprendizado personalizado em qualquer lugar, a qualquer momento;
- oferecer *feedback* imediato;
- garantir o uso produtivo do tempo gasto em salas de aula;
- criar novas comunidades de aprendizes;
- abrir caminho para o aprendizado formal e informal, e assim por diante.

Os benefícios da conectividade para a educação são patentes em todo o mundo, e os benefícios, por exemplo, com relação ao que a economia chama de externalidade têm a ver muito com inovação e efeitos de rede.

Então, a conectividade incentiva a inovação e tem vários efeitos dentro do Brasil e entre o Brasil e o resto do mundo. Por exemplo, novos aplicativos como o Telemedicine; pesquisa da internet; comércio eletrônico; *social network*; novos fóruns de comércio e intermediação financeira; customização maciça de produtos; redução de inventores excessivos e otimização de cadeias de suprimento; crescimento de negócios em indústrias de serviço.

Por último, eu gostaria de mostrar a vocês um gráfico que mostra bem obviamente esse relacionamento entre a conectividade e a inovação. Existe um índice chamado de Índice Global de Inovação, o GII. Vocês podem ver que esse índice, representado, no gráfico, por um eixo vertical, vai de zero a cem, e, neste caso, vai de zero a oitenta por cento. No eixo horizontal, o eixo X, vocês têm a capacidade *per capita* de banda larga. Isso significa que, à esquerda, estão todos os países, representados por pontinhos, que têm baixa conectividade, baixa capacidade de conectividade. À direita, países que têm alta capacidade de conexão banda larga.

Vocês podem ver a relação próxima entre o Índice de Inovação Global e aqueles países que têm alta capacidade de banda larga. O grau de correlação, vocês podem ver ali, se lembrarem as aulas de estatística do passado – se não lembrarem, não há problemas, posso assegurar-lhes – que é alto, tem sido medido e é latente. Quanto mais conectividade um país tiver e quanto mais digitalização esse país tiver, maiores serão as chances de que a sociedade seja inovadora. E a inovação é da massa crítica. Se você for abandonado ou se você deixar a sociedade sem inovação, você vai ficar atrasado em décadas. Se você pegar a inércia da inovação, você vai estar entre os líderes e vai levar todas as oportunidades de competitividade na inovação. Tudo isso começa hoje com a conectividade e com a digitalização. Muito obrigado, Senador.

Como será a educação da medicina de um mundo conectado? Eu diria que a pergunta não é como vai ser e, sim, como ela é agora. É um mundo hiperconectado agora.



Educação sem conectividade não é mais concebível. Eu diria a você que é como imaginar o seu mundo sem celulares. Você pode imaginar isso? Impossível imaginar isso! É como respirar.

Como vai ser a educação em medicina no futuro em um mundo hiperconectado? Simplesmente vai continuar sendo um mundo com serviços muito mais acessíveis, com muito mais acessibilidade e muito mais assertividade. Significa que haverá uma relação custo/benefício muito mais alta para a população.

A medicina é uma das áreas em que a conectividade tem trazido muitos benefícios. Se você falar sobre a telemedicina, isso significa fazer a medicina disponível no complexo A. Por exemplo, com relação aos diagnósticos, vamos ter a capacidade de seguir os pacientes, de acompanhar os pacientes a distância. Isso, obviamente, faz o sistema muito mais custo eficiente. Mas não se trata só disso; trata-se, e é o mais importante, do fato de que mais pessoas vão ter acesso a melhores serviços. E é isso que realmente significa, é isso que faz a diferença.

Então, o mundo hiperconectado será, ao final, um mundo mais igual porque a população vai ter acesso igualitário todos os serviços importantes que a população quer.

Outra questão: “será que o Brasil está sabendo lidar com a economia dos novos tempos?”

A resposta simples é “não”. Mas isso também é real para quase todos os países da Terra – quase – com poucas exceções. Sabem quais são essas exceções? Se você quiser aprender sobre conectividade e como o progresso está acontecendo, dê uma olhada nos países do Norte da Europa; países como Noruega, Finlândia, Dinamarca, Holanda, Islândia. Se vocês virem o que eles estão fazendo, vocês aprenderão muito. E é muito simples. Não se trata de ciência espacial. Se vocês olharem para os países do Sul da Ásia, como Coreia do Sul, Japão, Singapura, Taiwan, verão que esses são os líderes e são os exemplos a serem seguidos, vocês verão como essas sociedades estão se desenvolvendo e os benefícios disso. E também os riscos, porque existem riscos.

Uma sociedade hiperconectada, vamos dizer, com redes sociais... As redes sociais são uma ferramenta extremamente benéfica, mas, como qualquer ferramenta, pode ser usada para o bem ou para o mal. Então, a forma como vocês usam essas ferramentas vai depender da estrutura educacional e da estrutura de valores da sociedade. A ferramenta vai estar lá. Se a estrutura de valores da sua sociedade estiver correta, a ferramenta, então, será usada da maneira correta e para o benefício da maior parte da população. Se não estiver correta, isso vai se tornar um perigo. Mas eu posso assegurar que a conectividade através das redes sociais tem contribuído para fazer as sociedades mais bem melhor informadas e capazes de aprender muito mais sobre democracia.

Nós não sabemos aonde isso vai nos levar. Algumas pessoas dizem que isso é democracia demais; outras dizem que, finalmente, temos as pessoas dizendo o que têm a dizer e assim por diante. A realidade é que nós não podemos concluir nada até agora. É cedo demais para chegarmos a conclusões. Mas pessoas com boas intenções, pessoas que realmente têm uma atitude construtiva, obviamente, vão trazer boas coisas para a sociedade pelo uso dessas ferramentas. E pessoas com intenções do mal usarão essas ferramentas com objetivos de destruição. Mas esse é o risco de qualquer tecnologia.

O progresso tecnológico, eu asseguro, não pode ser parado mais.

“Será que ainda tratamos as empresas como se fôssemos contadores da época do império?”

Não; você não está tratando as suas empresas como se ainda estivessemos na época do império! Eu vou dar a vocês um exemplo: o Brasil é o líder em TICs na América Latina, e isso é medido pelo valor da sua produção de bens e serviços em TICs. O Brasil produz US\$60 bilhões por ano somente em *softwares* e serviços de telecomunicações, sem os equipamentos de TI.

Em segundo lugar, na América Latina, está o México. Sabem qual o valor da produção no México? É de US\$23 bilhões.

Existe uma grande diferença de US\$60 para US\$23 bilhões. Então, o Brasil tem de estar fazendo algo de certo aqui. O Brasil é um mercado enorme. O Brasil, pelo menos, está se beneficiando do potencial do seu mercado interno. E por que digo isso? Vou te dar um exemplo reverso – desculpe-me pelo tempo. O exemplo reverso é: o México exporta o chamado serviços de TI, que são chamados de *sourcing* ITIL, que significa prestar serviços para outros países que estão relacionados a serviços de tecnologia da informação. Quem é o líder no mundo dessa indústria? É a Índia. A Índia tem uma indústria que vale US\$70 bilhões. Agora, sabem qual é o próximo país depois da Índia? A China, mas o valor do mercado da China é de US\$ 8 bilhões, quer dizer, um décimo do valor da Índia. E o país seguinte é o México. O México tem o valor de 7 bilhões. E sabem onde o Brasil está? O Brasil tem um valor de US\$2 bilhões.

Então, o Brasil tem uma indústria que vale 60 bilhões e é capaz de exportar somente 2 bilhões. Obviamente que tem um grande potencial aí a ser explorado. E por que o Brasil não está fazendo isso? Uma coisa é uma explicação natural: a explicação natural é que o Brasil está muito ocupado com seu próprio mercado, assim como os alemães. Os alemães estão sempre ocupados e muito felizes com seus próprios mercados e não dão muita importância ao desenvolvimento da indústria de TI ou de seus serviços fora da Alemanha. Eu não estou dizendo que eles não têm presença, eles têm, mas eles podem ter muito mais. A mesma coisa acontece com o



Brasil. O Brasil pode ter uma presença muito maior no mercado externo através da exportação de serviços de TI, através do esquema de terceirização.

Então, vocês estão fazendo bem muitas coisas, mas vocês estão perdendo muitas oportunidades. Basicamente – e eu vou ler isso aqui para vocês porque eu não quero errar, eu não quero que vocês me culpem por ser crítico demais dessa situação. É mencionado no Fórum Econômico Mundial. Eles dizem literalmente: “Apesar de o Brasil estar 72ª posição entre 139 países, o Brasil tem uma ótima capacidade financeira com relação a conexões fixas de banda larga.” Tudo bem, são boas notícias, mas a má notícia é que essa capacidade já não é mais importante. Então, se vocês não têm uma conexão móvel de banda larga boa, vocês não estão bem.

O Brasil faz grandes ganhos em termos de melhorias da indústria, chegando até o 57º lugar, e o relatório diz: “Essa é uma conquista bastante considerável, mas outros países também estão movendo rapidamente na adoção individual.”

E aqui menciono que o índice de posição das empresas continua sendo mantido por causa de um ambiente regulatório fraco. E este é o assunto desta Casa: um ambiente regulatório fraco.

Continuando, o ambiente de negócios também é considerado como um dos mais fracos do mundo. Com ambos, o capital de *venture* disponível e as compras de Governo caem muito, significando que o Governo não está fazendo compras eletronicamente o suficiente. É isto que significa: o Governo está utilizando formas ou métodos antiquados de compras públicas. O apoio do Governo à Agenda ICT tem de ser percebido.

Por último, as comunidades dizem que o Governo falha, ao entregar, em termos de tecnologias digitais, as suas estratégias internas e externas, assim como na promoção direta de ICT.

Não estou dizendo isso. Isso está no relatório mundial, escrito e lido por todas as pessoas que realmente fazem a diferença no mundo digital, ou seja, os decisores do mundo digital. Então, isso é o que tem sido dito a respeito do Brasil no mundo.

Mas, em qualquer caso, o mundo não é só branco e preto, mas uma sequência infinita de escalas de cinza. E, nesta, felizmente, temos identificações bem claras do que se deve fazer, para progredir mais ainda, em termos de conectividade e digitalização no País.

A primeira delas é a política pública. A segunda diz que o Governo tem de liderar o uso da conectividade, como usuários dos serviços basicamente, para ser líder na promoção do uso de plataformas digitais, requerendo, vamos dizer, o pagamento de tributos e de compras, através desse sistema digitalizado. Esse é o caminho.

Existem outras perguntas que basicamente falam da mesma coisa, a não ser que alguém queira forçar alguma outra pergunta, se isso for permitido. Não sei.

Muito obrigado de qualquer forma.

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Gostaria de cumprimentar o Presidente em exercício desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, no caso, Senador Hélio José. Em nome de V. Exª, Senador, cumprimento todos os demais Senadores que integram esta Comissão. Faço menção especial aos Senadores que estavam aqui: os Senadores Cristovam Buarque, Pedro Chaves e Flexa Ribeiro. Cumprimento também os demais integrantes da Mesa.

Quero tentar ser bastante conciso na minha apresentação, Senador Hélio José, mas, antes evidentemente de entrar na questão da importância da conectividade, que é o tema pelo qual fomos convidados, gostaria de falar um pouco do panorama setorial do setor de telecomunicações, que hoje conforma números de 43 milhões de acessos à telefonia fixa, o chamado serviço fixo comutado.

São 25 milhões de assinatura de banda larga fixa, ou seja, chamado tecnicamente serviço de comunicação multimídia. O acesso móvel, o SMP – Serviço Móvel Pessoal –, já conta com 258 milhões de assinantes, sendo que mais da metade desses usuários têm conectividade à banda larga móvel, à tecnologia empregada, seja ela de 3G, seja ela de 4G. A TV por assinatura conforma algo na casa de 19 milhões de assinantes.

Esse setor responde a R\$233 bilhões, em termos de aceitabilidade, em 2015, ou 4% do PIB. No gráfico, a resolução não ficou muito bem. São 341 milhões de acesso; portanto, 503 mil empregos gerados diretamente.

Para começar, deixo esta frase do ex-Secretário Geral da União Internacional de Telecomunicações. Ele diz que, no século XXI, as redes de banda larga ubíqua serão tão críticas para a prosperidade econômica e social quanto as redes de transporte, água e energia.

Apesar de esta mensagem não ser algo, diria, novidadeiro, acho importante que ela seja reforçada, para que possamos, aqui, discutir, como foi apontado, os benefícios, as externalidades positivas que esse setor de telecomunicações, a banda larga, gera para outros setores da economia.

Vamos abordar um pouco sobre isso. Quando se fala de banda larga, estamos falando também de Internet. Muito mais do que entretenimento e lazer, estamos falando exatamente disto: educação, democracia, produ-



tividade, menores custos de transação e, na verdade, crescimento e desenvolvimento econômico, justamente porque a Internet possibilita incrementar todos os tipos de capital, não só o físico, como também o humano.

Passo esse eslaide de uma consultoria, da Deloitte Consultoria, um instituto, em que eles colocam que o acesso à Internet cria um ciclo positivo na economia à medida que aumenta a produtividade. Se quisermos aumento de crescimento econômico no longo prazo, é preciso que tenhamos ganhos de produtividade.

É isto que o acesso à Internet propicia: tantos ganhos de produtividade do trabalho e do capital. À medida que se favorecem os fluxos de informação, favorece, então, o processo inovativo, acesso ao capital e, portanto, o empreendedorismo. À medida que isso gera melhores postos de trabalho, há valorização do trabalho, criando, então, um ciclo positivo.

No que tange à saúde, objeto também aqui colocado no título do convite, quando há conectividade, há melhor informação, que ajuda na prevenção, no diagnóstico, no melhor tratamento e monitoramento.

Há vários estudos, atestando que essa maior informação gerada pelas telecomunicações favorece a redução de mortalidade infantil e outros indicadores que atestam essa relação de causalidade também.

Há também uma relação entre conectividade e educação à medida que se fornece acesso a fontes de informações tanto para alunos quanto para professores, em termos de material didático, melhorando o desempenho escolar nas fontes de aprendizado *on line*.

Falando rapidamente, depois, de saúde e educação, quero falar sobre o que foi dito a respeito da relação de causalidade entre banda larga e crescimento econômico.

De fato, diversos estudos acadêmicos atestam essa relação de causalidade. Ali, tem-se catalogado por diferentes autores que atestaram essa relação de causalidade. Uns evidenciam efeitos maiores do que outros. Depende, obviamente, do modelo econométrico que está sendo utilizado na pesquisa. Se você utilizar as primeiras duas barras, elas são provenientes de estudo do Banco Mundial que afirma que cada aumento de 10% da penetração da banda larga fixa gera em média um crescimento de 1% no PIB de um país. Esse efeito é ainda maior em países em desenvolvimento tal qual o Brasil.

Certamente, as falas que vão me suceder, como do MCTI e o MDIC, vão discorrer um pouco sobre as políticas públicas que o Governo tem perseguido para o estímulo do que se convencionou chamar de internet das coisas ou Internet of Things, IOT na sigla em inglês.

Mas eu quis também trazer, Senador, alguns outros elementos que devem constar da pauta desse debate. A primeira coisa são quatro polos que eu queria destacar.

O primeiro polo é a diversidade regional e socioeconômica brasileira, que deve ser levada em consideração nessa análise para estimular essas externalidades positivas da banda larga; outro polo é a necessidade de se atraírem investimentos e infraestrutura; outra questão muito importante também está relacionada ao tratamento de dados pessoais e de segurança cibernética.

Para que nós possamos, evidentemente, maximizar o potencial dos benefícios da conectividade, esses quatro polos, sem prejuízo de outros, devem ser adequadamente endereçados.

Falando da diversidade regional e socioeconômica brasileira, é bom citar, como país continental em termos territoriais, 85% da população brasileira reside em 1% do território nacional, o que traz desafios enormes para promovermos a massificação do serviço com qualidade e preços adequados.

Trago aqui alguns dados que revelam um pouco dessa diversidade regional. São dados da Pnad, por exemplo, que mostram percentual de domicílios particulares com utilização da internet.

Vejam que no Sudeste mais ou menos 63% dos domicílios acessam a internet. Em outras regiões, como o Nordeste, esse patamar está em 42%. Conforme o próximo gráfico, no Nordeste e no Norte existem mais domicílios sem acesso à internet do que com acesso à internet.

É importante que essa diversidade regional do País seja levada em consideração.

Como os Senadores representam todos os Estados da federação, eu também trouxe esses dados por Estado.

Vejam que enquanto no DF mais de 75% dos domicílios têm acesso à internet, no Maranhão esse número é de apenas 31%.

Vou tentar explicar o próximo gráfico rapidamente.

O gráfico da direita, ou o Brasil da direita, digamos assim, é um Brasil um pouco mais rico, com três salários mínimos para cima, o gráfico do meio é de um até três salários mínimos e o gráfico da esquerda é de sem rendimento até um salário mínimo. Quanto mais fortes as cores, maior o uso da internet. Então, vejam que o uso da internet está associado fortemente à renda disponível para tal.

O que eu quero dizer com isso é que, dada a dimensão e a extensão territorial brasileira, assim como a sua diversidade regional e socioeconômica, é preciso reconhecer que o Brasil é muito heterogêneo e muitas são as idiossincrasias das suas regiões. Então é muito mais difícil vislumbrarmos um “Brasil médio” – entre aspas – ou



um Brasil representativo. Como foi dito pelo Santiago Gutierrez, o quadro de conectividade não é homogêneo, sobretudo no Brasil, um país com essas complexidades e diversidades tão grandes.

Então, obviamente, em algumas áreas nós estamos melhores do que em outras. Justamente por isso, Senador, a regulação deve ser modulada para melhor implementar a política pública, de acordo com as características das regiões. É isso que a Anatel está discutindo na revisão do seu Plano Geral de Metas de Competição. As medidas que a Anatel tem adotado ali têm sido paradigmáticas. A OIT tem recomendado inclusive que outros países adotem medidas semelhantes ao que a Anatel tem feito.

Além disso, também, creio eu, essa diversidade requer maior modulação na conformação das políticas públicas destinadas a incrementar tanto a oferta quanto a demanda de infraestrutura de telecomunicações.

(Soa a campanha.)

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Outro tópico, rapidamente, é essa necessidade de atrair investimentos em infraestrutura de rede.

Isso passa, necessariamente – esse debate –, pela demanda, essa demanda que cresce exponencialmente.

Vejam esse gráfico dessa Consultoria Smartsize, que mostra que se em 2013 11,8 milhões de mensagens eram enviadas em um minuto pelo WhatsApp, em 2014 esse número saltou para 34,7; em 2015, para 44,4 milhões. Portanto, o acesso, a demanda e o tráfego crescem exponencialmente.

Essa demanda não apenas cresce, mas também se transforma à medida que há mais usuários usando a internet, à medida que há a transformação dos usuários, que não só consomem, mas produzem informação. À medida que há mais *devices* disponíveis, você passa a consumir informação e a acessar a internet a partir de diferentes *devices*. Isso gera, obviamente, pressões na infraestrutura. É preciso então melhorar a capacidade de atendimento. As aplicações novas exigem forte redução da latência à medida que, por exemplo, aplicações de telemedicina e de videoconferência exigem uma latência menor, devido à sensibilidade ao atraso. Há o aumento de *uploads* e da importância da segurança e da disponibilidade, aumenta a ampliação de espectro e a necessidade de novos protocolos e padrões.

Nesse debate, é preciso entender que ele afeta todas as camadas do chamado ecossistema digital. Essa é uma maneira de ilustrar o que seria esse ecossistema digital. Você tem uma infraestrutura de rede e de serviços, que pode ser rede móvel, rede fixa, rede de transporte, rede de acesso ou um *backbone* ou *backhaul* por exemplo. Há uma camada de dispositivos, de sistemas operacionais que se convencionou chamar de IOS e de Androids por exemplo. Há uma camada para serviços de aplicativos, questões relacionadas à hospedagem, há uma camada de aplicativos e conteúdos onde está a chamada camada da internet e a última camada, que é a dos consumidores...

(Soa a campanha.)

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – ... sejam pessoas físicas ou jurídicas primariamente consumindo e produzindo informação.

Um dos aspectos é que a convergência tecnológica afeta todas essas camadas e há uma menor nitidez sobre as fronteiras dessas camadas, o que traz desafios ainda maiores para a regulação.

Precisamos entender que se fala muito da camada da internet, mas o acesso ao valor e ao conteúdo contidos nessa camada requer infraestrutura de suporte, a chamada camada de rede. Por isso é necessário discutir, inclusive nesta Casa de leis, como podemos aumentar os investimentos nessa camada de suporte.

É interessante, Senador Hélio José, que o marco geral do Brasil, a Lei Geral de Telecomunicações, é uma lei de 97. Naquela época, a época da desestatização do setor de telecomunicações com a privatização do sistema Telebras, a universalização da telefonia fixa conformava o objeto da política pública, mas muitos anos depois, obviamente, as prioridades mudaram e, ainda que a LGT seja uma lei dúctil, uma lei principiológica, como deve ser um marco legal aplicado a um setor tecnologicamente tão dinâmico quanto o setor de telecomunicações,

Alguns ajustes são necessários. Debates têm sido feitos nesta Casa e são importantes para que possamos fazer essa transição de um marco legal para outro com segurança jurídica.

Enfim, precisamos de uma solução – e tivemos um debate recentemente na Câmara – que atraia investimentos, que dinamize o setor, que signifique uma solução de política pública regulatória equilibrada e que possamos inserir a banda larga no centro da política pública.

Finalizando, duas questões dos outros dois polos, que são as questões do tratamento de dados pessoais e de segurança cibernética.

Essa é uma frase de um dos criadores, digamos assim, da internet, do atual Vice-Presidente do Google e doutrinador na questão da internet. Ele diz que uma vez que se consiga conectar tudo e todos a segurança e a privacidade serão os grandes desafios. Precisamos desde já olhar para esses desafios.



O Marco Civil da Internet, que foi muito bem construído, estabeleceu princípios e garantias para direitos e deveres do uso da internet no Brasil, estabeleceu alguns princípios relacionados ao tratamento de dados pessoais, particularmente a proteção da privacidade e a proteção dos dados pessoais.

Não obstante essa questão também ter sido endereçada no PL nº 5.276, de 2016, é um desafio realmente estabelecer um marco legal que concilie a questão da privacidade sem deixar ou sem prejuízo de induzir novos negócios.

Com essa corrente de informação que a internet propicia, não podem ser perdidos todos esses benefícios, como foi bem apontado na apresentação anterior. Isso envolve várias camadas, como a camada de coleta e armazenamento, a camada de processamento e mineração de dados, a camada de análise de formação de amostras e de modulação.

Por último, eu coloco a questão da segurança cibernética.

Essa consultoria Council of Councils é bastante respeitada no meio acadêmico, sediado em Washington. Ela colocou que dentre os dez maiores desafios globais o oitavo maior desafio estava relacionado ao gerenciamento de governança cibernética. E eles citam vários temas que devem ser objeto de observação pelas autoridades para a prioridade de governança cibernética, tanto de negociação de normas de governança da internet, regras de desenvolvimento para a conduta dos Estados no espaço cibernético, equilíbrio da segurança e equilíbrio no ciberespaço, prevenção e combate à criminalidade.

Apesar de o relatório entender que o Brasil está relativamente bem posicionado no que tange ao índice global de segurança cibernética, eu creio que é preciso avançar nesse setor, porque, evidentemente, à medida que se consigam conectar as coisas às pessoas, essa questão se torna ainda mais sensível.

Por último, Senador, foram colocadas várias questões na apresentação anterior.

A Anatel tem trabalhado para aumentar a competição, para disponibilizar mais espectro. Eu costumo dizer que os editais de licitação da Anatel têm sido paradigmáticos, inclusive outros países têm olhado para a experiência da Anatel. Evidentemente, muitos são os desafios para que se possa dotar o País de uma melhor infraestrutura de banda larga. Isso passa pelo ambiente regulatório, pelo marco legal, que é mais amplo do que o ambiente regulatório, isso passa por questões relacionadas a colocar a banda larga no centro da política pública e estimular que as empresas realmente acreditem no Brasil e invistam em rede, porque a questão de infraestrutura vai ser extremamente necessária para que possamos colocar o Brasil de fato como um país inclusivo do ponto de vista digital.

Deixo para fazer posteriormente as minhas manifestações derradeiras e passo a palavra então, já que o meu tempo se esgotou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Leonardo.

Eu também fui tolerante com o seu tempo, assim como serei com o de todos os demais, caso seja necessário.

Passo, então, a palavra ao Sr. Marcos Vinicius de Souza, Secretário de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

O SR. MARCOS VINICIUS DE SOUZA – Bom dia a todos!

O nosso Ministro Marcos Pereira lamenta a ausência, só que está em viagem a São Paulo, no dia de hoje. Mas estou aqui para representá-lo.

A ideia da minha fala vai ser principalmente mostrar o impacto que toda essa parte de conectividade e economia digital tem na produtividade do setor econômico brasileiro, ou seja, como é que isso daí pode realmente alavancar o Brasil para outro patamar, utilizando conectividade e plataformas digitais.

Primeiro lugar, na atual economia do conhecimento que a gente vive hoje, e, se o Brasil quiser deixar de ser um país exportador de *commodities*, a questão de conectividade é crítica. Na sociedade do conhecimento, a questão de banda larga disponível a custo acessível e de alta qualidade tem a mesma importância que estradas, portos, saneamento, água e energia. Então, é exatamente o mesmo patamar de competição. Se você quiser entrar realmente na competição internacional da sociedade do conhecimento, isso é o primeiro passo; você não consegue fazer nada sem isso nesta nova realidade.

E, a partir disso, eu gostaria de focar em três principais áreas que vão ser as principais afetadas por essa revolução industrial que temos vivido agora, que é a chamada de Quarta Revolução Industrial. Uma questão que foi colocada aqui brevemente é a questão do empreendedorismo inovador, ou seja, *startups* principalmente. Se a gente olhar, pelos dados da *Forbes*, por exemplo, das 500 maiores empresas do mundo, antes, há 20 anos, uma empresa, para chegar a US\$1 bilhão de faturamento, demorava 20 anos – 20 anos para uma empresa chegar às Five Hundred da *Fortune*. Hoje em dia, é quatro anos o tempo que isso daí gera.



E isso são empresas, como as que vocês usam no seu dia a dia: Google, Facebook, Apple, e por aí vai. Hoje, quando a gente olha o impacto disso, a gente vê que a maior rede hoteleira do mundo não tem um quarto de hotel, que é a Airbnb; é tudo digital. Quando a gente olha a maior rede de transportes do mundo, que é o Uber, também não há nenhum carro; tudo digital. E aí, quando a gente olha, por exemplo, a questão de mídia, qual é a maior empresa do mundo de mídia? É o Google; digital também.

Então, quando a gente começa a olhar essa situação que está acontecendo não só com essas empresas que a gente conhece no dia a dia, mas com centenas e milhares de empresas pelo mundo inteiro, crescendo, com altas taxas de crescimento, a gente começa a perceber onde que o Brasil está nesse jogo. Todas essas empresas sobre as quais eu comentei com os senhores, todas elas, receberam investimento de capital de risco no início das suas operações – todas elas! Isso é o quê? Algum investidor anjo ou algum fundo de Venture Capital que entrou apoiando-a quando ela era apenas uma ideia ou uma tecnologia e que não era sequer uma empresa?

E, quando a gente olha para o Brasil, o que que aconteceria se o Mark Zuckerberg do Facebook tivesse tido a ideia aqui? Eu duvido que ele iria conseguir levar isso para outro patamar, por causa do ambiente que há hoje para o empreendedorismo inovador no País. E um dos principais é essa questão de capital de risco. E aí um dos grandes benefícios que esta Casa pode trazer é justamente acelerar, tanto aqui, quanto na Câmara, a aprovação, por exemplo, do PLC 125, que trata da mudança do Supersimples, em que há uma cláusula que protege o investidor de capital risco no investimento que faz para *startups*.

Isso é um dos principais pontos que tem travado o investimento de investidores em empresas de alta tecnologia no Brasil, porque hoje há alguns juízes que estão contaminando o patrimônio do investidor, por causa de ações trabalhistas ou previdenciárias, e isso é um problema muito sério.

E, quando a gente começa a olhar esse ambiente, só para ter uma ideia de números nisso daí, o Fórum Econômico Mundial estimou que, até 2025, ou seja, daqui a nove anos, toda essa economia digital, que vai revolucionar setores tradicionais, vai movimentar US\$ 100 trilhões – US\$ 100 trilhões, no mundo, em nove anos, é o que está sendo previsto nas principais cadeias que vão ser impactadas por essa questão! Então, essa primeira parte da minha fala refere-se à questão do empreendedorismo, ou seja, empresas que estão surgindo com excelentes negócios, excelentes tecnologias, aqui no Brasil, e que precisam de um ambiente adequado para crescer.

Um segundo ponto que é fundamental para isso é a questão de recursos humanos, ou seja, o trabalhador. Que tipo de trabalhador a gente vai precisar para uma revolução digital, como a que a gente está vivendo? Um estudo também do Fórum Econômico Mundial, que é um dos principais estudos que há no mundo sobre isso, estima que 65% dos empregos não vão existir para as crianças que estão entrando hoje na escola. Então, imaginem todos os empregados que vocês conhecem, o seu filho que está agora no pré ou não na primeira série, e pensem onde ele vai ser empregado. Sessenta e cinco por cento vai deixar de existir.

Só nos últimos cinco anos, as áreas que foram mais demandadas no mundo, em termos de tecnologia, não existiam há cinco anos; profissões que não existiam há cinco anos e que hoje são as mais demandadas. E aí a pergunta que vem é: como é que a gente realmente consegue fazer com que esse trabalhador do futuro seja formado a partir do presente, agora? E, nesse ponto, entra algo que pode realmente impactar e revolucionar a educação no Brasil, que é justamente o uso de tecnologias digitais para você fazer melhor uso do ensino.

Isso é crítico. Hoje a gente já tem muita tecnologia digital para melhorar a educação no Brasil e no mundo. O que a gente não tem e é um dos nossos grandes pontos fracos é a base, que é a internet nas escolas.

Hoje a gente tem baixo índice de penetração de internet nas escolas. E, quando eu digo baixo, não estou falando que há ou não; é que haja com no mínimo uma velocidade adequada para poder rodar conteúdos *on-line* e presenciais. Isso seria a grande revolução. A gente conseguiria economizar muito recurso, usando tecnologias existentes hoje, muitas delas de prateleira e gratuitas, e que não podem ser usadas nas escolas por falta de conectividade, principalmente em áreas mais pobres e em regiões mais pobres do País.

Tecnologia, como, por exemplo, a Dagui, que é uma empresa que faz com que se melhore a nota para o Enem, você não consegue aplicar em larga escala no País. Essa plataforma da Dagui avalia, por meio de uma prova que o aluno faz, quais as principais deficiências dele, qual o tipo de conteúdo que ele precisa, e prepara, sob medida, para ele o que ele tem que estudar, de uma maneira fácil, rápida e acessível para esse aluno.

Então, a questão de educação vai ser crítica se a gente quiser realmente dar saltos quânticos, que é o que a gente precisa no País. E isso não dá para ser feito sem o uso de tecnologia, pelo menos não a custo acessível e não no tempo rápido que a gente precisa.

Além disso, quanto a essa parte da educação, eu participei de um estudo também realizado pelo Fórum Econômico Mundial, envolvendo cinco países – Estados Unidos, Reino Unido, Coreia do Sul, China e Quênia –, com dois mil pais, alunos e educadores do mundo inteiro, em que foi colocado qual seria a personalidade que estes trabalhadores do futuro deveriam ter daqui a dez anos. E ao que a gente chegou, pensando daqui a dez



anos, foi o seguinte: todo o conteúdo, o melhor conteúdo do mundo já vai estar disponível pela internet, para qualquer pessoa acessar, quando quiser, gratuitamente; a maior parte desses conteúdos.

Quando isso acontecer, a grande pergunta será: como é que os nossos estudantes, seja criança, ou adulto, vão poder acessar esses conteúdos e usar isso da melhor maneira? E aí o que entra é o que se chama de habilidades não cognitivas, o *social emotional learning*, ou seja, competências que o indivíduo tem que ter, seja um trabalhador, seja uma criança, para fazer uso de toda essa abundância de informação e de ensino disponível.

(*Soa a campanha.*)

O SR. MARCOS VINICIUS DE SOUZA – E aí entram questões, como, por exemplo, a parte de trabalhar em equipe, resiliência, criatividade, comunicação. Essas serão as grandes habilidades que as empresas vão necessitar a partir de agora e principalmente nos próximos anos, porque, como foi colocado aqui, vai haver uma hora em que vai estar muito democratizada toda a parte de ensino. E aí o que vai diferenciar os alunos e os trabalhadores vai ser a habilidade deles de acessar, absorver e usar todo esse conteúdo.

Então, toda essa parte é algo que a gente também tem que ter em mente aqui no País, porque hoje já está acontecendo. Quando a gente conversa, por exemplo, na setor do Jeovani, que é de TI, o que a gente escuta muita é o seguinte das empresas que estão contratando desenvolvedores: “Nós contratamos pela parte técnica e demitimos pela parte comportamental.” Ou seja, há pessoas que sabem o assunto tecnicamente, só que não sabem se comportar, não sabem trabalhar em equipe, não sabem ser persistentes, não desistir na primeira dificuldade, não sabem se comunicar com os pares, com clientes ou subordinados. Então, toda essa parte é algo que a gente já tem presenciado hoje e que vai realmente acelerar nos próximos anos.

E aí há algo que pode ser feito, já que foi falado aqui, como política pública. É justamente como é que o Governo pode se apoderar dessas tecnologias, novas ideias e novas maneiras de ensinar. E, para isso, a gente também conta aqui com o apoio desta Casa, na reformulação, que, na verdade, já foi feita, do marco legal de inovação. Foram feitos diversos vetos, e um dos vetos foi justamente a possibilidade de que o Governo pudesse se aliar com *startups* ou empresas de pequeno porte de alta tecnologia e desenvolver produtos inovadores para serem utilizados por eles.

(*Soa a campanha.*)

O SR. MARCOS VINICIUS DE SOUZA – Então, isto é algo também que poderia ser acelerado, o projeto de lei do Senador Jorge Viana, que está realmente com isso. Mas também pode ser solicitada medida provisória, para que a gente retome esse veto, e a gente use o poder de compra do Estado para desenvolver tecnologias para essas áreas educacionais ou de saúde.

Então, resumindo, a minha apresentação refere-se principalmente à parte regulatória, que a gente tem que tratar nesta Casa para, primeiro, oferecer conectividade a custo acessível, móvel e com alta velocidade; segundo, treinar as pessoas e as empresas para usarem e se beneficiarem ao máximo dessa conectividade; e, terceiro, como é que a gente estimula novos negócios e, principalmente, novas pessoas a realmente entrarem de cabeça nessa revolução digital.

Pelo que a gente tem acompanhado no mundo – e aí respondendo à primeira pergunta: se o Brasil está ou não parelho com o mundo nisso daí –, eu diria que ainda estamos distantes um pouco do que deveria estar o País. Quando a gente conversa, principalmente com empresas, a gente não vê, por causa do tamanho, como foi colocado aqui, do nosso mercado, que essas empresas sabem o que está acontecendo realmente no mundo e como isso daí vai afetar e, principalmente, varrer alguns setores e empresas aqui no Brasil. É com isto que a gente está preocupado: inovação, produtividade e recursos humanos qualificados – essas três coisas. Não dá para pensar no século XXI sem essa parte de conectividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso representante do MDIC, Marcos Vinícius de Souza,

Aproveito a sua presença para mandar um abraço para o nosso Ministro Marcos Pereira. Quero, inclusive, solicitar a você que o lembre que precisamos conversar sobre a criação da Agência Brasileira de Negócios, ou seja, sobre uma forma de a gente resgatar uma situação em que o Ministério deixou de ser protagonista. Eu estou disponível para, quando a secretária dele ligar para minha secretária, a gente retornar o assunto.

Vamos ouvir o nosso querido André Müller Borges, Secretário de Telecomunicações do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações (MCTIC).

V. S^a tem a palavra.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES – Muito obrigado. Bom dia a todos, senhoras e senhores. Gostaria de cumprimentar o Senador Hélio José, Presidente em exercício desta Comissão; o Secretário Marcos Vinícius, de



inovação e novos negócios do MDIC; o Leonardo Euler de Moraes, da Anatel; agradecer a exposição do Santiago Gutierrez e a provocação quanto ao trabalho que precisa ser feito na nossa atividade governamental de políticas públicas e de aprimoramento da regulamentação, tendo em vista o objetivo que temos de desenvolver a conectividade, obrigado; também saudar Jeovani Salomão.

Então, em nome do Ministro e o representando em função de impedimento de agenda, quero agradecer a oportunidade de estar nesta Casa, discutindo a importância da conectividade. Eu tinha uma apresentação bastante extensa, focando exatamente o mérito do tema, a importância da conectividade nas diversas atividades no País – sociais, econômicas –, mas os meus antecessores aqui no painel foram bastante felizes, e eu acho que eles exauriram o tema cobrindo a questão da relevância.

Então, eu gostaria somente de enfatizar a importância que isso tem no Ministério. Especificamente na nossa Secretaria de Telecomunicações, é a principal pauta de trabalho, quer dizer, eu diria que o nosso objetivo número um é construir um plano nacional de banda larga para o Brasil, até o 2025, mapeando todas essas necessidades que existem no País, de ainda se construir rede; de se levar a conectividade a todas as áreas, a todos os rincões do País.

Então, esse trabalho está sendo desenvolvido, e eu acho que, até o final do mês, nós vamos ter pelo menos um roteiro pronto e, quem sabe, no final do mês seguinte, um plano detalhado, mas a ideia é exatamente esta de, conforme a utilização que se pode fazer dessa tecnologia, mapear as necessidades e mapear e elencar os investimentos que serão necessários em cada tipo de tecnologia, em cada área, para levar a conectividade a todos. Esse assunto é essencialmente tratado pelo Departamento de Banda Larga.

Além disso, nós temos um Departamento de Inclusão Digital, que cuida de cidades conectadas, cidades digitais e cidades inteligentes, que visa exatamente levar essa conectividade para as redes de acesso nos Municípios. Além disso, em cima dessa camada da rede de conectividade, viabiliza serviços de segurança e de gestão de tráfego e de energia elétrica para essas localidades.

O nosso foco é estimular a retomada do investimento com relação aos mercados, que já são naturalmente competitivos, mas que têm sofrido uma redução de investimentos. Por outro lado, também viabilizar o financiamento das nossas políticas públicas para atender esse plano que está sendo desenvolvido.

Uma grande oportunidade que está tramitando no Congresso – ainda está na Câmara – é o PL 3.453, do Deputado Daniel Vilela. Eu diria que tanto o texto original quanto o texto emendado pelo Relator oferecem uma excelente oportunidade, exatamente alinhada com essas duas preocupações, de viabilizar o investimento onde ele deveria continuar ocorrendo, nos mercados competitivos, e também de financiamento para políticas públicas. Por quê? Esse projeto introduz algumas alterações à LGT e permite que os atuais concessionários de STFC possam adaptar essa outorga, essa licença, para uma autorização, que é um regime de prestação de serviços menos oneroso e mais livre.

Por conta dessa adaptação, o valor presente desse benefício vai ser quantificado, e esse montante vai servir de investimento exatamente naqueles projetos de expansão de banda larga que vão estar identificados, delineados, nesse plano nacional. Isso permite, de um lado, uma oportunidade de alívio em termos de onerosidade para as empresas voltarem a investir e, por outro lado, permite um financiamento público com a utilização desses recursos.

Então, esta é uma oportunidade bastante interessante. No momento em que o País vive essa dificuldade orçamentária, em que o Governo se vê diante desse desafio de promover políticas públicas, essa é uma oportunidade bastante relevante e que deveria receber o apoio, eu diria, do Congresso, porque vai permitir que a gente leve adiante esse projeto mesmo nessa situação de dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Qual é o PL?

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES – PL nº 3.453, que ainda está na Câmara, na Comissão de Desenvolvimento Econômico e depois deve ir à CCJ. A gente imagina que, dentro de um mês, esse projeto esteja aqui.

Então, eu diria que essas são as principais preocupações.

No campo também da retomada do investimento, existe uma linha nossa que está coerente com a que vem sendo desenvolvida pela Anatel, no sentido de rever toda a regulamentação que existe sobre os serviços de telecomunicações no sentido de desregulamentar onde a regulamentação não tem eficácia e aliviar a onerosidade da regulamentação, com base em uma metodologia de análise de impacto regulatório e com base no desempenho desse regulamento esses anos todos.

Então, a gente entende que essa é uma outra iniciativa. A gente nem poderia falar dela no singular, porque, no fundo, significa um trabalho bastante extensivo e intenso de revisão regulatória de vários regulamentos que estão na Anatel, mas isso, com certeza, deve implicar uma oportunidade de desoneração regulatória, que vai, novamente, permitir a retomada de investimento pelas empresas operadoras.



No mais, é também trabalhar para que esse ambiente de competição seja o mais livre possível, de forma que as ofertas feitas pelas operadoras sejam as mais variadas e competitivas entre si, trazendo o real benefício da concorrência para o consumidor. E nós entendemos que essa flexibilidade é especialmente importante para atingir as camadas mais baixas da população. Se você tem um sistema travado de modelo único, a tendência é aumentar...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES – ... a barreira de entrada, a tendência é aumentar o custo. O Brasil não pode se dar esse luxo. A gente deve permitir concorrência, a gente deve permitir flexibilidade.

Em suma – eu depois vou disponibilizar a minha outra apresentação a vocês –, eu gostaria de agradecer essa oportunidade de apresentar quais são os nossos projetos e preocupações em relação a esse tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – André, para a Comissão seria muito importante obter a sua apresentação, embora você não a tenha utilizado aqui, mas ela é de relevância para os nossos trabalhos. Eu gostaria que você, realmente, deixasse conosco na Secretaria.

Antes de a gente passar para a fase final – e há algumas perguntas que quero fazer –, vou passar para o Dr. Santiago só para ele divulgar um importantíssimo evento que acontecerá aqui. Depois a gente faz as perguntas e passa para as considerações finais.

Sr. Santiago, por favor.

O SR. SANTIAGO GUTIERREZ *(Tradução simultânea.)* – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de falar um pouco sobre o Congresso Mundial de Tecnologia da Informação e Telecomunicação que vai ser celebrado em Brasília. Este é o congresso mundial mais importante na sua especialidade no mundo. Foi realizado anteriormente nas principais capitais do mundo: Tóquio, Londres, Washington, Taipei, Barcelona, Paris, Kuala Lumpur e aproximadamente 12 outras capitais.

Pela primeira vez na América do Sul, o congresso será celebrado agora em Brasília, de 3 a 5 de outubro. As maiores personalidades do mundo das TICs estarão presentes.

Eu ouvi uma frase de Vint Cerf na apresentação do Leonardo. Vint Cerf será um dos palestrantes no congresso. É um bom amigo da WITSA. Esse congresso é promovido no mundo inteiro pela WITSA. Aqui no Brasil está sendo organizado pela Assespro, que, no Brasil, é membro da WITSA. A WITSA, como o meu amigo Jeovani mencionou está em 82 países, e tem como membros somente a associação das indústrias de TICs. No Brasil, essa associação mais importante é a Assespro. Em outros países, há outras associações semelhantes como membros também.

No caso deste congresso, a Assespro tem a liderança da sua organização, com a ajuda da WITSA. Nós teremos palestrantes como o Sr. Kituyi, que é o Secretário-Geral da UNCTAD, que é o segundo membro das Nações Unidas. Teremos também palestrantes brasileiros, como Aroldo Cedraz e muitos outros: Andrew Wyckoff, da OCDE, Fadi Chehadé, da Ican, o representante da Johnson & Johnson, assim como ministros de TICs de vários países do mundo.

Se vocês quiserem ver, em um único lugar, qual é a atual situação global relacionada à tecnologia de TICs, o congresso vai apresentar essa oportunidade, pois lá serão discutidos os temas mais importantes. Será uma oportunidade única de o Brasil ter, em um único lugar, tanto conhecimento e empreendedorismo, porque esse congresso vai promover o empreendedorismo entre as empresas que dele vão participar, em sessões *business to business* e em todo o *networking* que vai oferecer durante a sua realização.

E também teremos membros de instituições de pesquisa, das universidades. Brasília será a Capital mundial da tecnologia da informação e telecomunicações por três dias. Essa é uma oportunidade única.

Então, por favor, recebam nosso convite para participar e para promover esse congresso para pessoas, instituições governamentais, empresas, se vocês acreditarem que pode ser benéfico para essa audiência.

Convido meus amigos Senadores para participarem, porque terão uma excelente oportunidade de ter uma visão da indústria global de TICs.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero dizer que farei todo o esforço para lá estar. Essa divulgação aqui tem todos os componentes – peço à TV que focalize aqui –, nessa divulgação estão todos os componentes listados, essas pessoas de relevância que o nosso querido Santiago Gutierrez já relatou aqui. Então, da minha parte, pelo menos, como Vice-Presidente desta Comissão, como Presidente em exercício desta audiência, estarei presente. Estarei conversando com Santiago e com Jeovani após esta audiência para vermos como colaborar. Acho que nossos organismos públicos também farão um esforço máximo para estar presentes porque será um momento ímpar para nós aqui, no Distrito Federal.



Eu gostaria de fazer a seguinte pergunta. Ficou clara a disparidade da Índia com os demais países quando o nosso querido Gutierrez deu os valores, hoje, em bilhões, da Índia, em comparação com o Brasil, 70 para 8, e em comparação com alguns outros países. E sabemos a dificuldade que vive o povo da Índia, a pobreza de grande parte do povo da Índia, o subdesenvolvimento em grande parte e, por outro lado, esse superdesenvolvimento numa área crucial para a economia. Então, eu gostaria de ouvir, Santiago, de tudo que você conhece aí fora, que você conhece por dentro: o que nós deveríamos fazer para que o Brasil, ainda que não alcance a Índia, possa pelo menos tentar, já que nós temos uma situação de tentativa de acerto da estrutura, estamos agora numa renovação de governo e precisamos ter norte com relação a isso. Seria importante que o MCTI, nosso MDIC e nossa Anatel pudessem ver que entraves ainda temos naquele projeto das *start-ups*, o que podemos fazer para ajudar nessa questão desse projeto de que nosso querido Daniel Vilela é Relator, e aprofundarmos aquilo que está pegando, em que pode esta Casa trabalhar para resolver essa situação. Porque como é um passo de cada vez, não conseguiremos resolver tudo de uma vez só, mas há coisas essenciais que podem ser resolvidas, podem ser encaminhadas, podem ser dialogadas com o Governo, e para nós é importante ajudar a chegar a esse alcance.

Para o Jeovani, o grande desafio é como aproveitarmos essa grande oportunidade que teremos nessa feira de TICs aqui, no Brasil, para, primeiro, transformar Brasília, que é um grande polo, tem vocação empresarial e industrial exatamente para essa área de tecnologia que é de baixa poluição e que tem condições realmente de pôr o Brasil e Brasília numa situação de âncora. Como é que nós vamos atrair, abrir esse mercado, conseguir trazer, realmente, investimento ou envolvimento? O que nós vamos fazer com o Governo do Distrito Federal para que esse parque tecnológico realmente seja realidade?

Por exemplo, meu nobre Santiago Gutierrez, a cada três palavras que falo aqui, pelo menos uma é energia solar fotovoltaica. Essa questão tem dois componentes que são fundamentais, que é o enriquecimento do silício, a limpeza do silício para poder fazer as placas, e o *microchip* do inversor, que são duas tecnologias da área de informática, principalmente a questão do *microchip* do inversor, que é uma coisa cara.

O Brasil é campeão mundial na produção de silício, mas isso representa menos de 10%, muito menos de 10% dos valores que precisam ser colocados para energia solar. Então, o Brasil está engatinhando no processo e na energia fundamental para tudo, porque a tecnologia dos inversores e a tecnologia do enriquecimento do silício para fazer as placas inteligentes de captação de energia solar nós ainda não conseguimos desenvolver, e nós precisamos desenvolver aqui na nossa terra.

Queria cumprimentar o nosso Senador Dário Berger, ex-Governador de Santa Catarina, Prefeito de cidades importantes, como Florianópolis e São José. Tenho a honra de ser seu vizinho de gabinete aqui no Senado, pela atuação que o Senador tem. Sei que vem de longe, de Santa Catarina, não pôde estar aqui antes por isso e também pela concorrência que há na Casa, nas outras Comissões, porque estamos tendo sabatina na CI, sabatina na CRE, outras questões sendo encaminhadas em outras Comissões, tudo neste horário.

Eu queria dizer, Senador, que nós estamos debatendo aqui sobre tecnologia, sobre informação, telecomunicação. Estamos com a presença do Presidente da Witsa internacional, o Santiago Gutierrez, que deu uma demonstração do quanto o Brasil pode melhorar.

Nós já partimos para as perguntas finais, que eles vão passar a responder. Tivemos palestras brilhantes sobre MCTI, MDIC e da Anatel e também do nosso representante de todas as empresas de informática, de TI, do Brasil, que é o nosso querido Jeovani, e do mundo, que é o nosso Santiago Gutierrez, dessa área.

Se o senhor, que chegou quase no final, quiser fazer alguma pergunta, alguma provocação, aproveite agora, porque eu vou passar a eles para que respondam. Se o senhor quiser, fique à vontade. (*Pausa.*)

Então, vamos passar para o Jeovani, para que faça suas considerações. Tem um prazo de até cinco minutos. Jeovani, se quiser fazer suas considerações sobre o que aqui foi dito e colocado...

Obrigado.

O SR. JOEVANI SALOMÃO – Senador, muito obrigado.

As suas perguntas vão ao encontro das inspirações que tivemos ao buscar trazer o congresso mundial para Brasília, justamente por dois aspectos que consideramos muito importantes. Primeiro, é que Brasília...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vou lá votar.

Pode falar, Jeovani, por favor.

O SR. JOEVANI SALOMÃO – Perfeitamente.

O primeiro é que Brasília, de fato, tem toda vocação para ser um polo tecnológico, e a vinda do Congresso para cá vai permitir que mais de 60 países do mundo conheçam Brasília.

Ao conhecer Brasília, nós esperamos que essas empresas e essas pessoas que são de nível de decisão tenham a possibilidade de compreender a nossa cidade, compreender o que há de bom no Brasil, compreender as nossas empresas e possam, dessa forma, colocar Brasília como uma das possibilidades de investimento. Eu



tenho conversado com muitas pessoas do mundo que mencionam que Brasília hoje sequer passa pela pré-seleção. As pessoas sequer conhecem Brasília, portanto, se não conhecem, não podem decidir sobre investimentos para cá. Então, o congresso mundial ser em Brasília já traz um ganho extraordinário, que é colocar Brasília no mapa, colocar Brasília no cenário mundial e permitir que quem decide o investimento possa fazer a decisão do investimento por Brasília. Se eu não estou no mapa – não é, Senador? –, sequer consigo ser elegível. Pois bem.

O segundo aspecto é que eu tenho uma convicção de que a política pública precisa de uma força muito grande para sair dos setores tradicionais e emergir de forma muito significativa no setor de TIC (tecnologia da informação e comunicação). Eu tenho feito muitos debates com os Ministérios. Esse evento tem proporcionado esses momentos, porque eu gostaria imensamente de que o futuro do Brasil fosse um futuro de uma economia baseada na informação. Nós não podemos submeter um país tão rico, tão grande, com a população tão maravilhosa que temos a um futuro baseado em *commodities*. Ter o futuro de uma sociedade baseado em *commodity* é um risco extraordinário para um País com tanto potencial quanto o do Brasil. Então, é absolutamente necessário que a tecnologia da informação e comunicação esteja no centro da política pública.

A notícia boa é que, se nós considerarmos o conhecimento sobre o setor de hoje e de 10 anos atrás, nós estamos muito melhor. Os programas públicos que nós temos hoje estão muito melhor e compreendem muito mais o que o setor é e de que o setor precisa. E a má notícia é que essa compreensão ainda não veio acompanhada do devido montante financeiro.

Eu estive, no mês que passou, em uma reunião do MDIC. Fui provocado lá – Marcos Vinicius, você estava viajando –, e me perguntaram: “O que é preciso do MDIC, o que é preciso do MCTIC para que realmente a tecnologia da informação avance e ganhe o destaque necessário?” É preciso fazer uma coisa simples: pegar os bilhões que estão sendo investidos em setores tradicionais e jogar para o setor de tecnologia da informação e comunicação. Os bons programas que nós temos hoje são programas de milhões.

(Soa a campanha.)

O SR. JEOVANI SALOMÃO – Então, eu tenho um programa hoje sensacional no MCTIC, o programa das *start-ups*, que é um programa de milhões. E eu tenho um programa de setores tradicionais – historicamente se trata de uma situação falaciosa, porque dizem: “Eu preciso sustentar o emprego aqui” –, com bilhões dedicados a esses setores, que não estão transformando a sociedade brasileira.

Então é preciso que o Governo que já tem boas ideias, que tem pessoas... Aqui nesta mesa nós temos um exemplo de três gestores públicos que têm esse conhecimento da importância do setor de TIC.

Nós temos de fazer com que essas pessoas que estão aqui, que o Senado, que o Governo como um todo, realmente, coloque recursos para que o setor de TIC seja o centro da política de desenvolvimento nacional, transformando a nossa economia em uma economia do conhecimento e evitando um futuro baseado em uma economia de *commodities*.

Muito obrigado.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Muito bem.

Registro, com muito prazer, a presença aqui do Senador José Medeiros.

Vamos dar continuidade à nossa audiência pública.

Eu só quero relatar que é notável e estratégico o desenvolvimento tecnológico; a tecnologia da informação exerce papel estratégico em qualquer país, em qualquer entidade, em qualquer atividade hoje do conhecimento que, efetivamente, a gente exerça. Não há como nós agirmos sem estarmos associados a essas novas tecnologias, que permitem ampliar substancialmente a produtividade, ampliar o conhecimento e facilitar, sobremaneira, as nossas ações.

Eu mesmo tive a oportunidade de criar um incentivo importante nesse ramo de atividade em Florianópolis, que se destaca, hoje, como um dos polos mais desenvolvidos do País. Lamentavelmente a alternância no poder, que deveria ser uma premissa constante e verdadeira no aprimoramento de boas políticas públicas e de incentivo às práticas que necessariamente precisam ser apoiadas, acaba não acontecendo como nós gostaríamos que acontecesse.

No entanto, tenho muito orgulho de dizer que participei, de forma ativa e decisiva, da criação do Sapiens Parque, em Florianópolis, um complexo que já assume contornos especialíssimos no desenvolvimento da tecnologia. E esse segmento, hoje, na cidade de Florianópolis, exerce uma participação importante e fundamental no próprio PIB da cidade, uma vez que, embora as empresas de tecnologia, invariavelmente, ocupem pouco espaço físico, têm um faturamento bastante significativo. Dessa maneira, eventualmente, elas se tornam até



pouco visíveis, para não dizer praticamente invisíveis. E isso trouxe – e traz – para as cidades, vamos dizer assim, uma enorme contribuição para o desenvolvimento das suas respectivas comunidades.

Pois bem, dando continuidade, pelo que percebo aqui, a palavra agora vai para S.^a, o Dr. Santiago Gutierrez.

O SR. SANTIAGO GUTIERREZ – Muito obrigado, Senador Dário Berger.

A pergunta do Senador Hélio José foi a seguinte: “o que fez a Índia que o Brasil poderia fazer para ter sucesso particularmente na indústria da exportação de serviços de tecnologia e informação, que é precisamente o setor que Índia é excelente.”

Como mencionei, Índia exporta US\$70 bilhões por ano em serviços de tecnologia de informação, o que significa fazer projetos de desenvolvimento de *software*, de *back office*, projetos baseados fundamentalmente em *software* e tecnologias de informação para outros países.

O que eles fizeram? Eles fizeram o que os distintos senhores desta Mesa mencionaram nesta manhã. Por exemplo, foi mencionado capital de risco; foi mencionada a importância de recursos humanos. O que a Índia fez precisamente foi facilitar o acesso ao capital. E por que é particularmente importante esse fator? Os negócios da tecnologia da informação não têm ativos tangíveis valiosos. Eles não os têm. Quais o mais valioso ativo em uma empresa de tecnologia da informação? O mais valioso ativo são as pessoas, são os recursos humanos. Mas você não pode ir a um banco e dizer: “eu tenho gênios na minha companhia, então, por favor, necessito de um empréstimo”. Eles dirão: “Volta no ano seguinte”.

Portanto, esse capital precisa ser facilitado por fontes não tradicionais. E quais são as fontes não tradicionais? São recursos governamentais para a promoção de empreendedorismo inovador. Importantíssimo! E o que são recursos governamentais? Em muitos casos, são recursos pressupostos de que o governo não os recuperará. Mas o governo pode ter sistemas de monitoramento para assegurar que esses recursos realmente estejam sendo utilizados ou que deveriam ser utilizados. E o mais importante é que esses recursos estão sendo produtivos e estão precisamente fazendo crescer o empreendedorismo inovador. Esse é um ponto.

O outro é: qual a razão por que outros países estão interessados em solicitar à Índia, à China, ao México... China não é um bom exemplo, mas Índia e México são bons exemplos. A razão fundamental: *human resources*, *capable human resources*, ou seja, recursos humanos capazes.

(Interrupção do som.)

O SR. SANTIAGO GUTIERREZ – ...Índia promoveu acesso ao capital: capital de risco, capital governamental, recurso governamental que facilitou a educação em treinamento de recursos humanos, mediante políticas públicas adequadas, mediante recursos orçamentários muito simples, mas há um segredo: se tudo isso não é feito como uma prioridade nacional, não funcionará.

E o que seria uma prioridade nacional? É uma prioridade para o presidente do país, para o primeiro-ministro do país bem clara e bem forte. De outra forma, o sucesso não é garantido.

Eu vou aproveitar agora para dizer, muito brevemente, que, quando eu falei de políticas públicas, há dois mundos muito diferentes em políticas públicas no setor de TICs. Uma coisa é política pública para telecomunicação, que é uma indústria regulada, em todo o mundo. Outra coisa, totalmente diferente, é política pública para tecnologia da informação.

Brasil fez um muito bom papel em regulação de políticas de telecomunicação. O Brasil criou a Anatel, depois que outras agências reguladoras foram estabelecidas em outros países latino-americanos.

(Soa a campanha.)

O SR. SANTIAGO GUTIERREZ – Assim o Brasil aprendeu a lição e fez muito boas coisas.

Agora, Brasil precisa atualizar a sua política regulatória em telecomunicação, mas é uma atualização. O que precisa mais fortemente o Brasil é uma política pública de promoção a tecnologias de informação. O Brasil tem muito trabalho adiante nessa área.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Quem seria o próximo agora?

Então, concedo a palavra... O titular me deixou sem o *script*. (Pausa.)

Agora estou com o *script* na mão.

Concedo a palavra ao Dr. Leonardo Euler de Moraes.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Muito obrigado, Senador Dário Berger.

Já passando às minhas considerações finais, após muito profícua discussão que tivemos hoje neste debate, quero dizer que realmente é importante a atualização do Marco Legal, não obstante, como eu disse inicialmente, a Lei Geral das Telecomunicações era muito principiológica, mas ajustes pontuais podem se fazer



necessários. Em consequência, certamente, existe um potencial de destravamento de muitos investimentos no setor de telecomunicações.

Obviamente que a internalização e o potencial da conectividade propiciada pelas telecomunicações, pela internet, pela banda larga, também passa pela demanda. Quero dizer pela própria internalização, por parte da indústria sobretudo, da compreensão acerca dos ganhos potenciais de produtividade relacionados à digitalização do processo produtivo.

Ou seja, há muito que ser explorado no que tange aos benefícios dessa chamada quarta revolução industrial, caracterizada justamente por essa integração e controle da produção a partir de sensores, equipamentos, conectados todos em rede, além de emprego de outras ferramentas, como a questão da inteligência virtual. Sem dúvida, isso contribuirá enormemente para o setor de telecomunicações.

Eu acho que a Anatel tem de continuar também promovendo, no escopo da sua atuação, a questão dos editais de licitação. Começamos, desde lá do Edital de 3G nº 002/2007, já tive oportunidade de falar isso aqui nesta Comissão. Àquela época, o Brasil, que tem 5.570 Municípios, tinha 1.836 Municípios sem acesso a nenhuma tecnologia de telefonia celular. Então, a Anatel promoveu um edital de forma a determinar que as empresas que lograssem o direito de explorar a radiofrequência em São Paulo, nas áreas mais rentáveis, deveriam também levar o serviço para áreas menos rentáveis, de menor atratividade econômica. Esse edital ficou conhecido como o edital de filé com osso, e, dois anos depois, esses 1.836 Municípios estavam todos cobertos com telefonia celular.

No próprio edital também do 4G foram colocadas mais obrigações de cobertura para atender a questão da banda larga móvel, de modo que, até o final deste ano de 2016, todos os Municípios com mais 100 mil habitantes deverão estar atendidos com tecnologias que propiciem acesso à banda larga móvel com a quarta geração; até dezembro de 2017 todos os Municípios entre 30 e 100 mil habitantes também.

Destaco a importância do Edital de 700 MHz, que contou com um esforço muito grande conjunto da Anatel e o Ministério das Comunicações. A liberação dessa faixa, certamente, também contribuirá significativamente para o avanço da banda larga móvel no País.

Sem dúvida, eu acho que é preciso avançar, existem diversos aspectos que podem justificar a gente ainda não ter, em termos, a velocidade, o preço, a capilaridade das redes que gostaríamos de ter, e a atualização do Marco Legal pode ajudar nisso. Obviamente também há outras questões: como o contexto econômico desafiador no nível da atividade econômica certamente influencia; alguns preços também, por exemplo, o dólar agora deu uma retraída, mas isso influencia também em custos, Opex, à medida que os contratos são dolarizados; influencia também os investimentos, à medida que o Capex conta com equipamentos em dólar; energia elétrica também agora está se refazendo, mas é um importante elemento de custo de Opex das empresas, mas as empresas terão, sim, que superar esses desafios, sabendo explorar as oportunidades, por exemplo, da internet das coisas, que, certamente, vai favorecer uma melhor monitoração de dados por exemplo.

A crescente representatividade de dados, no bojo da receita, aponta e favorece esse investimento em rede. Isso também passa, como eu disse, pela compreensão do Marco Legal, pela compreensão...

(Soa a campanha.)

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – ... da indústria de internalização e há um aspecto também que é preciso dizer, que é mais difícil de ser interessado, mas não pode ser relegado ou olvidado, que é a questão tributária. Esse aspecto é um aspecto mais, diria, de longo prazo evidentemente, sobretudo o ICMS joga um papel muito importante aqui; o cálculo da incidência dele dá por dentro, o que significa que uma alíquota nominal de 25% significa, na verdade, uma alíquota efetiva de 33%, e é até paradoxal falar em essencialidade da internet, essencialidade da banda larga, quando esse serviço é tributado da mesma forma que bens e serviços demeritórios, por exemplo armas, munição, tabaco, cigarro, bebidas alcoólicas. É um assunto delicado porque envolve, evidentemente, um sinal desafiador, mas não pode ser relegado.

Eu agradeço a oportunidade, e a Anatel sempre se coloca à disposição dos Senadores para se fazer presente aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso querido representante da Anatel, Leonardo Euler de Moraes, e passo a palavra para o André Müller Borges, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES – Muito obrigado.

Gostaria de cumprimentar os Senadores Dário Berger e José Medeiros e, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui.

Sobre o tema, eu diria que vale a pena enfatizar a questão do PL que está tramitando na Câmara, aproveitando o comentário do colega da Anatel, que faz ajustes pontuais à LGT, que está sendo essencialmente



preservada e deve ser preservada, especialmente na competência regulatória da Anatel, a quem cabe regular, na medida do estritamente necessário, os serviços prestados em regime privado.

Então, ressaltando, eu entendo que, fora essas mudanças pontuais na LGT, nenhuma mudança se faz necessária, nenhuma regulação adicional de serviço de telecomunicações. Seria interessante ser feita fora da alçada da Anatel, que tem a competência para isso e, inclusive, a capacidade de fazer uma revisão mais frequente e rápida dessa regulamentação, em função do desenvolvimento tecnológico. Eu acho que é importante que se preserve isso e que regramentos de serviços de telecom não sejam objeto de normas aqui no Congresso.

Então, agradecendo, eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso querido André Müller, até pela objetividade. Daqui a pouquinho haverá reunião da CAE e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que fará inclusive duas sabatinas muito importantes, com os nossos Embaixadores em Roma e na Colômbia, se não me engano.

Marcos Vinicius de Souza, Secretário de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Cinco minutos.

O SR. MARCOS VINICIUS DE SOUZA – Respondendo à pergunta de V. Ex^a a respeito de em que a Casa pode ajudar na questão das *start-ups*, primeiro, como eu disse, há a questão da desconsideração da personalidade jurídica do investidor, que está no PLC nº 125, que trata do Supersimples, e também em outro projeto de lei, do Senador Ricardo Ferraço. Esses dois projetos de lei se complementam.

Então, uma aprovação é importante, por que o que isso afeta na prática? Há dois efeitos péssimos, horríveis para o sistema de *start-ups*. Primeiro, porque espanta, não atrai novos investidores, principalmente investidores anjos, que são pessoas físicas que querem investir em *start-ups*, porque eles têm receio de que seus patrimônios sejam contaminados por investirem em uma *start-up*. Há vários juízes que já estão dando ganho de causa trabalhista ou tributária, e isso afeta o investidor. Como eu disse, é a mesma coisa que você comprar uma ação da Ambev e alguém que processa a Ambev ir atrás de você que só comprou a ação, e não dos gestores realmente da empresa.

E o segundo efeito que isso causa para os investidores que topam correr o risco, o que acontece é que eles exigem uma participação maior da empresa, porque ele vai ter que fazer toda uma blindagem jurídica que custa caro. E uma empresa pequena que já vai receber um investimento pequeno tem que gastar recursos para fazer essa blindagem jurídica. E isso acaba impactando em uma diluição do capital do empreendedor que é quem realmente tem esse *start-up* na mão. Então esses são os dois principais problemas que a gente vê de desconsideração de personalidade jurídica.

Ainda no Projeto de Lei nº 125, há a questão da S.A. simplificada, que é uma possibilidade, principalmente para pequenas empresas, para que eles consigam entrar no sistema de S.A. (sociedades anônimas), mas que não tenham todas as obrigações que hoje têm como, por exemplo, você exigir publicação de resultados em jornais de grande circulação. Imaginem uma *start-up* que fatura R\$1 milhão, R\$800 mil por ano, ter que fazer um anúncio no *Estadão* ou no *Valor*, expondo seus resultados, sendo que já há internet hoje para isso, basta você publicar no *site* da empresa, da *start-up*, e isso se tornar evidente.

Isso é apenas um exemplo de como que você pode simplificar questão de S.A., o que facilitará depois o investimento de capital de risco nessas *start-ups*.

O outro ponto também que tem um grande potencial como coloquei é esse ponto que foi vetado do Marco Legal de Inovação, em janeiro. Foi aprovado, por unanimidade, esse projeto de lei na Câmara e no Senado e vetaram esse dispositivo que simplesmente permite que o governo use o seu poder de compra para se unir a *start-ups* e desenvolverem produtos que não existem, mas que sejam produtos de interesse do governo.

Essa é uma modalidade que nossos principais competidores internacionais usam há décadas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Por exemplo, a questão dos inversores para energia solar. O governo poderia se unir ao investidor? Fazer o investimento? Fazer com que se produzisse o inversor aqui, desenvolvesse o *chip*? Assim a gente ficaria livre desse grande calo para poder desenvolver a nossa energia solar. É isso.

O SR. MARCOS VINICIUS DE SOUZA – Poderia uma instituição de governo se unir a *start-ups* para desenvolver um painel solar, ou algum *chip*, ou algum ponto, de acordo com a situação do Brasil, ou seja, da realidade brasileira. E, se isso der certo, poderia fazer a compra, pelo menos a primeira compra que é a mais importante, dessa *start-up*.

O que acontece hoje, Senador, são algumas situações esdrúxulas...

(Soa a campanha.)



O SR. MARCOS VINICIUS DE SOUZA – ... do tipo: a Petrobras precisa investir em pesquisa e desenvolvimento nas universidades, em pesquisas que ela tem interesse. Aí essa pesquisa se transforma num *spin-off*, numa *start-up*. E aí a Petrobras quer comprar aquele produto de quem ela fez o financiamento da pesquisa desde o início. Não pode, porque aí vai entrar na concorrência com grandes empresas, principalmente multinacionais, e todas elas geralmente varrem essas empresas brasileiras no processo.

Aí a Petrobras financiou uma pesquisa desde o início, chegou no produto que ela quer comprar, não compra, é obrigada a comprar de uma multinacional, e ainda vem a multinacional e compra essa pequena empresa para aumentar o conteúdo nacional dela. Então, são situações como essas.

Ou então da Caixa, por exemplo, que quer desenvolver uma tecnologia nova para o mercado que os concorrentes dela não têm, só que ela não pode, porque depois que ela desenvolve isso com alguma *start-up*, ela não tem a garantia de que vai conseguir fazer a compra. Aí ela vai ter que competir com todos os grandes do setor para fazer com que isso aconteça.

E todos esses problemas são resolvidos por esse ponto que foi vetado na legislação – de novo, foi unânime a aprovação no Senado e na Câmara desse projeto e foi vetado.

Então, teria duas opções: seguir no projeto de lei do Senador Jorge Viana, que está retomando isso aqui para colocar de volta na lei de inovação, e o apoio aqui dos Parlamentares também para pressionar o Governo para aprovarmos por MP, que é mais rápido, e a gente corrige esse problema ocasionado em janeiro.

Realmente isso resolve um grande problema, porque a gente limita apenas em *start-ups*, como colocamos – *start-ups* e médias empresas –, com um faturamento de até R\$90 milhões. Por que R\$90 milhões? Porque, no Brasil, não há definição de média empresa na lei. E até a do Simples, que coloca aquele faturamento, é apenas para tributário.

Então, o que pensamos quando o grupo todo, tanto de academia quanto de setor privado, fez essa proposta? Que você use o valor do Mercosul, que é de R\$90 milhões, que é o valor que BNDES e Finep também usam. O que você faz com isso? Garante o poder de compra de uma solução do Governo, que ele tenha interesse em adquirir, e do outro lado você usa as melhores linhas de BNDES e Finep, que são dedicadas a pequenas e médias empresas, para financiar o projeto também. Aí você fecha poder de compra com apoio do Governo financiando isso. E você fecha o ciclo.

Isso que estamos fazendo não é nenhuma invenção espetacular, nossos concorrentes internacionais fazem isso há décadas. A gente estudou todo o modelo americano, da União Europeia, de Israel e da Austrália, e todos eles fazem isso há décadas. E a gente aqui competindo, perdendo uma grande oportunidade de poder de compra fortíssimo que é do Estado, em que a gente poderia estar desenvolvendo essas *start-ups*.

Para finalizar, o que poderia apoiar a questão de *start-ups*, que foi colocado aqui também pelo Santiago, é recursos humanos. Ou seja, a gente precisa muito de uma flexibilização trabalhista para esse mundo de *start-ups*. A gente vê, por exemplo, que o perfil de quem vai trabalhar em *start-up* é diferente do de um trabalhador da construção civil.

O que eu quero dizer com isso? Muitas vezes o talento que a *start-up* atrai – a maioria deles é desse tipo – é o de ele trabalhar na hora em que quiser, de casa, de madrugada; quer ter essa liberdade, quer trabalhar fazendo videoconferência de casa. Agora, como se explica isso quando o Tribunal do Trabalho ou o auditor do Trabalho vai atrás perguntando por que não está na empresa? Por que não marcou o ponto? E por aí vai.

Isso afeta muito essa nova geração. Então, a gente ainda está pensando política trabalhista na década de 40 e 50, ao invés de pensar no perfil do trabalhador de hoje. Eu não estou falando nem de futuro, ainda, estou falando do trabalhador de hoje. A gente não tem normatização trabalhista para isso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Mas fala em mexer nessa vaca sagrada!

O SR. MARCOS VINICIUS DE SOUZA – Pois é. Exatamente, Senador. E é isso que estamos trazendo aqui.

Se realmente quisermos que esses jovens, que essas novas pessoas que vão criar as indústrias do futuro e já estão trabalhando no presente, não tenham essas especificidades, vai ficar difícil.

Finalmente, algo que foi colocado aqui do custo da mão de obra. Quanto ao setor de TI (tecnologia da informação), em 2007 e 2008 começamos uma conversa para fazer a desoneração trabalhista para o setor de TI. Por quê? Porque no setor de TI, cerca de 70% a 80% de custo são gente, salário. Então, se você conseguir reduzir a folha trabalhista – o que foi feito na época –, principalmente com o objetivo, Santiago, de competir internacionalmente...

O principal objetivo era exportar serviços de TI para onde havia oportunidade de o Brasil vender bilhões de serviços de TI, só que o custo era proibitivo por causa dessa alta carga trabalhista em funcionários. Então, foi criado, foi colocado em vigor, isso causou uma formalização do trabalho na área de TI, 80 mil pessoas da área de TI foram formalizadas, porque antes eram contratadas como pessoas jurídicas, como PJ, a gente falava



travestida de PJ, que eram contratadas e tinham um risco trabalhista para a empresa e o funcionário não tinha os benefícios sociais e trabalhistas a que ele tem direito. Quando fizemos isso, 80 mil entraram na formalização para o setor de TI e o Brasil se tornou competitivo para fazer exportação de serviços no exterior. O problema foi que depois abriram a porteira – que era para um segmento específico para exportação de serviços de TI –, abriram a porteira para 52 setores e aí os senhores conhecem a história, o problema que deu principalmente do estouro fiscal na hora em que se abriu para setores que nem precisavam disso.

Na hora de renegociar, justamente o setor de TI, que foi o primeiro, que é o que gera emprego de qualidade, de alto salário, foi limado desse tipo de benefício. E isso de novo joga a gente dois passos para trás. Voltamos ao ano de 2007, em termos de competitividade trabalhista, porque a gente não consegue fazer isso.

Então essas questões, investidor de um lado, de capital de risco, e do outro você colocar uma flexibilização do trabalho e redução do custo trabalhista para essa área de informática, que, ao contrário de muitas áreas, não precisa ter faculdade, não precisa ter mestrado, não precisa ter doutorado, só saber programar, só se precisa saber programar... Qualquer menino que souber programar terá emprego garantido hoje na área de TI. Esse é o tipo de emprego de alto valor agregado do futuro, que vai gerar competitividade para o País, que a gente não está priorizando hoje e que deveria ser priorizado.

Então, esses pontos são os principais, que já estão em andamento, que esta Casa poderia nos ajudar muito a resolver: investimento e gente, nada menos que isso interessa para o setor de TI e de *start-ups*.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

Queria saber se o Senador Medeiros quer fazer alguma consideração para encaminhar aqui depois. Medeiros, já vou logo fazer um ato antes de V. Ex^a falar. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior e da 24^a Reunião realizada em 5/7/2016.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Medeiros com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os convidados Dr. Jeovani Salomão, Dr. Santiago Gutierrez, Dr. André Müller, Dr. Marcos Vinicius e Dr. Leonardo, sejam muito bem-vindos ao Senado Federal. Parabenizo-os, ao mesmo tempo, pelo profícuo debate.

Nós temos discutido temas importantes para o Brasil nesta Comissão de Ciência e Tecnologia. Mais uma vez, este debate é interessante, porque diz sobre o futuro do Brasil e nos remete a uma reflexão de que país nós queremos.

Achei interessante quanto foi citada pelo Dr. Jeovani a questão das *commodities*. Eu, por exemplo, venho de um Estado que é um dos principais representantes hoje do Brasil, Mato Grosso, no setor de *commodities*.

Preocupa-me, porque nós produzimos muito, mas me faz lembrar, por exemplo, de Olinda, que já foi um grande centro econômico brasileiro por causa da cana-de-açúcar. Se você perguntar para qualquer jovem, hoje, se conhece Olinda, ele vai falar: “Ah! Aquela dos bonecos.” Vai lembrar de Olinda por causa dos bonecos. Aí vai a questão do café, do cacau. Foram ciclos.

Hoje, nós temos, por exemplo, a África com um clima muito parecido com o nosso, que está na metade do caminho do nosso principal mercado consumidor, e nós estamos inclusive, através da Embrapa, ensinando a eles como se produz. Nós temos um índice de produtividade invejável hoje, mas a pergunta é: que conhecimento nós estamos produzindo? O que estamos fazendo com o nosso futuro?

Estamos fazendo esse debate aqui. Há poucos dias eu estava em Vila Rica, que é divisa do Mato Grosso com o Pará, a 1.267 quilômetros – se não me engano –, de carro, de Cuiabá até lá. E vi o sofrimento daquelas pessoas. É uma região rica, produz muito, mas, na hora de ter a conectividade, de se conectar, é um suplício.

Nós estávamos lá juntamente com o Ministro dos Transportes, com vários políticos, e pudemos ver, ali, a dificuldade da população. E alguém falou aqui, não me lembro quem foi, sobre a importância da conectividade; de ser tão importante como a infraestrutura rodoviária ou como os portos e aeroportos. Eu não tenho dúvida disso.

Lá, por exemplo, as distâncias entre um Município e outro... Aqui no Centro-Sul e no Sudeste do País, você anda de avião e vê um Município quase colado no outro. Lá, as distâncias são de 300 a 400 quilômetros um do outro. É um lugar onde o Brasil precisava estar avançando em conectividade. Por quê? Antigamente se dizia que o desenvolvimento não chegava onde não havia estrada. Na verdade, hoje já estamos em outro patamar: o desenvolvimento não chega onde não existe conectividade. Essa é a grande realidade. As crianças de hoje...



Aí avanço para a parte dessa discussão em que se falou sobre a nossa legislação. Nós elegemos algumas vacas sagradas, alguns dogmas, algumas verdades supremas em que não se pode mexer.

Ontem, fui comer um espetinho aqui numa dessas quadras, aqui em Brasília, Senador Hélio, e vi um garoto, que não tinha quatro anos, com um *smartphone* na mão procurando Pokémon Go. Isso, para o pessoal da minha geração, parece uma sandice, um monte de gente andando... Não. Essa é a nossa realidade! Nós estamos numa época...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Aquela época em que a gente brincava de vaquinha, ou com osso, ou com manguinha verde...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Passou! Não tem mais isso.

Então, essa nova geração que vem precisa já pegar o bastão. Há gente com uma certa velocidade. Nós estamos parados. Então, o que acontece? Vamos entregar essa legislação obsoleta para essa nova geração? Isso vai atravancar essas pessoas.

O que ele falou aqui é uma realidade. Nós, por exemplo, participamos dos BRICS. Em termos de serviço, de produção de conhecimento, nós estamos muito atrás. Infelizmente, em tudo. Gastamos pouco com educação? Não. Gastamos muito e gastamos mal. Tenho conversado com prefeitos, por aí, que falaram: “Olha, eu não sei o que fazer. Tomara que não entre mais nenhum dinheiro aqui, porque não sei... Eu tenho que chegar ao teto que a lei me diz e já gastei tudo o que tinha de gastar. Estou com medo de não conseguir alcançar o que a lei me obriga a gastar.” Ou seja, nós estamos gastando mal.

O que acontece? Se você pega a Índia... O Dr. Marcos estava falando aqui a respeito da produção de serviço. A Índia está a anos luz na nossa frente. Por quê?

Porque nós estamos enrolados, desculpem-me a palavra, estamos nos enrolando no cabelo das próprias pernas.

Por isso parabênz pela importância deste debate. Nós precisamos avançar, Senador Hélio José, nós precisamos fazer esse debate, trazer pessoas do Governo e poder fazer uma verdadeira pregação para que nós possamos fazer como o Thiago Braz fez ontem, superar essa barreira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer ao nosso nobre Senador José Medeiros e comentar que realmente a gente precisa avançar.

Acabei de vir do seu Estado, tive oportunidade de passar a quarta, a quinta e a sexta discutindo a importância da energia solar no centro geodésico das Américas...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Comeu o peixe cuiabano lá?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Comi o peixe cuiabano lá, na Peixaria do Lélis – fazendo um comercial para o Lélis. Excelente.

O seu Estado tem um potencial gigante nessa área de energia solar, na área de biomassa, questão que tem excedência.

Podemos juntar o Parlatino, fazer uma reunião muito concorrida. Acabei não podendo ir a sua cidade de Rondonópolis participar da abertura da feira agropecuária, devido à concorrência. Para se ter uma ideia, as palestras acabaram na sexta-feira, na nossa reunião do Parlatino em Cuiabá, às 19h30. Houve participação efetiva da Universidade Federal do Mato Grosso, a participação efetiva das empresas, do Governo, independentemente de coloração partidária; todos participaram efetivamente de uma discussão que é o futuro. Um país sem energia e um país sem TI não vai a lugar nenhum. Precisamos discutir como vamos fazer isso. O preço, 80% do gasto incluindo tudo, é fazer placa solar fotovoltaica e fazer inversor, e o Brasil não domina nenhuma das duas tecnologias por atraso na discussão de TI. O Brasil é o maior produtor de silício e não consegue fazer a pureza do seu silício para poder dar a transmissividade da energia que precisa fazer na placa. Aí, precisa importar as placas, porque fica mais barato fazer lá.

A questão da dificuldade trabalhista, que faz com que a China tenha um preço que joga no chão o preço... Há a dificuldade terrível da nossa carga tributária, a nossa dificuldade de incentivo para a indústria se instalar. Talvez essa questão do inversor hoje seja a principal vilã, porque depende só de um *chip* que transforma a energia contínua em corrente contínua e corrente alternada – o Brasil tem total condição de desenvolver essa questão –, talvez de uma forma que acabo de colocar aqui, e o Brasil, que é o grande cliente da política pública para comprar inversor e para comprar painel poderia desenvolver suas empresas para poder fazer o painel brasileiro e fazer o inversor brasileiro e nós comprarmos milhões de inversores, milhões de painéis e gerar, como a China está prevendo, 100GW de energia solar nos próximos cinco anos, e o Brasil engatinhando em 3GW, 4GW de energia! Isso é 2/3 de nossa matriz elétrica brasileira. Com a eletricidade é um insumo básico para a produção empresarial e industrial, se a China vai conseguir pôr 100GW de energia solar no sistema dela



a preços módicos, energia gratuita – só se vai gastar com os equipamentos necessários, o inversor e o painel –, se ela consegue fazer isso porque já dominou a tecnologia toda e manda para o mundo, precisamos entrar nessa seara.

Não pude ouvir a resposta de por que a Índia está com 70 bilhões e o Brasil com 8 bilhões, e como fazer para o Brasil ser uma Índia, mas vou verificar, depois, no nosso vídeo. Eu só queria dizer para os nossos técnicos que vocês são os nossos técnicos, vocês são a nossa esperança de fazer o Brasil avançar nesse patamar, a partir do momento em que se inicia um novo ciclo, um novo Governo que sabe da importância da retomada do crescimento, que sabe da importância da retomada do emprego, que sabe da importância que o Brasil tem, para conquistar o avanço tecnológico. O Brasil tem que realmente dar vasão aos seus pesquisadores.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O caso é que lá só as vacas são sagradas. Não são as leis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Exato. Lá na Índia, não é? Na Índia, só as vacas são sagradas. Exatamente.

Então, para nós aqui, nobre Senador Medeiros, com esse outro importante seminário que teremos, de TIC, sobre o que o nosso querido Santiago Gutierrez longamente aqui discorreu, a respeito da importância do projeto, temos condições de nos alinharmos, porque da parte da Comissão de Ciência e Tecnologia podem ter certeza... Da minha parte, como Vice-Presidente da Comissão, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, e da parte do Senador Lasier, que é Presidente desta Comissão, e do Senador Medeiros, todos nós vamos estar juntos para ajudar nesse desenvolvimento.

Quero agradecer a todos, deixando claro que, se não há nada mais, hoje, a tratar, damos por encerrada esta reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, agradecendo a todos os palestrantes.

Antes ainda de encerrar, embora eu não tenha mais assunto a tratar, há um comercial da nossa audiência pública interativa que faremos na próxima semana, em que teremos a terceira audiência pública destinada a debater acerca do tema: Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL).

Os convidados para a próxima terça-feira são: Paulo Mól Júnior, Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL); Luiz Augusto de Souza Ferreira, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Raimar Van Den Bylaardt, Diretor da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI), e Roberto Nicolsky, Diretor Presidente da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec).

Essa é a próxima audiência pública que faremos.

Não havendo agora, de fato, nada mais a tratar, dou por encerrada esta audiência pública de hoje, agradecendo a todos os presentes. Gostaria que nos reuníssemos aqui para uma foto.

(Iniciada às 8 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 41 minutos.)



ATA DA 27ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 de Agosto de 2016, Terça-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7.

Às oito horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Omar Aziz, Hélio José, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Telmário Mota, José Medeiros e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e Eduardo Lopes. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: 3ª Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RCT 11/2016, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro, destinada a avaliar a política pública referente aos Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTEL). Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Paulo Mól Junior, Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi - IEL; Luiz Augusto de Souza Ferreira, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI; Raimar van den Bylaardt, Diretor da Associação Nacional de Pesquisa e de Desenvolvimento das Empresas Inovadoras – ANPEI; e Roberto Nicolsky, Diretor-Presidente da Pró-Inovação na Indústria Brasileira - PROTEC. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Omar Aziz, José Medeiros e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lasier Martins

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, senhoras e senhores assessores, imprensa, telespectadores.

Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de agosto de 2016.

Como é praxe da nossa Comissão, antes de começarmos as atividades programadas, vamos a algumas comunicações.

Esta Presidência comunica que o Senado Federal recebeu a resposta do Ministro Gilberto Kassab àquele requerimento de informação que encaminhamos, Requerimento nº 293, de 2016, por meio do qual requisitamos que nos fossem apresentados os gastos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações com os estudos relacionados à fosfoetanolamina. S. Ex^a o Ministro Kassab nos informou que os Termos de Apoio Financeiro para a pesquisa dos projetos contratados estão em vigência e a prestação de contas devida será feita segundo as normas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em até 60 dias após o vencimento dos respectivos contratos. Foram repassados para os exames pré-clínicos, ao encargo do Centro de Inovação e Ensaios Pré-Clínicos, de Florianópolis, coordenado pelo Dr. João Batista Calixto, o montante de R\$1,4 milhão e para o Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos da Universidade Federal do Ceará, coordenado pelo Dr. Manoel Odorico de Moraes Filho, o montante de R\$400 mil. A síntese e a caracterização química da molécula ficaram ao encargo do Laboratório de Química Orgânica Sintética da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordenado pelo Dr. Luiz Carlos Dias, e do Laboratório de Avaliação e Síntese de Substâncias Bioativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pelo Dr. Eliezer Jesus de Lacerda Barreiro, que recebeu o montante de R\$200 mil. Ao mesmo tempo, o Ministro informa que todos os resultados de reuniões e estudos relacionados ao tema estão à disposição do público no portal do Ministério.

Comunico, então, que esta Comissão, por meio da minha assessoria, encaminhará cópia desta resposta a todos os seus membros, titulares e suplentes.

Iniciando os trabalhos da reunião de hoje, informo que realizaremos a terceira audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 11/2016–CCT, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro, e também de acordo com o plano de trabalho apresentado para avaliação das políticas



públicas relacionadas aos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico proposto por esta Presidência, Relator da matéria que fui, ambas as proposições aprovadas por esta Comissão.

Destina-se esta audiência pública a promover o debate sobre os fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTEL).

Então, para debater o assunto, temos a honra de convidar para compor a Mesa os seguintes expositores:

Sr. Paulo Mól Junior, Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Tenha bondade. Obrigado por sua vinda.

Sr. Luiz Augusto de Souza Ferreira, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Obrigado.

Sr. Raimar van den Bylaardt, Diretor da Associação Nacional de Pesquisa e de Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI). Obrigado por sua presença.

Está por chegar ainda, deve chegar em seguida, o Sr. Roberto Nicolsky, Diretor-Presidente da Pró-Inovação na Indústria Brasileira (PROTEC).

Hoje, estamos realizando, então, esta 3ª audiência pública de um total de seis previstas com o objetivo de coletar dados para avaliar uma das principais políticas públicas da área de ciência, tecnologia e inovação do País, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, composto pelos fundos setoriais, que, diga-se de passagem, está agonizando. Como temos ouvido aqui em nossas audiências, são várias as razões: a falta de cumprimento da legislação que criou os fundos para fins específicos, porém nem sempre respeitados; a falta de governança de indicadores de desempenho e, por último, a falta de orçamento público que atinge a todos os setores da nossa economia.

Sr. Roberto Nicolsky, obrigado pela presença. Prazer.

Nos últimos anos, o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação evoluiu de uma estrutura simples baseada em agências de fomento para um modelo complexo e com capilaridade, que compreende Ministérios, Secretarias, organizações de classe, universidades, institutos de pesquisa, empresas e outras instituições públicas. Apesar dessa expansão, o investimento em pesquisa e desenvolvimento, P&D, proporcional ao PIB, representa 1,24%, tendo avançado apenas 0,2% desde o ano 2000. Além do baixo percentual, ainda há recorrentes cortes anuais e destinação diferente.

Aflitos com esse quadro, a mobilização empresarial pela inovação entregou ao Presidente interino Michel Temer e ao Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, Gilberto Kassab, no mês passado, no dia 8 de julho, um documento com propostas para alavancar a inovação, que é considerada pelo grupo a chave para a retomada do crescimento econômico do Brasil.

A agenda estabelece seis prioridades: atualização do marco regulatório da inovação, aperfeiçoamento do marco institucional da inovação, aprimoramento dos mecanismos de financiamento à inovação, estruturação da inserção global de empresas via inovação, modernização do currículo de engenharias e fortalecimento da atuação de pequenas e médias empresas inovadoras.

Para a indústria o atual modelo de financiamento e regulamentação não é mais capaz de sustentar as atividades de desenvolvimento científico e tecnológico: ele é dependente, em grande medida, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do Plano de Sustentação do Investimento (PSI) e tem perdido capacidade de ação. E mais, o FNDCT inclusive foi utilizado para financiar demandas pouco aderentes à finalidade do fundo.

Por essas razões estamos aqui hoje com nossos convidados da indústria para que exponham essas e outras questões que nos permitam avaliar se, de fato, o FNDCT, como política pública de estímulo e apoio à inovação e à competitividade, está ou não cumprindo o seu papel.

Então, vamos iniciar as exposições e debates convidando os nossos debatedores para que nos apresentem, independentemente de outras questões: por que as verbas não chegam a sua destinação; quais são as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas para utilização dos fundos setoriais; quais foram os principais resultados ou impactos positivos alcançados com o apoio recebido; como o legislativo pode apoiar.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico, por fim, que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.



Passaremos então às exposições pelos convidados e, ao final, as Sr^{as} e os Srs. Senadores presentes, na ordem de inscrição, poderão perguntar. Vamos propor aos nossos eminentes convidados o prazo de 15 minutos para sua apresentação.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Mól Junior, Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

Bom dia, Dr. Paulo.

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – Bom dia, Senador; bom dia a todos.

Em primeiro lugar, queria parabenizar esta Comissão pelo excelente trabalho que tem sido feito. É a terceira audiência que acompanho em prazo bastante curto. Vejo o interesse do Senador Lasier pelo tema de ciência, tecnologia e inovação, como essa agenda ganha importância aqui nesta Casa, no Congresso Nacional e no Senado Federal. Então, parabéns aos Congressistas, parabéns aos Senadores, parabéns a esta Comissão pelo trabalho que tem sido feito na área de ciência, tecnologia e inovação.

Falo isso porque acredito seriamente que um país forte precisa, de fato, de indústrias fortes e indústrias fortes só acontecem se houver inovação. Então, a agenda de inovação é uma agenda de crescimento para o País.

Vamos falar sobre inovação.

Começo pelo gráfico que o Senador Lasier já tinha expressado.

Isso é a participação dos recursos. Dispendios nacionais de pesquisa e desenvolvimento em relação ao Produto Interno Bruto.

Alguns vão dizer: “Olha, esse não é talvez o melhor indicador”, mas é o indicador de comparação internacional. Aqui estamos falando de pesquisa e desenvolvimento, mas quando se fala em inovação, é muito mais do que pesquisa e desenvolvimento, mas é o indicador que é utilizado em comparações internacionais.

O que percebemos é que o Brasil, em 2014, somando setor público e privado, investe 1,38% do PIB em pesquisa e desenvolvimento. Se olharmos para os outros países, nossos potenciais competidores, países da OCDE, países mais desenvolvidos, o percentual é muito maior do que esse. Então, aí está um desafio muito claro para o País, que é de que maneira aumentar os dispêndios, especialmente os privados, porque os públicos, de fato, têm um padrão que é mais ou menos estável entre esses países, mas o dispêndio privado é menor. Talvez o grande esforço para este País seja de que maneira aumentar os dispêndios privados em pesquisa e desenvolvimento, e aí pararmos com aquela história de que o problema é do Governo, o problema é das empresas. Não, esse é um desafio nacional, e todos os agentes precisam estar juntos para que possamos vencer esse problema.

E começamos por aqui o diagnóstico de onde começa o problema. Anualmente, o IBGE lança o Pintec, que é a pesquisa sobre inovação tecnológica, em que mostra os indicadores de inovação no Brasil. Geralmente, o número que é mais destacado é o associado ao número de empresas inovadoras, que é alguma coisa em torno de 30%, 31%, 35% das empresas. Esse número é sempre muito destacado, e quando você olha o número de empresas inovadoras no Brasil, não difere muito da Espanha, de Portugal, da Itália e tudo o mais. Estou falando que é alguma empresa que, naquele ano, especificamente, fez alguma mudança substancial no seu produto ou no seu processo. Perfeito. Isso não chama muita atenção.

O que me chama atenção é quando você olha, de fato, a taxa de inovação para o mercado. Apenas 2% das nossas empresas fazem alguma mudança que, de fato, é nova para o mercado. A maior parte das nossas empresas faz inovações que são para a empresa, ela não fazia aquele tipo de processo ou produto e agora resolveu fazer, porque o seu competidor está fazendo e ela está perdendo o mercado. Agora, inovação para o mercado, apenas 2% das empresas. E, quando estou falando de inovação para o mercado internacional é quase traço, ou seja, temos um problema. Estamos entre as dez maiores economias do mundo, mas, em termos de inovação, o Brasil não entrou nessa agenda de maneira estruturada.

Então, temos um problema: temos um Ministério, uma estrutura, uma governança, recursos, mas em termos de desempenho e inovação, o Brasil tem uma performance que é muito ruim. Neste momento, o que está em curso é uma agenda que é importante, fundamental, uma agenda de atualização tecnológica que são as empresas buscando novas tecnologias que já existem e aplicando nas suas empresas. Agora, agenda no sentido de criar novos produtos e processos para o mercado nacional e internacional são muito poucas empresas que fazem.

Há um trabalho antigo do João De Negri que mostra que apenas duas mil empresas no Brasil, no máximo, fazem P&D sistemático de maneira contínua. Então, esse é um ponto que precisa mudar.

Aí vamos falar das bases de financiamento, porque quando a gente está falando de inovação, a gente precisa de, basicamente, três questões: uma estrutura regulatória adequada para inovação, pessoas qualificadas e financiamento. São os três eixos que a gente trabalha na inovação.

Aqui a gente vai falar especificamente sobre financiamento. Sem financiamento em inovação não há inovação. E quando eu falo em financiamento para inovação é diferente de financiamento para outras áreas,



porque ele tem uma variável que somente a inovação tem, que é um risco muito alto. Então, tem de haver um tratamento diferente para o financiamento quando trata de inovação.

O sistema de financiamento à inovação, o sistema de ciência e tecnologia no Brasil não é tão recente. Começou em 1967, com a Finep; em 1969, criou o FNDCT, então, já tem uma base, já são cinquentões, praticamente.

A fim de dar maior regularidade ao orçamento, na década de 1990, criaram-se os fundos setoriais, que foram um avanço. Qual era a ideia? Criar um fundo para dar estabilidade à aplicação dos recursos, em vez de ficar dependendo de questões orçamentárias. Esses fundos setoriais foram criados para atender os setores produtivos. Até aí tudo bem. Só que a gente olhou o desempenho hoje e viu que isso não gerou emprego e renda, crescimento para o País. Então, temos algum problema na execução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia que precisa ser tratado.

Vou tratar de alguns pontos, basicamente: instabilidade de recursos, que gera um problema; vou falar de ausência de estratégia na alocação dos recursos, porque se eu tenho recursos preciso ter uma estratégia, se eu não tiver estratégia coloco recursos e não sei para onde vão; e vou falar de uma governança frágil – sobre isso as pessoas não falam muito, mas, para mim, é um dos principais problemas para a gestão do FNDCT.

O FNDCT foi criado em 1969. A principal fonte de receita são os incentivos fiscais, sobretudo os fundos setoriais. Tem recurso da CID, tem recurso de contribuição das empresas e tem vários tipos de modalidades de financiamento: fundos reembolsáveis, não reembolsáveis e investimentos.

O FUNTTEL é outro fundo, mais específico, com contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas de telecomunicações e contribuição de 1% sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas. Então, são fundos que foram utilizados para desenvolver a ciência, tecnologia e inovação.

Eu vou centrar muito mais no FNDCT, porque ele é mais geral. Vamos lá. Como foi a evolução da arrecadação? Veio crescente nos últimos dez anos, de 2006 até 2012/2013. A partir dali, houve uma queda, quando houve a saída dos recursos do CT-Petro, recursos ligados a petróleo, que vão para o fundo social. Uma parcela importante dos recursos que compunham o FNDCT saiu do fundo. Na verdade, a gente saiu de uma arrecadação de algo em torno de R\$5 bilhões, para pouco mais de R\$3 bilhões, ou seja, uma perda de 30% a 40% de arrecadação do fundo aconteceu a partir de 2014, porque os recursos que compunham o FNDCT agora vão para o fundo social, a parte que era ligada ao petróleo. Então, o CT-Petro, que era o maior dos fundos do FNDCT, para de contribuir e vai compor o fundo social.

Além da questão da queda da arrecadação, a gente tem uma questão também que é o quanto é orçado e o quanto é executado, o quanto é feito de pagamento para o fundo.

Então, vemos o seguinte: aqueles dados, a barrinha laranja é aquela mesma barrinha que vimos, passado, subindo os recursos, agora, caindo. Agora, o que conta mesmo é a barra amarela, que é o quanto houve de fato de pagamento, de recursos que entraram na conta, porque a barrinha laranja fala sobre arrecadação, seria o que arrecadou, orçamento, agora o que de fato foi feito, alocado em projetos de ciência e tecnologia é a barra laranja. Então, percebe-se que existe uma distância bastante grande entre o que é arrecadado e o que é pago. Aí se começa a tratar de questões ligadas a contingenciamento, a recursos que de fato são arrecadados e iriam para o FNDCT, mas não vão porque precisam ser alocados em outras áreas, gerar superávit primário e outras coisas que entram no Governo, mas o fato é que uma parcela importante dos recursos sequer é aplicada porque é contingenciada.

Aí temos o mesmo gráfico mostrado de outra forma, quer dizer, a barra azul seria o que é arrecadado, a barra laranja, o executado. Vemos com essa diferença aí, ao longo desses anos, que já tivemos 13 bi de cortes, que, na verdade, são contingenciamentos que foram feitos para o fundo. Então, são recursos que foram arrecadados para ciência, tecnologia e inovação, mas não foram aplicados em ciência, tecnologia e inovação por outras questões de País.

Aqui, percebemos o seguinte: *o.k.*, a pergunta é se isso foi no passado, o futuro está diferente? Não.

Aqui tivemos acesso... a primeira coluna – desculpa –, a segunda coluna foi o projeto de lei orçamentário proposto pela Finep, que é o gestor do FNDCT, de como seria a alocação de recursos para o ano de 2017. Então, prevê uma arrecadação de 5,2 mil e previa um total de gastos de 4,383 bilhões. Então, uma reserva de contingência de um bilhão. Essa era a proposta inicialmente do gestor do FNDCT, que é a Finep. E vemos os recursos ali. Só que a proposta que já voltou pelo Governo é de que a reserva de contingência, que na verdade seria a parte ligada ao contingenciamento, deve se aproximar de três bilhões, ou seja, só no FNDCT teremos muito possivelmente para o ano seguinte, 2017, uma reserva de contingência, que é um contingenciamento, de 55% da arrecadação do FNDCT, ou seja, então não estamos falando de passado, mas do futuro, que está reproduzindo exatamente as orientações do passado, isso é preocupante. Então, quando se pergunta: ah! O Brasil está mudando, em termos de ciência, tecnologia e inovação? Não, aliás a história está ficando ainda pior.



Percebemos que temos somente 55 milhões de recursos para subvenção econômica. E, aqui, falo subvenção econômica, por quê? Porque, para a área empresarial, subvenção é do capítulo ligado a financiamento o mais importante, que é quando, de fato, o Governo se coloca como parceiro da empresa no risco. Então, 55 milhões é muito pouco.

Do que tem de projetos de fundos setoriais, porque aí você tem os outros fundos, são apenas 379 milhões. A proposta era de um bilhão e foi para 379 milhões. É muito complicado. E 200 mil para investimento em fundos, que é o *venture capital*, qualquer coisa do tipo. Duzentos mil! Ou seja, praticamente não tem.

Então, esse é o cenário que está sendo desenhado para 2017. Ou seja, não podemos ter ilusão – se continuar dessa maneira – de que a agenda de inovação vá mudar neste País, pelo menos em termos de política pública.

Aqui a gente tem um ponto, que vou colocar, e aí gera um certo desconforto, mas tenho que colocar essa questão. A linha barra em azul mostra a participação do Ministério da Ciência e Tecnologia no Orçamento Geral da União. Historicamente, a participação gira em torno de 2%. Estou falando do Orçamento Geral da União, de quanto vai para o ministério? Gira em torno de 2%, que é a barra azul.

Quando a gente tira os recursos do FNDCT, a gente percebe agora uma queda da participação do Ministério da Ciência e Tecnologia nos recursos da União. O que está acontecendo na prática? Você tem um volume de recursos, que vai para o MCTIC, que está sendo reduzindo. E a forma como o ministério conseguiu manter estável em 2% foi tirando parte dos recursos do fundo para arcar com as despesas do ministério.

Então, o ministério agora, como tem uma queda de receita, uma queda de orçamento, para se financiar, para manter sua estrutura ele busca parte dos recursos do FNDCT para isso. Então, aquele contingenciamento que vimos, grande parte é para financiar as próprias despesas do ministério para que ele possa ter uma participação em termos de gasto ativo. O FNDCT acabou assumindo para si uma conta que é muito mais alta do que deveria ser ou ações que não deveriam ser.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – E aí a gente começa a se preocupar. Ou seja, o FNDCT é para assumir despesas do ministério? Possivelmente não. As despesas do ministério é para virem do Orçamento Federal. Então, se isso acontece, muito possivelmente estamos desvirtuando as ações do fundo, logo, na hora em que eu for olhar os indicadores de qual foi a efetividade das ações do fundo, muito possivelmente não vou ter os melhores, porque uma parcela significativa está sendo para cobrir as despesas do ministério.

Aqui outro ponto que coloco, e para mim credencio esse ponto como talvez o mais grave em termos de gestão do FNDCT. Muitas vezes... Aí várias pessoas da área de Ciência, Tecnologia e Inovação fazem uma defesa ardorosa pelo aumento dos recursos para o FNDCT. E posso dizer que a empresa faz coro com esse movimento de uma busca maior de recursos para o fundo.

Mas tenho que dizer o seguinte: para o FNDCT, de fato, ser ativo, não bastam recursos. Se colocarmos mais recursos, mas na governança que está agora, não vai mudar muita coisa, não. O exemplo clássico é esse. Aqui só temos dados até 2011, Senador, então não conseguimos atualizar. Mas, quando a gente vê, o que estamos percebendo no FNDCT é o que na empresa a gente chama de pulverização de recursos. Eu pego um volume de recursos, que já é baixo, e pulverizo esse recurso em vários pequenos projetos. Ou seja, dali a gente percebe que 61% dos projetos aprovados pelo FNDCT, entre 1999 e 2011, tiveram valor de até R\$100 mil. Projetos de R\$100 mil, desculpem-me, não vão mudar a realidade do País. São projetos de professores, de bancadas, estão ali na ponta, e estou utilizando 68% dos recursos para projetos pequenos, que são projetos para um professor universitário, que é muito legal, mas não é pelo FNDCT que você vai financiar.

Agora, grandes projetos, projetos nacionais, projetos que mudam o país, projetos estruturantes, projetos ligados à política industrial, que são projetos mais caros, a gente tem 7% dos recursos.

Então, pode colocar a quantidade de dinheiro que for no FNDCT, se essa for a orientação, posso dizer que não vai gerar mais emprego e renda. Pulverização de recursos não rola.

Então, o que a empresa e o setor empresarial colocam é que precisamos ter uma diretriz. O FNDCT tem que estar associado a uma diretriz de país, a uma diretriz de qual sociedade queremos, de qual indústria queremos, de qual estrutura precisamos. E, a partir daí, vamos colocar recursos nesses projetos, que seriam projetos campeões.

Lembro-me de que, no passado, tiveram a ideia das plataformas de conhecimento, que era um pouco disso e acabou sendo abandonada. Mas era a ideia de você ter grandes projetos estruturantes. Ah, vamos trabalhar com vacina para dengue; vamos trabalhar com a questão de um super processamento de todas as informações do setor público; vamos trabalhar com avião verde. São grandes projetos em que colocariam recursos. Mas o que temos hoje é uma pulverização de recursos.



Outro ponto é de que não bastam recursos, tem que mudar a orientação. Essa foi a aplicação do orçamento do FNDCT, em 2013, não creio que tenha mudado desse ano para cá.

Metade dos recursos é para projetos de universidade. E pergunto: qual é a conexão com o setor produtivo? Não sei.

Ou seja, esse é um ponto que precisa ser mudado dramaticamente. Ali a gente tem que a conexão que se tem com o setor produtivo é clara, quando estou falando de equalização, 10% dos recursos, e subvenção econômica principalmente, 10%. Então, eu tenho o quê? Basicamente 21% dos recursos que têm uma conexão direta com empresas. Dentro de recursos do CNPQ, uma parte é para empresa. Tem o RHAIE, tem o Inova Talentos, que foi também financiado, mas são alguns poucos projetos. A maior parte dos recursos do CNPQ é para ser alocado em projetos nas universidades. Em 49%, o projeto é para universidades, para financiar aqueles microprojetos. Então, esse é o retrato que temos do FNDCT.

Pergunto: é esse o desenho de um fundo que precisamos ter para o país dar um salto? Acho pouco provável. Estou terminando. E, mais do que isso, essa distribuição acaba também se refletindo nos fóruns. Quando você – eu participei, eu era membro do Conselho do Fundo Verde Amarelo, que é um dos que o compõem. Posso dizer que era uma mesa enorme e que tinha eu de voz empresarial. Ou seja, realmente era muito desequilibrado o processo. Você tinha uma participação governamental importante, você tinha uma participação da academia importante e você tinha dois representantes de empresa, só. Então, isso acaba gerando na resposta do que se tem, ou seja, a governança precisa ser pensada dentro de um projeto do FNDCT.

Aqui, no caso FUNTTEL. Vou falar menos, vou passar um pouco mais rápido. Mas, o que consta muito grande parte também é a questão da reserva de contingência, que é muito forte. Porque, dados os recursos do FUNTTEL, uma parcela de 20% vai para a desvinculação de receitas da União. Aí depois tem uma outra parcela que vai para o CT-Infra.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – E aí o que sobra é que, de fato, pode ser aplicado.

Então, esse é um ponto também que tem que ser pensado, e aí vem a questão da reserva de contingência. No caso FUNTTEL, tenho que falar menos porque, no caso do FNDCT eu vivenciei isso, está no meu sangue, por participar de vários fundos. No FUNTTEL, como não participei diretamente, o que conheço do FUNTTEL é pela literatura.

As conclusões básicas, estou passando aqui a um resumo.

O Brasil conta hoje com instituições e instrumentos para apoiar o processo de inovação.

Mas temos gargalos da sustentabilidade, escala e operação dos instrumentos – deixei claro.

Nos últimos 11 anos, o FNDCT teve corte de 30% no valor arrecadado, isso, em grande parte, por conta dos recursos do CT-Petro, que foram para o Fundo Social, que é um problema.

Os recursos arrecadados pelo FNDCT estão sendo substituídos por recursos orçamentários do MCTIC. Então, esse é um outro ponto. ...do MCTIC se financia com recursos do FNDCT. Então, é um problema.

Existe uma dispersão dos recursos em um número elevado de projetos de baixo valor, o que reduz a efetividade dos gastos e o impacto sobre a capacidade de inovação das empresas, que acaba inviabilizando projetos estratégicos. Mas, a pergunta que tem é: quais são os projetos estratégicos? Este País está pensando em quais são os projetos estratégicos? Essa é uma pergunta importante. A ABDI pode nos ajudar muito. Qual o País que queremos? Quais são os projetos estratégicos que queremos? Onde vamos colocar as nossas fichas?

A participação das empresas no FNDCT tem sido relativamente limitada – eu mostrei –, seja no âmbito dos projetos cooperativos, subvenções ou crédito. Então, precisamos trazer as empresas para junto, porque sem empresa não tem inovação. Sem empresa pode ter ciência, mas inovação não, porque a inovação só acontece na hora em que o conhecimento vira valor de mercado. E não existe outro lugar que gere valor de mercado senão numa empresa.

Resultado: os fundos públicos para CT&I não têm sido capazes de induzir mudanças significativas na ciência, tecnologia e inovação, principalmente na inovação.

É importante garantir maior transparência à gestão dos recursos dos Fundos Setoriais – essa questão da transparência é importante. Participei muito tempo dos fundos, da governança disso. Era complicado. As reuniões não tinham regularidade. Quando tinha recurso, tinha reunião; quando não tinha recurso, não tinha reunião. O acompanhamento disso, os balanços. Acho que precisa dar uma profissionalizada na gestão desse processo.

Valorizar o papel dos Comitês Gestores e dos setores produtivos na orientação estratégica dos fundos setoriais.

Criar mecanismo formal para a definição das ações transversais, com participação dos representantes do governo, academia e setores produtivos.



Em síntese, além de assegurar a plena execução do FNDCT e do FUNTTEL, é preciso repensar as diretrizes estratégicas para as ações, delimitar com mais clareza objetivos e campos de ação, de modo que o papel estratégico dos fundos seja cumprido.

Então, resumidamente, essa é a avaliação que a CNI, em especial, que o IEL acompanha, e a Mobilização Empresarial pela Inovação, da qual sou coordenador técnico, colocam com relação à gestão do Fundo Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Dr. Paulo Mól Junior. O cenário que o senhor nos descreve aqui, Dr. Paulo, na minha definição, é um cenário tétrico, pior impossível.

Vou lhe pedir que depois nos encaminhe, talvez já esteja nas suas intenções, os gráficos e esse relatório, para o nosso trabalho, que será apresentado à Comissão, no fim do ano, sobre essa política, essa falta de política pública. O senhor traz aqui a informação de que, ao invés de perspectivas mais auspiciosas para o ano que vem, o senhor nos traz a notícia de que já teremos um contingenciamento de 55% da arrecadação, quer dizer, ao invés de melhorar, temos a notícia de que vai ficar pior.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Augusto de Souza Ferreira, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI.

Bom dia.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – Bom dia a todos.

Senador Lasier, na figura de quem cumprimento a todos os demais Senadores da Casa.

Acho essa discussão fantástica.

Quero cumprimentar também o Paulo, o Raimar e o Roberto.

Estou há dois meses em Brasília e aprendi uma coisa na ABDI. A ABDI, para quem não conhece, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, traz no seu DNA a *expertise* de discutir justamente a política industrial de forma estratégica, o que queremos para este País não só no ano que vem, mas, eu diria, nos próximos 15 anos. Talvez estejamos tendo agora uma janela que, se a perdermos, os próximos 15 anos, podem estar perdidos no que se refere à inovação.

Antes de entrar na questão um pouco mais técnica, vou focar na questão da governança, porque acho que o grande problema do País e de qualquer...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ...perguntar ao Dr. Paulo sobre esse terceiro item que ele falou, “governança frágil”. Mas, já que o senhor vai assumir esse item, desde já agradeço.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – Podemos, então, passar para o Paulo antes.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não, estará em boas mãos.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – Quero fazer alguns comentários antes. Primeiramente, corroboro com o que o Paulo disse sobre inovação. A inovação nasce em um ambiente de incerteza, e, nesse ambiente de incerteza, ela tem que gerar valor. Se ela não gera valor, obviamente ela não é inovação, ela é só pesquisa acadêmica. Valor só se gera dentro de empresas.

Temos uma realidade no Brasil em que, ainda que indústria hoje represente muito menos do PIB do que ela representou nos últimos 15 anos, ainda assim é responsável por um de cada três reais arrecadados pelo País em impostos. Isso significa que uma inovação aplicada efetivamente à realidade dessas empresas pode melhorar não só a situação econômica do País, mas a situação de geração de emprego e renda.

Acredito na governança como um ponto focal em absolutamente tudo que podemos discutir sobre os fundos. Quero só relembrar alguns pontos de atuação dos fundos que estamos discutindo, por exemplo, o FNDCT. Primeiro, ele tem três linhas de atuação: fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação; subvenção econômica, que interessa diretamente às empresas, recursos não reembolsáveis quando esses fundos passam a ser parceiros da empresa no desenvolvimento dessa inovação; e os instrumentos de crédito.

Acho que uma das grandes questões, e todas elas podem ser resolvidas – vou reforçar bastante essa palavra nesses menos de 15 minutos – é a governança dos fundos. Como é feita a governança do FNDCT? Temos o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; a Finep, Secretaria Executiva do FNDCT; temos, abaixo disso, o Conselho Diretor, que é o MCTI, os Ministérios MEC, Fazenda, o MDIC, Defesa e Planejamento; temos as Presidências da Finep, CNPq, BNDES, Embrapa; temos três representantes de empresas (CNI); três representantes de comunidades científicas (SBPC, ABC); temos um representante dos trabalhadores, indicado pela Confederação



dos Trabalhadores. Abaixo disso, temos mais um comitê, que é o Comitê de Coordenação Executiva, responsável pelas ações transversais; Sexec, que é do MCTI (agora MCTIC), Finep e CNPq, e outras Secretarias. Abaixo disso, temos o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais. Ai, vêm as ações verticais direcionadas a cada fundo.

Primeiro, acho importante fazer uma defesa do descontingenciamento do recurso. Acho que isso é importante fazer antes de entrarmos na discussão da forma como o Ministério usa o recurso, e essa é uma discussão muito própria da Pasta. Imagino que, na última audiência pública, isso foi colocado pelos próprios integrantes do MCTIC. É importante que seja descontingenciado. Não podemos ter criado uma série de fundos e ter uma arrecadação fabulosa, acima de R\$4 bilhões e repassar para a execução de projetos talvez dez por cento disso, talvez um pouco mais.

Isso não é compreensível, sobretudo para mim que venho de uma lógica privada, e o meio em que aprendi muito foi no das *start-ups* e das *scale-ups*, onde a gente tem pouco dinheiro e realiza muito valor com isso.

Então, esse é o primeiro ponto: o descontingenciamento, sim, é importante.

O segundo ponto é entender o que, realmente, está sendo colocado nessas ações verticais. As ações verticais são as ações de interesse de cada fundo, e isso é importante. Quando a gente fala, por exemplo, da área de petróleo e gás – e o Raimar vai falar perfeitamente sobre isso, porque conhece melhor que eu muitas vezes –, a gente tem uma área que teve uma desestruturação muito grande nos últimos anos. E o problema não foi a estruturação de centros de pesquisa; o problema foi a manutenção dos centros de pesquisa.

Nós estávamos batendo um papo agora, antes de começarmos a audiência, e estávamos dizendo: o que adianta ter uma estruturação desses centros, o que adianta a gente ter uma estruturação da pesquisa e da tecnologia, o que adianta fomentar a rede acadêmica se, depois, a manutenção disso é praticamente jogada no lixo?

Eu digo isso pelo seguinte: obviamente, eu entendo que se gasta muito com pesquisa pouco aplicável a mercado – e isso, para o País, eu acho absolutamente péssimo. Em qualquer país desenvolvido no mundo – e imagino que essa seja a grande ambição brasileira –, as pesquisas são aplicadas a questões que possam ser realizadas pelo mercado. É lá que existe, novamente, agregação de valor.

Então, dito isso, a gente tem um problema a ser discutido: qual a relação dos gastos desse fundo com a área acadêmica? O quanto, efetivamente, ele está bancando pesquisas ou possíveis inovações que vão chegar, de fato, à ponta, a essa empresa que vai colocar isso no mercado e que vai gerar um resultado com essa inovação?

Do contrário, senhores, nós estaremos, com absoluta certeza, promovendo uma fuga de cérebros, gastando dinheiro com o Ciência sem Fronteiras, fazendo com que os nossos alunos, os nossos pesquisadores vão para fora, obtenham um conhecimento, trabalhem com grandes universidades, com grandes empresas, em grandes projetos de pesquisas, mas acabem ficando por lá.

A própria vinculação do que é gasto com o Programa Ciência sem Fronteiras e que tem relação com um outro fundo aqui, a própria vinculação de que essa pessoa que faz uso disso deveria retornar ao País e, obrigatoriamente, deixar, pelo menos por um prazo de cinco anos, esse conhecimento aplicável no País deveria ser discutido de forma imediata.

Então, sim, parte dessa problemática dos gastos está no fato de que os recursos dos fundos são gastos com pesquisas pouco importantes para o País. E digo “pouco importante” do ponto de vista estratégico. Se eu falar, por exemplo, do setor de defesa, nós podemos dizer o seguinte: a Embraer tem um setor de defesa também, é verdade; a Embraer investe US\$600 milhões na área de P&D, e ela tem uma subvenção do Governo que é praticamente mínima. Se comparada com uma Bombardier, no Canadá, por exemplo, é praticamente zero. A Bombardier tem uma subvenção acima de US\$2 bilhões para poder melhorar a sua capacidade de defesa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, Senador Lasier...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Saudamos a sua presença.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Obrigado.

Eu queria, primeiramente, cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu sei, o senhor está cheio de perguntas, como estaríamos aqui, realmente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não; eu acho que esse debate que o Dr. Luiz está colocando não foge ao que eu penso na prática. Nós temos que sair um pouco daquela cultura de que eu quero fazer uma tese, vou fazer uma pesquisa, mas essa tese é para que, daqui a cem anos, alguém diga que eu fiz uma tese. E as pesquisas sobre produtos, que poderiam gerar emprego lá na atividade-fim e estar na prateleira hoje, nós não temos feito.

Quando V. S^a fala sobre o Ciência sem Fronteiras, eu lembro que fiz um relatório, no ano passado, que apresentei aos Senadores, e várias sugestões foram trazidas. Uma delas, inclusive, é de que quem está se graduando não tem por que ir fazer Ciência sem Fronteiras. Não existe isso.



E realmente há de haver uma contribuição por parte desses que são financiados pelo Governo brasileiro, pelo povo brasileiro, no sentido de retornar com esse conhecimento. Mas, quando se retorna com esse conhecimento, vê-se a nossa triste realidade. Dou exemplos aqui da minha Região, que é riquíssima na fauna, na flora, de que os brasileiros não têm conhecimento. Temos lá um Centro de Biotecnologia, e fico batendo nessa questão aqui. Agora, talvez, haja um acordo entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Meio Ambiente, para que possamos ter uma entidade jurídica para o CBA, porque até hoje não temos. Para se ter uma ideia, é o Inmetro é responsável pelo pagamento de cientistas.

Eu, quando governador, tive a felicidade, através do Fundo de Amparo à Pesquisa do meu Estado, o Amazonas, destinar 1% de toda a arrecadação para pesquisa, e fazer vários convênios com o CBA e lá formar, dar uma oportunidade. Se tivéssemos conhecimento hoje, talvez, na prática pudéssemos desenvolver a Região Amazônica sustentavelmente. Temos vários produtos que podem ser sustentáveis e podem ajudar milhares e milhares de amazônidas realmente.

Para se ter uma ideia, a Zona Franca de Manaus dá 5% de P&D a empresas. São responsáveis por 5%. Só uma Samsung, anualmente, dá R\$300 milhões, R\$400 milhões na produção de bens de informática. Estive reunido com os diretores da Samsung e lhes disse: “em vez de vocês fazerem convênio com terceiros, por que não montam um laboratório dentro da Samsung, e me tragam 30, 40 coreanos para que possamos desenvolver?” Quando fui convidado, me mostraram um aplicativo de celular. Vejam bem! Depois de muito tempos, me mostram um aplicativo.

Então, temos coisas em que ficamos para trás ou por falta de vontade política ou por falta de material humano, que não formamos. Não temos engenheiros suficientes neste País para tocar obras, imaginem para colocar em salas de pesquisa. Temos uma deficiência muito grande. Não basta termos recursos se não tivermos a mão de obra, mas a mão de obra qualificada para que possamos formar novas gerações. Isso não vai acontecer em um ano, isso vai acontecer em décadas, e culturalmente teríamos que assimilar isso da mesma forma como foi assimilado por outros. Vi, agora no encerramento da Olimpíada, o Japão. Ele foi, em 1945, totalmente destruído pela Segunda Guerra Mundial, mas, 19 anos depois, estava fazendo uma Olimpíada. Vejam bem o pensamento tecnológico que eles têm.

No Japão, hoje, não há mais televisão japonesa, coisa que havia no Brasil. Eles não produzem o bem final; eles produzem tecnologia e vendem essa tecnologia para terceiros. Não há bem final. A Hitachi não existe mais, a Sharp não existe mais, e eram televisores que qualquer cidadão comprava. Hoje, vocês veem que os televisores são produzidos pelos coreanos, porque 95% desse mercado está entre Samsung e LG. Quando falamos em indústria de semicondutores aqui, Senador Lasier, não temos capacidade. Teríamos que ter mil engenheiros eletricitas para fazer uma indústria de semicondutores. Se formos à Índia, vamos ver que há milhões de engenheiros produzindo tecnologia para o mundo todo.

Quando falamos sobre recursos, a questão não é somente recursos; a questão é a seguinte: qual é o foco? Como vamos começar?

Há muita boa vontade de muitos cientistas; conheço muitas pessoas ligadas a esse setor que têm boa vontade, que querem fazer, mas que, muitas vezes, dependem da ajuda de outras pessoas que têm o mesmo pensamento.

O Ministério da Ciência e Tecnologia, agora, tem como titular o Ministro Kassab, que é do meu partido, e nós estivemos no Inpa – Instituto de Pesquisas da Amazônia, há cerca de um mês, e ele esteve no Mamirauá, onde nós temos um centro de pesquisa fantástico. Eu até convidei o Presidente Temer para conhecer aquela realidade, que é uma realidade que, aos olhos do mundo, é espetacular.

A Embrapa faz um trabalho fantástico na minha região, principalmente em produtos que eram próprios do extrativismo e que, hoje, são produzidos por meio de mudas, como é o caso do açaí, que é um produto sazonal. Ele só produz na época das chuvas, e, hoje, nós temos, por meio de um trabalho desenvolvido pela Embrapa, uma espécie que pode sobreviver só com gotejamento e não apenas na época das chuvas. Assim, pode-se ter uma produção de açaí durante o ano todo, quando, hoje, é uma produção de três meses.

Na minha região, todos os produtos extrativistas são sazonais; nenhum dá o ano todo. Então, você tem a borracha, que é sazonal; você tem a castanha, que é sazonal; você tem a acerola, que é sazonal; você tem o açaí, que é sazonal. Enfim, com isso tudo industrializado, com isso tudo pesquisado, nós teríamos geração de emprego sustentável que poderia ajudar o Brasil.

E eu falo em outras regiões também. Não vou falar do Rio Grande do Sul, mas há lá, há muitos anos, um centro de pesquisa que é referência no Brasil, mas que também sofre dessas dificuldades. E não é só a questão financeira. Digo isso porque, sempre que a gente vem discutir, a pessoa fala em dinheiro. Mas não é só falta de dinheiro; é falta de projetos que, realmente, tenham um objetivo lá na atividade-fim, que chegue na prateleira



do povo. Aquilo que não chega na prateleira da população não gera emprego, não cria uma atividade-meio para que se possa ter um bem final.

Então, você falar sobre isso soa como música para os meus ouvidos, porque, realmente, eu penso dessa forma. O Programa Ciência sem Fronteiras é um belíssimo programa, mas nós temos que definir qual é o programa que queremos – está certo?

Sobre a questão dos projetos apresentados, especialmente quando você fala em “pouco aplicáveis no mercado”, eu aposto que 90% dos projetos que foram financiados não são aplicáveis no mercado. Nenhum talvez. E, se você disser isso para um cientista, ele vai te matar. Ele vai dizer: “Eu passei a minha vida toda pesquisando e você não entende nada disso”. Não é isso; é uma realidade.

Quando a gente tem pouco, a gente tem que estabelecer prioridades. Se um chefe de família está com pouco dinheiro e tem que fazer vários pagamentos no final do mês, ele terá de fazer opções. Ele vai dizer assim: “Bem; eu não posso ficar sem energia em casa e não posso ficar sem água. Então, neste mês, não vamos ter internet aqui em casa, meus filhos, porque eu não tenho dinheiro para pagar”. Ou seja, ele vai fazer algumas opções para ficar com o mínimo conforto possível. É a mesma questão em relação à pesquisa.

Era a contribuição que eu queria dar. Eu não tenho nenhuma pergunta a lhe fazer.

Acho que nós temos de nos unir, Senador Lasier, e fazer realmente uma proposta. Talvez, com esse novo Governo, com essa nova mentalidade... Não que a Presidente Dilma não tenha focado para esse lado; não estou aqui questionando. Eu acho que todos os governantes fizeram a sua parte. Você veja que a Fapesp, em São Paulo, tem 60 anos. A nossa Fapeam, no Amazonas, tem pouco mais de 10 anos, mas tem projetos lindíssimos apresentados, com pessoas trabalhando com financiamento do Governo do Estado – e isso é importante.

Então, quando a gente fala em dar transversalidade, é utilizar os fundos de amparo à pesquisa dos Estados, estabelecendo metas, cobrando.

Para cada real investido no Estado um real será investido pelo Governo Federal ou por outra instituição. É fazer algumas metas e aí dar um passo, mas o passo mais importante, não tenho dúvida nenhuma, será a formação de recursos humanos para que possamos fazer essas pesquisas. Senão, nós vamos ficar patinando, debatendo, discutindo e não vamos sair do lugar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz. Compartilhamos das suas preocupações. E é por isso que nós temos feito essas seis audiências públicas, tendo como ponto de partida os fundos setoriais, porque, ao discutirmos a não utilização dos fundos setoriais, nós estamos examinando toda a questão da tecnologia e das inovações. Muito obrigado.

Siga, Dr. Luiz Augusto.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – Por favor, dispense o doutor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pois não.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – Senador Omar, primeiro, eu gostaria de cumprimentar a sua fala e cumprimentar também a chegada do Senador José Medeiros, do Estado do Mato Grosso, Estado onde vou estar amanhã, conhecendo todo o programa de *start-ups*, junto com a indústria, com a Federação das Indústrias do Estado. Em duas semanas, devo estar em Sorriso para estudar as questões do agronegócio, a importância de tecnologias para a indústria do agronegócio.

Duas rápidas histórias antes de eu passar para a questão fundamental da governança, do ponto de vista da ABDI. Eu estive na sede daquela que talvez seja a maior empresa aeronáutica do mundo nos Estados Unidos e me falaram assim: “Guto, nós...” – Guto é a forma como as pessoas me chamam – “temos uma sede no Brasil”. Posso falar o nome da empresa? Boeing. Eles falaram: “Nós temos cem anos de Boeing no mundo, e o Brasil é o único País onde não conseguimos patrocinar, apoiar cursos de engenharia nas universidades por uma questão puramente ideológica de eles não aceitarem esse tipo de apoio”. Obviamente, nós temos centros de excelência de tecnologia aeronáutica, mas eu imagino também que a formação de engenheiros que tivessem esse tipo de acesso a conhecimento com uma empresa como essa seria importante. E eu estava falando da Bombardier, que tem mais de 2 bilhões de subvenção e parte dessa subvenção poderia vir também para empresas nacionais, como a Helibras, a própria Embraer etc. No mundo inteiro, há casos de fundos setoriais também que apoiam a tecnologia, com apoio, por exemplo, à construção de *drones*, que mudaram o cenário de defesa nos Estados Unidos. Aqui, no Brasil, isso engatinha.

Poderíamos também usar como exemplo de uma ação bem executada transversal. Qual o maior problema? De que adianta ter uma inovação sendo que, quando ela chega ao INPI, ela demora, para sua aprovação, de oito a catorze anos? Em conversa com o Ministro Marcos Pereira, nós temos discutido muito a questão do INPI.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O iPhone ia demorar 2 mil anos, porque tem duzentas patentes.



O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – Ele nem haveria, porque, em 2 mil anos, já haveria uns cinquenta iPhone, e, provavelmente, só estaríamos comprando deles. É uma realidade mesmo.

A questão do investimento do recurso dos fundos setoriais, principalmente em ações transversais, tem de ser para resolver problemas que impactam no marco legal também. O INPI trava toda a inovação do País. É uma verdade, é uma realidade. Estamos aqui justamente para discutir dessa forma.

Tirando essa questão do INPI, qual é a sugestão que a ABDI faz? Eu acho que todo momento é momento de se repensar a gestão, a governança. Então, dentro dessa questão de governança e para encerrar, porque eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Enfatizam do bem: como tem de ser essa governança?

O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – Exatamente.

Eu acrescentaria: hoje, eu acho que a governança deve ser rediscutida. Antes, fazia-se plano quinquenal, essas coisas... Ultimamente, pela própria mudança, o futuro fica obsoleto em 24 horas. Então, nós temos a obrigação de discutir governança praticamente todo mês. Eu acredito que, nas ações transversais, por exemplo, nós poderíamos ter outros órgãos presentes, como a própria ABDI. E eu faço essa defesa por quê? Porque a indústria bate na porta do Ministério da Indústria e Comércio e, na sequência, vai procurar a ABDI para discutir a estratégia industrial.

Nós poderíamos colaborar com a questão de gestão nas ações transversais dentro do Comitê de Coordenação Executiva. Imagino que a Embrapii, que está debaixo do próprio Ministério de Ciência, Tecnologia e Comunicações, poderia também participar. É importante. A Embrapii é a Embrapa da indústria. Então, é fundamental que ela seja prestigiada dentro dessa discussão também.

Eu acho que nós poderíamos limitar o uso de ações transversais até para tentar, como o Paulo disse, se proteger de algumas ações que podem acontecer, obviamente, por uma questão não só política, mas de sobrevivência do próprio Ministério. Poderíamos limitar a no máximo 40% o uso de recursos para ações transversais. Eu acho que os demais recursos têm que ser investidos em cada setor. Eu acho que é assim que funcionam os grandes países do mundo quando se fala em tecnologia e inovação. Eu acho que essa pode ser uma possibilidade. Dentro do Ministério de Indústria e Comércio, há a SDCI que é a secretaria que discute o desenvolvimento industrial e que não faz parte dessa discussão. Então, é importante. O próprio Inmetro também pode ter grande participação, porque, às vezes, se discute uma inovação e ela... Nós estamos discutindo *smart cities* agora, e foi nos passada a incumbência de discutir a política nacional de *smart cities* pela ABDI junto com o Inmetro(?). E um exemplo rápido, para encerrar, Senador. Por onde começa uma *smart city*? Começa pelo poste, a iluminação. Por quê? Porque lá há a câmera, lá há o *wi-fi*, lá há iluminação de LED etc. E quem faz a regulamentação desse poste? O Inmetro. Então, há outros *players* que poderiam discutir. E eu gostaria muito que se tivesse um apoio ao aumento de *players* privados dentro dessa mentalidade que a CNI coloca, que eu acho fundamental para o crescimento do País: são eles que fazem, em última análise, o crescimento do País, seja ele econômico, seja ele em geração de emprego e renda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado ao Sr. Luiz Augusto de Souza Ferreira.

Com a palavra o Sr. Raimar van den Bylaardt. Bom dia.

O SR. RAIMAR VAN DEN BYLAARDT – Bom dia. Obrigado, Senador.

É uma satisfação, Senador Lasier, estar aqui com vocês, os meus colegas aqui, Paulo Mól, Luiz Augusto, Roberto Nicolsky e todos os presentes que estão nos acompanhando.

Eu não vou apresentar tantos números como os meus antecessores. Eu concordo integralmente com o posicionamento que foi feito. Inclusive a palavra do Senador Omar Aziz me chamou muito a atenção para a questão do programa de recursos humanos da ANP para o setor de petróleo e gás na formação de pessoal que, para mim, é o começo de toda essa história. Então, eu vou contar um pouquinho da história para vocês, porque eu fiz parte dela.

Eu fui o responsável, digamos assim, pelo *start* da criação do fundo setorial do petróleo. Em 1998, eu fui convidado por David Zylbersztajn, que era o Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, recém-criada, e Eloi Fernández y Fernández, também Diretor da agência, para criar dentro da Agência Nacional de Petróleo um programa de formação de recursos humanos voltado para o setor de petróleo e gás. Eu comecei, então, a fazer um estudo a respeito disso e, muito rapidamente, eu descobri uma questão fundamental: a Agência Nacional de Petróleo não tinha recursos para bancar um programa dessa natureza. Aí eu fui ver como eu podia fazer para resolver a questão financeira de um programa de formação de recursos humanos. Na minha concepção, não se formam recursos humanos somente do ponto de vista teórico; tem que haver o ponto de vista prático.



Aí, mexendo na Lei do Petróleo, eu descobri que lá tinha um dinheiro que era destinado ao Ministério de Ciência e Tecnologia para que o Ministério desenvolvesse programas de interesse da indústria do petróleo. Essa é a palavra-chave que foi esquecida ao longo do tempo, no caso do setor de petróleo e gás.

Aí, mexendo na Lei do Petróleo, eu descobri que lá havia um dinheiro que era destinado ao Ministério de Ciência e Tecnologia para que o Ministério desenvolvesse programas de interesse da indústria do petróleo. Essa é a palavra-chave que foi esquecida ao longo do tempo no caso do setor de petróleo e gás.

Aí eu só quero fazer um parêntese dizendo o seguinte: embora a Anpei (Associação Nacional de Pesquisa e de Desenvolvimento das Empresas Inovadoras), da qual sou diretor, seja uma associação que cuida do problema do desenvolvimento tecnológico e da inovação de uma forma ampla e geral, eu não posso negar um pouquinho hoje as minhas raízes, trabalhando cerca de 20 anos dentro da indústria do petróleo, que é uma questão que me acompanhou muito que é a questão da formação desse fundo.

Quando eu identifiquei a existência desse recurso que ia para o Ministério, eu fui verificar o que estava acontecendo, e nada estava acontecendo naquele momento. O Ministério, inclusive, desconhecia a existência desse recurso ou simplesmente não deu atenção a ele ou talvez não soubesse o quanto ele poderia representar em termos de recursos para o Ministério. Aí, então, eu fui procurar o pessoal da Finep, e, junto com o pessoal da Finep e depois o próprio Ministério, surgiu a ideia de colocarmos esse dinheiro no FNDCT, que, naquela época, estava à míngua. E a ideia era de não criar outro fundo. Por que iríamos perder tempo criando outro fundo se já existia um? E a Finep, como Secretaria-Executiva do FNDCT, tinha todas as condições, como tem hoje, de tocar esse fundo setorial. Isso foi feito, e todos os documentos que foram gerados a partir dali do CT-Petro foram feitos basicamente por três pessoas, coordenando as suas equipes: eu, pela Agência Nacional de Petróleo, o Moura Fé, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, e o Waldimir Pirró e Longo, uma pessoa muito conhecida na comunidade que cuidou da parte da Finep. Criado esse fundo, nós tivemos a oportunidade, em seguida, de propor a criação do programa de recursos humanos da ANP para o setor de petróleo e gás – e, depois, eu falo um pouquinho a respeito. A partir disso, se não me falha a memória, cerca de 16 outros fundos setoriais foram criados à semelhança e à imagem do Fundo Setorial do Petróleo. Então, isso aí fez com que houvesse uma massa crítica muito grande dentro do FNDCT.

Pulando um pouco a história, dentro do CT-Petro e dentro da Lei do Petróleo, havia uma previsão de investimentos de 35% dos recursos do CT-Petro que, obrigatoriamente, tinham de ser investidos no Norte e Nordeste. Naquela oportunidade, em Norte e Nordeste, com exceção da Bahia, que tinha alguma coisa na área de geologia do petróleo, e de Belém também, que tinha alguma coisa na área de geologia do petróleo, praticamente, não existia nada no setor de petróleo e gás nos demais Estados do Norte e Nordeste. E houve, naquele momento, uma situação de muita gente do Sul e Sudeste reclamando desse recurso que ia para Norte e Nordeste. Quando eu fui comentar isso com o meu chefe, Eloi Fernández y Fernández, ele simplesmente: “Raimar, lei não foi feita para ser discutida, não; lei foi feita para ser cumprida. Então, vamos fazer o seguinte, pegue a sua mala e se mande para o Norte e o Nordeste, e vai criar condições de eles gastarem esse dinheiro.”

Então, vamos fazer o seguinte, pegue a sua mala e se mande para o Norte e o Nordeste, e vai criar condições de eles gastarem esse dinheiro.”

Saí de braços dados, como se diz, com Rogério Medeiros, da Finep na época, e o próprio Waldimir Pirró e Longo, e fomos fazer uma grande campanha no Norte e no Nordeste para a criação dessa infraestrutura, que hoje tem 16 laboratórios ou 18 laboratórios na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e foram criados diversos outros laboratórios, e todos eles com foco na formação de pessoal, com foco na inovação, no desenvolvimento tecnológico. Então, isso deu um resultado espetacular para o sistema, e, sim, era possível que houvesse esse investimento em toda a região Norte e Nordeste. Então, não se pode dizer que o Norte e o Nordeste não tivessem condições dessa infraestrutura.

Mas daí eu tenho que concordar muito aqui com o meu amigo Luiz Augusto, a gente estava conversando antes, com o fato de que não basta você criar uma infraestrutura; você tem que dar condições para que ela sobreviva; você tem que dar condições para que haja manutenção, para que haja pessoal trabalhando dentro dela, para que haja pesquisa. E o que aconteceu foi que praticamente esses laboratórios que foram criados pelo CT-Petro, lá no início dos anos 2000 a 2006, mais ou menos, dentro desse período, foram laboratórios que hoje estão completamente à míngua. E há laboratórios que, se vocês forem, sequer são varridos, porque não há nem condições de se limpar o chão desses laboratórios.

Existe também uma questão dentro da distribuição desses recursos de que nós não podemos esquecer que foi a criação da Cláusula de Investimentos em P&D, que é da Agência Nacional do Petróleo e que é um recurso que as empresas produtoras de petróleo têm que obrigatoriamente investir em função da sua produção de petróleo. Senhores, hoje o investimento da Cláusula de Investimento em P&D já supera toda a arrecadação



que haveria para exclusivamente o CT-Petro dentro do FNDCT, e 100% do investimento foi realizado. E aí eu pergunto por que que no Fundo Setorial de Petróleo não foi?

Aí nós caímos dentro de uma série de outras questões, por exemplo, quando nós estávamos aí, a indústria do petróleo, à frente diretamente do comitê gestor, quando estava lá sentado o IBP, o Instituto Brasileiro de Petróleo, quando estava lá sentada a Onip, a Organização Nacional da Indústria do Petróleo, conseguiu-se, inclusive, que recursos contingenciados num determinado ano fossem incorporados no ano seguinte, coisa que, depois disso, nunca mais aconteceu. A Onip e o IBP saíram de dentro do Fundo Setorial de Petróleo, porque eles eram grandes defensores da aplicação do recurso diretamente nos interesses, na inovação, em produtos para a indústria do petróleo, e não é o que estava querendo, principalmente a academia não era o que queria que acontecesse. A academia visivelmente queria aplicar naquilo que lhe interessava, esquecendo-se daquilo que eu falei lá no começo, que o recurso era para ser aplicado de acordo com os interesses da indústria do petróleo.

Então, entra um pouco nisso, Senador, na questão da própria governança. Quer dizer, o próprio comitê gestor do CT-Petro sofreu modificações propositais, no sentido de tirar aquelas pessoas que ferrenhamente defendiam a aplicação do recurso na inovação, para que pudesse ser aplicado em outras coisas. Sinceramente, eu desconheço para onde é que foi todo esse dinheiro.

E aí eu gostaria que se colocasse, por gentileza, aquele quadro que eu pedi, por favor, no Excel. *(Pausa.)* Isso.

Só para que vocês tenham uma ideia, vocês veem que, ano a ano, nós começamos lá em 1999, foi quando começaram as aplicações do CT-Petro. E era 31%, depois chegou a 49%, e aí ele começa a cair.

Você pode entrar um pouquinho com o quadro à sua esquerda, por favor?

E nós vamos chegar...

Não, pode levar, para a esquerda, por favor?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMAR VAN DEN BYLAARDT – Não há como mostrar? Bem, mas eu tenho aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMAR VAN DEN BYLAARDT – O.k.

Então, vocês vão verificar lá no final que nós – não, não, pode deixar como estava, por favor – chegamos a um total investido em relação ao arrecadado de 8% no total. Quer dizer, só 8% foram efetivamente investidos, e isso no período de 1998 a 2014, de um total de R\$13,5 bilhões. Ou seja, dos R\$13,5 bilhões, nós tivemos aí como valor realizado 877.

Agora, temos também outra questão que começa pelo próprio. Quer dizer, o contingenciamento não podemos imputar isso ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu chamo sempre atenção para isto: isso não é culpa do Ministério da Ciência e Tecnologia; isso não é culpa da Finep, porque, do ponto de vista orçamentário, só cerca de 32% é o que foi autorizado no Orçamento da União. Então, ele já veio, ele já chegou contingenciado. Sobre isso, eu estou falando ao longo de todo o tempo na média. Então, na verdade, o Orçamento já contingenciou.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu quero informar ao senhor, Sr. Raimar, que hoje teremos uma sessão do Congresso, e vamos defender a aprovação de um destaque à LDO 2017 de autoria desta Comissão, para vedar o contingenciamento desse recurso para o próximo ano.

O SR. RAIMAR VAN DEN BYLAARDT – Excelente!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Nós vamos brigar por isso.

O SR. RAIMAR VAN DEN BYLAARDT – Bem, eu gostaria de partir para o final desta minha palavra aqui, chamando rapidamente atenção para algumas coisas. Quanto à questão da governança, o Luiz Augusto já colocou muito bem a questão da governança. Eu apenas gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Deixe-me lhe dar um exemplo aqui. Isso envolve governança, por exemplo, em relação ao Inpi, atualmente mais de 500 mil processos administrativos envolvendo marcas aguardam conclusão, e mais de 190 mil pedidos de patente não tiveram sequer o exame iniciado, acarretando um prazo médio de concessão superior a dez anos. São dados da Associação dos Funcionários do Inpi. Então, é urgente essa reestruturação do Inpi. No último concurso, por exemplo, ainda para o órgão, realizado em 2012, das 70 vagas previstas para pesquisador em propriedade industrial, apenas 28 foram preenchidas, e sete já pediram exoneração para ocuparem cargos em outros órgãos.

Então, são muitos defeitos, são muitos problemas.

O SR. RAIMAR VAN DEN BYLAARDT – Muitos, muitos, muitos.



Uma das questões que foi colocada aqui a respeito da governança é justamente sobre o próprio processo do que fazer com o dinheiro, como aplicar o recurso. E uma das questões para a qual eu chamo atenção é a de que o processo de encomenda – que, dentro da história do CT-Petro, deve ter ocorrido apenas umas duas ou três vezes – é um processo fantástico, porque ele, dentro do que o Paulo Mól comentou, trabalha justamente dentro da linha do direcionamento dos investimentos dos recursos que são de interesse nacional.

Eu posso citar, por exemplo, um projeto de encomenda que aconteceu na Amazônia sobre a questão da febre amarela – sempre houve um problema para a indústria do petróleo, na perfuração de poços na Amazônia, quanto à questão da febre amarela –, e houve um trabalho que foi feito e encomendado pelo CT-Petro e que hoje está sendo utilizado largamente para resolver os problemas de zika e n outras coisas mais. Foi uma aplicação direta com resultado.

(Soa a campainha.)

O SR. RAIMAR VAN DEN BYLAARDT – Eu cito uma segunda questão, que foi o laboratório de combustíveis, os laboratórios de monitoramento da qualidade de combustíveis da ANP. A ANP precisava fazer o monitoramento dos combustíveis no Brasil inteiro, e não tinha condições de sair montando laboratórios. Então, a opção que houve foi a de montar os laboratórios dentro das universidades, e isso foi feito com o recurso do CT-Petro. E a grande vantagem é que isso se transformou não apenas na teoria da química, mas na prática da química pelos alunos e no desenvolvimento de uma série de produtos para fazer o monitoramento da qualidade de combustíveis, o que foi extremamente útil para o nosso País.

Também dentro dessa ideia da encomenda, diversos laboratórios – o Tanque Oceânico da UFRJ, o CTDUT, o Centro de Tecnologia em Dutos, e outros laboratórios – foram montados, e, infelizmente, como eu disse, hoje estão penando, porque não têm pesquisa para fazer, não têm recursos. O último edital que houve para a área dutoviária foi feito em 2006. Desde 2006, não há por parte do CT-Petro recursos do setor dutoviário.

Bem, por fim, eu gostaria de fazer um comentário a respeito do programa de recursos humanos da ANP para o setor de petróleo e gás, que é um programa fantástico em termos de formação de especialistas para a indústria do petróleo e que, de certa forma, justamente veio para reforçar essa possibilidade de todo o crescimento da indústria do petróleo no País, principalmente para os produtores independentes. O PRH/ANP, de 1999 a 2014, aplicou R\$378 milhões na formação de 8,290 mil bolsistas de nível técnico, graduação, mestrado e doutorado. São 55 programas em 32 universidades brasileiras e atingem 16 Estados da Nação. Esse programa, depois de muita choradeira, conseguiu ter R\$4 milhões neste ano para um volume ínfimo de bolsas para serem atendidas por todo este Brasil.

Então – poxa vida! –, um programa que arrecada mais de R\$1 bilhão por ano, que é o CT-Petro, colocar apenas R\$4 milhões para formação de recursos humanos para essa indústria! Olha, me desculpem, mas isso é uma vergonha para o nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É uma dura realidade. Arrisco-me a dizer que nós estamos vivendo aqui uma sessão descalabro sobre a questão da inovação.

E ousar dizer, Senador José Medeiros, Senador Cristovam Buarque, Senador Ivo Cassol, que, ao discutirmos inovação, a primeiríssima inovação que nós precisamos é com relação ao foco desse setor para a política nacional. E as contribuições vão se acumulando, por exemplo, eu recebo aqui dados da Associação Brasileira dos Inventores da Propriedade Industrial, a Abripi. A Abripi dos inventores da propriedade industrial recomenda aos inventores independentes do Brasil que não mais depositem os seus pedidos de patente no Inpi, desde 2009.

O Brasil nunca precisou tanto de inventores e criadores, então, o relatório revela que 66% dos pedidos de patente correspondem a inventores independentes, empreendedores, sem apoio governamental. Mas é por isso que esta nossa Comissão, fiel a seus compromissos, vem realizando já, há vários meses, essas audiências públicas para que, ao final do ano, tenhamos um relatório bem aprofundado, para, quem sabe, a partir dele, exigirmos um redirecionamento, uma revisão aos costumes neste setor.

Para fechar o quarteto... Diga...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pois não, Dr. Luiz Augusto.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – Se me permite só, com licença, antes do próximo orador, só citando alguns dados também, o Raimar citou a questão de encomendas, que são ações extremamente importantes dentro das questões dos fundos setoriais. Em 2010, foram solicitadas 183 encomendas, em 2010; em 2015, caiu para 4 encomendas. Isso mostra esse descalabro mesmo que a gente vive neste setor e mais, só



reforçando a questão da não falta de recurso, que eu acho que é um complexo, quando se discute ou políticas públicas ou algo que possa incrementar a estrutura da indústria, se discutir: “Ah, existe falta de recursos”, não existe falta de recursos no Brasil. Uma prova disso é que a empresa Monsanto está trazendo para o País R\$300 milhões dela para aplicação em agronegócio na Região Centro-Oeste, na área privada. Então, os *players* privados estão se movimentando. Quem não está se movimentando somos nós.

E só para aproveitar para fazer um cumprimento também ao Senador Cristovam Buarque, que para mim todo homem que acredita que educação é a revolução da sociedade merece o nosso respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Para fechar, então, essa rodada de exposições, vamos ao Sr. Roberto Nicolsky, Diretor-Presidente da Pró-Inovação na Indústria Brasileira – Protec. Sua contribuição, Sr. Roberto.

Bom dia.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Muito bom dia, Senador Lasier Martins, muito obrigado pelo convite. Eu tive essa sorte de ser o último e, com isso, vou me beneficiar das belas e interessantes apresentações feitas de modo que vou me restringir a uma área menor. Eu havia preparado uma apresentação mais extensa, mas vou concentrá-la naquilo que eu considero fundamental.

Pois bem, eu quase que estou repetindo aqui o Chacrinha: “Eu não vim para informar, mas, sim, para confundir.” Eu quero dizer com isso que a visão que nós concluímos na Protec é de que é preciso definir, de maneira completamente diferente, radicalmente diferente, tudo o que se faz neste assunto. E isso é tão profundo que deveríamos até começar por separar coisas quando alguma coisa não ajuda outra. A que estou me referindo? Bom, vamos ver no processo.

Mas eu quero começar por uma...

Pode ser o próximo eslaide.

Eu quero começar por uma avaliação, uma visão do crescimento do Brasil nos últimos 20 anos, por que eu tomei 20 anos? Porque há 20 anos, em 1995, em 1994, iniciou-se o Real. Em 1994, eu estava na universidade, na UFRJ, mas tive a minha atenção chamada para essa questão da política, através da publicação de um anuário da Unesco, que era o *Science Report Technology*, de 1993, e publiquei, então, um artigo na *Folha de S.Paulo* que saiu no dia 5 de janeiro de 1995, dizendo o seguinte, com a seguinte proposta: o que faz falta à política de ciência e tecnologia no País? E qual era a conclusão? O que fazia falta era uma política de fomento, uma política estatal, quer dizer, independente do Governo, de fomento direto ao desenvolvimento tecnológico das empresas, completamente desvinculada, separada, tanto quanto possível, da política científica. Uma coisa não tem nada a ver com outra. Pode parecer um absurdo dizer isso, mas é.

Se nós analisarmos os países que produzem tecnologia – porque esses são os que importam, são os que sabem gerir essa questão – nós veremos de uma maneira muito simples. Por exemplo, escolha um país aí. Estados Unidos, não é? É um bom exemplo? Onde está a ciência lá? Lá é fomentada pela *National Science Foundation*, não é *science and technology*, é só *science* e onde está a tecnologia? Está em cada ministério. O ministério dos transportes tem a do transporte; de energia tem a de energia; a de... Lá há poucos ministérios, de comércio, lá não há indústria, há o ministério do comércio. Lá está o desenvolvimento tecnológico da indústria de manufatura, está o Inpi deles, que é o USPTO; está o *Bureau of Standards*, que é o INMETRO e assim por diante.

Vamos tomar um outro exemplo, a Alemanha pode ser um bom exemplo para quem produz tecnologia no mundo. Onde estão essas questões lá?

Muito simples. O ministério de educação engloba a ciência: *Ministerium für Bildung und Wissenschaft*, ou seja, educação e ciência. E a tecnologia onde ela foi parar? Foi abandonada? Claro que não, está onde ela tem que estar, onde estão as empresas, é o ministério da produção e tecnologia: *Ministerium für Forschung und Technologie*, que é o óbvio.

E no Japão, é um bom exemplo, de produção? Ótimo exemplo, é exatamente a mesma coisa. Só que não tem explícito, o *Ministry of Education* cuida da ciência e a tecnologia onde está? Está no MITI, *Ministry of International Trade and Industry*, é lá que está a tecnologia. Foi este este ministério MITI, o famoso MITI, que financiou e fomentou todo o desenvolvimento tecnológico do Japão no pós-guerra.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Para não perder a oportunidade, o senhor estaria dizendo que nós não precisamos do Ministério da Ciência e Tecnologia?

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Não, não estou dizendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – E que quer que a tecnologia vá para cada ministério?

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Eu vou aproveitar a pergunta e lembrar que o Senador Cristovam Buarque apresentou uma proposta – acho que em 2002, na eleição de 2002 – para separar Ministério da Educação em



Ministério da Educação e Ministério do Ensino Superior. Nós aderimos a essa proposta, como Protec, e sugerimos que esse Ministério fosse de Ensino Superior e Ciência e o Ministério da Tecnologia, ou melhor, a tecnologia fosse no lugar apropriado, no Ministério do Desenvolvimento Industrial. É lá que ela tem que estar. E criou-se a Secretaria de Inovação lá. Só que sem recurso, sem gente, não significa nada.

E, na prática, é assim no mundo inteiro que gera tecnologia. A maioria dos países que tem essa união – que não sei de onde surgiu – não produz tecnologia, então, fazem... Inclusive, países até enormes, como, por exemplo, a Rússia. A Rússia é um País que só produz tecnologia para defesa. Fora da defesa, e talvez um pouco de petróleo e gás, porque é a sobrevivência deles, não se conhece tecnologia russa para produzir, sei lá, qualquer coisa, na área de informática, qualquer coisa. Inclusive, estive, fui visitar lá a Rússia e verifiquei que, basicamente, a política deles é semelhante à nossa de ter Embrapii, de ter a Finep, de ter a INT, o IPT, em São Paulo, ou seja, órgãos estatais...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não será por isso também que os russos estão em crise?

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Certamente é por isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É por isso.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Ou seja, eles não conseguem ser competitivos. Por que não conseguem ser competitivos? Porque eles não fomentam diretamente a empresa. E, aí eu vou divergir do Paulo Mól, é a média e a pequena empresa que importam, não é a grande empresa. Por que não é a grande empresa? Porque a grande empresa tem os seus recursos e ela pode recorrer à lei já existente, chamada Lei do Bem, investir e depois recuperar.

Ou seja, esse não é o problema, o problema está na absoluta falta de suporte para a média e pequena empresa, porque este suporte tem que ter uma característica muito específica que vamos ver adiante.

Só para comentar aqui os crescimentos, a gente vê aqui no centro um núcleo, entre 2003 e 2008, um conjunto de barras maiores. Esta é a fase do delírio das *commodities* em que a China crescia, absorvia *commodities* do mundo inteiro e o Brasil chegou a fazer saldos comerciais de 40 bilhões em um ano por venda de *commodities*.

Diga-se de passagem, foi a mesma época da euforia da Rússia e a mesma época de euforia de outros produtores de *commodities*. Só que essa festa acabou, e aí deixou este vão que depois foi coberto por barras bem menores com um estímulo ao mercado interno, mas o mercado interno obviamente tem um limite, ninguém vai comprar cinco geladeiras, três automóveis, não existe isso. De modo que se esgotou e estamos hoje... Está lá, 2014 é aquela barrinha lá, e o de 2015 é pior ainda, porque é negativa, para baixo.

Então, e os países que investiram no desenvolvimento tecnológico, através desse mecanismo que vamos discutir depois? Como por exemplo a China e a Índia? Nenhum deles passou por nenhum desses problemas.

Portanto, não é uma crise internacional, é uma crise dos que não geram tecnologia.

Vamos olhar a Europa, quais são os países que estão em crise? Espanha, vinte e tantos por cento de desemprego? Mas qual é a tecnologia espanhola, fora as touradas, etc.? Não existe. A Espanha, vamos ver na hora de avaliarmos a quantidade, não produz tecnologia.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Tem o Barcelona.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Tem o Barcelona, isso é a tecnologia que ela produz.

A própria Itália é um país pela metade. De Florença para o Norte geram tecnologia, é um país avançado. De Florença para o Sul, não tem nada, produzem queijos e vinhos de alta qualidade, não vamos aqui discutir, mas não tecnologia. Conclusão, a Itália não chega ao nível da Espanha, mas é um país que está profundamente comprometido, atrapalhado, em crise, como também é a Grécia, pelas mesmas razões.

Então, a tecnologia permitiu o desenvolvimento tecnológico continuado, com política estatal, quer dizer, a política de Estado que não depende do Governo. Isto é o que permitiu a estabilidade e mesmo assim não é fácil. Países como França e Alemanha, por exemplo, estão com taxas baixas de crescimento, enquanto que outros, mais novos, ao contrário, estão deslanchando.

Vamos ver esse exemplo. O Brasil, nesses 20 anos em que tivemos o real, cresceu apenas 73%. Isso é uma taxa média geométrica de dois e pouco por cento, inferior a 3%. É nada!

É nada. Paralelamente a isto... O resultado é este: o Brasil era o sétimo PIB em 2014 e hoje é o décimo, claro, com a desvalorização cambial e a queda do PIB havida em 2015.

Pois bem. Vamos tomar um paralelo: a Índia. Por que a Índia? Porque, curiosamente, parece que a Índia leu o artigo que escrevi. Claro que não leu – é uma brincadeira –, mas fez exatamente aquilo que eu propunha. Ou seja, o artigo saiu em janeiro, e em dezembro eles promulgaram uma lei que diz o seguinte: quem quiser desenvolver tecnologia tem todo o apoio do governo indiano. Vamos ver essa lei já já.



Então, qual foi a consequência absolutamente imediata? Vejam que a Índia, em 1995, produzia um terço das patentes brasileiras, que já eram poucas – a Índia produzia só um terço –; hoje, a Índia produz só 11 vezes as nossas patentes a cada ano...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO NICOLSKY – ... e cresce a uma taxa elevadíssima.

Muito bem. Quanto cresceu a Índia nesses 20 anos? Só 312%.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Principalmente em Bangalore, que é o grande centro.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Grande centro de *software*. Há outros centros de outras coisas: Bombaim, Gujarat, Estado que fica a noroeste de Bombaim.

Muito bem. Olha a taxa geométrica: 7,33. Hoje, ela cresce mais que a China, porque a China já está naquela fase da saturação, como está a Coreia. E ela está deslanchando. Diga-se de passagem, que o número de patentes cresceu só 90 vezes, modestamente. A nossa cresceu cinco vezes no mesmo período. E esse desempenho não é nada de extraordinário. Todos os países listados aqui que construíram sua base tecnológica passaram por esse processo: Japão, Coreia, Taiwan e China.

Bom, então, qual a melhor maneira de avaliar o desenvolvimento tecnológico? Na prática, só há uma, porque as outras são combinações arbitrárias de vários fatores. Mas há um fator que é absolutamente direto. Ele não explica toda a tecnologia, mas todo país que se desenvolve tecnologicamente aumenta a patente. Então, pelo contrário, ele é a única medida real.

E vejam o que acontece: em 1977, o Brasil foi ultrapassado por Taiwan, uma ilha de 20 milhões de habitantes, e em 1983, pela Coreia. O Brasil tinha 21 patentes em 1977 e 19 em 1983. Todas as patentes são medidas nos Estados Unidos. Por quê? Porque a patente só vale territorialmente. Então, não existe uma patente mundial, não existe como comparar dois países diferentes. Tudo tem que ser comparado num único mercado, que há de ser o maior mercado. Os Estados Unidos registram um pouco mais de 300 mil patentes a cada ano, sendo que eles respondem por 47% delas e o mundo, por 53%.

China e Índia. Vejam que em 95 começou o ciclo com a lei. Em 98, a Índia já ultrapassava o Brasil em patentes e, daí para frente, disparou. Hoje a situação é a seguinte: a Coreia é o terceiro, isso quer dizer que a Coreia produz mais patentes do que a Alemanha. Vejam que isso é metade da população. Mais patentes do que a Alemanha!

Pois bem, ela só perde para dois países, republiquetas de bananas: Estados Unidos e Japão. Taiwan é a quinta. O que quer dizer que é a quinta? Está imediatamente atrás da Alemanha e vai passá-la. Taiwan é uma ilha que tem 20 milhões de habitantes, que nem país é porque a China contesta, diz que é uma província rebelde. A China está com 80 mil, crescendo 20% a cada ano; a Índia com 3,3 crescendo 20% a cada ano; o Brasil é 25º com 320 e deu um salto.

Aqui estão as curvas. Eu não pude colocar Brasil e Rússia na mesma porque a escala não permitia. Se eu pusesse ali Brasil e Rússia elas dariam a linha, o eixo horizontal e não daria para ver nada porque é outra escala. Então, vejam como elas crescem. São exponenciais, exponenciais.

Aqui está Brasil e Rússia. Como eu disse, não dava, Brasil com 300, a Rússia com 400 não entram naquela escala, mas há uma coisa interessante de observar sobre Brasil e Rússia. Observem que o Brasil, que é o menor, até o ano de 2009, oscilava em torno de cem, um pouco acima, um pouco abaixo. De repente, ele engrenou uma rampa de subida não muito acentuada, mas significativa. Ele multiplicou por três em cinco anos o número de patentes. O que é isso? Sabem o que é isso? Fomento ao desenvolvimento tecnológico representado pelo Capítulo 3 da Lei nº 11.196, a chamada e popular Lei do Bem, ou seja, mesmo sendo ainda um valor pequeno e só atingindo empresas com regime fiscal de lucro real, mesmo assim, já é significativo. Triplicou o número de patentes brasileiras.

A Rússia seguiu uma trajetória parecida por outras razões, mas nenhum desses caminhos – anticipo – vai tornar o Brasil ou tornar a Rússia um país competitivo no mercado internacional porque essa taxa é muito baixa, muito pequena. Enquanto nós levamos seis anos para passar de cem para trezentas, a Índia fez isso no ano passado. Ela, no ano passado, cresceu trezentas e tantas patentes. Só no ano passado. A China cresceu mais ainda. Então, não vamos alcançá-los jamais, não há nenhuma possibilidade.

E o que é a patente? Qual é a origem da patente? Qual é o significado da patente?

Essa análise de um economista russo, Genrich Altshuller, é muito interessante. Ele analisou cerca de 250 mil patentes, criou até um modelo chamado Triz, que identifica quais são as origens, as motivações da patente. Observem que a patente gerada por novo conhecimento – prestem bem atenção – representa menos de 1% das patentes. Então, quando nós fazemos uma política pública de criar plataformas para novas tecnologias e



apostamos que da universidade vão surgir novas tecnologias, estamos apostando em menos de 1% do mercado. Convenhamos que a chance de sucesso é de absolutamente zero, não há a menor chance de chegar a lugar algum, porque estamos jogando fora 99% da competitividade. A patente é criada para que a empresa defenda o seu produto, não a invenção maravilhosa, não é nada disso, mas o seu produto, e com isso possa competir, vender. Um exemplo bem claro disso foi o iPhone da Apple, que teve mais de duzentas patentes, mas todas essas patentes foram de melhoramento, nenhuma foi algo novo, porque o *touchscreen* já existia, a internet já existia, tudo já existia, em diferentes celulares. O que ela fez? Juntou tudo, deu uma nova roupagem, um novo *design*, criou, e essa talvez tenha sido a única invenção, aquele serviço de venda de aplicativos, etc., para facilitar a vida do usuário, e pronto. E o que fez a Samsung de tão criativo para hoje vender tanto ou mais até do que o iPhone? Imitou, copiou. Esse é o caminho, não é investir em novas plataformas. Não é nada disso. O que a China lançou? E digo mais, vou fazer um desafio maior. Quero que me digam um único produto – a Coreia começou o seu desenvolvimento tecnológico em 1972 –, digam-me um novo produto que ela tenha lançado no mercado. Quem sabe? Eu tenho desafiado todas as plateias, plateias de mais de 500 estudantes em universidades, e nunca me deram uma única resposta. O que fazia a Samsung antes? Ela fazia televisores, monitores, não é invenção dela, ela fazia tocadores de CD, o que também não é invenção dela, é da Philips, ela fazia DVD, outra invenção da Philips, e outras bugigangas eletrônicas, nada novo. Ou seja, o fundamental não é investir, para um país em desenvolvimento, em novas plataformas, novas tecnologias.

Não. É imitar. É copiar. E um grande ideólogo do desenvolvimento tecnológico da Coreia definiu como imitação criativa. Ele tem até um livro que foi traduzido pela Unicamp, podem ler, *Da Imitação à Inovação*, em que ele discute isso. Por que imitação criativa? Parece com cópia criativa. Porque o homem é inteligente quando ele vai copiar o desenvolvimento feito por terceiro, ele copia o que há de bom, mas não vai copiar as burrices, os erros, porque todos cometem erros. Então, é o momento em que ele inova. Ele incorpora sua pequena inovação, mas é o primeiro passo para ele começar a acumular a competência tecnológica.

Bom, vamos tentar ir embora, porque acho que meu tempo esgotou.

Mas aqui há um exemplo da Coreia muito interessante. É antigo, da década de 70 e 80. Mas é muito importante porque foi o começo da Coreia. Reparem o quanto ela investiu nas universidades. Está lá: dos 100%, quanto foi para as universidades? Ali, no início, 3%. Houve um ano, em 1971, em que foi a 5% do investimento total. Onde ela investiu o resto? Na empresa, através dos institutos. Ou seja, ela fazia o serviço para a empresa, o IPT, tipo o IPT e o INT. Prestava o serviço para que a empresa aprendesse. E olha o que aconteceu: feito isso de uma maneira equilibrada, as empresas aprenderam. E vejam lá no final que as empresas passam a responder por 75% do investimento em desenvolvimento tecnológico.

Ali, a primeira coluna é menos de US\$100 milhões. A última coluna é mais de US\$10 bilhões. Foi assim que eles cresceram.

E, para concluir, está aqui: olhem quantas empresas investiram de fato no início, na década de 70. Eram as grandes empresas que investiam, as chamadas *chaebol* coreanas. Mas hoje observem: as médias e pequenas empresas são mais de 90% do total de empresas que têm programas de P&D. Então, se nós nos basearmos em grande concentração de recursos em poucas empresas, nós vamos ficar com o nosso modelo atual, que não funciona, e com o modelo da Rússia, que é exatamente igual, faz isso e também não funciona. Não é o modelo coreano, não é o modelo indiano, não é o modelo de crescimento da China. Isso é que é preciso.

Observem, inclusive, o número de pesquisadores. Dos 300 mil, há 180 mil trabalhando em pequenas e médias empresas. É um mercado enorme que nós não oferecemos aos nossos estudantes.

Muito bem.

Eu tenho a impressão de que eu estourei o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O senhor poderá participar das perguntas.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Mas pelo menos a lei indiana vale a pena.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pois não.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Que lei é essa que a Índia promulgou em 16 de dezembro de 1995? E eu disse brincando que ela leu meu artigo na *Folha de S.Paulo* e fez a lei.

Está aí. Olha o que eles criaram com a lei, o Conselho de Desenvolvimento Tecnológico. Qual é a principal, primeira e quase a única atividade do conselho? *Provide equity capital*, ou seja, participar do risco tecnológico do desenvolvimento que as empresas, qualquer empresa... Observem que não há restrições, não há nada de estratégico. Estratégico é crescer – isso é estratégico –, porque crescer distribui renda e promove, portanto, o crescimento e o desenvolvimento social de maneira definitiva e não de maneira precária, provisória. Então, não há nada estratégico. Olha aqui ao final: *wider domestic applications*, ou seja, qualquer tipo de aplicação. Não importa.



O que fez, então, a Índia crescer? Em primeiro lugar, *software*. Ela usou a sua competência em matemática e desenvolveu *software* para terceiros. Não há outro desafio. Quem conhece um *software* de marca da Índia? (Pausa.)

No entanto, o *software* da Microsoft é desenvolvido onde? Lá na Índia. E o *software* do iPhone é desenvolvido onde? No escritório da Apple lá na Índia. E o *software* da Intel, daquele processador deles, foi desenvolvido onde? Na Índia. Ou seja, ela faz o desenvolvimento e está feliz com isso, porque já emprega milhões de engenheiros. E mudou completamente, porque eles lá ganham muito melhor do que a média do ambiente da sociedade, embora muito menos do que nos Estados Unidos. Então, todas as empresas americanas e europeias mudaram para lá, porque é muito mais barato pagar um desenvolvedor de *software* indiano na Índia do que pagar um indiano nos Estados Unidos. A situação estava a tal ponto que já mais da metade dos chefes de escritórios de *software* nos Estados Unidos, na década de 90, já eram indianos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Então, do jeito que fosse prosseguir, daqui a pouco não haveria mercado de trabalho para americanos. Então, todos estão na Índia. E também os europeus e os japoneses.

A Índia exportou, em 2014, US\$100 bilhões de *software*. O que é exportar *software*? É apertar um botão que está lá no computador do cliente. É só inteligência indiana. Não exige infraestrutura. E a Índia agiu muito inteligentemente, porque ela não tinha estradas, não tinha portos. Como ela ia produzir manufaturas? Não tinha nenhuma condição. Vejam que a China investiu em infraestrutura para alcançar a exportação que ela tem hoje. Vale a pena até ir lá e ver. É algo sensacional. Agora, a Índia não tinha nada disso e cresceu rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Só a via férrea.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – É, a férrea, se é que se pode chamar aquilo de via férrea, porque é uma montanha de gente em torno de um vagão. É uma coisa inacreditável como é que aquilo funciona. A velocidade média deve ser uns 5 a 10km/h.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não, está um pouco melhor.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – E, se acelerar, cai todo mundo.

Então, está aí, ela escolheu o caminho inteligente. Qual foi o caminho? Basicamente, *software*. Mais de US\$100 bilhões. Para terem uma ideia, a exportação de minério é de US\$20 bilhões, esburaca todo o País e ainda acarreta os desastres ambientais, como acarretou.

A exportação de soja são outros vinte e tantos bilhões e devasta todo o nosso – bom, já é o Alzheimer, me foge a palavra aí – cerrado.

Então, é muito mais inteligente.

Querem um outro item de exportação maciça da Índia, que gera mais de US\$20 bilhões, mais do que nosso minério? Estão todos sentados? Não há perigo de ninguém cair? Cirurgias programadas. Ou seja, um americano que quer tirar a vesícula e não está em crise é muito mais barato ele contratar com o seu plano de saúde e fazer lá, na Índia, porque, lá, o plano de saúde tem hospitais e hotéis acoplados, de última geração.

Ele vai lá, a família vai também, ele é operado, faz depois a recuperação, enfim, a convalescença e volta para os Estados Unidos e sai um terço disso feito nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Professor.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Então, a Índia exporta mais de US\$20 bilhões disso daí.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Prof. Roberto, a sua preleção é magnífica, passaríamos aqui o dia inteiro ouvindo e tirando grande proveito, mas nós temos...

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Não sei se o senhor aproveita, porque depende aí, da minha competência de...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não, foi muito bom. Antes de passar uma pergunta dos nossos Senadores, uma contribuição aqui, não seria mais apropriado dizer, em vez de imitação, engenharia reversa, que é o art. 3º, inciso II, da Constituição?

O SR. ROBERTO NICOLSKY – A engenharia reversa, tem razão, ela é o procedimento quando envolve engenharia, mas nem tudo envolve engenharia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito, nem tudo.

Bom...

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Então, o que não envolve engenharia tem outros mecanismos de imitação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bom. Prof. Roberto, muito obrigado.



Foi muito valioso ouvi-lo.

Senador José Medeiros, o que que gostaria de perguntar?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Bom dia, Senador Lasier Martins, Senador Cristovam, todos os nossos palestrantes.

Na verdade, Senador Lasier, não é nem uma pergunta, é só dizer o seguinte: o Prof. Roberto já pode montar uma parceria com o Senador Cristovam por trazer aqui, e, aliás, os outros também, por trazer verdades inquietantes.

Eu tenho dito aqui, o Senador Cristovam tem sido uma espécie de atalaia e, às vezes, o atalaia inquieta, porque nem sempre traz notícia boa. E, certa vez, ele foi a Mato Grosso, eu não estava aqui, no Senado Federal, ainda, e Mato Grosso estava sendo cantado em verso e prosa por causa do *boom* das *commodities*, e todo mundo comemorando aquilo lá, e ele jogou água na fervura. Ele disse o seguinte, ele falou: Olinda já foi o grande centro econômico do Brasil, por causa da cana de açúcar; o Vale do Paraíba, café; Ilhéus, na Bahia, o cacau, e agora Mato Grosso, a soja.

O Dr. Luiz está indo a Sorriso, o maior Município produtor do mundo, quase tudo, soja, e por aí vai. Mas aí ele disse o seguinte: “Vocês já estão preparados para o pós-soja? O que vocês estão fazendo? Vocês poderiam transformar isso aqui no Silicon Valley.” O que Mato Grosso está produzindo de conhecimento? Porque hoje se perguntar sobre Olinda, talvez essa meninada vá falar que se lembra dela por causa de seus bonecos. Mas Mato Grosso?”

E nos deixou essa confusão.

Isso tem me incomodado desde então. E o senhor vem hoje nessa mesma linha, joga isso em termos de País. Eu queria parabenizar o Senador Lasier por esses debates que estamos fazendo aqui. Precisamos de, além desse João Batista que clama no deserto, que é uma voz quase solitária em termos de Parlamento trazer essas verdades inquietantes, pensar muito isso.

Em 2005, Thomas Friedman, colonista norte-americano do *The New York Times*, escreveu o livro *O mundo é plano*, que tem muito a ver com o que o senhor disse aqui, falando sobre a Índia, o quanto ela se especializou numa coisa simples. Qual é o nosso grande problema aqui no Brasil hoje? Produção de emprego. Temos milhares de desempregados. As estatísticas dizem que são 11 milhões, mas passam de 20 milhões, porque os desalentados não estão entrando nessa estatística, mas tudo bem.

Assisto, Senador Lasier, a um seriado, adoro, assisto com os meus filhos – porque lá em casa é assim, assisto desde Bob Esponja a Stanley Kubrick – ao *The Big Bang Theory*. E há um indiano, e não é por acaso que há um indiano lá.

Há poucos dias assisti a um filme, no qual o carro do personagem quebrava numa estrada norte-americana, e ele ligava para a seguradora e falava: “Mas estou falando com Minnesota ou com a Índia?” Justamente pelo que o senhor está falando.

E eu fico pensando: o que estamos fazendo? Ficamos aqui enrolados nos cabelos das pernas, perdoem-me o termo. Eu vejo essa comparação. O senhor mostrou esse gráfico com a Rússia, eu fico preocupado porque, cada vez, aqui no Parlamento, a discussão geralmente é rasteira, é maduro, não maduro, parece que há ideologia demais, e a gente não avança.

Fico preocupado principalmente com o meu Estado. Não consegui avançar nessa equação ainda que o Senador Cristovam nos deixou para resolver.

Então, a gente fica nessa preocupação aqui. Esses debates feitos aqui têm sido muito produtivos. A gente tem diagnosticado problema, mas simplesmente deixo essa pergunta: o que nos trava? Por que temos tanta dificuldade de planejar o nosso futuro?

Fui no ano passado a Boston para um curso sobre a primeira infância. E num determinado dia, fomos jantar no Consulado brasileiro. Estava lá um professor, Ph.D., brasileiro, que está há 30 anos em Boston e foi contratado pela prefeitura para planejar a Boston dos próximos 30 anos. Eu não sei o que há mais para inventar naquela cidade, é uma coisa maravilhosa. Há mais de 200 centros de produção de conhecimento ali e alguns de correspondência, tipo MIT e Harvard, quer dizer, estão todas ali, e eles preocupados em planejar a Boston dos próximos 30 anos.

Há água para todos os lados, mas eles já fazem reuso de águas há algum tempo.

Então essa é a grande preocupação. Eu gostaria de deixar – vocês já falaram bastante – só esta provocação: o que precisamos fazer?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Luiz Augusto.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – Eu vou contar rapidamente uma história para respondê-lo, Senador.



Eu estou há dois meses como Presidente da ABDI. Quando eu fui convidado para assumir a ABDI, eu estava de mudança do País, estava indo embora. Aí o ministro me chamou e falou assim: “Você não tem reclamado do Brasil há tantos anos? Agora eu vou te dar uma caneta BIC. Senta lá e faça o que é correto. Aceita o desafio?” E obviamente criei um problema em casa com isso, porque minha vida está inteira em São Paulo, mas aceitei o desafio.

Por que eu estou contando essa história? Em que eu acredito? E falo isso para o time que inclusive está aqui. Sabe o que falta para o brasileiro? Sabe o que falta para nossa área pública, para nossa área privada? Ser obcecado por resultado. Nós não somos obcecados por resultado.

Em Mato Grosso, isso tem mudado bastante. Eu estou indo conhecer, inclusive, o MT Stars. Há algumas iniciativas muito interessantes lá relacionadas à tecnologia. Mas eu concordo plenamente: falta muito. Vou lhe dar alguns rápidos exemplos. Daqui a pouco, vamos fazer uma sessão só para a Índia, mas é uma grande verdade: 70% dos CEOs de tecnologia dos Estados Unidos são indianos. Deve ter um motivo claro para isso.

Discute-se muito, no Brasil, hoje a indústria 4.0, manufatura avançada – discussão da moda no País. Enquanto isso, as indústrias 1.0, 2.0 e 3.0 estão morrendo. A discussão não é se nós vamos transformar uma indústria 1.0, 2.0 ou 3.0 em 4.0, o que faz toda diferença, inclusive com o apoio desses fundos setoriais que nós estamos falando aqui. A construção é o contrário: será que não seria um modelo ideal construir indústrias 4.0 ao invés de tentarem transformar aquelas que não têm condição, por exemplo, de comprar um maquinário por conta da NR-12? Então esse é um outro exemplo. Vou lhe dar mais um exemplo, relacionado agora a agro, a *commodity*: café. Uma saca tipo 6 de café, que é um bom tipo de café, deve custar por volta de R\$500 a saca. Sabe quanto custa essa mesma saca transformada em cápsula, a indústria da transformação? Pode chegar a R\$20 mil.

Nós trabalhamos a indústria de transformação do Brasil? Não. A patente da Nestlé, que era mundial, caiu há cinco anos; nós não avançamos absolutamente em nada. Nós compramos a cápsula. A tecnologia é da Itália, daquela única parte que produz tecnologia, inclusive. Sabe quando nós teremos um Uber nascendo no Brasil? Nunca. Por quê? Porque não ensinamos administração na escola; não ensinamos tecnologia na escola; não ensinamos a disruptividade na escola. O Poder Público também tem que se obrigar a ler *O Estado Empreendedor*, por exemplo, da Mariana Mazzucato. É fundamental isso para o País.

E, só encerrado essa participação, quero dizer: por que não avançamos? Eu acho que, primeiro, é a falta de observância nos resultados – o brasileiro tem que ser um obcecado. O alemão é; o japonês é; o coreano é; o americano é; todos os grandes são obcecados por resultado. E o motivo principal talvez esteja nesta própria Comissão.

É óbvio que a pauta do País até outubro, nós sabemos, está contaminada por uma série de outras questões – até meados de outubro –, mas essa talvez seja hoje, em se tratando do amanhã, a principal Comissão – junto com a de Educação – no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – E o que nós fazemos a respeito disso? Nada. Não é esta Comissão que está lotada; e é ela que deveria estar lotada. Deveria ter gente fazendo fila na porta para entrar.

Então, do nosso ponto, da ABDI, a gente quer construir junto, inclusive, com a Comissão – e a gente já se coloca à disposição para isso –, um discurso mais agressivo, sim, para que essa pauta de ciência, tecnologia, inovações, aliada, sem dúvida nenhuma, à transformação – a única possível revolução – da educação, possa ser a grande pauta do País para os próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado. O senhor nos traz um grande incentivo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Eu acrescentaria algo ao que o Luiz falou, à questão dos resultados. É claro que é fundamental perseguir resultados, mas é fundamental ter a coragem de tomar as decisões certas, mesmo que elas sejam decisões doloridas, que até conflitem conosco mesmo.

Eu acabei de mostrar: a lei da Índia é muito clara. Só um único procedimento está em destaque lá. Qual é ele? Compartilhamento do risco entre o Estado e a empresa. Todos os demais estão jogados no *any other*. Nós, não. Nós não temos coragem de assumir isso, então vamos no *any other*. E ficamos detalhando aquilo e não chegamos a lugar algum, porque sem isso não se avança. Sem o *any other*, eventualmente, pode-se avançar; aos trancos e barrancos, mas se avança. Agora, entrando pelos atalhos laterais e colaterais, aí não se chega a lugar algum. Zero de lugar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado.



O SR. ROBERTO NICOLSKY – E temos um detalhe: nós não estamos isolados. Não pensemos que isso é um problema só brasileiro. Isso é um problema de toda a América Latina. Eu nem vou falar dos outros países; vamos falar da América Latina. Há alguma coisa em comum entre todos os países latino-americanos que eles não conseguem superar; só os asiáticos até agora têm conseguido superar. Até na Rússia, na própria Rússia, eu encontrei lá essa barreira. “Compartilhar risco? Ah, não!” Eles têm até um fundo, tipo BNDES e Finep, que diz isto: empresta sem juros, em 60 vezes, mas com a garantia do patrimônio. Sem patrimônio, zero de chance. Ou seja, nós temos uma formação patrimonialista que nos impede de fazer aquilo que é o certo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, senhores participantes, quero, em primeiro lugar, pedir desculpas pelo atraso. Não pude assistir a todas as palestras. O fato de ser Senador por Brasília traz uma complicação: uma parte do tempo, eu sou vereador, com os problemas locais, e aqui estamos atravessando uma crise muito séria na nossa Assembleia Legislativa. Eu termino sendo envolvido para tomar posições.

De qualquer maneira, tive o privilégio de ouvir uma parte da sua apresentação e a sua, Dr. Roberto. Em função disso, quero fazer uma colocação e uma pergunta a todos.

A colocação é que, de fato, nós estamos ficando para trás, mas muito, em relação aos países que estão na ponta. A brecha está aumentando apesar dos nossos esforços e apesar de estarmos fazendo coisas. Nós não estamos parados, nem em educação, nem em ciência e tecnologia, mas avançamos mais devagar do que os outros, e aí a brecha vai aumentando. E isso por diversas razões. Uma delas é a falta – como você mesmo diz – de buscar resultados, a falta de gestão, mas, sobretudo, uma aversão ao conhecimento que nós temos e uma preferência pela matéria-prima.

Eu li domingo – não anotei o nome da cientista que dizia – que um avião, Senador Lasier, é apenas uma quantidade de aço com conhecimento junto. A gente podia até ir mais longe, o aço é uma quantidade de minério de ferro com conhecimento junto. Então, o avião é uma porção de pedra com conhecimento. É isso. Mas a gente não está tendo conhecimento, embora em avião a gente consiga, na parte, por exemplo, da arquitetura do avião, mas não consegue no chamado avionics, a parte mais sofisticada de ciência, tem-se que comprar de fora.

Não estamos fazendo esse trabalho. Aí, a primeira base é a educação, obviamente. Aquele quadro que mostra o conhecimento como evolui, que é a parte de baixo, é a educação. Uma boa educação é capaz de fazer com que boa parte das inovações sejam feitas. Não aquele 1%, porque aí é muito mais do que educação. Então, é a educação que fará isso, mas não só educação. Vamos precisar do investimento de que o senhor falou. Aí, a minha pergunta... Antes falando sobre o José Medeiros, realmente eu estive com o Governador do Mato Grosso e fiz falas dizendo o seguinte: eu até não citei Olinda – ou citei também –, mas eu citei mesmo foi Manaus e Belém, que são mais recentes, que eram as cidades mais ricas do Brasil nos anos 20, de repente, empobreceram, porque levaram as seringueiras para a Malásia. É claro que vão plantar soja na África e no sul da Sibéria, a China já está fazendo, metade do caminho, da Sibéria virá de trem, em vez de dar a volta ao mundo em barco. Na África, é metade do caminho, é claro que isso irá acontecer e com tecnologia brasileira, porque aí nós temos tecnologia. E vou dizer mais, por empresários brasileiros, é natural, o mundo ficou global. Não tem por que exigir que empresário aplique todo seu dinheiro aqui, ele vai investir onde for, onde der rentabilidade.

Então, isso é óbvio. Qual é a solução que não fizemos atrás? Tentar transformar riqueza financeira hoje que vem da soja em riqueza de conhecimento que viria de uma boa educação de base; depois disso, centros de pesquisa e dar inovação às empresas, inclusive às pequenas, criar um clima de inovação e de empreendedorismo, senão não adianta também. E isso é possível, desde que haja – o que você falou – uma perspectiva de longo prazo. Não se faz isso em dois, três anos, é um projeto de vinte, trinta anos.

Sobre a Índia, por exemplo, acho que a Índia tem duas vantagens, Senador Lasier, que nós não temos. Primeiro, todo menino já começa falando inglês e hoje ciência é a soma de duas línguas: inglês e matemática. Eles são bons em matemática, eles têm alguns dos maiores matemáticos do mundo, grandes prêmios saíram da Índia. Juntem inglês e matemática, o resto fica fácil, além do *equity* que o senhor apresentou aqui.

Mas a minha pergunta é uma: nós vamos ter dificuldade de ter recursos e sem recursos *equity capital* a gente não consegue, vai ser difícil haver estatal. Vai ser. A gente vai passar algumas décadas de escassez financeira nas mãos do Estado, gastamos muito mais do que era possível, a irresponsabilidade fiscal nos comprometeu.

Eu quero saber o que vocês acham de uma experiência que vi em alguns lugares, mas especialmente na Espanha que tive mais contato, de bancos privados dedicados a financiar pesquisas e inovação, correndo risco. Eles financiam... Por exemplo, o projeto que vi era sobre cura da diabetes ou tratamento da diabetes.

Os caras estavam ali colocando dinheiro, o dia em que sair a patente, eles estouram; se não sair a patente, eles perdem. Ou seja, eles correm riscos.



Então, a minha pergunta, só para fechar, é: vocês acham que esse é um caminho? E se é, como a gente faz, no Brasil, para incentivar isso? Para criar uma mentalidade de investimento para o setor privado investir com risco de ganhar quando a patente for descoberta e perder aqui, perder ali; um dia ganhar, e quando ganhar um, compensa tudo? É a pergunta que deixo aqui. É realmente um caminho?

Essa que eu vi era uma sala, duas salas com cinco, seis pessoas ali, com muito dinheiro no banco, porque eles conseguiam centenas de investidores em que cada um colocava um pouquinho. Eles depois escolhiam meia dúzia de projetos que eles colocavam e ficavam esperando o resultado que a patente geraria, para vender a patente e recuperar o dinheiro investido. A primeira pergunta é: isso é possível? É um caminho? E segundo: o que fazer aqui, Senadores e setor público, para que o setor privado entre nesse caminho?

O SR. ROBERTO NICOLSKY (*Fora do microfone.*) – Eu até conheço esse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Antes da sua resposta, professor, eu queria pedir licença porque tenho uma audiência, agora, justamente com o Ministro Kassab, da Ciência e Tecnologia, quanto a um risco, que as empresas estão acusando, de extinção dos semicondutores no Brasil. Então, o Ministro me ligou há poucos instantes dizendo que já está esperando. Vou pedir a gentileza de o Senador José Medeiros prosseguir na Presidência desta Comissão, para continuar aproveitando tudo o que estamos ouvindo e aprendendo hoje.

Por enquanto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra o Dr. Roberto.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Senador, eu até por acaso conheço esse projeto, porque, quando escrevi esse artigo, em 1995, eu já havia trabalhado por 20 anos na indústria brasileira fazendo P&D. Eu tomei uma decisão, embora lá na UFRJ, de não abandonar mais essa causa. Então, parti para conhecer os modelos. Aí fui à Coreia, à Índia, à Espanha, para entender por que um país europeu é um país atrasado tecnologicamente. E lá conheci a Fundación Cotec para la Innovación. É uma fundação patrocinada por bancos: o Banco Bilbao Vizcaya mais o Santander, etc. Basicamente por eles. Este é o modelo que eles adotam: apostam em coisas de alto risco.

Mas olhando aquele gráfico de Altshuller, isso é apostar em menos de 1%. É mais ou menos uma loteria. É como se vocês pegassem aquele dinheiro e comprassem da loteria espanhola todas as semanas e esperassem que isso fosse promover o país. Isso não vai resolver nada, porque a taxa de retorno disso só é viável se isso for uma continuidade. Por que a Pfizer ou a Glaxo ganham investindo mais de um bilhão num único medicamento?

Porque eles não têm só aquele medicamento. Então, aquele, quando dá certo, dá o retorno e sustenta todo o restante. E há, inclusive, a participação do Estado como a Mariana Mazzucato destacou no seu livro.

Então, esse é um modelo isolado que, se derem sorte, daqui, sei lá, dez, quinze anos, porque esse é o tempo que leva para desenvolver um medicamento, eles poderão ganhar, mas, nessa altura, o retorno já não será mais aquele que eles esperavam, porque todos os grandes laboratórios estarão desenvolvendo, eles terão competição. Isso não funciona; não adianta fazer um fato isolado, é preciso que haja uma massa continuada. Até acho a palavra inovação ruim, porque sugere que tem que ser algo completamente novo. Não!

Como mostra o gráfico de Altshuller, 99% são coisas, às vezes, banais e produzem, às vezes, uma revolução. Por exemplo: nada impactou mais a indústria de transporte de mercadorias do que uma coisa banalíssima chamada contêiner. O que é um contêiner? É uma caixa de sapato metálica tamanho família, que é carregada na fábrica, vai no caminhão, passa para o navio e chega lá à outra fábrica. Do ponto de vista científico, não há nem ciência a se fazer lá. Se perguntasse a qualquer pesquisador que se propusesse a fazer isso, da UFRJ ou de Boston: “Você quer desenvolver uma caixa de sapato enorme para colocar sapatos dentro?” Ele vai rir, ele não vai fazer nunca. Isso é uma coisa prática que se faz no ato de fabricar e de disputar o mercado. Lá é que nascem as inovações.

Na verdade, eu esqueci um dado que é fundamental: as patentes não são nem 10% do total de inovações; talvez até sejam 1%. Ou seja, só se patenteia quando há algum conteúdo a mais que mereça o custo e o trabalho, porque, depois, a patente vai implicar contestação, vai implicar contratar advogados, custa alguma coisa. São US\$ 30 mil a US\$40 mil para uma empresa. Então, para que ela vai patentear algo que é muito simples, baseado no conhecimento geral, ou algo que agrega pouco valor? Ela não vai fazer isso. Um exemplo disso é a Embraer. A Embraer é líder de tecnologia no Brasil e não tem patentes, quase não faz patentes. Para não dizer que não tem patente, ela faz uma de vez em quando, mas se poderia pensar: quem é o maior patenteador no Brasil? É a Embraer. Não, não é. Ela é o menor patenteador no Brasil.

Ou seja, a questão não é por aí. Isso ainda é – o erro da Espanha – a concepção acadêmica, é a concepção de ciência. Não, inovação não é ciência. A inovação é pegar um copo assim como eu fabrico e ouvir do meu cliente: “Mas, espera aí, está cheio de bolhas aqui! Está feio esse seu copo.” Tenho de resolver este problema, tirar as bolhas. Parece que não é nada, mas com isso vou vender muito mais porque vou ser igual ao



meu competidor e vou, então, poder vender mais. Atualmente, o meu produto é rejeitado porque não tem a mesma qualidade do outro.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – Se me permite um aparte, Senador Cristovam, eu acho que esse modelo se aplica a algumas áreas muito específicas, vou dar um exemplo.

Você já tem hoje a área privada com grandes investimentos, não são obviamente equiparáveis ao que acontece fora do País, mas você tem o tal do investimento-anjo – apesar de eu não concordar com a palavra anjo –, que é um investimento privado, falta regulação no País, mas é um investimento privado. E você tem algumas iniciativas principalmente na área que mais cresce em tecnologia no mundo, que é a Fintech, principalmente para a área bancária. Por exemplo, em São Paulo, o Itaú tem um plano de eliminar a agência bancária em dez anos. O que eles criaram? Um *coworking* chamado o Cubo. Mas o que é o Cubo? É um centro onde se instalam *start-ups* que vão criar tecnologias ou inovações que nada mais são do que melhorias do processo que o Itaú vem tendo ao longo dos anos para que se acabe com as agências em dez anos, diminuindo o custo e aumentando a lucratividade do banco. O mesmo corre com o Bradesco no inovaBRA. Coincidentemente ou não, são os dois entes financeiros que têm melhores resultados no País. Então, eles têm uma área muito específica. Obviamente, se for para uma área, por exemplo, de medicamentos, tem-se uma complexidade maior ao ter um parceiro desse principalmente com questões a serem resolvidas com INPI.

Estive conversando com o Ministro Marcos Pereira na semana passada, e ele tem uma obsessão de resolver o problema do INPI, pelo menos tentar baixar dos 8 a 14 anos para 4 anos o limite máximo de anos para se liberar uma patente. Mas, obviamente, isso necessita de um apoio não só do Congresso, mas de outras unidades da Federação.

O SR. RAIMAR VAN DEN BYLAARDT – Eu gostaria de responder primeiramente ao Senador José Meireiros e depois ao Senador Cristovam algumas questões muito práticas.

O senhor perguntou, Senador, sobre o que fazer. Eu diria o seguinte: em relação ao FNDCT, que é o nosso tema aqui hoje, temos que rever todas as formas de arrecadação dos diversos fundos que compõem o FNDCT. Quando eles foram estruturados, era uma outra época, não tem nada a ver com a época de hoje que estamos vivendo. Na verdade, o FNDCT veio de trás, mas com recursos do BID e outros tipos de recursos. Foi a partir de 1998 que começou a regulamentação desse novo FNDCT, a partir do Fundo Setorial do Petróleo.

O Fundo Setorial do Petróleo, por exemplo, que é o maior fundo do FNDCT, hoje é profundamente impactado pela Lei nº 12.734, que destinou todos os recursos para o Fundo Social. Então, do ponto de vista legal, CT-Petro não existe mais, o que existe é o Fundo Social e hoje inclusive há propostas de lei no sentido de que o Fundo Social aplique 25% em ciência, tecnologia e inovação, sem grandes questões na divisão do que é ciência e tecnologia. Então, a Lei nº 12.734 tem que ser revista, a gente tem que ver... Apesar de que hoje há uma ADI em cima dela, há todo um problema, porque envolve os *royalties* de uma forma geral, mas especificamente a questão dos recursos, no caso a CT-Petro, teria que ser revista.

Então, as regras de arrecadação dos diversos fundos setoriais teriam que ser reestruturadas e colocadas dentro do nosso momento atual.

A segunda questão é a da governança. Se não houver continuidade de investimento, nada cresce. Se você parar de colocar água na plantinha, ela não vai crescer.

É isso que está acontecendo hoje no Brasil. Eu posso levá-lo a dezenas de laboratórios Brasil afora que estão sendo totalmente desestruturados, sem a menor condição de operação. Por quê? Porque não há continuidade, não há... Essa história de editais é um negócio absurdo, isso é do tempo do passado. Hoje, a velocidade do desenvolvimento da inovação é tal que você tem de ter recursos o tempo todo. Então, esse é um ponto fundamental: continuidade de investimentos.

A outra questão é uma questão que o Professor Roberto sempre cita: o *locus* da inovação é a indústria. Então, quem tem de tomar decisão sobre a questão dos investimentos é a própria indústria. Esse modelo de editais capitaneados pela universidade para desenvolver inovação não funciona!

Eu poderia passar o dia aqui contando história para vocês sobre processos feitos, como por exemplo: “Ah, eu vou apoiar a indústria.” Então, a indústria pode dizer qual o projeto que ela quer, mas quem vai capitanear é a universidade, porque a lei brasileira só permite que eu coloque o dinheiro lá na universidade. Aí a universidade resolve fazer o que ela bem entende, não o que o industrial deseja. Então, esse é um outro ponto que nós precisamos mudar. A universidade tem que fazer educação, a universidade tem que fazer ciência e não trabalhar na questão da inovação. A inovação é indústria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMAR VAN DEN BYLAARDT – E formar recursos humanos. Exatamente.



Outra questão é que temos de considerar as diferentes fontes de financiamento. Hoje, o recurso gerado pelas empresas petroleiras que é investido em pesquisa e desenvolvimento não está atrelado ao mesmo recurso que é do CT-Petro. A ANP define, por sua conta, o que ela deseja que seja feito às empresas, sem atrelar isso a uma política nacional; não atrela a uma política do Ministério que hoje comanda essa área – o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – a uma política global de investimentos. Então, cada um vai para o seu lado, pulverizamos tudo e não chegaremos a lugar nenhum.

Para responder ao Senador Cristovam, eu concordo plenamente, Senador, que a questão é educação mais investimento. Agora, nessa questão do investimento, gostaria de deixar claro o seguinte, e novamente eu toco no ponto do investimento na indústria mesmo, que nós precisamos, para o desenvolvimento tecnológico. Hoje, a universidade está muito preocupada com um *paper*, a universidade não está preocupada com patente.

Devemos ter uma terceira opção nessa história, para que haja relatórios, do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico, de resultados de desenvolvimento que não necessariamente geraram patentes, mas que cubram a função do *paper*, porque a academia só valoriza o *paper*, e isso faz com que se coloquem grandes pensadores para trabalhar num caminho que não nos traz resultado, fica só no estudo das cores do arco-íris, como eu costumo dizer. Então, nós temos que mudar também essa questão.

Outra questão que eu gostaria de concluir, Senador Cristovam, é que temos de inventar outras formas de financiamento. Nós temos os bancos, nós temos aí uma série de outras empresas que poderiam... Como, por exemplo, a indústria do petróleo, que tem por obrigação fazer investimentos.

Está lá no contrato de concessão. Não é lei, é contrato de concessão. Ela aceitou, ela concordou quando ela assinou a produção de um determinado poço de petróleo. Agora, e o banco? Por que o banco também não poderia ter alguma coisa? Eu concordo perfeitamente, mas eu chamo a atenção, Senador, para um ponto crucial que nós temos em nosso País: nós não podemos fazer doações, porque, se o cidadão for fazer uma doação, ele tem tanto problema com o Imposto de Renda... Pelo menos, lá, no meu Estado, o Rio de Janeiro, tem que pagar 4% para o Estado sobre o que ele doar. Quer dizer, você quer doar, você quer passar o seu bem para uma determinada instituição e ainda tem que pagar para fazer isso.

Então, isso é uma outra questão que a gente também teria que rever. É evidente que estou aqui puxando apenas alguns pontos, são muitos outros, mas são alguns dos pontos fundamentais para estimular, digamos assim, a inovação no nosso País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sem falar, desculpe, Presidente, que, se você fizer uma doação, acende uma luzinha vermelha na Receita Federal, dizendo que você tem muito dinheiro.

O SR. RAIMAR VAN DEN BYLAARDT (*Fora do microfone.*) – Exatamente. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Se está doando, os caras vão em cima.

Estão rindo, mas é verdade. Eu conheço empresário que está doando em universidades no exterior, porque ele quer doar dinheiro e, aqui, ele tem de pagar imposto, aqui se levanta suspeita, aqui não põe um nome da falecida mãe dele na biblioteca, porque ele quer fazer essa homenagem, e está correto. Mas aqui as universidades jamais aceitariam porque consideram que isso é privatizar. Tem razão.

Agora, nós temos projetos no sentido de mudar isso, uma espécie de Lei Rouanet das universidades. A Senadora Ana Amélia é muito preocupada com esse lado de facilitar as doações para as universidades.

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – Em primeiro lugar, estou muito feliz em estar nesta Mesa porque, pela questão da redução dos recursos públicos, o debate de ciência e tecnologia que eu tenho visto, nos últimos 12, 18 meses, era centrado exclusivamente na questão da falta do recurso. E dá a falsa impressão de que, colocando mais recursos, as coisas iam andar, quando, na verdade, há um problema de fundo que é muito maior, e foi trazido aqui por todos nós.

Então, a questão da falta de recursos é um dos problemas, eu nem considero o maior deles. Eu acho que há um problema aí de alocação de recursos, da forma de se estruturar a questão da ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

Há esta discussão trazida pelo Professor Roberto: de que maneira se trata a parte de ciência e inovação; se ela é conjugada ou não. Há pessoas que advogam que não, devem trabalhar de maneira juntas, e há outros países que não, preferem trabalhar ciência dentro de uma área, inovação dentro de outra área ou de outro departamento. Não tenho opinião formada se um ou outro será melhor ou não. O ponto é que, no caso brasileiro, a questão da inovação foi contaminada pela questão científica. Então, o que acontece? Na verdade, os recursos que deveriam ir para a tecnologia e inovação passam por uma orientação que é científica. Então, acaba tendo uma orientação que é diferente daquela que é vista nas empresas, e tudo mais – então, a questão do pragmatismo, o foco nos resultados, a questão tecnológica, porque ninguém melhor que um empresário para



saber onde é que ele vai colocar os recursos, em que tecnologia ele vai apostar. E, no Brasil, isso acaba sendo voltado para as questões mais acadêmicas como ponto fundamental. Então, esse é um ponto que precisa, de fato, ser pensado.

E há um ponto além desse que, além de tudo isso, quando o senhor traz a questão dos bancos trabalharem com assumir riscos, eu acho isso muito legal, mas temos que lembrar que, no Brasil, existe uma dificuldade enorme dos agentes econômicos trabalharem com a questão do risco; dentro do setor público, então, demais – os tribunais de controle, o TCU, os órgãos de controle, CGU e tudo mais.

Quando eu converso com empresas e mesmo com o pessoal da academia que vai fazer pesquisa, o grande drama é com relação a como este País lida com a questão de pesquisas que não dão resultado. Quando o recurso é colocado para fazer pesquisa, a pesquisa pode gerar resultado ou não. Então, se isso envolve recurso público, gera um problema que é brutal. Como eu vou dizer para os órgãos de controle que eu coloquei recurso em um determinado projeto e aquele projeto não gerou resultado? Como em qualquer lugar do mundo. Nos Estados Unidos, simplesmente, quando um projeto não dá certo, a avaliação que se tem é: “O.k., errou”. Agora você sabe de uma maneira adicional de não se fazer alguma coisa. Então, o erro não é penalizado. O erro é simplesmente observado. Alguém tentou, fez alguma coisa e não chegou a algum resultado.

No Brasil, esse é um problema grave, sério. Existe uma cultura que precisa ser pensada, estruturada. É preciso fazer com que as pessoas, de fato, comecem a assumir riscos.

Então, eu acho que esse é um projeto importante e que tem que ser avaliado com calma. Concordo com o Professor Nicolsky: o ideal seria que as empresas pudessem fazer essa avaliação, porque a maior parte das pesquisas e a maior parte dos recursos que vão, de fato, gerar emprego e renda nascem de ideias que nascem nas empresas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu gostaria de fazer um simples comentário. Eu gostei muito da colocação do Dr. Roberto, de que as grandes mudanças podem vir de pequenas inovações. Seu exemplo do contêiner é uma coisa excelente. Aliás, eu sempre me pergunto por que os aviões não são feitos baseados em contêineres. A gente entraria no contêiner, numa cadeira bonitinha, sentado, depois pegava e se colocava dentro do avião. Evitava toda essa confusão, inclusive de despachar bagagem. Você entrava com a sua bagagem e a arrumava.

Mas, voltando, essa ideia de homeopatia, como eu chamo, de inovação homeopática, me provocou a como levar isso para dentro da educação. Quando eu era menino, e aqui os mais velhos também, a gente tinha trabalho manual. A gente tinha disciplinas como marcenaria, etc. A gente precisava criar uma disciplina de trabalho mental, provocar nossas crianças para serem inovadoras. Não para serem cientistas necessariamente, mas para mudar o copo, como se diz, a posição da cadeira, melhorar a sala de aula, evitar roubo, por exemplo. A gente deveria trabalhar, e eu quero deixar aqui o desafio. O senhor que está preocupado com isso traga aí uma ideia de como colocar essa prática, não diria disciplina, porque seria uma prática quase que diária de incentivar as crianças a imaginarem que tipo de inovação elas podem fazer no dia a dia, na sala de aula, em casa, na mesa. Tudo isso que poderia facilitar. Eu adoraria que descobrissem um “contêiner” – entre aspas – para forrar a cama, que é um negócio chato, não é? Que tivesse um jeito de não precisar fazer isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É, já tem, é verdade. Então, fica aqui essa provocação. E eu vou trabalhar também, vou pensar: como é que a gente faz as crianças se interessarem? E elas vão gostar. Elas vão gostar certamente.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – Existe um vídeo.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Na Finlândia tem. A Finlândia criou, desenvolve – é assim que os finlandeses estudam – um mecanismo totalmente diferenciado, baseado nisso.

Ou seja, eles não dão respostas, eles propõem questões, problemas, e as crianças resolvem até com plena liberdade de se agruparem, de se separarem, enfim, da forma quiserem. É uma revolução na educação que eles estão introduzindo nos últimos anos, nas últimas décadas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas não sei se eles colocaram dentro da inovação do sistema pedagógico a provocação da capacidade de inovação de cada criança, é isso que não sei, vou procurar saber.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – Senador, só um aparte. Existe um vídeo que vou sugerir ao Senador chamado: A Escola é um Saco! É de um jovem chamado Gustavo Horn. Ele fala muito sobre essa questão de a gente estar preso no modelo educacional prussiano do século XIX e como pode ser feita essa transição.

No caso da Finlândia, eu estive com o embaixador finlandês, porque sou jurado do maior prêmio de empreendedorismo que há na Europa, que se chama Slush Impact e que fica na Finlândia. Eles colocaram isso, sim,



mas é um modelo que é muito experimental ainda, na Finlândia, toda essa liberdade ao aluno. Talvez funcione lá, porque eles entendem melhor o conceito de educação para frente, dentro de sala de aula.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Por falar em Finlândia, nós falávamos agora há pouco de Mato Grosso, boa parte das máquinas agrícolas que colhem soja no Mato Grosso vem da Finlândia, que ara a terra... Não é um país *top* em termos de *commodities*, para você ver...

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Em *commodities*, não, mas em tecnologia, sim. Ou seja, ele faz as máquinas para quem quer fazer *commodities*.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Exatamente, esta é a discussão: nós poderíamos estar fazendo isso em Mato Grosso.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Um exemplo disso, também da Finlândia, é a produção de celulose. Toda produção de celulose que o Brasil tem com eucalipto foi uma nova tecnologia desenvolvida por quem? Pela Finlândia, pelas indústrias finlandesas que fazem máquinas. Há até fábrica em Sorocaba, hoje em dia, fabricando para as indústrias de celulose.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas 60 anos atrás eles exportavam madeira e pronto. O máximo que faziam era papel.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Exatamente, vejam o tanto que nós temos que... O nosso maciço de eucalipto também imenso e nós estamos... Por isso essa inquietação toda.

A audiência estava sendo transmitida ao vivo pela TV Senado e através do nosso portal e-Cidadania houve alguns questionamentos. O Rodrigo Rosa Lhul disse o seguinte: “Caros senadores, eu gostaria de ver, além desta discussão sobre os fundos para investimento em inovação, que fosse discutida uma nova regra fiscal para o país, principalmente com desoneração de itens necessários para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia.”

Também o Chal Peregrino, de Goiás – o Rodrigo é do Rio Grande do Sul –, disse o seguinte: “Gostaria muito que o Governo e seus ministérios efetivamente retomassem o projeto aeroespacial. De forma soberana e colaborativa.”

O Iskailer Rodrigues, de Santa Catarina, disse o seguinte: “Por que se fala de novas políticas de incentivo à inovação quando as políticas como o repasse às FAPs, como Fapesc e demais, estão com atraso nas verbas para seus programas? A ideia não seria fazer as engrenagens que temos funcionarem antes de adicionar novas?”

E aí temos o Paulo Horta, de Minas Gerais, que disse o seguinte: “Ilustríssimos senadores. Recentemente o CNPq suspendeu todas as bolsas vinculadas ao FNDCT/Finep (INCT), com a justificativa de indisponibilidade financeira. Urge reestabelecer o financiamento das linhas de pesquisa em andamento, devendo ser discutidos os passos futuros.”

Washington Lago da Silva, da Bahia, disse o seguinte: “Pesquisas sobre células-tronco estão paradas há três anos. Para mim, é fundamental retomar as pesquisas sobre células-tronco, pois é o único meio para conseguir salvar vidas, além de diminuir os gastos na saúde.”

Finalizando, Ana Gabriela Itokazu Canzian da Silva, de Santa Catarina, disse o seguinte: “Não se esqueçam que investimentos em educação, ciência, e tecnologia mostram resultados a longo prazo! Um profissional na área de C&T demora quase 10 anos para se formar de maneira completa. Nós estamos trabalhando para dar retorno.”

Essas foram as manifestações.

Eu gostaria agora, para encerrar, de dizer que esta audiência poderia durar o dia inteiro, pela importância do assunto aqui. Nós tivemos várias provocações hoje que acho importantíssimas. Algumas sugestões que podem até virar inovação. E gostaria de passar para as considerações finais, começando com o Dr. Raimar, que tem a palavra por dois minutos.

O SR. RAIMAR VAN DEN BYLAARDT – Hoje, felizmente, temos em tramitação alguns projetos de lei que recompõem, por exemplo, a questão da Lei de Inovação, que são fundamentais dentro da Lei de Inovação, respondendo exatamente a uma das perguntas que foram feitas, que recupera aquela proposta original de desoneração das importações de produtos químicos, equipamentos e instrumentos para pesquisa e desenvolvimento. Isso é extremamente fundamental, porque hoje o ônus que temos dentro da pesquisa e desenvolvimento de uma forma geral é muito grande.

Agora, eu só gostaria de finalizar reforçando que entendo que a gente precisa colocar cada coisa no seu lugar. Quando falamos na formação de recursos humanos – e estamos falando de uma formação de recursos humanos especializado –, temos aí o exemplo...

(Soa a campanha.)

O SR. RAIMAR VAN DEN BYLAARDT – ...do que a Agência Nacional do Petróleo fez, que foi formar e manter uma formação básica original. Então, por exemplo, ela forma um engenheiro químico, só que promo-



ve um conjunto de disciplinas adicionais que permite que esse engenheiro químico seja também uma pessoa que entenda e possa trabalhar dentro da indústria de petróleo.

Assim é na questão dos cursos de direito, geologia, geofísica, engenharia mecânica. Em diversas áreas tem-se uma complementação da formação do pessoal. Isso é completamente diferente do que acontece de uma forma geral, porque se forma um engenheiro que tem toda base de conhecimento, mas não teve a oportunidade de conhecer especificamente uma ou duas áreas distintas.

Então, temos de olhar para os exemplos de sucesso que temos neste País, porque há muitos; mudar nossa cabeça, e dizer o seguinte: vamos parar com aquele tradicionalismo que existe e tentar chegar a novos modelos que sejam adequados ao mundo em que estamos vivendo.

É isso que sempre tenho dito. Vamos adequar a nossa forma de pensar e de agir ao mundo em que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado. Agora, Dr. Luiz, as suas considerações finais, por dois minutos.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – Primeiro, gostaria de agradecer o convite desta Casa para que a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) se fizesse presente na discussão; agradecer à nossa equipe aqui; à Bruna, da nossa parte de imprensa; ao Neuri, que é assessor parlamentar; ao Rogério, que é o responsável por toda questão de dados; ao Faires, que também faz parte da assessoria parlamentar; à Tainá, nossa chefe de gabinete.

A ABDI, obviamente deixando claro a nossa defesa, porque essa é a nossa *expertise* – entender e conversar com a indústria –, pode fazer essa interlocução junto ao Poder Público, para entender o que pode ser de agregação de valor e geração não só econômica, mas de emprego e renda na ponta também.

Entendemos que o descontingenciamento é importante para o Ministério, mas isso deve vir acompanhado, sim, de uma completa reformulação da governança em relação à atividade dos fundos: o quanto é gasto desse fundo, quantas são ações transversais, quantas são verticais; e também a participação de outros *players* que passaram a existir e que têm importância nessa discussão industrial.

Eu digo sempre o seguinte, que...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA – ...o academicismo, o meio acadêmico é sempre fundamental, até para mostrar ao mundo que nós temos competência de desenvolver novas pesquisas, novos estudos, mas ele também pode ser responsável. Esse corporativismo, que, às vezes, é irresponsável, pode ser responsável por destruir toda uma política de futuro para um país.

Então, do nosso ponto, colocamos obviamente a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial a serviço dessa discussão, e sempre que solicitados, sempre que intimados, nós estaremos presentes junto ao MCTI e junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. E reforço: já que estamos falando em tecnologia aplicada na ponta, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) deve ser convocado para participar dessa reunião também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Obrigado, Dr. Luiz.

Com a palavra o Dr. Paulo Mól.

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – Em primeiro lugar, quero agradecer o convite para estar presente nesse debate. Foi muito proveitoso.

Conforme disse, acho que é importante debater a questão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, porque é o fundo quem faz o financiamento mor para a área, e fico feliz de saber que, nesse debate, trazemos algo além do que a ausência de recursos. Precisamos trabalhar algo que é mais profundo nesse sentido.

E retomo a questão: acho que é importante lembrarmos que o fundo foi criado especificamente para dar mais perenidade e mais regularidade às pesquisas de ciência e tecnologia. Isso não tem acontecido e tem sofrido bastante irregularidade. Então, é um ponto que precisa ser acertado. Mas precisamos trabalhar também outras questões, como eu já citei a questão da pulverização dos recursos, que acho muito complicado, porque na verdade... Aí talvez seja a conversa com o Nicolsky. Não é que não...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – ...se tenha colocado apostar em grandes empresas. Na verdade, a crítica é feita quando se coloca em projetos que são muito pequenos. E projetos muito pequenos geralmente são pro-



jetos de bancada na academia, então não se tem esse retorno. Projetos de menos de R\$100 mil geralmente são, para o mundo, muito pequenos.

As apostas devem vir geralmente de projetos que tenham a participação das empresas, o que é extremamente importante. Aí há a questão da governança, que precisa ter, de fato, a participação das empresas, a participação do Governo e a participação da academia de maneira equilibrada, para que possa fazer com que essa agenda avance.

Então, são essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

Com a palavra Dr. Roberto, para suas considerações finais.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Apenas para encerrarmos, para fechar, eu gostaria de dizer o seguinte: que não tive oportunidade de falar porque a exposição era maior do que o tempo previsto. Eu, na verdade, não notei que eram 15 minutos só, apenas quando cheguei aqui.

Mas é possível avançar se nós superarmos este preconceito que há no Brasil, que a sociedade – e o Estado que apenas a representa – seja um parceiro dos empresários. Existe aqui um conceito subjacente à nossa ação de que o empresário é algo à parte da sociedade, é alguém, às vezes, olhado como um inimigo, um aproveitador, em termos bem claros.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Não, o empresário é um componente do tecido social tanto quanto o engenheiro, o advogado, o médico, o dentista, todos eles são componentes e todos têm que ter um procedimento compatível com as suas habilidades e necessidades.

Então, compartilhar risco com a empresa é fundamental, é condição até essencial, *sine qua non*, é uma condição que, na matemática – sou físico, nem todo mundo é perfeito –, nós chamamos de condição necessária. Ela não é suficiente, mas ela é absolutamente necessária. Sem essa possibilidade de compartilhamento, não haverá o avanço necessário na taxa de agregação. Não adianta crescer 1%, 2%, que nós vamos, como disse o Senador, cada vez ampliar mais o *gap* entre nós e os demais. Não, se nós queremos entrar e dar ao povo brasileiro a oportunidade de ser um povo que viva com conforto, com saúde e alegria, com educação, nós temos que crescer a taxa compatível com isso. E essa taxa hoje beira os 6%, 7%, que é o que tem. Não é só Índia que cresce assim; é assim a Tailândia, a Indonésia, o Vietnã, Israel, todos os países orientais estão na mesma taxa. Quem não está crescendo assim são os países ricos, que crescem a uma taxa intermediária, e os pobres, que estão até em decréscimo, porque vivem das *commodities*, e o mercado de *commodities* se arruinou.

Pois bem, quero também dizer o seguinte, que é um outro preconceito que existe: não há necessidade de muito dinheiro para que uma empresa pequena ou média comece a inovar. O que é inovar? É melhorar o seu produto. Vamos até abandonar a palavra inovação e vamos falar nisso, que é uma coisa objetiva e concreta, cujos resultados podem ser avaliados. É melhorar o seu produto e aumentar a competitividade do seu produto no cenário mundial. Não pode ser pensado só em termos de Brasil, porque o Brasil hoje está inserido com a globalização. Então, vamos abandonar a palavra inovação, a ela tem sido dado ênfase demais, e ela tende sempre para essa visão acadêmica de que tem que haver um professor, um laboratório.

Não! Professor não entende nada de tecnologia. Não entende! Professor entende de ciência, de conhecimento, de transmitir esse conhecimento e educar. Agora de fabricar ele não entende nada, e tecnologia exige fabricação. Então, nós estamos dando o apoio às pessoas erradas. É óbvio que não vai acontecer, do mesmo jeito que seria errado pegar o técnico industrial, o engenheiro de indústria, e dar a ele o recurso para ele aumentar o conhecimento. Não é papel dele. Ele não sabe fazer isso.

Eu digo até por mim: eu trabalhei 20 anos na indústria. Eu não passava na porta de uma universidade. Não conhecia nenhum endereço acadêmico. Conhecia exclusivamente o IPT. Era a única entidade à qual eu tive que recorrer. O resto eu resolvia internamente, porque os meus problemas não eram problemas acadêmicos, eram problemas de como melhorar – quando eu trabalhei na Home –, evitar que o contraponto não tenha uma nervura que impeça o movimento do avanço do carro em transversal. O que um professor universitário vai falar sobre isso? Zero, nada. Mas isso foi um ponto fundamental, porque isso era um grave defeito que a fábrica tinha e que foi superado. Isso me leva a outra conclusão: foi um avanço enorme na competitividade contra o seu concorrente, que era um francês.

Há um equívoco, sempre por causa do viés acadêmico, de achar que inovação é uma coisa demorada, que leva décadas, quem sabe até séculos. Nada disso! Inovação é a solução de um problema de um dia para o outro. É assim que se faz. Eu me referi já ao contraponto da Home. Quando nós redesenhamos o contraponto, sabe o que fez a Home? Pegou todos os tornos, arrancou o contraponto, mandou plainar para tirar a tal ner-



vura, que atrapalhava, mudou o modelo e, em menos de 30 dias, havia um novo torno no mercado. Claro, ela não teve que inventar nada e fazer nenhuma criação. É assim! Eu citei o exemplo do copo. Como ele faria? Ele faria isso imediatamente. Ele veria qual é a origem das bolhas que se formam. Isso depende, talvez, da pressão, do impacto do vidro, do modelo, e ele vai, então, consertar e acabar com esse problema. E aí isso vai avançar.

Cada avanço sugere o próximo, ou até mais de um. Quando você resolve um problema, você acaba criando dez. Esse avanço tem que ser imediato, instantâneo, e tem que receber apoio. Não adianta dizer: “Mas nós damos um financiamento com juro barato.” O juro barato sai caro, porque o empresário é obrigado a colocar a casa da sogra como garantia, porque a Finep exige logo 130% na avaliação dela. É claro que a coisa pifa, a sogra fica sem a casa, ele fica sem a mulher e a família. Não adianta. Tem que participar do risco.

E só a menção, só dizer: o Estado compartilha o desenvolvimento tecnológico, só esse fato já faz com que a demanda caia, não cresça, porque o empresário se sente escorado, coberto. Ele pensa: então eu posso apostar, porque, se precisar, eu posso recorrer ao Estado, a esse apoio estatal, que não é do Estado, é da sociedade. O Estado é um executor. Ele não é dono do dinheiro, não produz dinheiro, nada, nada. Ele é meramente um representante da sociedade, quando o é. Assim é que deveria ser. E a sociedade quer isso, porque essa parceria gerará emprego, gerará renda. Os tributos vão refinancear o processo, vão financiar a educação, a saúde, a segurança e assim por diante.

Esse mecanismo, eu não quero aqui entrar em considerações sociológicas, mas os países de cultura latina não sabem quebrar. Vocês podem ver que, na Europa, a Espanha não faz, Portugal não faz. Qual é a cultura deles? Latina. E a Itália, do *mezzogiorno* para baixo, também não faz. Qual é a cultura deles? Latina. A parte norte foi aquela ocupada pelos visigodos, que geraram outra cultura. Na Espanha, inclusive, também ocorre a mesma coisa. As regiões da Espanha mais desenvolvidas, quais são? Catalunha e País Basco, que são produto de invasões bárbaras também, confinando os latinos a Castela, Extremadura e Andaluzia.

Muito bem, para terminar, eu diria que o Brasil pode fazer, desde que tenha coragem para mudar as suas decisões. E não adianta tentar atalhos. Ou a sociedade faz parceria com uma parcela, do mesmo jeito que ela faz com os jovens... A universidade gratuita, o que é? É uma parceria da sociedade com a juventude para formar recursos humanos. Ela faz tantas parcerias aonde põe o recurso... Ela não põe o recurso? Ou é a universidade gratuita gera o seu recurso? Não, é ela quem põe. A saúde gratuita do SUS, como é que funciona? É também uma parceria da sociedade com os profissionais, etc. Então não há nada demais.

Existe uma lei. Alguém disse que não está na lei. Está na lei. Na Lei nº 10.973, a Lei de Inovação, o que fizeram foi acrescentar um monte de *any others* ao art. 19, mas a subvenção foi mantida. Então não foi suprimida. O erro dessa avalanche é que o *any other* acabou sendo mais importante, porque ocupa um espaço enorme. São 20 novos itens contra um só, que era a subvenção. Então ela perdeu a aparente significação, mas isso depende da política. Se a política disser: nós vamos apoiar o desenvolvimento tecnológico da pequena empresa.

Vejam: da pequena empresa e média empresa.

Quanto à questão do dinheiro, estive aqui um americano em um evento que eu organizo, o ENiFarMed, e foi perguntado a ele quanto o Estado da Carolina do Norte dá como participação, como parceria, para o desenvolvimento da biotecnologia. Sabe quanto ele disse? US\$15 mil. US\$15 mil são R\$50 mil. Claro, porque ele vai botar esses R\$50 mil diretamente para desenvolver o produto, não vai perder tempo com especulações, com novas teorias, nada disso; ele vai desenvolver o produto, e aqui R\$50 mil faria a festa de muita empresa. Aliás, fizemos. A Faperj tinha aquele auxílio de R\$50 mil, e, na Uezo, quando eu era Pró-Reitor de Extensão da Uezo, nós fizemos em várias parcerias com pequenas e médias indústrias com R\$50 mil.

Terminei.

Desculpem-me o meu entusiasmo que me faz esquecer o tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Professor.

Eu gostaria de agradecer a todos que acompanharam a nossa audiência pelo Portal e-Cidadania e agradecer a todos que vieram aqui, a todos os convidados.

Antes de declarar encerrada a reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas. Então, não havendo nada mais a tratar, encerramos a nossa reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

